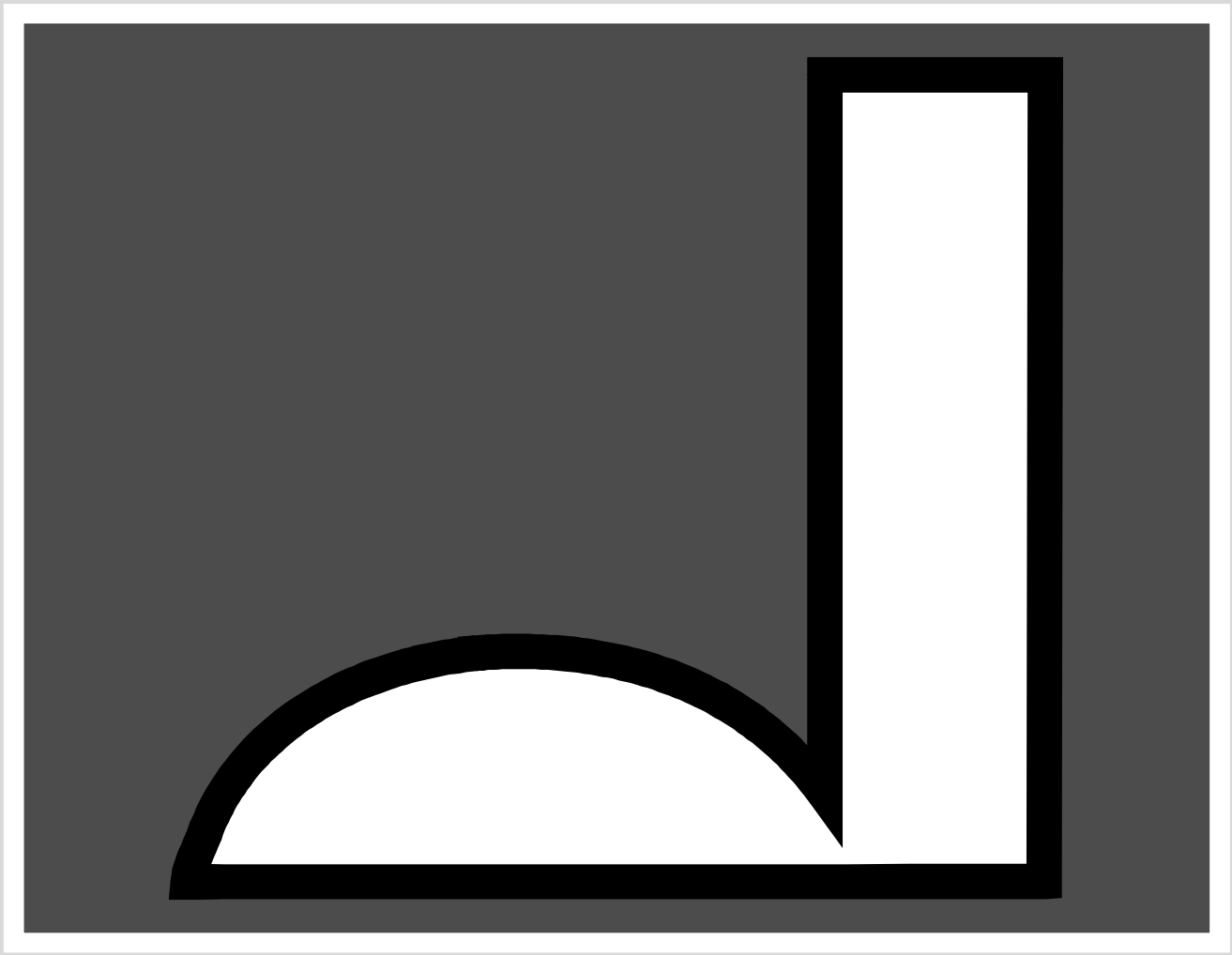
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DAS REUNIÕES E DAS AUDIÊNCIAS EXTERNAS DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

ANO LXII - SUP. AO Nº 004 - QUARTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente	**3º Secretário**
Renan Calheiros – PMDB-AL	César Borges – PFL-BA
1º Vice-Presidente	**4º Secretário**
Tião Viana – PT-AC	Magno Malta – PR-ES
2º Vice-Presidente	
Álvaro Dias – PSDB-PR	**Suplentes de Secretário**
1º Secretário	**1ª -** Papaléo Paes – PSDB-AP
Efraim Morais – PFL-PB	**2º -** Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
2º Secretário	**3º -** João Vicente Claudino – PTB-PI
Gerson Camata – PMDB-ES	**4º -** Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER **(vago)** VICE-LÍDERES **(vago)** **LÍDER DO PMDB – 20** **Valdir Raupp** VICE-LÍDERES DO PMDB **(vago)**	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT** VICE-LÍDERES (vago) **LÍDER DO PT – 11** **Ideli Salvatti** VICE-LÍDERES DO PT (vago) **LÍDER DO PTB – 4** **Epitácio Cafeteira** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiazi **LÍDER DO PR – 4** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PR (vago) **LÍDER DO PSB – 3** **Renato Casagrande** VICE-LÍDER DO PSB (vago) **LÍDER DO PC do B – 1** **(vago)** **LÍDER DO PRB – 1** **(vago)** **LÍDER DO PP – 1** **(vago)**	**LÍDER** **(vago)** VICE-LÍDERES (vago) **LÍDER DO PFL – 17** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO PFL **(vago)** **LÍDER DO PSDB – 13** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB **(vago)**
LÍDER DO PDT – 4 **Jefferson Péres** VICE-LÍDER DO PDT (vago)	**LÍDER DO P-SOL – 1** **(vago)** **LÍDER DO PRTB – 1** **(vago)**	**LÍDER DO GOVERNO** **(vago)** VICE-LÍDERES DO GOVERNO **(vago)**

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	**Raimundo Carreiro Silva** Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Ronald Cavalcante Gonçalves** Diretor da Subsecretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	**Denise Ortega de Baere** Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

"SALÁRIO MÍNIMO"

Ato Conjunto nº 3 de 2005.

Atas das Reuniões e das Audiências Externas.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 270
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

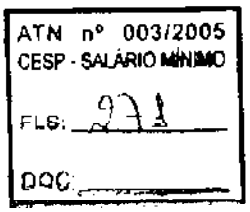
"SALÁRIO MÍNIMO"

1ª REUNIÃO

07/12/05

Ata arquivada às fls. 44 e 45 do Volume I

Notas taquigráficas arquivadas às fls. 36 a 41 do Volume I



Instalação da Comissão

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 1
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *07.12.2005*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exmº Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, senhores líderes partidários, minhas senhoras, meus senhores, nós estamos aqui reunidos para dar mais um passo no sentido do cumprimento dessa agenda que estamos trabalhando para construir com os líderes partidários e as bancadas. Evidentemente, não é uma agenda de partido algum; não é uma agenda nem do Governo nem da Oposição. Trata-se de uma agenda do País, por meio da qual pretendemos resgatar alguns pontos que foram atropelados pela crise política.

Nesse sentido, vamos instalar a Comissão Mista destinada a efetuar estudos, visando à apresentação de sugestões para a política de reajuste do salário mínimo do País.

São membros titulares da Comissão pelo Bloco da Minoria, PFL e PSDB, no Senado Federal: Senador José Jorge, PFL; Senadora Lúcia Vânia, PSDB; e Senador César Borges, PFL. Membros suplentes: Senadores Leonel Pavan, Eduardo Azeredo e Rodolpho Tourinho.

Pelo PMDB, são membros titulares da Comissão no Senado Federal: Senador Amir Lando e Senador Luiz Otávio.

Membros suplentes: Senador Romero Jucá e Senador Garibaldi Alves Filho.

Pelo Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB e PL, os membros titulares: Senador Paulo Paim, do PT, e Senador João Ribeiro, do PL.

Para suplente, foi indicado o nome da nossa querida Senadora Serys Slhessarenko.

Pelo PDT, foi indicado o nome do Senador Cristovam Buarque como titular e, como suplente, o nome do Senador Augusto Botelho.

Membros da Câmara dos Deputados.

Pelo PT, foi indicado o Deputado Vicentinho como titular e, como suplente, o Deputado Tarcísio Zimmerman.

Pelo PMDB, o Deputado Cláudio Rorato como titular e, como suplente, o Deputado Benjamin Maranhão.

Pelo Bloco PFL/Prona, o Deputado Fábio Souto e, como suplente, o Deputado Gervásio Silva.

SENADO FEDERAL
Secretaria - Geral da Mesa

Pelo PSDB, o Deputado Walter Barelli é o titular e o suplente é o Deputado Carlos Alberto Leréia.

Pelo PP, o Deputado Leodegar Tiscoski, titular, e suplente, o Deputado João Leão.

Pelo PTB, o Deputado Jackson Barreto é o titular; o suplente não foi indicado ainda.

Pelo PL, o Deputado Medeiros como titular; como suplente, a Deputada Vanessa Grazziotin.

E, pelo PV, o Deputado Vittório Medioli e, como suplente, o Deputado Sarney Filho.

Estabelecemos um critério que vamos seguir: o Presidente será de um bloco e o Relator, conseqüentemente, de outro bloco. O Bloco do Governo, até o final do dia, vai escolher ou o Presidente ou o Relator. E ainda teremos um Vice-Presidente para ajudar nessa negociação.

Essa Comissão pretende apontar soluções para que o salário mínimo seja verdadeiramente uma remuneração capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que deverão preservar o seu poder aquisitivo.

Na oportunidade em que anunciamos a criação da Comissão, defendi essa política permanente e, mais do que isso, que tomássemos uma medida, com alguma ousadia e criatividade, para ajudar a alavancar o poder de compra desse salário mínimo que pretendemos maior.

Entendo como maior salário mínimo exatamente aquele que a economia poderá pagar.

Cumulativamente, deveremos avançar no rumo da reforma tributária, da desoneração dos produtos da cesta básica. Tenho defendido isso e já aprovamos essa matéria na reforma tributária, no Senado Federal, com o apoio de todos os Partidos e de todos os Líderes.

Se conseguirmos aprovar a matéria na Câmara dos Deputados, já que a reforma tributária é uma das prioridades dessa agenda do País que pretendemos elaborar, teremos, ao lado da elevação do poder de compra do salário mínimo, como conseqüência

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
ATN Nº 3 /05
Fls. 37

dessa política permanente, uma elevação desse mesmo poder de compra mediante a desoneração dos produtos da cesta básica superior à elevação do poder de compra do salário mínimo que houve no início do Plano Real.

De modo que tudo o que precisar ser feito iremos fazer. Esses é o estado de espírito do Congresso Nacional, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, porque não faz sentido que um país que pretende ser de primeiro mundo tenha um salário mínimo de quarto mundo. Devemos fazer de tudo para recuperar paulatinamente o poder de compra do salário, o que só vai acontecer efetivamente se tivermos uma política permanente, que é o objetivo desta Comissão que vamos instalar.

Tenho a honra de conceder a palavra inicialmente ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, e depois a facultarei aos senhores, nesse momento que nós consideramos importantíssimo.

Queria, mais uma vez, agradecer a presença das lideranças sindicais. Já tivemos oportunidade de conversar com todas as centrais, com expressivas lideranças do Movimento Sindical Brasileiro. Não teria sentido fazer a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito...

(Risos)

É que o uso do cachimbo acaba fazendo a boca torta.

Não teria sentido instalar esta Comissão para propor uma política permanente sem contar com a presença expressiva dessas lideranças de trabalhadores.

Presidente Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (Presidente da Câmara dos Deputados. PcdoB – SP) – Bom dia, companheiras e companheiros dirigentes sindicais e da associação de aposentados. Meu prezado amigo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, senhoras e senhores líderes, creio que a instalação da Comissão Mista do Congresso Nacional para cuidar da Política Nacional do Salário Mínimo é um momento que deve ser celebrado como um ponto elevado da vida do Congresso Nacional, da vida do Movimento Sindical e da vida do nosso País.

SENADO FEDERAL
Secretaria - Geral da Mesa
ATN N.- 3 / 05
Fls. 38

Por um ato ou um gesto de justiça, devemos aqui rememorar a figura do grande Presidente Getúlio Vargas. Foi sob o seu governo que os trabalhadores brasileiros conheceram um momento de virada na história política, econômica e social do Brasil. Foi quando o País despertou para as suas enormes potencialidades de crescimento econômico, de desenvolvimento industrial e de incorporação de milhões e milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e à moderna legislação social que vinha se desenvolvendo no Século XIX e no início do Século XX, baseada na luta, na perseverança e na organização dos trabalhadores de todo o mundo e dos trabalhadores brasileiros.

Foi a partir da luta dos trabalhadores, do movimento sindical, da legislação social, da Igreja, da luta dos partidos políticos identificados com os trabalhadores e do Governo do Presidente Vargas que o Brasil criou o salário mínimo e imaginou um país que incorporaria milhões e milhões de brasileiros que viviam à margem da vida econômica e da legislação social mais avançada.

Portanto esta solenidade tem o sentido de permanência e de continuidade dos sonhos de todos nós de tornar o nosso País mais justo, um país mais equilibrado. E nada no Brasil foi ou será feito pela justiça ou pela distribuição de renda do que fortalecer e valorizar social e materialmente o salário mínimo dos trabalhadores e dos aposentados brasileiros.

Então, Presidente Renan Calheiros, cumprimento V. Exª pela iniciativa de constituir esta Comissão, cumprimento os líderes partidários pelo apoio imediato que ofereceram a esse gesto e, acima de tudo, as companheiras e os companheiros trabalhadores e sindicalistas pela persistência na luta por um país mais independente, democrático e justo.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria conceder a palavra ao Exmº Sr. Alencar Rodrigues Ferreira Júnior, Ministro Interino do Trabalho e Emprego, que está prestigiando a solenidade de instalação desta Comissão para propor o salário mínimo. Então nada mais justo, correto e oportuno do que concedermos a palavra a S. Exª, para tecer algumas considerações.

SENADO FEDERAL
Secretaria - Geral da Mesa
ATN N.º 3 / 05
Fls. 39

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 5
07.12.2005

O SR. ALENCAR RODRIGUES FERREIRA JÚNIOR – Exmº Sr. Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, Exmº Sr. Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, companheiros do movimento sindical e da associação de aposentados, trago, em primeiro lugar, um abraço carinho do Ministro Luiz Marinho, que está em missão oficial hoje, no Uruguai, e me pediu que o representasse na instalação desta importante Comissão.

Gostaria de dizer que o salário mínimo é uma referência fundamental para o mercado de trabalho, principalmente para os trabalhadores de baixa renda. Ele tem um impacto direto sobre os trabalhadores que o recebem, mas os técnicos dizem que ele também exerce um poderoso efeito farol para todos os trabalhadores cujo rendimento gira em torno do salário mínimo. E é um instrumento poderoso de distribuição de renda e de elevação do poder de compra dos trabalhadores, principalmente dos de baixa renda.

Temos, hoje, cerca de oito milhões de trabalhadores que ganham salário mínimo na iniciativa privada e quatorze milhões de trabalhadores aposentados e pensionistas. É uma referência muito importante para a economia e o mercado brasileiros.

Queria dizer também que, apesar de ainda não escrita, o Poder Executivo e o Poder Legislativo vêm caminhando no sentido da estruturação ou da institucionalização de uma política permanente do salário mínimo. Por dois anos, tivemos oportunidade de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias na qual agregamos um reajuste real do PIB *per capita*, o que é uma novidade na institucionalidade brasileira – considero um avanço muito grande. Além da garantia constitucional da correção, também agregamos, nos dois últimos anos, esse ganho real mediante a referência do PIB *per capita*.

No ano passado – o que espero que também se repita este ano, porque, no meu entender, é também um grande avanço – já definimos, na lei orçamentária, qual seria o salário mínimo de 2005. Trata-se de um grande avanço porque é na lei orçamentária que se discutem as grandes questões da economia, das finanças públicas e da sociedade brasileira.

SENADO FEDERAL
Secretaria - Geral da Mesa
ATN N.º 3 /05
Fls. 40

O Governo tem expectativa – o Ministro Luiz Marinho e o Presidente Lula – de que consigamos, também este ano, avançar no entendimento, numa articulação bem feita para inserir na lei orçamentária de 2006 a previsão dos gastos necessários conforme o salário mínimo que vigorará a partir de maio do ano que vem.

Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, elogiar a iniciativa. O Ministério do Trabalho também coordena um grupo de trabalho com a participação da sociedade civil que está pensando numa política permanente de valorização do salário mínimo.

Esse esforço que o Congresso Nacional inaugura hoje, com a instalação desta Comissão, certamente deverá se harmonizar com o esforço que o Poder Executivo vem fazendo para desenvolver essa política.

Ganhamos todos nós, a sociedade brasileira, os trabalhadores brasileiros e o mercado de trabalho interno, que se sente revigorado com a instauração de uma política permanente de valorização do salário mínimo no País, que não é uma política de governo, mas uma política de Estado que perpasse governos e consiga recobrar o poder de compra que desejamos para o salário mínimo, com todas as suas conseqüências para o mercado de trabalho e para os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aguardaremos até o final do dia que os senhores líderes partidários indiquem os nomes do Presidente, do Relator e do Vice-Presidente da Comissão, para que possamos imediatamente começar os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
ATN Nº 2 105
Fls. 04

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

2ª REUNIÃO

14/12/2005

Eleição do Presidente e do Vice Presidente

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 972
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 2ª Reunião

Realizada em 14/12/2005

Aos quatorze dias de dezembro de dois mil e cinco, às dezessete horas e trinta minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Deputado Walter Barelli, e ainda com as presenças dos Senadores Paulo Paim, Cristóvam Buarque, Serys Slhessarenko, Garibaldi Alves Filho e Augusto Botelho, bem como dos Deputados Vicentinho, Cláudio Rorato, Betinho Rosado, Leodegar Tiscoski, Jackson Barreto, Tarcísio Zimmermann e Vanessa Grazziotin, reúne-se a COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Deputado Walter Barelli, declara abertos os trabalhos e convoca seus membros para a votação. Como escrutinadores são escolhidos os Deputados Tarcísio Zimmermann e Vanessa Grazziotin. A presidência declara o resultado: são eleitos, por unanimidade, os Deputados Jackson Barreto, para Presidente; e Walter Barelli, para Vice-Presidente. O Deputado Walter Barelli passa a palavra ao Deputado Jackson Barreto, que assume a presidência, agradecendo a confiança depositada em sua candidatura. Conforme disposto no artigo 10º, §3º, do Regimento Comum, designa o Senador Paulo Paim para a relatoria da Comissão. Dando continuidade, a Presidência concede a palavras aos Senadores e Deputados presentes que manifestam grande expectativa no bom resultado dessa Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas equarenta e sete minutos. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Walter Barelli. PSDB – SP) – Boa noite! Em benefício das outras reuniões que vêm vindo e havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Mista, criada por meio do Ato nº 003, de 2005, que institui Comissão Mista composta de sete Senadores e sete Deputados e igual número de suplentes, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação.

O SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS) – Não tem chapa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Walter Barelli, PSDB – SP) – Nada a apresentar.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 273
DOC:

O SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS) – E quem vota em quem? Como é isso?

O SR. PRESIDENTE (Walter Barelli. PSDB – SP) – Estou lendo o roteiro. Podemos abrir cinco minutos...

O SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS) – O desejo do Senador Paulo Paim é ser Relator.

O SR. PRESIDENTE (Walter Barelli. PSDB – SP) – A idéia é suspendermos por cinco minutos para uma conversa entre os presentes na definição dos... Porque não veio construída nenhuma chapa, nenhum nome para Presidente... Aqui está dito Presidente e Vice-Presidente, mas também há o Relator. (Pausa.)

O Presidente designa o Relator.

O SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir o nome do Deputado Jackson Barreto para a Presidência e o nome de V. Exª para Vice.

O SR. PRESIDENTE (Walter Barelli. PSDB – SP) – Mas deveria ser das duas Casas.

O SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS) – E a Relatoria com o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Walter Barelli. PSDB – SP) – Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

O SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Apenas queria corroborar com a proposta apresentada pelo Deputado Tarcísio Zimmermann. Se não houver discordância, poderíamos fechar com o nome do Deputado Jackson Barreto para Presidência, o nome de V. Exª para Vice-Presidente, com o compromisso de indicarmos um Senador, cujo nome já foi indicado – Senador Paulo Paim – para a Relatoria. Não precisaríamos suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Walter Barelli. PSDB – SP) – Alguém mais quer apresentar sugestões? (Pausa.)

Então, por aclamação, estão eleitos Presidente, Deputado Jackson Barreto; Vice-Presidente, Deputado Walter Barelli; Relator, Senador Paulo Paim. Declaro eleitos os referentes Parlamentares, a quem passo a presidência dos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jackson Barreto. PTB – SE) – Primeiro, quero agradecer a confiança dos companheiros e, em seguida, designar o Senador Paulo Paim para Relator desta Comissão.

Muito obrigado.

Senador Paulo Paim, sugiro que V. Exª prepare um roteiro e o apresente na próxima reunião, a ser realizada na próxima semana. Marque uma data. Para amanhã, fica muito em cima para se preparar esse roteiro.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Jackson Barreto. PTB – SE) – Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Quero fazer uma ponderação. Já foi comunicado que, possivelmente, haverá sessão extraordinária. Como ficará o funcionamento desta Comissão durante o período de convocação? Penso que temos de definir isso. Temos interesse em que ela funcione durante a convocação ou não? Sugiro que V. Exª solicite ao Presidente do Congresso que convoque os trabalhos da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Jackson Barreto. PTB – SE) – Está combinado. O Senador Paulo Paim está encarregado de fazer esse contato com o Presidente Renan Calheiros.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião 18 horas e 47 minutos.)

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 275
DOC:

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 274
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

3ª REUNIÃO

18/01/2006

Administrativa - Apresentação da Proposta de Trabalho

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 276
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 3ª Reunião

Realizada em 18/01/2006

Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e seis, às dezessete horas e trinta minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Amir Lando, Paulo Paim, Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo, e dos Deputados Tarcísio Zimmermann, Cláudio Rorato, Betinho Rosado, Walter Barelli, Jackson Barreto e Vanessa Grazziotin, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 3ª reunião. O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à apresentação de roteiro de trabalho pelo relator. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, que faz breve exposição dos principais objetivos da Comissão. Em seguida, a Presidência abre o debate, passando a palavra aos seguintes parlamentares: Betinho Rosado, Tarcísio Zimmermann, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Walter Barelli, Eduardo Azeredo, e Rodolpho Tourinho. O presidente coloca em discussão a definição do dia em que a Comissão se reunirá, sugerindo que as reuniões ocorram nas segundas-feiras pela manhã. A Deputada Vanessa Grazziotin contesta e propõe, em conjunto com o Deputado Tarcísio Zimmermann, que as reuniões ocorram nas terças-feiras, às quatorze horas. O presidente coloca em votação e é aprovada a proposta de reuniões às terças-feiras, às quatorze horas. Ato contínuo, a presidência coloca em discussão a agenda da próxima semana, a qual é aprovada. Fizeram uso da palavra o Senador Paulo Paim, o Deputado Betinho Rosado, o Deputado Tarcisio Zimmermann, a Deputada Vanessa Grazziotin, o Deputado Walter Barelli, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Rodolpho tourinho, Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia 25 de janeiro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

3ª REUNIÃO MISTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS, REALIZADA NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2006 ÀS 09 HORAS E 38 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a Terceira Reunião da Comissão Mista, criada pelo ato conjunto nº 3/2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a

ATN nº 003/2005
DESP: SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 077
DOC:

política de reajustes para o salário mínimo do país. Esclareço que a pauta desta reunião administrativa destina-se à apresentação do roteiro do trabalho. Antes de passar a palavra ao nosso Relator, nós queremos deixar bem claro, por que setores da imprensa têm nos questionado a respeito da definição do salário mínimo, numa confusão de que essa comissão, ela tem o fim específico de definir a política de salário deste ano; o salário mínimo deste ano e essa comissão tem um objetivo muito mais amplo, que é definir uma proposta de salário mínimo definitiva para o país. Então nós poderemos contribuir, de forma bastante objetiva, com as discussões que estão sendo encaminhadas nesse momento. Inclusive ontem fomos contatados pelo Ministério do Trabalho, mas a nossa comissão tem um objetivo mais amplo, mais específico e mais duradouro. Passo a palavra ao Senhor Relator.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, Deputados e Senadores presentes a esta reunião. Eu queria, se me permitissem, em primeiro lugar, dizer que, no meu entendimento, essa comissão, ela vai cumprir um papel histórico. É a primeira vez na história do Parlamento, nesses vinte anos que eu estou aqui, que a gente tem uma comissão mista especial para a formulação de uma política definitiva para o salário mínimo. Eu chego a dizer e quero deixar bem claro nessa introdução, que a minha preocupação maior não é o salário mínimo que nós vamos fixar agora, claro, para 1º de maio, que tem toda uma enge... Está engessado, o orçamento, enfim. Claro que nós vamos tentar influenciar o máximo, também, nesse salário mínimo. Mas o que mais nós queremos, efetivamente, é ter uma política permanente de recuperação do salário mínimo a médio e a longo prazo, para a gente poder dizer que esta comissão, no ano de 2006, cumpriu o seu papel com a história e hoje o país tem uma política permanente de recuperação do salário mínimo sem desconhecer a situação dos 22 milhões de aposentados e pensionistas. Nós temos que enfrentar este debate, até para nós mesmos, de uma vez por todas a gente saber. Bom, a Previdência é deficitária, não é deficitária, é superavitária, têm visões diferentes em todos os governos, no longo desses 20 anos. Este é um debate que não termina. Então nós vamos trazer para cá os interlocutores das mais variadas áreas e vamos ver. Bom, é verdadeiro que, quando dizem que a Previdência é deficitária, é por que eles só computam na... A contribuição de empregado e empregador? E as outras fontes de recursos, onde é que estão? Por quê que estão, ou se não estão, é um caixa único? Qual é o caixa? Bom, vamos, até para nós, eu quero ter essa oportunidade de fazer este debate com a maior franqueza no longo desse ano e oxalá, queira Deus, que a gente consiga lá para setembro, outubro desse ano, dizer: Olha, há uma política definitiva, permanente, que, independente de quem for o governo nos próximos anos, vai se balizar aqui para definir a data adequada ao valor do salário mínimo. Bom, se vai ser maio ou se vai ser março, se vai ser janeiro, isto a comissão, com o debate da sociedade, tenho certeza, haverá de construir. Queria, também, falar uma outra questão que eu acho importante aqui, se me permite o Presidente. A nossa comissão, no primeiro momento, tinha, se não me engano, era oito ou nove. Era oito ou nove? Oito Deputados e oito Senadores. Houve uma pressão para que passássemos para onze. Onze Deputados e onze Senadores. Eu confesso que, quando isso surgiu, eu fiquei preocupado. Amplia muito para não funcionar. Por quê? Por que daí não tem quorum e não funciona. Então nós vamos cobrar de nós mesmos, eu quero que cobrem, inclusive de mim; Deputado e Senador que se inscreveu nessa comissão e que não estiver aqui, claro que não é o caso de hoje, bem claro isso, que eu não estou fazendo nenhuma crítica, porventura a algum Deputados e Senadores que... Inclusive, eu quero aqui justificar o caso dos Estados Unidos eu tenho compromisso... Já chegou? Felizmente já chegou, talvez ele não pudesse

FLS: 278

DOC:

participar, mas se chegou, melhor, ele pedia que se marcasse para amanhã e, como eu tenho um compromisso inadiável amanhã de manhã, eu digo: Olha Barelli, eu estou numa situação difícil e, então, vai ter que ser na quarta. Daí combinamos e, felizmente, ele conseguiu chegar. Eu quero dizer que nós... Eu gostaria que, se vocês estão me entendendo, que nós fizéssemos uma cobrança positiva a nós mesmos e podem cobrar de mim, da importância de assegurarmos o quorum, por que a gente sabe que, a experiência mostra, que algumas comissões, infelizmente, elas não funcionam por falta de quorum e essa comissão, para mim, tem tudo para funcionar, sei que os Deputados e Senadores se inscreveram aqui querem, efetivamente, fazer que aconteça uma política de recuperação do salário mínimo. Então é importante, já que ampliou o quorum, que a gente tenha aqui sempre presente, no mínimo, o correspondente a poder abrir a sessão e deliberar, por que eu, por exemplo, eu não faço parte de muitas comissões aqui no Senado. Por quê? Por que eu não vou fazer parte, titular, de comissões que eu não possa estar lá para dar meu voto no momento adequado. Então eu faço essa preliminar e deixar bem claro, não tem nada a ver com a reunião de hoje, que eu sei que os Deputados e Senadores virão, por que vamos tentar, na reunião de hoje, estabelecer um organograma de trabalho, pelo menos para as próximas semanas, ou, pelo menos, para os primeiros dois meses. E, nesse aspecto, eu solicitei à assessoria, não fui eu nem que fiz, fui bem claro para vocês, a assessoria, aqui do Senado, com algumas contribuições dadas, claro, pelo Presidente, pelo Relator, porque estávamos, aqui, no dia que eles reuniram e sugerimos algumas questões que, entendemos, que esse, essa idéia de como é que vamos trabalhar, só será concretizada mediante a posição de todos os senhores e senhoras presentes nessa reunião. Em resumo, depois nós podemos, até, dar uma cópia para vocês do trabalho feito pela assessoria do Senado, eles tentaram fazer um pequeno histórico dessa realidade do salário mínimo, aqui eles colocam, eu achei até bom porque, sem citar nome de ninguém, mas pelo número, a série de projetos que nós temos na Câmara e no Senado, que deve ser em torno de vinte a trinta mais ou menos, eu estou vendo aqui, são três páginas de projetos que estão circulando nas duas Casas, uma página, duas páginas, três páginas, quatro páginas, cinco páginas, seis páginas. Então deve ter, no mínimo, trinta projetos que estão circulando nas duas Casas com esse objetivo, fixar o valor do salário mínimo e uma política de recuperação, como também da situação dos aposentados e pensionistas. Mas, para abrir já para o plenário, o eixo da proposta aqui apresentada seria o seguinte: Eles dividiram o país em cinco regiões: Região norte, aqui eles citam Manaus, vejam que não tem aqui a nossa mão, por que, se não tivesse aqui, as nossas cidades... Não está Canoas nem está Porto Alegre, por exemplo, e nem a cidade do nosso Presidente. Região norte: teríamos um grande encontro para debater o salário mínimo em Manaus, região nordeste seria em Salvador, eles botaram pelo número de habitantes, Manaus um milhão e setecentos mil habitantes, estou arredondando aqui, Salvador, dois milhões e setecentos. Região sudeste, São Paulo, dez milhões e novecentos mil habitantes. Depois botaram, na região sul, eles botam Curitiba, com um milhão e oitocentos mil habitantes. Então essa foi a proposta primeira que a assessoria lançou, para a gente ter uma visão da situação do salário mínimo nessas cinco regiões. Primeira proposta. Segunda proposta seria além, isso claro, seriam audiências públicas nesses locais, onde nós chamaríamos empregados, empregadores e representantes também dos municípios, o próprio representante do Governador do Estado e também dos aposentados e pensionistas. Essa é a lógica. Segunda questão que já tem, inclusive, alguns requerimentos sobre a Mesa, é claro que o Presidente depois vai falar sobre isso. É nós iniciarmos com algumas audiências públicas aqui na comissão, de imediato, para mim o mais rápido possível. Então foram lembradas,

ATA nº 00370/05
CCSP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 279
DOC:

naturalmente, as centrais sindicais e, naturalmente, entendimento aí, por que nós não vamos entrar nesta divisão que existe, naturalmente, no movimento sindical entre centrais e confederações. Para mim nós temos que ouvir a todo mundo, se pode vir aqui um bloco num dia, um bloco no outro dia. Então centrais sindicais e um representante do bloco das confederações. Em tese seria isso, os aposentados e pensionistas também seriam ouvidos, então, só levantando o quadro aqui. Representante dos trabalhadores. Eu, por exemplo... E ele é gaúcho inclusive, aquele senhor que coordena, o Tarcísio talvez ajude a lembrar, essa Associação Nacional dos Prefeitos, que ele é muito contra a elevação do salário mínimo, Ziulkoski... Como é que é? Até para pronunciar... Isso, Paulo, eu sei que ele é muito contra. Eu acho que tem que convidar ele. Eu tenho a opção, claro, antagônica à dele, mas não acho problema nenhum dele ser convidado e vir dizer por quê que ele acha que não deve se elevar o salário mínimo nem para trezentos e cinqüenta reais. O Paulo, e ele assume isso publicamente, não há problema nenhum e ele vai gostar de vir aqui e ainda vai fazer a defesa dele. Ele é Prefeito de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, se não me engano. Mariana Pimentel. Então chamá-lo aqui também, porque trezentos reais ele já era contra, quando falaram em mais de trezentos ele foi radicalmente contra. Bom, ele que venha aqui para expor o seu ponto de vista. Eu quero apenas, ao citar o nome dele, não é nem uma forma depreciativa, porque ele assume a posição dele e é bom que cada um assuma os seus argumentos e venha aqui e coloque. Naturalmente, aí vamos discutir a agenda, hoje o Ministro do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento, da Previdência, com certeza absoluta também serão chamados para depor aqui na comissão. Aí teríamos que discutir qual a ordem, quem nós aqui entendemos que deve ser chamado primeiro, as agendas fora de Brasília, quais as datas que nós podemos, que nós temos a trabalhar com a agenda, a intenção é fazer belas agendas fora de Brasília. Surgiu, também, a idéia da OIT. Eu disse que a OIT tem dois caminhos. A OIT ela tem uma sucursal aqui em Brasília. Nós podemos ir à OIT, aqui em Brasília, ou convidar a OIT para vir aqui, também, para fazer um debate sobre a situação do salário mínimo no mundo. E a OIT, para mim, seria um órgão que ajudaria muito para nós irmos balizando, aí também, essa visão da recuperação do valor do salário mínimo nos moldes que nós sonhamos. Mas, em linhas gerais, é isso, não tem muito que inventar aqui. E, de imediato, eu passo a palavra ao Presidente, que, naturalmente, vai presidir e vai dialogar com o plenário e eu vou interagindo junto. Eu queria que a gente construísse este plano que não tem como inventar muito. É ouvir muito e construir, se possível, até o fim do ano, aquilo que seria um relatório com projeto de lei, nós apresentarmos ao Congresso Nacional uma lei para ser aprovada. Ouvindo, inclusive, só para um dado eu quero lembrar, eu sei que existe no Executivo, também, uma comissão especial, composta pela sociedade, para discutir o salário mínimo. Quem sabe a gente possa, um dia desses, ter uma reunião com eles até para dialogar com eles como é que eles estão vendo também esse quadro. Ponto, passo a palavra ao meu Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos aproveitar aqui a oportunidade e, tendo essa proposta colocada aí pelo nosso Relator, tendo como base o estudo que foi feito pela assessoria aqui do Senado. Eu acho que nós, em termos de sugestão, meu caro Relator, poderíamos estabelecer um roteiro que levasse em conta, em primeiro lugar, ouvir os trabalhadores, as centrais sindicais, ouvir em seguida os empregadores, as confederações do setor patronal do país e, num terceiro plano, ouvir o governo. Eu acho que, nessa linha, poderiam se estabelecer um roteiro de trabalho bastante objetivo. E aproveitar, também, para analisarmos de que forma a comissão, já a partir de agora, poderia também interferir de forma mais direta no discussão que ocorre para a definição, não apenas do salário mínimo atual, o salário

ATN nº 0004/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 280
DOC:

mínimo deste ano, mas como também a definição do mês. A validade do salário é maio? É a partir de março? É a partir de janeiro? Essa discussão toda que está ocorrendo no país nesse momento que a comissão precisa ter uma participação mais efetiva. Inclusive, levando em conta os documentos apresentados ao país no mês de dezembro, pelas centrais sindicais, quando elas defendem um salário mínimo de quatrocentos reais e nós já ouvimos, através da imprensa, o pensamento do governo e as propostas que estão sendo discutidas. Eu acho que nós precisamos, no âmbito dessa comissão, ter uma participação mais efetiva. Mas eu gostaria, também, de informar que já temos aqui e vou passar estas questões todas para o nosso Relator, o Senador Paulo Paim, para a sua, o seu roteiro de trabalho aí, requerimentos da Deputada Vanessa Grazziotin, PCdoB/AM que vai de encontro ao roteiro estabelecido aí no documento que Vossa Excelência acaba de ler. E eu passo a palavra, nesse momento, ao deputado Betinho Rosado do PFL do Rio Grande do Norte.

DEPUTADO BETINHO ROSADO (PFL-RN): Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Relator, colega Deputado, dentro desse conjunto de pessoas e, de pessoas e de organizações que estão sendo previstos para serem ouvidos, eu gostaria de incluir o segmento universitário. Nós temos um conjunto já muito grande de estudos, de teses feitas por institutos e universidades, professores e nós poderíamos, perfeitamente, nos servir e utilizar essas informações que, com certeza, nos ajudarão a estabelecer esse caminho que nós estamos querendo percorrer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra ao Deputado Tarcisio Zimmermann, do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Cumprimentar, Senhor Presidente, Senhor Relator, os parlamentares aqui presentes, assessores, dizer que, de fato, nós temos, talvez, uma oportunidade histórica. Uma oportunidade histórica de, inclusive, contribuir para que o nosso país consiga fazer um reencontro da, digamos assim, de uma estratégia de crescimento econômico, de desenvolvimento, como uma estratégia também de distribuição de renda. E eu penso que o salário mínimo ele tem, evidentemente, não é a toa que a sociedade, hoje, volta, novamente, as suas atenções da forma como tem voltado, as atenções ao tema do salário mínimo. Isso não é um problema de disputa política entre o governo e oposição. É a percepção de que ele é, de fato, um instrumento essencial e insubstituível e é, por isto, inclusive, que também os países mais desenvolvidos voltam a ter preocupação em estabelecer políticas de salário mínimo. Então eu penso que esse roteiro proposto das cinco audiências, macro audiências, é importante porque é fundamental que este debate esteja enriquecido por uma contribuição de, digamos, das diferentes regiões do país. É fundamental que nós possamos ouvir a universidade, os empresários, os trabalhadores, o governo. Mas eu queria propor à consideração do Presidente e do Relator, também, algumas outras preocupações que eu tenho em relação a esse tema. Nós tivemos uma subcomissão, mais uma, sobre esse tema na comissão de trabalho. E, dos debates que nós tivemos, ficou claro de que é necessário que nós tenhamos um esforço para identificar novos parâmetros de valor do salário mínimo. Veja porque acho que ele não é um valor político, ele é, também, um valor político, mas ele tem que ser um valor objetivo também, ele tem que ser um valor... O valor do salário mínimo tem que ter, ele tem que ter um diálogo com as necessidades concretas e a realidade concreta do país. Então eu penso que seria fundamental, não sei se nós temos condições de mobilizar recursos da Câmara e do Senado para a contratação, inclusive, de consultorias. Mas nós precisaríamos ter para fazer um trabalho equivalente àquele que foi feito antes da fixação do salário mínimo. De

ATA 03/02/2007
FLS: 083
DOC:

1941 para cá, mudou demais esse país e é normal que ele tenha, ele mudou, mudou a realidade da inserção das famílias no mercado de trabalho. Naquele tempo a mulher não trabalhava. O jovem, ele entrava no mercado de trabalho muito mais tardiamente ou mais cedo, eu não sei, eu não sei em que condições. Mas a verdade é que o grupo familiar tinha muito menos pessoas trabalhando do que tem hoje. A realidade de consumo era diferente, os preços existentes na sociedade eram diferentes. As políticas públicas de suporte ou a falta delas era diferente. Então tudo isto, evidentemente, deve ter informado aquele valor do salário mínimo que hoje, quando é anualizado, o DIEESE diz que é algo da ordem de mil e quinhentos, mil e setecentos, sei lá, que a gente sabe que, bem, que é e seria bom se pudéssemos, mas ele é, rigorosamente falando, inalcançável. Mas a gente não deve deixar um fantasma continuar pairando sobre este debate. Então eu queria propor que nós tivéssemos aí um esforço de articular, para dentro desta comissão especial, o DIEESE, a Fundação Getúlio Vargas, o CESIT da Unicamp, enfim, outros, vários outros organismos de estudo, pesquisa, enfim, que pudessem nos ajudar a identificar, então, os novos parâmetros do valor do salário mínimo que pudessem, inclusive, consolidar uma análise sobre os impactos do salário mínimo nas contas da Previdência, nas contas dos Estados, dos municípios. Quando o Prefeito Paulo Ziulkoski é contra a elevação do salário mínimo ou se posiciona criticamente, ele, na verdade, está dialogando com uma realidade das finanças municipais. Então, mas o que que é isso, dimensionado? Quanto seria necessário, por exemplo, num fundo de suporte. Porque nós não podemos criar um salário mínimo que quebre os municípios, não podemos, não podemos fazer isso. Mas talvez seja possível. Quanto seria necessário num fundo de suporte para que os pequenos municípios do país pudessem suportar e não serem freios, não serem freios à elevação do salário mínimo. Nesse país tem recursos para tanta coisa, por quê que não pode ter um fundo que viabilize a elevação do salário mínimo nos pequenos municípios, nos municípios mais pobres do Brasil? Por quê não pode ter isso. Pode. Isso pode ser um instrumento de distribuição de renda. Quanto seria necessário? Dimensionar isto adequadamente. E, também, ter a capacidade de mencionar o impacto do salário mínimo numa estratégia macro econômica de crescimento da economia, de distribuição de renda. Têm divergências pesadas nesse campo. Na subcomissão, por exemplo, houve a participação de técnicos que diziam que o salário mínimo é irrelevante, do ponto de vista da distribuição de renda. É um, vamos dizer assim, é um conceito, é uma opinião, é uma análise. Acho que nós devemos recuperar isso para que nós possamos, efetivamente, oferecer ao país um, mais do que um, digamos assim, um conjunto de expectativas, mas um conjunto de possibilidades. Eu acho que esse é o grande desafio. Então, Senador Paulo Paim, Deputado Jackson Barreto e meu companheiro Valter Barelli, eu penso que, se nós pudéssemos identificar a possibilidade de algum recurso que pudesse se mobilizar, da Câmara e do Senado, para que a gente pudesse, pudesse; sim a CPI tem consultorias. Nós precisamos de consultorias para isso, tem estudos, tem técnicos, tem instituições que precisam ser mobilizadas para isso. E eu acho que vale, vale para o país valaria muito se a gente pudesse oferecer um sólido conjunto, efetivamente, um sólido conjunto de respostas às angústias e às dúvidas que cercam esse debate no nosso país. Na subcomissão eu pude perceber muito mais, assim, a dificuldade, a complexidade desse debate. Não pudemos construir as respostas, acho que aqui nós temos muito mais bala na agulha, temos muito mais possibilidades de oferecer essas respostas que o país, eu acho que angustiadamente, espera da Câmara dos Deputados e do Senado. Então, eu queria propor isto, que a gente também pudesse considerar, além dessas audiências, além destas audiências macro regionais, pudesse considerar a possibilidade de incorporar, formalmente, e, enfim, estas instituições para

ATN nº 003/2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 282
DOC:

que a gente pudesse, inclusive, recomendar, encomendar estudos, encomendar análises que pudessem nos dar determinados parâmetros fundamentais para a definição de uma política de longo prazo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao nosso Relator.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para situar o nosso Vice-Presidente, companheiro Barelli, Barelli eu justificava, aqui, que você havia, inclusive, pedido a reunião para quinta e você foi meio que atropelado porque eu na quinta de manhã, como eu tenho compromisso que eu não podia trocar, daí eu fiz um apelo para você e para o Jackson e você disse que faria o possível para chegar e felizmente chegou. Mas nós iniciamos aqui o trabalho, Barelli, para situá-lo e à Vanessa também, a nossa querida Deputada, que está chegando agora também, que... Igualmente para todos nós aqui. Nós apresentamos, de forma resumida, uma proposta construída pela consultoria, que foi enriquecida, já, pelo Deputado que falava, Tarcísio Zimmermann e Betinho Rosado com duas propostas. Aqui resumo, eu diria, que são as audiências públicas com trabalhadores, empresários, aposentados e governo, quando eu digo governo, é o Ministro do Trabalho, Previdência, Planejamento e Fazenda, principalmente, as Universidades, Deputado Rosado colocou, as Universidades, a questão das consultorias, Tarcisio coloca, também, que seria importante termos uma parceria; principalmente DIEESE, Fundação Getúlio Vargas e Unicamp, falamos também de cinco encontros regionais com audiências publicas e eu falava aqui, quase no encerramento da minha fala, de nós dialogarmos, também com a comissão de salário mínimo que já existe no governo. É uma comissão montada com a sociedade, termos um diálogo com eles também construindo estas propostas. Eu continuaria deixando a palavra em aberto aí, nós estamos iniciando o debate, a intenção que, no fim dessa reunião, a gente saia com um organograma, uma proposta de trabalho daqui para frente, só para dizer que, nas cinco regiões propostas, São Paulo está contemplada, o Rio Grande do Sul não está contemplado, meu amigo Barelli, você não estava aqui, mas nós defendemos o seu Estado, aí. Eu, de novo, abro aqui, já, que para que cada um possa colocar o seu ponto de vista e a gente, no final da reunião, tenta alinhavar, aí, o quê que seria a proposta de encaminhamento. Senador. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Peço, Presidente, que Vossa Excelência, nosso Relator, todos os companheiros, Deputados e Senadores, que aqui estão. Eu apresentei alguns requerimentos que vão, exatamente, no mesmo sentido que propõe o nosso Relator, de fazer audiências públicas com segmentos da sociedade envolvidos com a questão do salário mínimo, seja o setor de trabalhadores, segmento sindical de trabalhadores, representativos dos trabalhadores ou dos empresários, o governo, como V.Exa. fala, as entidades ligadas à pesquisa, os estudiosos do salário mínimo, enfim. Eu apenas gostaria de sugerir ou de fazer uma ponderação em relação a essas audiências regionais. Acho que elas são fundamentais, porque uma comissão como a nossa não discute o salário mínimo e a recuperação dele de um ano para outro, é uma política, o nosso interesse maior é discutir aqui e elaborar uma proposta de política permanente para o salário mínimo. E, sem dúvida nenhuma, virá a tona e estará sobre a Mesa um debate acerca da regionalização do salário mínimo. Eu tenho uma posição clara, e contrária contra isto, acho que o salário mínimo tem que ser nacional. Mas nós temos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS 283
DOC

que enfrentar esse debate, não tenho dúvidas quanto a isto e, este aspecto e essa oportunidade de fazer as discussões nas regiões, ela é uma decisão importante que nós tomaremos aqui. Eu só... A ponderação que eu gostaria de fazer, entretanto, diz respeito à região norte. É a região menos populosa do país, é verdade, mas é a maior região do ponto de vista da sua dimensão territorial e nós temos algumas experiências lá, Deputado Paim, ou Senador Paim, algumas experiências, por que lá nós temos a Amazônia dividida em duas, a ocidental e a oriental porque é uma região muito longe, muito distante, muito grande. Então dificilmente fazendo uma audiência no Pará, por exemplo - -

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): É em Manaus.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): É Manaus, sim, eu pego o exemplo contrário, fazendo no Pará, dificilmente Acre, Roraima e Amazonas iriam. Fazendo só no Amazonas, dificilmente o Pará, Amapá... Por que lá nós não temos estrada, lá nós só temos o meio de transporte utilizado, tem os rios, é muito demorado a não ser que as pessoas saiam 30 dias antes da audiência para chegar lá e de avião é caro. Então eu não sei se nós teríamos fôlego, acho que nós poderíamos até não deliberar agora, mas deixar esta ponderação. Vamos tentar Manaus. Se não conseguir a mobilização dos estados da Amazônia oriental, que façamos, em seguida, uma nova na região, aí desta vez no Estado do Pará para pegar o Amapá e parte, acho que o Maranhão deverá se integrar a, deverá se integrar ao nordeste. Enfim seria mais ou menos essa ponderação, somente, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Deputado Walter Barelli.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu quero saudar o Presidente, o nosso Relator, Senador Paim, os meus colegas Deputados, Senador Eduardo Azeredo. Eu acredito que essa questão do salário mínimo e essa comissão ela é importante para fazer um projeto de médio prazo do salário mínimo. A discussão do próximo salário mínimo está aí, nós podemos, logicamente, nos manifestar a respeito, mas a comissão é para sair da conjuntura, para ir para uma política de longo prazo com referência à remuneração básica que é o salário mínimo. Bem, eu acredito que o Deputado Tarcisio colocou a busca do início, como Josué de Castro fez todos aqueles inquéritos, que deu a ração essencial mínima, que é a base do salário mínimo e se partia do conhecimento científico da época, seria uma tarefa importantíssima fazê-la de novo, mas também aí, eu acredito que uma das coisas que eu acho que essa comissão ela deve ter um ano de prazo, mais ou menos, para apresentar seus trabalhos, vai pegar um ano difícil por causa da questão eleitoral que aí está, ela não vai poder aguardar a realização de uma pesquisa deste porte. A última pesquisa feita, foi feita pela Fundação Getúlio Vargas, uma pesquisa de padrão de vida que mostra os hábitos alimentares e as demais condições de sustentação da população. Foi divulgada, acho que há questão de um ano, essa pesquisa. Como uma pesquisa domiciliar, que envolve tempo, a gente, ela pode, se, nortear um pouco o nosso caminho. Eu participei como membro do CESIT da Unicamp, sou professor lá, de um trabalho que foi editado e foi feito tanto pela Unicamp, CESIT como pela CUT, pela ABET, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, pelo PROLAM(F), que é um organismo de integração latino americano, pela USP -- o PROLAM(F) é da USP -- e pela UFRJ, o Instituto de Economia lá da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego. Isso resultou num livro que eu tenho, para esse período de recesso sem o trabalho de plenário, vamos colocar direito as coisas e no

NAIN nº 00312005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 284
DOC:

a minha lição de casa, embora tenha participado de um dia inteiro das discussões lá, já como Deputado, no começo do ano passado, mas não tinha participado do debate, foram dois dias de debate intensos e os resultados aqui estão. Há muita coisa para se dizer aqui, porque, inclusive, esse trabalho, ele contava com, assim que a assessoria -- eu acredito que o Presidente poderia propor que o Ministério do Trabalho está distribuindo esse livro – que todos nós recebêssemos e a assessoria de cada parlamentar pudesse analisar essa questão -- por exemplo, tem todo um artigo aqui, mostrando a viabilidade desse governo ter dobrado o salário mínimo como proposto. Vale pelo que os técnicos, professores, que apresentaram aquela proposta mostraram quais os argumentos que tinham naquela situação de início de governo, que foi escrito em 2003, o seminário foi no começo de 2005, se eu não me engano, então foi escrito entre 2003 e 2004, mostrava até isso. Hoje, lógico, olhando depois da obra pronta e da situação brasileira manifesta, a gente verifica que também ali era quase uma forma de instrumentar o governo para como que ele poderia fazer para dobrar, no seu mandato, esse governo, para dobrar, no seu mandato, o valor real do salário mínimo. Coisa que eu acho que está afastada de consideração. Bem, agora, o que me chamou mais atenção é o seguinte: O problema, quais os dois grandes problemas que são apresentados com relação ao salário mínimo? E muitos de nós, não é Paim, estamos nessa luta, a séculos [inaudível] [risos], em termos literários, há séculos nessa luta. Mas eu dizia, assim que saí do Ministério do Trabalho, que eu tentei uma proposta de colocar no prazo a recuperação do salário mínimo. Naquela época a idéia era chegar a cem dólares, estava sessenta e seis dólares – [inaudível]. Não, já passou, mas se a taxa de câmbio for para o que deveria ser, estaria em três reais, o problema que tem uma política financeira e como trabalha com isso, estaria nos cem dólares. -- Depois eu tinha, como proposta, nós chegarmos ao salário mínimo do Mercosul, porque, na época, a Argentina pagava o dobro do Brasil, hoje eu não tenho aqui os dados da Argentina, mas sei que Paraguai paga bem mais, Venezuela paga quase quinhentos, o equivalente a quinhentos reais. Bem, tem esses dados todos de comparação. Por que nós estamos trabalhando com salário que é o principal da estruturação no mercado de trabalho. No Brasil isso deixou de ser realidade, principalmente porque, do jeitinho brasileiro, nós criamos vários salários mínimos que são os pisos salariais das categorias. Então o trabalhador não é um grande aliado na questão do salário mínimo, porque ele ganha seiscentos reais, novecentos reais, como salário piso da sua categoria. Foi um esforço muito grande fazer transformar a luta do salário mínimo numa luta que não seja só de um mês, um mês por ano se reúne, se briga, se xinga e se apresentam novas propostas. Bem, mas então, para estruturar um mercado de trabalho no Mercosul, o outro seria o salário mínimo do Mercosul. Depois seria o salário, vamos dizer, ibero americano, porque o salário, o equivalente do salário mínimo da Espanha está por volta de uns setecentos, setecentos e cinqüenta reais. Então, seriam degraus e teria relação, principalmente, na estruturação do mercado, pensando nos nossos concorrentes, já que vivemos numa sociedade capitalista. Bem, esta foi uma proposta, o primeiro degrau foi superado, mas nao se tem o segundo degrau para, claro, aonde, para onde a gente deveria caminhar. Pode, não necessariamente, precisa ser essa idéia, primeiro, porque a questão do dólar já deixou de ser referência e não era referência por ser dólar, era para ter, efetivamente, a questão do primeiro degrau. Então, uma das coisas importantes é essa. Agora, as dificuldades. Uma, que tem sido colocada, é a questão da Previdência. Ela tem que ser uma saída num novo mecanismo de financiamento da Previdência, não tem isto aí, nós não vamos massacrar os nossos idosos fazendo essa desvinculação entre o salário mínimo e o piso mínimo da Previdência. Isso é fazer

CESH - SALÁRIO MINIMO
FLS: 385
DOC:

foi feito com o projeto de unificação do salário mínimo. O projeto de unificação do salário mínimo –

[tumulto]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só para te interromper, um pouquinho, numa parte aí, me parece que este é o ponto nevrálgico da questão. Se nós continuarmos com o salário mínimo ainda servindo de indexador, não há solução possível, a curto prazo. É muito difícil enfrentar essa questão de que, realmente, reajustar aposentadorias abaixo do que se reajustaria o salário mínimo, mas é uma questão que nós temos que enfrentar, ela é impopular, nós nos acostumamos a ter pessoas que ganhavam dez salários mínimos, cinco salários mínimos, seis salários mínimos, é normal nós encontrarmos aposentados que dizem assim: "Eu ganhava dez salários mínimos, hoje estou ganhando só sete". Mas, na verdade, o aposentado tem que receber o salário que tinha na época da aposentadoria, corrigido pela inflação, digamos para ser mais claro, isto é que tem que ser. Ele não tem que ter ganho real, quer dizer, o ganho real é para a gente conseguir levantar a base. Se nós formos, realmente, sempre com essa realidade de hoje, me desculpe, mas nós não vamos conseguir. Aí o custo é extremamente elevado. Eu sei que é impopular, eu sei que é difícil dizer isto, "não, nós vamos, o salário mínimo vai ser maior do que o que o aposentado está recebendo". Mas se o aposentado tiver um reajuste igual à inflação, está mantido o poder de compra dele. Agora, você elevou o salário mínimo porque existe uma política de melhoraria do salário mínimo. Não sei, acho que essa, me parece, que nós não vamos conseguir sair disto. Até hoje, olha, nós já estamos com 11 anos do fim do plano real, até hoje, por exemplo, na área rural, é impressionante. A área rural, o que este pessoal ganha é em salário mínimo. É dois salários mínimos e meio, não adianta, o sujeito que ganha dois salários mínimos, o capataz, o outro ganha, o caseiro ganha dois salários, dois e meio, o outro ganha três, é assim, vai tentar pagar para o sujeito, não eu vou reajustar, mas o... Não, não, não. O senhor combinou comigo foi três salários mínimos. E isso continua.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Está certo. Bem, tem essa questão, eu não estou preocupado, quer dizer, quando eu estou falando a questão da Previdência, é a questão do piso da Previdência, ninguém pode ganhar menos do que um salário mínimo. Quando se fala em desvincular, é que existiria um salário previdenciário menor do que o salário mínimo. Essa é uma proposta que, em outras economias, isso aconteceu, aconteceu na França. Aconteceu em outros países. Agora, no caso brasileiro, a nossa Constituição foi explícita e eu acho que não é o caso de mexer aí, principalmente por que nós estamos tratando de um salário que seria de sobrevivência e que não é um salário de sobrevivência. Afortunadamente, ele tem aumentado. Mas, para terminar. Há dois, eu dizia, dois problemas, um é esse. Existe uma discussão grande sobre isso, eu acho que só se resolve mudando a forma do pagamento dos encargos previdenciários, do recolhimento dos encargos previdenciários. Nós estamos atrasadíssimos nisso. E a outra questão que se tem, é a questão dos municípios. Quem, hoje, é contra uma progressão no aumento, no reajuste mais acelerado da base salarial, onde a gente encontra mais resistência é, exatamente, nas prefeituras que não estão preparadas para isso. Da maneira como –

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Barelli, me permite um apartezinho? Até por que eu quero ser fiel àquilo que eu tenho dito. Claro que há divergências sobre a formulação ideal de uma política de salário mínimo, nós todos vamos ter a oportunidade de explicitar, aqui, no debate que vamos ter, tenho certeza, do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 286
DOC:

mais alto nível. Mas eu vou falar algo, por que eu tenho falado publicamente, na história das prefeituras. Claro, é muito no debate político, mas eu gostaria que cada Prefeito. -- Que toda vez que tem o debate do salário mínimo, ele vem, radicalmente, contra o aumento do salário mínimo. -- Que eles também, na época eleitoral, dissessem, quando ele é candidato a Prefeito, que ele dissesse: Olha, eu me comprometo que eu vou me eleger e vou trabalhar para que o salário mínimo dos eleitores não aumente. Prefeito nenhum diz isso. Depois que está eleito, lá pela metade, no ano, na véspera da eleição ele começa a bombardear o salário mínimo. Por isso que eu acho que tem que fazer o debate. Na abertura eu pedi, inclusive, que nós convocássemos o Presidente da... É Associação? [inaudível] Dos Municípios do país, que é do Rio Grande do Sul e que ele é o que mais bate. Mas eu não estou nem aqui fazendo nenhum ataque político a ele, por que eu acho que é bom por que ele assume as posições sempre, sempre. Mas é interessante que a gente desmistifique isto, para ter clara essa questão dos pequenos municípios, porque todos os Prefeitos, eu tenho certeza que, na época da disputa eleitoral dos municípios, eles nunca irão dizer que, uma vez eleito, me comprometo para lutar contra o aumento do salário mínimo. Então, esse é um debate que tem que ser feito na transparência para que, efetivamente, o Tarcísio até levantou uma proposta, quem sabe, de um fundo, enfim, algo que está surgindo, para que este debate, a gente possa daí aprofundar. Mas vou deixar tu concluir, que daí eu vou tentar encaminhar uma proposta de organograma de trabalho para nós.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Não, mas é exatamente isso, se essa comissão quiser ter sucesso, ela tem que trabalhar na... entre aqueles que não querem aumento do salário mínimo. Na maioria dos Estados, por exemplo, essa audiência a ser feita em São Paulo, é só para conseguir apoio para um aumento do salário, de uma proposta de aumento. E, certamente, não será tão concorrida, porque não é problema. Se a gente verificar, regionalmente, como se distribuem os pagamentos do salário mínimo, as regiões mais industrializadas saíram do salário mínimo, porque não permitiram que aquela queda violenta, imposta no regime militar, acontecesse com todos os salários. O salário que ficou... Congelado foi o salário mínimo, depois o do servidor público. São os dois grandes sacrificados dessa República. Agora, os dois, as duas questões maiores são: Resolver do ponto de... Quem vai ficar contra, quem vai falar contra, quem vai buscar editorial para dizer, não, é, esse pessoal é maluco, estão pensando que aqui é a Venezuela, que se pode pagar quinhentos reais de mínimo, estou, lógico, dramatizando, mas vão ter coisas desse tipo. Agora a nossa comissão é uma comissão mista, séria, então precisa debater e, efetivamente, nessas causas

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, pelo que eu consegui anotar, enfim, assimilar até o momento, há consenso aqui nos encaminhamentos. Nós vamos ouvir todos os setores da sociedade, vamos convidar, também, os setores intelectuais, enfim, que tem estudos, também, nessa área. Para mim, nesse momento, vamos ouvir o Governo, naturalmente, Prefeitos, Governadores e vamos discutir se vão, ou serão mais do que cinco regiões, que já foram explicitadas aqui, o que eu me comprometo é o seguinte: Mediante a este entendimento que eu percebi que é possível, na próxima reunião que nós vamos marcar, eu traria já o organograma como proposta. São cinco regiões, primeiras, qual a data, qual o mês e vamos discutir. As audiências públicas aqui, também eu traria uma proposta para submeter ao plenário, de qual é a data, é essa, não é, enfim, não houve estudo, eu trago uma proposta

FLS: 287
DOC:

se todos concordarem ou alteramos ali e, dali para a frente, o que vale é aquela. O que eu gostaria de, nessa primeira reunião, a partir de hoje, a primeira audiência pública, nós definirmos hoje, que além de eu apresentar um organograma, que não seja uma reunião de novo só para discutir o organograma. Que, já na próxima reunião, nós tivéssemos alguns convidados. Por exemplo, eu vou dar por exemplo, não é que tenha que ser isso. Eu acho que a questão dos aposentados é um debate que nós vamos ter que enfrentar e eu vi aqui que, só rapidamente, que houve o problema. Nem que a gente convoque os representantes dos aposentados num dia e, quem sabe, no outro dia a Previdência, não sei, estou apenas citando. É fácil de trazê-los. Se nós marcarmos aqui, hoje, que vamos, na primeira audiência, ouvir os aposentados, a gente pode marcar o dia da semana que vem, já, e eles virão. Estou dando um exemplo, só. Pode ser, nao ser os aposentados também.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Senador, eu, a partir da lembrança de que o Executivo tem uma comissão equivalente a esta, talvez para que nós pudéssemos, inclusive, porque nós não precisamos andar em vias diferentes, nós podemos andar paralelamente, mas de forma mais articulada. Talvez a primeira, pudesse ser, inclusive, para que a gente ouvisse, do Executivo, qual é o seu, qual é a sua estratégia, qual é a sua estratégia. E, talvez, essa preocupação que eu levantei aqui e que o Deputado Barelli também abordou, sobre a necessidade de consolidar alguns estudos, pudesse ser, inclusive, uma demanda da nossa comissão a ser levada ao Executivo e um compromisso firmado, pelo Executivo, de realizá-la, por que ele tem mais instrumentos para isso do que nós, ele tem mais possibilidades de fazê-lo. Então, eu queria sugerir, talvez, que nós pudéssemos convidar, como primeira audiência, o Executivo, para que eles pudessem expressar aqui, deve ser o Ministro Marinho o titular dessa, o líder dessa comissão, para que ele pudesse expressar aqui qual é a estratégia desta comissão formada no Executivo e que nós pudéssemos compartilhar algumas preocupações, que eu acho que tem aqui, aqui tem experiências ricas, aqui no Parlamento, que podem ser importantes para que nós pudéssemos... Porque se nós pudermos andar mais ou menos juntos, acho que a vida fica melhor para todo mundo, fica mais possível de que a gente venha a ter um resultado objetivamente positivo. Então queria te propor isto, Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está. O que eu estou tentando aqui, alinhavar, não sei se todos entenderam, na próxima reunião eu trago toda uma programação, mas eu queria que nós decidíssemos hoje quem nós ouviríamos na próxima reunião. Então está em debate, está em debate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Tem a palavra o Deputado.

DEPUTADO BETINHO ROSADO (PFL-RN): [inaudível] a posição do Deputado Tarcísio e acho que ele não quis ainda externalizar os assuntos da comissão chamando as centrais sindicais, preferiu fazer uma discussão mais próxima aqui quando chamou o Executivo antes da gente partir para discutir com a sociedade de forma mais ampla. Mas eu acho que antes do Executivo eu acho que poderia ter uma discussão interna aqui na Casa. Você falou numa subcomissão, está em andamento essa subcomissão?

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Não, teve uma comissão de trabalho no ano de 2004 e depois ela parou, paralisou, porque elas têm vida, digamos assim, determinada, mas já teve antes uma outra, coordenada pelo, creio que foi por V. Exa., Senador Paim, então teve várias. Esse é um assunto um pouco recorrente aqui, se

AIN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 988
DOC:

nós recuperarmos só o que tem de acervo aqui já é muita coisa, tem muita coisa aqui na Câmara já construído.

DEPUTADO BETINHO ROSADO (PFL-RN): Relatores de projeto que estão em andamento que falam a respeito do reajuste do salário mínimo, talvez essa pudesse ser a nossa primeira audiência. Discutir com a Casa, como é que andam as coisas, como é que este assunto está andando dentro do Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, essa é a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Rodolfo Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO, PFL/BA: Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, eu entendo que nós precisamos focar essa questão do salário mínimo nas coisas, digamos assim, que são verdadeiras, que tem que ser discutidas, como propõe o Senador Paulo Paim e trago aqui hoje uma nota que saiu no Estado do São Paulo, onde o senhor Ministro do Trabalho propõe que os Estados renunciem a parte dos recursos da Lei Kandir para bancar o salário mínimo. Eu acho que esse não é o caminho da discussão, esse não pode ser o caminho da discussão. Mesmo porque e lamentavelmente o governo não tem entendido isso, nem esse governo, nem outros governos, que esta questão, só que hoje o problema é maior, por que o volume das exportações está muito maior, que essa questão dos créditos de exportação para os exportadores que são geradores de divisas para o país e criadores de emprego, esse é um problema muito sério hoje e que não vem sendo atendido pelo governo. Cada vez, mais o governo tem procurado restringir esses valores da chamada Lei Kandir ou daquilo que deve ser devolvido das exportações e, sobretudo, por que, se os Estados não tiverem interesse na exportação, a tendência, a longo prazo, é que você tenha uma queda na exportação. Hoje eles já não têm, a verdade é essa, porque eles não recebem nada por isto, eles têm que bancar, inclusive, créditos do ICMS, sobretudo quando a exportação, dentro da exportação tem componentes que vem de outros estados e isso é um assunto extremamente importante. Então o caminho de se buscar recursos para o aumento do salário mínimo nao é esse, entao é tocar logo nisso que eu acho que é um erro do governo isto. O outro erro é tirar, também, tentar buscar na classe média, a mais sacrificada de tanto tempo, os recursos para bancar o salário mínimo através da não correção da tabela do Imposto de Renda. Então eu entendo, Senador Paulo Paim, que essa proposta de discussão destas audiências públicas que aqui devem ser feitas, eu acho que são importantes, na medida em que são fundamentais para se viabilizar esse aumento do salário mínimo, que eu sou até favorável ao valor maior do que trezentos e cinqüenta reais e eu acho que o caminho tem que ser o caminho prático como, aliás, V. Exa. sempre coloca as coisas. Muito Obrigado.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica, eu vou só fazer um comentário rápido. Eu quero, também, tentar aqui, como Relator, sugerindo a próxima fala, que a gente também não pode perder aquilo que eu chamo, um pouco, o trem da história. Queiramos ou não, há um debate aí do salário mínimo dia 1º de maio e essa comissão terá que se posicionar. Não é o nosso objetivo principal, eu concordo com o Barelli e com todos que falaram, é a política a longo prazo, mas, se existe uma comissão especial para o salário mínimo, ela terá que se posicionar e aí, por isso que eu estou insistindo muito que a próxima reunião tem que ser uma reunião, uma audiência pública, ou com o governo, ou com os aposentados ou com as centrais sindicais. Eu até iria mais além, tudo bem, vamos convidar o governo, mas se o governo disser: Ah, nesse eu não

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 289
DOC:

posso. Tudo bem, então nesse vêm os aposentados ou vêm as centrais sindicais. Que nós deixássemos, aqui, uma linha de preferência, eu quero apenas sugerir, está entendendo, Barelli, na próxima reunião, é o Ministro Marinho, mas o Marinho disser, olha eu estou com um problema de agenda, eu estou apenas, posso eu estar no lugar dele, como exemplo, não, mas essa semana eu não posso. Bom, então nós vamos convidar os aposentados para discutir o impacto do salário mínimo na vida dos 22 milhões de aposentados e pensionistas. Aqui eu quero dizer bem claro que eu trabalho com a palavra 22 milhões, eu não trabalho com a palavra 9 milhões, por que nós sabemos muito bem e aqui o debate já aconteceu indiretamente, que o salário mínimo é referência, é referência hoje para os aposentados e pensionistas. E nós vamos ter que enfrentar esse debate. Queiramos ou não, nós vamos enfrentar um bom debate para ver o que a gente pode construir. Aí vamos pegar um pouco da retrospectiva histórica dos últimos dez, quinze anos, de como é que foi o reajuste do salário mínimo que dá um belo debate também não só atual, mas no passado, vinculando, também, aos aposentados. Então esse debate nós vamos ter que fazer. Então eu quero só insistir, qual será, da semana que vem, a data adequada e nem que nós botássemos uma ordem de preferência, eu até concordo, por exemplo, é a comissão do salário mínimo capitaneada pelo Marinho? É. Mas se ele não puder, quem vem? Aí nós vamos, aí, as centrais ou nós vamos para os aposentados. Está aberto o debate, Presidente.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu não quero colocar proposta nova, não, quero apenas me posicionar em relação às propostas já colocadas. Acho que essa segunda fala do Senador Paim, ela resgata o objetivo maior. Acho que não é contraditório, inclusive, com a proposta, com outras propostas aqui apresentadas. Em relação ao que a Câmara ou ao que o Senado vem desenvolvendo sobre o salário mínimo, a gente pode trabalhar permanentemente, solicitar nossas assessorias, solicitar a assessoria da comissão que façam o levantamento, que busque o livro resultado, fruto, do seminário importante realizado e organizado pela Unicamp e que nos repasse isto imediatamente. Entretanto, eu concordo com o Senador Paim, nós temos, sim, que começar a discussão por aí. Nós estivemos eu, Deputado Tarcisio Zimmermann e outros Deputados, participando de uma das reuniões das centrais sindicais com o governo. Tomamos a iniciativa de irmos participar daquela reunião. Agora, devemos trazer o debate para cá, devemos trazer o governo para cá e eu vou mais além, eu concordo com a proposta de V. Exa., tem que vir o governo. É a comissão do salário mínimo, mas é a parte que decide da comissão. Não adianta eles mandarem vale(F), não estou aqui diminuindo a participação de membros da comissão, agora nós sabemos como é que funciona uma comissão e quem determina as questões na comissão. Por isso que eu apenas adendo, acho que tem que vir o Ministro Marinho e tem que vir o Ministro Paulo Bernardo, também, no mesmo tempo, no mesmo tempo, ao mesmo tempo, para debater isso aqui conosco. E se eles não puderem, V. Exa. levanta a possibilidade de substituí-los, é isto? Se eu bem entendi. Substituir para não perder tempo. Concordo também. Mas acho que semana que vem nós temos que ter um encontro com esses dois Ministros, ou numa audiência pública aqui, ou nós indo lá e o que não diminui a necessidade e nem retira a necessidade da audiência pública aqui. Mas se eles não tiverem audiência para participar aqui de uma reunião, de uma audiência e tiverem um minuto para nos receber, cinco minutos, dez minutos, a nós os parlamentares, por que qual é o nosso objetivo? O objetivo é reforçar o pleito dos trabalhadores ou alguém aqui é contrário a isso? É reforçar o pleito que não está decidido ainda não, eu acho que nós temos que fazer o nosso papel, nós temos que dar a nossa colaboração nesse processo. Então concordo com o Senador Paim, com o Deputado Zimmermann e faço apenas este adendo, eu acho que nós temos

ANEXO À NOTA TÉCNICA SOBRE SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 290
DOC:

que estar com esses dois Ministros o mais rapidamente possível e se for o caso, imediatamente chegar ao Palocci, se a gente ver que o negócio não está tão fácil, não está tão tranqüilo, vamos ao Ministério da Fazenda, nós não podemos aprovar um orçamento que não contemple um reajuste significativo do salário mínimo, é trezentos cinqüenta que as centrais apresentaram e o governo está concordando? Não, eles já retiraram quatrocentos há algum tempo e já passaram para duzentos e sessenta e já estão negociando os trezentos e cinqüenta. A polêmica agora é o prazo.

>> É antecipar.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente, é se antecipa ou se não antecipa. Eu acho que nós temos que nos, intervir nesse debate procurando ajudar os trabalhadores.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor presidente, para ser bem objetivo e ajudar no encaminhamento, eu proporia que V. Exa., em primeiro lugar, colocasse em votação, se assim o plenário entender e Vossa Excelência, qual o dia da semana que vem que nós vamos nos encontrar novamente? Por quê? Levando em consideração que tem todo o trabalho das CPIs e, conseqüentemente, alguns parlamentares estão envolvidos. Então, qual o dia em que nós nos encontraremos? Segundo, seria a votação já da convocação do governo, de preferência, de forma preferencial, esses dois Ministros. Se eles não puderem, por nenhum motivo, nós vamos manter a audiência pública aqui, convocando, então, ou centrais sindicais ou aposentados, para que venham debater o tema do salário mínimo. E, nesse dia, eu apresento, como eu vinha dizendo, vou conversar, naturalmente... Quando eu digo apresento, pessoal, deixar bem claro que eu vou conversar com os meus parceiros de Mesa aqui, eu não vou vir com uma proposta, aqui, só da minha cabeça. Eu vou conversar com o Barelli, com o nosso Jackson, Presidente, para que a gente, a Mesa apresente uma proposta de organograma. Vamos tentar marcar, primeiro, qual é o dia da semana que vem e daí a gente vai matando por etapa, qual o dia melhor para a gente se encontrar, Presidente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de fazer uma sugestão. Um dia pode, até, não ser o dia normal de funcionamento da Casa, mas a nossa sugestão seria o dia de segunda feira. Eu acho que seria o dia melhor em função dessas CPIs que estão aí funcionando todas, a comissão se reunir na segunda-feira, eu acho um dia bom e onde a gente pode, inclusive, dar uma contribuição maior aos trabalhos aqui do Congresso e da própria Câmara. Aqui todos estamos envolvidos em diversas comissões. É uma sugestão que faço como Presidente. Mas coloco à disposição dos companheiros.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E outra sugestão que seja colocada rapidamente a gente vota aí pessoal, sem nenhuma polêmica maior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Segunda-feira, às dez horas da manhã, seria a nossa proposta.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu vou, eu só quero apresentar outra sugestão, de terça-feira. Porque nós temos trabalho efetivo nos nossos Estados e, se a gente marcar reunião para cá na segunda-feira, quando é que nós estaremos nos Estados? Quando nós vamos reunir com as pessoas, com os trabalhadores, porque esse debate vai ser feito aqui e vai ser feito lá também. Então acho que segunda-feira, eu estou sendo um pouco mais realista, acho que dificilmente a gente

ATN Fls. 08/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 291
DOC:

alcançaria quorum para segunda-feira pela manhã. Então trocaríamos, a minha sugestão é trocar segunda pela manhã pela terça, terça de tarde, geralmente a ordem do dia da Câmara começa às dezesseis, é o que o Deputado Tarcísio está sugerindo à tarde. A ordem da Câmara começa as dezesseis, eu não sei do Senado que horas começa?

>> Também é dezesseis.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Dezesseis? Então poderia ser as treze horas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de fazer uma sugestão, sendo terça às dez horas da manhã. Porque nós não vamos ter tempo de fazer uma discussão mais ampla porque conhecemos o que é o regimento da Casa, no momento em que passa a ordem do dia, suspende as comissões.

[inaudível]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Às dez horas da manhã.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu queria fazer uma ponderação e uma informação. A ponderação é a seguinte, quer dizer: Não são todos os Deputados que estão com os burros na sombra, como a gente chama lá no Rio Grande do Sul, a vida agora, esse ano, é uma vida complicada, esse ano a gente precisa trabalhar a nossa... Todos somos candidatos, ou a maior parte de nós é candidato e é óbvio que isso passa por uma relação mais epidérmica com a nossa base. Então, eu quero dizer assim, a minha expectativa é de que a gente tenha terças, quartas e quintas a possibilidade de um trabalho efetivo aqui, mas sexta, sábado, domingo e segunda será um trabalho efetivo lá. E nós chegamos aqui, normalmente, nossos vôos às terças-feiras, chegam por volta de dez, dez e meia. Esse é o cronograma que nós dispomos. Por isso que eu digo, acho que para a gente, inclusive não constituir uma situaçao que possa afrontar a nossa necessidade concreta, que é também essa que eu coloquei, eu acho, não há prejuízo de nós fazermos no início da tarde. Nós teremos mais possibilidades de ter quorum, teremos mais possibilidades de ter todos os parlamentares presentes e de ter um trabalho efetivo nesse sentido. Então, eu insisto com a idéia de que a gente não afronte, nesse ano, uma... Algo que já é instituído, aqui na Casa a gente tem um rito. A segunda questão

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputado, gostaria de fazer uma sugestão: Em sendo na terça, porque não às onze horas? Justamente para prever este horário de...

>> Nós temos um problema só com aqui no Senado com a comissão de assuntos econômicos é na terça às dez horas, entao acaba sendo concomitante um pouco, quatorze horas estaria mais livre, mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Marcar.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): E a segunda, a informação que eu queria dar a V. Exas., é que, eu até liguei agora para um dirigente da força sindical, o Juruna, eu não consegui contato com os da CUT, amanhã, às onze horas, vai ter a nova reunião do movimento sindical com o Executivo e onde deve ter a decisão do salário mínimo de 2006. Então, no dia de amanhã, às onze horas é a reunião das centrais sindicais dentro do processo que já vem, aqui a Deputada Vanessa referiu aqui e que deve, então, definir o valor do salário mínimo. E todos nós sabemos, existe já um consenso acordo em torno do valor dos trezentos e cinqüenta reais, há, ainda, uma [illegible] salário mínimo

2005
FLS: 292
DOC:

esse reajuste valeria a partir de janeiro, de abril ou de maio e há uma divergência em termos de percentual de correção da tabela de Imposto de Renda, se é de 7 ou é de 10%. Então esses são os temas e é em torno destes temas deve-se buscar construir um consenso amanhã. Só para que a gente entenda como é o, digamos assim, qual é o calendário, inclusive, em termos de 2006 nós teremos na definição do salário mínimo. Eu queria voltar a insistir, terça às quatorze horas.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, na busca do consenso, claro que muitos são candidatos, eu confesso que eu preferia segunda-feira, por uma série de motivos: Primeiro, não teríamos trabalho de comissão, eu preferia, deixando bem claro a palavra, eu preferia, não teríamos trabalho de comissão, não tem trabalho de plenário, tem como dar uma repercussão maior do nosso trabalho sendo na segunda-feira, eu acho que seria muito bom. Mas considerando o ano eleitoral e eu tenho convicção da importância da presença da, e eu não sou candidato, ainda mais pensando nisso. [tumulto] Claro, claro...

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Com os burros na sombra como se diz lá no Estado.

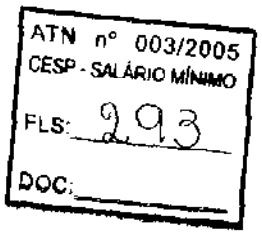
SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. Por isto que eu conversava aqui com o nosso Presidente eu acho que o consenso aqui é terça-feira, duas horas da tarde, é isto? Para nós caminharmos. E a segunda deliberação, o Presidente ainda vai botar em votação, é que, então, nós vamos convocar os dois Ministros, se eles não puderem, independente de uma visita nossa, nós convocamos ou os aposentados ou os trabalhadores, pode ser? Presidente se quiser colocar em votação antes que os...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Colocado em... [inaudível] O Senador Paulo Paim. Nada a discutir está aprovado. [tumulto] Tarcisio você não quer vir na segunda?

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só antes que o Presidente declare como encerrada, Presidente, eu queria só me reportar aqui, por que eu acho que é importante, independente da reunião de amanhã, quem vai dar a última palavra sobre o valor do salário mínimo é o Congresso Nacional, é nós que vamos votar, conseqüentemente pode, amanhã, surgir uma proposta de acordo que vai ser remetida ao Congresso e essa comissão, para mim, vai ter poder, vai influenciar. Isto, vai influenciar muito na decisão final. Então, independente da reunião de amanhã a proposta vai ter que passar para o debate dessa comissão, enfim, eu acho que nós poderíamos ajudar, ainda, na elaboração do valor do salário mínimo deste ano, como, também, dos próximos anos. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às .10 horas e quarenta e nove minutos.



Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

4ª REUNIÃO

25/01/2006

Administrativa
Votação da Proposta de Trabalho
Audiência Pública com o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho

MPV nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 294
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 4ª Reunião

Realizada em 25/01/2006

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às nove horas e quarenta minutos, na sala 9 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Lúcia Vânia, César Borges, Romeu Tuma, Ney Suassuna, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Leonel Pavan, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Serys Slhessarenko e Augusto Botelho; dos Deputados Vicentinho, Tarcísio Zimmermann, Cláudio Rorato, Carlos Batata, Walter Barelli, Leodegar Tiscoski, Jackson Barreto, Medeiros, Drª Clair, Marco Maia e Vanessa Grazziotin; e ainda dos parlamentares não-membros Senadora Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 4ª reunião e informa que a pauta da presente reunião se destina à aprovação da agenda de trabalho da Comissão e a audiência Pública com o Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, que lê a proposta de agenda e a coloca em discussão, passando a palavra aos parlamentares: Drª Clair, Serys Slhessarenko, Tarcísio Zimmermann, Vanessa Grazziotin e Romeu Tuma. Ato contínuo, os parlamentares a aprovam por votação simbólica e escolhem também as capitais que serão visitadas pela Comissão, sendo duas em cada região - Sul: Curitiba e Porto Alegre; Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro; Centro-Oeste: Campo Grande e Cuiabá; Nordeste: Salvador e Aracajú; Norte: Manaus e Belém. A Deputada Vanessa Grazziotin sugere que sejam incluídos na agenda, representantes das Revistas "Principios" e "Debate Sindical", o que também foi aprovado. Em seguida, a Presidência convida o Ministro de Estado Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho, para tomar assento a mesa. O presidente, após breves considerações, passa a palavra ao Ministro. Em seguida seguintes parlamentares fazem uso da palavra, sendo aparteados, às vezes, por explicações do Senhor Ministro: Eduardo Suplicy, Drª Clair, Tarcísio Zimmermann, Medeiros, Vanessa Grazziotin, Marco Maia, Vicentinho, Carlos Batata, Wilson Cignachi, Inácio Arruda, Walter Barelli, Serys Slhessarenko, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim e Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e oito minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia 31 de janeiro deste ano, às treze horas e cinqüenta e oito minutos, onde haverá audiência aberta com as entidades representativas dos trabalhadores. O presidente informa, também, que a lista de inscrições será aberta exatamente às 14 horas e será encerrada às 15 horas e trinta minutos. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _ _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à

ADN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 295
DOC:

publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

4ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO DE 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3/2005 DO CONGRESSO NACIONAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS, REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2006 ÀS 9 HORAS E 44 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo ato conjunto nº 03 de 2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do país. Esclareço que a pauta dessa Reunião Administrativa se destina à apreciação da agenda de trabalho e, posteriormente, haverá audiência pública com o Ministro do Trabalho e do Emprego, Dr. Luiz Marinho. Passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Jackson Barreto, eu queria, mais uma vez, insistir com os Senadores e Deputados que ainda não se deslocaram para a Comissão, que o façam. Já deu quórum. Nós estamos iniciando o debate dessa Comissão. Quero, mais uma vez, lembrar, e faço questão de lembrar, que essa Comissão era previsto iniciarmos com oito Deputados e oito Senadores. Houve um apelo das lideranças para que se ampliasse para 11 Deputados e 11 Senadores. E, me parece que aqueles que, principalmente, pediram para vir para a Comissão não estão vindo. [risos] E isto me preocupa. Uma Comissão importante como essa. O debate do salário mínimo está na sociedade. Hoje, o Ministro do Trabalho virá aqui para expor a proposta que o Governo construiu com as Centrais Sindicais e, também, vai apresentar a sua visão sobre uma política permanente de recuperação do salário mínimo que, no meu entendimento, é o principal objetivo desta Comissão para apresentar para a sociedade. Nós havíamos, na última reunião, combinado que hoje, depois de uma reunião que tivemos com o Presidente, Jackson Barreto e o nosso vice, Walter Barelli, nós apresentaríamos uma proposta de trabalho. Um organograma das reuniões, das audiências públicas, previsto em cinco Estados, dividido de forma a contemplar todas as regiões e quem seriam os convidados para as audiências públicas. Eu pedira para a assessoria, se pudesse encaminhar, se já não encaminharam para os Deputados e Senadores presentes, uma cópia da proposta que nós formulamos. Que fosse entregue, então, para os Deputados e Senadores e para ver se há discordância, ou não, com esse encaminhamento que a Mesa está apresentando. Repito, não é uma proposta do Relator, é uma proposta do Presidente, do Vice e do Relator. Nós reunimos, depois daquela reunião preliminar que tivemos e chegamos a esse entendimento, que esse seria um caminho para iniciarmos nossos trabalhos e, é uma Comissão, todos sabem, que vai trabalhar todo esse ano e vamos torcer para que até o fim do ano a gente tenha estão

AFN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 296
DOC:

uma proposta definitiva para apresentar ao Congresso Nacional, ao Executivo, à própria sociedade brasileira no seu conjunto, para evitarmos que nos anos futuros, independente de quem seja o Presidente da República, nos nao tenhamos que discutir se o salário mínimo será 20 reais a mais ou 30 reais a mais do que a proposta ventilada por um setor da sociedade. Esse é o objetivo. Nós temos uma política de recuperação do salário mínimo, de forma permanente. E vamos enfrentar, esse também é o debate, eu faço questão de frisar a situação dos aposentados e pensionistas. Ontem, tivemos protestos em todo o país, mobilizações, que são muito positivas, em cima de que se aponte qual é a situação, também, que vão ficar os aposentados e pensionistas que ganham um pouco mais que o salário mínimo. Esse debate, também, a Comissão fará, com tranqüilidade, com equilíbrio, ouvindo o Ministro do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento e, naturalmente, da Previdência. Bom, vocês devem ter recebido aí o programa. Esse programa, ele é fruto do debate que nós realizamos aqui, com Deputados e Senadores. Nós dividimos o país, num primeiro momento, em cinco regiões, a assessoria pode me ajudar aí. Iríamos a Curitiba, seria uma capital de uma região, São Paulo, região Sudeste. ...Isso... E depois... Exato... Exato... Seriam essas cinco capitais, que nós, num primeiro momento... Brasília... Campo Grande...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria Curitiba, Manaus, São Paulo, Salvador e Campo Grande. Isso não quer dizer que tenha que ser, exatamente, Campo Grande. Isso é uma proposta, que nós levantamos que, também, nós podemos chegar num entendimento. Alguém já levantou porque que não pega duas grandes cidades em cada região, e vai visitando. Eu, por exemplo, gostaria muito que fôssemos ao Rio Grande do Sul, também. Tem toda uma história lá, desse debate. Aqui, a Aracajú. De repente, podia ser, a Vanessa Grazziotin levantou muito a questão de ir a Belém do Pará e Manaus. A Serys levanta, agora, a questão de Cuiabá. Eu acho que se houvesse aqui um entendimento, eu estou querendo pegar em parte, aqui, o encaminhamento, depois o Presidente vai poder colocar em votação. Nós aprovaríamos essas cinco cidades listadas, sem prejuízo de apresentarmos mais cinco, mediante um grande entendimento, aqui no plenário. Podemos encaminhar, por aí, só para iniciarmos a reunião. O Presidente botará em votação, no momento adequado. Isso, nós levantamos essa possibilidade, também, Deputado Tarcísio, que está chegando agora, que, além daquelas cinco cidades levantadas, cinco capitais regionais, nós levantaríamos mais cinco. Eu, inclusive, gostaria que houvesse um debate no Rio Grande do Sul, sobre esse tema. E, você não estava aqui na abertura, agora, felizmente, está, que vem prestigiar a nossa reunião, eu acho que o grande debate dessa Comissão é a política permanente de recuperação do salário mínimo. Então, nós vamos fazer isso o mais amplo possível, ouvindo todos os setores. É muito bom que o Ministro do Trabalho venha hoje. Eu tive uma conversa, por telefone, com ele e ele disse que vai já dar a sua visão do que é que seria a política de recuperação permanente do valor do salário mínimo e, claro que nós devemos enfrentar também, eu tenho insistido nisso, a situação dos aposentados e pensionistas. Fazer o debate nessa construção, para ver onde é que nós podemos chegar. Então, o que nós queremos hoje, é aprovar esse programa de trabalho. Vocês estão recebendo aí uma agenda preliminar, onde nós estamos colocando, primeiro, o que vai acontecer hoje, que é a audiência com o Ministro do Trabalho e Emprego, onde ele vai expor a proposta do Governo para esse ano e a sua visão de forma preliminar, também, porque esse debate vai pelo longo do ano, sobre a proposta de recuperação permanente do salário mínimo.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 297
DOC:

Dia 31 de janeiro, que é a próxima terça-feira, audiência com entidades representativas dos trabalhadores. Botamos assim, porque entendemos que todas... Tudo aqui, ainda. Entendemos nós, e foi isso, uma contribuição do Presidente e do nosso Vice, ambos defenderam essa tese, seria importante nós ouvirmos, num primeiro momento, aqui nas audiências públicas, para depois nós irmos para os Estados, já com uma visão daqueles convidados que aqui estiveram. Como nós colocamos representativa dos trabalhadores, quer dizer que nós vamos convidar todas as Centrais Sindicais, todas. Nenhuma delas seria discriminada. Num único dia, nem que iniciasse pela manhã e terminássemos à tarde, mas todos seriam ouvidos, desde CAT, as duas Centrais que tem a sigla CGT, por exemplo, a última Central criada, que é o Fórum das Confederações, como também, as Centrais Sindicais, digamos, as outras Centrais Sindicais. Eu, pelo menos, e quero, claro, submeter ao plenário e conversar com o nosso Presidente e o Vice, não é nós que vamos definir qual a Central que tem mais peso ou menos peso. Sendo Central Sindical, todas serão convocadas para expor o seu ponto de vista, como também, a entidade dos aposentados. Bom, em seguida, no dia 31 de janeiro, se nós concordarmos, isso é importante aprovarmos hoje, que vamos ter que começar a fazer as convocações. O Presidente vai botar em votação no momento adequado. No dia sete, seria a audiência com as entidades representativas dos empregadores, seriam as confederações ligadas aos empregadores, dia 14 de fevereiro, seria na outra terça, aí, as entidades representativas dos aposentados e pensionistas. Eu tive uma conversa preliminar, ontem, com a COBAP, mas, sei que existem mais outras duas entidades de caráter nacional, dos aposentados. Então, nós convidaríamos, além da COBAP, que é a Confederação, as outras duas entidades, para fazerem aqui uma exposição de como é que eles estão vendo essa questão do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Isso para o dia 14 de fevereiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): As duas entidades são as Centrais, são as vinculadas às Centrais?

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exato... Foi isso que nós... Exatamente. Seria o Sindicato Nacional, ligado à Força Sindical, e o outro, à CUT, que são aqueles que estão, também, dialogando aí e a COBAP, naturalmente, por ser a grande Confederação que tenta, inclusive, unificar os aposentados, enfim, mas é um debate que eles farão no momento adequado. No dia 21 de fevereiro, a audiência seria com os pesquisadores foi lembrado o IPEA, Fundação Getúlio Vargas, enfim, aqueles que atuam nessa área. No dia 28...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não, não. O IPEA foi dado como exemplo. 28 de fevereiro, nós não teríamos nada, vocês podem ver, que não tem nada, na outra terça, no dia 07 de março, seria a Frente Nacional dos Prefeitos e Confederação Nacional dos Municípios, para eles darem a visão das prefeituras. No dia 14 de março, também sugestão do nosso Presidente e do nosso Vice, seria importante que nós convidássemos o Ministro da Fazenda. Claro que nós, isso aqui não é um convite engessado, nós vamos convidá-lo, com esse período já lá para março, para ver se consegue agendar ou, uma data semelhante a essa vendo a possibilidade dele. No dia 21 de março, nós convidaríamos a OIT, para que a OIT desse uma visão internacional da questão do salário mínimo, no mundo....Uma audiência. Nós traríamos aqui, a OIT, para ela fazer uma exposição do salário mínimo, na visão da OIT, seria avisado com

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 298
DOC:

antecedência, poderia trazer alguns técnicos, e, até se a OIT resolver trazer algum convidado de um outro país, ela que traga, sem problema nenhum, porque nós, o Barelli levantou, Barelli, se permite, eu estou usando o nome de vocês dois, de vez em quando, depois, naturalmente, como vocês vão fazer, enfim, não uma exposição, mas colocarem o seu ponto de vista, a idéia, por exemplo, do salário mínimo no Mercosul, é importante que a gente saiba. Que essa Comissão trabalhe, também, com essa sugestão do Barelli, que é essa questão do Mercosul. Dia 28 de março, para mim essa audiência é muito importante, que é o Ministro da Previdência Social, para que, efetivamente, ele nos diga qual é a realidade da Previdência, fazemos aqui um bom debate e, também, aí estaremos situando a questão dos aposentados e pensionistas, que eu sei que preocupa a todos nós, não é uma preocupação somente do Relator, do Presidente ou do Vice, todos os membros da Comissão gostariam de achar um caminho que contemplasse a situação dos 22 milhões de aposentados e pensionistas. Na semana de 10 a 04, audiência na região do Sul, aí seria 10 a 04, seria, exatamente, aqui em Curitiba, porque já que foi a primeira proposta, ninguém discordou, com a possibilidade de retornarmos à Região Sul, num segundo momento, para o Rio Grande do Sul. 18 de abril, seria mais com o DIEESE e essas entidades vinculadas aos trabalhadores que atuam nessas pesquisas, especificamente, no dia 24 de abril, seria na região Sudeste, aí seria São Paulo, nós faríamos toda a programação, avisaríamos empregados, empregadores, aposentados, fazer um grande evento nessas regiões. A intenção nessas regiões, pessoal... Eu estou fazendo uma leitura geral, depois vocês podem anotar e ponderar, é para fazer um grande evento, mas, um evento propositivo, ninguém vai estar lá para fazer aquilo um debate muito mais político-partidário ou palanque. Nós vamos fazer um evento aberto, com movimento sindical, com aposentado, todos os partidos que quiserem, vão participar, naturalmente, e fazer um debate de altíssimo nível, da construção de uma política permanente do salário mínimo. Aqui também, sugestão da Mesa, no dia 02 de maio, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, poderíamos trazer eles aqui, se eu não me engano, foi, também, o Presidente e o Vice que colocaram essa proposta, não é, Barelli? Se eu não estou equivocado. Eu achei uma bela sugestão, para que eles, no campo legal, como é que eles estão vendo essa questão e eles fariam aqui uma exposição para nós. Dia 09 de maio, na região Centro-Oeste, Campo Grande, sem prejuízo, Senadora Serys, da possibilidade, que eu acho importante, também, de irmos à Cuiabá. 16 de maio, então, ficaria em aberto, eu acho que até bom mesmo, para uma discussão, talvez, da Comissão, ou outras agendas externas, 22 de maio, na região Centro-Oeste... Nordeste. Então, a audiência na região Nordeste, Salvador. O bom era botar até o nome da capital aqui, porque senão a gente fica procurando. 05 de junho, região Norte. 25 de junho.... Nordeste, 22 de maio.... O outro é 05 de junho, região Norte, Manaus. Aí, 13 de junho, fica em aberto, 20 de junho, é bom que fique em aberto e, 26 junho, audiência com o Ministro... Centro-Oeste, Campo Grande, a Serys disse porque não, Cuiabá, só para lembrar... Eu acho que, agora, eu já fiz toda a leitura, foi mais uma leitura, nós vamos abrir para o plenário e também para a Mesa, para fazer os questionamentos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Não, mas a... IPEA, DIEESE, IBGE...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é que foi a idéia? Só para tentar agilizar o que a assessoria nos sugeriu, e nós colocarmos aqui muito ouvindo a assessoria, porque, na hora que você convidar aqui a audiência, pesquisadores do IPEA,

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 299
DOC:

Fundação Getúlio Vargas, enfim, seria mais uma visão de intelectuais, numa visão mais institucional, e, nesse outro dia, nós convidaríamos DIEESE, DIAP, e, se eu não me engano, as próprias Centrais, também, têm alguns institutos. A própria CUT tem. Não tem? DIESET, DIESAP... Uma coisa assim. Esses, para dar uma visão, mais na visão dos trabalhadores e seus estudos técnicos. Então, seria duas

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Que, também, foi uma sugestão do CESIT.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria dois momentos de debate sobre essa área. Até porque, quando nós convidamos aqui IPEA, tem no mínimo aqui, foi falado muito de intelectuais, o mundo universitário, tu vai convidar uns cinco ou seis aqui, no mínimo, já estão aí pedindo para falar. E, nesse outro dia com o DIEESE, no mínimo, quatro entidades, mais o (?) dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Está faltando aqui, a Fundação Getúlio Vargas.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria nesse dia, junto com o IPEA. IPEA foi só uma sinalização. Esse é o objetivo. Fundação Getúlio Vargas, IPEA, a UNICAMP, tudo foi, a UNB...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): É, dia 04 de abril, que são as universidades. Pesquisadores de universidades públicas, dia 04 abril. Eu tenho USP, UNB e UNICAMP...

NÃO IDENTIFICADO #1 (17:14:2): Porque, eu entendo que nós estamos aprovando as Diretrizes Gerais. Seria possível, aqui, a gente sugerisse?

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro. Agora, inicia o debate sobre essa...

NÃO IDENTIFICADO #1: Digamos, duas, três semanas antes no bloco de universitários de trazer um pesquisador A ou pesquisador B. Eu fico imaginando que isso seria possível. Da mesma forma, precisamos de representantes dos trabalhadores.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isto. Eu só vou sugerir o seguinte, eu acho que, pela importância dos eventos e das audiências que, o mais rápido possível, Deputados e Senadores apresentassem à Comissão sugestões, para que a gente pudesse começar a encaminhar os convites. Para mim, não há problema nenhum no sentido de ser o mais amplo possível o debate, que todos possam ser ouvidos. Então, seria importante que as sugestões das Universidades fossem encaminhadas à Mesa, como também, nesse mundo aqui sindical das assessorias e, também, das instituições como o IPEA e Fundação Getúlio Vargas e outros. Ok? Presidente, eu só fiz uma apresentação rápida, passo à Presidência para o nosso Deputado Jackson.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu queria, com a licença do Presidente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 300
DOC:

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Sugerir que, naquela audiência onde está prevista a presença do DIEESE, nós também convidássemos a Marcha Mundial de Mulheres, que tem uma campanha muito interessante pela elevação do salário mínimo, talvez, a mais estruturada, inclusive, e que, certamente poderia contribuir, de forma muito interessante, para uma ponderação nessa área do que é que significa o salário mínimo enquanto um elemento de melhoria da renda das mulheres.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A Marcha Mundial das Mulheres é aquele movimento do salário das domésticas?

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Não, não, não, não. Esse aqui é um movimento mundial, na verdade... Pode ser a Nalu Farias, que é a que representa a marcha, aqui no Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Qual é o nome?

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Nalu Farias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Assessoria está aqui, nos colocando o seguinte, que é preciso que essas sugestões de convidados, seja feito com antecedência, porque, no caso, se for... A Comissão disponibilizar de passagens, essas coisas têm que ser feitas com antecedência, então, é preciso que seja definida essa questão de... Tem a palavra a Deputada Clair.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Bom, eu estou vendo aqui que, a Região Sul, Curitiba, seria a primeira reunião, a primeira audiência nos Estados. A questão da mobilização, então, por exemplo, iriam os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também, para essa reunião da Região Sul, então, os Deputados aqui que estão participando dessa Comissão, eles teriam, então, assim, o dever, a responsabilidade de fazer a mobilizaçao lá em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e os Deputados, então, que participam dessa Comissão poderiam sentar, fazer uma programação, de quem convidar e tal, porque, uma coisa é fazer uma reunião num Estado, então eu vou fazer lá em Curitiba, sei quem convidar e tal, mas, como é uma região que não abrange só o Estado do Paraná, mas o Sul, então, eu entendo que nós teríamos que, por exemplo, sentar Paim, Tarcísio, alguém de Santa Catarina aqui, para nós programarmos essa audiência pública, porque dia... Que dia que é aqui? Vai ser... Dia 10 de abril. Então nós teríamos que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputada Clair. Eu gostaria, até, de sugerir à Deputada Clair que a própria assessoria da Comissão poderá ajudar nesse trabalho de mobilização, desde que, essas pessoas, no Estado de Santa Catarina, do próprio Rio Grande do Sul, sejam seus nomes colocados à disposição, com endereço, para a própria assessoria da Comissão, no sentido de que ela contribua, que ela possa ajudar na mobilização dessas pessoas, e, até acho, que dava um caráter mais oficial da presença aí do convite.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Eu entendo que a assessoria pode ajudar, mas, eu acho que os Deputados, eles têm que programar...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Perfeito.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 301
DOC:

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Quais as entidades que vão estar presentes do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Perfeito.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Definir o perfil da audiência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Perfeito.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permite, Presidente, só para colaborar. Eu acho que está ficando um pouquinho embolado, esse é um termo que a gente usa muito lá, porque, se nós não decidimos se, efetivamente, vai ter mais cinco cidades, por exemplo, se vai ter uma no Rio Grande do Sul, efetivamente, não tem porque nós deslocarmos o pessoal do Rio Grande do Sul para lá, se vai ter uma em Cuiabá, a Serys, que conhece bem essa região, como ninguém, não tem porquê levarmos Cuiabá para lá, o mesmo caso de você, em relação à Belém, e Manaus. Eu acho que nós podíamos aqui deliberar, se assim vocês concordarem, que vamos ter outras cinco cidades nas regiões e nós vamos decidir. Quem está aqui decide. Só que, vamos fazer depois, então, não precisa o Rio Grande do Sul deslocar para lá, agora, Santa Catarina e Paraná, então, ficam responsáveis para organizar essa primeira reunião, pela importância que é, e, se vocês concordarem, nós poderíamos até listar aqui, já, as cidades. Uma outra... Região Sul, Porto Alegre, ficaria decidido. Norte, Pará, Belém. Fica decidido. O Rio de Janeiro, fica decidido. Cuiabá fica decidido e a sua...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): E Aracajú.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E Aracajú. Matamos aí? Feito. Então assessoria aí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de fazer um apelo aos companheiros, Deputados e Deputadas, para falar próximo ao microfone, a assessoria está comunicando que está com dificuldade de gravar a palavra dos Deputados, para se aproximar mais do microfone. Com a palavra, a Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu gostaria, Sr. Presidente, eu não tenho exatamente o nome, para... Eu já apresentei o nome do Dr. Márcio Pochmann, que eu acho que é uma pessoa que tem um estudo, enfim... Mas, não tenho exatamente outro nome, mas, há duas revistas, de circulação nacional. Revista Princípios e Revista Debate Sindical, V.Exa. deve conhecer, não sei se os demais parlamentares conhecem... Isso aqui está desligando sozinho. E que têm um trabalho muito interessante de estudos sobre a questão de renda, no país, não só renda, mas, salários, remuneração, enfim, salário mínimo, inclusive. Então, eu gostaria apenas de sugerir um representante dessa, desse... São pessoas ligadas à corrente sindical classista, estudiosos, pessoas que se dedicam a isso. Então, que fosse aberto um espaço, e eu trago o nome posteriormente. Isso seria uma questão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aonde é que ele entraria? Só para nós nos organizarmos aqui.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu acho que poderia entrar, não sei... Aqui, pesquisa, universidade, academia, não sei... Por aí.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 302
DOC:

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Junto com o DIEESE...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Mas, eu trago, hoje mesmo, à tarde, eu envio.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ficaria junto com o DIEESE...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): O DIAP, talvez, DIEESE que ficará junto com o DIAP.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bem.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sobre as audiências, as audiências públicas. Eu vejo essas audiências de fundamental importância. Eu acho que nós precisamos sair dessas quatro paredes do Congresso Nacional e ir até a população, eu tenho uma expectativa muito positiva, não digo de mobilização de trabalhadores em si, mas, de entidades que, dificilmente, nós poderíamos trazê-las até aqui. Quando nós fazemos mobilização até Brasília, o que vem? São os representantes das Centrais Sindicais nos Estados, e pára por aí. Nos Estados, não nós vamos poder mobilizar o Sindicato dos Professores, o Sindicato dos Metalúrgicos, dos Plásticos, absolutamente, os Comerciários, todos, e, além de que, nós estaríamos mostrando a dedicação e a preocupação do Congresso Nacional com essa matéria. Eu não sei qual é... Pelo calendário aqui, proposto pelos senhores, a gente iria até, mais ou menos, o mês de junho, mas, eu questiono, se a idéia é acabar a Comissão aí, ou aí dar uma parada nela, e retomar, que eu acho que já respondo à sinalização e já trabalho com ela aqui. Sinalização unânime, vamos continuar, e aí eu acho que essa segunda etapa de debates é muito importante, é muito importante para envolver um número maior, e, quero aproveitar, também, sugerir que, não sei se já foi feito algum encaminhamento, mas, que fosse solicitado da consultoria, da assessoria da Comissão, que fizesse um levantamento de todos os Projetos de Leis que tramitam na Casa e que tratem sobre a matéria e, se o nobre Relator e o Presidente concordarem, eu sugeriria que fosse criado, desde já, uma Sub-Comissão para já, junto com a consultoria, trabalhar essas matérias. Eu gostaria, enormemente, de trabalhar esse aspecto da pesquisa, de ver o que tem de material tramitando na Casa e a gente já ir produzindo, jogando ao debate. Então, não sei se seria o caso...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero informar para a Deputada, que esse levantamento já foi feito pela assessoria, já temos aí, está tudo pronto. Tudo que está tramitando na Casa, a respeito do salário mínimo, a assessoria já fez o levantamento.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Então, a gente pode ter acesso a isso tudo, sem problema, e lembrar que, na semana passada, o Deputado Barelli divulgou aquele livro importante, eu sei que está no *site* já. Já fui atrás, nós descobrimos que aquele livro, que foi fruto de um seminário na UNICAMP, já tem disponibilizado na Internet. Mas, seria importante se o senhor tivesse condições de repassar a nós, às nossas assessorias, para nos ajudar, também, nesse trabalho e, Sr. Presidente, eu quero aproveitar essa oportunidade para falar do dia de ontem, eu acho que o dia de ontem foi um dia importante para o Brasil, apesar de a Imprensa não ver exatamente assim, nós votamos, ontem, no Plenário da Casa, o FUNDEB, umas materiazinhas pequenininhas, de canto de página. Olha, isso não chega a ser [illegible]

ANEXO à NOTA TÉCNICA nº 90/2007
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 303
DOC:

revolução no campo educacional, mas, que é um passo, um avanço significativo, não há dúvida quanto a isso, um fundo que vai valorizar, enormemente, não resolver todos os problemas, nós estamos longe de resolver os problemas do país, mas que vai valorizar, enormemente, melhorar a qualidade do ensino do país, mas, além disso, nós tivemos o anúncio do salário mínimo, ontem, uma reunião, primeiro com os líderes do Governo, o Presidente reuniu-se e, em seguida, com todas as Centrais Sindicais, sem qualquer exceção, e foi anunciado o acordo do salário mínimo de 350 reais, mais o reajuste da tabela de Imposto de Renda, que acabou ficando vinculado, por uma reivindicação das próprias Centrais Sindicais. Acho que esse, também, foi um passo importante, um passo muito importante e, na minha opinião, dá muita força, valoriza muito o objetivo dessa nossa Comissão Especial, porque, vai chegando... As pessoas, o próprio Governo vai chegando à conclusão de que é necessário, sim, ter no país uma política de recomposição do poder aquisitivo do trabalhador, e, essa política passa, necessariamente, pela recomposição do poder de compra do próprio salário mínimo, que não chega a ser um indexador oficial, já foi, num período não muito distante, hoje não pode mais ser um indexador, mas, ele, na prática, acaba sendo, porque os trabalhadores são contratados assim, sejam eles formais ou não, mais ou menos, pela quantidade do salário mínimo. Acho o que anúncio de ontem foi importante, tivemos o maior, não apenas um reajuste que é o que se tem, normalmente, tivemos um ganho real, em torno de 12 e pouco, 13%, o maior dos últimos 20 anos, isso é importante. Agora, será que todo o ano vai ser isso, todo o ano essa mobilização? Então, acho que nós devemos aproveitar, nós da Comissão, esse momento importante, esse momento em que o país reconhece, os prefeitos ainda tentaram fazer uma mobilização na contramão, mas, não deu muito certo, essa mobilização nacional pela recuperação do valor do salário mínimo para sensibilizar a sociedade, sensibilizar o Governo para que essa Comissão tenha resultado, tenha frutos concretos, objetivos. O debate é muito bom, as audiências, Senadora Serys, serão interessantíssimas, as que serão realizadas aqui, nas regiões, mas, nós vamos produzir alguma coisa daqui e nós queremos que essa produção não fique nas gavetas. Então, eu acho que essa mobilização, esse processo de mobilização nós temos que fazer, juntamente, com a discussão da matéria em si e aproveitar, conforme eu disse, esse momento importante de mobilização social, de reconhecimento da necessidade de recomposição do salário mínimo, por parte do Governo, para que a gente possa fazer andar e dar mais visibilidade a esse trabalho que a gente está desenvolvendo aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu, antes de passar a palavra ao Deputado Walter Barelli, eu quero informar a Deputada Vanessa Grazziotin, que a Comissão já solicitou não apenas ao Ministério do Trabalho, mas, à própria UNICAMP, o livro, para que fosse distribuído para todos os companheiros aqui da Comissão. Com a palavra, o Deputado Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Primeiro, com relação ao livro, à medida que o livro for sendo disponível para todos, só tem o Sr. Presidente, parece que foi encaminhado, também, aos gabinetes, no passado. Certo? Foi encaminhado... Verificar se esse livro não chegou nos gabinetes. Eu recebi no meu gabinete. Da UNICAMP. Agora, algumas pessoas que estão sendo citadas, estão nesse livro, a Vanessa falou do Márcio Pochmann, aqui nós temos, duas ou três, intervenções sobre a questão da Previdência, que é importantíssima. São as pessoas que fizeram as

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 304
DOC:

estudos que viabilizam resolver o problema todo nosso da Seguridade Social, também é uma fonte de elementos para a própria Comissão sugerir nomes. Agora, na reunião que nós discutimos preliminarmente esse cronograma, eu agora me passa pela memória, que nós esquecemos de uma entidade importante, porque, a questão da desnutrição do povo brasileiro, dos baixos salários, gerou uma série de respostas que não foram a resposta salarial. Se o salário mínimo não tivesse caído tanto, você não precisaria da Bolsa Família. Mas, então, o que foi feito? Na falta de buscar saídas para isso, foram criados vários outros instrumentos. Agora, quem está trabalhando no sentido de definir um padrão alimentar para a população brasileira é o CONSEA, o Conselho de Segurança Alimentar, é tarefa deles, eles já fizeram duas conferências nacionais. É um conselho, o único, que a maioria é da população civil, não é de Governo, então... E tem representação de todas essas regiões, então, eu sugiro ao Relator, foi uma... Poderia ter sugerido ontem, mas, eu sugiro a gente também trazer o CONSEA, porque ele está trabalhando, exatamente, quase fazendo o roteiro que foi feito quando da definição daquele Decreto Lei 399, que fazia a chamada ração essencial mínima, ele está tentando verificar, de acordo com os hábitos, as necessidades e a cultura de cada região. como que deve ser a alimentação do brasileiro, trabalhando em intervenção nisso, desde o aumento da quantidade, como da qualidade dos alimentos, eu sou Secretário-Geral do CONSEA do Estado de São Paulo, que é presidido pelo Dom Mauro Morelli, que é uma personalidade que está dedicando, até renunciou à diocese para, só cuidar da questão do direito humano à alimentação, o salário mínimo tem muito a ver com a alimentação, nós recuperaríamos essas questões todas, também, numa audiência em que uma das partes seria o CONSEA.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que ninguém é contra a sugestão...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra à doutora Clair.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, os últimos dados aí do institutos de pesquisa, divulgados pela imprensa, demonstram a importância do salário mínimo e dos benefícios previdenciários para o Brasil, então, houve uma dinamização da economia, principalmente, no interior e, o principal elemento, que fez com que houvesse esse crescimento econômico, a dinamização da economia, foi, exatamente, o poder do salário mínimo e o recebimento dos benefícios previdenciários. Daí, a importância dessa Comissão. Eu acho que, a Vanessa já colocou aqui, que esse acordo, que definiu o salário mínimo de 350 reais e, ainda, para abril, eu acho que já foi uma conquista importante, então, cabe a nós, realmente, fazermos uma proposta de uma política permanente de recuperação do salário mínimo, porque eu acho que um dos problemas principais que nós vivemos no nosso país é a concentração de renda e, o salário mínimo é a principal política para que nós possamos, então, desconcentrar a renda e melhorar a vida de milhões de brasileiros que vivem com o salário mínimo, então, esse é o primeiro aspecto. Agora, eu acho que a nossa Comissão, ela tem que ter um papel interativo com a sociedade, já foi aqui definido que nós vamos fazer essas audiências públicas, mas, eu acho que agora nós estamos numa época onde a Internet, a televisão, têm um papel importante na sociedade, então, acho que nós poderíamos fazer, tipo uma campanha mesmo, então, fazer cartazes, nós termos um *site* da Comissão, para ter uma interação maior com a sociedade, para que a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 305
DOC:

sociedade possa apresentar sugestões, acho que a TV Câmara, ela pode ter um papel importante na divulgação dessa Comissão, então, no chamamento...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E TV Senado.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): É, e Senado, desculpe. Então, eu acho que a TV Câmara e Senado podem jogar um papel importante de mobilização, porque é a construção de um projeto, e é importante que a sociedade participe, então, além das audiências públicas, eu acho que nós deveríamos, então, jogar a rádio, também, o rádio também tem um papel importante, então, essa é a minha proposta aí para a Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Esse tema da publicização das ações da Comissão era uma preocupação minha, também, eu acho que a Dra. Clair colocou muito bem, esta necessidade de que isto, para colar nessa Casa aqui, tanto no Senado quanto na Câmara, tem que haver um processo de informação, um processo de, enfim, de institucionalização real desse trabalho. Já que nós estamos concluindo aqui a formatação do plano de trabalho, me ocorre que, nós temos algumas experiências estaduais de pisos salariais de uma política que é de uma, enfim, de uma política que se abriu aí, e eu acho que no ano de 1999, e que foi implementada por dois Estados há mais tempo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e, Paraná, também, anunciou, ontem, um piso salarial de 457, e eu acho que aí tem, inclusive, alguns parâmetros que têm sido utilizados, muito interessantes, no cálculo do valor do salário, desses pisos salariais, então, eu achava que aqui, Senador Paim, nós deveríamos incluir, nessas audiências, numa aqui ou, então, ter como centralidade, um espaço importante para este tema, nas regionais, o tema dos pisos, da experiência dos pisos regionais, porque, acho que é uma experiência já amadurecida em vários lugares, importante, enquanto um parâmetro de salários e, portanto, acho que valeria, efetivamente, que nós pudéssemos incorporar isso, também, Senador. Então, eu queria lhe deixar essa sugestão e, que este tema também pudesse ser incorporado neste grande apanhado, que se está buscando fazer, sobre o debate em torno do salário mínimo, de uma política de distribuição de renda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Walter Barelli, eu estava ouvindo a voz do Senador Paulo Paim, aí descobri que eu estava na Comissão, eles estão colocando e, nem avisam para a gente, desculpa o atraso. Mas, eu queria, primeiro, fazer uma rememória do que representa o Dr. Walter Barelli, nesta Comissão. Eu me lembro, Senador Paulo Paim, que, à época, o então, que foi Ministro do Trabalho, Amir Pazianotto, encontrei-me com ele no aeroporto e ele esperava o Almino Afonso, que voltava do exílio, então, estavam aquelas pré-movimentações de greve no ABC e, o Lula, Presidente do Sindicato, havia uma perspectiva de grave greve, que poderia trazer um transtorno muito grande, então, conversou comigo, no aeroporto, sobre o aumento salarial, o salário mínimo e, que se conseguisse dar um aumento efetivo e real, não só corrigir aquilo que dissesse respeito à inflação. Então, eu falei com o Ministro, à época, Ministro Delfim Netto, eu estou fazendo uma rememória, porque isso é importante.

ATN MP 005/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 306
DOC:

talvez, para a gente até a dar importância dessa Comissão. Ele aceitou discutir e, aí, o Ministro marcou com ele ir levar, então, o Lula conosco na casa do Ministro, ele foi, e trocaram a primeira idéia de um aumento do real, não sei se ainda se fala aumento do real, mas, é o que todo mundo espera é o que salário mínimo não fique só numa correção, não vale só para uma correção, então eu estou rememorando, Dra. Clair, há mais de 20 anos, eu acho, que isto vai há uns 20 anos atrás. E, aí, a primeira pessoa que o Lula lembrou, foi Walter Barelli, Presidente, então, do Instituto de Pesquisa do DIEESE. Foi o senhor, foi o Presidente, que era do Partido Comunista, lá de Santos, de Cubatão e Arnaldo Gonçalves, os nomes, talvez, agora... Porque, eu estou lembrando do fato, e se começou, na terceira discussão, que se chegava a algum acordo e, melhor, alguém pôs no jornal que o Lula estava indo à casa do Ministro Delfim, aí, caiu por terra, veio aquelas greves, foi um problema terrível, e tal, mas, eu fico sempre com isso na cabeça, Senador Paim, quando V.Exa. vai 220 vezes na tribuna, para falar do salário mínimo, a cada vez, a história vem na minha memória, então, eu queria que... O Deputado Walter Barelli tem uma experiência enorme nessa parcela, a Dra. Clair colocou muito bem sobre o problema de propagar isto, e eu estive numa reunião da Federação das Indústrias, com um membro do IPEA, eu acho que é o IPEA, que faz a análise da distribuição, no campo social do Governo. Então, ficou aquela discussão que, qual é o melhor caminho da distribuição de renda. É Bolsa Família, é não sei o que, é salário à pessoa idosa? Quer dizer, há uma discussão se corta ou não corta do entendimento da criança, em benefício do Bolsa Família, então, tem uma discussão que não é um comportamento, assim, vamos fazer o que a cabeça de alguém que manda queira fazer, não. Tem discussão para buscar o melhor caminho, e eu não sei se eu entendo bem ou não, mas, pelo que o Senador Paim fala e outros falam, acho que a melhor distribuição de renda é o salário mínimo, os outros caminhos são supletivos, eles complementam alguma coisa. Porque, ontem, uma repórter me pegou aqui, e eu fiquei até constrangido, doutor. Ela disse assim: "O que é que o senhor acha do salário mínimo trezentos e pouco, enquanto um preso gasta mais de oitocentos reais, o seu custeio na prisão?" Eu falei: "Bom, na FEBEM, é mais de mil e duzentos". Então, é claro que não são dados para comparar, porque, é difícil fazer comparação nesse sentido, mas, psicologicamente, é um efeito terrível para qualquer trabalhador, se o senhor disser assim, o senhor vai ganhar 350 reais, que eu sei que os municípios já estão até chiando, com isso aí. E diz assim: "Mas o preso gasta oitocentos, e vive numa pocilga, com um tratamento desumano, às vezes, em alguns presídios, mas, custa caro, porque, todo mundo terceirizou tudo, em presídio. Então, eu não estou querendo comparar, mas, eu estou achando que esta Comissão tem um valor inestimável, porque vai dar continuidade à discussão do melhor programa de distribuição de renda, no meu ponto de vista. Então, eu peço desculpa se não for casar com todos os senhores, mas, eu sinto a linha de conduta do Senador Paulo Paim e, a própria colocação do Dr. Walter Barelli, antes de ser parlamentar com a gente, aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator da nossa Comissão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou tentar ser o mais objetivo possível, porque 11h, em ponto, o Ministro estará aqui conosco para debater a política de salário mínimo para esse ano, e, também, a sua visão da política permanente de recuperação do mínimo, que é a preocupação maior, no meu entendimento, desta Comissão. Eu queria encaminhar aqui o que nós, de forma resumida, colocamos no

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 307
DOC:

papel, o Presidente, depois, vai botar em votação, se houver qualquer discordância, cada um diga e, colabore com o encaminhamento. O que é que eu diria que nosso Presidente poderia já, no meu entendimento, na visão da Relatoria, colocar em votação? Que esse plano de trabalho, é um plano que seria o nosso eixo de discussão sobre o debate do salário mínimo. Algumas alterações na agenda, deve ficar bem claro, que poderão ser feitas a partir do momento que você faz os convites e que alguns não possam estar presentes, por exemplo, o Ministro, numa data ou outra. Então, não é uma agenda engessada que a Mesa tenha toda a liberdade de adequar, conforme agenda dos candidatos, dentro do possível, sendo o mais fiel possível, também, a esse encaminhamento. Dois, que eu não falei antes, eu iria propor aqui e, espero que vocês concordem, que as audiências nos Estados sejam segunda à tarde. Por quê?...

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Mas, Sr. Relator, das regiões Norte e Centro-Oeste está sendo proposto na terça-feira.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é, é isso que eu estou colocando. Não está colocado aqui e, me veio aqui porque, quero, inclusive, ajudá-los. Vocês estarão nos Estados, então, fica mais fácil, por exemplo, vai ter a audiência, aí vou pegar o meu caso, Curitiba e Porto Alegre, para mim é muito mais fácil, segunda de manhã eu me deslocar para Curitiba ou ficar mesmo em Porto Alegre, já que eu estou lá, então, o que eu estou propondo, que as audiências nos Estados seja nas segundas à tarde. Bom, a consultoria já disse que o melhor seria mesmo nas sextas à tarde. O que é que vocês acham? Ou vamos até na terça, não tem problema nenhum, eu quero que seja o melhor para vocês. O que é que a assessoria pede que eu coloque para vocês, que eles têm que deslocar para o Estado um dia antes. Eles deslocariam, então, no domingo, para acompanhar na segunda, eles acham que é melhor se deslocar na quinta, para fazer o movimento, inclusive, com a imprensa e, talvez na sexta a tarde, nós fazermos o evento, mas, fica a critério de vocês, eu acho que é um problema, só... Vamos ter dez encontros regionais, que nós propusemos. Qual é o melhor dia, é terça mesmo? Pode ser terça? Então, vamos manter o original?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Às terças-feiras, tem as sessões do Congresso Nacional, e é obrigatória a nossa presença, aqui na Casa. Eu acho impossível essas audiências externas num dia de terça-feira, porque é um dia de trabalho normal, aqui na Casa.

NÃO IDENTIFICADO #2: Presidente, Jackson Barreto. Eu só devo lembrar aos Deputados que todo mundo já está em campanha nos seus Estados. Então, talvez, segunda-feira seja o dia mais adequado, porque você vai perder só um domingo, no máximo, de campanha, você vai domingo para o Estado onde vai ser a reunião, segunda-feira você faz. Quando não for no nosso Estado? Quando é nosso Estado, já dá tudo certo, então, é bom lembrar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Segunda-feira, eu acho...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Podem ser nas segundas, à tarde. Nós vamos ter que adaptar aqui, com a Comissão. Ok? Vamos adaptar para os encontros regionais serem nas segundas, à tarde. Sugestão que foi colocada, o CONSEA, nós, então, convidaríamos, também, o CONSEA, para ser ouvido. E... E os

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 308
DOC:

Estados que têm piso. Aqui, também, eu coloquei. Os Estados que têm piso seriam convidados, também, a participar dos debates, no momento adequado. O que foi colocado, também, que eu percebi aqui, achei muito importante, foi da Deputada, Dra. Clair, a questão da divulgação, cartazes, *site*, internet, TV Câmara e TV Senado, Rádio Senado, enfim, toda a imprensa, dentro do possível, seria convidada a participar de uma grande campanha para valorização do salário mínimo, com a divulgação dos trabalhos da Comissão. É isso?

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Sem me permite, eminente Relator.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode complementar já, aqui.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Eu sugeriria que a Casa, a assessoria da Casa, fizesse uma proposta de *folder*, de cartaz, de, assim, um chamamento popular mesmo, com *slogan*, uma coisa participativa, interativa com a sociedade. Seria essa a proposta.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que é possível, e a idéia é essa mesmo. Exatamente, exatamente. Ok? Esse, para mim, é o eixo da proposta original da Mesa e, com o enriquecimento que foi feito aqui, com os Deputados e Senadores. Se ninguém discorda, vou encaminhar ao Presidente, que faça a devida votação, sem deixar de ouvir o nosso Senador...

NÃO IDENTIFICADO #3 [53:02:6]: A questão só dos Estados que já tem salário mínimo regional, é que eu acredito que seja interessante que, já no início, nós tivéssemos, pudéssemos ouvi-los e já quais são os valores, eu estava perguntando a V.Exa. agora mesmo, quer dizer que são três Estados apenas, não é? Então, seria mais fácil...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O próprio Tarcísio Zimmermann, por exemplo, quando foi Ministro, Ministro [risos] Secretário de Estado do Rio Grande do Sul, implantou lá, o piso estadual. Eu acho que é interessante a proposta, então, nós vamos contemplar aqui, de forma tal, que a experiência dos Estados que têm piso regional, seja ouvido, com a maior brevidade possível. É isso? Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos colocar aqui para a nossa assessoria, a preocupação da proposta do Deputado à doutora Clair, no sentido de que se busque a assessoria de marketing aqui do Senado, para que se possa concretizar essa idéia de cartazes e todo esse trabalho de publicidade, no sentido de se divulgar, ao máximo, trabalho aqui da Comissão. Eu acho a idéia da doutora Clair, muito importante, muito interessante e quero, nesse momento, colocar a proposta da Comissão, que não é uma proposta da Presidência, mas, de todo o colegiado, em votação, com essas audiências e todas as sugestões que foram aqui colocadas, na manhã de hoje. Está em votação a proposta dos trabalhos da Comissão. Os senhores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só gostaria de lembrar, que os trabalhos da Comissão continuam, essa é só uma etapa, nós vamos continuar e, onze horas, em ponto, o Ministro estará aqui e que os Senadores (?) Permaneçam aqui. Nós não vamos interromper os trabalhos.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 309
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero fazer aqui um apelo aos companheiros, no sentido de que possa manter o quórum aqui da Comissão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Registram a presença, e voltam, enquanto isso, nós continuamos o debate. É importante, até porque, nós estamos, nesse momento, em cadeia, ao vivo, com essa participação... Deputado... Se você tem alguma colocação, o senhor não faria uma colocação, nesse período, agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Como?

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu posso fazer uma outra colocação, preocupado com o tema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra, ao Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria insistir, Deputados e Senadores, com um assunto, Deputada Vanessa Grazziotin, que está muito me preocupando, que essa Comissão vai ter que enfrentar o debate da situação dos aposentados e pensionistas. Eu tenho insistido com esse tema, embora, muitos acham que eu sou até persistente demais, que esse debate da situação do salário mínimo e o benefício dos aposentados e pensionistas não interessa somente aos 22 milhões de aposentados e pensionistas, interessa a todo trabalhador brasileiro, porque o trabalhador brasileiro de hoje, é o aposentado de amanhã e, se ele não tiver uma política que garanta o valor da sua aposentadoria, eu insisto com a tese, eu não dou oito anos, e podemos ir para os cálculos e vamos, todos estarão ganhando um salário mínimo. Trabalhadores do regime geral da Previdência. Então, aquele que se aposenta hoje, queiramos ou não, devido ao fator previdenciário, ele já se aposenta com 30% a menos daquilo que ele está recebendo na atividade. A mulher 30%, e o homem mais ou menos 25%. É bom lembrar que, quando você está na atividade na empresa, você tem vale-transporte, vale alimentação, participação nos lucros em inúmeras empresas, tem dissídio coletivo, que te dá aumentos reais, e você tem, ainda, ajudas outras pela produtividade, enfim, nas empresas. Quando você se aposenta, você passa a receber bem menos, pelo salário real, e ainda não tem nenhuma política que garanta que você vai ter, pelo menos, o mesmo poder de compra do ato da aposentadoria. Então, esse debate, o movimento sindical e essa comissão vai ter que enfrentar, nós temos que ter uma política, também, de valorização do benefício dos aposentados e pensionistas, e, é bom lembrar, pessoal, para alguns, parece que, quando a gente fala isso, que a gente está falando algo fora da realidade. Não é fora da realidade, eu vou mostrar aqui, no momento adequado, nos últimos 20 anos, inúmeras vezes, nós tivemos, sim, o mesmo percentual do reajuste para o aposentado e para o salário mínimo, inúmeras vezes, tivemos, inclusive, um aumento real maior para os aposentados que para o salário mínimo. Então, ninguém está inventando nada, fora de um quadro real, claro que essa Comissão, quando apontar esse caminho, vai apontar, também, as fontes de recursos. Nós não seremos irresponsáveis de dizer: "Dêem tanto de aumento real para os 22 milhões de aposentados e pensionistas", sem apontar a fonte de recurso. Então, esse é um debate que nós faremos, em parceria, cálculo eu, inclusive, com o Executivo, com o Ministério da Previdência. Eu me lembro, numa oportunidade, que nós concedemos 147% de reajuste. Isso foi em 1991. Foi A

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 310
DOC:

inflação, mais ou menos, do mesmo nível, mas foi dito o seguinte, 147%, adeus, quebrou a Previdência. Não quebrou a Previdência, tivemos que ir ao Supremo para exigir o pagamento, na época, e, não aconteceu nada. Teve um outro momento, que nós demos 42.6 para o salário mínimo e, também, para os aposentados e pensionistas. Também, não quebrou a Previdência. Claro que a inflação acumulada ali deveria estar em torno de 40%. 6 de aumento real. O que eu quero dizer é que há caminhos, há instrumentos, que a gente pode fazer, de construção de uma política de recuperação do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Ontem, foi o dia nacional dos aposentados. Houve um movimento em todo o país, uma grande mobilização. No fim desse mês, em Aparecida do Norte, São Paulo, vai haver um encontro com mais de dez mil aposentados de todo o país. Qual é o debate? É esse: Como é que fica a política salarial dos aposentados e pensionistas? E, esse país, não dou 10 anos, ficará entre... Será o quinto país, do mundo, com a população mais idosa. O quinto país, do mundo. Se nós temos o Estatuto do Idoso, temos uma política de valorização da terceira idade, da melhor idade, como alguns dizem, como é que a gente não vai ter, também, uma política que mantenha o poder de compra, no momento que ele mais precisa. Porque, quando você vai envelhecendo, você gasta mais com remédio, queiramos ou não, devido à realidade ora provada, o idoso, hoje, tem muitas e muitas famílias, devido à realidade do próprio desemprego, que é um quadro real que está aí. Então, tem que haver esse debate. Eu quero insistir muito nessa tese de que, essa Comissão, além do reajuste do salário mínimo, debata também a questão dos aposentados e pensionistas, porque a gente fala em reajuste do salário mínimo, mas não fala. Se hoje for perguntado aos aposentados e pensionistas, "Qual será o reajuste de vocês? Será em junho? Será em maio? Será em primeiro de abril?" O salário mínimo, nós sabemos, será em primeiro de abril, mas, e os aposentados e pensionistas? Não sabem. Qual será o percentual? Será os 12,3% de aumento real, mais a inflação? Não será. Quanto será? Isso é algo que nós vamos discutir, também, aqui, com o nosso Ministro do Trabalho e o Ministro da Previdência. Eu acho, Deputados e Senadores, que é possível construir esse caminho, em parceria, Congresso Nacional e o Executivo. Entendo eu, que o Ministro Marinho e o Ministro da Previdência, também, estão preocupados com esse caso, com essa situação, e nós podemos construir uma saída, por isso que essa audiência de hoje é muito importante, como é importantíssima, eu chego até dizer, se nós pudermos, dentro dessa flexibilidade que a Comissão permitiu à Mesa, de nós convidarmos para uma audiência, num prazo que não seja muito longo, o Ministro da Previdência, para que ele faça, também, uma exposição real da situação da Previdência, hoje, no nosso país. Então, é isso que eu gostaria de colocar, que a gente também tenha como norte esta questão da situação dos aposentados e pensionistas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar o Senador Paim, ele que esteve conosco, num mandato na legislatura passada, na Câmara, nos brindava com esses pronunciamentos freqüentes que, infelizmente, agora, nós não temos tanto contato mais, por conta do Senador estar aqui no Senado, fazendo, exatamente, os mesmos pronunciamentos, travando, exatamente, a mesma luta, levantando a mesma bandeira. Então, eu quero cumprimentar V.Exa. pela persistência, porque eu acho que a persistência é a maior virtude do homem, e essa luta

AÇÃO Nº 0037/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 311
DOC:

de fato, nós não começamos de agora, V.Exa. não fala disso de agora, há muito tempo se fala, desde o momento em que se desvinculou o reajuste dos aposentados do valor do salário mínimo. E, vai chegar um momento que, V.Exa. tem razão, vai chegar o momento em que estarão todos os aposentados, nivelados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nivelados por baixo.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Por baixo, no salário mínimo. Por baixo. Eu costumo dizer, eu não preciso ir longe de casa para pegar o exemplo, eu pego o exemplo do meu pai, que é um aposentado do INSS e, a cada ano que passa, como todos os aposentados e brasileiros, ele recebe um percentual salarial inferior ao nível do salário mínimo. Acho que nós... Eu senti, Deputado Paim, que no cronograma que nos foi apresentado, na programação, porque pela programação apresentada, a gente pode ter, mais ou menos, idéia de que caminho nós queremos seguir. Nós queremos seguir o caminho do debate de analisar o salário mínimo como um gasto, como um gasto público ou analisar o salário mínimo como um motor de desenvolvimento social? Como elemento fundamental no mundo do trabalho. É assim, ou queremos analisar o salário mínimo, do ponto de vista do gasto social? Se nós tivéssemos, ou se nós optássemos para debater o salário mínimo como um elemento fundamental, importante, na questão do gasto público, certamente, nós teríamos aqui como convidados prioritários a Confederação dos Municípios do Brasil, que vê o problema e defende, como defendeu, efetivamente, e lutou para que o reajuste, para que o aumento não chegasse aos 350 reais, alegando que mais de mil prefeituras do Brasil não teria como cumprir a Lei da Responsabilidade Fiscal. Então, o desafio que nós temos pela frente, não é discutir ou diminuir a importância ou a necessidade de aumentar o poder de ganho dos trabalhadores. O que nós temos que discutir é, junto a esse debate do salário, como mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o trabalhador que ganha trezentos reais, ele vai usar todo o dinheiro no consumo, ele vai colocar o dinheiro na... Ele vai jogar o dinheiro no mercado, esse dinheiro volta para os cofres públicos, volta na forma de ICMS, principalmente, a mercadoria que ele compra mais, a mercadoria que ele compra mais, enfim, então eu acho que esse é um aspecto importante. Vai ser fácil, esse debate? Eu não tenho dúvida. Mesmo porque, na Comissão do Trabalho, nós debatemos isso quase que cotidianamente, e, a resistência é muito grande, porque, o que e que se vê pela frente? O princípio, a Previdência Social, qual será o *déficit* da Previdência Social? É isso que se vê. Como que a prefeitura vai fazer frente nas suas despesas, como ela vai cumprir a folha de pagamento? Se o que ela recebe, a arrecadação dela é insuficiente. Só que nós temos que inverter a ótica do debate, a arrecadação hoje é "X", com o aumento do poder aquisitivo do trabalhador, que mora lá no município do interior, vai aumentar a arrecadação, também. Então, isso é um aspecto, mas, não é fácil, aí V.Exa. lança uma segunda polêmica, uma polêmica dura de se enfrentar, difícil, mas que tem, concordo, plenamente, tem que ser enfrentada por nós. Vamos discutir, sim, a política, vamos discutir, sim, a política dos aposentados, porque não é justo um trabalhador, e aí V.Exa. falando aqui a melhor idade, a melhor idade é aquela que exige um salário melhor, porque é o medicamento que custa caro, a cobertura social no Brasil, ainda, não atende os aposentados, os idosos de nosso país. Não atende, como em grande parte dos países desenvolvidos. Aqui, o trabalhador, para ter acesso ao medicamento, ele tem que

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 318
DOC:

desembolsar o seu salário, talvez a única vantagem o que idoso tenha, é poder não pagar o transporte coletivo. Não é não, Deputado Jackson?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): É verdade.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): O transporte coletivo. Essa é a única vantagem. Entrar no cinema, gratuito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Previsto no Estatuto do Idoso, mas, o mais grave é que o Governo Federal, ao invés de assumir a sua responsabilidade, quando por ocasião da instituição do Estatuto do Idoso, transfere essa responsabilidade para as empresas, porque, na verdade, não existe passagem de transporte gratuita, quando alguém deixa de pagar, isso cai em cima do trabalhador, justamente nessa grande legião de quase 40 milhões de brasileiros, que estão excluídos do uso de transporte público, que não podem pagar uma passagem. Então, quando foi criado o Estatuto do Idoso, o Governo deveria prever, através do Ministério do Desenvolvimento Social, os recursos necessários para garantir esse benefício, e não, transferir essa responsabilidade para as costas dos trabalhadores, porque cada passageiro que não paga uma passagem, isto repercute em cima daquele que já está excluído de usar transporte público. Quer dizer, foi criado o benefício, mas não foi criado uma fonte para atender as necessidades desses benefícios, os custo desse benefício. Agora, eu, sem querer aqui atrapalhar o regimento, mas, eu faço como diz V.Exa. nada é mais importante nesse trabalho nosso do que essa persistência do Senador Paulo Paim, em levantar essa bandeira dos aposentados, porque eu acho que essa Comissão vai dar uma contribuição muito grande à questão dos aposentados e pensionistas do país. E eu acho que, justamente, essa insistência do Senador Paulo Paim, é que está formando a consciência de uma grande parte dessa Comissão, no sentido de direcionar, também, os trabalhos dessa Comissão, em favor desse setor. Porque, na verdade, nem o Governo, nem os setores do Governo, os setores responsáveis por essa questão, têm colocado em discussão, de forma como deveria colocar, essa questão dos aposentados e pensionistas. V.Exa. colocou aqui, o exemplo de sua casa. Por onde quer que nós possamos andar nesse país, as reclamações são as mesmas. Eu me aposentei com cinco salários mínimos, hoje estou vivendo com dois, ou com um salário mínimo e meio. E essa questão, o Congresso Nacional tem responsabilidade de enfrentar e dar uma resposta à sociedade. Esse é o nosso pensamento e eu acho que, nesse particular, o Senador Paulo Paim tem prestado um grande serviço ao nosso país na defesa dessa bandeira, que eu acho que deve ser uma bandeira, também, dessa Comissão.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E aí, eu não tenho dúvida, eu acho que o trabalho que nós vamos fazer aqui, eu tenho consciência plena, nós não vamos apresentar aqui qualquer propositura ou aprovar um relatório que não tenha condições efetivas de ser aplicado pelo Governo, eu pego o exemplo da nossa bancada do PC do B. Nós temos uma proposta, que nós insistimos, uma proposta de recomposição do valor do salário mínimo permanente, que nós insistimos a cada ano em que votamos o orçamento. Nós apresentamos agora, e estamos dando entrada como Projeto de Lei, da Bancada. É uma proposta que coloca o salário mínimo nos termos em que ele deveria? Obviamente que não. Por quê? Porque nós temos o senso da responsabilidade, nós temos que saber diferenciar o que é efetivamente necessário, do que é possível. Não entendo, por exemplo, que haveria condições, neste ano, do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 313
DOC:

Governo Lula chegar ao valor de dobrar o salário mínimo, poderia ter feito isso se tivesse adotado uma política sistemática, desde o início do seu Governo, e, nós apresentamos, que é essa a que eu vou me referir, rapidamente. Não tendo feito isso, não é agora, no ano de 2006, que ele vai apresentar uma proposta para dobrar o valor do salário mínimo, porque ninguém agüenta, e não são só as prefeituras, a sociedade, o Brasil, a nação brasileira não suportaria um impacto tão forte, então, as propostas que nós vamos apresentar, são factíveis. O PC do B, nós defendemos, Senador e Deputado, uma proposta que reajuste o salário mínimo, de acordo com a variação do PIB, porque, eu lembro que, um tempo atrás, nós falávamos em dólar, como parâmetro. Perfeitamente correto. Só que, hoje, nós não podemos mais falar do dólar, porque, pelo dólar, já está muito mais de cem dólares. O salário atual, sem chegar nos 350.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada Vanessa, se você me permitir um aparte, eu faço questão de falar à senhora, do dólar...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Hã-hã.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E, até porque, a gente vai enriquecendo aqui o debate. Sinceramente, quando me falam, desse argumento, não mas tem... Não é o seu caso, eu estou concordando com a sua tese. Mas, vocês defendiam, até um tempo atrás, cem dólares...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E defendíamos corretamente.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Corretamente. Hoje é mais de cem dólares. Eu acho que é uma piada a forma que alguns colocam, piada um pouco irresponsável, até, porque o dólar caiu, só no Brasil. É só no Brasil que o dólar caiu? O dólar caiu no mundo, não é só aqui. O euro, digamos, hoje que é a grande moeda valorizada, então, se o dólar caiu, no mundo, qual é a diferença que tem, se pegarmos, e eu pedi para a assessoria e eles vão levantar para mim e vão trazer aqui, vamos usar nós todos aqui, somos todos da base do Governo, vamos usar outro argumento, o que é que se compra, então, são argumentos sólidos, mas, dizer que nós falávamos cem dólares e hoje é mais que cem dólares, não tem fundamento, porque, eu mandei levantar para a assessoria, e vou apresentar na próxima reunião, o salário mínimo em dólares, só aqui no Mercosul, e vamos ver como está o salário mínimo, em dólar, no Mercosul. Está igual àquilo que estava há mais ou menos cinco, seis, sete, oito anos atrás. Então, o dólar, como argumento, não é argumento. Não o que a senhora está colocando, a senhora está colocando muito bem. O dólar é uma referência que a OIT usa para medir o salário mínimo, no mundo. Se o dólar caiu, em relação à moeda original de cada país, caiu em todo o mundo. Então, se na Argentina o salário mínimo era 150 dólares, hoje é trezentos dólares, não mudou nada nesse aspecto, agora, se dissermos o seguinte, esse é um argumento sólido: "Bom, o salário mínimo, há um ano atrás, comprava, sei lá, tantos quilos de arroz, hoje compra o dobro". Esse é um argumento sólido. Agora, dizer não é mais que cem dólares (?). E alguém, algum dia, nesse Congresso, a não ser que fez contra a lei, apresentou projeto de salário mínimo em dólar? Não pode. Porque, nem a Comissão aceita, nem a Casa aceita, então, o debate sobre a questão de salário mínimo em dólares é uma referência internacional, que não mudou nada. Exatamente nada. O dólar é que caiu. O valor em real ou em peso, enfim, qualquer moeda, o euro, continua o mesmo. Esse é o debate que a gente tem que fazer...

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 314
DOC:

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E nós sempre defendemos isso, há muitos anos, como uma referência, não como um projeto, não como algo... mesmo que não há como, mesmo que não há como. Enfim, o que é que nós defendemos? Porque, agora nós vamos ter que definir e vamos ter que apresentar, efetivamente, esse é o nosso grande desafio, uma proposta, e que vai ter que ser uma proposta que indexa alguma coisa, de indexação, porque a política, não há política permanente, sem que ela esteja indexada em algo, e, vamos ter que procurar um elemento de indexação que não varie, que não tenha que ser substituído com freqüência. Daí, a nossa proposta de ser... É uma proposta que está aí para o debate, como tem dezenas e dezenas, tramitando nessa Casa, que ele varie de acordo com a com a variação do PIB, da produção nacional ou do índice que mede a inflação, o que for maior, porque, também, muitas vezes você pode ter uma produção negativa, nós tivemos 02, tivemos um negativo agora, recentemente, e também acrescido da produtividade do trabalho, enfim. Nós fizemos, Deputado Jackson Barreto, nós fizemos algumas simulações muito interessantes e que, a princípio num primeiro momento você, olha, se caso essa proposta fosse adotada, primeiro, é uma proposta factível, daria condições de o Governo garantir aquele reajuste e que, num curto prazo, não seria um ganho tão extraordinário, mas, num médio prazo, a gente estaria no caminho da recuperação das perdas salariais, ou seja, esse reajuste, dado agora, de 17 e pouco por cento, que é isso, de 300 para 350, dá em torno de 17%, um ganho real em torno de 12 e pouco, 13, descontando a inflação. Seria, mais ou menos, isso, teria mais ou menos, exatamente, esses mesmos valores a proposta que nós apresentamos, agora, permanente, porque não adianta nada esse ano dar isso...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada, me permite fazer um aparte?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Lhe dou. Já lhe concedo. Não adianta nada, esse ano dar um reajuste maior, aí passa um ano com um reajuste que mal recompõe a perda inflacionária, aí, passa o outro ano, a mesma coisa, que foi o caso do Governo passado e, se a gente não cuidar, vai ser de todos os Governos que por aí passam, porque, aqueles que estão no poder, eles têm a questão fiscal como a referência deles, e não, a questão do desenvolvimento do poder de compra. Pois não.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada, essa questão do PIB é muito interessante, também. Veja bem, há um tempo já, a gente vem defendendo a seguinte tese: O salário mínimo iria crescer, anualmente, conforme a inflação, mais o dobro do PIB. O que eu ouvi, de dizer que isso era uma proposta demagógica, eu tive que engolir, só que, se nós pegarmos os últimos dois anos, o salário mínimo subiu a inflação e, no mínimo, mais o dobro do PIB. Então, não era demagógica.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Claro.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, não era demagógica. Uns chegaram a botar o PIB *per capita*. O PIB *per capita*, nós sabemos muito bem, que é muito menos do que o próprio PIB, porque é baseado na situação de cada cidadão. Bom, esse projeto foi apresentado a, mais ou menos, três anos atrás. De três anos para cá, o salário mínimo tem subido, sim, conforme... Esse ano, inclusive, vai dar mais que o dobro do PIB, então, isso mostra que a proposta não era irreal. Ah, mas o Paim propõe o dobro

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 315
DOC:

do PIB. Foi assim no ano passado, esse ano vai dar mais. Quanto é que está o PIB, previsto esse ano?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Três... Dois e pouco.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em torno de 3 ou 4%. O aumento real é doze. Então, é três vezes, dá para dizer, o valor do PIB. O que não pode, é, um ano você dar três vezes o valor do PIB, o outro ano você não dar nem o PIB, porque quer dar o PIB *per capita*.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, essa é coerência que nós temos que construir, baseado num parâmetro real, e, um parâmetro real, eu concordo, a tese pode ser o PIB, mas, não, dizer que dá o dobro do PIB é real. Se fosse real, nós não estávamos dando por dois anos consecutivos. Foi assim ano passado, e vai ser assim esse ano.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Bom, era isso, Sr. Presidente. Eu acho o que outro desafio que a gente tem, que não é um mérito da nossa Comissão, mas nós vamos ter que enfrentar, enfrentar essa questão da própria Previdência, nós vamos ter que estar muito preparados, desmistificar a idéia de que a Previdência vive sob um permanente *déficit*. Não é verdade, isso, não é verdade. Vamos discutir isso, profundamente. Nós vamos além disso, vamos ver como é que a gente trata a questão da tributação, também, sobre o trabalho, é pesada no país, a Reforma Tributária, até agora, não teve condições de enfrentar isso, e, eu vejo que, dificilmente, a gente conseguirá muitos avanços nesse campo, se não consertar alguns aspectos no que diz respeito à política tributária, que onera o trabalho formal, acho que alguns passos a gente tem dado, mas, eles são muito tímidos, ainda. Enfim, era isso.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, o Ministro está chegando já, mas, como a contribuição, e a Deputada Vanessa ajudou muito nesse encaminhamento, essa questão de desonerar a folha de pagamento, eu acho que é um debate importante. Nós temos defendido, há muito tempo, já, a seguinte tese: O empregador paga em torno de 22% para a Previdência sobre a folha. O trabalhador paga a metade, vamos dizer que seja 11%, conforme a faixa. Isso é 33% sobre a folha de pagamento. Se nós conseguíssemos num debate fraternal, tranqüilo, equilibrado e construindo uma proposta, retirar os 33% sobre a folha de pagamento, que paga o empregador e jogar as contribuições da Previdência sobre o faturamento, você desonera a folha, você emprega muito mais gente, você fortalece, inclusive, o trabalhador com distribuição de renda, que parte desse dinheiro que o empregador pagaria sobre a folha ele pagaria como salário e nós podemos jogar para a tributação sobre lucro ou faturamento, e, qual é a tese que eu defendo? Eu pego o exemplo dos bancos, quem mais lucra nesse país? É banqueiro. Ninguém tem dúvida quanto a isso. Quem menos emprega? É banqueiro. Ora, o que menos emprega, mais lucra. É natural que ele deveria pagar mais, cumprindo a sua função social, sobre a Previdência, do que aquele empregador que, porventura, empregue lá mil trabalhadores e paga muito mais que o banqueiro. Porque o banqueiro paga sobre a folha, muitas vezes cinqüenta empregados, cem empregados e, aquele que tem mil trabalhadores, paga sobre a folha de mil trabalhadores. Esse é um debate, também, que nós podemos construir aqui, que

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 316
DOC:

poderíamos desonerar a folha de pagamento em 33%, se pagaria menos sobre a folha, joga sobre o lucro ou faturamento e deixa que, com isso, a Previdência, inclusive, tenha uma arrecadação bem maior. Chegando aí, o Deputado Medeiros e, a Dra. Clair pediu a palavra.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Sr. Presidente, senhores e senhoras Deputados, Senadores, eu não pude acompanhar a evolução do debate, mas, também, queria colocar aqui a minha posição. Eu acho que nós temos que enfrentar os grandes problemas que afetam o desenvolvimento econômico e social do nosso país. A questão da carga tributária é, sem dúvida, um dos problemas que nós temos que resolver, porque nós temos uma carga tributária aí, que, me parece, está em torno de 38%, que ela afeta pequenas empresas e a geração de emprego, em conseqüência a própria distribuição de renda e o acesso do cidadão ao trabalho e à riqueza. Então, eu acho que a questão da carga tributária é um dos assuntos desta Comissão. Segundo ponto: a questão dos juros. Nós, recentemente, tivemos aí dados divulgados, aí pela imprensa, essa semana ainda, que a nossa dívida pública, em termos de títulos no mercado, chegou a 979 bilhões de reais. Só o impacto dos juros sob a dívida pública, o ano passado, gerou uma dívida em torno de 140 bilhões de reais. Então, não é possível, quer dizer, esses recursos, eles poderiam estar sendo aplicados em investimentos, então, essa alta taxa de juros é um problema sério no nosso país, que nós temos que resolver, e, essa questão, também, se insere dentro desse debate, porque alta taxa de juros e a carga tributária, ela impede o desenvolvimento econômico e social no nosso país. Então, são assuntos que nós temos que debater aqui e até discutir com o Ministro da Fazenda, que virá aqui, na nossa audiência pública, porque é um problema sério, o nosso Presidente tem até, agora se manifestado dizendo que entendia que o Banco Central deveria reduzir os juros em percentuais maiores agora, eu acho que nós... Esse é o papel, inclusive, da nossa Comissão, de pressionar para que haja uma queda mais acentuada dos juros, exatamente, para que não haja impacto na dívida pública e que haja uma dinamização da economia. Então, são essas as propostas que eu, também, queria agregar a esse debate aí para essa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, tem a palavra, o Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu comentava aqui com o nosso Presidente, Deputado Tarcísio, que chega, Deputado Medeiros, de que o Ministro já está, está apenas dando uma entrevista aqui na porta, em seguida, estará conosco, e nós vamos iniciar o debate com o Ministro e eu falava com a Presidência, eu não sei se todos concordam com o seguinte encaminhamento, que, de imediato, o Ministro chegando, a gente passe a palavra para ele, para ele fazer a exposição e, depois a gente faria as perguntas que entendemos adequado para o encaminhamento do tema em debate, que é uma política de recuperação permanente do mínimo e, naturalmente, também, o salário mínimo que será estipulado esse ano, já que nós todos estamos afirmados. A última palavra quem dá, é o Congresso Nacional. É importante que nós estejamos em sintonia com esse debate para a construção dessa política de recuperação do salário mínimo. Eu queria lembrar ao Deputado Medeiros, enquanto o Ministro está chegando, está marcado já os encontros estaduais, previsto, inclusive, um para São

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 317
DOC:

Paulo, São Paulo... A assessoria pode nos ajudar aí, ficou para que dia? São Paulo ficou para...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 24 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 24 de abril, então teremos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Não, não. É 10 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 10 de abril. E, a intenção é fazer um grande debate com a sociedade, chamando o Movimento Sindical.

NÃO IDENTIFICADO: [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 10 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 10 de abril. Seria a data prevista para São Paulo. Aí, nós gostaríamos que os Deputados de São Paulo ajudassem muito aí. Meu amigo Barelli, meu Vice-presidente, o Medeiros, enfim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 24 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 24 de abril. Confirmado, 24 de abril, São Paulo. Aí, nós poderíamos, combinando com os Deputados da região, acho que a assembléia seria um bom local.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pela ordem. Primeiro, as mulheres.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Se me permite, Sr. Presidente, Sr. Relator. Aqui, a Região Sul, que seria, a primeira, Curitiba, eu gostaria de, já, marcar uma data certa para nós termos possibilidade de organizar, porque, aqui está: Semana de dez de abril, então, eu proporia...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): segunda-feira.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): segunda-feira. Não sei, exatamente que dia... Eu estou sem calendário.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que é dia... A assessoria pode nos ajudar aí? Dez de abril, segunda-feira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dez de abril, dia de segunda-feira, pela tarde.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica definido já.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Fica definido.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O segundo encontro é...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 24 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 24 de abril, numa segunda-feira, São Paulo. E seria à tarde para (?) dos Deputados se deslocarem daí para os respectivos Estados. Eu só peço para a assessoria que nos assessore na chegada (?).

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 318
DOC:

DEPUTADO LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS (PL-SP): Pela ordem, Sr. Deputado Jackson Barreto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pois não.

DEPUTADO LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS (PL-SP): Esse debate, em São Paulo, será muito importante, eu acho que é muito importante esse debate em São Paulo, que nós tínhamos que tentar juntar lá os Deputados Federais e Estaduais de São Paulo, as Centrais Sindicais e associações de aposentados. Hoje, nós temos grandes associações nacionais de aposentados, que, também, têm bastante interesse no salário mínimo e, por conseguinte, no aumento deles. Eu vou sugerir um lugar bom, que seria ou no... Contactar o Sindicato Nacional de Aposentados da CUT e o Sindicato Nacional da Força Sindical, e que a gente fizesse esse debate, agora... O Sindicato Nacional de Aposentados da Força Sindical tem um auditório grande, esse auditório cabe umas quinhentas pessoas e, com certeza, esse auditório será lotado...

NÃO IDENTIFICADO: [inaudível].

DEPUTADO LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS (PL-SP): A Assembléia Legislativa, é bom, mas, é bom, também, lugar onde tenha povo, onde o povo tenha mais fácil acesso e dê mais repercussão, então, eu sugeriria que a gente fizesse num grande auditório, [celular tocando] Sindicato de Trabalhadores, uma coisa assim, onde tivesse uma repercussão grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu queria informar ao Deputado Medeiros, que a nossa agenda aqui está previsto o dia 31, o dia 31 de janeiro, uma audiência com as entidades representativas dos trabalhadores, aqui na nossa Comissão. Então, as Centrais Sindicais, citadas pelo Deputado Medeiros, estarão aqui, no dia 31 de janeiro, na próxima semana, para participar dos debates aqui da Comissão, as centrais, CUT, Força Sindical e as demais, inclusive, a Federação, também, dos Aposentados.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aposentados, seria no 14 de fevereiro. A intenção nossa, seria convidar o Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, da CUT e a COBAP, para fazer uma exposição aqui, os três. Eu proporia, se o Presidente permitir, que o local, em São Paulo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Seria por parte dos Deputados lá.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dos Deputados e Senadores de São Paulo, que apontassem o melhor lugar, uma decisão da bancada de São Paulo. Do Rio Grande do Sul e Paraná, também. Santa Catarina é convidado, mas... A Assembléia é um lugar amplo, total, geral e irrestrito, não haveria nenhuma posição, digamos, de disputa política, até. Mas, eu não tenho nada contra, que indicassem outro lugar, desde que seja uma decisão do Estado que está recebendo a Comissão. Não sei se o Barelli tem alguma discordância quanto a isso, porque estamos falando, inclusive, das primeiras reuniões, que serão em São Paulo e no Paraná. E os Deputados e Senadores do Estado, decidam... Deputado Marco Maia, bem vindo, aqui, para o nosso debate...

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 319
DOC:

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Considerações do Medeiros, Senador Paim, são interessantes. Agora é da prática que nós vamos, acho que o Paraná vai dar o tom, nós queremos chegar perto do que o Paraná vai fazer...

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Com certeza, nós vamos procurar fazer o melhor [risos].

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Enquanto o Ministro está se dirigindo à nossa Comissão, o Deputado Marco Maia que chega agora também pede a palavra já que o Rio Grande do Sul é um dos Estados, que nós teremos audiência pública e seria fundamental que os Deputados e Senadores gaúchos também acertassem o local mais adequado para o debate que lá faremos.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Obrigado, Senador Paulo Paim, saudar aqui o Deputado Jackson Barreto, Deputado Walter Barelli. Mas, em especial aqui o Senador Paulo Paim que é metalúrgico como eu, fomos dirigentes do mesmo sindicato e na mesma cidade, mas eu queria, na verdade, só saudar a iniciativa, saudar a instalação dessa Comissão mista que tem a árdua tarefa de discutir, refletir sobre o tema do salário mínimo. Mas, principalmente, apresentar propostas para que haja condições de que o salário mínimo seja reajustado e recuperado gradativamente no nosso país. Na verdade, é que o Presidente Lula, tem feito um esforço enorme para melhorar a condição do salário mínimo no país, eu me lembro Senador Paulo Paim, era que uma das nossas bandeiras históricas era que o salário mínimo chegasse a cem dólares. E esta era uma briga incansável, e constante que todos nós tínhamos para que o salário mínimo brasileiro pudesse ser cem dólares, pudesse comprar ou ter o seu poder aquisitivo igual a cem dólares e hoje nós temos a satisfação de até mesmo poder comemorar dizendo o salário mínimo chegando a 350 reais e ele vai chegar à casa de 150 dólares. O que é um avanço, o que representa uma melhoria e uma qualidade de vida maior para o nosso povo, mas que ainda é insuficiente. Se nós considerarmos, o que se pode comprar com um salário mínimo de 350 reais, nós vamos ter que ele ainda é insuficiente para atender as demandas, para atender as necessidades do povo, da população e principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. Então, eu queria saudar esta iniciativa, dizer que é muito importante a realização dessas audiências públicas nos Estados, principalmente para ouvir a comunidade, para ouvir os cidadãos, para ouvir a população, mas, ao mesmo tempo também ouvir os sindicalistas, os trabalhadores e trabalhadoras que se organizam em sindicato, que são os responsáveis por estar fazendo o bom debate democrático aí nos nossos Estados sobre o tema do salário mínimo. Especificamente no Rio Grande do Sul, eu não tenho dúvida de que nós teremos uma luta árdua, portanto, há essa audiência pública que nós vamos realizar lá no Rio Grande do Sul, ela terá uma importância enorme, porque eu não sei se os outros Deputados sabem, mas, no caso específico do Rio Grande do Sul nós temos lá o salário mínimo regional, que foi criado ainda durante o Governo do Olívio Dutra e que este salário mínimo regional, representa lá um avanço em relação ao salário mínimo nacional. E nós já tivemos problemas lá no ano passado, porque o reajuste do salário mínimo regional ele foi menor do que o salário, reajuste concedido ao salário mínimo nacional. E nós tivemos agora, nós temos agora este reajuste aí de cerca de 17% no salário mínimo nacional e se nós não tivermos os reajustes do salário mínimo do Estado regional no mesmo patamar do que foi o salário mínimo nacional nós vamos ter uma perda significativa lá nos salários dos trabalhadores e

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 320
DOC:

trabalhadoras do Estado do Rio Grande do Sul. A gente sabe que o Governador Germano Rigoto, no passado assumiu o desgaste de não conceder um reajuste no mesmo patamar do salário mínimo nacional, mas que esse ano nós não temos dúvida de que ele vai manter a sua palavra e tal... E vai reajustar o salário mínimo no Estado do Rio Grande do Sul nos mesmos patamares do salário mínimo regional. Mas esta vai ser uma luta que nós teremos que implementar lá, um bom debate, uma discussão com as entidades sindicais, trabalhadores e trabalhadoras, naquela oportunidade do salário mínimo regional, aqui é bom ressaltar isto aqui lá no Estado do Rio Grande do Sul. O Secretário do Trabalho, era o Deputado Tarcísio Zimmermann, naquela oportunidade que ajudou que contribuiu e muito para implementação desse salário mínimo Regional do Estado do Rio Grande do Sul. Nós teremos lá um trabalho, uma luta enorme, principalmente, no Rio Grande do Sul, para manter a mesma equiparação, o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo regional e quem sabe também ter lá uma política de reajustes permanentes do salário mínimo regional. Como nós temos e vamos ter certamente aqui a partir do trabalho dessa Comissão no país. Então, eu queria ressaltar este, este debate, ressaltar a importância dessas audiências públicas que serão realizadas e o quanto isto será sem dúvida nenhuma, gratificante para o Congresso Nacional, para o trabalho desenvolvido por esta Comissão, e também para os trabalhadores e trabalhadoras. Então, queria aí Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim e o Deputado Walter Barelli saudá-los aí pela iniciativa e também pela importância que esta Comissão vai ter na construção de um salário mínimo digno, para os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Queria fazer um apelo aos Deputados e Senadores para que compareçam aqui à Comissão, uma vez que o Ministro Marinho está chegando à Comissão para participar da sua primeira audiência pública. E eu quero nesse momento, passar os trabalhos ao nosso Vice-presidente Walter Barelli enquanto eu vou dar uma presença na Comissão Mista do Orçamento. Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas. Eu penso que o debate que nós vamos fazer agora com o Ministro Luiz Marinho deve ter como ênfase, a estratégia que o Governo pretende construir para recuperação de longo prazo do salário mínimo e também obviamente discutir essa decisão ontem acordada com as Centrais Sindicais de assegurar este reajuste muito expressiva para o salário mínimo. A vigorar agora a partir de abril de 2006. E eu penso que quando nós instituímos, Senador Paim e V.Exa. foi um grande estimulador para esta doação do piso salarial regional no Rio Grande do Sul, nós fizemos um estudo importante, um estudo e um debate importante também com diferentes setores da sociedade. E nesse tema, eu penso que nós devemos evitar a idéia de que magicamente se possa resolver o problema. De fato, de fato nós estabelecemos um critério, que era um critério que consultava a situação econômica do Estado do Rio Grande do Sul, as potencialidades do nosso Estado e estabeleceu um piso salarial que foi de 30% superior ao salário mínimo. Evidentemente, um salário mínimo que a época era muito mais depreciado do que é hoje porque os 20% de aumento real, concedido ao longo do Governo do Presidente Lula, efetivamente mudaram já o patamar do salário mínimo, ele já deixou de ser um salário miserável e começa a caminhar no sentido de ser um salário que tem uma relevância social importante e, portanto uma capacidade, inclusive, de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 321
DOC:

representar efetivamente os menores salários pagos na economia brasileira. Então, eu acho que o debate, esse debate é um debate que tem que ser conduzido, como eu dizia, a nossa, a professora Maria da Conceição Tavares, Deputado Barelli naquela Subcomissão que nós criamos lá na Comissão do Trabalho, não se pense em aventura salarial, não se pode pensar numa idéia de que se possa de uma hora para outra, dobrar o valor do salário mínimo. O que nós precisamos, é, portanto, efetivamente de uma política de longo prazo e que eu acho que a exemplo do que nós fizemos ontem. Quando na Câmara nós aprovamos o FUNDEB, com metas, com metas, inclusive, de valores a serem assegurados à construção de uma estratégia de classificação do ensino básico no Brasil, nós devemos constitucionalizar uma estratégia de recuperação do salário mínimo. A Constituição Brasileira ela de fato, quer dizer, o Brasil acabou optando por constitucionalizar suas grandes metas em termos de políticas macro econômicas, de políticas sociais, de estratégias nas diferentes áreas. Pois esta área, eu acho que nós também. Vamos ter que muito para além de um Projeto de Lei ter uma diretriz constitucional concreta, não abstrata como é hoje, que o salário deve isso, aquilo, aquilo outro. Não. O salário deve incorporar um crescimento permanente até que ele atinja uma determinada proporção do PIB brasileiro, para que ele efetivamente possa ser um valor capaz de sustentar as condições do desenvolvimento do país. Então, eu acho, acho que é um tema muito importante, que precisa de uma reflexão, inclusive, desapaixonada, desapaixonada, ela precisa de uma reflexão muito, eu diria muito coerente com as potencialidades, com as possibilidades. A própria política de piso salarial ela tem limite, tem um limite que é evidente a política de piso salarial. De repente ela consegue, ela consegue ao invés de ser um fator diferencial de competitividade, ela passa a ser um fator prejudicial à competitividade. Porque nós vivemos num país, num mundo, enfim, que tem relações concretas. Então nós precisamos de fato fazer um debate desapaixonado que consiga, mas que consiga responder concretamente a esse grande desafio que é o desafio de constituir uma política que dê, que dê novamente um sentido ao salário mínimo, um sentido de uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social uma ferramenta de distribuição de renda e um símbolo da valoração que nós temos frente ao trabalho e ao trabalhador. [Tempo vago].

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Bem... Srs. Senadoras, Srs. Deputadas, Srs. Deputados. É com grande satisfação que nesta 4ª Sessão, nesta 4ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo Congresso Nacional para discutir uma política de médio prazo para o salário mínimo, que nós estamos fazendo agora a primeira audiência e não poderia deixar de ser com quem é responsável pelo trabalho e emprego dentro da equipe de Governo, dentro do Executivo. A idéia é a partir, estamos aqui com grande satisfação, com a presença do Ministro Luiz Marinho, que nesse depoimento, ele nos dará uma visão da política que esse Governo pretende imprimir para recuperação do salário mínimo. Resolvendo outros problemas laterais que essa questão do salário mínimo tem trazido para o debate público. É uma... A discussão desse tema, depois de uma reunião feita pelo Presidente da República com Ministros, inclusive, com a participação marcante do Ministro Luiz Marinho, mas, com a presença das Centrais Sindicais, onde se chegou a um consenso sobre o salário mínimo deste ano que será à base da progressão, que uma vez aprovado ou não esse salário mínimo no Congresso Nacional, esse vai ser a base da nossa progressão. Nós partiremos do salário mínimo de 2006, para fazermos uma política até 2016 ou até 2026... Dentro de uma idéia

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 322
DOC:

desse grande problema. Deixar de ser só assunto praticamente de uma discussão sempre acalorada, sempre apaixonada quando da fixação do novo salário mínimo. Então, o Ministro também criou no âmbito do Ministério uma Comissão quadripartite, para levantar com empresários, trabalhadores, aposentados e Governo qual deve ser, quais devem ser os rumos para uma política do salário mínimo no tempo e aí todos nós pensamos numa política de recuperação do valor do salário mínimo. Então, é uma honra está iniciando estas audiências, ouvindo nosso Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Com a palavra.

SR. MINISTRO LUIZ MARINHO: Primeiro eu quero cumprimentar, meu bom dia, aos Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, os presenteS aqui nessa Comissão Primeiro Barelli, quero parabenizar o Congresso por ter criado uma Comissão Mista para estudar a questão salário mínimo, qual o papel dele frente à economia, frente à distribuição de renda e no processo de recuperação do poder de compra do salário mínimo projetado para o horizonte, para o futuro do país. Quero também me colocar que, talvez, eu esteja em falta com a Comissão. Deveria, talvez, ter visitado vocês já antes, mesmo em processo de negociação com as centrais, em relação ao valor para este ano, dentro do atropelo de agenda acabei não fazendo apesar de ter esse desejo. Eu queria aqui também registrar isso com vocês. Dizer que, o que eu vejo como importante na Comissão é o fato de olhar para o futuro de como nós devemos construir uma política permanente de valorização do salário mínimo, para de fato sairmos dessa discussão todo o ano e muitas vezes a depender da situação de chegarmos à conclusão que, por exemplo, nós tivemos alguns anos com aumentos reais significativos, outros anos sem nenhum aumento real. É verdade que a economia brasileira certamente, não suportará quase a gente resolva todo o ano dar um número, como vamos conceder esse ano seguidamente. É por essa relação até que precisam de uma política permanente até para que Estados, Municípios, União, Previdência, iniciativa privada se prepare e se planeje IBGE para uma política permanente, a criar uma política permanente me parece muito importante que nós estaríamos indo além de uma eventual política de Governo, deste ou aquele Governo e criaríamos uma política de Estado mínimo, política mínima de Estado para recuperação do poder de compra do salário mínimo. Esse é o objetivo e o conceito que o Governo está trabalhando na Comissão quadripartite e penso que esta Comissão deve interagir com a Comissão Mista do Congresso, para construirmos essa política. Nós estamos planejando, projetando para até primeiros 10 dias de fevereiro, a gente feche a conceituação internamente no Governo, para poder travar para valer com a Comissão quadripartite essa conceituação. Quem sabe eu... Queria pedir um outro café porque esse aqui está com açúcar ou adoçante se não me engano, e eu tomo só o café, sou apreciador do puro café... Então, eu acho que criar essa possibilidade é muito importante, interagir com a Comissão e termos essa política permanente, eu acho que isso é de fundamental importância para nós. O calendário que estava falando, nós estamos planejando para final de março, mais tardar início de abril, estarmos concluindo esse processo com a Comissão quadripartite. Talvez, pudéssemos ver um pouco com a Comissão Mista qual o calendário que podemos conjuntamente também trabalhar para ver se é possível a gente esse ano ainda oferecer ao Congresso Nacional a possibilidade de estabelecer já as regras para o próximo ano, independente de qual o Governo. Eu acho que a política que nós devemos estabelecer tenha que passar no mínimo por 15 ou podemos projetar por 20 anos, nessa ordem de grandeza para uma política permanente.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 323
DOC:

isso eu, assim de forma resumida dizer o que nós estamos pensando em relação a isso. Nós temos a participação nessa Comissão além do Governo, das Centrais Sindicais, das entidades de aposentados, representativa dos aposentados e pensionistas, empregadores e participam também como convidados, representações dos Municípios e dos Estados. De forma que está presente também o problema aí relacionado, na problemática do impacto fiscal junto às prefeituras. Eu trouxe os dados do impacto do acordo ontem firmado com as Centrais Sindicais, e que agora nós remeteremos ao Congresso, evidentemente o Congresso é que será a autoridade para consolidar o acordo, ou observar se há espaço no orçamento para eventuais mudanças, mas, dirla que nós procuramos trabalhar com a lógica da responsabilidade, da sustentabilidade do aumento, que nós estamos nos propondo a conceder em abril deste ano. Além de trabalharmos o valor, trabalhamos também a lógica de pensar, a partir das indicações das centrais, antecipar para abril deste ano. Mas, projetar junto com a política de valoração permanente, quem sabe, criamos aí a possibilidade de ir antecipando um mês a cada ano até chegar no mês de janeiro. Iniciou o ano fiscal, inicia também o reajuste já do salário mínimo. E é uma discussão que haveremos de fazer também junto aos aposentados na seqüência, para ver como fazemos a relação com os aposentados. Estou com esses dados aqui, talvez fosse interessante a gente apresentar Barelli. Que te parece? Então não sei quem que vai ajudar aí na... Ok. Vamos lá! Não, sem problema. Ela está me informando que foi testado hoje tudo direitinho, funcionou no teste, beleza pura. Agora está demorando um pouquinho para entrar em funcionamento. Talvez nós temos para distribuir? Temos. Essa tecnologia nos passa cada uma... Então vamos distribuir. Já que o bichinho não funciona, vamos na mão. É ou não é? Ontem nós... A negociação se deu com seis Centrais Sindicais e todas elas assinaram. Nós assinamos ontem um protocolo de intenções para o resultado de transformarmos, em encaminhamentos ao Congresso e todas as centrais assinaram esse protocolo sendo elas: a Central Autônoma Dos Trabalhadores, a Central Geral Dos Trabalhadores Do Brasil, Central Única Dos Trabalhadores, Confederação Geral Dos Trabalhadores, A Força Sindical E A Social Democracia Sindical. É... De forma que me parece que de uma forma até quase inédita, mas nós conseguimos num processo de debate intenso depois de várias reuniões construir um resultado para a partir do resultado encaminharmos para transformar em lei para o Congresso Nacional, considerando que a participação do Congresso Nacional é muito importante nesse processo. Mas eu costumo dizer que, mais importante que a negociação do curto prazo, esta discussão de longo prazo eu acho mais importante e fundamental do que o simples resultado do curto prazo. -Distribuímos para todos? Todo mundo tem em mãos?- Vamos trabalhar com esse, com o salário, com o salário mínimo. Então vamos lá. Esse primeiro gráfico é uma evolução do valor nominal do salário mínimo... Vai funcionar? Ok, ótimo. Se funcionar é melhor. Agora podemos apagar essas luzes, não é. Fica melhor. Bom, porque nós desafiamos a tecnologia ela resolveu funcionar... Nesse primeiro gráfico ele demonstra o valor nominal. da evolução de 95 mais 95, até abril de 96, chegando a abril de 96 a idéia é termos o salário mínimo este ano estipulado para 350 reais, em vez de fazer um ajuste em maio, fazer em abril, conforme reivindicação. Temos a variação nominal embaixo e a variação real, a evolução do aumento real de cada ano, esse ano projetado para 13% a depender confirmação da inflação. Podemos seguir, Presidente? O próximo gráfico ele trata do valor do aumento real de cada ano, vamos observar que 95, tem um grande aumento real, na verdade, era um ajuste aí do Plano Real, mas depois entramos numa fase de ou negativo ou baixo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 324
DOC:

valores, tendo outro valor importante de aumento real em 2001 e repetindo 2005 e 2006. Frente. Podemos passar. Esse nós pegamos para fazer um paralelo do que significou a evolução de cada mandato, analisando os últimos dois mandatos, o mandato do Presidente Lula, o acumulado do aumento real para cada mandato. O primeiro mandato de 94. 98. 20.5% do acumulado do aumento real e do segundo mandato de 20,6% de 98 a 2002, acumulado aumento real. Com isso e agora projetado a ser confirmado, porque dependerá da variação da inflação evidentemente até abril, se confirmado porque nós trabalhamos chegaremos a 25.3 de aumento real nessa gestão do Presidente Lula. Em frente. Esse é o valor do salário mínimo no ponto, no mês, então considerando abril de 2006, 350 reais a que mês ele corresponde esse valor. Então é o comportamento de mês a mês, ele seria comparável ao mês de novembro de 85 pegando no ponto, esse seria igual a novembro de 85, puxando para, portanto, 20 anos atrás, em frente. Em frente. E sendo valor médio do ano, abril de 2006, comparado se projetando para o ano, com que ano corresponderia o valor anual. Aí nós puxaremos para 25 anos atrás compatível aí com ano de 80. Isso é frente a Cesta Básica. Qual é a revolução da Cesta Básica? O que aconteceu? O poder de compra a Cesta Básica frente as 16 capitais pesquisadas. Em março de 2003, o salário mínimo comprava 1.3 Cesta Básica, projetada para abril de 2006, passaria a 2.2. Pode ver que ele, o salário mínimo ele teve até 85, até 95, na verdade, ele veio caindo bastante e a partir de 95 ele entra num processo de equilíbrio, depois num processo de recuperação, mas subindo e descendo até 2003. Mas já de 2000 a 2002, construindo um processo de recuperação e a partir de 2003, particularmente 2004, 2005, ele adquirindo um processo mais acelerado na recuperação. Com esse valor deste ano, e como eventual política permanente de valorização do salário mínimo, ele pode entrar numa curva crescente de recuperação do poder de compra do salário mínimo. Esse é um dado frente ao Município de São Paulo, que é pesquisado e São Paulo, reconhecidamente tem um custo mais alto ele compararia 1,85 Cesta Básica, mas, comparado com que momento compatível teria na cidade de São Paulo do poder de compra do salário mínimo, ele voltaria a junho de 85, de novo falando de 20 anos de recuperação do poder de compra. Esse é um exercício para ver janeiro de 2003, o que o salário mínimo comprava de alguns produtos o que aconteceu nesse período. Em janeiro de 2003, o salário mínimo comprava 63 quilos de feijão, passará agora para 133, carne de 26 quilos para 38. cimento de 11 sacos para 21, arroz de 131 quilos para 257 quilos. Então demonstrando de fato, uma grande recuperação frente a Cesta Básica. Aí poderíamos trabalhar com outros produtos equivalentes. Esse aqui, bom, um papel do salário mínimo me parece que é impactar no mercado de trabalho, como valorizar o mercado de trabalho. Então, nós buscamos através do estudo do DIEESE frente aos pisos salariais negociados pelos sindicatos do Brasil, os brasileiros, das várias centrais sindicais o que refletiria nos pisos salariais. Atividade fim e atividade meio. Na atividade fim, 26% dos acordos dos pisos salariais, estaria já incorporado dentro dos 350 reais e atividade meio 47% dos pisos salariais negociados, também até 350 reais. Ou seja, esse valor impactará na valorização do mercado de trabalho, porque esses sindicatos nas próximas campanhas salariais, certamente trabalharão para recuperar a mesma relação que tinha com o salário mínimo no passado, de 1,5 salário mínimo, dois salários mínimos, de 1.7, de 2, 5, assim sucessivamente, ajudando no processo de recuperação da massa salarial impactando evidentemente, no mercado de trabalho, seja no emprego, seja na distribuição de renda. Esse valor considerando que 29 milhões de trabalhadores ou beneficiários da Previdência e da assistência ou da iniciativa privada que ganha

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 325
DOC:

exatamente um salário mínimo, ampliaria em 11 bilhões de reais a massa de rendimentos em 2006, de impacto na economia. Impactaria também no aumento da arrecadação, que muita gente às vezes calcula só impacto no custo da Previdência, no custo dos Municípios, no custo dos Estados. Mas esquece que isso traz dinamismo para a economia, traz dinamismo no mercado de trabalho, ajuda na recuperação, inclusive, de empregos. E, portanto, também ajuda na arrecadação tributária, seja de ICMS, de ISS, seja de outros tributos, que isso terá impacto também. Aqui é um cálculo considerando um número tanto pela PNAD, como por institutos como o DIEESE, que trabalha com a ordem de 40 milhões de trabalhadores e beneficiários da Previdência e assistência que recebe até um salário mínimo, ou que esteja impactado pela política do salário mínimo. O cálculo aqui, na verdade, é conservador, nós estamos falando de um adicional de 15 bilhões, mas há cálculos que fala hoje, eu vi no jornal hoje, alguns cálculos falando de 25 bilhões de impacto na massa de rendimentos em 2006. E também impactará, da mesma forma na arrecadação tributária. Bom isso é Imposto de Renda, não é nosso assunto aqui. Mas só para conhecimento dos senhores, a idéia de corrigir a tabela em 8%. E essa evolução aí de 96 até 2006, aumentando aí a faixa de isenção e mudando às faixas de impacto em cada faixa salarial, aí. Eu acho que terminou. Essa é a apresentação que eu queria fazer para os senhores e me colocar inteiramente à disposição em dizer que, é o que eu queria aqui trazer para os Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Primeiro inscrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero informar primeiro que eu não sou membro desta Comissão, mas muito me interessei, então, resolvi vir aqui porque gostaria de argüir. Então, se V. Exa, se V.Exa. vai avaliar que devem primeiro os membros da Comissão argüir, eu respeitarei isso. Mas se puder ter o direito de argüir de pronto, também o farei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu vou nobre Senador Eduardo Suplicy, quebrar o regimento, já anunciei a palavra a V.Exa. e aí vou mantê-la.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Prezado Presidente, Deputado Jackson Barreto, meu caro Deputado Walter Barelli, e por tantos anos tem dialogado sobre este assunto e batalhado para que tenhamos uma política de recuperação do valor do salário mínimo e caro Ministro Luiz Marinho, primeiro quero cumprimentá-lo pela notícia alvissareira que V.Exa. traz aqui, sobretudo informando que houve um entendimento positivo entre o Governo do Presidente Lula com o próprio Presidente e as Centrais Sindicais, numa decisão que constitui um avanço, claramente demonstrado, pela exposição dos números que aqui apresenta uma vez que era o propósito do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, aumentar significativamente o valor do salário mínimo era o seu propósito explicitado, na medida do possível, até dobrar o valor real do salário mínimo, mas considerando todas as limitações e, inclusive, os impactos para a Previdência, conforme V.Exa. acaba de assinalar de um número muito significativo de pessoas que recebem seja, os benefícios da prestação continuada seja os aposentados que recebe o salário mínimo e mais ainda os servidores e administrações municipais, que nem sempre tem a necessidade de arrecadação a melhor que possibilitaria se expandir ainda mais, mas considerando todos estes valores e ainda o

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 326
DOC:

impacto sobre o mercado de trabalho, creio que a decisão tomada é na direção muito positiva de recuperar o valor do salário mínimo, fazendo com que ele possa, inclusive, atingir um dos objetivos do próprio projeto do Senador Paulo Paim, de fazer com que possa o valor do salário mínimo, ser aumentado a cada ano, mais do que o valor do Produto Interno Bruto *per capita*. Ele na sua proposta, da qual eu sou Relator, e já apresentei o parecer, ele tinha proposto que a cada ano houvesse um aumento, pelo menos de acordo com o PIB per capta e mais, quer dizer, o valor, não apenas da recuperação do valor do poder aquisitivo. Mas também, duas vezes o crescimento do PIB *per capita* e eu avaliei que a decisão adequada seria de pelo menos recuperar o valor completo do poder aquisitivo e mais, pelo menos, o aumento do PIB *per capita*. Apresentei o relatório que está sendo examinado, inclusive, dentre os diversos projetos neste sentido. Mas gostaria também de aqui aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção para primeiro à consciência que nós, seja os brasileiros, seja os empresários, os parlamentares, os trabalhadores devemos ter... Sobre os mecanismos de transferência de renda que existem em outros países do mundo, nos países mais adiantados com os quais, nós temos um relacionamento de comércio de grande relevância, como os Estados Unidos, o Reino Unido, por exemplo, quanto, Sr. Presidente, recebe um trabalhador nos Estados Unidos que ganha um salário mínimo, hoje 5 dólares e 15 por hora. Se esse trabalhador estiver empregado por 160 horas por mês e for empregado 12--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senador Suplicy V.Exa. tem mais um minuto para sua--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois bem. Se esse trabalhador receber um salário mínimo e for empregado os 12 meses a sua remuneração é de 10 mil dólares por ano. Se tiver mulher, duas ou mais crianças. A sua remuneração será de 10 mil dólares, mas ele terá um crédito fiscal por remuneração recebida, da ordem de 40%. A sua remuneração sobe para 14 mil dólares. Qual é o efeito disso para nós brasileiros? Do ponto de vista dos Estados Unidos a sociedade norte-americana, aumenta a remuneração dos trabalhadores do salário mínimo e torna mais competitiva as empresas norte-americanas em relação as nossas. Se não fizermos algo semelhante. Então é necessário que pensemos num mecanismo nesta direção e é aí, Sr. Presidente, que eu considero importante, que mais e mais na hora de definirmos o valor do salário mínimo, estejamos também analisando os efeitos dos programas de transferência de renda, seja hoje do Bolsa Família, seja daquilo que poderá vir a ocorrer, por já ser decidido por Lei do Congresso Nacional uma renda básica de cidadania. Então, gostaria que o Ministro Luiz Marinho pudesse refletir sobre isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero avisar aqui aos companheiros Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, cada companheiro terá direito a 5 minutos e nós vamos ouvir o questionamento, de três em três. E o Ministro então, vai fazer as respostas a partir de (?) cada três parlamentares. Eu passo a palavra a Deputada Dra. Clair.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Sr. Presidente, Senadores Deputados, Senadores Deputadas, Excelentíssimo Ministro. Queria inicialmente parabenizar o Governo, o Ministério, as Centrais Sindicais, todas as entidades, que contribuíram para formular essa proposta do salário mínimo, no patamar de 350 reais e também com o reajuste já a partir de abril. E também dizer que toda a sociedade fica

00572005
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 327
DOC:

beneficiada, porque não são só os 40 milhões de trabalhadores que vão ser beneficiados com o salário mínimo nesse patamar, mas, sim toda a sociedade porque nós vamos dinamizar a economia, vamos ter mais empregos, vamos gerar mais empregos e também toda a sociedade vai se beneficiar, porque conforme já foram colocados os dados aqui, também vai haver aumento da carga tributária que vai beneficiar todos os cidadãos. Queria cumprimentar V.Exa. então, pelo e... O próprio Governo e por esse acordo que dá uma recuperação real do salário mínimo em torno de 13%. E também parabenizá-los, pelo reajuste da tabela do Imposto de Renda. Considero que essa Comissão do Congresso Nacional, ela tem grande importância na discussão de um projeto para recuperação permanente do salário mínimo. Mas, entendo que nós devemos abordar outras questões maiores, para que nós possamos ter um projeto de desenvolvimento econômico social sustentável. E aqui eu queria dizer, que por essa discussão passa a discussão da taxa real de juros do nosso país. Eu acho que nós não podemos conviver com essa taxa de juros, existente no nosso país, porque ela é, ela prejudica o desenvolvimento econômico social, prejudicam o poder de compra dos trabalhadores, os empregos, enfim, ela é altamente prejudicial para o nosso país. Estava aqui falando, antes de V.Exa. chegar, que os dados recentes aí publicados nos jornais, pela imprensa toda, de que esses juros impactam em muito a nossa dívida pública e só em termos do impacto dos juros sobre a dívida pública do ano passado para 2004 chegou-se a 140 bilhões de reais. Então realmente é um problema sério que nós temos que resolver. Queria também--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O tempo de V.Exa. está esgotado--

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Queria só também complementar, dizendo que nós temos que buscar uma nova política tributária para o nosso país. Porque hoje em dia quem paga os impostos são os trabalhadores, e o capital, grandes bancos são beneficiados e não pagam imposto correspondente. E queria também fazer uma proposta, ratificar proposta no sentido de que a gente tire a tributação da folha de pagamento, pelo menos uma parte e jogue essa contribuição para o faturamento das empresas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Tarcisio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Deputado Walter Barelli, Ministro Marinho. Deputadas Senadores, Deputados e Senadores. E eu penso e eu queria cumprimentar o Ministro Marinho. Eu acho que a habilidade, que presidiu essa negociação e também a sensibilidade que presidiu essa negociação, ela precisa ser registrada. Habilidade por parte do Governo, por parte do seu Ministro de trabalho, habilidade por parte do Presidente Lula, habilidade por parte das Centrais Sindicais e sensibilidade também de todos eles. Eu penso que esta... Este reajuste anunciado ontem, e muito esperado por todos nós, ele é ao mesmo tempo uma vitória do diálogo, mas também é uma vitória da consciência, porque felizmente em nosso país, esta agenda do salário mínimo colou. Essa é uma agenda que colou na agenda política brasileira e isso nos dá ao mesmo tempo, uma enorme oportunidade e também uma enorme responsabilidade. Nós devemos efetivamente oferecer respostas neste campo em particular ao conjunto da sociedade. Então, eu quero, eu quero registrar esta

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 398
DOC:

mudança de conceito na sociedade brasileira. O Brasil nunca cultivou o conceito da igualdade. Infelizmente a sociedade brasileira, ela nunca valorizou uma noção de que nós devêssemos ter, por exemplo, por exemplo, níveis salariais que não fosse como é hoje de um para 250, mas que nós tivéssemos que ter níveis salariais de um para oito, um para dez, que seriam níveis civilizados em que não existiriam cidadãos de qüinquagésima classe e cidadãos de primeira classe. Então eu penso que o salário mínimo ele tem que ser compreendido nesta dimensão e, portanto, também a meta que nós devemos nos colocar não pode ser simplesmente uma meta, digamos pragmáticas, do tipo: Ah! Chegaremos em um salário a preços de hoje de 500 reais e estamos bem encaminhados. Não é verdade. Não é esta uma solução razoável, para o tema da distribuição de renda no Brasil. Nós devemos nos colocar a esta perspectiva, de que quem sabe no Brasil como o Governo Federal já vem fazendo no serviço público, nós devamos ter esta idéia, de que o menor salário não seja, quem sabe num primeiro patamar 20 vezes menor do que o maior salário. É esta deve ser, eu penso, a nossa perspectiva. Então, eu acho que os 13% eles contribuem para esta perspectiva, de que a gente anime o debate pela igualdade social. E eu queria, Ministro, lhe fazer pergunta, porque esse é sempre um tema, vibrado aí pelos adversários do salário mínimo. Foi muito usado quando nós tentamos, quando nós introduzimos no Rio Grande do Sul o piso salarial. O tema da inflação e o tema da competitividade. Como esse tema foi debatido, quer dizer, o repique inflacionário que eventualmente, esse reajuste possa proporcionar e o repique também de perda, eventualmente de competitividade que este reajuste possa, possa produzir. E também eu queria que V.Exa. pudesse se antecipar aqui um pouco, qual é a estratégia do Governo em relação ao salário mínimo, porque esta, desculpa, ao salário família, porque essa de forma muito minúscula, mas poderia ser uma parte da resposta aos questionamentos do Senador Suplicy, de que se a gente tivesse uma política mais afirmativa para o salário família, nós poderíamos ter um crescimento importante da renda das famílias que tem crianças, tem crianças sob a sua responsabilidade. Então, por favor, também se houver alguma decisão nos informe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Ministro Luiz Marinho.

SR. MINISTRO LUIZ MARINHO: Bom, agradeço aí as questões colocadas. E quero dizer aos companheiros que a abordagem do Senador Suplicy, sempre aí militante da necessidade, da constituição de uma renda básica de cidadania, para o conjunto da população brasileira, usando aí experiências de outros países, usando como referência experiência de outros países, inclusive, eu acho que agrega um importante debate. Não somente para o Governo brasileiro, mas para o conjunto da sociedade brasileira e haveremos de perseguir no horizonte a necessidade da constituição de uma renda básica para dar condições de sobrevivência digna, para todo os cidadãos e cidadãs do nosso país. Isso eu acho que é um valor importante a ser estabelecido no horizonte, a partir dos programas existentes de transferência de renda, mas, precisaremos ir aperfeiçoando ao longo do tempo para dar conta deste objetivo. Evidentemente que hoje, nós olhando, nós não teríamos condições hoje, no orçamento do país dar exatamente o que nós gostaríamos de fazer na conceituação que o Senador Suplicy faz. Mas é uma coisa que nós devemos perseguir, independente de qual o eventual Governo que esteja governando aquela fase da história do país. Mas como povo brasileiro e como política de Estado devemos persegui-las. É... A abordagem da Dra. Clair, que eu concordo em grande parte

ATN nº 063/2005
CFSP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 329
DOC:

com a abordagem do estrago que as taxas de juros reais, faz para a economia brasileira e em 2005 nós sentimos profundamente isso. Mas, dizer que nós estamos trabalhando para criar as condições para numa segunda fase diminuir o endividamento público interno, e tendo um juros baixo de forma sustentável também com inflação baixa. Há quem defende a tese de que: "Olha, um pouquinho mais de inflação não haveria problema". Não haveria problema se esse pouquinho, mais de inflação estiver totalmente sob controle. Mas se estiver uma possibilidade de descontrole inflacionário, causaria um grande estrago. E quem sobrevive de salário certamente, serão os mais prejudicados numa eventualidade como essa. Mas, eu concordo plenamente que o Banco Central neste ou em outros Governos tem trabalhado de forma bastante conservadora, com excesso de zelo em relação a essa questão. Acho que há um espaço de debate com relação a isso, e nós precisamos, sim, de ter uma política econômica que controle a inflação. Que controle a inflação, mas que trabalhe com o menor juros possível, para não sacrificar o investimento, seja infra-estrutura, seja na produção e seja no investimento e no desenvolvimento social. Eu acho que é isso que nós estamos buscando. Conseguimos até aqui, diminuir de forma significativa, o endividamento externo do Brasil e precisamos de uma segunda fase, investir pesado na diminuição do endividamento interno. Mas considero que nós andamos um bom pedaço, ao fazer, ao tirar a relação de endividamento de títulos relacionados ao dólar. Muita gente fala: "Poxa, mas o dólar está barato". Está barato hoje. E amanhã como ele estará? Ninguém sabe o que vai acontecer com o dólar no dia de amanhã. Por esta razão, nós temos que levar isso em consideração até porque os títulos comprados em dólar, no passado, não foi porque naquele momento o Brasil desejava comprar títulos em dólares, era porque o Brasil estava sem condições, não é, de comprar título do Brasil em reais e preferia atrelar com o dólar. Por esta razão que levou por tamanha fragilidade da economia naquele momento. E por essa razão, eu acho que é um bom caminho andado até aqui, mas, concordo que nós temos muito que caminhar. Quero dizer também que sou um defensor da necessidade de transitar o impacto da folha de pagamento para o faturamento, para o valor agregado das empresas. Isso é uma, é uma coisa também que o Brasil precisa evoluir, até para sair desse debate que o trabalho é muito caro. Há muito debate sobre a questão trabalhista que o trabalho é muito caro, que ele não é flexível. Há uma discussão se é ou se não é flexível, porque uma situação de não ter flexibilidade não teria tamanha rotatividade como acontece com a mão-de-obra brasileira. Então de certa forma, o mercado de trabalho tem sim a sua flexibilidade, mas, haveremos de construir um processo de negociação, que busque responder a esse conjunto de questão. Abordagem do Deputado Tarcísio de que o questionamento, se o salário mínimo provoca ou não inflação conforme muitos defendem essa tese. Eu diria que se nós aumentássemos o salário mínimo demasiadamente, de forma a provocar um desequilíbrio orçamentário, de forma que os agentes não pudessem suportar o salário mínimo, assim ele poderia provocar sim uma inflação. E de forma que o aumento da demanda de consumo fosse o impacto além da capacidade de produção da economia brasileira, poderia sim provocar uma retomada da inflação. Mas não nos parece que seja o caso, parece o que economia brasileira está em total condição de aumentar essa sua produção, fazendo frente a uma manda demanda de consumo, que esse aumento pode provocar. Não creio que também que esse aumento tire a competitividade, da indústria brasileira até porque, a indústria em grande parte já paga mais do que o salário mínimo. Evidentemente que isto provocará, dará impacto no mercado de trabalho, trazendo uma valorização no mercado de trabalho, mas parece que ele trará um impacto extremamente positivo, na

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 330
DOC:

medida em que nós podemos ter impacto de dinamismo na economia, a partir do aumento de capacidade de consumo por esses milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Medeiros.

DEPUTADO MEDEIROS (PL-SP): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Ministro Luiz Marinho. Eu acho que o aumento do salário mínimo foi significativo, é um dos maiores aumentos dos últimos tempos e principalmente a forma como se chegou a esse entendimento na base da negociação. É a primeira vez, que o Governo negocia com os sindicatos e se chega a uma conclusão. Geralmente, negociação do Governo com os sindicatos é para o Governo ganhar tempo, é a primeira vez que se chegou a uma conclusão, foi agora com o Ministro Luiz Marinho e que leva o fortalecimento das Centrais Sindicais, daí o fortalecimento do movimento sindical, uma prática muito boa ouvir a sociedade. Então eu queria cumprimentar o Ministro Luiz Marinho, cumprimentar as Centrais Sindicais, cumprimentar o Presidente Lula, e eu tinha uma indagação. Este aumento vai favorecer bastante pessoas, mas, sobretudo aqueles aposentados, milhões e milhões de pessoas aposentadas, que vivem do salário mínimo. Pessoal do campo, pessoal do Nordeste, até em São Paulo você tem muitos aposentados que vivem do salário mínimo. Vão ter um ganho real. Mas nós precisamos, ter também o reajuste dos outros aposentados que ganham acima do salário mínimo. E esses aposentados têm uma defasagem salarial neles. Mas sempre no passado deixou-se uma defasagem salarial em relação aos outros aposentados. Houve alguns momentos, em que a correção do salário mínimo era repassada automaticamente para todos os aposentados. Eu sei da impossibilidade disso. Isso impede. Impediria o aumento do salário mínimo se fosse indexado. Mas é preciso que o Governo também tenha essa sensibilidade, para as outras pessoas que são aposentados e que precisam repor o seu poder de compra. Eu queria ouvir do Ministro Luiz Marinho, qual a posição do Governo sobre o reajuste dos aposentados que não ganham salário mínimo? Eu acho que em princípio o Ministro, eles deveriam ter no mínimo o seu reajuste, também antecipado para o mês de abril. Para o mês de abril para não se cometer uma discriminação, uns são reajustados em abril e outros são reajustados em maio. Queria ouvir então, o Ministro Luiz Marinho sobre essa questão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Marco Maia.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Muito obrigado, Presidente. Saudar aqui também o Deputado Walter Barelli e o nosso querido Ministro Luiz Marinho. Eu primeiro quero enaltecer aí a iniciativa do Governo, de ter primeiro patrocinado esse movimento de diálogo, de negociação, de estabelecer uma relação direta com as Centrais Sindicais e discutir a exaustão o tema do reajuste do salário mínimo e da política de recuperação da tabela do Imposto de Renda. É claro que a gente às vezes acaba, no reajuste do salário mínimo, desconsiderando a importância do reajuste da tabela do Imposto de Renda, para uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras do país, que ao receber cerca de mil e cem reais de salário, já tinham um pouco mais de mil e cem reais de salário já tinham que pagar o Imposto de Renda direto na fonte. Se nós pegarmos a categoria metalúrgica na qual eu faço parte, esse reajuste na tabela do Imposto de Renda tem também um impacto significativo na renda. E na qualidade de vida desses trabalhadores.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 331
DOC:

Mas eu queria, Ministro Marinho, na verdade, saudar a iniciativa do Governo de ter patrocinado esse debate, esse diálogo, permanente com as Centrais Sindicais e poder ter chegado a uma equação que para este momento histórico e conjuntural da política e da sociedade brasileira, traz um avanço significativo ao salário mínimo e um avanço significativo ao rendimento dos trabalhadores. Quando reajusta a tabela do Imposto de Renda em 8%. Então, eu diria que só pelo fato de estar negociando, o Presidente Lula colocou isso numa entrevista, o próprio Ministro colocou isso também. Só o fato de estar negociando, ouvindo as Centrais Sindicais e se dispondo a dialogar uma política permanente para o salário mínimo, já significa um avanço significativo na condução da política neste, neste país. Eu queria também dizer e ressaltar aqui e perguntar como o Governo enxerga isso. Mas a recuperação do salário mínimo, ela não se dá apenas na minha avaliação com o valor que se coloca de reajuste ao salário mínimo. É um conjunto de medidas tomadas pelo Governo, que vão dando um contorno melhor ao poder de compra dos trabalhadores. Eu quero dizer que fiquei muito impressionado, aqui com este dado, de que o salário mínimo comprava em março de 2003, 1.30 cestas básicas e passou a comprar e vai passar a comprar em março de 2006, 2.20. O que representa em abril, pegando aqui a referência do documento apresentado pelo Governo, que chega a 2.20 um reajuste digamos que um ganho de 70%. Em relação, é claro que aqui nós temos uma recuperação do dólar, nós temos aqui o reajuste do salário, nós temos aqui as políticas compensatórias que está sendo... Hoje é impressionante a gente andar pela rua, pelo país e ver, por exemplo, que o trabalhador diz: "Eu comprava o quilo de arroz há 14 reais, os cinco quilos de arroz, hoje estou comprando por cinco, o leite era 1,40 agora estou comprando por 0,98". Então isto tem um impacto brutal, na renda do trabalhador, que eu acho que é o conjunto de medidas que nós precisamos fortalecer no país, quer dizer, aumentar o salário mínimo, manter o dólar num patamar que tenha uma relação real e tal com a realidade do país. Ter políticas compensatórias para os setores produtivos, para que eles possam efetivamente garantir um preço justo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O tempo de V.Exa. está esgotado--

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Para a comunidade. Então eu queria, na verdade, perguntar aí ao Ministro Luiz Marinho, como é que o Governo está enxergando e tal... Esse conjunto de políticas, que na minha avaliação são importantíssimas, para recuperar efetivamente o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu cumprimento em primeiro lugar assim, como todos os companheiros e companheiras que me antecederam, fizeram. Eu quero aproveitar essa oportunidade para cumprimentar, já fiz ali, mas faço agora de público cumprimentar a V.Exa. pela condução das negociações. De fato não estou aqui fazendo elogio ao Governo, nem demagogia, mas, é um fato inédito nesse país a gente voltar a ter a definição do valor do salário mínimo da forma como nós tivemos esse ano e já o ano passado. Eu acho que foi uma negociação difícil, não foi tranqüila, mas o resultado foi bom para o Brasil. Então, eu quero nesse momento fazer dois cumprimentos a V.Exa, um é isso, a forma como o Governo, principalmente através de sua pessoa, se conduziu no sentido de chegar a esse fim,

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 332
DOC:

chegar a esse termo, não só quanto ao salário mínimo que parece que não é muito, mas os dados mostram aqui a imprensa toda divulga. É o maior, não chegou ao seu dobro, efetivamente, mas é o maior dos últimos 20 anos, pelo menos. Então, isso é um fato importante, não é à toa que o acordo aconteceu e está aqui o termo de compromisso e o segundo ainda nesse primeiro aspecto a negociação em torno, a negociação em torno da tabela de Imposto de Renda, que todos reclamam, mas, já é a segunda vez que o Governo Lula reajusta a tabela do Imposto de Renda, oito anos do Governo passado, nós tivemos um único reajuste. Um único reajuste. Então, é algo que nós temos que destacar. Mas eu quero cumprimentar V.Exa, além disso, por um segundo fator que eu considero mais importante pela sua posição. Ministro Marinho, aqui no dia de hoje. Eu sei que V.Exa. é uma pessoa que tem uma história e uma vida no movimento sindical e não é porque é Ministro que esquece das reivindicações ou esqueceu rapidamente, e sabe que mais até importante do que esse ganho que o trabalhador brasileiro está tendo hoje que não é o ganho suficiente para fazer frente à sua demanda, mas sem dúvida nenhuma é um ganho importante, V.Exa. colocou uma necessidade de ter uma política para o salário mínimo. Eu acho que isso é importante, e esse é o objetivo maior dessa Comissão. Antes de sua chegada aqui, até aqui a esse recinto, nós debatíamos exatamente isso. Nós vamos rodar esse país. Nós vamos rodar. Senadores, Deputados, debatendo o salário mínimo, discutindo a necessidade de ter uma política salarial. Uma política para o salário mínimo. E nós enxergamos pela nossa frente como uma questão central, principal, o que nós enxergamos é uma Lei de Responsabilidade Fiscal. O que nós enxergamos não são os problemas vividos pela Previdência Social não, nós chegamos à outra página da sua transparência. Aquela página que mostra, por exemplo, o quanto que a economia do país terá de... Será, com quanto à economia brasileira será injetada a partir do aumento do salário mínimo, e quase quatro bilhões de reais a mais. A gente lê muito e vê muito Prefeito, Governador, falar, não porque o gasto vai para tanto, mas, eles não dizem, quanto vai ser o aumento da arrecadação tributária, porque aumentar, crescer, fazer crescer o mercado interno é fazer crescer a economia. Agora, nada mais faz crescer o mercado interno do que uma possibilidade de um ganho real nos salários mais baixos do país, ou seja, do salário mínimo, porque quando a gente aumenta o salário mínimo. Não é dinheiro que as pessoas estão gastando com produtos supérfluos não. Não são produtos importados, que terão sua venda aumentada nao. Sao aqueles produtos que mantém as necessidades mais primárias de uma pessoa. É o alimento, é o transporte coletivo que a pessoa vai poder passear no dia de domingo naqueles Municípios Deputado Jackson, que adota uma política de embarateamento das passagens, no final de semana.[soa campainha] Enfim, eu acho que esse é o nosso caminho. E eu dizia há poucos instantes, que nós do PCdoB, temos essa preocupação. Nós anualmente nos projetos, na discussão de orçamento, apresentamos e estamos dando entrada essa semana no Projeto de Lei de Bancada. Onde nós vamos colocar ali a nossa, repetir a nossa proposta de política permanente, variação do PIB ou da inflação o que for melhor, acrescida, acrescida da variação também da produtividade do trabalho. E aí vamos pegar um exemplo de 90 a 99, a produtividade do trabalho no Brasil aumentou 24%, mas a participação dos salários na renda nacional caiu de 37% para 27%, ou seja, 10% foi à queda, Senador Paim, numa década. Então, Ministro, eu concluo do jeito que eu comecei cumprimentando V.Exa. E sei que V.Exa. tem dito nas entrevistas que já está disposto, comprou a briga conosco. Isso é importante ter um Ministro conosco nessa briga, o Ministro do Trabalho, mas que

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 333
DOC:

não tem idéia exatamente do que vai ser. Então, o cronograma que os senhores, que também há uma Comissão no âmbito do Governo uma Comissão trabalha–

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O tempo de V.Exa. está esgotado.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Concluindo. Então, só que trabalha essa questão da política permanente. Se tem mais ou menos idéia, de qual o prazo, o período que essa Comissão precisaria para apresentar algo, ao Congresso Nacional se a perspectiva esse ano, esse semestre ainda seria basicamente isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Ministro Marinho.

SR. MINISTRO LUIZ MARINHO: Obrigado, Sr. Presidente. Bom, Deputado Medeiros. A questão dos aposentados e eu antes mesmo de assumir o Ministério do Trabalho, me coloquei em várias plenárias de aposentados e aposentadas no Brasil, respondendo esse questionamento, porque como as centrais, já lá atrás propondo uma política de valorização do salário mínimo e aí o pessoal, às vezes questionava o seguinte: "Poxa vida, mas vocês estão propondo que tire os aposentados, para dar para o salário mínimo? Porque eu ganho dois salários mínimos, mas, se aumentar o salário mínimo acima do reajuste que eu vou ter, eu vou receber menos dois salários mínimos". E eu dizia para ele o seguinte: "É preferível, eventualmente ter um salário, receber um salário mínimo de setecentos reais do que três salários mínimos de duzentos, por exemplo". Então, nós precisamos ter firmemente a convicção de que a... Valorizar o salário mínimo é importante. É importante também para os aposentados porque milhões de aposentados e pensionistas estarão sendo beneficiados com essa valoração do salário mínimo. É importante também levarmos a seguinte questão. No passado já tivemos essa vinculação, isso foi desvinculado em determinado momento, mas ainda há presente um debate de segmentos importantes, que desejam a desvinculação até do piso previdenciário. Quando me pergunta eu respondo que eu sou radicalmente contra a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo, porque considero que esta vinculação ela é importantíssima, no processo de distribuição de renda e desenvolvimento especial daquelas regiões mais empobrecidas ou menos desenvolvidas do país. Tem regiões hoje que recebe mais recursos injetados na sua economia local ou regional, a partir dos benefícios dos aposentados e pensionistas, ou de transferência de renda, do que a economia consegue gerar naquela região ou até da transferência do fundo de participação dos municípios. Ou seja, tem um forte impacto na economia brasileira, particularmente das regiões menos desenvolvidas. Tem várias regiões já que o aposentado ou aposentada, já virou a principal renda da família. Então, essa vinculação ela é importantíssima e nós temos que tomar cuidado com esse debate porque a depender de como a gente faça o debate, a gente faz crescer essa visão de que deve se desvincular. E eu acho que isso seria um perigo, um risco grande que nós não deveríamos deixar que crescesse essa discussão. Evidente que os aposentados, aposentadas, pensionistas, merecem uma atenção e merece, inclusive, um debate. O Ministro Nelson Machado, certamente fará um calendário de discussão com as entidades representativas dos aposentados. Nós já tivemos solicitações seja do sindicato nacional da CUT, do sindicato nacional da força e também da Cobap para fazer esse calendário, certamente o Ministro Nelson Machado da Previdência vai fazer esse calendário, vai

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 334
DOC:

discutir essa questão de antecipar também para abril ou não, vai fazer a discussão de qual é a possibilidade que estará colocada para esse ano, dentro da realidade orçamentária da Previdência, que vocês sabem o tamanho do problema. E que mais que nós, temos todo o interesse e sensibilidade para fazer essa discussão. Em relação à abordagem do Deputado Marcos Maia, na verdade, eu acho que eu esqueci na apresentação fazer abordagem do que leva essa recuperação nesse patamar. Não é simplesmente pelo tamanho dos aumentos, do reajuste mais aumento real. É a combinação disso com o controle da inflação e desoneração tributária. Realizada em vários produtos e possivelmente outros produtos que nós venhamos discutir no futuro, essa combinação ajuda a construir o poder de compra do salário mínimo frente a Cesta Básica de forma particular. Mas pode perguntar: "Pô, mas as famílias não vivem só de Cesta Básica"? É verdade, mas nos baixos salários a Cesta Básica é que dá o grande impacto e, portanto, é uma grande contribuição para o poder de compra do salário mínimo trabalhar com desoneração, com controle da inflação para essa combinação dá esse poder de compra para o salário mínimo. Deputada Vanessa fala do papel da Comissão, eu tenho plena concordância, e quero reafirmar aqui o que nos estamos trabalhando como cronograma como possibilidade podemos, vamos trabalhar para cumprir isso. Nós queremos até final de março, início de abril, estar em condições de trazer para a Comissão aqui, mista do Congresso, qual a visão que a Comissão quadripartite coordenada pelo Ministério do Trabalho, teria em relação a essas questões aqui. Não temos, evidentemente a pretensão de esgotar todos, todos os aspectos que da importância de uma política permanente do salário mínimo, mas acho que a Comissão quadripartite, a Comissão Mista do Congresso pode sim, criar condições para termos uma política que pode ser sendo avaliada ao longo do tempo. Nós pensamos e desejamos a partir do Ministério do Trabalho, discutir na Comissão quadripartite, também oferecer a vocês, a idéia de que talvez nós devemos a partir da Comissão quadripartite da Comissão Mista pensar em criar um Conselho Do Salário Mínimo Permanente, que vai acompanhar e avaliar e sugerir de ano a ano qual deveria ser, bom, é o suficiente, há espaço no orçamento para adicionar aquela política mínima permanente ou não... E assim sucessivamente. Mas são coisas que ainda não está concluída e que nós devemos fechar que se Deus quiser aí até o final de março.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Wilson.

DEPUTADO WILSON: Sr. Presidente, estimado Ministro, Senador Paulo Paim, Deputado Vice-presidente Barelli. Eu queria rapidamente Sr. Ministro saudar os Senadores e Deputados presentes. Queria deixar uma pergunta, Sr. Ministro, referente a uma questão que diz direto ao nosso assalariado, aos nossos trabalhadores. Aquele que realmente recebe a sua, o seu salário, da fonte pagadora e desconta de Imposto de Renda. Quando é que nós teremos uma nova tabela, nova faixa para desconto do Imposto de Renda. Não se admite, Sr. Ministro que continuamos a ser isento com essa correção de 8%, 1.257 isento, 1.257 e um centavo, 15%. E nós vamos tratar de 2.512, 27,5%. Com certeza nós temos os jornalistas, todas as pessoas estão aqui, são assalariadas, Deputado Paulo Paim, com certeza estão aqui todo mundo preocupados com essa questão. Esse é o comentário geral, entra Governo, troca Governo, Governo Fernando Henrique, vem o Governo Lula, foi o Governo Itamar, e a coisa não tem como se resolver esse problema lá no Ministério da Fazenda, no Ministério da Economia [illegible]

CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 335
DOC:

precisamos Sr. Ministro realizar essa correção, para não penalizarmos os nossos, os nossos assalariados. Isso é um crime que está sendo cometido com os trabalhadores. Até 1.257 agora isento. 2.257,01, 15%. Realmente, Sr. Ministro, essa questão é muito séria e gostaria de ouvir de V.Exa, naturalmente um encaminhamento dessa questão, porque a questão está insustentável e todos nós, e todos os trabalhadores assalariados, estão profundamente preocupados. E não dá para admitir, está sendo penalizado realmente quem recebe pela folha de pagamento, desconta o Imposto de Renda e não tem outra saída, enquanto que outros tem outras soluções. Mas eu queria também reforçar muito a manifestação do Ministro... Do Deputado Medeiros, quanto à correção salário Paulo Paim, dos nossos aposentados. Nós temos que estudar seriamente para termos além da correção do salário mínimo, ter uma correção progressiva, dependendo dos valores. Porque aquele que recebe um salário mínimo, ele vai receber a correção do Imposto de Renda, da inflação e não terá nenhum ganho, ele está perdendo progressivamente o poder aquisitivo. Então eu queria, eu queria reforçar realmente essa preocupação e cumprimentar naturalmente quem está mais envolvido nesse problema que é o Senador Paulo Paim, que eu tenho uma grande admiração por V.Exa. e toda essa preocupação. Mas a minha pergunta para concluir é exatamente a correção, criamos novos fachos para a correção do Imposto de Renda. Obrigado, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Encerrada as inscrições. Eu passo a palavra ao Deputado Vicentinho.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Eu, Sr. Presidente, Jackson Barreto, Sr. companheiro Luiz Marinho nosso Ministro do Trabalho, Deputado Walter Barelli, nosso companheiro. Senador Paulo Paim, nosso Relator, ontem quando houve o acordo, Deputado Jackson Barreto, havia uma conversa na Câmara, entre a alegria e surpresa de alguns e alegria de muitos outros que perguntava o seguinte: "Qual é o papel da Câmara? Qual é o papel dessa Comissão? Já que as centrais resolveram junto com o Governo?" Eu dizia: "Companheiro, agora que a coisa está boa. Quanto mais um projeto for negociado melhor para todos nós. A Câmara não tem que se arvorar no papel de resolver todos os problemas nem o Congresso Nacional". Então, nesse sentido eu acho que nós, o papel da Comissão é discutir uma política de recuperação do poder aquisitivo, independente de reajustes anuais. independente do que aconteceu ontem, do que acontece hoje. Então, esse papel nós vamos ter que nos debruçar, queimar pestanas para ver que políticas nós deveremos desenvolver, evidentemente em parceria com o Ministério do Trabalho, com o companheiro Luiz Marinho, com o nosso Governo Federal, mas também com a sociedade, com os Prefeitos, com os pequenos empresários, não é, com todos os segmentos, com os aposentados, com todos os segmentos. Agora nós não podemos deixar de desconhecer, que conseguimos um reajuste que é o maior dos últimos 25 anos, comparando-se todos os dados, números altamente positivos, resultados de importantes negociações feitas entre o Ministério do Trabalho e as Centrais Sindicais, isso é a coisa mais positiva e é por isso que é histórico na nossa caminhada. Por isso, meu companheiro Luiz Marinho eu quero parabenizá-lo, você que é um homem já no sindicato chamado de resolvedor de problemas, solucionador de conflitos. Foi assim no nosso sindicato. Foi assim na CUT. E ao entrar no Ministério, você consegue fazer com que pensamentos tão diferentes que são o das cabeças das Centrais Sindicais que tem às vezes um viés pessoal, o viés da vaidade, todos se colocarem na mesma Mesa e ontem com alegria ouvia pronunciamentos muito parecidos, tanto da CUT como da Força

ATN nº 005/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 336
DOC:

Sindical ou de outros personagens que ali fizeram parte daquele debate. E eu sei do seu esforço, da sua vinda a Câmara, da sua conversa com cada um individualmente, no sentido de cada um resolver a caminhada que se dá. Por isso que você realmente pode ser considerado o Ministro do fortalecimento do salário mínimo, além de outras coisas o que Ministério está fazendo, quero parabenizar meu irmão por isso e com muito orgulho você que participou, que participamos juntos da mesma trajetória do movimento sindical, sobretudo a partir do nosso Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Parabéns meu irmão. Com referência a estes dados, meus companheiros parlamentares, dentro do tempo que nós temos, eu só queria dizer o seguinte. Se falava muito em salário mínimo cem dólares, já ultrapassou faz tempo vê que esse assunto já não cola mais. E falava em salário mínimo que não conseguia comprar uma Cesta Básica. Agora compra a sua, duas cestas e quase duas cestas e meia. O que é ótimo. Às vezes a gente fala de juros, como a minha colega Deputada Clair se referiu a que agora, mas eu fui debater sobre isso um dia desse num bairro sobre juros altos, economia, superávit da balança comercial, uma senhora me interrompeu. Ela falou: "Olha, Deputado Vicentinho, tudo bem, você quer discutir isso aí que eu não entendo bem. Só sei dizer que o arroz baixou". O outro gritou: "O óleo baixou, eu estou tendo mais comida na minha casa". Então, não é à toa, os números que mostram que diminuíram a quantidade, diminuiu a quantidade de miseráveis neste país. Então esses dados que não se resolvem de uma hora para outra, são dados extremamente importantes e um salário mínimo fortalecido, significa o fortalecimento da economia. É um investimento. Este investimento porque o trabalhador que vive do salário mínimo não vai gastar o dinheiro em Miami, nem em Los Gatos, nem na Europa. Ele gasta e investe aqui e nem vai fazer poupança. Ele vai fazer é movimentar a economia. Então, o que eu queria perguntar nesses poucos segundos, que eu tenho Ministro, é o que é que o Ministério já tem para as políticas permanentes de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo? E é claro com autorização do nosso Presidente Jackson Barreto, que parceria nós podemos fazer para esse processo para uma política de Estado e não política de Governo? O Lula está aí, não sabemos até quando. Você está aí, não sabemos até quando. E é necessário uma política de Estado. Obrigado.'

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o deputado Carlos Batata.

DEPUTADO CARLOS BATATA (PFL-PE): Senhor Presidente, senhor ministro. Eu queria parabenizar o Paulo Paim e o Congresso pela iniciativa de ter uma Comissão Permanente e de efetivamente se possa anualmente já se ter traçado uma meta de recuperação salarial. Mas queria aqui tecer alguns comentários. Aqui foi se falado constantemente na recuperação da cesta básica se falou no arroz, no feijão. Agora temos que levar em consideração que o agronegócio, a 10 anos atrás ele é quem vem segurando esse país no que diz respeito às contas públicas e efetivamente o arroz baixou porque houve uma maior produção de arroz. Efetivamente a grande maioria dos produtos do agronegócio, do qual eu tenho uma ligação pessoal, baixou. Agora, se pergunta na ponta quem planta arroz está tendo renda? Quem cria o boi está tendo renda, principalmente agora que caiu a exportação com relação a aftosa, a carne agora chegou à preços que baixaram para 37 reais a arroba, no nordeste chega a 42 e no Centro-Oeste e Sudeste chega a 40. Então eu pergunto: Até quando os setores da economia do agronegócio vão ter e vão poder produzir para manter a cesta básica desta forma? Então eu não queria aqui entrar no detalhe da questão econômica, até porque eu discordo do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 337
DOC:

colega Vicentinho, ele falou em 20 anos e há 10 anos atrás teve um aumento maior, 25, maior do que o aumento atual. Agora, primeiro eu queria deixar aqui, Ministro duas perguntas. Se essa Comissão ela tem, ela foi criada para fundamentalmente, ela não se haver necessário anualmente haver debates. Então, ela de uma forma automática terá um incremento do salário mínimo que é um ganho real para o trabalhador, um parâmetro. Então, em economia não se inventa, dinheiro não se gera, dinheiro não cai, não se gera. Então, a maior dificuldade é de onde buscar o dinheiro, de onde vir o recurso. Então, eu queria sugerir, o atual Governo aumentou a publicidade em 46% no ano de 2006, e a gente tem visto que infelizmente em sinais de corrupção no país sempre está envolvida alguma empresa de publicidade, porque é mais fácil, segundo dizem aí a imprensa, e aqueles que entendem retirar o recurso. Ora, então porque a própria mídia, a própria televisão, a própria Rede Globo, não é? Que nos castigou aqui no Congresso. Então que tal a gente fazer um Projeto de Lei para evitar ou sugerir pelo Governo que nenhum Estado, nenhum município, nenhuma estatal possa fazer publicidade nos meios de comunicação? Ponto. E esse dinheiro poderia ir para salário mínimo, para bolsa família e outros fatores de distribuição de renda. E segundo. Era na questão dos juros. Eu volto a falar dos juros aqui porque o juros, ele indiretamente cai em cima do trabalhador...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Exa. já encerrou. Deputado...

DEPUTADO CARLOS BATATA (PFL-PE): Para concluir. Então o juros efetivamente na economia, o empresário, quanto mais ele paga o juros menos pode pagar o trabalhador, diminui o poder de compra do trabalhador. Então o que é que tem que ter em mente o atual Governo, para efetivamente a gente mudar de faixa de ser o maior país que mais paga juros no mundo, e em compensação a gente ser hoje a economia que menos cresce na América Latina, desculpe, apenas o Haiti cresce menos do que a gente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Ministro Marinho.

SR. LUIZ MARINHO: Obrigado, senhor Presidente. O deputado Wilson fala da questão da correção da tabela do Imposto de Renda, só queria, Deputado, agregar uma informação que é o seguinte. A partir de mil, quem ganha mais de 1257, não passa a pagar imediatamente, ter o impacto de 15%. O impacto de 15% é o adicional acima disso. Então, ele também, mesmo quem ganha acima de 1257, ele tem a isenção até 1257. E ele passa a ter um impacto de 15% no intervalo de 1257 até 1512. Se ele ganha mais de 1512, a partir de 1512 ele passa a ter o impacto de 27.5, se ele ganha mais do que isso, não tem o impacto de 27.5 no conjunto do seu salário. É por faixa e vai mudando, então, todos têm o benefício da isenção até 1257. Então não é o impacto direto de 15%, quem ganha 1230 vai ter no conjunto do salário, é um impacto de zero vírgula sei lá alguma coisa, então, é um impacto pequeno. Só agregar essa questão. Em relação a questão dos aposentados, de fato nós devemos fazer um bom debate sobre isso, e quero reafirmar que o ministro Nelson Machado vai sentar com as entidades representativas dos aposentados para discutir essa questão e ver a possibilidade do que é possível fazer. Evidente, se nós no horizonte conseguirmos como disse o deputado Carlos Batata, você não inventa dinheiro, você não fabrica dinheiro, a economia precisa sustentar, precisa estar enquadrado no orçamento, eventuais possibilidades e aí nós precisamos eventualmente olhar no horizonte e discutir que política é possível além da política já

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 338
DOC:

existente? Não há no Brasil hoje nenhuma categoria que tenha garantido alguma correção no seu salário. Ele tem que ir lá, negociar, discutir, tal, a única categoria que tem garantido a sua correção da inflação para preservar o poder aquisitivo é exatamente os aposentados e pensionistas, a partir do reajuste da inflação no período. O que nós precisamos ver é o que além da inflação é possível eventualmente manter. Como a política que nós estamos aqui discutindo, e eu acredito piamente que nós chegaremos a uma política de valoração permanente do salário mínimo, certamente nós estaremos tendo a condição de melhorar na vida de milhões de aposentados, que estão enquadrados no salário mínimo ou próximo da faixa do salário mínimo ao longo do tempo. O Deputado Vicentinho, agradeço aí as palavras elogiosas, Vicentinho. Eu diria que nós estamos construindo essa questao, dentro da politica permanente de recuperação do salário mínimo e valoração, estamos construindo essa conceituação e naquele calendário que eu aqui já coloquei e estamos à disposição para estabelecer. Presidente, dentro da pergunta do Deputado Vicentinho, qual a forma de parceria que podemos trabalhar, a Comissão quadripartite com a Comissão Mista do Congresso, para juntamente trabalhar essa política. Eu acho que seria bom para todos. Bom, deputado Carlos Batata, eu diria que o agronegócio é um setor da economia brasileira com uma grande contribuição no desenvolvimento do nosso país, é um setor que até há poucos anos atrás era considerado um setor atrasado e que rapidamente evoluiu e constituiu-se num setor de vanguarda da economia brasileira e tem contribuído de forma decisiva na balança comercial, para que o país tenha hoje uma balança comercial positiva e como tem dito o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que a agricultura ela tem, ela tem ciclos e nós estamos num ciclo problema, não é, nos preços de commodities e eventualmente impactado também pelo problema da seca no Sul e da aftosa. Mas é um ciclo que passará. Mas diria que agregado ao agronegócio tem outros setores da economia ajudando de forma também decisiva, não é, a partir de uma visão de Governo também. Nós saímos de um investimento de 2 bilhões de 2002 na agricultura familiar, para 9 bilhões sem deixar de investir no agronegócio, sem socorrer o agronegócio dos investimentos que o agronegócio necessita, de forma que é um conjunto da economia brasileira que está ajudando a construir o crescimento que neste momento, como disse V. Exa, ela é pequena, mas é pequena de forma sustentável. Isso é muito importante olhar para o horizonte e chegar à conclusão de que o Brasil pode crescer de forma sustentável por anos a fios, sem ficar na gangorra de cresce e desce que nós tivemos num passado recente do nosso país. Eu creio que isso está dada como uma condição para olhar para 2006 e observar que 2006 nós já temos condições de olhar para o horizonte, parecido com 2004 e não 2005. E olhar para 2007, 2008, 2010, 2020 num processo de crescimento até criarmos condições de curto espaço de tempo, ter como horizonte, como meta de que 5% é o mínimo que o Brasil precisa crescer e tem condições de crescer mais do que isso num curto espaço de tempo, para fixar esse patamar para o futuro. Eu acho que é esse o objetivo que nós precisamos trabalhar. Evidente que nós temos que ir construir as condições para isso e nosso Governo vem trabalhando para essa questão. Em relação a publicidade, eu não sei se essa condição que V. Exa propõe está dado, mas é um debate que eu creio que V.Exa. está lançando, que o próprio Parlamento poderia fazer um debate e há condição de eliminar qualquer tipo de publicidade de prestação de conta, seja por parte dos Deputados, dos Senadores, Senadoras, Deputadas, de Vereadores, porque nós, nós Parlamentares, também prestam conta, os boletins para a casa das pessoas é uma prestação de conta, é uma publicidade que o Parlamentar está fazendo, não sei se

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 329
DOC:

temos condições de fazer isso, não é? Nós temos que ver todas as publicidades, porque, bom, em vez de fazer comunicação de massa o Governo vai mandar carta para todos os 180 milhões de brasileiros em casa. Quanto que custa isso também? Então, nós precisamos mensurar bem as propostas que nós realizamos, para ver se ela tem viabilidade de ser executada, mas é um debate que eu acho que nós podemos, a sociedade brasileira eventualmente possa fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Inácio Arruda.

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Senhor Presidente, Deputado Jackson barreto, meu caro Relator Paulo Paim, Ministro Luiz Marinho, acho que V.Exa. está efetivamente de parabéns, em função do acordo que terminou sendo consumado na tarde de ontem, junto com o Presidente da República, acho que foi uma vitória você fazer uma proposta que há um consenso entre as Centrais Sindicais. E vem para o Congresso Nacional esse debate. Não significa que o Congresso perdeu o seu papel, ao contrário, o Vicentinho colocou aqui muito bem, alarga o papel do Congresso Nacional--

SR. LUIZ MARINHO: Com licença. O Deputado Wilson, não sei se ainda está na Casa. Eu considero que eu não respondi, não correspondi completamente à questão dele. Eu queria aqui concluir mesmo com a sua ausência, que espero que alguém transmita a ele as minhas desculpas, de não ter respondido completamente a sua questão em relação as novas faixas e evidentemente eu pessoalmente acho que nós deveríamos fazer um debate em relação a questão tributária brasileira, particularmente as pessoas físicas e eventualmente ter outras faixas apesar da justificativa que eu dei aqui em relação a como enquadrar dentro das faixas aí. Desculpe Deputado.

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Presidente, V.Exa. podia voltar o meu tempo? Meu tempo nunca volta, mas acho nesse relógio... Senhor Presidente, então, eu acho que foi uma vitória. Vitória importante. Pode avançar mais? Acho que temos que debater no Congresso Nacional,Câmara de Deputados e Senado da República devem discutir. E devem aproveitar esse êxito de negociação para ampliar a discussão nesta Comissão que tem esse papel de buscar uma política salarial de forma mais permanente para o salário mínimo, para correção de tabela de Imposto de Renda, que também é exitosa, foi vitoriosa a correção da tabela do Imposto de Renda. O resíduo que nós temos em 3 anos do Governo Lula é muito pequeno comparado a um resíduo de 8 anos do Governo Fernando Henrique. Deixou um resíduo de 39.5, na correção da tabela do Imposto de Renda contra 4.6, que é o resíduo que nós temos acumulado a partir dessa correção, isso é uma vitória, isso estimula o mercado interno intensamente. Eu acho que a política de salário mínimo, essa elevação com a variação menor entre o real e o nominal, 16% de variação nominal, 13% de variação real, isso estimula muito o nosso mercado interno. Eu acho que aqui nós estamos num caminho bom, paulatino, ainda pequeno porque salário mínimo de 350 no Brasil é pequeno, a nossa economia comporta até mais, eu acho que nós estamos dando passos mais significativos na política de salário mínimo. Nós temos teimado no PC do B, em relação à questão da política permanente de pegar o crescimento do PIB, pegar a variação da inflação com o crescimento do PIB e juntando sempre esses valores e acrescer a questão da produtividade no trabalho, não pode a produtividade no trabalho aumentar significativamente, tem uma alta de produtividade imensa e uma queda vertiginosa na parcela do trabalho na economia

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 340
DOC:

nacional, isso não dá, nós teríamos que ajustar. Agora esse é um problema do Brasil exclusivamente? Não. Esse é um problema mundial. Você veja as notícias do mundo, o mundo diz o seguinte: O mundo está numa situação favorável. O Brasil poderia ter aproveitado melhor o crescimento mundial, mas com o crescimento mundial vantajoso, os únicos países do mundo que tem aumentado efetivamente a massa de presença de trabalhadores empregados é China e Índia. O mundo desenvolvimento chamado Europa e mesmo Estados Unidos, decaído essa massa de empregados. Então o Brasil tem chance nesse campo? Eu acho que tem, com a nossa economia bem desenvolvida pode avançar mais empregando mais gente. Eu acho que a política salarial mais permanente é um debate grande para nós Deputados e nós podemos aproveitar até mesmo a ação do Governo na hora que mandaram a mensagem para cá vamos analisar. Vamos analisar com ministro Marinho, vamos analisar com o Presidente da República, se cabe nesta iniciativa nós trabalharmos a questão da correção do salário dos aposentados, se é possível, se não é, que tamanho de reajuste nós podemos oferecer, se pode puxar para abril, se vai para maio, ou já em junho, se a gente pode puxar um pouco mais essa correção para o mês de maio, para o mês de abril, acho que nós temos como fazer, é um momento bom para nós fazermos essa tomada de iniciativa porque essa matéria vem com acordo. Então isso nos ajuda aqui no Congresso Nacional. Então, senhor Presidente, meu caro ministro Marinho, eu quero reforçar esses aspectos positivos que nós estamos vivendo neste momento em relação à questão da política de salário mínimo. E como na discussão no Congresso Nacional exacerba-se o aspecto político sempre ele é comparativo. Nós comparamos sempre com o Governo anterior, que foi um Governo adversário nosso. Então nesse Governo adversário, a situação do salário mínimo foi muito difícil. Muito. Muito difícil, então eu acho que é nessa comparação que nós devemos mostrar os ganhos que nós estamos alcançando no nosso país. E por último esse problema também da inflação que sempre se levanta, os preços dos produtos primários estão reduzidos, nós lutamos para reduzir mesmo o preço dos produtos primários. Quem é que está favor de aumentar o preço dos produtos primários? Só quem quer ganhar e as vezes até especular com o preço do produto primário, Claro, na hora que o produto primário está com preços, digamos assim, muito abaixo do custo de produção, os Governos tanto dos Estados, quanto do plano nacional, tem a obrigação de entrar, estabelecendo políticas de preço mínimo para corrigir essa distorção que ocorre principalmente na produção primária brasileira, seja no agronegócio, seja em outros negócios na produção primária e acho que o Governo também deve estar atento aqui, para não permitir nenhum prejuízo a uma área que corre risco permanentemente porque depende muitas vezes da situação do clima no nosso país, veja o Sul agora, eu sou do Ceará, então lá nós não tivemos problema com seca, porque nós vivemos sempre... Todo o ano tem seca e seca grande. No Sul não, o Sul já é diferente, então, eles não têm seca. Quando vem uma seca, ficam meio apavorados. E a gente vai mandando a nossa experiência para lá, para dizer como é que se convive com uma realidade como esta. Então, eu acho que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O tempo de V.Exa. está esgotado.

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Vou concluir. A inflação nós temos que mantê-la sob controle, não há dúvida, mas nós temos que estabelecer uma outra meta que eu considero que o Ministério do Trabalho tem um papel destacado. O

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 341
DOC:

Ministério do Trabalho não é só para discutir políticas de salário mínimo, fundos de garantia, aposentados, não, é para discutir o desenvolvimento porque isso que emprega mais gente e que amplia a participação do trabalhador na economia efetivamente, então eu acho que nós devemos discutir meta de inflação e meta de crescimento, Quer dizer, inflação menor do que cinco e crescimento maior do que cinco, eu acho que essa meta que nós teríamos que estabelecer no nosso país.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao nosso Vice-presidente. Deputado Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Senhor Presidente, Senador Paim, nosso Relator, Ministro Luiz Marinho e membros da nossa Comissão, Senadores e Deputados. Bem, o salário mínimo mau grado os seus efeitos econômicos, ele é um salário social, Concepção define o salário capaz de sustentar o trabalhador e sua família e define lá o que entra no cálculo do salário mínimo segundo a Constituição. Nós tivemos várias maneiras de corrigir o salário mínimo, o Estado novo, antes de fixar o primeiro salário mínimo, ele fez os inquéritos através de Josué de Castro e chegou ao que ainda hoje é usada, usar a cesta básica é usar um instrumento feito por Josué de Castro em 1938, fazer uma pesquisa para saber qual era a alimentação básica de cada brasileiro e isso foi utilizado para a fixação do salário mínimo e das várias regiões do salário mínimo. O salário mínimo inicial ele era revisto por Comissões de salário mínimo, que tinham as diversas participações da sociedade. Cada região lá tinha suas Comissões de salário mínimo, para ver se estava de acordo com as necessidades do trabalhador de sua família. No caso de negociação, a única negociação espero anterior a que o ministro Marinho fez, com centrais, foi feita pelo Jango, que deu 100% de aumento de salário mínimo e determinou depois até a crise do Governo Vargas, o suicídio e assim por diante. Bem, o que nós estamos precisando, se é o salário social nós precisamos chegar a redefinir o que o Brasil quer que o brasileiro coma, como ele viva e houve várias transformações não só na alimentação, mas crescer os gastos de transporte, cresceram os gastos de alimentação. Isso tudo tem de ser pago pelo salário mínimo que o trabalhador ganha, então, é importantíssimo a gente, nessa discussão, verificar qual é o novo padrão de vida da população brasileira e pagar aquilo que custa viver no Brasil de acordo com a nossa Constituição. Nesse período nós criamos uma série de outras formas de participação, aí as diversas maneiras de resolver a questão da pobreza, os vários mecanismos de renda mínima, a renda básica de cidadania são colocadas, mas o salário mínimo ele continua sendo o grande instrumento social que tem, inclusive, seus parâmetros. Então, esta Comissão e a Comissão presidida pelo ministro Luiz Marinho vai ter que chegar a alguma coisa. A pergunta que foi feita aqui sobre o Imposto de Renda dá um parâmetro, Um possível parâmetro. A fazenda não quer arrecadar nenhum Imposto de Renda de quem ganha até 1257, 1257 é muito próximo do salário mínimo que o Juscelino pagou em 1959. Tá? Bom, esses parâmetros existem e nós precisamos nas nossas Comissões, as duas que existem, começar a trabalhar para definir, olha, brasileiro hoje não pode viver menos de tal, tal remuneração, que vai valer inclusive para as demais, né? Porque hoje as remunerações pagas aos brasileiros são também a bolsa família de 90 reais, se tem três filhos ou mais, né? Então, são coisas que precisam ser equacionadas. Então, a minha pergunta é ao ministro como que nós vamos começar a chegar a um padrão, não do que será o salário mínimo de 2007, mas o salário mínimo que vai ser efetivamente o alvo de uma política de valoração?Até onde nós poderemos ir?

ATN nº 003/2005
CFSP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 342
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senhor Presidente, senhor Vice-presidente, senhor Relator, senhor Ministro, senhores Senadores, Deputados... Não tem Senadoras nem Deputadas.... Bom, em primeiro lugar eu gostaria de pedir desculpa ao senhor Ministro, ao Presidente, por ter me ausentado. Eu estava na CCJ. Nós temos sabatina hoje de quatro Ministros do Superior Tribunal do Trabalho, que felizmente foram todos aprovados com louvor. E três homens e uma mulher. O importante é isto, não é? E gaúcha, não é? Oi? Pois é, são tão poucas, mas a gente vai chegando ao poder. E também estava na Comissão Mista do Orçamento e por isso eu não estive presente. Mas eu, inclusive, Ministro, não vou fazer perguntas, mas fazer uma colocação rápida que, aliás, me parece que essas questões já foram colocadas, eu não pude estar presente o tempo todo. Acho que nós não temos mais o que discutir da importância do salário mínimo e como ele foi discutido, como ele foi trabalhado, né? Historicamente eu diria que fazendo um coote(F) de Barelli a Paim, né? Através dos tempos, essa questão sempre foi tão trabalhada e com tanta dificuldade, né? As dificuldades ainda existem e todos nós sabemos que 350, não é o dos nossos sonhos, de jeito nenhum, mas que a gente está vendo aí um ganho real, etc. E que o importante mesmo agora e aí eu saúdo esta iniciativa dessa Subcomissão, da qual eu sou membro suplente, mas sempre que posso estou presente porque eu acho da maior relevância e a partir do momento que o salário mínimo foi definido, algumas pessoas eu até vi ali: "Ah, mas vai para a Comissão do Salário Mínimo, já foi definido." Isso é um equívoco, a definição deste número eu diria que é o menor, apesar de que é importantíssimo, mas é o menor em termos de decisão, de como alcançar esse número, seja ele este ano, ano que vem, o outro ano. O importante realmente é o papel dessa Comissão. É o papel dessa Comissão para definir uma política permanente, não é? De salário mínimo e principalmente da forma como o Relator já expôs hoje de manhã com a participação do Presidente e do Vice-presidente como foi definido, como foram definidas as estratégias de trabalho, não é? E a descentralização dessa discussão, desse debate pelo Brasil afora. E aí que eu vejo como a maior importância que o país esteja percebendo isso, seja toda a população, brasileiros e brasileiras, trabalhadores, independente de ganhar o salário mínimo, eu diria que independente, mesmo aqueles que tem salários estratosféricos, etc. Realmente se conscientizarem da importância que tem o salário mínimo no ganho real, de uma melhoria da qualidade de vida da população mais despossuída, vamos dizer, desse país que é aquela que, aliás, mais despossuída é aquela que não ganha o salário mínimo, mas dessa que ganha o salário mínimo, para melhorar da qualidade de vida da população. Então, essa estratégia eu diria que ela é da mais alta relevância e se nós realmente da Comissão conseguirmos, senhor Presidente, levarmos avante essa discussão de forma descentralizada e chamando a população, chamando a população para uma mobilização, para conscientização da importância de termos essa política permanente, eu diria que é o grande salto, Ministro, é o grande salto que o nosso Governo dá, é se realmente não só tivermos esses aumentos gradativos como estamos tendo, infelizmente já vamos para o último ano, mas podemos ter mais quatro anos aí pela frente e o Congresso Nacional, o papel do Congresso Nacional com essa Comissão Mista, para definir uma política permanente vai ser histórico para o Brasil, vai ser histórico para o Brasil, para a população que tem a questão do salário mínimo como seu ganho de vida. E aí tem essa questão que

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 343
DOC:

já foi colocada por vários e, inclusive, acentuada bastante pelo nosso companheiro Paulo Paim, que é também trabalharmos essa questão dos pensionistas e aposentados que correm nessa faixa de um pouco mais de salário mínimo. Isso aí realmente é da mais alta relevância, para que se resolva um problema dramático também existente que é dos pensionistas e dos aposentados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senhor Presidente Deputado Jackson Barreto, Vice-presidente Walter Barelli, Senador Paulo Paim Relator, Ministro Marinho, senhores Senadores, senhoras Senadoras. Evidente que nós temos que louvar a sensibilidade do Governo e o próprio Ministro, o Presidente Lula de terem chegado a um ganho real efetivo esse ano de 13%. Os dados técnicos mostram realmente esse crescimento e eu quero apenas lembrar que isso é fruto também do esforço político muito mais amplo, no qual se insere exatamente os sindicatos, se insere os trabalhadores, o Congresso em si, a resistência no ano passado do próprio Senador Paulo Paim e da própria oposição que tem feito oposição responsável e madura ciente de que não é fácil aumentar o salário mínimo. Daí a importância dessa Comissão nós buscarmos uma alternativa, se nós formos olhar aí o próprio gasto mostra, nós tivemos aí ganho real, realmente mesmo do Governo passado, um ganho real semelhante ao ganho real que se tem agora, o ganho real desse produto de quatro anos é um pouco maior do que 25%, o outro teria sido 20%, e ainda longe, entretanto, da promessa que o Presidente Lula fez que era de dobrar em valor real o valor do salário mínimo. É claro que eu mesmo como ex-Governador que fui, que sou, eu sei que não é simples cumprir uma promessa dessas, mas então não fizesse a promessa, a promessa foi feita, apesar do aumento real acumulado de 25%, está longe do valor de dobrar que seria 100% de aumento. O que se coloca Ministro, que eu queria colocar aqui ainda, é essa dificuldade do salário mínimo com indexador, fruto da realidade brasileira, da nossa história de quase 30 anos de altos índices de inflação, o salário mínimo acabou sendo um indexador e como indexador, mesmo passando 11 anos ele ainda funciona assim, em várias atividades e esse, portanto, é um problema que nós temos para frente, eu diria que aos trancos e barrancos o salário mínimo tem tido um aumento real, no Governo passado e no Governo atual, agora que nós podemos garantir esse aumento real mais para frente, mesmo para essa questão dele sendo um indexador. Então eu gostaria de ouvir a sua opinião a respeito e de qualquer forma deixar aqui realmente a palavra da oposição de cumprimentos, porque é sem dúvida alguma o Senador Paim também concorda, evidentemente, é um avanço que se tem com esse valor de 350 reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vamos fazer uma concessão e o Senador Garibaldi nos pediu a palavra e nós vamos concedê-la. É o nosso último orador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, senhor Ministro Luiz Marinho, senhor Senador Paulo Paim, senhor Deputado Walter Barelli. Senhor Presidente, eu não vou fazer nenhuma pergunta ao ministro e vou apenas fazer um registro aqui a respeito de um avanço que nós tivemos condições de proporcionar, quando na qualidade de Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias há dois anos passados. Que foi uma proposta que eu lembraria hoje, até

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 344
DOC:

como subsídio para essa Comissão que trata de uma política permanente para o salário mínimo uma proposta que nós fizemos de que o salário mínimo fosse reajustado pelo Produto Interno Bruto. E o Governo, naquela oportunidade representado pelo Ministro Antônio Palocci, resolveu aceitar, mas condicionou ao Produto Interno Bruto per capita e isso realmente não deixou de ser uma conquista. mas a conquista maior seria se nós tivéssemos tido o reajuste pelo Produto Interno Bruto. Então eu queria fazer esse registro, me congratular com essa Comissão, me congratular com o ministro pelo novo salário mínimo, com o senador Paulo Paim que permanece vigilante com relação ao problema do salário mínimo, do seu reajuste e agora da sua política através dessa Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Ministro Marinho.

SR. LUIZ MARINHO: Bom, obrigado, Presidente. É... Bom o Deputado Inácio Arruda fala aqui da questão de termos para o futuro meta de controle da inflação, controlar a inflação abaixo dos cinco e ter uma meta de crescimento acima dos cinco. Eu acho que essa é a combinação perfeita que todos os brasileiros e brasileiras desejam e esse é o que nós estamos buscando alcançar, controlar a inflação nem que seja com dureza, que eventualmente provocou aí os estragos que tenham eventualmente provocado no caso do PIB desse ano particularmente terceiro trimestre, mas não permitir que a inflação retome de maneira alguma e a partir daí criar as condições para que o PIB possa crescer a partir de medidas como essa, que nós estamos discutindo aqui, como crédito para os trabalhadores, como crédito para pequenas e microempresas, como o papel que o BNDES possa desenvolver. Banco do Brasil. assim sucessivamente olhando para o futuro do país como um crescimento contínuo, de forma sustentada acima de tudo que nós precisamos ter. E deixar para trás a época e a fase, não é Barelli? Dos pacotes, não ó, lembra, vira e mexe, chamávamos o Barolli lá, então, o coordenador técnico do DIEESE para nos explicar os pacotes que os Governos lançavam a cada ano, três vezes por ano e assim sucessivamente e provocava tanto estrago na saúde econômica do país, que essa fase seja parte do passado da história do Brasil e que nós possamos de forma sustentável construir o nosso crescimento. De fato esse é um momento bom no cenário internacional e esse cenário internacional, bem nos aponta também horizontes para que possamos criar condições de olhar para a economia em 2006 e ver a possibilidade de um crescimento maior do que foi em 2005 e projetar para 2007, 2008, 2012, sucessivamente um crescimento que possa ir crescendo ao longo do tempo de forma sustentável, mas também lembrar que os números e empregos do Brasil nesses últimos anos têm sido bastante significativo, nós tivemos em 2005, apesar de um crescimento do PIB aquém da nossa, da nossa pretensão, do desejo e da satisfação de todos, mas ele teve o impacto de crescimento do CAGED um milhão 254 mil novos empregos, uma média de 104 mil e 500 empregos a cada mês. Se compararmos com a economia com a americana que é dez vezes maior do que a nossa economia, geraram em média mês, duzentos mil empregos, metade do que eles geraram e pelo jeito de funcionar da economia, com investimento no social e nas pequenas empresas e que tem crescido e há uma demanda possível de crescermos significativamente o número de empregos no Brasil, Se nós crescermos a ordem de 4 e meio a 5% este ano, nós podemos falar com carteira assinada a ordem aí de agregar mais de um milhão e meio de empregos nesse ano de 2006 no mercado de trabalho brasileiro, de forma que é só controlar por aí e projetar de forma

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 345
DOC:

sustentável que eu acho que o futuro do Brasil será, será positivo daqui para frente. Bom, o ministro Barelli, na verdade, faz uma pergunta que é papel nosso construirmos e chegarmos à resposta da pergunta que ele faz, né? Onde podemos chegar? E aí nós vamos ter que projetar para descobrirmos onde será possível, qual projeção que teremos para cinco, para dez, para quinze, para 20 anos, eu acho que nós temos que trabalhar para a projeção de 20 anos com (?) A política permanente de valoração, para os próximos 20 anos, evidentemente com as reavaliações que nós tenhamos que fazer anualmente, bienalmente, trianualmente e assim sucessivamente, de forma que nós vamos monitorando esse crescimento até porque os debates não estariam eliminados totalmente, O que nós teremos é uma política mínima de valoração anual, mas evidentemente nós possamos olhar a partir de cada ano, ou a partir de cada X tempo, se há espaço no orçamento para agregar ganho além do que está estabelecida a política mínima de valoração do salário mínimo. O que nós evitaríamos é o que aconteceu particularmente na década de 70, 80 até meados da década de 90, que foi uma queda brutal do poder de compra do salário mínimo, Para ter idéia, Senador Azeredo, quando o senhor chegou, me parece que nós tínhamos apresentado as damadas(F) que o senhor tem em mãos, mas no ponto a ponto, apesar de ter tido os vários aumentos reais ao longo do tempo, este ponto, seria comparado com novembro de 85 igualmente, todos os pontos no meio disso seria inferior do ponto de vista do poder real de compra desse momento, e se pegarmos a média no ano ele voltaria para o ano de 80, então, podemos falar que não que este aumento é o maior aumento dos 25 anos, dos 20 anos, mas que ele volta à composição do conjunto do período, cria nesse momento o mesmo poder de compra de no mínimo 20 anos atrás, eu acho que isso é importante a gente ter como processo de esforço conjunto do país, não simplesmente do Governo Lula, evidentemente que há muita gente fazendo esforço e ajudando a construir esse momento aí. Bom, Barelli, nós trabalhamos, né... Além da... Nós temos, criamos nas quatro Subcomissões na Comissão quadripartite, uma que está trabalhando a lógica de qual impacto o salário mínimo trará para a distribuição de renda, a outra para as finanças públicas, a outra para a produção e emprego e o salário mínimo de forma constitucional, né. Qual a... O que estabelece a nossa Constituição em relação ao salário mínimo, nós temos levado em consideração exatamente os problemas de custo de vida, mas é preciso tempo, evidentemente tanto para nós quanto para a Comissão Mista, trabalhar mais estudos e pesquisas em relação ao orçamento familiar. E você fez uma referência ao maior salário mínimo no período de 40 para cá e se deu exatamente em 57, no valor que seria reajustado para os dias de hoje 1120 reais e 61 centavos, segundo estudo do nosso glorioso DIEESE. De forma que acho que nós estamos muito distantes nesse momento, estamos muito distantes e deveríamos, talvez, pensar no estudo que deveremos fazer ao longo do tempo, tanto para a Comissão quadripartite, quanto para a Comissão Mista, as várias mudanças que o Deputado Barelli se refere, das transformações porque passaram as despesas e orçamentos das famílias e também a diferença do mercado de trabalho de hoje para a década de 40, não é? Década de 40 nós não tínhamos com a presença que temos hoje, por exemplo, as mulheres do mercado de trabalho, isso tem alguma reflexão ou não tem, isso é uma coisa para ser levada em consideração? Você pode ter algumas despesas que aumentaram o impacto no orçamento das famílias como no caso do transporte, mas nós não tínhamos, por exemplo, alguns programas de políticas públicas que temos hoje, no passado não tinha, hoje tem. Então isso também tem que ser analisado e assim sucessivamente. São coisas que de repente pode se remeter para o outro valor constitucional, não é? Mas é um

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 346
DOC:

trabalho de foro que talvez, né? Não será esse ano que a gente vai conseguir chegar a isso. Mas a tua pergunta é a pergunta que nós devemos debruçar sobre ela ao longo do tempo para responder...

NÃO IDENTIFICADO: É que é assim. Com a inflação nós trabalhamos com rigidez e com prazo. Esse ano nós vamos atingir a meta de 5 ponto tanto, no outro 4 ponto tanto. Era mais ou menos conseguir alcançar 20 anos para recuperar, mas nós vamos, assim, no próximo ano é assim, no próximo ano assim, porque senão a gente...

SR. LUIZ MARINHO: Não, não, não. Está perfeito. Eu acho o seguinte, se você trabalhar uma política permanente por X ano nós teremos uma política mínima de recuperação. A cada dois anos o conselho, ou a Comissão, ou a Comissão Mista junto com o Governo vai analisar para ver o que é possível agregar aquele ganho mínimo que está estabelecido como política. Você vai projetando para 20 anos, o que nós queremos para daqui a 20 anos em relação a esses valores aqui constitucionalizados. Isso é uma possibilidade que eu acho que dá para trabalhar, pelo menos, evidente que quando você vai discutir com área econômica, sempre há muitas dificuldades e um medo em relação a essas coisas. Evidente, toda área econômica de qualquer Governo, não é Azeredo? Tem essas dificuldades, mas nós aqui, está certo. Eu, pelo menos, eu tenho plena convicção de que é possível a gente trabalhar com isso. A senadora Serys faz vários comentários em relação a essa questão, mas não tem uma pergunta em si e o Senador Eduardo Azeredo pergunta: "Como garantir, construir levando em consideração o problema do salário mínimo ser considerado como indexador?" Ele já, ele no passado já foi indexador mais forte do que é hoje, eu acho que a... Eu até já me posicionei aqui não sei se V.Exa. estava, mas, por exemplo, ele era um indexador para o piso previdenciário e eu particularmente acho que tem que ser mantido assim, apesar de muita gente, mesmo no Governo, fora do Governo achar que eventualmente deveríamos discutir essa questão, mas eu tenho uma posição que seria muito positivo continuar como o piso previdenciário porque é uma forma de distribuir renda, particularmente das regiões mais empobrecidas, mas é uma discussão que também a sociedade brasileira tem que realizar e tem que fazer de como trabalhar esta questão. O senador Garibaldi diz, fala da proposta, construída e apresentada, de ter uma política permanente já incorporando e, na verdade, já se tornou prática e conquista desta Casa e da sociedade, de que a peça orçamentária já vem além da inflação, incorporando o PIB per capita e a proposta da Senadora era de que fosse simplesmente o PIB e tem me parece que no Senado tramitando também uma proposta, tem várias propostas tramitando, mas uma delas o Senador Romero Jucá que propõe me parece um PIB e meio per capita como política permanente, de forma que eu acho que nós devemos debruçar sobre o conjunto de idéias para estabelecer qual é a política que nós devemos ter para o Brasil. Com a convicção e a certeza de que nós podemos construir particularmente para homens e mulheres que ganham o salário mínimo, para o futuro próximo do país uma política permanente para responder essa ansiedade e que certamente trará ganhos positivos para o dinamismo econômico, eu acredito que isso ajuda no dinamismo da economia brasileira, no crescimento da economia, impacto no mercado de trabalho, na geração, inclusive, de empregos, de forma, Presidente, que eu posso já encaminhar para os agradecimentos? Queria... Ah, o Relator vai falar? Desculpe. Então, fico aí no aguardo ainda do Relator, mas agradeço aí os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

ATN nº 003/200
CESP - SALÁRIO MÍNIM
FLS: 347
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra ao Senador Relator da Comissão Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Jackson Barreto, nosso Vice-presidente Walter Barelli e nosso Ministro Luiz Marinho, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Eu queria dizer em primeiro lugar que considero muito, muito importante a decisão do Congresso Nacional de, enfim, instalar uma Comissão Mista para debater o salário mínimo, Nós, durante esses 20 anos que debatemos esse tema na Casa, nunca tivemos Comissão Mista, sempre tivemos uma Comissão na Câmara e no Senado. Felizmente no fim do ano retrasado, mediante uma proposta de um Decreto Legislativo que eu encaminhei, o Congresso aprova por unanimidade que iria instalar uma Comissão Mista, infelizmente durante todo o ano passado não instalou, esse ano que passou nós instalamos a Comissão Mista que começa então a funcionar. Quero também cumprimentar o Ministro Marinho pela forma como tem encaminhado esse debate junto com as Centrais Sindicais, Ministro, eu vou ser muito franco aqui da forma como aqui foi dito que eu já falei no mínimo esse ano 220 vezes sobre esse tema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 222...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Hoje 222, então. Primeiro Ministro, eu confesso que nós trabalhávamos aqui na Comissão desde o primeiro momento com a idéia centrada nos 400 reais. Mas lembro também que a peça orçamentária falava em 321 reais. Ora, nós que viemos o movimento sindical sabemos muito bem quando você entra com a proposta original e o processo de negociação é construído, dentro daquilo que é possível, reconheço o avanço que houve de 321 para 350, acho importantíssimo o papel das Centrais Sindicais, desse processo de negociação e entendo que V.Exa. merece aqui também as nossas homenagens, não só pelo trabalho de postura a realizar, mas pelo atendimento de pronto no momento em que foi convidado a vir falar nessa Comissão. V.Exa. foi avisado cerca de quatro ou cinco dias e respondeu para o Presidente, para essa Relatoria também, que poderia estar aqui já nessa quarta-feira fazendo a exposição da visão do Governo sobre o tema e o que o fez muito bem. Ministro, com certeza a proposta que vem à Casa já vem sustentada pela visão das Centrais Sindicais, mas eu digo sempre aqui, vou repetir a V.Exa., que quem vai dar a última palavra sobre esse tema, e V.Exa. foi muito feliz porque abriu dizendo isso já, olha eu costurei(F), avancei no que deu, cheguei a 350 e vou encaminhar para Casa esse debate, nós aqui faremos o debate sobre o tema a partir da proposta que chega do executivo. Eu quero só fazer um pedido à V.Exa., pedido número um: Eu não gosto de Medida Provisória, nunca gostei e fui constituinte da Casa e todo mundo sabe de 86 para 88, A mania de todos os Governos de encaminhar projetos para Casa via Medida Provisória, Se esse projeto construído pelo acordo costurado por V.Exa., principalmente, e naturalmente pelo Presidente Lula, puder chegar à Casa via um Projeto de Lei, para mim é muito bom, é também uma inovação, Vai ser acho que nos últimos 15 anos, pegando 88 para cá, no mínimo 15 anos, que a proposta do salário mínimo chega ao Congresso Nacional via um Projeto de Lei, que claro que vai ser dado urgência, urgentíssima por todos os líderes para que seja votado rapidamente e não via Medida Provisória.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 348
DOC:

NÃO IDENTIFICADO: É bom para V.Exa. e para todo o Congresso Nacional. Para todos nós. Muito boa a sua sugestão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fortalece essa construção feita pelo executivo e que vem à Casa eu tenho certeza que vai tramitar aqui com rapidez. Ministro, eu insisto muito também em dizer e felizmente na caminhada no longo da história, olha uma vez quando nós falávamos em salário mínimo é comum ouvir dizer: "Ah, salário mínimo é entregue só a 3 milhões de pessoas." O Paim fica insistindo aí em 20, 30, 40, 50 e eu continuo dizendo que o salário mínimo repercute sobre a vida de 100 milhões de brasileiros. É só pegar a soma pelo Ministério e vamos analisar que no mínimo, no mínimo a família dos brasileiros você tem que botar no mínimo mais duas pessoas. No mínimo umas duas pessoas. Se é 40 milhões, 3 vezes 4, 12, você chega, você chega tranqüilamente a 100 milhões de brasileiros que estão na expectativa dessa importante decisão, Aqui foi colocado, ministro, eu sei que V.Exa. é simpático também a essa idéia. Eu acho que nós devemos caminhar rapidamente de tirar toda a contribuição. Eu tive um debate com os fiscais da previdência e eles sabem que eu respeito eles e eles me respeitam, toda a contribuição de empregado e empregador da folha de pagamento. Nós estaríamos diminuindo em 33% os encargos sobre a folha e trabalharmos com um número que será construído naturalmente com o executivo, principalmente, sobre o faturamento. Se é faturamento ou lucro, bom, vamos lá, vamos dizer que é faturamento. Tudo bem. Vamos achar um percentual sob faturamento e esse percentual com certeza vai melhorar a caixa da previdência. Todos nós sabemos que a tendência mundial é diminuir o número de homens e mulheres trabalhando. Devido ao que? Não é porque alguém é ruim ou bom. É devido à tecnologia, a automação robótica cibernética está aí e a tendência é queremos ou não, e a história mostra que o faturamento aumenta, infelizmente a nível internacional o número de trabalhadores e empregados diminui,Isso é um fato real. A folha de pagamento vai cada vez diminuir. E aí é um debate eterno e não com V.Exa. Nós vamos convidar o Ministro da Previdência para vir aqui sobre essa história de que a previdência é deficitária. Eu quero só discutir o tema, em um momento adequado e é nessa Comissão. É deficitária sim porque na hora de fazer o debate é computado a contribuição do empregado e empregador, que está em declínio, que está descendo. Agora as outras fontes do recurso da previdência que nós constituintes colocamos, Cofins, CPMF, faturamento, lucro, PIS, enfim, e mais seis de contribuição, se elas forem todas colocadas, no conjunto que é a seguridade social leia-se saúde, previdência e assistência e vamos deixar só o percentual para a deficiência dá para fazermos um bom debate, eu quero dizer que dá para fazermos um bom debate para construirmos uma proposta que viabiliza a previdência e viabiliza a situação dos aposentados e pensionistas. Essa Comissão, Ministro, vai ter que enfrentar esse debate da situação dos aposentados e pensionista, Porque é um engano de parte eu diria da sociedade organizada, de dizer o seguinte: "Essa questão do salário mínimo não interessa a quem ganha mais do salário mínimo." Um grande engano. Um grande engano. Calcule os senhores, um cidadão que vai se aposentar hoje e que ele ganha oito salários mínimos. Pois bem, isso é um fato real, pegue aí o tal fator previdenciário, ele se aposenta já com 25% a menos do salário que ele está recebendo em folha. Perde, se ele tem na empresa provavelmente auxílio transporte, alimentação, farmácia, subsídio, alguma produtividade, subsídio, tudo ele não vai ganhar mais, então é um redutor natural de sair da atividade para aposentadoria em torno de 40%. Pois bem, e se dali para frente

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 340
DOC:

ele passar a receber somente a inflação e não tiver um reajuste que garanta o seu poder de compra, eu quero dar um prazo aqui, fica o tempo para me provar se eu estou errado. Eu não dou oito anos e todos os trabalhadores do regime geral da previdência vão estar ganhando um salário mínimo. E não é um salário mínimo descente não, porque quando eu fui constituinte o que me disseram? E vossas contas são colocadas muito bem: "Olha vamos desindexar o salário mínimo dos benefícios dos aposentados, porque aí nós vamos elevar o salário mínimo." O que nós estamos provando hoje? 1885. Hoje 2005, 2006, 2007, nós estamos voltando ao valor de 1885 em matéria de aumento real. Significo o que? Nós desindexamos e o salário mínimo afundou, então, o discurso de desindexar é a maneira de aumentar? Não é verdadeiro. Não é verdadeiro. Não é verdadeiro. Então, o que nós entendemos que temos que fazer também no longo desse debate, V.Exa. aqui é parceiro, para o debate, que V.Exa. claro nem pode se comprometer, nós vamos ter que aprofundar o debate também com o Ministério da Previdência. e sob talvez a coordenação de V.Exa. dentro da esfera de Governo para construirmos uma proposta que leve em consideração a situação dos nossos aposentados e pensionistas. Eles terão que ter alguma forma de recuperação das perdas acumuladas, se pegarmos hoje o aposentado e o pensionista ele tem já um redutor de 70% nos vencimentos originais que recebia. E pode pegar o poder de compra que é um debate que nós vamos também fazer. Ministro, eu sei que V.Exa. não usou o termo e respeito cada vez mais V. Exa. Eu vou ter que usar aqui, eu sei que o Vicentinho também não usou porque ele disse: "Olha, esse debate dos 100 dólares está descartado. Não é motivo mais de debate." Mas nós temos que ter clam pessoal, eu sei que nós temos que ter provocatório e até de uma brincadeira, "Ah, mas os 100 dólares." Pessoal, o dólar caiu no mundo todo, ou alguém acha que o dólar caiu só no Brasil? Só desvalorizou no Brasil? E tudo bem, o dólar é o que usa para ter uma referência internacional em matéria de salário mínimo, agora se vocês pegarem o seguinte, vamos pegar em dólares o valor do salário mínimo só aqui no Mercosul, pega em dólares, e pega a moeda de cada país e vamos fazer esse debate. Então esse argumento não é válido. Válido é o argumento que V.Exa. está usando. E V.Exa. usou muito bem aqui que é do poder de compra, aí sim, esse se sustenta, agora o dólar eu considero que é uma brincadeira quando dizem o seguinte: "Queria 100 dólares." Como se o dólar valesse um por um. Então, nós vamos reduzir o salário mínimo para 100 reais? [Risos]

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quer dizer que não é sério, alguns que colocam esse debate... Não, mas vocês não queriam os 100 dólares. Não era só eu. É o conjunto do movimento sindical, das forças políticas, quantas vezes tivemos juntos, o próprio Marinho quando estava na CUT. Agora, se o dólar despenca. Tudo bem, então, eu vou botar o Euro. Vou querer 400 Euros. É fácil essa explicação para não ter dúvida que ninguém apresenta projeto em dólar porque não pode, é inconstitucional e é ilegal, você usa como uma referência para o grande debate e o grande debate internacional continua, se nós pegarmos todos os países do mundo, ora, vamos ver o salário mínimo de todos os países no mundo. Mudou alguma coisa? Não mudou nada. No lugar que nós estávamos há 10 anos atrás em dólar nós vamos continuar, esse não é o debate, o debate é o poder de compra que aqui o ministro colocou muito bem e mostrou que efetivamente nós avançamos. Ministro, para concluir eu tenho certeza, nós haveríamos de fazer uma grande parceria com o executivo. Nós programamos aqui os encontros regionais, gostaria de informar V.Exa. por escrito, 10 de abril em Curitiba, 24 de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 350
DOC:

abril em São Paulo, 08 de maio em Campo Grande, 22 de maio em Salvador e 05 de junho em Manaus. Depois iremos ainda a Porto Alegre, Rio de Janeiro, Cuiabá, Aracajú e Belém, num organograma de ouvir a sociedade em cima daquilo que foi o eixo da sua palestra no meu entendimento. Eu não estou aqui discutindo não, se o salário mínimo é 20 a mais ou 20 a menos, não é essa a questão, o eixo para mim do debate são dois. Como ficarão os aposentados e pensionista, se nós somos, seremos rapidamente o quinto país mais velho do mundo, ou seja, da população mais idosa do mundo. Estamos aí no estatuto do idoso que é uma obra coletiva do Executivo e do próprio Congresso Nacional. Como ficará a situação dos idosos e como ficará a política de recuperação permanente do salário mínimo? E aí ministro, eu que não sou de bajulação, eu vou dar um dado aqui que nem todos perceberam. Há mais ou menos 3 anos atrás eu apresentei o seguinte projeto, o salário mínimo será corrigido conforme a inflação e o dobro do PIB e não per capto. Teve alguém que disse que era demagogia, agora eu vou dizer para V.Exa. que os últimos dois reajustes dados pelo Governo Lula superam a proposta, o ano anterior deu o dobro do PIB, faltou acho que cinco centavos. Esse ano é três vezes eu diria, ora, se 3 do aumento do real, o PIB é 4, é três vezes o PIB. E não é nem o PIB per capita é o PIB real. Então essa proposta da inflação mais o dobro do PIB, pessoal, ela tem uma lógica, se o país cresceu, ficou mais rico, nós todos gostaríamos de olhar para os mais pobres e porque não dar o dobro do PIB? Bom, o país cresceu 1%. Vamos dar 2% para os pobres. Se o país cresceu 3, vamos dar 6. O Governo Lula agora, esse ano provavelmente deve ser 4, não é Marinho? O PIB deve ser 4 esse ano, que fique em torno de 4, está dando 13, que seja, 3.5, está 3 vezes o PIB e não somente o dobro. Então tem uma lógica de que se o país cresce e fica mais rico, vamos olhar para os mais pobres. Mas isso também, Ministro, eu quero ser muito claro com V.Exa. e com todos os nossos convidados e nossos Deputados e Senadores, eu entendo que a melhor proposta é a proposta construída por todos nós, não porque tem que ser essa, uns falam num valor de uma cesta básica, enfim, como aumento real acima da inflação, eu quero dizer que na relatoria dessa Comissão, nós vamos acompanhar a vontade do conjunto da Comissão, aqui não existe vontade pessoal do relator, tenho certeza, nem do Presidente, do Vice-presidente e nós gostaríamos muito mesmo disso de construir uma proposta de política permanente de recuperação do salário mínimo. Eu tenho dito e vou encerrar aqui, que não sei se concorro ainda daqui a 5 anos. Estou pensando muito na minha vida política, se saio da minha vida política, mas eu vou sair gratificado, se eu sair desse mandato de Senador, eu ouvi algo semelhante de V.Exa., mas deixando, contribuindo para que nós tenhamos para o país uma política de salário mínimo permanente, que recupere efetivamente o poder de compra do nosso povo, da nossa gente, não vou aqui falar que na época do Juscelino chegou a 600, Getúlio chegou a 450, 500. Eu acho que nós temos que construir na nossa história, na nossa era, uma política que efetivamente valorize aqueles que sempre pagaram a conta na nossa história, que são os mais pobres e que nesse momento estão numa expectativa muito grande da política a que nós haveremos de construir. No mais comprimento a V. Exa. Tenho certeza que faremos um grande trabalho coletivo e Oxalá Deus, chegue no fim do ano, desse ano aqui a gente tenha uma proposta construída com o executivo e aprovada pelo Congresso que vai influir positivamente na concessão da própria peça orçamentária. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o ministro Luiz Marinho, Ministro do Trabalho.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 351
DOC:

SR. LUIZ MARINHO: Bem, Senador Paim. Eu vou encaminhar ao Presidente Lula a solicitação que V.Exa. aqui formulou. Eu imagino que seja aqui, vou considerar como uma formulação da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Da Comissão.

SR. LUIZ MARINHO: E encaminharei ao Presidente Lula, o pedido que vocês fazem de que seja pelo Projeto de Lei não por Medida Provisória, evidentemente, que essa não é a decisão que está afeto à minha decisão, evidentemente, o Governo trabalhará essa questão. Em relação a vários aspectos que V.Exa. faz em relação ao debate, eu já disse aqui e quero reafirmar a concordância da transferência da contribuição com a previdência da folha de pagamento para o faturamento das empresas, eu acho que seria melhor, pegar qualquer grande empresa, um grande banco, quanto que tinha de funcionários, quanto tem hoje, você pega uma Ford, uma Volks, uma GM, uma Fiat, qualquer uma delas, quanto tinha na década de 80, quanto tem hoje, quanto produz hoje, hoje produz muito mais com muito menos funcionários e, portanto, está contribuindo menos para a Previdência, devia manter a sua contribuição para a previdência pelo faturamento até para contribuir com o desenvolvimento do país, então, eu concordo plenamente com essa visão. E quero afirmar também que os constituintes foram muito felizes em pensar uma proteção à rede de proteção social para o conjunto da sociedade brasileira, a partir das receitas disponíveis para esse conjunto de despesas e acho que o debate, muitas vezes, é feito de forma enviesada do que é e o que não é, o tamanho do déficit do conjunto da seguridade social da saúde e da previdência. Nós temos que para falar em délicit, nós temos que colocar o conjunto das receitas e o conjunto das despesas, certamente ainda haverá déficit, mas o délicit é muito menor do que muitas vezes a gente fala. Agora eu queria pegar uma informação que o Nelson Machado, o Ministro Nelson Machado quando estiver aqui, vai poder colaborar mais com essa questão, mas neste ano a projeção do deficit da previdência sobre esse conceito trabalhado até aqui, a projeçao era para 45 bilhões, posteriormente foi diminuído para 41 bilhões e o real será 37 milhões e meio, como resultado já da política de gestão implementada nessa gestão de Governo e o recadastramento acreditamos que trará uma melhoria nesses números para o futuro aí da Previdência Social brasileira, eu acho que são coisas importantes. Eu sinceramente eu não gosto muito, nunca gostei de trabalhar com a comparação dólar, mesmo quando o debate era muito forte na reivindicação dos 100 dólares, eu alertava internamente na CUT, que olha, cuidado com essa reivindicação, porque daqui a pouco pode haver uma mudança do câmbio e atender os 100 dólares sem mudar absolutamente nada o poder de compra do salário mínimo, Eu nem sei se eu citava na exposição a comparação dólar, eu tinha isso, mas eu acho que nós tiramos a evolução era de 58 dólares de janeiro, para a nossa projeção nós trabalhamos uma certa deflação, um certo ajuste aí no câmbio para 146 dólares mas há quem, se utilizar o câmbio de hoje dá mais de 150 dólares, mas a melhor comparação de fato eu acredito que é pelo conceito que o Josué de Castro trabalhou lá atrás. Não é, Barelli? Que é pegar a cesta básica, não é? No poder de compra frente a cesta básica, eu acho que dá uma boa referência. Em relação a qual política permanente nós devemos adotar, eu diria o seguinte, certamente nós não haveremos condições de assumir uma política permanente, um ganho real na proporção que foi o ano passado e na proporção que foi esse ano. Acho que a economia não suportará anos a fio essa projeção, porque num curto espaço de tempo nós estaremos chegando naqueles valores lá, A questão é: Nós precisamos da política permanente

MP nº 405/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 352
DOC:

primeiro para garantir que cresça o poder de compras, primeiro é isso, segundo: Ter condições de planejamento por parte de todos os atores(F) envolvidos, para que possam planejar isso no tempo, eu acho que isso será certamente um ganho muito importante. Eu quero valorizar aí o papel da Comissão e me colocar inteiramente à disposição, Presidente, da Comissão, para discutirmos, para construirmos conjuntamente e agradecer a atenção e as perguntas aqui dos Senadores e Senadoras, nossos Deputados e Deputadas.

NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, pela ordem, senhor Presidente. Eu gostaria só de além de cumprimentar o ministro, já é conhecido em todo o país pela sua capacidade de articulação, aonde já manda para cá um projeto bem redondo, não é o que a gente queria, mas é que economicamente a gente vê que é ser capaz de ser sustentada. Enfim, não seria uma idéia pessimista de V.Exa. já achar que a partir do ano que vem, não se pode dar um aumento como se deu o ano passado o real e para o ano?

SR. LUIZ MARINHO: Eu não disse que o ano que vem não há condições, o que eu disse é que não há condições de anos a fio manter um aumento dessa proporção, não é? Assim, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2015 manter essa mesma proporção, nós temos que medir no tempo, porque o seguinte: Vamos imaginar você ter uma política permanente que vamos, por exemplo, não estou dizendo que deva ser esta e que será esta proposta. Além da inflação o PIB per capita, ao PIB, ou dois PIBs per captas, ou um e meio, não é? Vamos imaginar que essa seja a política, não significa dizer que ano a ano não tenha que ser avaliado, se há espaço no orçamento para agregar além disso, o que nós, o que eu estou dizendo é que nós não podemos fazer, é garantir que vai ter, por exemplo, 10% de como política permanente além da inflação por 20 anos, isso eu acho que a economia teria dificuldade de suportar ao tempo, não é? Agora, ter a política permanente é importante porque você tem o planejamento mínimo de todos os atores e aí você pode analisar se tem espaço para agregar mais ou não, eu acredito pelo valor que está, nós haveremos de construir nos primeiros anos um adicional ainda maior do que eventualmente uma política permanente dará condição de fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senhor Ministro...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, só um pouquinho, se possível, desculpa, se não puder, tudo bem, V.Exa. está encerrando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Exa. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas apenas com base no que o Deputado falou, pelo que eu entendi, talvez, do espaço menor e o depoimento do senador Paulo Paim, mas tenho acompanhado por muito tempo o Ministro Luiz Marinho o trabalho do senador e com respeito principalmente ao salário mínimo e outros interesses dos menos favorecidos, então, ele tem uma cultura muito profunda sobre a evolução e a discussão desse problema, como V.Exa. tem a sua experiência dentro da atividade sindical, o que eu entendi e achei que a preocupação do Deputado foi correta, mas eu tinha entendido um pouquinho diferente. Pela colocação não era uma progressão do aumento efetivo permanente, mas a garantia do poder de compra, não aumentar o poder de compra, mas garantir o poder de compra que teria uma base mínima, então esta talvez que eu entendi

ATN nº 002/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 353
DOC:

que o senhor apoiou alguma proposta apresentada pelo ministro Luiz Marinho, Porque eu, eu me lembro uma época em que se discutia, aqui eu falei sobre o aumento real que se discute com o Ministro Delfim à época, o Barelli, o Presidente do Sindicato, o Presidente Lula e outros membros da área sindical, da possibilidade de um aumento real que fixasse sempre na renovação X. Então, é realmente difícil estabelecer porque a evolução econômica ela é profundamente amarga durante o período, está aí o nosso relator do orçamento, ele sabe a luta que as vezes as influências financeiras e nem falar em dólar, porque não dá mais para falar nunca, até porque daqui a pouco vão querer diminuir o salário mínimo. Desculpe eu queria agradecer, Presidente. Mas eu queria, eu queria entender direito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senhor Ministro, nós queremos reforçar aqui as propostas do senador Paulo Paim, quando ele coloca aqui a sua preocupação que é uma preocupação também desta Comissão, com a recuperação dos salários dos pensionistas e dos aposentados. Eu acho que essa é uma discussão que nós vamos proceder aqui de forma muito forte, geralmente não se coloca muito bem essa questão dos aposentados e acho que esse é um momento importante, essa Comissão tem também esse objetivo da mesma forma que se discute como seu objetivo fundamental, a política de um salário permanente. Eu quero nesse momento aqui convocar os senhores parlamentares para a próxima reunião da Comissão, no próximo dia 31 de janeiro às 14 horas, onde debateremos com as entidades representativas dos trabalhadores. Informamos que a lista de inscrições será aberta exatamente ás 14 horas e será encerrada ás 15 horas e 30 minutos. Agradecendo a presença do senhor Ministro e declaro encerrada a 4ª reunião da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo.

Sessão encerrada às 13h58

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 3524
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

5ª REUNIÃO

02/02/2006

Audiência Pública com as centrais sindicais representativas dos trabalhadores: Antônio Fernandes dos Santos Neto – Presidente da CGTB - CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL; Canindé Pegado - Secretário Geral da CGT - CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES; João Felício – Presidente da CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; Moacyr Roberto Tesch Auersvald – Presidente da CCT - COORDENAÇÃO CONFEDERATIVA DOS TRABALHADORES; Paulo Pereira da Silva – Presidente da FORÇA SINDICAL; Enilson Simões de Moura – Presidente da SDS - SOCIAL DEMOCRACIA SINDICAL; José Calixto Ramos – Presidente da NCST - NOVA CENTRAL SINDICAL DOS TRABALHADORES; e ERLEDES ELIAS DA SILVEIRA – Diretor de Educação da C.A.T. - CENTRAL AUTÔNOMA DE TRABALHADORES.

AFN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 355
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 5ª Reunião

Realizada em 02/02/2006

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dez horas, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Paulo Paim, Rodolpho Tourinho e Augusto Botelho; e dos Deputados Marco Maia, Vanessa Grazziotin, Vicentinho, Tarcísio Zimmermann, Cláudio Rorato, Walter Barelli e Cláudio Magrão; e ainda dos parlamentares não membros Senador Jefferson Peres e Deputado Alceu Colares, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 5ª reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, submetendo-as à votação (aprovadas). O presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à Audiência Pública com as Centrais Sindicais. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, e aos seguintes representantes das Centrais Sindicais: Antônio Fernandes dos Santos Neto – Presidente da CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; Canindé Pegado - Secretário Geral da CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores; João Felício – Presidente da CUT - Central Única dos Trabalhadores; Moacyr Roberto Tesch Auersvald – Presidente da CCT - Coordenação Confederativa dos Trabalhadores; Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical; Enilson Simões de Moura – Presidente da SDS - Social Democracia Sindical; José Calixto Ramos – Presidente da NCST - Nova Central Sindical dos Trabalhadores; e Erledes Elias da Silveira – Diretor de Educação da CAT - Central Autônoma de Trabalhadores. O senhor Marco Antônio Campanella, registra sua presença, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação – CNTA. Ato contínuo, falam os seguintes parlamentares: Vanessa Grazziotin, Marco Maia, Vicentinho, Alceu Colares, Walter Barelli e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas e trinta e três minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia 07 de fevereiro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO, CRIADA ATRAVÉS DO ATO CONJUNTO NÚMERO 03/2005, DO CONGRESSO NACIONAL, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO A APRESENTAR SUGESTÕES PARA A POLÍTICA DE SALÁRIO MÍNIMO PARA O PAÍS, REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2006 ÀS 10 HORAS E 04 MINUTOS.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 356
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto número três, de 2005, destinada a efetuar estudos visando a apresentar sugestões para a política de reajuste de salário mínimo para o país. Esclareço que a pauta desta reunião se destina a ouvir as Centrais Sindicais. Aqui, presente, já o senhor Canindé Pegado, Secretário-Geral da CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores; o senhor Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da CGTB, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e o senhor João Felício, Presidente da CUT, a Central Única dos Trabalhadores. As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a Mesa, as quais coloco em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. Informo que as centrais serão chamadas obedecendo ao critério de chegada. Eu quero, nesse momento, aqui, nesse início de audiência, ouvindo as Centrais Sindicais, informar, aqui, ao nosso relator e ao nosso Vice-Presidente, Walter Barelli, que ontem conversava com o Deputado Carlito Merss, Relator-Geral do Orçamento da União, a respeito da questão também dos servidores públicos federais. E o Deputado constatava conosco a necessidade de uma política de reajuste para a questão do servidor público federal; salários defasados desde a época, justiça se faça, do Governo passado. E é preciso que, agora, se recomponha parte dessas perdas salariais. Dentro do orçamento da União, estão previstos recursos da ordem de um bilhão e meio de reais que não são suficientes para atender à demanda de uma política de recomposição do salário dos servidores públicos do nosso país, apesar de reconhecermos que algumas categorias já tiveram essa recomposição. A nossa Comissão é específica para discutir uma política permanente de salário mínimo para o país. Mas, é evidente que, dentro desta Comissão, nós vamos dedicar um capítulo especial à questão dos aposentados, dos pensionistas e também vamos dar a nossa contribuição, no sentido de contribuir para a recomposição do salário dos servidores públicos federais, que hoje têm uma defasagem salarial mais ou menos na casa dos 30%, a sua recomposição necessária. Então, eu quero, com essas observações, dizer do objetivo da nossa Comissão, mas, ao mesmo tempo, dizer também das nossas preocupações com a política de salário desse país, levando em conta também os interesses dos aposentados, dos pensionistas, dos servidores públicos federais, por entender que esta Comissão prestará, sem dúvida alguma, um grande serviço ao país na discussão de uma proposta permanente de salário mínimo porque entendemos que o salário mínimo é, sem dúvida alguma, a melhor forma de se fazer distribuição de renda para o nosso país. Com a palavra, o nosso Vice-Presidente, Deputado Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Queria saudar o nosso Presidente, Deputado Jackson Barreto, Senador Paim, que é Relator dessa Comissão e saudar os Deputados aqui presentes para esta primeira audiência pública. Esta audiência pública feita com as Centrais Sindicais inaugura uma peregrinação que essa Comissão Mista pretende fazer pelo Brasil para colher sugestões referentes ao salário mínimo no tempo. Todos nós sabemos, principalmente os dirigentes sindicais, que eu saúdo todos pela sua militância, pela sua, pela importância que estão dando a essa Comissão e a esse grande projeto nacional finalmente conquistado, de se buscar a valorização do salário mínimo. Todos nós sabemos que o salário mínimo já foi muito maior do que o que está aqui; tanto Getúlio como Juscelino Kubitschek decretaram salários mínimos que deixam o que nós estamos tendo como salário mínimo muito aquém do que o Brasil já pagou como remuneração mínima. Nós sabemos que o salário mínimo atual é, e o próximo que já foi negociado pelo Ministério do Trabalho com as Centrais Sindicais, ainda está

AVULSO DA MPV Nº 293/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 357
DOC:

distante das necessidades, daí essa Comissão. Ela pretende que todas aquelas perdas do passado e todas as transformações por que passou a sociedade brasileira levem à incorporação do novo salário mínimo. Nós sabemos que, para se pagar um salário mínimo digno à nossa população, nós precisamos também de uma economia saudável, de uma Política Social abrangente, mas, muitas coisas aconteceram desde 40 até agora, no referente ao salário mínimo. Então, nesta audiência pública, nós gostaríamos de saber o que cada central pensa do prazo para se recuperar o salário mínimo. Nós temos uma data sugestiva, que são as metas do milênio, que o Brasil assinou e outros países também se incorporam nessa grande tarefa, e uma dessas metas é a redução para a metade da pobreza no mundo. Então, certamente, o salário mínimo é importante para que o mundo chegue a essa meta, aí, que o Brasil não chegue atrasado em 2015. Mas, dependendo das nossas ambições, das ambições dos trabalhadores, que vão definir qual o verdadeiro salário mínimo que deve ser praticado pelos Governos que ainda hão de vir, dando um pano de fundo que os futuros parlamentares sejam obrigados, pelo menos, a consultar, para o estabelecimento de novos valores do salário mínimo no tempo. Então, é importante, hoje, a gente ter, da parte dos senhores Presidentes e representantes das Centrais Sindicais, a idéia de qual o salário mínimo, qual o período para se recuperar esse salário mínimo, condições que devem cumprir este salário mínimo. Todos nós sabemos que o salário mínimo primeiro foi precedido de um grande inquérito nacional, feito por Josué de Castro, definindo a Cesta Básica, que até hoje o DIEESE calcula, porque ainda está em vigor, mas ela se refere a um estágio da ciência da nutrição e da década de 30; o Decreto é de 38. Então, o Estado Novo pensava o salário mínimo com seriedade. Então, a idéia é verificar para o que o salário mínimo vai ser feito, a quem ele deve atender, o seu valor, o período que nós vamos chegar lá e implicações. O nosso Presidente já falou a questão dos nossos aposentados. É mínimo só para os trabalhadores da ativa? Nós acreditamos que a Constituição estabelece o que é piso para Presidência, mas não é a audiência específica com os aposentados, também serão ouvidos, mas a nossa idéia é que todos os aposentados tenham também progressão nos seus vencimentos, não ficando marcando passo, de tal maneira, que o que está acontecendo hoje? A diminuição da pirâmide não se dá, ainda, na sociedade brasileira. É só compulsarmos os jornais de domingo e muitos deles trazem os salários pagos para funções no mercado de trabalho: salários de 10, 20 mil reais, mas salários normais. Não é um salário de um grande artista, de um grande atleta futebolista. Não. Salários que as empresas estão pagando. Isso abre um leque salarial e faz que o Brasil, injusto, tenha uma base salarial muito pequena e um teto a se perder de vista. As sociedades democratas são sociedades em que esse leque salarial é menor. Portanto, esses são dados importantes para a nossa conversa, no dia de hoje, e durante todo o período de funcionamento da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dando os nossos votos de boas-vindas às Centrais Sindicais aqui presentes, eu passo a palavra ao nosso Relator, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De forma bem rápida, porque o Relator normalmente fala no final, não é? Mas eu fiz questão de pedir a palavra, só para cumprimentá-los. Primeiro, de coração e com muito carinho, agradecer, aqui, a todas as Centrais Sindicais. Todas as Centrais Sindicais convidadas e não convocadas, de pronto, responderam a esta Comissão que estariam aqui no dia de hoje. Eu sei que muitos, inclusive, suspenderam as suas agendas. E, na minha fala, eu queria agradecer, então, à CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores,

PATN Fls. 10/03/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 358
DOC:

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; à nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central Autônoma dos Trabalhadores, que também vai atrasar um pouquinho, mas vai estar aqui; à Coordenação Confederativa de todas as chamadas confederações, que também está presente, já; à Força Sindical que também, em seguida, estará aqui; à nossa, também, central, a Central Única dos Trabalhadores; ao representante da SDS e, ainda, à União Nacional Sindical. Declaro, quero apenas registrar a importância desse encontro. Para mim, é um momento histórico. É a primeira vez na história do parlamento brasileiro que você trabalha com uma Comissão Mista. E olha que foi disputado; não pensem vocês que foi fácil. Pode ser que alguns que estão aqui, nesse momento, não estão vendo, aqui, o número que gostariam de ver, de Senadores e Deputados, mas foi disputado, em cada partido, o nome de Deputados e Senadores que queriam vir para essa Comissão. Então, mostra a importância dela. Mas eu queria, de pronto, fazer também, aqui um agradecimento especial ao Deputado Tarcísio Zimmermann, que esteve presente em todas as reuniões, ao deputado Cláudio Horato, que esteve presente em todas as reuniões e, naturalmente, não precisaria também, mas faço o registro, do nosso Presidente, pelo trabalho que está fazendo, Jackson Barreto e o nosso Barelli, que é o Vice-Presidente. E faço também esse destaque porque, na hora da disputa da Comissão, é uma disputa dentro de cada partido e alguns botam o nome e depois não vêm. Então, eu, como Relator, tomo essa liberdade, de dizer: "Puxa, quem botou o nome tem que estar presente", não é? Nós, que viemos do Movimento Sindical, sabemos e temos essa liberdade. Não dá, tem gente que botou o nome, é a 5ª reunião, e nunca apareceu e brigou para estar nessa Comissão. Então, não bote o nome na Comissão, seja Senador, seja Deputado. Então, democraticamente, eu gostaria de que todos os Senadores e Deputados que se inscreveram, seria muito bom, que aqui estivessem para esse debate. Como o Relator fala no final, eu vou, em seguida, passar a palavra para o Presidente. Dizer que eu estou muito empolgado. Essa Comissão, para mim, de muito bom que tem, meus companheiros do Movimento Sindical, Deputados e Senadores, que nós estamos preocupados em construir uma política definitiva para o salário mínimo e também com os olhos na situação dos aposentados e pensionistas. Essa reunião, hoje, é com os líderes dos trabalhadores; a próxima é com os empresários e a outra é com o representante de aposentados e pensionistas de todo o país, que também estarão aqui. Esse é o nosso objetivo. Eu acho que é possível. Não é só ficar discutindo se é 350, 340, ou 360, até porque, esse ano, eu acho, pelo trabalho que os senhores fizeram, das Centrais Sindicais, está muito bem encaminhado. O que nós temos que sair daqui é, na verdade, com uma proposta definitiva para que, doravante, nós não tenhamos que, todo ano, discutir o valor do salário mínimo. Bom, só com essa preliminar, é mais um cumprimento a vocês, eu passo a palavra, então, ao nosso Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, Presidente Jackson. Presidente Jackson. (15'27"do áudio)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria pedir só um minutinho, por gentileza, para uma informação...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Até pela sua assiduidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, primeiro, eu queria registrar que, [illegible] hoje eu não possa permanecer toda a reunião, porque nós temos, nós temos em

ATN nº 003/2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 359
DOC:

discussão, na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei de Portos, que eu tenho participação. E que, hoje, tem uma audiência pública às 11 horas, que também debate, foi marcada ontem à noite, e que, também, debate um tema que é importante, do ponto de vista do desenvolvimento nacional. Mas, eu queria aproveitar, aqui, a presença das Centrais Sindicais e cumprimentar o Senador Paim e V.Exa., à Mesa dessa Comissão, por terem convidado, primeiro, as centrais às audiências em que nós estaremos ouvindo, efetivamente, a sociedade, para só chamar a atenção para um tema que me preocupa muito: Nós estamos em vias, e até conversei, há pouco, com o Senador Paim, em vias de votar, na Câmara dos Deputados, a Lei-Geral das Micro e Pequenas Empresas e nós corremos o risco de ter aprovado, nesta lei, um conjunto de dispositivos que eu diria que reduzem muito os direitos trabalhistas dos trabalhadores das micro e pequenas empresas. Então, eu queria convidar as centrais aqui, chamar a atenção das centrais para que, no papel que sempre têm cumprido nas causas progressistas desse país, também nos ajudem no debate desta lei, para que nós não tenhamos consignados retrocessos, seja do ponto de vista do fundo de garantia, seja do ponto de vista das garantias processuais nas ações trabalhistas, seja nas situações de falências, que são temas importantes que estão em pauta na lei-geral de Micro e Pequenas Empresas, que deve ir à votação, em seguida. Então, eu queria fazer este apelo, aqui, às centrais, que nos ajudem neste debate que está se finalizando na Câmara dos Deputados e onde nós precisamos muito do concurso, também, propositivo, positivo, atuante, das Centrais Sindicais. Era isso, senhor Presidente. Obrigado por esta oportunidade.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, se me permitir, eu estou vendo que, pelo número de sindicalistas aqui presentes, há espaço aqui na frente. Então, vou dar toda a liberdade aos líderes dos trabalhadores, podem sentar na primeira ou na segunda fileira, onde ficam, normalmente, os Deputados. Aqui, os senhores têm o mesmo peso de qualquer Deputado e Senador. Então, fiquem com toda a liberdade de ocupar a primeira e a segunda fileira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, registrando, aqui, a presença também do nosso Paulinho, o Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical e o nosso companheiro de velhas jornadas, o nosso Alemão, Enilson Simões, da Social Democracia Sindical. Registrar também a presença de Eriedes Elias da Silveira, da Central Autônoma de Trabalhadores. Ele é Diretor de educação. Bem, iniciamos nossos debates. Eu quero convidar para os companheiros que chegaram agora, das Centrais Sindicais; o critério que nós estabelecemos será por ordem de chegada. Então, nesse momento, convidamos para fazer parte, aqui, da Mesa, para fazer sua exposição, o companheiro Canindé Pegado, da Confederação Geral, aliás, o senhor Antônio Fernando dos Santos Neto, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Em seguida, será o Canindé Pegado. Convidamos para a Mesa. Cada central terá 15 minutos para fazer sua exposição e, depois, então, abriremos, aqui, o debate com todas as centrais. Esquerda ou direita, a vontade é do senhor [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depende à esquerda de quem...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O próximo é o Canindé Pegado. É, o Canindé pode fazer parte da Mesa.

SR. ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS: Obrigado, Presidente. Quero saudar o Presidente Jackson Barreto, um velho companheiro de grandes batalhas e lutas. Nosso companheiro Walter Barelli, ex-Ministro, Secretário do Trabalho de São Paulo e membro histórico do Movimento Sindical porque foi o nosso Diretor

Lei nº 10.835/2003
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 360
DOC:

que é o DIEESE, que é o nosso órgão econômico de assessoria aos sindicatos. Companheiro e Senador Paulo Paim que, neste assunto, tem uma trajetória bastante marcante. E parabenizar a todos os demais companheiros e Deputados que fazem parte aqui da Comissão. Agradecer o convite porque é um assunto que, já há um tempo, nós defendíamos, juntos, a necessidade de se criar uma legislação em que pudéssemos perenizar a questão da recuperação do salário mínimo. Saudar também os companheiros das centrais co-irmãs, que também, juntos, temos feito, aí, algumas batalhas, no sentido de garantir para esse salário mínimo uma recuperação progressiva. Esse projeto, na verdade, é um projeto que tem sido ansiado por nós das Centrais Sindicais, visando à necessidade de que tenhamos, efetivamente, uma política de Estado acerca do salário mínimo. Eu tenho procurado dizer que no tempo do Estado Novo, como bem lembrou o Barelli, salário mínimo, política, a questão do trabalho, o trabalhador, eram uma questão do Estado; antes disso, eram uma questão de polícia. Depois disso, foi instrumento de opressão aos trabalhadores, ou seja, o Ministério do Trabalho era para intervir. É para deixar com que o Movimento Sindical estivesse atrelado, de maneira a impedir o seu trabalho. E volta novamente, depois de passar por um período, um hiato neo-liberal nesse país, em que também o Ministério do Trabalho e essas questões sociais eram questões pura e simplesmente apêndice da área econômica, ou seja, nunca opinava, não poderia opinar. Quem decidia era, lá, o Ministério da Fazenda, todos os seus burocratas. E, finalmente, volta novamente no Governo do Presidente Lula, volta a ser com política de Estado, ou seja, a necessidade de se ter o Ministério do Trabalho e ter também a questão social como a questão de Estado e discutida dessa maneira, uma proposta em que nós tenhamos uma recuperação plena do salário mínimo, colocá-la aos níveis necessários à sobrevivência da classe operária e, acima de tudo, como fazê-la, que é como creio, a ânsia de todos nós, ao longo de muitas lutas aqui dentro. E não meramente no mês de abril, março ou dezembro de cada ano, uma queda de braço, se vai ser valor A ou B, dependendo de como digam os burocratas da Secretaria da Fazenda. Toda a vida nós ouvimos alegações contra recuperação do salário mínimo baseadas, basicamente, em duas grandes vertentes. A primeira é que ele era inócuo como redistribuição de renda e a segunda, é que ele é... A questão da Previdência e das pequenas prefeituras. Vira e mexe, isso vem à baila. "Não, se aumentar o salário mínimo, quebra a previdência; se aumentar, quebram as prefeituras". Não é verdade que você, efetivamente, faça do salário mínimo um instrumento de distribuição de renda. Então, nós, na Central Geral dos Trabalhadores, fizemos um estudo sobre isso. Nós até entregamos à Comissão um livrinho preparado por um economista que assessora a nossa Central, que se chama Nilson Araújo de Souza, que foi Presidente, inclusive, do Instituto Dante Pelacani, que assessora a Central, e que fizemos uma grande análise sobre a questão do salário mínimo, seus impactos, seus reflexos e algumas conclusões nós chegamos aí dentro: A primeira, falando sobre a questão da redistribuição de renda, é para desmoralizar qualquer cidadão– Prazer em vê-lo, Deputado. --44,7% da população ocupada no Brasil, recebe até um salário mínimo e meio. Com esse dado, já desmonta qualquer teoria de que salário mínimo não é distribuidor de renda. Eu tive acesso a uns dados da ANFIP, há pouco tempo atrás, que o peso do salário dos aposentados dos municípios do Brasil era maior do que o fundo de participação dos municípios e na grande maioria. E, aí, tem gente que vem dizer que não tem essa questão da redistribuição como indutor do desenvolvimento, indutor do progresso. E a segunda, de previdência, aí, é de deixar nós, especialmente nós, Centrais Sindicais, trabalhadores, bem mais nervosos porque é só pegar os dados tirados lá do CIAF. Porque salário, a Previdência, ela não é meramente aquilo que os burocratas e os tecnocratas, aí, da Fazenda diziam.

RTVN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 361
DOC:

que é o que eu arrecadei de contribuição previdenciária *versus* o que eu paguei de contribuição previdenciária, ou de salários da Previdência. Se fosse só isso, obviamente, você poderia até achar que ela poderia ser deficitária. Mas se, colocando sempre na questão do "se", o Estado tivesse uma política realmente de cobrança efetiva das dívidas da Previdência, ou não tivesse transformado a Previdência num grande, numa grande imobiliária, como ocorreu ao longo da sua vida, provavelmente, nós não teríamos esse déficit todo no dinheiro dos trabalhadores. Alguns chegam a brincar, Deputados e Senadores, o seguinte: "Se fizer uma auditoria da dívida para com o INSS, Previdência, vai ver que, por exemplo, o financiamento da ponte Rio-Niterói, o financiamento da Transamazônica, saiu tudo de dinheiro da Previdência e não volta". E aí, criaram essa, acho que foi no final do Governo Fernando Henrique, em 96, essa conceituação, eu acho que foi a Emenda 20, de que é só olhar a Previdência com o que eu tenho de arrecadação *versus* o que eu pago. E esquece o que diz o artigo da Constituição, na questão da Seguridade Social. E aí, quando eu olho a Seguridade Social, aí, é para deixarmos todos de cabelo em pé e totalmente não acreditando que as pessoas possam ser tão irresponsáveis com esses dados. Pasmem todos que, em 2004, eu vou pegar o último ano, a Seguridade Social teve um superávit de 51 bilhões. Não são dados da Central Geral dos Trabalhadores; são dados do CIAF. Pode pegar, tem uma tabelinha que nós, inclusive, colocamos no material, que, desde 95, o saldo era de 1.2 bilhão. Ele sai de 1.2 bilhão de superávit para 51 bilhões de superávit. E isso, com tudo isso que "nêgo" está dizendo que pagou. Pagou saúde, pagou Previdência, pagou LOAS, pagou todas essas coisas e tem esse superávit. Para que é que foi esse superávit? Para onde foi transferido esse dinheiro que, na verdade, era para sustentar, efetivamente, a saúde, a previdência? Foi para superávit primário. Foi para pagar o impagável: O juro extorsivo. Então, nesse sentido, eu acho que não há argumentos para isso. Não há. Se quiséssemos, poderíamos colocar, como tem lá nos Estados Unidos, hoje, um salário mínimo de 5,15 salário/hora e vi empresas grandes irem ao Congresso Nacional fazer *lobby* para aumentar o valor do salário mínimo porque o poder de compra do americano estava baixo. Cinco dólares ponto 15 a hora; isso dá um salário de mais de mil e duzentos dólares/mês. Mil e duzentos dólares, hoje, a 2,50, você já viu o que seria um salário mínimo equivalente no Brasil. E, aí, vêm alguns, Deputado Tarcízio, dizer que o custo da mão-de-obra, no Brasil, é caro. Se eu dobrar, que não é verdade, tem um grande professor da USP, que é exímio em dizer que o custo da mão-de-obra, no Brasil, equivale a 100% do valor do salário do indivíduo, o que é uma mentira deslavada, e o economista Márcio Pochmann já fez um trabalho excelente, desmistificando essa história de que se eu dobrar isso, ainda assim, a mão-de-obra do Brasil chega, dependendo da função do trabalhador, 20 vezes menor do que o equivalente na Europa, nos Estados Unidos e, ainda assim, eles dizem que, com isso, não podem concorrer internacionalmente. Então, eu acho que desmascarar, e esta Comissão vai ter um trabalho muito importante, que todos esses argumentos falaciosos, mentirosos, enganosos, desaparecerão. E, aí, vai aparecer a verdade. Esta verdade, aqui, da Seguridade Social é ímpar, é incontestável. Um superávit de 51 bilhões. Se eu dobrasse o salário mínimo na própria Previdência, ainda assim, nós teríamos superávit na Previdência. Se eu incorporar os funcionários públicos dentro da Seguridade Social, lá, também vai ter superávit. É inacreditável! Porque foi feito de tal maneira e, nesse ponto, alguns aqui o foram, legisladores de 88, o fizeram com grande sapiência, pensaram em como financiar a Seguridade Social. O que a gente não conseguiu é fazer com que Governos, esses Governos que se apropriam do dinheiro da Seguridade Social, ao invés, devolvê-lo, cada vez mais, investimentos em saúde, investimentos no salário porque o salário é desenvolvimento, ele volta como imposto.

AFN nº 005/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 362
DOC:

Quanto melhor eu pagar, mais consumo ou, nós acreditamos aqui, que se der um salário, aí, de quatrocentos, R$500,00 por mês, inicialmente, os trabalhadores vão fazer o quê? Vão investir na bolsa? Eles vão é comprar comida, vão comprar roupa, comprar sapatos, que é o que está lhe faltando. Então, essas duas grandes falácias estão descaracterizadas, quer dizer, eu estou falando, aqui, para pessoas que têm história e que sabem que o que nós estamos falando é verdade. Esta Comissão tem um trabalho fantástico. Ela vai, na verdade, estruturar a história da nossa luta da vida. Quando eu olho o Paim, quer dizer, construiu sua vida, sua luta, uma dos principais discussões é isso; Barelli, enquanto homem do DIEESE, foi o homem que destruiu a economia, destruiu é forte, hein? Mas é verdade, foi grande o momento em que o DIEESE disse para o mundo: A ditadura está roubando o índice dos trabalhadores. Nós temos figuras assim, está aqui Alceu Collares, nós temos pessoas aqui que podem dar essa substância para esse projeto de recuperação. Então, vamos às nossas propostas, o que a Central Geral dos Trabalhadores traz como proposta? Primeiro tem que fazer a reposição das perdas. Então, obviamente, podemos até admitir que isso não seja de imediato, de uma vez só, está bom, num prazo aí de cinco, 10 anos, perfeitamente viável para nós. Não há problema nenhum. Segundo, neste primeiro momento, não sei do segundo, mas, num primeiro momento, com certeza, poderia ser feita a desoneração da tributação do INSS para o assalariado de salário mínimo. Significa 8% de aumento real e imediato. Porque se eu ganho 350 reais por mês com o salário mínimo e recebo descontado o INSS disso, me descontam 8%; se eu aposentar amanhã, eu vou receber os 350 cheios. Então, tire isso, nós fizemos um cálculo disso também. Isso é 0,2% da arrecadação da Previdência na questão do salário mínimo. São 180 milhões. A previdência arrecadou 98 bilhões, 180 milhões seriam o gasto para cobrir isso, quer dizer, a própria seguridade podia cobrir isso e você desoneraria o salário mínimo da contribuição do trabalhador. Nós colocamos também a questão do PLR, participação nos lucros e resultados das empresas, incentivos fiscais para as empresas que possam dar, usar a figura da participação no lucro e nos resultados para trabalhadores de salário mínimo. E também colocamos um adendo, que seria a continuada desoneração, a continuada desoneração dos produtos de Cesta Básica, dos que atingem, "de cara" esses trabalhadores, seja a Cesta Básica alimentar, seja a Cesta Básica de investimento, seja também de construção civil. Com isso, já vêm sendo feitas algumas coisas, mas, acelerar ainda mais isso faria com que pudesse atenuar ainda mais essa possibilidade para os trabalhadores. Essas são as propostas, esperando que a gente possa construir juntos, aqui dentro desta Casa, com esta Comissão Mista, um projeto que, no mais curto espaço de tempo, nós possamos ter recuperado o salário mínimo, colocá-lo num patamar digno para que toda a sociedade brasileira possa disputar e usufruir desse, dessa riqueza que o Brasil tem, que ele dispõe. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Britânico, não é? [Risos] Nós queremos fazer aqui um registro também da presença do senhor José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. E, nesse momento, vou passar a palavra ao senhor Canindé Pegado, Secretário Geral da CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores. V. Sa. tem a palavra. Deputado Alceu Collares [soa a campainha], V. Exa. é uma presença que honra esta Casa, este Congresso.

DEPUTADO ALCEU COLARES (PDT-RS): Muito obrigado.

SR. CANINDÉ PEGADO: Bom dia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ATN nº 003/2005
DIEESE SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 363
DOC:

SR. CANINDÉ PEGADO: Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim, Deputado Walter Barelli, demais parlamentares, companheiros sindicalistas. Eu venho aqui em nome do companheiro Salim, Presidente da CGT, justamente atendendo, aqui, a esse chamamento importante desta Comissão para poder colocar também o posicionamento da nossa central a respeito da recuperação do salário mínimo neste país. A CGT entende que essa variável do salário mínimo, ela deve ser tratada como uma variável macro-econômica, que é significativa para a sociedade brasileira, pelos efeitos econômicos e sociais que o salário mínimo traz para a sociedade e também em função da sua abrangência, tanto para os trabalhadores ativos, quanto para os aposentados e pensionistas desse país. O importante, que eu vejo neste encontro, aqui, é justamente a gente tentar deixar uma contribuição relacionada aos fundamentos do salário mínimo, ou seja, à conceituação do salário mínimo e evitar, justamente, que se trate o salário mínimo, como muitas vezes, depois das nossas lutas, a imprensa diz que é um salário mínimo político, é um salário mínimo conseguido sem nenhum tipo de fundamento, sem nenhum tipo de proposta que seja baseada em pesquisa efetiva. É apenas um salário mínimo conseguido na base do efeito político, ou seja, aquilo que o Governo tem que dar, ou acha que deve dar, para ter, justamente, um retorno político diante da massa. Então, justamente para desmistificar essa situação, a CGT entende o seguinte: Que para discutir o salário mínimo, nós deveremos discutir, Paulo Paim, antes do pré-orçamento da União. Não adianta estar discutindo salário mínimo depois do orçamento fechado. Quer dizer, as Centrais Sindicais, eu tenho certeza que, nesses três anos de grande mobilização que nós fizemos na base da unidade de ação, quando fomos fazer as nossas carreatas, passeatas, marchas etc, somente no mês de dezembro, já era tarde, já era tarde. A gente tem que fazer isso aí justamente por volta do mês de agosto, quando a peça orçamentária está começando a ser fechada, está começando a ser enviada para o Ministério do Planejamento e Orçamento. Isto para dizer o seguinte: que começa a discutir em agosto, só vai prevalecer o salário mínimo, só vai ter realmente esse reajuste no bolso do trabalhador, só em abril do ano que vem, quer dizer, quase um ano depois. É muito tempo. Por isso, a importância de nós trazermos, no tempo, o salário mínimo para o reajuste ocorrer no mês de janeiro de cada ano e isto é uma luta que eu tenho convicção de que, depois desse trabalho todo de negociação feito entre as Centrais Sindicais e o Governo, é possível conseguirmos essa antecipação, já iniciando, inclusive, no ano de 2006, trazendo para o mês de abril. Essa é uma premissa, justamente, discutir, dentro da peça orçamentária, antes da peça orçamentária e não depois dela fechada. Uma segunda premissa é levar em conta outros itens de necessidade vital dos aposentados e do trabalhador do salário mínimo, Walter Barelli. Nós temos convicção também de que, para tirar essa marca de que é um salário mínimo político, alguns produtos, alguns itens vitais do trabalhador que sobrevive do salário mínimo, eles têm que ser levados em consideração dentro de uma pesquisa arrojada, bem feita e servir justamente de base para que essa correção ocorra. Então, se o salário mínimo de hoje, se o trabalhador do salário mínimo, ele, para sobreviver de forma vital, de maneira vital, conforme apregoa a Constituição Federal, se fala naqueles itens todos de sobrevivência do trabalhador do salário mínimo, que hoje, para ter essa sobrevivência, o salário mínimo, segundo o DIEESE deveria estar alcançando um patamar de R$1.500,00. Nós sabemos que essa recuperação deve se dar no tempo, 10 anos, alguma coisa dessa natureza, é possível, mas alguns pontos especiais, que são fundamentais para esse trabalhador, devem ser levados em consideração. Por exemplo, a avaliação da Cesta Básica de alimentos, que a Cesta Básica de alimentos, quando diz que o salário mínimo hoje pode adquirir 1,35 Cesta Básica, é uma Cesta Básica, senhores Deputados, de 12 itens, apenas de 12

ATN nº 002/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 364
DOC:

itens. Isto não significa absolutamente nada. Então, a variação da Cesta Básica de um ano para outro é um ponto que deve ser levado em consideração para fazer também a correção do salário mínimo no ano subseqüente. A variação da cesta de medicamentos, a cesta de remédios, esse que o aposentado, o pensionista, principalmente, essa turma mais antiga, mais idosa, esses que gastam mais da metade, praticamente, do seu salário mínimo na aquisição de remédios. E isso não é levado em consideração, essa variação. É um item que deve compor também essa pesquisa para fazer com que o salário mínimo realmente tenha a sua correção baseada em dados, em fatos concretos e reais. Cesta Básica de produtos de higiene... São estas três cestas básicas que nós entendemos que devem ser levadas em consideração quando se discutir salário mínimo para ver a sua variação, porque a correção do salário mínimo de um ano para outro, nós já temos a pesquisa e a convicção certa de que, por essa correção do salário mínimo, ela é bem menor do que, pelo menos, esses três itens básicos que o aposentado e pensionista necessitam para sobreviver. Esse é um ponto. E o outro aspecto é justamente o seguinte: Nós deixamos também, aqui, como proposta, essa foi uma proposta da CGT e que as demais Centrais Sindicais, num documento assinado no ano passado, ratificaram em comum acordo, que é de considerar também o valor do salário mínimo como tendo como um percentual, uma referência do maior salário pago no país, que é o salário do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que hoje está em torno de 20, este ano R$24.000,00. Lembro-me quando eu fui com o companheiro da Força Sindical e da CUT, lá no Nelson Jobim, mostrar, entregar o documento para ele, dizendo: "Nós estamos querendo um salário mínimo com um percentual do seu salário que é R$22.500,00" e ele disse o seguinte: No ano que vem, serão 24 mil já. Ou seja, o percentual tem que ser ainda maior. Portanto, esta é uma premissa também, Senador, que nós entendemos fundamental, ou seja, essa distância que existe entre o menor salário do país, o salário base, o salário mínimo para o maior salário pago a um servidor da nação, é altamente constrangedora. Quer dizer, nos Estados Unidos, essa diferença não passa de 18, de 18 vezes. Aqui, chega a 65 vezes, a 65 vezes. Quer dizer, é uma coisa que, evidentemente, a gente deve começar a examinar, no âmbito do Governo, no âmbito da sociedade. O outro aspecto, senhores parlamentares, é justamente a necessidade que nós temos de desmistificar essa história do impacto do reajuste do salário nas contas da Previdência. Dados do DIEESE apontam o seguinte: Que, desde 1960 e... Desde 1900...Um minutinho só. Desde 1996, o reajuste do salário mínimo, ele se aplica especificamente ao piso previdenciário, ou seja, um salário mínimo. O restante dos benefícios é corrigido pelo INPC e as estatísticas da previdência, elas apontam o seguinte: Que embora cerca de 16 milhões de pessoas, elas, de aposentados, eles tenham a correção do seu benefício pela correção do salário mínimo, mesmo assim, esses 16 milhões, que representam 67% do total de aposentados, a massa salarial desses 67% de aposentados representam somente 39% do montante pago à totalidade dos aposentados, ou seja, 61% do total dos valores pagos aos aposentados não seguem a correção do salário mínimo; seguem a correção do INPC, o que provoca justamente esse achatamento no tempo, trazendo justamente os benefícios além de um salário mínimo, os benefícios superiores a salário mínimo, para encostar, literalmente, sempre, no piso salarial da Previdência, ou seja, o salário mínimo. Um outro detalhe é justamente nós termos que trabalhar com a questão do papel distributivo do salário mínimo. O papel distributivo do salário mínimo é importante para que se entenda que, neste país, segundo dados da PNAD, já no ano 2004, fora os trabalhadores assalariados legais que ganham salário mínimo, 31% da população de ocupados no Brasil recebe até um salário mínimo. Esses 31% significam 26 milhões de

ADIN Nº 003/2005
ESP: SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 365
DOC:

trabalhadores. E somados esses 23 milhões de trabalhadores aos aposentados que recebem igual valor de salário mínimo chegam-se a 40 milhões de pessoas, no Brasil, que tenham seu rendimento referenciado até um salário mínimo, quer dizer, de uma população economicamente ativa de 74 milhões de pessoas, é um fator alto, ou seja, é uma mostra altíssima o significado do salário mínimo no Brasil para quem ganha até um salário mínimo. E isso, no momento em que você redistribui esse salário mínimo por regiões, você observa que, na região Nordeste, 58% das pessoas têm um rendimento de até um salário mínimo, na região Nordeste. No Sudeste, 22%; no Sul, 21% e no Centro-Oeste, 25%. Quer dizer, é um salário mínimo, esse salário mínimo que deve cumprir a sua função econômica e social, importante para o país, é tratado justamente sem nenhum tipo de política, é tratado sem nenhuma referência e, por isso, nós entendemos que essa Comissão, ela deve, daqui para frente, trabalhar com o objetivo de unir esses parceiros sociais para ter, definitivamente, implantada no país uma política de recuperação do salário mínimo e também dos demais benefícios da Previdência. Não se fala também que o salário mínimo, ele tem um impacto no seguro-desemprego. O seguro-desemprego, no país, agora, no ano de 2006, deverá estar sendo projetado em torno de sete a oito bilhões de reais no pagamento do seguro-desemprego e a média de salários, a média de parcela, da parcela de seguro-desemprego que é recebido pelo beneficiário, hoje, está em torno de 1,4 salário mínimo por parcela. Esse impacto da correção do salário mínimo agora repercute bastante nesses sete a oito bilhões de reais de trabalhadores que se desempregam sistematicamente, todos os dias, e que se beneficiam de cinco parcelas, no máximo, do seguro-desemprego. Isso aí, logicamente, é um Fundo Social especial, ele apenas está lá no orçamento, no Orçamento Geral da União, no sistema de caixa único, mas isso daí é um Fundo Social que tem, justamente, a participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, que formam, justamente, o fundo de amparo ao trabalhador, que tem como receita primária, o PIS e o PASEP. Finalizando, como se sabe, para recuperar esse salário mínimo necessário, mesmo o aprovado hoje, na negociação com o Governo Federal, da ordem de R$350, é necessário, para colocar esse trabalhador de salário mínimo com as suas condições de sobrevivência vital, esse salário mínimo, hoje, deveria ser 4,6 vezes o que deverá ser praticado agora no mês de abril do ano de 2006, ou seja, há uma distância muito grande e somente uma política de recuperação de salário mínimo no país é que poderá fazer com que nós possamos, efetivamente, dar esse efeito dinâmico ao salário mínimo no mercado interno como arrecadador também de tributos, como distribuidor de renda e também como um salário que, com certeza, ele prioriza o chamado consumo [soa a campainha] na demanda de vestiário, remédios, alimentos, etc. Concluo, Deputado, dizendo o seguinte: Aquilo que o Neto falou, sobre essa questão da Seguridade Social, a Previdência *versus* Saúde, definitivamente, tem que haver a segregação do que é gasto da Previdência e o que é gasto da conta Seguridade Social. Senão, nunca nós teremos resolvido, neste país, a questão relacionada ao déficit previdenciário. A previdência, aliás, a Seguridade Social não é deficitária. A ANFIP manda relatório para todos nós e chama para o debate, qualquer ator social, para discutir déficit da Seguridade Social. Não existe. Agora, na hora que mistura, a rubrica Seguridade Social, aí sim, Deputado, apresenta déficit porque, da forma em que está o salário mínimo, neste país, que se cogita ou se coloca, sempre, essa mistificação de que há o déficit na Previdência, de que é impossível manter a Previdência e, com isso, vão sempre deixando o salário mínimo para trás, na sua correção que deveria ser uma correção real para garantir a necessidade básica de sobrevivência do trabalhador brasileiro. Muito obrigado. [Palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 366
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos, agora, convidar o João Felício, Presidente da CUT e o senhor Moacir Roberto, da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores, para tomar assento à Mesa. E passamos a palavra ao senhor João Felício, Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Pela ordem, Deputado Jackson Barreto, enquanto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V. Exa. tem a palavra.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): --Se o senhor não se incomoda, aqui, enquanto sentam aqui os nossos palestrantes, eu sei que não é o caso, aqui, mas eu queria só ressaltar, aqui, a minha indignação e deixar aqui uma solidariedade ao Presidente da CUT, ao nosso companheiro João Felício, que ontem foi divulgada em todos os jornais do país, eu acho que isso diz respeito a todas as Centrais Sindicais e ao Movimento Sindical como um todo, aos trabalhadores, uma declaração de uma Deputada Federal, aqui desta Casa, não vou aqui nem citar o nome dela, porque não merece, fazendo afirmações injuriosas contra a Central Única dos Trabalhadores e dizendo, decretando, que ela gostaria que as Centrais Sindicais não existissem, que a CUT não existisse no país. Então, eu acho que esta Comissão, que tem esta tarefa de discutir o salário mínimo, não pode se calar a isto, não pode permitir e deixar que situações como esta perdurem, onde uma Deputada, de uma forma fascista, de uma forma antidemocrática, levanta questionamentos sobre o papel das Centrais Sindicais e do Movimento Sindical nesse país, que é, sem dúvida nenhuma, aquele responsável, muitas vezes, pelos avanços que a própria Câmara, que o próprio Senado, aqui, produzem no que diz respeito à Legislação Trabalhista. Então, eu queria expressar, aqui, este fato, a minha indignação, expressar aqui a minha solidariedade à Central Única dos Trabalhadores e ao Movimento Sindical brasileiro. Então, contra essas declarações que foram vinculadas na imprensa, feitas por uma Deputada do PSDB desta Casa, que eu sei que não é esta a posição do PSDB, o PSDB que também tem uma tradição histórica de organização dos trabalhadores, mas que nós não podemos, de forma alguma, permitir que uma Deputada tenha esta atitude fascista, como esta Deputada dessa Casa, em relação à Central Única dos Trabalhadores. Então, queria deixar, aqui, a minha solidariedade e fazer este registro antes da fala do companheiro João Felício e tal, nesse momento. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nesse momento, eu passo a palavra ao companheiro João Felício, Presidente da CUT.

SR. JOÃO FELÍCIO: Inicialmente, agradecer enormemente ao Senado e à Câmara pelo chamado, pelo convite, pela convocação às Centrais Sindicais para que viessem aqui expor a sua visão sobre o salário mínimo, para nós é um fato inédito. Isso nós não podemos deixar de reconhecer. Lembro-me que, até bem pouco atrás, alguns anos atrás, quando eu fui Presidente da Central, onde a nós era dado como único direito, não é, Vicentinho? Vir aqui reclamar, questionar, apresentar as nossas sugestões ao Relator da peça orçamentária, mas, em nenhum momento, tivemos a oportunidade de participar de um debate como esse que nós estamos fazendo aqui. Isso é altamente positivo para a Câmara e para o Senado, a abertura aos movimentos sociais para que expressem as suas opiniões sobre um assunto tão candente e tão importante como este. Quero também realçar a importância do processo. Eu acho que a forma como as Centrais Sindicais têm se comportado, de forma unitária, realizando

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 367
DOC:

marcha, como nós fizemos já nos últimos anos, e a participação de um processo de negociação, que eu acho que dignifica o país, a gente sabe que, nem sempre, os movimentos sociais são chamados para negociar assuntos dessa natureza, eu acho que tem sido muito bonita a união das Centrais Sindicais, ampliando cada vez mais a sua unidade e encontrando um canal de negociação com o poder público, eu acho que isso também nós não podemos esquecer. Eu acho que essa combinação de vontade das Centrais Sindicais em negociarem, do Poder Público em abrir um canal de negociação e do Senado e da Câmara também se colocarem à disposição, eu acho que é uma unidade explosiva, mas bastante positiva. Eu acho que isso é altamente positivo para todos nós e que, juntos, podemos encontrar um caminho altamente positivo para esse assunto tão importante que é a questão do salário mínimo. Sobre a questão dita pelo Deputado Marco Maia, eu já fui chamado de tudo na vida. Às vezes, até me acusam, tanto no Governo passado, como no atual Governo, de falar como um padre sobre as divergências que temos, mas confesso para vocês que de bandido e assassino nunca fui chamado. Eu acho que uma Central Sindical como a CUT, tem uma história e nós incomodamos mesmo, porque a nossa trajetória é para incomodar Poder Público mesmo, eu acho que esse tipo de acusação não deveria existir. E a Deputada será processada e terá que responder na Justiça a acusação que fez à nossa Central Sindical. Sobre esse assunto do salário mínimo, eu quero dizer para vocês que, talvez, e esse tem sido o desejo das Centrais Sindicais, dar ao salário mínimo uma dimensão muito mais ampla do que tem sido dada, eu acho que hoje se debate muito mais salário mínimo do que se debatia no passado. Primeiro, porque atinge, segundo os dados que já foram apresentados e eu tenho outros dados aqui, atinge a imensa maioria da população brasileira. Se formos somar a quantidade de pessoas que são atingidas pelo salário mínimo, ou da economia formal ou entre aposentados, com certeza, a quase metade da população brasileira vive em função do salário mínimo. E, especialmente, nas regiões mais pobres do país. O simples fato de agora nós termos feito um processo de negociação que resultou em R$50,00 a mais no valor do salário mínimo, nós vamos injetar na economia, aproximadamente, 25 bilhões. Imaginemos, num país que precisa crescer e precisa se desenvolver, o que significa isso no bolso da população mais pobre. É que nós, às vezes, sindicalistas que somos, da economia formal, que às vezes representamos categorias com altíssimo poder de mobilização, de pressão política, talvez, não tenhamos dado conta há mais tempo da importância, do que é essa luta, a luta pelo salário mínimo. Nós chegamos, em determinados momentos na CUT, a reivindicar 100 dólares como salário mínimo, reivindicamos números que a gente tira, às vezes, como explicações científicas, em outros momentos não; às vezes, a gente ouve na sociedade, números que surgem como se fosse um cometa; alguém puxa um valor do bolso e nós ficamos, às vezes, submetidos, a sociedade fica submetida a determinados valores. Hora alguém que acha que nunca pagou, agora acha que dá para pagar ou alguém que achava que antes dava e agora acha que não dá. Nós queremos sair desse debate. Nós queremos não ficar mais debatendo números, valores estratosféricos, às vezes, que nos entusiasmam. "Puxa, que bom seria que o país pudesse ou o Senado, a Câmara, a peça orçamentária, pudessem definir aquele número que está circulando como se fosse um cometa, em determinados momentos". Nós queremos sair desse debate. Nós achamos que nós devemos apontar um caminho onde você defina uma estratégia a médio e longo prazo de recuperação do salário mínimo. Eu confesso para vocês que as Centrais Sindicais têm agido de forma bastante unitária, nesse momento, mas a antecipação para abril, como nós negociamos esse ano, já é um caminho que nós queremos discutir com vocês, parlamentares, para o futuro. Nós queremos antecipar a

ATN nº 0008/2007
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 368
DOC:

Data Base do salário mínimo para o mês de janeiro porque é cansativo; você faz todo um processo de mobilização, novembro, dezembro, na peça orçamentária. Queremos antecipar, concordando com o companheiro Canindé, antecipar a mobilização nossa, nós queremos que o salário mínimo passe a vigorar em janeiro. É como nós fazemos na iniciativa privada, quando chegar a Data Base de uma categoria, você mobiliza, negocia e recebe. Nós queremos negociar no mês de novembro, dezembro, e passar a receber em janeiro e não passar a receber em junho do ano que vem, quando já, já estamos num outro debate, numa outra conjuntura, num outro momento. Então, nós queremos um processo de antecipação da Data Base do salário mínimo. Segundo, eu acho que os senhores sabem o que significa o salário mínimo nas categorias profissionais, porque nós analisamos somente quem recebe o salário mínimo. 45% das categorias profissionais desse país recebem de um a 1,5 salários mínimos. Tem piso vinculado a isso. Portanto, dar aumento real no salário mínimo você provoca um debate, um estímulo para que os nossos sindicatos, baseados numa vitória ou numa conquista de aumento real no salário mínimo, partam para fazer campanha salarial e adequação, inclusive, de pisos salariais. Portanto, você dá uma dimensão na luta pelo salário muito mais ampla do que simplesmente fazer aquela luta, às vezes específica, isolada, corporativa de uma categoria na sua Data Base. Quer dizer, você eleva o poder de compra do salário mínimo, você provoca um estímulo para que as categorias também profissionais, debatam essa questão. Eu concordo com a análise que Neto fez aqui. O argumento que existe de que dar aumento real para salário, neste país, ou para salário mínimo ou nos pisos de categorias profissionais poderá levar o Brasil a uma situação de insolvência, de ausência de competitividade etc, esse argumento não nos convence. É só analisar a folha de pagamento de uma empresa, no preço final do produto, que nós vamos perceber que a massa salarial no país está extremamente baixa e o salário médio mais ainda. Nós temos salários médios, nos grandes centros, em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, que têm uma média salarial superior. Mas a média salarial nacional é extremamente baixa, portanto, fazer uma luta pelo salário de elevação do poder de compras, talvez, seja a mais bela e espetacular distribuição de renda que possam fazer no país e nós achamos que o salário mínimo é isto, é a mais bela distribuição de renda, porque você valoriza o mundo do trabalho, valoriza o processo de negociação, coloca mais recursos no bolso da população que consome pouco porque você aumenta o salário. É muito mais social, distributivo, distribuição de renda, você valorizar o poder de compra de quem está vinculado ao salário mínimo ou de quem está vinculado aos pisos salariais até 1,5 salário mínimo do que qualquer outra forma de distribuição de renda que possa se fazer no país. Então, o que nós queremos, na realidade, é antecipar a Data Base, fazer com que o salário tenha essa dimensão mais ampla, que ele seja um debate candente no Poder Público, na sociedade, no Congresso Nacional. E achamos que, além disso, tem que ter um plano de recuperação. E, aí, não tem como. Eu... Olha, nós, da CUT, se nós conseguíssemos apontar e estabelecer um acordo com o Poder Público aqui na Câmara e no Senado, num Projeto de Lei que resultasse que, nos próximos anos, nós vamos ter a inflação e a média dos dois últimos anos, eu me sentiria um sindicalista combativo e altamente vitorioso. Se quiserem pegar outro período da história, vamos pegar. Vamos pegar os melhores anos de JK, os melhores anos do Itamar, os melhores anos do João Goulart, os melhores anos dos outros Presidentes da República. Você estabelece inflação mais 10% de aumento real, inflação mais 8% de aumento real. A CUT, inclusive, tem um estudo de criação de um fundo de solidariedade que daria em se criando esse fundo, o aí não tem jeito, alguém tem que pagar. Porque, na realidade, quem sustenta o Estado Brasileiro são os assalariados, é o pessoal da economia formal, são os que ganham

AT N° 883/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 369
DOC:

salário mínimo que, indiretamente, pagam imposto. Há segmentos da sociedade brasileira que não pagam imposto proporcionalmente ao que ganham. Eu digo o setor financeiro. Portanto, quando nós levantamos essa questão, não é simplesmente de elevar a carga tributária do país. Nós não estamos propondo isso. Nós sabemos que há necessidade nesse país de se fazer uma profunda reforma tributária; quem ganha mil e poucos reais paga muito pelo que ganha e quem ganha muito, paga pouco proporcionalmente ao que ganha. Mas é um debate que nós queremos fazer. O que é fundamental é que nós saiamos desse debate estéril de todos os anos, com qual vai ser o valor nominal. Porque cansa o debate: "Se der um aumento muito elevado, a Previdência vai à falência", aí, o pequeno e médio empresário diz o seguinte: "Eu não tenho condições de pagar porque eu também irei à falência". Aí, a pequena prefeitura também dirá: "Eu também não tenho condições de pagar porque eu irei à falência. Quer dizer, para distribuir renda, sempre alguém diz que vai à falência. Esse discurso não nos comove, não é verdadeiro, não é correto. É necessário encontrar a saída porque, se nós ficarmos com esse discurso, nós nunca vamos distribuir renda nesse país e nunca o salário mínimo terá o valor nominal que ele já teve. Portanto, a gente tem que ter o processo, eu acho que, nesse aspecto, as Centrais Sindicais têm uma concordância entre si, tendo um projeto de cinco anos, 10 anos, 15 anos, 20 anos, para que esse salário mínimo volte a ter o poder de compra que ele já teve no passado e nós estamos abertos. Têm várias formas, tem aquilo que o Canindé colocou aqui, de vincular um determinado percentual ao maior salário do Poder Público, ao maior salário do funcionalismo. Têm várias formas de se encontrar uma alternativa que possibilite a valorização do salário mínimo. O que nós não concordamos, é ficar eternamente dizendo o seguinte: "Esse ano vai ter inflação?" Ninguém sabe se será dada a inflação. Alguém propõe: "Então, vamos vincular com o PIB". Então, você tem inflação mais crescimento do PIB. É pouco porque você não tem, o PIB tem ano que é espetacular o crescimento do PIB, tem outro ano que não cresce, tem um crescimento reduzido, não tem aumento. O que nos queremos e fazer uma análise, de acordo com as necessidades de uma família e, a partir disso aí, você ter um Projeto de Lei votado não significa que um projeto de Lei votado, que possibilite você ter inflação mais aumento real, não possamos ter num determinado momento do país, da história da economia, num crescimento virtuoso, que nós não possamos ter naquele ano um aumento maior. Mas o que nós estamos falando aqui é do mínimo. O mínimo, você prepara a sociedade, você prepara a micro e pequena empresa, você prepara as pequenas prefeituras e você prepara o Poder Público, na questão da previdência, porque quanto mais dinheiro no bolso do cidadão, especialmente da população mais pobre, é mais imposto que o Poder Público arrecada. O que talvez não daria é para alguém dizer: "Eu vou, agora, dar um espetacular aumento do salário mínimo" sem a sociedade estar preparada para isso, os orçamentos, o orçamento público, estadual, municipal, agora, quando você aponta um caminho de recuperação com percentual definido, a sociedade vai se adequando a uma nova situação. Então, tem várias formas que nós estamos abertos, aqui, a debater com os senhores, a debater, inclusive, na peça orçamentária. Eu acho que o caminho que foi apontado, nos dois últimos anos, é um caminho bom. Não é pouco. Eu sei que a gente pode até analisar se alguém disser o seguinte: "R$350,00 é pouco". Eu também acho que é. Ninguém aqui vai considerar que R$350,00 seja um valor nominal espetacular, que dá condições a uma família viver bem. Jamais, alguém diria isso aqui. Agora, esse caminho que nós apontamos e você ter, nos dois últimos anos, mais de 20% de aumento real e calcular a média disso e projetar para o futuro, eu acho um caminho altamente positivo, que eu acho que as Centrais Sindicais teriam condições. Têm outras formas também de recuperar

APENSO 603/2005
DESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 370
DOC:

de compra da população mais pobre. Nós queremos debater, com muito carinho, com o Governo e vamos ter uma reunião hoje com o Carlito Merss, que é o Relator da peça orçamentária, a questão dos aposentados. Porque, se o salário mínimo continuar nesse galope que ele teve nos dois últimos anos... Tudo bem, não precisa ser um galope altamente acentuado. Mas se ele continuar desse jeito, ele vai engolir a imensa maioria dos aposentados do país. Aí, se os aposentados continuarem tendo somente a inflação, o salário mínimo vai engolir, daqui a pouco, nós vamos ter a quase totalidade dos aposentados ganhando salário mínimo. Então, nós queremos discutir esta questão também com o Poder Público. Podemos fazer de forma escalonada: Aqueles que estão mais próximos dos salários mínimos, os atuais aposentados, poderiam partir, tem um reajuste, partindo dos 16 e poucos por cento que o salário mínimo obteve, a gente vai fazendo, de forma escalonada, para aqueles que têm aposentadoria mais elevada. O que não dá, é para continuar do jeito que está. O salário mínimo tem um pequeno aumento real, o cidadão que é aposentado, ele tem somente a inflação e é justo que os aposentados reclamem. É uma velha reclamação que os aposentados têm, portanto, precisa calcular perdas que já ocorreram no passado. Os aposentados reclamam: "Olha, eu me aposentei com cinco salários mínimos, hoje eu estou com três"; o outro fala: "Eu me aposentei com dois, hoje eu estou com um". Portanto, é uma dívida social enorme para esse segmento da população brasileira. É necessário também a gente definir uma política de desoneração tributária dos produtos da Cesta Básica, que são os produtos consumidos pela maioria da população brasileira porque essa maioria da população brasileira está vinculada ao salário mínimo. Portanto, é necessário também que façamos uma discussão desta maneira. A terceira questão, que nós achamos também, na CUT, é a questão de você ter um processo, um Poder Público, projetos, isso também é distribuição de renda. A população, quando ficar mais velha, todo mundo sabe, recorre mais a planos de saúde, remédios etc. Portanto, uma forma de você aumentar também o poder de compra desse segmento da sociedade, é o Poder Público oferecer parcerias, projetos dessa natureza, para esse segmento da sociedade brasileira. E, por último, eu acho que a participação nos grupos de resultados. As empresas poderiam ter uma redução na sua carga tributária, caso elas oferecessem participação nos lucros e resultados da sua empresa, especialmente para a população mais vinculada a salário mínimo. A gente sabe que os grandes sindicatos, nas grandes montadoras de automóveis, dos grandes centros urbanos, há uma facilidade maior de se definir e negociar participação nos lucros e resultados. Mas é justamente a população mais pobre, vinculada a salário mínimo, que não tem nenhum debate, nenhuma discussão e nenhuma possibilidade de negociação na participação dos lucros e resultados das empresas e é justamente esse segmento que precisaria ter um carinho maior do empresariado brasileiro e por parte do Poder Público. Finalizando, eu diria que acho que essa alternativa, o IBGE, inclusive, comprovou na sua pesquisa, agora, de a gente dar essa dimensão ao salário mínimo. Eu acho que é um caminho espetacular. Por mais que possamos, por mais que possamos ter admiração, por mais que achemos que determinadas vertentes, determinadas ações da economia do país estejam absolutamente corretas, mas nós achamos que o que pode alavancar o crescimento econômico duradouro de um país é aumentar o poder de compra da população brasileira. O cidadão tem que comprar mais para ele contribuir para o crescimento econômico do país. Por mais que tenhamos assertivas, por mais que busquemos comércio externo, exportação, eu acho que o crescimento econômico, ele é altamente positivo. O DIEESE, inclusive, detectou, nos dois últimos anos, não é, Barelli? Aumentou consideravelmente o número de categorias que conseguiram aumento real, o que é um fato inédito. Até bem pouco tempo, a cada ano que passava,

ACN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 371
DOC:

diminuía o número de categorias que conseguiam repor a inflação. Nos dois últimos anos, aumentou o número de categorias que conseguem o ganho real. Isso que é desenvolvimento. Isso que é distribuição de renda. Isso que alavanca crescimento econômico. Isso que vai fazer com que nós tenhamos um país justo, que é debater salário e o povo ganhando bem para que ele possa contribuir para o crescimento econômico do país. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito bem. Nós queremos colocar aqui, para o nosso companheiro João Felício, essa preocupação da Comissão, também, com a questão dos aposentados e pensionistas. V.Sa. trouxe aqui à discussão esse tema que é também, sem dúvida alguma, a preocupação da nossa Comissão. Eu quero passar a palavra, agora, ao senhor Moacir Roberto, da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores.

SR. MOACIR ROBERTO: Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente, Deputado Jackson, deputado Walter Barelli, Relator, Senador Paulo Paim, os Deputados aqui presentes, na pessoa do Deputado Alceu Collares, as confederações aqui presentes, na pessoa do companheiro Schultz, e as Centrais Sindicais, na pessoa do companheiro José Calixto Ramos. Meus senhores, minhas senhoras, na verdade, o que a gente deveria trabalhar e fazer, e acho que todo o Movimento Sindical tem feito, é trabalhar para que o mínimo do DIEESE fosse atingido. Essa é a nossa luta, de todo o Movimento Sindical e, ao passar do tempo, a gente, cada vez, estava ficando mais longe desse mínimo tão sonhado e, aos poucos, parece-me que a gente está chegando, a passos muito lentos, está chegando a alguma coisa próxima. Na verdade, quando chega para discutir o salário mínimo, até pouco tempo atrás, parece-me que o Governo, em si, sentava para discutir quanto poderia pagar menos, que na verdade, quando chega a um certo ponto, ele, em vez de acrescer a inflação ou a perda salarial que dava um salário mínimo, ele discutia, na verdade, quanto menos poderia ser pago. E, dessa forma, há um efeito cascata, conforme já colocado aqui, que quando você dá um aumento ao salário mínimo, não é só para o salário mínimo, mas é para todas as categorias que, em diversas, podemos dizer, que quase que 100% das entidades sindicais, quando negociam, negociam com base no salário mínimo, ou seja, se não é com base no salário mínimo, pelo menos, as mesas de negociações partem daquele, do índice do salário mínimo. Lamentavelmente, as questões que foram passadas ano após ano, essa discussão pouco avançou e, no tempo que foi se discutindo, os aposentados foram os mais prejudicados no setor, nessa vida. Se você pegar a maioria dos estados do Nordeste, tem uma boa parcela que vive em função do salário mínimo, em especial do salário do aposentado. A sua parte vital do funcionamento, do mercado, dos supermercados, da vida do município, depende única e exclusivamente do movimento do salário mínimo e do aposentado. E parece-me que ser aposentado, nesse país, em vez de ser um júbilo, ser uma conquista do aposentado, passa a ser um castigo. Se nós pegarmos dos 23 milhões de beneficiados pela Previdência Social, 15 milhões recebem o salário mínimo. E esses 15 milhões chegam com uma perda de 60%. Se nós passarmos um período entre oito a 10 anos futuros, nós vamos verificar que a maioria de quem estava recebendo até dois, 2,5, até três salários mínimos, vai estar na faixa de um salário mínimo só. Eu sei, Presidente, que hoje a discussão é mais em nível das Centrais Sindicais, nas confederações e não sobre a questão do aposentado, mas esta questão reflete diretamente no nosso futuro, no dia de amanhã. Se nós não tivermos a preocupação com o idoso, com as aposentadorias, com o vencimento desse pessoal, nós estamos esquecendo que, daqui uns dias, a população brasileira e a maioria que vai chegar à

ADIN nº 803/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 372
DOC:

esse júbilo vai estar sendo prejudicada. Nós imaginamos que isso aí é um efeito cascata: Se nós não aumentarmos o poder aquisitivo do povo brasileiro e não diminuirmos essa diferença, que já foi colocada aqui nessa Mesa, do menor salário com o maior salário, fatalmente, o poder aquisitivo e as conquistas da classe trabalhadora, nós estaremos jogando no lixo. Nós temos que imaginar que isso aí é um efeito cascata: O povo brasileiro, se o trabalhador brasileiro, que recebe salário, ganhar mais, ele vai comprar mais, a indústria vai produzir mais, nós vamos vender mais e isso, lá na frente, nós vamos poder remunerar mais. E isso não vai quebrar a Previdência, não vai quebrar a prefeitura, não vai quebrar nada porque nós vamos estar colocando é dinheiro no mercado, dinheiro na economia. Cada vez que se discute a questão do salário mínimo, há uma ilusão muito grande, dizer que a Previdência vai quebrar. Se a Previdência vai quebrar, por que não vamos, então, aumentar o teto da contribuição da Previdência Social? Por que nós não vamos voltar os 15, os 20 salários mínimos dos valores do teto da contribuição? As pessoas que ganham mais vão financiar quem ganha menos para poder manter um salário digno ao trabalhador. O dinheiro da Previdência, num tempo passado, era tanto, que não se sabia o que se faria com o dinheiro. Foi construída a Itaipu, foi construída a Rio-Niterói, a Transamazônica, foi colocado aqui, e agora, esses, os pedágios da Transamazônica, da Rio-Niterói, o dinheiro jogado fora, lá dentro, e os royalties da Itaipu não estão vindo para a Previdência. E o dinheiro nosso está lá. Então, o que aconteceu no passado, e hoje nós estamos pagando caro por isso, é má administração do dinheiro público. E nós não podemos continuar pensando e continuar avalizando as pessoas que jogam nosso patrimônio, o nosso bem, as nossas conquistas do passar do tempo no esgoto. Nós temos o convencimento também de que as prefeituras que dizem que não têm condição sequer de pagar o salário mínimo, alguma coisa está errada. Esses municípios são tão pequenos que, de duas uma: Ou o dinheiro público está sendo mal administrado, que não tem essa condição, ou então, foram municípios criados estritamente com interesses políticos. Nós não podemos aceitar nem uma e nem outra situação. Se o município é tão pequeno e foi criado por um curral político para simplesmente ter mais um prefeito, mais uma Câmara, eu acho que nem a própria população quer e defende esse tipo de coisa. Nós não podemos defender que mil municípios, mais ou menos, segundo a informação do Governo, possa prejudicar o resto da população brasileira. Nós não podemos, de forma alguma, aceitar que isso aconteça. Nós temos que ter coerência, nós temos que ter sabedoria para que essas coisas deixem de acontecer. Só para se ter um exemplo, quem ganhava, na Previdência Social, os R$260,00 e até R$282,00, o novo reajuste do salário mínimo, se for agora, passou de 6,35, ele vai, a partir de agora, receber mais ou menos um salário. É comum a gente encontrar, na população brasileira, pessoas que dizem: "Olha, eu me aposentei com oito, hoje estou recebendo três"; "Me aposentei com dez e hoje estou recebendo cinco". Então, a conta nunca é feita para mais, só é feita para diminuir o poder aquisitivo da população e, quando chega na questão, ainda, que se refere ao aposentado em si, nós vamos verificar que, na época da aposentadoria, que a pessoa mais consome remédio, os preços reajustados dos remédios, eles não sobem nem através de coisa, é via jato. Não há controle, quando há o controle, ainda é mascarado esse controle, ao passo que é nessa época que a pessoa mais consome. É remédio de pressão, é remédio para o coração, é remédio para não sei o que... a Cesta Básica que foi colocada aqui é um preço maior, tanto é, que a Fundação Getúlio Vargas teve a preocupação de criar o Índice de Preço ao Consumidor para a terceira idade e aí foram verificar que esse índice do preço da terceira idade, o custo de vida, é bem maior do que no resto da população. Nós temos a convicção que nós não podemos deixar isso

ASN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 373
DOC:

passar em brancas nuvens. E, nessa oportunidade, em que o Governo discutiu com algumas Centrais Sindicais, lamentavelmente, ele manteve o mesmo equívoco dos outros Governos: deixou alguns segmentos, deixou Centrais Sindicais fora dessa discussão, deixou as Confederações e trabalhadores fora da discussão e deixou também os aposentados fora dessa discussão. Eu não sei se esse grupo, esse segmento, talvez, tenha posicionamento diferente do Governo ou é meramente perseguição ou mesmo achar que esse segmento não representa nada. Os aposentados teriam que estar presentes na discussão do salário mínimo porque eles são diretamente interessados. É uma população imensa no país que está diretamente interessada na questão do salário mínimo; muitas vezes, é a diferença entre a vida e a morte. João Figueiredo, na oportunidade disse que se ele ganhasse um salário mínimo, ele dava um tiro na cabeça.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pena que ele tinha um pouquinho mais...

SR. MOACIR ROBERTO: Pena que ele tinha um pouquinho mais, senão ele tinha ido. E, assim, os Governos que se sucedem, o Governo Fernando Henrique e agora o próprio Governo Lula, lamentavelmente, deixaram esses segmentos fora da discussão. Para finalizar, eu gostaria de lembrar a todos que, inclusive, a nova Central Sindical, nós achamos, até achamos que houve uma evolução na questão das negociações do salário mínimo, mas o Governo Lula, na oportunidade que subia nos palanques para se candidatar e se eleger a Presidente da República, ele falou aos quatro cantos desse país que ia dobrar o salário mínimo. E o dobro do salário mínimo é R$400,00. Então, nós não queremos nem aquilo, nem aquilo outro, nós queremos só aquilo que foi oferecido à população, foi oferecido à nação brasileira, que é um compromisso de campanha. Nós acreditamos no PT, nós fizemos campanha para o Presidente Lula e acreditamos que aquilo que era falado aos quatro cantos do país era verdadeiro. A nova Central Sindical, as confederações e uma população enorme esperam que os R$400,00 sejam realmente cumpridos. Muito obrigado, Presidente. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer, aqui, ao Moacir. E queremos convidar os companheiros Paulo Pereira da Silva, Paulinho, da Força Sindical e o nosso companheiro Enílson Alemão. O Enílson estava aqui agora [Palmas]. E Enílson... Enílson Simões de Moura, Presidente da Social Democracia. Eu quero, nesse momento, passar a palavra ao Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

SR. PAULO PEREIRA DA SILVA: Eu quero agradecer o convite para estar aqui, Paim, Jackson e Barelli que estão aqui na Mesa, representando os demais Deputados, cumprimentar a todos. Cumprimentar os companheiros das Centrais Sindicais, demais companheiros. A Força Sindical veio para cá com um grupo de companheiros. A Eunice Cabral, da nossa Confederação dos Trabalhadores do Vestuário [Palmas]; o Lacerda, Presidente da Força lá de Manaus; Juruna, Secretário Geral da Força Sindical; Pedrinho é nosso companheiro do setor de alimentação, junto com o Vitor e também o Heleno, Presidente da Confederação dos Metalúrgicos. Companheiros, primeiro, agradecendo aqui, mais uma vez, a oportunidade. Eu acho que nós poderíamos aproveitar esse momento que o salário mínimo está bastante debatido para tentarmos emplacar, aqui no Congresso, pelo menos, algumas coisas. Então, eu vou falar aqui alguns minutos e vou tentar, com vocês, ao invés de ficar aqui fazendo duzentas propostas, centrar em algumas delas. Primeiro, não preciso dizer, aqui, a importância do salário mínimo, eu acho que todos aqui conhecem. Mas é bom lembrar alguns dados. O salário mínimo, quando foi criado por Getúlio Vargas, valia em

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 374
DOC:

torno de quinhentos dólares. Se ele tivesse tido apenas a correção da inflação até hoje, nós estaríamos com um salário mínimo, segundo o DIEESE, em torno de R$1.500,00, portanto, maior do que a média de salário do Brasil, que está em torno, aí, de, em São Paulo, mil e pouco, mas, no Brasil, chega a R$912,00. Se nós... A importância do salário mínimo é que, quando você discute salário mínimo, você eleva os outros salários, porque os pisos das categorias, normalmente, são decididos por tamanho de salário mínimo. É um salário mínimo, dois salários mínimos; normalmente, você discute através de salário mínimo. Então, quando você aumenta o salário mínimo, você também aumenta os pisos e eu queria dar alguns dados que eu acho que o DIEESE fez um trabalho muito legal, seria importante que os nossos Deputados tivessem. Barelli, com certeza, já tem. Mas tem uma coisa importante que eu acho que vale a pena para que os Deputados tenham uma idéia de quanto, como é que é o salário no Brasil. Olha, Collares, você está de parabéns, porque lá no Rio Grande do Sul, você, acho que o Tarcísio também é de lá. No Sul do país--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO PEREIRA DA SILVA: É, Paim também. Eu acho que é por causa dessa história do Paim ficar brigando pelo salário mínimo, o salário do Sul é o melhor salário do Brasil, porque no Sul somente 20,8% dos trabalhadores com carteira assinada do Sul do país, ganham salário mínimo. No Sudeste, você imagina, no Sudeste do país, lugar mais rico, 21,6% dos trabalhadores dos estados do Sudeste do país ganham salário mínimo. Do Norte, 37,4%. Do Nordeste, é lamentável falar isso, mas, no Nordeste, 57% dos trabalhadores ganham salário mínimo, ou seja, mais da metade da força de trabalho do Nordeste, senhores Deputados, ganham um salário mínimo, até um salário mínimo. Isso mostra que o nosso salário, no Brasil, é muito ruim. Então, portanto, você vê que, mesmo nos estados mais ricos do país, o salário mínimo, ainda tem uma grande parcela da população que ganha salário mínimo. Então, quando você, quando a gente fez essa negociação com o Governo e vocês aqui sabem que eu vivo falando mal do Governo, então, portanto, eu posso falar dessa negociação porque eu vivo falando mal do Governo, foi uma negociação bastante dura. Uma negociação que eu quero registrar que foi assim, primeiro, que não foi assim com qualquer um: Do lado da Força Sindical, nós levamos todas as nossas confederações e levamos o nosso Sindicato dos Aposentados, que eu garanto para vocês que é o maior sindicato do Brasil, sindicato que nós criamos há cinco anos atrás, tem quase um milhão de associados, hoje. De associados, não é imposto sindical, não é obrigado se filiar; são aposentados que estão desesperados na vida e que estão se filiando a uma entidade porque os aposentados, no Brasil, são filiados a pequenas associações. A Força Sindical e a CUT criaram seus sindicatos nacionais e esses sindicatos são os maiores sindicatos do Brasil, hoje, exatamente porque o trabalhador se filia direto no sindicato, então... Do lado da CUT, quero lembrar, que estava o nosso Presidente da CONTAG, que só aí representa seis milhões de aposentados que ganham salário mínimo. Além da CGT, da STS e da CGTB. A CGT também estava lá com sou grupo de aposentados. Então, portanto, estava ali grande parte da representação dos trabalhadores e principalmente dos aposentados do Brasil e que brigaram muito com o Governo. Porque a negociação com o Governo tem muito a ver com essa coisa do superávit primário, que falou aqui o Neto. Na última negociação, e é bom lembrar que o Governo nem comida para nós não deu, não é, Alemão? Nós tivemos que fazer uma vaquinha para comprar pão com mortadela porque demorou nove horas de negociação. Comemos dois pães com mortadela durante o dia. Muito café, água... Acho que o Governo queria ver se nós íamos embora. O pão que o diabo amassou

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 375
DOC:

Então, foi uma negociação dura que demorou seis negociações com os ministros do Governo e depois uma reunião com o Lula, basicamente, para assinar um protocolo, ali, para mandar para vocês. Nós começamos pedindo R$400,00. Queria contar isso porque eu acho que vale a pena vocês saberem que não foi fácil aquilo ali. Pode ser e eu acho que a gente, nós fizemos um acordo, mas se o Congresso quiser, fazer mais, eu não tenho nenhum problema. Mas teve um acordo ali de grande parte dos trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Que é a proposta da Comissão, Paulinho, é justamente essa de R$400,00.

SR. PAULO PEREIRA DA SILVA: Como eu assumi um acordo, eu gosto de defender o que eu assumo. Então, eu assumi um acordo de 350, mas, depois de dois meses de negociação, numa reunião com o Presidente, nós pedimos 400 e o Governo falou de 321. Depois, subiu para 340, nós baixamos para 360 e o Governo chegou em 350 e nós pedimos para antecipar dois meses. Queria dar um dado, eu acho que esse dado é importante para vocês: Nessa negociação dos dois meses, a negociação era assim porque dois meses antecipados de 50 reais vão dar dois bilhões e oitenta milhões de reais de custo a mais para a Previdência, além do que já está gastando. Aí, um de nós, lá, fez uma pergunta: "Vem cá, e o superávit primário, esse ano, vai ser quanto?" Aí, o Luis Dulce fez questão de dizer: "Olha, nós vamos economizar. Esse ano nós vamos gastar com superávit 98 bilhões". Então, ou seja, o dinheiro dos banqueiros, que é o que nós temos reclamado, já está separado. Esse é deles. Agora, do coitado, ou digamos assim, do desgraçado do velhinho que vai receber um salário mínimo, que não dá para comprar duas caixas de melancor(F), uma dificuldade para arrumar dinheiro. Mas eu acho que nós fizemos um bom acordo, por quê? Porque, oficialmente, pela primeira vez, o salário mínimo é o mais alto dos últimos tempos. E não dá para dizer que foi só o Governo Lula. No Governo Fernando Henrique, nós tivemos uma média de 20% durante os quatro anos de mandato, de cada quatro anos. No Governo Fernando Henrique, chegou em torno de 25. É aquém de quem disse que ia dobrar, mas eu acho que nós conseguimos fazer um acordo razoável. E que, é lógico, depende de o Congresso Nacional agora aprovar esse acordo. Mas, de nossa parte, nós achamos que é razoável o acordo que fizemos. Não é uma maravilha, não vai salvar ninguém, vamos continuar passando dificuldade, mas é um acordo razoável que, se o Congresso aprovar, nós estaremos falando bem do Congresso por aí. Se o Congresso aumentar isso, nós vamos ficar mais felizes. Mas é um problema de vocês. Agora, eu quero aproveitar aqui, acho que nem vou falar todos os minutos, para falar algumas coisas que eu acho que seria importante que vocês assumissem, que vocês assumissem. O João Felício falou aqui, nós tínhamos um entendimento, o João sempre pede, a CUT reivindica mais do que nós, mas depois a gente acaba se entendendo. Hoje tem uma relação muito boa entre as centrais, de respeito, eu acho que, até por isso, nós conseguimos fazer um acordo. Antigamente, a gente brigava mais do que se entendia. Então, nós decidimos, hoje, que tem que se acertar em algumas coisas que interessam aos trabalhadores. Nós fizemos um entendimento e eu acho, eu queria defender aqui um ponto de vista, primeiro assim: Nós pedimos ao Governo, e depois enroscou muito nisso, que nós queríamos antecipar a Data Base porque hoje, se nós pensarmos hoje, os R$350,00, se fosse para o cara receber hoje, é um negócio bom. Dá 50 contos a mais no bolso do cara. O cara que mora lá numa cidadezinha do Nordeste, são R$50,00 a mais. Já dá quase para ele fazer uma comprinha ali, para passar 15 dias. Agora, nós estamos negociando, hoje, para ele pegar, se não tivesse acontecido nada, em maio, mas só pôr no bolso em junho; seis meses depois e depois,

ATA 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 376
DOC:

vocês voltam a ter outro desgaste, aqui na Casa, de discussão sobre isso. Seja qualquer Governo, seja qualquer Governo, tem outro desgaste. Então, o que seria interessante? Antecipar a Data Base para janeiro porque nós vamos negociar, vocês vão discutir o orçamento. Os Deputados vão discutir o orçamento em dezembro. Aprova ou não aprova, mas se não aprova, aprova em janeiro e em janeiro os trabalhadores que ganham salário mínimo e os aposentados já recebem esse aumento. Portanto, não tem esse desgaste e é um aumento na hora. Não adianta você falar para o cara: "Eu vou te dar uma caixa de dinheiro, mas no final do ano". O cara fala: "Puxa, mas e daqui lá?" Então, é importante antecipar a Data Base. Nós topamos. Vou dizer para vocês aqui, com tranqüilidade, porque nós temos que jogar com o negócio do salário mínimo ao longo dos anos; não dá para a gente querer. Eu acho que só o Lula, cometia o erro de dizer que ia dobrar o salário mínimo e vai pagar caro por isso, mesmo dando esse aumento, porque eu acho que nós temos que jogar, não adianta a gente querer recuperar um salário que ficou 30 anos defasado, recuperar de um dia para o outro. Ninguém agüenta. Já viu prefeitura chiando... Eu cheguei a dizer que a prefeitura que não agüentar pagar um salário mínimo deveria fechar e se incorporar numa do lado. Pegar uma cidade grande do lado e dizer: "Olha, nós não estamos agüentando nem pagar o salário mínimo. Vamos nos incorporar a vocês e vamos virar distrito". Seria um ganho para o país se fizesse isso. Embora Deputado falar isso, num ano de eleição, não é muito fácil. Mas eu posso falar. Então, não tem problema. Mas acho que o país ganharia com isso. Então, se nós trabalharmos com a idéia de antecipar a Data Base, é um primeiro ganho. Em lei, isso dá para vocês fazerem aqui. Dá para vocês fazerem um negócio desse. Agora, não precisa ser em janeiro, o ano que vem, ser para janeiro, para dizerem: "Olha, só porque tem eleição, pode ser que o Lula ganhe ou ganhe outro já estão arrumando conta para o outro pagar". Mas nós conseguimos, em abril esse ano, antecipar um mês. Então, nos dá em março; o ano que vem, no outro ano, dá em fevereiro e no outro, em janeiro. Vamos fazer isso em três anos. Então, é uma boa. Vamos sair falando bem do Congresso. O Congresso precisa fazer um gesto para a sociedade. A imagem de vocês está mal para diabo. Porque eles não analisam vocês individualmente, analisam os 513 que tem aqui. Então, não adianta um se salvar aqui, vocês têm que fazer um gesto. Então, uma coisa boa, o nosso apoio é... Vamos mudar a Data Base, fazer um projeto de lei aqui e aprovar. Aprova tanta coisa com urgência aqui, por que não pode aprovar isso? Outra coisa, nessa questão, por isso que eu disse que ia reivindicar menos que o João Felício, o João Felício falou aqui de uma média dos últimos anos do aumento de salário. Eu toparia fazer um acordo com vocês de transformar em, verdadeiramente, Data Base. O que é Data Base? Data Base é quando o sindicato senta com a categoria patronal e negocia. Então, transforma o negócio do salário mínimo, ou seja, vai mudar para março e em fevereiro, aliás, no orçamento, é uma Data Base. Então, o Congresso põe na lei que é obrigado a chamar as Centrais Sindicais para discutir, mas pode garantir; transforma em Data Base primeiro e pode garantir, na boa, inflação mais o PIB. Isso é o mínimo. Com a inflação mais o PIB, eu acho que seria uma irresponsabilidade nossa, João, dizer:"Vamos fazer uma média, vai dar 10% ao ano". Aí o país vai mau um ano, como é que você vai dar 10%, entendeu? Tudo bem. Mas eu estou fazendo aqui até para não nos criticarem. Então, vamos lá. Se nós fizéssemos como mínimo a inflação mais o PIB e, garantíssemos que tivesse negociação com as Centrais Sindicais, com os aposentados, para não dizer que nós estamos deixando de fora, até porque as centrais hoje representam os aposentados, estão filiados nas centrais, nós viríamos para cá negociar. Esse ano o país está mau? Quer dizer, os juros, não sei o que, tal? Não dá para negociar além do PIB? Então, esta bom. O PIB

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 327
DOC:

esse ano deu 3%, sei lá? Então, pegamos a inflação mais 3%. Vamos crescendo. Mas, olha, o país está melhor, vai crescer, não sei o que, vamos negociar um pouco mais que o PIB [soa a campainha] e a gente poderia fazer um acordo acima do PIB. Então, teria uma Data Base de negociação no Congresso Nacional, com o Governo. Enfim, eu acho que isso seria uma coisa boa, transformar verdadeiramente numa Data Base, garantindo, pelo menos em lei, inflação mais o PIB. Por último, que já está dando o tempo aí, achei que não ia usar os 15 minutos, nós queremos, e aí não tem jeito, ouviram, Deputados? Nós vamos fazer uma confusão desgraçada com quem ganha mais que o salário mínimo. Faz muitos anos que quem ganha mais que o salário mínimo não tem um real de aumento de salário; só pega a inflação. Eu vou dar um exemplo para vocês: Alguém que ganhava 330, que está recebendo hoje 330, R$30,00 acima do salário mínimo, se vier o aumento, que virá para quem ganha mais, que estão falando aí, de 4,5, ele vai ganhar menos do que os 350. É mais um que passa a ganhar salário mínimo. E assim tem acontecido ano a ano. Hoje, já passam de 16 milhões de aposentados que ganham menos que o salário mínimo, que ganham o salário mínimo. Então, é preciso ter aumento real para quem ganha mais que o salário mínimo. A partir da semana que vem, a Força Sindical começa a pôr aposentados nas ruas. Eu vou discutir isso aqui com os nossos companheiros, aqui também, para a gente fazer um inferno. Esse ano vai ser um inferno porque são oito milhões de velhinhos que, todo ano, está vendo a sua aposentadoria, se aposentou com oito, 10 salários mínimos, hoje ganha dois, três e está na fila, abrindo processo, demorando 10, 20 anos, morrendo... Muitas vezes, morre e não recebe. Então, essa é uma luta que nós queríamos pedir para vocês também apoio do Congresso para que a gente pudesse ter aumento acima da inflação para aqueles que ganham mais que o salário mínimo. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero informar, aqui, ao nosso Presidente da Força Sindical, o nosso Paulo Pereira, de que esta Comissão tem um objetivo muito claro com relação à questão dos pensionistas e dos aposentados. A gente comunga do pensamento da Força Sindical nessa questão e as propostas que foram aqui colocados pelos diversos companheiros. Nós temos uma preocupação, um objetivo, temos discutido muito com o Deputado Walter Barelli e o Senador Paulo Paim, no sentido de que essa Comissão possa dar a sua contribuição e quero aqui afirmar ao Paulinho da Força Sindical que esta Comissão se coloca à disposição para participar desta luta em favor dos aposentados. É o compromisso dessa Comissão. [Palmas] Eu gostaria de solicitar a todos os Presidentes de Centrais Sindicais aqui presentes, que estão aqui participando desse debate, que todos os documentos que foram aqui lidos, apresentados, debatidos, gostaríamos que esses documentos fossem entregues à Comissão porque nós precisamos desses dados, desses documentos; serão necessários esses documentos para o trabalho da nossa Comissão. Eu agradeço e passo a palavra ao senhor Enílson Simões de Moura, velho companheiro de lutas democráticas, Presidente da Central Sindical, da Social Democracia Sindical.

SR. ENÍLSON SIMÕES DE MOURA: Senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhores Senadores, meu querido Jackson Barreto, antigo companheiro, antigo militante. Bom, de qualquer forma, o que eu quero, também não vou usar, de fato, também não vou usar os meus 15 minutos todos porque eu acho que, com brilhantismo, companheiros aqui, João Felício, Paulinho, o Pegado, conseguiram colocar a discussão no campo que a discussão deveria estar. Acho que, de qualquer forma, nós temos que dizer o seguinte, quer dizer, tem luz no fim desse túnel.

ATN nº 1003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 378
DOC:

entendeu? Porque nós lembramos de alguns anos atrás, dois, três, quatro anos atrás, a questão do salário mínimo, estava aqui, a voz um pouco isolada do Senador Paim, do Deputado Paim, não é isso? Porque um pouco isolada de um ou outro dirigente sindical e essa discussão se travava só no âmbito, no âmbito da Câmara dos Deputados. A discussão não chegava aqui nessa Casa, era lá na Câmara e lá na Comissão de trabalho e, às vezes, uma pequena reunião, às vezes chamava, às vezes não, o sindicalista, mas já era uma discussão já quase que homologatória da vontade do Executivo, que vinha, porque pouca coisa se mudava, aí, no salário mínimo. Eu acho que esse ano, independente do resultado, nós, quer dizer, isso aqui também já foi dito, mas quero reiterar, foi algo, foi algo brilhante o esforço que nós conseguimos fazer, quer dizer, nós conseguimos deixar para trás, qualquer desavença que havia entre nós, protagonistas daquela discussão que se chegou, essas discussões, e que chegou a essa conclusão e nós podemos verificar, enfim, quais são os problemas que entravam o debate acerca do salário mínimo e ver que esses problemas, em parte, já foram superados porque estamos aqui numa Comissão Mista, onde têm Senadores e Deputados discutindo uma saída de longo prazo para essa questão do salário mínimo, porque não existe saída de curto prazo mesmo, na situação em que nós estamos. Pelo menos, diante dos problemas que nós debatemos com eles. Quais são os problemas? Ora, havia alguns problemas de natureza conjuntural, primeiro, aquilo que o Felício falou aqui, é preciso, aliás, o Pegado falou aqui, é preciso discutir o salário quando se está discutindo a peça orçamentária porque senão, nós vamos discutir variação daquilo que vem no orçamento só agora, no fim do ano, como nós fizemos agora e, aí, nós temos que discutir junto com um monte de outras coisas. Nós somos encostados na parede: "Está bom, eu vou dar isso para vocês, mas tem zero para o servidor público. Eu vou dar isso para vocês, mas FUNDEB não tem nada" e todos nós queremos que o FUNDEB tenha recurso. Todos nós queremos que tenha reajuste adequado para o servidor público. Dom, se conseguir superar os problemas conjunturais, aí vêm os problemas estruturais: "Mas a Previdência vai falir, mas as prefeituras vão falir". E ainda tinha um outro também, que nós reputamos de ordem conjuntural também, que é o negócio da Lei Kandir. Os governadores estão aí pressionando e querem, tem que repor o recurso, tem que repor aí aquilo que é determinado pela Lei Kandir. Então, é uma discussão, de fato, porque essa discussão foi pautada pela responsabilidade. Essa discussão que nós fizemos foi pautada pelo amadurecimento e a responsabilidade das pessoas que ali estavam e, portanto, nós nos posicionamos assim. É evidente que é preciso que tenha uma outra visão do salário mínimo. Ele tem que ser, ele não pode mais ser visto do ponto de vista simplesmente conjuntural. Tem que haver uma visão estrutural do salário mínimo; salário mínimo como fator do desenvolvimento. Portanto, é imprescindível que a gente veja desta forma e desta maneira. Isso só pode ser visto se nós formos discutir na elaboração da peça orçamentária. Por quê? Porque vai refletir lá na Previdência e vai refletir na questão das prefeituras. Eu sei que vai mesmo. Eu sei que tem prefeitura que não vai conseguir pagar mesmo. Agora, eu acho que isso resolve de uma maneira. Eu acho que o Senado, essa Casa, do Congresso, da Câmara, o Congresso, sei lá como, de que maneira, nós deveríamos fazer uma pesquisa para ver se a criação de milhares de pequenos municípios, que teve nos últimos dez, 20 anos, se isso, de fato, resultou na melhoria de qualidade de vida daqueles munícipes que passaram a ter seu novo prefeito, seus novos vereadores, a sua nova burocracia, lá, municipal e tal. Eu tenho algumas dúvidas com relação a isso. Eu acho que nós precisávamos ter, em algum momento, fazer uma discussão de um novo pacto federativo. Eu acho que essa é uma questão importante porque os municípios têm que ser, realmente, instrumentos de

ATN nº 003/2005
PCESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 329
DOC:

melhorias de vida das suas, dos seus munícipes, das suas comunidades e têm que fazer isso, têm que ter recurso para isso. Se não é capaz de geração de recurso, ali, quer dizer, nós não podemos determinar que o país se desenvolva no ritmo daquele pequeno; se o salário mínimo é fator de desenvolvimento, nós não podemos determinar que o desenvolvimento do país vai ser dado por aquele município que não tem condição de pagar, ali, um salário mínimo de 350, 340, não sei o que. Então, é preciso, se esse é um problema, e eu acho que é, é preciso rever o pacto federativo. Por outro lado, também, essa questão da discussão da Previdência, também, meus companheiros aqui já abordaram, não vou repetir, é preciso resolver mesmo, eu acho que a Previdência, quando a Previdência, a Seguridade separar, dividir, separar o que são essas coisas, o que tem que ser aporte do Tesouro, o que tem que ser capitalização da Previdência; tem que separar porque eu acho que, ao juntar isto, ao fazer esse bolo que fez, nós, quer dizer, poucos brasileiros, a não ser aqueles mais ilustrados, têm condição de discutir o que é o chamado déficit da Previdência porque fizeram um bolo que é para nos enrolar a todos mesmo e a gente não é capaz, então, de encontrar alternativa, ou seja, se nós temos responsabilidade, queremos discutir com responsabilidade, não há, então, alternativa para a Previdência. Mas toda a vez que aperta, vê que há uma alternativa. Agora, é preciso fazer com que essa discussão tenha racionalidade. E, daí, da forma que hoje é tratada, a questão do caixa da Previdência, nós achamos que isto é irracional. Pensamos que esse esforço deve ser um esforço continuado. Acho que as centrais se sentem, quer dizer, nós, que participamos desse debate, nós que participamos dessa discussão, nós nos sentimos capazes de contribuir. Nós temos demonstrado a capacidade de contribuir, contribuir no debate, no fórum de debate e contribuir da forma que já fizemos também, com mobilização das populações, com mobilização dos trabalhadores para que nós possamos buscar sensibilizar, aí, os responsáveis pela política econômica do país. Eu acho que estamos num bom caminho, estamos no caminho certo. Quero reiterar, aqui, aquilo que eu já disse, quer dizer, essa discussão que nós fizemos esse ano foi possível ser feita porque nós tínhamos uma economia estabilizada. Se a gente tivesse vivendo aquela conjuntura que alguns parece que gostam, gostariam, aquela conjuntura de inflação, quer dizer, de inflação acelerada, de um processo que está certo que se você ganha hoje, tem que gastar rápido porque senão o dinheiro vai embora, que a classe média gosta muito, de inflação; nós não gostamos, nós pensamos que essa discussão foi possível porque nós temos inflação sob controle, nós pensamos que essa discussão foi possível porque tem havido um esforço muito grande do Governo para que não haja a retomada da inflação; não pode haver retomada de inflação porque senão essa discussão perde completamente o sentido. É demagogia qualquer um dizer, quer dizer, nós não conhecemos nenhuma forma, nenhum mecanismo, nenhum sindicato do mundo, nenhum economista do mundo conhece forma de defender salários diante de conjunturas inflacionárias. Portanto, não tem inflação. É o principal ganho que os trabalhadores têm, porque, aí sim, podemos discutir aumento real. Aquilo que nós fazíamos antes, aquela discussão que nós fazíamos de repor perdas, repor perdas, repor perdas, aquilo, nós sabemos que era enganação porque eram perdas que eram repostas e, imediatamente, você, como Presidente do Sindicato, como dirigente sindical sabe, perfeitamente, perdas que eram repostas e consumidas imediatamente, aí, por aquele processo inflacionário. Portanto, é estabilidade econômica que permite e que garante que nós possamos fazer essa discussão que nós estamos fazendo, nesse momento, e é isso que nos permite ver luz no fim do túnel. Acho que essa sensibilidade econômica está sendo garantida, estará garantida porque nós estaremos discutindo, aqui, na próxima legislatura,

05/09/2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 380
DOC:

estaremos discutindo, aqui, aquelas reformas imprescindíveis para que possa baixar essa taxa de juros, que o Deputado Alceu Collares tem absoluta razão, possa baixar essas taxas de juros, possamos ter taxas de juros civilizadas, mas, para isso, vamos fazer aqui as reformas necessárias, as reformas imprescindíveis para tornar o Estado brasileiro um Estado capaz de entender esses requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania. Acho que estamos no caminho certo e é por aí devemos seguir, que devemos andar. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convidar aqui, agora, o José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e o senhor Erledes Elias da Silveira, que representa, aqui, a Central Autônoma dos Trabalhadores. [Palmas] Eu vou passar a palavra, vou passar, aqui, a Presidência dos trabalhos ao nosso Vice-Presidente, Walter Barelli, aliás, ao Senador Paulo Paim, porque estamos em processo de votação do segundo turno do FUNDEB, na Câmara Federal. Nós iremos lá votar e retornaremos aqui. Senador Paulo Paim, assuma a Presidência e passo a palavra aqui.

(Presidente Jackson Barreto passa a presidência ao senador Paulo Paim).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continuando os trabalhos, passamos, então, a palavra, nesse momento, ao Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, senhor José Calixto Ramos. Dispõe de 15 minutos.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Presidente, agora, Senador Paulo Paim, senhoras e senhores Deputados, companheiras e companheiros dirigentes sindicais, eu queria, primeiramente, cumprimentar a todos, agradecer o convite que nos foi dirigido e dizer da nossa satisfação. É, na verdade, uma entidade criança, que nasceu há pouco mais de seis meses. Tem muito que... Aliás, tem que aprender a caminhar e, evidentemente, que vai aprender na luta diária com a classe trabalhadora, com as organizações sindicais, com o Congresso Nacional e tal. Eu diria que, praticamente, os companheiros que me antecederam esgotaram a matéria relativa à progressão do salário mínimo. É louvável, naturalmente, e seria bom ressaltar que é louvável a iniciativa do Congresso Nacional em criar essa Comissão, que deverá fazer estudo permanente para que não se discuta de forma, talvez até um pouco açodada, como é discutido todos os anos, para se chegar ao mínimo do salário mínimo. Eu não tenho restrições, absolutamente, às colocações aqui feitas. Apenas discordo um pouco do Paulinho, que ele, em que pese parecer que tem pena dos nordestinos, mas ele acha que qualquer R$50,00 para o nordestino, está resolvida a questão e não é bem isso. Então, eu resolvi fazer aqui um pequeno texto que vou deixar com a Comissão e não levarei mais do que o tempo necessário. Os números já foram expostos e nós queremos fazer, trazer um pouco, exatamente, para lembrar a criação ou a história da criação do salário mínimo. A criação do salário mínimo, ao longo da história do capitalismo, é fruto, ao mesmo tempo, da luta dos trabalhadores e da intervenção do Estado. A instituição do salário mínimo tem por objetivo garantir uma remuneração melhor ao conjunto dos trabalhadores não qualificados e este tipo de regulamentação tende a unificar o salário de ingresso no mercado, o que é bom, quando o sistema de contratação coletiva não é praticado. O primeiro país, ou os primeiros países a criar o salário mínimo, ou criaram, os países europeus que criaram a sua legislação, foram a Inglaterra, em 1909; Estados Unidos, em 1912; a França, em 1915; a Noruega e a Áustria, em 1918; a Tchecoslováquia, em 1919; Alemanha, 1923; a Espanha, 26 e a Bélgica, em 1934. Resultado da luta dos trabalhadores contra a exploração do trabalho, esse processo, ele foi o entendimento, ou seja, se estendeu ao conjunto da economia, não se limitando a poucas categorias profissionais. Esse processo se acelera com a

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 381
DOC:

crise dos anos 30 e da Segunda Guerra Mundial. Na América Latina, somente a Argentina teve experiência semelhante a desses países e da Europa. Nos principais países capitalistas, o salário mínimo passa por grandes mudanças após a crise econômica de 1929. Há intervenção do Estado na economia, o salário mínimo se transformou em instrumento de Política Social. Na Europa Ocidental, a partir da Segunda Guerra Mundial, o salário mínimo começa a fazer parte, cada vez mais, das medidas governamentais relativas à garantia dos direitos básicos de cidadania. Hoje, nos países desenvolvidos, a política de salário mínimo está inserida no conjunto de políticas sociais como o seguro-desemprego, a aposentadoria, a renda mínima, garantia para pessoas com ou sem ocupação e com rendimento abaixo da linha da pobreza, limite da condição de miséria. Em geral, nestes países, o salário mínimo acaba por atingir um segmento bem reduzido de trabalhadores jovens, temporários, em treinamento, jornada reduzida, dado que a maioria dos trabalhadores recebe acima deste valor, mesmo os menos qualificados. E vemos, exatamente, quatro fases importantes do salário mínimo. Primeira: 1940 a 51, com 14 níveis salariais diferentes. Queda violenta do poder aquisitivo. Congelamento, de 1943 a 51. Numa segunda fase, de 52 a 64, houve um pouco da recuperação do salário mínimo e, àquela época, em 1957, houve o maior valor médio anual da história, em 1955. Estabilidade de 60 a 64. Uma terceira fase, que houve restrição do salário mínimo, em decorrência da concentração de rendas e, de 64 a 84, a repressão ao Movimento Sindical, eliminação da estabilidade do emprego, política de arrocho salarial. De 65 a 77, houve a manutenção da média anual do salário mínimo e chegou a 69% do poder aquisitivo de 1940. Em 74 a 81, reajustes semestrais; tendência de recuperação do valor real e, de 83 a 94, o poder aquisitivo do salário mínimo cai acentuadamente, chegando a 24% do valor estatuído em 1940. A quarta fase vai de 95 até hoje, aí sim, começou o início do movimento de recuperação. E aí, o trabalho tem vários dados, que serão entregues também à Comissão. O salário mínimo é a distribuição dos rendimentos de crescimento econômico, importante instrumento não apenas de distribuição de renda, mas também de inclusão social. No entanto, quando observamos, vejam que houve um crescimento, mas quando observamos o crescimento da produtividade nacional, PIB *per capita*, comparado com a evolução dos salários mínimos, podemos notar um distanciamento progressivo entre a remuneração mínima e o crescimento econômico. Quem ganha salário mínimo no Brasil? Já foi dito, nós vamos repetir muito rapidamente. O salário mínimo é fundamental para milhões de ocupados, desempregados e inativos, cujos rendimentos estão ligados, direta ou indiretamente, a seu valor. E já foi dito, não é demais repetir, são 23,3 milhões de trabalhadores ocupados que ganham até um salário mínimo, ou seja, 31,6% dos 74 milhões de ocupados. Se considerarmos os trabalhadores com rendimento de até dois salários mínimos, esse número chega a 64,3 ou 47 milhões de ocupados; 57% dos ocupados que recebem até um salário mínimo estão, exatamente, registrados na região Nordeste. E salário mínimo e Cesta Básica: o DIEESE, que é o instrumento que nós temos para balizar todo o nosso trabalho econômico na vida sindical, tem uma pesquisa própria que levanta a Cesta Básica, registraram e ele diz que registraram, alta no preço do conjunto de gêneros alimentícios essenciais, conforme definidos no Decreto-Lei 399, de abril de 38, única legislação que estabelece parâmetros sobre os produtos que devem compor uma Cesta Básica. Assim, podemos comparar o poder de compra do salário mínimo com relação aos produtos básicos. Salário mínimo necessário. O salário mínimo foi criado para atender às necessidades básicas do trabalhador. De acordo com a Constituição Federal de 88, o salário mínimo deve ser fixado em lei capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua

ATN nº 003/2005
CESB - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 382
DOC:

família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social. Com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação para qualquer fim. Em tese, a meu juízo, é isso que essa Comissão deverá fazer daqui para diante. Respeitando essa definição legal, o DIEESE também calcula o salário mínimo necessário e ele diz, isso vem de muito tempo, os dirigentes sindicais conhecem isso *pari passu* e, de acordo com a pesquisa de orçamento familiar, para um trabalhador e sua família que tenha a renda média em torno de R$378,00, o item alimentação representa 35,71% do gasto médio mensal. Assim sendo, em dezembro de 2005, o salário mínimo, de acordo com esses cálculos, ele deveria ser de R$1.607,11. E, aí, nós vamos concluir dizendo o seguinte: Necessidade de um programa permanente de fortalecimento da valorização do salário mínimo, repito, acho, que é a intenção da Comissão. Elevação do valor do salário mínimo significa um crescimento da renda de parte das famílias de baixo poder aquisitivo com impacto direto sobre o nível de atividade econômica, ativando a economia, através dos efeitos decorrentes do aumento do consumo. Referencial para categorias menos organizadas e para população trabalhadora desqualificada[soa a campainha], sinalizador para os salários intermediários. Vou terminar, senhor Presidente. O salário mínimo unificado é um importante instrumento de combate à desigualdade regional e de revitalização econômica das regiões mais pobres. Instrumento de regulação do mercado de trabalho, pois atua como limite à super exploração do trabalho, inibindo a rotatividade do trabalho por parte dos empregadores, como forma de reduzir salários. Criação de mecanismos legais para incorporar o salário mínimo; aumentos reais iguais ou superiores aos concedidos para o ano de 2006, independentemente do partido político que vier a assumir o Governo. Sendo necessário, ainda, adotar mecanismos que garantam aumentos reais para os trabalhadores de uma forma geral, proporcionando um incremento nos rendimentos médios. Retomar o crescimento econômico e optar por um modelo distributivo; política industrial voltada para bens de salários e redução do desemprego. Reforma Tributária, desonerando os produtos básicos ou de primeira necessidade e a renda do trabalho. Imposto de Renda. Políticas públicas, finalmente, visando melhoria ao acesso da população à saúde e à educação de boa qualidade. Quer dizer, esses princípios que, ou a adoção desses princípios pode, em linhas gerais, não ter muito a ver, diretamente, com o salário mínimo, todavia, adotados princípios iguais e tantos outros que já foram aqui propostos, mexe sim com o salário mínimo porque você aumenta a participação da sociedade na produção, você aumenta os salários dos trabalhadores qualificados e isso, automaticamente, puxa um salário mínimo maior. Eram essas as poucas contribuições que nós gostaríamos de deixar para essa Comissão e vou entregar aqui ao nobre–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parabéns [Palmas].

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Posteriormente, nós mandaremos... [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra ao senhor Erledes Elias da Silveira. É a última central, a CAT, a participar do debate e, em seguida, vamos abrir o debate, aqui, aos demais companheiros. Com a palavra, o senhor Erledes Elias da Silveira, da Central Autônoma dos Trabalhadores, CAT.

SR. ERLEDES ELIAS DA SILVEIRA: Bem companheiros, eu estou aqui representando o companheiro Laerte Teixeira, que não pôde comparecer, mas ele deu importância desse momento histórico que nós estamos vivendo no Movimento Sindical.

...2005
...MÍNIMO
FLS: 383
DOC:

não daria para ficar ausente dessa audiência pública. Primeiro, saudar a todos os companheiros daqui da Mesa, dos nossos dirigentes, daqui, pessoal da Comissão, todos os parlamentares e todos os companheiros e companheiras presentes aqui no auditório. Agradecer o convite que, para nós, é uma honra muito grande ter oportunidade de dar a nossa contribuição. Evidentemente que falar por último é interessante porque, assim, mais ou menos, tudo o que a gente pensa que vai falar, já foi falado aqui e isso é muito bom. Mas eu quero fazer algumas colocações. Primeiro, o seguinte: Que a nossa luta no Movimento Sindical, desde o seu surgimento, foi sempre no sentido de buscar dignidade para aqueles que produzem a riqueza nesse país. A dignidade dos nossos trabalhadores, os que estão na ativa e aqueles que já estão aposentados e contribuíram. Foi sempre essa nossa luta, que se conseguisse oportunidades iguais para todos, todas as pessoas, todos os trabalhadores, todas as pessoas que produzem a riqueza e, mas nós, fazendo um resgate histórico do Movimento Sindical, e já foram colocadas aqui algumas coisas, eu quero chamar atenção que todo o trabalho que as centrais estão desenvolvendo, tem tido assessoria do DIEESE e o DIEESE junto, em várias mãos. Evidentemente, eu tive oportunidade de participar de algumas das reuniões, ele fez um documento. Esse documento, que está no sítio do DIEESE, que é www.dieese.org.br e que todos teriam condição de acessar, é um documento que traz toda a história do Movimento Sindical, toda a história do salário mínimo, que eu acho que é muito importante para a gente entender todo esse processo. Então, quando nós falamos que a nossa luta foi sempre no sentido de buscar melhores condições para os trabalhadores, o Movimento Sindical, ele passou por uns momentos muito importantes. E se nós analisarmos um gráfico feito pelo DIEESE, que está nesse documento que eu falei, vocês vão observar que, se eu colocar no gráfico todo, vamos dizer assim, o desenvolvimento do salário mínimo, a cada ano, nós vamos perceber que ele sempre teve oscilações, ou seja, ele começou com valor naquele cálculo que foi feito para a pessoa ter uma vida digna, mas aí, ele começou, já começou caindo, caiu, depois ele subiu e se verificarmos, na década de 50, e alguém já falou aqui, ele teve uma recuperação significativa, ou seja, voltou a ter o seu valor real e até em muitos momentos passou um pouco daquilo que foi, que foi feito na época quando ele surgiu. E mais, daí para frente, e principalmente depois de 64, com a ditadura militar, ele veio caindo, caindo, caindo, veio para o buraco. Então, isso está no gráfico e esse gráfico fica muito fácil de verificar. E, aí, nós percebemos: E o Movimento Sindical, aonde estava nisso? Claro. Quem acompanhou a história do Movimento Sindical, acabou de ser colocado pelo companheiro Calixto, que a grande repressão, primeiro, que o Movimento Sindical, de certa forma, ele foi sempre tutelado pelo Governo. Hoje é que nós estamos nos tornando independentes. Mas sempre foi tutelado. Segundo, que a polícia teve presente a todo o momento da história do Movimento Sindical: Repressão, prisão, invasão dos sindicatos e até assassinatos. Então, justifica o fato do Movimento Sindical não ter tido a capacidade de levar à luta na questão da recuperação, da valorização do salário mínimo, valorização do trabalhador. Ele ficou aí, por muito tempo, lutando pela recuperação da com a inflação e eu até tenho dito o seguinte: Que o Movimento Sindical, de certa forma, ele ficou, quando veio o Plano Real, que cortou a inflação, ele ficou com a brocha na mão, ele caiu e depois começou a se levantar e começou a discutir as questões reais, que são questões que devem estar nas pautas de discussões do Movimento Sindical, por exemplo, a questão do salário mínimo. Acho que é uma das grandes questões que o Movimento Sindical tem que estar atento e discutindo. Por quê? Porque sem a condição mínima de moradia, de alimentação, de saúde, como é que o trabalhador vai conseguir ocupar um espaço na sociedade, de dignidade de vida? Eu ge[illegible]

2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 384
DOC:

seguinte: Que um país que não investe na educação, ele está fadado a ter grande parcela da sua população na miséria e também de ser subserviente às grandes potências. Agora, como é que se... Vamos lutar sempre para isso, vamos investir na educação porque entendemos que a educação é fundamental para transformação da sociedade, é claro que não depende só dela, mas só dela, provavelmente, não será. Agora, como é que se investe em educação, quando, se olharmos os dados aqui desse trabalho do DIEESE, que já foi colocado aqui, 64% da população ganha até dois salários mínimos e metade disso, 32% da massa ativa, ganha até um salário mínimo. Olha, se não tem condições mínimas de dignidade de vida, como é que vai educar, dar educação para seus filhos, como é que vai conseguir essa oportunidade igual, que nós defendemos para todos? Então, eu acho que o ponto fundamental, o principal, na luta do Movimento Sindical, é a questão da valorização da força do trabalho e, evidentemente, começando pelo salário mínimo. Então, assim, o que a gente quer trazer aqui, primeiro, é o seguinte: Que esse momento que nós estamos vivendo, ele é histórico sim, ou seja, o momento que permite às Centrais Sindicais, num primeiro momento, parece que não todas; num segundo momento, parece que integrando todas e queremos que integre todas, participe numa discussão, num debate, junto com o Congresso. Isso é rico. Isso é muito grande. E queremos dizer o seguinte: Que não podemos, embora seja uma Comissão Especial, não é, ela é criada, cria essa Comissão, ela pode ter um tempo limite, mas nós entendemos que essa Comissão, embora especial, ela tem que ser uma Comissão perene, ou seja, em cada Governo, muda Governo, o Congresso deve zelar para manutenção dessa Comissão porque não basta nós trabalharmos para recuperação das perdas e, recuperou, pára. Não. Nós vamos ter que dar continuidade a essa discussão porque ela vai mais além. Ela vai no sentido da valorização da força de trabalho. É assim que nós entendemos. Então, querendo trazer aqui como contribuição isso: Primeiro, alguns documentos que nós já geramos, a gente depois passa, já me passaram por e-mail, mas é fortalecer essa idéia, de, dessa Comissão ser uma Comissão perene, essa Comissão ter definido reuniões periódicas para estar debatendo e, muito bem colocado aqui, anteriormente, que a peça orçamentária, tem que ser discutido isso na peça orçamentária e você define um prazo onde você vai recuperando essas perdas até, vamos dizer assim, atingir aquela recuperação total e, depois, trabalhar a manutenção disso, ou seja, é claro que incorporando tanto os companheiros da ativa quantos os aposentados. Era essa a contribuição. É muito mais no sentido de estar nessa luta, de achar importante a continuidade dela; a CAT tem essa visão e queremos continuar com vocês aí, todos nós, lutando para que a gente consiga uma vida mais digna para todos nós trabalhadores desse país. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Concluída essa parte inicial, com apresentação das Centrais Sindicais, nós vamos, agora, para o debate e a lista, aqui, de inscritos, a primeira... Deputada Vanessa Grazziotin.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, o papel do Relator é ouvir, ouvir, ouvir e ouvir.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Para, no final, relatar, relatar, relatar, relatar, relatar.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E bem relatado, não é Senador? Então, eu quero agradecer, antes de mais nada, a gentileza do nobre Relator, que nós todos sabemos que ele tem preferência na hora dos debates.

ATN nº 002/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 385
DOC:

Cumprimentar todos os representantes das Centrais Sindicais que aqui estão. E aproveitar essa oportunidade primeiro, para cumprimentar, efetivamente, os dirigentes sindicais do país, pela maturidade demonstrada e pelo empenho que alguns anos, particularmente nesses dois últimos anos, vêm tendo no sentido de buscar, efetivamente, um aumento melhor, mais significativo para o salário mínimo. Eu tenho aqui, em mãos, o protocolo de intenções e quero repetir a vocês o que disse ao Ministro Marinho: O importante não foi apenas esse acordo estabelecido, agora, de salário mínimo para R$350,00 e reajuste da tabela de renda. Eu vejo que mais importante do que isso, e que está aqui no papel, não apenas nos discursos dos senhores ou nos nossos discursos, mas o que está escrito aqui. É o compromisso em estabelecer a política permanente, enfim, a política permanente de revisão anual do valor do salário mínimo. E uma política que vise à recuperação do seu valor de compra, daquilo que ele já chegou a ser um dia. Então, nós estamos aqui, nessa Comissão, com esse objetivo. Os senhores, junto ao Governo Federal, têm uma Comissão formada. Nós estamos atrás, aqui, do Decreto... Decreto de 20 de abril, mas não conseguimos o número do Decreto, que formou, desde abril do ano passado, essa Comissão quadripartite no âmbito do Governo com as centrais, enfim, representação de trabalhadores, empregadores para debater essa nova política. Então, eu acho que esse é o passo significativo porque não adianta de nada essas propostas serem boas, nós temos aqui um levantamento, Senador Paulo Paim, um levantamento da consultoria aqui do Senado, dos consultores dessa Comissão Especial, apresentando todos os projetos que tramitam e que tratam da matéria, e são dezenas de projetos que tramitam há muito tempo na Casa; 99, 98, projetos antigos que tratam do mesmo assunto. Então, não basta só ter a proposta, é muito importante que tenha, que exista a proposta. Mas, mais importante do que isso é a vontade política porque sem a vontade política, sem a decisão política, sem a determinação política, não adianta as propostas serem boas, que elas não serão retiradas da gaveta ou do papel; continuarão ali, repousando, como essas repousam há anos. Então, é por isso que eu quero cumprimentar os senhores e quero perguntar aos senhores a mesma pergunta que fiz ao Ministro Marinho: Quando vocês nos apresentarão, não uma proposta completa, mas terão condições de ter, mais ou menos um caminho, um rumo, em relação a essa política? Nós ouvimos falar, aqui, que é importante ter o PIB mais a inflação. Entre essas propostas aqui, o meu partido, PC do B, insiste com uma proposta, pode não ser a melhor, mas temos uma proposta também que é utilizar a variação do PIB, a variação do período do PIB ou da inflação do INPC, aquele que for maior, acrescido da produtividade média do salário. Andamos fazendo, fizemos uma simulação e entendemos que também é uma proposta que caminha para a recuperação e é uma proposta factível. Não é uma proposta que dobra em um ano, em dois anos, o valor do salário mínimo, mas que vai recuperando aos poucos. Então, o Marinho, o ministro Marinho, nos deu a seguinte informação: Que, daqui para março, não foi isso? Final de fevereiro, possivelmente, eles já terão algo a apresentar à Comissão para que a Comissão também possa discutir, e eu pergunto aos senhores, se é mais ou menos por aí o caminho, se é mais ou menos por aí o caminho? Porque a gente tem que entender, senhor Presidente, que a política de salário mínimo é a melhor política que um Governo pode lançar mão para o caminho do desenvolvimento; não há outra melhor do que essa, o Deputado Barelli pode até me corrigir, posteriormente, que me corrija, Deputado Barelli. V. Exa. que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE) V. Exa. tem mais um minuto.

AVULSO 1003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 386
DOC:

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Estou plenamente de acordo.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Pois é. E além de ser uma política que alavanca o desenvolvimento, é uma política de distribuição de renda, como todos os companheiros aqui das Centrais Sindicais já colocaram. O trabalhador que recebe o salário mínimo, ele não gasta com supérfluo, ele gasta com o estritamente necessário e até o estrito necessário, no país, recolhe tributos, pagam-se tributos, portanto, muito indiretamente. Então, eu faço esse questionamento às centrais e mais um, por último, que o tempo está acabando. Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Já acabou.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu não sei, eu acho que antecipar é muito bom, antecipar a Data Base, mas eu preciso que, me convençam que janeiro é a melhor coisa, porque eu também venho do Movimento Sindical e nós fugíamos dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro porque nós não conseguíamos mobilizar nossa categoria nesses meses. Então, os piores meses, eu sou servidora pública, professora, como o Felício também, não é? E nós não queríamos nem conversa nem com o mês de janeiro, nem com o mês de fevereiro porque são meses ruins de mobilização, são meses de festa, mês de carnaval. Então, será que seria mesmo janeiro o melhor mês para antecipação? Eu não sei. Eu deixo esse questionamento e quero que me convençam. Fiquei muito simpática à proposta, várias que foram apresentadas, aqui, mas, da Força Sindical também, Deputado Paulo Paim, em ver trabalhar a Data Base nesse aspecto. Trabalhar a Data Base, eu não sei se nós poderíamos extrapolar, também, em relação à recuperação do poder aquisitivo daquele trabalhador que ganha um pouquinho mais do que o salário mínimo porque o que ganha um salário mínimo e meio está fora dessa política e esse aí, ele vai ganhar, no máximo, a correção da inflação. Aí, daqui a alguns anos, poucos anos, ele já estará lá equiparado não no teto, mas no piso, que é o que há de pior, o que de pior poderia acontecer para o conjunto dos trabalhadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos adotar o critério de que os parlamentares vão falar, vão fazer as perguntas às centrais e, em seguida, as centrais responderão. Eu quero passar a palavra, agora, ao Deputado Mauro Maia.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Marco Maia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Marcos Maia.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Marco. Nem Mauro nem Marcos. Marco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Marco, desculpe. É um marco na Comissão. É um marco na Comissão.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Mas não tem problema não. Lá no Sul, eu só peço que coloquem, ao lado, o número 1314. Não tem problema. O nome não interessa muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Olha a Justiça Eleitoral, Deputado. [Risos]

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Mas, Presidente, eu queria, na verdade, aqui, fazer alguns breves comentários sobre as considerações que foram feitas, aqui, pelos nossos sindicalistas. Mas, antes de mais nada, também aqui faz[illegible]

Termo nº 008/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 237
DOC:

saudação e uma reflexão sobre o momento que nós vivemos nesses últimos 60 dias, aqui, de negociações acerca do salário mínimo. Eu, que tenho uma origem sindical, metalúrgico, que sempre debatemos e discutimos à exaustão esse tema do salário mínimo, sempre tínhamos uma reivindicação histórica, que era a de poder influenciar nas negociações e na definição do valor do salário mínimo. De poder participar e estabelecer uma negociação acerca destes valores do salário mínimo e, aqui, alguns sindicalistas colocaram, com muita propriedade, de que isto sempre foi uma prerrogativa, muitas vezes, do Congresso, dos parlamentares, do Senador, antes Deputado, Paulo Paim, então, que aqui, junto com Jackson Barreto, com tantos outros que faziam o debate acerca dos valores do salário mínimo. E isso acabou. O próprio Deputado Alceu Collares. Isto nunca foi debatido e refletido com as Centrais Sindicais numa Mesa de negociação, num espaço concreto onde pudesse estar lá, expressando as suas posições, dizendo o que, efetivamente, pensa sobre essas questões relacionadas ao salário mínimo. Então, eu quero saudar esta iniciativa do Governo, a iniciativa das Centrais Sindicais de toparem esse desafio porque não é fácil, porque, quando a gente senta numa Mesa de negociação, quando se pressupõe a negociar, a dialogar sobre um determinado tema, sobre uma determinada pauta, significa também abrir mão, muitas vezes, de conceitos, de convicções, de propostas porque, quando se senta lá, se senta para negociar, para se chegar a um determinado acordo. E eu quero dizer que me senti muito contemplado com as negociações que foram realizadas, me senti orgulhoso de ver, lá, as Centrais Sindicais negociando com o Governo e afirmando a sua posição e quero dizer que me senti também muito feliz de ver que deste processo de negociação, mesmo que não tenha sido a proposta ideal, mesmo que não tenha sido a proposta dos sonhos dos trabalhadores e trabalhadoras, lá negociados, mas foi aquilo que de melhor se conseguiu produzir naquela negociação que, na minha avaliação, representou também uma maturidade, representou uma sensibilidade desses, das Centrais Sindicais e dos trabalhadores em apostar naquele espaço como negociação. E digo isso, quero até ouvir depois, das centrais, se, como eles perceberam isso porque eu acho que ali tem um elemento de avanço para o futuro enorme, ou seja, se o Governo sentou uma vez para discutir com as Centrais Sindicais o tema do salário mínimo, vai ter que sentar a segunda, vai ter que sentar a terceira, vai se transformar numa realidade e não pode ter o Governo A, B ou C do partido A, B ou C, mas vai ter que sentar todos os anos para dialogar e para discutir com as Centrais Sindicais o valor do salário mínimo. Então, eu queria primeiro, fazer essa reflexão que, para mim, talvez tenha sido o elemento mais importante e tal dessa construção toda que se teve durante esse período. A segunda questão que eu queria aqui abordar é com relação a esse tema da correção do salário mínimo. A gente tem falado muito sobre como ter um mecanismo que possa, efetivamente, corrigir o salário mínimo. E eu acho que nós temos que sempre pensar isso do ponto de vista do patamar mínimo de correção porque a desvalorização do salário mínimo é tão grande, nesse país, que você pensar uma política salarial de recuperação do salário mínimo com a incerteza, muitas vezes, que nós temos, de como vai se comportar a conjuntura econômica e política do Brasil, talvez, seja temerário, quer dizer, nós precisamos, então, começar a falar sobre a possibilidade de ter uma, um aumento para o salário anual, uma recuperação anual do salário mínimo, mas que se dê em patamares mínimos e que possibilite a permanência deste processo de negociação que dialoga, efetivamente, com a necessidade que nós temos de recuperar, efetivamente, o salário mínimo. Então, eu queria deixar isso aqui como reflexão para que a gente pudesse, no decorrer, o nosso Relator, senador Paulo Paim, pudesse entender também um pouco como é que se daria esse processo, sem que isso inviabilizasse o futuro.

ATN nº 0013/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 388
DOC:

negociações que podem garantir um reajuste maior para o salário mínimo. Hoje, nós vivemos uma situação boa, é verdade. Nós temos aí uma inflação estabilizada, o dólar num patamar que dialoga bem com o salário mínimo, nós temos uma situação confortável, eu diria assim, para poder trazer elementos positivos sobre esse reajuste do salário mínimo, mas, no futuro, nós podemos não ter esta situação. Para concluir, eu queria, nos últimos 10 segundos aqui, dizer aos dirigentes sindicais que nós vamos estar realizando, não sei se o Presidente já falou isso, mas nós vamos estar realizando um conjunto de audiências públicas pelo país, e que vão ser um momento importante; esta Comissão vai estar realizando essas audiências públicas nos estados para refletir com os trabalhadores, também, sobre o salário mínimo, ouvindo outros dirigentes, ouvindo outras entidades, ouvindo outros atores sociais que dialogam sobre o tema do salário mínimo. Eu espero contar, lá, com a presença, em cada um desses estados das Centrais Sindicais, dos seus sindicatos, dos seus filiados, que vocês nos ajudem a realizar essas audiências públicas e fazer um bom debate sobre essa problemática, essa temática do salário mínimo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o Deputado Vicentinho.

DEPUTADO VICENTE PAULO DA SILVA (PT-SP): Senhor Jackson Barreto, companheiro Paulo Paim, companheiro Walter Barelli, companheiros daqui das Centrais Sindicais, antes de mais nada, eu queria também prestar a minha mais profunda solidariedade à Central Única dos Trabalhadores pelo ataque que ela sofreu de uma pessoa que, da Deputada Zulaiê, que fez um pronunciamento destemperado, desrespeitoso e, portanto, ela merece, no mínimo, uma correção porque eu acho que isso não é correto. Ela... Imagine o tamanho do ódio que essa mulher se colocou, em dizer, quando vê uma placa da CUT, dizer que tem que acabar com isso, tem que matar todo mundo, é tudo bandido, é tudo criminoso, tudo não sei o que. Isso é uma coisa absurda, inaceitável. A minha solidariedade, João, eu sei do trabalho que vocês fazem, que a nossa central faz e as outras também. Senhor Presidente, nós estamos aqui, diante das maiores autoridades trabalhistas brasileiras. Deveria ter mais Deputados e Senadores aqui. São 11 Senadores, 11 Deputados. Para mim, essa é a reunião mais importante porque nós estamos lidando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito bem, Deputado.

DEPUTADO VICENTE PAULO DA SILVA (PT-SP): --Com aqueles que representam a todos do nosso país. Então, eu queria chamar atenção para esse aspecto. E segundo, ouvindo os debates, as explicações, em uma delas, em várias falas, os Deputados também falam muito, até das promessas do Governo Lula, de dobrar o salário mínimo e tal. Realmente, esse é um debate que tem que ser feito e eu tomei o cuidado, e nós tomamos o cuidado, de verificar de o que é que dizia o Fernando Henrique Cardoso quando ele foi candidato. E aí consta, expressamente, no programa "Mãos à obra", de Fernando Henrique Cardoso, de 1994, na página 146, a seguinte expressão: "A meta do Governo FHC é fixar, a cada ano, aumentos reais do salário mínimo para dobrar o seu valor atual no quarto ano de Governo. FHC não dobrou seu valor real nem em quatro, nem em 8 anos. Por isso que eu acho que a crítica, ela é válida, mas vale a pena a gente considerar o que nós estamos fazendo hoje, que eu acho que é o mais importante. Muito mais importante do que o salto de qualidade que nós estamos dando, para nós, que somos dirigentes sindicais e que fomos dirigentes sindicais, deveríamos considerar, nem que pese a necessidade de um salário mínimo muito maior, primeiro, não desconhecer que esse reajuste é [illegible]

0087/2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 389
DOC:

últimos 25 anos; que dá para duplicar quase a compra da Cesta Básica, que tem um efeito na economia do país, que são coisas importantes, embora a gente queira mais. Eu acho até que mais importante do que isto é o fato de as centrais estarem negociando, chegando a um entendimento e uma proposta que chega a esta Casa, através de um acordo, sempre considerar isso, porque isso tem um peso muito grande para a nossa reflexão. Claro que a Comissão pode propor mais, se tiver condição orçamentária e, nesse caso, eu quero dar os parabéns ao Ministro Luiz Marinho, que negociou, que teve paciência, que ouviu a todos, que teve brigas, que nós sabemos, internas, para fazer o Palocci abrir um pouquinho a mão, que não é fácil isso. É a primeira vez que isso ocorre, que o debate sobre o registro da tabela do salário mínimo se deu no Ministério do Trabalho e não lá no Ministério da Fazenda. Então, essas questões, é bom que nós consideremos, para os passos que nós queremos dar, de agora para frente. Esta Comissão, ela tem uma tarefa, na minha opinião, histórica. Primeiro, essa Comissão existe por causa das Centrais Sindicais. As centrais fizeram manifestações e não foi agora, já no ano passado, caminhadas, chuva, acordou para a importância de representar setores que, muitas vezes, nem são representados diretamente pelas centrais. Você vê que, com esse dado que eu peguei agora, do Pegado, aqui falando que 50 e poucos por cento recebem salários mínimos, no Nordeste, significa que muitos [soa a campainha] já são ligados às Centrais Sindicais. Então, de qualquer maneira, a sensibilidade das centrais é uma coisa importante. Como o tempo está se exaurindo, Presidente, só dizer o seguinte: É muito importante que nós consideremos a presença do DIEESE como uma estrutura que nos assessore nesta Casa. O DIEESE tem a maior autoridade, o maior conhecimento, representa todos os pensamentos das Centrais Sindicais, é capaz, como foi na época da Câmara Setorial, na época das denúncias que o nosso querido Barelli era o grande dirigente, naquele período do DIEESE. Então, eu queria propor, se for possível, à Câmara e ao Senado aprovarem, não sei se é legalmente possível, mas ter o DIEESE, já, como assessoria para esse projeto, Paim, que vai dar um grande salto de qualidade na nossa trajetória de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo. Lembrando a minha querida Grazziotin que, de fato, se a gente pensar janeiro, seria difícil mobilizar em dezembro. O problema é que a discussão de janeiro não é em dezembro. Deve ser outubro ou setembro, que é a época do orçamento. E, aí, é uma época boa de produção. É uma época boa de pressionar. Por isso é que é bom de se considerar porque, desse jeito, o salário mínimo nunca é discutido naquele período. Era isso, Presidente, minhas palavras e parabéns a esse caminho que a gente está tomando aqui na Casa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero, agora, passar a palavra ao nosso Deputado Alceu Collares. O Deputado Alceu Collares, eu queria fazer uma, se me permitem aqui, a Mesa e os demais Deputados e Senadores, uma homenagem ao Deputado Alceu Collares. Quando eu cheguei nessa Casa, em 79, no primeiro mandato, num momento difícil da vida do país, a primeira manifestação que eu vi, publicamente, de coragem, contrária à política econômica do Governo, a defesa de um salário mínimo que atendesse às necessidades com produtos da Cesta Básica para o trabalhador, a grande manifestação que eu vi nesta Casa, no plenário da Câmara, foi do Deputado Alceu Collares. V. Exa. é uma das pessoas que me despertaram para essa questão do salário, depois daquela sua grande participação. Eu não pude deixar nunca de registrar esse fato que considero importante à atuação de V. Exa. aqui, nesta Casa. [Palmas] Eu passo a palavra a V. Exa.

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): Presidente--

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 290
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O Ministro Murilo Macedo mandou lembranças à V. Exa.

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): Presidente Jackson Barreto, já que está fazendo essa generosidade, porque ele é meu colega de entregador de cartas-- [Risos]

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): --Entregador de telegramas, entregador de telegramas. Nós nos encontramos, várias vezes, nessas estradas da existência política. Mas eu queria saudar o Jackson, agradecer a lembrança, ao Paim, ao Barelli e aqui, não vai dizer aqui, os companheiros aqui, se me permitirem, eu faço todo um cumprimento a todos e também aos nossos Deputados, ao Jair Calixto, que também é um grande lutador, é um velho lutador em defesa dos trabalhadores brasileiros. Eu queria também cumprimentar a Comissão porque continua perseverando. Essa Comissão ela é histórica, tradicional. Ela tem anos e anos funcionando, de uma forma ou de outra, mas sempre com a intenção da recuperação do poder de compra do salário mínimo. Eu tive, efetivamente, esse debate que nós fizemos, eu comprei, levei para a tribuna da Câmara dos Deputados uma cesta com o valor que podia comprar o salário mínimo e desafiei o Governo Figueiredo que ele pudesse passar um mês com a família dele com o salário mínimo. Como eles não me responderam, eu tive a audácia de sair dali, atravessar essa Praça dos Três Poderes, e levei para o Ministro Murilo Macedo; ele tinha me concedido uma entrevista, quando cheguei, a entrevista estava cancelada. Aí, cheguei, coloquei todos aqueles saquinhos de arroz, feijão, sal, azeite, e o Chefe de Gabinete: "O Ministro não vai lhe receber" e houve tentativa, inclusive, de cassação, porque era muito desaforada a forma com que eu fiz. O balaio em que eu levei, para lá, para o ministro passar com a família dele o mês inteiro e que eu não estava ofendendo a família, é porque ele tinha sido mal assessorado, por isso ele tinha publicado aquele valor insignificante. Bom, depois disso, aqui, o Paim tem tido uma posição extremamente importante, perseverante, persistente. As centrais todas, não têm nenhuma que não fale do salário mínimo, não há um brasileiro que não fale do salário mínimo porque ele é uma vergonha nacional e um roubo oficializado pelo Governo contra 46 milhões de irmãos nossos. Quando eu falo em salário mínimo, eu peço para as pessoas que estão nos ouvindo, que se coloquem, assim como que na alma, no espírito de alguém que ganha salário mínimo. Como é possível pagar habitação, alimentação, vestuário, higiene, transporte, Previdência, educação, saúde e lazer? E é o salário mínimo para o trabalhador e para a família. O Getúlio criou, na verdade, um salário mínimo para uma pessoa. Depois, a lei ordinária que colocava trabalhador e a família e a Constituição de 88, o trabalhador e a família. Então, eu vejo três pessoas, quatro pessoas ganhando um salário mínimo de 350. Mas, de qualquer forma, eu quero cumprimentá-los por esta extraordinária luta. Mas só dizer também, se os amigos das Centrais me permitirem, nós estamos precisando é de grandes economistas para estudar as razões desta defasagem. Nós estamos... Nós não podemos ficar patinando só no salário mínimo porque, hoje, já não tem mais eco, não há mais receptividade nas massas o Parlamento discutir o valor do salário mínimo. Você tem que discutir a estrutura do modelo econômico, Jackson. Se não discutir a estrutura do modelo econômico neo-liberal e monetarista, cuja continuidade desavergonhada está sendo dada pelo Lula, nós vamos arrebentar a todos e a ele também. Eu fui o primeiro a fazer um discurso, em 2003, no primeiro semestre, dizendo: "Lula, não nos leve por aí. Isso aí já levou o Fernando de La Rua, na Argentina a renunciar. Levou o Jacques [inaudível], aquele grande líder do estadeiro só também a andar na rua de bicicleta, ninguém sabe o que ele foi". E o mais perigoso

ATA 01/02/2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 391
DOC:

nós, capaz de nos permitir uma compreensão mais abrangente, é o Leonel Jospin, do poderosíssimo Partido Socialista do Mitterrand. Todos esses foram rejeitados pelo povo porque, quando chegaram ao poder, em nome da esquerda, foram para a direita, foram para o conservadorismo, foram para o Fundo Monetário Internacional e se entregaram de corpo e alma. E isto é profundamente lamentável. Quando eu estou fazendo um discurso desta natureza, que sempre tem sido o mesmo, quase repetitivo, eu não estou querendo, digamos assim, enfraquecer ou fragilizar ninguém. Ao contrário, nós sempre votamos no Lula, Paim. O Brizola dizia: "Olha, Collares, esse homem é bom. Vem dos confins da miséria, pau-de-arara, rapaz. E chega ao sindicato, o sindicato-modelo, eu tive lá, isso vai ser um colosso". E foi o primeiro a levar para o túmulo a fantástica decepção. A fantástica decepção. Se vocês das centrais não se aprofundarem no problema dos juros, nesse tal de superávit primário, no câmbio, no câmbio, qual é a dívida? Nós tínhamos uma dívida, em 1991, que era de 52 bilhões de dólares. Hoje, é um trilhão. Um trilhão e quinhentos bilhoes de reais. Um trilhao Nos pagamos do salario mínimo aí, Barelli, não é? Isso aí. Coisinha de nada. Nós vamos pagar 157 bilhões de juros da dívida fantástica que está corroendo a economia brasileira. E se as centrais, se os trabalhadores não forem para a rua, num só clamor, numa só bandeira, nós vamos ser enterrados vivos. Nós todos, porque, a cada dia que passa, aumenta mais a dívida. Não tem como se pagar isto e nós tínhamos sugerido ao Lula: "Lula, se transforma no grande mestre, no grande líder do século 21, chama aí os credores nacionais e internacionais". "Não. Não vou fazer calote, não vou fazer moratória". Mas tem que renegociar essa dívida, pois disse, em 2003: "Aí, vem o castelhano, o argentino e diz:"Eu não posso pagar. Eu devo 102 bilhões de dólares, mas não posso pagar mais do que 25%". Passaram três anos sem pagar e depois, quando começou a fazer os comprometimentos, era 31%, só, do que ele devia, o que ele está pagando. Tem um Produto Interno Bruto de 9% ao ano. Se nós, as centrais, os trabalhadores, Calixto, pelo amor de Deus, se nós não esvaziarmos uma grande estrutura do novo modelo econômico, nós vamos "baquiar" junto com os trabalhadores do salário mínimo e vamos também nos afundar, na crise, junto com os aposentados e pensionistas. Por isso, eu gostaria só de fazer essas colocações porque todos aqui trazem contribuições. Mas aprofundar... Qual é a razão, qual é a causa, Barelli, de ter um salário mínimo miserável? Qual é a causa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputado, o tempo de V. Exa. está terminando.

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): É o juro, Doutor, é o juro. Não tem como pagar esse juro. E quem é o Henrique Meirelles? Peça para o Lula reivindicar para você. Vai lá no Lula, dizer: "Lula, de onde é que tu tirastes esse Henrique Meirelles, hein? De onde é que saiu isto?" Pois ele era do PSDB, ele não era do Vicentinho, ele não era do Lula, nem era do Paim, não era companheiro nosso. Quem é que mandou botar isso lá? Quem é que obrigou? E se alguém obrigou, ele entregou a nação, sem dúvida alguma, para ser espoliada, explorada. Queria só fazer esse registro porque, se nós não formos para isso, nós vamos ter outro Presidente. Porque se vier outro, aí, do PSDB, é a mesma coisa. O Brizola dizia assim: "É farinha do mesmo saco, Collares". E os dois estão se aprontando. Se houver a reeleição, a tragédia vai ser igual. Mas se houver um Serra, aí, vai ser igual, vai ser igual, vai ser igual, vai ser igual. Não, tu não podes comparar o pior com o pior. Pelo amor de Deus! Nós somos homens de esperança. Nós não vamos perder a esperança. Agora, não podemos trocar o pior por pior--

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 392
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputado Collares–

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): Aquele que não fez nada com o outro que também não fez nada ou que trocou 6 por 60 ou por meia dúzia. Então, pelo amor de Deus, vamos estudar profundamente a estrutura do modelo econômico novo porque esse que está aí vai nos levar a uma revolução social. Quando as massas saírem dos lugares em que estão para vir às ruas cobrar de nós, acho que os Deputados e Senadores vão ser os primeiros porque têm concedido demais para esse modelo econômico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vai ser a nova Bastilha, ouviu? Passo a palavra, aqui, ao último orador inscrito. É o Deputado Barelli. E, em seguida, vamos passar a palavra para as centrais fazerem as suas avaliações.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Senhor Presidente, Senador Paim, Deputadas, Deputados. Eu não esqueço o que eu disse uma vez: Que o salário mínimo tinha poucos defensores e era luta praticamente de um dia. Eu fui desmentido quando as Centrais Sindicais organizaram a marcha pelo salário mínimo. E hoje, o Vicentinho, aqui, falou dizendo que esta é uma sessão importantíssima pelo que foi dito e eu digo a mesma coisa. Eu acredito que a gravação que a TV Senado vai colocar no ar deveria ser antológica, de ser repetida em vários auditórios porque nós tivemos aqui depoimentos sólidos. A Deputada Vanessa já falou da maturidade do Movimento Sindical. Eu fico muito satisfeito com o que nós ouvimos aqui hoje e com esse resultado. Então, eu quero, eu acho que o Brasil, com essa classe trabalhadora, com esses dirigentes das centrais, ele pode, neste século, resgatar o que não foi feito no século passado. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós não vamos fazer inscrições para as centrais. Nós colocamos a palavra à disposição das centrais para as suas considerações. O Neto, o Antônio Fernando Neto, pediu em primeiro lugar. O Felício, em segundo. O Canindé Pegado, em terceiro. Todos falam. Todos falam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Suas considerações finais.

SR. ANTÔNIO FERNANDO NETO: Obrigado, Presidente. É mais para dar uma resposta, aqui, para a Deputada Vanessa, quando ela fala as duas questões. Vanessa, não é? A questão da Data Base e a questão do percentual de correção. A questão da Data Base era preponderante porque como o orçamento é feito de janeiro a dezembro e o salário mínimo, diferentemente de categorias, é uma coisa que é instituída por Decreto, então, para nós, a negociação com o "Governo", nós já nos conceituamos aqui--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ANTÔNIO FERNANDO NETO: Perfeito. Mas, antigamente, era um Decreto; todo o primeiro de maio, desde que foi instituído, em 40. Aí, a negociação tem que ser feita, se houver negociação e não for feito aqui um projeto de recuperação constante, que defina como é que ele vai ser, deveria ser feito em setembro, agosto, antes da peça orçamentária. Então, nós já nos preparamos para o próximo ano, seja [illegible]

CONFERE COM O ORIGINAL
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 393
DOC:

ano de 2006, vamos pressionar o Governo, não vai ser para discutir em novembro ou dezembro e sim na peça orçamentária. As centrais já se acordaram nesse sentido. Segundo, é que correção, a Vanessa, Deputada, até lembrou que o partido dela está pensando em alguns... Para nós, é o seguinte: O que está defasado, hoje, no salário mínimo são 360% em relação ao piso que nós achamos que seria o ideal, que é o piso do DIEESE, de R$1.600,00. Perfeito? Então, nós estamos dizendo assim: "Quantos anos eu preciso levar para recuperar esses 360?" Não é possível você pegar de 360 e jogar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você tem esperança de acontecer, nessa encarnação, isso?

SR. ANTÔNIO FERNANDO NETO: Claro que tenho. Claro que tenho. [Risos] *Eu sou um homem... Se não fosse isso, eu não acreditaria numa porção de coisas que* já vi, inclusive, o senhor, como Deputado, criá-lo, como Governador, como Deputado, todos os enfrentamentos que nós fizemos juntos ao longo da nossa história.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTÔNIO FERNANDO NETO: Perfeito. Eu já vi a ditadura militar colocar correção de política salarial que o salário, até três salários mínimos, tinha 1,10 da inflação. Era 10% a mais do que a inflação. Eu vi a ditadura fazer isso. Porque que num Governo democrático, popular, nós não vamos conseguir fazer uma correção do salário mínimo mais um percentual X de aumento real para, ao longo de 10, 15 anos, nós recuperarmos? Eu calculei aqui. Se dermos 10% ao ano, de correção real, em 20 anos, a gente não corrige [soa a campainha] a recuperação total. Então, precisa rever. Eu acho que uma média de 10, 12... E o Felício colocou uma coisa muito importante: O ano que a economia for melhor, nós até reajustamos mais, realmente, falando em termos de reajustes reais. Então, essa é a nossa proposta, ouviu, Deputado? No mais, agradecer às colocações de todos os Deputados e Senadores que viram, no acordo que nós fechamos aí com o Governo, um grande avanço, como nós também o vimos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): João Felício.

SR. JOÃO FELÍCIO: Respondendo [inaudível] à pergunta feita pela Vanessa, primeiro é o seguinte: Têm quatro questões, quando se debate orçamento, além de todo o debate sobre investimento, infra-estrutura, a questão social, mas têm quatro *questões que lidam com pessoas, com gente, na peça orçamentária, que é o salário* mínimo, que lida com a grande maioria da população brasileira. A questão do funcionalismo público federal, que está muito vinculado com a peça orçamentária, qual reajuste será? A questão da tabela do Imposto de Renda, que também precisa ser definida, na peça orçamentária, porque isso mexe com orçamento. E a questão do aposentado, da Previdência. Então, essas quatro questões, nós estamos insistindo muito, nos últimos anos, Vanessa, para que seja debatido quando se elabora o orçamento. Quando se debate o orçamento e quando se vota. E aí, não tem jeito desse debate não ocorrer nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro. Eu até reconheço isso, eu até reconheço que há determinadas categorias, como a nossa por exemplo, que são de mais difícil mobilização no mês de dezembro. Os professores... Mas a imensa maioria da população brasileira é um pouco diferente. Nós, inclusive, fizemos, não é, Vicente, a marcha do ano passado, superior à marcha do ano anterior. Parece que está criando, já, uma vontade de mobilização. E eu acho que, se a gente começar a mobilização, mais cedo ainda nós podemos colocar milhões de pessoas neste processo. Agora, a antecipação é para evitar o desgaste. Porque nós, hoje, debatemos salário mínimo duas vezes no ano: Quando se debate orçamento e quando

ATAS 03/2005
DESP. SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 394
DOC:

ele vai ser pago. Então, você fica praticamente seis meses debatendo o salário mínimo. Então, nós queremos efetivar a mobilização, negociação e o pagamento, a partir de janeiro, do que deixar... Acho que seria uma enorme vitória nessa questão. Por isso que é um dos assuntos que nós pedimos a enorme sensibilidade de vocês, de conduzir um processo que provoque a antecipação da Data Base. A segunda questão, que foi levantada tanto pelo Vicentinho, como pelos vários Deputados, Marco, Deputado Alceu Collares e a Vanessa, é a questão do percentual. Há uma abertura das Centrais Sindicais. Qual vai ser o percentual de aumento real? Tem, concretamente, a questão do PIB. Mas o PIB... Se fosse o PIB chinês [Risos] eu faria um acordo já, mas vocês sabem como é que é o crescimento. Há anos que o crescimento é cinco, 6%. Outro ano cai para dois. Se for assim, é uma incerteza. Nós preferiríamos muito trabalhar com a inflação, o PIB e mais um *plus*. O *plus* que nós toparmos debater, o que seria esse *plus*? Pode ser essa alternativa apresentada pela Vanessa, pode ser média dos últimos anos; há uma disposição das Centrais Sindicais para que tenhamos um processo de negociação e que vire lei e com abertura que, num determinado ano, possamos ter mais. Então, não tem sectarismo da nossa parte. Eu acho que tem... Nós sabemos perfeitamente bem para que se recupere o poder de compra do salário mínimo é um prazo a curto, médio e longo prazo. Nós temos clareza disso. Enganam-se aqueles que acham que... Aliás, pelego, gente. Pelego gosta de reivindicar muito. Tinha um famoso pelego, no meu Estado, ele sacava um determinado percentual, mas ele não tinha responsabilidade nenhuma porque ele sabia que não ia conquistar mesmo. Também não ia mobilizar, também não ia fazer nada. Então, tanto faz, quem faz assim, pode reivindicar qualquer coisa, 200%, 300% e tal. Nós temos uma outra estratégia que é o processo de fortalecimento, inclusive, das organizações sociais no processo de discussão e esse retrocesso não pode ocorrer no país. Não importa quem venha no futuro. Foi muito bem reforçado pelo Marco, pelo Vicentinho e por todos os Deputados aqui, o processo de participação nossa porque, aí, você inaugura uma nova fase de discussão no país. Porque é que na iniciativa privada nós negociamos, nós participamos, nós temos Data Base, nós somos chamados? É lei. Nós queremos também ter o direito de negociação com o Poder Público no salário mínimo, no reajuste do servidor, tanto federal como estadual como municipal, nos aposentados. E a questão da tabela porque isso envolve, envolve poder, envolve dinheiro no bolso, envolvem pessoas. Portanto, as Centrais Sindicais têm legitimidade para que isso ocorra. Nós representamos milhões e milhões de pessoas nesse país e nós temos condições de fazer. E quero encerrar, dizendo para o Deputado Alceu Collares que tem sim, ouviu, Deputado, uma enorme preocupação nossa, das Centrais Sindicais, quanto à macroeconomia. E aqui não tem divergência entre nós. Nós achamos que o que segura a economia são juros altos. É um superávit muito elevado. 4,84% é muito alto esse percentual. Isso provoca sangria no orçamento público. Um país como o Brasil, pobre do jeito que ele é, carente de recursos para as mais variadas áreas, área social, infra-estrutura e agora em salário mínimo. É muita coisa 4,84. Devia ter um superávit menor--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOÃO FELÍCIO: É possível que até hoje seja...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOÃO FELÍCIO: E a questão do câmbio? A questão do câmbio, eu não sou economista, mas todos nós somos obrigados a ler, como dirigentes sindicais, muito. O câmbio é monitorado. Ele não pode ser de acordo com o que o mercado estipula. Nos outros países--

Assinatura 0009/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 395
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senhor Felício, o tempo de Vossa Senhoria está--

SR. JOÃO FELÍCIO: Então, tem preocupação nossa, tem posição política das Centrais Sindicais. E agradecer o espaço concedido aqui--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A palavra ao Canindé Pegado.

SR. CANINDÉ PEGADO: Obrigado, Presidente. Bom, nós fomos criticados durante essa negociação, por quê? O que as Centrais Sindicais, enquanto representantes de grupos de trabalhadores organizados, tem a ver com a questão do salário mínimo? Tem muito a ver, Vicentinho. Tem muito a ver, pelo seguinte: Porque, como já foi mencionado, na hora que nós temos um salário mínimo razoável, melhorado, reajustado dignamente, evidentemente que os pisos salariais das categorias organizadas tendem também a se elevar. Então, nós estamos, agora, as centrais, de dois anos atrás para cá, neste contexto, coisa que não aconteceria anteriormente. Nós vimos aqui alguma audiência pública e não tinha esse tipo de resultado que nós temos, que é um protocolo de intenções com três decisões importantes. 1) Fixamos o valor do salário mínimo; Trouxemos para fevereiro; Reajustamos a tabela do Imposto de Renda, progressiva das pessoas físicas, em 8% e foram criados, justamente, os mecanismos para discutir o fortalecimento do salário mínimo. Se alguém tem um documento desses, em situações anteriores, eu diria que não valeu de nada. Apenas que a gente copiou. Agora, duvido que tenha. Este é um documento sim, histórico. E por isso que nós temos que valorizar as nossas negociações, durante esse período, para discutir a questão da recuperação do salário mínimo e também a correção da tabela progressiva do Imposto de Renda. Segundo aspecto, aqui, é como as centrais perceberam essa negociação, Deputado? Eu diria justamente o seguinte, com um entusiasmo muito grande, porque depois que foram criadas, depois que chegamos, fechamos essas discussões. Você vê aqui estabelecidos, pelo menos três mecanismos de discussão sobre o salário mínimo hoje. Você tem a Comissão Quadripartite, no âmbito do Ministério do Trabalho, que estava parada, volta a funcionar já, agora, este mês, já começou a ser convocado o nosso pessoal, as Centrais Sindicais. Segunda, essa Comissão Mista aqui, importante, com passos importantes, fundamentais, ouvimos atores sociais envolvidos no processo. E o terceiro, o Ministério da Previdência também está convocado a discutir a questão da recuperação dos outros benefícios previdenciários. Então, têm três situações em que nós, enquanto atores sociais, estamos envolvidos diretamente. Finalizando, Deputado, quero dizer aqui ao meu amigo Vicentinho, conterrâneo, companheiro, sobre a questão do salário mínimo na nossa região. Ocorre o seguinte, Vicentinho, se considerar que o salário mínimo constitucional, em torno de um mil e seiscentos, mil seiscentos e sete e onze centavos, que seria para sobrevivência digna do trabalhador e sua família, se considerar esse ponto aí, e eu, percebendo que, no Nordeste, para quem ganha até dois salários mínimos, ou seja, R$700,00, é 83% daquela população ativa, 83%. Olha só, eu faço estimativa aqui, Deputado Alceu Collares, que nem 5% da população do Nordeste ganha o salário mínimo vital para a sobrevivência, ou seja, nós somos um país de pobres mesmo. E, como sendo um país de pobres, nós temos que ir à luz daquilo que é possível, é permitido e temos capacidade de chegar a negociar. Concluo, dizendo o seguinte: O papel do Movimento Sindical é este, Deputado Alceu Collares: É negociar, se não for para fazer isto, não deve existir sindicato. Essa é a nossa sina, é a nossa condição. Sindicato existe para negociar e não para ficar em cima do muro. E nós fizemos a nossa negociação.

ATN nº 002/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 3016
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o senhor Moacir Roberto, da CCT.

SR. MOACIR ROBERTO: Senhor Presidente, eu gostaria, nas nossas colocações finais, agradecer a oportunidade, mais uma vez, parabenizar esta Comissão por ser uma Comissão que está discutindo com todo o Movimento Sindical, sem a discriminação das confederações, que é um papel importante, dentro do Movimento Sindical, de outras entidades, outras centrais, as quais foram discriminadas na discussão do salário mínimo. Parabenizo, diz que isso é importante, esta questão. Parabenizar também o companheiro Walter Barelli, o homem do DIEESE, em que passou no nosso DIEESE, órgão importante, reconhecido, passou por todos os Governos mais difíceis que nós tivemos no passado e eles não concordavam com os índices, mas eles respeitavam. Isso é importante no Movimento Sindical, importante para o povo. E também o nosso homem do salário mínimo, Paulo Paim, o homem da dignidade, homem de respeito ao idoso e que sempre trabalhou, foi a base da sua vida, e que mudou da Câmara para o Senado e nunca mudou seu posicionamento. Atingimos os 100 dólares, mas a luta continua para que possamos dar melhores condições ao povo brasileiro. Lamento e volto a lamentar, é que o nosso Presidente tinha um compromisso com a população, de melhorar a questão do salário mínimo. Conforme fiz na primeira colocação nossa, nós acreditamos nisso. Ele perdeu a primeira oportunidade de reajustar o salário mínimo; segunda, a terceira e a quarta. O Congresso Nacional está procurando meios para conseguir colocar esse trem no trilho. Espero que nós tenhamos essa luz, a facilidade e a compreensão [soa a campainha] de todos para que consigamos. Finalmente, gostaria de dizer que os aposentados através da FAPESP continuam reivindicando a participação dela na questão da negociação dos trabalhadores, do salário mínimo. E nós temos eleição esse ano. Nós temos que tomar uma grande preocupação, uma grande, assim, muita preocupação em quem nós vamos votar, porque nós vamos ter, novamente, falsas promessas e vamos ter falsos profetas para resolver a situação do povo brasileiro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra à última central, José Calixto Ramos, Presidente da NCST, Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Isso, isso, isso. A mais nova mesmo. Uma criança ainda. Mas sobre a—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Desculpe.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: –Preocupação da Deputada Vanessa, os colegas já falaram aqui ao meu lado, a Data Base, não implicaria nenhuma dificuldade para o Movimento Sindical, retroceder a Data Base para janeiro. Não implicaria nenhum problema, se mobiliza da mesma forma. E eu acho que, em qualquer época, pode ser final de ano, pode ser Carnaval, pode ser Semana Santa etc, a reivindicar, a turma reivindica mesmo. Nao há problema nenhum. Quando se fala em aumento de salário mínimo, fala sempre em quebrar a Previdência Social. É o que vem automaticamente. E, evidentemente, os estados que não podem pagar, as prefeituras, muito menos. Então, vem aqui, no ano de 2000, o Tribunal de Contas da União publicou uma matéria, aliás, um relatório, dizendo que, dos 82 bilhões recolhidos da CPMF, da Comissão Sobre o Lucro Líquido e da COFINS, que eram dirigidos à Previdência Social, diz lá o relatório, menos da metade foi encaminhado para a Previdência. E o restante foi para o Tesouro, exatamente para o superávit primário. Quer dizer, então, se você considera o INSS, apenas a contribuição para ele, poderá

ATN nº 593/2006
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 397
DOC:

haver déficit. Agora, se você considera a Seguridade Social, aí, já ficou comprovado que não há déficit. Com relação aos estados, o Rio Grande do Sul, me parece, que vai ficar atrás porque o Paraná, o Governador acabou de aprovar, aliás, exatamente do Governador, um salário mínimo de R$437,00. Vai depender, agora, de a Câmara aprovar, vai depender de a Câmara aprovar [soa a campainha] Pois é--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Eu não sei [Risos], mas é o Governador que já disse à população que o salário mínimo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Então, agora ele está comprometido da mesma forma que o Presidente Lula ficou comprometido. Pelo menos isso. Muito bem. Então, eu diria que, como eu disse no início, essa Comissão, na verdade, ela tem uma importância fundamental. E tudo indica que ela marcha para a progressão, para o estudo e progressão do salário mínimo. Acho também, por último, que foi feita Justiça ao nobre Deputado Alceu Collares, que trocou meu nome de José Calixto para Evanildo Calixto, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. [Risos]

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Muito bem. Muito bem. [Risos] Porque eu conheço, eu conheço o Deputado, nós nos conhecemos há cerca de 70 anos, não é, Deputado? E ele sempre trabalhou. 75, não é? E ele sempre foi um baluarte na defesa do salário mínimo. Então, eu agradeço a oportunidade. Espero que continuem chamando as entidades que, num primeiro momento, elas não participaram e nós fazemos questão de estar, juntamente com os demais companheiros, trabalhando em defesa desse processo. Evidentemente, que nós dissemos também, no nosso documento, se não houver uma política de desenvolvimento da economia, o salário mínimo também nunca prosperará. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Palavra ao senhor Erledes Elias da Silveira, representante da CAT, a Central Autônoma de Trabalhadores.

SR. ERLEDES ELIAS DA SILVEIRA: Então, é só na fala da companheira, Deputada, Vanessa, nós entendemos, sim, que essa valorização do salário mínimo, ela, além de apresentar um grande potencial distributivo, ela é uma variável importantíssima para a alavancagem da economia e desenvolvimento. Nós entendemos isso, por quê? Porque, à medida que você dá maior poder de compra para os trabalhadores, essa grande massa, e nós vimos, isso representa até dois salários mínimos, 60% dessa massa produtiva, você vai estar aquecendo o mercado consumidor. E, tendo como conseqüência a geração de demanda para o setor produtivo da economia. Portanto, eu acho que essa Comissão, ela tem um papel que vai muito além da discussão do salário mínimo, porque ela está intrinsecamente ligada a essas questões econômicas e sociais. Essa iniciativa da instalação da Comissão, eu quero entender, que dá um início a um novo formato no processo de discussão político-sindical do nosso país. É essa a visão que a gente tem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos passar a palavra agora ao Relator da Comissão, Senador Paulo Paim, para suas considerações.

ATN nº 093/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 398
DOC:

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, nosso Vice-Presidente, companheiro Walter Barelli, todas as Centrais Sindicais aqui presentes. Meus companheiros, Deputados Federais e Senadores, eu também, de pronto, gostaria primeiro de agradecer a todas as centrais aqui presentes e também o representante, embora não se intitule uma central do coordenador das confederações, que não são filiadas, da minha satisfação. Eu confesso a vocês que, num primeiro momento, vocês lembram, disseram para mim o seguinte: "Paim, liga um por um porque nem todos virão". Eu liguei. E a alegria minha foi porque cada um que eu liguei, de pronto, a resposta foi: "Estarei lá na quinta-feira". Então, eu fico assim muito satisfeito desse momento bonito, como foi dito aqui, da nossa história. Essa unidade do Movimento Sindical em cima dessa grande causa que é o salário mínimo, eu sou obrigado, eu disse, de público e disse a ele aqui, baixinho, que antes de eu chegar aqui no Congresso Nacional, sem sombra de dúvida, o Collares e o Barreto, nosso companheiro Jackson Barreto, contou essa história, levou sempre essa bandeira. O Collares sai, vai ser Governador, enfim, outras missões, e eu acabei ocupando esse espaço. Eu ocupei espaço junto com outros companheiros e sempre apoiado pelo conjunto do Movimento Sindical. Então, eu diria que inúmeros Deputados e Senadores tiveram, nessa caminhada, ao longo desses anos, mas eu acho que o momento mais bonito é esse. Não é aquilo que passou, é esse momento em que o conjunto, que o Movimento Sindical está junto, interagindo junto ao Poder Executivo, conversando com os ministros, com o Presidente e quando o Congresso chama, aqui está o Movimento Sindical, aqui vem para fazer o bom debate, sobre um tema que é tão grato a todos nós. Então, acho que todos nós estamos de parabéns, sem sombra de dúvida. Eu queria também dizer a vocês, nós pretendemos viajar um pouco pelo país, não só nas capitais, e gostaríamos muito de contar com o apoio do Movimento Sindical nesse bom debate lá nos estados e que o Movimento Sindical decida se vai ser no Rio Grande do Sul, por exemplo, se não vai ser em Porto Alegre, vai ser aonde? Lá na Matias, em Canoas? Bom, o movimento no estado e os Deputados e Senadores que decidam. Vai ser na Assembléia Legislativa num certo estado. A primeira, agora, se eu não me engano, é em abril, em Curitiba. Está uma dúvida se será na Assembléia ou no interior. Mas esse debate, para nós é muito bom, até para nós, Deputados e Senadores, a gente sai aqui do fórum do Congresso Nacional e vai lá. Lá, como é que a gente chama, no sindicato? Lá no chão das fábricas, não é isso? No chão de fábrica. Está lá em contato direto com essa realidade. Isso é uma questão, tem uma agenda longa que nós vamos passar também para vocês. Eu não vejo problema nenhum, inclusive, e quero deixar no ar essa proposta, que não é uma proposta, é uma sugestão, da gente, de vez em quando, quem sabe ter até reuniões conjuntas da Comissão nossa com a Comissão do Executivo? Por que não fazer um único debate, numa grande audiência pública, num estado. Estão lá as duas Comissões mostrando compromisso porque alguns temiam que nós íamos transformar o debate da política permanente do salário mínimo num debate eleitoral, visando às eleições. E não é isso que está acontecendo. Quem viu aqui, não é. O debate, aqui, é construtivo. Todos nós queremos construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo. A segunda questão, que move muito essa Comissão, de fato, é a situação dos aposentados e pensionistas. É gravíssima a situação dos nossos companheiros. Eu quero apenas dar um enfoque na seguinte linha: Enganam-se aqueles que pensam que quando a gente quer debater a situação dos aposentados e pensionistas, que nós estamos pensando somente nos nove milhões que estão acima do salário mínimo. Não é verdade. Não é verdade isso. O que eu quero dizer com isso? Nós estamos pensando no conjunto dos trabalhadores desse país. Por quê?

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 201
DOC:

Temos um problema grave que se chama fator previdenciário. Nós tínhamos que fazer um grande movimento por mim, por mim, para derrubar o fator previdenciário. Eu acho que tinha que se fazer um grande movimento, por mim, para derrubar o fator previdenciário. Mas isso é algo que o Movimento Sindical vai ter que discutir, a longo prazo. Mas por que eu digo isso? Porque o companheiro que está na fábrica, hoje, e que não ganha o salário mínimo, que ganha dois, três, quatro salários mínimos, quando ele vai se aposentar, ele pode saber que ele vai receber 70% daquilo que ele recebia de forma direta, só no cálculo; se ele recebia dois mil, ele pode saber que ele vai se aposentar em torno, aí, de mil e quatrocentos, de mil e quinhentos; "de cara", ele perde a participação dos acordos coletivos ou de dissídio coletivo. Se ele tinha, lá, auxílio-transporte, alimentação, remédio, faculdade, família, enfim, dançou tudo. Então, esse companheiro, quando se aposenta, ele passa a ter, eu diria, de forma resumida, se ele recebia três mil, ele vai receber em torno de 60% do que ele estava recebendo. 60%. Pois bem. Ele arranca assim já. Quando vierem os reajustes dos salários mínimos e os reajustes forem, digamos, vamos pegar a última década, só para não ficar em Governo nenhum, eu vou usar uma década como símbolo e se ele receber a metade do percentual dado ou mínimo ou 1/3, não tenham dúvidas. Eu falava em 10 anos. Eu tive um cálculo que o Movimento dos Aposentados me passou. Não vai a oito anos, todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência vão receber somente um seguro social de um salário mínimo. E não é culpa desse ou daquele Governo. É uma realidade que está aí e que nós vamos ter que enfrentar isso. Por isso que, na semana que vem, o debate é com os empresários, mas na outra semana, o debate é com os aposentados. E virão aqui os representantes dos aposentados, conforme nós já consultamos, virá a COBAP, virá o MOSAP, que fala pelos servidores, já que os prefeitos batem tanto no reajuste dos servidores dos municípios; virá o Sindicato Nacional da CUT, virá o Sindicato Nacional da Força Sindical e, se tiverem outros sindicais de caráter nacional, serão convidados, não tenham nenhuma dúvida, para nós fazermos um bom debate sobre essa situação. Eu confesso a vocês que me são simpáticas duas teses, duas teses que eu vou falar, rapidamente, aqui para vocês. Duas teses. Mas o meu relatório, primeiro, será o relatório de nós três. Não será o meu relatório para apresentar à Comissão. Segundo, será o relatório da Comissão. Terceiro, se depender de nós, eu quero ter essa liberdade, esse relatório que a Comissão vai debater será também apresentado às centrais Sindicais para ver se elas concordam com essa linha, que não foi dito muito bem aqui, é essa ligação com o movimento social é que dirige, no fundo nossas vidas. Quem seríamos nós sem o movimento social localizado a dar sustentação a esse debate bonito que está acontecendo? Nenhum. Calcule se você não tivesse vindo aqui hoje? Desmoralizaria uma Comissão do Salário Mínimo do Congresso Nacional, que eu sei que vocês nunca fariam isso. Mas quais são os dois velos, que eu acho, do debate, que eu quero levantar para o debate? Por que é que eu falo na questão do PIB? Se o PIB cresce, em tese, o país ficou mais rico. Por que não olhar para os mais pobres? Nós apresentamos um projeto para o debate. Não é que tinha que ser essa a proposta. Há mais ou menos quatro anos atrás, se o Governo Lula, que eu sou da base do Governo Lula, tivesse aplicado a inflação mais o dobro do PIB, o salário mínimo, em primeiro de maio do ano que vem, seria R$400,00. Sei que, num primeiro momento da economia, tinha lógica, no meu entendimento até... Mas Paim, como é que vamos mudar a inflação ao dobro do PIB, se a gente não sabe nem qual PIB que será? Muito bem. Mas, nos últimos dois anos, foi uma conquista do movimento. A mobilização do movimento social, se vocês analisarem e que foi um aumento e eu tenho aqui os dados de ano a ano como é que foi... Então, ninguém... Não dá para fazer muita política em cima disso que eu falo.

00372005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 400
DOC:

aqui de cada ano, do Governo Collor, do Governo Fernando Henrique, do Governo Lula, do Governo Itamar, do Governo Sarney, exatamente, o que é o salário mínimo, em valor real. Claro que os dois maiores salários mínimos, pega Getúlio e, depois, Juscelino, um pouco mais. Mas tem tudo na tabela porque isso nós vamos ter que debater de forma franca e tranqüila e sabendo que não é luta política em cima do fato, mas se nós conseguíssemos, no eixo que vocês estão falando. Claro que é sugestão ao debate ainda se aprovássemos uma política permanente de [inaudível] do salário mínimo, conforme a inflação e o dobro do PIB, se o PIB foi 1% bom é porque o país foi mal. Todos nós vamos ver, é uma realidade. O PIB foi um, o aumento real é dois; o país foi bem e eu tenho aqui uma tabela que mostra isso. O PIB cresceu 10%, o aumento real seria 20%. Essa tabela aqui é simbólica. Eu fiz uma anotação aqui. Se pegarmos de 1940 a só 2001, um PIB teve um crescimento de 505%. E sabe quanto o salário mínimo? Teve uma redução de 70%. O salário mínimo caiu ao longo desses 61 anos, 70% do seu valor, enquanto que o PIB teve um crescimento de 505. Então, o PIB é uma referência. Eu estou entendendo a posição das Centrais, de muitos aqui. É uma referência para o debate. Não que tenha que ser esta. Pode ser uma Cesta Básica, pode ser uma cesta de índice. Eu acho que nós podemos construir uma grande proposta em cima desse debate. Eu diria para vocês, eu disse outro dia, vou repetir aqui, agora. Se essa Comissão Especial, da qual o Movimento Sindical faz parte, no meu entendimento, vocês são agentes ativos e diretos dessa Comissão, se nós conseguirmos, nesse ano, nesse ano, aprovarmos uma política permanente de recuperação do salário mínimo, que não tem que ser essa aqui; essa aqui é só uma sugestão para o debate, eu acho que nós entramos para a história. Eu posso, depois desse mandato como Senador me sentir gratificado e, quem sabe, voltar para o Movimento Sindical, que é um berço natural de onde eu vim. Então, eu acho que esse grande debate para mim, eu confesso a vocês que eu estou apaixonado por esse debate. Não por essa proposta que eu falei não. Porque essa é uma sugestão. A sociedade, o debate é que vai construir a melhor proposta, mas de uma política permanente do salário mínimo e aquela história que foi dita da Data Base. E, acima disso, o Movimento Sindical vai brigar, vai negociar se o dobro do PIB é pouco; vamos brigar agora por um aumento real, baseado na circunstância daquele momento da história. O outro, uma outra questão que eu quero deixar para o debate, são os encargos sobre a folha de pagamento. E por que isso? É a última frase que eu vou usar agora e, aí, eu vou concluir. Veja bem, se nós pegarmos sobre a folha de pagamento a contribuição de empregado e empregador, dá em torno de 33%, mais ou menos, eu estou pegando. Se pegarmos os outros encargos que vão para a Previdência, que vão também para a Previdência, do COFINS, e outros que vão para a Previdência, não estou nem falando em Seguridade, mas vamos chegar, no mínimo, a 35, a 40%. Se nós, num debate, claro, muito bem aprofundado e discutido com os técnicos, chegarmos no entendimento seguinte: "Empregado não contribui mais com a folha de Previdência e empregador não contribui mais para a Previdência sobre a folha". Deixar bem claro, sobre a folha. E conseguirmos, claro que isso é uma proposta que tem que ser muito bem aprofundada, jogar para o faturamento um percentual que entendemos, via cálculos atuariais, adequado, se são cinco, ou são 10, não sei, se são dois, se são um ou são oito, eu não sei, um índice único. Bom, esse aqui é para a Previdência, esse vai ser para sustentar a Previdência. Esse debate de aliviar a folha e aí eu vou dar a última frase: Banqueiro não é aquilo que... Eu não sou contra banqueiro. Tem que ter banco também. Como é que não vai ter? Mas vamos ver qual é o compromisso social também dos banqueiros. Eu diria o seguinte: Banqueiro, ele emprega 100 trabalhadores, vou dar só como exemplo. Ele emprega 100 e lucra 1000,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS:
DOC:

como exemplo. O empresário que emprega 1000, lucra 100. Então, é justo que quem mais empregue, pague menos que aquele que vai pagar sobre o faturamento. E o banqueiro que lucra muito e emprega muito pouco ou quase nada, Sindicato dos Bancários que o digam, que cada dia desaparece o número de trabalhadores nos bancos, e entra a máquina, eu nem vou entrar aqui no discurso da robótica, da cibernética, enfim, é uma realidade. Então, nós, eu fui Constituinte de 86 para 88, nós sabíamos que a tendência era essa: Cair a folha e a Previdência. Por isso, botamos lá mais quatro, cinco rubricas de arrecadação para a Previdência e, por isso, vocês têm razão quando dizem que a seguridade, em si, é superavitária. Aí, a forma de destinação das verbas é que dá problema. Eu deixo esses dois pontos para o debate. Eu quero dizer que não é nem convicção minha. Eu quero que seja uma convicção nossa. Não dessas duas, de tantas outras propostas. Pode ser que no debate que a gente faça de uma forma coletiva nós cheguemos à conclusão que não é esse nem esse; o ideal é isso aqui. E eu, com certeza, quero assinar embaixo desse relatório que nós haveríamos de construir juntos. Em resumo, meus cumprimentos ao Movimento Sindical. Quero dizer que eu sempre tenho orgulho em dizer que eu sou filho do Movimento Sindical. Cheguei ao Senado devendo muito, muito, muito ao Movimento Sindical brasileiro, pela forma e, se me permitem dizer aqui, eu diria que todas as centrais que estão aqui assinaram um documento para que eu chegasse aqui. Eu quero dar esse agradecimento de público. Todas assinaram. Nenhuma que esteve aqui hoje deixou de assinar. Enfim, e isso. Muito obrigado, desculpe um pouco eu falar mais, quase [inaudível]. Um abraço a todos vocês. [Palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Diz para o Marcos... Diz para o Marquinhos, aqui de Canoas, que as primeiras eleições tuas, nós fomos com o Araújo te ajudar.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, estava lá em Canoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra, de forma especial, e isto é regimental, ao senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente, eu vou respeitar, parece que está sendo terminado. Só queria cumprimentar a Comissão e, sobretudo, este diálogo com os Presidentes das Centrais Sindicais. Haverá oportunidade para outro dia, já que estamos concluindo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado. Agradecendo a presença de todas as Centrais Sindicais, declaro encerrada a 5ª reunião da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, convocando para o dia 14 de fevereiro, terça-feira, às 14 horas, onde contaremos com a presença de representantes das entidades patronais. Muito obrigado aos senhores e às senhoras. Nós queremos convidar aqui...

Sessão encerrada às 13h33

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 402
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

6ª REUNIÃO

07/02/2006

Audiência Pública com as entidades patronais: FLÁVIO BENATTI, Presidente da Sessão de Cargas da CNT, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE; SIMONE SAISSE, Gerente Executiva da Unidade de Relações do Trabalho da CNI, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; CARLOS TADEU DE FREITAS GOMES, Representante da CNC; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO; e LUCIANO MARCOS DE CARVALHO, Assessor Técnico da CNA, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 403
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

6ª REUNIÃO

07/02/2006

Audiência Pública com as entidades patronais: FLÁVIO BENATTI, Presidente da Sessão de Cargas da CNT, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE; SIMONE SAISSE, Gerente Executiva da Unidade de Relações do Trabalho da CNI, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; CARLOS TADEU DE FREITAS GOMES, Representante da CNC; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO; e LUCIANO MARCOS DE CARVALHO, Assessor Técnico da CNA, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 404
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 6ª Reunião

Realizada em 07/02/2006

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e dezenove minutos, na sala 06 da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Heloísa Helena e Rodolpho Tourinho; e dos Deputados Vicentinho, Tarcísio Zimmermann, Cláudio Rorato, Walter Barelli, Leodegar Tiscoski, Cláudio Magrão e Vanessa Grazziotin, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 6ª reunião. Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à Audiência Pública com os representantes das Entidades Patronais. Após breve fala, o Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim e ao Vice-Presidente, Deputado Walter Barelli. Em seguida, passa a palavra aos seguintes representantes. Flávio Benatti, Presidente da Sessão de Cargas da CNT, Confederação Nacional do Transporte; Simone Saisse, Gerente Executiva da Unidade de Relações do Trabalho da CNI, Confederação Nacional da Indústria; Carlos Tadeu de Freitas Gomes, Representante da CNC; Confederação Nacional do Comércio; e Luciano Marcos de Carvalho, Assessor Técnico da CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Registra a presença o Senhor Daniel Antunes, assistente jurídico da FIESP, mas que não fará uso da palavra. Em seguida, falam os seguintes parlamentares: Deputada Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Heloísa Helena, Walter Barelli, Tarcísio Zimmermann e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia 14 de fevereiro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005 DO CONGRESSO NACIONAL, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES E ALTERNATIVAS PARA UMA POLÍTICA DE REAJUSTE PERMANENTE PARA O SALÁRIO MÍNIMO E TAMBÉM PARA OS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, REALIZADA NO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2006, ÀS 14 HORAS E 19 MINUTOS.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 405
DOC:_____

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 3, de 2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões e alternativas para uma política de reajuste permanente para o salário mínimo, e também para os benefícios dos aposentados e pensionistas. Esclareço que a pauta dessa reunião se destina a Audiência Pública com as entidades patronais. Na semana passada, nós ouvimos aqui os presidentes de todas as centrais sindicais convidadas, são oito centrais sindicais, e ainda o representante do Fórum das Confederações. Todos estiveram presentes e colocaram seu ponto de vista sobre esse tema, que eu digo sempre, que interessa a todo o povo brasileiro, que interessa a 180 milhões de brasileiros. Como eu dizia, o meu Presidente já chega, e de imediato eu passo a palavra ao Presidente, que vai coordenar os trabalhos, o nosso Vice-presidente Walter Barelli também se encontra aqui nesse momento. Então, eu passo a palavra aqui para o Presidente, ao lado do Barelli aqui já afirmando aqui que está presente o senhor... Me corrijam, se tiver algum equívoco. O Sr. Flávio Benatti, Presidente da seção de carga da CNT, é isso mesmo? Simone Saisse, Gerente-executiva da unidade de relações da CNI, Carlos Tadeu de Freitas Gomes, CNC, Luciano Marcos de Carvalho, representando a CNA. Passo a palavra ao Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Meu caro Relator desta Comissão desta Comissão, Senador Paulo Paim, Deputado Barelli, e os senhores representantes das entidades patronais. Essa Comissão está vivendo um momento histórico para o nosso país. Esta Casa, em outros momentos nunca discutiu um tema da mais alta importância que é a definição de uma política permanente de salário mínimo para o nosso país. Nós entendemos ser o salário mínimo, hoje, elemento fundamental para o desenvolvimento econômico do país se levarmos em consideração a cadeia produtiva que o salário mínimo oferece, na medida que dá poder de compra ao trabalhador, injeta recursos no comércio, faz a sociedade produzir, gera emprego, gera renda, gera impostos, e a importância que tem o salário mínimo para definir também o salário das demais categorias do país. Então, essa Comissão teve o prazer de receber aqui, na semana passada, os representantes das entidades das centrais sindicais. Eu avalio, juntamente aqui com os demais companheiros, que cerca de 90% dos trabalhadores deste país estiveram aqui representados. E o fato histórico daquele encontro das centrais sindicais foi, sem dúvida alguma, o pensamento unitário que dominou aquela última Audiência Pública. E a maturidade demonstrada pelas centrais sindicais que, independente de qualquer formulação de ordem ideológica, trabalharam na discussão efetiva da melhoria do salário do trabalhador, levando em conta, acima de tudo, o trabalho. E é com esse objetivo que nós estamos aqui hoje para ouvir aqui as entidades patronais que esperamos seja também um momento tão histórico, tão importante quanto foi o da última audiência. Eu gostaria aqui de saber do nosso Relator, Senador Paulo Paim, por ordem de chegada aqui...

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra a nossa ilustre e querida Senadora Heloísa Helena. Aliás, o país agora está conhecendo a nova... o novo nome da orquídea, lançada a Heloísa Helena. Pois é, querida, você

2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 106
DOC:

vê que até os plantadores de orquídea... Aquela máxima do Che Guevara "*Hay* que endurecer, sem perder a ternura". [risos]. Heloísa Helena agora é nome de orquídea, o que é belíssimo para nós, para esta Casa e para o país que lhe respeita e lhe admira, Senadora. [risos].

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Muito obrigada, Deputado Jackson Barreto, e, aliás, viu, meu querido Senador Paulo Paim, ilustre Deputado Walter Barelli, Deputado Cláudio [inaudível]. E todos os representantes das entidades patronais que aqui estão. Eu tenho tido dias muito difíceis na minha vida, e sei que V.Exa. também, Senador Paulo Paim. Dias muito difíceis, e acabei ganhando um presente como esse. Realmente, o bem-informado Deputado Jackson Barreto, que viu lá no Anselmo, realmente, um produtor de orquídeas lá de São Paulo, o Dr. Sérgio, que é uma pessoa por quem todos nós temos admiração, a Lu Meneses, que é uma das mais importantes pesquisadoras de orquídeas e acabou dando a essa humilde Senadora um dos, sem dúvida, um dos presentes mais belos que há e que eu jamais poderia ter que é o nome de uma orquídea branca—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senadora de Pão de Açúcar, do sertão das Alagoas, viu?

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): –Pois é. Do sertão das Alagoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Região que não dá orquídeas, não é, Senadora? [risos].

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): [risos]. Mas a Mata Atlântica de Alagoas, o pouco que sobrou da Mata Atlântica de Alagoas dá orquídea. Mas, meu querido Deputado Jackson Barreto, eu, até a pouco comentávamos, com o Deputado Cláudio e o Senador Paulo Paim que no meu caso, se eu tiver que sair antecipadamente, tenham certeza os representantes das entidades patronais que aqui estão, que não é nenhuma... Não é motivado por nenhuma indelicadeza política ou por desmerecimento das exposições, até porque eu, infelizmente, não desenvolvi a onipresença ainda. A CPI dos CORREIOS acabou convocando quatro personalidades que estão diretamente envolvidas num debate polêmico, de altos estudos técnicos e muitas polêmicas políticas relacionadas ao "Correio Híbrido". Então, só para justificar a V.Exas. e aos convidados, Deputado Jackson, que se acaso eu tenha que sair, não é por nenhum desmerecimento, até porque todos os CDs, todas as fitas, com todas as audiências dessa Comissão, que eu não tenho dúvida, como bem disse V.Exa. é de essencial, fundamental importância para esse Congresso e para o país, eu estou levando, vendo em Casa, quando eu não posso estar em dois lugares ao mesmo tempo. Então, só para justificar para V.Exas. e para os convidados que acaso eu tenho que sair não será por nenhum desmerecimento às contribuições que, certamente, serão disponibilizadas para os parlamentares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Agradecendo as palavras da Senadora Heloísa Helena e, antes de passar a palavra ao Presidente da seção... da Confederação Nacional de Transportes, o Dr. Flávio Benetti, eu... [inaudível]. Benatti, ali tem Benetti. Então, a nossa assessoria para consertar o nome do Benetti por Benatti. Dizer à nossa Senadora Heloísa Helena, que o jornalista Anselmo Góes, de O Globo, é sergipano, foi companheiro da nossa geração e em um dos momentos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 1407
DOC:

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): E é um fofo. Diga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): –É. Um dos momentos históricos das nossas vidas nós fomos companheiros da mesma cela nas lutas democráticas do nosso Estado, do nosso país. O que muito me honra. Eu quero passar a palavra ao nobre Deputado Walter Barelli.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim, Senadora Heloisa Helena, nosso caríssimo Deputado, Srs. empresários, representantes das confederações, só breves palavras para chamar a atenção para a importância do assunto. No Brasil e no mundo, no mundo praticamente até hoje, mas no Brasil até a década de 60, salário, pelo número de pessoas que recebiam, participava com até 66% da renda nacional. Está no livro do Mário Henrique Simonsen sobre o plano de desenvolvimento feito em 1964, já no Governo militar. Os salários no Brasil caíram muito. Mas, essas estatísticas elas são muito difíceis de serem feitas, mas no tempo do Ministro Almir Pazzianotto, com a... A Secretária de emprego era a Dorotéia, depois Ministra Dorotéia, ela calculou em 45% a parte dos salários. Hoje, se nós formos verificar, caiu ainda mais. Está em cerca de 32% a parte dos salários. Quando se fala em repartição funcional da renda, é uma outra maneira de se discutir a distribuição de renda, o que não é salário é renda do capital. Até Dorotéia, as estatísticas mostravam as duas partes. Mas, mais recentemente, o Senador Cristovam conhece muito bem, o que passou a ser feito foi mostrar como, dentro do PIB, qual é a parcela dos salários, qual a parcela do capital ou dos lucros ou outros rendimentos assemelhados a rendimento das empresas e se verifica que nos últimos tempos, o que cresceu muito foi a parcela do Governo. Mas, a parcela do capital continuou crescendo, a dos trabalhadores uma certa estabilidade no seu valor. Sempre são os salários e as políticas de salário que fazem com que essa distribuição se dê. Nós temos uma distribuição de renda injusta, quer pensemos no campo de vista funcional, quer pensemos no que se refere à questão da distribuição pessoal da renda. Como estamos tratando de salário mínimo, e como vamos falar com empresários, que o primeiro depoimento é de uma confederação caçula, que não existia nesse período, e não houve o acompanhamento de tudo isso, mas nós... Esta Comissão tem o papel de fazer um programa, no tempo, para o salário mínimo. E é preciso abrir espaços para a gente discutir todos esses aspectos. O que é que aconteceu do salário cair tanto, ser menos de 40% da renda nacional, o caso dos últimos anos o Governo avançar todo, em todas as rendas, mas, mesmo assim, os lucros crescem bastante. Então, isso que... Esse contexto que nós vamos apreciar na nossa Comissão e queremos ver como que daqui porte é pode surgir uma nova política para o Brasil pensando, principalmente, numa melhor distribuição de renda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Queremos convidar o Dr. Flávio Benatti para compor aqui a Mesa, peço a V.Sa. que possa se dirigir aqui e fazer a sua exposição. Na audiência passada, as entidades dos trabalhadores, cada representante falou durante 15 minutos e, em seguida, abrimos o debate geral. Essa mesma norma nós vamos adotá-la para a tarde de hoje. Com a palavra o Dr. Flávio Benatti, Presidente da Confederação Nacional do Transporte, CNT.

SR. FLÁVIO BENATTI: Presidente da Seção de Cargas da Confederação Nacional—

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 408
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Da Seção de Cargas da Confederação Nacional do Transporte.

SR. FLÁVIO BENATTI: Bem. Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Sr. Vice-presidente, Deputado Walter Barelli, amigo já de muito tempo, Sr. Relator, Senador Paulo Paim. Srs. parlamentares, minhas Sras. meus Srs. Nós fizemos uma nota técnica, uma análise dos... Mais recente da situação, da questão do salário mínimo. Me permita eu fazer a leitura dessa nota e depois até, se for o caso, fazermos algumas considerações. "As considerações fiscais: Nos últimos anos, a política fiscal no Brasil tem se caracterizado pelo crescimento dos gastos públicos em relação ao PIB. Entre 1997 e 2004, esta relação subiu de 15,25 para 17,36%, considerando-se apenas o Governo central. A maior parte desse movimento explica-se pelo aumento das despesas com os benefícios previdenciários. Na contrapartida, a arrecadação líquida aumentou apenas 0,23% do PIB. O déficit previdenciário cresceu neste período, de 0,32 do Produto Interno Bruto para 1,81%. Para compensar esta perda o Governo aumentou o volume de recursos arrecadados da sociedade para o pagamento de benefícios previdenciários, que apenas na esfera federal passou de 19,65 para 25,04 do Produto Interno Bruto, entre 1997 e 2004. Fonte: Da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. O aumento das despesas do setor público e da carga tributária sobre a economia gera a redução do potencial de crescimento. Como o piso de pagamento previdenciário é o salário mínimo, o déficit da Previdência cresce sempre que há reajuste deste valor. Soma-se a isto o fato que o número de beneficiários sempre cresce. Os reajustes do salário mínimo também afetam os gastos previdenciários nos estados e municípios e supre as despesas do FAT com o abono e seguro desemprego. É preciso destacar crescimento dos gastos públicos com relação ao PIB; Considerações sobre o setor produtivo: Juntos, os serviços e comércio empregam mais de quatro milhões de trabalhadores com rendimento inferior a um e meio salários mínimos, de maneira que os reajustes no salário mínimo causam impacto relativamente maior do que nos demais segmentos. As microempresas são mais suscetíveis a alterações do salário mínimo do que as empresas de pequeno, médio e grande porte. Os aumentos na folha de pagamento acima dos ganhos de produtividade da mão-de-obra podem inclusive, inviabilizar alguns empreendimentos. A mão-de-obra menos qualificada, as mulheres, os jovens são mais vulneráveis a dispensa, no caso de elevação do salário mínimo. Dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. As regiões com menores rendimentos estão concentradas no Nordeste e no interior dos estados, e não nas capitais". Em vistas das exposições, a sistemática de atualização de revisão dos valores do salário mínimo não pode ser vista apenas pelo ângulo de uma política de renda e de uma política compensatória. Deve-se levar em consideração um conjunto amplo de fatores que inclua não só a capacidade fiscal do Governo, como também a capacidade financeira das empresas de pagá-lo. Deve-se portanto considerar a evolução da produtividade das empresas, qualquer solução deve ainda considerar a grande diversidade do impacto do salário mínimo por setor de atividade, região, porte de empresa e característica dos trabalhadores. Queria fazer aqui uma consideração, Presidente, porque na realidade, se não houver o crescimento econômico no país, é muito difícil discutir a questão do salário mínimo por valor. O que tem que se promover efetivamente, é o aumento... É o crescimento econômico do país. Porque existem regiões, existem situações que o salário mínimo tem um impacto muito grande. Existem

ASIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 409
DOC:

setores de atividade em que o salário mínimo impacta praticamente nada. Mas, nos setores de serviço, no setor de comércio, efetivamente, ele tem um peso muito forte. E simplesmente, se discutir valores de salário mínimo com o título de que é preciso aumentar a renda, muitas vezes, esses setores da economia também não agüentam, também não aqüentam pagar esse salário. Conseqüentemente, há aí uma quebra de empresas, de pequenas empresas colocando aí no desemprego .muito mais trabalhadores. Então, eu acho que essa questão é uma questão que ela deveria ser tratada com o crescimento, inclusive, setor a setor. Tem setores que, inclusive podem pagar muito melhor, podem estar remunerando melhor os trabalhadores. Nós vemos... A confederação tem essa opinião a respeito. Eu gostaria de deixar essa nota com o senhor, que é a nota da Confederação. E obrigado pela oportunidade. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra à Dra. Simone Saisse, Gerente-executiva da unidade e relação do trabalho da Confederação Nacional da Indústria. V.Sa. tem a palavra.

SRA. SIMONE SAISSE: Obrigada, Presidente Jackson Barreto, eu agradeço aos ilustres Senadores e Deputados, às senhoras e aos senhores, a oportunidade de estar aqui hoje como representante da CNI apresentando as nossas reflexões a respeito de uma política permanente de fortalecimento do salário mínimo. Sabemos que essa é uma questão desafiadora, é um objetivo comum a todos os setores da economia. Por razões históricas, políticas e institucionais a definição do valor do salário mínimo tal como feita atualmente, todos os anos, embora no meu entender tenha o mérito de permitir uma reflexão e uma participação mais aberta da sociedade, inclusive com a definição de prioridades, porque governar é fazer escolhas, ela, sem dúvida, o fato de se realizar da maneira que é feito todos os anos, é motivo de muitas tensões, insatisfações, incertezas, o ganho de um ano pode ser parcialmente revertido no ano seguinte, e quando eu digo ganho eu estou me referindo ao poder aquisitivo, ao poder de compra do salário mínimo, que é o que interessa de fato. Por isso, nós na CNI consideramos extremamente oportuna a discussão, a iniciativa tomada pelo Congresso de estabelecer uma política que assegure o conhecimento, que assegure, na verdade, não só o conhecimento prévio da trajetória do salário mínimo, mas também o aumento do seu poder de compra continuado em um horizonte de tempo maior do que o atual, que é de um ano. Eu vou procurar nao ser redundante, estou certa de que muitos dos meus colegas aqui, representantes do setor empresarial, vão trazer preocupações parecidas. Eu acho que esse é o nosso papel aqui, quer dizer, trazer as preocupações do setor empresarial. Vou tentar não ser redundante, mas introduzir ou reforçar alguns elementos que, no nosso entender, devem estar... Devem ser objeto de consideração na fixação... Na determinação, então... No estabelecimento dessa politica para que ela seja exitosa e atinja os seus objetivos. E eu começo por aí, quer dizer, o que se pretende de fato com uma política de fortalecimento do salário mínimo, eu entendo e estou certa que é a compreensão dos senhores, é o objetivo dos senhores, é melhorar as condições de vida dos brasileiros e brasileiras menos favorecidos. Quer dizer, é isso o que todos queremos no limite, o objetivo final é esse. Isso parece óbvio, mas eu começo por aí, reforçando esse objetivo para que ele não se perca de vista nas avaliações das políticas públicas que venham a ser desenvolvidas aqui, porque muitas vezes visando ao bem e cheios de boas intenções, muitas vezes não se avalia o alcance completo de uma política pública e os resultados obtidos podem ser frustrantes, muitas vezes contrários àqueles

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 490
DOC:

pretendidos inicialmente. Então, eu acho que isso a gente não pode perder de vista, quer dizer, melhorar as condições de vida dos brasileiros e brasileiras menos favorecidos. Então, nós entendemos que para garantir esse objetivo a política escolhida deve obedecer a algumas condições. A primeira é beneficiar, de fato, os extratos mais pobres da população, mas como um todo. Não, parte dele em detrimento dos demais. porque muitas vezes essa discussão ela é vista como uma distribuição de renda dos mais ricos, efetivamente, da sociedade para os mais pobres. Distribuição de renda é isso, de fato. Mas, não se pode perder de vista que na fixação de uma política permanente para o salário mínimo há um risco... Há um risco, não desprezível, de que na verdade acabe se beneficiando um grupo de trabalhadores menos favorecidos em detrimento de outros trabalhadores igualmente desfavorecidos, que são aqueles que estão hoje fora do segmento formal do mercado de trabalho. Ou... Fora, na verdade, como um todo, do mercado de trabalho. E o atendimento dessa condição, ou seja, beneficiar os extratos mais pobres da população como um todo, ele decorre de outras duas condições que devem ser observadas e que já foram mencionadas pelo meu antecessor. Quer dizer, é importante que essa política seja suportável para os setores público e privado da economia, quer dizer, ela tem que ser uma política no tempo, quer dizer, suportável. no tempo, quer dizer, suportável do ponto de vista da capacidade de pagamento e sustentável, no tempo. Se essas duas condições não forem satisfeitas, na verdade não se chegará ao objetivo maior que é beneficiar e de forma continuada os extratos, as camadas mais pobres, menos favorecidas da força de trabalho. Então, detalhando o pouco mais o porquê dessas pré-condições, olha, reajustes que não podem ser absorvidos pelos setores produtivos podem resultar em aumento do desemprego e/ou da informalidade. Quer dizer, essa é uma experiência que a economia brasileira já tem. Quer dizer, se a política ela redundar em algo desse tipo o aumento do poder aquisitivo e a melhora das condições de vida de parte da população carente, que virá, é verdade, quer dizer, aqueles que permanecerem no segmento formal do mercado de trabalho ganhando um salário mínimo terão a melhoria das suas condições de vida, os aposentados, os pensionistas, igualmente, mas isso pode se dar às custas da redução da renda e piora das condições de vida da outra parte. São aqueles que perderão eventualmente os seus trabalhos, em decorrência dessa política pública, ou serão lançados à informalidade. Então, para os quais o salário mínimo ele funciona, como pode funcionar como um referencial, mas certamente com impacto menor, quer dizer, o reajuste teria um impacto menor sobre esse grupo. Por sua vez, se o impacto sobre as finanças públicas for insustentável, o aumento das despesas com a seguridade social se dará ou às dispensas de despesas com o capital físico e humano, ou seja, ou transferindo despesas, gastos que são feitos com educaçao, saúde, infra-estrutura... Ou com aumento da carga tributária. Em ambos os casos o crescimento econômico tenderia a ficar comprometido e a política de fortalecimento do mínimo estaria, na verdade, reduzindo a pobreza presente em troca de mais pobreza no futuro. Então, eu... Enfim, eu sou Economista e a economia... A melhor definição, talvez, dessa ciência, para mim é o fato de que... É a consciência de que não há nada de graça e de que é importante fazer escolhas. Então, eu acho que não há mágica, o que a gente nunca pode perder de vista ao discutir uma política é que não há mágica, de que há prós e contras, perdas e ganhos, e que o desafio está em encontrar a solução que traga os maiores ganhos líquidos, como a gente diz, quer dizer, em que os ganhos superem na maior extensão possível as perdas. Então, eu acho que essa é a mensagem principal.

ATN MPV 403/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 431
DOC:

quer dizer, para que os objetivos propostos sejam atingidos, a discussão sobre o tema deve ser sensível tanto aos aspectos distributivos, que são os primeiros que aparecem, são sem dúvida nenhuma relevantes, quanto as questões de ordem macro e micro econômica. O nível atual do salário mínimo ele é reduzido para as necessidades básicas do trabalhador brasileiro, a despeito de um aumento não desprezível em termos reais nos últimos anos, o salário mínimo... O poder de compra do salário mínimo de 97 para cá ele subiu quase 38%. Não é um aumento desprezível, mas o nível atual ainda, sem dúvida, é reduzido para as necessidades dos trabalhadores. Mas isso não é um resultado de decisões arbitrárias. Na verdade, é resultado de anos de estagnação econômica, regulação inadequada, descontrole inflacionário. Não há dúvida que os mais pobres, os trabalhadores de menor renda são os que menos tem condições de se defender de um avanço... Menos condições tem de se defender da inflação. E portanto, numa conjuntura, como já tivemos no passado, de descontrole inflacionário são eles os que sofrem primeiro e mais sofrem, e desequilíbrios financeiros do setor público que impediram e ainda hoje limitam um aumento mais substancial do piso salarial do país. Portanto, o nosso... Quando eu digo nosso é porque eu trago as reflexões da CNI, não minhas reflexões pessoais apenas, o ponto de atenção que gostaríamos de trazer é que é fundamental que o reajuste ou uma política de reajuste do salário mínimo leve em conta as possibilidades da atividade econômica. Isso não é particularmente difícil, quer dizer, para serem absorvidos pelo setor privado sem pressões de custos, os reajustes reais devem acompanhar o aumento da produtividade da mão-de-obra. Essa é uma regra simples na economia. Quer dizer, se os salários crescem em proporção, acompanhando o aumento da produtividade do trabalho isso não gera nenhuma pressão de custos e pode ser absorvido sem dificuldades. Obviamente, que quando a gente fala em ganhos de produtividade a gente, em geral, numa política pública vai lançar mão de algum indicador médio e como toda média, por definição, não reflete a situação da diversidade de setores produtivos e da própria situação fiscal de todos os entes federais. Mas, ainda assim, quer dizer, ao levar em conta um critério médio, minimizam-se os problemas em que poderiam ser gerados pela desconsideração de algum critério econômico. A avaliação dos impactos fiscais é igualmente importante, como já mencionei, também mencionou o Sr. Flávio Benatti, da CNT, além dos benefícios previdenciários, que logo são os primeiros a serem mencionados quando se discute aumento do salário mínimo, também há que se considerar o aumento dos benefícios assistenciais pagos em função da LOAS e da renda mensal vitalícia que representa uma fonte adicional de gastos não desprezível, assim como as pressões adicionais sobre gastos com pessoal no setor público, não foi a toa que os municípios se declararam muito preocupados com o último aumento determinado para o salário mínimo e também sobre as despesas do FAT, com abono e seguro desemprego. Nós da CNI fizemos algumas simulações para o comportamento dos gastos com benefícios previdenciários e assistenciais em diferentes cenários de aumento real do salário mínimo. E em todas essas simulações nós identificamos a tendência ao aumento do déficit da previdência em relação ao PIB [soa a campainha]. O que é interessante mesmo na hipótese de desvinculação de benefícios e pensões. Ou seja, a desvinculação, também objeto de vários debates, ela não significaria a ausência de restrições fiscais a aumentos reais do salário mínimo. E para concluir, nós reforçamos, nós nos somamos aqui às colocações do representante da CNT, nós entendemos que uma regra que foi... Não uma regra, mas uma proposta, um parâmetro que foi utilizado

ATN fls. 192/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 412
DOC:

pela LDO de 2006 que foi assumir para o reajuste do salário mínimo em termos reais, a variação do PIB *per capita*. Isso foi embutido na LDO de 2006. E essa regra ou esse pressuposto... Continua a hipótese. É considerado um avanço porque ele usa como critério básico para reajuste uma variável que infere o ganho de produtividade do trabalho que é o aumento do PIB *per capita*. Que próxima o ganho de produtividade do trabalho. Então, é uma regra que, obviamente, como toda regra tem os seus problemas, mas que tem o mérito de considerar esse parâmetro econômico e, portanto, tende a se mostrar sustentável economicamente e criteriosa. Então, se essa regra fosse reproduzida, quer dizer, a recuperação do salário mínimo passaria a ser função do crescimento demográfico e do crescimento econômico. O crescimento demográfico é uma variável que está dada, que hoje não nos preocupa, a população brasileira cresce em média pouco mais de 1% ao ano e a variável crítica, efetivamente, aí eu volto ao ponto levantado pelo Sr. Flávio Benatti, é o crescimento econômico. Quer dizer, com o crescimento econômico de 7% ao ano em termos de PIB, em termos reais, um crescimento de PIB 7% ao ano, o poder de compra do salário mínimo poderia dobrar em um horizonte de cerca de uma década. Bom, uma década é muito, exige muita paciência. Sim, mas a verdade é que nós estamos patinando nessa questão há muito mais tempo que isso. Então, isso já representaria um progresso. Portanto, na nossa avaliação, a agenda de fortalecimento do salário mínimo ela não pode estar, não deve estar dissociada da agenda da aceleração do crescimento econômico. 7% à luz, à vista dos parâmetros de hoje, parece muito, mas foi o nosso crescimento médio anual no período que vai do pós Segunda Guerra até o final da década de 70, quer dizer, antes que se iniciasse a década perdida. Eu acho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Sa. tem mais um minuto para concluir.

SRA. SIMONE SAISSE: Com isso eu encerro, Presidente, obrigada. Eu acho que essas são as nossas principais considerações. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convidar aqui para a Mesa agora o Dr. Carlos Tadeu de Freitas Gomes, Confederação Nacional do Comércio, e o Dr. Luciano Marcos de Carvalho, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Queremos registrar aqui a presença também do Dr. Daniel Antunes, assistente jurídico da FIESP. Tem a palavra o Dr. Carlos Tadeu de Freitas Gomes, representando a Confederação Nacional do Comércio.

SR. CARLOS TADEU DE FREITAS GOMES: Presidente, Deputado Jackson Barreto, Vice-presidente, Deputado Walter Barelli, Senador Paulo Paim, senhores presentes, Sr. Senador, também Sra. Senadora, para nós da CNC é realmente muito importante estarmos aqui porque realmente o comércio é um dos setores que tem maior ganho com o aumento da renda real da população. Evidentemente que quanto melhor for a renda real, melhor será a venda real do comércio. Nos últimos anos nós temos observado que o faturamento real do comércio tem caído. A partir do ano passado é que ele aumentou substancialmente. Mas, desde que foi criada esta pesquisa, que nós temos do IBGE, que tenta mensurar as vendas reais do comércio, foi criada seis anos atrás, o comércio tem tido dados ruins, negativos. A partir do ano passado é que o comércio teve uma evolução muito boa. Ano anterior também, em 2004 o comércio teve uma evolução bastante satisfatória, é provável que o comércio tenha crescido ano

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 413
DOC:

passado 5%, cresceu 9% no ano 2004, esse ano a nossa expectativa é de um aumento nas vendas reais do comércio na faixa de 6% que é um número razoável para quem estava crescendo menos. Isso devido a quê? Devido, principalmente à estabilidade de preço na economia brasileira com o regime de meta de inflação que possibilitou ancorar as expectativas inflacionárias e melhorou um pouco a massa real de renda de salários. Evidentemente, como é que se encaixa aí o salário mínimo? O salário mínimo para nós, principalmente é um ponto de crescimento econômico. Quer dizer, o salário mínimo ele, como diz o nome, é o mínimo, o Brasil já tem vários estudos feitos, bons trabalhos mostrando que aumentar o salário mínimo cai a pobreza. Isso é indubitável. A região Nordeste é uma dependência muito grande do salário mínimo. Agora, nós temos vários aspectos a serem levados em conta. Eu acho que o principal aspecto dele é o seguinte, a nossa economia ela precisa crescer mais para que o Brasil possa ser mais generoso em termos de aumentos reais do salário mínimo. Eu acho que o aumento que foi dado esse ano foi bastante satisfatório, como a expectativa de inflação é de queda, vai dar um ganho real muito bom, principalmente a partir do mês de maio, porque a expectativa do IPCA é de queda, isso se transforma em poder de compra que por sua vez permite o comércio a vender mais, os governos vão arrecadar mais também e conseqüentemente isso é um ganho para o crescimento econômico. O lado ruim da moeda, como toda moeda tem o lado bom e o lado ruim, como nós já sabemos, já foi dito aqui várias vezes, é o lado das despesas públicas, é o cunho fiscal do salário mínimo. Essa é que... Eu acho que seria palco dos nossos debates constantes, porque não há dúvida que para o setor produtivo, o salário mínimo real ele tem que ser sempre o melhor possível desde que não afete também a produtividade... [inaudível]. Da área, quer dizer, se é uma produtividade muito baixa, não permite ganhos reais excessivos. Mas, tendo em conta que o setor real da economia brasileira ele é um setor também penalizado pela taxação exagerada, pelos juros reais astronômicos, então, toda hora que ele tem que gastar mais, ele também ele é penalizado pelo outro lado da moeda. Então, olhando desse outro lado da moeda é que eu acho que nós temos que enfatizar o salário mínimo real. Até que ponto o Brasil ele vai agüentar um crescimento da dívida pública mobiliária que se ano passado foi de 20% em termos nominais, coincidentemente em termos reais está crescendo 12% igual o salário mínimo vai crescer agora, porque realmente os nossos juros reais são estratosféricos isso não permite ao próprio Governo a gastar mais onde tem que gastar. Na área de investimentos, por exemplo. Então, toda hora que aumenta a despesa da Previdência, o Governo é obrigado a cortar investimentos que é fundamental para a economia brasileira. Por sua vez, o custo dos juros reais hoje sobre o PIB, o ano passado bateu na faixa de 7,5%, o ano de 2003, quando o Brasil precisou apertar mais a política monetária, os juros reais chegaram a 7% do PIB, o ano passado, que a inflação já estava em queda, que existia uma liquidez internacional muito boa o juros reais chegaram a nível de 7,5%. Então realmente inibe, constrange qualquer iniciativa de você aumentar o crescimento econômico. O empresariado ele hoje está amarrado pela taxação, que hoje é uma das maiores cargas tributárias em relação ao PIB e está amarrado pelos juros reais. O pequeno e o médio empresário principalmente, e o grande não. O grande tem alternativas, ele vai e toma recursos a custos mais inferiores, tem acesso aos mercados internacionais, os grandes exportam. Agora, o pequeno e médio realmente estão muito apertados. Agora, o salário mínimo ele é fundamental para o mercado informal de trabalho também, que usa o salário mínimo como um certo farol. Apesar de nós não termos dados sobre esse mercado informal do

AVI Nº 005/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 4184
DOC:

trabalho, estatísticos, mas ele tem um componente muito importante no Brasil em termos de demanda agregada. Então, devido a isso, toda vez que há aumento no salário mínimo, permite você segurar um pouco a economia. Por exemplo, se nós olharmos a renda média do trabalhador nos últimos anos, nos últimos dois anos, não tem crescido muito. Ano passado cresceu um pouco mais devido à baixa da taxa inflacionária. Mas, apesar da renda média não ter crescido, o salário mínimo cresceu nesses últimos três anos em termos reais, o que deu uma contrapartida a uma renda média que andou mais devagar. Por que é que andou mais devagar a renda média? Pelo fato de a economia não crescer o suficiente, ela estava toda embalada para crescer em 2005 quando houve um cerceamento do crescimento econômico por uma expectativa de trazer a inflação para níveis da meta central, 5,1. Isso aí trabalhou toda essa política que já estava engatilhada de crescimento econômico que é a política fundamental para nós sermos mais pródigos no salário mínimo. O comércio ele tem se beneficiado, nos últimos dois anos, de uma economia que está convivendo em níveis mais baixos de inflação. Isso é fundamental. Quer dizer, nós podemos criticar aqui o lado ruim do aumento da dívida pública, que os investimentos públicos têm sido baixos, mas nós temos que elogiar a estabilidade e preços, que tem dado ganhos reais aos salários, e principalmente ao salário mínimo. Porque... À medida que ele é dado geralmente em um mês, que em termos sazonais é bom para a perspectiva inflacionária, o mês de abril e mês de maio é onde os índices inflacionários ficam menores, porque não têm pressões de outros preços na economia. Então, por exemplo, esse ano o aumento do salário mínimo vai injetar recursos, realmente, porque vai ser num momento de inflação muito baixa. O que vai favorecer as vendas na área do comércio, vai favorecer também em termos de mais impostos, quer dizer, o Governo vai arrecadar mais. Agora, o grande ponto é que não é possível aumentar mais a carga tributária para sustentar níveis de salário mínimo reais mais elevados. Quer dizer, o Governo vai aumentar sua despesa, mas não pode aumentar a carga tributária. Onde é que ele tem que apanhar recursos, então? Existem recursos. Primeiramente, uma prática de taxa de juros reais mais módicas, nós estamos pagando juros reais de 13% ao ano, enquanto que o normal é 4, 5% ao ano. No passado, o Deputado Walter Barelli se lembra muito bem, nós tínhamos taxas de juros reais na faixa de 6, 7%, e o país caminhava, o país andava. Agora, dobrando a taxa de juros reais realmente... É realmente um monumento para o crescimento da dívida pública interna. Outra coisa mais importante, quer dizer, não é focalizar só no salário mínimo, mas é importante focalizar também que... Ontem, por exemplo, o Secretário do Tesouro falou que a previdência não está mais suportando, tem que fazer uma reforma, o Brasil precisa de um acordo mais amplo, acordo social. É importante, mas agora, por sua vez, a grande... O que tem que ser feito hoje é uma racionalidade maior na política macroeconômica. Por quê? Porque se nós olharmos, por exemplo, que hoje quem aplica no mercado financeiro, os chamados rentistas estão tendo ganhos reais extraordinários em função dessas "benesses" de pagar taxas altas na dívida pública interna. E outras coisas, quer dizer, a recente troca de dívida cambial, que é uma dívida barata por uma dívida... Indexar à taxa de juros levou também a perdas fiscais. Então, acho que hoje o Governo tem que estar preocupado com a perda fiscal. Ele não pode se dar ao luxo de exagerar na dosagem, de praticar juros reais elevados, não pode exagerar ao fazer trocas de dívidas que tenham ônus fiscal para que ele possa cortar menos em outras áreas como investimento público, por exemplo. Agora, eu acho que em termos políticas de salário mínimo,

AVISO nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 415
DOC:

qualquer indexação, quer dizer, a política que signifique uma indexação no salário mínimo não é muito bem-vinda do ponto de vista de gerar uma nova perspectiva de indexação da economia brasileira. Agora, gerar uma certa relação, correlação do aumento real do mínimo com o PIB *per capita*, isso é importante, como está andando hoje realmente o nosso trabalhador, está mais produtivo, menos produtivo. Agora, do ponto de vista prático realmente vai ser difícil, Deputado, nós termos uma fórmula no momento que a expectativa inflacionária ela é de queda, mas a expectativa de crescimento econômico ainda... É meio na dúvida. Quer dizer, o Brasil está crescendo esse ano de novo, e vai crescer mais do que cresceu... No ano passado provavelmente o nosso PIB tenha crescido 2,2. A taxa é muito pequena. Os países emergentes cresceram muito mais do que o Brasil. Esse ano, crescendo três e meio ainda a taxa é muito pequena. Então, enquanto nós não começarmos o nosso vôo maior de cruzeiro, quer dizer, nós não tivermos uma taxa de crescimento econômico que seja sustentável ao longo do tempo, é difícil falar numa política de indexação de salário mínimo às variáveis macroeconômicas, porque a economia vai sempre crescer pouco, então, eu acho que é importante agora, nessa fase, nós termos realmente aumentos reais de salário mínimo e realmente há espaço para o setor produtor agüentar aumentos reais de salário mínimo sem conseqüências maiores, desde que esse aumento real seja palatável, e porque também ele está se beneficiando desse aumento real ao vender mais. Agora, por sua vez, se nós olharmos também a política cambial ela tem ajudado também o salário mínimo, porque o poder de compra em dólar tem crescido bastante, é uma variável e também é muito importante a ser levada em conta, porque às vezes fala: "Não, nós temos que ter nossa moeda depreciada para exportar mais". É evidente que o real não pode ser uma moeda valorizadíssima como já foi no passado, mas também nós não podemos deixar que cada consumidor, cada trabalhador ganhe com os nossos termos de troca mais favorável, no comércio exterior. Isso tem ajudado também o salário mínimo pelo seu poder de compra em dólar devido aos termos de troca do Brasil que melhoraram lá fora, as nossas *commodities* [inaudível]. De preço. Em qualquer circunstância eu acho que nós estamos na rota correta, é importante esse tipo de discussão que nós estamos tendo hoje aqui e eu acho que realmente, para o comércio, o que interessa é crescimento econômico como também para a indústria e transporte. Mas, o comércio esse é o item... É o que se beneficia mais de uma melhora na renda real do consumidor, porque ele... O comércio tem que ter liberdade, tem que ter fronteiras abertas, e tem que ter mais vendas, e o salário mínimo real em níveis compatíveis [soa a campainha]. Desde que isso não penalize muito nossa dívida pública, que é o ponto que eu acho mais importante, ajuda realmente a aumentar as vendas reais do comércio. Obrigado, Deputado. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Dr. Luciano Carvalho, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

SR. LUCIANO MARCOS DE CARVALHO: Caro Deputado, Jackson Barreto, primeiro nossas escusas, quem viria aqui seria o Dr. Rodolfo Tavares, que é o representante e eu hoje... Me desculpe mais uma vez, eu estou absolutamente afônico, mas eu gostaria, mesmo assim, de tentar colocar algumas premissas de trabalho e que a gente iria traduzir isso também numa nota... Num procedimento que entregaremos para o senhor até sexta-feira, se possível. Caro Walter Barelli, Deputado Barelli, Senador Paim, Professor Cristovam, Senadora Heloísa Helena. Bom, em cima dessa

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 416
DOC:

reflexão que nós iríamos construir com os senhores hoje, ela é fundamentada num tripé, aonde a gente tenta buscar o equacionamento da questão do mínimo, da remuneração, aonde a gente buscaria essa questão com as políticas de Estado que é uma variável muito forte, independente onde é que se enquadra aí previdência e a questão fiscal. Só da Previdência, eu gostaria de lembrar, com relação à política do segurado especial hoje são 50 bilhões. É um programa... É talvez o maior programa social da América Latina, é um programa que tem um alcance incrível, principalmente nas regiões menos favorecidas. Mas, é necessário o equacionamento desse impacto do mínimo com a política pública, então, é uma variável que tem que ser assim equacionada dentro do âmbito dessa esfera de Governo e sociedade para definição dessas políticas públicas ou de como vamos separá-las para analisar. O segundo eixo dessa conversa, bom, essa conversa passa também pela questão do ônus da folha de pagamento sobre a folha de salários e o setor tem já alguns fatos, alguns tratamentos diferenciados que deram certo e que vêm dando, o nosso setor é tributado sobre faturamento. Então, eu acho que por aí tem um viés interessante que nós podíamos explorar nessa questão do salário. E o terceiro eixo... Perdão, esse é o primeiro eixo. O segundo eixo seria nessa questão do exercício das relações de trabalho, que é o exercício sindical aonde também tem muita coisa que pode se evoluir, readequar e buscar porque as flexibilizações hoje são, de certa maneira, pequenas ainda, de modo a permitir melhor distribuição, melhores ganhos e melhor divisão para isso tudo. E finalmente, o terceiro eixo que a gente iria analisar é a questão econômica, aonde a questão da produtividade e da competitividade e desse equilíbrio do coletivo e do individual, que isso é muito importante, é determinante para o... Até quando a gente pode... Porque seria muito... Será que é interessante manter exclusivamente dentro... A questão do salário mínimo dentro do âmbito só coletivo? O que é que nós poderíamos andar nessa... Marchar nessa questão individual da produtividade. A produtividade, quando falo em produtividade, pessoal, é dentro do sentido econômico e não do abuso... Da forma. Da forma de se buscar a produtividade do trabalho e a produtividade econômica. Então, nessa nota é que a gente queria trazer aqui para a discussão. Infelizmente... E eu acho que se eu insistir, eu vou é cansá-los e tomá-lo desagradável essa conversa. Mas, agradecemos a oportunidade e ficamos aqui à disposição para se for incitada a participar dos debates e apresentar a nota ao final. Obrigado. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convidar para a Mesa o... [inaudível]. Vamos abrir o debate. Inscrita aqui a Deputada Vanessa Grazziotin, para quem passamos a palavra agora.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós estamos dando um espaço, que eu acho que é importante, para os Deputados e Senadores presentes. A Mesa, em seguida, faz algumas considerações, algumas perguntas, mas eu acho que abrir um espaço para termos o privilégio de ouvir aqui sobre o tema Vanessa Grazziotin, Senador Cristovam e Heloísa Helena eu acho que é importante para nós todos.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Imagina. O privilégio de todos nós seria ouvir o Relator, mas não tenho dúvida que ao final dos debates ouviremos uma brilhante explanação do Senador Paulo Paim. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar os convidados do dia de hoje e dizer que nós estamos aqui, conforme o Presidente já deve ter exposto, num conjunto nesse primeiro momento

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 417
DOC:

debatendo com todos os segmentos da sociedade, semana passada tivemos um debate riquíssimo com todas as centrais sindicais, que aqui estiveram e hoje estamos tendo esse debate importante também com os representantes patronais, dos setores patronais. Eu entendi que os senhores estariam deixando à Comissão, pelo menos, vários representantes de várias confederações, algumas sugestões por escrito. Seria importante. Agora, eu peguei algumas intervenções, não peguei desde o início, e percebo algumas coincidências, algumas preocupações que estão presentes em todas as intervenções dos senhores. Uma delas diz respeito ao desequilíbrio das contas públicas basicamente por conta da Previdência Social. A gente tem debatido muito isso aqui na Comissão, mas chegamos à conclusão que a Previdência Social ela não é algo isolado, ela faz parte do sistema de seguridade social brasileiro. E quando a gente analisa a seguridade social brasileira, a seguridade social brasileira não é deficitária. Ela não é deficitária. Então, nós entendemos que, ao invés de levantarmos esse aspecto, Senador Cristovam, como um aspecto de impedimento para a recuperação do valor real do salário mínimo, nós devemos levantá-lo de outra forma mostrando que é preciso tratar a seguridade tal qual determina a Constituição brasileira. E da seguridade faz parte como um dos elos, um desse tripé a Previdência Social. Ela, por si só, nos seus números secos, o quanto arrecada e quanto paga de benefícios talvez seja deficitária, mas a seguridade não é. Os recursos para a manutenção da seguridade social, de acordo com estudos feitos por inúmeras entidades, e negado nem pelo Governo, seriam suficientes para garantir esses impactos do salário mínimo, de aumento de salário mínimo no setor público, enfim. Eu defendo essa tese. Mas tem aqueles que defendem, por exemplo, a tese da separação, do piso do salário mínimo para o benefício da Previdência Social. Eu queria ouvir de forma mais clara dos senhores. Qual é mesmo a opinião em relação a isso, se seria possível falar de forma mais clara, aberta. Eu tenho uma opinião clara, aliás, há vários de nós aqui contra isso. Achamos que não é, de longe, separando o salário mínimo do teto da Previdência que a gente vai resolver os problemas da economia brasileira, pelo contrário, nós estaríamos agravando ainda mais o problema do aposentado brasileiro. Esse sim, que vive vê um problema sério. Não há vinculação qualquer no país mais de valor de benefício para manter. Não há qualquer expediente que garanta a manutenção do poder de compra do benefício recebido. A não ser o piso. Então, se o trabalhador se aposenta com o mínimo, ele terá direito ao mínimo sempre, pelo menos dentro da política adotada no momento. Mas, os demais aposentados, esses não têm qualquer vinculação. E o que acontece? Acontece que cada vez mais eles vão se aproximando, os benefícios desses aposentados vão se aproximando do salário mínimo. E não vai demorar muito, nós teremos uma massa... O Senador Paulo Paim toda reunião levanta esse aspecto, que é grave. E nós estamos dispostos nessa Comissão, a debater essa matéria também. Não só como recuperar o salário mínimo brasileiro, que política podemos adotar visando a essa recuperação, mas como garantir, também, o poder aquisitivo dos aposentados brasileiros, porque nós estamos vivendo, nos aproximando de um momento extremamente delicado. Extremamente delicado. Insuportável para a maioria dos aposentados brasileiros. E eu consumo dizer, Senador, que eu não preciso buscar o exemplo de fora não, eu pego o exemplo dentro da minha casa, o meu pai, que é um aposentado do INSS, quanto ele ganhava quando se aposentou e quanto ganha hoje. Primeiro, o teto da Previdência está muito distante de vários níveis salariais. [soa a campainha]. Enfim, esse é um aspecto. E o outro aspecto, Sr. Presidente, já para concluir, diz respeito à adoção de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 418
DOC:

salários mínimos regionalizados. Olha, saiu no Jornal da Câmara, do dia 6 de fevereiro, acho que é de ontem, de segunda-feira, Sr. Presidente, uma matéria que traz, aliás, V.Exa. muito bonita aqui ilustrando a matéria, Deputado Jackson Barreto, muito elegante, como sempre. [risos]. Mas na matéria diz o seguinte em seu final, que há quem defenda diferentes valores de salário mínimo para cada região do país e cita quem defenda o meu nome. Eu nunca falei isso aqui. Então, eu gostaria, Presidente, que V.Exa. faça aqui um apelo ao Jornal da Câmara, um apelo para que corrija isso. Pelo contrário, eu sou uma das defensoras, uma das maiores defensoras do salário unificado no Brasil inteiro. Mesmo porque eu não represento aqui o Sudeste brasileiro, uma região rica, que certamente teria condições de garantir um salário maior em decorrência da fatia do PIB que detém e eu venho do Norte do país, então, mais do que ninguém eu sou contrária a isso. Então, Sr. Presidente, que solicitasse que fosse corrigida essa notícia até em forma de errata do Jornal da Câmara para que não paire qualquer dúvida que a nossa defesa, a nossa luta aqui é para garantir não apenas um valor melhor para o salário mínimo, mas o salário mínimo nacional, mínimo nacional garantido para todos os trabalhadores de norte a sul passando pelo nordeste, terra de V.Exa. até chegar no centro-oeste. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado, Deputada. Nós faremos chegar à Assessoria de Comunicação do Senado, o pedido de V.Exa. que é procedente. Nós estamos aqui nesta Comissão... Na Sessão passada e em nenhum momento V.Exa. defendeu um salário mínimo diferenciado, um salário mínimo regional. Passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. palestrantes, Deputadas, Deputados, Senadoras, Senadores, eu tenho uma preocupação aqui, lembrando o objetivo dessa Comissão. Nós queremos saber como fazer para o Brasil corrigir ao longo dos próximos anos, a vergonha de um salário mínimo tão baixo e a ineficiência de um salário mínimo tão baixo. Esse é o objetivo nosso. Então, que medidas tomar para isso? E, a primeira coisa que eu gostaria de provocar é: Que medidas estruturais a gente pode tomar que mudam isso? Não apenas medidas fiscais, não apenas medidas monetárias, estruturais. Porque a causa do salário mínimo brasileiro não está apenas na vontade das pessoas que determinam o salário mínimo. Está também em causas estruturais, de uma economia que não põe-se subordinada aos interesses nem nacionais e nem populares. Obviamente mantida sua eficiência, porque sem eficiência não é nem economia. Uma economia aonde o trabalhador tem uma produtividade baixa. Não podemos esquecer isso. Então, a causa estrutural é um problema da produtividade do trabalhador. Então, qual é o nosso programa para em 15, 20 anos a produtividade do trabalhador, estar maior de que essa? Senão a gente vai ficar no problema apenas do valor monetário a cada ano, ou dois anos, ou mesmo com uma política de reajustes, mas a gente está limitando, está esquecendo o fundamental, quais são as causas estruturais que mantém o salário mínimo baixo. A não ser que diga-se que não há nenhuma causa estrutural, que é pura vontade própria, daqueles que determinam o salário. Segundo, que a gente trabalhe o salário mínimo, visto não apenas no valor do contracheque, mas nos bens e serviços adicionais que o trabalhador brasileiro tem acesso garantido pelo Estado. Se a gente for olhar o salário mínimo de alguns países, como Cuba, o salário mínimo dele é muito mais baixo do que o nosso. Mas, lá não tem problema de educação, saúde, e até outras

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 419
DOC:

coisas são subsidiadas que começam a parar agora, porque de fato chegou a um ponto que começou a gerar ineficiência. Eu cito até um exemplo. Senadora Heloísa, recentemente o Presidente Fidel Castro fez uma palestra para jovens universitários e perguntou: "Quem aqui sabe o valor da conta de luz da sua casa"? E nenhum sabia, porque é quase de graça. E por causa disso as usinas hidrelétricas estão parando todas. E eles estão fazendo uma mudança radical, aumentando a tarifa, até para que as pessoas usem equipamentos domésticos mais eficientes. E estão doando equipamentos, porque chegaram à conclusão que sai mais barato pegar uma geladeira velha e dar uma nova, do que manter de graça a energia da geladeira velha. Então, quais são as causas estruturais? Quais são os valores do salário indireto que o trabalhador deveria receber gratuitamente, sob a forma de uma boa educação, de um bom sistema de saúde, de apoio à habitação. E só depois disso é que eu acho que a gente deve discutir em detalhes, não por ser menos importante, mas porque é o debate técnico, como fazer para viabilizar as contas das empresas e as contas públicas, para que seja possível pagar esses salários maiores, tanto os diretos como os indiretos. Eu temo Sr. Relator, Senador Paim, que se a gente não der um salto de ousadia para pensar salário como uma coisa muito mais ampla, e de uma forma muito mais ambiciosa, do que a gente parece estar pensando. Nós vamos apenas ser mais uma Comissão, dessas de reajuste salarial anual, só que vai trabalhar plurianualmente. Mas do mesmo jeito. Eu queria provocá-los para que a gente use mais a imaginação, no sentido de pensar: "Como romper as causas estruturais que fazem um salário mínimo serem tão baixos no Brasil?".

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Bom, primeiro saudar os participantes, os representantes das presidências do setor patronal. Bom, evidente que esse debate, ele não pode ser desvinculado nas nossas convicções ideológicas, das nossas concepções programáticas, das nossas visões de mundo. É impossível fazê-lo, seria desonestidade intelectual fazê-lo, farsa técnica e fraude política. Até porque a necessidade de mudanças estruturais profundas ou no âmbito das questões macroeconômicas e, portanto, controle de capitais, aumento dos gastos públicos, investimentos nos setores que dinamizam a economia local, gera emprego, gera renda e nas políticas sociais ele está completamente vinculado às convicções ideológicas, a não ser quem acredita no fatalismo. Quem acredita no fatalismo do fim da história, que nós já chegamos no fim da história, portanto só tem o projeto neoliberal e o pensamento único, que se contente com essa cantilena, que ao meu ver é enfadonho e mentirosa. Mas é evidente, que respeito a Direita ideológica, e não respeito os cínicos dissimulados ou enamorados da terceira via ou aqueles que fingem ser de Esquerda e defendem o modelo econômico completamente vinculado à Direita. Mas quem é de Direita, eu respeito, está lá para defender um determinado modelo, uma concepção de mundo. E aí sempre é muito difícil abordar essa questão, sem tratar do modelo econômico. Porque convenhamos. Dizia muito bem a senhora Simone, a Dra. Simone, que no mundo da economia não há nada de graça, e há de fazer escolhas. Está absolutamente correta. Não há nada de graça, há de fazer escolhas e mágica não há. Até porque ninguém vai convidar para a Comissão David Copperfield. Agora existe uma coisa concreta. Existe uma coisa concreta... Não adianta remeter aos pequenos municípios o problema.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 430
DOC:

porque não é verdade, é falso do ponto de vista fiscal, orçamentário contábil é falso. Poderíamos, inclusive, ao estabelecer um aumento de menos de 2% do Fundo de Participação dos municípios, da conta do aumento do salário mínimo não para esse montante, que de fato não dobra o poder de compra do salário mínimo, está a um abismo do que estabelece a Constituição, que ninguém aqui está a defender, os mil e quatrocentos reais, já estamos a defender que o Presidente da República cumpra sua promessa de campanha de dobrar o poder de compra do salário mínimo, o que elevaria para quinhentos e setenta reais, ou ao menos do ponto de vista nominal para quatrocentos reais. Então, isso é dado. Aí, alguém poderá dizer: "Ah, só se chamar o David Copperfield". Mentira, não é verdade isso. Não é verdade, porque essa velha conversa de que tem que ter crescimento econômico é verdade, agora o que não pode é a velha máxima, que a história e a realidade objetiva já condenou, que é a história de crescer o bolo, fazer o bolo, deixá-lo crescer, para depois dividir. Isso nada de criativo há nessa justificativa. Então, por que é que não se mexe nas questões econômicas para que não sobre sempre para o elo mais frágil da relação do capital/trabalho, que é o trabalho pagar a conta. Não é possível isso. Não é possível que sempre se reproduza que sempre sobrará... E aí, Senador Cristovam, nós não estamos falando em fazer nenhuma revolução socialista, não atormentem as mentes e os cadáveres dos que falavam do socialismo. Não tem nada a ver com isso. É ao menos garantir a exploração do trabalho, e não a superexploração do trabalho, que é o que acontece hoje. Isso que é o que acontece. Não se fala da exploração do trabalho, está se falando da super exploração do trabalho. É exatamente isso, que esse tipo de política econômica dá. Mentira dizer que os municípios não podem. Os mais pobres municípios do nordeste, como alguém aqui falou não me lembro quem, que tem sua economia local dinamizada às custas do recebimento da ridícula aposentadoria do INSS, mais do que o Fundo de Participação de município, basta ver no comércio. Qualquer representante da Federação do Comércio basta ver. Analisa como é que dinamiza a economia local. Quando recebe a aposentadoria, mais do que o repasse do Fundo de Participação do município. Então, o aumento do salário mínimo dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda, portanto, diminui o risco de parques produtivos serem destruídos e desestruturados, porque tem gente para consumir. Então é bom para a indústria, é bom para o comércio, é bom para a economia local, é bom para o Estado, porque aumenta a arrecadação quando se paga mais impostos e quando tem mais gente consumindo. E diminui o custo da ciência social. Então isso é fato. Os municípios não quebram, basta que o Governo tome a decisão política, é uma decisão política, claro que vinculada às opções econômicas. Se o Governo faz opções econômicas diretamente vinculadas ao neoliberalismo, é evidente que fica difícil. Mas é possível fazê-lo. Aumenta o Fundo de Participação dos municípios, da conta de que os municípios brasileiros, dos pequenos aos maiores, consigam fazer isso. Não é um aumento ridículo, que nem o aumento ridículo se conseguiu votar. Porque para tudo tem "Mensalão", podridão... Compra tudo para votar qualquer projeto para retirar direito dos trabalhadores. Na hora de aumentar, porque o percentual de aumento do Fundo de Participação, Senador Cristovam, todos os parlamentares sabem. É ridículo quando dividir para mais de cinco mil municípios brasileiros. Então, os municípios conseguem pagar, é uma decisão política, claro que esperamos sempre que o Congresso Nacional não funcione, como medíocre anexo arquitetônico dos interesses das definições do Palácio do Planalto, portanto tenha vida própria, e essa Comissão possa garantir isso. Ponto. Então os municípios podem. A

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 421
DOC:

Seguridade Social. Que conversa é essa? Eu sinceramente, eu não agüento essa conversa, que a Seguridade não pode pagar que quebra a Previdência. Vararam a madrugada às custas da podridão do "Mensalão" para fazer uma Reforma da Previdência, fizeram a Reforma da Previdência e agora estão dizendo que não pode mais. Claro. Porque aumenta a informalidade, a desestruturação dos parques produtivos, esse tipo de política econômica de juros que leva o setor produtivo para os deuses para alguns, que para mim é encosto, da turma do mercado que é para investir no setor especulativo, basta ver o que vão fazer amanhã, porque amanhã . Os Presidentes não vieram hoje aqui, mas vão estar amanhã para o lançamento, líder do Governo no Congresso Nacional e o Presidente do Congresso Nacional vão apresentar amanhã um projeto que aí é que vai desestruturar mesmo. Porque é o "liberou geral" do câmbio. Aí que vai desestruturar mais ainda as reservas de dólar. Então, vai ser apresentada amanhã... Aí é que vai ficar a farra boa, porque a turma do mercado. Dos deuses do mercado, fingem uma sofisticação técnica que não têm, nenhuma sofisticação técnica, trabalham, não se submete sequer aos riscos do capital, porque essa gente ao se submete. Então, quem está no setor produtivo, pagando imposto, gerando emprego, dinamizando a economia local vai para lá, para o caminho mais fácil, porque quem está no setor agrícola não vai se submeter às intempéries climáticas, ao desemprego, à impossibilidade de consumo. Vão tudo para lá, funcionar como os bandos que fingem sofisticação técnica, mas trabalha como fofoqueiros, bandos agindo conspirando contra o interesse público. Então, a Seguridade Social é mentira dizer que a Seguridade Social não agüenta. Que conversa é essa? É fato que o Fernando Henrique criou a desvinculação de receita da União, que como toda verborragia da patifaria neoliberal tem nomes bonitos, mas que significam simplesmente saquear dos cofres públicos, mais de 20% do dinheiro da Seguridade Social. Fernando Henrique criou por quatro anos. Lula achou pouco e prorrogou por mais quatro anos. Aí depois vem falar de crise, da Previdência, da Seguridade Social. Alto lá. Tirem as patas do dinheiro da Seguridade Social, [soa a campainha] porque o dinheiro da Seguridade Social é o dinheiro do setor produtivo que paga e é o dinheiro do trabalho que paga e paga muito mais. Muito mais, porque o trabalhador favelado paga muito mais que a Deputada, do que a Senadora e do que o maior empresário do país. Paga muito mais. Então, fica muito difícil que sempre sobre para eles. Portanto, é mentira dizer que não tem superávit na Seguridade Social. Tem. Agora, façamos à discussão de diminuir o saque. Ou diminuir o superávit. Se diminuir menos de 8% dos malditos mais de 4% que está estabelecido para o superávit, é suficiente para que a gente... Dinamizar a economia faça mais investimentos, viabilize as políticas sociais e possa, de fato, garantir o salário e os cálculos que estou fazendo, não é o salário do que está proposto não, é dos quinhentos e setenta reais para o Presidente da República cumprir a sua promessa de campanha de dobrar o poder— [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann. O Senador Paulo Paim disse que V.Exa. pediu a inscrição. Não? Com a palavra o nobre Deputado Walter Barelli, Vice-presidente da nossa Comissão.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados e depoentes das nossas confederações. Esta audiência era para pedir a colaboração das confederações trazendo idéias, porque esse projeto que nós queremos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 492
DOC:

fazer é um projeto para o Brasil. Ou nós consideramos esse salário mínimo que temos hoje suficiente, ou devemos ter uma idéia de para onde caminhar. Hoje virou moda se falar em responsabilidade social. Isso se diz muito entre as empresas. Agora, a responsabilidade social é ajudar esse país a estabelecer, com critérios, uma correção no tempo. Ninguém está pensando aqui em estabelecer números no curto prazo. Nós queremos um caminho, e queremos saber quanto tempo demora para esse caminho ser cumprido. Certamente, uma parte do que foi falado, tem que ser respondido pelo Governo, e não pelo setor empresarial. Ele que precisa equacionar questões colocadas como essa da Previdência, da política macroeconômica, e tudo mais. Agora, setor empresarial sabe também, e pode também dizer o que precisa ser feito. Nós, ao recebermos essa incumbência dessa Comissão Especial Mista, foi para desenhar um caminho, definir. Em quanto? Dez anos? 15 anos? 20 anos? O Brasil assinou as chamadas metas do milênio. Nós temos que reduzir a pobreza pela metade até 2015. O Brasil assinou. Algumas coisas estão sendo feitas nessa direção. Agora, a política do salário mínimo é uma política também de redução da pobreza. E mais eficaz, porque em vez de dar, ela garante o trabalho do cidadão, até o informal, como o Carlos Tadeu colocou aqui. Então, é essa colaboração que a gente espera quando vierem os documentos, todos aqui apresentados. Quando a Dra. Simone fala que, se o Brasil crescesse 7%, ele podia dobrar o salário mínimo num determinado período de tempo. Bem, mas o Brasil cresceu 7% de 48 à década de 70. Final da década de 70. O salário mínimo cresceu até o ano de 60, 61, 62. Depois passou. Apesar do crescimento do produto, com um grande crescimento da produtividade do trabalho, o salário mínimo caiu de cerca, em reais de hoje, mil e trezentos reais para os trezentos que nós temos hoje. Só pagou mil e trezentos, quando o trabalhador estava começando a ser treinado pelas multinacionais. E caiu para trezentos, quando hoje nós temos essa economia já num outro milênio. Então, é muito importante, eu acredito, essa Comissão vai precisar de dados sobre produtividade do trabalho. Falar só da proxis(F), produtividade ser igual ao Produto Interno Bruto *per capita*, é reduzir essa questão. É reduzir essa questão, porque crescer de acordo com o Produto Interno Bruto *per capita*, significa crescer quando deveria crescer a partir agora se o salário mínimo já fosse adequado. Mas se nós queremos adequá-los ao texto da Constituição, ao que nós pensamos que deva ser a renda mínima do brasileiro, o padrão de vida do brasileiro, isso nós precisamos de mais dados. A representação do comércio mostrou é importante para crescer que o salário mínimo cresça. É só o comércio que quer que o salário mínimo cresça? É só o comércio que vai ganhar com uma política de renda melhor? Então, nós precisamos renovar nossas agendas, porque o Congresso está querendo, sentindo que precisa ser feito. Pensa nessa possibilidade. E não quer fazer aos saltos, não quer fazer sem conhecimento. Vai precisar adequar, como disse o Senador Cristovam, toda essa reformulação viabilizando as empresas. Nós queremos salário mínimo mais alto, para a população viver melhor, mas para as empresas crescerem. Os países de renda mais alta tem empresas mais fortes. E precisamos também adequar à economia brasileira para isso, como falou o Senador Cristovam. Então, há problemas, não é fácil, mas pelos azares todos, nós vivemos regimes fortes, ditatoriais que impuseram uma política de arrocho violenta. E até agora não conseguimos sair disso. Embora muitas das empresas, tenham um outro tipo de comportamento, tenham uma outra forma de estabelecer a sua inserção, a sua responsabilidade com os seus trabalhadores. Então, a nossa Comissão, já que nós vamos receber os textos das confederações, que

ATN nº 083/2005
DSF - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 423
DOC:

respostas para que se possa construir política. Nós não somos sábios que vamos dizer: O salário mínimo... Sei lá, dos Estados Unidos, cinco dólares e cinqüenta por hora, devem ser viabilizados no Brasil. Mas, quantas horas que nós vamos colocar? Nós precisamos ter parâmetros, o que é importante para as empresas? Para os diversos setores? E como isso, a responsabilidade social também é olhar nas finanças brasileiras, se há problemas no que se referem à Previdência, nós aqui já ouvimos os depoimentos dizendo: "Olha, se olharmos para a Constituição, Previdência não é orçamento separado, é orçamento da seguridade". E o que deveria estar sendo dedicado também à Previdência, está sendo transferido para... Sei lá, gerar déficit primário e assim por diante. Então, essa intervenção aqui é mais no sentido de solicitar um esforço das assessorias, dos departamentos especializados das confederações, porque nós tivemos na Sessão anterior, as Centrais Sindicais trazendo alentados estudos, com os problemas praticamente equacionados. Então, ao fazer essa colocação, eu sei que nós vamos ter uma boa colaboração das entidades aqui depoentes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Relator, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, Senador Jackson Barreto, nosso Vice-presidente, companheiro Walter Barelli, eu queria agradecer a todos os representantes das entidades patronais, que aceitaram o nosso convite e vieram aqui dialogar conosco e com muita franqueza colocando suas posições. Isso é bom para o debate. É bom que cada um venha aqui, faça a sua exposição e diga exatamente o que pensa dessa realidade, ou seja, da questão tão importante como é o salário mínimo. Claro, que ao mesmo tempo em que eu entendo que os expositores colocaram a sua visão, e nós naturalmente Senadora Heloísa Helena, Senador Tarcísio, Jackson Barreto...

>> [pronunciamento fora do microfone].

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sei que vai chegar lá. Por isso eu estou apontando, porque estou prevendo. Tarcísio, Jackson Barreto, colocam a sua visão sobre esse tema que nos é tão caro. Mas eu também quero deixar registrado aqui, infelizmente, a não presença da FIESP. A FIESP foi convidada, nós insistimos--

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Amanhã V.Exa. fala com ele enquanto "liberou geral" do movimento [inaudível] Pura provocação. Desculpe Senador Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria registrar a não presença da FIESP, porque eu acho que seria importante nós insistimos, nós convidamos, e infelizmente o representante da FIESP não fez uso da palavra aqui, como nós havíamos previsto. Eu faço esse destaque... Não é nenhuma crítica especificamente a essa entidade... Eu acho que o convite... A pergunta que eu faço, para não complicar aqui na Mesa, o representante da FIESP falou?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Não.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então eu quero reafirmar o meu descontentamento, por a FIESP não ter feito uso da palavra e não dar a sua

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 492
DOC:

posição sobre um tema como esse. Eu podia convidar a FIERJ, do Rio de Janeiro, podia convidar a FIERGS do Rio Grande do Sul, mas numa deferência à FIESP, nós convidamos. E a FIESP, infelizmente, me deu a impressão que não tem interesse pelo tema salário mínimo. Então, quero lamentar a não presença, porque até fui eu que insisti um pouco com algumas pessoas, que em vez de ser só entidade de caráter nacional, que se convidasse também a FIESP. Então eu dou a mão à palmatória pelo meu equívoco. Em segundo lugar, eu queria dizer a todos aqui presentes que esse debate continua, ele não termina hoje. Hoje é o primeiro momento. Porque nós pretendemos fazer com que esse debate ocorra durante todo o ano. Nós vamos visitar os Estados, nós vamos a São Paulo, vamos ao Rio de Janeiro, vamos ao Rio Grande do Sul, vamos a Santa Catarina, vamos a Alagoas, a intenção é visitar no mínimo dez regiões do país debatendo esse tema. Mas, eu confesso que eu deixaria como sugestão aos empresários, e vou dizer que esse debate tem que ser feito também. Por exemplo, por que é que a gente não debate com uma proposta construtiva, positiva, muito bem. Se o salário mínimo vai subir tanto, por que é que não discutimos alguma saída em relação à folha de pagamento? Por que não? Nós aqui... E vou levantar um caminho já. Já vou levantar um caminho. Por exemplo, Senadora Heloísa Helena, eu levantei na outra reunião e levanto também hoje, nós, hoje, se pegarmos empregado e empregador, só sobre a Previdência é 33% sobre a folha. Mais ou menos, ou seja, é 22,11 enfim... Ou seja, 30, 33%. Se pegarmos ainda parte do COFINS, que vai também da Previdência, que cai também sobre a folha, de repente estaríamos chegando a quase 36%. Isso é um debate que nós podemos fazer, de forma tranqüila, com todo o empresariado nacional. Mas alguém diria assim: Sim, mas e daí? Como é que fica então? Empregador não paga, empregado também não paga. Eu estou repetindo lá o que eu falei aqui para os representantes dos trabalhadores, que viram a proposta com simpatia e assinaram embaixo. E nós saímos dos encargos sobre a folha, e quem sabe tivermos um percentual fixo sobre o faturamento ou sobre o lucro. É algo a discutir. Mas, essa é a vontade da discussão. É estabelecer um debate que represente mais emprego, mais renda no bolso do trabalhador e, quem sabe, desonerando principalmente aqueles que mais empregam. Esse é um caminho que nós podemos percorrer. Por isso, que eu queria nessa minha fala muito rápida, dizer para vocês também, eu vejo que tem aquele debate sobre... "Ah, mas o salário mínimo não pode ser elevado". Só para a reflexão dos senhores. Contra o meu voto, contra o meu voto, passaram aqui uns cinco anos atrás os pisos regionais. O Rio Grande do Sul, eu diria que agora em primeiro de maio, vai ficar em torno de quinhentos reais mais alto. Paraná e Rio de Janeiro caminham na mesma linha. Estão bem acima de quatrocentos, enquanto que se debate aqui, quanto que ele vai ser elevado acima dos trezentos que é hoje. Poderíamos discutir aqui também essa questão do salário mínimo, que não tem esse impacto gigantesco, se pararmos para olhar com calma, nós temos o piso específico de cada categoria. Não tem uma categoria no Brasil que tem um piso menor que trezentos reais. Categoria que acertou isso em dissídio ou acordo coletivo. Quer dizer, e o salário mínimo não está indexado ao piso das categorias. Então, na verdade, eu acho que esse debate, quero dizer de novo de forma muito respeitosa a todos os representantes dos empresários, que aqui colocaram o seu ponto de vista, nós temos que fazer. É impossível que um país como um nosso, considerado alguns dizem, oitava economia, nona economia, décima economia do mundo, e nós estarmos ainda entre os dez países do mundo que tem a maior concentração de renda. Eu estou jogando para dez, mas é um pouquinho

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 1105
DOC:

menos que dez. Então esse debate é um debate que nós vamos ter que enfrentar. A questão da Previdência, justamente os senhores levantaram aqui as suas preocupações, que nós aqui, claro, não é o momento de aprofundar, mas a visão dos Senadores e Deputados que estão aqui, que a Previdência, se nós efetivamente destinarmos tudo aquilo que a Constituição assegurou e a [inaudível] empregado/empregador nesse momento, em matéria correspondente a Previdência, ela é prioritária e nós vamos fazer esse debate com o Ministro da Previdência, como fizemos com outros Ministros do ano passado. Porque a contribuição da Previdência, não é só a de empregado e empregador. Eu sempre digo por que eu fui constituinte na época e ajudei a colocar lá, mais cinco rubricas que são percentuais que vão para a seguridade onde está a Previdência. Então, esse é um debate que nós faremos com calma e tranqüilidade que eu acho que dá para achar caminhos. A outra questão que nós vamos ter que enfrentar que pega os empregados de todos os senhores que estão hoje lá na atividade. Eles vão ver esse programa provavelmente no sábado ou na sexta quando ele for reproduzido, e eles devem estar lá a pensar: "O que é que eu tenho que ver com o salário mínimo? O que é que eu tenho que ver com essa questão dos aposentados?" Tem tudo a ver, porque ele é o aposentado de amanhã. Nem que ele ganhe 10 ou 20 salários, ele vai ver que, devido o tal de fator previdenciário, que é o maior crime que foi feito para mim contra os trabalhadores desse país. É o tal do fator previdenciário. Significa o seguinte, quanto mais envelhecer, você tem que esperar para se aposentar, para ter direito a uma aposentaria próxima àquela que você tem na atividade. Por exemplo, tem o cálculo aqui preliminar que a assessoria me mostrou, que uma mulher só depois dos 70 anos de idade, que ela vai se aproximar do princípio da integralidade. Que ela vai se aproximar, porque não ganha integral ainda. Isso se ela tiver contribuído efetivamente ainda durante 30 anos a mulher e 35 anos o homem. Então, esse quadro do fator previdenciário, que é algo que nós temos que debater o fator previdenciário. Virou ruim envelhecer. Se você envelhece para efeito de aposentaria, porque eles dizem o seguinte: "A expectativa de vida passa a ser um instrumento de cálculo no fator previdenciário, que reduz o teu vencimento" Então cada vez que o IBGE dizer que a expectativa aumentou, você sabe que o teu fator previdenciário vai usar isso como instrumento para reduzir a tua aposentaria. Então, esse é um fato também que essa Comissão quer enfrentar e fazer aquilo que nós chamamos, o bom debate sobre o tema. E eu não tenho dúvida, concordo com os senhores quando foi dito aqui, o salário mínimo é o grande farol mesmo. O salário mínimo tem impacto sobre um leque enorme da atividade desse país. Só aposentado e pensionistas são 22 milhões. São pessoas com carteira assinada, no mínimo 10 milhões. Que não tem carteira assinada, no mínimo mais 10. Só aí nós estaríamos próximos a 42 milhões como eu dizia em outro dia, e se botar mais dois dependentes já chega a 120 milhões. Estou certo? Três vezes quatro são 12, não é? Mais ou menos 120 milhões de pessoas. Então esse é um tema que de fato envolve o conjunto da população desse país. Eu lamento também a não presença aqui do representante da Associação Nacional das micros e pequenas empresas. Nós convidamos. Acho que era bom que ele tivesse aqui, que desse o ponto de vista. Eu sempre digo o seguinte, eu duvido--

>> [pronunciamento fora do microfone].

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 436
DOC:

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Lei que interessa as Micro e Pequenas. Eu sempre digo o seguinte, eu vou reduzir a minha fala e vou terminar aqui a minha fala, porque eu acho que foi boa a audiência e o debate continua. Se eu chegar numa pequena Prefeitura e perguntar para o Prefeito assim: "Meu amigo Prefeito, qual é o seu maior problema aqui na Prefeitura"? Eu duvido que ele vá dizer que é o salário mínimo. Ele não dirá que é o salário mínimo. Não tem lógica. Ele vai dizer: "Não, o meu problema é o salário mínimo". Ele falará de juros, ele falará da carga tributária, ele falará da economia, falará da arrecadação maior que ele precisava, ele não vai falar que é o salário mínimo. O Fundo de Participação de municípios, mas não vai falar que é o mínimo. Se você chegar num micro e pequeno empresário, que estamos aqui em debate agora, perguntem para eles se o problema deles é o salário mínimo? De trezentos ou trezentos e cinqüenta. Duvido que ele vá dizer: "Olha que o meu problema de não vender, de ter que demitir é o salário mínimo". Até no mundo das empregadas domésticas. Perguntem para um senhor da classe média se o problema da empregada dele é o mínimo ou é um outro leque de situações que ele vai elencar para bem da família dele. Claro que é não o salário mínimo. Então o salário mínimo no Brasil para mim no Brasil é até já uma questão de boa-vontade, de solidariedade, de generosidade, de pensar grande como eu entendo que é esse país, que é um país Continental. Bom, eu quero concluir dizendo que essa Comissão para mim tem o papel, como foi dito aqui pelo nosso Presidente, um papel histórico, ela há de concluir seu trabalho esse ano. Me perguntavam agora, Presidente Jackson Barreto, uma emissora do Rio Grande do Sul que coincidiu o horário, eu tive que falar pelo rádio. E perguntava o seguinte: Se vocês acham que no ano eleitoral, vocês vão aprovar uma política permanente... Eu digo e por que não? Nos países de primeiro mundo... E eu duvido, Senadora Heloísa Helena, V.Exa. está aqui, mas V.Exa. é candidata à Presidência da República. Os países de primeiro mundo eu duvido que tenha um candidato à Presidência da República, que não vá conversar com os setores organizados da sociedade para que eles ponderem a sua opinião. Por exemplo, os idosos, os idosos são formadores de opinião, queiram ou não queiram. Nós caminhamos para ter 30 milhões de idosos rapidamente nos próximos cinco anos. Qual é a família que não tenha idosos de forma direta ou indireta? Estou dando como exemplo. A grande referência desse debate nós vamos fazer. Como estamos fazendo com os empresários corretamente, fizemos com os trabalhadores, porque não nós temos aqui uma oportunidade, e quem sabe até seria um prestígio para essa Comissão de nós convidarmos os candidatos a Presidência da República para um debate sobre esse tema, a questão dos aposentados e pensionistas e do salário mínimo. É uma forma de fazer com que haja um compromisso futuro com uma proposta presente. Por que não? Por que não? Porque é natural que os candidatos farão grandes debates com a sociedade organizada. Tenho certeza que eles estarão nos debates com os empresários. Não estarão? Estarão. Justamente. E quero dizer que tem que estar mesmo. Estarão com os sindicalistas. Corretamente. Estarão com os aposentados, espero eu. Corretamente. Estarão, quem sabe, na Comissão Especial do salário mínimo, que trata esse tema. Eu acho que é um desafio que essa Comissão há de fazer e há de construir nesse bom debate aquilo que seja o melhor para os trabalhadores aposentados no futuro. Era isso, Sr. Presidente. Eu me sinto aí contemplado pela fala.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Volto à palavra à Senadora Heloísa Helena.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 427
DOC:

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): É só... Como eu já tinha dito no início dos trabalhos, e a onipresença Deus me deu muitas bênçãos, mas não essa. Eu vou ter que ir lá à CPI dos CORREIOS, que é minha vez agora de... Tem dois senhores que estão prestando depoimentos e é minha vez agora de participar da inquirição. Mas, o pessoal do meu gabinete está acompanhando todos os argumentos e tal. Então só para me desculpar com os convidados e com os parlamentares. Mas é só nesse sentido. Mas eu ainda volto para cá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Me sentiria honrado com a sua presença, Senadora.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Deputado Jackson, permita-me só uma rápida...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pois não. Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu queria cumprimentar os membros, pedir desculpas pelo meu atraso aqui no dia de hoje, mas houve problemas talvez na comunicação e no agendamento da reunião, e eu queria sugerir Senador Paulo Paim, que dentro desse tema que V.Exa. levantou do financiamento da Previdência Social, é um tema como todos os temas graves desse país, polêmico. Eu recordo que nos debates que nós fizemos na Comissão de trabalho em 2004, havia posições discordantes relativamente à forma de financiamento da Previdência Social. Eu recordo que, sobretudo os funcionários, os auditores da Previdência Social, mas também pesquisadores levantavam muitas dúvidas sobre um sistema de Previdência pública, que não fosse financiado preponderantemente a partir de tributações sobre o salário. Então, eu penso que esse poderia ter ser um tema também para um debate aqui numa Audiência Pública, porque ainda que não seja o tema central, é inquestionável que o tema do salário mínimo tem uma grande incidência sobre custos das empresas, V.Exa. mesmo levantava o salário tem uma incidência e, sobretudo, a tributação previdenciária tem uma incidência e também o tema do financiamento do salário mínimo para esses milhões de aposentados é muito importante, quer dizer, o tema do financiamento da Previdência para que possa pagar o salário mínimo. Então, eu iria sugerir a V.Exa. que esta Comissão incluísse também este, como um dos temas da Audiência Pública para que nós pudéssemos ouvir estudiosos, nesta área do financiamento dos sistemas previdenciários e poder cotejar aí as opiniões em torno desse tema.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Tarcísio, eu responder... Se me permitir, Sr. Presidente. Primeiro, dizer que eu até diria que havia resistências. Porque esse tema eu venho debatendo há mais de dez anos. Havia resistência. No meu entendimento, claro que vamos suscitar os debates com todas as partes. Mas os próprios auditores, já não resistem tanto com a criação da Super Receita. Um. Dois, sinto que dentro do próprio Governo atual há uma simpatia com essa proposta, tanto que já existem algumas iniciativas que de forma lenta e gradual, vão transferindo a contribuição para o faturamento e também para o lucro. Sinto que há simpatia. Sinto que há simpatia na indústria, sinto que não há simpatia nos bancos. Os banqueiros efetivamente... Eu estive reunido com eles, e respeito, e converso com todos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 438
DOC:

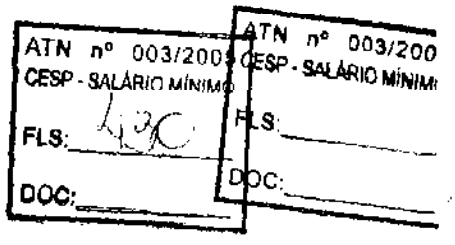
os setores da sociedade, eles não são muito simpáticos a essa idéia. Mas sinto que ela avança, e por isso que eu quero concordar com a questão de V.Exa. de a gente trazer esse debate. Eu estou convencido. Porque isso é que nem a redução de jornada, que vai ser um grande debate das centrais agora. E não é o momento aqui com os empresários. Mas a médio e longo prazo a tecnologia avança e não tem saída. Quanto mais você vai para a automação, seja no campo ou na cidade, é um processo irreversível. [inaudível] Como também o deslocamento de inúmeras contribuições, que hoje são sobre a folha vão ser criadas alternativas. Eu estou convencido, a longo prazo ou a médio prazo. Mas eu concordo com V.Exa. que o bom é trazer pessoas que pensam também experientes, e a gente suscitar aquilo que a gente chama, o bom debate sobre esse tema. Eu quero dizer que eu endosso a proposta de V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Queremos agradecer a presença das Confederações que estiveram presentes aqui, hoje à tarde nesse debate. A presença dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, entendendo que a importância desse tema, pelo fato, como eu disse no início dessa sessão, do fato histórico de que o Congresso Nacional pela primeira vez, consegue trazer o debate de um tema tão importante que é a questão de uma política permanente de salário para o país. Nós lamentamos a ausência e a palavra aqui da FIESP, como colocou o Senador Paulo Paim, de forma especial também a Associação Nacional dos Micros e Pequenos Empresários, sabemos da importância que é a discussão do salário mínimo, sabemos da importância do que significa o salário mínimo como fator de desenvolvimento econômico para o nosso país, nós vamos agora dispostos também a orientar essa discussão, como colocou aqui o Senador Paulo Paim e o Senador Cristovam Buarque a questão dos aposentados, na Audiência Pública da próxima semana, nós vamos ouvir a Associação Nacional dos Aposentados e todos os setores ligados aos aposentados desse país. E nós esperamos ainda uma contribuição maior, através de dados das confederações que foram aqui convidadas, porque eu acho que nesse momento é fundamental que o país conheça as propostas bastante claras e objetivas dos setores empresariais, dos setores patronais do nosso país. Porque na última audiência que fizemos aqui com as Centrais Sindicais, nós conseguimos extrair aquilo que deve ser uma linha de orientação de tudo aquilo que o setor dos trabalhadores brasileiros propõe para essa política permanente. Nós conseguimos fazer uma avaliação de tudo aquilo que foi proposto aqui na última audiência, como a questão da desoneração da tributação sobre o salário mínimo, desoneração da cesta-básica de alimentos, de remédios e da construção civil, participação dos lucros das empresas, incentivando as empresas a empreenderem dessa forma com compensações tributárias, antecipar a discussão dos reajustes para o período pré-orçamentário, isso foi uma discussão importante, foi uma proposta muito interessante. Para que as discussões do salário no país caminhem par e passo na discussão da proposta orçamentária, e antecipando a data base do mínimo para janeiro. Estabelecer o critério de reajuste pela relação entre o maior e o menor salário pago pelo Poder Público, relacionar o aumento do mínimo com o reajuste dos aposentados que ganham em cima de um mínimo, estabelecer como critério de reajuste permanente e a reposição da inflação, mais a média dos dois últimos anos e estabelecer como critério de reajuste permanente a média do PIB mais a inflação acumulada. Tudo isso foram propostas que foram aqui colocadas de forma bastante competente pelas Centrais dos Trabalhadores. Desta forma, eu quero declarar

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 429
DOC:

encerrada a 6ª Reunião da Comissão Mista Especial do Salário mínimo, convocando os senhores membros para a próxima reunião no dia 14 de fevereiro, terça-feira, às 14h00, onde contaremos com a presença dos representantes dos aposentados do nosso país. Está encerrada a Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 16h11.



Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

7ª REUNIÃO

14/02/2006

Audiência Pública com as Entidades Representativas dos Aposentados e Pensionistas: WILSON ROBERTO RIBEIRO, Coordenador Geral do Sindicato Nacional de Aposentados da CUT; BENEDITO MARCÍLIO, Presidente da COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; EDSON GUILHERME HAUBERT, Presidente do MOSAP - Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas; PAULO JOSÉ ZANETTI, Vice-Presidente do Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas da Força Sindical; EDMUNDO BENEDETTI FILHO, Presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas – CENTRAPE; e SAYONARA PEREIRA OLIVEIRA, MD Diretora de Formação Sindical e Relações Inter-Sindicais da FENAFISCO.

ATN nº 003/2005
DESP. SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 431
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 7ª Reunião

Realizada em 14/02/2006

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e treze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Paulo Paim, e dos Deputados Tarcísio Zimmermann, Walter Barelli, Leodegar Tiscoski, Cláudio Magrão e Gervásio Silva, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 7ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à audiência pública com as entidades representativas dos aposentados e pensionistas. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, e ao Vice-Presidente o Senador Walter Barelli. Em seguida, passa a palavra aos seguintes representantes das entidades representativas dos aposentados e pensionistas: Wilson Roberto Ribeiro, Coordenador Geral do Sindicato Nacional de Aposentados da CUT; Benedito Marcílio, Presidente da COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Edson Guilherme Haubert, Presidente do MOSAP - Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas; Paulo José Zanetti, Vice-Presidente do Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas da Força Sindical; Edmundo Benedetti Filho, Presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas – CENTRAPE; e Sayonara Pereira Oliveira, Diretora de Formação Sindical e Relações Inter-Sindicais da FENAFISCO. Ato contínuo, o presidente passa a palavra aos seguintes parlamentares: Tarcísio Zimmermann, Alceu Collares, Vanessa Grazziotin, Walter Barelli, Marco Maia e João Batista Motta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e um de fevereiro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2006 ÀS 14 HORAS E 13 MINUTOS.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 432
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Mista criada pelo ato conjunto nº 3 de 2005, destinada a efetuar estudos visando a apresentar sugestoes sobre a política de reajustes para o salário mínimo do país. Esclareço que a pauta desta audiência se destina à ouvida das entidades representativas de aposentados e pensionistas. As atas de reuniões anteriores encontram-se sobre a Mesa, as quais coloco em votação, propondo a sua dispensa de leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Nós vamos obedecer à ordem das entidades da forma como está aqui colocada. Wilson Roberto Ribeiro, Benedito Marcílio, Edson Guilherme, João Batista, Edmundo Benedetti e senhora Nara Pereira Oliveira. Está certo? Nós queremos, no início desta sessão, e com a experiência que cada um tem aqui dessa luta por melhoria salarial, deixar claro para todos os companheiros aqui aposentados, da importância que esta Comissão dá à luta dos aposentados e pensionistas do nosso país. Eu creio que o exemplo que as Centrais Sindicais deram ao país, de unidade, num momento da sua luta em favor de uma melhoria do salário mínimo, tiveram reajuste de cerca de 16.6%, eu acho que a marca daquele momento foi a unidade das Centrais Sindicais, em termos de uma proposta unitária e que, realmente, levou a algum sucesso, pelo menos, eu avalio como um grande avanço, se levarmos em consideração de que os trabalhadores tiveram um ganho real de 13% nos seus salários. Agora, é evidente que nós sabemos, e é uma preocupação desta nossa Comissão, tem sido uma preocupação do Senador Paulo Paim, que é um velho lutador em favor dos aposentados e pensionistas, do Deputado Walter Barelli, nosso Vice-presidente, a questão dos aposentados, por entendermos que mais de 16 milhões de brasileiros aposentados foram atendidos, os que ganham salário mínimo, foram atendidos com o último aumento. E aqueles que ganham acima do salário mínimo, um pouquinho só acima do salário mínimo, que corresponde, hoje, a cerca de, mais ou menos, oito milhões de brasileiros, ficarão aguardando os índices do INPC que não chegarão sequer à casa dos 5%; discute-se 4% e pouco, não é, Senador Paulo Paim? Então, eu acho que esse é, sem dúvida alguma, um dos maiores gargalos, um dos maiores problemas que nós vamos ter que enfrentar. Nós, a Comissão, nós representantes dos aposentados e pensionistas do país e fazemos isto com muita boa vontade porque nós sabemos o que significa participar dessa luta. Nós temos a visão muito clara, nessa discussão dos objetivos dessa Comissão, com relação à questão dos aposentados e pensionistas, se levarmos em conta que, nos últimos cinco anos, apesar de ser um salário mínimo baixo e que não atende às carências e às necessidades do trabalhador ou, conforme prevê a Constituição, e já me chamava atenção o Deputado Benedito Marcílio, há alguns minutos atrás, de que, mesmo assim, dessa forma, nos últimos cinco anos, os trabalhadores com o salário mínimo tiveram um aumento de cerca de 96%, 98,6, mais ou menos isso, enquanto os aposentados e pensionistas não chegaram à casa dos 60%; ficaram em torno de 56%, mais ou menos. Quer dizer, há uma defasagem muito grande, um achatamento dos seus salários muito grande. Essa questão que nós temos que enfrentar de forma unitária porque nós entendemos de que se constitui um dos mais graves problemas do país, nas nossas andanças, por onde nós passamos, discutimos e conversamos, raramente, não encontramos um aposentado para dizer: "Eu me aposentei com cinco salários, com quatro salários mínimos, com três salários mínimos e, hoje, estou recebendo dois, um, um e meio salário mínimo. Essa é a questão que se coloca, nesse momento de discussão, e eu quero aproveitar a oportunidade para dizer a todos os representantes das entidades que estão aqui de que a Comissão está realmente preocupada com essa questão e colocou na Ordem do Dia dessa

AFN nº 20/2005
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 433
DOC:

discussão com os senhores porque nós queremos deixar bem claro que essa luta não é apenas das entidades que estão aqui agora representadas, mas que passa a ser também uma luta da nossa Comissão pela melhoria do salário dos aposentados e pensionistas. Muito obrigado e passo, nesse momento, a convidar, convidar a fazer parte, aqui, da Mesa o senhor Wilson Roberto Ribeiro, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional de Aposentados da CUT e o senhor Benedito Marcílio, Presidente da COBAP - Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas - para fazer parte, aqui, da Mesa. Depois da ouvida dos dois companheiros, nós, então, convocaremos mais dois outros, dois companheiros que estão aqui anotados. Eu quero passar a palavra para o nosso Vice-Presidente, Deputado Walter Barelli, esse velho lutador das causas dos direitos trabalhistas, Deputado de São Paulo, Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Caríssimo Presidente, Deputado Jackson Barreto, nosso Relator, Senador Paulo Paim, que, durante todo esse tempo de Câmara, e agora de Senado, tem pontificado defendendo as causas dos trabalhadores e meus antigos companheiros, gostaria de, neste momento, de relembrar um pouco o que foi a nossa trajetória, quando muitas das senhoras, muitos dos senhores estavam na ativa. Eu me lembro quando a gente começou as lutas contra o arrocho salarial e, aí, o senhor Presidente do DIEESE da época, meu Presidente. Hugo Perez está aqui presente, eu costumava dizer: "Quem perdia mais?" Então, os trabalhadores que tinham o sindicato se defendiam, mas era arrocho. Os funcionários públicos tinham mais dificuldade, então, estavam numa situação inferior à situação dos operários e trabalhadores do setor privado ou mesmo das empresas de economia mista. Os aposentados tinham uma espécie de limbo, mas também eram, já começava ali o massacre dos salários dos nossos veteranos trabalhadores. E o salário mínimo era o enjeitado da época, era o que tinha menor reajuste no conjunto das remunerações brasileiras. Nós conseguimos, nos últimos tempos, de 95 para cá, fazer, ou melhor, de 93 para cá, fazer com que o salário mínimo tivesse aumentos um pouquinho acima da variação dos preços. Ainda o salário mínimo é muito pequeno e, graças ao que se colocou na nossa Constituição, que o piso da aposentadoria é o salário mínimo, nós conseguimos que, pelo menos, 1/3 dos aposentados não fossem relegados à situação de pobreza, considerando que o salário mínimo, em relação aos estudos que são feitos sobre pobreza, é um divisor, mas lembremo-nos do momento em que tínhamos aposentados ganhando menos que um salário mínimo. Então, já foi uma transformação. Só que o constituinte, ao fazer essa vinculação positiva, ele criou um outro grande problema, que é o que nós queremos discutir também agora, que é a questão já trazida aqui pelo nosso Presidente Jackson Barreto, que é, a pretexto de elevação real do salário mínimo, a pirâmide de ganhos dos aposentados vai, cada vez mais, se achatando e isso continuando, o que vai acontecer? Só haverá um salário para aposentado: O mínimo. Esperamos que esse mínimo seja capaz de satisfazer a todas as necessidades. Mas como ficam as outras situações? Muitos que estão aqui, como eu, contribuíram para a sua aposentadoria sobre dez salários mínimos durante um longo período. Outros contribuíram para as suas aposentadorias sobre 15 salários mínimos, mas a aposentadoria, da maneira como nós temos o quadro hoje, a tendência é relegar todos à questão de receber um salário mínimo, isso porque a Constituição fez essa vinculação. Esse é um assunto tão importante que essa Comissão, que foi criada pelas duas Casas do Congresso, para fazer um projeto de valorização do salário mínimo, não pode deixar de entrar nessa questão: Como ficam os salários dos demais aposentados? Nós queremos reconstituir os

ATN nº 0037/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 434
DOC:

valores do salário mínimo porque estão muito aquém do que já se pagou, do que é prescrição constitucional e o que são as necessidades dos trabalhadores. Mas a Comissão não quer ficar somente cuidando desse salário, importantíssimo salário, base de todos os outros salários, mas ela quer também ser um local onde nós encontremos, através do diálogo, das propostas que virão das associações de aposentados, saudamos todas, das contribuições que esperamos do Ministro da Previdência, que também vai ser ouvido aqui por essa Comissão, nós encontremos saídas para isso. Eu acho tão importante esse assunto, que eu gostaria de consultar o nosso Presidente e o nosso Relator e propor que nós tivéssemos, ao lado da Comissão que está ouvindo sobre a questão do salário mínimo, uma Comissão Permanente, uma subcomissão nossa só para tentar resolver esse problema dos demais aposentados. Porque nós, se ficássemos, eu... Quando nós ouvimos aqui as Centrais Sindicais, elas trouxeram o problema do salário mínimo e trouxeram o problema dos aposentados. Cada um de nós, quando se manifesta, nos manifestamos sobre o salário mínimo e sobre o salário dos aposentados. Agora, é uma matéria específica; essa Comissão já se investiu da responsabilidade de fazer propostas sobre a progressão do salário dos aposentados, mas precisaria de elaborar bastante nesse sentido, por isso, trago com o senhor Presidente a idéia, a proposta de nós termos ao lado, dentro desse trabalho, uma subcomissão trabalhando especificamente esse assunto. Nós vamos ouvir, no Brasil inteiro, todos os outros setores, mas sempre os aposentados juntos. E precisamos caminhar numa solução para o problema do salário mínimo e numa solução também para o vencimento dos aposentados. Era essa a minha primeira intervenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos encampar a proposta do nosso companheiro Barelli, depois vamos discutir de que forma vamos viabilizar essa subcomissão, que achamos muito importante, porque essa Comissão vai fazer debates em cinco regiões do nosso país e é importante essa subcomissão especial, com relação à questão dos aposentados e de forma específica e objetiva agora. Mas nós queremos, antes, passar a palavra para, em nome de todos nós, fazer uma saudação às entidades aqui presentes nesse debate. Hoje, é o nosso Relator Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, Deputado Walter Barelli, nosso Vice-presidente, Deputados e Senadores, primeiro, eu queria saudar a importância dessa Comissão e como a nossa TV Senado transmite para todo o Brasil, com certeza, esse evento, eu queria dizer que aqui estão representados os líderes dos aposentados de todo o país. Estão aqui representantes do Paraná, de Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Santa Catarina, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais. Isso, todos os Presidentes de federações filiados à COBAP. O Marcílio é o Presidente e estão aqui também os Presidentes de outros sindicatos de caráter nacional, como por exemplo, da Força Sindical, da CUT, do MOSAP e também da CGT, estou certo? São esses que estão presentes, não são? Então, como percebemos, é uma reunião que foi debatida a sua convocação e todos concordaram, que fossem todos ouvidos; o MOSAP vai falar, inclusive, pela questão dos servidores no nosso país. Então, a minha saudação é, primeiro, cumprimentá-los, que confesso a V. Exas, às vezes, a gente faz aqui a reunião e convoca os mais jovens para um debate como esse e, muitas vezes, a sala não está lotada e os chamados idosos, nossos aposentados e pensionistas, vieram de todo o país para fazer um debate.

ATA 06/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 435
DOC:

demonstrar a sua preocupação com a defasagem dos seus vencimentos, como foi bem colocado pelo Deputado Barelli, como também pelo Presidente Barreto, Jackson Barreto. O que eu gostaria, só, Presidente, era de não desconhecer o gesto positivo que fez o Executivo a pedido desta Comissão. Essa Comissão, quando esteve aqui o Ministro Marinho, nós pedimos que o projeto de salário mínimo não viesse por Medida Provisória, que viesse por Projeto de Lei e o Projeto de Lei chegou à Casa, foi entregue ao Presidente Renan Calheiros e ao Aldo Rebelo e, nesse momento, eu queria encaminhar ao Presidente um requerimento que eu acho que será aprovado simbolicamente, que o projeto de salário mínimo passe também por essa Comissão, se tem uma Comissão Especial que está debatendo o salário mínimo e os benefícios dos aposentados e pensionistas, esse é o melhor fórum. Eu não estou discutindo quem vai ser o Relator, eu sou Relator da Comissão, mas que o projeto seja quem for indicado como Relator, porque isso é uma liberdade que tem o Presidente da Câmara e do Senado para indicá-lo. Que eles indiquem, mas que seja debatido aqui, naturalmente, por isso eu encaminho aqui ao Presidente, essa é uma Comissão Mista, o seguinte requerimento: "Senhor Presidente, requeiro nos termos regimentais, que seja ouvida lá Comissão Especial de Salário Mínimo, criada pelo ato nº 3 de 2005, o Projeto de Lei de 601/2006, que dispõe sobre o salário mínimo, a partir de primeiro de abril, tramitando na Câmara dos Deputados". Enfim, é que esse debate do Projeto, que já está na Casa, nós que já recolhemos, como Relator desse tema, todos os projetos em tramitação, que esse projeto também venha para cá. Quero deixar bem claro: Não estou nem preocupado com quem vai ser o Relator não; eu sou Relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, mas que esse projeto seja debatido e tramite aqui na Comissão. Eu acho muito importante e, de pronto, senhor Presidente, como tenho feito sempre, deixarei para falar depois de ouvir os convidados, mas só faço essa saudação pela brilhante mobilização que fizeram os aposentados ontem e hoje, que ontem lotaram o Plenário do Senado da República, onde teve uma sessão de homenagem e de protesto sobre a situação dos aposentados e pensionistas, eu diria já em defasagem com o que vem ocorrendo nos últimos 20 anos. Era isso, obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Quero informar também que, na próxima quinta-feira, a Câmara Federal vai fazer a mesma homenagem que ocorreu aqui no Senado Federal aos aposentados do nosso país. Para iniciar a nossa reunião, na tarde de hoje, eu passo a palavra ao senhor Wilson Roberto Ribeiro, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional de Aposentados da CUT - Central Única dos Trabalhadores. V. Exa. dispõe de 15 minutos para as suas colocações.

SR. WILSON ROBERTO RIBEIRO: Boa tarde ao Presidente da sessão, o senhor Jackson Barreto, o Senador Paulo Paim e o meu grande professor Walter Barelli, que eu era da Comissão de fábrica da forjaria, em São Bernardo, e fiz o meu primeiro seminário, aonde ele era do DIEESE e a gente foi até à cidade de Caraguatatuba, onde foi realizado o primeiro seminário das Comissões de fábrica do ABC. E, para falar nisso, Senador, Deputado Walter Barelli, eu ainda tenho aqueles documentos, aquelas resoluções. Guardei com carinho, estão guardados com carinho, todos aqueles debates, aquelas discussões que nós fizemos no primeiro seminário. Quero também, aqui, cumprimentar o Benedito Marcílio, grande amigo do ABC e os demais companheiros, Edmundo, os demais companheiros que não sei o nome, as federações, e cumprimentar também a companheira Josefa, que a gente se conhece de algum tempo. E cumprimentando a Josefa, eu comprimento todas as companheiras que estão no Plenário. O meu nome é

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 236
DOC:

Wilson Roberto Ribeiro, é escrito com W porque foi trocado; era com V, depois passou a ser com W. Eu sou Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas filiados à CUT. Eu fui trabalhador rural dos 10 aos 21 anos; trabalhei com agrotóxico, ganhando um salário mínimo, porque eu e meu pai matávamos formiga e, depois, fui pulverizar laranja e, quando vim para São Bernardo do Campo, eu fui trabalhar em forjaria, em área insalubre. Então, como trabalhador rural, eu ganhava um salário mínimo. Contribuía com o INSS já naquela época. Vim para São Bernardo, com a questão da insalubridade, a gente passa também a ter um período... Aposentei com 29 anos de trabalho. Mas uma coisa que a gente tem discutido, tem debatido, que, durante um longo tempo, começa a ter uma valorização do salário mínimo. Não podemos negar isso. O patamar que o salário mínimo chega hoje não tem um poder de compra necessário, mas começa a se levantar. Quem ganha um salário mínimo no campo, é diferente de quem ganha um salário mínimo na cidade, porque quem ganha um salário mínimo, na cidade, ele tem que comprar todo o hortifrutigranjeiro, e a maioria dos companheiros que moram no campo, eles têm a fruta, eles têm a galinha, criam isso, criam aquilo que, praticamente, quando ele vai à cidade, ele tem uma pequena condução, ou vai a pé para a cidade. O gasto não é tanto. Isso, experiência própria, porque a gente ia fazer compra com o saco nas costas. E quando vem o aumento do salário mínimo, é uma festa porque os primeiros meses a gente tem poder de compra, dá para comprar algumas coisas, depois vai se caindo. Nós, aposentados, e eu quero, aqui, agradecer ao Presidente porque, pela primeira vez, nós somos convidados, estamos sendo convidados para participar dessa Casa porque nós ficávamos do lado de fora fazendo protesto e não entrávamos na Casa. Não sei se há mudança do Governo ou há mudança das idéias, que a gente passa a vir ser convidado para estar dentro da Casa. Isso é bom. As formações de entidades de aposentados... Se fortalece, cada vez mais, o número de aposentados, porque ali está uma organização de companheiros aposentados. O que nós precisamos é unir as direções porque "um gosta dos olhos, outro gosta da remela", é um velho ditado. E se a gente não se une, nós não conseguimos nada porque cada um puxa para um lado e acaba se arrebentando e não consegue nada. E a união, ela faz a força e nós precisamos dessa união. Nós temos 64% dos aposentados no país que ganham um salário mínimo. Nós temos 16% que ganham até três salários mínimos e a Previdência quebra. Nós temos de sete a 8% que ganham acima do salário mínimo; a Previdência quebra. Uma grande parte dos companheiros e companheiras contribuíram pelo teto da Previdência. Criou-se o teto, 11%; de oito a 11%. Foi até 13, depois, abaixou para 12 e 11. E, no longo tempo da aposentadoria, o nosso salário vai caindo. E, aí, a gente chega para o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, Amir Lando, o Romero Jucá, hoje, Nelson Machado, ele diz: "Vocês não podem calcular o salário de vocês pelo valor do mínimo". E a gente pergunta: "Por onde a gente calcula os nossos aumentos de salário? Aonde nós calculamos o nosso salário? Qual é o piso?" "Não, eu não sei. O INPC não é um piso, o INPC é um índice". "Aonde nós pegamos?" Aí, tudo bem, não podemos ter aumento de salário de acordo com o salário mínimo. Quando vem o desemprego, os primeiro a ser atingidos somos nós porque os nossos filhos, que estão desempregados, eles voltam para dentro da nossa casa. Eles saíram de casa sozinhos, adquiriram a família deles, adquiriram os filhos deles e para eles não morrerem de fome, para ficarem na rua, debaixo de uma árvore ou debaixo de uma ponte, nós os trazemos para dentro da nossa casa. E, aí, se cria o Bolsa-Família, se cria o Bolsa-Escola, e os nossos filhos não podem pegar. Os nossos netos não podem pegar porque está dentro do nosso orçamento, estão dentro da nossa casa. Ora, gente, esse orçamento é meu e da minha companheira, não é

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 437
DOC:

dos meus filhos. Eles têm a família deles, por que eles não podem adquirir? Porque ele está dentro do meu orçamento. Bom, aí não. Aí eu deixo de ser aposentado. Eu tenho um salário a mais do que o salário mínimo e posso sustentar-lo. Mas o salário não é deles, o salário é meu. Que injustiça é essa? Ou que justiça é essa que faz a injustiça conosco? Quando a gente vem reclamar: "Vocês não podem reclamar, estão reclamando de barriga cheia". Por quê? "Vocês já ganham a inflação; a única categoria no país que tem a inflação ali. Chegou na Database, vocês têm a inflação. Aí, o salário mínimo vai subindo". E qual o poder de compra do salário mínimo? Se a gente vai às grandes metrópoles, eu moro numa cidade chamada São Bernardo do Campo, que um aluguel na favela está 250 a 300 reais. Eu vou comer o quê? O que os nossos companheiros, as nossas companheiras vão comer? Pessoas que chegam chorando nas nossas entidades, ganhando um salário mínimo e precisam, muitas vezes, de remédio para o coração, que custa 800, 900 reais. Muitas vezes, faz vaquinha nos quarteirões para comprar o remédio ou então para dar comida. Aí, vem a água, vem a luz, que não temos desconto. Aonde o aposentado ganha, tem algum desconto? Não existe. Falam da Cesta Básica. Ora, eu vou sobreviver com a Cesta Básica, de que jeito, se o dinheiro que eu ganho não dá nem para pagar o aluguel? Essa sensibilidade, a gente precisa ter, a gente precisa ter. E quem consegue fazer a lei teria que fazer a lei e lutar para que essa lei se revertesse. Nós não estamos pedindo demais não. Nós estamos pedindo aquilo que nós pagamos durante o tempo que nós trabalhamos. Nós montamos um caixa e esse caixa não é sustentável para nós. Não está sustentando aquilo que nós contribuímos. Se gastaram lá atrás, se gastaram, não me interessa. Eu fiz um caixa e esse caixa tinha que me reverter e dar as condições devidas para mim. E não dá porque eu aposentei do trabalho. Me cuidei, porque senão estaria debaixo da terra como os outros companheiros que se acidentaram e muitos companheiros que estão debaixo da terra porque o trabalho era forte. A gente engolia fumaça, o agrotóxico e muitos companheiros tremiam. Quantos companheiros não vi morrer debaixo de uma prensa? Hoje, as companheiras, as pensionistas estão sofrendo o mesmo drama que a gente. E quando foi cortado pela metade. Por quê? Ainda falaram o seguinte: "Não, a mulher, ela perdeu o marido, ela tem que receber a metade porque ela só come meio prato, ela não come um prato". Ora... Então, quer dizer que nós aposentados não podemos sobreviver, não podemos ter o lazer? Uma coisa que nós poderíamos estar discutindo, o Brasil, ele pode ser o celeiro do mundo, mas seu povo reclama de fome, o seu povo sente fome, o seu povo passa fome; a nossa comida é muito cara. Em São Bernardo do Campo e Diadema nós lutamos dois anos, dois anos e conseguimos que todos os aposentados, todos os aposentados, independente da sua idade, andem no Transporte Coletivo gratuitamente. Tivemos briga com os dois prefeitos da cidade, levamos o povo para a rua, fomos lá e conquistamos esse direito de andar na gratuidade. Por quê? [Palmas] Porque nós pagamos a passagem, não só nossa, dos nossos filhos e nós colocamos isso na Câmara dos Vereadores e conquistamos. O mês passado nós conquistamos, em Mogi-Guaçu, o direito de todos os aposentados andarem na gratuidade do ônibus. Não é que melhora a condição de vida do aposentado, mas, pelo menos, dá um pouquinho de esperança para ele de que a gente está fazendo alguma coisa, a gente está mudando. Então, quando eu disse aqui que nós precisamos organizar, a gente montar mais entidades e a sua direção se unir, é para isso: É para que a gente forme uma Comissão e essa Comissão discuta diretamente com o Governo. Porque quando tiver mobilização todos nós estaremos na rua, a gente fazendo a mobilização. Não é possível, companheiros e companheiras, aqui que nós continuemos desunidos, os Governos fazendo o que bem entendem, pedindo para [illegible]

AUD anexado/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 438
DOC:

leve e nós dizendo para a morte que nós vamos viver mais. E eles achatando o nosso salário e nós ficando quietos. O Presidente da República disse um dia para mim, então candidato: "Os aposentados são a classe que mais perde– [soa a campainha]– e que menos luta". Então, nós vamos dizer ao Presidente da República: "Os aposentados são a classe que mais perde e é a classe que mais luta". Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao Benedito Marcílio, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Senhor Presidente, alô... Senhor Presidente desta Comissão Mista, Deputado Jackson Barreto, me orgulho, hoje, de estar presente também, vendo presidir esta Comissao Mista, já que fomos realmente colegas, nos anos 80, nesta Casa, meu amigo Relator desta Comissão Especial Mista, Senador dos trabalhadores aposentados, Paulo Paim, meu amigo, Deputado Walter Barelli, companheiro que sempre esteve na luta, junto com os trabalhadores, desde quando dirigia o Departamento Intersindical de Estatística Sócio-econômica no nosso país, meu companheiro, amigo Wilson, Coordenador do Sindicato Nacional dos Aposentados Cutistas, senhoras e senhores Deputados, demais presentes, senhoras e senhores, dirigentes de aposentados, pensionistas, de representações de outras categorias profissionais, quero saudar a todos vocês, boa tarde. Realmente, esse é um momento histórico, importante para todos nós aposentados e pensionistas desse país. Nós sabemos perfeitamente o que representa essa Comissão Mista, constituída por seus dignos representantes do povo, nesta Casa, e a importância deste momento que está passando o movimento de aposentados e pensionistas desse país, a nossa participação neste ato. Senhores Senadores, senhores Deputados, nós, inclusive, como representantes dos aposentados e pensionistas da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, a COBAP, entidade esta que congrega 20 federações filiadas e mais de 1200 entidades filiadas às nossas federações, criada, inclusive, fundada pelos aposentados, em 1985 e que tem uma participação histórica nesse movimento em defesa dos aposentados e quem de nós não recorda as lutas que travamos nos 147%? Uma luta memorável, histórica. Hoje, o movimento de aposentados, como também o Movimento Sindical da ativa, que cria Centrais Sindicais, como os aposentados, que criam também outras entidades representativas. Mas, na verdade, o movimento do aposentado está sendo desrespeitado, discriminado pelos nossos governantes. E um dos problemas que eu entendo que seja a realidade é, realmente, aquilo que o companheiro Wilson falou: "A nossa divisão dos movimentos enfraquece e enfraqueceu e os governantes desejam realmente que isso aconteça para que se aplique o que estão fazendo com os aposentados, desrespeitando, inclusive, os direitos adquiridos que nós conquistamos com suor e sangue e com muitas lutas". E entra Governo e sai Governo, nós aposentados, pensionistas, chegamos até o momento de participarmos, neste país, da história de um Governo de esperanças, aonde jogamos toda a nossa confiança, todas as nossas esperanças de vermos corrigidas as distorções e as injustiças que estão sendo cometidas com os aposentados pelos governantes anteriores. Verificamos, inclusive, os critérios adotados para fins de reajustamento de salário mínimo e os reajustamentos dos benefícios acima do teto do salário mínimo, com mudanças, inclusive, que trazem e levam os aposentados, senhor Presidente desta Casa, senhor Senador e demais Deputados e Senadores, leva ao desespero. Inclusive, essa classe sofrida de aposentados que estamos hoje atingindo a casa de 24 milhões. Quando desvincularam o reajustamento dos benefícios acima do teto do salário mínimo, do salário mínimo, nós tínhamos nove milhões de aposentados e pensionistas. Incluindo os

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 439
DOC:

trabalhadores rurais que recebiam até um salário mínimo. Hoje, com esta desvinculação perversa, inclusive, já atingimos a casa acima de 16 milhões de aposentados e pensionistas que recebem esse mísero salário mínimo, inconstitucional, que não atende coisíssima(F) nenhuma às necessidades básicas de uma família, com habitação, com alimentação, com saúde, com remédios, medicamentos, com transporte, com lazer e Previdência. E faço esse desafio, se, realmente, esse novo salário mínimo que estão dizendo que foi uma grande vitória porque conseguimos passar para 350 reais, eu faço esse desafio: Se qualquer um de nós tem condições de viver com uma família com esse salário miserável de 350 reais? Porque tudo aumenta, os remédios estão aí, à vontade, sendo aumentados quase todo o mês. Os planos de saúde, quem não tem um plano de saúde, hoje, está morto, morre na porta dos hospitais, porque, inclusive, a assistência à saúde está falida, a pública, e todos nós devemos, então, para ter a assistência imediata, à saúde nossa tem que ter um plano de saúde. E aumenta também, embora tenha mecanismo controlador, nós esbarramos, inclusive, até com decisões judiciais que determinam valor de reajuste muito acima daquilo que a ANS determina para regulamentar os planos de saúde. O salário mínimo, nesse país, ele vem vindo perdendo as condições de compra permanentemente. E o pior, o agravante, que nós estamos caminhando para, dentro de curto prazo, nesse país, aposentados de salário mínimo, ou seja, as aposentadorias por tempo de serviço, as aposentadorias especiais que, inclusive, conquistamos com suor e trabalho, nós estamos perdendo, através da discriminação e de índices diferenciados. E com um agravante: São 12 anos que o movimento de aposentados, as lideranças constituídas por dirigentes de federações, de confederação, de associações, até este momento, estamos sendo discriminados também pelo próprio Governo Federal. Os Ministros têm recebido, mas nada têm feito e nem têm poderes, se não me engano, para fazê-lo. E o Governo Federal, vai passando para 12 anos, que não recebe as lideranças de aposentados. Mais um fato que eu estou trazendo aqui de discriminação ao idoso, ao aposentado, que está ocorrendo. Se não bastassem outras que ocorrem em nosso meio. Até quando, senhor Presidente, nós vamos agüentar essa situação, esperando, inclusive, com aquela esperança da equivalência, inclusive, dos valores de salário mínimo? Que aposentamos até 10 salários e muitos dos nossos aposentados, que se aposentaram após 30, 35 anos de trabalho, com oito salários mínimos e hoje estão recebendo de três a quatro salários mínimos. Aposentados, inclusive, já não estão mais tristes de ver esse quadro negro da história nossa, estão é muitos revoltados, que existem, inclusive, aposentados e pensionistas morrendo de fome nesse país, perdendo, inclusive, as suas esperanças e com um agravante: 60% dos 23 milhões de aposentados ainda têm, sobre seus ombros, a responsabilidade de sustentar a sua família, seus filhos, seus netos, escolas, remédios, alimentação, porque também está ocorrendo um fato muito sério nesse país, que é o grande índice de desempregados, além da necessidade de se construir, inclusive, a oferta de novos empregos, que a cada ano, se tem um número elevado de jovens à procura do mercado de trabalho e a falta desse desenvolvimento leva, inclusive, muitos até a marginalidade. Senhor Presidente, senhor Senador, é muito grave o que está ocorrendo. Se o Governo Federal, até o momento, está discriminando os aposentados, não recebendo para um diálogo, para um entendimento--[soa campainha] --Nós temos a esperança, ainda, vou concluir, senhor Presidente, que esta Casa que, para nós, é a Casa do povo e temos muito respeito por ela, porque por aqui também passamos, que encontre caminhos e mecanismos, se realmente ela é a classe, ela é a representativa do povo, através desta Comissão, abrir, inclusive, esta negociação em nome da classe de aposentados e pensionistas desse país.

CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 210
DOC:

Nós gostaríamos de ver esta possibilidade e tenho fé, inclusive, que essa proposta poderá significar os sonhos de esperanças nossas de termos ainda os nossos representantes no Congresso, falando, defendendo as justas reivindicações dos aposentados e pensionistas do Brasil. Recursos existem; no ano de 2004, nós temos informações, que houve um superávit da Seguridade, que é o tripé Previdência Social, Assistência social e Saúde pública, obteve um superávit acima de 42 bilhões de reais. E se não bastasse esse superávit, nós verificamos que o país cresceu no seu desenvolvimento, inclusive, arrecadando mais, mas estão indo para outro canal, para outro caminho os recursos. Até para pagar essa dívida externa e juros da dívida externa, antecipadamente, com certeza, saíram recursos da Seguridade Social, do CPMF, do COFINS e outros recursos que nós conquistamos também na *nova Constituição. Há poucos dias foi aprovada, aqui no* Congresso, uma Medida Provisória, a 255, para atender, inclusive, às reivindicações dos pequenos empresários na área de exportação. De onde saiu esse recurso? Eu sei. Saiu, inclusive, dos recursos da seguridade, da COFINS, do CPMF e outros recursos que estavam, que são destinados, exclusivamente, para atender a necessidade da Seguridade Social. Ainda tiraram recursos nossos; é sinal que existe até demais. Então, eu vou concluir, senhor Presidente, senhores Senadores, meus amigos da Mesa, *senhoras e senhores*. Nós ainda temos esperança de conseguimos, neste ano, os reajustamentos que venham por direito a partir de abril, que o Estatuto do Idoso assegura esse direito, no mesmo mês que reajusta o salário mínimo, também tem que reajustar o salário acima do teto do salário mínimo. Que seja em abril. E também se for 16% ao salário mínimo, que seja também extensivo, estendido esse mesmo percentual de 16% para quem ganha acima do salário mínimo. Só assim estarão fazendo justiça com a classe de aposentados e pensionistas desse país. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Marcílio continua com a vênia de Deputado...

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós agradecemos aqui a participação na Mesa do companheiro Wilson Roberto Ribeiro e também do Marcílio e queremos convidar agora Edson Guilherme, Presidente do MOSAP e João Batista Inocentini, do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical. *Com a palavra, o senhor Edson Guilherme--*

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois, é Paulo José Zanetti.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): –Ah, Paulo José Zanetti...

SR. EDSON GUILHERME: Senhor Deputado Jackson Barreto, muito digno Presidente desta Comissão Mista, excelentíssimo senhor Senador Paulo Paim, senhores, *excelentíssimos senhores* Deputados, excelentíssimas senhoras Deputadas, senhores dirigentes de entidades, senhoras dirigentes de entidades, senhores e senhoras, na condição de Presidente do Instituto MOSAP, que é o Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas, do serviço público, portanto, servidores, a nós, para nós, é uma honra estar aqui participando, estar aqui vivenciando, estar aqui sentindo a realidade e suas conseqüências em relação ao salário mínimo. Poderiam vocês dizer: "Mas o que tem haver vocês do serviço público conosco aqui do Regime Geral?" Temos muito a ver. As nossas lutas são comuns na busca da qualidade e da dignidade de vida do pós

ATIV nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 441
DOC:

servidores, enquanto aposentados e pensionistas. Portanto, é comum a nossa luta. Mas eu não poderia prosseguir sem fazer uma menção ao nosso Senador Paulo Paim. Sabemos que, além da luta que ele vem desenvolvendo desde os seus tempos de trabalhador, lá nas fábricas, em prol dos trabalhadores, já naquelas oportunidades, ele tinha a preocupação também com os servidores públicos lá do Rio Grande do Sul e, depois, aqui no Parlamento, como Deputado Federal, continuou a sua luta, unindo as suas forças em defesa de todos os aposentados do Regime Geral e todos os servidores aposentados e pensionistas desse país. E queria estranhar, eu queria estranhar aqui o por quê que o Senador Paulo Paim, conhecedor profundo da questão, sobretudo do salário mínimo, dentre outras, é lógico, não foi convidado para participar antes que o Projeto de Lei do salário mínimo aqui chegasse. Porque nos parece, me parece, e me perdoem, se eu não estou correto, mas eu acho que o Senador e outros parlamentares que sempre lutaram já deveriam estar lá nas Comissões, trabalhando já no Executivo, pelo menos, sendo ouvidos, o que, me parece, não aconteceu. Então, alguma coisa não está consentânea com a história e, digo também, com a necessidade da ampliação e de busca dos conhecimentos dessa realidade que é tão cruel. Portanto, eu faço aqui uma homenagem ao Senador Paulo Paim, em nome dele, a todos os parlamentares que se preocupam com essa questão do salário mínimo, mas também se preocupam com a questão dramática dos servidores públicos desse país. Porque dizem-- [palmas] --Dizem que, a partir de Collor, que os servidores públicos eram marajás. É verdade que tinham marajás aí e ainda têm. Não vamos negar isso. Ainda têm. Talvez o Governo não teve a coragem de cortar onde há realmente privilégios. Preferiam ir pelo varejo, cortou todo mundo. E, pensando assim, imaginou que iria salvar e sanar esse problema da Previdência Social Pública Brasileira. Nós teríamos muito a conversar e falar aqui, mas eu sei que o tempo é curto e nós devemos respeitá-lo. Mas eu queria dizer, como Presidente do Instituto MOSAP, embora eu não ganhe salário mínimo, e aí não é demérito de quem não ganha salário acima do mínimo, um pouco acima do mínimo, só porque é servidor público, porque tem muito servidor público que não ganha, e eu diria, até o salário mínimo, porque o salário mínimo que servidor público ganha, muitas vezes, não significa todo aquele dinheiro que ali está porque já foi suprimida muita coisa. Então, eu quero dizer apenas para os nossos queridos colegas, eu não gosto mais da palavra companheiro, me perdoem, porque nós do MOSAP e da COBAP, por iniciativa do Senador Paulo Paim, recebíamos, em 2001, me parece, na Campanha Presidencial, recebíamos o candidato Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente. Naquela oportunidade, o então candidato, nos tratava carinhosamente de companheiros, nós servidores públicos e todos os trabalhadores da iniciativa privada. Findas as conversas e os discursos, o Presidente Lula, o candidato Lula nos chama a mim, Presidente da COBAP de então e o Senador Paulo Paim; ele diz o seguinte: "Vocês fiquem tranqüilos que nós precisamos fazer as reformas". E nós não éramos contra as reformas. E nem hoje somos contra as reformas. Mas ele disse: "Fiquem tranqüilos porque nós não vamos atingir direitos adquiridos de ninguém porque a Constituição cidadã assim garante e está escrito lá no artigo 60, § 4º". Saímos de lá tranqüilos, talvez não, mas corajosos e esperançosos e trabalhamos para a eleição do candidato Lula. Nós, que tinhamos sido massacrados já pelo Governo neoliberal de FHC, por diversas vezes, tentávamos, no Congresso Nacional, instituir a famigerada contribuição para a Previdência Social por parte de quem já estava aposentado. Portanto, atingiu aposentados e pensionistas. Pois bem, terminada essa fase, fomos conversar com o Ministro Palocci, hoje Ministro Palocci, então coordenador de campanha, mais o Dr. Gushiken em São Paulo, a mesma diretoria

ANC. nº 005/2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 442
DOC:

Assumiu o Governo, o Ministro Berzoini, nos recebe e diz: "Não percam tempo com a gente, conosco, nós, Governo, que nós vamos respeitar os direitos adquiridos". Deu o que deu e nós todos sabemos como é que nós estamos. Bom, então nós, servidores públicos, sobretudo aposentados e pensionistas, estamos absolutamente solidários com a luta de vocês, com a luta da COBAP e de todas as outras confederações e federações, sindicatos, que defendem com unhas e dentes a necessidade da preservação de um salário mínimo digno e, de preferência, que se cumprisse a Constituição Federal porque o salário mínimo, da forma como ele está, me perdoem os senhores parlamentares, ele não responde, na verdade, às necessidades mais básicas do trabalhador e também não responde, também, a de muitos servidores públicos por esse Brasil afora, em municípios e até Estados que, talvez, recebam o salário mínimo ou um pouquinho mais. Então, o que eu tenho a dizer para vocês, por obrigação, é a solidariedade nossa, enquanto dirigentes desse movimento. Eu vi agora entrar aqui o nosso Deputado Alceu Collares. Eu não tenho medo de dizer para vocês que eu fui servidor dessa Casa 30 anos, ouvi muitas e muitas vezes o Deputado Alceu Collares falar sobre Previdência, sobre problemas do trabalhador e, inclusive, dizer para os parlamentares: "Vocês têm que aprender a minha lição, vocês têm que estudar a Previdência, vocês têm que aprender a respeitar o trabalhador desse país e vocês têm que aprender a respeitar o servidor público desse país". Está aqui, hoje, ele, de cabelos brancos; vai pintar, diz ele, mas vai pintar com aquela coragem que nos transmite, a nós todos, a continuarmos nessa luta, a acreditarmos naquilo que o Deputado Alceu Collares já falava na Câmara dos Deputados, antes de ser Governador e assim também o Paulo Paim e assim outros parlamentares. Então, o que eu quero dizer para vocês, que esse falado déficit da Previdência, e hoje já se fala de um trilhão; um trilhão, está aqui o jornal, hoje, "Jornal de Brasília", da Miriam Leitão; Ela fala com tranqüilidade desse um trilhão e deve estar chorando também quando ela fala, mas ela fala porque os patrões mandaram, porque se ela fosse, na verdade, considerar aonde está o dinheiro da previdência, onde foi, historicamente, o dinheiro da Previdência, eu tenho certeza que ela estaria falando diferente. É por isso que nós temos esses problemas todos e, nós servidores públicos, tal qual vocês do Regime Geral, não podemos perder a esperança. Eu acho que nós temos motivos para não perdermos a esperança, desde que, e já foi dito aqui, nos unamos, servidores públicos e do Regime Geral, porque nós todos estamos numa mesma canoa e nós não podemos naufragar perante as imposições do FMI, as obediências cegas dos Governos atuais e passados, que cumpriram religiosamente a carta e, aliás, o atual cumpriu até melhor do que o anterior, porque não me consta que o anterior tenha pago o FMI antes de vencer. Pelo contrário, ia chorar mais um tempinho, pois pasmem, esse ano eles pagaram antecipado. Se pagaram antecipado, teriam dinheiro em caixa para realizar e cumprir com, talvez, esse preceito constitucional de dar salário mínimo digno a todos vocês. E também respeito aos servidores públicos desse país porque servidor público também não tem aumento não. O que se dá aumento é através de gratificações. E aí, minha gente, os aposentados e pensionistas que lutem e briguem porque senão, daqui a mais alguns anos, nós não teremos mais salários porque a coisa está se achatando cada vez mais. Eu queria somente dizer o seguinte: [Soa a campainha] Nós ainda acreditamos no Congresso Nacional e se nós acreditamos no Congresso Nacional, nós temos, esse ano, o período de eleições e o nosso único instrumento, que ainda temos, imagino que ninguém nos vá tirar, é o exercício da cidadania através do voto e nós não podemos esquecer os passados para votar em homens que venham de volta para o Congresso. Eu tenho, talvez, até ousadia, mas eu não vou ter vergonha de dizer: Nós só vamos apoiar aqueles parlamentares que

AVIN Nº 063/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 443
DOC:

realmente entenderam e entendem a questão da dignidade do servidor público brasileiro e do trabalhador desse país. É nesses termos–[palmas] --É nesses termos que eu quero cumprir aqui o horário e dizer a vocês que eu me sinto muito lisonjeado em estar aqui com vocês e reafirmo a nossa disposição para continuarmos irmanados, cada um nas suas questões, mas quando eu tenho questões, eu vou buscar o apoio de vocês e nós, quando vocês têm as questões de vocês, vocês têm diariamente, como nós, nós deveremos estar sempre juntos. Então, é nessa perspectiva que eu encerro, cumprimentando novamente, Senador Paulo Paim, Deputado Jackson Barreto e Deputado Walter Barelli, pedindo desculpas se eu tenha dito algum disparate, mas eu falei, não por escrito, eu preferi que meu coração falasse porque, daí, eu tenho certeza que eu não iria mentir, eu iria dizer aquilo que realmente o meu velho pai, de 92 anos, reclama comigo todo dia: "Meu filho, por que eu contribuí com cinco salários e hoje só ganho dois, dois ponto qualquer coisa?". Eu digo: "É por causa da nossa situação". Mas é por isso que nós estamos aqui e é nesses termos que nós vamos continuar lutando. Muito obrigado a todos. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional, ao representante, Paulo Zanetti, da Força Sindical.

SR. PAULO ZANETTI: Boa tarde a todos, queria fazer uma saudação à Mesa, em especial ao Deputado Jackson Barreto, ao Deputado Walter Barelli, Senador Paim, demais autoridades e, em especial, aos aposentados e aposentadas que aqui estão presentes. Eu... A minha vida de sindicato foi única e exclusivamente no Sindicato dos Bancários de Curitiba. Eu sou funcionário do falido BANESTADO. E se aquela CPI não tivesse virado pizza, esse país já seria diferente porque Valerioduto, Mensalão, não chegam aos pés do que foi roubado do BANESTADO. Dizem que vão reabrir, e se reabrir, aí sim, esse país poderá ser diferente e nós poderemos daí acreditar nessa política desse país. Falar do salário mínimo é dizer que ele já teve seus valores significativos no passado. Criado na era de Getúlio Vargas, ele já chegou a valer sete, oito vezes o que vale hoje, mas hoje ele não vale 1/5 do necessário. Os estudos do DIEESE dizem que o salário mínimo hoje necessário seria em torno de R$1.496,56, para que uma família com dois filhos, tivessem uma condição digna de sobrevivência nesse país. Mas nós estamos muito distantes. O salário mínimo agora vai a 350; então, é uma diferença muito grande, todo mundo fala do achatamento que ocorre e isso é uma realidade, todos nós que aqui estamos tivemos sensivelmente reduzido o nosso poder aquisitivo. Eu posso falar da minha situação, eu tenho uma Previdência Privada, por trás de mim, então, eu tenho uma situação um pouco até diferenciada. Mas nós não podemos nunca nem sequer poder permitir que esse Governo queira vender a Previdência, tomando-a, privatizando a nossa Previdência. Nós temos que defender a Previdência pública como obrigação do Estado *ad eternum* para que nossos filhos também possam ter uma aposentadoria digna nesse sentido. Então, nós do Sindicato dos Aposentados, nós temos feito um trabalho e nós queremos apresentar já como solução e sugestão à Mesa porque agora, nesse momento em que o salário mínimo... Nós não podemos negar que não teve um aumento real, sim, são 12%, aproximadamente, porque o salário mínimo, o reajuste nos demais, está se falando entre quatro e 5%, estão falando em quatro e 5% se nós não nos unirmos já. Todos os companheiros falaram da necessidade da União, já semana passada, os aposentados de São Paulo se manifestaram. Agora, todas as centrais, juntas, no dia 23, pretendemos fazer uma grande manifestação em São Paulo, na Av. Paulista, para dizer aos nossos representantes que nós queremos o mesmo percentual que for dado ao

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 444
DOC:

salário mínimo, nós queremos que seja extensivo à todos porque o companheiro também falou: "Nós vamos ter que fazer que nem fazem nos países europeus, nós vamos ter que conscientizar os aposentados". E só vamos votar naqueles que assumirem o compromisso conosco, é isso que fazem na Itália, isso que nós temos que fazer nesse país, temos que nos valer de todos os instrumentos de comunicação e dizer aos aposentados desse país que aquele que não honrar, que não votar nas nossas reivindicações não merece o voto dos aposentados. A situação que nós vivemos hoje é uma situação muito difícil. Na Previdência Social existia um triângulo, que era um triângulo retângulo, que tinha uma base, tinha um meio e tinha um pico; só que esse triângulo retângulo, os Governos que se instalaram nesse país, transformaram num triângulo isósceles, onde o pico do triângulo já está encostado na base, e isso é terrível, e como nós falamos e se nós estivermos vivos, nossos descendentes, daqui a alguns anos, todos estarão ganhando quase um salário mínimo. Esse país está fadado a um salário mínimo. Mas se fosse um salário mínimo desse do DIEESE, não nos preocuparíamos, mas é um salário mínimo de 1/6 daquilo que é necessário. Então, nós temos que começar uma luta incessante, incansável para poder promover as transformações que nós achamos dignas. O aposentado precisa voltar a ter a sua dignidade, voltar, nós precisamos fazer com que o aposentado volte à rua, que o aposentado deixe de andar de cabeça baixa, porque eles, nós somos, nós somos aqueles que somos responsáveis até por esse desenvolvimento desse país e muita gente fala que os da ativa estão pagando os aposentados, eu fico com... Isso é conversa mole, nós pagamos muito para que tivéssemos, no final da nossa vida, um direito... Mas não se aposentar... O tempo de 20 salários mínimos, depois para 10 salários mínimos... Aposentei-me com 10 salários mínimos, hoje ganho cinco salários mínimos e meio. Então, isso é muito trágico e é muito ruim. O que nós queremos? Recomposição do poder de compra. Então, nós estamos dispostos a dialogar com o Governo: Se não dá para dar tudo, vamos, aos poucos, recompor o poder de compra dos aposentados e queremos ser tratados diferente; nós queremos ter políticas públicas voltadas efetivamente para o pessoal da terceira idade. Nós queremos uma Cesta Básica de remédio que seja livre de impostos porque para alimentos para cachorro, para cavalo, o imposto é 12; por que para o remédio são 18%, conforme o Estado, 17%? Nem tratados como animais eles não querem nos permitir. Então, temos uma pesquisa onde diz que nós gastamos R$220,00 por mês, em média, de remédio, os aposentados gastam. Será que não poderia ter um projeto em que se cria uma Cesta Básica de remédios de uso contínuo para que pudéssemos minimizar essas diferenças? A questão dos planos de saúde, dos remédios... Estão subindo muito além da inflação e isso faz com que o nosso poder de compra seja reduzido sensivelmente. Então, as nossas condições, quanto mais idosos nós ficamos, não vou falar nunca a palavra "velho" mas idosos, nós ficamos, então, cada vez mais, o nosso poder de compra vai diminuindo e isso aí nós temos que fazer alguma coisa para recuperar o poder de compra. E existem muitas condições: Vamos acabar com a fraude: o tal do recadastramento, que nós queríamos, dos 900 mil aposentados convocados... Apareceram acho que 700 mil. Onde é que está o resto? Será que estão vivos? Será que estão mortos? Será que existe tamanha fraude que nós temos denunciado nos últimos anos, 10, ou mais de 10% dos aposentados que recebem da Previdência Social são mortos, são fantasmas? Será que vamos fazer alguma coisa? E não era esse tipo de recadastramento que nós queríamos não, ainda, onde o advogado pode levar 150, duzentas procurações. Achamos que ainda, por traz disso, têm coisas muito ruins. Eu acho que esse recadastramento que já foi um fracasso desse Governo, deveria ser feito nos moldes que as entidades dos aposentados

DATA: 06/12/2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 2415
DOC:

sugeriram; não seria uma coisa da Força Sindical não. Seria um movimento da sociedade organizada brasileira, seriam todas as centrais, sindicatos, igrejas, tudo isso, num mutirão, para que pudéssemos acabar de vez com as fraudes na Previdência. Acreditamos que esse sistema, esse senso previdenciário, isso aí é brincadeira e vai ser, talvez, um dos maiores desgastes desse Governo se não mudar já. Vamos ver agora, estão chamando mais treze milhões, vamos ver quantos aparecerão para fazer o recadastramento. Os bancos pegaram dinheiro e não estão preocupados em nada, em atender os aposentados. Falo isso de carteira porque eu falei, agora há pouco, eu sou, minha vida inteira de bancário, está difícil o atendimento aos aposentados e a ficha também não é muito simples não. Não sei se a maioria de todos que aqui estão, já viram da ficha do Senso; tem NIT, tem PASEP, tem muitas coisas que as pessoas, infelizmente, os idosos ainda não sabem; são fichas preenchidas em quadradinho, tudo isso dificultando a vida. O que nós tínhamos sugerido ao Governo é que passasse para as entidades representativas. Todos nós estávamos dispostos a ajudar o Governo nesse mister, mas, infelizmente, não fomos ouvidos. Mas acho a inércia, a incapacidade desses, até dos bancos de atender a esse projeto, vai ser, com certeza, vai ser modificada porque do jeito que está, eu acho que não vai aparecer nem para 16, para 24 milhões de aposentados; acho que uns oito milhões não vão aparecer. E ainda vamos ter que ir atrás e vai ser difícil de encontrar. Para os bancos é muito cômodo, esse dinheiro cai todo o mês lá e, de repente, ele desaparece. Isso aí são os lucros diversos que nós chamávamos no banco; todo o dinheiro que sobra as pessoas que morrem não sacam, vão lá buscar isso daí. Os grandes devedores desse país, porque o INSS não vai buscá-los? Isso é uma coisa muito grave. Então, os grandes devedores também; precisaríamos fazer com que pagassem sua dívida junto ao INSS. Até ações regressivas, empresas, serem obrigadas a devolver aquilo que estão, que os funcionários estão tirando do INSS, porque tem muita preocupação nesses... Enfim, outra coisa, trabalho informal nesse país, mais do que 57% dos trabalhadores informais, quer dizer, informais, já está a palavra já diz: Não tem carteira assinada, não tem contribui, não tem um seguro social para a sua sobrevivência. E falamos isso lá em Curitiba, chamamos a Ponte Preta lá, "não tem lugar para todo mundo embaixo da Ponte Preta"; estão preocupados em sobreviver, mas não estão preocupados com o seguro social e se isso não tiver nós não podemos ver um final de vida feliz a todos esses trabalhadores que estão na informalidade, que não estão contribuindo. Então precisam-se de políticas, que esse Governo se preocupe que os trabalhadores voltem à contribuir todos para a Previdência Social porque o futuro espera por eles e sem isso aí, que não é grande coisa, mas pelo menos teriam um final de vida um pouco mais digno. Então, essa mobilização da qual nós estamos participando, junto com as demais centrais, é importante que todos se engajem. Dia 23, vai ser em São Paulo, mas vamos começar levar para os estados; no Paraná, nós vamos fazer em março, uma grande mobilização dos aposentados. Enfim, companheiros, eu acho que dá para a gente fazer alguma melhoria nas condições de vida dos aposentados se nós nos irmanarmos, se nós todos soubermos a força que nós temos, divulgar... Nós tivemos esses dias um encontro internacional e vivenciamos a experiência européia. Vamos tentar trazer para o Brasil, vamos indicar os nossos representantes aos aposentados. E nós não temos só o nosso voto, porque nós somos formadores de opinião, porque se nós é que vamos pedir aos nossos filhos e nossos netos que estas pessoas que vão ser os nossos representantes, nós é que vamos indicar e se todo mundo partir nisso, vai ser uma coisa boa. Nós não queremos que iguais sejam tratados diferente nesse país. Todos somos aposentados e esses 16 milhões, 16,66 porque oito milhões vão ganhar [illegible] Então, [illegible]

CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 446
DOC:

essa sugestão, esse recado e nós vamos dar a nossa resposta na nossa mobilização e nas eleições que aí estão se aproximando, só vamos nos comprometer com aqueles que se comprometeram conosco. Esse é o recado do nosso Sindicato. Muito obrigado por me dirigir a tão seleto público. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o senhor Edmundo Benedetti Filho, Presidente... Desculpe aí... É um dos convidados? Convidado Edmundo Benedetti Filho, Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas e senhora Sayonara Pereira Oliveira, Diretora da Fiscalização Sindical da FENAFISCO.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pronunciamento fora do microfone **(1h24min e 57segundos do áudio)**

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Espera aí que a moça está falando. Eu quero passar a palavra ao senhor Edmundo Benedetti Filho, da CENTRAP.

SR. EDMUNDO BENEDETTI FILHO: Excelentíssimo Deputado Federal Jackson Barreto, Presidente dessa Comissão Mista, excelentíssimo Deputado Walter Barelli, de São Paulo, nossa terra, que nós tivemos contato com o Dr. Barelli do tempo do DIEESE, excelentíssimo senhor Senador da República, Paulo Paim, tomo a liberdade, em nome dos meus aposentados, de transmitir-lhe o nosso respeito pessoal, a nossa admiração e o nosso carinho muito especial com o senhor. Tenha certeza que na nossa categoria o senhor é muito querido. Somos de São Paulo e digo isso porque nós temos reuniões quinzenais e em todas elas eu tenho uma cobrança dos meus aposentados, dos nossos representados: "Por favor, convide o Dr. Paim, convide o Dr. Paim". Eu faço esse convite aberto ao senhor, dia oito de março, agora, nós estaremos fazendo uma grande homenagem a toda as pensionistas nossas e, publicamente, eu não me furtaria a fazer esse elogio e esse cumprimento ao senhor. O senhor é merecedor disso e eu o faço em meu nome e em nome de toda a nossa categoria. Muito obrigado pelo seus serviços em defesa aos nossos aposentados. Foi dito aqui que ex-Ministro da Previdência anunciou que a Previdência, segundo os seus cálculos, tem um rombo de um trilhão e que, em 2015, o nosso sistema entra em colapso e que o custo da Previdência, hoje, equivale a 13% do PIB. Todas notícias absolutamente alarmantes. Nós não temos esses números, com certeza, mas não se diz, e eu gostaria, que um dia também dissesse, a quantas anda a arrecadação do INSS? Quantos imóveis o INSS possui? Que há comentários que o INSS é a maior imobiliária do país. Eu já ouvi esse comentário. E eu não sei quantos imóveis o INSS tem, como os utiliza, se é alugado, se não é alugado. Como é que é feita a arrecadação do INSS? E isso nós temos sempre discutido junto com os nossos pares porque alguns empresários, propositalmente, não recolhem a Previdência. Não recolhem e deixam passar, depois conseguem um tal de um parcelamento que eu não sei, eu ouvi falar que vai a 60 meses e que depois pagam esse parcelamento com títulos que eles compram dos trabalhadores, do precatório deles, pagando 20% do que o trabalhador tem direito a receber de causas ganhas em juízo há mais de 20 anos esperando o precatório. Alguma coisa o Parlamento tem que fazer para mudar isso. Parece-me que essa balança não está bem equilibrada. Eu entro em juízo com os meus trabalhadores, ganho um processo demorado na Justiça Federal e os senhores sabem disso, fico numa fila de precatórios para, no desespero, ter que vender o meu precatório para um empresário que sonegou a Previdência me pagar 20% para ele poder quitar a dívida dele. Alguma coisa está errada. Alguma coisa não está certa nisso. É preciso que se faça alguma coisa para,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 447
DOC:

aí sim, nós podermos comparar o que o ex-Ministro está dizendo, que esse rombo de um trilhão, para vermos todo esse mecanismo como funciona, claramente, abertamente para que toda a sociedade saiba, porque, para muitos, e digo isso como um simples cidadão brasileiro, isso é uma caixinha que ninguém vê. Eu não sei. O INSS tem imóvel aqui, ali, está alugado por R$100,00 aqui, por mil ali, não sei, ninguém sabe. Em nível de população, eu acho que isso deveria ser um pouco mais aclarado. Em nível de aposentado, isso devia ser um pouco mais discutido. O que nós entendemos? Que nós deveríamos ter uma organização de uma Comissão Interministerial, tripartite: Congresso, Governo e órgãos representativos das entidades dos trabalhadores aposentados, com respaldo das Centrais Sindicais; que essa Comissão fosse permanente para que levantasse todas as questões e que se projetasse um futuro, um futuro. Para quê? Para que, se essas previsões do ex-Ministro estiverem certas, para que nós possamos fazer alguma coisa, aí sim, se estiverem certas, a sociedade se convencer que o cálculo do ex-Ministro está correto. Nós sabemos que o sistema, realmente, se tiver esses números, não vai agüentar. Não adianta eu ter um salário mínimo de 350 ou de 500 se eu não tiver como pagar. Não tem jeito: Tudo que eu contribui, eu trabalhei, eu vou perder. Então, me parece que essa Comissão é de fundamental importância, onde estariam os órgãos representativos da classe dos aposentados e pensionistas, Parlamento e o Governo, discutindo, mostrando os números, com toda a frieza, com todo o momento que nós estamos vivendo. Nós queremos o que é nosso? Queremos. Não queremos ser tratados como um cidadão de segunda categoria nesse país? Não aceitamos. E eu digo segunda categoria por quê? Porque sequer o índice do INPC correto nos é aplicado. Não estamos falando mais nada. Só estamos pegando o INPC, que já não mede corretamente para nós, nem esse nos dão. É preciso que nós entremos em juízo, e nós estamos ajuizando uma centena, milhares de ações para recuperar alguns percentuais que o INPC real não nos foi aplicado, não nos foi aplicado. Quer dizer, isso é ser tratado, na nossa ótica, com muito desleixo. Nós não merecemos isso. Nós temos uma classe de aposentados e nós, que convivemos diariamente com eles, sabemos das suas dificuldades. Eu sei perfeitamente o que significam R$30,00 para um aposentado. Eu sei. Nós entregamos 4.500 cestas. Eu sei o que é um aposentado ficar sem uma cesta de alimento. Eu estou falando de um aposentado que trabalhou 40 anos, não estou falando de um cidadão que só deu desfalque, que só fez maracutaia, ou que só aprontou nesse país. Não, eu estou falando– [Palmas] --Daquele trabalhador que ganha R$350,00 por mês. Se ele não receber aquela cesta, nós vamos ter que fazer uma cotização para ele comer porque ele não tem o que comer. É desse cidadão. Eu Não estou falando do cidadão que frauda o INSS, que parcela e paga com o meu dinheiro. Eu estou falando daquele cidadão, daquele pobre cidadão. Felizes daqueles que têm uma Previdência suplementar, que podem ter isso. A grande maioria não pode, não tem como pagar. Não tem jeito, não tem jeito. Então, nós queremos respeito. A única coisa que nós pedimos: "Nos dêem o que é nosso de direito, o que nós perdemos, o que nós, o que nos foi tirado". Vamos ver, no Governo Lula, faltou o reajuste de acordo com o INPC? Faltou. No Governo Fernando Henrique faltou? Faltou. Nos demais Governos faltaram? Faltaram. Nós não estamos falando em equiparação com o salário mínimo não. Essa é outra discussão. Eu estou falando é de correção para o INPC. Só isso. Nem isso nos deram. E como que nós vamos falar de equiparação, de podermos ganhar um salário melhor se nem isso nós somos considerados. Parece-me que numa organização feita com o Congresso, com os representantes e com o Governo, isso não aconteceria. Não. E eu acho que essa discussão passaria antes, passaria antes. Vamos ver: Quando é que o orçamento?

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 448
DOC:

Quando eles vão discutir? Qual é a proposta orçamentária para a nação? Que nós vamos fazer para os aposentados? Discutir tudo. Discutir tudo claramente. Olha, esse Governo, se o país não tem dinheiro, se o país está falido mesmo, nós vamos discutir também. Nós queremos saber, queremos saber disso. A correção para o INPC é outra discussão que nós gostaríamos de fazer um dia. Então, Dr. Barelli, que muito nos ajudou nisso, por quê? Eu entendo que o meu gasto com medicamento é muito maior que o meu gasto com vestuário, por quê? Porque eu tenho mais de 60 anos. Porque eu tenho que ir ao médico constantemente. Porque eu vou comprar um remédio que custa R$350,00 e que o meu posto de saúde não tem esse remédio. Ou meu filho me compra ou eu morro. Não tem alternativa. O que me parece mais justo, mais justo? Se o Governo pudesse olhar um pouco essa parte de medicamento para nós. Que faça uma cesta de medicamentos subsidiada, que faça algum tipo de processo que não nos deixe morrer pela falta de medicamento. E que um outro índice venha a corrigir as nossas futuras correções de aposentadoria, dos nossos benefícios, e pudesse levar em consideração, num peso muito maior, muito maior, as nossas necessidades, daqueles que já estão aposentados. Nós temos aposentados e pensionistas que vão de bengala em nossas reuniões. Nas nossas reuniões são coisa de 800, 900 pessoas. Eles não perdem, eles participam. Vão de bengala, vão de bengala, vão de muleta, vão de muleta e nós recebemos todos com muito carinho e todos sempre reclamam isso: "Edmundo, como é que eu compro o meu remédio? Como é que eu vou comprar o meu remédio? Eu vou falar com o meu Vereador, Deputado, para ver como eu arrumo esse remédio". Olha que situação ficou um trabalhador, uma trabalhadora, depois de 35, 40, 45 anos de serviço, não ter como comprar um medicamento. Nós vamos viver mais? Vamos viver mais. Por quê? Porque o processo de medicamentos, de medicina evoluiu. Evoluiu. O Governo vai gastar mais conosco? Vai gastar mais conosco. Agora, se o Governo também quiser pensar que um cidadão de 60 anos é apto a trabalhar, eu topo discutir. Eu topo. Cadê as propostas de política de incentivo para que este trabalhe? Eu topo discutir isso. Por que eu quero discutir isso também? Porque quem vai a São Paulo e anda ali na Duque de Caxias, na Praça da Sé, vai ver quantos aposentados que ganham um salário mínimo, passam o dia inteiro com pirulito aqui na mão, segurando aquilo, com o [inaudível] (1h36min46s do áudio). Estão todos ali, para ganhar o quê? Para ganhar R$15,00, R$10,00, um dia inteiro embaixo do sol, lá, porque o que ele ganha no INSS não dá. Agora, afora esse, nós temos um segmento de aposentados nossos que foram instruídos nas empresas, que fizeram treinamento nas empresas, que são *experts* em seus serviços, mas que, num determinado momento, seja ele por que for, ou por uma dessas empresas privatizadas, redução de salário, ele foi mandado embora e se aposentou. Esse cidadão é apto a trabalhar? Absolutamente apto a trabalhar. Cadê o incentivo para ele? Nós fazemos curso lá, nós tentamos fazer alguma recolocação para aposentado para que ele volte a trabalhar. Para que ele volte a trabalhar. Não temos nada. Não vejo, assim, uma política que pudesse dizer: "Olha, esta é a política nossa para reaproveitar, requalificar um pouco dessa mão-de-obra que as empresas e o Governo gastaram tanto em treinamento com eles". Tanto. Esses, ainda dão para aproveitar? Dão, dão para aproveitar. Há que se ver também a arrecadação do INSS. Nós já falamos dos devedores. Como é que está a nossa arrecadação? Quantos fraudadores nós temos no país que não recolhem e sequer registram seus empregados? Não registram, não registram. Isso é corriqueiro, é comum, em São Paulo, é comum não mais registrar ninguém. Não se registra mais. Ou vai para uma tal de coopergato ou vai para não sei aonde, mas não se registra mais ninguém. Então, a economia informal, eu vejo uma importância nela porque o cidadão está

PATN nº 003/2006
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 449
DOC:

sobrevivendo. De outro lado, eu vejo que a nação, como um todo, perde. O que poderia ser feito para resolver isso? Como poderia equacionar essa questão? Então, esses aspectos nos parecem de muita importância. Eu quero dizer aqui, e digo isso publicamente, já disse isso na última reunião que nós tivemos com as centrais, vamos ter uma próxima reunião na sexta-feira e já temos um consenso. Pelo menos um consenso nós temos: Vamos fazer uma pauta única. Então, já temos um consenso, independente de posições ideológicas--[Campainha] --E nós respeitamos a todos e eu tenho um respeito muito grande pelo Wilson, ele está numa central, eu estou na outra, mas eu tenho um grande respeito por ele. Convido ele para ir à minha associação participar comigo; ele convida para eu ir à dele, é um respeito de aposentado, e cada um na sua posição ideológica. Tudo bem. Há que se ver também, eu acho que essa questão da unidade, ela, pelo menos no que diga respeito à pauta, está fechada. No que diga respeito à participação do Governo, eu também disse e repito, o Governo já nos chamou e disse que quer negociar. O Governo nunca fechou as portas para nós e, olha, nós gostamos do partido do Governo, mas eu não posso fazer isso, e não sou nem de outro partido, eu sou de uma central que não está ligada umbilicalmente com o Governo. Mas eu não sou filiado a nenhum partido político. Agora, o Ministro já nos chamou, há questão de 10 dias, e nos disse: "Vou negociar, quero negociar, vamos fazer uma bancada ministerial, chame alguns parlamentares, vamos negociar". Então, o Governo não está com as portas abertas e nunca esteve. Nunca esteve. Se nos disserem que esteve, para mim nunca esteve. Para mim, nunca esteve, certo? Eu respeito a posição, eu respeito a posição do colega, respeito a posição do colega, eu acho que negociação é negociação. Eu acho que negociação é negociação. Disse ao Ministro: "Ministro, no que diga respeito à nossa central, nós vamos negociar com o senhor, mas nós não abrimos mão do nosso direito de protestar". A partir do momento em que nós entendermos que não está de acordo, não protesto; mas eu não vou para o protesto por ir para o protesto, não, não, isso não. Disse na última reunião, na Força Sindical: "Não contem conosco, se quiserem fazer dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, massa de manobra seja lá de quem for, eu estou fora". A hora que eu sentir que é para servir para massa de manobra, a interesses pessoais, não contem conosco. Não. Enquanto estiver no interesse coletivo, nós vamos aonde for. Pode ser reunião do Rio Grande do Sul, no Acre, aonde estiver, nós vamos. Me parece que meu tempo já esgotou. Eu queria agradecer, mais uma vez, Deputado Jackson, pela iniciativa que o senhor teve; gostaria de convidá-lo também para que pudesse, um dia, estar em São Paulo conosco para que conhecesse a nossa organização e, quem sabe, até, junto com o nosso Senador Paim, fazer uma palestra aos nossos aposentados. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado ao senhor. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vamos ouvir a última entidade aqui, é a FENAFISCO e, logo em seguida, nós estaremos abrindo aqui o debate com a inscrição de alguns Deputados e Senadores aqui. Doutora Sayonara Pereira Oliveira.

SRA. SAYONARA PEREIRA OLIVEIRA: Inicialmente... Alô. Inicialmente, eu gostaria de dar uma boa tarde aqui a vocês... Ok. E saudar o Presidente da Comissão Mista, Deputado Jackson Barreto, agradecer o convite do Senador Paulo Paim, que nos acatou, assim, e foi, nós chegamos no gabinete, dissemos a nossa preocupação, prontamente, nós já... Ele já nos inseriu nessa discussão com os aposentados [illegible]

FLS: 450
DOC:

presidente, Deputado Walter Barelli, as entidades que aqui nos antecederam e todos os parlamentares, senhoras e senhores presentes. É estranho que uma pessoa da ativa esteja, nesse momento, discutindo com vocês sobre a questão dos aposentados. Mas, na Federação Nacional do Fisco Estadual–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Risos]

SRA. SAYONARA PEREIRA OLIVEIRA: --Precocemente, nós temos o hábito de discutirmos as questões de aposentados com ativos e aposentados. Isso por quê? Porque são os ativos do movimento da carreira, que nós somos funcionários públicos, que podem viabilizar a luta e a discussão das possibilidades de implementar as ações para que os aposentados tenham os benefícios que eles tanto pleiteiam. Então, na FENAFISCO, nós temos esse hábito. Temos lá uma diretoria de aposentados, que a diretora não pôde estar aqui presente, mas também na FENAFISCO, nós temos uma bandeira que isso é uma coisa, é a nossa bandeira de luta, é contra a queda da paridade, porque no serviço público, e eu digo isso nos Governos estaduais, existe muita queda de paridade. No Fisco estadual, em vários locais, se dá aumento para os ativos diferenciado dos aposentados e isso, na FENAFISCO, nós temos uma indicação de que não se negocia nenhuma pauta se houver quebra de paridade, mas nem sempre nós conseguimos mobilizar todo o contingente de ativos para que lutem, tragam para si também a luta dos aposentados. Por quê? Nós dizemos o tempo todo que nós estamos lutando não é pelos aposentados, é pelo nosso futuro, porque se existe uma coisa que causa pânico no serviço público, é dizer que a gente vai se aposentar. Mas nós achamos que temos que ter uma qualidade de vida excelente para não precisar se aposentar porque, no futuro, com essa tendência, nós não teremos o salário que recebemos hoje na ativa. Esse é o terror do serviço público. Quando as pessoas dizem: "Eu vou me aposentar, me aposentem", nós não recomendamos, não aconselhamos porque essa pessoa vive aquele dilema, dilema crucial da vida dela: "Se devo me aposentar ou trabalhar a vida toda?" Então, essa discussão e a Federação tem trazido muito essa discussão para o cerne dela, porque é uma discussão que permeia não só os, como aqui colocou o Edson, do MOSAP, não só o pessoal da iniciativa pública, privada, como da iniciativa pública. Então, o que nós queremos colocar aqui é que o problema dos aposentados é um problema de todos os aposentados e de todos os ativos. Esse movimento não pode se restringir apenas à discussão dos aposentados. Então, por quê? Queria colocar também que existe uma preocupação na Federação, hoje, porque nós somos arrecadadores de tributos estaduais, o maior imposto do país, o ICMS. O ICMS é o imposto que recolhe mais de quem ganha menos e menos de quem ganha mais. Por quê? Porque é um imposto que quem ganha menos consome tudo e quem ganha mais, só sobra alguma coisa para colocar na poupança, fazer algumas transações outras que não consomem aquilo. Percentualmente, quem ganha menos arrecada mais e a Federação tem uma situação inglória: Nós fiscais ficamos numa situação muito complicada. Historicamente, extorquimos o povo, tiramos o dinheiro do povo para entregar para os reis, os governantes de plantão. E, hoje, nós nos perguntamos: "Qual o papel do Fisco?" Será continuar tirando daquela parcela que não tem como sonegar, e a questão é essa, porque grandes, existem grandes sonegadores no país, e as leis são muito amenas para esses sonegadores. Então, nós pensamos aqui e eu fico até pensando que minha discussão aqui poderia vir na fala dos que me antecederam, de contar das dificuldades, dos aposentados, mas aqui, como representante dos fiscais, nós temos uma missão que é de dizer mais ou menos como nós poderíamos dar conta de recursos para que o salário mínimo seja recomposto, que os

AIN nº 0021/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 451
DOC:

aposentados que ganhem mais do que um salário mínimo também consigam essa reposição. Então, é mais como uma sugestão que nós estamos colocando aqui. Mas também colocar a dificuldade que nós temos em aumentar essa arrecadação. Porque fiscalizar, nesse país, não é fácil. Não é fácil porque as leis, elas protegem principalmente os maiores contribuintes, quer dizer, maiores contribuintes; não as pessoas que têm o maior poder aquisitivo, os grandes conglomerados e, então, isso é difícil. Por quê? Tem um tráfico de influência que tem aí, tem um sucateamento das secretarias que nos deixa debilitados em relação à grande tecnologia da iniciativa privada. Dia três de fevereiro, um auditor fiscal foi preso, recentemente, agora nesse ano, em Rondônia, porque apreendeu uma boiada, 11 caminhões de boi do filho do Secretário de Finanças do Estado e porque ele foi preso? Porque ele exerceu a função de auditor fiscal. Então, arrecadar os tributos não é fácil. Então, para que a gente pudesse vir a contribuir de uma forma a ter mais recursos para que essa política de salário mínimo, a valorização do salário mínimo viesse a acontecer, nós temos que ver a questão num todo, da sociedade como um todo, como ela se movimenta. E, então, aqui, a FENAFISCO quer colocar que, juntamente com a COBAP e outras instituições como a CONLUTAS, a UNAFISCO SINDICAL, SINDILEGIS, SINAIT, SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL, FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS DE MINAS GERAIS, SINDICATOS DE METALÚRGICOS de São José Dos Campos, estão trabalhando numa cartilha também da valorização do salário mínimo. Eu achei que ele fosse falar aqui. Eu acho que o lançamento é dia oito de março, não é isso? Aqui, eu não sei ainda o local, mas é interessante que isso seja divulgado. Nós entregamos um exemplar ainda xerocado para o Senador Paulo Paim, é ainda alguma coisa que pode ser melhorada, mas que já é uma iniciativa da gente discutir e popularizar, colocar na boca do povo essa discussão porque nós sabemos que se nós ficarmos restritos somente a esse ambiente, dificilmente nós vamos conseguir as grandes questões, não é? E aqui a Federação vem sugerir algumas questões. E vem sugerir numa perspectiva de saber que a dificuldade de avançar nessas questões é dificílima. Mas, para nós, mais difícil é se nós, ativos, futuros aposentados, venhamos a morrer como o sapo que, de tanto escaldado naquela panela quente, foi se acostumando com aquela situação até morrer. Então, nós, ativos e aí, em nome, causa própria, que a gente está trabalhando, dos aposentados que existem hoje e do nosso futuro, para que nós garantamos também às gerações futuras, algumas sugestões: Que o Imposto de Renda sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior seja novamente tributado. Aproximadamente em 2004, perdemos a quantia de 3,3 bilhões. Desde 96 que a lei não é mais, esse imposto não é mais tributado. Então, isso, quer dizer, em vez da gente estar só tributando consumo, que são os pobres que pagam, os miseráveis, os pedintes, os excluídos que pagam, aqueles que são os moléis(F)... Então, quer dizer, nós estaríamos tributando aqueles que sobram, os sobrantes(F), os que sobram, a taxa das grandes fortunas, das heranças e doações, também isso é um percentual muito ínfimo. Aqui no país, 0,01% das famílias do Brasil detêm quase a metade do PIB. Então, gente, isso é uma concentração de renda horrorosa que destrói o nosso país. Nós somos um país maravilhoso, que poderíamos distribuir melhor a nossa renda. Outra questão é tributar o lucro dos bancos. Sabemos o quanto os bancos têm ganhado com isso; o Bradesco, no primeiro semestre de 2005, teve de lucro, em relação a 2004, 110%. O HSBC, 58; Unibanco, 47; Itaú, 35,6. Então, gente, por que nós tributamos o pequeno e o pobre, o que é fácil, e esses grandes estão soltos? Outra coisa que nós achamos uma questão que deve transcender à sociedade e a todos, às pessoas que querem um país mais digno, é a questão da auditoria da dívida interna e externa.

APN Nº 009/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 452
DOC:

[Palmas] --Essa é uma questão que tem que ganhar as ruas, tem que estar na boca do povo, nas escolas; as nossas crianças têm que saber que, nesse país, estão previstos gastos de um tri e 683 bilhões, dos quais, 835 bilhões serão para pagar amortização da dívida e 178 bilhões com juros. Para a Saúde, só saem 41 porque é constitucional. Para o Bolsa-Escola, o tão afamado projeto, 9,5 bi. Gente, isso é uma lástima. Nós não podemos continuar dizendo que não tem dinheiro para salário mínimo se a gente gastar horrores com essa dívida. Não vai ter dinheiro para nada porque cada dia ela cresce mais. Outra coisa que nós teremos que colocar também é criar instrumentos de maior controle dos gastos do Governo, inclusive, em relação a pagamento de despesa com as dívidas. Essa antecipação, será que isso é prioridade, será que não teríamos outras questões mais importantes na pauta? A concessão de benefícios fiscais. Nós não temos idéia do quanto o capital não é tributado, nesse país. Eles estão soltos, ganhando, assim, à vontade. Então, essa é uma contribuição que a Federação vai passar aqui para a Mesa, eu tenho por escrito-- [Palmas] –E, como conclusão, a FENAFISCO está no movimento de transformar o Fisco num instrumento de divisão da riqueza, fiscalizado pela sociedade e esta deverá dizer aonde deseja aplicar os seus recursos. A lei é a do Robin Wood, só que não estaremos roubando de ninguém e sim fiscalizando e tributando quem suga as riquezas no nosso país. Para isso, o Fisco precisa ter uma autonomia funcional, quadros com fiscais concursados e com carreira específica, não sofrer ingerências políticas e ter orçamento tributário próprio. A FENAFISCO não concorda em arrecadar tributos e o povo brasileiro não tem, em sua grande maioria, condições mínimas para viver não, gente, para sobreviver. Queremos construir um mundo diferente. É por isso que defendemos uma nova administração tributária e um novo Fisco, capazes de ser aliados da sociedade e um agente de fiscalização da aplicação dos tributos. Para que tudo isso se efetive, estamos construindo a CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas - estamos inseridos na campanha Jubileu Sul, Auditoria da Dívida, participando de todos os fóruns contra a corrupção, sempre estamos nos Fóruns Sociais Mundiais e estivemos, recentemente, em Caracas, no Fórum Social das Américas, pois acreditamos que será tecendo as nossas teias que poderemos dar a nossa contribuição. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, o critério aqui adotado, nas reuniões anteriores é de que, agora, encerrada essa parte primeira, com os debates das entidades aqui presentes, nós vamos passar à ordem da inscrição aqui dos parlamentares e, em seguida, nós convocamos as entidades aqui presentes para que possam até responder, num debate, aos questionamentos dos senhores Deputados e Senadores aqui presentes. Na ordem de inscritos aqui, nós temos a Deputada Vanessa Grazziotin e o Deputado Alceu Collares. De sorte, eu passo a palavra à Deputada Vanessa Graziotim. Em seguida, Deputado Alceu Collares. Tarcísio Zimmermann, o primeiro inscrito, ele pediu para retirar-se com um problema. Estão aqui o Alceu Collares e a Vanessa Grazziotin. Collares e, em seguida, a Deputada Vanessa Grazziotin. Depois, mais dois inscritos, Walter Barelli e Marco Maia. Walter Barelli, de São Paulo e Marco Maia, do Rio Grande do Sul. Collares, do Rio Grande do Sul e a Vanessa, do Amazonas.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Senhor Presidente, eu queria, nesse momento, fazer uma homenagem aos aposentados e ao meu companheiro, meu dileto amigo, Alceu Collares. Eu passo a palavra para ele. Ele pode começar sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Collares, com você a palavra.

2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 453
DOC:

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): Quero a agradecer a Deputada Vanessa, que sempre agiu dessa forma, e também dizer que faz horas que já estamos aqui no Congresso, já vai para 40 anos. E eu me lembro sempre que, todos os anos, têm uma Comissão que trata do salário mínimo, mas faz com tanta crença, com tanta fé, com tanto vigor, com tanta energia, com tanta convicção que, um dia, Paim, nós vamos conseguir. E eu quero dizer para o amigo, porque nós somos espiritualistas, eu quero dizer que é nesta encarnação. [Risos] Nós vamos ver isso. A nossa perseverança é tal e tanta, é impressionante, eu estou desde 70 aqui, depois eu fui Prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado, houve esse interregno... E quero também fazer aqui um agradecimento ao nosso Edson, um cumprimento ao Benedito, que foi companheiro nosso de partido, e dizer que hoje eu saio daqui já com mais esperança porque eu estive aqui numa reunião em que estavam as centrais de trabalhadores e fui eu quem pediu para que também examinasse o processo econômico no país. Porque nós recebemos tão pouco, os trabalhadores brasileiros na ativa e o aposentado? E por que os investidores no campo financeiro ganham tanto? Qual é a razão? Qual é o fundamento? Quando eram outros Governos, como aí o Fernando Henrique, ele vendeu a alma para o diabo, mas o Lula não. Ou melhor, não esperávamos que ele o fizesse com tanta rapidez. Mas fê-lo e ele é mais responsável ainda porque passou pelas fases que nós passamos. Fernando Henrique sempre foi filhinho de papai, tinha tudo. Mas o Lula não, O Lula vem dos confins da miséria. Eu me lembro dos [inaudível] (1h59min40s) do Brizola: "Ora, Collares, o Lula é figura diferente, vem dos confins da pobreza, pau-de-arara, um homem que chegou a líder sindical, num sindicato moderno, ele esteve na vanguarda, vai ser um grande Presidente". Mas se sabe o que Brizola morreu numa decepção muito grande. Ainda escreveu, naqueles seus tijolaços que dava na imprensa, dizendo que o Lula, e eu também disse aqui, havia traído o povo brasileiro. Não há outra palavra... Não há outra palavra... Tem uma carta do dia 28 de fevereiro de 2003, em que o Palocci e esse Henrique Meirelles... Mas me diga, de onde é que tiraram Henrique Meirelles? Ele era da juventude do PT e vivia no anonimato? Será que ele era da Heloísa Helena, os radicais, ou era dos moderados? Como é que o Lula entregou a alma para o capital financeiro? Mas entregou mesmo. Não precisa nem saber fazer conta, só é ver o Bradesco, que disse que, de janeiro a setembro de 2005, ganhou quatro bilhões e 27 milhões. O Itaú também, três bilhões e 800. Mas o que é que ganha o homem da pecuária, da agricultura, da indústria, do comércio e da prestação de serviço? Há dois fatores que são sempre prejudicados: São o produtivo e o do trabalho porque o fator financeiro, esse está dando gargalhada. Só que não estamos incutindo isso na alma produtiva da sociedade brasileira. Não adianta só a Sayonara saber disto. Nós todos temos que saber disso, nossos filhos têm que saber disto, nós temos que ter consciência de que estão roubando de nós, mas roubando escandalosamente. De tal forma, que está ali o companheiro, lá, fazendo aquela ligação dos remédios. Mas não pode, vocês foram os homens que fizeram a grandeza deste país. O aposentado de hoje, que estava na ativa ontem, foi ele que deu seu sangue, o seu suor, a sua lágrima, a sua saúde, a sua família, as preocupações, as dores, os amargores. Como é que podem fazer isso? E isto não é apenas o Lula. Isso é um sistema que vem de longe. O sujeito que descontou sobre 20, depois, de 10, depois, está ganhando, hoje, cinco e quem ganhava três, se aproximando, com o tempo, vão todos ganhar um salário mínimo. E o salário mínimo é a vergonha nacional e o roubo oficializado por todos os Governos, inclusive pelo Lula, contra 46 milhões de trabalhadores. Uma vez, eu fiz uma experiência aqui, peguei uma cesta desse salário mínimo, o que dava para comprar. Fiz um discurso, que estava aqui, violento, da tribuna, e

ADIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 454
DOC:

atravessei a Praça dos Três Poderes para levar para o Ministro Murilo Macedo, para ele passar com a família dele, para ele ver quantos dias poderia durar aquele dinheiro que ele disse ser suficiente para alimentação, só. E nem para isso não dá. Mas esse é o escândalo dos escândalos-- [Palmas] --Isso é um escândalo. Isso é um escândalo. Eu quero louvar os companheiros, todos que estão, os Deputados que estão aqui, as Deputadas que estão aqui, têm todos um compromisso com os trabalhadores, mas aqui está o Barelli, o Paim tem sido um homem de muita perseverança, de muita capacidade de luta, mas se vê esmagado por um fator que é efetivamente capaz de nos levar à desgraça e vai nos levar: A dívida. Essa tua colocação, de uma auditoria, é o que tem que se fazer agora porque nós não podemos pagar mais isso. Nós devíamos, em 1991, 52 bilhões. Não estamos hoje com esse seu dado; é um trilhão e trezentos milhões. Um trilhão e trezentos bilhões. Nós estamos pagando, agora em 2005, 157 bilhões só de juros. Eu queria ver a Igreja, que tem um setor da Igreja que estava pedindo também uma auditoria, depois, calaram-se. A carta do dia 28 de fevereiro está no meu site, é www.collaresonline.com.br., quem quiser ver, Palocci e esse Henrique Meirelles, com autorização do Lula, porque eu não imagino que um Secretário da Fazenda e que um Diretor de Banco Central tenham feito uma carta sem autorização do Lula. Ali, têm seis itens, estão dizendo que vão entregar a alma para o diabo. Vão se vender escandalosamente, vão judiar do povo brasileiro como estão judiando. Eu fiquei muito emocionado com o que tu disseste. Na nossa idade, ter que comprar um remédio de trezentos reais, de onde é que vamos tirar o dinheiro? Mas tem que esperar do filho? Esperar do neto, que venha trazer o dinheiro? Nós estamos passando a vergonha das vergonhas porque alimentamos uma esperança que acabou não se concretizando. E foi uma grande esperança que morreu, envelheceu e ainda não enterraram. É esse Governo que está aí. Porque tudo podia se fazer, menos o que está sendo feito agora. Com aposentado, então, nem se fala. Eu sou de uma época que o aposentado era um tipo de reboco velho que atiravam no fundo galpão, não prestava mais para nada. "Está aposentado, não presta mais". Hoje, felizmente as Centrais Sindicais, felizmente, os sindicatos contam o aposentado como se estivesse em atividade, tem participação efetiva na estrutura da sindical, mas tem que ser as centrais a apanhar as bandeiras dos aposentados porque, amanhã, estarão aposentados, querendo comprar remédio, sem poder de compra. E é a maior injustiça. Eu era Governador do estado e fui ao Japão e, no Japão, queriam comprar terra no Brasil, queriam comprar terra no Brasil para os aposentados, para os velhos. Eu digo: "Mas isso é uma injustiça. Lá no Brasil, nós ficamos com os velhos na casa da gente, juntos, cuidamos". "Não, senhor, o senhor está equivocado, nós queremos grandes espaços de terra para criar verdadeiras colméias de aposentados e aposentadas, vamos dar tudo que eles merecem, que aqui, por falta de território, de espaço, nós não podemos dar. Mas, de seis em seis meses, nós vamos lá, vamos visitá-los para vê-los num outro sistema de vida porque o aposentado", dizem eles, "é o que fez a pátria, é o que fez o Japão ontem, foram eles que fizeram a pátria que nós estamos desfrutando". Fomos nós aqui que desbravamos esse Brasil. E não podemos ser tratados como bicho, como animal, como se não valesse absolutamente nada. É um desavergonhamento de um Governo que é trabalhista, ou pelo menos se diz trabalhista, dos trabalhadores. Isso aí, a consciência política tem que servir. Eu fiquei muito feliz em verificar qual é o *slogan*, tem um poema que tem um estribilho assim: "O voto é a tua única arma. Põe teu voto na mão. O voto é tua única arma. Põe o teu voto na mão. O voto é tua única arma. Põe o teu voto na mão". Pelo voto, é que vamos vingar [illegible] voto é que vai se fazer a vingança. Mas eu também espero que apareça alguém que dê uma única

PRTN VP 06/03/2005
CEF SALVO MINIMO
FLS: 455
DOC:

esperança, porque esses dois que estão aí... O Brizola dizia: "Olha, tudo é farinha do mesmo saco, Collares. Eles tocam a mesma música, são areia da mesma praia, feijão também do mesmo saco". E já vou terminar, em seguida, não tenha dúvida nenhuma, eu tenho me prevalecido dos cabelos brancos, fico ali falando uma hora porque a pessoa não vai me tirar a palavra, não é? Fica com pena, o velhinho está falando e um velhinho com uma baita tesão. Não... Cívica, tesão cívica. Vejam bem, eu acho que o aposentado não pode ficar em casa, não pode ir para a praça. Lá, nós temos a Praça da Alfândega, em Porto Alegre, vai lá para se lembrar do passado. Não, o aposentado tem que pensar no futuro. Ele tem que continuar nos ajudando a fazer o futuro dessa pátria. Isso nem sempre vai ser assim. Nem sempre vai ser assim-- [palmas] --Uma hora dessa vai aparecer quem possa botar esse país nos trilhos, porque o que está aí é uma esculhambação, é uma traição e a traição é a forma requintada de corrupção política. Se prometeram uma coisa e estão fazendo outra, traíram o povo; se traíram, é a corrupção política praticada pelo Lula e pelo PT. [palmas]

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, senhor Presidente. Vou fazer um esforço para falar dentro do tempo que nos é reservado. Mas eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer ao Deputado que me antecedeu, Deputado Alceu Collares que eu até gosto de ouvir; não concordo com boa parte do que ele fala, mas gosto e respeito ouvir a fala do Deputado Alceu Collares. Diferente de outros que passaram a vida inteira no poder, fazendo coisas piores do que se faz agora e ainda se acham no direito de posarem como os vestais da moralidade, como os defensores do salário mínimo dos trabalhadores. Eu também confio, Deputado Alceu Collares-- [Palmas] --Eu também confio muito na maturidade e na inteligência do povo, do povo que é simples, porque não é só o aposentado, o povo brasileiro é um povo muito simples, é um povo simplório porque, infelizmente, é essa a condição de vida que a nação lhe proporciona, mas é um povo sábio acima de tudo, é um povo que e tem, antes de mais nada, uma esperança, muita esperança e eu, nesse aspecto, eu me equiparo ao povo. Eu sei, e nós, eu faço parte do PC do B, nós criticamos, em muitos aspectos, o Governo Lula; nós criticamos, sobretudo, a política econômica do Governo Lula. Conversávamos aqui, agora, "se o Presidente Lula tiver uma segunda oportunidade de governar esse país, ele terá que ser outro Presidente. Ele terá que ser um senhor Presidente, muito mais ousado do que é este Presidente Lula". Nós não podemos mais, Deputado Alceu Collares, eu, como V. Exa., fico indignada em abrir as páginas dos jornais, como de hoje, e ver a perspectiva de crescimento econômico da Argentina de 9%. E a nossa? E a nossa? Isso, em crescimento econômico, não há salário, o Doutor Edmundo falou se... Veja, eu acho que, de todos, foi o que menos reivindicou, o que nós ouvimos foram as reivindicações de mesmos índices, reajustes dos mesmos índices, na mesma data. O senhor Edmundo defendeu que seja, pelo menos o INPC. Agora, nem o INPC nós vamos ter? A continuar a prática dessa política econômica, não vamos ter absolutamente nada. Então, eu penso que nós temos aqui, diante de nós, um grande desafio, um grande desafio. Porque não é uma proposta qualquer que nós, que a nós está sendo solicitada para que elaboremos. Não é não, porque uma proposta de papel, qualquer um de nós faz. Nós não queremos uma proposta de papel e nem uma proposta que seja dita ou encarada pelo Governo como uma proposta impossível de ser praticada. Nós queremos uma proposta que seja viabilizada. É isso que esperam os trabalhadores brasileiros, é isso que precisam, é disso que precisa a nação brasileira. Mas, para que isso aconteça, nós precisamos mudar essa lógica. Eu ouvi a companheira Sayonara, ali, acho que ela fez um conjunto de propostas

ADIN nº 4003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
Fls: 456
DOC:

maravilhosas. O problema do Brasil não é mais a dívida externa. Na minha época de juventude, era a dívida externa; a gente ia para rua contra a dívida externa; hoje não, hoje o problema é a dívida interna que cresceu, cresceu, cresceu. Por quê? Estão aí as taxas de juros. O salário é um dos menores, mas as taxas de juros as mais elevadas do país. Então, nós precisamos mudar isso. Nós precisamos mudar a lógica da política econômica e as propostas que a senhora apresentou sobre tributação são... Mudar completamente a lógica do Sistema Tributário Brasileiro, que é isso, que é um sistema injusto, que tributa o trabalho, não tributa o lucro. O grande capital, esse não. E, de vez em quando, a gente vê notícias que fazem os cabelos ficarem mais em pé ainda porque estão querendo tributar menos desses, desses que vêm para cá investir, estrangeiros que vêm investir no Brasil, mas investir de que forma? Hoje, e amanhã, vão embora porque não há nenhuma regulamentação de fluxo de capitais, não é? Enfim, eu gostaria de fazer um comentário, rapidamente, sobre os R$350,00. Olha, nós estamos trabalhando há algum tempo nessa Comissão e eu nunca vi ninguém fazer apologia aos R$350,00. Nunca vi, Doutor Benedito, pelo menos aqui na Comissão, que 350 é o ideal; de jeito nenhum, que é o suficiente, que é o bom, não, mas é melhor do que se teve no passado, não há dúvida, é melhor do que se teve há dois anos, há quatro anos... Quem dera tivéssemos uma política que, todo ano, tivéssemos um aumento de 12, 13, 14%, real para o salário mínimo, real para o salário mínimo. Nós estaríamos com o salário bem maior. Temos uma simulação, nós temos uma proposta, o PC do B, nós temos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone] **(2h13min38s do áudio)**

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B-AM): Pois é, era maior, caiu. Exato, eu concordo, reconheço... Exatamente. --Nós fizemos uma simulaçao de 95 para cá, sobre um Projeto de Lei que nós estamos apresentando, do PC do B e, na simulação, que não é lá muito diferente disso, uma coisa difícil nem impossível de ser praticada, pega alguns índices de variação de INPC acrescidos de desempenho de trabalho, de produtividade de trabalho, enfim, o salário mínimo estaria hoje em mais de R$700,00. É impossível um país como o nosso pagar isso ao trabalhador? Claro que não. Claro que não é impossível. Mas, enfim, o desafio grande é de como aplicar uma política de Estado e não momentânea de Governos, mas uma política de Estado para recuperação de salário mínimo. E o outro, segundo grande desafio, eu quero fazer coro com as pessoas aqui, fizeram vários elogios ao Senador Paim... O Senador Paim, eu não conheço há muito tempo, mas já o conheci fazendo discurso, defendendo aposentado e salário mínimo, da tribuna. E é o Senador que não muda. Mudou, deixou de ser Deputado e passou a ser Senador, mudou de tribuna, mas o discurso continua o mesmo. E com uma coerência de fazer inveja. Com uma coerência de fazer inveja. Enfim, e o Deputado, o Senador Paim, que relata, ele tem dito, e todos nós temos dito também, que nós queremos enfrentar o problema dos aposentados. Vamos enfrentar também, achamos que o do salário mínimo é muito pouco, queremos abraçar os aposentados também. E, para isso, a gente vai precisar da contribuição, da mobilização dessa categoria. É esse o grande desafio. Enfim, eu quero, senhor Presidente, teria algumas perguntas, mas acho que, pelo adiantado da hora, nem cabe fazer. Quero apenas cumprimentar a participação de todos, pedir desculpa, já que eu vou ter que me retirar, nós estamos tendo uma reunião lá no Colégio de Líderes, onde está em jogo o FGTS porque apareceu aí na lei, Senador Paim, da micro e pequena empresa um dispositivo que permite às microempresas recolherem só 0,5 de FGTS do trabalhador, ou seja, a possibilidade de

ATA/VI/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 457
DOC:

criar uma segunda categoria. A gente está querendo ver se barra nisso. Então, muito obrigado [palmas]

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Próximo inscrito sou eu, mas eu só vou fazer uma pequena questão para o Edmundo Benedetti que, num certo aspecto, é extensivo a todos. Nós recebemos do sindicato dos aposentados da Força Sindical, um relato completo do que foi feito, um resumo, agora, da FENAFISCO. Entre os que depuseram, deveriam também nos trazer estudos para que a Comissão possa, a partir deles, fazer seu relatório final e tomar suas propostas. E, no caso específico da CENTRAP, foi falado que nem o INPC está sendo cumprido. Essa é uma situação que nós precisamos documenta porque, afinal de contas, isso é uma ilegalidade. Não é o reajuste, agora. Não cumprir nem o mínimo que está acordado, que é de texto legal, nós precisamos verificar. Bem, eu passo a palavra ao Deputado Marco Maia.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Muito obrigado, Presidente Walter Barelli, eu queria, aqui, saudar as entidades de aposentados aqui presentes, a FENAFISCO, na representação da Sayonara e, ao mesmo tempo, aproveitar a oportunidade para saudar aqui o nosso querido Senador Paulo Paim, que já foi aqui citado, com muita propriedade e relatado aqui o trabalho que ele desenvolve nesse tema do salário mínimo. Eu, ao contrário da Deputada Vanessa Grazziotin conheço o Senador Paulo Paim há bons 20 e poucos anos, não é, Senador Paulo Paim? Vamos parar por aí, porque nós fomos contemporâneos do mesmo Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas; depois, trabalhamos juntos... Eu fiz, tenho a honrar de ter sido o cabo eleitoral-- [soa a campainha]– Do Senador Paulo Paim, em 1986, quando concorreu, aí, a primeira vez como candidato a Deputado Federal Constituinte e, naquela oportunidade, eu, jovem metalúrgico, já dedicava e apostava a minha militância no metalúrgico Paulo Paim como Deputado Federal Constituinte porque ele viria para esta Casa fazer a defesa intransigente dos direitos e a defesa dos direitos dos trabalhadores neste Parlamento. E hoje, como Deputado Federal, quero dizer que olho muito e me espelho muito na experiência do Deputado Paulo Paim e tal, para seguir, aqui, quem sabe de longe, a sua trajetória, poder, aqui, também fazer a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras desse nosso país. Mas quero confessar a vocês que me indigna muito, e de forma muito emblemática, esse debate sobre o tema do salário mínimo e, principalmente, do reajuste aos aposentados porque eu tenho comentado muito isso pelos corredores desta Casa, que não existe nenhum de nós que não tenha, na sua família, um aposentado ou um pensionista. Eu mesmo, pessoalmente, tenho dois tios e a minha mãe, como pensionistas e que vivem no cotidiano a crise que passa pela vida dos trabalhadores e trabalhadoras aposentadas neste país: A falta de salário, a falta de perspectiva, a falta de programas sociais que possam atender as demandas e as necessidades dos nossos trabalhadores aposentados. É infinitamente importante que todos nós tenhamos consciência da luta que nós teremos que travar, daqui para frente, para garantir que haja, efetivamente, um reajuste digno ao salário dos nossos aposentados e um resgate histórico das perdas que estes vêm acumulando nestes, eu diria mais de 500 anos de existência do país. Agora, é verdade isto: Agora, também é necessário que nós façamos aqui uma reflexão porque eu vejo alguns Parlamentares, alguns Deputados, muitas vezes, usarem de palavras ríspidas, talvez para fazer a política, a boa política, aquela política de quem enxerga o "quanto pior, melhor". Eu não concordo em nenhum momento, meus companheiros, quero dizer que sou um Deputado Federal do

003/2005
SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 458
DOC:

PT, como o Senador Paim, Senador do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que não concordo, de maneira alguma, quando fazem algumas afirmações que dizem que o Lula traiu a classe trabalhadora desse país. Eu acho que é verdade, é verdade que o Presidente Lula não conseguiu responder a todas as demandas; é verdade que tema do salário mínimo ainda é um tema muito caro; é verdade que o tema do reajuste dos nossos aposentados ainda é um dilema que nós vamos precisar responder; é verdade que o tema da Previdência e a utilização dos recursos da Previdência ainda é um debate que nós teremos que fazer com muita força. Agora, também é verdade que se nós considerarmos as ações desenvolvidas pelo Presidente Lula, em várias áreas, representam um avanço significativo na luta do povo desse país como, por exemplo, o Estatuto do Idoso, um projeto do Senador Paulo Paim e que foi sancionado pelo Presidente Lula, sem nenhum veto. É preciso, preciso ainda, é verdade, ser regulamentado... Eu queria, aqui, dizer também, meus companheiros e companheiras, que-- [tumulto] **(2h21min40s do áudio)**

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Gostaria de assegurar a palavra do orador, Deputado Marco Maia.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Essa é uma tradição, às vezes, aqui, companheiro Collares--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ouvimos a todos de forma respeitosa e queremos continuar dessa forma.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): --É fácil nós fazermos a crítica, e aqui eu quero fazer essa afirmação para que a gente possa aqui resgatar, a verdade, o Brasil tem 506 anos de história; o Presidente Lula está governando esse país há três anos apenas e eu me lembro da época em que nós tínhamos que brigar para ter a garantia dos direitos dos trabalhadores nas convenções coletivas. Nós tiramos aqui, desta Casa, com a luta do Senador Paulo Paim, há dois anos atrás, o projeto de Reforma Trabalhista, que é mexer no direito dos trabalhadores. Nós barramos, aqui, mudanças e transformações profundas na CLT que teriam um impacto enorme na vida dos trabalhadores e trabalhadoras desse país e nós não podemos nos permitir dar um passo atrás na história política desse país para retomar aos tempos da ditadura militar, aos tempos onde os aposentados eram chamados de vagabundos, como teve afirmação de Presidente da República que o fez aqui neste país. Eu acho que esta questão, meus companheiros e companheiras, é que precisa ser refletida para não se transformar apenas num debate daqueles que dizem e falam sem ter a responsabilidade dos fatos e da história porque é esta que nós precisamos, efetivamente, resgatar. E eu quero dizer isso, e digo isso, meu companheiro, Senador Paulo Paim, e querido Presidente Jackson Barreto, para afirmar aqui que esta Comissão tem um trabalho inglório; ela se constituiu e se compôs para discutir uma política de reajustes permanentes para o salário mínimo, mas ela precisa, efetivamente, incorporar na sua ação, incorporar no seu debate, incorporar no relatório, uma política de reajuste e recuperação do salário dos aposentados desse país-- [Palmas] --Esta sim é uma responsabilidade, sem querer daqui fazer apenas um palanque eleitoral, sem querer daqui fazer apenas um processo de debate político e ideológico, mas imbuídos da responsabilidade que está colocada para esse Parlamento, da responsabilidade que está colocada para os homens e mulheres de bem que fazem parte desse Parlamento e que têm uma responsabilidade com o povo brasileiro, mas, principalmente, com os nossos aposentados, com os nossos mais experientes, com aqueles que deram o suor para construir a luta e construir o país. Essa é a responsabilidade que está colocada para nós.

Anexo nº 6/03/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 459
DOC:

nesta Comissão. E eu quero dizer a vocês, senhoras e senhores, senhores aposentados que aqui estão, que esses parlamentares, que aqui estão, têm compromisso porque aqueles que aqui vêm, vêm aqui para afirmar sua convicção e colocar seu apoio. O problema é com aqueles que aqui não estão, com aqueles que aqui não vêm, com aqueles que aqui só aparecem no momento de dar o discurso, mas que não se comprometem com a resolução e a solução dos problemas [Palmas] E são estes, senhores, senhoras aposentadas que estão, pensionistas, a estes que nós temos que dedicar as nossas palavras, a nossa reflexão; são estes que nós temos que procurar nos estados, no seu município, na sua casa, no seu local de moradia, para cobrar dele a responsabilidade de dirimir, de propor ações alternativas e que garantam um salário justo para os nossos aposentados. Então, eu queria, com essas palavras, caros Presidentes, aqui, caro Deputado Jackson Barreto, Deputado Walter Barelli, Senador Paulo Paim, deixar aqui a minha a minha solidariedade, deixar aqui meu apoio, refletir e afirmar a responsabilidade que está colocada para todos nós. uUma boa luta, senhores e senhoras aposentados, uma boa luta para todos nós e, queiramos nós que essa Comissão consiga produzir um relatório que seja aprovado nessa Casa e resgate a dignidade de todos os aposentados e aposentadas deste país. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador João Batista.

SENADOR JOÃO BATISTA (PFL-SP): Inicialmente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senador João Batista.

SENADOR JOÃO BATISTA (PFL-SP): Inicialmente... O som está chegando aí? Está ouvindo? Dá para ouvir? Inicialmente, cumprimentar a Mesa, os aposentados e, principalmente, meu companheiro de bancada, de Senado, o Senador Paulo Paim, cujos valores são incontestáveis. O que eu quero colocar aqui, Senador Paulo Paim, não é nem pró-Lula, nem contra Lula, nem pró-Fernando Henrique, nem contra Fernando Henrique. Eu acho que o que foi dito aqui é válido quando a senhora, aí, da Mesa, que me esqueço o nome, que falou do lucro do Bradesco, eu queria só acrescentar que o Bradesco é o dono da Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce foi doada por um Grupo que hoje pertence ao Bradesco e que a Vale do Rio Doce foi vendida por três bilhões e hoje vale 90 bilhões. Que a Vale do Rio Doce monopoliza o transporte ferroviário e está ganhando mais benefícios, a todo dia, quando exporta minério de ferro bruto e que não gera emprego, nem agrega valor, sem pagar nenhum tributo. Depois, tivemos que aprovar a PEC 255. Agora, isentamos a Vale do Rio Doce também quando ela importar locomotiva, vagão, ou trens da China, seja de onde for, também não vai pagar mais tributo; só aumenta a facilidade deles e o lucro, cada vez mais, não tenho nada contra a Vale, estou citando a Vale como exemplo, porque todas as grandes foram beneficiadas, a verdade é essa. Então, o que diz o Deputado Alceu Collares também é uma verdade. A gente vê que as coisas estão indo de mal a pior. O que o nosso Deputado falou aí agora: Não, nós estamos resgatando, não podemos voltar ao passado da ditadura, também isso é uma verdade. Agora, o problema do salário mínimo, gente, o problema dos aposentados não está nem na política econômica, nem na política de exportação, nem na política de riqueza dos mais ricos, cada vez mais ricos. Não. O problema do salário mínimo é uma questão apenas técnica. É falta de um pouquinho mais de inteligência. Tenho conversado isso sistematicamente com o Senador Paim. Não adianta querer dizer que porque pagou

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 460
DOC:

15 bilhões de dólares ao FMI, por isso nós não podemos consertar as estradas, por isso os aposentados não podem receber reajustes? Não. Não é nada disso não. O que tem que se colocar é o seguinte: Se o Presidente Lula quisesse, tivesse vontade de resolver o problema, eu queria voltar um pouquinho no que disse aqui o Deputado Collares, eu não sei se o Lula traiu o povo ou se ele foi traído pelos seus companheiros, ou pela sua falta de escolaridade para aplicar aquilo que é necessário para resolver os problemas brasileiros. Nós estamos com resultados bons, aí na exportação, resultados bons, economicamente, fruto em cima do trabalho, aí, de uma safra de bons governadores que nós temos porque, na verdade, a política do Governo não tem ajudado em nada, nem para poder aumentar salário, nem para melhorar vida de trabalhador, nem de aposentado, nem de ninguém, a verdade é essa. Mas esse ainda não é o tema. Não devemos tratar isso aqui. Veja bem, a Seguridade Social, o que garante o direito dos trabalhadores, foi feita por Getúlio Vargas, há 70 anos atrás, ninguém tem dúvida disso. Naquela época... Quanto? Há 83 anos. Naquela época, Getúlio não tinha outra opção a não ser colocar o faturamento, o orçamento da Seguridade Social em cima da folha de pagamento. Não tinha outro jeito, tinha que fazer isso mesmo. Fez certo. Só que, de lá para cá, a ciência, a tecnologia invadiram o mundo. O homem passou a ser retirado do seu mercado de trabalho. O empregado do banco foi colocado na rua; hoje, você faz tudo dentro de casa, no computador. As máquinas automáticas estão substituindo o homem ora quando soldam, na linha de montagem de um automóvel, ora quando fazem o parafusamento. Eu falava com o Senador Paim, eu fui à inauguração de uma fábrica de São Paulo, outro dia, que produz cinco milhões de rolamentos por mês. Eu fiquei abismado. Naquela fábrica imensa, apenas três funcionários trabalham. A máquina faz tudo. Quem pega o material no estoque é o robô; quem amarra, quem embola, embrulha é o robô; robô coloca na esteira rolante, vai embora, sem nenhum contato manual. Quando se fabrica esse telefone aqui, televisão, geladeira, que é o que interessa, a indústria de ponta, apenas aqui tem 2% de trabalho humano, gente. A Seguridade Social só recebe boa contribuição quando é fábrica de lajota, de telha, que é feita pelo brasileiro pobre, aí sim, porque o barro não vale nada, 80% do valor da telha é mão-de-obra. Aí, a Seguridade Social é bem remunerada e ninguém enxerga isso. Ninguém enxerga isso. Alguém condenou, aqui, o sistema tributário. A única coisa que resolveria para esse país era a gente mudar realmente, mudar realmente o sistema tributário, uma nova ordem tributária resolveria tudo, ou seja, uma proposta que simplificasse a arrecadação. Não tem cabimento, numa era em que se tira um fio de cabelo, Senador Paim, faz outro Paim, numa era em que você pega um telefone sem fio, fala com o cara do Japão, no outro lado do mundo, não é possível que tenhamos um sistema tributário em que o caminhão sai do Estado do Espírito Santo, vai para Belém do Pará, tem que parar em 30 postos fiscais. Um monte de homem, um no computador, lá em cima, outro para tirar lona do caminhão, outro para contar quantos sacos de farinha tem naquele caminhão; dois, com escopetas, se o caminhão sair correndo, atira no pneu. Isso é mais antigo que Moisés--[risos] --Isso é uma vergonha e a gente não tem coragem para mudar. Se a gente cobrasse imposto de uma maneira invisível, sem que o sujeito percebesse que estava pagando, foi a idéia do imposto único, que gerou o CPMF, se cobrássemos 1% de CPMF, se cobrássemos 100% sobre energia, se cobrássemos 100% sobre petróleo, se cobrássemos 100% sobre o imposto de telefone, de bebida, fontes insonegáveis, o sujeito não tivesse como sonegar, que não precisasse declarar que ganhou e que, por isso, vai recolher, se pudéssemos acabar com isso... Isso é fácil de fazer: Joga tudo num caixa único e distribui: 32%, que são os percentuais de hoje, 32% para Seguridade Social, 28% para o Governo Federal,

ANEXO 003/
CESP - SALÁRIO M
FLS: 461
DOC:

22% para os estados e o restante, dos municípios. Pronto. Nós teríamos o quê? Teríamos a Seguridade Social indexada ao PIB, indexada aos preços, quanto mais caro vender, quanto mais produtos produzirmos mais a seguridade vai receber. Agora, se não temos coragem para fazer uma Reforma Tributária dessa grandeza, pelo menos que tenhamos para tirar a arrecadação da Seguridade Social de cima da folha de pagamento e colocar na produção das empresas. Vamos colocar quem exporta para pagar tributo, para pagar a Seguridade Social, vamos colocar as grandes empresas, aquelas que trabalham com as máquinas, que tudo se faz automaticamente, vamos botar essas empresas para pagar, vamos colocar a colheitadeira que está substituindo quinhentos homens na hora de colher cana, para pagar, vamos colocar os computadores que trabalham para o Bradesco para pagar. Eu falo Bradesco, como exemplo, todos os bancos, evidentemente. Vamos colocar as máquinas que estão soldando, na linha de montagem das montadoras de automóveis, para pagar. Só assim a gente vai conseguir, repito, indexar a arrecadação da Seguridade Social ao faturamento das empresas, ao PIB; quanto mais subir o preço do produto, quanto mais produto for produzido, mais dinheiro nós teríamos na Seguridade Social. A máquina pagaria a Seguridade Social para que o Governo pudesse dar ao cidadão desempregado, em casa, o seu salário. Ficar brigando se o salário é de 300 ou de 350, eu digo sempre, gente, o cidadão, quando está desempregado, ele tem a esperança de arranjar um emprego, ele sai para rua, pedindo dinheiro emprestado, sai andando a pé, o dia que chega o final do mês, que ele recebe 300, vamos colocar 350, se o Lula der 350, o dia em que ele receber R$350,00, ele fica num desespero tão grande, ele chega à conclusão: "Espera aí, eu tenho que pagar salário, eu tenho que pagar transporte, meu filho na escola, eu tenho uma série de despesas inadiáveis". Ele pega o dinheiro, não dá para nada, ele vai ao desespero. Ele, aí, começa a vender droga na porta das escolas; daqui a pouco, está morto ou está preso. O que leva um homem à droga, o que leva um homem à violência é a falta de recurso para sustentar seus filhos, principalmente, num país capitalista, onde os que ganham mais, cada vez estão ganhando mais. Eu costumo dizer e falo sempre para o Senador Paim: "Senador Paim, basta apenas a gente ousar, basta apenas..." Agora, os senhores já viram, o Deputado ali falou que nós temos que fazer uma política para aumentar salário dos aposentados. Ora, a reforma da Previdência foi para cobrar de aposentado, não foi para dar para aposentado não. E, agora, uma nova Reforma que estão anunciando aí, já saiu na imprensa outro dia, é para desvincular o salário do aposentado do salário mínimo porque, aí, pode aumentar o salário de quem está trabalhando e quem está aposentado que morra. Essa é a proposta que eles têm– [Palmas] –Então, então, não tem outra solução, Deputado Jackson, não tem outra solução a não ser a coragem de mudar e mudar com profundidade. Se a gente, repito, tirar o salário, tirar a arrecadação, o faturamento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Desonerar a folha.

SENADOR JOÃO BATISTA (PFL-SP): --Da Seguridade Social, colocar em cima da produção das empresas, talvez, um percentual em cima do ICMS, do ISS, qualquer coisa assim, para não cobrar, para não enfrentar outro tributo e desonerar. O empregado de R$500,00, o patrão só vai pagar R$500,00. Ele vai dobrar o número de empregados da empresa dele, ele vai aumentar a produção dele, aí sim, nós geraríamos 10 milhões de empregos de uma hora para outra. O patrão quer isso, por quê? Porque só vai pagar Seguridade Social se ele produzir. O empregado vai querer isso também, não tenha dúvida disso, ele vai ter a garantia de que ele vai ter um emprego com [illegible]

Anexo à MP 405/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 462
DOC:

porque não se faz isso? Eu acho que o Presidente Lula tinha obrigação de aventurar naquilo que diz respeito à melhoria de vida do pobre, do trabalhador e do aposentado porque ele sempre foi identificado nessa trincheira de luta e eu acredito que se as pessoas que o rodeiam, se as pessoas que o assessoram levassem proposta, que tivessem uma envergadura capaz de resolver o problema, eu não tenho dúvida que ele aceitaria. O que está faltando é coragem, é vontade. A partir daí, eu tenho certeza que nós daríamos uma condição de vida boa ao nosso trabalhador, ao nosso aposentado porque na hora que estiver desvinculado, Senador Paulo Paim, na hora em que não tiver mais o compromisso, com medo de triplicar, de quadruplicar a despesa do aposentado, o déficit é 40 bilhões, está previsto chegar ano que vem com um trilhão e duzentos milhões, mais alta do que a dívida interna, essa é a previsão, a hora que a gente desvincular, que acabar o déficit, que o Governo tiver dinheiro para fazer as obras de infra-estrutura, no momento que o patrão se sentir a vontade para nomear, porque só vai pagar Seguridade Social se produzir e, produzindo, o cidadão, naturalmente, vai ter satisfação em pagar. Isso, se mexer apenas na Previdência. Agora, se fizer a Reforma Tributária do jeito que eu falei aqui há pouco, que existe proposta, inclusive, aqui na Casa, eu tenho certeza que, aí, nós resolveríamos outros problemas também que estão embutidos nisso aí, principalmente a corrupção na hora de arrecadação de imposto, as dificuldades que são vendidas para, depois que são oferecidas, para, depois, vender as facilidades, tudo isso tem atrapalhado esse país a crescer--[Campainha] --Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao nosso Relator Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, meu caro Presidente Jackson Barreto, meu Vice, companheiro Barelli, eu queria dizer a todos vocês que essa foi uma das reuniões mais concorridas nesta sétima reunião da Comissão especial do salário mínimo. E isso é muito bom. Isso demonstra a mobilização que estão fazendo os aposentados e pensionistas em todo o país. Eu queria cumprimentar o Wilson Roberto Ribeiro, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional da CUT, o Benedito Marcílio, que já saiu, da COBAP, o Edson Guilherme da MOSAP... O Edson, Presidente do MOSAP... Não, da MOSAP é o Edson... O Edson Guilherme, que eu conheço bem, há anos, o Edson Guilherme da MOSAP, o João Batista Innocentini, Presidente do Sindicato Nacional da Força Sindical, que aqui foi representado pelo Paulo José Zanetti, o Edmundo, que está aqui na Mesa, Benedetti Filho, Presidente da CENTRAP e a Sayonara, que está aqui na Mesa ainda, que representou a FENAFISCO. Eu só queria que a gente refletisse, nesse momento, que o calor dos debates mostra o quanto que esse tema é importante. Desde o primeiro momento, Deputado Marco Maia, nós assumimos um compromisso conosco aqui e V. Exa. estava presente, Senador Collares também, que esta Comissão não servia a palanque para ninguém. Como aqui foi dito, nem a favor e nem contra esse ou aquele Governo. E, por isso, que eu entendi a posição firme de V. Exa., mediante a posição colocada aqui pelo também Deputado Collares, que nós todos também respeitamos. Respeitamos a ambos, mas eu acho que o debate pelo equilíbrio foi importante e tinha que ser feito, com uma posição colocada, a outra também tem que ser colocada. Mas eu acho que faz parte, no calor do momento, e mostra que nós estamos no caminho certo. Eu entendo que a decisão assumida já por essa Comissão, porque essa Comissão não é a Comissão só do salário mínimo, se fosse para vir para cá, para ter uma Comissão só para discutir salário mínimo de 350, que todos nós sabemos que está praticamente definido, não tinha razão de existir essa Comissão. Essa

PAIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 463
DOC:

Comissão tem dois objetivos: Uma política permanente de recuperação do salário mínimo, um. E dois, e para mim até mais importante, uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e, por isso, vocês estão aqui--[Palmas] --Não teria razão de nós estarmos aqui. Por isso que eu estou convencido e me dirijo agora ao meu colega Senador João Batista Motta, desde a primeira reunião, meu amigo Senador, e conversei com V. Exa. no Plenário e pedi a V.Exa... V.Exa. não veio aqui só porque gostaria de vir; V. Exa., além de gostar de vir, atendeu a um pedido. "Vá lá e conte a sua experiência, de como é possível nós deslocarmos as contribuições da folha para o faturamento" e Vossa Exa. fez, aqui, uma bela defesa. Este, para mim, é o caminho. Vocês podem ter certeza. Eu recebo em torno de duas mil correspondências no meu gabinete, não agora, no longo desses anos que eu estou aqui no Senado. Pois bem, nos últimos meses, eu diria, que a Comissão começou a trabalhar, o maior número de correspondências que eu recebo é favorecendo essa tua tese, esta sua tese de empresários e de trabalhadores. Se a folha chega a ser a 110, 120% e nós podemos deslocar, quem sabe, até 50, 60% daquilo que hoje é tributado sobre folha, ninguém precisava discutir, naturalmente, com todos os setores, sobre o faturamento. Por que não caminharmos nessa linha? Acho que esse é o caminho e, com certeza, vai melhorar e muito a arrecadação da Previdência que, no meu entendimento, não vou aqui repetir de novo, é superavitária. E por quê? Eu vou até pedir para a assessoria, eu pediria para a assessoria que, na próxima reunião, trouxesse exatamente tudo aquilo que é destinado para a Previdência e colocasse para nós aqui na Mesa, rapidamente, porque não quero ficar só eu repetindo, eu vou dizer: COFINS, CPMF, jogos lotéricos, tributação sobre lucro, eu quero o percentual exato porque isso tudo vai para Seguridade. Exato. Isso tudo vai para Seguridade. Eu quero que a gente faça um estudo e apresente aqui, disso tudo, qual o percentual específico que deveria ir para a Previdência e, com certeza, infelizmente, há décadas que não vai. Eu fui constituinte. Eu fui constituinte e, de lá para cá, essas contribuições, efetivamente, não estão indo como deveriam ir para a Previdência. Eu não vou dar dados aqui, que nós temos, mas os dados aqui, preliminares, e podia dar, ano por ano, ano por ano, da Seguridade Social. Se pegarmos, então, de oito, nove anos, dá mais de 50 bi, mais de 50 bi que poderiam ficar no campo da Seguridade e não estão ficando. Bom, como aqui foi dito, se não está ficando, por quê? V. Exa. falou, essa caixa escura, fechada, nós vamos abrir, vamos ver o que está acontecendo, para onde está indo, qual o problema, o que nós podemos fazer. E temos que enfrentar esse debate. E esse é um dos objetivos dessa Comissão. Por isso, eu quero dizer para os senhores que eu só acredito, e disse ontem na tribuna, aqui, e os senhores quase todos estavam lá, e o Plenário estava lotado. Eu só acredito na mobilização. Eu só acredito na mobilização; se houver mobilização, a história mostra, a mobilização é que faz as coisas acontecerem; aqui dentro do Senado, ou mesmo da Câmara, a gente vota se houver pressão popular. Eu sou, digamos, um adepto dos movimentos sociais e que vocês aqui representam. É assim a vida, não adianta, se não houver pressão no Congresso e no próprio Executivo. E por que não lembrar que o 147 falado, no próprio Judiciário? Porque, na vez dos 147, só veio a decisão judiciária depois que a pressão esteve nas ruas senão não vinha o 147. E vocês lembram. E eu fui o autor da lei. E falo com tranqüilidade, a lei do 147 foi uma lei minha. E estava escrito lá: "Se estenda aos aposentados". E, simplesmente, não queriam dar. Felizmente, com a decisão, depois da mobilização, ela aconteceu. Eu acredito que é possível sim um processo de negociação, como foi dito, e eu proporia que esta Comissão, de imediato, além de ouvir os Ministros que aqui virão, que comece também a interagir junto ao

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 464
DOC:

Governo, não para negociar em nome de vocês, mas para que se abra, efetivamente, uma proposta de negociação das perdas acumuladas do conjunto dos aposentados e pensionistas. É isso. É isso que nós temos que trabalhar porque se essa Comissão conseguir abrir o espaço, nós não temos que negociar por vocês. Vocês é que têm que negociar. Nós podemos abrir o espaço, Ministério do Trabalho, da Previdência, da Fazenda... Que se estabeleça com os verdadeiros líderes dos aposentados, que são vocês, um processo de negociação. E, quem sabe, num futuro próximo, vocês virão aqui e vão dizer para essa Comissão: "Está aqui uma política permanente de recuperação do salário mínimo" e se essa Comissão aprovar uma proposta construída, como aqui foi dito, com Conselho quadripartite, empregado, empregador, trabalhador, aposentado e o próprio Congresso, naturalmente, seria um outro momento da história. Por isso, eu quero só dizer a vocês, eu acredito muito nesta Comissão, mas acredito mais é em vocês, naqueles que farão a mobilização. A mobilização é que vai fazer esse momento acontecer. Alguns dizem para mim: "Mas, Paim, é ano eleitoral". Digo: "Meus amigos, bom, se o ano eleitoral ajudar para que venha uma política permanente de recuperação de todos os benefícios de aposentados e pensionistas e que sirva também de uma política permanente de recuperação do salário mínimo, pois bem, para mim, que venham eleições todos os anos se isso é o caminho para resolver a situação". Eu quero é resolver e nós estamos aqui com esse objetivo. Nós temos o compromisso com vocês e vocês sabem disso. Vocês sabem disso. O compromisso com vocês, para mim, que são os aposentados idosos desse país, ultrapassa a questão político-partidária, ultrapassa. Os aposentados estão corretos em pressionar aqui o Congresso Nacional para que se abram as portas para a grande negociação. Tenho certeza que se essa mobilização não acontecer, haveremos de construir uma política para o salário mínimo que dê recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas que, por mim, por mim, eu dou a minha opinião porque não tem como não dar a minha opinião, deveria ser, sim, o mesmo percentual que é dado ao salário mínimo todos os anos. Era isso, obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senhores Deputados, Senadores, senhores dirigentes das entidades de aposentados, nesse momento, no Congresso Nacional, na Câmara, no Senado, já iniciamos o processo de votação da Ordem do Dia e nós não teríamos mais condições de continuar com esse debate, aqui, porque precisamos estar também participando dos debates do Plenário. Tanto o Senador Paulo Paim como os Deputados. De sorte, que nós vamos aqui terminar a nossa audiência de hoje, nossa sessão de hoje, ratificando aquele compromisso da nossa Comissão, tão bem colocado aqui pelo Senador Paulo Paim, ratificando o compromisso com a luta dos aposentados e dos pensionistas, a luta, acima de tudo, pela recuperação, pelos pensionistas, do salário dos aposentados e nós vamos, aqui, com o Senador Paulo Paim e o Deputado Walter Barelli e demais membros da Comissão, tentar abrir as portas dos Ministérios, tanto da Previdência, como do Trabalho, quanto da Fazenda, solicitando, em nome desta Comissão Mista Especial, uma audiência e, tão logo isso seja concretizado, nós vamos informar as entidades no sentido de que a gente possa abrir esse diálogo--[Palmas] --Entre as entidades e os representantes do Governo. Eu acho que isso também seja uma obrigação do trabalho desta Comissão porque, desde o momento que ela foi instalada, ficou claro para nós que não seria apenas uma Comissão Permanente para estudar uma política de salário mínimo fixa para o nosso país, mas que seria uma Comissão também comprometida, compromissada com a luta dos aposentados e dos pensionistas, disso os senhores e senhoras não tenham dúvida. Eu quero aqui

ATN nº 0037/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 465
DOC:

fazer um registro dos estudos técnicos que a COBAP entregou aqui à Presidência dessa Comissão e esclarecer às demais entidades que estamos aqui abertos para receber as sugestões ou qualquer outro documento que possa contribuir para os estudos e os trabalhos dessa Comissão em favor dos aposentados e pensionistas e da política permanente de–

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, se me permitir, Presidente, e aí não é nem mais uma fala minha. Eu queria aproveitar para fazer-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O senhor tem a palavra Senador Paulo Paim, o senhor é o *cocoon(F)* nesta Comissão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): –Aproveitar a presença de vocês, eu gostaria de dizer o seguinte: Essa Comissão é seria bom até que se fizesse, de repente, um grande evento, nós vamos estar, no dia 10 do quatro em Curitiba; 24 do quatro, em São Paulo. Nós poderemos dar uma cópia para todos aqui depois. No dia oito do cinco, em Campo Grande, 22 do cinco, em Salvador, cinco do seis, em Manaus. "O que ele tem com isso?" Eu sei que os aposentados estão fazendo grandes mobilizações em todo o país. Ora, eu ficaria muito bem, num segundo momento, porque são dois momentos. Eu ficaria muito feliz se essa Comissão, ao chegar num Estado, desse, tivesse lá uma grande mobilização pedindo à Comissão que, efetivamente, atenda e interfira para que os benefícios sejam reajustados corretamente. Então, esse calendário, se quiserem pegar, podem pegar com a assessoria aqui. Senhor Presidente, encerrei...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero... Fique a vontade Senador. Eu quero deixar bem claro, aqui, às entidades e às senhoras e senhores que vieram aqui hoje à tarde, que uma coisa que despertou a atenção desta Comissão foi o trabalho das Centrais Sindicais na luta pela melhoria do salário mínimo. Evidente que não é o salário do sonho de todos nós. Tanto eu como o Senador Paulo Paim e o Deputado Barelli defendíamos um salário de R$400,00, mas é evidente que o que nós queremos discutir aqui é o caráter de unidade das Centrais Sindicais na luta pela melhoria do salário mínimo. Então, é fundamental a questão da unidade das entidades e é fundamental também a mobilização, a mobilização. Eu sei que todos os senhores e senhoras estão acostumados com o processo de mobilização porque foi isso que, na verdade, pautaram, pautou, aliás, a vida de todos os senhores nas lutas sindicais. Eu quero aqui encerrar a 7ª Reunião da Comissão Mista Especial e convocar os senhores membros para a próxima reunião, terça-feira, dia 21, às 14 horas. Vamos ouvir e debater, aqui, com representantes da Fundação Getúlio Vargas, da SEADE, do IBGE, do IED e vamos debater a política de salário mínimo permanente para o nosso país com essas entidades. Declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado. [palmas]

Sessão encerrada às 17h10

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 466
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

8ª REUNIÃO

21/02/2006

Audiência Pública com representantes da Márcia Maria Mello Quinstlr – Coord. de Índices de Preços da Diretoria de Pesquisas do IBGE; Guilherme Costa Delgado – Representante do IPEA e Samuel Pessoa – Representante da FGV, registra-se ainda a presença da senhora Elisa Lustosa Caillaux – Gerente da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 467
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 8ª Reunião

Realizada em 21/02/2006

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às catorze horas e quinze minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Lúcia Vânia, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Paulo Paim e Heloísa Helena; e dos Deputados Vicentinho, Tarcísio Zimmermann, Cláudio Rorato, Walter Barelli, Leodegar Tiscoski, Drª Clair e Vanessa Grazziotin, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 8ª reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, submetendo-as à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a ouvir os técnicos dos institutos de pesquisa e da FGV. O Presidente concede a palavra aos convidados: Márcia Maria Mello Quinstlr – Coordenadora de Índices de Preços da Diretoria de Pesquisas do IBGE; Guilherme Costa Delgado – Representante do IPEA e Samuel Pessoa – *Representante da FGV, registra-se ainda a presença da Senhora* Elisa Lustosa Caillaux – Gerente da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, que não usou a palavra. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: Vanessa Grazziotin, Tarcísio Zimmermann, Drª Clair, Heloísa Helena, Cristovam Buarque, Walter Barelli e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatro minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia sete de março, às onze horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2006 ÀS *14 HORAS E 15 MINUTOS*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a oitava reunião da comissão mista, criada pelo ato conjunto número 3/2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário-mínimo no país. Esclareço que a pauta desta

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 468
DOC:

reunião se destina a audiência pública com técnicos do IPEA, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS e IBGE. As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre as mesas as quais coloco em votaçao propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vamos seguir, agora já estão todos aqui, não é. Os técnicos falarão obedecendo o seguinte critério que é, nós vamos chamar dois para a Mesa agora e, em seguida, o terceiro. Então, cada expositor tem quinze minutos para apresentar a sua posição, mas antes é interessante colocar o público mais, mais a par da sessão de hoje. Nós estamos estudando a questão do salário-mínimo, já ouvimos tanto as centrais sindicais, tanto o Ministro do Trabalho primeiro, depois as Centrais Sindicais, depois as confederações de empregadores e ouvimos, na última sessão as associações que representam os aposentados. Nesta, nós iniciamos uma conversa com instituições respeitáveis governamentais ou para-governamentais que têm se dedicado a estudar a questão dos orçamentos familiares, da distribuição de renda, porque uma das questões fundamentais para a definição do salário-mínimo é se verificar como nos adequamos àquilo que está definido pela nossa Constituição. Um salário-mínimo capaz de responder pelas despesas de alimentação, habitação, vestuário, transporte, educação, previdência do trabalhador e de sua família. Então é muito importante a gente ter idéia atualizada, porque já o primeiro salário-mínimo foi precedido de um grande inquérito nacional coordenado pelo grande brasileiro Josué de Castro, que fixou os termos do que hoje é chamada de cesta-básica, mas que, no Decreto é chamado de Ração Essencial Mínima, o que o brasileiro deveria comer em cada região de acordo com as características que a ciência da Nutriçao e da Medicina estabeleciam ainda na década de 30. Hoje o salário-mínimo tem essa definição legal. Essa comissão busca valorizar o valor do salário-mínimo, mas precisa ter indicações sobre mudanças porque passaram tanto os orçamentos familiares como a composição das famílias. Na época se falava numa família padrão. Hoje nós temos outros conceitos que talvez devêssemos atentar no estudo que a comissão está fazendo. Então, a nossa, o objetivo hoje é ouvirmos essas entidades a respeito desses assuntos. Está aqui o nosso Presidente Jackson Barreto para o qual eu passo a presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos nesse momento convidar a Dra. Márcia Maria Mello, coordenadora de índice de preço da Diretoria de pesquisas do IBGE para compor aqui a nossa Mesa como a primeira debatedora de hoje e, esse não está? Não está. Ah! É a Dra. Elisa Lustosa --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não ela só acompanha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ah, ela só acompanha, Dr. Guilherme Costa Delgado, do IPEA. Pode sentar. Dra. Márcia em primeiro lugar, Dr. Guilherme, em segundo lugar, ambos, cada um terá quinze minutos para expor.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Eu vou precisar do apoio ali da projeção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ah, Dra. Verônica! Já que hoje está o IBGE.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Ela entendeu que era mais fácil, você quer que eu tente ver, você está conseguindo ver aí, o disquete está certo? É a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 1169
DOC:

máquina que está com problema. Ah, então tá! é, bom, boa tarde! Posso começar então?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pode começar. Sinta-se à vontade.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: O pedido que foi feito ao IBGE foi a apresentação da pesquisa de orçamentos familiares, que é uma investigação que o IBGE tem no seu programa de trabalho regular e que passa assim bastante fortemente sobre essa questão do consumo familiar, não é? Então eu vou, vou procurar assim apresentar alguns aspectos de metodologia do inquérito para que os senhores entendam o que é que ele busca junto às famílias brasileiras; e depois apresentar alguns resultados. A minha apresentação está estruturada assim, daí eu acredito que com isso eu vou passar uma idéia de que tipo de informação que essa pesquisa oferece para subsidiar definições ou estudos acerca da questão do salário-mínimo. Da definição salário-mínimo. Então, não sei, você vai, alguém vai seguir para mim na apresentação? Você? Bom, o objetivo de uma POF, ou Pesquisa de Orçamentos Familiares, é investigar fundamentalmente os orçamentos das famílias e outras informações sobre as condições de vida das famílias brasileiras, não é? Principais variáveis que são perguntadas para as famílias nessa investigação são as despesas que as famílias realizam e os seus rendimentos, despesas e rendimentos é desse balanço que resulta o orçamento familiar. Outras variáveis são investigadas, mas eu vou me permitir a passar por elas de uma forma mais rápida porque não tenho foco para o tema que a gente está tratando aqui. Vou apresentar em termos de resultado, mas não vou me deter. Pode seguir, por favor! Bom, as POFs, elas estão no programa de trabalho do IBGE, nós realizamos a última entre julho de 2002 a junho de 2003. Em se tratando de uma pesquisa de orçamento ela é relativamente recente porque a estrutura de orçamento familiar não se altera com tanta velocidade, depende de mudanças estruturais na economia, nos hábitos. Então não é um dado que mude com tanta velocidade. Mas, de qualquer forma, o IBGE já está se preparando para realizar a próxima pesquisa em 2006/2007. Acho que essa é uma informação relevante. Essa pesquisa, ela foi realizada em todo o território brasileiro nas áreas urbanas e rurais. Da forma como a POF é desenhada, o IBGE fica um ano fazendo a investigação em campo e ao longo, e essa amostra de famílias investigadas, ela é de tal forma que ao longo do ano todos os extratos socioeconômicos da população são investigados. Então, com isso, a gente garante ao longo desse ano duas coisas: Todas as classes de renda investigadas e todo o perfil de consumo. Porque o consumo, a despesa das famílias, ela varia de acordo com o mês do ano. Então a pesquisa dá conta de investigar de uma forma bastante completa essa questão da despesa. Esse tema da despesa familiar. Pode seguir, por favor. Acho que eu estou mais rápida do que ele. Será que se eu ficar lá. Tem como eu ficar aí? Porque se tivesse. Não tem som?! Porque aí de repente eu mesma vou conduzindo, não é, eu dou o ritmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Isso. Pode ir.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Posso seguir, o que eu faço?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dra. Verônica tem que colocar uma pessoa aí, não é Dra. Verônica.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 470
DOC:

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Você vai apertar? Então foram cerca de 50 mil domicílios visitados no Brasil, responderam a pesquisa, mil entrevistadores, a gente faz um levantamento com equipamento de informática que facilita a obtenção de informação. Durante essa pesquisa nós investigamos peso e altura das pessoas, das famílias, não é? E é uma pesquisa complexa, seis formulários, não vou entrar nesse detalhe, mas o importante é isso, despesas e rendimentos são investigados, além de outras informações que qualificam a condição da família, de vida dessas famílias. Podemos seguir. Já mencionei que são 12 meses em campo, se você quiser, bom, aí, é importante dizer que é exatamente a parte dessas despesas tanto de alimentos quanto todas as despesas das famílias e aí todas, o que eu falo de todas, todas é todas mesmo. Então é com transporte, com habitação, com educação, com saúde. Toda, todo o espectro de gasto familiar é investigado ao longo de sete dias. O entrevistador do IBGE na verdade passa nove dias junto com essas famílias entrevistadas, não é, e, lógico que o sucesso dessa investigação vem da colaboração das próprias famílias e dessa habilidade desse entrevistador também. Vamos seguir! Já mencionei, os resultados dessa pesquisa, a amostra permite resultados para o Brasil no seu total, para o Brasil urbano, para o Brasil rural e grandes regiões também. Total urbano e rural. Unidades da Federação total e algumas regiões metropolitanas e municípios das capitais. O que é que essa pesquisa não vai permitir? Resultados por município de uma forma generalizada. O único município que a mostra permite cobrir é o município da capital, no mais, todos os outros recortes geográficos que estão aí numerados podem ser, para eles são gerados resultados, foram gerados os resultados, podemos seguir. As despesas, eu vou comentar isso, se bem que a gente está aqui no tema da, de valoração do salário-mínimo, mas vale a pena mencionar, a pesquisa, ela é bastante completa. Não só são investigadas as despesas monetárias, ou seja, aquelas despesas em relação as quais as famílias gastam, né, pagam em dinheiro, passam o cheque, cartão, vale-alimentação ou vale-transporte que nós consideramos como moeda para efeito da informação monetária, mas são investigadas as chamadas "gastos" que a gente chama de produção própria, o consumo que a família realiza porque tira lá um alfacezinho que plantou, tem um negócio de tecido e pega aquele tecido para fazer a roupa da família, não é? Ou, itens que recebe de troca e doação. Essas são as chamadas aquisições não monetárias e também constam da pesquisa. Podemos seguir. Falando agora já de alguns resultados da POF, então, até aqui, a idéia era, meu objetivo era passar uma idéia do que é que é o levantamento. Não sei se alguém, como é que é a sistemática, as perguntas ficam para o final, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Isso.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Então tá. Então linhas gerais da metodologia, eu acho que fundamental, os pontos fundamentais eu passei. Quanto a resultados, é interessante observar, nessa primeira coluna está em reais a informação da despesa total média mensal familiar, de famílias brasileiras, contando aquelas duas participações monetárias e não monetárias do Brasil no todo. Ou seja, a despesa média mensal familiar dos brasileiros é um mil setecentos e setenta e oito reais e três centavos, eu estou pegando aqui todos os espectros de renda. Depois eu faço um recorte. E aí, já esse dado que é o dado mais agregado da pesquisa mostra aquela diferença forte que nós, conhecidas de todos entre as áreas urbanas e rurais brasileiras. A despesa média no meio rural em torno de oitocentos e sessenta reais, no meio urbano

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 473
DOC:

em torno de um mil e novecentos reais, média mensal. Essa participação daquela renda monetária não monetária observa que na área rural as duas outras colunas são percentuais. Como eu estou falando de produção própria etc. o percentual na área rural difere bastante da área urbana em torno de 24%. Podemos seguir. A pesquisa, ela buscou informação sobre o que a gente chama de despesa de consumo. E a despesa de consumo são aqueles grupos, alimento, transporte, habitação que eu já mencionei, educação, saúde, etc.. E as outras despesas correntes são impostos, Previdência. Não são consideradas de consumo, são consideradas como outras despesas correntes. Aumento do ativo é o investimento que as famílias são capazes de fazer e diminuição do passivo é pagamento de dívidas, de modo geral, ou juros bancários também entram aí. Quando as famílias têm rendimento até quatrocentos reais, aí rendimento total, observa que o percentual do orçamento familiar para as famílias de rendimento mais baixos que vai para consumo é 94%, isso a pesquisa apontou! Quando nós estamos nas rendas, nos rendimentos superiores, ou seja, acima de seis mil reais, esse percentual gasto com o consumo cai bastante, vai para 70%. Naturalmente, em outras despesas correntes das famílias com rendimentos mais baixos, tem um gasto muito menor porque são aí os impostos, que têm uma participação menor nas rendas das famílias de baixos rendimentos, em torno de 20% nas famílias de rendimentos mais elevados. Qual é o objetivo dessa tabela? É mostrar para vocês que a pesquisa permite esse recorte de rendimento. Então permite não só conhecer por classes de rendimento esse perfil mais amplo de gasto das famílias, que tudo isso é gasto, embora nem tudo seja consumo, mas tudo é gasto. São despesas obrigatórias. Obrigatórias, despesas informadas, obrigatórias eu diria que são o consumo e as despesas correntes, não é? O investimento que é o ativo é opção. Pode ser opção, então é isso. A pesquisa permite isso por classe de renda. E aí, em particular, o recorte que a gente fez aí foi quatrocentos reais, um pouco acima do valor até proposto, né, para o salário-mínimo. Vamos seguir, por favor! Posso, bom, aí, aqui eu já fiz um corte nas despesas de consumo, pegando os três grupos principais: Alimentação, transporte, habitação. Principais segundo que critérios? Segundo o meu critério? Não, segundo o que a própria pesquisa apontou. São os três grupos em que claramente o percentual de gastos das famílias é mais forte, não é? É onde se concentra o gasto familiar segundo a pesquisa. Então, quando as famílias têm rendimentos menores ou iguais a quatrocentos reais, rendimentos familiares, observa que o peso da alimentação, no gasto da família é 32% contra 9% nas famílias com rendimentos mais altos. O transporte é 8% nas famílias com esse rendimento de quatrocentos reais, contra 17% nos rendimentos mais altos. Observação, o transporte tem uma diferença grande de composição aqui. Nas famílias com rendimento mais baixo, esse transporte é basicamente explicado pelo transporte urbano. Nas famílias com rendimento mais alto, basicamente explicado por veículo próprio, por exemplo, ou a compra ou a própria manutenção dele. E habitação também o percentual chama muito a atenção do gasto das famílias com rendimento mais baixos com esse item. Quer dizer, quase 80% das despesas de consumo estão concentradas nesses três grupos quando os rendimentos são mais baixos. Vamos passar, por favor. Esse eu vou passar porque ele não está bom de enxergar. Aí são, é outra análise que a pesquisa permite que é uma comparação, até porque nós estamos trabalhando com uma Lei que está lá atrás, de repente isso pode trazer alguma luz à avaliação dos senhores, dos últimos trinta anos, não é? A última pesquisa de orçamento familiar anterior a essa 2002, 2003 que foi realizada no Brasil com essa extensão nacional foi o

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 473
DOC:

INDEF, em 74/75. Então comparando com a evolução do Brasil urbano, vamos pegar só a linha de alimentaçao que e a primeira. O Brasil, no todo, ele gastava com o percentual de alimentação 33%, quase 34 e passa a gastar 20%. No meio urbano, esse gasto passou de 30 para quase 20%. E no meio rural brasileiro, que esse gasto que era 53% dos gastos familiares há trinta anos atrás passa a 34%. Quer dizer, num certo sentido o Brasil rural, em termos do percentual de gasto com alimentação se aproximou do que era o Brasil urbano há trinta anos atrás. Isso é uma outra análise que é permitida com o dado, a análise temporal. Bom, aí, precisa olhar cada tabela no detalhe não vou cumprir o tempo que está determinado. A gente passa, depois se necessário alguma pergunta, eu retorno. Outra informação, bom, então outra informação que a pesquisa permite e *que me parece que está dentro do escopo dessa discussão aqui. O que a gente chama* de análise da disponibilidade alimentar familiar, daqui a pouco eu vou mostrar o que é que é, é um nome muito técnico, um título técnico. E avaliação nutricional das pessoas com 20 anos de idade ou mais, isso é um resultado já divulgado. A pesquisa permite mais. Vamos seguir, por favor! Essa é uma análise onde, a partir da análise de quantidades de alimentos consumidos no domicílio foi possível, o IBGE em conjunto com o Ministério da Saúde e contando com a colaboração de pesquisadores da USP, divulgar, fazer uma divulgação sobre a composição em termos de macro nutrientes da, da alimentação do brasileiro. Então, a primeira coluna são as recomendações internacionais em termos do que é indicado. Então, um exemplo, eu vou ler a primeira linha que é, a segunda linha que é a linha do açúcar. É indicado que deva consumir até 10% de açúcar, não é, per capita/dia, dentro da composição de carboidratos. Em termos gerais qualquer que seja a classe de renda, porque as outras colunas ali são classes de rendimento, nós temos, no nosso hábito alimentar, a superação desse limite recomendado, não é. Então é algo a corrigir em termos de segurança alimentar no país. Por *outro lado, vamos lá para as proteínas. A recomendação está entre 10 e 15% e* qualquer que seja a classe de rendimento, a pesquisa apontou que o percentual desse macro nutriente atende essa recomendação. Vou seguir senão eu vou, comento tudo. Bom, de qualquer forma, a pesquisa também apontou que nos rendimentos mais baixos o total médio de quilocalorias consumido per capita por pessoa por dia está em torno de 1500 quilocalorias e nos rendimentos mais altos em torno de 2000 mil quilocalorias. Uma recomendação aceitável seria algo em torno de 1800, 1900 quilocalorias no total. E essa, essa informação da pesquisa é só domiciliar. Então a gente teria que entender que o total seria completado com a alimentação fora do domicílio, não é? Essa é uma etapa de estudo que a gente ainda tem que vencer. Vamos seguir! Depois eu tenho uma informação sobre isso. É importante ver que até quatrocentos reais de rendimento em termos de alimentação, alimentação no domicílio, dividindo os gastos alimentação no domicílio e fora do domicílio, 90% da alimentação do domicílio, 90% do gasto é com a alimentação no domicílio, em torno de 11% é com a alimentação fora. Ou seja, se nós fazemos a relação com o que eu mostrei antes, é esse 11% que teria que cumprir as calorias adicionais. *Já nas classes de rendimento mais alto, nem tão altos assim, acima* de quatro mil reais, nem tão altos assim não comparados com os quatrocentos, mas em cima, em relação ao que a gente tem, não é, às vezes de percepção do que é rendimento alto, mas acima de quatro mil reais o gasto com a alimentação fora corresponde a quase 40%, contra 60% da alimentação no domicílio. Levando a crer que nas classes de renda mais alta o brasileiro tende a extrapolar muito a quantidade de calorias totais recomendadas, em média. Temos uma tendência, pelo menos no que se

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 473
DOC:

compra a superar isso. Vamos seguir, por favor! Aí já está em reais, por classe de rendimento, despesa média mensal com a alimentação fora do domicílio, eu acho que sai um pouco do escopo. A gente pode seguir também. Uma outra informação que a pesquisa divulgou foi a informação sobre índices de massa corporal, pode seguir, por favor. Onde esse resultado foi muito comentado, muito debatido trabalhando com a população adulta brasileira o déficit de peso ficou em 4%, o excesso de peso e obesidade é que se mostraram como os problemas mais complexos a serem tratados, em termos da população adulta. Vamos seguir, por favor! Aqui é interessante ver, deixa eu tentar ver. Na primeira coluna tem lá a palavra total e depois tem várias classes de renda. Até 1/4 de salário-mínimo por pessoa, é a primeira linha. Depois, de 1/4 a 1/2 salário-mínimo por pessoa. É interessante ver, vamos olhar só para a coluna total, déficit de peso. Eu vou ler os valores da renda mais baixa até a renda que é acima de cinco salários-mínimos por pessoa. O déficit de peso, ele começa em 6,5% das pessoas, nas famílias de rendimento mais baixos e chega a 2.4% nas famílias de rendimento mais alto. Estou falando de adultos. É natural que a gente tenha esse percentual mais elevado nos rendimentos mais baixos, mas, de qualquer forma, se os estudos mostram que somente se nós tivéssemos, se tivéssemos um indicativo de 5% nessa população adulta assim, persistente, é que nós poderíamos ainda falar em suspeita de desnutrição. Estamos falando de uma pesquisa amostral. Mas o que chama a atenção mesmo é a questão do excesso de peso que aparece forte entre adultos em todas as classes de renda, apesar da gente ter aquele diferencial de consumo calórico. Podemos seguir. E apesar de grande parte das despesas das famílias ser comprometida com a alimentação, nas famílias de rendimento mais baixos. Outra informação da pesquisa, avaliação subjetiva das condições de vida. O objetivo aqui foi um pouco buscar junto às famílias como é que elas se sentem em relação ao seu rendimento, o que é que ela entende que, que o seu rendimento propicia para ela em termos de qualidade, falando assim de uma forma muito intuitiva. E aí, o que está apontado é o que as famílias responderam. Cerca de 30% das famílias respondem que consideram que têm muita dificuldade para chegar ao fim do mês com o seu rendimento total familiar. Um percentual de, somando quase 70%, demonstrou algum grau de dificuldade. E só com os rendimentos, nos rendimentos mais elevados é que nós fomos percebendo alguma facilidade, facilidade e muita facilidade, é uma resposta muito difícil de se obter quando a pergunta é subjetiva, não é. Você dá liberdade para a família se autoclassificar, em geral a pessoa quer mais. Mas, de qualquer forma, é bastante sinalizador o indicativo de dificuldade que nós observamos. Outra investigação que a POF fez foi problemas que afetam a estrutura física do domicílio e problemas que afetam as áreas em torno do domicílio. Em termos de problemas no domicílio foram constatadas em torno de 40% de termos de reclamação com o espaço disponível, casa escura, em torno de 20%, telhado com goteira, trinta e alguma coisa por cento e por aí vai. E, em relação ao entorno do domicílio, barulho foram problemas investigados, problemas ambientais e violência no entorno do domicílio. Só um instantinho. Pode, não, pode, pode, pára um instantinho aqui. Na verdade, esses resultados que eu estou trazendo para os senhores são assim um recorte de diversas informações que a minha pesquisa oferece. Com relação ao que está relacionado com a questão da Lei que está aí hoje, que é a Lei de que o salário-mínimo deveria propiciar que as pessoas cumprissem determinados gastos, isso está atendido naquela primeira parte dos resultados que eu mostrei, que são os gastos com consumo. A pesquisa fornece isso de uma forma bastante detalhada. Lógico que para

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 4721
DOC:

uma apresentação de quinze minutos eu fiz uma apresentação mais genérica. Mas as informações são de um nível de detalhe muito maior. Então eu só queria chamar a atenção que as outras informações são informações que ajudam a compreender essa condição de vida para que a gente não se detenha só no dado numérico frio do consumo realizado. Uma pesquisa como a POF, ela tem um papel importante na gestão de políticas públicas para a melhoria de condições de vida, em especial, a pobreza. E a partir dessa pesquisa o IBGE e outras instituições podem estar avançando em diversos métodos de menos razão de pobreza e de qualidade de vida da população em geral. Ela tem essa aplicação. Pode seguir, por favor! Pode seguir! Segue, por favor! Bom, um campo de aplicação é a segurança alimentar e ali eu ilustrei isso com aquele dado do consumo calórico e peso, e altura das pessoas. A perspectiva que nós vamos estar realizando uma POF, isso na verdade tem um planejamento em andamento 2006/2007. Um modelo mais simples como aferição, a pretensão nossa é que ele se realize a cada ano. E, acho que agora encerrou? Maiores informações estão no portal do IBGE, não é? Publicações, textos, tabelas e, além do que nós, IBGE, também estamos à disposição dos senhores para esclarecimentos e outro tipo de ajuda que os senhores identifiquem que possa ser útil, né, de nossa parte. Então, uma apresentação rápida, é isso. Tá bom?

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agora passar a palavra ao Dr. Guilherme Costa Delgado representando o IPEA.

[pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Tem mais eu, eu optei --

SR. *GUILHERME* COSTA DELGADO: *Eu agradeço o convite dessa comissão e* me parece que pelo tempo restrito que temos que abordar, eu vou me dispensar uma, uma apresentação mais extensiva à Mesa, a todo o Plenário, não é? Agradecendo, evidentemente, ao convite do Deputado Jackson Barreto. E vou diretamente ao que me parece sejam as questões principais que estão cobradas aqui nessa carta, em que menciona que o papel da comissão é destinado a efetuar estudo visando apresentar sugestão sobre a política de reajuste para o salário-mínimo no país. Bom, na realidade o *salário-mínimo*, enquanto política social nacional, é focada basicamente no, nas garantias da antiga CLT, dos direitos do trabalho. No entanto, a partir da Constituição de 88, eu diria que há um deslocamento muito importante da política de salário-mínimo, no sentido de proteger os direitos sociais básicos. No sentido de que o salário-mínimo é o piso dos benefícios dos direitos da seguridade social. Então, essa, essa transformação de uma política social restrita ao mercado de trabalho formal que era na antiga CLT, ela tem uma ampliação significativa a partir da Constituição de 88, basicamente por um princípio da Constituição que vincula o piso dos benefícios da seguridade social ao *salário-mínimo, não é? Então isso, na realidade vai ter uma conseqüência do ponto de* vista sócio-econômico da maior significação. Eu não trouxe transparências aqui porque não é uma exposição muito rápida, transparência às vezes corta um pouco o raciocínio a gente perde um pouco o tempo. Mas eu vou citar o número de cabeça, vejam bem, antes da promulgação da Constituição de 88, portanto no censo demográfico de 91, o peso dos benefícios da seguridade social, previdência e assistência, na renda familiar, a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 475
DOC:

renda apurada pela PNAD, que é outra pesquisa do IBGE, era 10%. No censo de 2000, portanto, nove anos depois de vigentes já a Constituição de 88 e as leis que regulamentavam a seguridade social. Esse peso dos benefícios da seguridade social já era de 16% e na PNAD, que é a pesquisa familiar continuativa de 2003, isso já ia para 22%. E, basicamente, é o salário-mínimo o que explica essa continuidade da preservação do poder de compra dos direitos sociais na renda familiar. Porque nesse mesmo período, enquanto a renda familiar está sendo, de certa forma, sustentada pelos benefícios da seguridade, calcados no salário-mínimo ou não, mas fortemente; a renda do trabalho está caindo, não é? Então, o salário-mínimo, como salva guarda da renda do trabalho, ele só consegue ser eficaz quando o mercado de trabalho está em expansão. *Mas o período que eu citei aqui, o período de 91 até 2003 é um período de* forte de desemprego aberto. Então, mesmo, digamos, quando ele é eficaz no setor formal com altas taxas de desemprego o salário-mínimo fica pouco representativo do ponto de vista da defesa da renda familiar. Bom, um outro aspecto importante do salário-mínimo que eu acho que antes de entrar na questão do, dos níveis de reajuste é o caráter nacional do salário-mínimo, também estabelecido por dispositivo constitucional. Então o caráter nacional do salário-mínimo libera a força de trabalho daquela chamada ilusão monetária que tinha no sistema anterior, que era o sujeito olhar para o salário-mínimo de São Bernardo e olhar para o salário-mínimo do Piauí. Então ele achava que por ganhar quatrocentos, quinhentos, seiscentos reais em São Bernardo, ele ia ter uma grande remuneração, só que o custo de reprodução, o custo de vida nas regiões metropolitanas é extremamente alto e, na realidade, isso provocava migrações completamente equivocadas, não é? Então a idéia da unificação do salário-mínimo me pareceu, do ponto de vista distributivo-regional, um avanço significativo como o foi também a vinculação do salário-mínimo aos direitos sociais. O terceiro *aspecto do salário-mínimo, aqui já pouco me apressando para ser disciplinado com o* tempo, é a questão do reajuste, não é? A política de reajuste permanente. Então aqui nós vamos ter que dar algumas notícias boas, outras notícias não tão boas assim ,do ponto de vista do que é desejável. Do que é desejável, evidentemente, uma elevação mais significativa do poder de compra do salário-mínimo é desejável por todos, até pela disparidade do salário-mínimo brasileiro em relação aos níveis internacionais. Agora, até porque o salário-mínimo está vinculado ao, com o piso, aos benefícios da seguridade social, nós temos um limitante sério aí. Só para dar uma idéia. Hoje, no orçamento de 2006, nós temos benefícios de previdência e assistência social na faixa dos cento, não me lembro completamente, cento e cinqüenta bilhões, é o orçamento do sistema INSS para o exercício corrente. Dessa proporção nós temos algo como 38% dessa despesa, é uma despesa vinculada a benefícios de salário-mínimo, são mais de quinze milhões de benefícios de salário-mínimo. Então, cada 10% de incremento do salário-mínimo ela impacta a despesa previdenciária e assistencial do INSS em 3.8%. Então se você der 10% de incremento real no salário-mínimo, o incremento nos benefícios do INSS é de 3,8%. Não é? Então, dada a *magnitude dos recursos que estão comprometidos com a* seguridade social, o grau de liberdade que se tem para praticar uma política de longo prazo, no sentido de reajuste mais forte do salário-mínimo é limitado. É limitado, mas não é inexistente, vejam bem. É possível, dentro de uma determinada engenharia fiscal, previdenciária, financeira de equilíbrio, praticar uma política de longo prazo, de reajuste do salário-mínimo seguindo a taxa de crescimento do produto interno bruto da economia sem que isso provoque os chamados tensões deficitárias explosivas, etc. Que certa

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 476
DOC:

mídia gosta de usar como argumento para zerar qualquer melhoria na distribuição de renda. É possível reajustar o salário-mínimo a longo prazo seguindo uma trajetória de crescimento do produto interno bruto da economia, sem aumentar as necessidades de financiamento do setor previdenciário. Evidentemente que isso tem algumas, algumas explicações do porquê. Nós estamos, atualmente, numa fase em que, numa fase demográfica, não é, em que é muito favorável pela alta taxa de população em idade ativa que nós temos no conjunto da população, isso torna muito favorável uma expansão econômica se transformar numa expansão de incorporação ao sistema previdenciário. Portanto, crescer a economia significa crescer o emprego formal, a filiação e o INSS. Portanto, o crescimento da economia traz também aumento de arrecadação para o sistema. E, por outro lado, o sistema INSS conta com uma, uma pletora muito grande de créditos públicos, os chamados créditos da dívida ativa, que cada vez que a economia cresce esses créditos são liquidados e, portanto melhora a situação fiscal do sistema. Então, traduzindo em um economês simples: A uma taxa de crescimento de 5% da economia, a receita previdenciária, ela cresce o dobro. A elasticidade é dois. E a receita dos demais fontes da seguridade social. Então a receita do orçamento da seguridade social, ela tem uma elasticidade dois, em relação ao PIB, portanto, um PIB crescendo numa trajetória razoável, 5, 4, 5, 6%, o sistema pode ser adimplente com a política de reajuste do salário-mínimo no nível do crescimento do produto. E, portanto, num prazo razoável, que não é imediato, mas num prazo em torno de dez anos ou dependendo da taxa de crescimento do PIB que nós tenhamos, nós podemos dobrar o poder de compra do salário-mínimo, não é? Com essa política contínua, todo o ano. Evidentemente que há aqueles que defendem uma política mais agressiva, não é? Uma política mais agressiva, ela pode ser praticada um ano, mas depois você tem que, o sistema de *stop and go*. Então eu não propugno por política tão agressiva, porque a gente termina despejando no salário-mínimo uma responsabilidade infinita por resolver os problemas distributivos, quando ele tem uma responsabilidade limitada no mercado de trabalho e nos direitos sociais. Então, concluindo, eu diria que do ponto de vista de critérios de uma política de reajuste do salário-mínimo, o primeiro critério básico é o seguinte: Continuar a vinculação aos direitos sociais. Isso é essencial para a gente, se não melhorar, pelo menos não piorar a distribuição de renda do país. Desvincular salário-mínimo significa voltar a regra do regime militar que qualquer burocrata de plantão fazia o índice que quisesse para, para os direitos sociais e aposentadoria ficava lá embaixo, não é? Em segundo lugar, manter o caráter nacional do salário-mínimo. Isso do ponto de vista de equilíbrios regionais é essencial. A renda da previdência, principalmente da previdência rural cumpre um papel regional importantíssimo, no sentido de distribuição não só setorial, mas regional da renda. Em terceiro lugar, uma política de reajuste que siga uma trajetória de crescimento do produto interno bruto, evidentemente, com o pressuposto de que o produto interno bruto saia do patamar de estagnação que vem se tomando, digamos, cativo há mais de vinte anos e que nós entremos numa trajetória de crescimento minimamente sustentável, não é? Bom, eu acho que cumpri os meus quinze minutos e dei o meu recado. Obrigado.

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Cumpriu bem o tempo, e de forma eficiente e objetiva.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 477
DOC:

SR. GUILHERME COSTA DELGADO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria agora de convidar os dois, a Dra. Márcia e Dr. Guilherme poderão voltar ao seu lugar anterior e agradecemos a participação e vamos aqui aguardar alguns debates. E nós convidamos o Dr. Samuel Pessoa, que representa aqui a nossa querida FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Logo após a palavra do Dr. Samuel Pessoa nós já vamos abrir o debate para os srs. deputados e senadores aqui, deputadas também e senadores aqui presentes. Esse é o último. Dr. Samuel Pessoa, com a palavra.

SR. SAMUEL PESSOA: Obrigado a todos pelo convite. Eu recebi uma convocação e não tive nenhum contato telefônico com pessoa dessa comissão, então não sei exatamente qual era a demanda que havia com relação a minha participação aqui. Pelo título da comissão, eu imaginei que era alguns subsídios para pensar políticas de elevação do mínimo, não é exatamente a minha área de trabalho, mas eu acho que posso tentar dar uma colaboração. Eu preparei uma apresentação. O que eu acho que vou tentar fazer é tentar olhar um ponto de vista diferente do que a gente tem feito. Quer dizer, vou tentar olhar o Brasil um pouco no mundo e tentar ver, se a gente pode usar isto como um parâmetro para a política de elevação de salário-mínimo. Vamos para o próximo? Quer dizer, do ponto de vista da teoria econômica, o salário de um trabalhador é determinado pela produtividade do trabalho. E o salário-mínimo, a política de elevação do salário-mínimo não tem capacidade de atuar esse fator. Quer dizer, que em última instância o fator que determina os salários da economia. Quer dizer, os salários da economia a gente sabe hoje que eles essencialmente dependem da escolaridade da população, do grau de capitalização, da relação capital/produto daquela economia e da tecnologia empregada e da organização do local de trabalho. Essencialmente é isso que vai condicionar o, a evolução da renda de longo prazo de uma economia. Nesse sentido, a fixação do mínimo faz parte de um compromisso que é bem comum em economia, que é o compromisso entre eficiência econômica e melhora da distribuição de renda. Evidentemente, eficiência econômica não é o único critério que a gente tem que ter para a escolha das políticas públicas, o critério distributivo também é um critério muito relevante e importante, deve ser adotado. Próximo, por favor! Um dos problemas que nós estamos tendo com relação à fixação de salário-mínimo, como foi mencionado na apresentação que me sucedeu, nas últimas décadas têm sido décadas de baixo crescimento. Então, se nós observarmos como tem andado a evolução da produtividade do Brasil. O próximo, por favor! é que eu construí um gráfico e vocês vão, os senhores vão me desculpas é... No eixo X tem duas escalas, a primeira escala anual que começa em 1950 e vai até 1990. Depois eu passei a usar os dados trimestrais e as contas nacionais do IBGE. Então o eixo X tem um tempo, no eixo Y tem a produtividade, a minha medida de produtividade tem o nome técnico, produtividade total dos fatores para a economia brasileira. O que a gente vê? A gente vê que ela sobe muito dos anos 50 até meados dos anos 70, depois, a partir dos anos 80 ela cai muito e ela tem, alguns ciclos, ela tem ficado mais ou menos estagnada com uma boa notícia que, recentemente, ela tem persistentemente subido. Mas, o fato do gráfico na parte à direita dele, mais recente ter estado tão horizontal mostra primeiro que, do ponto de vista da produtividade nós andamos para traz em relação ao que nós éramos na década de 70, e isso explica um pouco das enormes dificuldades que nós estamos tendo para aumentar, em termos reais, o salário-mínimo sem ter um impacto muito grande sobre as

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 178
DOC:

contas públicas. Próximo, por favor! E aí a gente vai direto, acho que é o maior problema *hoje* do salário-mínimo, que é o impacto que o salário-mínimo tem nas contas públicas, foi mencionado na última exposição, dos vinte e quatro milhões de beneficiários do sistema de previdência, quinze milhões mais ou menos estão indexados ao mínimo. Então cada real de aumento no mínimo produz um impacto muito grande nas contas públicas. Por exemplo, esses cinqüenta reais de aumento que vai ser dado esse ano, vai ter um impacto nas contas públicas de aproximadamente dez bilhões de reais, que é alguma coisa próxima de meio por cento do PIB que é aproximadamente todo o investimento da União no ano passado. Então, esse é um problema dramático que não tem solução simples. Quer dizer, se nós quisermos manter uma política de ganhos reais muito acentuados para o salário-mínimo, eu não vejo uma outra saída a não ser uma certa desvinculação. Pode passar duas, por favor. Tá, mais uma, acho que eu-- então, qual a evidência empírica que a gente tem? Eu consegui esse gráfico foi produzido pelo professor Hélio Zylbersztajn da USP, que dá uma idéia de como é o Brasil do ponto de vista dos gastos previdenciários. Então no eixo do X, nós temos a fração da população brasileira com idade acima de sessenta e cinco anos. Aliás, brasileira não, a fração da população dos diversos países, cada ponto nesse gráfico é um país diferente. Então tem um monte de países aí, inclusive o Brasil. O Brasil é aquele ponto bem grande, aquele quadrado maior. Então, no eixo X, o professor Hélio Zylbersztajn, representou a fração da população do respectivo país com idade acima de sessenta e cinco anos, e no eixo Y, está representado os gastos como fração do PIB com aposentadorias, pensões, seguridade social em geral. A gente vê que o Brasil, ele está muito fora da norma mundial. Quer dizer, o Brasil tem alguma coisa como 5; 6% da população acima de sessenta e cinco anos e ele está gastando 12%, que é aproximadamente gastos de quem tem 15% da população acima de sessenta e cinco anos. Ou seja, tem uma evidência forte que o montante que a sociedade brasileira investe em aposentadorias e pensões é muito maior do que a norma mundial. Nós poderíamos chamar que a norma mundial é dada por essa reta, que foi ajustada por um processo estatístico, um processo econométrico. Então existe um problema que é: Nós estamos gastando um volume de recursos, em comparação internacional, muito mais alto do que a norma com aposentadorias. E cada vez que nós aumentamos o mínimo, além do crescimento do PIB real, a gente faz com que essa, esse desajuste que a nossa economia tem em relação à norma mundial se acentue. Próximo, por favor! Então eu acho que sem pensar a desvinculação, e aí na, se nós desvincularmos eu acharia que os outros benefícios deveriam ser vinculados a algum índice de preço da terceira idade, alguma coisa dessa natureza. Eu acho que nós podemos pensar em continuar uma política de aumento real de salário-mínimo. Mas antes de desvincular, acho que pelos, pela evidência que eu tentei mostrar aqui para os senhores, eu acho que é muito difícil a gente continuar, dado os problemas fiscais que a gente observa, nós continuarmos com uma política de ganhos maiores, de aumentos significativamente maiores, aumentos reais para o salário-mínimo. Bem, aí, resolvendo esse problema fiscal, volta aquele velho debate de eficiência econômica e redistribuição de renda. Qual o critério? De quanto deve ser o aumento? O próximo, por favor! Quer dizer, tem toda uma literatura dos meus colegas que trabalham na área de Economia do Trabalho, me ocorre Marcelo Neri, meu colega lá na Fundação, Ricardo Paes de Barros e Miguel Volga do IPEA e tantos outros, que tentam estudar esse compromisso que há entre redução da eficiência econômica, geralmente medido pelo impacto de aumento do salário-mínimo sobre o

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 4109
DOC:

desemprego e melhora da distribuição de renda, o objetivo redistributivo que o salário-mínimo atende. O próximo, por favor. Quer dizer, a evidência que a gente tem, eu estou me reportando a um trabalho mais recente do Ricardo Paes de Barros é que as políticas de elevação do salário-mínimo, elas são muito menos eficientes do que outras políticas existentes, Salário-Família e Bolsa-Família para a redução da pobreza e da extrema pobreza, bem como para melhorar a distribuição de renda. Quer dizer, para atender o objetivo redistributivo e também o objetivo de redução da pobreza, elevações do salário-mínimo não parecem ser a política mais eficiente. Esses outros dois instrumentos parecem ser muito mais eficientes é isso que todos os estudos que eu conheço apontam. Apesar do salário-mínimo sim, ter um impacto sobre a pobreza, a extrema pobreza e sobre a desigualdade, *mas é impacto muito menor pelo mesmo gasto* do setor público do que esses outros dois programas. Próximo, por favor! Eu vou tentar fazer uma, um exercício um pouco diferente para a gente olhar o problema do salário-mínimo de um outro ponto de vista. É... eu fui naquele endereço, é um endereço da Organização Internacional do Trabalho, fiz a seguinte pergunta: Como que nós estamos, como está o salário-mínimo brasileiro com relação ao salário-mínimo de outras economias? Será que o nosso salário é alto demais, ele é baixo demais? Evidentemente, para fazer essa comparação eu tenho que controlar pela renda per capita, pelo PIB per capita. Evidentemente, uma economia que o PIB per capita é dez vezes maior do que o nosso eu imaginaria que o salário-mínimo fosse dez vezes, tem alguma proporcionalidade. Então eu consegui ter acesso a esses diversos países que estão aí, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Japão, Coréia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Colômbia, Portugal, Espanha, Turquia, Estados Unidos, Uruguai, Brasil. E os dados são para 2004, Brasil eu ajustei para 2006, então são totalmente comparáveis eu não estou defendendo esse número com unhas e dentes porque *eu fiz isso rapidamente num dia. Então é só para a* gente pensar uma outra forma de olhar esse problema, não é, de fora para dentro em vez de olhar de dentro para fora, acho que as duas formas são sempre úteis. E aí o que sai é que, o próximo, por favor! é que parece que com esse último aumento que foi dado nós não estamos longe do que seria uma certa norma mundial, então nesse gráfico, eu representei no eixo X, o PIB, o *log*aritmo, está em *log*, então o *log*aritmo do PIB per capita. Então a gente pode essencialmente dizer o PIB per capita. Então no eixo X está representado o PIB per capita desses diversos países, no eixo Y está o salário-mínimo do respectivo país. Tem uma bolinha vermelha que está quase em cima da reta. Essa bolinha vermelha em cima da reta representa o Brasil. Então, o que sai desse gráfico é que parece que com esse último aumento que foi dado, nós não estamos muito longe da norma mundial. E se isto for verdade, a conclusão que eu teria aqui para deixar aos senhores é que, provavelmente, uma política interessante seria aumentar o salário-mínimo ao mesmo ritmo de aumento do PIB per capita, ou seja, fazer a economia brasileira escorregar ao longo dessa reta. Então conforme a economia vai melhorando, a renda per capita vai aumentando e a gente pode dar aumentos no salário-mínimo, mais ou menos na proporção da evolução do PIB. E por aí, e nesse ponto eu encerro. Muito obrigado a vocês.

[Aplausos].

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): O Deputado Jackson Barreto. Não, é só porque eu queria saber qual, é uma pergunta muito objetiva, só, qual o instrumento,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 4180
DOC:

como é essa medição, é só o valor nominal, o que compra, quais os serviços públicos que são disponibilizados ou o senhor não teve a oportunidade de estudar isso tudo? Só o valor?

SR. SAMUEL PESSOA: Não, Senadora --

[Manifestação fora do microfone].

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Desculpe, viu, Deputado Jackson.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Fique à vontade.

SR. SAMUEL PESSOA: Meu exercício foi super ingênuo, eu só estudei o valor.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Ah, está ótimo.

SR. SAMUEL PESSOA: Eu imaginaria que como eu só estudei o valor, o resultado está super estimado para o Brasil. Por quê? Porque eu sei que no Brasil o salário-mínimo, ele é, de fato aplicado. Ele é o piso salarial, ele não é só um salário legal como era nos anos 40. Quer dizer, quando o salário-mínimo foi criado no Brasil nós sabemos que uma parte muito grande, provavelmente a maior parcela da força de trabalho naquele período, não recebia o salário-mínimo, porque naquele período o Brasil era um país rural e o salário-mínimo não se aplicava ao campo. Hoje não, hoje o salário-mínimo, de fato ele é o piso de remuneração do mercado de trabalho. E, portanto, para o Brasil o salário-mínimo que está no dado, a informação que vem lá da Organização Internacional do Trabalho representa a realidade. Para alguns outros países talvez esse piso não seja adotado, não seja, na linguagem inglesa, não tem *forcement* (F), seja só um piso legal, mas não seja o piso verdadeiro. Então eu diria, do ponto de vista do Brasil, se eu tivesse feito um estudo mais cuidadoso de país por país, eu teria o Brasil mais distante da reta no quadrante em que nós estaríamos com salários-mínimos altos. A outra questão, que eu não fiz, eu estou fazendo aqui uma comparação internacional, a outra questão é se esse salário-mínimo --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Possibilita que se viva?

SR. SAMUEL PESSOA: Ele possibilita que se viva.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Porque eu realmente não viveria com isso.

SR. SAMUEL PESSOA: Quer dizer, a gente tem esse compromisso entre os benefícios e os custos do salário-mínimo. Evidentemente nos benefícios estão esse lado, o que eu tenho em mente quando eu tento olhar um pouco para o mundo? Imagina, a gente está no mundo globalizado, nós estamos entrando em competição com outros mercados produtores como China, ainda que tem outras regras, e se nós tivermos uma institucionalidade muito distinta dos nossos parceiros comerciais, nós corremos o risco de perdermos muito mercado, de termos outros problemas no nosso mercado de trabalho. Então isso é um pouco que eu tenho em mente, Senadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Aberta aqui as inscrições eu passo a palavra agora à nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 2139
DOC:

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDdoB-AM): Senhores convidados, senhora convidada. Eu quero ser, Sr. Presidente, procurar ser bem sucinta. Mas tem algo que me chamou a atenção nas três exposições, acho que algumas variações de concepções, entretanto, quando se chega o momento de apresentar uma proposta, parece que há, senão um consenso, mas pelo menos uma caminhada sobre o mesmo trilho. Ou seja, todos falaram aqui numa política de recuperação que deva levar em conta o crescimento da economia brasileira. Ou seja, a variação do PIB. Entretanto, o que me, o que senti falta, primeiro que eu não sou estatística, eu tenho uma dificuldade enorme de entender matemática, Sr. Presidente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): [inaudível].

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDdoB-AM): Eu não sou estatística e tenho uma dificuldade enorme, olha, a Senadora disse que então, a Senadora --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Esse que é o pior, porque eu sou, trabalhei com isso a vida toda em planejamento de serviços públicos, e se mexe com os dados e com a matemática e com a estatística do jeito que se quer, Vanessa.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDdoB-AM): Pois é.

[risos]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Então, compartilhamos a...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDdoB-AM): Aí eu fico mais satisfeita comigo mesmo, não sou só eu que também tenho essa dificuldade de entender. Mas uma delas é que eu vi os dados muito frios. Eu sei que ciência exata é um mais um é dois. Mas a questão salarial, não é uma questão exata porque ela tem uma interface inseparável da questão social. Então, eu acho que nós não devemos tratar isso com números simples, secos que não refletem a realidade da necessidade do país, a realidade do trabalhador, a realidade do ser humano. Nós estamos aqui discutindo uma ciência exata, uma matemática, mas que dela depende da sobrevivência de pessoas. Então eu vi, olha, todos os comentários, pelo menos do que eu ouvi, é o seguinte: Não dá para recuperar agora o salário-mínimo, tem que ser a longo prazo. Longo prazo porque nós temos o problema da veiculação. Aí há a maioria dos que defendem que o salário-mínimo continue vinculado, os benefícios da previdência continuem vinculados ao valor do salário-mínimo que já é um grande avanço, na minha opinião. Mas enfim, e que o impacto seria grande e que haveria um tormento. Olha, nós não podemos, por exemplo, discutir política educacional no país como nós não podemos discutir política de saúde sem discutir o país como um todo, sem discutir a própria política econômica do país. Porque essas são opções que a gente faz antes de saber que ônibus pegar. Eu não vou pegar para o Norte ou para o sul sem saber primeiro para onde eu vou, o que é que eu quero com isso. Então, nos debates anteriores que nós tivemos eu achei que foram debates muito mais completos. Debates que abordaram questões brasileiras, questões da economia do nosso país de forma muito mais ampla. Eu, por exemplo, tenho alguns jornais aqui de ontem, de antes de ontem, de hoje, da semana passada que fala muito o seguinte, que os Bancos no país, eles cobram o maior juros do planeta. E nós não estamos falando da taxa SELIC oficial. A taxa SELIC, a taxa oficial de 17,5% é a maior do mundo. Mas fora isso vem os Bancos que cobram quase 45% de taxas. E quanto que eles pagam de tributo? Menos. O governo está, acabou de mandar para cá

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 482
DOC:

uma medida provisória, eu ainda não estudei, não quero falar muito dela, mas a princípio eu tenho antipatia por ela. Porque ela isenta do pagamento de imposto de renda aqueles que vem investir no Brasil. Agora, quem é, e que tipo de investimento, são os investimentos voláteis.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDdoB-AM): Exatamente é o capital volátil porque do jeito que entra hoje ele pode sair amanhã, porque ele não tem qualquer regra de controle, não é não, Deputado Barelli, não tem qualquer regra de controle sobre isso. Ou seja, um pouco na contramão, enquanto a gente defende controle de entrada de capitais, o governo vem, enfim, não quero falar muito disso para não falar muita bobagem. Mas é isso. Eu acho que nós temos o primeiro grande desafio nosso é atrelar o debate sobre salário-mínimo em relação a debate de outras questões da economia brasileira. Semana passada nós tivemos propostas fantásticas aqui vindas de entidades que representam os aposentados brasileiros e de entidades que representam trabalhadores. Uma entidade do fisco, dos auditores fiscais do Brasil que fizeram propostas fantásticas. E quando a gente fala em juro, o que é que nós estamos falando? Será que existe algo que impacta mais a economia brasileira, as finanças públicas do que juros? Alguém pode dizer que o INSS, que a Previdência Social impacta mais a economia brasileira do que os juros? Seria verdade ou um grande equívoco? É óbvio que é um grande equívoco, não preciso nem ser estatística, vamos olhar os números quanto que o Brasil paga de juros e como é que esses juros crescem, como é que a dívida cresce, está aí, pela remuneração. A polêmica agora é que o governo está mudando o perfil da dívida. A dívida atrelada ao câmbio, ela é muito pequena, é quase negativa. O Brasil tem mais credor em moeda estrangeira do que devedor, não é? E tudo está em, sendo remunerado em outros parâmetros, indexado em outros parâmetros como a taxa SELIC. Com taxas nesse patamar, quanto representa? Eu vi aqui um real a mais no salário-mínimo são cento e quantos milhões? Cento e noventa e oito milhões a mais. Portanto, cinqüenta reais de aumento de salário-mínimo são dez bilhões de impacto. E quanto é? Meio ponto percentual de juro, qual é o impacto? É muito maior do que isso. É muito maior do que isso. Então, eu, sinceramente, eu gostaria de ter uma colaboração maior, maior desses Institutos de Pesquisas que eu respeito. Aí foi citado aqui a opinião do Dr. Ricardo Paes de Barros, eu já tive a oportunidade de ouvi-los em algum momento. Eu discordo. Eu não acho que o Bolsa-Família pesa mais, pode até pesar, mas não é mais importante. Não é mais importante para a sociedade brasileira, para a construção da sociedade que nós queremos. A política do Bolsa-Família, a política do próprio Salário-Família . Recente, Senador Paim, o governo caiu nessa, foi querer explicar: Ah, o salário-mínimo não pode ter muito aumento, mas está aqui o Salário-Família quanto foi, mas está aqui a Bolsa-Família que, o Fome Zero que está crescendo. Não é! Eu acho que o princípio é remunerar bem o trabalho. É remunerar bem lá na base. lá na base. Remunerar bem. Então, a colaboração que eu gostaria dessas entidades do IPEA, não ouvi inteira a exposição do IBGE, mas da própria FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, que são entidades, instituições com credibilidade, que fazem pesquisas no país e não apenas pesquisas, formulam, a partir das pesquisas, formulam políticas. Esse é o papel dessas, dessas instituições. Eu gostaria que elas nos ajudassem mais porque nós não temos um consenso pré-formado aqui. Agora nós sabemos de uma coisa, nós temos que sair daqui dessa comissão com uma proposta de recuperação do valor de compra do salário-mínimo. Eu não sei se vai

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 483
DOC:

ser de cinco anos, de dez anos, de quanto for, mas nós temos esse compromisso. Ficar nesse discurso pequeno, caolho, torto, na minha opinião, de só ver uma coisa, é fazer o jogo de quem não defende o aumento de salário no país. Então, eu acho que nós temos que abrir os horizontes. Nós temos que expandir. E a partir daí, é ver como é que faz. Olha, eu, eu falo sempre, hoje eu não vou falar, Senador Paim, do Projeto de Lei que o PCdoB apresentou. Um Projeto de Lei que tem lá uma proposta, tímida ainda, acho que poderia ser até melhor, ser mais significativa... mas uma proposta também que leva em consideração o PIB, mas leva em consideração também a variação da produtividade alcançada no país. Mas nós temos um outro projeto --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE) Deputada.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Que regulamenta, já estou concluindo, que regulamenta as mudanças constitucionais oriundas da PEC das emendas constitucionais 41, 47 tratam ambas da inclusão, no mercado de trabalho, seja das donas de casa ou dos demais trabalhadores. E aí, nós estamos sugerindo, no Projeto de Lei a criação de um novo tributo. E olha que nós somos contra o aumento da carga tributária, mas que tributo é esse novo? É tributar as empresas que contratam serviços terceirizados de mão-de-obra em 2% para a previdência social. Em 2% para a previdência social. Eu acho que nós deveríamos ver isso. A possibilidade, é possível, por exemplo, atrelar ao superávit, porque todo mundo fala que salário-mínimo é pesado, pesado, pesado. Mas pesado não é superávit, eu não vi ninguém falar. Pesado não é juro, eu não, eu estou do lado --

[Manifestação sem uso do microfone]

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDdoB-AM): O Presidente cortou o tempo, por isso, Sr. Presidente, eu quero cortar aqui, eu quero parar aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Exa. pode retomar ao debate.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDdoB-AM): Pois é, exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Tem uma lista de inscrição aqui para respeitar.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDdoB-AM): Exato, quero apenas concluir, fazer um apelo, acho que nós precisamos de uma colaboração maior dessa entidade no sentido de formular uma proposta que ao mesmo tempo que seja viável, ela, ela, ela dê uma ênfase maior à política de reajuste de salário-mínimo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de convidar o Deputado Barelli para assumir a presidência porque temos um compromisso aqui. E temos que estar presentes em outro trabalho aqui da Casa e aproveito a oportunidade para agradecer, como Presidente da comissão, aqui ao lado surpreso, a presença da Dra. Márcia, do Dr. Guilherme e do Dr. Samuel Pessoa. Eu peço desculpas aos senhores para me retirar e passo a palavra ao Deputado Tarcísio Zimmerman.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-S): Obrigado, Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Tarcísio, antes de você começar, como somos somente três os painelistas, se o Barelli assim permitir, que os três passassem

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 484
DOC:

aqui para a Mesa fica melhor para interagirem. Isto. Todos fazem as perguntas, inclusive eu farei também.

SR. DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Vamos esperar eles, dar mais um minuto, como é que é? Agora tem? Bem, cumprimentar aqui a presidência, a Relatoria da comissão. Dizer que acho que a contribuição tanto da Márcia do IBGE quanto do Guilherme e também do Samuel, infelizmente não pude pegar toda a intervenção do Samuel, mas eu acho que esta audiência pública começa a entrar num terreno que para nós é, é muito importante. É essencial inclusive neste debate que é o dimensionamento da real necessidade de, vamos dizer assim, o que seria o mínimo necessário para o salário-mínimo. Acho que especialmente a pesquisa de orçamento familiar traz algumas informações e eu até perguntava antes, fora do microfone à Dra. Márcia e os dados de renda? E os dados de renda familiar? Porque hoje não se tem mais a situação de que só se tenha um membro da família ativo no mercado de trabalho. Em geral nós temos duas, três pessoas que acabam conjuntamente constituindo a renda familiar também, assim como o consumo. Então esse dado aí, eu gostaria que nós pudéssemos ter aí talvez alguma atenção também de parte do IBGE. E eu queria, por outro lado, também questionar um pouco mais aos senhores que são economistas, a Dra. Márcia, sobre o tema de uma estratégia de recuperação do salário-mínimo. Nós, porque é um debate essencialmente político, mas ele não se resolve bem para a sociedade, me parece, só no campo da política. Então, a estratégia, nós temos pressões no sentido e posições que propõem, digamos, dobrar o salário-mínimo de uma hora para a outra, como nós já tivemos num determinado momento da história do nosso país. Nós tivemos uma atitude e eu queria inclusive que os senhores pudessem refletir um pouco sobre as conseqüências desta atitude, desta decisão de, que me parece que foi o Ministro João Goulart que tomou a iniciativa de dobrar o valor do salário-mínimo. A estratégia que tem sido recorrentemente recomendada é uma estratégia mais cautelosa, é uma estratégia que dialogue mais com a incorporação progressiva das defasagens do valor, seja através de mecanismos como o crescimento do PIB, seja através de mecanismos como o crescimento da própria produtividade da economia brasileira, não é, que possam ser elementos que balizassem uma estratégia de maior... Mas eu queria que, eu queria um pouco isto, que nós pudéssemos ter aí, com todos os riscos que isso representa, um comentário sobre estas que parecem ser estratégias, como tem também setores que simplesmente defendem que o salário-mínimo não tem importância alguma, do ponto de vista seja do desenvolvimento nacional seja do ponto de vista da, ou que teria uma importância muito restrita, muito pequena, seja do ponto de vista da distribuição de renda, seja do ponto de vista do desenvolvimento. Então eu queria que nós pudéssemos aprofundar um pouco o debate. Primeiro sobre esse tema da, da renda, não é? Como é que se compõe hoje a renda familiar nos, nos grupos familiares brasileiros? E, segundo, um pouco sobre essas estratégias de recuperação do poder de compra do salário-mínimo. Uma estratégia, digamos, mais de impacto, do tipo: Vamos dobrar! Não é? Vamos tomar esta, não é? Ou então uma estratégia mais gradualista: Vamos crescendo progressivamente? Quais seriam os impactos disso do ponto de vista econômico, macroeconômico e tal?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Quero chamar então agora a Dra. Clair.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 485
DOC:

Deputada DRA. CLAIR: Queria cumprimentar a presidência, a relatoria, os nossos convidados. Senadores. Deputados. deputadas. E dizer que nós temos aí uma pergunta que nós, que eu acho que toda a população faz é como crescer e como distribuir a renda, não é? Eu acho que nós teríamos que responder a essa questão. O que é que impede realmente o crescimento econômico e social do nosso país? E aí eu me filio aí as ponderações aqui trazidas pela Deputada Vanessa Grazziotin que nós, são indagações que nós fazemos, o que é que realmente impede o desenvolvimento? Será o pagamento dos juros, a alta taxa de juros? A carga tributária existente? Enfim, quais são os problemas que afetam e que reduzem a nossa perspectiva de desenvolvimento? O nosso país é rico. maravilhoso e, no entanto, nós tivemos um crescimento pífio de 2,5%, menor do que a média da América Latina. Então, a pergunta que eu deixo aí aos nossos convidados, como crescer, o que impede o nosso crescimento? E o que impede a nossa distribuição de renda? E há uma outra questão aqui que eu também fiquei bem... Assim, acho que houve contradições entre os nossos conferencistas porque a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS diz o seguinte: Que para resolver a pobreza o Bolsa-Família e o Salário-Família são políticas de melhor alcance para a redução da pobreza. Mas aí eu fico pensando assim, um trabalhador que seja registrado, que receba um salário-mínimo, ele vai pagar, ele vai receber um salário, vai pagar imposto de renda, vai pagar o município, enfim, a contratação daquele trabalhador, ele vai gerar uma série de impostos na sociedade, não é? Que vão dinamizar a economia e tudo o mais. E daí eu fico questionando realmente se essa, essa afirmação, porque o Bolsa-Família e o Salário-Família apenas são recursos que são concedidos pela União, pelo Estado Brasileiro, não é? E não geram daí outros impostos. Então, é uma pergunta que eu deixo assim, uma indagação. Uma outra questão é, que eu gostaria de saber dos senhores, é qual o impacto da elevação do salário-mínimo sobre a arrecadação dos impostos em relação ao crescimento do PIB? Porque eu entendo que se nós temos uma massa salarial no nosso país, não é, em relação ao PIB, *logi*camente essa massa salarial, ela arrecada, ela dinamiza a economia, arrecada impostos, não é. Então nós temos como avaliar qual é o impacto do salário-mínimo, de uma elevação, vamos dizer, de cinqüenta reais. Foi feito aqui um impacto do salário-mínimo sobre os gastos públicos. Mas quanto esse impacto resultaria, na... Na elevação, na arrecadação dos impostos em relação ao crescimento do PIB? Então, é uma pergunta que eu deixo. E uma outra pergunta que é uma indagação que eu faria também à Dra. Márcia, porque aqui, pelos dados, cheguei meio atrasada, peço desculpas. Mas aí ela levanta assim é... Todos os brasileiros de todas as faixas ali de recepção de renda, estariam recebendo as calorias necessárias dentro dos limites de, dentro dos limites estipulados aí pelos organismos internacionais, mas eu pergunto assim: E os nossos miseráveis estão dentro dessas, dentro desse patamar? Quantos são os brasileiros que não, não conseguem, não estariam, não estariam recebendo esse patamar necessário de calorias? Ou, V.Sa. só colocou esse quadro em relação aos trabalhadores formalmente contratados? Eu sei que nós temos uma massa de salário aí, uma massa de pessoas, de milhões de pessoas que recebem o Bolsa-Família com setenta e dois reais por mês. Será que essas pessoas estariam recebendo o mesmo nível de calorias, ou o patamar de calorias suficiente? Não entendi esse quadro, gostaria de--

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 486
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Não está funcionando aquele sinal, então estou dando o sinal verbal, pode terminar o seu pensamento.

Deputada DRA. CLAIR: E a outra questão é em relação a pesquisa do PNAD que foi assim, agora recentemente divulgada, e eu pergunto ao IPEA, em que há um questionamento muito grande em relação a essa pesquisa, e se realmente houve uma redução da pobreza em nosso Brasil ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Bem, Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Bom, primeiro, cumprimentar os parlamentares e o Deputado Barelli, se puder um pouquinho antes me avisar do meu tempo eu prefiro, se for possível. Bom, primeiro agradecer a importante colaboração dos convidados. Claro que a colaboração técnica ao ser dada ela traz para si concepções ideológicas, programáticas, visão de mundo. Isso é absolutamente saudável até que exista. E quando eu brincava com a Deputada Vanessa dizendo que eu também mexo com a área de estatística no planejamento de serviços públicos, ainda na minha vida, no meu trabalho outro da Universidade, mas é evidente que a gente sabe que as frias estatísticas oficiais escondem histórias de vidas que estão sendo destruídas. E a gente sabe também que opções técnicas, matemáticas, fiscais, administrativas, orçamentárias, financeiras, elas são motivadas por uma visão. Uma concepção econômica, uma visão de mundo, uma concepção da inserção que o Brasil deve ter ou qualquer país na chamada globalização capitalista. Então é absolutamente legítimo e natural que as exposições tragam, por mais que a gente se esforce para dar aparentemente um balanço técnico distanciado dessas concepções, mas é absolutamente saudável que isso aconteça. Eu lembro uma vez quando ainda estava num partido que eu militei há muito tempo e eu tinha tido uma briga muito grande com o Ministro Malan, certamente hoje ele ri muito das brigas que eu tive, porque o atual governo aprofunda o projeto neoliberal certamente igual a eles.

[Soa a campainha].

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Mas eu dizia, naquela época, que quando eu brigava muito com o Ministro Malan, eu me lembro que o nosso querido Senador Lauro Campos, que era um marxista convicto ele dizia: "Mas Heloísa, ele fala isso porque ele acredita nisso que ele está falando!". Portanto, eu respeito muito as concepções que foram apresentadas. Agora, eu acho que o que a gente tem que discutir, e é por isso, convidados, que existe uma preocupação muito grande, não é meramente pelo componente político que essa Casa tem. Claro que a gente sabe que às vezes o componente político, ele influência muito no processo eleitoral, não é? Um componente que beira farsas técnicas e fraudes políticas. Eu sei muito isso. Mas tenho certeza que o interesse e a motivação dessa comissão não é esse. É tentar apresentar uma alternativa concreta para a sociedade. E aí, é claro que eu lembro há pouquíssimo tempo atrás na minha vida política, porque eu sempre tento me colocar no lugar do outro antes de falar ou me colocar no lugar do outro antes de defender uma proposta que eu possa entender como concreta, ágil e eficaz, mas não necessariamente eu poderia viver com ela. Claro que algum tempo atrás aqui já no Congresso Nacional, portanto não se

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 487
DOC:

trata de 1800, não é, eu estou no oitavo ano de mandato, nós reivindicávamos muito, sabe o Senador Paim, o Deputado Barelli que nós na época também oposição, eu não porque é quase um destino ou uma sina viver na oposição. Mas na oposição ou no governo, ora nós reivindicávamos o salário-mínimo que cumpriria a ordem jurídica vigente, a Constituição, portanto o salário-mínimo DIEESE, ora, como na campanha eleitoral do Presidente Lula, que ele se comprometeu a dobrar o poder de compra do salário-mínimo, o que iria para quinhentos e setenta reais e lá, naquela época, ninguém falou de nenhum problema que tenha acontecido em outros governos ou na história do país. Então, como eu sempre defendi posições não por ser parte de farsas técnicas ou fraudes políticas, eu sempre defendi concepções que eu posso, alguém pode, pelo argumento, destruí-las, alguém pode, pelo argumento, desestruturar completamente. Mas em nenhum momento eu defendi algo que eu não acreditasse. Quando dizia eu acreditava que era exatamente isso e que nao era uma farsa, nao era demagogia eleitoralista e vigarice política. Portanto, eu defendi sempre e é por isso que eu defendo inclusive a proposta de quinhentos e setenta reais e que dobre o poder de compra do salário-mínimo. Por quê? Porque eu não acho, dentro da lógica formal, do que pode ser até considerada a lógica mais neutra e cretina que se possa haver, que é normal, que é natural –

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Para encerrar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Tá, que é normal e que é natural se comprometer 80%, se eu ganhasse quatrocentos reais, e o salário-mínimo não vai para quatrocentos reais, como foi apresentado pela Dra. Márcia no POF. Eu comprometer 80% com alimentação, transporte e habitação. E a gente sabe exatamente o que é isso! Todo mundo sabe o que é que passa a grande maioria das famílias brasileiras. Elas inclusive, preferem caminhar dois quilômetros para não ter que aumentar ou gastar um vale transporte, ou aumentar no seu orçamento doméstico. Não entraram aqui as tarifas, não entrou o que se gasta de educação, porque o poder público não necessariamente disponibiliza, como nós fizemos um debate uma vez aqui com o Senador Cristovam todas as alternativas de educação, não se entrou na saúde. Muitas famílias, muitas famílias pobres que se comparado com os nossos salários poderiam ser considerados miseráveis, elas têm um pequeno planinho de saúde, ridículo, mas ela tem um pequeno plano de saúde porque ela morre de medo de na hora da dor do parto, da doença crônico degenerativa do idoso, da febre do filho, ela não ter para onde demandar. Eu que sou uma pessoa absolutamente simples no vestuário, como é que se compromete 80% da coisa, e não tem vestuário, não tem medicamento, não tem lazer, não tem tarifas. Então, eu acho que essas coisas, elas são importantes que sejam pensadas. Do mesmo jeito, olha, as pessoas falam muito da, do que às vezes eu falo de forma irônica da verborragia neoliberal, viu, Dr. Samuel. Mas, os problemas fiscais. Aí a gente vai ter concepções diferentes dos problemas fiscais. Eu não acho que essa é de política de responsabilidade fiscal, eu não acho. Alguém pode achar, pode ser um homem de bom coração, pode ser uma boa honesta intelectualmente dizer que essa é de política de responsabilidade fiscal. Eu acho que é de irresponsabilidade fiscal, irresponsabilidade social, irresponsabilidade administrativa. Um orçamento que você discursa para a sociedade, nós aqui que fazemos garimpagem orçamentária, sabe a Senadora Lúcia Vânia que fica lá gritando, brigando para poder ter uma migalha para o Peti , eu para a Educação infantil, para a Saúde. Você fala um

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 488
DOC:

trilhão, seiscentos e setenta milhões, brinca com a sociedade dizendo que está mexendo em orçamento, oitocentos e quarenta milhões são intocáveis só para a rolagem de dívida?! Como eu não posso aceitar que se fale em problema fiscal da previdência pública, da seguridade social. Não aceito! Tirem as patas do dinheiro da seguridade social! O governo que tem que tirar! Eu não aceito que se tire mais de 25% da seguridade social, da previdência, da assistência social, da saúde, e depois vá dizer que tem déficit. Portanto, não pode aumentar o salário-mínimo porque aumenta o piso para a assistência social e porque vai aumentar o impacto nas contas públicas em relação à aposentadoria, alto lá! Nós estamos brigando no FUNDEB para tirar da educação porque tiram de tudo. Como eles tiram lá em cima na arrecadação, então ele tira da educação, da saúde, da segurança pública, da assistência social, do transporte, do saneamento. Então fica muito difícil para que a gente aceite esse tipo de política se escorando no problema fiscal. Não! Nos escoremos no problema econômico, orçamentário, financeiro, fiscal. Agora, tem que tomar posições. Não dá para fazer. Outra coisa, a Deputada Nair estava falando inclusive sobre isso. Eu acho que tem uma coisa que é importante, aumentar o salário-mínimo potencializa a dinamização da economia local? Tirando a visão fiscal porque eu não aceito a visão fiscal como desculpa. Tudo bem, alguém pode dizer: Oh, mas é essencial. Tem que ter a desvinculação de receita da União, tem que ter a DRU, é essencial para compor o superávit. Enquanto desonera o setor, aumenta a carga tributária no setor produtivo e no assalariado uma brutal transferência de renda do assalariado e do setor produtivo para a política da especulação. Agora piorando mais ainda as duas últimas propostas, inclusive aumentando a vulnerabilidade externa do Brasil, potencializando que os dólares da exportação, ao invés de garantirem o equilíbrio nosso demandem pelo mesmo caminho do setor especulativo, então nós temos que responder isso. O aumento do salário-mínimo, ou na assistência social, o aumento do salário-mínimo, ele dinamiza a economia local? Ele gera emprego, gera renda? Aumenta a arrecadação? O impacto que isso tem no meu Nordeste, o impacto do salário-mínimo é maior, o comércio funciona, a vida do nordeste funciona com a minúscula e terrível aposentadoria, mas tem mais impacto na vida das cidades, sentido, não é só demonstrado estatisticamente, sentido. Se você perguntar qualquer bodegueiro, padeiro, dono de comércio, ele vai dizer: "Eu sei quando o INSS pagou! Eu sei quando o aposentado pagou muito mais do que as parcelas do fundo de participação do município". Então o que temos que discutir é isso. Dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda? Porque esse debate do gradualismo, eu nem vou dizer o que compra com esse salário-mínimo, dos trezentos e setenta reais, para eu não lembrar aquela história que eu ainda era piveta, criancinha, mas falava lá da história do Pasquim perguntando ao Ministro da Economia sobre o que comprava o salário-mínimo. Então quando eu achar, quando eu achar que posso viver, eu e meus filhos, quando eu achar que posso viver comendo um pãozinho francês bem pequenininho, porque eu não vou recordar a minha infância para justificar a miséria hoje. Passou, passou. Eu não quero que meus filhos tenham a infância que eu tive. Eu não quero que as crianças de hoje tenham a infância que eu tive, de pobreza, de sofrimento, não quero. Então eu tenho que pensar assim: Eu posso viver com três cafezinhos o dia? Porque é isso que dá para pagar o salário-mínimo. Três cafezinhos ao dia e três pãezinhos, e dois dos quatro membros da família poderão tomar quatro cafezinhos, cafezinhos, desse aqui ao dia e um pãozinho francês daquele pequenininho. Entendeu? Então é nesse sentido que eu faço, desculpe o exagerado entusiasmo, mas

ADIN nº 3090/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 1420
DOC:

é porque realmente isso debate da responsabilidade fiscal, social, administrativa, isso realmente nos obriga a ter uma, uma discussão diferenciada. E é nesse sentido que eu solicito a colaboração de todos os palestrantes sobre o impacto do aumento do salário-mínimo ou do aumento da assistência social na dinamização da economia local, na geração de emprego, na geração de rendas, no aumento da arrecadação, naquilo que pode significar efetivamente novos e melhores dias para a nossa população.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Boa tarde a cada um, senadores, senadoras, demais pessoas. Eu queria, em primeiro lugar, tirar, ver se o Dr. Samuel me atende uma curiosidade. Naquele último quadro tem dois países que se destacam muito, um para cima e outro para baixo. Um cujo salário-mínimo, ou seja, a relação dos logaritmos está bem acima da média e outro está bem abaixo. O senhor sabe quais são os dois países? Não, não é?

SR. SAMUEL PESSOA: O de cima eu não sei.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O de baixo é China.

SR. SAMUEL PESSOA: Mas eu, com certeza, posso lhe enviar, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para ver qual é o milagre de conseguir isso. Agora entrando nas colocações, eu quero insistir que o papel dessa comissão deveria não ser apenas ter uma política, Senador Paim, para aumentar o salário-mínimo, mas ter uma política para que ninguém fique excluído do salário-mínimo. Porque a gente esquece que há milhões que nem salário-mínimo têm. Nesse sentido é que eu acho o estudo do Paes de Barros e de outros, em que eles olham a pobreza não apenas de quem ganham o salário-mínimo, mas também daqueles que não têm salário, zero. Eu acho que deve ser também uma tarefa dessa comissão. Porque senão a gente está defendendo a parcela pobre que já tem salário e ignorando milhões de pobres que nem salário têm. Não adianta aumentar o salário-mínimo para resolver a pobreza se a gente não inclui todos, no universo dos que recebem pelo menos o salário-mínimo. E eu não tenho escutado isso aqui nas falas. O segundo, é uma colocação e depois eu pergunto. Eu creio que também não está trabalhando o salário-mínimo indireto que às vezes pode elevar ainda mais o bem-estar do trabalhador, como investimentos na educação, na saúde, creches públicas, transporte público de qualidade a preços subsidiados, baixos. A tarifa zero --

[Soa a campainha].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A tarifa zero, que quando a Prefeita Erundina uma vez falou, escandalizou o Brasil, teria um impacto maior do que o aumento do salário-mínimo. A educação de qualidade para os filhos de todos os brasileiros tem um impacto muito maior sobre o salário-mínimo no médio prazo, do que o aumento do valor nominal da renda que vem do salário-mínimo. Ou seja, eu gostaria de insistir que a gente trabalhe também à parte do salário-mínimo que não vem no contracheque do trabalhador. Porque eu creio que se a gente esquecer isso nós não vamos atender plenamente. A Senadora Heloísa Helena lembrou que são três cafezinhos por pessoa. Mas se a gente aumentar 100% passa a ser seis cafezinhos.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 490
DOC:

Não muda. Muito bem, Senadora, eu não tenho dúvida que é um salto para quem tem três, mas é irrisório do ponto de vista da qualidade de vida ainda. A gente não pode pensar só de que é melhor uma esmola de um real do que de dois. Eu não estou contra isso –

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não, se é alguém que não gosta da política de esmola sou eu.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, muito bem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Até porque lembro de muitas coisas na minha vida.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Se é alguém que não gosta da política de esmola, ou institucionalizada ou formalizada com nomes mais bonitos, realmente sou eu, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E eu tenho certeza disso, por isso que eu acho que estou de acordo com a sua, quando apresentou a idéia da creche pública, que há uma parcela do bem-estar, da qualidade da população que tem que vir além do salário-mínimo. Eu sou favorável a aumentar de três para seis cafezinhos, mas eu sou favorável que, além disso, se pague bem aos professores dos filhos dessa população, que se garanta que a merenda dessas crianças é de qualidade, que o horário vai ser integral para essas crianças, porque é a única maneira da gente ter mais adiante um salário-mínimo sem essas amarras que a gente tem não das estatísticas, mas da aritmética, muitas vezes. Então eu quero insistir que além de buscar universalizar o salário-mínimo é preciso ampliar o conceito para além da folha de pagamentos. Ou seja, faz parte sim do papel dessa comissão discutir os investimentos sociais. Agora, finalmente, eu tenho uma pergunta ao Dr. Samuel, porque lamentavelmente não assisti as anteriores. É quando ele, o senhor falou, o Sr. Samuel, que o Brasil de fato é uma posição muito terrível no seu primeiro desenho, a posição do Brasil na relação de quanto se gasta per capita com os que têm mais de 65 anos. Mas eu gostaria de saber quanto é que esses que têm mais de 65 anos pagaram a previdência ao longo da vida. Ou seja, comparar o Brasil com outros países. A contribuição previdenciária aqui é compatível com aquele aumento dos benefícios ou não? Porque eu não tenho informação, realmente é uma pergunta de quem não está sabendo. Porque se de fato a contribuição for maior é até natural, embora não muito inteligente, que os benefícios sejam maiores. E, finalmente, é uma constatação que aquela comparação salário-mínimo pelo PIB, ela não basta do ponto de vista social no Brasil por causa da concentração de renda. Se a gente pega um país com boa concentração de renda, onde a diferença entre o maior e o menor salário é pequena a proporção salário-mínimo/PIB pode ser até pequena e a qualidade de vida do trabalhador pode ser alta. No caso do Brasil, como a desigualdade é abismal entre o salário maior e o menor, eu nem falo nos juros, nem falo nisso, falo nos próprios salários, como hoje estão tentando fazer com que o Poder Judiciário ganhe menos do que até vinte e cinco mil reais, o que para qualquer europeu é uma surpresa total que haja esse salário no Brasil e americano também. Então, eu creio que aquela informação precisa ser corrigida também levando em conta ou o índice de Deaner(E), ou alguma

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 493
DOC:

outra fórmula de tomar em conta a concentração de renda no Brasil. Senão a relação salário-mínimo por PIB per capita não reflete a realidade do ponto de vista social e da justiça no Brasil. Essas são as colocações e as perguntas que eu tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu queria, eu também tinha me inscrito, antes de assumir a presidência, mas vai ser, a minha intervenção vai ser rápida e é funcional em relação aos trabalhos da comissão. No caso do IBGE seria, eu gostaria de saber se essa pesquisa de 2006, que começa então em julho, para ser comparável com a anterior, não é, e se for feita por trimestre termina em outubro, a partir de outubro talvez; se nós poderíamos, a comissão, ter alguma indicação dos resultados zero. Porque nós vamos, nós gostaríamos de terminar os trabalhos este ano e com dados de realidade nós estaríamos muito melhor assegurados daquilo que vamos propor. E ao professor Samuel, eu gostaria de propor uma dúvida, o senhor compara 2004 com 2006 e fala que: Olha, deve ser meio parecido. Mas o salário-mínimo no Brasil, nesse governo, ele aumentou mais justamente em 2005 e 2006. Isso pode dar uma distorção que talvez precisasse ser verificada no seu gráfico, e as conclusões não seriam tão as mesmas que o senhor tomou. Bem. Passar agora para o nosso relator–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois responde tudo em bloco.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Boa tarde a todos. Dra. Márcia ao meu lado, Dr. Guilherme, do IPEA e Samuel da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Eu vou ser muito franco nas minhas posições. Dr. Samuel, eu fiquei preocupado, lhe confesso que fiquei preocupado. Na projeção que o senhor apresenta, a primeira coisa que eu li ali em cima, salário-mínimo não deveria existir. Estava escrito lá e eu li daqui.

[risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Bom, por que preocupado? Eu vou tentar ser rápido. Num país como o nosso onde ainda, infelizmente, é selvagem a luta capital/trabalho nós admitirmos que não tem que ter um parâmetro mínimo para permitir que o trabalhador ganhar 200, 300, 400, 500, não entro no mérito, eu acho que é inadmissível, seria a Lei do cão. Seria jogar os trabalhadores aos leões. Essa é a realidade. E veja bem, não são todos os empresários que pensam assim. Mas nós sabemos que o mundo real é esse. Como a gente fala: O mundo real, lá no chão, é esse. Um país que ainda continua sendo denunciado na OIT com trabalho escravo! Como é a que gente vai não ter nem sequer o salário-mínimo? Um, dois, desvinculação do salário-mínimo dos benefícios é necessário, também me assustou. E vou dizer porque. E quanto aos nomes que o senhor colocou ali, quase todos nós já tivemos debates com eles, todos. E tudo em posição antagônica ao que nós pensamos. Eu acho outro equívoco essa questão também. Como é que eu vou desvincular o benefício mínimo do salário-mínimo? É como se o idoso ou o aposentado e pensionista não tivesse o direito nem sequer de ganhar o salário-mínimo. E alguém poderia dizer: Não, mas se nós fizermos isso vai elevar o salário-mínimo de quem está na ativa. Não é verdadeiro. Por que é que não aumenta os pisos regionais então?! Por que, eu não vou nem falar nos pisos regionais que a Lei em nenhum estado, nenhum não, a não ser Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul nenhum outro estado aplica. Eu vou falar do piso das categorias. O que proíbe o empregador aumentar o piso das categorias? Nada proíbe,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 4093
DOC:

mas não aumenta! Os pisos são irrisórios também. E a referência para os pisos aumentarem ainda acaba sendo o salário-mínimo. Então não há razão nenhuma para desvincular alegando que desvinculando do mísero salário-mínimo vai permitir. Existem números instrumentos legais para que o piso das categorias, os pisos regionais subam, mas não sobe. Tem um dado que o Ministro do Trabalho apresentou aqui que diz o seguinte: "A época que o salário-mínimo foi mais alto no Brasil se pegarmos os últimos vinte anos, vinte anos, não é, foi em 1985", antes da desvinculação, que diziam para nós, e eu fui constituinte, eu repito essa frase de novo: Se desvincular o salário-mínimo vai subir. Foi desvinculado com a carta de 87, 88. Daí o salário-mínimo despenca para baixo, só pode despencar para baixo, não é? Essa foi boa minha, despencar para cima não dá.

[risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Mas é o momento aqui.

[Manifestação fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Não, porque eu fiquei um pouco, até meio que, como é que eu diria, baqueado aqui com essa argumentação. Não distribui renda. Se o salário-mínimo, qualquer economista no debate sabe que o salário-mínimo é o farol da economia, e é isso que muitos não querem. Ele é o farol da economia, eu digo em matéria de distribuição de renda pisos regionais que repercute aí, salário desemprego repercute aí, Salário-Família repercute aí. É difícil nós vermos qual o componente da distribuição de renda que não tem como parâmetro mínimo o que foi dado para o salário-mínimo. Bom, agora não quero nem entrar aqui, eu quero entrar nos dados da OIT que eu me assustei também. V.Exa. disse que o Brasil é um dos países que tem um dos maiores salários, o senhor coloca historicamente, eu tenho aqui dados baseados no PPP, com base no poder de compra, poder de compra. Veja bem, eu tenho aqui do ano, mas naturalmente acompanhou o crescimento, a Argentina quatrocentos e quarenta e três dólares, Bolívia, cento e trinta e seis, Brasil, duzentos e catorze, Chile, trezentos e vinte e um, Colômbia, quatrocentos e dois, Equador, cento e setenta e três, eu não sou dando os centavos aqui, Paraguai, quinhentos e oitenta, Peru, duzentos e cinqüenta e oito, Uruguai, cento e dez, Venezuela duzentos e três. Vamos pegar agora de outros continentes, África do Sul, trezentos e cinqüenta e quatro, Alemanha, um mil quatrocentos e sessenta e cinco, Austrália, um mil e quatrocentos, Canadá mil, China, China, que V.Exa. falou aqui, China duzentos e vinte e sete dólares e cinqüenta. Em matéria de poder de compra, o poder de compra do povo chinês é maior do que o nosso. E o empresariado tem a mania de dizer que a concorrência é desleal porque na China se recebe um salário bem mais aviltante do que o Brasil, não é verdadeiro. Nem vou falar aqui Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, que aí em resumo é tudo acima de mil dólares, Japão, oitocentos e quinze. Vou dar um dado aqui também, México, que até me preocupou, eu achei que fosse mais no México, por isso que eu vejo que tantos mexicanos querem atravessar a fronteira, cento e trinta e um dólares o salário do México. Suécia um mil e duzentos, Suíça mil duzentos e pouco. Mas eu vou um pouquinho além agora. Falo em desvinculação, tem uma tese a desvinculação meio solta por aí. Os benefícios reajustados pela inflação acima do salário-mínimo, não estou nem falando em salário-mínimo. Chile, Colômbia, Venezuela, Peru, Inglaterra, Itália, é pelo custo de vida, reajustados pelo valor do salário-mínimo. Ou seja, o salário-mínimo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 493
DOC:

ganha quinze, Equador e México também recebem benefícios que são reajustados de acordo com quem está na ativa, Uruguai e França. Então, eu acho que nós teríamos que, como, aí na contramão da história. Eu diria, o contrário, nós temos é que vincular sim. Eu, como constituinte, votei contra a desvinculação na época e fiz certo, e se eu pudesse hoje eu vincularia de novo. Ficam essas preocupações no ar. Entendo, eu, que o salário-mínimo é o melhor distribuidor de renda que existe. E é uma referência que a gente não pode desconhecer e tem um dado que eu coloquei outro dia, mas vou deixar para os senhores que aquele, já se falou tanto em PIB aqui. É justo que o PIB, desde *que o salário-mínimo foi criado lá em 42, não é, até hoje, subiu 520% ou 530% e o* salário-mínimo caiu 70%. Teria algum problema em vincularmos o PIB? Eu falo o dobro do PIB, sou franco, eu falo o dobro, dobro porque há todo um passado acumulado que tem que recuperar. Se o salário-mínimo naquela época fosse vinculado só ao PIB, não ao dobro como eu falo hoje, ele tena um crescimento de mais de 500% e tem 70% a menos. Então essas preocupações não têm como a gente não levantar aqui para o debate com os senhores que vão ter direito agora a fazer uso da palavra. Nós gostaríamos muito de construir uma política de recuperação permanente de salário-mínimo, e que não desconsiderasse a situação dos 22 milhões de aposentados e pensionistas, que estão anualmente reduzindo o seu poder de compra. Essa é a última frase que eu vou falar e, veja bem, todo mundo sabe aqui que a minha posição inclusive é muito dura em relação ao salário-mínimo. Tanto que eu votei, se não me engano, contra os primeiros dois anos do governo Lula, porque eu defendia a segunda tese, a seguinte tese, o salário-mínimo poderia ser reajustado conforme a inflação ou o dobro do PIB. Pois bem, se pegarem agora os últimos dois anos, foi mais que o dobro do PIB *e não deu impacto nenhum na economia negativo. Se você pegar a média de 2004 e* 2005, ultrapassou a proposta que eu defendia lá atrás. E a pergunta que eu faço: Deu impacto negativo na economia? A previdência faliu? Aumentou o desemprego porque nos últimos dois anos, se pegar a média, porque esse ano foi mais do que o dobro do PIB e o ano passado foi próximo ao dobro do PIB. Então se nos últimos dois anos foi possível dar o correspondente, eu diria um pouco mais até do que o dobro do PIB, qual é o impacto que deu negativo na economia? Impacto negativo nenhum. Se nós analisarmos é outra história, sim é taxa de juro, claro, é superávit primário é queda do dólar no mercado de exportação, principalmente no Vale do Sino é a questao do desemprego, por exemplo, é um outro debate. Mas daqui a pouco o culpado de qualquer caos na economia vira o salário-mínimo. Pelo contrário, o salário-mínimo para mim ele contribui para reativar a economia e o mercado local, como foi colocado. Encerrei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vamos então dar um tempo para cada participante convidado possa fazer considerações finais, a partir das colocações dos senadores e deputados e desejar pedindo que, se possível, encaminhem o material utilizado nas exposições para o nosso Relator, para que possa constar dos nossos trabalhos. Começar pela Dra. Márcia Maria Mello Kinsler, deve ser assim.

[risos]

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: É a parte mais difícil, não é? Bom, *eu vou começar por uma observação geral se percebo em vários comentários, não é só*

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 495
DOC:

aqui nessa comissão, mas dos usuários importantes e fundamentais das estatísticas como são os senhores, não é? É um pouco aquela, aquela linha de raciocínio de que os números são frios. Um número, quando ele representa uma informação estatística da condição, não é, de uma população, vamos até abstrair porque nós estamos falando do nosso país, nunca é frio. Ele tem, ele relata ali dentro condições e situações sobre as quais nós, cidadãos, devemos agir de alguma maneira, não é, é assim que eu entendo que os números precisam ser encarados. Isso sem contar que os números que são disponibilizados pelo IBGE e estudos pelas outras instituições de pesquisa, eles relatam muitas vezes realidades assim muito duras. Os números mesmo que eu apresentei são números muito, muito afirmadores de situações muito críticas, que estão aí para serem tratadas e avaliadas. Eu estou fazendo esse reparo, não é uma questão de defesa da nossa atuação não. É mesmo para alertar de que essa falsa frieza de uma estatística que está relatando uma situação real, a gente deve um pouco evitar essa interpretação, de que, de que é uma informação fria, não é? Talvez saia um pouco do tema, mas eu queria marcar isso porque me parece assim que é uma questão que, quer dizer, uma frase que eu escuto assim com muita freqüência e, na verdade, as estatísticas estão aí para homogeneizar a nossa compreensão dos fatos. Claro que se você perguntar para mim, para ele, para ele, cada um vai ter uma percepção. Mas são metodologias para que a gente consiga ter uma visão sintética, organizada dos fatos que estão longe de serem frios. Então esse era um ponto que eu queria marcar. Outro ponto com relação a POF, vou até começar de trás para frente, a pesquisa 2006/2007, na verdade ela vai iniciar a então em campo em outubro e não em julho, por uma questão de disponibilidade orçamentária. A comparação virá pelo fato de que nós vamos ter doze meses de pesquisa da mesma forma e aí nós podemos fechar um ciclo completo de doze meses da mesma maneira. Mas não vai, não foi viável o início em julho de 2006, não será viável. Já sabemos que não. Estamos trabalhando com essa data de outubro de 2006, como data viável para o início de realização. Independente disso nós não teríamos como, ainda, dar suporte até o final do ano a essa comissão com relação a esses dados. A gente não teria dado disponível mesmo que fosse julho, muito provavelmente não teríamos condição de fornecer novos dados. No entanto eu queria insistir naquele ponto, quer dizer, um dado de 2002/2003, ele ainda é um dado assim, bastante revelador de uma realidade muito recente. Então é, eu acho que ele segue sendo útil. Com relação ao rendimento que foi uma pergunta do senhor, porque na verdade como a apresentação, a apresentação era uma apresentação muito curta, eu fiz um apanhado daquelas informações que me pareceram mais pertinentes ao tema aqui. Com relação ao rendimento a POF mostrou a parcela principal do rendimento, quem sabe o Ministro do trabalho 60% do rendimento vem do trabalho, não é? Com uma parcela forte vinda de transferências que é a previdência social, 15%, então 75% entre trabalho e previdência, ou seja, tudo de alguma forma relacionado a essa discussão aqui. Quer dizer, a fonte de rendimento principal das famílias brasileiras trabalho e previdência. Então isso é um ponto que a POF indica. E temos muita informação sobre a renda. Eu trabalhei com a variável renda sim, mas classificando as informações, não é? Por grupo de rendimento, o que acontece. Então, não trabalhei tratando essa variável específica. Isso é uma questão. Com relação à pesquisa que foi solicitada que nós apresentássemos aos senhores, eu vejo o seguinte, ela pode ser uma pesquisa muito útil, primeiro, para criar uma percepção, um dimensionamento do que seria um mínimo necessário. Do que é que seria justo imaginar e, dado que a gente

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 496
DOC:

tem a idéia do que as famílias consomem e se entende que um algo seria um mínimo a ser consumido, o que seria, que valor de rendimento familiar levaria a esse mínimo necessário? Essa é uma informação possível nas avaliações em estudo construir. E a outra avaliação é dimensionamento do que é de fato adquirido, não é? Essa mensuração mais concreta do que é adquirido com o valor, na verdade, do salário-mínimo naquele momento de janeiro de 2003 era duzentos reais, não é?' Mas parametrizar o que é que era isso. Eu quero chamar a atenção a um fator que o Senador Cristovam Buarque comentou que o tempo inteiro, aquele rendimento que eu apresento é o rendimento familiar. Como, em geral, o rendimento das famílias vem de mais de uma pessoa, não é, essa tem sido a realidade brasileira, quando eu estava apresentando informações que correspondiam a rendimentos menores ou iguais que quatrocentos reais, provavelmente as pessoas que compõem aquela família individualmente ganhavam o mínimo ou menos que o mínimo. E estou plenamente de acordo com o seu comentário que a conclusão que o Paes de Barros chegou passa por essa questão de que muitos brasileiros sequer recebem o salário-mínimo. Então, essas transferências de renda entram mexendo muito naquele, naquele segmento muito vulnerável da população, o que não invalida a sua argumentação. Mas é verdade, não é? A gente tem que lembrar que é por aí que vem a conclusão dele, imagino. Me pareceu pelo gráfico apontado. A outra pergunta foi bastante específica que foi com relação a todas as classes recebendo calorias necessárias. Na verdade, em termos totais de calorias não foi isso que eu mostrei não. Nas classes de rendimentos mais baixos a evidência que no domicílio não há o consumo das calorias necessárias, não é? Não foi isso que a pesquisa mostrou. O que, o que foi comentado é que em termos de um determinado macro nutriente que é a proteína, por conta do país que nós vivemos que existem condições que propiciam que percentual de proteínas que está ali dentro daquelas calorias, é um percentual dentro de uma recomendação internacional aceitável. Agora, em nenhum momento eu disse, houve um entendimento acho que foi seu, não foi isso. Então eu acho que fui pouco clara, depois eu posso até mostrar a tabela específica para clarear a sua dúvida. Não é isso. Em termos totais, nos rendimentos mais baixos o que se evidenciou na pesquisa é que no domicílio não se alcança hoje é... O total de calorias recomendáveis. É... Eu acho que, com relação aos pontos colocados para nós do IBGE, acho que são esses os pontos que eu teria a comentar. Não sei se atendeu.

(Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado. Obrigado Dra. Márcia, queria passar para o Dr. Guilherme Costa Delgado, do IPEA

SR. GUILHERME COSTA DELGADO: É, eu vou. Na realidade foram muitas questões que foram colocadas eu vou começar pela primeira abordagem do Deputado Zimmerman a respeito dos limites, que limites têm digamos, uma política de salário-mínimo e que conseqüências teria, por exemplo, uma proposta, ele até citou reajustar imediatamente 100% o valor do salário-mínimo, não é? Depois eu vou tentar também me colocar nas, nas posições, nas perguntas feitas pela Deputada Clair, principalmente sobre essa questão, acho que até um pouco confusa que está posta aí se há melhoria na distribuição de renda segundo os dados da PNAD. Isso é uma, uma confusão muito razoável que está sendo posta na, na mídia. Terceiro a Senadora Heloísa Helena

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 497
DOC.

colocou várias questões, inclusive a questão da dinamização, o efeito de dinamização do salário-mínimo nas economias locais e várias outras questões, que eu vou tentar tocar. Bom, vamos, nessa primeira que eu acho que essa é uma questão muito importante. É... Vejam, na, na política, talvez falando aqui para professores, não se faz nada gratuitamente. Então se você tem duas propostas sendo disputadas, não é, a proposta de reajuste de salário-mínimo e uma proposta que vem pelo outro campo, o campo conservador, que é desvincular salário-mínimo de piso de benefício, essa proposta está claramente colocada aí na mídia. Que, aliás, repercute sistematicamente e orquestradamente apresentando como inevitável e já preparando as condições para o que seria uma reforma da previdência 2007. Então, se essas questões não são devidamente cotejadas, na realidade, eu posso estar, sem eu querer, jogando no outro time, não é, quando eu apresento uma proposta de colocar toda a ênfase distributiva no salário-mínimo. Portanto eu vou criar problemas fiscais que não são inventados, são reais mesmo e na realidade o outro lado vai se aunir dessas conseqüências dizendo: Está vendo, a desvinculação é mais necessária ainda! Então eu diria o seguinte, por essas razões e por várias outras, eu não defendo políticas de reajuste abrupto porque distribuição de renda não se faz por, por mudança abrupta. Se fosse assim feito, novamente o Deputado Zimmerman relembra o episódio de 52, não é? João Goulart fez o reajuste de 100% do salário-mínimo. Qual foi a conseqüência imediata? O manifesto dos Coronéis e que levou o Presidente Getúlio a demiti-lo, não é? Numa época em que o salário-mínimo tinha um impacto muito menor na estrutura de formação da renda, tanto do trabalho quanto da seguridade que nem existia, na realidade você tinha um sistema de previdência muito pequeno, muito corporativo, muito restrito e sem nenhuma vinculação com o salário-mínimo. Então, na realidade o seguinte, outro dia eu recebi de alguns economistas amigos meus uma proposta para assinar um manifesto que tinha essa, essa tese. Eu digo: Não, com essa tese eu não assino. Porque, na realidade, eu tenho responsabilidade intelectual porque tudo o que eu estou dizendo aqui eu escrevi nesse texto aí que está: Salário-mínimo e distribuição de renda que o Deputado Zimmerman tem aí que fruto de um seminário que fizemos na UNICAMP e que está claramente explicitado, ou seja, nós, para fazer uma política de reajuste real do salário-mínimo a longo prazo, nós temos que cotejar o sistema de influências que o salário-mínimo tem hoje, que é diferente da época Vargas. Pois se nem na época Vargas foi possível, não é, imagine agora! Em que você tem uma, digamos assim, uma forma de inserção do salário-mínimo na política de direitos sociais muito mais forte do que fora no passado. Na realidade, o setor formal e o setor informal que é, que constitui o mercado de trabalho e para a qual o salário-mínimo foi feito, eu diria hoje que é menos importante do ponto de vista da distribuição de renda do que o setor inativo da economia. É nesse que é o salário-mínimo influi fortemente na distribuição de renda. Não é por outra razão que o campo conservador está claramente colocando a desvinculação de salário-mínimo como peça essencial da reforma da previdência que eles preparam para 2007. Depois da elevação do limite de idade, não é? Então eu não posso ignorar essa realidade da política, embora eu não seja político, mas todos nós um pouco fazemos de tudo na vida. E ao pensar essas coisas, nós também temos que levar em conta. Em relação a uma das questões colocadas pela Deputada Clair. Vejam, está se criando uma confusão grande na mídia, outro dia eu vi um jornalista da Folha de São Paulo: Ah, debate da desigualdade não existe mais, afinal de contas, a distribuição de renda, segundo os dados da PNAD está constando uma melhora significativa etc., etc. Meu

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 468
DOC:

Deus do céu! Os dados de renda pessoal da PNAD, elas pegam apenas renda do trabalho e a renda da seguridade e uma fatia muito pequena, muito pequena de juros, de rendimento do capital porque não consegue captar mesmo. Não pega nada de renda das pessoas jurídicas, só das pessoas físicas. Portanto, não entra nenhuma parte de juros, nao entra os lucros não distribuídos ou mesmo distribuídos pelas pessoas jurídicas. Não entra, ou seja, toda a parte do capital não está lá. Aonde entra a renda do capital é nas contas nacionais, é na outra estatística do IBGE. Ou seja, a renda nacional, relação trabalho capital distribuição funcional da renda, essa só tem piorado. Meu Deus do céu! Como é que você paga a maior taxa de juros do mundo com a dívida pública que é cinqüenta e poucos por cento do PIB e quer melhorar a distribuição de renda? Pelo contrário, a distribuição de renda está pior, tem piorado do ponto de vista da distribuição funcional. A confusão que está posta, Deputada Clair, é que quando se olha só para a fração da renda que é PNAD, Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio levanta, que é renda do trabalho e da seguridade, como a renda da seguridade melhorou, não é, isso aqui nós temos que ter clareza. Melhorou o impacto da renda da seguridade na renda das famílias, por conta da aplicação das regras constitucionais. Então isso coloca alguma melhoria na renda pessoal, mas não na renda nacional. A renda nacional, quando eu colocar toda a outra distribuição de renda para empresas e titulares do capital, continua muito concentrada e mais ainda, principalmente pela política de juros praticada pela dívida pública. Senadora Heloísa Helena, as observações que a senhora fez sobre o impacto do sistema de aposentadorias e pensões, que em grande parte, no caso rural, 100% vinculada a salário-mínimo são completamente pertinentes e justas. Esses resultados inclusive nós apresentamos nesse trabalho, e lá no IPEA fizemos uma, um inquérito em seis mil domicílios, três mil domicílios da região sul, três mil da região Nordeste e a evidência do efeito distributivo da previdência rural que é toda ela de salário-mínimo é gigantesca. Ou seja, esses dados de melhoria da renda pessoal, que circulam aí na mídia conservadora, não dão a causa. A causa disso são os benefícios da seguridade social vinculados a salário-mínimo. Não é Bolsa-Família não. Aí existe um grande equívoco inclusive estatístico. Bolsa-família hoje, que eu, aliás, sou favorável, não tenho nada contra, mas Bolsa-Família no orçamento da seguridade social representa 3% do gasto, 3% do gasto. Um orçamento da seguridade social do ano passado em torno de duzentos e trinta e seis bilhões, tem pagamento de Bolsa-Família de algo em torno de seis, seis e meio bilhões. E Bolsa-Família paga setenta, noventa reais por pessoa. Então, na realidade, eu continuo dizendo que sou defensor de programas como o Bolsa-Família, porque nós temos uma pobreza tão grande que você não consegue apenas pela política social e nem pela política do trabalho, você não consegue afetar a imensidão da pirâmide pobre. Então fazer programas focalizados, fazer programas complementares é completamente necessário. Agora, dizer que é isso que está mudando a distribuição da renda pessoal, isso é completamente equivocado. E quem, um pouco olhar os números da, das estatísticas de seguridade, de PNAD etc. fizer as contas direitinho vai ter que não tem o menor sentido. Quem impacta um pouco a melhora de renda pessoal são os benefícios exercitados por iniciativa do cidadão que é o pensionista, o aposentado, que é o homem do SUS, que é o homem da educação fundamental, que exercita direitos universais. Isso sim tem impacto relevante do ponto de vista da renda monetária e da renda não monetária. Bom, eu acho que no fundo era isso que eu queria colocar. Claramente

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 4919
DOC:

vocês vejam que as abordagens ditas técnicas aqui, não é, na realidade cada qual tem uma, tem uma orientação. Ela precisa se justificar para não ser puramente opinativa.

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Agradecendo ao Dr. Guilherme Costa Delgado passo para o professor Samuel Pessoa.

SR. SAMUEL PESSOA: Obrigado, Deputado Barelli. Bem, estou com um monte de questões, não sei nem direito por onde começar. Estou aqui num papel pouco confortável porque eu sou economista neoliberal de plantão. Eu vou desempenhar esse papel, tudo bem. Eu quando dou aula de --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Mas tenha a certeza que terá a nossa admiração até por assumir essa condição. Porque o que eu desprezo com veemência, tenha a certeza, que não é quem assume as suas posições, Dr. Samuel.

SR. SAMUEL PESSOA: Então, quando eu dou, às vezes, faz tempo que isso não ocorre, mas algumas vezes na minha vida eu dei o curso de Introdução em Economia na USP, quando era professor da USP e esse é o curso mais difícil que tem, porque é o primeiro curso, a gente pega os alunos no primeiro semestre, os alunos não estão muito enquadrados ainda, então os alunos são mais, muito criativos, fazem pergunta. E a primeira coisa que eu digo para os alunos é que economia é uma ciência lúgubre, o economista é aquele cara super inconveniente, enquanto no mundo todo mundo tem os seus sonhos, os engenheiros querem construir, os arquitetos querem projetar, o economista é aquele cara inconveniente que sai por aí dando preço das coisas, não é? E é uma posição superpouco confortável, é um pouco nessa posição que eu estou aqui. E é assim, nessa posição de, eu costumo dizer nessa primeira aula que a única profissão que não existe no céu é a economia, as outras profissões existem no céu, no paraíso.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não, eu tenho a impressão que Senador, Deputado também não está existindo mais não.

[risos]

SR. SAMUEL PESSOA: Depende do ponto de vista. Então eu acho que tem uma questão interessante que eu acho que o debate no Brasil hoje é de um nível muito mais alto do que era há vinte anos atrás, por exemplo, é esse hábito que a gente tem de ficar olhando o orçamento. Eu acho esse hábito muito bom. E acho que a primeira coisa que a gente devia olhar é primeiro saber o número, depois eu vou para uma questão um pouco mais conceitual. Mas olhar o número da conta de juros. Acho que essa é uma conta que a gente devia fazer, porque evidentemente a conta de juros é das contas mais pesadas e sempre que a gente olha outras contas que também são pesadas do ponto de vista fiscal, em particular a previdência é a mais pesada delas a gente sempre pensa: Poxa, mas por que não reduz os juros? E eu já vou enfrentar essa questão dos juros, com vista conceitual, mas vamos primeiro olhar o número para a gente ter uma idéia do que é que nós estamos falando. A relação dívida/PIB é 50%. Vamos imaginar uma taxa de juros, eu sou péssimo para conta. Então vamos pegar tudo número redondo que é como eu consigo fazer conta. Uma taxa de juros de 20%, que foi mais ou menos o que vigorou esse ano. Então se nós aplicarmos 20% sobre 50% da dívida, a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 500
DOC:

gente tem 10% de fluxo de gastos com juros, que é cavalar. A gente sabe que nesse fluxo de gasto uma boa parte são impostos que o governo arrecada, não é? Os impostos têm a alíquota de 20, tem Fundo de Pensão que tem isenção, tem alíquota de 15. Então vamos imaginar, para facilitar, uma alíquota média de 10%. Então, desses 10% do PIB que o governo gasta com a conta de juros, na verdade, 1% retorna, então na verdade, o desembolso do setor público, esse ano que os juros estiveram extremamente elevados foi 9% do PIB. Bem, nós sabemos que tem inflação. Esse ano a inflação foi aproximadamente 6%. Então uma pessoa tem um título público, título público é denominado unidades nominais. Então uma parte da remuneração que o governo fez, desembolsou por esse título é correção monetária da dívida. E do ponto de vista tanto do governo como do ponto de vista da pessoa que recebe não é um gasto. Tá, quer dizer, uma parte do desembolso que o setor público faz com o pagamento de juros nominais não constitui um gasto. Então eu tenho que desses 9% do PIB retirar aquela parte que corresponde à correção monetária da dívida pública. Então se nós imaginarmos uma relação dívida/PIB, de 50%, uma inflação de 6, 6 vezes 5, dá alguma coisa como 3, então 3% do PIB dessa conta desse ano foi correção monetária. Então, os gastos reais do setor público esse ano com pagamentos de juros, exclusive os impostos e correção monetária é alguma coisa da ordem de 6% do PIB. E é isso que nós estamos falando. E lembramos que esse ano, em particular, foi um ano em que o gasto esteve muito alto. O gasto esteve muito alto porque os juros estiveram alto. E os juros estiveram altos porque no final de 2004 nós presenciamos um repique inflacionário. Foi uma novidade. Eu, por exemplo, como analista eu não previa aquele repique inflacionário no final de 2004, início de 2005. Para mim foi uma péssima notícia porque a minha imaginação, a minha análise era que a produtividade da economia brasileira estava passando um período de grande crescimento, e que haveria espaço para reduções fortes dos juros ao longo de 2004, sem haver repique inflacionário. A minha surpresa foi que, apesar do BANCO CENTRAL estar reduzindo os juros no ano de 2004 a uma velocidade bastante cautelosa, todos os analistas, inclusive eu mesmo, criticava a velocidade de redução das taxas de juros, nós observamos, no final de 2004, um repique inflacionário. E esse repique inflacionário no final de 2004 foi por excesso de demanda. Quer dizer, quando a gente pega o índice de preço ao consumidor e abre só o componente de serviços. Ou seja, expurga do índice de preços ao consumidor todos os bens que são afetados pelo câmbio a gente vê que nós tínhamos uma inflação, no final de 2004, da ordem de 8% do PIB. Então não foi por outro motivo que o BANCO CENTRAL começou a subir os juros no final de 2004, porque o país passou por um processo de aceleração inflacionária produzida pelo excesso de demanda. E isso aconteceu porque tem alguma coisa na nossa economia que está mantendo a economia amarrada, a oferta da economia está dada. Ou seja, a nossa economia, se nós olhamos, olharmos ela nos últimos anos, é uma economia o tempo todo a plena capacidade e qualquer excesso de demanda que a gente cria, qualquer adicional de demanda, isso vai para preços e a gente observa uma aceleração na inflação. Então essa é, do meu ponto de vista, do que eu vejo como analista macroeconômico, essa é a realidade da nossa economia. É uma economia que tem passado por uma carência de oferta, e nesse sentido não me parece uma economia com desemprego de fatores. Quer dizer, parece que nos últimos anos nós temos vivenciado uma situação que é muito diferente da situação keynesiana. Ou seja, o desemprego que existe na economia brasileira não me parece um desemprego macroeconômico aberto, ele me parece um desemprego

AVN nº 083/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 503
DOC:

microeconômico. Aí tem a questão: Por que é que o desemprego está caindo e a gente pode discutir isso, e eu acho que essa queda do desemprego nos últimos anos está associada, talvez a algumas mudanças microeconômicas que existiram no mercado de trabalho, banco de horas e outras coisas. Mas certamente, aumento do emprego está muito associado a esse crescimento exportador que nós tivemos nos últimos anos fruto de um fortíssimo choque externo positivo que a nossa economia sofreu. E a gente sabe que o setor exportador, ele é formal, ele emprega bastante e isso teve um impacto nas, nas estatísticas. Meu ponto é o seguinte, primeiro quando a gente fala na conta de juros a gente tem que ter um número na cabeça. Esse ano é alguma coisa por volta de 6% do PIB nos últimos 4, 5 anos é alguma coisa que oscilou entre 3 e 5%. Então esse é o espaço fiscal que nós poderíamos ter se nós, por exemplo, quiséssemos reduzir a zero os juros reais pagos. Ou repudiar a dívida, fazer qualquer outra política dessa natureza; é uma bela bolada, é uma bela bolada, mas é uma coisa menor do que as pessoas têm na cabeça. Eu acho que é importante que nós passemos a ter clareza desse número. Agora, porque que os juros estão altos? Quer dizer, os juros, eles constituem uma variável endógena na economia, como eu tentei explicar, o BANCO CENTRAL subiu os juros porque houve esse repique inflacionário. Affonso Bevilácqua ele não é um anjo maligno que gosta de ficar maltratando as pessoas ou fazendo os banqueiros ficarem mais ricos. Tem um sistema que funciona, que é imperfeito, mas até onde eu sei, conheço, é o melhor que a gente tem de meta de inflação. E dadas as regras de funcionamento desse sistema nos passamos por um repique inflacionário. Então eu acho muito difícil a gente experimentar sensíveis quedas na taxa nominal de juros e das taxas reais de juros, sem que a gente enfrente o problema dos repiques inflacionários que estão ocorrendo na economia brasileira nos últimos anos. E aí vem o problema da carga tributária. Como eu falei: O Brasil gasta com previdência e aposentadoria, pensões, alguma coisa como 12% do PIB. Isso é muito, em comparação internacional. O que é que teu na cabeça? Eu mostrei, por outro lado, um gráfico da evolução da produtividade total dos fatores da economia brasileira. A gente vê que nós estamos relativamente estagnados. Eu tenho, na cabeça, que tem um custo. Eu adoraria chegar aqui, sentar e dizer que o salário-mínimo poderia ser mil reais, que o benefício mínimo da previdência deveria ser dois mil reais. Adoraria fazer isso. Agora, o problema é que se nós fizermos isso, a carga tributária vai ter que aumentar mais ainda do que ela já está. E esse aumento de carga tributária vai ter um impacto sobre o crescimento possível da economia. E aí tem duas visões de mundo. Aí deixa eu colocar a minha visão de mundo é bem neoclássica. Eu tenho uma visão que é pequeno keynesiana. Uma visão keynesiana é uma visão que diz que a economia o tempo todo, ela está abaixo do limite de capacidade, ela está sempre trabalhando, usando menos do capital, menos do trabalho que ela pode usar. E que, portanto, se a situação do mundo for essa, eu sempre consigo fazer a economia crescendo, aumentando o salário-mínimo porque aumenta a demanda vai ter um impacto sobre consumo, isso vai ativar a atividade produtiva e fazer com que a economia cresça. Eu posso dar liberdade para o BANCO CENTRAL imprimir mais papel, fazer a taxa real de juros cair, emprestar em condições melhores para os empresários, para os consumidores, aumentar o crédito, isso gera a demanda e isso vai fazer com que a economia cresça mais. Essa é a visão do keynesiano. Keynes quando escreveu os trabalhos mais importantes dele estava olhando uma economia, como a economia americana, *logo* após a grande depressão e parece que esse estado das coisas correspondia bastante bem a situação da conjuntura

AIN Nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 502
DOC:

da economia americana naquele momento. Como eu estou tentando argumentar para os senhores aqui, a minha análise é que a conjuntura da economia brasileira nos últimos dez anos é exatamente oposta a essa. A minha interpretação a economia brasileira é uma economia no limite de capacidade, com problema de carência de oferta fortíssimo, e que qualquer excesso de demanda vai para preços. Então, qual é a minha análise o aumento do salário-mínimo? O impacto sobre a carga tributária? A gente aumenta o salário-mínimo para financiar esses gastos, a gente tem que aumentar a carga tributária. O aumento de carga tributária desestimula a atividade produtiva. Desestimula a atividade produtiva a oferta vai encolher. Por outro lado, aumento do salário-mínimo vai gerar impacto sobre a demanda e vai aumentar a demanda. Então a gente tem demanda expandindo, oferta contraindo, a gente vai ter inflação crescendo, o BANCO CENTRAL vai ter que aumentar mais os juros para controlar os preços. É um pouco assim que eu vejo o mundo. Quer dizer, a economia de mercado, ela tem essa característica, acho que nesse ponto que a Senadora Heloísa Helena falou de visão de mundo e essa é a minha visão de mundo. Quer dizer, o meu mundo, que é uma economia de mercado, é uma economia que os resultados que acontecem, por pior que eles sejam, por mais desiguais e injustos eles não são fruto de um anjo maligno. Não tem uma pessoa querendo fazer mal para o Brasil ou para o povo brasileiro. Não tem um grande capitalista num lugar que, não. O país tem uma história complicada, é uma história que alegou uma sociedade muito desigual, com uma carência educacional enorme entre enormes setores da população. E esta sociedade produz esse resultado. Esse resultado não é fruto da ação de três ou quatro pessoas ruins, esse resultado é fruto da ação de milhões de pessoas no mercado. O governo intervém para tentar melhorar esse resultado e é importante que nós tenhamos políticas públicas. O que eu quis enfatizar é que, do ponto de vista a longo prazo a política pública que eu acho que é mais eficiente para combater a desigualdade é a política educacional, não é a política de salário-mínimo. Do ponto de vista do curto prazo, acho que tem um conjunto de trabalhos que mostram que a política mais eficaz para combater a desigualdade, a pobreza e a extrema pobreza, também não é o salário-mínimo, é o Salário-Família e o Bolsa-Família. E, foi me perguntado também com relação à estratégia. Quer dizer, se era melhor políticas de impacto, políticas gradualistas. Eu acho que isso talvez seja dos grandes consensos que têm aqui. Quer dizer, eu acho que todas as pessoas, pelo menos o que eu ouvi, apóiam políticas gradualistas. E acho que os motivos são vários. Mas o primeiro motivo é escapar do ciclo político, é terrível que a política de aumento real de salário-mínimo seja usada para reeleger este ou aquele governo. Seria legal que, seria muito melhor que houvesse um planejamento da sociedade dadas as restrições e os objetivos que a sociedade tem. E que se implementasse, de forma um pouco sistemática uma política de aumento real para que nós pudéssemos escapar do ciclo político, e não produzir sucessivos estelionatos eleitorais. Também, eu acho que tem um outro motivo que é, e aí deixe-me já responder uma pergunta que havia me sido feita pelo Deputado, Senador Paulo Paim, me desculpe, eu tenho uma memória péssima, não sei... Muitos anos, não é, Senador? Que era a questão do salário-mínimo não deve existir. Quando eu escrevi isso naquela transparência, tinha um detalhe técnico, eu dizia o seguinte: Olha, o salário-mínimo faz sentido no contexto de um conflito entre eficiência econômica frente a frente o motivo distributivo. Imaginei uma sociedade em que a sociedade distributiva não seja uma questão relevante do ponto estrito, exclusivo de eficiência econômica o salário-mínimo não deve existir. Quer dizer,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 503
DOC:

o único motivo, o único não, mas provavelmente o motivo mais importante que justifique a existência de um salário-mínimo é a questão distributiva, não é? Então esse, esse foi, essa foi a minha argumentação. Quer dizer, se nós tivéssemos num lugar em que a distribuição de renda não fosse importante, não haveria salário-mínimo. Quer dizer, o meu ponto é que do ponto de vista do crescimento de longo prazo o salário-mínimo é neutro, o salário-mínimo não tem impactos muito fortes sobre o crescimento a longo prazo, como tem um compromisso entre crescimento e eqüidade, provavelmente o aumento dos salários-mínimos produz uma redução no crescimento, porque tem esse impacto sobre a carga tributária e a carga tributária desestimula a atividade produtiva. Agora, há outro motivo que eu acho que justifica uma estratégia gradualista de aumento do salário-mínimo é que, é uma coisa que em economia a gente chama curso de menu. Quer dizer, pode haver e nessa questão salário-mínimo deve haver muitas, na linguagem técnica, não linearidades, o que seria essas são linearidades? Tem uma série de estudos de pessoas que tentam medir esse compromisso entre eqüidade e eficiência econômica. Então aumentos do mínimo têm um impacto sobre a eqüidade e isso é desejável, mas tem um custo que é o custo de redução de eficiência econômica. Uma das dimensões em que esse custo aparece é no aumento do desemprego. E aí tem diversos estudos empíricos no Brasil. Eu, antes de eu vir aqui eu li alguns deles. Tem alguns artigos de revisão que fazem uma avaliação e acho que o resultado da evidência empírica que eu conheço aqui no Brasil é que existe esse compromisso, tem um impacto sobre a eqüidade, mas tem um impacto que é pequeno, mas não desprezível, apesar de pequeno, ele é não desprezível sobre o desemprego. Agora, essas, eu defendo uma política gradualista porque essas medidas, elas são, esses efeitos que são medidos por esses estudos, nós sabemos que o mundo tem muitas não linearidades. Quando a gente fala de custo de menu a gente está falando de custos fixos. Então, um certo aumento do salário-mínimo pode não estimular o desemprego, pode não aumentar as demissões, mas se nós ficarmos aumentando muito, pode passar de um certo limite em que compense o custo fixo de demitir, ou seja, deixa eu refrasear aqui melhor. A demissão envolve um custo fixo, enquanto o aumento do salário-mínimo é um custo variável que o empresário incorre a cada momento. O custo fixo de demissão, ele não é exatamente proporcional ao salário pago, tem alguma proporcionalidade, mas não é exatamente proporcional. Então, posso, pode se decidir um certo aumento de salário-mínimo que o aumento sobre o custo de um empresário não, o custo mensal do empresário não cubra aquele custo fixo da demissão. E aí os estudos mostram que esse aumento de salário-mínimo não vai produzir, esse custo de eficiência econômica que é aumentar o desemprego. A partir de um certo limite, se o aumento for muito grande, pode passar desse limite do custo fixo, e aí a gente pode ter um nível de demissão muito grande. Então, me parece que o razoável é uma estratégia mais cautelosa. E, portanto, uma estratégia gradualista de aumento do salário-mínimo. Vou ver se tem... Então, eu acho que é possível que o salário-mínimo tenha um impacto positivo sobre a economia local, eu nunca estudei isso com profundidade, não conheço essa área. Mas, eu, como macroeconomista, diria que o efeito agregado de aumento do salário-mínimo é de deprimir o PIB da economia no longo prazo. Porque tem esse impacto sobre a carga tributária, esse impacto sobre a carga tributária desestimula a atividade positiva, produtiva. E como eu acho que a economia brasileira é mais ou menos uma economia pleno emprego, eu acho que esses efeitos de demanda do salário-mínimo, eles são

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 504
DOC:

praticamente inflacionários. Eu acho que eles não são efeitos positivos, do ponto de vista de aumentar um emprego.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): V.Exa., me desculpe, V.Exa. está partindo da, desculpe, Deputado, Walter Barelli, é só, posso falar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Rapidinho.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não, é só porque, é o seguinte, é porque claro que esse debate é muito interessante, muito complexo, não é? Traz várias coisas muito interessantes de serem feitas. Certamente todas, todos os pronunciamentos aqui feitos pelos convidados se pudessem nos encaminhar depois, inclusive as propostas concretas sobre o valor agora a ser aumentado, de curto, de médio e de longo prazo. Acho que ajudaria bastante a comissão se isso fosse feito. Até porque é danado porque a gente nunca fala nada que não esteja motivado e nem que tenhamos bons corações, mas que não esteja motivado pelas nossas convicções ideológicas e nossa visão de mundo. Isso é fato. Porque veja, a partir do momento que se diz que o aumento da demanda promoverá um aumento da inflação, óbvio, se parte do pressuposto que a paralisia do setor produtivo, ela não tem outros determinantes. Claro, aí eu não posso simplesmente dizer: Sim, porque aumentou a carga tributária. Mas aumentou por quê? Para quê? Não é? A própria discussão do limite do custo fixo em um setor, ele ainda tem como repassar, mesmo que isso possa significar repasse ao preço da mercadoria, combalindo o já combalido orçamento doméstico das populações, ele possa demitir, ele possa precarizar as relações de trabalho. Agora tem um outro setor que não pode nada, porque já está com o seu, com o seu limite, absolutamente extrapolado. Tem outros setores também, na discussão do setor produtivo. Ora, se eu estabeleço como política econômica *benesses ad infinitum* para a especulação, eu jogo parte do setor produtivo também para essa experiência do capitalismo sem risco, que é muito melhor do que se submeter às regras do mercado, a produzir e não ter demanda para comprar. Entendeu? Então é porque tem outras coisas, outros ingredientes também que eu acho que seriam importantes que V.Sas., os convidados pudessem disponibilizar. Do mesmo jeito que o repique inflacionário. O que determinou? Por que não se produziu mais para criar nova demanda? O que determinou a nova demanda? Não é? Por que não se produziu nesse período mais para que o aumento da demanda, ele não significasse um repique inflacionário? Então, só foi um único momento, ele não estava havendo inclusive o aumento do salário-mínimo. Então, eu acho que se os senhores pudessem disponibilizar, assim, meio como a gente, não sei, às vezes a gente que é do interior faz isso e outras pessoas fazem também, de que a gente sempre veja o sim e o não de cada questão. Eu sei que é difícil a gente se descolar. Para mim é um exercício muito difícil também de fazer, me descolar das minhas convicções ideológicas, da minha visão de mundo. Mas aquele exercício assim, e o outro lado se estivesse diria o que? Faria o quê? Não é? Então, quais, todos os detalhes ou possibilidades? De onde é que vem esse dado que eu apresento assim? O que o motivou? Se houvesse uma política diferente para esse setor, o que é que isso significaria de diminuição de carga tributária? O alongamento do perfil da dívida pública, não é? A possibilidade de aumento de investimentos, porque essas coisas também dinamizam a economia, e possibilitam que te produza mais e se produzindo mais --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Senadora.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 505
DOC:

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não se possibilite que qualquer aumento. Porque eu fico dizendo, viu, Deputado Walter Barelli é só para que a gente pense, Dr. Samuel pense um pouquinho do outro ladinho pequeno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu acredito ai --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Eu sei que ele tem um bom coração, o problema não é esse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu esperava só uma complementaçãozinha, virar mais uma interpelação. Peço para o nosso professor.

SR. SAMUEL PESSOA: Agradeço a Senadora os comentários. Acho que a avaliação da política econômica nos últimos oito anos, e a sugestão de alternativas que tivessem impactos positivos sobre a oferta e contribuíssem para retirar a economia brasileira dessa situação que eu identifiquei, identifico como uma situação de limite de capacidade, economia o tempo todo o máximo que ela pode produzir, está um pouco além das minhas possibilidades agora. Eu acho que, acho que é uma atividade muito sofisticada, os economistas não têm uma resposta simples. Eu imaginaria que a carga tributária tem um pouco a ver com isso, entendeu? O país passou por uma elevação de carga tributária nos últimos quinze anos, que acho que pouquíssimas economias que não passaram por período de guerra experimentaram. E tudo o que eu conheço de teoria econômica diz que tem uma relação forte entre carga tributária e desestímulo a atividade produtiva. Claro que quando a carga tributária aumenta e outros serviços são ofertados, a qualidade da infra-estrutura melhora, a qualidade da educação melhora muito, e uma coisa compensa a outra e a gente explica porque que países conseguem ter cargas tributárias altíssimas mesmo com renda alta. Mas no Brasil nós temos uma carga tributária de primeiro mundo e uma qualidade de serviços muito ruins. Então, eu acho que tem um, passa um pouco pela previdência, quer dizer, alguma coisa aconteceu nessa sociedade que ela fez uma opção em escrever Leis que fizesse com que nos gastássemos com aposentadorias e pensões uma fração muito maior do que outros países no mundo. Por que é que a gente fez isso, eu não sei. Acho que tem motivos de economia política, a gente poderia até depois discutir se fosse o caso. Mas eu acho que ela também passa, fortemente, por uma reforma do estado, quer dizer, tentar pensar porque o estado é tão ineficiente. O Brasil gasta, por exemplo, com educação, aproximadamente 5% do PIB que é uma quantidade absolutamente razoável frente às nossas realidades. No entanto, de cada dez crianças que entram com seis, sete anos numa escola pública, com quinze anos só três sabem ler e escrever com alguma fluência. Esse problema eu acho muito mais grave do que buraco, estrada com buraco porque estrada com buraco é fácil eu entender, a gente gasta zero em investimento, gasta zero com investimento, ou próximo de zero, as estradas têm que estar com buraco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Para terminar, vai. OK?

SR. SAMUEL PESSOA: Então eu acho que tem, acho que essas duas coisas são--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Depois pode continuar o diálogo que a Senadora e a Dra. Clair estão interessadas.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 5CL
DOC:

SR. SAMUEL PESSOA: Para terminar, Senador Paim levantou uma série de números conflitantes com os meus números. Eu não vou aqui defender com unhas e dentes os meus números, eu fiz um exercício super-rápido indicativo, quer dizer, uma sugestão de como –

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Só para dizer que os meus dados são da OIT, são dados oficiais, posso passar cópia para o senhor, baseado inclusive, com base no poder de compra. Porque não é verdadeiro quando o empresário brasileiro diz que a carga sobre a folha de pagamento, por exemplo, é uma das maiores do mundo. Não é verdadeiro. Não é verdadeiro. O Brasil continua ainda, apesar da carga tributária na folha, que nós vamos discutir, acho que há saídas para diminuir, tendo um dos salários mais aviltantes para o seu assalariado, inclusive a questão do *dumping* é muito mais do Brasil do que outros países. Esse dado, por exemplo, acho que tem que ser lembrado. Por que é que a China que é tão falada tem o salário-mínimo maior que o nosso, em matéria de poder de compra, vou lhe passar em mãos esses dados, inclusive.

SR. SAMUEL PESSOA: Eu não fiz um estudo profundo, eu recebi um, uma convocação quarta-feira passada e dentro dos limites do tempo eu fiz o que era possível. Não estou querendo defender os meus números com unhas e dentes. Acho que a gente tem só que tomar alguns cuidados. Primeiro o salário-mínimo que está na OIT é o salário-mínimo legal e a gente sabe que diversas economias não fazem com que esse salário-mínimo seja, seja

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Tem inúmeros municípios que também não pagam. Então esse argumento, no meu entendimento, ele não condiz com a realidade. Eu posso dizer que alguns países não pagam exatamente, de acordo como está com a OIT em matéria de poder de compra. Eu posso também alegar que aqui no Brasil o fato acontece de forma idêntica, então eu vou trabalhar com quê? Eu não posso trabalhar no campo da suposição eu tenho que trabalhar com dados oficiais que mostram qual é o poder de compra do salário-mínimo a nível internacional. Só para contribuir aí sem querer... Me alongar no debate com V.Exa.

SR. SAMUEL PESSOA: É, não, o senhor entende desse assunto muito mais do que eu. Se eu for debater esse assunto com o senhor, não tenho a menor condição.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Mas eu lhe...

SR. SAMUEL PESSOA: Não, imagina.

[Manifestação fora do microfone].

SR. SAMUEL PESSOA: Está certo. Então eu sugeri só, humildemente uma possível metodologia de como eu faria. Faria uma regressão linear. O Deputado Cristovam Buarque, Senador, sugeriu que eu deveria corrigir pelo GINE(F) e aí a corrige do Deputado, eu tenho um pouco de dificuldade porque eu acho que ela vai para os dois lados. Quer dizer, o fato de o país ter uma desigualdade de renda muito grande diria que nós teríamos que ter um mínimo mais alto, porque a renda é muito desigual. E, portanto, bom, se eu levar o argumento no início se todo mundo for igualzinho ninguém precisa ter mínimo. Então eu entendo esse argumento do Senador. Mas, por outro lado eu posso argumentar na direção contrária que é: O fato da renda ser desigual faz com que o estado já tem um número de atribuições imensas, porque ele tem que gerar uma

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 507
DOC:

série de outros programas para compensar essa desigualdade e tentar fazer alguns tipos de ajuste. A carga tributária pode estar muito elevada. Então, eu não sei direito em que direção que essa correção vai. Não sei se isso seria muito forte também. Mas a minha intenção foi só no sentido de sugerir uma possível metodologia para os senhores aqui na, na comissão. Eventualmente, pegar alguns especialistas da área de salário-mínimo fazer algum tipo de estudo dessa natureza para dar alguma indicação. A última coisa que eu queria dizer é que eu não estou aqui representando a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, o meu chefe nem sabe que eu estou aqui, eu estou aqui representando a minha pessoa. Muito obrigado aos senhores pela atenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): *Ok.* Bem, o Senador Paim.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Não, só uma observação rápida em função daquela pergunta sobre a PNAD *versus* melhoria na distribuição de renda. É fato que a PNAD capta melhor renda do trabalho previdência. Mas a PNAD 2004 mostrou claramente especialmente das famílias de mais baixos rendimentos uma ampliação da parcela chamada outros rendimentos. Ou seja, rendimento que não vem nem de trabalho nem de previdência e fica claro que há algum impacto dos programas sociais. Foi uma coisa que apareceu na PNAD 2004, isso é um pouco o que tem gerado também essa interpretação de melhoria na distribuição de renda. Na verdade, isso está mais focalizado nos estudos relacionados com pobreza, não é, os especialistas que estão mais no segmento dos... Fazem o foco nas famílias de mais baixo rendimento há um impacto sim, da parcela outros rendimentos que, nessa classe de renda não vai ser capital, não vai ser investimento, é efeito de programas sociais mesmo. Só para completar, em termos históricos perfeitos, que ele mencionou, mas 2004 teve essa, essa pontuação na Pesquisa Nacional por Amostras de domicílios. Só isso, obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): *Ok,* agradecendo os nossos convidados. Eu declaro encerrada a oitava reunião da comissão mista --

Deputada DRA. CLAIR: Sr. Presidente, só por último, só queria aqui dar uma conclusão desse debate, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Isso é o Relator que tem que fazer.

Deputada DRA. CLAIR: Não, é que eu queria colocar aqui, que eu acho que ficou para a comissão uma grande pergunta, não é? E nós, nós gostaríamos de saber assim, quais os Institutos de Pesquisas que poderiam nos dar essa resposta, ou a Receita Federal ou o quê? Porque é importante para a nossa comissão saber qual o impacto do aumento do salário-mínimo sobre a arrecadação e sobre o crescimento do PIB. Porque houve contradição aqui na Mesa e nós vamos ter que saber isso, porque um diz que sim o outro diz que não e quais são os números, não é? Então fica essa questão aí para a presidência e para a Relatoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): *Ok.* Anotado aí.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Só respondendo rapidamente, nós vamos ter aqui ainda outros debates. Virão --

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 508
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Tá --

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Virá o DIEESE, o DIAP, virão outras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Já falei.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Como?! Só para dizer que teremos outros debates que vão tratar desse mesmo tema.

Deputada DRA. CLAIR: Receita Federal é importante, qual é a arrecadaçao.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Com certeza, virá o Ministério da Previdência. Inclusive o Ministro da Previdência está confirmado para que dia?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): último dia --

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Virá o DIAP, o DIEESE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Dia 28 de março.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): 28 de março. *Ok.*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado. A próxima reunião será no dia sete de março, terça-feira, às 11 horas. 11 horas, é? 11 horas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vai ser às 11 horas onde contaremos com a presença dos representantes da Confederação Nacional dos Municípios, da Federação Nacional dos Prefeitos, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil para debater com os parlamentares desta comissão. Declaro encerrada.

Sessão encerrada às 17H04.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 109
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

9ª REUNIÃO

07/03/2006

Audiência Pública com representantes da Frente Nacional dos Prefeitos, da Confederação Nacional de Municípios e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB: AUGUSTO BRAUN, Diretor Técnico da Confederação Nacional dos Municípios e ao senhor JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 010
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 9ª Reunião

Realizada em 07/03/2006

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às onze horas e dez minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Heloísa Helena, e dos Deputados Tarcísio Zimmermann, Wilson Cignachi e Walter Barelli, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 9ª reunião, propondo a dispensa da leitura ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à Audiência Pública com representantes da Frente Nacional dos Prefeitos, da Confederação Nacional de Municípios e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB. A presidência informa o não comparecimento do senhor Joao Paulo Lima e Silva, Presidente da Federação Nacional dos Prefeitos - FNP e passa a palavra ao Senhor Augusto Braun, Diretor Técnico da Confederação Nacional dos Municípios e ao Senhor João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: Walter Barelli, Tarcísio Zimmermann, Heloísa Helena, Wilson Cignachi, Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia quatorze de março deste ano, às onze horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

9ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS. REALIZADA NO DIA 7 DE MARÇO DE 2006, ÀS 11 HORAS E 10 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 03/2005 destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à Audiência Pública com os representantes da FRENTE NACIONAL DOS

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 547
DOC:

PREFEITOS, da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, e da CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL. Nós obedeceremos para a ouvida das pessoas o critério de chegada aqui hoje no Plenário dessa Comissão. Eu quero convidar o Sr. Augusto Braun, Diretor Técnico da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS para compor aqui a Mesa, e o Sr. João Domingos Gomes dos Santos, da CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL. Antes de passar a palavra ao primeiro debatedor de hoje, o Dr. Augusto Braun, eu quero aqui aproveitar a oportunidade, meu caro Senador Paulo Paim, Relator dessa Comissão, e Deputado Walter Barelli, nosso Vice-Presidente, falar da nossa alegria, pela revogação do art. 4º da Medida Provisória 280 que aconteceu na semana anterior ao carnaval, e essa Medida Provisória no seu art. 4º acabava com uma grande conquista dos trabalhadores que é sem dúvida o vale transporte através do pagamento, através de *tickets*. E nós sabemos que nessa Medida Provisória que foi discutida aqui com as Centrais Sindicais, a questão do reajuste da tabela do Imposto de Renda foi embutida não sei por quais motivos no Ministério da Fazenda, um artigo acabando com o vale transporte e o *ticket*. E nós, enquanto componentes da FRENTE PARLAMENTAR DE TRANSPORTE PÚBLICO, e na defesa do interesse do trabalhador, na defesa da manutenção das conquistas dos trabalhadores, nós trabalhamos imensamente aqui junto ao Governo e estivemos em Palácio para discutir com o Presidente da República, e entregamos ao seu Secretário particular um documento colocando os prejuízos que causariam aos trabalhadores de nosso País, o art. 4º da Medida Provisória 280. Estive pessoalmente no Palácio com membros da Comissão e deixamos com o Dr. Gilberto Carvalho, Secretário particular do Presidente Lula, um documento mostrando item por item todos os prejuízos que essa Medida causaria aos trabalhadores do nosso País. Nós sabemos basicamente que esse art. 4º, no decorrer do tempo não teria outra conseqüência maior do que na verdade acabar e extinguir o vale transporte. E logo em seguida foi editada na semana anterior ao carnaval, na quinta-feira, uma Medida Provisória 283, que no seu art. 14 ficou revogada o art. 4º da Medida Provisória 280, mantendo assim o vale transporte intacto tal como foi criado na defesa dos interesses dos trabalhadores. Eu acho que é uma notícia que interessa muito aos trabalhadores do nosso País e que a nossa Comissão se regozija por esse grande feito, porque foi feito sem dúvida alguma a posição clara do parlamento, através dos seus Deputados e Senadores da frente Parlamentar e de diversos setores da sociedade que se manifestaram que foi mantida essa conquista dos trabalhadores. Bem, nesse momento eu quero aqui passar a palavra ao Dr. Augusto Braun, para a sua exposição. V.Sª. tem 15 minutos para a sua exposição. Dr. Braun é Diretor Técnico da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS.

SR. AUGUSTO BRAUN: Bom dia a todos. Gostaria de saudar aos Senadores e Deputados membros dessa Comissão Mista Especial, na pessoa do seu Presidente, Deputado Jackson Barreto, e gostaria inicialmente de justificar a ausência do nosso Presidente, que é quem gostaria de estar aqui debatendo com os Senhores esse assunto tão importante, mas é que como os Senhores sabem, anualmente nós temos a marcha dos Prefeitos a Brasília que chega esse ano à sua 9ª edição e que esse ano está sendo... Estão ocorrendo 17 eventos preparatórios para a marcha, sendo que no dia de hoje o nosso Presidente está em Vitória debatendo com os Prefeitos do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, a pauta de reivindicação dos Municípios, que será...

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 5AZ
DOC:

apresentada ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, por ocasião da 9ª marcha que ocorrerá de 25 a 27 de abril do corrente ano. Bom, o salário mínimo se constitui numa polêmica que se repete todo ano por ocasião da discussão do Orçamento Geral da União. E por isso é importante enaltecer a iniciativa da Constituição dessa Comissão Especial, para buscar uma solução definitiva. Nós não podemos todo ano repetirmos uma discussão sem conseguirmos estabelecer um mecanismo que venha garantir a reposição do valor do salário mínimo, tornar realmente... Conseguirmos alcançar um valor do salário mínimo, que atenda as necessidades dos nossos trabalhadores. Temos que esclarecer também que muitas vezes, parece que os Prefeitos são contra o aumento do salário mínimo. Isso é importante esclarecer que muito pelo contrário, a posição que a gente colhe dos Prefeitos e da Diretoria da CNM é de que se possível nós deveríamos estabelecer o valor do salário mínimo calculado pelo DIEESE, como necessário para atender aos direitos constitucionais de nossos cidadãos, que hoje esse valor estaria estimado em torno de mil e quinhentos reais. O problema do ponto de vista dos Municípios em estabelecer o valor ideal, reside na questão financeira, mas principalmente no arcabouço legal hoje que regula a administração, a gestão pública. De um lado nós temos a Constituição Federal que em seu art. 7º, inciso IV determina que nenhum trabalhador brasileiro pode receber menos que um salário mínimo. Do outro lado nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que no seu art. 20, inciso III limita o gasto do Poder Executivo Municipal a 54% da receita corrente líquida. Com base nesse... Analisando a situação dos Municípios, com os dados do ano de 2004, que são os últimos disponíveis, na ocasião 363 Municípios brasileiros, que equivale a 7.62% do total dos Municípios do País já gastavam mais do que esse limite de 54%. E num estudo realizado pela CNM, analisando o impacto do aumento concedido ao salário mínimo para o ano de 2006, um reajuste da ordem de 16.67%, levando em conta os dados da RAIS sobre o número de servidores e faixa de renda dos servidores municipais, temos um total de três milhões e meio de servidores municipais, segundo dados da RAIS, do Ministério do Trabalho, 29% desse total, 882 mil servidores recebem até um salário mínimo e meio. Por que um salário mínimo e meio? Porque aqueles que estão recebendo entre um e um e meio, poderão sofrer o impacto com qualquer aumento do salário mínimo. Então, 29% dos servidores municipais recebem um salário mínimo e meio. Entretanto, se nós formos analisar esses dados por Estado, nós verificaremos que na Região Nordeste, por exemplo, nós temos aqui o Estado de Alagoas, mais de... Quase 62% dos servidores municipais, recebem até um salário mínimo e meio. No Ceará, mais de 62%. No Maranhão quase 64% dos servidores. E o caso mais gritante é a Paraíba, 65% dos servidores municipais estão nessa faixa de rendimentos. Na Região Norte também nós temos o Amazonas e o Tocantins co mais de 50% dos servidores municipais recebendo nessa faixa de rendimentos. Então, nesses Estados o reajuste do salário mínimo, sempre gera um impacto significativo na folha de pagamento no limite de gasto com pessoal que os Municípios devem respeitar. Ao contrário da Região Sul e Sudeste, onde nós temos no caso do Estado de São Paulo apenas 5% dos servidores municipais estão recebendo até um salário mínimo e meio. No Rio Grande do Sul não chega a 8% esse número de servidores. Então, a discussão... A nossa preocupação se dá muito com relação ao impacto que os aumentos do salário mínimo oferecem às finanças dos Municípios das regiões Norte e Nordeste. Inclusive, há duas semanas atrás nesse seminário preparatório para a marcha que ocorreu em Fortaleza, conversando com o pessoal de lá, um Município... Agora não me recordo o nome do Município, mas...

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 513
DOC:

Citou o caso em que 100% dos servidores recebem salário mínimo. Excluindo o Prefeito e os Vereadores, até mesmo os secretários municipais recebem salário mínimo. Então, um aumento de 16% como desse ano, ele impacta diretamente no limite de gasto com o pessoal. É 100% do impacto é sentido pelo Município. Se nós... Por exemplo, no caso desse Município que 100% da sua folha é comprometida, com funcionários que recebem até um salário mínimo e meio, teria um impacto na folha dele de 16%. Se nós considerarmos que um crescimento médio aí dos últimos 10 anos das receitas municipais se situa na ordem de 10%, esse Município teria um impacto real de 6% quase 7% no seu gasto com o pessoal. Então, se ele estivesse gastando, no ano passado gastou 48% com pessoal, perfeitamente enquadrado nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo o aumento de 16% já faria com que ele ultrapassasse o limite e passasse a sofrer as sanções previstas na Lei 10.028. Estourando o limite de pessoal, o Município passa a ter dois quadrimestres, dois quadrimestres seguintes, oito meses para se enquadrar novamente ao limite de gasto com pessoal. Que providências que esse Município pode tomar pra se adequar ao gasto com o pessoal? São basicamente duas. Aumento de impostos, aumento de arrecadação, e isso hoje em dia é uma solução praticamente impensável, uma vez que a carga tributária nacional já chegou a um limite mais do que suportável pela nossa sociedade e a segunda solução seria demissão de pessoal. O que, com certeza, traria prejuízos aos serviços públicos. Que hoje o grande prestador de serviços públicos à nossa sociedade seja na área de educação, saúde, assistência social, em última análise, é o Município. Bom, por outro lado, se o Município não adotar medidas para se adequar ao limite, ele sofre as sanções previstas na Lei 10.028 que regulamentou os crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal. E com relação ao extrapolamento do limite, no art. 5º inciso IV dessa Lei ela estabelece que o Município que extrapolar o limite de 54% com gasto com o pessoal o gestor fica submetido a uma multa de 30% dos seus subsídios anais, então o Prefeito teria que pagar ao Tribunal de Contas do seu Estado uma multa de 30% do seu salário de um ano inteiro, e o que é mais grave, é que ficam bloqueadas as transferências voluntárias a esse Município. E com isso toda a sociedade do Município, todos os cidadãos é que vão estar pagando essa conta. Ou seja, mesmo os recursos das emendas Parlamentares, que os Deputados e Senadores destinam aos Municípios das suas bases eleitorais, ficam bloqueados, impedidos de chegar ao Município, caso ele esteja gastando acima do limite com pessoal. Sendo que em 2005, a Secretaria do Tesouro Nacional editou uma série de Resoluções, Portarias, e passou efetivamente a observar esse dispositivo legal. E muitos Municípios já deixaram de receber transferências voluntárias durante o exercício de 2005, acredito que principalmente aqueles 363 Municípios que já estouraram o limite com pessoal em função de estarem acima do limite. Pelo estudo da CNM, no ano de 2006, com o aumento aprovado para o salário mínimo, 916 Municípios deverão chegar nessa situação de estourar o limite com pessoal. E conseqüentemente sofrendo... Estando sujeitos a essas sanções legais. Bom, qual é a solução para esse impasse, esse problema? Uma das propostas da CNM que eu estaria trazendo a essa Comissão Especial seria a proposta de que os Municípios recebessem um tratamento igual ao concedido à União no âmbito das discussões do Orçamento Geral da União. Porque quando se discute o impacto do salário mínimo nas contas da Previdência, o Congresso Nacional, mais especificamente o Relator do orçamento se debruça sobre o orçamento e encontra a solução para o financiamento das contas da Previdência. Então, a proposta que nós teríamos seria de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 514
DOC:

que os Municípios que não estivessem com o gasto com pessoal estourado, mas viessem a estourar por força da elevação do salário mínimo, fosse constituído um fundo orçamentário no âmbito do Orçamento Geral da União para que fossem auxiliados, houvesse um auxílio financeiro a esses Municípios para que eles não viessem a sofrer sanções por uma decisão que não foi de iniciativa sua. De quanto seria essa ajuda? Segundo nossas estimativas, esse valor chegaria a apenas quatrocentos milhões, o que se tratando de Orçamento Geral da União, é uma cifra não tão significativa. E como já ultrapassou o meu tempo, a gente gostaria de ficar a disposição dessa Comissão Especial, a CNM se coloca a disposição para discutir as regras do que seria esse fundo. Como os Municípios--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Sª. tem mais dois minutos para concluir.

SR. AUGUSTO BRAUN: Obrigado, Deputado. Então basicamente acho que seria trabalho o Fórum adequado de discussão essa Comissão Especial dos critérios que os Municípios deveriam obedecer, para buscarem recursos junto a esse fundo. O prazo que o Município teria esse auxílio financeiro e medidas complementares de apoio ao incremento da arrecadação do Município, por exemplo, para que ele não viesse todo ano ter que se socorrer desse fundo. Então, basicamente eram essas as minhas considerações iniciais e coloco-me à disposição da Comissão e do Plenário para esclarecimentos que se fizerem necessários. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao Sr. João domingos Gomes dos Santos. Presidente da Confederação Brasileira dos Servidores Públicos. CSPB.

SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS: Excelentíssimo Deputado Jackson Barreto, Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, me perdoe a intimidade de confessar em público, o Senador Paulo Paim é uma espécie de patrono do movimento dos trabalhadores brasileiros em particular dos servidores públicos agrupados na Confederação dos Servidores Públicos, faço questão de sempre ressaltar, porque ele já foi até para o sacrifício pessoal, como foi o caso da recente Reforma da Previdência, assumindo compromissos que não eram seus e que foi vítima junto conosco de alguns problemas. Excelentíssimo Sr. Walter Barelli, Deputado Walter Barelli, Excelentíssimo Sr. Representante da Confederação dos Municípios, Senhores do Plenário, Deputado Tarcísio Zimmermann, antes eu gostaria, se me permitir, me apresentar melhor para essa Comissão. Eu sou convidado aqui na qualidade de Presidente da Confederação de Servidores Públicos do Brasil, gostaria de apresentá-la melhor, é uma entidade que existe desde 1956, que congrega servidores das três esferas de governo e que hoje tem 22 Federações Servidores Públicos organizadas e 27 Estados representadas por 22 Federações e que tem filiadas a essas Federações 883 sindicatos. Sou também Presidente da Coordenadora Latino-Americana dos Servidores Públicos, entidade que congrega 32 países na América do Sul, América Central e Caribe, e sou também o Diretor Financeiro da nova Central Sindical de Trabalhadores, uma Central nova que ainda não tem muita visibilidade, mas que já é uma das mais representativas dos trabalhadores brasileiros como consta no próprio *site* do Ministério do Trabalho. Bem, num prazo tão exíguo, Sr. Presidente, naturalmente não dá para a gente defender uma tese como gostaria. Então eu vou ter que levantar alguns

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 515
DOC:

pontos para propiciar talvez na fase do debate a gente aprofundar sobre cada um. Eu gostaria inicialmente de dizer, de saudar como fez meu antecessor, a iniciativa... Pois não.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu tive que fazer uma interrupção no nosso João Domingos, porque eu tenho que ir aqui ao lado, na Comissão de Educação, onde vai ser aprovado dois requerimentos sobre ensino profissionalizante, questão de cinco minutos. O Presidente vai fazer uma antecipação no caso da pauta desses dois itens, eu vou lá, só defendo e retorno aqui. Peço desculpas a V.Exª., mas estarei aqui em cinco minutos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Fique à vontade.

SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS: Saudar a iniciativa da criação dessa Comissão que certamente o maior interesse é jogar uma espécie de luz, de colocar oxigênio nesse debate do salário mínimo que se arrasta há anos de forma improdutiva, de forma pouco inteligente até, e que nos deixa sempre num ciclo vicioso, como diz numa "roda banguela" aonde não se vai a lugar nenhum. Todo ano se fala em aumentar o salário-mínimo são os órgãos ligados à Previdência, os interesses ligados à Previdência dizendo que vai quebrar a Previdência e Estados e Municípios dizendo que vai quebrar os Estados. Eu gostaria então de forma muito ligeira, até porque é um assunto muito conhecido de todos, demonstrar aqui que reajustar salário mínimo em bases minimamente justas não quebra nem a Previdência e nem Estados e Municípios. Começando pela questão da Previdência, porque quando vai se falar em dificuldade de aumentar salário mínimo, tem que colocar a questão da... Do piso de benefício do INSS. Essa dificuldade alegada ela vem a partir de 1988 com a nova Constituição, que estabeleceu um piso mínimo de benefício para o INSS, para o sistema de Previdência. E permitiu que em 1991 fosse então criado... Estabelecido o atual sistema que garante um soldo mínimo de um salário mínimo para cada aposentado do sistema de Previdência. E esta Confederação com muita luta conseguiu estender esse benefício também para os servidores públicos. O que ocorre, essa verdadeira, me perdoe o termo chulo Presidente, esse verdadeiro "lenga-lenga" de que vai quebrar a Previdência é simplesmente a nosso ver por um artifício estatístico, artifício que evoluiu até para a esperteza que é nunca considerar a Previdência no contexto real constitucional, que é o contexto da seguridade social. Desde 1991 existe o orçamento da seguridade social que é para cobrir as despesas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Então, por um verdadeiro marketing do mal, só se trata Previdência separada do contexto da Seguridade Social. E com isso, faz ver, procura demonstrar que seria deficitário quando não é. A Seguridade Social, vou falar de forma simples que é do conhecimento de todos. Há anos seguidamente é superavitária em cerca de 30 bilhões de reais por ano. O que ocorre? Primeiro que eu digo de esperteza é porque penduram na rubrica de Previdência, despesas que não são de Previdência. Como, por exemplo, pensão para trabalhadores rurais, aposentaria de trabalhadores rurais, aposentaria de ex-combatente, aposentadorias, enfim, de vários trabalhadores que não contribuíram e que são justos esses benefícios que o País tem que resgatar essas dívidas, mas isso são verbas típicas de Assistência Social. Primeiro se pendura na Previdência Social. E depois separa a Previdência Social da Seguridade Social, o que é proibido. Os arts. 194

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 516
DOC:

e 195 da Constituição Brasileira ele cria um vínculo indestrutível as não ser por outro termo Constitucional, que cria o sistema de Seguridade Social onde estão compostos esse tripé. Previdência, Assistência Social e Saúde. Portanto, esse malabarismo é que tem feito entender e ele é muito aceito inclusive pela grande mídia, já que a maioria é financiada em grande parte pelos grandes interesses privados que procuram destruir o sistema de Previdência Pública para levar a todos o máximo possível para o sistema de Previdência privada. Portanto, mesmo essas considerações simples e singelas já deixam provado de forma cabal que aumento de salário mínimo não quebra a Previdência Social, desde que ela seja entendida e enxergada no seu real contexto que é o contexto da Seguridade Social. Dito isto, passo para a questão do orçamento público, que é algo mais presente, creio, na audiência de hoje. Primeiro, nós queremos já de plano rebater a idéia de que aumento do salário mínimo impacta, decisiva ou drasticamente o orçamento público de qualquer esfera de Governo. Vamos começar pelo Governo Federal onde apenas cerca de 1% recebe o salário mínimo, portanto o impacto na folha é de 0,09%, ou seja, praticamente nenhum. Nos Estados e Municípios, cerca de 6 a 8% dos trabalhadores recebem em torno um salário mínimo. Mas isso também causa apenas um impacto de 0,92% na folha dos Estados, da massa salarial dos servidores estaduais. Portanto, a partir, por exemplo, dos Governadores, o argumento deles contra o salário mínimo, na medida que vai elevar gastos e que vai alcançar a Lei de Responsabilidade Fiscal é um argumento falacioso e inclusive eivado de muita má-fé. Mas vamos chegar aos Municípios, que é o que interessa que nós estamos discutindo aqui hoje. Inclusive essa audiência me parece muito mais específica, já que estão aqui representado os Municípios e me parece que os Prefeitos também, a Federação Nacional dos Prefeitos está convocada também para esse debate. Mas mesmo para nos Municípios, Sr. Representante, eu gostaria de acrescentar alguns dados. É bem verdade, que segundo a RAIS, portanto, são informações das Prefeituras, não são levantamentos do Movimento Sindical, cerca de 30% do conjunto dos servidores públicos municipais recebem até 1,5 salário mínimo. Mas também é verdade que esses 30% eles representam apenas 8% da massa salarial dos servidores do conjunto. O que há que se considerar são as diferenças, que são diferenças que têm que ser consideradas, diferenças regionais de âmbito nacional ou de âmbito local e mais localizado na região Norte e Nordeste, é verdade. Aonde aí sim o impacto do salário mínimo é bem maior. Mas eu me quero me socorrer, Sr. Representante, de algo que eu gostaria de ver acrescentado nos dados que o Senhor apresentou, que são números do BNDES nós temos números até mais elucidativos, mas como são números que podem ser contestados mais facilmente, nós buscamos de pesquisas, de pesquisadores do BNDES e de números oficiais que estão a disposição no BNDES. Então vamos concentrar na região Norte e Nordeste que é me parece colocado como principal entrave. Ali naquela região, segundo o BNDES, eu estou até com o nome dos pesquisadores, o Dr. Anselmo Luis dos Santos e a Dra. Denis Maraci(F) Rimenes(F) quem fez essas pesquisas, para dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos, e para isto seria necessário uma correção anual em torno de 19%. Seriam necessários para a região Norte e Nordeste e para alcançar cerca de 500 mil funcionários públicos municipais daquela região, que ganham até um e meio salário mínimo. Seriam necessários apenas 130 milhões de acréscimos anuais. Coloca esses 130 milhões da massa salarial dos orçamentos públicos daquelas regiões é absolutamente insignificante. Então o que falta é mudar o foco da discussão. Se nós ampliarmos um

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 317
DOC:

pouco essa defesa e considerarmos o conjunto de todos os servidores públicos municipais do País, aí alcançaríamos cerca de um milhão de servidores públicos municipais que ganham até um e meio salário mínimo, para alcançar esse um e meio seriam necessários ainda para dobrar o valor nominal do salário mínimo em quatro anos, seria necessário um acréscimo de cento e noventa milhões apenas, ao ano na massa salarial dos servidores públicos de todo o Brasil. Portanto, o que falta é mudar o foco dessa discussão. É não entender o orçamento público como um instrumento que deve ser imposto a ferro e fogo para questões como, por exemplo, benefícios salariais, como benefícios sociais que retornam de forma muito mais produtiva, que causam benefícios sociais para a população como um todo. Eu quero lembrar que desde 1994, são estudos também do BNDES, de 1994 para cá, todo o aumento de arrecadação via tributos, todo o aumento da carga tributária foi todo desviado para o custeio do serviço da dívida. E esse período que foi o período de recessão do PIB brasileiro, foi o aumento nos investimentos sociais que aliviaram as tensões sociais. E que permitiram que o Brasil caminhasse mesmo que mal assim. Portanto quando se for falar de salário mínimo não te pode entender dessa forma. Tem que entender que o salário mínimo é o principal indutor da economia dos pequenos Municípios. E gostaria de concentrar nos pequenos Municípios. Por isso eu nunca entendi como os Administradores Públicos às vezes não entendem essa mensagem de lutar contra o salário mínimo que me parece dar um tiro no próprio pé. Porque o trabalhador de baixa renda, que mora nas pequenas cidades esse perfil do trabalhador que ganha até um e meio salário mínimo é o cidadão que gasta lá no comércio local, é ele que compra, ele que gera emprego, ele que gera desenvolvimento. Portanto, Sr. Senador e Sr. Presidente, cada centavo que se tira do salário mínimo, ele é desviado para a concentração de renda. Vai concentrar renda, em quem não vai gastar no Município [soa a campainha] Vai concentrar renda-- 15 minutos? Eu não acredito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Sª. tem mais dois minutos à sua disposição.

SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS: Tá bom. Vai concentrar renda em quem vai fazer compra ora lá em Miami, ora em Paris, ora na DASLU em São Paulo e não naquele Município. Portanto, a defesa do salário mínimo devia ser principalmente dos administradores que tem responsabilidade de resolver os problemas das questões sociais, porque se não for via salário mínimo, ele terá que buscar recurso de outra forma. Mas não é isso, eu não quero entrar na guerra de estatística e número. Eu só quis provar aqui que o aumento de salário mínimo não quebra a Previdência Social e nem quebra os Estados e Municípios. Esse não é o foco da questão. E termino, me permita, dentro desses dois minutos que vão começar agora, ilustrar isso aqui com um fato que me preocupa muito e peço muita atenção dos Srs. Parlamentares e Srs. Administradores Públicos. Em 2002 houve uma Conferência em Genebra na OIT, promovida pelo Fundo Monetário Nacional, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio para discutir uma nova etapa do processo de globalização. Por critério, eles escolheram dois representantes de cada País, um representando o Governo do País, o setor público do País e outro representando os trabalhadores. Para isso se socorreram da ciouse(F) da CMT quem é do meio sabe quem são, e aqui no Brasil escolheu-se um representante do Governo, não sei quem, porque o Brasil daquela confusão da transição não mandou representante e representando os

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 518
DOC:

trabalhadores fui eu por ser Presidente da entidade mais representativa dos servidores municipais. E lá, Senadora, veja que coisa interessante, a discussão focava em retomar o processo de globalização, dentro de uma outra ótica, porque da ótica da Organização Mundial do Comércio e do BIRD, esse modelo fracassou porque ele criou um mercado enorme do tamanho do mundo e não criou consumidor. E que a nova ótica então desse processo seria... O nome do Seminário era esse "A globalização dos Serviços Públicos Municipais" seria fortalecer os Municípios e fortalecer o cidadão. Fortalecer o Município como? Demandando serviços públicos para a maioria dos Municípios. Fortalecer o cidadão como? Melhorando o seu poder aquisitivo para que cada cidadão se transformasse em consumidor, porque esse era o interesse deles. Para isso eles entendiam que diminuindo a importância dos Estados nacionais e Estados provinciais, então tirando, jogando no lixo que o não presta dessa proposta que é acabar com o Estado nacional, o Estado provincial, nós ficamos com que há de interessante. O Fundo Monetário Nacional, a Organização Nacional do Comércio entende que o caminho é fortalecer os Municípios, Srs. representantes, e fortalecer o cidadão. Aumentar. Só que eles querem fortalecer os Municípios de uma forma e o projeto já tem um piloto funcionando na África do Sul e outro no Gabão é um conglomerado francês que toca esse projeto. Lá, por exemplo, eles já transferiram o serviço de água e esgoto para o Município. Tem um anzol atrás dessa isca. Porque ao demandar tanto serviços para os Municípios, que não tem estrutura técnica, não tem dinheiro para investir, só sobra uma saída, que é privatizar. É isso que eles querem. Mas se nós enxergarmos tudo isso não vamos esperar o FMI vir aqui aumentar o salário mínimo não. É assim que eu encerro. Essa é a defesa da CSPB é a defesa da Nova Central Sindical, é a defesa da Confederação Latino-Americana de Servidores Públicos. Sejamos aqui servidores públicos de um lado, Prefeitos e Governos Estaduais de outro a brigar por salário mínimo, até porque estatisticamente nós provamos aqui que não quebra o Estado nem o Município. Vamos fazer o contrário, Sr. Representante, vamos ver a recuperação do salário mínimo do ponto de vista que ele é o principal indutor da economia brasileira, sobretudo nos pequenos Municípios. E assim a solução é aumentar o poder financeiro do Município. Seja via aumento no FPM, seja criando um fundo como V.Sª. acabou de propor, ou seja por exemplo quando vocês do Município estiverem lutando aqui por essa questão do estatuto da micro e da empresa de pequeno porte que quando vocês trouxerem aqui dois, três mil Prefeitos que venham com vocês cem, duzentos, trezentos mil servidores públicos para defender a mesma causa, para contrapor os grandes *lobbys* que desvia dinheiro dos benefícios sociais, para pagamento dos juros. Essa é a defesa correta. Para isso nós estamos a disposição para o diálogo, para apresentar soluções do projeto, para dialogar com essa Casa e, sobretudo, apelando que o caminho seja esse. Não discutir ano a ano quanto pode dar esse ano, mas o caminho seja esse, criar uma política permanente que ela é possível. E repito ao final, não quebra nem Previdência, nem Estado e nem Município. Muito obrigado.Me desculpe, obrigada pela tolerância Sr. Presidente e desculpe por ter me alongado tanto. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos saber se aqui no Plenário, tem algum representante da FRENTE NACIONAL DOS PREFEITOS que até o momento não se identificou, convidado que foi, para participar desse debate na manhã de hoje. Dessa forma, então, nós vamos partir para o debate passando a primeira palavra ao Deputado Walter Barelli.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 5A9
DOC:

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Srs. convidados para esta nossa Audiência Pública. O objetivo da Comissão do Senado e da Câmara é buscar benefícios para maioria da população, principalmente para as pessoas que estão recebendo um salário, que nós consideramos abaixo dos padrões mínimos de decência e abaixo do que estabelece a nossa Constituição brasileira. Foi muito importante o representante da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS falar que advoga até que o salário mínimo seja bem maior e equivalente àquele que o DIEESE calcula mensalmente e tentando se adequar à que a Constituição está falando. Agora, nós sabemos que, se o salário mínimo já foi muito maior em termos de poder aquisitivo, historicamente isso já foi demonstrado, o primeiro salário mínimo feito por Getúlio Vargas equivaleria em poder aquisitivo de hoje a novecentos reais, o salário mínimo pago pelo Juscelino em 59 equivaleria a mil e trezentos reais, então... E o emprego público que foi uma característica importante, até de solução [soa a campainha] Do problema do emprego no Brasil...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): O salário mínimo que se iniciou a pagar, os Municípios pagavam acima. O Estado pagava acima, a União pagava acima. Porque sem servidores públicos era apanágio. Era ter se destacado entre os outros trabalhadores. E o Estado, o Poder Público era um bom pagador. Agora, nós estamos querendo voltar a essa condição. E aí nós precisamos é de sugestões de como fazer. Nós sabemos que com a redução do poder aquisitivo do salário mínimo, vários Municípios hoje estão pagando esse salário mínimo decretado pelo Governo. Agora, e que isso é insuficiente e mesmo assim foi demonstrado, que esses municípios não têm condição de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal com o pagamento desse salário mínimo. Então nós precisamos é de saídas. Nós queremos... Esta Comissão vai fazer uma proposta de recuperação do salário mínimo ao longo do tempo. Esse é o nosso mandato. Para isso que nós existimos. Nós não queremos infelicitar nenhuma das Prefeituras. Aliás, respeitamos muito todos os servidores públicos e também nesse caso aonde a situação é mais... Salarial é pior, dos servidores públicos municipais. Nós precisamos de propostas. Há essa proposta já feita, mas nós gostaríamos que durante o período que essa Comissão está funcionando, porque nós vamos ao Nordeste e vamos à Amazônia. Nós vamos precisar de propostas que nasçam da região, para que a gente incorpore ao nosso relatório. Porque nós vamos fazer um projeto de elevação progressiva do salário mínimo. Falta só definir em que tempo. Se em cinco, se em seis, se em dez anos. Mas essa será a meta. Então a idéia é solicitar tanto às associações de funcionários, aos sindicatos, à confederação, às federações todas que nos ajude, e às associações que congregam os Prefeitos, congregam as municipalidades que vão ter a obrigação de pagar esse salário mínimo, que ainda vai ser mínimo, vai ser o menor salário mínimo a ser pago no Brasil, também nos ajude a ajudá-los a pagar esse salário mínimo. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, nobres painelistas, Srs. Deputados, Sra. ~~Senadora, nós~~

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 520
DOC:

realizamos um ciclo de debates sobre o salário mínimo na Comissão de Trabalho, no ano de 2004 e já naquele momento ficava muito evidente o constrangimento de representações municipais, em se posicionar contrários ao reajuste do salário mínimo nas bases ainda significativas, mas ainda tênues que nós estamos tendo. E, de fato, eu saúdo a posição da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS no sentido de aproveitar exatamente o espaço desta Comissão Especial, para tentar constituir instrumentos que possam efetivamente sustentar uma estratégia de elevação progressiva e sustentável também do salário mínimo. Mas eu queria destacar, e acho que nós devemos e lembrar que naquela oportunidade, e nós estamos na semana da comemoração do 8 de março, do dia internacional da mulher, naquela oportunidade a marcha nacional das mulheres, trazem ao nosso... Iniciava uma campanha de elevação do salário mínimo, sobretudo por considerar que o salário mínimo é um referencial de renda muito mais importante ainda para as mulheres do que para o conjunto da sociedade. E ela iniciava esta campanha e já prevendo esta dificuldade dos Municípios levantava a necessidade da Constituição de um fundo federal, que pudesse apoiar, ao menos transitoriamente os Municípios que viessem a encontrar dificuldades. É evidente que se nós somarmos várias iniciativas conjuntas, por exemplo, a iniciativa de assegurar que a correção do salário mínimo seja definitivamente trazida para o dia primeiro de janeiro. Portanto, que a discussão do peso do salário mínimo, na folha de pagamento dos Municípios possa ser incorporada do debate do próprio orçamento dos Municípios [soa a campainha] Segundo que nós também tenhamos de parte das associações de Municípios e das municipalidades, uma maior preocupação com receitas próprias, porque é verdade que existem Municípios muito pobres, mas também é verdade que, e segundo dados que eu tive acesso, não é nem de longe a metade dos Municípios brasileiros que cobra IPTU, por exemplo, Imposto Territorial Urbano. E isso é um imposto importante e que inclusive pode contribuir para a medida, em que ele pode ser progressivo, portanto cobrar mais de quem tem mais propriedades urbanas, cobrar menos de quem tem pouco e cobrar nada de quem é muito pobre. Portanto, se nós associarmos esta idéia da correção em primeiro de janeiro a uma, digamos assim, a um estímulo a que os Municípios ampliem o seu esforço de receitas próprias, e inclusive isso pode ser mais evidenciado, porque hoje já um grande número destes pequenos Municípios, eles têm um impacto direto do aumento do salário mínimo através das pensões Previdenciárias, sobretudo de trabalhadores e trabalhadoras rurais. E terceiro, um fundo transitório, acho que nós devemos pensar um fundo transitório, para que os Municípios possam se adequar, um fundo que possa ter quatro, cinco anos de vigência e que possa efetivamente ajudar nessa transição para que nós não tenhamos mais os Municípios sendo eventualmente vozes que acabam compondo um discurso antielevação do salário mínimo. E eu queria, Sr. Presidente, também solicitar que esta Comissão encaminhasse ao Ministério do Trabalho e Emprego e também solicitar à CNM que faça este esforço, mas que nós possamos ter os dados regionalizados sobre o efetivo impacto, enfim, a quantidade de servidores que recebem salário mínimo de Estados e Municípios para que nós possamos dimensionar adequadamente esse impacto e possamos ter um cálculo realista de um fundo, que acho que não será e naquela oportunidade já era apontado isto, não é um fundo que seja inviável, cento e cinqüenta, cento e oitenta milhões é um fundo modesto, e que se isso pudesse contribuir para que mais um setor se some à elevação do salário mínimo a acho que é um preço perfeitamente pagável. Mas que a Comissão solicite então essas informações

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 521
DOC:

junto ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre o impacto regional a quantidade de servidores que tem salário mínimo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao Deputado Wilson Cignachi.

DEPUTADO WILSON CIGNACHI (PMDB-RS): Sr. Presidente, Deputado Barreto, Vice-Presidente Barelli, Relator, Senador Paim, dizer em primeiro lugar da minha satisfação em poder estar na Comissão de hoje como representante do PMDB, que fui nomeado há poucos dias pelo meu líder. Segundo dizer da satisfação em poder participar desse debate. E eu entrar de imediato analisando algumas questões referentes à matéria apresentada pelos debatedores. Evidente que eu não ouvi, só ouvi o Sr. João Domingos dos Santos, e o Senhor acabou de comentar as questões dos Municípios. Eu acho que nós temos que pensar seriamente num pacto federativo. Eu acho que nós temos que buscar uma nova proposta no sentido de reduzir a concentração de renda no Governo Federal. Deputado Barelli, V.Exª. comentou o assunto, que nós precisamos buscar mecanismos capazes de encontrarmos essa solução. Eu, como ex-Prefeito e tenho experiência na administração pública, e está me acompanhando com muito prazer na manhã de hoje, o Ex-Prefeito, Dr. Palombini, lá de Vacaria, Paulo Paim, que tem também uma experiência muito grande em administração pública. E nós conhecemos os problemas dos Municípios. Essa guerra do salário mínimo que os Municípios não têm condições de pagar, nos temos que ver como é que nós podemos melhorar essa situação da concentração da renda, das receitas no Governo Federal. Nós estamos aí com números assustadores. Não é este Governo, Sr. Presidente Barelli, não é só este Governo. Isso vem há anos se concentrando, a arrecadação no Governo Federal. Os Estados que estão aí com 23%, a União com 64% e os Municípios com 13 ou 14%. Nós precisamos mudar isso. Não se admite mais o repasse de encargos, de serviços para os Municípios. Isso é um crime que nós estamos cometendo. Mas que tipo de democracia é essa? Que tipo de federação... Que tipo de distribuição de receita nós temos? Então eu quero, eu particularmente, eu não vi o primeiro expositor, mas [soa a campainha] Eu sou contra qualquer fundo. Porque um fundo nós temos que acertar a distribuição, em primeiro lugar. E após essa decisão do pacto federativo da distribuição das receitas, nós partiríamos então, sim, para socorrer algumas regiões, alguns Municípios dentro do crivo geral, de uma análise geral. Então a minha participação é no sentido, Presidente, de analisarmos com maior profundidade essa questão. Nós não podemos mais admitir que se concentre que o Governo Federal fique com a fatia da receita nacional. Está aí a questão do Rio Grande do Sul com as exportações. O Senador Paim sabe, e o Deputado que está aqui gaúcho também que está aqui sabe, das perdas do Rio Grande do Sul. Não é só o Estado do Rio Grande do Sul que vem perdendo, os Municípios gaúchos, a metade sul está sofrendo muito. Agora, tudo por quê? Por causa da concentração. Me parece que nós temos que... Eu concordo com sua análise nós temos que pensar seriamente num novo pacto federativo, para que possamos resolver esse problema tão grave que os nossos Prefeitos estão numa angústia, num sofrimento. Estão numa situação desesperadora. Com a concentração das receitas no Governo Federal, e fazendo caixa, e pagando juros. E os banqueiros estão satisfeitos, o fundo monetário também. Me parece que esse seria o grande debate, meu caro Presidente. Muito obrigado.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 522
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Senador Paulo Paim, o nosso Relator da Comissão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, nosso Vice-Presidente Walter Barelli, meu companheiro de longa jomada como sindicalista ainda, caminhamos juntos, João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL, e o representante da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, Augusto Braun, quero te dizer, Augusto, que eu fiquei muito feliz com a tua presença aqui. Porque quando o tema é espinhoso, muitos não vêm. Mas frente às câmeras das televisões dizem isso e aquilo. Mas na hora do debate não vem. E a tua Confederação veio. E eu respeito aqui sim o Paulo, porque o Paulo não está aqui, está numa outra missão, mas não se omitiu porque pediu para você vir aqui. Isso é importante. E você aqui cumpriu o seu papel. Colocando que eu achei muito importante e eu dirla Jackson Barreto, antes de dizer aquilo que acho importante, que esta Comissão hoje cumpre um papel fundamental. É a primeira vez desde que eu estou aqui no Senado da República ou que houve o debate do salário mínimo que a gente viu alguém falando na situação das Prefeituras que eu não digo que não é real, mas vi também alguém falando da situação dos servidores dos Municípios. Porque estava dando a impressão para sociedade, que a visão do representante das Prefeituras era a visão da Prefeitura. Era a visão do Prefeito e dos seus respectivos filiados à entidade. Mas não é a visão dos trabalhadores do Município, e aqui o João Domingos colocou muito bem. Então essa Comissão para mim está fazendo história. Que aqui o fundamental é isso, meu amigo Tarciso, me permite falar assim os dois gaúchos companheiros da minha região de Caxias do Sul, e o Tarcísio da região do Vale dos Sinos, porque eu morava em Caxias e agora moro em Canoas que é próximo à residência dos meus dois Deputados, enfim. Meu Presidente é um momento muito importante. [soa a campainha] Eu queria dizer também que eu fiquei contente, Augusto, me permite falar assim Augusto, você como pai salário mínimo. Você chegou a dizer que o ideal mesmo é o salário mínimo do DIEESE. Isso para alguém que não trata da matéria, pode dar impressão que soou um pouco de deboche. Mas eu sei que não foi deboche. Sei porque vi a seriedade como você falou do assunto. Você apenas falou da dificuldade das Prefeituras em pagarem aquilo que é correto. E por que é que esse debate é importante? Eu quero ficar nesse tema. Porque não pode, cada vez que vamos debater o salário mínimo, vêm os representantes dos Prefeitos dizendo: "Não, não pode aumentar o salário mínimo". Fica um debate ruim, fica um debate meio desqualificado, até. Você trouxe um debate qualificado, você apontou caminhos, você disse o que poderíamos fazer, poderíamos acatar ou não a proposta. Mas você apontou caminhos. Porque senão fica aquilo nós aqui numa luta enorme para fazer com que o salário mínimo chegue, por exemplo, esse ano a quatrocentos reais, o Governo e tem que reconhecer e eu reconheço, que foi o mais alto índice dado ao salário mínimo nos últimos 20 anos ou 25 como alguns dizem, sai de trezentos para trezentos e cinqüenta, não chega nos quatrocentos. Mas os representantes dos Prefeitos dizem que não podem pagar e não gostariam que fosse aprovado. Fica ruim para os Prefeitos, eu acho. Eu cheguei a dizer, e quero dizer na sua frente de forma respeitosa como você merece, de que eu duvido que um Prefeito, na sua campanha eleitoral, vai subir no palanque e dizer "Votem em mim que eu me comprometo fazer campanha contra o salário mínimo". Claro que ninguém vai fazer

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 523
DOC:

isso. Claro que não vai. Mas fica ruim que depois de eleito vem aqui para o Congresso e diz isso. Mas eu sei que quando o seu representante diz, ele não diz por ele, ele está dizendo que enfim é um clamor dos Prefeitos que estão preocupados com a forma de pagar. Estou entendendo. Nós temos que fazer esse debate da construção de uma política permanente e apontar. É pacto federativo, é aumentar o fundo de participação dos Municípios que eu sei que vocês estão com uma briga até hoje e não conseguiu aquele 1 %. Não conseguiram ainda. Prometido, acertado, combinado, e nada. Segundo ano. Que é legítimo. Tanto que aqui no Senado aprovamos por unanimidade, aqui no Senado nós aprovamos por unanimidade esse debate. Então, é importante esse momento aqui. É muito importante. Daqui que a gente pode construir e evitar aquilo que eu chamo um falso debate, quem é contra e quem é a favor do salário mínimo. Então, de repente, você fica como lobo mal da história, porque vem aqui dizer que não pode aumentar e eu e naturalmente o Barelli, o Barreto, o meu amigo João Domingos, eu acho que a maioria do Plenário aqui pelo que eu conheço 99% dizendo "Olha, não é por aí". Então, essa construção desse debate e o Barelli foi muito feliz e o Jackson também. Nós estamos aqui para construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Eu queria até aproveitar o momento para dizer, eu vi uma fala do Ministro Mantinho esta semana e ele dizia o seguinte, "Se o Congresso não aprovar o Projeto que nós mandamos para lá, a pedido da Comissão Mista em forma de Projeto de Lei nós vamos editar a Medida Provisória". E ele está certo. Se o Congresso não aprovar, eu que sou radicalmente contra Medida Provisória, ele está certo. Se o Congresso não aprovar, nós estamos no mês de março, o salário mínimo entra em primeiro de abril, acho que daí o Governo cumpre sua parte. Nós pedimos o Projeto de Lei e eles mandaram. Agora se nós não deliberar, que venha então a Medida Provisória. Eu não tenho problema nenhum, nesse aspecto é fundamental que a gente tenha esta visão. E quero só concluir dizendo que todos sabem, acho que a caminhada de todos nós, que estamos aqui, eu diria que nessa sala 99% eu diria todos nós queremos muito fazer e o Barelli lembrou aqui como é que não quebrou o País o salário do Getúlio e depois do Juscelino, como é que toda vez que o salário mínimo aumentou, meu companheiro Augusto, me permite te chamar assim, a gente via representantes de Prefeitos dizendo que as prefeituras iam quebrar, falir, iam para a cadeia. Toda vez que o salário mínimo aumenta o discurso é esse. E toda vez ele aumenta e no fim acaba a questão sendo adaptada, assimilada, adequada e vamos embora. Como o trezentos e cinqüenta é irrevogável. Não tem como. Vai ser no mínimo trezentos e cinqüenta. E eu duvido que eu vou ver algum Prefeito preso, ou renunciando, ou fechando a Prefeitura por causa dos trezentos e cinqüenta. Ou mesmo pela Lei de Responsabilidade Fiscal, eu duvido, eu duvido que vá ter algum Prefeito que vá fechar. Eu deixo uma pergunta no ar para você, se me permite, companheiro Augusto, da mesma forma que eu tratei o João Domingos como companheiro, Augusto, se o Senhor me permitir, se nós chegássemos numa Prefeitura, não é época de debate de salário mínimo, e eu chegasse para o Prefeito e perguntasse o seguinte: "Meu Prefeito. Qual é o seu maior problema aqui na Prefeitura"? Eu diria para ti, sem medo de errar, que 99,9% não diria que é o salário mínimo. Você não acha? Não diria que é o salário mínimo. Não era época de debate do salário mínimo. João Domingos, se você chegar lá e pedir para os seus trabalhadores vem cá, o maior problema de vocês aqui é porque vocês ganham o salário mínimo de trezentos e cinqüenta reais? Eles vão dizer: "É problema, porque é muito pouco". Ganham até menos que o salário mínimo. Então, é esse o debate que nós haveremos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 324
DOC:

de construir, eu quero cumprimentar os dois painelistas, cada um defendendo o seu ponto de vista, mas eu acho que houve em ambos uma linha de coerência. Ambos apontaram que o salário mínimo tem que ser valorizado. E temos que achar caminhos para que isso efetivamente aconteça. Eu gostaria de ouvir depois que nós aqui falamos, que os dois painelistas pudessem fazer algumas ponderações. O Barelli fez algumas provocações positivas, os Jackson Barreto também, os nossos dois Deputados, o nosso João Domingos, você também fez o seu ponto de vista e tenho certeza que o nosso Senador Cristovam há também de colocar o seu ponto de vista em relação ao salário mínimo e às Prefeituras. Seria isso, eu não estou fazendo nenhum questionamento maior, mas fazendo ponderações que entendo que essa Comissão há de avançar, independente de ano eleitoral, nós gostaríamos muito de esse ano construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo e dos benefícios de aposentados e pensionistas. Volto a palavra aqui ao meu Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dr. Augusto Braun está com a palavra. E logo em seguida o nosso companheiro João Domingos.

SR. AUGUSTO BRAUN: Bom, começar então os comentários de trás para frente, vou começar pela provocação do Senador Paim, sobre a questão de qual seria o maior problema dos Municípios. E eu acho que a resposta já foi dada até nas colocações que o precederam que vem justamente na questão da participação, a relação entre a participação dos Municípios na carga tributária nacional e o processo de descentralização dos serviços prestados aos nossos cidadãos. O nosso Presidente costuma citar muitos exemplos, em duas áreas, na questão da saúde e na questão da educação. A questão da saúde nós tínhamos os Municípios brasileiros durante a década de 80, tinham 43 mil é servidores atuando na área de saúde. Praticamente retirando as capitais e alguns Municípios de grande porte, eram raros os Municípios que tinham postos de saúde Municipais. A maioria dos postos de saúde pertenciam ou à rede do extinto INAMPS ou eram postos de saúde dos governos dos Estados. Hoje nós temos oitocentos e trinta mil servidores municipais só na área de saúde. Então é uma elevação de 2.000% no número de servidores atuando nessa área. E não existe um Município no País, por menor que seja, que não tenha o seu posto de saúde, não esteja atuando de forma efetiva na prestação desses serviços aos seus cidadãos. Na área de educação, outro exemplo citado, vamos pegar os dados mais recentes agora do FUNDEF. Os Municípios tinham em 97, quando o FUNDEF entrou em vigor, 40% das matrículas do ensino fundamental. Hoje, e os Estados 60%. Hoje inverteu essa proporção, os Municípios tem 60% e os Estados 40%; 20% de matrículas num total de 32 milhões de alunos da rede pública estadual e municipal de ensino fundamental. São seis milhões e meio de alunos que foram assumidos pelos Municípios nesses últimos oito anos. Para atender esses seis milhões e meio foram necessários contratar professores, merendeiros, servidores, foi necessário investir em infra-estrutura, em novas salas de aulas, então os Municípios estão assumindo o seu papel na prestação de serviço. A descentralização que o João Domingos colocava, dos serviços prestados pelos Municípios ao cidadão, a descentralização do serviço está ocorrendo, o que não está ocorrendo é a descentralização dos recursos. O Deputado Cignachi citava a questão participação dos Municípios hoje em 14% da carga tributária nacional. Em 91 nós chegamos ter 19% da participação. Antes da Constituição de 88 a participação dos Municípios na carga tributária era de 12%. Após a Constituição, com a implementação

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 535
DOC:

de todos os dispositivos constitucionais, chegamos a 19% em 1991. De lá para cá uma série de medidas, o foco da União na cobrança das contribuições em detrimento da cobrança dos impostos, provocou essa concentração novamente da carga tributária nas mãos da União. 5% sobre uma carga tributária de setecentos milhões representa trinta e cinco bilhões de reais. Como tinha colocado na minha exposição, pelas nossas estimativas, o impacto do salário mínimo é de quatrocentos milhões. Se os Municípios tivessem mantido a sua participação histórica na carga tributária... A participação alcançada com a implementação da Constituição Federal na carga tributária, com certeza nós não estaríamos aqui discutindo o impacto do salário mínimo nas finanças Municipais. Então, diante disso, mais uma vez eu ressalto que os Municípios não são... Os Prefeitos brasileiros não são contra o aumento do salário mínimo. Ocorre que, na situação atual, de os Municípios estarem assumindo os serviços prestados aos cidadãos, principalmente na parte de pessoal, porque quando são transferidos os recursos, por exemplo, dos programas da saúde para a aquisição de remédio, vai lá o dinheiro para compra do remédio. Mas quem é que contrata o médico que vai prescrever aquele medicamento para pessoa que necessita? É o Município. Então, a parte de pessoal, o número dos servidores Municipais vem crescendo de forma desproporcional à receita dos Municípios nos últimos anos. Com isso, está ocorrendo inclusive um processo de achatamento do salário dos salários dos servidores Municipais, que representava no custo do gasto dos Municípios com o pagamento de servidores com salário mínimo, era de 2,3 bilhões em 2000. Em 2005 estima-se que esse valor deve ter chegado a 3,4 bilhões de reais, ou seja, um bilhão e cem que o os Municípios estão aportando a mais só com servidores que ganham salário mínimo. O que, que ocorre? Subiu de 2,4% do número de servidores. O peso financeiro subiu 2,4% com o pagamento dos servidores que ganham até um salário mínimo para 6% já está representando no custo final da folha dos Municípios. Então, por isso é importante esse debate, e por isso a gente trouxe propostas, começaram a ser construídas inclusive lá na Comissão de Trabalho onde o nosso Presidente já esteve participando desse ciclo de debates, de criação de um fundo transitório, onde os Municípios que viessem, não aqueles que já estão estourados, que já não estão cumprindo o que manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas aqueles que viessem estourar em função do aumento do salário mínimo que pudessem ser socorridos de forma transitória, como diz o Deputado Zimmermann, e com critérios com mecanismos de evitar que o Município tivesse que recorrentemente se socorrer. Como diz o João Domingos, o aumento do salário mínimo melhora a economia local e melhora conseqüentemente a arrecadação. Só que é um descompasso entre o aumento da despesa e o efeito econômico e geração de impostos. E esse descompasso é que deveria ser coberto por esse tipo de fundo. Então essa é a nossa contribuição e a gente permanece à disposição dos Senhores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): João Domingos para as suas considerações finais.

SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS: Obrigado, Sr. Presidente. Assim como o Augusto também vou iniciar, inverter a ordem. Iniciar pelo Paulo Paim fez uma grande provocação que chegasse num representante dos servidores públicos e perguntar qual seria o principal problema, por exemplo, se seria o salário mínimo? Eu disse que sim e quero agregar até agora e agradecer ao Augusto pela franqueza como ele colocou aqui uma realidade do crescente achatamento do salário dos servidores

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 526
DOC:

públicos. Isso faz chegar a um ponto tão dramático, Senador Paulo Paim, que hoje grande parte dos servidores públicos eles sonham com aposentaria porque a aposentaria vai lhe garantir um soldo mínimo de um salário mínimo. Porque hoje, o que ocorre muito no Norte e no Nordeste, mas por incrível que pareça, no Rio de Janeiro aproveito a presença do Presidente da Federação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Marcos Vinicius Gomes, e agradeço a presença de vários representantes que estão aqui, está aqui Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, são vários, muito obrigado. No Rio de Janeiro onde, por exemplo, a remuneração mínima é de quatrocentos reais, quatrocentos e oitenta, mas o salário aqui o piso salarial, aquele que serve para reajustar, para compor os benefícios salariais permanentes, como o qüinqüênio e etc, estão abaixo do salário mínimo atual. Pronto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS: Nos Estados de Norte e Nordeste nós encontramos a grande maioria, esmagadora maioria que recebe salário base, o vencimento da pessoa. É 20, 30, tem vencimento de 30 reais eu vi no Piauí, 40, 100 reais não importa e recebe uma complementação para se alcançar o salário mínimo por exigência da Constituição. Então a questão é muito mais dramática. E aí o grande componente é esse, a compressão do salário dos servidores públicos municipais via, principalmente, uma participação cada vez menor dos Municípios. Nós os servidores públicos entendemos esse trem com muita responsabilidade. Nós não queremos... Nós exigimos, é claro, um salário mais justo ou mais próximo do justo possível, mas nós entendemos que é também nossa responsabilidade viabilizar o Município. Os servidores públicos têm compromisso com o Município, Augusto, talvez até de forma mais consistente do que o Prefeito. O Prefeito tem mais compromisso com a gestão de Governo que é quatro, oito anos. Nós servidores públicos, ele o servidor público é o próprio Estado. A ação do Estado, do Município, do Estado Municipal, do Estado Nacional se materializa pela mão do servidor público. Sem os servidores públicos o Estado seria sei lá, uma peça jurídica, uma Constituição, um monte de Leis em livro, sei lá. Então, o nosso compromisso com a recuperação dos Municípios é muito grande. A minha em particular, porque eu sou municipalista por convicção. Eu sou o primeiro Presidente da Confederação que sou funcionário municipal. Ela sempre foi dirigida por funcionários federais ou estaduais, eu sou funcionário da Prefeitura de Goiânia. Então esse compromisso é muito grande, e por isso que nós insistimos em duas coisas de Goiânia, duas coisas. Primeiro, na necessidade de os Estados, dos Municípios, nem digo tanto os Prefeitos, mas a CNM que representa os Municípios, interesse dos Municípios, trabalhar com o sentido de parceria com os servidores públicos, com a Confederação que representa os servidores públicos porque nossos interesses não são necessariamente antagônicos. Existem as prioridades do Governo, do Prefeito, mas os interesses nossos são... Termina se afunilando. Quer prestar um serviço público de qualidade, na quantidade e na qualidade que a população exige. Nós temos feito um grande esforço para isso, eu lamento o Paulo não estar aqui, já estive na casa, numa casa de trabalho que eu tenho lá em Porto Alegre, com o Presidente da nossa Federação, o Sérgio Arnold nesse sentido trabalharmos em parceria para recuperar a maior participação do Município na carga tributária nacional, para que viabilize as nossas reivindicações. Inclusive, ele foi muito solícito, concordou, até nos serviu uma cachacinha muito legal na hora, mas a coisa não foi para frente. Depois nós já

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 597
DOC:

procuramos, fizemos ofício, eu fiz um memorial para a Confederação, deve estar lá o memorial, eu insistindo nessa necessidade. Então, eu quero aqui agora aproveitar aqui no Congresso Nacional e cobrar mais uma vez esse entendimento por parte da Confederação Brasileira dos Municípios, que necessariamente nós não somos adversários porque vocês não se apresentam como inimigos do Município. Vocês não se apresentam como inimigos do Município, portanto não são inimigos do servidor público, vocês não se apresentam como inimigos dos beneficiários do serviço público, portanto nós somos parceiros. Quero cobrar esse entendimento e quero encerrar numa coisa, onde do posicionamento do Deputado Wilson Cignachi que é a da necessidade de rediscutir o pacto federativo. Eu não pude àquela hora falar com mais clareza, não preciso de mais de 2 minutos, Presidente, agora não vou exagerar não, porque ou nós fazemos, ou nós rediscutimos o pacto federativo a partir do entendimento do ponto de vista político, da cultura nacional, ou nós vamos fazer por imposição. Eu quero repetir, essa conferência que eu estive é uma conferência promovida pelo FMI, pelo Banco Mundial, e pela Organização Mundial do Comércio que era uma conferência revisora do consenso de Washington no entendimento de que aquele modelo de globalização fracassou, porque criou mercado e não criou consumidor. Então, o que eles estão propondo, em resumo, é um novo pacto federativo como, onde... E assim que funciona os grandes conglomerados dos globalizantes, onde os grandes conglomerados se relacionam diretamente com o Município. Lá teve uma conferência do Presidente, do então Diretor-Geral do FMI, um do Presidente do Banco Mundial e de um representante da federação do Comercio. Eles são unânimes em entender que nesse novo funcionamento de mundo globalizado, os Estados nacionais e os Estados provinciais são dispensáveis, que seriam uma espécie... Ele usou mais ou menos uma coisa que pode ser traduzida como atravessador. Portanto, o que eles querem fazer? Fortalecer o Município. Fortalecer transferindo cada vez mais serviços públicos até que sejam todos Municipais. Só que numa demanda tão grande que os Municípios não terão como, não terão capacidade técnica, não terão dinheiro para investir nesses serviços públicos demandados e necessariamente teriam que ser privatizados. Não a propriedade, mas a execução do serviço. Eles têm o interesse deles lá. E por outro lado fortalecer o cidadão para que o cidadão se torne consumidor. No entendimento deles, esse modelo é estão injusto, tão concentrador de renda, que boa parte, por exemplo, da organização dos órgãos, a Organização Mundial do Comércio não se sentem contempladas porque está muito concentrado. Então, está vindo aí. Ninguém prestou atenção no consenso de Washington, hoje o mundo inteiro está sob o modelo de pensamento único, porque nós não participamos daquela formulação. Porque naquela formulação, 1987, me parece, não tinha os representantes que os atores sociais não participaram. Eles estão com essa visão diferente agora, chamando o Movimento Sindical, eu fui o único brasileiro convidado. Porque eles querem com componente social, com os atores sociais, Paim, estando discutindo, eles acreditam que será possível transferir mais renda para o cidadão e com o cidadão maior poder aquisitivo. E um Município forte o suficiente para regulamentar o mercado, eles poderão agir diretamente. O que é que eu quero concluir com isso, se nós não tratarmos de discutir esse novo pacto com a nova visão de correção dos graves problemas sociais, com nova visão de fortalecimento da esfera administrativa da administração pública, com o entendimento de que é preciso fortalecer a cidadania, e aí é que eu digo, esse binômio de fortalecer o cidadão, e fortalecer o Município. Vamos colocar aqui uma cunha, uma âncora, o salário mínimo é essa âncora,

ATN nº 003/201
CESP - SALÁRIO MÍNI
FLS: 598
DOC:

Senador Paulo Paim, para fazer esse binômio dar certo. Faço esse apelo e vou fazê-lo por escrito. O Deputado Bareiii acabou de afirmar que essa Comissão aqui vai sair com uma proposta e que aceita a proposta de política permanente de recuperação do salário mínimo, me comprometo e nós temos isso fundamentado, com dados, os dados reivindicados pelo Deputado Zimmermann, nós temos todos. Vou fazer isso consistentemente por escrito, mandar para essa Comissão e me comprometer a dar prioridade, prioridade máxima na dedicação da CSPB e da Nova Central Sindical a esse tema. Muito obrigado, e me desculpe pela pobreza de argumentos. Mas, sobretudo, quero dizer a vocês, é o meu posicionamento aqui resume o posicionamento da esmagadora maioria dos servidores públicos brasileiros, particularmente os servidores públicos municipais. Muito obrigado.

[palmas].

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, Presidente, talvez o Senador Cristovam queira usar a palavra, mas eu queria antes de V.Exª. deixar para refletir, se pudesse me dizer alguma coisa para não perder a oportunidade, eu não vou fazer outra fala, é uma pergunta só. Como está a situação dos servidores municipais aposentados e pensionistas? Eu sei que cada Município pode ter uma realidade, Mas vocês responderiam isso, se pudesse, em um minuto, porque nós temos aqui debatendo também não só política de recuperação do salário mínimo, – companheiro Edson do MOSAP –, mas também a situação dos aposentados e pensionistas. E eu gostaria muito de saber como Relator em nome aqui da Mesa se você pudesse resumir a situação dos servidores municipais aposentados e pensionistas?

SR. AUGUSTO BRAUN: Bom, infelizmente o Senador não trouxe dados separados, a gente acabou trabalhando, se preparando com dados globais, os dados que a gente citou refletiam a realidade do conjunto de servidores ativos e inativos, entretanto, o que a gente pode citar, os Municípios ainda têm uma situação relativamente confortável em relação à questão Previdenciaria, ao contráno dos Estados e mesmo da União. Porque a relação de servidores Municipais inativos, em relação a servidores ativos ainda é pequena. Nós temos cerca de três milhões e meio de servidores entre ativos e inativos, desse total apenas 350 mil aproximadamente, são servidores inativos. Então, por isso inclusive a CNM tem feito um trabalho no sentido de incentivar os Municípios a criarem seus regimes próprios de Previdência. Porque como há um número de servidores na ativa muito maior do que inativos, o financiamento do regime próprio de Previdência se torna mais barato do que a adesão, do que a contribuição do Município ao INSS. Então, nós fizemos cálculo atuarial de 600 Municípios no País e nos indicam que com uma alíquota de cerca de 16% hoje, essa alíquota média desses 600 Municípios, com uma alíquota de 16% se sustentaria um fundo de Previdência. Lógico que aí há alguns impedimentos legais, uma vez que a última Reforma da Previdência estabeleceu que a alíquota mínima para os servidores é de 11% e depois uma Lei federal, uma Medida Provisória era 163 que foi convertida em Lei Federal estabeleceu que o ente não pode pagar menos que o servidor. Então, no mínimo os Municípios gastam para sustentação do seu regime próprio de Previdência 22%, o que ainda assim é de 9 a 10% menor do que do que gastam os Municípios que

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 5209
DOC:

estão atrelados ao INSS. E nós temos hoje 40% dos Municípios do País com seus regimes próprios, estamos trabalhando para que esse número seja ampliado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Sr. Relator, Senhores que trouxeram suas posições que eu lamento só pude assistir a segunda, eu estou aqui nessa Comissão primeiro pelo meu empenho na luta que esse País quebre o *apartheid* social. Que ele quebre essa tradição histórica de um desenvolvimento separado. Uns dentro e outros fora, que vem desde a escravidão e que mudou basicamente na terminologia, mas não mudou fundamentalmente da realidade social, da inclusão e da exclusão. Ao mesmo tempo eu estou aqui porque eu insisto conversei muito isso com o Paim, de que eu não vejo o salário mínimo apenas como o contracheque. Nós temos que trabalhar o salário mínimo com os valores do contracheque e com os benefícios adicionais que um trabalhador tem. Há países no mundo que o salário mínimo é muito menor do que no Brasil. Ou um pouco menor, mas tem uma qualidade de vida muito superior. Eu cito Cuba. Se olhar o salário mínimo de Cuba é menor, agora, nem há desigualdade e o pessoal mora na casa quase sem pagar. A escola de qualidade sem nenhum custo, a saúde gratuita para todos. Isso tem que entrar também. A gente tem que colocar... Isso não é para diminuir o valor do salário mínimo, veja bem, não é para diminuir o valor que é baixo demais, é para que a pessoa colocar na política do salário, entre aspas, "mínimo", a gente teria até que ter uma outra palavra diferente para não confundir, nesse salário mínimo melhore as outras coisas que vêm dos serviços públicos. Porque a gente vê como salário mínimo apenas do que vem da remuneração. Mas a gente não vê, o que vem dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, o terceiro item, salário monetário, benefícios públicos, eu queria incluir nessa Comissão uma preocupação com o aumento da produtividade do assalariado mínimo. Porque quer queiramos ou não, o salário mínimo só vai realmente subir, e subir sustentavelmente quando subir a produtividade do assalariado mínimo. Porque é da produtividade que ele produz aquilo que ele vai receber. A gente sabe que hoje existe a margem de exploração muito alta. Já dá para pagar um salário monetário maior com a produtividade atual. Mas sem aumentá-la, vai ficar um pouquinho a mais. Essa briga que às vezes me encabula de trinta reais a mais por mês como a gente vê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ou por dez.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou por dez. É ridículo. A gente tem que procurar que seja muito mais do que isso. Agora, para ser muito mais que isso com realismo, tem que aumentar a produtividade. E aí me interessa muito o lado do setor municipal. Pelo seguinte, grande parte dos serviços públicos que o assalariado mínimo recebe, é produto das prefeituras. Como a educação fundamental, como o atendimento das crianças na pré-escola. Então a gente tem que incluir no nosso relatório, eu sugiro, formas que façam com que os Municípios sejam capazes de melhorar a qualidade educacional de todos. Mas ao melhorar de todos, não vai melhorar dos que pagam as escolas dos ricos, privadas porque eles vão continuar lá. Vai melhorar daqueles que estão submetidos à escola pública fundamental. A instalação de creches, não apenas beneficia como se fosse um salário mínimo indireto, mas aumenta a produtividade porque libera a mãe, para que possa ter um trabalho externo, e com isso

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 530
DOC:

ganhar outro salário mínimo. Melhora o salário mínimo não do indivíduo trabalhador, mas da família. Por isso que eu sou tão interessado na parte Municipal. Ao mesmo tempo, a gente tem nos Municípios o que não tem no Governo Federal e deve ter muito raro no Estado, assalariados mínimos na folha de pagamento. Quantos no Governo Federal não deve ter ninguém. 1%, tirando os aposentados, 1%. Então, não é um problema aí. Dos Estados deve ser mais de 1%. Seis a oito. Nos Municípios então são 93%.—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Chega até 60%–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até 60%. Então, vejam, vocês são, ao mesmo tempo, parte do problema e parte da solução. Parte do problema que a gente quer resolver, não parte do problema que vocês estão criando. Ficar bem claro isso. Parte do problema que a gente quer resolver está lá nos ombros de vocês, e vocês sofrendo. E parte do problema que a gente quer resolver dos outros e de vocês também, vocês são os que podem fazer a melhoria, que é melhorar a educação, melhorar a saúde. Obviamente só com o impacto vindo da federação. O Município não tem mais como por exemplo, investir na educação. Não vejo. Por isso eu defendo a federalização da educação fundamental, mantendo a descentralização gerencial com os Prefeitos. Mas as regras serem nacionais, os padrões mínimos serem nacionais, senão a gente cria o absurdo de hoje. A educação de uma criança depende da cidade onde ela nasce. E da sorte do Prefeito quando ela estava na idade escolar, se ele queria ou não botar um dinheiro a mais. Por que é que Brasília tem uma educação que se considera a melhor? Além de ter tido algumas pessoas na direção daqui interessados, é porque aqui a educação que é a cidade mais rica do Brasil, renda per *capita*. Mas aqui é a educação federal. Ninguém fala isso. Em Axixá, lá no interior do Maranhão, porque a cidade tem a menor renda per capta do Brasil, quem paga o salário é o Prefeito com uma ajudinha do FUNDEF. Mas aqui quem paga o professor é o Governo Federal. É uma contradição absurda isso. Não estou propondo que o Governo Federal adote todas como adotou Brasília, porque aí não tem dinheiro, mas que complemente de uma forma substancial. Ao mesmo tempo é preciso padronizar a qualificação do professor. Por que é que o funcionário do BANCO DO BRASIL, que mexe com dinheiro, em qualquer cidade que ele for ele tem a mesma qualificação profissional? Agora, o professor não. O professor tem qualificação diferente. Até porque ele é selecionado só localmente. Então, não vai sair daqui soluções, mas eu queria que a gente tivesse um contato mais profundo com eles na busca de soluções. Como aumentar a produtividade do funcionário, do servidor Municipal. Se a gente aumenta a produtividade dele libera recursos da receita do Município para pagar melhor a eles. Porque a produtividade baixa a gente esquece. A produtividade baixa exige um emprego de um número grande. E ao exigir um emprego de número grande, força uma baixa no salário necessariamente. Eu não digo até quando, mas força. Não tem jeito. Botou duas pessoas para trabalhar ao invés de uma, se as duas produzem o mesmo que uma, a Prefeitura vai ter que dividir o dinheiro que ela tem para pagar dois. Como é que a gente aumenta essa produtividade? Segundo, como é que as prefeituras melhoram o serviço que chega aos assalariados de um salário mínimo? Porque isso é um benefício adicional. E terceiro, claro, como é que a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 531
DOC:

gente faz uma engenharia financeira para que não possamos ficar com 30% ganhando meio salário mínimo. Porque isso é até inconstitucional. Ninguém nunca entrou com uma Adin contra ele ser Prefeito. Um e meio só 30%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nominal. Antes do FUNDEF tinham professores abaixo do salário mínimo. O FUNDEF resgatou isso. Não resgatou a educação. Porque não é sair de setenta reais para trezentos, que o professor fica bom. Ainda é insuficiente. Aí tem que ter uma promoção adicional. Então, eu queria, Presidente, que a gente explorasse, não sei se criar Subcomissão aqui, se pedir auxílio de alguns dos profissionais do Senado como aqui eu vejo um, para que a gente trabalhe a solução de maneira mais ampla. Como aumentar a produtividade nos serviços públicos prestados pela Prefeitura à população de baixa renda da cidade? Como aumentar a produtividade de tal maneira que a Prefeitura tenha mais recursos liberados? E como de fato fazer a engenharia financeira para que o Governo Federal possa aportar recursos? Por que eu acho que com o dinheiro só de Prefeitura, não vai conseguir. Mesmo que haja desperdício em alguns lugares, mesmo que a gente também talvez tenha que enfrentar um problema, até quantos habitantes uma cidade deve ter Vereadores remunerados? Se a gente eliminasse a remuneração de Vereadores, até um certo número de habitantes, sobrava dinheiro para pagar melhor os funcionários. Justifica o Vereador ser remunerado em uma cidade de 30 mil habitantes, ou 40 ou de 10? Eu acho que essa Comissão tem que ter coragem de falar isso. Ou pelo menos de discutir. E não deixar de falar por temor. Deixar de falar talvez porque não seja possível, não seja correto. Mas há lugares em que se pode reduzir gastos, mas não por vontade do Prefeito ele gasta, mas por imposição das legislações. Outra coisa que eu gostaria de me sentar com os Prefeitos para ver. eu defendo que do jeito que tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal a gente tem uma Lei de Responsabilidade Educacional, que o Prefeito tenha metas a cumprir. Na hora Presidente, em que o Prefeito tiver metas, é capaz de ele gastar menos, porque ele sabe que o dinheiro que sobrar ele aplica em outra coisa. Hoje ele tem que gastar 25% em educação. Aí às vezes inventa trapaças para gastar esse dinheiro. Um dia desses, eu soube de uma cidade que fez um estádio novo e botou uma escola dentro do estádio, e fez com o dinheiro da Educação. Se ele fosse competente para construir a escola barata era capaz de ter dinheiro para fazer uma escola nova ele não ia precisar dessa artimanha. Não é parar a vinculação de gastos com a receita. Não proponho isso. Acho que no futuro não deve precisar de 25%. Vai ter Prefeito que gasta 18% e faz uma educação melhor do que outro que gasta 30%. Vai depender da competência do Prefeito, e aqui estamos diante de um que já foi. Agora, tudo isso nós deveríamos o relatório só financeiro, e nem só raivoso, porque o salário é baixo. E nem só de cobrança para que seja mais alto. Acho que temos que trazer soluções e essas soluções devem ser mais amplas. E aí o Município vai ser talvez o centro do problema no sentido... Nosso problema, não de vocês. Por isso fico contente, e lamento não ter assistido contato mais perto na medida em que a gente começar a trabalhar o relatório, que eu gostaria muito de colaborar o máximo com o meu amigo Relator. Mas eu quero parabenizar também a Comissão por ter feito essa audiência específica. Não o contraponto aqui e a diferença desse grupo e os outros. Já ouvimos empresários, trabalhadores, aqui nós estamos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 532
DOC:

ouvindo trabalhadores e empresários com contraponto, mas de um setor aonde vai estar a solução. Ou uma grande parte da solução vai estar lá, que é dos Municípios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Esse contraponto. Bem, nós queremos agradecer a participação do Dr. Augusto Braun e do João Domingos Gomes dos Santos. Eu queria aproveitar, João Domingos, para dizer a você que depois de ouvirmos aqui esse debate e as suas afirmações, de forma tão segura, eu tenho consciência de uma coisa. Os servidores públicos desse País estão muito bem representados na Confederação. Eu fiquei impressionado aqui com a sua firmeza e acima de tudo com o conhecimento da causa dos servidores, de forma bastante profunda. Não o conhecia, tive o prazer e honra de conhecê-lo hoje e acho que como servidor público que sou, aposentado, acho que os servidores estão muito bem representados nessa entidade que você dirige. Eu quero aqui também cumprimentar o Augusto Braun, que a sua missão aqui foi uma missão um tanto difícil. [risos] Um tanto difícil. Mas o nosso Senador Cristovam Buarque, que é um homem dedicado à causa da educação em nosso País, eu diria ao Senador Cristovam Buarque, nessa discussão que nós não abrimos, mas *en passant* o Senador tocou aqui, com relação à questão da remuneração dos Vereadores, eu acho que o nosso País se formos levar em conta realmente aquilo que é necessário em cada Município, na nossa avaliação pessoal eu acho que a questão não está no salário de um Vereador, de uma pequena cidade do interior. Acho que a representação tem que ser remunerada, qualquer que seja o tamanho do Município. É um ponto de vista pessoal. Eu acho que deveríamos levar em conta com a nossa experiência de administrador e Prefeito da capital por duas vezes, V.Exª. Governador do Distrito Federal, essa cidade privilegiada como V.Exª. bem colocou, uma educação que é custodiada pelo Governo Federal, isso vai muito do compromisso político, da consciência política daquele que dirige, que comanda a administração pública. Enquanto o Prefeito de Aracaju, nós conseguimos fazer um trabalho na educação de zerar o déficit escolar em Aracaju na década de 80. Agora, o que nós precisamos chamar a atenção, não é reparar se o mandato do Vereador causa prejuízo financeiro ao Município, mas saber se a consciência do administrador o leva a fazer uma administração voltada para os interesses públicos e, acima de tudo, os gastos na administração fica restrito àquelas responsabilidades do administrador. Nós sabemos que nós temos Municípios nesse País pobres, Municípios pequenos, mas eu acho que falta ainda uma consciência política dos nossos administradores na prioridade dos seus Municípios. Eu não queria me aprofundar, mas nessas questões, porque eu tenho algumas indagações que eu gostaria até de fazer, com relação aos gastos públicos, aquilo que é essencial e aquilo que não é essencial à sociedade. Eu acho que essa é uma questão que eu considero fundamental. Com a minha experiência de Prefeito de uma capital do Nordeste e a visão que nós temos, nós sabemos que... Não todos, mas muitos gastos supérfluos se faz nesse País, sem a devida responsabilidade e compromisso com o povo e com a sociedade. Eu acho que não fica na remuneração do Vereador, mas no compromisso e na seriedade, e, acima de tudo, na prioridade que se dá às questões que interessa ao povo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permite, Presidente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com muita honra.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 533
DOC:

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer também que a remuneração pode até ser correta para todos, todos. O valor que a gente poderia discutir. E além disso, outra coisa, a gente poderia dizer o seguinte, que tem a ver com que o importante que o Senhor colocou que é da responsabilidade. Responsabilidade nossa, e aí não falo Vereador, falo Senadores também, zelar pelo interesse público, podia pelo menos colocar que a gente não aumenta o salário de nenhum Parlamentar na cidade, enquanto tiver ganhando menos que o salário mínimo. Pelo menos isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu acho correto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E depois, que nunca a porcentagem de aumento de salário de Vereador, Senador, Deputado, o aumento possa ser maior do que o aumento do salário mínimo. Porque tem ano que aumenta-se mais o salário de Parlamentares do que o salário mínimo. Isso aí devia ter uma regra, ou até mais drástico um pouco, o aumento do salário de Parlamentar não poderá ser jamais maior do que 50% do aumento da porcentagem dada ao salário mínimo. Até porque nesse dia a gente vai começar a aumentar mais o salário mínimo.

[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero também aqui aproveitar o Senador, para dizer que é preciso ter mais responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Não digo isso como regra geral, mas a experiência nossa como nordestino, me leva a aproveitar essa oportunidade para fazer esta afirmação: Ter mais responsabilidade e zelo na aplicação dos recursos públicos em nosso País. Deputado.

DEPUTADO WILSON CIGNACHI (PMDB-RS): Presidente, eu não quero naturalmente interromper, já está no final do debate, mas foi levantada a questão da remuneração dos Vereadores. Fala aqui quem foi Vereador sem salário. No período da ditadura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): No "tampão", de 70 a 72.

DEPUTADO WILSON CIGNACHI (PMDB-RS): Em 1968 fui eleito na cidade de Farroupilha, até 1976, por aí. E nós tínhamos um compromisso. De cumprir com o mandato em cargos, visitas a comunidade, Sessões, deslocamento, sem remuneração. Agora, também foi no período da ditadura. E eu entendo que o controle da remuneração dos Vereadores era importante. Agora, eu acho que poderia ser remunerado sim. Mas nós temos essa experiência. E um outro item que V.Exª. Sr. Senador comentou, a produtividade do funcionário. Eu fiz uma experiência como Prefeito. Está aqui, vou repetir, o ex-Prefeito Paulo Umbini(F) que foi um grande Prefeito da Vacaria, lá do Rio Grande do Sul. Quando eu estava na Prefeitura, aquele mandato de 6 anos, de 83 a 88 nosso mandato foi constitucional. Os Senhores lembram. E lá eu recebi a pressão dos funcionários dizendo não, não você tem que melhorar nossos salários... Ou melhor, nós temos que ampliar o número de funcionários para diversas áreas. Eu disse: "Olha, só tem uma coisa, eu vou reduzir salário". Essa experiência também eu tive a felicidade de aplicar no meu Município e deu certo. A produtividade, porque eu vim do setor privado, eu era empresário e mostrei para os trabalhadores no setor público, que é possível sim.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 534
DOC:

se produzir e ter uma remuneração digna. Então esse debate pode ser travado sim, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Declaro encerrada a 9ª Reunião da Comissão Mista Especial e convoco os Senhores membros para a reunião do dia 14 às 11h00, onde ouviremos representantes do DIEESE e do DIAP. Está encerrada a Sessão. Muito obrigado a todos e a todas.

Sessão encerrada às 13h10.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 585
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

10ª REUNIÃO

14/03/2006

Audiência Pública com pesquisadores do DIEESE e DIAP: FLÁVIO TONELLI VAZ- Ex Diretor e Membro do Corpo Técnico do DIAP; ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ, Diretor do Diap e FREDERICO MELO, Técnico Economista do DIEESE

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 536
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 10ª Reunião

Realizada em 14/03/2006

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às onze horas e quatorze minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti, Heloísa Helena, Eduardo Azeredo, e Augusto Botelho, e dos Deputados Vicentinho, Tarcísio Zimmermann, Walter Barelli e Vanessa Grazziotin, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 10ª reunião, propondo a dispensa da leitura ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reuniao se destina à Audiência Pública com os representantes do DIEESE e DIAP. Convida para compor a mesa e fazer a sua apresentação o Sr. Flávio Tonelli Vaz- Ex Diretor e Membro do Corpo Técnico do DIAP e o Sr. Antonio Augusto de Queiroz, Diretor do Diap. Após essas explanações, convida o Sr. Frederico Melo, Técnico Economista do DIEESE para que faça também sua exposição. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: Walter Barelli, Tarcísio Zimmermann, Heloísa Helena, Wilson Cignachi, Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e um de março deste ano, às onze horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

10ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS. REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2006, ÀS 11 HORAS E 14 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo ato conjunto nº 03/2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o Salário Mínimo do País. Esclareço que a pauta desta

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 537
DOC:

reunião destina-se à audiência pública com representantes do DIEESE e DIAP. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. Informamos que os técnicos falarão obedecendo ao critério de chegada. Estamos ainda aguardando aqui o representante do DIEESE, que confirmou a sua presença.

Nesse momento nós queremos convidar aqui para compor a mesa os representantes do DIAP, o Diretor do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, e o Dr. Flávio Tonelli Vaz, ex-Diretor e membro do corpo técnico do DIAP. O DIAP, que é para nós um importante aliado no trabalho Parlamentar, afinado que sempre foi com as questões do movimento sindical e de suas entidades sindicais. Para nós, desta Comissão, não somente o Presidente, mas o seu Relator, o seu Vice-Presidente e todos os Membros da Comissão, é uma honra muito grande para nós desta Comissão recebermos para este debate, para sua contribuição, a participação do DIAP e do DIEESE aqui nessa audiência. Nós queremos nesse momento passar a palavra ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do DIAP, V. Sª. dispõe de quinze minutos para as suas análises.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ: Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Sr. Relator, Senador Paulo Paim, Srªs. e Srs. Deputados, convidados. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer, em nome do DIAP, esse convite para participar deste importante momento do Congresso Nacional na definição de uma política permanente para o salário mínimo. Inicialmente eu gostaria também de registrar a minha satisfação em participar dessa audiência juntamente com o meu colega de DIAP, Flávio Tonelli Vaz, que é Advogado, membro do corpo técnico do DIAP e estudioso da questão do salário mínimo. E também com o DIEESE que é uma entidade co-irmã na assessoria das entidades sindicais brasileiras.

Antes de trazer aqui a opinião do DIAP sobre o tema, eu gostaria de abordar alguns aspectos da história recente no Congresso Nacional de iniciativas com vistas à definição de uma política permanente para o salário mínimo. Eu me lembro que a primeira Lei, que no período pós-constituinte que definiu o salário nacional foi a Lei 7.789, de junho de 1989, que decorreu de uma iniciativa da Comissão de Trabalho, que constituiu uma Subcomissão cujo coordenador desta Comissão era o então Deputado e hoje Senador Paulo Paim.

O DIAP, por solicitação do então Presidente dessa Comissão, Deputado Carlos Alberto de Oliveira, o "KO", elaborou também, em parceria com o DIEESE, um anteprojeto de salário mínimo e também de política salarial, eram duas peças separadas, com o objetivo de instituir no Brasil o primeiro salário mínimo constitucional, aquele que a Constituição de 1988 tinha definido, e nesta Subcomissão o Relator foi o então Deputado Célio de Castro, ex-Prefeito de Belo Horizonte também.

Esse projeto, para ser aprovado no Congresso, houve a necessidade de composição no Plenário da Câmara, no Colégio de Líderes, e esta composição se fez com o Deputado então do PSDB, o Osmundo Rebouças, foi então feita a fusão dos dois projetos e elaborado o primeiro projeto de política salarial e de salário mínimo no período pós-constituinte e que foi relatado pelo Deputado José da Conceição. Esse projeto, além de fixar o salário mínimo nacional na época, em cento e vinte cruzados novos, estabelecia o fim do salário de referência e do piso salarial. Estabelecia ainda

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 528
DOC:

uma correção mensal do salário mínimo com aumento real mensal de 3% que eram repassados, esses aumentos eram repassados a cada bimestre para o salário mínimo no percentual de 6,9%.

Então ali já assinalava uma recuperação do salário mínimo de modo mais prolongado, ao longo do ano, enquanto não se conseguia debelar a inflação que naquela época era galopante. Esse projeto foi aprovado na Câmara e no Senado, mas foi vetado integralmente pelo então Presidente da República, José Sarney. Em 17 de junho o Presidente Sarney reeditou um Decreto fixando o valor desse salário mínimo em cento e doze cruzeiros novos, e, depois, uma Medida Provisória, a Medida Provisória 71, fixando um abono de tal modo que ninguém no Brasil ganhasse menos do que cento e cinqüenta reais e cinqüenta centavos, mas sempre uma saída provisória, sem essa preocupação.

O Congresso Nacional, pressionado pelas entidades sindicais, derrubou os dois vetos, ao salário mínimo e à política salarial, e aqui tem um episódio curioso que o Senador Paulo Paim é reincidente nesses momentos de indignação quando ele rasga o texto do regimento e etc.. Naquela ocasião ele, no Plenário, indignado com a cartilha da Dorothea Werneck, que era então Ministra, em protesto rasgou aquela cartilha e celebrou a edição de uma outra, feita pela Comissão de Trabalho, chamado ABC da Política Salarial, em que se explicava para o Brasil as novas políticas de salário mínimo e também de política salarial com ganho real para os trabalhadores. Fiz aqui esse registro, Presidente, apenas para dizer que o Congresso Nacional, desde o primeiro momento, tem tido uma participação importante na definição do salário mínimo. Seja por ocasião do debate na Comissão de Orçamento, seja por ocasião da data base quando o Governo geralmente encaminha um projeto de lei, uma Medida Provisória definindo esse valor. São raros os casos do período pós-constituinte em que o Congresso não alterou o valor original ou não negociou para que esse valor pudesse ter sido aumentado, ou na fase do debate de orçamento ou posteriormente. E como é a segunda vez que acontece a Constituição de uma Comissão e desta vez uma Comissão Mista, a expectativa é de que essa Comissão produza uma peça permanente para recuperar de modo gradual o salário mínimo no nosso País.

Nesta minha rápida exposição aqui de quinze minutos eu quero abordar basicamente três aspectos dessa questão: o aspecto constitucional ou legal, abordar o aspecto da ausência de vontade política para resolver esse problema e também falar um pouco da importância do salário mínimo na renda nacional. O primeiro ponto, a questão constitucional e legal, é preciso em primeiro lugar dizer que o salário mínimo, por definição constitucional, constitui a menor remuneração a ser paga em nosso País. Então, nenhuma prestação de natureza permanente, salarial ou benefício que corresponda a isto, benefício previdenciário ou assistencial, da administração das três esferas de Governo, administração federal, estadual e municipal ou no setor privado, área urbana e rural, poderá ser inferior ao salário mínimo constitucional.

E a Constituição é absolutamente clara, ela define expressamente que o salário mínimo deverá ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, higiene, transporte e Previdência Social. Então cabe à Lei simplesmente declarar o valor suficiente para atender ao comando constitucional. O texto constitucional é absolutamente claro em

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 529
DOC:

relação às necessidades que devam ser atendidas. Desde a Constituição de 1988, infelizmente, nenhum Governo se preocupou em definir uma política de recuperação permanente do salário mínimo com aumentos reais capazes de ao longo de dez, quinze, vinte anos, recompor de forma definitiva o valor desse salário, que seja capaz de atender a esse comando constitucional.

A questão, portanto, é política e social e não apenas fiscal. Todos os obstáculos apresentados para contestar uma eventual política que reponha o poder de compra do salário mínimo pode ser facilmente vamos dizer assim, desmontada na medida em que são argumentos em geral falaciosos. Então uma resolução desse problema depende realmente de vontade do Governo. E quando falo de ausência de vontade política, eu vou buscar um pouco aprofundar isto aqui. Sempre que se discute a necessidade de uma recuperação do valor do salário mínimo três alegações são apresentadas para impedir que isto aconteça. O impacto sob as finanças das Prefeituras, o impacto sobre o orçamento da Previdência e o impacto sobre as pequenas e microempresas.

Em relação às Prefeituras: a alegação de que as Prefeituras não suportariam um aumento do salário mínimo, que em decorrência disto poderiam quebrar ou extrapolar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, precisaria ser melhor analisado.

Em primeiro lugar porque a Lei de Responsabilidade Fiscal permite que as Prefeituras gastem com o pessoal até 60% da sua receita líquida corrente. Ora, se uma Prefeitura, um Município está gastando mais do que 60% da receita líquida corrente com pessoal - e olha que essas Prefeituras pagam basicamente um salário mínimo -ou agem em excesso ou esse Município não deveria ter sido emancipado, porque realmente comprometer 60% da receita com pagamento de pessoal e com esse salário mínimo que nós todos conhecemos, que é absolutamente insuficiente para atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família, realmente é um absurdo.

E nessa hipótese, assim como o Congresso Nacional tomou a iniciativa de definir uma cláusula de barreira para o funcionamento parlamentar, está propondo a criação de frentes partidárias para uma relação mais permanente de aliança entre partidos, também poderia aprovar uma Emenda à Constituição para dificultar a criação de Municípios que não tenham condições de sobreviver, de efetivamente se comportar como um Ente Federativo. E, além disso, pode estimular a fusão de pequenos Municípios, propor mecanismos de constituição de consórcios de modo a racionalizar esses custos e não impedir que essa importante prestação social, que é a melhoria de um salário mínimo, possa se concretizar e efetivamente ser implementada.

No aspecto previdenciário, igualmente merece reparos essa alegada campanha de rombo da Previdência Social. Isso na minha avaliação faz parte de uma campanha com duplo objetivo: o primeiro é privatizar a Previdência, ou seja, reduzir a um salário mínimo e esse um salário mínimo muito... o valor de compra muito baixo para que haja mercado para seguradoras, para os bancos que exploram previdência complementar.

E segundo, para evitar que haja aumento no salário mínimo. A Previdência Social, como todos sabem, é um direito fundamental dos trabalhadores, está lá no art. 7º. Tem custeio misto, tanto que participam capital e trabalho, trabalhadores e empregadores, com contribuições sobre a folha, mas também tem participação da

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 540
DOC:

sociedade por intermédio dos recursos orçamentários. Portanto, com transferência dos orçamentos estatais, isso está explicitado lá no art. 195, inciso I, da Constituição.

Então a alegação de que a Previdência é deficitária não procede. Em primeiro lugar porque essa afirmação se baseia nas contribuições sobre a folha, esquecendo que o orçamento da seguridade tem a obrigação de complementar eventuais insuficiências nas receitas decorrentes exclusivamente da folha. Em segundo porque a previdência, além dos benefícios de natureza estritamente previdenciário, paga uma série de outros pela previdência, mas que tem natureza assistencial. Portanto, o Governo deveria repassar esses recursos para a previdência, para que ela pudesse honrar esses benefícios, para os quais não houve contribuição. Em terceiro, porque a seguridade é superavitária. São mais de sessenta bilhões de reais de superávit, mesmo considerando o desvio de 20% dos recursos, 20% da DU que incide sobre a seguridade.

É verdade, nós que acompanhamos a formulação das políticas públicas, conhecemos minimamente como são manipuladas as regras em favor de determinados Entes Federativos, que a seguridade social tem o volume de recursos que tem para permitir que o Governo possa utilizar esses recursos em outras finalidades que não a própria seguridade, até porque esse superávit monstruoso já mencionado aqui de mais de sessenta bilhões deixa isso absolutamente claro, e o Governo tem utilizado, desde a promulgação da Constituição, recursos da seguridade para outra finalidade. O que é que aconteceu?

Eu vou tentar resumir isso aqui rapidamente. Os Constituintes de 88, numa reação à dependência financeira de Estados e Municípios em relação à União, especialmente no período da ditadura, resolveu repassar recursos para Estados e Municípios sem definir claramente os encargos, as obrigações desses Estados e Municípios para com determinadas políticas públicas. Então a Constituição estabeleceu que seriam competência comum dos Entes Federativos a prestação de serviços como educação, habitação, saúde e etc., e Estados e Municípios se desobrigaram disso na medida em que a competência era concorrente e deixaram para a União. E o que a União e os Governos então fizeram? Fizeram o seguinte: em lugar de criar um tributo com um nome de imposto... [soa a campainha]... eu já concluo, Sr. Presidente. Em lugar de criar um tributo com nome de imposto passou a criar um tributo com nome de contribuição. Quais são as diferenças entre um imposto e uma contribuição? Um imposto, em primeiro lugar, obedece ao princípio da anterioridade. Ele tem que ser criado num ano para vigorar no ano seguinte. E, em segundo, ele é compartilhado com Estados e Municípios, um percentual vai para o fundo dos Estados e Municípios. A contribuição, diferentemente, não é partilhada com Estados e Municípios, em primeiro lugar. Em segundo, pode entrar em vigor no mesmo ano que foi criada, obedece apenas ao princípio da noventena, noventa dias depois da sua instituição. E, terceiro, como se trata de contribuição, ela tem que ter uma prestação de serviço, uma contrapartida, e em geral tem um apelo social, e é por isso que os Governos têm optado por criar várias contribuições com o mero objetivo de canalizar para outras finalidades. É arrecadado no recurso da seguridade, mas passa para o orçamento fiscal e até para o orçamento de estatais, de investimentos. Esse recurso, esse artifício, vem sendo utilizado freqüentemente, todo dia se vê medidas provisórias

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 544
DOC:

tirando dinheiro da seguridade para outras áreas do Governo, exatamente por essa razão. Então, como se vê, o assunto é complexo, e afirmar que a Previdência Social é deficitária é uma afirmação que não encontra elementos capazes de comprovar isso.

Em relação às pequenas e microempresas: eu nunca vi pequeno e microempresário reclamar de aumento de salário mínimo. Eu vi ele pedir para que tivesse o mesmo tratamento com as instituições financeiras, as instituições bancárias, que é dado às grandes empresas. Recentemente eu vi uma entrevista do Presidente do Banco Central dizendo o seguinte: "eu não entendo os grandes empresários brasileiros. Eles reclamam muito da taxa de juros, mas nenhum paga essas taxas de juros que estão sendo anunciadas". Eles são financiados pelo BNDS com juros subsidiados, de modo que eles reclamam da taxa de juros, mas na prática não pagam aquela taxa de juros. A mesma coisa se refere às pequenas e microempresas, por quê? Eles em nome das pequeno e micro reclamam do aumento do salário mínimo não porque querem proteger os pequenos e micro, mas porque querem impedir que os seus empregados utilizem o salário mínimo como referência para atualização dos seus salários, e isto é sempre uma referência. Quando o salário mínimo tem um aumento substantivo além da inflação, esse setor empresarial, em geral, é pressionado pelos trabalhadores no sentido de que aplique um índice próximo àquele dado ao salário mínimo.

Por último, Sr. Presidente, eu vou abreviar para concluir, eu queria falar da importância do salário mínimo na renda nacional. A participação do salário na renda nacional tem caído de forma vertiginosa nos últimos anos. Só pra dar uma idéia. No PAEG, Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco, de 1962, elaborado pelo então Ministro do Planejamento, Roberto Campos, que é insuspeito nesse ponto de vista, declarou lá que a participação do salário na renda nacional, naquela época, era de 62%. Hoje não chega a 40%. Então houve uma transferência de renda monumental do assalariado para outros seguimentos da distribuição funcional da renda. E eu vou rapidamente aqui buscar explicar como é que funciona a distribuição da renda.

Em qualquer lugar do mundo a renda tem cinco componentes, é uma espécie de gráfico, uma pizza com cinco pedaços. Se algum segmento, algum item amplia sua participação na renda, significa que outro perdeu. E quais são esses itens? São o que a gente chama de rendas do exterior, aluguéis, lucros, juros e salários. Rapidamente falando de cada um. Renda do exterior. O que são rendas do exterior? São pagamentos que as empresas e os Governos fazem pelo uso da propriedade intelectual, pelo uso do conhecimento. É o pagamento de patente, de *royalties* e etc..

Essa é uma participação muito pequena na renda nacional, mas que tem crescido de forma tremenda no mundo inteiro, porque nós vivemos numa sociedade de conhecimento, então esse segmento cresce muito e cada vez vai crescer mais na renda nacional. Se ele cresce, significa que os outros, eventualmente, podem reduzir. Como eu disse é um gráfico, é uma pizza. O segundo são os aluguéis. Quem mais aluga no Brasil e no mundo são as grandes incorporadoras, as grandes construtoras, e elas têm poder político, poder econômico, e sempre tem uma regra, um contrato, um mecanismo que atualiza a participação dos aluguéis na renda nacional, de modo que se esse seguimento não ganha, pelo menos não perde, mantém a sua participação na

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 542
DOC:

renda nacional. Então vamos dar aqui de barato que mantém a mesma participação e não haja prejuízo.

Lucros. Todos nós sabemos que o empresário, em qualquer lugar do mundo é assim, ele importa, sonega, demite, automatiza, faz o que tiver ao seu alcance, mas não abre mão da sua margem de lucro. Então esse aqui nunca perde e sempre ganha. Sobre os juros, nós não precisamos dizer que quem manda no mundo hoje é o mercado financeiro. Financia campanha, inclusive nos Países onde há financiamento público. Nomeia Governo, manda no mundo inteiro hoje, e esse é muito poderoso e tem se apropriado da maior parcela da renda. Se nós falamos aqui que é uma pizza com cinco pedaços, falamos de quatro, dos quatro apenas um não cresce, se mantém como está, e os outros três crescem e crescem muito, significa que o quinto elemento nessa composição foi o principal prejudicado, que foi o assalariado.

E por que o assalariado? Porque é a parte mais fraca econômica, social e politicamente na relação com os demais atores da sociedade. E é por isso que a Lei deve assegurar a esse trabalhador essa garantia mínima, porque ele não tem condições, isoladamente, de viabilizar isso. Então na distribuição da renda só tem três formas de interferir nessa distribuição. São decisões de Governo, decisões de mercado e fenômenos naturais. Nós não temos absolutamente nenhum controle sobre os fenômenos naturais, sobre os dilúvios, os furacões, enfim, essas catástrofes todas da natureza. Em decisões de mercados nós podemos interferir sim, só que eu não vou detalhar porque já esgotei o meu tempo. Sobre decisões de Governo, demonstrei aqui que é possível com decisões de Governo em relação a cada um desses pontos alegados contornar, de modo que a Comissão tem a perspectiva, a possibilidade, e é uma iniciativa muito interessante, de definir efetivamente uma política de salário mínimo que recupere de forma gradual, mais segura, permanente, o poder de compra do salário mínimo sem afetar os demais agentes da economia.

E a sugestão que tem sido apresentada até agora de vincular ao PIB me parece uma sugestão absolutamente interessante, e aquela proposta inicial de dar de aumento real o correspondente ao crescimento do dobro do que cresceu o PIB é uma proposta muito interessante e sustentável. Ela não criará problemas à previdência, não criará problemas aos pequenos e microempresários, que eu já mencionei aqui que o querem creto (F) no mesmo patamar dos grandes, querem desburocratização e querem redução da carga tributária. Com essas palavras então, Sr. Presidente, eu concluo aqui a minha rápida exposição, pedindo desculpas pelo improviso e me colocando à disposição do debate, mais uma vez agradecendo a oportunidade. Muito obrigado.

SRL PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós é que agradecemos ao Dr. Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do DIAP, porque nós sabemos a importância do DIAP na formulação de uma política permanente de salário mínimo para o País. Entendemos a importância do DIAP até porque é uma entidade hoje que é constituída por mais de novecentos sindicatos, confederações, centrais de trabalhadores, enfim. Eu tenho certeza absoluta da grande contribuição que o DIAP poderá dar a esta Comissão na formulação da política permanente de salário mínimo para o nosso País. Eu quero nesse momento passar a palavra ao Dr. Frederico Mello. Não, não Doutor Frederico, me perdoe o equívoco. É o Dr. Flávio Tonelli Vaz, membro do Corpo Técnico do DIAP. Desculpe, Dr. Flávio.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 543
DOC:

SR. FLÁVIO TONELLI VAZ: Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim, Antônio Carlos Queiroz, a todos que estão ouvindo, aos Parlamentares presentes. Eu gostaria primeiro de reiterar o ato de agradecimento que foi feito... reiterar o agradecimento pelo convite e queria fazer essa exposição discutindo a questão do salário mínimo sob um viés diferente. O debate sobre o salário mínimo vem sendo trazido a público quase que majoritariamente sob o viés da Previdência Social e, ao que tudo indica, além de desconhecer o papel do salário mínimo na regulação do mercado de trabalho, essa ótica tem o intuito claro de dificultar ou colocar empecilhos ao debate sobre os reajustes ou de uma política de reajuste para o salário mínimo. E é importante, os dados vão demonstrar isso, que o salário mínimo é cada vez mais presente dentro do mercado de trabalho. Ele é um referencial, principalmente depois de década e meia de explosão do desemprego e da informalidade, ele passou a ser uma referência importante para o mercado de trabalho. Eu queria só mostrar as transparências. Essas transparências são dados colhidos no Ministério do Trabalho e no Ministério da Previdência.

A primeira transparência demonstra o saldo das contratações que ocorreram por faixa salarial desde 1995 para cá. Nós vamos ver que somente são positivas o saldo de contratações e demissões nas faixas salariais até dois salários mínimos. Isso significa que mesmo nos períodos em que foram gerados postos de trabalhos líquidos, ou seja, que as contratações superaram as demissões, somente nas faixas até dois salários mínimos nós tivemos mais contratações do que demissões. Esse é um dado importante. Se nesse período foram gerados, de 1995 a 2005, quatro milhões de novos postos de trabalho, foram positivos somente em nove milhões... quase nove milhões as faixa até dois salários, e negativo, tanto as faixas de dois a cinco, em quase dois milhões de postos de trabalho, e nas faixas acima de cinco salários mínimos nós tivemos mais de três milhões de postos de trabalho destruídos.

Esse é um dado importante para a gente poder compreender que hoje o salário mínimo é a referência importante na contratação do novo trabalho. Passa por favor. Esse saldo positivo, ele é uma... mesmo quando você agrupa para ficar mais fácil a compreensão por períodos, né, no primeiro mandato do FHC, no segundo mandato do Fernando Henrique, nesses três quartos do Governo Lula, nós podemos ver o seguinte: as contratações estão todas centradas em todos os períodos até dois salários.

Após 2000, no segundo mandato, após 1999, nós tivemos uma pequena faixa de trabalhadores sendo contratado acima de dois, na faixa entre dois e três, mas majoritariamente todo o saldo líquido de contratações de trabalhadores têm sido feito até dois salários mínimos. Chamo atenção para esse número, que isso não significa geração de postos de trabalho. O Ministério do Trabalho, por exemplo, reconhece que metade das contratações líquidas ocorridas no Governo Lula se deram por meio de ação da fiscalização do trabalho, que era uma situação que não existia. É um fato positivo, mas isso daí não é geração então, portanto, de postos novos. Metade do que ocorreu de 2003 para cá foi fruto da fiscalização do trabalho.

O próximo, por favor. Essa distorção dessa concentração de contratações líquidas exclusivamente nos baixos salários distorceu completamente a composição da força de salário das empresas. Em 1994, por exemplo, 1/4 da força de trabalho ganhava entre um e dois salários mínimos. Pasmem os Senhores que, em 2004, que é

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 544
DOC:

o último dado da RAIS disponível, esses 25% foram transformados em 43%. Ou seja, hoje, 43% dos trabalhadores registrados na RAIS, ou seja, dos empregos formais, inclusive de servidores públicos, porque a RAIS pega tanto o pessoal contratado pela CLT, temporário, permanente, contratações de avulsos, e servidores públicos tanto estatutários, efetivos, como não efetivos, o pessoal em cargo de Comissão e tudo isso fica registrado na RAIS, quase metade, em 2004, era até um e dois salários mínimos. Chamo atenção que quando saíram os dados em 2005 isso daí deve estar também próximo a 45%.

Em contrapartida houve uma queda substantiva, para mais da metade dos trabalhadores que estavam registrados com mais de sete salários mínimos. Chegavam a quase 20% em 2004 e caiu para muito menos, caiu para menos de 10% em... desculpa, estava com 20% em 1994 e caiu para menos de 10% em 2004. O mercado de trabalho, então, ele vem sendo estrangulado para a faixa de até dois salários mínimos.

Eu chamo atenção que o IPEA tem um brilhante estudo publicado no começo dos anos 2000 que diz que todo o mercado de trabalho, até dois salários mínimos, se influencia pelos reajustes do mínimo. Tanto o mercado de trabalho formal quanto o mercado de trabalho informal. Até dois salários existe uma vinculação não expressa, não legal, mas uma vinculação real que pode ser apurada pelo efeito das negociações salariais, pelos efeitos do banco de dados do Ministério do Trabalho que demonstram que tanto a renda média do trabalhador ocupado até dois salários mínimos, quanto a renda média do trabalhador empregado formalmente, ele é muito vinculado ao salário mínimo.

Aumenta o salário mínimo, um, dois, três, quatro, cinco meses, para quem ganha até dois salários, a remuneração desse conjunto de trabalhadores se sente influenciada. Então o salário mínimo é hoje um instrumento importante de regulação do mercado de trabalho. Esse conjunto de dados pode ser visto também pelo próximo *slide*. Ele mede não o saldo de contratações, mas todas as admissões que são feitas no mercado formal de emprego. Em 2005, por exemplo, foram feitas doze mil contratações. O saldo é um pouco mais de mil, porque foram feitas dez mil demissões no período. Mas a soma de contratações até dois salários mínimos significou 70% das contratações realizadas ao longo de 2005. Para efeito comparativo, em 1996, que é o dado mais antigo que nós temos dessa série, ele era apenas de 48%.

Então é uma mudança também substantiva, aumentou em quase 50% o número de trabalhadores proporcionais ou proporcionalmente que ganham... que são contratados até dois salários mínimos. Essa contratação até dois salários mínimos e o salário de contratação tem um impacto muito importante em toda a folha de salários da empresa, porque se eu posso contratar trabalhadores por dois salários mínimos, isso é um instrumento poderoso na mão do capital para impedir e para negociar o conjunto de salários da empresa, porque eu estou rotacionando toda a mão-de-obra por até dois salários mínimos, né, esse é o salário com que eu registro. Isso não significa, entretanto, que eu estou contratando trabalhadores menos qualificados.

Mais da metade dos trabalhadores contratados, do saldo líquido de contratações, em 2005, tinha pelo menos o primeiro grau completo. Então não é que eu

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 545
DOC:

estou contratando trabalhadores desqualificados. Eu estou contratando trabalhadores com primeiro grau completo e com o segundo grau completo, que é a maior faixa de escolaridade onde há contratações, mas eu estou pagando cada vez menos por essa força de trabalho. Como é que isso conseguiu ser produzido, como é que eu consigo contratar cada vez mais trabalhadores por menos, com menor salário? Esse dado, que compara a PNADE de 1989 a 2004, dá uma dimensão do problema.

Em 1989, um ano antes do que a gente pode chamar do início desse período de políticas neoliberais, nós tínhamos uma população em idade ativa de cento e dez milhões de pessoas, uma população economicamente ativa de sessenta e dois. Dos sessenta e dois, sessenta estavam ocupados. Apenas 1,9 milhão de pessoas estavam desocupados, um desemprego muito baixo. E mesmo assim, desse conjunto, nós tínhamos quarenta milhões de trabalhadores empregados. Dos empregados, 23,7 tinham carteira e desse conjunto trinta milhões de pessoas contribuindo para a previdência.

Em 2004, a última PNADE também disponível, a população ativa cresceu em quase 40 milhões de pessoas em idade ativa. A população economicamente ativa cresceu bem menos, cresceu trinta. Os ocupados cresceram apenas vinte e dois. Os desocupados cresceram seis milhões de pessoas. Nós temos hoje um desemprego muito maior. Os trabalhadores empregados cresceram doze milhões, mas os trabalhadores com carteira quase ficaram estagnados, ou seja, para uma população ocupada que cresceu vinte e dois milhões de pessoas, os trabalhadores com carteira só cresceram 3,5 milhões. Muito pouco.

A grande explosão dessa transformação do mercado de trabalho foi a explosão de empregados, trabalhadores com vínculo de emprego - isso não são trabalhadores por conta própria, são trabalhadores com vínculo de emprego, isso não significa formal, que se não teria a carteira, mas com relação hierárquica, com salário, com jornada de trabalho, que são os três elementos constitutivos da relação de emprego, cresceu vinte e três milhões, ou seja, 1242%. Esse processo de desestruturação do mercado de trabalho, ele é a marca desse período.

Eu chamo a atenção de que um dos eixos fundamentais dessas políticas é a desregulamentação das relações de trabalho. Então esse é um processo que a gente tem que ver. E a desregulamentação das relações de trabalho, ele se dá basicamente em dois campos. Primeiro: pelo conjunto da flexibilização dos direitos. Então essa é uma característica importante. E essa flexibilização dos direitos se dá de duas formas: uma no campo legal, onde eu passo a ter a Lei com menor nível de proteção do Direito do Trabalho e, também, por um dispositivo que tentou ser incluído, por exemplo, na reforma sindical, que dava a prevalência dos acordos sobre a proteção mínima legal do trabalho, ou seja, a possibilidade de você flexibilizar esse conjunto de direitos mediante acordos sindicais. Mas essa flexibilização também se dá pela relativização dos direitos, e um dos processos de relativizar o direito é você admitir a existência do salário mínimo, mas negar-lhe o seu valor real, negar o valor real da força de trabalho. Então essa é uma questão que eu chamo a atenção.

Chamo a atenção para esse dado que levanta a questão da quantidade absurda de trabalhadores ocupados que nós temos ali no quadro, oitenta e três milhões

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 546
DOC:

praticamente, e menos de quarenta são da previdência, para o tamanho da exclusão previdenciária que nós estamos produzindo com essa flexibilização do mercado de trabalho. E, naturalmente, com esse nível de exclusão previdenciária seria impossível a previdência dar conta de um regime de repartição nesse mercado de trabalho. A exclusão é muito grande.

Chamo a atenção para os dados que não deu tempo de colocar em transparência, mas os dados que foram levantados pelo IBGE num relatório denominado Economia Informal Urbana. É um relatório baseado nos dados de 2003. Esse relatório indica que existem dez milhões de microempresários e proprietários na economia informal urbana. Desses dez milhões de pessoas ocupadas, oito milhões não tem previdência e eles possuem uma renda média de novecentos reais por mês, ou seja, tem alguma capacidade contributiva, mas não contribui para a previdência porque não há nenhuma política de inclusão previdenciária para esse seguimento.

Eu estou concluindo, Sr. Presidente. Também nesse relatório nós temos o dado que existem na economia informal urbana, quer dizer, portanto nos grandes centros e nos centros urbanos, não necessariamente nos grandes centros, nos centros médios, onde foi feita a pesquisa, três milhões de trabalhadores empregados nessas empresas que também não têm Previdência Social.

O único mecanismo, portanto, que nós temos para equacionar a questão da previdência é a inclusão previdenciária. E ela não vai se dar nos moldes atuais da previdência, com uma exigência de você ter 20% de contribuição para o trabalhador autônomo. Esse modelo de 20% só era factível quando os trabalhadores autônomos eram trabalhadores liberais. Eram os Advogados, os Economistas, eram os Administradores do mercado de trabalho.

Hoje você tem o conjunto de trabalhadores por conta própria que não permite você contribuir com 20%. Não há capacidade contributiva. Uma pessoa que ganha quatrocentos, quinhentos reais, não pode entregar cem por mês para a previdência porque ele não tem esse dinheiro disponível. Então é importante, primeiro: que qualquer modelo de inclusão previdenciária se atente a essa questão: não é possível haver inclusão previdenciária com uma contribuição de autônomos fixado em 20%.

Eu queria apenas concluir com os dados que o Toninho começou a colocar ali, que são importantes para a gente ver, é o seguinte: a Previdência e o orçamento da seguridade social tem recursos. Há um problema de caixa da Previdência se eu tomar exclusivamente a contribuição sobre a folha e exigir que a contribuição sobre a folha pague o conjunto de benefício.

Se tomarmos o orçamento da seguridade social como um todo - e esse primeiro quadro não tem os regimes próprios dos servidores e militares, mas a contribuição previdenciária, a contribuição sobre faturamento, CPMF, a contribuição sobre lucro, PIS/PASEP, prognósticos e a receita do Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Ministério do Desenvolvimento Social, superaram o conjunto das despesas com previdência, LOAS, RMV, bolsa família, saúde, assistência social e FAT em mais de sessenta bilhões em 2005.

Esse é um número importante porque essa é a ordem, sessenta bilhões é quase a ordem de toda a grandeza de todo o superávit do tesouro, ou seja, o superávit do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 547
DOC:

tesouro vem majoritariamente sendo produzido com recursos da seguridade social. Portanto, falar em cortar mais benefícios da seguridade social ou negar os benefícios da seguridade social para ampliar o superávit é, no mínimo, um desrespeito constitucional. Então eu acho que é importante esse dado.

A transparência seguinte, por favor. Ela faz o mesmo cálculo colocando as despesas com encargos previdenciários da União, de servidores civis e militares. Mesmo pagando toda a aposentadoria de servidores civis e militares, que no meu entender não é seguridade social, porque não podemos dizer que é um encargo da Previdência Social, é um encargo do Estado, mas não da seguridade social. Quando nós votamos no Parlamento a Lei de Financiamento da Previdência Social nós excluímos o pagamento de EPU a ser feito com contribuições sociais, mas mesmo assim a Previdência Social, depois de pagar todas as despesas da seguridade, ainda tem um superávit superior a trinta e um bilhões de reais em 2005. Aí estão todas as despesas da seguridade e todas as receitas da seguridade.

Eu chamo a atenção para o último *slide*, que parte desse dinheiro, desses trinta e dois bilhões, desses mais de trinta bilhões que são superavitários, eles saem desviados da seguridade, via DRU, a 20%. Imaginem os Senhores o que ocorrerá se for aprovada essa proposta, que trata da desvinculação das receitas para 40%. Trinta e dois bilhões de recursos, de COFINS, CPMF, lucro, PIS/PASEP, outras contribuições sociais, são desviadas para o orçamento fiscal via a desvinculação das receitas da União.

O Toninho começou a colocar as questões da previdência e dos pequenos Municípios, e todo o debate de reajuste do salário mínimo, ele vem colocado, quando nós vamos fazer o impacto orçamentário, que é a área que eu trabalho mais na Câmara, só trinta segundinhos para eu concluir, ele vem colocando que as receitas que nós temos que apropriar quando damos o salário mínimo é exclusivamente o impacto sobre a folha de salários.

Esse processo de cálculo esquece ou desconhece que existe pelo menos uma contribuição social que é diretamente influenciada pelo aumento da circulação de bens e serviços, que é o elemento econômico que mais responde pelo aumento de salários mínimo, é a COFINS. Toda vez que nós temos um aumento do salário mínimo, nós temos um impacto direto sobre o consumo de bens e produtos e, portanto, a contribuição sob financiamento da seguridade, que é a COFINS, que é cobrada sob o faturamento das empresas, ele se eleva na mesma dimensão.

O que eu acho que essa Comissão poderia estar discutindo e talvez propondo, é que uma parcela da COFINS fosse vinculada legalmente à Previdência Social e, porque não, até mesmo distribuída com o conjunto dos Municípios... para os pequenos Municípios, principalmente, para a partir de um fundo, equacionarmos alguns problemas de caixa ou de fluxo de caixa que ocorra com a evolução ou com o aumento do salário mínimo, já que quando aumentamos o salário mínimo, não só a receita previdenciária sobe, mas particularmente COFINS e CPMF são bastante lineares ao aumento do salário mínimo, porque é um dinheiro que é exclusivamente utilizado no consumo de bens e serviços pela sociedade. Ele não é capitalizado, ele não é

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 548
DOC:

entesourado. Então é um dinheiro que vai exclusivamente sob o consumo e eu acho que esse é um dado importante.

Eu queria apenas, só para concluir, dizer que todos os modelos de melhoria da qualidade da renda, eles partem do pressuposto que você, para distribuir, melhorar a distribuição de renda e da propriedade da população, você tem que não só ampliar a propriedade, que é feito basicamente com a regularização... a regularização de um lote de favela, de um bem que a pessoa tenha do ponto de vista informal, mesmo que com a reforma agrária, mas são unânimes em dizer o seguinte: eu não consigo ampliar a renda se eu não ampliar o retorno sob o patrimônio das pessoas. E os trabalhadores têm o seu maior patrimônio, que é o valor da força de trabalho. Isso é inconteste. Portanto, não há como falar de distribuição de renda, melhoria da distribuição de renda, sem aumentar a remuneração que os trabalhadores e os setores mais desprovidos da sociedade, os pobres, têm sobre o seu principal capital, sobre o seu principal patrimônio, sua força de trabalho. Então qualquer política de distribuição de renda tem que passar, necessariamente, por um aumento da remuneração do trabalho. Eu gostaria de agradecer e pedir desculpas aí pelo excesso de tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer a contribuição do Dr. Flávio Tonelli Vaz, membro do Corpo Técnico do DIAP e agradecer de forma profunda aos dados reveladores que V.Sª. trouxe para essa Comissão, dados importantíssimos. Bem, nós agora queremos convidar o Dr. Antônio e o Dr. Flávio para retornar e, em seguida, convidar o Dr. Frederico Melo, do DIEESE, aqui para a mesa, para a sua participação nessa audiência. Eu acho que o DIAP deu uma grande contribuição, sem dúvida alguma, a esse debate. Nós sabemos da importância e do papel importantíssimo do DIEESE para o movimento sindical do nosso País e para toda a sociedade brasileira, e aqui registramos a presença do Dr. Frederico Melo, que foi convidado também para participar desse debate, como técnico economista do DIEESE, e nesse momento nós passamos a palavra a V.Sª. V.Sª dispõe do quinze minutos para a sua participação.

SR. FREDERICO MELO: Eu queria agradecer o convite ao DIEESE e à minha pessoa para participar desse debate, e gostaria de partir exatamente do ponto em que o Flávio terminou a exposição dele. A gente tem que entender o salário mínimo como um instrumento de justiça social e de desenvolvimento sócio-econômico do País. Eu acho que esse que é o princípio básico para o entendimento do salário mínimo. E o salário mínimo, a desigualdade e a pobreza, elas constam como um dos problemas principais a que o Estado deve se ater, deve combater, já no art. 3º da Constituição Federal, quer dizer, para mim foi uma surpresa, eu, enfim, desconhecia esse artigo da Constituição e lá, na Constituição, está falando que é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no inciso 3º, erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. E o salário mínimo é justamente é um dos instrumentos mais potentes para enfrentar as desigualdades sociais e regionais no País.

Só algumas informações: esses dados são dados do Banco Mundial, a lista completa tinha trinta e um países, os dados do Brasil são de 2001, e eles mostram o Brasil, junto com a África do Sul, como os campeões da desigualdade entre os países

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 540
DOC:

do mundo, ou pelo menos dentre esses trinta e um Países listados lá pelo Banco Mundial.

Esse é um gráfico que mostra, ele é um pouco, enfim, quem não tem muito o costume de trabalhar com gráficos talvez tenha um pouco mais de dificuldade, mas ele é um gráfico que vale a pena a gente demorar um tempinho maior nele. Ele mostra a população acumulada de acordo com a renda domiciliar. Então, o que está mostrando o gráfico é os 10% das pessoas no Brasil, segundo a renda familiar delas, elas têm praticamente uma renda ali de cinqüenta reais, mais ou menos, em termos per capta. 20%, cem reais. E assim por diante. Bom, o que o gráfico mostra? O gráfico mostra que na verdade, até ali os 70%, a renda muda muito pouco, ou seja, quando está lá em 70% das pessoas no Brasil, elas recebem um pouco menos de quinhentos reais em termos per capta. E aí quando chega ali no 70%, 80% e 90%, aí o valor cresce de maneira explosiva.

Então o que esse gráfico mostra? Esse gráfico mostra que no Brasil a gente tem uma população de pobres muito grande. E aí, como diz o Ricardo Paes de Barros - e o gráfico eu acho que mostra isso, o Brasil não é um País pobre, mas é um País de muitos pobres. Essa frase eu acho uma frase feliz para sintetizar o drama da situação brasileira. O Brasil não é um País pobre, mas é um País de muitos pobres. E ele não é um País pobre porque a renda per capta média, em termos internacionais, é uma renda que o coloca em Países de renda intermediária. Então não é um país pobre, mas tem muito pobres. E uma outra informação que este gráfico mostra é que a concentração de renda no Brasil se dá principalmente ali no último décimo, ou seja, entre os 90% e os 100%. Quer dizer, grande parte do problema da concentração de renda no Brasil está ali no décimo superior, ou seja, no topo da distribuição de renda do Brasil.

E uma última informação é que apesar dos dados dramáticos que esse gráfico mostra, ele na verdade tem uma sub-estimativa, porque na verdade os ricos, as famílias mais ricas, elas sub-declararam a sua renda. Então se de fato os dados fossem apropriados pelas pesquisas de maneira efetiva, de maneira verídica, real, o crescimento da renda seria ainda mais explosivo ali no topo superior da renda domiciliar. Esse gráfico, vamos ficar só no GINI de 2003, ele mostra um pouco isso. Se o Brasil fosse só os 95% da população, que é a coluna amarela, ele teria um índice de GINI de 0,430. Esse indicador, ele faria com que o Brasil fosse um país com a distribuição de renda parecida com a do Uruguai, que é o país da América Latina que tem a melhor distribuição de renda. Na verdade, o que esse gráfico pretende mostrar é mais uma vez que o problema da concentração de renda está no topo superior, nos 10% ou nos 5% das famílias ou das pessoas mais ricas.

Bom, esse gráfico, eu só vou seguir a linhazinha amarela, é um indicador de GINI que normalmente é o indicador mais utilizado para medir concentração de renda, e ele mostra uma grande estabilidade, desde 1976 até 2002, que é o último ano que tem aí no gráfico, uma estabilidade no índice de GINI, com algumas pequenas flutuações. Então o que esse gráfico mostra na verdade é a estabilidade do padrão de distribuição de renda no Brasil. Entra Governo, sai Governo, tem uma determinada política econômica, uma outra política econômica, recessão, enfim, nos cenários mais diversos a concentração de renda tem um caráter estrutural no Brasil.

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 550
DOC:

E aí são poucas as conclusões. A profunda desigualdade de renda no Brasil, a concentração intensa nos 10% dos mais ricos, a estabilidade no tempo e algumas desigualdades regionais e por atributos pessoais como cor e sexo. Bom, o salário mínimo, como eu disse na abertura, ele é um instrumento essencial e imprescindível para contribuir no sentido da melhoria da distribuição de renda no país. E aí, o artigo da Constituição Federal, ele na verdade tem um duplo caráter. Ele tem uma dimensão ética e uma dimensão civilizatória.

O que consta na Constituição Federal de que deveria ser o valor do salário mínimo, prevê condições mínimas de sobrevivência para a população brasileira, para as famílias que têm o chefe, eventualmente o cônjuge trabalhando e ganhando salário mínimo, quer dizer, ele prevê condições mínimas de sobrevivência para essa família e isso está ligado obviamente com o padrão que a sociedade quer que a sua população tenha. Então, quer dizer, tem um padrão normativo para o salário mínimo, qual é o mínimo que é considerado socialmente eficaz para garantir a sobrevivência da família, e é um padrão civilizatório, ou seja, a gente quer garantir esse mínimo para a população brasileira. E isso está escrito na nossa Constituição Federal, ainda que é de consenso amplo que o valor atual do salário mínimo, apesar dos reajustes e aumentos recentes, eles ainda não atendem ao preceito constitucional.

Bom, e aí no Brasil, os opositores, as pessoas que entram em oposição a aumentos do salário mínimo, em geral eles apontam os custos sobre as finanças públicas e sobre as pequenas e microempresas como limitador do seu crescimento expressivo. Mas na verdade esses analistas, muitas vezes, eles nada falam sob os efeitos concentradores da renda, de uma política de juros altos, dos efeitos dessa política de juros altos sobre as finanças públicas, a atividade econômica, o emprego e a distribuição de renda.

Esse é um gráfico que talvez seja um gráfico de desde a época que o Barelli estava na direção técnica do DIEESE. Ele compara desde 1940 até 2004 a evolução do valor do salário mínimo e a evolução do PIB per capta. Então a linha vermelha, a parte vermelha do gráfico representa a evolução do PIB per capta, e a parte amarela a evolução do valor do salário mínimo. E aí a gente vê que se os dois tivessem o ponto de partida equilibrado lá em 1940, o PIB per capta decola, aumentando muito mais, e o salário mínimo, particularmente, a partir do início da década de 60, ele vá vai se reduzindo, ainda que lá no final, talvez não seja tão perceptível, mas o próximo gráfico vai mostrar, mas a partir de 1995 o salário mínimo começa a ter uma leve recuperação.

Esse gráfico era só para dar um sentido, são médias anuais do poder de compra do salário mínimo, e eu vou pegar só o pedacinho mais recente desse gráfico, porque nesse gráfico está representado desde 1940 e na verdade tem uma perda histórica do valor do salário mínimo, mas eu vou pegar o período mais recente no próximo gráfico para ficar mais fácil de ser visualizado. Se a gente pega de 1980 até 2005, a gente vai ver que nesse período o valor maior do salário mínimo foi em 1982, quando ele equivaleu a um valor de cerca de quinhentos e cinquenta reais, e o menor valor é o de 1995, em que na média anual ele equivaleu a duzentos e oito reais, e de 1995 para cá o salário mínimo tem tido uma recuperação no seu poder de compra, mas existem, como eu disse, perdas históricas anteriores até mesmo a 1980.

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 551
DOC:

Talvez as pessoas que falaram antes de mim já mencionaram, enfim, quais são as pessoas que de fato recebem um salário mínimo, e no Brasil, aproximadamente, 75% das pessoas ocupadas, em 2003, ganhavam até três salários mínimos, e praticamente 50% recebiam até dois salários mínimos no Brasil. Ali tem um erro, porque na verdade, embaixo ali, em 2004, é mais ou menos 65% dos aposentados e pensionistas recebiam exatamente um salário mínimo, e aí são alguns outros dados. No Nordeste, 50% dos ocupados recebem até um salário mínimo. No Norte, 45% das mulheres recebem até um salário mínimo. Mesmo na região Sudeste, 60% dos trabalhadores domésticos recebem até um salário mínimo.

Se a gente pega essas pessoas, quer dizer, trabalhadores no Nordeste, mulheres no Norte, empregados domésticos, a gente vai ver que as pessoas que recebem salário mínimo são os perdedores da barganha salarial. São as pessoas, os trabalhadores que contam com menos capacidade, através dos seus sindicatos, de conseguirem reajustes salariais, e o salário mínimo então tem o papel de fornecer um instrumento para a defesa desses trabalhadores mais desprotegidos do ponto de vista coletivo. Então, o salário mínimo é um instrumento do mercado de trabalho e de uma política social capaz de reduzir as desigualdades regionais e promover o crescimento na renda dos que estão em setores marginalizados sem nenhum tipo de regulação ou com poucas formas de regulação e regulamentação da venda de seu trabalho.

A política de crescimento do salário mínimo, também como o Flávio Vaz já antecipou, ela tem um papel grande em estimular alguns setores econômicos, quer dizer, as pessoas que recebem o salário mínimo, elas traduzem quase que imediatamente o aumento do salário mínimo em consumo. E consomem basicamente bens, que os economistas chamam de bens salário, ou seja, na verdade o aumento do salário mínimo se transforma em consumo de bens de consumo semiduráveis como roupas, por exemplo, ou não duráveis como alimentos. E isso tem um impacto de estímulo à atividade econômica e até mesmo de estímulo à atividade econômica em regiões do País, ou seja, não só o reajuste do salário mínimo estimula a economia, como estimula até mesmo uma desconcentração regional da atividade produtiva na medida em que a indústria produtora de bens de consumo semiduráveis e não duráveis é um setor espalhado de maneira mais homogênea pelo País.

E esse setor, importante do ponto de vista do emprego formal, eles ocupa 54% dos trabalhadores da indústria de transformação, com carteira assinada, pega 40% da massa salarial, e esse setor detém 35% do valor da transformação industrial, ou seja, não é um setor marginal na economia brasileira. É um setor importante, seja do ponto de vista de emprego, seja do ponto de vista do valor da transformação industrial. Esse setor é que seria mais incentivado pelo crescimento do salário mínimo.

Bom, então a política de valoração do salário mínimo, ela deve ser acoplada junto a uma política industrial que favoreça esses setores que produzem bens, que essa população que recebe o salário mínimo consome, deve ser combinada com esquema tributário que desonere a cesta básica e demais produtos desse setor, deve ter uma política creditícia para esses setores, para favorecer a sua produção, e deve ser construída uma estratégia para reduzir a informalidade no setor de bens de consumo não duráveis e semiduráveis.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 552
DOC:

Para terminar, é a última transparência, a política do salário mínimo, ele visa estabelecer um piso para determinação dos salários de menor remuneração e eu insisto: o salário mínimo tem uma dimensão ética e uma dimensão civilizatória, o salário mínimo visa proteger as categorias dos trabalhadores mais vulneráveis, estabelecer normas para que os trabalhos iguais tenham a mesma remuneração, reduzir o estímulo da rotatividade, como o Flávio também chamou a atenção, e diminuir a desigualdade de renda no Brasil. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Depois de ouvirmos as palavras do Dr. Frederico Melo, que nessa audiência aqui representa o DIEESE, Dr. Frederico nós temos o DIEESE como uma instituição consolidada, eficiente e de grande credibilidade, e sabemos da importância do DIEESE no debate da política permanente do salário mínimo. Nós queremos agradecer a sua participação e vamos agora partir para o debate. Aqui falou a poucos minutos o Dr. Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do DIAP, o Dr. Flávio Tonelli também, ex-Diretor do DIAP, e o Dr. Frederico do DIEESE. Nós temos aqui uma lista de Parlamentares inscritos. Passamos a palavra ao nobre Deputado Walter Barelli, Vice-Presidente da Comissão, e o homem que tem a sua vida, a sua história, também ligada ao DIEESE.

SR. DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Sr. Relator, Senador Paulo Paim, Sr. Senador e Sra. Deputada, Senhores Deputados e Senhoras e Senhores. Bem, primeiramente é para elogiar os dois pronunciamentos e a existência dos dois Órgãos. São co-irmãos, os dois começam com um departamento intersindical e demonstram uma sabedoria dos sindicatos brasileiros de se cercar de conhecimentos, de pesquisas e trazer para momentos como esses a contribuição que é... --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dr. Barelli, se V.Exª. me permite, eu queria convidar o Dr. Antônio Augusto, do DIAP, e o Dr. Flávio para compor aqui a mesa. V.Exª. pode continuar com a palavra.

SR. DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): -- Bem, eu dizia, está aí também agora o Deputado Vicentinho, a quem eu saúdo. Então são dois departamentos que mostram a presença, na sociedade brasileira, de uma forma ímpar, porque não se repete nos outros países do mundo. Eu estive na semana passada participando da Olimpíada do Conhecimento do SENAI, na cidade de Recife, e conversando com o Presidente de uma Organização das Nações Unidas, da OIT, ele dizia: "olha, nós já tentamos fazer alguma coisa como vocês têm no Brasil em outros países, achamos que é necessário, mas até hoje não conseguimos. A gente fica se espelhando". Era um argentino que tinha no tempo da repressão de lá sido professor no México, ele disse: "no México nós tentamos de todos os jeitos, o modelo era o DIEESE e o DIAP, e não conseguimos ter essa possibilidade". Então eu quero inicialmente exaltar a presença dos dois departamentos.

Por problemas de vôo eu não assisti o depoimento, mas a minha assessoria relatou a qualidade dos dados apresentados pelo Dr. Flávio Tonelli Vaz. Agora estamos também, já que são entidades que tem lado, que pesquisam buscando a realidade, mas pesquisam do ponto de vista do trabalhador, eu acho que nós poderíamos buscar agora, no debate, que eles avançassem em algumas coisas. Sem dúvida tudo aquilo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 553
DOC:

que foi apresentado pelo Frederico, a necessidade de uma política industrial, se fala muito em desoneração das cestas básicas. Olha, vamos com calma, hoje o salário mínimo não é principalmente alimentação.

No modo de viver hodierno é muito transporte, é muita habitação, é muita educação. Então até os dados de hoje mostram que os índices baixos de inflação são por queda do preço dos produtos alimentícios, mas por aumento, nós temos inflação por causa do preço do combustível, do álcool, da gasolina, e assim por diante. Bem, mas aí é para a gente sair dessa coisa, porque desde o Governo Mário Covas a cesta básica de produtos alimentícios é isenta, no Estado de São Paulo, onde são calculados dois índices de custo de vida importante, o do DIEESE e da FIPE, mas a inflação continua existindo por outros elementos. Mas isso muito utopicamente.

O que eu gostaria, para encerrar, é pedir aos dois departamentos que apresentassem sugestões. No tempo em que nós deveríamos corrigir o salário mínimo, com propostas de como chegar ali, ou usando, no seu depoimento, avançar um pouco, porque vai ser uma boa contribuição para nós aqui da Comissão Mista do Salário Mínimo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos continuar com a palavra com os Parlamentares e, em seguida, os representantes do DIAP e do DIEESE falarão. Com a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B-AM): Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu quero também pedir desculpas para V.Exª., aos meus colegas amigos Parlamentares, mas sobretudo aos nossos convidados, porque eu não pude estar aqui e agora continuo em uma outra reunião. Eu estou fugindo de uma reunião para estar aqui neste momento agora. Mas o que me trouxe aqui foi inclusive o fato de que no local onde eu me encontrava ficavam me ligando, pessoas de nosso gabinete, que aqui estão, comunicando o nível da reunião e a importância dessa exposição, porque é óbvio: DIAP, DIEESE, tem lado, como todas as entidades desse País têm lado, por mais que digam: "essa entidade é independente". Não, todas as entidades têm lado, todas as pessoas têm lado. Ou defende um lado ou defende outro lado.

Mas o que eu gostaria de complementar e cumprimentar os Senhores representantes do DIAP e do DIEESE, é que são entidades que tem lado porque defendem o país, porque defendem os trabalhadores, mas são entidades que têm um embasamento técnico respeitável, um embasamento técnico que faz com que essas entidades sejam reconhecidas e respeitadas nacionalmente, porque elas não se furtam inclusive de mostrar as adversidades, diferente de muitas entidades. Eu mesmo estou com o jornal aberto aqui: "efeito salário mínimo". Encomendado por alguém, de um Instituto chamado IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Aí mostra que o aumento do valor do salário mínimo terá um aumento nas despesas, um impacto nas despesas dos Municípios de até 85%.

Esse é um estudo capenga porque mostra o quando vai gastar, mas não mostra o quanto a mais vai receber, não é não Deputado Barelli? Diferente do DIAP e do DIEESE que trabalham com dados completos mesmo que muitas vezes não sejam favoráveis a nós, à nossa linha de pensamento. É como um estudo para lançar um novo medicamento: tem que ser mostrado não apenas os seus efeitos terapêuticos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 554
DOC:

[soa a campainha], mas principalmente os seus efeitos adversos. Então eu gostaria de cumprimentar os companheiros, se me permitem assim chamá-los, e fazer uma proposta e ir além do Deputado Barelli.

Eu acho que nós precisamos dos técnicos, Toninho, dos técnicos do DIAP, do DIEESE, para além deles nos apresentarem proposta. Eu acho que nós vamos precisar de uma assessoria, de uma presença mais efetiva e mais permanente deles. Porque não é fácil, nós vamos ter que ter uma proposta, ao final, boa, mas muito bem embasada, uma proposta que resista e sobreviva a absolutamente todas as críticas, não é não Senador Cristóvão? Então eu quero, com essa fala rápida, cumprimentar a todos e mais uma vez concluir e pedir desculpas pela minha ausência. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Exª. é uma das Parlamentares mais presentes a essa Comissão, não tem porque pedir desculpas. Passo a palavra ao Senador Cristóvão Buarque.

SR. SR. SENADOR CRISTÓVÃO BUARQUE (PDT-DF): Bom dia, Sr. Presidente, Relator, a cada um dos conferencistas. Eu quero dizer que não pude assistir aos dois primeiros, mas fiquei bastante impressionado com a proposta do Frederico. Mas eu volto a insistir no mesmo, e queria ouvir a opinião deles. Nós continuamos trabalhando o problema do salário mínimo com dois viés: o viés financeiro e um viés legal. Ou seja, é um salário mínimo em dinheiro e um salário mínimo por Decreto, ou por Lei. Eu quero insistir: a gente analisar além deste, que eu acho que tem que aumentar sim, a gente analisar o aumento do bem-estar do trabalhador que tem nível mínimo ou abaixo do mínimo, analisando não só o financeiro, quanto ele recebe, e o legal, a maneira dele receber por Lei. Mas analisar quanto melhora com investimentos de políticas públicas e quanto se aumenta o salário mínimo através do aumento da produtividade do trabalhador e não só por Decreto.

Todos estudos mostram que a simples alfabetização já dá um salto no salário. Então se a gente gastasse quinhentos milhões por ano, a gente erradicava o analfabetismo em quatro anos. Isso daria um impacto no salário mínimo, talvez maior, do que o que o Presidente assina todo ano. Além disso, se a gente aumenta os recursos e intervém no sistema educacional na primeira infância, no fundamental, no médio, quanto isso vai aumentar no salário mínimo daqui a dez anos? Porque eu acho que essa nossa Comissão não vai trabalhar só para o próximo ano, senão, não precisava. A idéia, eu tenho certeza quando [soa a campainha] o Senador Paim falou nessa Comissão, era pensar numa política de longo prazo. E uma política de longo prazo não pode ficar prisioneira do salário mínimo financeiro decretado por Lei. Devemos trabalhar o salário mínimo na sua totalidade de políticas públicas, educação, saúde, transporte público, e também no aumento dele pelo aumento da produtividade dos trabalhadores que hoje estão abaixo.

Eu quero lembrar que quando a gente viu aqui a Lei, o artigo da Constituição que diz o salário mínimo deve ser suficiente para tais coisas, se olhar, eu acho que talvez metade daquelas coisas ou vem pelo poder público ou não virão pelo salário. Dizer que o salário mínimo deve assegurar uma educação de qualidade ao filho, isso é uma posição mais neoliberal que eu já vi, porque a educação ou é pública ou ela não virá. A não ser para os 10%, que, aliás, é preciso fazer um esclarecimento: aqui nessa

ATN nº 003/2005
GESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 555
DOC:

sala eu não conheço todo mundo, mas é possível que todos estejam nos 10% mais ricos. A gente esquece isso. Eu uma vez tive uma discussão com um marxista, recentemente, porque ele disse que... fala em classe média. Não tem classe média no Brasil. Tem uma minoria aristocrática de 10% na qual nós aqui ou quase todos estamos, e a plebe. Nós estamos nos 10%. Não são só os Ermínio de Moraes. Os Ermínio de Moraes estão no 0,01%, aliás o Ermínio de Moraes deve estar no 1% do mundo, porque ele está na Lista da *Forbes*.

Então, eu queria insistir. Qual a posição de cada um dos institutos para a gente analisar como, além do aumento por Lei do salário mínimo financeiro, no contracheque, que virá só porque tem emprego, como aumentar o salário mínimo inclusive para os que não tem emprego, zero. Através de políticas públicas, quanto isso aumenta para os trabalhadores do salário mínimo, a políticas pública da educação, da saúde, da educação, do transporte público, e também como trabalharmos para aumentar a produtividade, o que para mim só vem através da educação. Essa é uma insistência, olhando, Sr. Presidente, o relatório que a gente vai fazendo. Se não tocarmos nisso eu acho que essa Comissão deixou de dar uma grande contribuição, uma contribuição histórica e vai ficar como uma simples consultoria de curto prazo. Tudo isso não é para dizer que o salário mínimo não deve ser aumentado. Ele deve sim.

E sobre a distribuição de renda, é claro que a distribuição de renda, o salário mínimo tem um impacto, mas eu estou convencido de que o grande impacto na distribuição de renda não virá pelo salário mínimo, virá pelos serviços públicos que a gente oferecer às camadas que ganham o salário mínimo ou abaixo disso. Eu volto a insistir: a linha da pobreza eu não torno como vertical, separando quem ganha menos de uma a duas horas por dia. Eu ponho na vertical, separando os que têm acesso e os que não têm acesso aos serviços básicos, e os serviços básicos essenciais, eles não são compráveis na maioria dos casos. A comida, muito bem, mesmo assim uma política pública pode baixar o preço da comida. O transporte é pago, mesmo assim uma política pública pode resolver. O resto, água, esgoto, coleta de lixo, habitação, educação, saúde, ou virão por fora do salário ou eles não virão.

Eu acho que muitos dos que defendem o aumento do salário mínimo olham a sociedade numa ótica absolutamente neoliberal, como se fosse um salário que devesse comprar todos os bens da cesta essencial. O salário compra uma pequena parte dos bens essenciais. O resto, ou vem do setor público ou não vem. Por isso, eu concluo, eu acho que os institutos deveriam se dedicar um pouco mais a essa história do FUNDEB, que eu acho que está se vendendo uma coisa que não vai ser do jeito que está se dizendo. O FUNDEB, se for bem feito, pode ter um impacto na distribuição de renda melhor até do que o salário mínimo. Mas a gente perdeu essa perspectiva de ver a globalidade, a totalidade do problema social. Nós estamos prisioneiros da lógica financeira e estamos viciados nas concessões por Lei e por Decreto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos aqui passar a palavra ao Dr. Antônio Augusto, ao Dr. Flávio Tonelli e ao Dr. Frederico para suas considerações. V.Exª., Deputado, tem a palavra, apesar de não estar inscrito, mas eu o considero inscrito a partir de agora.

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 056
DOC:

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP): Muito obrigado, Deputado Jackson Barreto. Na verdade eu estava aqui esperando a inscrição do Deputado Vicentinho, eu achei que ele ia falar, e quase que eu durmo aqui no ponto. Mas eu quero primeiro justificar aqui o fato de eu não ter assistido aos debates em função também da minha chegada à cidade e tal aqui, e quero já de antemão pedir aqui que se possa ter os relatórios e as apresentações que foram realizadas aqui em mãos para que a gente possa também incorporar os dados e os levantamentos que foram aqui distribuídos. Apesar de nós já conhecermos um pouco aí as posições do DIEESE, as posições do DIAP, mas sempre é bom ter os elementos e as contribuições que foram levantadas, certamente, durante esse debate.

Eu queria, antes de mais nada, comentar um pouco como andam os debates, dizer que na semana passada tive a oportunidade de acompanhar aqui em Brasília a manifestação realizada pelos aposentados, organizados pela sua Confederação Nacional, pela COBAP, com o apoio das Centrais Sindicais, dos Sindicatos, e que tomaram as ruas de Brasília exatamente para discutir e debater o tema do reajuste das suas aposentadorias e de como se pode trabalhar no sentido de auxiliar, principalmente pedindo o apoio aos Parlamentares, aos Deputados, pedindo o apoio à sociedade no sentido de que se possa ajudar e contribuir para o tema imediato, que é o tema do reajuste das suas aposentadorias, daquelas aposentadorias que são superiores ao salário mínimo e que deve acontecer junto com o reajuste do salário mínimo que está sendo discutido nesta Casa, mas também ao mesmo tempo já debatendo e discutindo uma política de reajuste permanente para as aposentadorias e que acompanhe a mesma política de reajuste que nós deveremos aprovar aqui e discutir para o tema do salário mínimo.

Eu queria registrar essa manifestação porque foi uma manifestação significativa, que contou com a presença de vários Parlamentares, o Senador Paulo Paim também recebeu eles aqui no Senado e tal e fez, enfim, junto com eles também o debate sobre este tema. E dizer que os debates e discussões sobre esta Comissão têm tomado as ruas do País, tem cumprido seu papel, porque tem aqui ouvido e refletido sobre a necessidade que nós temos de constituir esta política permanente de reajustes do salário mínimo e fazer isto com responsabilidade.

Quando nós trouxemos aqui os Prefeitos, as suas entidades representativas, quando nós trouxemos aqui o Governo Federal, quando nós trouxemos aqui os técnicos das entidades que trabalham esse tempo... há muito tempo nesse tema, há muito tempo, na verdade nós estamos querendo com isto, efetivamente, tomar uma decisão nesta Comissão que seja responsável, que possa dialogar com os interesses da sociedade, os interesses do Governo, os interesses deste Parlamento, mas principalmente dialogar com os interesses da sociedade brasileira, que clama por uma distribuição de renda mais adequada, que clama por uma melhora na qualidade de vida do povo, que clama por uma melhor redistribuição dos dividendos gerados por este país nas mais variadas áreas.

Nós não podemos nos conformar quando vemos os bancos recebendo aí dividendos e uma lucratividade alta como nós assistimos nesse último período e olhar para o trabalhador, para a trabalhadora, olhar para a situação de pobreza que muitos setores da sociedade brasileira ainda vivem. É verdade que melhorou, é verdade que o

ATN nº 003/200
CESP - SALÁRIO MÍNIM
FLS: 557
DOC:

salário mínimo é o melhor dos últimos vinte e cinco anos, é verdade que nós estamos incluindo mais pessoas acima da linha da pobreza e tal nesse País, mas também é verdade que isto tudo ainda é insuficiente para dar conta das necessidades das demandas colocadas pela sociedade brasileira.

Eu acho que aí a contribuição dada pelo DIAP, pelo DIEESE, são importantíssimas e fundamentais para que a gente possa agregar ao debate que nós aqui estamos fazendo, a responsabilidade, que nos é necessária no sentido de propor uma alternativa que seja viável, que seja exeqüível e que possa resgatar o papel do salário mínimo, então, na construção da vida digna do nosso povo, do povo trabalhador deste País. Então é essa a contribuição que eu queria dar, Deputado Jackson Barreto, sendo uma testemunha da justeza e da forma como esta Comissão tem contribuído para o debate que a sociedade faz sobre a distribuição de renda neste país. Muito obrigado pela sua atenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos dizer ao Deputado Marcos Maia que endossamos totalmente as suas palavras com relação aos aposentados e pensionistas, e não divulgamos, mas o Deputado Jackson Barreto, o Presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, nosso Relator, o Deputado Walter Barelli, nós estivemos juntos discutindo com o Ministro do Planejamento a questão dos aposentados e pensionistas, o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Nós sabemos do achatamento salarial que os pensionistas e aposentados estão vivenciando, e, este ano, com a definição do novo salário mínimo, que na verdade trouxe para o trabalhador um ganho real, e agora por ocasião da discussão do orçamento da União, recursos foram alocados para atender ao aumento dos servidores públicos federais, seria necessário também o Governo assumir o compromisso com os aposentados e pensionistas, porque o trabalhador com salário mínimo, os servidores públicos federais vão recuperar sem dúvida alguma seus vencimentos, seus salários, já que está previsto no orçamento da União recursos para tal, e vão ficar de fora, com salários achatados, os aposentados e pensionistas.

Eu estava aqui a poucos minutos discutindo com o Senador Paulo Paim a formação de uma Comissão nossa aqui para termos uma audiência com o Ministro da Previdência para tratarmos de forma específica da questão do reajuste dos aposentados e dos pensionistas, porque a conversa com o Ministro do Planejamento não foi boa. Foi conversa mais para tecnocrata do que para um político comprometido com as questões sociais.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP): Eu queria, Deputado Jackson Barreto, reafirmar esta necessidade, porque uma das questões que eu ouvi na semana passada na manifestação foi a de que as entidades dos aposentados querem ser ouvidas pelo Governo, querem participar de um processo de negociação, a exemplo do que aconteceu com o salário mínimo, querem propor também alternativas, não querem ser sectárias no tema, mas querem ser ouvidas, querem participar de um processo de negociação, querem participar de um processo da negociação, querem ter as condições de expressar as suas posições ao Governo.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 568
DOC:

Eu já tinha ouvido aqui, numa outra audiência pública que nós realizamos com as entidades, que o Governo havia acenado com a possibilidade de iniciar um processo de negociação. Até a semana passada isso ainda não havia acontecido. Então eu acho que talvez coubesse a intervenção desta Comissão Mista, a partir disso que o próprio Deputado Jackson Barreto estava relatando, quem sabe a criação de uma Comissão aqui, que pudesse procurar o Ministro da Previdência, que pudesse quem sabe procurar um pouco mais o Governo, a Casa Civil também para discutir, debater esse tema, e nós iniciamos efetivamente um processo de negociação.

Que o Governo receba as entidades representativas dos aposentados, que são muitas, é verdade, talvez não possa receber a todas, mas como fez no caso das negociações do salário mínimo, com a CUT, com a Força Sindical, com as Centrais Sindicais, que realize o mesmo com as entidades dos aposentados. Então eu quero endossar essa iniciativa levantada pelas nossas lideranças aí, o Deputado Jackson Barreto, Walter Barelli e Paulo Paim, que a gente possa procurar efetivamente o Ministro da Previdência para propor isso, instigá-lo a praticar, com o caso dos aposentados que recebem mais do que um salário mínimo, o mesmo que foi praticado pelo Ministro do Trabalho no caso do reajuste do salário mínimo e das aposentadorias que recebem até o valor do salário mínimo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao Dr. Antônio Augusto, Dr. Flávio e o Dr. Frederico. Senadora Heloísa Helena, a Senhora tem a palavra quando quiser.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ: Na minha rápida exposição aqui, eu procurei invocar na importância do salário mínimo na massa salarial e na distribuição de renda. Busquei contestar os três argumentos que sempre são apresentados para evitar que haja um ganho real para o salário mínimo, de modo que possa atender àqueles pressupostos constitucionais. Eu levantei basicamente os três obstáculos apresentados: a questão previdenciária, a alegação de que as pequenas e microempresas não suportariam o aumento do salário mínimo e também as Prefeituras. Busquei na medida do possível mostrar que são argumentos apresentados com intenções outras que não são aquelas de proteger esses três seguimentos, tem outras finalidades.

No caso do setor empresarial quem fala não é o micro, em geral é o grande, e fala contra o aumento do salário mínimo porque os seus empregados, na hora de reivindicar, pegam como referência o salário mínimo, embora ganhem mais que o mínimo. No caso das Prefeituras, uma Prefeitura que estiver consumindo 60% de sua receita líquida corrente com despesa com pessoal - e pessoal contratado por um salário mínimo, essa Prefeitura não deveria ter sido emancipada. Tem que criar mecanismo para permitir que o Ente Federativo possa efetivamente cumprir a sua função, que é a de arrecadar de toda a sociedade e devolver sob a forma de prestação de serviço para a sociedade. Se esse Município não tem condições sequer de pagar um salário mínimo decente, ou ele está com quadro em excesso de pessoal - e aí está fazendo disso um cabide de emprego, ou efetivamente esse Município não teria condições de ter sido emancipado.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 559
DOC:

Então precisam criar regras com relação a isso. O Barelli pediu aqui para avançar nas sugestões. O Flávio tem aqui uma série de sugestões, que vai apresentar em seguida, mas uma das que levantei aqui e que a própria Comissão está trabalhando, diz respeito à vinculação do aumento gradual do salário mínimo vinculado ao PIB. Porque essa questão, no final, é de vontade política, porque se você tem, mesmo com a escassez orçamentária, resolve priorizar algumas políticas públicas, você tem condições de efetivamente implementar. E numa sociedade democrática há disputa sempre, não depende apenas da vontade do Congresso e do Governo. Tem que levar em consideração o que pensam os outros Poderes, os outros níveis de Governo, os trabalhadores como classe, os empresários como classe, os organismos internacionais, a imprensa, a academia, todos os atores que numa democracia interfere.

E aquilo que a Deputada Vanessa chamou a atenção é muito importante: de ter entidades que tem lado. Porque o setor empresarial, o setor financeiro, aqueles que participam da distribuição funcional da renda, que eu explicitei aqui por ocasião da minha exposição, têm posições absolutamente claras e militam em favor dos seus interesses. E se a renda é distribuída para diversos seguimentos, se o setor assalariado efetivamente não brigar para que amplie a sua participação na renda, vai ocorrer o que tem ocorrido historicamente, de 1964 para cá caiu de 62%, como eu mencionei aqui, para algo inferior a 40%.

O Senador Cristóvão chama a atenção para um aspecto importante que é não abordar apenas o viés legal e financeiro. Essa foi uma das preocupações que tivemos todos aqui no sentido de abordar esse aspecto da vontade política de um lado e analisar essa matéria não sob a ótica exclusivamente fiscal, mas também ou especialmente social. Mencionou aqui sobre a transferência dos ganhos de produtividade [soa a campainha] para os trabalhadores. Eu já concluo, Sr. Presidente.

Num país, e nós vivemos aqui numa sociedade capitalista, vivemos numa sociedade capitalista em que o empresário sonega, demite, importa, automatiza, faz o que estiver ao seu alcance para ampliar a sua margem de lucro, ele jamais vai transferir involuntariamente os ganhos de produtividade. Por isso que o velho Celso Furtado, saudoso Celso Furtado, tinha muita razão. Ele dizia que tem que combinar produtividade com a transferência dos ganhos de produtividade, mas com aumento de produção, porque é aumento de produção que gera emprego. Aumento de produtividade você produz mais bens, serviços e etc., com menos pessoas. Portanto, numa sociedade com essas características, com as características da nossa, é muito difícil de, desregulamentando, com a presença do Estado num ato regulatório muito forte, se consiga avançar efetivamente.

SR. SR. SENADOR CRISTÓVÃO BUARQUE (PDT-DF): Presidente, só um minuto. Eu falei muito claro: a produtividade do trabalhador de salário mínimo. Até porque o outro já tem uma produtividade razoável no Brasil e não se beneficia, isso é verdade, e o empresário brasileiro é que tem o capitalismo selvagem. Todo o capitalismo é selvagem, mas aqui ele é super selvagem. Agora –-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] -

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 560
DOC:

SR. SENADOR CRISTÓVÃO BUARQUE (PDT-DF): -- Isso, exatamente. Agora o trabalhador de salário mínimo que é analfabeto, que não tem quatro anos de escolaridade, se a gente dá um salto na escolaridade dele haverá uma melhoria do salário.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ: -- Ah, indiscutivelmente. E o próprio orçamento público, ele distribuiu, de forma segmentada, as verbas para determinadas prioridades, para as políticas públicas de um modo geral. Parte vai para pagamento de pessoal, parte vai para a previdência, parte vai para a saúde, parte vai para a educação, e pode sim, por exemplo, o recurso que é canalizado para pagamentos de dívidas que foram pagas dezenas de vezes, serem priorizados no sentido de fortalecer essas políticas públicas.

Eu me lembro que quando foi criado o FUNDEF, o Governo Federal fez uma engenharia que não agregou um centavo na área de educação, mas fez com que Estados e Municípios pudessem redistribuir, de tal modo que um Município que gastava trezentos reais com um aluno e o outro que gastava trinta, pudesse ter uma média de cento e cinqüenta e melhorou substantivamente, assim como o FUNDED seguramente ampliará essa melhoria com essa ampliação das oportunidades.

Um aspecto importante a considerar - e eu já concluo dizendo isso, é que tem que se ter presente que se não se houver regulação, se não houver cobrança da presença do Estado, haverá escravidão novamente. O Flávio Tonelli deu o exemplo aqui que os empregos gerados no Governo do Presidente Lula, metade deles foram produto da fiscalização do trabalho. A formalização de um trabalhador que já estava trabalhando, aí a fiscalização foi acionada, chegou lá e conseguiu.

A maioria dos postos de trabalho que estão sendo gerados, foi também explicitado aqui, são postos de trabalho com até um salário mínimo. Então é importante que esse referencial aumente a sua participação na renda, porque cada vez mais está havendo esse achatamento e daqui a pouco muitos vão receber. E por último dizer o seguinte: que essa nossa sociedade é realmente muito perversa, especialmente o setor empresarial, e um filósofo francês chamado Lacordè (F), já na Revolução Francesa, dizia o seguinte: numa sociedade desigual é a Lei que liberta e a liberdade que escraviza. Então a presença do Estado numa regulação forte, com fiscalização, é fundamental sob pena de se jogar em igualdade de condições desiguais e o mais forte massacrar o mais fraco. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SRA. SENADORA LUÍZA HELENA (PSOL-AL): Me desculpe --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): -- Pois não, Senadora.

SENADORA LUÍZA HELENA (PSOL-AL): -- Eu queria me desculpar com os Parlamentares e com V.Exª., com os convidados, porque infelizmente eu estava... infelizmente e felizmente, eu estava na reunião do FUNDEB, na audiência pública, e não consegui ver as exposições que foram feitas e que já solicitei ao Senador Paim e tanto V. Exª. como o Deputado Walter Barelli com certeza vão solicitar que os documentos que subsidiaram ou os disquetes de apresentações, eles possam ser disponibilizados para todos nós, Senadores e Deputados. Então, queria me desculpar com os expositores porque realmente eu não pude estar aqui no momento.

ATN nº 003/200
CESP - SALÁRIO MÍNIM
FLS: 561
DOC:

Mas eu queria fazer só uma pergunta porque eu não sabia que os expositores já estavam na fase final. Como o Toninho, o Doutor Antônio, ele fez uma apresentação tratando um pouco sobre o impacto nos Municípios, não sei se os outros expositores fizeram isso também, e realmente nunca se pensa no impacto, na dinamização econômica do Município com o aumento do salário mínimo, porque isso tinha que ser pensado também.

O aumento do salário mínimo, tanto para os aposentados e pensionistas do INSS, todos nós sabemos disso, o quanto na minha região Nordeste, por exemplo, Vicentinho, tem mais impacto a pobre aposentada e o pobre aposentado, tem mais impacto no comércio local, na vida do Município, quando ele recebe a aposentadoria, do que o Fundo de Participação dos Municípios. Para se ter uma idéia de como isso é importante na nossa região. Então, ninguém discute isso. O impacto na dinamização da economia local, na geração de emprego, na geração de renda, no aumento de consumo, portanto no aumento de novos postos de trabalho que seriam gerados com o aumento de consumo, porque se eu consumo mais é evidente que a indústria teria que produzir mais e que, portanto, teria que gerar novos postos de trabalho no comércio também. Então ninguém analisa desse lado porque é muito cômodo ser parte de qualquer farsa técnica e fraude política e deixar isso escondido.

Mas mesmo sem dar conta desse aspecto, em relação... se alguém tratou alguma proposta em relação ao impacto nos Municípios [soa a campainha] de aumento de salário mínimo. Bem rapidinho, viu Senador Jackson. Por quê? Claro é que todos nós sabemos que o impacto no setor público federal é quase que insignificante. O peso disso, todos nós sabemos, o peso na folha é menos de 0,09%, que a grande maioria tem um rendimento diferenciado, nos Estados também o peso nas folhas está em torno de 0,9%, que mesmo que ainda seja um percentual maior, mas a grande maioria dos servidores estaduais já o peso relativo absoluto na folha seria menos do que isso, mas em alguns Municípios que eu até entendo e compreendo a preocupação justíssima que o Dr. Antônio falou, é em relação a isso, que é no mínimo completamente distante da lógica formal você imaginar que um Município não está conseguindo fazer isso.

Mas mesmo assim, mesmo aqueles Municípios que dizem que já estão comprometendo mais do que 60% e que, portanto, estão longe de qualquer legislação "de responsabilidade fiscal" que para mim é de irresponsabilidade fiscal, que aí também ninguém quer discutir outra coisa que seria necessária: alongar o perfil da dívida pública. Se alongasse o perfil da dívida, inclusive de Estados e Municípios, objetivamente, ao alongar o perfil da dívida se teria mais dinheiro para investimentos públicos e para melhor remuneração e não necessariamente ficava nesse estado de degola permanente em que estão realmente muitos Estados e Municípios para dar sustentação a essa política econômica de irresponsabilidade fiscal, irresponsabilidade social, irresponsabilidade administrativa, que só quem ganha são os parasitas sem pátria do capital financeiro.

Agora, em relação aos Municípios, naqueles Municípios... eu não sei, eu acho que todo mundo lembra até de um estudo que o próprio BNDS fez, em relação aos cinqüenta Municípios onde haveria um impacto maior. Geralmente Municípios no nosso Nordeste e no Norte, e nesses cinqüenta Municípios onde o impacto seria maior

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 562
DOC:

- o que convenhamos, é pouco se compararmos com mais de cinco mil Municípios brasileiros, usar essa farsa técnica e essa cantilena enfadonha dizendo que é impagável em função disso, quais as propostas que já foram consideradas ou levantadas que iriam desde a constituição de um fundo específico do servidor ou de um aumento de repasse ao Fundo de Participação dos Municípios que certamente daria conta para isso também, dar conta desse novo aumento de despesa.

Então se foi pensado nisso, ou seja, se nós tivéssemos um aumento de salário mínimo que... é evidente que nós não defendemos apenas a recomposição inflacionária. Tanto a Luciana, na Câmara, os nossos Parlamentares e eu também, nós apresentamos uma proposta que entendemos modesta, mas que levaria o Presidente da República a cumprir sua promessa de campanha, que seria hoje... teria que ser a recomposição inflacionária mais 26% para dar conta do cumprimento da meta de dobrar o poder de compra do salário mínimo - e aí não tem nada a ver com o dólar, por mais que eu respeite quem fale, porque agora é muito fácil falar nisso, e mesmo que fosse o aumento dobrar o valor nominal também não seria esse montante que está sendo proposto. Mas mesmo que imaginássemos assim, que o valor seria muito diferente e maior do que está sendo proposto, mas se alguém pensou em alguma coisa.

Eu entendo que o resultado dessa Comissão, ele deve ser assim: a Comissão, eu já conversei sobre isso com o Senador Paulo Paim, eu sei que ele tem muitas preocupações, que são preocupações de todos nós, mas eu entendo que essa Comissão, ela tem que dizer assim: ela tem que fazer um relatório, a apresentação do resultado tem que ser assim: o que é necessário? Essa conversa do que é possível, o que é possível para mim pode ser o impossível para outra pessoa. E o que é possível para outra pessoa, pode ser impossível para mim. Então eu acho que nós temos a obrigação de apresentar um relatório que de conta do que é necessário.

O que é necessário? O que é necessário, hoje, porque tem as propostas que estão relacionadas ao PIB, o que é que seria necessário para recompor, em relação aos orçamentos das Prefeituras, para que nós tivéssemos um aumento reais do salário mínimo? Então todas as alternativas, concretas e eficazes. Depois, cada Governo, porque eu estou entre aqueles que acha que é uma decisão política, porque do mesmo jeito, se um Governo, se a gente faz pose que mexe em orçamento, se no orçamento se fala em um trilhão seiscentos e setenta bilhões e nós partimos do pressuposto de que oitocentos e quarenta bilhões são intocáveis, isso é uma decisão política dos inquilinos do Palácio do Planalto, seja de que partido for, dos Governantes de plantão ou de nós que estamos fazendo pose que mexemos em orçamento, mas de fato fazemos garimpagem orçamentária. Ninguém trata do orçamento público. A gente faz garimpagem orçamentária.

Então, em relação a isso, é uma questão mais objetiva, se tem alguma proposta em relação a essa questão dos Municípios. Se não tem, que nós tenhamos a possibilidade de construir. O aumento real do salário mínimo, e não recomposição inflacionária, qual o impacto que isso teria de fato? E qual a recomposição que poderia ser feita? Porque nós dizemos que se aumentar 1% do Fundo de Participação dos Municípios, daria conta disso. Mas pode ser que outros pensem de fato o contrário.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 563
DOC:

Então, se em relação a essa questão do setor público municipal, se tem algum estudo relacionado a isso ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu queria aqui fazer um apelo, não somente aos nossos convidados, Dr. Flávio e Dr. Frederico, ao Senador Paulo Paim, é que nós estamos aqui quase despejados pela CPI dos Correios, que vai também usar essa sala. Então precisamos ser breves nas nossas considerações.

SENADORA LUÍZA HELENA (PSOL-AL): Eu estou na condição de inquilina [risos] e de despejadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós estamos à beira de um despejo aqui. Com a palavra o Dr. Flávio, em seguida o Dr. Frederico e o Senador Paim, que é o nosso Relator.

SR. FLÁVIO TONELLI VAZ: Eu vou falar de forma muito rápida, respondendo a alguns questionamentos e ao mesmo tempo fazendo duas ou três colocações. Primeiro cumprimentar como sempre aqui ao nosso Presidente, Jackson Barreto, pela forma que conduziu a sessão, o nosso Vice-Presidente Walter Barelli e os ilustres convidados. O Flávio do Corpo Técnico do DIAP, o Augusto do DIAP e o Frederico também do DIEESE. Eu estou sintetizando até os nomes aqui para ser muito rápido.

Eu quero dizer para o companheiro Marco Maia que eu recebi aqui no dia da caminhada, havíamos combinado com aquela coordenação do movimento, a direção da COBAP, que me entregou um documento pedindo para que o Congresso negocie, enfim, que abra um espaço para um entendimento com o Executivo em matéria das reivindicações. Esse documento, então, eu entreguei ao Presidente do Congresso, conforme reivindicação deles, e ao mesmo tempo solicitei uma audiência para o Ministro da Previdência, que provavelmente será na semana que vem, onde nós queremos, como eu disse num primeiro momento aqui, apenas abrir o espaço para que as entidades possam interagir e fazer o processo de negociação.

Quero dizer também que nessa semana que passou a Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado, isso eu remeto aqui já para a Mesa, aprovou três projetos que eu considero importantíssimos, e no mínimo um deles, é fruto do debate dessa Comissão Especial. O primeiro que eu dou destaque, não é de minha autoria, é o fim do fator previdenciário. Uma luta antiga. Recebemos a apoio de todo o movimento sindical brasileiro, de todas as entidades que pode se imaginar, desde a ANFIP, FENAFISP, COBAP, MOSAP, todas as Centrais e todas as Confederações. A sensibilidade dos Senadores foi devido a audiência nessa Comissão, que aqui nós combinamos de fazer uma campanha nacional pela mudança, ou seja, pelo fim do fator previdenciário. E eu vejo hoje na Folha de São Paulo um editorial dando uma paulada na iniciativa desse Senador pelo fim do fator previdenciário.

Eu queria lembrar que eu votei contra o fator previdenciário, eu era Deputado ainda, e todos os partidos na época votaram contra o fator previdenciário que hoje dão sustentação para o Governo. Eu acho que é possível, sim, nós chegarmos numa alternativa diferente que não seja essa do fator previdenciário. O que me preocupou mais ainda, quando eu vi que num evento que ontem... é... foi no Rio de Janeiro, eu não vou entrar no mérito de quem organizou ou não organizou, onde o principal

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 564
DOC:

articulador daquele debate disse que o fator previdenciário é pouco ainda, que ele não cumpriu o seu papel, que ele quer um instrumento pior que o fator previdenciário ainda, e de fato isso me deixou um pouco preocupado. Se isso é a forma de resolver o problema do salário mínimo e do caixa da previdência.

Pelo outro lado, eu queria deixar aqui para a Mesa e para os convidados, nós aqui da Comissão estamos discutindo muito a desvinculação das contribuições da Previdência da folha e caminhamos para o faturamento, para o lucro, com uma alíquota inclusive maior. Claro, isso progressivamente, não de uma hora para outra, como eu já discuti um pouco isso com a ANFIP e da própria FENAFISP. E também a proposta que nós temos trabalhado a um longo período já, que é essa idéia do salário mínimo crescer, uma vez por ano, conforme a inflação e o dobro do PIB. Até porque quando ela foi apresentada, há quatro anos atrás, eu repito sempre isso, foi considerado um exagero.

Nos últimos dois anos do Governo Lula o salário mínimo cresce à inflação e um pouco mais do que o dobro do PIB ainda, e eu não ouvi impacto nenhum de quebradeira na economia, nem de demissão ou de causar inflação. Isso mostra que o salário mínimo pode crescer efetivamente. E, por final, pela exposição que eu vi aqui durante todo o período, eu percebi que o salário mínimo de fato é uma referência para toda a massa salarial. Então se ele é uma referência para toda a massa salarial é indiscutível que nós temos um papel aqui, eu diria até histórico, de construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo, como também uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

Eu confesso que eu acho que precisamos de uma reforma radical mesmo na Previdência, mas radical num outro viés. No meu entendimento, eu dei o exemplo num debate que eu participei recentemente, da previdência na área privada. É cálculo atuarial: por que o trabalhador não pode se aposentar inclusive com o princípio da aposentadoria integral se ele contribuir para esse fim? Ora, se o Paulo Paim quiser se aposentar com dois mil reais, ele que pague o percentual adequado que garanta para ele a aposentadoria correspondente. Ora, o outro restante, viria sobre, por exemplo, o faturamento no lucro ou num percentual fixo que o conjunto da sociedade pagaria para assegurar efetivamente a aposentadoria integral. Claro, eu estou falando aqui do regime geral da Previdência, ou seja, eu estou falando numa aposentadoria que fica limitada hoje nem a dez salários mínimos, mas a oito salários mínimos.

Em resumo, eu entendo que a previdência no Brasil é viável, ela pode ser um exemplo para o mundo e não admito, em hipótese nenhuma, que digam: "ah, não pode aumentar o salário mínimo devido à Previdência". E me preocupa muito ainda, eu queria ouvir a opinião de forma direta, porque volta a toda hora os grandes jornais que a saída é desvincular até o mínimo do salário mínimo do aposentado e pensionista, quando eu entendo que deveria ser exatamente o inverso para garantir a recuperação efetiva. E vou dizer: nós vamos trabalhar aqui no Senado, a exemplo do que foi o fator previdenciário, para aprovar rapidamente o PL 58 que garante exatamente o inverso, para assegurar os reajustes dos aposentados e pensionistas, vão ter sintonia com o crescimento do salário mínimo. Ponto.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 565
DOC:

SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ: Atendendo ao apelo do prazo, eu queria chamar a atenção para algumas coisinhas apenas. O Deputado Barelli pediu uma questão de sugestões. Eu trabalhei uma proposta que garante e demonstra que o impacto não é insustentável, de ao invés de trabalharmos com a variação do PIB *per capita*, trabalharmos com a variação do PIB nominal, que já inclui o aumento real e inclui todo o deflator do PIB no salário mínimo. E acrescentarmos, durante um certo período, a título de reposição, o aumento de produtividade do trabalho.

Para se ter uma idéia, o aumento de produtividade de trabalho da indústria, tão-somente da indústria, de 1991 a 1999, foi quase de 10%, e a massa salarial e a média salarial da indústria caiu no período. Então esse é um processo importante, porque se a produtividade do trabalho não é incorporada ao salário mínimo, essa Casa dá aval para que seja incorporada ao capital, não tem a menor chance aqui, que perdida ela não fica. Ou se o aumento de produtividade do trabalho não foi incorporado ao salário, ela será incorporada necessariamente ao capital.

O Senador Cristóvão levanta a questão das políticas sociais. Realmente o salário mínimo não visa suprir todas as demandas do trabalhador. Nenhum trabalhador consegue viver sem os gastos sociais, sem as políticas, sem a universalidade dos serviços públicos. O Senador levantou a questão da educação e eu levanto três questões importantes nessa questão dos gastos sociais. Primeiro. Na questão do FUNDEB, a Emenda Constitucional do FUNDEB conseguiu obter três grandes avanços na Câmara dos Deputados, então seria importante que, ao ser apreciado no Senado, isso fosse mantido. Primeiro, a questão da valorização do magistério com a unificação nacional dos salários dos Professores.

O segundo, a obrigação da participação da União para evitar que se repetisse o que aconteceu no FUNDEF, onde a União participa com menos de 1% do total do fundo. Então na Câmara se aprovou a vinculação dos gastos da União e isso foi importante. E o terceiro foi a supressão do dispositivo que estava no projeto inicial que tratava do limite dos gastos de custeio, ou seja, se aumentasse o dinheiro do FUNDEB, ele acabaria sendo suprido com cortes em outros gastos da União. Então, eu posso dar mais para a educação se eu der menos para a saúde ou para a assistência social. Isso são os três grandes avanços que a Câmara produziu nesse projeto e eu acho que é importante.

Outra questão importante é a questão da saúde. A Câmara trabalha na regulamentação da Emenda 29, para que podemos estabelecer exatamente o que é o gasto de saúde, qual é o gasto mínimo. Com certeza o salário mínimo também não consegue suprir a demanda por saúde da sociedade, então isso também tem que ser feito. E na questão da assistência social o reajuste da bolsa família, que eu acho que é um processo importante que também tem que ser trabalhado.

Bom, o Deputado Marcos Maia trata da questão dos aposentados. Nós temos um limite constitucional para enfrentar, que a Constituição diz que os benefícios dos aposentados serão corrigidos para manter o seu valor real. Esse limite significa como é que poderíamos dar aumento real para os aposentados. É difícil, ao menos por uma mudança constitucional, mas pelo menos poderíamos levar em conta o que é a manutenção do valor real do salário, das aposentadorias. Só para se ter uma idéia,

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 566
DOC:

enquanto de 1994 a 2005 o IPC foi de 190%, o IPC acumulado, o IPC da terceira idade foi de 242%. Então [inaudível] dar um entendimento legal, estritamente legal, de que a manutenção do valor real das aposentadorias levaria em conta, quando superior, a inflação na terceira idade. É plenamente cabível uma interpretação desse porte, isso só dependeria de uma Lei que não há se quer iniciativa privativa da presidência, uma Lei alterando a Lei 8212, portanto –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para ajudar, o PL 58 trata exatamente com essa redação. É voltar ao valor real baseado no custo de vida dos idosos.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ: Já está calculado, se não quisermos valorizar o índice que é calculado pela Getúlio Vargas, o próprio IBGE, a partir de sua pesquisa, faz uma ponderação diferente e não há nenhum problema. A Senadora Heloísa Helena trata do impacto nos pequenos Municípios.

Eu acho que nós temos que tratar, eu na minha exposição dei uma idéia do que poderia ser feita, mas poderia ser de outras formas, se pelo menos 1% da receita do COFINS, que daria um bi ao ano, e o COFINS é uma receita que é impactada pela circulação de bens e serviços, que é sobre o faturamento, ela é calculada sobre o faturamento, o fato gerador do COFINS é o faturamento. Se apenas isso fosse colocado nesse fundo para suprir esses Municípios, permitiria que se pagasse um salário a três milhões de servidores, e que não é... mesmo esse ano que nós demos de trezentos para trezentos e cinqüenta reais o reajuste, daria um impacto de quinhentos reais o aumento por servidor e, portanto, daria aí em torno quase de três milhões, dois bilhões e meio de trabalhadores, e as Prefeituras que estão em dificuldade não tem isso tudo de trabalhadores, não tem mesmo.

Por fim, o Senador Paim, bem rapidamente, eu sei que eu não consigo responder a tudo, mas pelo menos a questão do fator previdenciário foi um grande atraso do ponto de vista da... e eu incorporo uma questão que essa Comissão não está discutindo, mas que a sociedade e o Parlamento tem que discutir, é a questão do teto do valor de benefício. Enquanto o teto do valor de benefício for ser um valor que cai proporcionalmente a massa dos salários, é um fator que empurra os trabalhadores para a previdência complementar privada. Então nós temos que dar uma resposta a essa vinculação, é um disparate que um teto do valor do benefício esteja escrito na Constituição em valores nominais. Poderia estar escrito em salários mínimos, sei lá, em qualquer coisa, mas em valores nominais, nós estamos praticando um teto em quase oito salários mínimos, o que empurra um conjunto muito grande de trabalhadores, de pessoas do seguimento da sociedade para a previdência complementar, e ele vem junto com o discurso de falência da previdência.

Então a falência da previdência também, os Senhores devem ter visto na Revista Visão, essa semana, trata como a previdência privada é o principal destaque do mercado financeiro ao longo dos últimos dois anos. Então é importante que se levante essa questão porque o discurso de falência da previdência e a falta de garantia do trabalhador é que abre todo o mercado da previdência privada. A desvinculação da folha, Senador, também colocado pelo Senador Paulo Paim, eu acho que o principal dessa questão, nós temos que tratar com um pouco de cuidado essa questão, num misto. As pequenas empresas devem... uso e desejo de mão-de-obra devem ter

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 567
DOC:

desvinculação na folha, mas isso não pode corresponder à desvinculação da obrigação patronal de sustentar um direito trabalhista. Porque quando nós mandamos isso para o faturamento, isso é embutido nos preços.

É um imposto indireto sobre o consumo. Então nós estamos desresponsabilizando o capital por um direito, para sustentar um direito dos trabalhadores. Então só chamo a atenção. E, por fim, a questão também das micro e pequenas empresas é importante ver. O relatório do IBGE da economia informal urbana, de 2003, dá que o conjunto dos trabalhadores empregados na economia informal urbana, quer dizer, sem carteira, sem vínculo, não é só o emprego que é informal não, a empresa é informal, sequer a empresa é registrada, tinha um rendimento em 2003 de um salário mínimo e meio. Então se até o setor informal consegue pagar mais que um salário mínimo não cabe o discurso de que a economia formal não consegue pagar um salário mínimo, especialmente porque ele é um dos mais baixos da América Latina. Então não há parâmetro na economia brasileira para se manter esse patamar. Eu queria agradecer em nome do DIAP o convite e colocar à disposição dos Senhores Relatores, Membros da Comissão, o trabalho dessa relatoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós é que agradecemos ao DIAP e passamos a palavra ao Dr. Frederico do DIEESE para suas considerações finais.

SR. FREDERICO MELLO: Eu vou ser breve aproveitando que, enfim, várias sugestões surgiram aqui pelos que me antecederam. Na verdade eu acho que o desafio do problema da distribuição de renda no Brasil é um desafio imenso. Eu não tinha pretensão, eu acho que ninguém tem a pretensão, de falar que apenas o salário mínimo vai ser um instrumento suficiente para se contrapor à profundidade e à rigidez do problema da distribuição de renda no Brasil. O que eu quis chamar a atenção aqui, e que eu acho que essa Comissão... enfim, se eu posso sugerir alguma coisa, eu sugeria que essa Comissão guarde isso com muito carinho, quer dizer, o salário mínimo tem um papel fundamental sim em contribuir para combater, para reduzir a concentração de renda no Brasil. O problema é muito maior do que o instrumento de salário mínimo será capaz de enfrentar sozinho, mas ele tem que ser articulado com outras políticas para poder de fato começar a reverter esse quadro, que é um quadro absolutamente histórico no Brasil.

Se a gente pega os dados da propriedade lá no início do século XIX, no livro Arcaísmo como Projeto, do Manolo Florentino, e vê os dados que a gente tem hoje, o problema da concentração de riqueza e de renda permanece praticamente o mesmo. E aí eu vou citar uma frase do atual Diretor Técnico do DIEESE em que ele fala o seguinte: o pressuposto é de conceber a política de valoração do salário mínimo como parte e instrumento de um outro paradigma econômico social capaz de combater as desigualdades estruturais. Não há uma solução simples e sem ônus para esse desafio, como não houve até o presente momento.

Eu acho que para a gente pensar o problema brasileiro, a gente não pode abrir mão de um crescimento econômico, quer dizer, o crescimento econômico é um processo absolutamente necessário, ainda que não suficiente, mas absolutamente necessário para a gente começar a pensar um futuro melhor para esse País. E o

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 566
DOC:

sentido do crescimento econômico deve ser crescer com distribuição de renda, com ampliação do mercado de consumo interno, com melhoria das condições de vida, com maior intervenção do Estado na questão dos investimentos, em infra-estrutura, educação e saúde, porque se não nós estaremos fadados a repetir, a preservar o quadro de péssima distribuição de renda no País. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos aqui agradecer a presença dos Senhores do DIAP e do DIEESE, agradecer a presença de todos e todas aqui nessa audiência pública, dizer da nossa alegria com esse debate da manhã de hoje, início de tarde, e a contribuição fundamental que foi trazida a esta Comissão pelos companheiros do DIAP e pelo companheiro do DIEESE. Quero nesse momento declarar encerrada a 10ª reunião, convocando a próxima reunião da Comissão para terça-feira, dia 21, às 14 horas, vamos mudar o horário, às 14 horas do próximo dia 21. Está encerrada a sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h22

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 569
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

11ª REUNIÃO

21/03/2006

Audiência Pública com o Sr. José de Arimatéia Rodrigues - Conselheiro do CONSEA

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 570
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 11ª Reunião

Realizada em 21/03/2006

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e quarenta e um minutos, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Paulo Paim, Heloísa Helena, Eduardo Azeredo, e Augusto Botelho, e dos Deputados Vicentinho, Walter Barelli e Vanessa Grazziotin, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 11ª reunião, propondo a dispensa da leitura ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à Audiência Pública com o representante do CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Convida para compor a mesa e fazer a sua apresentação o conselheiro Sr. José de Arimatéia Rodrigues. O convidado faz sua apresentação e em seguida, a palavra é passada aos seguintes parlamentares: Vanessa Grazziotin, Vicentinho, Walter Barelli, Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e dois minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e oito de março deste ano, às onze horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

11ª REUNIÃO MISTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS. REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2006 ÀS 14 HORAS E 41 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 3/2005 destinado a efetuar estudos, visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o Salário Mínimo do País.

Esclareço que a pauta dessa Reunião destina-se a ouvir o CONSEA, através do Conselheiro de Segurança Alimentar, Sr. José de Arimatéia Rodrigues, aqui presente. A

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS 571
DOC:

Ata da Reunião passada encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

Nós queremos, nesse momento, convidar o Dr. José Arimatéia Rodrigues para fazer a sua apresentação do seu trabalho, como representante do CONSEA e, acreditamos, da mais alta importância ouvirmos, aqui, o Conselho de Segurança Alimentar, nós, que temos acompanhado, esse trabalho do CONSEA em nosso País, através de diversas iniciativas, principalmente no nordeste, com o trabalho que é feito na região do semi-árido e discutirmos, dentro de todo esse contexto, os diversos programas sociais nessa discussão das políticas públicas importantes do Governo Federal no que se refere à diminuição da fome em nosso País, destacando, entre elas, o programa Fome Zero que, através do Bolsa Família, tem feito um trabalho muito importante na região nordestina.

Eu costumo dizer, Dr. José de Arimatéia Rodrigues, para as elites desse País, que, a todo momento, prestam depoimento e questionam o programa Fome Zero, o Bolsa Família, que nós, do nordeste, conhecemos a realidade da nossa região, sabemos da importância que é, hoje, o Bolsa Família para a diminuição da fome no nordeste e eu, que sou filho de um município no interior do Estado do Sergipe e sei o que representa o Bolsa Família para a nossa comunidade. Mas é muito importante para nós, aqui, ouvirmos a sua apresentação porque essa Comissão está debruçada sobre a questão de uma política permanente de Salário Mínimo para o País, temos discutido aqui com diversas entidades e é oportuno ouvirmos o CONSEA, hoje, como já ouvimos aqui representantes dos trabalhadores, dos empresários, da sociedade civil, de organismos do Governo e vamos encerrar essa parte, Senador Paulo Paim, com a ouvida do Ministro da Previdência. Nos fixamos, também aqui, nessa Comissão, a assumir uma posição de defesa, também, dos aposentados e pensionistas desse País, Senador Paulo Paim, eu quero informar a V. Exª., em primeira mão, à Deputada Vanessa Grazziotin que, na última quarta-feira, viajamos com o Presidente Lula à Sergipe, onde ele foi instalar o novo Campus da Universidade Federal do meu Estado, no interior de Sergipe, no Município de Itabaiana e aproveitamos a viagem, Senador, para conversar com o Presidente Lula sobre a questão do reajuste dos aposentados e pensionistas. Esse foi um dos assuntos que tratamos durante a viagem à Sergipe e eu encontrei o Presidente motivado para que se pudesse fazer alguma coisa, em favor dos aposentados e pensionistas, acima daquilo que define o índice do INPC. De sorte que eu gostaria, depois, de conversar com V. Exª., Senador, de forma para discutirmos as propostas do setor e, inclusive, termos a conversa que a nossa Comissão definiu na visita ao Ministério da Previdência Social. Com essas considerações e pedindo desculpas pela demora nessas observações, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. José de Arimatéia Rodrigues para suas palavras.

SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA RODRIGUES: Boa tarde a todos e a todas aqui presentes, gostaria de saudar a Presidência, Sr. Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim, Deputada Vanessa, aos outros Deputados que aqui estão, dizer da alegria de estar aqui nesse momento representando o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional que tem, como Presidente, o nosso companheiro Chico Menezes que teve uma série de atividades, também hoje, que poderia estar aqui conosco, contribuindo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 572
DOC:

com esse debate. Mas dizer da importância, Deputados, Senadores, desse momento histórico para o Brasil.

Como o próprio Deputado Jackson Barreto coloca, a importância da segurança alimentar é fundamental para o desenvolvimento do nosso povo, para o cumprimento das ações de qualquer ser humano no sentido de fazer valer o seu direito de cidadânia, de cidadão. Então, Deputado Jackson Barreto, eu fico muito feliz em estar aqui representando o CONSEA, eu sou representante da Sociedade Civil, represento a Central Única dos Trabalhadores no CONSEA que, além de nós, da sociedade civil, tem bastante representantes, também, dos Governos e tem uma rede articulada que tenda, exatamente, a refletir, sugerir e, com os outros segmentos da sociedade, construir, efetivamente, uma política de segurança alimentar e nutricional. Eu já posso? Discutir o Salário Mínimo, para a gente, até pela sua origem, ele, na verdade, já demonstra que a sua finalidade foi, exatamente, para isso.

Em 1940 teve duas políticas, introduzidas duas políticas. A primeira durou até 1964, Paulo Paim e aqui dizer da importância desse momento, dessa Comissão, sobre a sua regência, Deputado Jackson Barreto e do Senador Paulo Paim, porque, até 1964, nós tínhamos, na verdade, uma participação da sociedade brasileira, através dos trabalhadores, dos empresários e do Governo. Após a implementação, em 1964, da ditadura, nós perdemos essa qualidade. Hoje o Governo acerta em resgatar e colocar na mesa seus Ministros, os representantes dos trabalhadores através das Centrais Sindicais e o Congresso, também, ao criar Comissão para debater assuntos, na Câmara dos Deputados e aqui, no Senado. Estabeleceu-se uma das maiores negociações da história, pois hoje são milhões, são milhares de brasileiros ativos e inativos que recebem um Salário Mínimo e outros milhões que o utiliza, como referência, a sua remuneração e Paulo Paim sabe, exatamente, com muito mais detalhe essa função. Com debate à constituição de uma política permanente através desses poderes, nós acreditamos que o Brasil pode acordar, o Brasil pode acordar para resgatar o seu grande papel de defensor de um Salário Mínimo como uma das maiores importantes políticas sociais universais do País. Com fortes efeitos favoráveis na redução da pobreza e na melhoraria da distribuição de renda no País.

Eu diria que o Salário Mínimo pode ser uma política, considerada uma das políticas mais estruturantes desse País, Paulo Paim, digo isso com muita segurança. Pode passar. Surgiram, nessa jornada, duas posições que, aparentemente, são antagônicas, umas que defendem, do ponto de vista que as políticas devem ser universais, tão amplas quanto possíveis, de modo a atingir o maior número de indivíduos. E os que criticam o fato das políticas universais serem pouco eficientes no combate da pobreza e na má distribuição de renda na medida que beneficia também pessoas que já se encontram em situação relevantemente privilegiada na sociedade. Em vez de utilizar de políticas universais versus políticas focalizadas, é mais saudável para todos nós, combinarmos dois tipos de política.

As primeiras fornecem o pano de fundo da política social do País, enquanto as segundas servem para o enfrentamento das questões emergenciais, associadas a grupos específicos (inaudível 09:55) que precisa e deve ser protegida, assim como o Deputado Jackson Barreto coloca agora a pouco e faz a referência ao Bolsa Família. Dentro dessas políticas o Bolsa Família tem, efetivamente, ajudado, de forma parcial, a

ATN nº 003/2005
GESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 573
DOC:

diminuir a insegurança, a diminuir insegurança alimentar de parte das camadas mais pobres, onde o Estado ainda nao cumpriu, efetivamente, suas funções. Hoje atendendo 7,5 milhões de famílias e 31 milhões de pessoas onde 87,2% das famílias declaram que gastam o dinheiro do benefício com alimentação e 82.4% afirmando que a alimentação da família melhorou após o rendimento, após o recebimento do benefício.

Para nós resta dúvida sobre a efetiva superação, sendo os recursos insuficientes para manter uma alimentação adequada e saudável durante o mês. O que é segurança alimentar e nutricional? Para nós, todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade e quantidade suficiente de modo permanente. E isso é o que chamamos de segurança alimentar, é isso que chamamos segurança alimentar e nutricional. Ela deve ser, totalmente, baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, sem nunca comprometer o acesso às outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente respeitando as particularidades e características culturais de cada região.

E o Brasil, como todo País soberano, faz questão de garantir a segurança alimentar e nutricional do seu povo. Podemos, Deputado Jackson Barreto, fazer, já aí, uma comparação do que nós tivemos e da importância do Salário Mínimo para a cesta básica e para alimentação do nosso povo. De 1995 dá para se ver, ali no gráfico, quanto o trabalhador, praticamente, ficou caracterizado que seu trabalho passava a ser escravidão, porque a partir do momento que o Salário Mínimo, Paulo Paim, estabelece uma cesta básica, então, na verdade, esse trabalhador está trabalhando pela alimentação, só faltando o que acontecia, nesse Brasil, no tempo da escravatura. Nós tivemos, na verdade, através dos aumentos de salários... quero saudar aqui o nosso Deputado Vicentinho, é por conta, inclusive, dessa recuperação, principalmente mais recente, no aumento do salário e a baixa variação dos preços e alimentos e, também, a carga tributária, principalmente sobre o feijão, sobre a farinha e sobre o arroz; e aí a nossa reivindicação que haja também uma redução tributária sobre os outros índices da cesta básica.

Então aponta aí um crescimento, praticamente dobrou, com essa política de recuperação, com esse aumento de salário que nós tivemos agora há pouco, eu quero fazer um registro aqui, Vicentinho, ao grande empenho, Paulo Paim, além da luta dos movimentos das Centrais Sindicais, dos movimentos organizados, eu quero fazer um registro aqui da importância e do papel que teve o Ministro Luiz Marinho nesse processo negocial. Foi importante, acho que nós estabelecemos uma das maiores negociações que abrangeu uma grande, uma imensa quantidade de trabalhadores nesse Brasil.

Nós estamos, no CONSEA, discutindo com os vários segmentos, a elaboração de uma política de longo prazo para o Salário Mínimo que, pela qualidade dos Deputados que estão nessa Comissao, companheiro Vicentinho, pelo empenho que hoje aquela Comissão quadripartite, que foi formada também, nós defendemos, efetivamente, eu acho que, com diferença de algumas propostas, defendemos uma política para discussões nas referidas Comissões. Definir o conceito de Salário Mínimo necessário a partir de uma pesquisa de orçamento familiar específica para os trabalhadores que ganham próximo ao Salário Mínimo.

Dois, fixar um prazo em que, esse Salário Mínimo necessário, seja alcançado.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 574
DOC:

Três, acordar que a política de recuperação do mínimo deva levar em conta, anualmente, a inflação e um percentual a mais do que a simples produtividade média da economia, o PIB per capita. Isso para que haja uma efetiva distribuição de renda em favor dos mais pobres.

Quarto, definir uma política para desoneração tributária e de redução dos itens de maior peso no orçamento de uma família que recebe próximo ao Salário Mínimo. Aí eu dei já o exemplo da cesta básica.

Sexto, elaborar uma pesquisa de custo de vida específica para os aposentados, com vista a verificar quais os gastos efetivos de um aposentado. E, com isso, aplicar uma política específica de redução de preços dos itens essenciais ao aposentado como é que caso do medicamento, como é que o caso de outras questões que, para os aposentados, como o próprio Paulo Paim tem colocado, tem um peso bem maior do que muitos trabalhadores.

Sétimo, fortalecer o aporte do Fundo de Participação dos Municípios para estabelecer a ajuda específica àqueles municípios que tiverem um determinado percentual de uma folha de pagamento, destinado ao pagamento dos trabalhadores que recebem um Salário Mínimo. Essa destinação não poderá ser feita sem análise criteriosa das reais necessidades de pessoas e dos correspondentes gastos. O que nós apontamos com isso? É que existe, na verdade, uma grande quantidade de Prefeituras que não têm as condições de cumprir com os aumentos, tanto da reivindicação dos movimentos sociais, como, efetivamente, até de política que recupere e que diga até de ganho real.

Oitavo, discutir fontes de financiamento para política de valorização do Salário Mínimo. Estamos propondo a constituição de um imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas que a ser cobrado uma única vez deverá gerar um fundo financeiro que será, exclusivamente, canalizado para a política de valorização do Salário Mínimo. Mais na frente nós podemos apresentar essa proposta porque a grande justificativa, Paulo Paim, é que a Previdência não tem condição de fazer, de arcar com os aumentos e com a recuperação desses salários.

Esses itens podem vir a ser um bom ponto de partida para as discussões. A construção negociada de uma política de metas de longo prazo; longo, médio e curto prazo para tirar o Salário Mínimo da mesmice de sempre. Nós, até para facilitar, eu fui bastante rápido, para facilitar nós temos, aqui, a proposta que eu vou, também, passar de maneira rápida, acredito que os Deputados e os Senadores já o tenham, mas é importante a gente, aqui, fazer exatamente o debate. O imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas.

Considerando que é necessário construir um fundo para o programa de valorização do Salário Mínimo; considerando que a fonte da receita do Fundo deve ser de fácil entendimento; considerando que cerca de 30.000 famílias no Brasil, aliás, 300.000 famílias no Brasil, respondem por mais de 50% da riqueza do País, cujo patrimônio médio da família é de aproximadamente 2,2 milhões de dólares; considerando o Imposto sobre as Grandes Fortunas, IGF, já está previsto na Constituição Brasileira desde 1988, art. 153, Inciso VII, mas ainda não está regulamentado. Aí a importância dessa Casa, do Congresso Nacional, a debater sobre

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 575
DOC:

essa regulamentação, de aprofundar, pois demanda uma legislação complementar que existe *quorum* e uma maioria qualificada.

O IGF, considerando que o IGF, essa proposta que nós apresentamos, ela já foi adotada em diversos Países da Comunidade Européia, portanto, já foi provada, Paulo Paim, Deputado Jackson, ela já foi provada na Espanha, já foi provada na França, já foi provada na Dinamarca, em Luxemburgo, já foi, nos Países do Baixo, Bélgica, Grã-Bretanha, na Grécia, na Islândia, na Itália, em Portugal e outros mais, sob a denominação de formatos variados. O objetivo da medida também variou, desde o financiamento da dívida pública, até o combate à pobreza e à desigualdade social. Considerando também que, no Brasil, alguns projetos importantes que instituem o IGF tramitaram ou tramita no Congresso Nacional, entre os quais o Projeto de Lei Complementar PLP nº 202/1989 do Senador Fernando Henrique Cardoso e os projetos a ele, apesar dos PLP 108/1989 do Deputado Juarez Marcos Batista, da PLP 2008 do ex-Deputado Antônio Mariz, da Paraíba, do PLP 218/1990, do Poder Executivo, do PLP 268/1990 do Deputado Ivo César Zino(F) cujo Parecer Incorpora a Emenda Substitutiva do Deputado Aloizio Mercadante e está pronto para a Ordem do Dia desde o dia 06/02/2000. Foram... e também tem outros que foram arquivados nos termos do art. 105 do Regimento Interno, o PLP 70/1991 do Deputado Maviael Cavalcanti, do PLP 77/1991 e do Deputado Wilson Campos e o PLP 193/1994 do Deputado Ernesto Gradela. Então esses, esses importantes debates já foram trazidos para essa Casa através de Projeto de Lei, alguns até podendo ser retomados e fazer, também, como aconteceu nesses outros Países.

O IGF já foi também, inclusive, objeto de proposição do próprio Partido dos Trabalhadores na forma de Substitutivo à proposta de Emenda Constitucional nº 175/1995 sobre a Reforma Tributária e assinada em 1998 entre outros, pelo atual Ministro da Fazenda então Deputado Antônio Palocci. Portanto, Deputados, Senadores, nós temos aí um instrumento bastante capaz, de diversos partidos, que pode, efetivamente, fazer com que nós tenhamos um aumento de Salário Mínimo condizente, que recupere e que dê dignidade ao nosso povo, através desse Imposto das Grandes Fortunas que está adormecido nessa Casa, adormecido no País, é preciso que a gente tome uma posição enérgica, independente da cor partidária. Eu acho que é importante isso e a sociedade clama muito por isso. Além disso, a cada projeto tem uma definição de fortuna. Forma de taxação, possibilidade de exoneração e periodicidade da cobrança, entre outros.

No Brasil o imposto sobre o patrimônio grava, principalmente, a propriedade imobiliária, isto é, IPTU, ITR, ITPI e as propriedades de veículos automotivos, IPVA, deixando de lado outros itens importantes, como as ações e participações, metais e pedras preciosas, animais e obras de arte, entre outros. Considerando também que o IGF grava, principalmente, o patrimônio acumulado e não o fluxo de riqueza como é o caso do Imposto de Renda, que pega uma grande quantidade, uma imensa quantidade de quem realmente está produzindo, por conseqüente, o IGF pode ser visto como um imposto complementar ao Imposto de Renda, considerando, também, que apesar do esforço anteriormente, o cenário é bastante desfavorável para a criação de mais um imposto no Brasil, tendo em vista o forte crescimento da carga tributária no Brasil.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 576
DOC:

Na última década, que passou, 28% em média, em 1994, pulando para cerca de 37% hoje. Por isso o novo imposto deveria ser temporário e com a finalidade bastante clara. Quero saudar o Deputado Walter Barelli que também, honrosamente, participa dessa Comissão. Tal como no Imposto sobre Herança defendemos que o Imposto sobre as Grandes Fortunas seja aplicado em programas sociais, para as camadas de baixa renda, vinculada, essa receita, às despesas relativas a esses programas, a partir dos programas-orçamentos. Propomos a criação do Imposto de Solidariedade sobre Grandes Fortunas, que deve incidir de uma única vez sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas e jurídicas, de todo o valor superior, respectivamente, de 2 milhões e 400 mil a 8 mil Salários Mínimos Nacionais.

O que propomos é que a determinação do valor tributável tome, como base, a declaração anual do rendimento, que também os bens patrimoniais, imobiliários e mobiliários seja avaliado pelos seus valores correntes no mercado. Então são essas... o quarto, também, que a gente coloca, que a criação de um intervalo de alíquota de forma que os maiores patrimônios sejam gravados como a alíquota mais elevada, sendo que as alíquotas médias deverão ser de 1,5%.

Estima-se aí, Senador Paulo Paim, uma arrecadação de 23,8 bilhões. Isso já daria para a gente ter, efetivamente, uma garantia de uma recuperação gradativa do Salário, ao ponto de fazer valer a Constituição Federal. Que essa arrecadação seja, integralmente, aplicada na política de valorização do Salário Mínimo. Que o Salário Mínimo tenha um aumento real anual de 8,9% mais a taxa de inflação, que o orçamento da União garanta 3% desse aumento real, a título do PIB per capita. E que o IGF seja utilizado, gradualmente, na elevação do Salário Mínimo, com vista a evitar efeitos indesejáveis como o aumento de preços.

Nesse caso, o IGF poderia contribuir, até 2012, complementando o valor necessário para viabilizar o referido aumento real do Salário. O art. 105, finda a Legislação, arquiva-se todas as proposições, enfim. São esses, Deputados, Senadores, o debate que nós estamos fazendo no interior do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Não é uma proposta fechada do Conselho, evidente que nós precisamos estar aprofundando isso. Mas temos o entendimento claro de que, pelos fundamentos de criação do próprio Salário Mínimo, ela já estabelece esse direito, na prática. Ele estabelece esse direito de ofício, mas não estabelece na prática.

E é exatamente com essa recuperação de salário, com essa política que eu acredito muito, Deputado Walter Barelli, que a gente possa, efetivamente, construir e que essa Casa, realmente, possa trazer em pauta todos esses itens, independente, como já disse, das facções partidárias, das tendências partidárias, das ideologias, mas que a gente possa pensar no Brasil para os brasileiros, que mais de 80% depende, exclusivamente, do Salário Mínimo e que, lamentavelmente, sofrem, padecem, porque o Salário Mínimo não cumpre o seu papel na Carta Magna no País. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Iniciamos nos debates. Eu quero, nesse momento, passar a palavra à nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 577
DOC:

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada Sr. Presidente, cumprimento, também, a todos os componentes da Mesa, o convidado do dia de hoje, Sr. José de Arimatéia. Eu quero cumprimentar o CONSEA porque eu não imaginava que o CONSEA estaria discutindo questões tão importantes como essas relativas ao Salário Mínimo. Para mim, o CONSEA debatia Bolsa Família, debatia uma série de propagandas e não se preocupava com uma política, como o Senhor mesmo a qualifica, uma das mais importantes políticas sociais desse País.

Então, é uma grata satisfação a gente saber que o CONSEA está preocupado, efetivamente, com esse debate e travando uma discussão, pelo que nós percebemos de sua explanação, uma discussão de alto nível. Eu acho que o Senhor foi um dos poucos que chegou aqui e não apenas falou a opinião do CONSEA, mas trouxe propostas concretas, importantes, que caberá nós outros discutirmos e debatermos. 8,9, Senador Paulo Paim, de aumento real, mais a inflação é o que propõe o CONSEA.

Olha só, a proposta ousada, interessante, que nós vamos ter que lançar mão de alguma receita se a gente quiser que uma proposta mais efetiva, ousada, como essa vigore, a gente tem debatido aqui, nós vamos ter que trabalhar sobre as receitas também, vamos ter que dar alternativas aos Municípios e ao próprio Poder Público Federal, vamos ter que apresentar alternativas. Não basta apenas a gente falar de forma genérica da necessidade da economia crescer, isso é importante, fundamental, imprescindível, mas quem sabe uma receita como os Senhores colocam.

Então eu parabenizo os debates que vêm sendo travados pelo CONSEA. E, em relação a essas políticas compensatórias, eu acho que a minha opinião não difere da opinião de V. Sª., da opinião de Ss. Exas., os meus colegas parlamentares; o programa Fome Zero é um programa necessário no País. Não precisa o Jackson Barreto dar o exemplo somente do Estado do Sergipe, porque esse exemplo está no Brasil todo. São Paulo do ponto de vista de número, não digo proporcional, mas de número é um Estado dos que mais recebe recursos desse programa Bolsa Família. É o Estado mais desenvolvido, é o que detém quase 50% do PIB do País. Mas a concentração de renda é tamanha, a miséria está tão espalhada, que são programas importantes.

Agora, o nosso objetivo e é por isso que eu cumprimento CONSEA, um Conselho importante como esse de Segurança Alimentar, porque ele não se resume a debater essa política que ele próprio sabe que é uma política momentânea, é uma política temporal. As políticas compensatórias não devem ser políticas permanentes, elas devem ser vistas e encaradas como políticas temporais, que elas têm data para começar e nós temos que, se não determinar o seu encerramento, mas ir trabalhando para que a data do seu encerramento, do seu fim, seja a mais próxima possível. Agora, para isso nós temos que dar a segurança que a pessoa, o trabalhador, a pessoa, a brasileira, o brasileiro necessita através desses programas. Então acho que ficou aqui um rico, um conjunto de ricas sugestões para todos nós. Eu para concluir, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, destacar na presença do CONSEA, do representante do Conselho de que V. Exª. já falou, Presidente Jackson, do nosso compromisso e interesse em debater, também aqui, a política para os aposentados. Mas pelo jeito, nós temos, também, que travar um outro debate, eu acho que encontrarmos mecanismos para fazer cumprir, nesse País, a política que não permita o crescimento das diferenciações salariais.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 578
DOC:

Olha, o Tribunal de Minas Gerais, o TJM de greve porque não quer cumprir determinações do Conselho Nacional de Justiça, entre elas a do teto, que foi aprovado pelo Congresso Nacional ano passado. Eu mesmo fui contra, Deputado Paulo Paim; V. Exª. não estava mais na Comissão de Trabalho, foi lá o Presidente Nelson Jobim, eu fui uma das poucas a falar contra isso. Mas ele acabou convencendo o parlamento brasileiro e não a Câmara nem a Comissão de Trabalho, mas o parlamento brasileiro, que dizia que aquela lei era indispensável para fazer cumprir o teto nesse País, o teto da remuneração, da remuneração salarial. Eu acho que não precisa. Acho que a Constituição está lá, e já é aplicável, mas enfim, foi aprovado, o teto passou, retroativo a janeiro, para R$ 24.500,00 e Desembargador achando que é muito pouco isso. Então eu acho que nós vamos ter que enfrentar esse problema também no nosso relatório, Senador Paim. Nossa obrigação, nosso dever daqui para frente é diminuir esse fosso que tem entre o menor e o maior salário, que é cada vez maior. A pirâmide cada vez maior. Dados que V. Sª. apresenta ali, 300.000 famílias, a quantidade média de patrimônio disso? Enfim, então seriam essas as minhas colocações, Sr. Presidente, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Vicentinho.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Nobre Deputado Jackson Barreto, nobre Vice-Presidente Walter Barelli, nosso Senador Paulo Paim, especialmente ao nosso convidado, querido José de Arimatéia. Eu também gostaria de parabenizá-los por isso, porque o CONSEA é uma instituição oficial do Estado brasileiro e que lá participam todos os setores da sociedade e tem essa coragem de fazer um debate que é um debate realmente de quem pensa numa política de Estado para essa questão do Salário Mínimo.

Eu gostaria de informar aos Senhores que essa semana eu estive, sempre faço visita às fábricas, mas eu fui na Volkswagen falar com os trabalhadores, Senador Paulo Paim, a pressão por causa do Fator Previdenciário é gravíssima, é muito forte, o pessoal está lá angustiado, não querendo aposentar, mas tendo que aposentar e tendo essa frustração. Por isso que eu quero aqui manifestar de público, inclusive, o meu apoio ao seu projeto. Eu fui entrar com o projeto e vi que V. Exª. já tinha, então fiquei mais feliz e quero colocar isso. E também debater com os nossos companheiros trabalhadores, às vezes, por exemplo, a política de reajuste do salário para quem ganha mais do que o Salário Mínimo que a gente não quer que se desvincule, mas nesse caso, com a participação do companheiro Luiz Marinho, como fator decisivo, unificador das Centrais e do acordo, a opção foi valorizar o Salário Mínimo que é uma base.

Vai chegar um dia, que se a gente continuar valorizando o Salário Mínimo como a gente quer, certamente não dá para ter como fator o Salário Mínimo para o reajuste do aposentado. Porque, digamos assim, se o aposentado ganha dez Salários Mínimos e o Salário Mínimo passa a R$ 1.000,00 ele passaria a R$ 10.000,00, é claro que significa um aumento substancial. Mas é preciso ter algum mecanismo que garanta a ele, daí a questão das Cestas Básicas, garanta a ele a manutenção do seu poder aquisitivo. Acho que isso uma coisa importante, vamos refletir sem desvincular, mas pensar nisso se é correto, se eu estou falando a verdade, se estou certo quando todos nós, aqui, nos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 579
DOC:

debruçamos para ter uma política de Salário Mínimo que, de fato, recupere seu poder aquisitivo. Senão é perigoso pensar nisso, mas se for vamos pensar

Eu só queria dizer a José de Arimatéia, que, olha, é uma proposta completa, se faltar o subsídio para nós aqui, nobre Senador, eu acho que fechou. Já vieram aqui vários segmentos, alguns apresentaram propostas, para nossa felicidade as Centrais Sindicais apresentaram propostas concretas também. O segmento ligado ao patronato, muito reclamou mas não apresentou propostas concretas. Outros têm apresentado diagnósticos importantes e agora, para mim, veio a calhar esse estudo, essa proposta, esse encaminhamento. Porque nós sabemos que, para poder, você, melhorar a condição dos debaixo, como não existe milagre, alguém que está ganhando soberbamente, precisa contribuir. Por isso que eu quero dizer que eu vou buscar muito mais isso aí e juntos a gente terá condição de fazer um belo de projeto, obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o nobre Vice-Presidente da Comissão, Deputado Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Sr. Relator, Senador Paim, Senhora Deputada, Senhor Deputado, Senhoras e Senhores. O CONSEA do qual, na Sessão Paulista eu sou o Secretário Geral, ele é um organismo transversal para pensar a situação geral da população, partindo da definição, como foi dada aqui pelo Arimatéia, para se cumprir o direito humano da alimentação.

Eu me atrasei porque, na hora que eu estava saindo, chegou uma delegação de Ourinhos, enquanto eu atendia, eu perdi grande parte da exposição, mas recuperei com suas notas e gostei muito do que foi apresentado, concordo com a Vanessa e com o Vicentinho sobre o que eles falaram. O CONSEA está apresentando, efetivamente, coisas importantes para consideração desta Comissão.

Agora, eu quero fazer uma observação na mesma direção. O Imposto de Grandes Fortunas, que seria a base da contribuição para um fundo de valorização do Salário Mínimo, que teria, pelo que eu li, vigência restrita no tempo, da maneira ou pelo menos o fundo, porque nós gostaríamos de definir um prazo em que o Salário Mínimo alcançasse os valores que esta Comissão definiria como digno para o cumprimento das necessidades do trabalhador e sua família. E na sua exposição, está mostrado que aumentar imposto hoje é um momento muito complicado, principalmente porque houve; nós hoje temos uma tributação equivalente a países escandinavos, enquanto temos serviços sofríveis. Não dirá latino-americanos, mas próximos, em determinados setores, a de países africanos. Mas há a necessidade de se falar nisso.

Essa Comissão, ela representa um consenso da Câmara e do Senado, de que está na hora de valorizar o Salário Mínimo. Já é uma posição, também aqui manifesta, das Centrais Sindicais, que nos seus depoimentos falaram sobre isso, dos aposentados que querem mais, querem também a correção dos vencimentos daquele um terço dos aposentados que ganham um pouco acima do Salário Mínimo. E assim por diante, os demais que aqui depuseram, na semana passada, o depoimento do DIEESE, do DIAP foi importante para trazer informações.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 580
DOC:

Agora, queria chamar atenção, inclusive pedir nos ajudar, porque o seu depoimento eu considero, como meus colegas, muito importante, o que nós estamos buscando é exatamente um Imposto de Solidariedade. O que nós estamos buscando, os representantes do povo acreditam na necessidade de que o Salário Mínimo precisa ser valorizado. As Centrais Sindicais também, o CONSEA também. O CONSEA até aponta caminhos. Agora, nós precisamos sair numa campanha de opinião pública para que os detentores das grandes fortunas sejam conscientes desse tipo de necessidade de contribuição. No relatório que foi apresentado, nós vemos que a primeira proposta de Imposto das Grandes Fortunas foi feita pelo Fernando Henrique Cardoso, depois sofreu emendas de diversos Deputados, diversos parlamentares, terminou pelo relatório do Ernesto Gradela que era do PSTU. Então passou pela Câmara, tem vários depoimentos. Ou seja, todos os que se manifestaram, se manifestaram a favor; agora, lei ela só pega se for uma lei que a população esteja convencida.

Então eu acredito que nós precisamos e essa Comissão vai começar a fazer isso, fazer visitas aos Estados, sair de Brasília, porque nós precisamos convencer a sociedade de que o que nós estamos fazendo é um critério de justiça, é uma necessidade em termos da nossa Constituição, é uma solução de muitos dos problemas que a população pobre enfrenta, mas vai precisar de clareza para que não seja esmola. Que uma parte daquilo que foi acumulado, foi acumulado pagando salários mínimos baixíssimos nesse período. Muitas dessas fortunas elas são de origem recentes. As fortunas antigas lá de 40, quando foi constituído o Salário Mínimo, é só pensar em Pignataris, em Simonsens, em Matarazzos, essas famílias não são mais as campeãs da riqueza no Brasil. Não são mais os multimilionários. Surgiram outros que foram crescendo, é só pegar relação das 1000 maiores fortunas no mundo e vamos encontrar, no último relatório, vários brasileiros estando nesse ranking.

Então, é uma conclamação que eu estou fazendo, nós precisamos sair e buscar, também, desse lado da sociedade, que é pequeno, não vai, sequer, acho que ceder os anéis, mas vai ter que compreender que é preciso que nós tenhamos uma nova visão, uma visão de solidariedade e que essa Comissão, conjunta do Senado e da Câmara, busca exatamente isso. E é possível ter os recursos sem serem inflacionários, sem ser considerado um absurdo aumento de impostos. É possível nós termos os recursos necessários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, nosso Relator.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nossa Presidência, Deputado Jackson Barreto, nosso Vice-Presidente, companheiro Barelli, nossos Deputados aqui, companheiro Vicentinho e a Vanessa. E nosso amigo e convidado aqui do CONSEA, José de Arimatéia Rodrigues, isso, França sumiu daqui. Mas eu te chamo mais de José Rodrigues, dos velhos tempos de luta. Mas companheiro Vicentinho, você me, ao fazer sua fala, você lembrou o Fator Previdenciário.

Eu, de fato, considero o maior crime que se cometeu contra a classe trabalhadora, o Fator Previdenciário. Não importa a origem, importa que tem que ser mudado. Ele é tão grave que, quando aconteceu o fato, os trabalhadores viam falar, Fator Previdenciário. Não diz nada. Agora, quando chegou na época de se aposentar, é

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS. 581
DOC:

que eles estão percebendo. Eu dei um exemplo que eu considero, que é bem ilustrativo. Quem ganha 24, 25 mil reais, que é o caso dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, porque não aplica neles o Fator Previdenciário? Neles não aplica. Os altos salários não são atingidos. Quem ganha de sete salários mínimos para baixo, porque ninguém ganha dez, essa história de dez já virou papo furado, é seis ou sete o máximo que alguém ganha da Previdência.

E se pegar na última década, mais ou menos isso, esses aplicam, os outros ninguém aplica. Por que os Fundos de Pensão privados não aplicam o Fator Previdenciário? Não aplicam porque não são bobos. Se eles aplicarem, ninguém vai para o Fundo de Pensão privado. Ou vai ir? Se sabendo que, se ele for para lá, ele coloca o dinheiro e, no ato da aposentadoria, ele tem um redutor de até 30% o homem e 35% a mulher. Vejam bem a gravidade dos fatos. Esse exemplo para mim é claro, teve especialista que disse que dá até mais. Mas o cidadão que iria se aposentar com R$ 2.000,00 tira 30%, ele vai para R$ 1.400,00, olha o tamanho do prejuízo. Daquilo que ele teria de direito por tempo de contribuição, efetivamente contribuiu. Ora, a continuar assim e essa é a intenção, é a médio prazo, dizer, "Não, é melhor contribuir para a Previdência Privada, que daria mais que o resultado que está dando hoje, a forma que aplicar o Fator Previdenciário".

Devido a isso é que o Senado aprovou por unanimidade. Foi para a Câmara, eu tenho muita esperança que lá, na Câmara, a gente possa mudar isso e, nem que se crie uma alternativa, que seja outra, não precisa ser, exatamente, aquilo que nós aprovamos aqui. Mas que tem terminar o tal do Fator Previdenciário, tem que terminar. Agora eu vou fazer uma segunda provocação e vou me dirigir aos quatro Deputados aqui.

Eu queria pedir aos Senhores, aos quatro Deputados, se possível, eu farei o meu papel aqui no Senado, que conversem com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo. Que dia é hoje? Dia 21. Quem é o culpado, olha bem o que eu vou dizer, quem é o culpado do Salário Mínimo ter chegado à Casa por Projeto de Lei? Essa Comissão. Foi essa Comissão que fez o apelo ao Ministro Marinho, que foi ao Presidente Lula, para que não encaminhasse para cá, por MP, o Salário Mínimo de R$ 350,00. Presidente assim o fez, atendendo o pedido da Comissão.

E o que acontece? A Casa até o momento não votou, a Câmara não votou e conseqüentemente o Senado não votou. Nós, que criticamos tanto a Medida Provisória, vamos chegar no absurdo de dizer, "Presidente Lula, pelo amor de Deus, mande para nós uma MP sobre o Salário Mínimo". Desmoraliza a Casa. A Casa, digo Câmara e Senado. Por isso eu queria fazer um apelo aos Senhores, eu sei que os Senhores também estão preocupados. Se os Senhores pudessem, em nome da Comissão, não precisa os Senadores interferirem. Ir lá ou ir junto. Os Deputados, em nome da Comissão Mista, conversar com o Presidente Aldo, como colocar em Regime de Urgência. Vindo para o Senado, nós, eu me comprometo, nesse momento, nós nos comprometemos aqui, em votar em Regime de Urgência. A Câmara teria que votar essa semana e, à semana que vem, o Senado vota, porque seria um absurdo nós termos que pedir ao Presidente para mandar uma MP para definir essa questão. Porque essa, para mim, não é uma questão polêmica, já está praticamente consolidada, na sociedade e muito bem aceita, a gente sente isso, quem viaja sabe. E todos nós estamos viajando pelo País. E o País sabe que foi um aumento relevante, importante e não precisa aqui

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS. 582
DOC:

repetir, o Vicentinho já falou, Vanessa e todos aqui falaram, que todos reconhecem, é o maior aumento das últimas duas décadas, no mínimo. Esse valor desse ano.

Então é inquestionável que o valor, é um valor que teve, foi assimilado pela a sociedade. Se foi assimilado por que não votar? Se nós tivéssemos uma briga no mérito do valor do Salário Mínimo, nós temos claro querendo ter uma política também de recuperação, como Vicentinho coloca muito bem, uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Mas são duas políticas; essa, do Salário Mínimo desse ano está definida. A política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e uma política permanente, nós haveremos de fazer.

Então essas duas questões, para mim, são importantes. Eu lhe confesso que vou fazer uma Questão de Ordem no Plenário questionando o Presidente do Senado. Eu farei a minha parte hoje aqui, mas tenho certeza de que o papel dos Senhores... E no mais eu quero, também, é cumprimentar o CONSEA pelo trabalho apresentado. Sem sombra de dúvida foi a proposta, eu acho, que mais concreta que chegou à Casa até o momento. Vocês falam aqui em 8.9 de aumento real, falam em 3% de aumento real baseado no orçamento... claro. Aponta a fonte de recurso, efetivamente, faz uma ligação com o PIB. Fala da inflação, que tem que estar assegurada e o aumento é real mesmo. Eu acho que muito interessante. Eu perguntava aqui para o nosso amigo, ele dizia que são em torno de 80 entidades, 82 entidades que compõem o CONSEA que elaboraram...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Algumas autoridades convidadas pelo Presidente da República, que trazem uma proposta que é viável e claro que eu estou convencido que é viável. Nos últimos dois anos do Presidente Lula que eu falo tanto a inflação mais o dobro do PIB, se pegar os últimos dois anos, eu repito esse dado porque eu acho que é interessante, foi concedida a inflação mais o dobro do PIB, até um pouquinho a mais eu diria e não deu impacto nenhum negativo na sociedade. Que corresponderia, se pagássemos e PIB de hoje mais ou menos esses 10%, 9% que estão colocando aqui de aumento real, de aumento real.

Bom, acho que a contribuição é muito grande, o Barelli, quero dizer o Barelli, o Jacques fez uma introdução na mesma linha na abertura, o Deputado Barelli também fez. Nós temos para ouvir aqui, no Fórum dessa Comissão, no Senado, nós já ouvimos todos os setores da Sociedade. Vamos ouvir o Ministro da Previdência, provavelmente, até o fim do mês. E depois vai para os Estados. A primeira é em Curitiba e a segunda em São Paulo a Audiência Pública, daí visitaremos outros oito Estados. E achamos, até, importante se o CONSEA pudesse, também, ir conosco, seria muito importante, pelo acúmulo que já tem o representante do CONSEA, participando das Audiências nos Estados, numa política de encontro como foi dito muito bem aqui. Muitos achavam que nós íamos fazer desse espaço, um espaço de embate político-partidário. Quem pensava assim quebrou a cara. Todos nós aqui só temos um objetivo: construir uma política permanente de recuperação do Salário Mínimo e, também, dos benefícios dos aposentados e pensionistas, dentro do debate adequado que haveremos de construir.

Eu diria, eu, mais do que fazer perguntas, eu quero deixar esse convite ao CONSEA, da importância de um representante do CONSEA acompanhar a Comissão nos debates dos Estados e fazer, inclusive, a sua exposição lá que vai ajudar muito. E

AIN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 083
DOC:

quero só concluir, a todos os Deputados presentes, e ao nosso amigo José Rodrigues, que o Relatório que nós vamos construir não será o Relatório do Relator, nós queremos construir, escrever junto e aprovar aquilo que seja consenso aqui, de toda essa Comissão.

Por isso meus cumprimentos ao CONSEA, tenho certeza que haveremos de caminhar junto e eu saio convencido, independente de ser ano de eleição, nós teremos esse ano uma política definitiva de valorização do Salário Mínimo e de recuperação dos benefícios que será construída entre o Legislativo e o próprio Executivo representado, nesse caso, pelo CONSEA e a contribuição que os Ministros darão e ninguém poderá negar a homenagem justa que você fez, o papel do Ministro Mantinho nessa mediação. Minha parte é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos cumprimentar aqui o Dr. José de Arimatéia e quero aqui reafirmar as palavras da Deputada Vanessa Grazziotin, do Deputado Vicentinho, do nosso grande companheiro Barelli e do nosso Senador Paulo Paim, um estudioso da questão do Salário Mínimo nesse País, dizer de forma concreta e até insistir naquilo que já foi aqui colocado, diversas sugestões foram aqui feitas a nossa Comissão e nos surpreendeu, na tarde de hoje, acho até, Dr. José de Arimatéia, para V. Sª. que tem um nome bíblico tão importante, essa proposta, sem dúvida alguma, despertou a atenção e a curiosidade de todos nós. Foi uma proposta forte, foi uma proposta interessante, foi uma proposta nova, o Imposto de Grandes Fortunas, o IGF, na discussão da política permanente de Salário Mínimo, como um elemento a fazer parte dessa condução, da busca da recuperação do Salário. Eu acho que só para quem está motivado, como V. Sª. com a Bíblia, poderia trazer um elemento tão forte, tão importante para essa nossa discussão. Porque aqui nós já discutimos diversas propostas, inclusive a proposta do PIB, do aumento do PIB e outras propostas diferenciadas. Mas, sem dúvida alguma, essa do IGF foi uma grande revelação que o CONSEA trouxe para o seio da nossa Comissão.

Eu quero parabenizar V. Sª. pela proposta do CONSEA, que foi o fato novo para todos nós, interessante, importante e, ao mesmo tempo aqui, acatar a sugestão do Senador Paulo Paim, de que agora, ao sairmos aqui dessa Comissão eu, o Deputado Vicentinho, a Deputada Vanessa Grazziotin, uma Deputada permanente, uma Deputada eficiente dessa Comissão ao lado de Deputado Vicentinho e do nosso companheiro Deputado Barelli, para irmos, juntos, ao gabinete do Presidente da Câmara porque a nossa responsabilidade é muito grande perante o País.

O Senador Paulo Paim tem toda razão, foi essa Comissão quem pediu ao Ministro Mantinho que o aumento do Salário Mínimo não viesse por Medida Provisória, mas que fosse através de um Projeto de Lei e o Ministro atendeu o apelo dessa Comissão... Pois não.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sr. Presidente, na Reunião da semana, a Reunião dos Colégios de Líderes, eu fui representante da liderança do meu partido e o Projeto de Lei do Salário Mínimo foi pautado, o Presidente Aldo Rebelo falou dele. Então eu imaginei que ele já estaria, então ele está na pauta, eu imaginei que ele estaria na Ordem do Dia para essa semana; infelizmente, eu olho, agora, a Ordem do Dia e não está na Ordem do Dia dessa semana, então, ele está pautado, já

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 584
DOC:

foi relatado pelo Presidente Aldo Rebelo semana passada, mas não está. Então eu acho, concordo, quero me colocar à disposição.

E sobre a observação minha, eu posso, presente eu sei que sou, V. Exª. pode dizer que eu sou uma parlamentar muito presente nessa Comissão, ao de lado de todos os Senhores que estão aqui também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Então eu acho muito grave essa questão do Projeto do Salário Mínimo, até porque, como disse aqui o Senador Paulo Paim, nós vamos ter tempo para apreciação na Câmara, para o Senado, sanção, promulgação, o Salário Mínimo entra em vigor a partir do mês de abril, foi antecipado para o mês de abril.

Então, eu quero, nesse momento, acatar a sugestão do Senador Paulo Paim, convoco os companheiros, tão logo saiamos daqui, para irmos ao Gabinete do Deputado Aldo Rebelo, solicitar, ao nosso ilustre companheiro, que possa inserir o Projeto na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados. Quero, aqui, agradecer a presença do Dr. José de Arimatéia Rodrigues, declaro encerrada a 11ª Reunião da Comissão Mista do Salário Mínimo, convoco a próxima Reunião para o dia 28 de março à mesma hora, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 15h42

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 585
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

12ª REUNIÃO

28/03/2006

Reunião Administrativa

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 586
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 12ª Reunião

Realizada em 28/03/2006

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às dezessete horas e treze minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças do Senador Paulo Paim e dos Deputados Walter Barelli, Leodegar Tiscoski, e Vanessa Grazziotin, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 12ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a presente reunião se destina a discutir aspectos administrativos e fazer um balanço dos trabalhos realizados até a presente data. Solicita ao Consultor do Senado Federal, Sr. Mário Theodoro, que faça a apresentação dos dados sistematizados até a presente data e apresente uma proposta de trabalho para discussão com os parlamentares presentes. Após essa explanação feita pelo Consultor Mário Theodoro, a palavra é cedida aos seguintes parlamentares: Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Walter Barelli e Leodegar Tiscoski. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e cinco minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia quatro de abril deste ano, às quatorze horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2006, ÀS 17 HORAS E 13 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Mista, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se, exclusivamente, para tratarmos de assuntos administrativos. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. A coloco em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 587
DOC:

permaneçam como estão. Aprovado. Passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Jackson Barreto, na abertura dessa reunião. Deputado Walter Barelli e a Assessoria da Comissão que está aqui presente, eu já vou, na abertura dos trabalhos, fazer uma pergunta tanto ao Deputado Jackson Barreto, Presidente da Comissão, como também ao Deputado Barelli, de um assunto que me interessa muito. Não interessa a mim, interessa a nós todos.

Eu estou com o requerimento pronto, está aqui com a assinatura de todos os líderes aqui no Senado, para aprovarmos o projeto de salário mínimo no momento que ele chegar aqui no Senado, naquilo que nós chamamos de regime de urgência urgentíssima. Eu sei que ambos, V.Exªs., tiveram um encontro com o Presidente da Câmara dos Deputados, porque demonstraram, na última reunião, a mesma preocupação que eu tenho aqui no Senado.

Então, eu gostaria de saber de ambos como está na Câmara, e se há a possibilidade real de nós termos essa matéria votada ainda antes do dia primeiro de abril, ou se vamos depender de uma Medida Provisória. Eu faço essa pergunta como forma de nós abrirmos aqui a nossa reunião que tem tudo a ver com esse tema aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Para nós que presidimos essa Comissão, Senador Paulo Paim, Deputado Barelli, é motivo de muita preocupação a votação da proposta do aumento do salário mínimo. Porque foi esta Comissão, com a participação de todos nós, quem sugerimos, quem solicitamos ao Ministro Luiz Marinho, do Trabalho, que essa proposta fosse enviada ao Congresso Nacional. Não em forma de Medida Provisória, mas de Projeto de Lei. E o Ministro nos atendeu e nos brindou com essa atenção.

Lamentavelmente, o Congresso tem demorado na votação dessa matéria, que é fundamental, porque o reajuste do salário mínimo vigora a partir do dia primeiro de abril. Então, fruto daquele entendimento da última reunião, tanto eu como o Deputado Walter Barelli e a Deputada Vanessa Grazziotin, estivemos o Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, sugerindo ao mesmo de que fosse aprovado um requerimento, um pedido de urgência, para que a proposta do salário mínimo, o Projeto de Lei, fosse colocado na pauta de votação da Câmara Federal. E o Presidente Aldo Rebelo nos atendeu. Hoje, já consta da pauta esta votação do salário mínimo. Acontece que temos duas medidas provisórias que antecedem a votação do projeto do salário mínimo. Evidente que vai haver necessidade de uma votação política, para atingirmos o objetivo e, por outro lado, quarta-feira, que seria votado o processo do Deputado João Paulo, não mais será votado, ficando, assim, a pauta aberta e eu acredito que isso vai favorecer a continuação da votação do projeto do salário mínimo. De sorte que eu acredito que possamos votar, ainda esta semana, o projeto do salário mínimo e, então, na semana seguinte estará no Senado Federal, já com as observações de V.Exª., que propôs já o requerimento de urgência, para que seja então logo aprovado no Congresso Nacional e a sanção presidencial. Com a palavra, a Deputada Vanessa Grazziotin, PCdoB do Amazonas.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 588
DOC:

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Para complementar a informação correta que V.Exª. passa, é que na última... V.Exª. tem um poder fantástico junto ao Presidente e sensibilizou-o profundamente no sentido de que pautasse, porque, na realidade, o que faltava era um requerimento de regime de urgência, que havia sido assinado somente recentemente por todos os partidos políticos.

E houve uma tentativa de votação já na semana passada, na quinta-feira, infelizmente, alguns partidos, e eu lembro bem do Vice-Líder do PFL, que encaminhou contrário, ou seja, mudou a pauta para passar outras matérias à frente, o que redundou na não votação do salário mínimo. Mas, apesar disso, no que pese isso, nós vamos continuar fazendo todo o esforço, não é, Sr. Presidente? Acho que os membros dessa Comissão, sobretudo, o Presidente Jackson Barreto, o Vice-Presidente Walter Barelli, têm sido os lutadores no sentido que a gente possa votar.

E a gente tem que votar, no máximo, até amanhã, porque senão não dá tempo de chegar ao Senado, de o Senado votar e já ir à sanção da Presidência da República. Porque o Governo não terá outra saída que não baixar uma Medida Provisória, tem muita gente que prefere isso, mas eu acho que nós é que devemos ter competência, são dois créditos, as duas Medidas Provisórias são dois créditos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Um crédito é para o Ministério da Integração e outro para o Ministério das Cidades.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exato. E, em seguida, já está na pauta e vamos ver se a gente consegue votar entre hoje e amanhã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Obrigado pela informação que complementa a nossa informação. E eu passo a palavra ao Deputado Walter Barelli, Vice-Presidente da nossa Comissão.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu queria, respondendo a pergunta do Relator, Senador Paulo Paim, confirmar o que já foi dito. Terminada a última Sessão aqui da nossa Comissão, fomos os três, porque a Deputada Vanessa Grazziotin também nos acompanhou, diretamente ao gabinete do Presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Ele, de pronto, nos atendeu e pediu que nós fizéssemos um esforço junto às lideranças dos partidos. As lideranças dos partidos foram contactadas, eu fiz com o PSDB e foi aceito na hora e, logo em seguida, na instalação da Sessão da Câmara, foi colocado pelo Presidente Aldo a votação, em regime de urgência, do Projeto de Lei do salário mínimo. Também foi aprovado, o projeto de urgência. Efetivamente, houve esse relato que a Deputada Vanessa já fez, o Vice-Líder do PFL inclusive tem uma emenda nessa matéria e pediu que fosse feita uma inversão dos trabalhos. Mas está na pauta dos trabalhos, nós esperamos votá-lo até amanhã, para que o Senado, apreciando também o relatório de pedido de urgência do Senador Paulo Paim, já com todas as lideranças assinando, com o número regimental conseguido, porque, o que essa Comissão quer? Essa Comissão quer valorizar o salário mínimo, e, para valorizar o salário mínimo, o salário mínimo não pode ser Medida Provisória, tem de ser medida aprovada pelos parlamentares. O Ministro do Trabalho foi convencido disso, quando ele aqui fez o seu primeiro depoimento. Então, nós estamos buscando que, neste ano, isso seja conseguido.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 589
DOC:

É importante que se diga para a população que a questão das Medidas Provisórias causam problemas incontornáveis, porque, à medida em que elas sobrestam uma pauta já estabelecida, primeiro nós temos que votar a Medida Provisória, nem sempre a Medida Provisória é tranqüila, ela precisa ser muito bem discutida pelo plenário, porque nós ali, na Medida Provisória, a Presidência está legislando, ao contrário de ser os representantes do povo. Mas, olha, Deus queira, nós vamos fazer mais um esforço na Sessão de hoje, para que a coisa caminhe e que nós possamos votar, na Câmara primeiro e, em seguida, no Senado, em tempo hábil, o Projeto de Lei do salário mínimo deste ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero informar também aqui à nossa Comissão de que aconteceu hoje um debate na TV Câmara, com relação à questão do salário mínimo. E nesse debate nós colocamos de forma clara o trabalho da nossa Comissão e as providências que tomamos junto ao Ministro Luiz Marinho que, aliás, o Ministro Luiz Marinho deveria estar aqui hoje participando desse debate. Seria concluída essa fase dos debates aqui em Brasília, para iniciarmos o processo de audiências públicas nos Estados, começando–

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria o Ministro da Previdência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): –O da Previdência. Desculpe. Começando as audiências públicas pelo Estado do Paraná, lá em Curitiba. Eu gostaria de informar também ao Senador Paulo Paim que, na proposta do salário mínimo, há duas emendas. Uma do Deputado Mauro Benevides, do PMDB do Ceará, que aumenta o salário mínimo para trezentos e sessenta reais. E uma outra emenda do Deputado Paudemey Avelino, do PFL do Amazonas, que altera a proposta do Governo de trezentos e cinqüenta para trezentos e setenta e cinco reais. Então, tudo isso faz parte do projeto que está sendo colocado em discussão. Bem, para dar andamento à nossa reunião administrativa, e temos, assim, informações da nossa Assessoria, da nossa consultoria legislativa, e eu quero passar a palavra ao Dr. Mário Teodoro, nosso Consultor Legislativo aqui a serviço da Comissão.

SR. MÁRIO TEODORO: Boa tarde, Deputado Jackson Barreto, Presidente, Deputado Barelli, Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, Relator e Deputada Vanessa. Eu queria fazer uma breve explanação da situação atual dos relatórios. Nós optamos, em conversa com o Senador Paim, de fazer um acompanhamento de relatórios para cada reunião. Então, hoje nós temos sete relatórios concernentes a sete reuniões que foram feitas, a saber, a primeira reunião, com representantes sindicais, a segunda, com as entidades patronais, em seguida, aposentados e pensionistas, a quarta reunião, pesquisadores do IPEA, FGV e IBGE, a quinta, com representantes dos Municípios, a sexta, com pesquisadores do DIAP e DIEESE, e a sétima, com representantes do CONSEA.

Além disso, na próxima semana ainda vai ter uma oitava, que deve ser com os professores estudiosos do assunto da questão do salário mínimo. Então, eu trouxe aqui até o conjunto das notas sobre as reuniões, a idéia que eu queria trazer aqui para discutir com os Senhores é de que a gente pudesse juntar isso tudo num relatório parcial a ser levado para os Estados, como a primeira etapa tem um relatório parcial.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 1390
DOC:

Basicamente, nessas notas aqui, a gente destaca os aspectos ou problemas e diagnósticos que são colocados, com relação ao salário mínimo, por cada um dos convidados e, em seguida, propostas. Então, a gente pensa em dividir esse relatório em diagnósticos e, em seguida, propostas, algumas conflitantes, outras não. Mas a idéia, mais ou menos, é de estruturar dessa forma, para chegar nos Estados com um primeiro panorama do que foi feito aqui, uma espécie de prestação de contas dessa primeira etapa, e buscar também subsídios para enriquecer esse panorama. A idéia nossa seria alguma coisa por aí, de fazer isso até a próxima semana, para estar pronto para a primeira reunião, que é dia 10.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dia 10, em Curitiba.

SR. MÁRIO TEODORO: Então, em linhas gerais, era isso, e eu trouxe para os Senhores aqui o conjunto das notas de cada reunião para entregar, mas basicamente é isso, e estou aqui para dirimir qualquer dúvida com relação a isso.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu perguntaria rapidamente para o Mário Teodoro. Não é perguntaria, queria dizer que essa conversa com os assessores aqui da Comissão, foi naquele eixo que nós havíamos combinado. Aqui não vai ter Relator do Senador Paulo Paim. Eu quero deixar bem claro isso. Aqui vai ter o relatório da Comissão. A intenção é que os Senadores e Deputados assinem o relatório que nós vamos construir juntos. Eu diria aqui, se me permitir o meu Vice-Presidente e o meu Presidente, aqui nós faremos um trabalho do coletivo, do Presidente, do Vice, do Relator e dos Deputados e Senadores que estão participando da Comissão. E foi nessa linha que o nosso Mário Teodoro está construindo esse informe e apontando o que serão os subsídios para os debates que teremos nas reuniões que vão se aproximar. Principalmente a de Curitiba, que são as primeiras, e a de São Paulo, que eu posso dar aqui um testemunho pelas informações que recebi, muito bem organizada pelo nosso Vice-Presidente Walter Barelli, que está dividindo, ele vai poder explicar num segundo momento, porque ele está monitorando, está organizando esse grande encontro que vamos ter em São Paulo, como também, no Paraná é a Deputada Clair que está fazendo lá a organização. Eu acho que estamos caminhando bem, e por isso esse material que a Assessoria está reunindo, no momento, vai ser fundamental para darmos os primeiros passos.

Queria informar também que houve uma audiência pública, aqui no Senado, para discutirmos, especificamente, essa questão dos aposentados e pensionistas. E, na verdade, o que os aposentados me disseram aqui, foi o mesmo que disseram, que era uma audiência pública solicitada há muito tempo, que já disseram na Comissão Mista, a Comissão Mista aqui foi muito valorizada, e eles estão com uma expectativa muito grande do trabalho, que haveremos de construir uma política de recuperação dos benefícios aqui na Comissão Mista, que são 11 Deputados e 11 Senadores, como também uma política de recuperação do salário mínimo. Eu quero dizer que estou muito satisfeito com o trabalho construído pela Assessoria, com o trabalho construído pelos Deputados e Senadores até o momento, e acho que estamos caminhando bem, e quero repetir uma frase que eu disse um tempo atrás, quem achou que, por ser ano eleitoral, nós não íamos conseguir construir uma proposta sólida nessas duas áreas, vai quebrar

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 591
DOC:

a cara, porque tenho certeza que nós vamos conseguir aquilo que foi o objetivo da Comissão desde o primeiro momento.

Quero dizer também que eu espero muito que a Câmara aprove, e nem que a gente tenha que fazer um plantão, para que o Senado vote, nem que seja na sexta-feira, nós vamos fazer de tudo para que o projeto do salário mínimo aprovado, uma vez, na Câmara, seja também apreciado aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero aproveitar para dar uma informação aqui tanto ao Deputado Walter Barelli e aos demais Deputados aqui presentes, bem como ao Senador Paulo Paim, que o jornalista Paulo José ele comandou um debate hoje sobre a questão do salário mínimo. E, na verdade, o que mais despertou a atenção daquele debate foi ele saber que a Comissão Mista estuda a política permanente de salário mínimo, que, a partir do próximo ano, com os resultados dessa Comissão transformados numa lei, o País não vai mais atender às discussões muitas vezes histéricas, me perdoe, às vezes até demagógicas, principalmente se se tratar de ano eleitoral, e a descoberta do "pai da criança" todo ano, com o aumento do salário mínimo. O que vamos discutir, uma política permanente de salário mínimo o País vai conhecer uma proposta, um Projeto de Lei que, baseado nos mecanismos contidos nesse projeto, todos os anos o País terá o seu salário mínimo, independente do partido, facção ou matriz ideológica que comande o processo administrativo do País. Isso para nós será, sem dúvida, a maior contribuição que esse Congresso já deu à história do País e, particularmente, aos trabalhadores.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu vou tomar a liberdade de fazer o seguinte encaminhamento, se V.Exª. permitir, o nosso Barelli e o Deputado que chegou aqui agora, que eu dei o nome para V.Exª. aqui que é o...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Wienskoski(F).

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. Está aqui conosco. Eu lhe conheço, mas essa pronúncia eu evito dizer. [risos]. V.Exª. me ajude aqui na hora de fazer a pronúncia. Como é que é a pronúncia exata?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Wienskoski(F).

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então não tem como errar aqui, eu vou me sair bem. Eu iria propor, se V.Exªs. concordarem, que a gente, encerrando a reunião administrativa, que nós quatro fôssemos ao Presidente Renan, eu sei que V.Exªs. já foram ao Presidente Aldo, eu pela fala que ouvi aqui, eu estou convicto que entre hoje e amanhã vota. Porque, como existem cinco, seis Medidas Provisórias no Senado também, que a gente, em nome da Comissão, com o Presidente, o Vice, o Relator, o Deputado aqui presente, o Olior Degar Tiz Cosque(F). Acertei? Nós fôssemos ao Presidente Renan fazer um apelo para que efetivamente, já que a Comissão pediu para o Ministro, como V.Exª. colocou, Presidente, que efetivamente o Senado vote, ou na quinta ou na sexta, a matéria. Então, fica o pedido aqui feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu faço o registro, e a Câmara está nos convocando para a votação, mas antes de encerrar a Sessão, eu passo a palavra ao Deputado Walter Barelli, a nossa reunião administrativa

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 592
DOC:

e, de pronto, aceitando a sugestão do Senador Paulo Paim para, ao sairmos daqui, antes do processo de votação na Câmara, possamos passar no gabinete do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Olha, eu já tinha falado, é só uma observação depois do relatório apresentado. Eu vi falar, são sete relatórios, mas teve também o depoimento do Ministro do Trabalho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): --Consta? Porque começou falando das centrais sindicais. O primeiro era o Ministro do Trabalho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desculpe, eu me enganei.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): --Só para ficar claro, o nosso relatório é denso, porque nós já vimos o que o Governo pensa, está faltando o Ministro da Previdência, mais o que a sociedade está pensando, e eu acho que essa maneira encontrada de levar diagnósticos e propostas vai facilitar muito o trabalho nessas audiências regionais. Porque ninguém chega para fazer uma colaboração que já não tinha, pelo menos, algum esboço nos depoimentos feitos nesses sete relatórios. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Discutidas as questões administrativas, declaro encerrada a Sessão, convocando a próxima reunião da Comissão Mista Especial para o próximo dia 4 de abril, à mesma hora. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 17h35.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS. 503
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

13ª REUNIÃO

04/04/2006

Audiência Pública com professores de Economia da PUC-SP, UFRJ, UNICAMP e Centro Salesiano de SP

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 5014
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 13ª Reunião

Realizada em 04/04/2006

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, às onze horas e nove minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Walter Barelli e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Lúcia Vânia, César Borges, Romeu Tuma, Amir Lando, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Paulo Paim, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti, Heloísa Helena, Leonel Pavan, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, Juvêncio da Fonseca, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Maguito Vilela, Serys Slhessarenko, Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi e dos Deputados Vicentinho, Tarcísio Zimmermann, Cláudio Rorato, Wilson Cignachi, Betinho Rosado, Leodegar Tiscoski, Jackson Barreto, Medeiros, Vittorio Medioli, Cláudio Magrão, Drª Clair, Marco Maia, Benjamin Maranhão, Marcelo Barbieri, Gervásio Silva, Carlos Alberto Leréia, João Leão, Vanessa Grazziotin, Arnaldo Faria de Sá e Sarney Filho; e, ainda, do parlamentar não-membro Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 13ª reunião, propondo a dispensa da leitura ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à Audiência Pública com os professores universitários Cláudio Salvadori Dedecca, Instituto de Economia da UNICAMP - IE/UNICAMP; João Sabóia, IEI – Instituto de Economia Industrial – UFRJ; Milko Matijascic, Centro Salesiano de São Paulo; Rosa Maria Marques, PUC-SP. O Presidente concede a palavra aos professores Rosa Maria Marques, Milko Matijascic, Cláudio Salvadori Dedecca e João Sabóia. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: Vicentinho, Vanessa Grazziotin, Heloísa Helena, Eduardo Suplicy, Paulo Paim e Walter Barelli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e nove minutos, convocando-se os membros para participar da audiência pública na cidade de Curitiba PR, no próximo dia dez de abril deste ano, às quatorze horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

13ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 595
DOC:_____

SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2006, ÀS 11 HORAS E 09 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 03/2005, destinado a efetuar estudos visando apresentar sugestão sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País. Esclareço que esta Comissão, por unanimidade, também deliberou que a nossa intenção é criarmos uma política de recuperação do salário mínimo para evitarmos, por exemplo, o que aconteceu esse ano. O Presidente Lula, a pedido desta Comissão, manda o projeto de salário mínimo via Projeto de Lei, e não por MP, e devido a termos uma série de Medidas Provisórias que antecediam a votação do Projeto de Lei, nós, na última hora, tivemos que pedir para ele que mandasse por Medida Provisória para que o salário mínimo entrasse em vigor, de fato, a partir de 1º de abril. Mas não queremos que isso aconteça no ano que vem. Por isso a importância desse debate.

Hoje há uma série de Audiências Públicas que nós aqui realizamos com inúmeros painelista de todos setores da sociedade e com alegria que vamos ouvir os Senhores hoje. Veja se a minha relação está correta. Dr. Cláudio Salvador Dedecca. Está certo? Estou pronunciando mais ou menos. Do Instituto de Economia da UNICAMP. É uma alegria recebê-lo aqui. O Sr. João Sabóia, do Instituto de Economia Industrial. Sr. Mitko Matijascic, do Centro Salesiano de São Paulo, e Rosa Maria Marques da PUC São Paulo. Certo? A pronúncia mais ou menos eu sei. Mas deixa assim. [risos]. Eu quero só também comunicar que infelizmente os vôos quase todos atrasaram hoje. Aqui ao lado está tendo uma outra audiência com o Senador Cristovam que faz parte, também, da Comissão, eu sou Vice, lá. Ele ficou presidindo lá e eu vim para cá e eu sou o Relator. Porque ele ficou presidindo lá com os dois convidados. O Deputado Walter Barelli e Jackson Barreto os aviões também atrasaram, mas vamos chegar aqui no longo do nosso debate sobre esse tema tão importante. Nós vamos desenvolver aqui a nossa audiência de hoje da seguinte forma: Vamos chamar primeiro a Dra. Rosa Maria Marques, porque ela tem compromisso. Tem um vôo, pelo que me disseram. Terá que ser a primeira convidada a fazer a exposição e depois na seqüência os outros dois, o Dr. Matijascic e o Prof. Cláudio. Podemos ir por ali? Então, eu convidaria em primeiro lugar a passar para a Mesa a Profª. Rosa Marques para fazer a sua exposição aqui ao meu lado. Eu peço à Assessoria que traga já a devida identificação. O meu amigo Walter Barelli vai atrasar um pouco. E em seguida nós vamos para o Professor. A Senhora senta aqui à minha esquerda, por gentileza.

O tempo da exposição, normalmente, que nós temos feito, para depois em cima dessa exposição a gente pautar o nosso relatório. Porque eu sou o Relator da Comissão Mista e não o Presidente. Estou presidindo devido ao atraso do vôo do Presidente. Então eu quero dizer que é muito importante o que os Senhores vão expor e, com certeza, o depoimento da Senhora e dos Senhores vão contribuir muito para o nosso Relatório final.

Quero dizer que da série que fizemos ouvindo empregadores, trabalhadores, aposentados e o Governo, essa é a última Audiência Pública que faremos aqui no Senado. Já a partir da semana que vem, nós estaremos em Curitiba, depois São Paulo,

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 596
DOC:

Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, vamos lá na base, mesmo. Ouvir desde as autoridades do Governo do Estado, dos municípios e naturalmente os representantes de empregados e dos empregadores.

Então o tempo disponível, nós temos limitado em 15 minutos com mais 5, mas se for necessário a Mesa naturalmente dará a devida... Será tolerante para que possa fazer a sua explanação. Dizer também que a nossa TV Senado cobrirá todo o evento e ele será depois transmitido para todo o Brasil. Porque é importante que o Brasil saiba o que é que nós estamos discutindo em matéria de salário mínimo. Eu já avisei que o os dois, o nosso Presidente e Vice, atrasaram devido aos vôos. Então, de imediato a Profª. Rosa Maria Marques com o tempo de 15 minutos com mais 5 e com a tolerância.

SRA. ROSA MARIA MARQUES: Bom, bom dia a todos. Eu queria dizer da minha satisfação de estar aqui, agradeço o convite. E dizer que também gostei que então os aviões atrasaram. Que assim estou ao seu lado, porque gaúcha também sou e faço questão, como boa gaúcha, sempre... [risos] Bom, você falou que teríamos 15 minutos. Eu talvez fale até menos do que 15 minutos.

Vejam, quando eu fui convidada para participar dessa audiência, para auxiliar os trabalhos da Comissão, eu fiquei pensando no que é que eu poderia, talvez, contribuir para que nós refletíssemos sobre uma política do salário mínimo, uma política permanente do salário mínimo. E eu pensei que talvez não fosse o caso de nós repetirmos aquilo que todos sabemos, nem que um pouco por cima, mas aquilo que está colocado na mídia em geral. Porque recorrentemente, a discussão ela é pautada em cima de dois pontos. O primeiro que ressalta que o valor do salário mínimo é insuficiente, que ele não daria conta da definição do que fosse um salário mínimo, entendido o salário mínimo como necessário para uma família de quatro membros sendo que dois desses membros, crianças, e essa é uma tônica recorrente, quando, por exemplo, o DIEESE ele divulga, insistentemente, e com toda razão, não vai aí uma crítica, dizendo que, se mantido o valor do salário mínimo, ele representaria hoje mil, quatrocentos e setenta e um e algum quebrado.

A outra ênfase que é sugerida, principalmente pela imprensa, talvez porque alguém paute na própria imprensa isso, é o impacto do salário mínimo, da valorização do salário mínimo sobre as contas públicas. Em geral, a ênfase é dada para a Previdência e para as Prefeituras. Eu gostaria de tentar contribuir um pouco diferentemente. Porque, veja, nós sabemos, para mim é dado que o valor do salário mínimo ele não corresponde enquanto poder aquisitivo o valor do passado. Mas, também é verdade, acho que isso tem que ser salientado, principalmente se aqui está sendo gravado, de que o valor de trezentos e cinqüenta vai recuperar o valor de 1989. Isso é importante de ser dito. E me lembro que o DIEESE fez um cálculo que trezentos e cinqüenta corresponderia a quase que duas cestas básicas. Ou seja, numa série histórica que começasse em 1979 até abril de 2006, seria o melhor ponto no que se refere ao indicador cesta básica. Claro que, quando a gente relaciona salário mínimo com a cesta básica, duas coisas podem ocorrer. O salário mínimo pode ter se valorizado, e ao mesmo tempo parte dos componentes da cesta básica podem ter barateado. E isso evidentemente que vai criar uma capacidade maior. Mas, de qualquer forma, acho que é um dado interessante. Então, é um ponto de partida para uma discussão, é reconhecer. Muito embora o valor não seja aquele do passado,

ATN 2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 597
DOC:

reconhecer que nos últimos anos houve uma recuperação do valor. Segundo o cálculo do DIEESE, dá em torno de 25% de 2002, de abril de 2002 a abril de 2006. Ou seja, em quatro anos, houve uma recuperação de valor em 25%.

O que eu gostaria de lembrar aqui, afora dizer que é claro que vai ter um impacto sobre os gastos Previdenciários, principalmente, que vai ter... Previdenciários porque é o maior número de benefícios que estão vinculados ao valor de um salário mínimo. Mas também haverá em relação ao benefício de prestação continuada que é do campo da existência, mas o número de beneficiários lá é, entre aspas, "irrisório" quando a gente compara com o previdenciário. Mas nós sabemos, também, que, junto com este impacto, haverá um aumento da arrecadação. Como os Senhores devem saber, evidentemente que o impacto sobre a arrecadação, ele é menor do que o impacto sobre o gasto. Mas, isso porque nós temos uma área que é um pouco escondida, nebulosa, que a gente não consegue medir o impacto.

Por exemplo, o fato de que um salário mínimo empurra o piso de algumas categorias para cima, e isso evidentemente vai ter um outro impacto sobre a arrecadação. Mas, se eu deixar de lado a questão de se isso onera ou não onera as contas públicas, ou seja, se eu partir de um outro pressuposto, um pressuposto de que o salário mínimo é um instrumento fantástico para nós, quem sabe, invertermos a desigualdade do País, quem sabe, diminuirmos o grau de desigualdade de renda que existe no País, eu não me preocuparia tanto em relação ao impacto, propriamente dito, na medida que eu teria como é pressuposto inicial em que a prioridade em relação ao País e a política de renda teria mudado. Não sei se eu estou me fazendo clara. Para buscar recursos que eventualmente num primeiro momento, tivesse que serem alcançados, posto que não teria tido um impacto, uma sinergia maior sobre a economia, eu teria que fazer uma mudança de prioridades e retirar de algum objetivo para colocar nesse outro que eu estou colocando. Por exemplo, pode parecer discurso, mas como isso todos os economistas discutem, por exemplo, porque pagar tantos juros da dívida? Nós podemos, quem sabe, colocar como prioridade a questão social em relação ao salário mínimo.

Mas o que eu queria dizer, salientar a atenção aqui para todos, é de que se nós acompanharmos, praticamente, quase que os últimos 20 anos, nós veríamos que o próprio conceito de salário mínimo ele foi mudando. Claro que se nós formos lá para traz, para época do Getúlio, nós temos uma definição de salário mínimo. Mas quando a gente vai para Constituição de 88, o piso correspondente ao benefício previdenciário de valor igual a um salário mínimo, ele altera o conceito de... Professor é fogo. A gente não consegue...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente percebe que a nossa painelista, ela meio que se incomoda com as conversas paralelas. Eu sou obrigado a registrar isso aqui aos meus companheiros do Plenário.

SRA. ROSA MARIA MARQUES: Mas isso é vício de professor. Quando o aluno começa a falar... [risos] Me desculpem. Mas então eu quero salientar o seguinte. Vejam com coisa estranha. Nós temos um salário mínimo que definiria teoricamente o mínimo de salário a ser pago. Este mesmo valor, ele é referência para o mínimo de benefício a ser pago. Previdenciário. Só que o benefício pago na Previdência, embora seja um

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 598
DOC:

salário diferido, ele constitui um benefício que advém do fato da pessoa ter trabalhado. Então, o que tem por trás, enquanto alimentador da discussão, é o fato de que a pessoa suou para trabalhar e teoricamente não teria mais condições para o trabalho e receberia um mínimo de valor igual ao salário mínimo. E, com isso, eu estou dizendo que nós temos aqui uma mistura de critérios. Me entendam bem, eu não estou dizendo que o benefício da Previdência tem que ter valor menor do que o salário mínimo. Eu estou dizendo que os constituintes, corretamente, referiram o salário mínimo, porque era o entendimento que era o mínimo que alguém deveria receber. Só que o acesso é dado pelo trabalho anterior.

Este mesmo salário mínimo, ele serve para pagamento do BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada. Que também ele é concedido para alguém que trabalhou no passado. E pobre. Aí o interessante é que, além de ter uma determinada idade, ele tem que pertencer a uma família que, com renda menor, um *per capita* menor de 25% do salário mínimo. Isso introduz uma outra coisa distorcida. O que é que é o salário mínimo? O salário mínimo é para uma pessoa, como seria o benefício Previdenciário, ele é parâmetro para dividir por quatro e aí 25% o acesso ao BPC, e aí a pessoa preenchendo as condições, você concede um salário mínimo. E aí o critério passa a ser meio salário mínimo por pessoa, numa família de quatro membros.

A coisa se complica um pouquinho mais quando nós pegamos esse desenho de proteção social que o Brasil foi construindo, e ele foi construindo... Eu vou dizer uma expressão talvez um pouco forte, tal como uma colcha de retalhos. Mas uma colcha de retalhos, como todo mundo sabe, quem tem mãe habilidosa, pode ser uma coisa muito bonita. E ela pode ser uma colcha de retalho no sentido de que são meros retalhos. O nosso, eu acho que as duas coisas, nós, na tentativa de responder a ausência de proteção, nós fomos juntando coisas, e boa parte desses, têm como referência o salário mínimo. E aí o salário-mínimo, ele perdeu conteúdo, do meu ponto de vista. Mas, ao mesmo tempo, ele é importante referência para várias regiões do País. Por quê? Porque o Brasil não é feito de São Paulo, ele não é feito de Porto Alegre, das grandes capitais, e nós sabemos o peso, a importância de determinar um mínimo para o salário para algumas regiões. Muito embora a PNAD mostre que existe uma quantidade enorme de pessoas que ganha abaixo do salário mínimo. Ou seja, se não houver quem exija o cumprimento, mesmo isso não ocorre. Um último reparo, então, que eu gostaria de falar... Aquilo são os minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone] Você ainda tem 8 e 37.

SRA. ROSA MARIA MARQUES: Ok. Uma última coisa, ainda nessa colcha da proteção social, é o famoso Bolsa Família. O que é que é o Bolsa Família, afinal de contas? Na verdade é um bicho. Não vou dizer que é um ornitorrinco, porque o ornitorrinco nós sabemos definir o que é que é, muito embora ele tenha partes de vários bichos. O Bolsa Família ele representa bem esse anseio da gente. Queremos de um lado acabar com a fome. Do outro lado, nós queremos que a criança permaneça na escola. Do outro lado, eu já visualizo, quem sabe, um embrião de renda mínima. Por que eu estou falando isso? Primeiro porque existe uma parte do Bolsa Família que é mera... Vírgula, concessão renda. Cinqüenta reais. Isso é para quem tem uma renda *per capita* até cinqüenta reais. Se fosse o salário mínimo que acabou de passar, 25% desse

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 3609
DOC:

salário mínimo seria setenta e cinco. Então, olha como é díspare. Lá no BPC o critério é 25%. Na Bolsa Família o critério é cinqüenta reais, abaixo de setenta e cinco. Mas continuando, o Bolsa Família, além desse fixo que é dado, também é dado quinze reais por cada filho até o máximo de três filhos. Então, se eu pegar em relação a essa vinculação com a criança na escola, eu estou pensando numa política até educacional. Se eu estou pensando nos cinqüenta reais, eu estou pensando... Eu sei que os dois eu estaria pensando numa política de transferência de renda. Mas quando você concede cinqüenta reais, incondicional, só com o critério de renda de nível de pobreza, eu mais ou menos estou dizendo que as pessoas, pelo simples fato de nascerem, viverem, vamos dizer, no Brasil, tem que receber um aporte à sua renda de cinqüenta reais. O que nos leva a um conceito um pouco de renda mínima. Só que não é renda mínima. Por que é que não é renda mínima? Porque aquilo lá é um programa, aquilo não é um direito. Enquanto que na Previdência o piso é um direito. O BPC é um direito.

Então, eu vou introduzir uma outra dificuldade que eu vejo no nosso desenho, que é o critério do trabalho, a quem trabalhou, quem suou, quem calejou quando chegar numa determinada idade tem direito a um benefício de um salário mínimo. O critério foi de mérito. A pessoa é trabalhadora, então ela vai receber, depois de algum tempo, igual a um salário mínimo. Seja no BPC, seja no previdenciário. No caso da bolsa, hum-hum. Não é isso. É o inverso disso. Eu vou dar cinqüenta, e o meu critério não vai ser o critério igual ao do BCP, porque eu quero que essa pessoa trabalhe. E aí é um outro viés que a gente poderia discutir. Segundo alguns, isso seria suficiente para dar as condições das pessoas buscarem um trabalho mais digno, menos precário lá fora. Porque estaria dando o mínimo de condições. E aí tem toda uma discussão o que determina, na verdade, a geração de emprego e emprego de qualidade.

De qualquer forma, o que eu estou tentando salientar aqui é de que, quando se discute uma política de um salário mínimo, nós temos que ter presente que, além do fato de que eventualmente pode ter um impacto sobre as contas públicas, e ao contrário do que a maioria diz, eu digo que é ótimo que assim tenha, e que, portanto, o que nós precisamos é buscar as fontes de um financiamento disso, é entender que nós vamos mexer num desenho, que ele vai rebater não tanto sobre o ponto de vista financeiro, mas isso aí significa que nós estaríamos rediscutindo uma política de rendas no campo previdenciário, Assistência Social no sentido amplo da palavra, e - depois eu quero ouvir meus colegas - que depois nós vamos estar rediscutindo se é para valer uma valorização de um salário mínimo a estrutura de rendas desse País. Por quê? Porque todas as estatísticas demonstram que nos últimos tempos a renda da ocupação tem se concentrado para os valores mais baixos. Então, quando a gente fala salário mínimo, eu sei que a diferença entre um salário mínimo e dois salários mínimos é exatamente um salário mínimo, trezentos e cinqüenta. Claro, eu sei disso. Mas, quando a gente vê, por exemplo, que 73% da população ocupada desse País recebe até três salários mínimos, do que é que nós estamos falando quando discutimos salário mínimo?

Então, a minha pergunta é... A minha pergunta e a sugestão, que a Comissão reflita não só sobre o salário mínimo, porque ela tem que pensar no que se refere a uma política salarial mais ampla, das relações salariais, e as questões de proteção social. Porque na verdade é uma totalidade ou se vocês quiserem existe fronteiras que são bastante tênues entre o salário mínimo e o resto. Quando nós estamos mexendo em

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 600
DOC:

algo, nós estamos mexendo no resto dessas políticas. E falta um minuto e quarenta e sete, vou agradecer a atenção de vocês e com isso eu encerro. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exª. dispõe de 15 minutos com a tolerância de mais cinco, e naturalmente se for preciso mais cinco. [soa a campainha].

SR. MILKO MATIJASCIC: Eu vou pedir só o apoio do *power point*, porque do contrário eu acho que como eu vou apresentar alguns números, fica um pouco mais difícil para a Comissão, para os Senhores Deputados Senadores e para os Assessores aqui presentes acompanharem. Então, enquanto o *power point* está sendo ajustado --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Professor, se me permitir, por uma questão de justiça, eu quero dizer da minha alegria de ver aqui o nosso líder, Vicentinho, Deputado Federal, que tem feito um belíssimo trabalho, um debate desse tema não só como sindicalista, mas como também como Deputado. E a nossa Deputada Vanessa Grazziotin que tem sido uma lutadora das causas sociais. Então, esse Deputado e essa Deputada eu fiz questão de registrar a presença dos dois antes que V.Exª. iniciasse a palavra.

SR. MILKO MATIJASCIC: Só alertar o pessoal do *power point* para ficar com a tela inteira em "control L". Obrigado. Então, agradecer o convite da Comissão, é uma grande honra poder estar participando desse debate no Congresso Nacional, e da mesma forma que nós estávamos colocando inicialmente nas entrevistas para a TV Câmara e TV Senado, salientar que essa é uma iniciativa da maior importância. Certamente uma das duas ou três iniciativas mais importantes do Parlamento nos últimos anos. Então, parabenizar aos Srs. Deputados e Senadores no sentido de estar montando esse tipo de Comissão, e discutir a longo prazo, porque se já tivéssemos feito isso há 20 anos atrás, hoje certamente estaríamos em situação muito mais confortável do ponto de vista social. Próxima tela, por favor.

Então, rapidamente apenas o sumário da exposição. Eu como a Profª. Rosa Maria Marques, também prefiro falar menos do que o tempo que me é dado, que eu acho que talvez seja um pouco incomum para Professores, mas acho que é mais fácil as pessoas absorverem as informações num tempo mais restrito e deixar um tempo maior para o debate. Enfim, é a minha exposição, eu entendo a minha presença aqui em função da publicação de um artigo meu com a Profª Sulamis Daim, no livro "Salário mínimo e desenvolvimento", aqui presentes. Existem alguns exemplares disponíveis para a publicação, um livro coordenado pelo Prof. Dedecca aqui presente. E a nossa preocupação nesse artigo era relacionar a questão do salário mínimo às finanças públicas. Então, em relação ao artigo que estaria sendo distribuído nesse livro, talvez vários dos números não estejam restritos apenas a transferências de renda da Seguridade. Ou seja, os pagamentos de benefícios Previdenciários e da lei orgânica de Assistência Social. Mas um pouco mais ampla, abrangendo outros benefícios, também, como veremos na seqüência.

Então, apenas para facilitar para o público, nós vamos analisar o impacto dos benefícios que transferem renda para o cidadão sobre o PIB e a carga tributária, a questão de orçamento e transferência de renda num contexto de precarização do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 601
DOC:

mercado de trabalho - esse aspecto é muito importante - e os efeitos sociais e econômicos nos benefícios de transferência de renda feitos pela União.

Enfim, apenas para mostrar, quer dizer, todos os benefícios equivalentes ao salário mínimo ou a ele indexados de alguma forma, representavam em 1993, 5,6% do PIB. Em 2004, passam a representar 8,1% do PIB. Ou seja, a recuperação iniciada a partir daquele momento teve como ninguém, nenhum acadêmico vai negar, um impacto importante sobre as finanças públicas. Mas esse impacto ele tem que ser considerado de forma relativa, como vamos mostrar ao longo da exposição. Como assim de forma relativa? Precisamos lembrar que o dinamismo econômico dos últimos anos foi relativamente reduzido, e qualquer dado comparado ao Produto Interno Bruto é um dado que acaba se refletindo de maneira bastante forte e teríamos um comportamento diferente se outro fosse o comportamento do produto. Então, se compararmos a carga tributária, por exemplo, esse aumento também é importante, mas já é bem mais é modesto. Ele aumenta de 19,8% da carga tributária bruta, ou seja, da tributação das três esferas de Governo, vai a quase 25% em 2004. E quando se considera apenas a carga tributária da União, ela aumenta para 43% para 51%. Isso queremos frisar, são todas as transferências de renda patrocinadas pela União.

Agora, quando consideramos os benefícios estritamente atrelados ao salário mínimo, nós já verificamos que a participação sobre o PIB ou sobre a carga tributária já é bem menor. Então já aqui começa a se desfazer um mito. De que o salário mínimo está pesando enormemente sobre as finanças públicas e de que este salário mínimo cria situações instáveis. Então, houve um aumento? Novamente, houve, sim, um aumento. De 2,2 para 3% do PIB. Mas na carga tributária bruta, ele é de 7,8 para 9, na carga tributária da União é de 17 para 18,5. Ou seja, já um aumento bastante modesto. *Então, quando pensamos em termos de transferências de renda*, não é exatamente o salário mínimo. Ainda que ele recupere o valor e que ele esteja sendo reajustado, que está causando, digamos assim, donos irreparáveis às finanças embora sempre importante salientar: Existe um impacto importante das finanças públicas sim, como dizia a Profª. Rosa Maria Marques. Então, não se trata de negar isso. Agora, somente para um outro dado que é importante, quer dizer, eles representavam 39,4% dos benefícios em 93. Passaram a representar 36,3 em 2004. Ou seja, a importância dos benefícios estritamente atrelados ao salário mínimo sobre a totalidade de benefícios sociais se reduziu. Ela não aumentou.

Então, o que eu quero chamar atenção, estou insistindo muito nesse ponto, é que precisamos olhar de maneira muito calma quando se diz que é o salário mínimo que causa instabilidade para as finanças públicas. Precisamos olhar alguns indicadores básicos nesse sentido. Aí, quando pensamos nos benefícios emitidos de um salário mínimo exatamente pelo INSS, que é o que a Profª. Rosa Maria Marques vinha dizendo na exposição anterior também. Os benefícios previdenciário e da Lei Orgânica de Assistência Social. Então, nesse caso eles aumentam de 2,2 para 2,6 do PIB. Há um aumento, sim. Mas quando compararmos a carga tributária, eles já perdem a importância em relação à carga tributária. Ou seja, apesar da recuperação parcial do valor do salário mínimo, o aumento da carga tributária para outros fins, ou seja, pagamentos de outros benefícios sociais e principalmente de outros encargos financeiros do Governo, foi mais elevado do que o aumento do salário mínimo. Tanto que existe uma redução na carga

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 602
DOC:

tributária. E na carga tributária da União, essa redução é ainda mais saliente. Prova disso, novamente, quando chamamos o antigo indicador do que se paga de benefício de transferência de renda da Seguridade – que eu chamo de Seguridade aqui – é LOAS e Previdência Social, ela se reduz de 39% para 32%, isso a despeito de um aumento de uma recomposição parcial do valor real do salário mínimo. Que é uma recomposição parcial nesse período. De 93 a 2004. Não se pode pensar nisso em termos históricos. Acho que outras exposições já deixaram claro e vão deixar claro um pouco adiante essa questão dos valores históricos.

Então, apenas como indicador importante. Quer dizer, quando se fala da instabilidade do salário mínimo, quer dizer, podemos pensar em termos de desembolsos. Então, aqui em verde, ou amarelo, enfim, a cor não está muito definida nessa projeção. Verde. Enfim, nós vemos as transferências sociais da União. Em vermelho nós vemos o pagamento de encargos financeiros, encargos da dívida da União. Então, quando se fala em instabilidade mais propriamente, e esses são dados do Tesouro Nacional e dados do Ministério da Previdência e do Ministério do Trabalho e do Emprego. Isso aí são todas as transferências... É o pagamento de encargos da dívida, ou seja, do principal da dívida mais os encargos da dívida, comparado com as transferências sociais que a União faz. Por exemplo, pagamento de seguro desemprego, pagamento de benefícios previdenciários—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MILKO MATIJASCIC: Sociais. Sempre sociais. Então, o que é que nós vemos? Em 95, foi o primeiro dado que eu consegui obter de maneira comparável para os anos seguintes, nós tínhamos 7,5% de transferência em termos de encargo da dívida e 5,6 em termos de transferências sociais da União.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MILKO MATIJASCIC: Sim. O artigo aí do salário mínimo desenvolvimento que tem alguns exemplares para a distribuição, ele deixo isso um pouco mais detalhado. Mas eu também posso depois enviar uma nota técnica que eu preparei para dar um apoio à Comissão. Enfim, será um grande prazer. Mas apenas para mostrar. O que é que se quer dizer aqui? Que as transferências sociais não são importantes? Não. Elas aumentaram ao longo do tempo se nós olharmos simplesmente as duas pontas, esses dois lustros, o que veremos? Veremos que no final, por exemplo, as transferências sociais totais seriam maiores do que os encargos da dívida, mas o que esse gráfico permite chamar atenção? É que não são eles exatamente os elementos que criam instabilidade para as finanças públicas brasileiras. Porque nos anos de maior crise, como vemos 99, por exemplo, ou 2002, os encargos da dívida, os encargos sobre a dívida, ou seja, pagamento do principal e os juros são muito mais explosivos. Ou seja, é precisamente nos momentos mais difíceis da economia brasileira que a instabilidade advinda da dívida, é maior. Então é preciso quando se fala, "Olha o aumento do salário mínimo vai desequilibrar as finanças públicas", é preciso no mínimo ter muito cuidado e observar todos esses dados em paralelo. Sem nenhum outro tipo de defesa. Mas chamar atenção de que é preciso observar um quadro um pouco mais extenso.

Novamente, acho que a Profª. Rosa Maria Marques chama minha atenção, são os encargos da dívida. Ou seja, o pagamento da dívida e o pagamento de encargos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 603
DOC:

sociais. Isso não significa que você está reduzindo a dívida. Essa dívida, ela pode estar aumentando. É simplesmente amortização, pagamento de juros e de *spreads*. Orçamento da Seguridade Social e a precariedade observada na ocupação dos trabalhadores. Quer dizer, é uma outra questão... Normalmente eu sou chamado e conhecido talvez no País, por causa das minhas contribuições no terreno da Previdência Social. E uma das grandes discussões que nós sempre vemos é uma discussão que coloca em dois campos o *superávit* da Seguridade e o *déficit* da Previdência.

Então, o que nós precisamos chamar a atenção é o seguinte: Eu acho que todas as duas discussões, elas apresentam elementos importantes, mas em parte representam também uma discussão falsa. O fato é o seguinte, nós podemos ter, por exemplo, um sistema de financiamento que funciona muito mal e um sistema de Seguridade que é muito correto e muito equânime, do ponto de vista da sua distribuição. Ou vice-versa. Podemos ter um sistema de financiamento maravilhosamente engendrado e uma Seguridade que paga benefícios que não atendem a requisitos mínimos de austeridade no setor público da dívida pública. Mas o que eu quero chamar a atenção aqui é que teoricamente um dado tido como clássico, ou seja, receitas do que o Seguro Social arrecada, ou seja, que a Previdência, para simplificarmos o muito arrecada, e das suas despesas, e comparando esses dois resultados falarmos de *superávit* ou de *déficit*, o que nós vamos observar nesse caso? Quer dizer, você vai ter naturalmente uma situação cronicamente deficitária, se você pensar em termos de conceitos operacionais do INSS, mas é um conceito muito complicado. Porque nós devemos lembrar, e o IPEA tem mostrado reiteradamente esses dados, que apenas um terço da população brasileira costuma contribuir regularmente para a Previdência, sendo que os benefícios pagos pelo INSS, que não são só previdenciários, eles também são da Seguridade, eles atendem uma parcela muito grande da população. Ou seja, nós temos virtualmente uma universalização do atendimento a idosos, e nós não temos virtualmente uma universalização do número de contribuintes. Então isso é muito importante. E dizer que esse nível de rendimento e de precarização complica as ações, e que o assalariamento é menor do que existente na sociedade brasileira. Desculpa, sociedades dotadas de *Welfare State* avançado. Ou seja, quando você tem menos gente assalariada é sempre necessariamente mais complicado você ter um sistema de Seguridade Social que opere na sua lógica clássica.

Então, apenas para mostrar alguns dados, por exemplo, se nós pensarmos em termos de despesas do INSS e receitas do INSS, nós vamos ver que a média de crescimento anual simplesmente torna inviável qualquer tentativa de tornar as finanças equilibradas do ponto de vista contábil. Mas se nós pensarmos em despesas de toda a Seguridade, como previu a Constituição Brasileira, e das receitas da Seguridade, o crescimento das receitas da Seguridade, é nitidamente superior em termos anuais no período entre 1995 e 2004. Ou seja, o legislador do ponto de vista do financiamento acabou tendo, sim, uma atitude acertada na forma de organizar essas finanças, e nós não podemos prescindir dela. O que não significa que o maior *superávit* simplesmente possa nos permitir gastar sem critérios de austeridade muito corretos.

Novamente, apenas um outro dado para reforçar. Os benefícios tenho de um salário mínimo sobre o que seria o orçamento da Seguridade, representavam 24% em 1995, e quase 21% em 2004. Ou seja, novamente não são eles que causam uma

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 604
DOC:

grande instabilidade. E mesmo para os benefícios totais eram de 60%, hoje são de 58,4. Ou seja, os benefícios totais, que incluem todos os benefícios, tiveram uma, digamos assim, uma queda menor do que os benefícios estritamente atrelados ao salário mínimo. [soa a campainha] Então, reforçando a argumentação de que o salário mínimo é, digamos assim, não é talvez... Talvez, não. Certamente não é o principal causador de instabilidade das finanças públicas.

Novamente. Aqui nós mostramos quatro cenários. Um crescimento médio de 2,2% ao ano, que foi mais ou menos o que verificamos nos últimos anos, e alguns cenários de 3,5% ao ano, de 5% ao ano, de 7% ao ano. Então, quando comparamos os dados de gastos do INSS, ou seja, de LOAS e Previdência Social comparados ao PIB, certamente se o crescimento fosse maior, a participação hoje seria muito menor. Ou seja, qualquer política que vise aumentar o salário mínimo e melhorar a distribuição de renda, vai depender estritamente do crescimento econômico sustentado a longo prazo.

Então, apenas para mostrar um outro dado. Quer dizer, se nós pensarmos sempre em termos de receitas e despesas operacionais da Previdência Social, a situação brasileira é extremamente complicada quando se compara de sociedades mais avançada. Por exemplo, o total de salários e encargos sobre o PIB em 2002 no Brasil era de 36%. A média da zona do euro, é de 64%, ou seja, o dobro. Tudo que é pago nas sociedades relativas da zona do euro, seriam dois em cada três euros são pagos a títulos de salários. Enquanto que no Brasil de cada três reais apenas um real é pago a título de salário. Salário em geral, Deputado. Repartição funcional da renda. Então, quer dizer, para mostrar que qualquer tentativa de se fazer Seguro Social no Brasil, já barra nessa pré-condição básica e quando comparamos o nível de assalariados no Brasil é de 61%. A média da zona do euro é de 83%. Nós temos o nível de domésticos, infinitamente maior. E de empregadores, ou seja, profissionais liberais e autônomos, também muito maior. Qualquer pessoa que conhece a técnica do Seguro Social clássico, sabe que sempre que temos um grande número de domésticos, e de empregadores, o que chamamos empregadores de autônomos, ou seja, profissionais liberais ou autônomos, é sempre um elemento de instabilidade para as finanças públicas, e um limite para o Seguro Social real. Para não falarmos do nível médio de salários.

Então, aqui é apenas para mostrar um outro elemento. É uma "proxi". Quer dizer, a situação brasileira que nunca foi muito boa, do ponto de vista do que se chama de densidade de contribuições, piorou muito. O que é densidade de contribuição? Por exemplo, no momento de eu me aposentar, é quanto eu contribuí ao longo da minha vida para ter direito a uma aposentaria. Ou seja, quanto mais eu contribuí com maiores valores e mais regularmente, tanto maior tende a ser o valor da minha aposentadoria. No caso do Brasil, a regra ordinária seria aposentadoria por tempo de contribuição. Ou seja, todos os trabalhadores do ponto de vista ideal, estamos falando de ideais, evidentemente, deveriam se aposentar por tempo de contribuição. E o que nós vemos? Que entre 1980 e 2004, em 1980 era uma minoria, eram 24%. Em 2004, são 15%. Ou seja, um número cada vez menor de trabalhadores consegue cumprir todas as regras minimamente necessárias, para um benefício típico do Seguro Social, que ainda é em termos internacionais, bastante generoso. O que é que isso está significando? Isso está significando toda essa discussão que os nossos colegas de mercado de trabalho tem,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 605
DOC:

de que houve uma enorme precarização do mercado de trabalho. Porque os benefícios por idade, que estão em amarelo nesse gráfico, aumentam de 12 para 18%, os benefícios rurais de 38 caem para apenas 31%, sendo que a redução do contingente de trabalhadores rurais certamente foi muito maior nesse período, esse é um dado que requer análise, e os benefícios assistenciais. Ou seja, antiga renda mensal vitalícia, somada à LOAS, ela aumenta de participação de 26 para 35%. Ou seja, o nosso sistema de transferência de renda da Seguridade é cada vez menos um sistema tipicamente contributivo e cada vez mais um sistema tipicamente distributivo. Se não se considerar essa situação, não vai se entender quase nada em termos de finanças públicas no Brasil.

E existem, finalmente, efeitos econômicos e sociais. Então, apenas para salientar três pontos importantes: A distribuição de recursos beneficia as regiões mais pobres e as localidades com população menor. A cobertura não é total ainda da população, não é verdade quando se diz que a totalidade de população de idosos está coberta. E a situação que nós apresentamos no gráfico anterior, pode sugerir que existe a possibilidade de uma deterioração da situação para as próximas décadas. E muito importante sempre salientar, como salienta os trabalhos do IPEA, do pessoal aqui que produz o boletim de políticas sociais, que a pobreza em 2003 [soa a campainha] atingiria 43% das famílias antes do pagamento dos benefícios equivalentes a um salário mínimo, e esse valor cai para 31% após essas transferências. Ou seja, o pagamento de um salário mínimo tem um impacto profundo sobre a maneira que se mensura a pobreza no País.

Então, apenas para mostrar, são os pequenos Municípios nas regiões mais pobres, os que recebem maiores transferências *per capita* da Previdência quando comparados a Municípios maiores, nas regiões mais ricas. Esses dados são de 97 e acho que nós precisávamos dar uma atualizada nessa pesquisa. Mas rapidamente, quando nós conseguimos trabalhar esses dados com alguns membros da nossa equipe, verificamos que ao longo dos anos pouco se alterou isso aí. Então, não é verdade que você não promove uma distribuição de renda importante, não só do ponto de vista dos extratos de renda, ela é importante em termos regionais e para localidades mais pobres também.

E apenas para mostrar que existe uma não cobertura, digamos assim, de 17,5% para o ano de 2001 entre 60 e 64 anos, o que é relativamente normal também, porque muita gente não teria acesso a certos benefícios, mas ela é importante ainda, é de 4,1% entre 70 e 74 anos. E isso pode se deteriorar bastante nas próximas décadas, como nível de precarização. Como assim se deteriorar? São pessoas que não conseguem contribuir regularmente para ter um benefício da Previdência, seja ele por idade ou por tempo de contribuição e também não estão numa situação de pobreza que tenha uma renda familiar *per capita* de um quarto de salário mínimo que daria direito a um benefício. Então é uma situação que tem que ser cuidadosamente monitorada pelas autoridades do País.

E apenas para concluir, o piso de um salário mínimo teve efeitos sociais econômicos muito positivos, os efeitos orçamentários estão controlados, mas é urgente monitorar concessão e manutenção de benefícios sociais. O Brasil, ao contrário do que muitas vezes faz passar o nosso debate, é visto como caso exemplar em termos de

AFN 10/09/2007
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 607
DOC:

concessão de benefícios no pilar de base pelo Banco Mundial nos últimos relatórios e pela OIT já há vários anos. Ou seja, não é verdade que o nosso sistema seja visto como um sistema desequilibrado ou um mau exemplo, pelo contrário, o Brasil é visto como um bom exemplo por várias entidades. É preciso considerar que o piso ainda não cobre integralmente as necessidades básicas de um indivíduo, mas também é preciso considerar, para fins de uma política de longo prazo, Senadores e Deputados devem considerar que o piso da Seguridade é algo que precisa ser pensando, no ponto de vista de uma renda individual, enquanto o salário mínimo deve ser pensado em termos de uma política familiar. Então, eu acho que esse é um elemento que é importante, e acho que podemos deixar isso para uma próxima discussão. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero saudar e agradecer a presença aqui à Profª. Rosa Maria Marques, e O Milko Matijascic [risos] e pedir que eles tomem assento na primeira ou segunda fileira, e vamos convidar o Prof. Cláudio Dedecca. Vou pedir para o Cláudio, por favor... Podem ficar.

SR. CLÁUDIO SALVADORI DEDECCA: Bom dia ou boa tarde, não sei exatamente. Acho que bom dia, ainda ou é boa tarde? [risos] Eu gostaria de agradecer o convite para participar desta Comissão. Creio que repetindo aqui um pouco o que o Prof. Milko já colocou, é o tema do salário mínimo, creio eu hoje, é um dos temas de maior relevância para o debate da distribuição de renda no Brasil hoje. Acredito que qualquer política de ajuste de valorização do salário mínimo acertará fortemente, eu vou procurar pontuar algumas questões sobre isso, para a mudança da distribuição de renda no Brasil nesse exato momento. Eu vou apresentar fundamentalmente alguns delineamentos sobre o debate da política do salário mínimo. Esse é um tema que eu venho trabalhando, e com um motivo muito, eu diria até em certa medida pessoal. Eu pesquiso a questão do trabalho desde 1982, e sistematicamente trabalhei na Fundação SEAD em São Paulo, ajudei bastante o DIEESE, na época o Deputado Barelli era o Diretor Técnico. Posteriormente fui para a Universidade de Campinas e eu diria que durante esses 20 anos, 25 anos, nós que trabalhamos com o tema trabalho sistematicamente reivindicamos que o salário mínimo fosse reajustado, que o salário mínimo fosse valorizado, e sistematicamente eu diria nós naufragamos nessa tentativa. E há uns dois anos atrás, justamente a partir dessa experiência pessoal, profissional, eu me convenci que se nós não encontrássemos uma saída de uma política que valorizasse o salário mínimo num médio prazo, esperássemos um pouco acho aquele desejo que sistematicamente tínhamos e continuamos tendo de um reajuste *a la Jango*, em 1953, que duplicou o salário mínimo, dificilmente nós conseguiríamos sair, eu diria, dessa situação de impasse ou dessa situação de desconforto que nós presenciamos, eu pelo menos presenciei nesses últimos 20 anos.

Então, em cima disso, eu comecei a trabalhar e é um pouco isso que vou apresentar, inclusive, nós realizamos o ano passado um seminário em Campinas justamente para debater alternativas em termos de política para o salário mínimo, a possibilidade de pensarmos como é que nós poderemos construir uma política de médio prazo que permita, eu diria, obviamente não é o desejado, mas que nós possamos duplicar o salário mínimo até o final da década e que nós possamos até a próxima década, talvez termos um salário mínimo três vezes o valor atual em termos reais. É a melhor solução? Eu diria a todos que não. É claro que seria muito melhor se nós

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 608
DOC:

pudéssemos duplicar ou triplicar o salário mínimo. Eu vou apresentar alguns dados aqui, no sentido de atualizarmos pelo menos o salário mínimo em termos do grau de envolvimento no País.

Contudo, sabemos que existem restrições, eu acho que nós não podemos desconhecer, restrições do ponto de vista da Previdência, restrições do ponto de vista do setor público municipal e estadual, e até restrições do ponto de vista das próprias famílias que empregam pessoas em suas casas e que dada a deterioração da distribuição de renda no Brasil nesses últimos... Distribuição não, na renda do Brasil nesses últimos 25 anos, encontram crescente dificuldades para absolverem uma remuneração mais alta do trabalho doméstico.

Portanto, quando eu falo de política, e estou refletindo sobre a condição da política, estou pensando numa estratégia que me permita enfrentar as restrições. Isso é reconhecer que existem restrições, porém, não aceitá-las de que elas são intransponíveis. Ao contrário, na hora que eu falo de uma construção de uma política, e é disso que se trata, eu estou reconhecendo a necessidade de valorizarmos o salário mínimo, de aumentarmos o salário mínimo. Reconheço a impossibilidade de um reajuste abrupto significativo, num curto espaço de tempo, mas mais do que isso, reconheço que existem restrições, mas que essas restrições podem ser e devem ser superadas, e é para isso que nós precisamos de uma política, justamente quando falamos de uma política é pensarmos uma estratégia que garanta a valorização do salário mínimo e ao mesmo tempo garanta a superação dessas restrições que nós nos defrontamos sempre que debatemos a questão em público ou mesmo em espaços mais reservados.

Bem, o que eu vou apresentar aqui um pouco são os delineamentos eu diria daquilo que poderia organizar um debate sobre a política de valorização do salário mínimo. Eu, no segundo semestre do ano passado estive e continuo envolvido assessorando o Ministério do Trabalho nesse debate. Inclusive, o Ministério do Trabalho tem trabalhado e produzido um conjunto de informações que eu infelizmente não posso repassar aos Senhores, mas creio que uma solicitação e até um trabalho conjunto junto ao Ministério do Trabalho poderia disponibilizar o conjunto de resultados, eu diria, que nós conseguimos elaborar e que poderia, com certeza, enriquecer enormemente os trabalhos dessa Comissão.

Bem, eu diria o seguinte, a primeira questão que cabe ser enfrentada, por que necessitamos de uma regulação pública sobre o salário mínimo? Por que necessitamos de um salário mínimo? Eu diria o seguinte: Necessitamos de um salário mínimo, em primeiro lugar, porque o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela predominância da baixa remuneração. Isso é o funcionamento do mercado de trabalho, tende a desvalorizar remuneração auferida pelos trabalhadores brasileiros, e, portanto, é fundamental que haja uma intervenção explícita por parte do Estado, da esfera pública no sentido de regular o piso salarial dominante no mercado de trabalho. Mas do que isso, essa característica que é histórica no Brasil, ela foi ampliada nesses últimos 25 anos. Isto é, ela foi o perfil de baixa renda no nosso mercado de trabalho no ele foi reiterado e foi ampliado nesses últimos 20 anos, especialmente durante a década de 90.

O terceiro aspecto que também exige que nós regulemos o piso salarial, façamos uma intervenção no mercado de trabalho, decorre da baixa... A deterioração da

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 609
DOC:

estrutura de remuneração esteve relacionada a uma baixa performance em termos de produtividade da economia brasileira. Isto é, a economia brasileira apresenta uma situação de baixo desempenho já 25 anos. Isso provocou uma perda de produtividade, uma perda de competitividade da economia que, com certeza, deve ser enfrentada para que nós possamos estabelecer um piso de salário mínimo, eu diria, justo na sociedade brasileira. Isso é, não é possível, eu diria, vou falar claramente, acho muito difícil que nós consigamos recuperar o salário mínimo sem um crescimento sustentado de médio a longo prazo, e taxa significativas que restabeleçam uma trajetória de crescimento da produtividade brasileira que abra espaço para uma recuperação consistente do salário mínimo.

Terceiro ponto: Há evidências de que, desde o processo democratização, se debate a importância do salário mínimo, sem que se tenha observado avanços na questão. Isto é, ou o setor público, o Estado, intervém de modo incisivo em torno da questão, ou dificilmente os pisos legais ou mesmo os pisos negociados ou outras remunerações de base no mercado de trabalho, conhecerão uma modificação e a nossa experiência nos últimos 25 anos mostram isso.

O quinto ponto é que essa regulação necessariamente, ela não pode estar pautada pela esperança que possamos fazer uma valorização abrupta e imediata do salário mínimo. É necessário definir uma estratégia que enfrente as restrições para a sua alteração. Para a alteração do quadro atual.

E sexto ponto, isso é uma questão importante de ser ressaltada, as transformações nas economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento nesses últimos 30 anos, têm provocado uma deterioração sistemática da distribuição de renda. E a experiência internacional tem mostrado que diversos governos, inclusive, dos Países envolvidos tem lançado mão da política do salário mínimo para regular o mercado de trabalho não só a remuneração base, piso, do mercado de trabalho, mas mais do que isso, como instrumento relevante para a distribuição de renda. Mais do que isso, a própria organização internacional do trabalho, já algum tempo, retomou o tema do salário mínimo como tema relevante da sua estratégia de ação junto aos Países membros. Bem, agora eu vou tratar de alguns aspectos para que a gente possa desdobrar essas questões relativas à política.

A primeira coisa que eu acho, eu tentei buscar uma solução mais fácil para essa transparência, eu não consegui, mas o que nós podemos perceber, é que na verdade as barras vermelhas e azul correspondem à participação dos ocupados brasileiros que ganham até um salário mínimo. A verde até dois e a amarela até três salários mínimos. O que nós vamos perceber comparando apenas 1995 com 2004, para facilitar, é uma ampliação brutal da concentração, e já foi observado aqui anteriormente dos trabalhadores em torno do mínimo. Nós temos hoje uma estrutura salarial no País que se encontra ou uma estrutura de remuneração de trabalho, que se encontra concentrada no salário mínimo. Isto é, esse movimento mostra duas coisas. Em primeiro lugar que uma atualização do salário mínimo afetará rapidamente a estrutura salarial, com certeza. Não só no valor do salário mínimo, mas também em valores próximos a ele. Segundo ponto mostra que nós temos que ter cuidado na definição da política de salário mínimo. Por quê? Porque obviamente como ele tende a mexer mais significativamente na estrutura do salário, isso pode ter efeito do ponto de vista dos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 610
DOC:

custos das empresas, do gasto do setor público e até das famílias significativo, e, portanto, exige uma estratégia muito bem definida, do ponto de vista dos delineamentos que caracterizam a política.

O segundo aspecto importante é que uma aderência impressionante de pelo menos 20% da remuneração da população no mercado de trabalho ao salário mínimo. Se nós pegamos 1995 a 2004, nós vamos perceber que 20% dos ocupados brasileiros, independentemente do comportamento do salário mínimo, acompanharam o salário mínimo. Isso é um sinal de que a política do salário mínimo tem uma influência importante do ponto de vista da estrutura de remunerações do mercado de trabalho. Mais do que isso, nós vamos perceber que 60% do mercado de trabalho, já foi feito menção dos ocupados, tem uma remuneração até 1.9 em 2004, vezes o salário mínimo. Mais do que isso, que essa remuneração vem se aproximando do mínimo. Isso é, cada vez mais... As remunerações têm no salário mínimo uma referência crescente, portanto, a definição de uma política de salário mínimo terá efeitos muito mais extensos sobre a estrutura de remunerações do mercado de trabalho.

Aqui é apenas um exercício para mostrar, na verdade, a situação de atraso do salário mínimo no País. O que esse gráfico me mostra? Eu tomo o salário mínimo de 1959, que é o maior salário mínimo da história brasileira, e observo em primeiro lugar como que o salário mínimo real se comportou de 59 para cá que é a na verdade a curva vermelha do gráfico.

SRA. ROSA MARIA MARQUES: Aquela que quase ninguém enxerga.

SR. CLÁUDIO SALVADORI DEDECCA: Aquela que quase ninguém enxerga. A curva verde corresponde a curva que expressa uma evolução do salário mínimo segundo a renda *per capita*. Isto é, se nós tivéssemos atualizados desde 1959 o salário mínimo segundo a renda *per capitã*, o salário mínimo hoje seria duas vezes o salário mínimo de [soa a campainha] 1959. E a barra azul é o indicador da evolução do salário mínimo segundo o PIB. Isto é, essa é uma evidência do atraso do salário mínimo do ponto de vista do grau de desenvolvimento do País. Se nós quiséssemos corrigir, ao menos, o salário mínimo do ponto de vista do grau de desenvolvimento, seja pelo PIB *per capita*, seja do ponto de vista do PIB, o salário mínimo teria um salto significativo. A última curva seria se nós tivéssemos corrigido o salário mínimo, segundo o aumento do PIB mais da produtividade da economia e obviamente esse salário mínimo hoje teria um valor extremamente mais elevado do que o observado.

Essa aqui é um dado que visa explicitar o papel, na verdade, das aposentadorias para distribuição de renda. A curva vermelha seria a curva de renda, a distribuição de renda sem aposentaria, isso é, mostra o grau de deterioração da distribuição de renda é uma curva invertida. E mais do que isso, aquela linha vermelha é a linha de pobreza. Qual é o salto? Se nós retirarmos as aposentadorias da distribuição e das famílias, qual e o salto da deterioração da distribuição de renda observado? O que é que interessa ser ressaltado em relação a esse gráfico? Que a desvinculação das aposentadorias, só para que tenhamos uma idéia do salário mínimo, deverá afetar, pode afetar diretamente até 12 milhões de pessoas que não tem qualquer outro tipo de rendimento familiar. Ou deve atingir 5.7 milhões de família. Mas mais do que isso, supondo uma linha hipotética de pobreza, definida pelo primeiro quartil, isto é, pelos 10% mais pobres da população,

AÇÃO Nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 611
DOC:

brasileira, uma desvinculação das aposentadorias em relação ao salário mínimo, pode provocar a transferência de aproximadamente 21 milhões de pessoas para a situação de pobreza. Isto é, quando nós discutimos a desvinculação do salário mínimo, estamos tratando apenas de um problema contábil, mas sim, de um instrumento relevante que pode jogar um volume ponderável da população brasileira para a situação de pobreza.

Bem, aqui eu tenho um pouco a avaliação de impacto de um reajuste de 7% do salário mínimo em termos reais, sobre a folha de pagamentos, o gasto de ativos, a gente poderia dizer até de inativos, numa esfera municipal para tentar responder o impacto do aumento do salário mínimo sobre as prefeituras. E que nós percebemos é que para o aumento de 7% os pequenos Municípios, teriam um aumento de folha ao redor de 2,5%. Só para que tenhamos uma idéia, isso poderia ser frente à situação de encargos financeiros que recaem sobre a esfera municipal, isso poderia ser razoavelmente equacionado através de uma compensação fiscal aos pequenos Municípios por parte do Governo Federal. Vou acelerar que o meu tempo já venceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Somos tolerantes.

SR. CLÁUDIO SALVADORI DEDECCA: Bem, aqui eu quero tratar de alguns pontos, eu vou ser muito rápido, no sentido de explicitar porque precisamos dessa política. Porque necessitamos de uma política de salário mínimo em substituição à prática atual de decisões de aumento isolados, já mencionada pelo Senador Paulo Paim. Em primeiro lugar, a deterioração da estrutura de rendimento trabalho, mostra que o funcionamento do mercado de trabalho não permite que os trabalhadores tenham condições de proteger suas remuneração. É preciso ter uma política de valorização do salário mínimo, porque há uma clara situação de desvantagem de boa parte do mercado de trabalho na definição da sua remuneração. Segundo ponto, a pior da distribuição funcional da renda evidenciada nas contas nacionais, é reflexo desse processo. Isto é, ou nós adotamos uma política de valorização do salário mínimo ou dificilmente iniciaremos uma mudança da tendência da deterioração da distribuição de renda observada no País, explicitada nas contas nacionais. Terceiro ponto, as restrições decorrentes da ausência prolongada de crescimento, impede a atualização imediata do salário mínimo, para um patamar adequado ao grau de desenvolvimento do País. Isso é necessário ter política. Política no sentido de definição de uma estratégia de valorização do salário mínimo. É preciso, ademais, compatibilizar a recuperação do salário mínimo com o restabelecimento de uma trajetória de crescimento sustentável da economia brasileira. Isto é, a possibilidade, a velocidade de recomposição do salário mínimo depende da nossa capacidade de [soa a campainha] restabelecermos um crescimento mais acentuado da economia brasileira para os próximos anos. Ou melhor, o crescimento é fundamental para o equacionamento das restrições que necessitam ser estrategicamente enfrentadas.

E finalmente, obviamente cabe reconhecer que necessitamos de uma política de valorização, que obrigatoriamente corresponde a um processo de médio prazo. Por que é que a política de valorização deve ser de médio prazo? Em primeiro lugar é necessário reconhecer, existem restrições à valorização de salário mínimo que devem ser equacionados. A questão da Previdência, o impacto sobre as pequenas e médias empresas, o impacto sobre o setor público e mesmo sobre os gastos das famílias. Isto é, existem restrições, essas restrições não são intransponíveis, porém necessitam de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 612
DOC:

estratégia para serem enfrentadas. Mesmo porque nós temos que pensar que a valorização do salário mínimo é um processo que se reproduzirá na sociedade brasileira no médio e longo prazo, e portanto, temos que ver não os impactos apenas, da política no curto prazo sobre a Previdência, mas no médio e longo prazo, e portanto, nós devemos buscar soluções para essa questão e eu diria que são soluções perfeitamente possíveis de serem estabelecidas sem maiores problemas. Nós temos possibilidade no Brasil de equacionar as restrições do ponto de vista dos gastos da Previdência, do impacto sobre as pequenas e médias empresas, sobre o setor público e sobre os gastos da família.

A valorização, portanto, progressiva do salário mínimo e um contexto desse crescimento facilitará, inclusive, o equacionamento dessas restrições. É por isso que eu tenho sistematicamente dito o seguinte: A política do salário mínimo, não é só uma política que depende do crescimento, como é uma política para o crescimento econômico do País. A política de médio prazo possibilitará estabelecer parâmetro dinâmico, ademais, quanto aos incrementos dos gastos futuros com salários e benefícios, tanto para o setor público quanto para o setor privado. Isso me parece que é uma questão extremamente relevante. Por que é que é uma questão relevante? Porque se nós tivermos uma política de valorização do salário mínimo que defina horizonte e defina de como que o salário mínimo poderá evoluir, nós podemos, inclusive, avaliar como absorver os impactos sobre a Previdência, sobre o gasto do setor público, sobre as empresas, sobre as famílias. Isto é, é fundamental definir, na verdade, uma parspectiva, uma estratégia e uma expectativa dos impactos para que as restrições possam ser devidamente tratadas. A trajetória de crescimento mantida a atual preocupação com a geração de emprego, não tenho dúvidas, que terá efeito sobre as receitas do setor público e privado, e mais do que isso, favorecerá o equacionamento das restrições. Isto é, quanto mais nós acelerarmos o crescimento, mais fácil será o equacionamento das restrições da política de valorização do salário mínimo.

Portanto, a política de médio prazo permitirá ao Governo monitorar seus efeitos sobre a esfera pública e privada e as famílias, permitindo ajustar as decisões anuais e aumento ao contexto social, econômico-social. Quais seriam, na minha opinião, as características dessa política e nesse exato momento essa questão já avançou significativamente, eu diria, tanto no Governo quanto no Congresso? Ela poderia definir os termos de valorização do salário mínimo no médio prazo. Isso é no sentido de definir horizontes em termos de valorização do salário mínimo. Esses termos poderiam ser compostos por um índice, reajuste automático, vinculados a variação dos preços e do comportamento do PIB, mais um aumento adicional decidido politicamente, segundo as condições econômicas e sociais prevalecentes.

A política estaria organizada a partir de uma Comissão tripartite, que já está em discussão no âmbito do Governo e creio também que no Congresso, que coordenaria elaboração de estudos sobre o salário mínimo, que elaboraria o informe anual, sobre essa evolução e perspectiva, que proporia ao Governo e ao Congresso os ajustes necessários na política, e que sugeriria ao Governo índices anuais para aumentos adicionais. Ao Governo caberia definir o índice anual de aumento adicional, que seria remetido para aprovação para modificação do Congresso.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 613
DOC:

Bem, aqui eu apresento algumas soluções. A minha sugestão é que a solução mais adequada é a primeira. Isto é, que se adotasse uma política que estivesse associada a um indexador, a um reajuste automático do salário mínimo vinculado à variação do custo de vida mais o PIB, isso inclusive é uma prática internacional, vários Países adotam essa política, e a cada ano, a partir de estudos da Comissão quadripartite, se definiria um aumento adicional que o Governo validaria e o Congresso aprovaria ou até modificaria baseado nas orientações da Comissão. [soa a campainha]

Quais as desvantagens da política de valorização do salário mínimo? Em primeiro lugar, eleva os gastos com salários e benefícios nos setores público e privado das famílias. Nós não podemos desconhecer isso. Elevo efetivamente.

Segundo ponto: Pode reduzir a necessidade produto e emprego, decorrentes do aumento da produtividade. Ela pode simular um aumento de produtividade que afete negativamente a geração de emprego. Óbvio que isso pode ser compensado por uma política de crescimento. Terceiro ponto pode induzir o estabelecimento de contratos informais. Não tenha dúvida. Se o Estado não velar sobre o mercado de trabalho, é provável que parte dos contratos de trabalho sejam desrespeitados, devido ao aumento do salário mínimo. Contudo, eu diria, a definição de uma política de médio prazo tem por objetivo fundamental monitorar esses efeitos e buscar adoção de medidas que busque esterelizá-los ou até compensá-los. Um contexto de crescimento, ademais, deverá permitir reduzir ou superar as restrições, a realização da política ao salário mínimo, isto é, inclusive das suas desvantagens, [soa a campainha] uma estratégia de desvalorização do salário mínimo deverá contar e contribuir para o crescimento. Ela é, portanto, uma política em favor do crescimento, o que objetivamente permitirá, inclusive, superar as restrições existentes.

Finalmente, eu diria que as vantagens são muito maiores do que as desvantagens. Felizmente. É por isso que nós estamos aqui. Em primeiro lugar, eu diria que é uma política que favorece claramente a população de baixa renda. E mais do que isso, as famílias pobres. Alguns pesquisadores têm argumentado, eu diria, incorretamente que o salário mínimo não afeta as famílias pobres. É falso. Não só afeta as famílias pobres, eu não tenho condição de apresentar esses dados, mas caso a Comissão necessite eu posso remetê-los, não só afeta as famílias pobres como afeta, em especial, as famílias pobres das regiões menos desenvolvidas do País, isto é, da região nordeste. O efeito do salário mínimo é muito mais significativo, no mercado de trabalho do nordeste e para as famílias pobres do nordeste, do que para as regiões, para a população das regiões sudeste e sul.

Dois: Tende a influenciar positivamente a distribuição de renda, dado o grau de concentração da nossa estrutura de remuneração do mercado de trabalho ao redor do mínimo nesse exato momento.

Terceiro: Deve contribuir para a redução das diferenças regionais, em especial se mantivermos a unificação, o salário mínimo unificado. O único valor para o conjunto do País, eu não vou entrar em discussão nesse ponto, mas também posso enviar informações para a Comissão em torno desse assunto.

Quarto: Estimule imediatamente o consumo e a produção fortalecendo o mercado interno e o crescimento. Ao contrário dos encargos da dívida onde eu repasso para um

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 614
DOC:

conjunto pequeno de pessoas e mais do que isso um conjunto pequeno de pessoas que na maioria das vezes, reinveste no próprio mercado financeiro e, portanto, é uma valorização de riqueza monetária, eu ao elevar o salário mínimo eu transfiro uma renda que imediatamente vai para a economia, estimula a economia porque o trabalhador que recebe o salário mínimo tem suas necessidades ainda, não devidamente supridas, e, portanto, realizará imediatamente o consumo com essa renda adicional.

Quinto ponto: Eu diria, também é um fator que pode ajudar o mercado de trabalho porque deverá estimular a negociação coletiva ao facilitar a defesa do piso salarial nos diversos setores da economia.

Eu não vou apresentar esse dado aqui, mas eu fiz um estudo, e é impressionante a convergência dos pisos salariais negociados pelas categorias, inclusive, das categorias fortes do mercado de trabalho em relação ao mínimo. Isto é, se nós aumentarmos o mínimo, provavelmente favoreceremos a negociação dos pisos salariais, inclusive, das categorias fortes no sentido de favorecer uma mudança, inclusive, desse tipo de remuneração no mercado de trabalho.

Sexto: Tem efeitos positivos, também, sobre a receita do setor público. Eu acho que nós devemos tomar um cuidado enorme. Muitas vezes só olhamos o efeito sobre a arrecadação das contribuições individuais. E nós temos que olhar, na verdade, o efeito sobre as contribuições sociais, como COFINS, inclusive. Isso são outras contribuições que são afetadas pelo aumento do salário mínimo, não pela contribuição que o trabalhador do salário mínimo dará para a Seguridade Social, mas, sim, através do aumento do seu consumo que afetará obviamente a arrecadação do setor público, decorrente do maior nível de produção.

Sétimo: Estimula a produção de bens e consumo corrente, em especial de consumo popular. Isso é uma questão importante. Se nós queremos reativar o mercado interno brasileiro, a política do salário mínimo tem um papel importante. Por quê? Porque ela afeta diretamente a produção de bens populares, e, portanto, pode estimular a produção daqueles segmentos que, inclusive, tem uma maior capacidade de geração de emprego.

E finalmente, eu diria, ao contrário também do que alguns pescadores afirmam, que a política de salário mínimo é complementar às demais políticas. Ela não é concorrente com a Bolsa Família. Por quê? Porque a Bolsa Família é uma transferência de renda feita a partir do Estado. O salário mínimo é uma renda que se gera no mercado de trabalho. Uma parte relativamente pequena e gerada no âmbito do setor privado e uma parcela significativa gerada no âmbito do setor público.

Quando eu decido sobre uma política de transferência de renda do tipo Bolsa Família, eu dependo do orçamento do setor público. Quando eu decido sobre a política do salário mínimo, eu depende parcialmente do orçamento do setor público, isto é, naquilo que se refere ao salário dos funcionários públicos. Mas em relação ao salário do setor privado eu transfiro para o setor privado, a responsabilidade por esse aumento de renda e, portanto, o maior equívoco do que colocar essas duas política como políticas concorrentes. Elas são obrigatoriamente complementares. Muito obrigado, e peço desculpas por ter estourado o tempo. [palmas].

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 615
DOC:

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Prof. Dedecca. Nós recebemos a informação que também o Prof. João Sabóia foi afetado pelos horários de atrasos de vôos, mas que já desceu em Brasília. Então nós vamos iniciar a colocação da Senadora e dos Deputados, e ele chegando nós pedimos para ele fazer um relato do seu trabalho. Tem alguém inscrito? Está aberto aí para falar. Deputado Vicentino.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Muito bom dia aos nobres colegas da Assessoria e as nossas excelentes palestras que foram feitas hoje pela Profª Maria Rosa Marques, lamentavelmente não pude assistir toda a sua palestra, e também pelo Prof. Milko Matijascic e o Prof. Cláudio Dedecca.

O que eu achei muito importante aqui, nobre Presidente em exercício, querido Relator, é o fato de que os Senhores palestrantes trouxeram aqui informações e posições sempre citando fontes, o que eu acho que é importante. Então, não há o que discordar em termos do estudo científico. Só nos dá condição de dizer que estamos no caminho correto com referência à nossa perspectiva de elaborar um importante projeto para a recuperação do poder aquisitivo. Para mim não há dúvida quanto a isso. Sobretudo, quando o Prof. Milko Matijascic no que se refere ao impacto do salário mínimo nos gastos públicos no que se refere a assistência social no nosso País. Que não é tão grave como se falava.

O Prof. Matijascic chegou a dizer que realmente não tem um peso decisivo nessa questão. Que eu achei muito importante esse dado que ele havia colocado. E o Prof. Dedecca se referindo especialmente a provar de que se a gente fizer um projeto de médio prazo, seguro, com a participação de todo os setores, a gente pode dar um grande salto de qualidade. Eu concordo plenamente com a sua reflexão, quando fala que as políticas sociais nem devem concorrer, até porque políticas sociais, nós devemos interpretá-la como política provisória. É para resolver uma emergência, um dia isso tudo vai se acabar. Agora, um salário mínimo consolidado, como um dever de Estado, como um compromisso social do ponto de vista de quem produz tem direito, etc, acho que está completamente correto. Um dia tudo isso vai se acabar, porque o Brasil vai melhorar, se Deus quiser, mas o salário mínimo permanecerá e quem sabe se fortalecerá.

A minha única pergunta, quando o Senhor se referiu como condicional reajuste salário mínimo ou ao PIB, como amarrá-lo ao PIB ou outras questões, o que o Senhor acha dessa idéia de tentar amarrar o valor do salário mínimo à quantidade de cestas básicas, já que se refere à questão de alimento. Queria só uma opinião sua sobre isso para a gente refleto IRB aqui.

E por fim, nobre Presidente e Relator, nós aqui temos ouvido propostas muito positivas. Eu não sei como é que o nosso Relator está sistematizando tudo isso, e eu estou pensando... E os Prefeitos que já vieram aqui, e os empresários que já vieram aqui, que não colocaram lá grandes posições, eu sempre continuo interpretando que o salário mínimo que pede a gente que faça a melhor proposta, ela deve advir também de entendimento com esses setores. É preciso que a gente pense nisso, também, para a gente dar o nosso salto. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada Vanessa.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 616
DOC:

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B-AM): Vamos ouvir a todos para em seguida ouvirmos os nossos convidados. Eu agradeço a V.Exª., Presidente, cumprimento o nosso querido Relator, Deputado, Senadora... e os nossos convidados.

Na realidade, eles estão aqui, mas o material que eles produziram fruto da participação, inclusive, do nosso Presidente, Deputado Barelli, tem sido muito importante, e talvez um dos melhores e mais completos subsídios que a Comissão tem tido e sobre eles tem trabalhado nesses últimos tempos. Mas me alegra muito ouvir dos Senhores, como disse o Deputado Vicentino, são técnicos, estudiosos, não tem filiação partidária. Vocês têm o desejo de ver o País melhor, de ver um povo vivendo melhor do que vive hoje. Falar a respeito de pontos que a gente levanta com muita freqüência, mas que infelizmente a grande mídia do Brasil prefere não apenas não dar divulgação, mas até omitir. E preferindo dizer e alardear o fato de que uma política de fortalecimento dos salários dos trabalhadores, principalmente do salário mínimo, de valorização do salário mínimo, é uma política nefasta à economia nacional.

Então, esse é o mito, esse é o desafio que nós temos. Infelizmente os nossos canais de comunicação com a sociedade são muito menos poderosos. Mas eu não tenho dúvida nenhuma que esse trabalho que o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, não realiza de agora, mas de algum tempo, de muito tempo, é um trabalho que vai produzir bons frutos. Tem produzido. Acho que todos os avanços que os trabalhadores e que a gente tem conquistado na sociedade não foram avanços conquistados de forma tranquila ou fácil. Pelo contrário, muito difíceis. Mas eu ouvindo os Senhores, a Dra. Rosa que eu infelizmente perdi também, mas parte das explanações, eu vi aqui que o Dr. Dedecca levanta oito fatores, oito pontos positivos em relação à política de valorização do salário mínimo, e três pontos negativos. Eu não quero falar só do bom, dos pontos positivos eu acho que o Senhor já fez uma excelente explanação, e não há dúvida, não há como fechar os olhos para esse impacto positivo, principalmente no crescimento da economia nacional e que, por conseqüência, traz o aumento do emprego, enfim, uma série de questões, a melhoria da arrecadação do Poder Público. Eu quero me deter nesses três negativos. Porque eles são só três, mas são poderosos, caso acontecessem efetivamente. E o Senhor mesmo levanta: Causa isso, mas há como amenizar. Há como não permitir que ele se alastra havendo um acompanhamento.

Então, eu me preocupo muito com a informalidade. Nós vivemos num País onde a informalidade já é assustadora. 40 milhões de trabalhadores, aproximadamente, vivem na informalidade. Aí, há possibilidade dessa informalidade ser até mais significativa quando o salário for maior. Então, como enfrentar? Eu acredito que a gente tem o próprio Ministério do Trabalho e o Congresso Nacional têm se preocupado com medidas que busquem a inclusão desses trabalhadores na formalidade. Alguns exemplos eu poderia citar. Incentivos tributários para que as empregadas domésticas tenham a sua carteira de trabalho assinada. Medida Provisória. E uma série de outras medidas que pegam todos os demais trabalhadores. Diminuição na contribuição, ou seja, trabalhadores especiais, trabalhadores que não precisam contribuir mais como autônomos. Como era no passado. Você tinha trabalhador formal e aquele que contribuía com uma alíquota muito elevada. Acho que são medidas muito importantes. Mas eu queria ouvir do Senhor, Dr. Dedecca, e se os Senhores e a Senhora e os

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 617
DOC:

demais convidados pudessem falar também. é comum trabalhar diante dessa política, que ela é necessária, é viável. Eu não vejo a política do salário como uma complementação da política de transferência de renda. Aquela política... O que é a política de transferência de renda? São os programas sociais que o Governo faz. Eu acho que esses programas são a complementação da política salarial. Que é a principal. O trabalho é o principal de tudo. O salário é o mais importante de tudo. E quem dera a gente chegar numa situação em que o povo brasileiro não precisasse mais dessa política de transferência de renda. Que na realidade nada mais é do que algo que se dá. Não que se ganha fruto do esforço do seu trabalho, e que não se ganha fruto do esforço do trabalho, não porque não se quer ou se tem preguiça, e porque não há espaço para todos no mercado de trabalho.

Então, os Senhores que... o Senhor principalmente que levantou a questão, Dr. Dedecca, levantasse quais os aspectos que devem ser trabalhados para não permitir o aumento dessa informalidade. Pelo contrário, levar ao mesmo tempo uma política de valorização do salário mínimo com a política de inclusão dos trabalhadores na formalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Bom, primeiro saudar com entusiasmo a exposição dos três convidados. Infelizmente eu não tive a oportunidade de assistir a contribuição da Profª Rosa e do Prof. Milko. Até porque por mais que eu me sinta uma moça muito bem amada por Deus, não consegui ainda desenvolver a onipresença. E infelizmente, hoje, a Casa está toda voltada, tenho certeza, para o Relatório da CPMI dos CORREIOS. Tive que virar à noite para apresentar as Emendas e agora se tiver um paralelo pior será, porque ninguém sabe a que nós iremos Emendar. Então, talvez isso proporcione o esvaziamento da Comissão. Mas tenham certeza que não apenas o Presidente em exercício, Deputado Barelli, e o nosso Senador Paulo Paim, mas é um tema que talvez o povo brasileiro e talvez a correlação de forças na sociedade não tenha sido capaz de fazer a necessária pressão no Poder Público, no Congresso Nacional, em relação ao salário mínimo. Até porque quem ganha salário mínimo, quem precisa do salário mínimo? Por mais que nós saibamos lá no nordeste, como o Prof. Dedecca falou, nada tem mais impacto na economia local do que o recebimento das aposentadorias. Nós sentimos isso claramente em todos os Municípios do interior. Muito mais do que o Fundo de Participação dos Municípios. Todo mundo sabe. O dinheirinho da padaria, da farmácia, todo mundo sabe como dinamiza a economia local ao recebimento do pobre do aposentado do salário mínimo.

Então, claro que a nata do movimento sindical, que tem muito poder de pressão, visibilidade na luta, por mais que isso possa interferir nos acordos coletivos, também não vai pensar muito nisso. O que é o significado do salário mínimo, do 13º, para a nata do sindicalismo, metalúrgico, bancário, petroleiro, é uma coisa muito distante. Então, essa coisa do salário mínimo ela acaba sendo a preocupação de intelectuais que não vendem seus neurônios, de Parlamentares que têm sensibilidade, e de todos aqueles que não aceitam a farsa técnica e a fraude política de dizer que o salário mínimo, o aumento dele, nada tem a ver com a dinamização da economia local, com a democratização da riqueza, com democratização das políticas sociais.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 618
DOC:

Então, é um debate muito difícil de sensibilizar a sociedade de forma em geral. Primeiro, porque tem também essa cantilena que eu trato como enfadonha e mentirosa do impacto. Que há impacto, há. Mas o impacto nunca poderá ser utilizado como obstáculo, muro de concreto instransponível em relação à Previdência, em relação ao setor privado, em relação ao setor público, em relação às famílias.

Então, o que eu queria, se possível for, concretamente, se fosse se pensar... Claro que a gente sabe que existiria a necessidade do desenvolvimento sustentável, e sustentável da economia para fazer isso. A gente sabe do impacto na família. Lógico, se você ganha mil e quinhentos reais, está comprometendo 15% do seu salário com a carga tributária pagando o Imposto de Renda, claro que isso dificulta muito mais de você pagar um salário mínimo de quinhentos reais. A gente sabe de tudo isso.

Agora, quais as alternativas concretas que poderiam ser feitas? Alguns estudos, algumas análises que eu tenho visto dos senhores, por exemplo, em relação à pequena e média empresa. O que efetivamente poderia ser feito? Eu estou dizendo o seguinte, que a única forma que a gente tem de desmascarar essa cantilena e de superar esses obstáculos, já que as virtudes são maiores do que os obstáculos, o que é que de fato poderia ser feito para a pequena e média empresa cujo impacto do salário mínimo seria maior? Qual a redução tributária? O que poderia ser feito? O que é que poderia ser feito no caso das Prefeituras? É o fundo em relação à compensação do serviço público? Objetivamente, o que poderia ser feito? Porque eu acho que se a gente não tiver uma... Por mais que democraticamente posso ser Delegado à Comissão tripartite, quadripartite, mas eu acho o seguinte, se nós tivéssemos o desafio de dizer o seguinte: Nos próximos 10 anos nós queremos ter uma política de recuperação do salário mínimo que potencialize a dinamização da economia local, a geração de emprego a geração de renda, produção de mercadorias, o aumento da arrecadação. Como nós iríamos fazer? O que é que efetivamente seria feito no primeiro ano? No segundo ano, no terceiro ano? Porque eu acho que se nós delegarmos simplesmente... Lógico que tem a vinculação ao PIB, é muito importante. Mas se nós não tivermos alternativas concretas, ágeis e eficazes para a cada ano ter uma meta, eu sei que às vezes as metas são derrubadas. Já foram na educação, na saúde, a gente faz planos e mais planos, e de repente essas metas vão sendo derrubadas. Do combate ao analfabetismo, da educação infantil, do ensino a jovens e adultos, tudo isso.

Mas superemos esse desânimo maldito e partamos... O que deveria ser feito? Porque em relação ao pagamento do salário mínimo para quem tem empregada doméstica. Porque todas às vezes que a gente fala de salário mínimo a gente sempre recebe o e-mail de uma trabalhadora que fica danada da vida, querendo arrancar nossas veias quando a gente fala em aumentar o salário mínimo. Porque é lógico, ela está lá mostrando a continha dela. O que ela paga de Imposto de Renda, o que paga de seguro saúde, o que ela paga de educação dos filhos, e como nós não vamos esperar a democratização das políticas sociais, temos que fazer as duas coisas, porque infelizmente queríamos nós dizer: "Não, agora a educação passa a ser pública, gratuita, democrática, de qualidade. Portanto, o seu dinheirinho você já não vai precisar colocar para creche do filho, para pré-escola, para o ensino fundamental, e blá-blá-blá.

A saúde é o mesmo jeito. Então nós vamos ter o posto de saúde, a porta de entrada do sistema, as quatro clínicas básicas, o acesso a medicamento, a alta

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 619
DOC:

sofisticação. As unidades de referência. Tudo bem. Enquanto a gente faz tudo isso, o que pode concretamente ser feito? Porque nós não vamos poder esperar que haja o aumento do poder de compra, porque os trabalhadores do setor público, fritos. O trabalhador do setor privado, igualmente fritos. Cada vez mais as dificuldades maiores. Então, como é que nós iríamos fazer essa compensação, já que a gente não vai poder discutir a saúde. Continuamos discutindo tudo isso. Mas independente de todas essas coisas, que está no rol da democratização da riqueza, de taxar o capital especulativo, a remessa de lucros ao exterior, a grande fortuna, impedir uma grande taxação que leve essa brutal transferência de renda do pobre favelado, do assalariado, do setor produtivo. Então, se nós fôssemos pensar, se os Senhores não tiverem a resposta agora, depois pensem, pelo amor de Deus e nos mandem.

Se nós fossemos pensar, nos próximos 10 anos, o que nós iremos fazer? Porque senão aí é que fica mais difícil ainda para a gente sensibilizar a opinião pública. Tem uma meta. Nós queremos nos próximos 10 anos fazer isso. Qual é a meta? Qual é o salário que a gente estabeleceria como meta? É o da Constituição? Aquele que se fosse definido hoje daria para 1.200? 1.200 já é o que ganha uma dona de casa quando ganha uma dona de casa, quando consegue pagar o salário mínimo. Então eu queria que os Senhores pensassem nisso. O que nós vamos fazer no primeiro ano para pequena e média empresa, o que nós vamos fazer em relação às Prefeituras. Claro que a gente pode pensar no aumento do fundo de participação dos Municípios, qual o percentual desse aumento que já potencializaria isso. O que nós poderíamos, inclusive, ao alongar o perfil da dívida pública interna, reduzir o percentual de comprometimento da receita líquida real dos Estados, e que, portanto, ao carimbar esse percentual para investimentos, já poderia, também, ajudar na dinamização da economia local.

Então, o que eu queria como contribuição era isso. Pensemos nos próximos 10 anos o que iremos fazer em relação a todos os detalhes, para que nós possamos desmontar objetivamente todos os argumentos que são colocados para impedir a valorização do salário mínimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Senadora. Já chegou e já está na Mesa o Prof. João Sabóia, do Instituto de Economia Industrial da UFRJ. Mas como nós já tínhamos começado com as intervenções dos Parlamentares, e como eu estou sabendo que a Profª. Rosa Maria Marques tem o avião logo mais, a idéia é passar a palavra, primeiro, para ela, depois acho que o João Sabóia poderia falar e em seguida os outros comentariam.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Presidente, é só um pouquinho. Nossa querida Profª Rosa, só porque se eu tiver que sair, não entendam como desatenção. Depois eu vou pegar o vídeo, a fita, analisar tudo direitinho. É só porque esse inferno da CPI realmente nos tira de repente dos locais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está certo. Rosa.

SRA. ROSA MARIA MARQUES: Bom, obrigada. Eu queria justificar. Eu tenho que realmente pegar o avião, porque tenho que dar aula na PUC em São Paulo. E vocês devem ter acompanhado a situação na PUC. Nós estamos dando aula todos os dias e sem faltar. Por "N" motivos. Um deles porque nós realmente amamos a PUC. E

ATN nº 003/20
CESP - SALÁRIO MÍNI
FLS: 620
DOC:

não queremos deixar aquela situação degringolar. Então eu sinto muito que vou ter que me retirar. Posso falar uns dois, três minutinhos? Eu queria levantar alguns pontinhos.

Eu tentei falar na minha fala e depois o Dedecca reiterou isso, que nós perigosamente estamos com uma estrutura de salário da ocupação, quer dizer, a renda de ocupação, gravitando em torno do salário mínimo. E a coisa está cada vez reduzindo mais para o eixo lá, ou seja, para a redução do salário da ocupação. O meu temor numa discussão é de que dependendo da forma que a gente encare essa discussão nós transformemos num linguajar estatístico, aquilo que deve ser mínimo em moda. Não sei se seria a média, mas não sei se estou me fazendo clara. Na medida que a imensa maioria, mas imensa maioria da população ocupada, ganhar o salário mínimo, eu pergunto que salário mínimo é esse. Isso não é mínimo. Virou outra coisa.

E segundo, evidentemente, acredito eu, que ninguém aqui na Mesa vai ter as respostas a todas as indagações da Senadora. Mas eu acho que o que está aqui em questão... Qual é a contribuição minha, dos demais colegas? Alguns que têm se debruçado com mais cuidado do que eu, porque eu trabalho mais com a contraface das políticas sociais do salário mínimo. Mas qual é a contribuição que nós podemos trazer? É uma contribuição técnica. Mas veja, do meu ponto de vista, não existe certeza e nem verdade na técnica. Antes de tudo isso. Nós não temos como tirar da algibeira ou do acúmulo da nossa pesquisa uma solução para uma questão tão delicada como essa. Porque é uma questão delicada? Porque não se trata de um País qualquer. Este aqui é um País que por mais avançada que seja a Avenida Paulista ou a Berrini, lá em São Paulo, do ponto de vista arquitetônico, é um País que pertence à América Latina. Ou seja, é um País aonde a estrutura informal é marca do seu mercado de trabalho. Que teve períodos em que nós melhoramos a situação. Mas o que nós estamos vendo alargar do mercado informal é uma realidade do conjunto da América Latina. Então, quando a Senadora... Só esse aspecto eu queria falar, porque não posso falar de todos. Quando a Senadora pergunta em relação à micro e pequeno empresa. Eu trabalhei junto com o pessoal do SEBRAE, mais a Sulamis Dain, mais o Zé Roberto Afonso, que, inclusive, no fim gerou aquela proposta de lei, não que eu concorde com o conjunto da proposta, mas uma coisa é muito clara. Existem empresas e empresa no Brasil. Quando faz parte dessa nossa realidade, boa parte do chamado empresário, nada mais é do que uma estratégia de sobrevivência. Ou seja, o quanto de empresário ali tem? Então, esse é um nó, que eu não sei como resolver. Evidentemente que se nós aumentarmos, valorizarmos bastante o salário mínimo, como o Dedecca falou, vai incorrer informalização. Tudo bem. Nós podemos, quem sabe, fazermos uma compensação. Mas temos que entender que essa compensação, a rigor, está sendo de duas partes. Ajudar para manter aquele salário mínimo daquele trabalhador junto ao mercado formal, e ao mesmo tempo, de garantir a renda daquele empregador, entre aspas, contratou um. Ou quem sabe dois. Então a coisa é um pouco complicada. Acho que nós não temos uma proposta acabada para isso.

O que eu vejo é que nós temos um campo de escolha. Como foi dito na minha fala e pelos três. Todos, eu acho, que falaram no mesmo assunto. Que a escolha estaria entre o uso de alguns recursos que vão para o endividamento, para o pagamento do serviço da dívida ou mesmo para o principal, e um período transitório em que você poderia tentar compensar os "desequilíbrios", entre aspas, que vão surgindo. Mas veja,

ATN nº 003/2005
DESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 621
DOC:

quando eu falo desequilíbrio, não quer dizer que eu queira voltar ao equilíbrio. Porque veja, o problema, por exemplo, em relação à empregada doméstica. Eu pergunto: Nós queremos manter empregada doméstica? Isso não é um ranço de um tipo de cultura que tem a ver com todo o traço escravocrata, etc, etc? Será que nós não temos, ao mesmo tempo, criar uma outra coisa para empregar essa população? Eu estou só levantando essas questões para mostrar o quão difícil é essa discussão. Por exemplo, não acho que o adequado é pura e simplesmente fazer uma compensação para a família, para ela manter a empregada doméstica. Isso se perdurar tem que ser por muito pouco tempo. Senão nós estamos dizendo que nós queremos manter o nosso passado, que é o nosso presente na relação familiar com a empregada doméstica. E com isso, muito obrigada, eu me despeço. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Profª. Rosa Maria Marques. Da PUC de São Paulo. Esta Casa é solidária com a PUC, e a todo o movimento. É uma instituição benemérita, que já ajudou bastante esse País, e que tem que continuar e sair rapidamente dessa crise. Conte também com o Congresso Nacional.

Bem, então vamos ouvir agora o Prof. João Sabóia, do IEI, Instituto de Economia Industrial, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor, o Senhor tem 15 minutos.

SR. JOÃO SABÓIA: Bem, eu queria inicialmente agradecer o convite para estar aqui presente hoje, para discutir essa importante questão que é o salário mínimo, e eu peço desculpas pelo meu atraso, mas na verdade eu não tenho culpa nenhuma do atraso. Eu cheguei às 8h da manhã no aeroporto e os vôos da VARIG, andam todos atrasados. Fica até uma sugestão aqui para o Senado que não coloque mais as pessoas nos vôos da VARIG para atrasar as reuniões. Que o vôo da TAM saiu bonitinho e meu, eu fiquei lá esperando. Bem, mas deu tempo de chegar, eu queria dar o meu recadinho pelo menos os 15 minutos iniciais. Eu mandei uma apresentação. Quer dizer, eu preparei a apresentação para organizar e fazer a coisa mais rápido dentro desse tempo de 15 minutos.

Bem, o que eu vou contar um pouquinho, pouquinho da história do salário mínimo, mas na verdade o que eu queria defender é que o salário mínimo tem um potencial enorme para melhorar a distribuição de renda nesse País e ela precisa ser melhorada. Quer dizer, o Brasil é campeão. Há anos que ele é campeão da má distribuição de renda. O Deputado Walter Barelli se lembra quando nós começamos a nossa... Desde os tempos que a gente contribuía, colaborava com o DIEESE, quer dizer, essa discussão da distribuição da renda é uma discussão antiga, e o tempo passa e—[corte na gravação]-- eventualmente pessoas que não acreditam muito, que o salário mínimo tem um potencial muito grande para mudar a distribuição de renda.

Então, a hipótese que eu quero defender aqui é que o salário mínimo tem um papel muito importante na melhoria da distribuição da renda. Para fazer isso, eu utilizo os dados da PNAD, do IBGE, e para o salário mínimo eu vou apresentar os dados que estão processados pelo IPEA, através dos seus bancos de dados IPEADATA.

Bem, isso aqui é uma história do que é que foi o salário mínimo. Eu não sei o que foi dito aqui, discutido antes, então eu posso estar repetindo aqui um pouco. Mas isso

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 622
DOC:

aqui é a história do salário mínimo desde 44. Na verdade tem mais quatro anos anteriores aqui, mas por conta do índice do custo de vida do Rio de Janeiro que ele começa a ser produzido nesse período de 44, então ela está colocada nesses termos. E vocês vêem que houve altos e baixos, você teve períodos de flutuação grande, uma certa instabilidade, depois uma forte queda nesse período aqui. E eu queria discutir com vocês hoje, esse período muito interessante, que é o período que a gente vem vivendo desde 95. Desse ponto aqui, de 95 até 2005, que é o período que nós vamos ter duas coisas acontecendo simultaneamente. O salário mínimo crescendo bastante nesse período, e ao mesmo tempo, que o salário médio vem caindo.

Vamos pegar aquele período final. Agora eu peguei, botei uma lupazinha ali em cima, e vocês vêem que nesse período... Isso aqui nós estamos medindo em salários mínimos... Essa série aqui, a média anual do salário mínimo de 95 até 2005, mas ela está medida em salários, em reais de março. Quer dizer, praticamente os reais de hoje em dia, de hoje. De março desse ano. Então, a gente vê que houve realmente um crescimento muito grande desses últimos 10 anos da ordem de 45%. Quer dizer, alguns momentos mais favoráveis, outros menos, mas o fato concreto é que teve um crescimento sustentado de 45% do salário mínimo nesse período.

E aqui é o que aconteceu com o salário médio das pessoas. O rendimento de todos os trabalhos das pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas segundo a PNAD naquele mesmo período, 95. No caso até 2004, porque nós não temos PNAD ainda em 2005, e vocês vêem que ao mesmo tempo, em que o salário mínimo crescia, havia uma queda do salário médio. Quer dizer, como é que pode acontecer? O salário da base está crescendo e o salário médio está diminuindo. Ora, a resposta é óbvia. Porque a renda dos trabalhos das pessoas que ganham mais, que estão lá em cima da pirâmide, na verdade não cresceu. Ela caiu. Os dados da PNAD mostram isso. Então, como a base subiu e o topo da pirâmide caiu, você tem, na verdade, uma média que cai. E a base certamente foi puxada pelo salário mínimo.

E vamos continuar então mostrando aqui os dois gráficos juntos. Quer dizer, os dois gráficos juntos, eu acho que eles são bastante marcantes. Quer dizer, o salário mínimo cresce ao mesmo tempo, que o salário médio vai caindo. Então, isso aqui é o que chama a atenção para esse período, e a gente agora continua no próximo, para dar uma idéia de como é o rendimento trabalho no Brasil. Quer dizer, isso aqui é o rendimento do trabalho, de todos os trabalhos, mas em geral 90% das pessoas têm um trabalho só. Então, isso aqui seria um rendimento do trabalho dos indivíduos. Vocês vêem o seguinte, que o grosso da população brasileira ganha, no máximo até dois salários mínimos. 31% mais 33, isso aqui dá 64%, quer dizer, praticamente dois terços dos trabalhadores brasileiros estão na faixa, no entorno do salário mínimo. E daí para frente a gente tem uma queda dos percentuais até considerar no caso mais de 20 salários mínimos.

Bem, aqui é para mostrar... Quer dizer, se você dividir a população em 10 décimos, do primeiro décimo até o último décimo, e ver quanto da renda do trabalho, isso aqui é renda do trabalho, cabe a cada um desses décimos, a gente nota que há má distribuição da renda no Brasil. A renda do trabalho. Eu não estou nem contando aposentadorias e outros tipos de rendimentos. Aqui é só renda do trabalho. Então, a gente vê que enquanto os 10% que ganham menos, ganham apenas 1% de toda a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 623
DOC:

renda do trabalho distribuída nesse País, quem está aqui em cima ganha 45%. Quer dizer, se a gente for pensar, aquele grupo que está exatamente recebendo o que receberia todo mundo se fosse igualmente distribuído, é esse grupo aqui. É o oitavo, é o oitavo décimo que leva 10% de todo o rendimento do trabalho e representa um décimo da população. Quem está aqui para cima está ganhando mais do que a sua parcela em termos de população e quem está aqui para baixo ganhando menos.

Isso aqui é para dar uma idéia para a gente quanto em média ganha cada um daqueles grupos. As pessoas estão no primeiro décimo tem um rendimento de 76 reais em média. É isso aqui. 76 reais em média é quanto ganha o primeiro grupo. Isso aqui representava nesse ano de 2004, o salário mínimo no mês de setembro, isso aqui é PNAD, dados de setembro, o salário mínimo aqui era exatamente duzentos e sessenta reais. É interessante que a gente vê o seguinte, o pessoal que está ganhando o salário mínimo é o pessoal que está aqui no terceiro décimo. Não é nem no primeiro, nem o segundo. As pessoas que estão no primeiro e segundo ganham menos que o salário mínimo. Quer dizer, é aqui que está o grosso das pessoas ganhando salário mínimo. É claro que tem muita gente no entorno disso, mas a gente vê onde está o salário mínimo na nossa distribuição de renda. Aqui, por exemplo, essas pessoas estão no último décimo ganham em média, se aqui for duzentos e sessenta, só dividir isso aqui por duzentos e sessenta e você vê quantos salários mínimos em média ganhava esse grupo de pessoas.

Mas de qualquer maneira eu achei interessante para a gente localizar onde é que estão as pessoas que ganham salário mínimo. Elas estão no terceiro décimo da distribuição de renda do trabalho, de baixo para cima.

Isso aqui é um gráfico que nós montamos. O que é que aconteceu com o salário mínimo já entrando na questão da distribuição da renda. Olha só que coisa interessante. Ao mesmo tempo que nesse período de 95 a 2004, o salário mínimo, isso aqui é o salário mínimo, ele foi crescendo como mostrei antes, o que aconteceu com a parcela da renda das pessoas que representam a metade inferior de rendimentos? Foi 50% que tem os menores rendimentos do trabalho. Então olha que interessante: Eles certamente ganham muito menos do que 50%, que estão na base, mas eles tiveram crescimento grande. Quer dizer, ao mesmo tempo que o salário mínimo ia crescendo, aquele grupo que está no entorno do salário mínimo, um pouco mais para cima e um pouco mais para baixo, acabou sendo beneficiado, porque ele recebia 13,5% e foi parar em 16%. Então, enquanto o salário mínimo cresceu... Isso aqui aconteceu ao longo dos anos, até 2004. Você já mostrando uma clara relação entre crescimento do salário mínimo e melhoria da distribuição de renda, pelo menos naquilo que representa a renda, da metade que recebe menos rendimentos.

Aqui é uma outra maneira da gente olhar a distribuição de renda ao longo do tempo e a gente vê o seguinte: Se a gente pegar quanto ganha os 10% lá em cima, e dividir por quanto ganha os 50% embaixo, vocês vêem que em geral os 10% de cima, é 10% contra 50. Quer dizer, 50 são cinco vezes mais pessoas. O que eu estou pegando é a renda de todas as pessoas. 10% e 50 e dividir, vocês vêem claramente também uma tendência de queda. Que era 3,5, quer dizer, três vezes e meio, mais renda de quem estava dos 10% em cima, em relação aos 50% abaixo. Mas vem caindo ano a ano até 2,8 no final. Quer dizer, uma outra forma de você olhar a melhoria da distribuição da

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 624
DOC:

renda do trabalho nesse período. Eu estou falando de mercado de trabalho, estou falando de renda de trabalho.

Isso aqui foi uma outra forma da gente olhar o mesmo problema. Quer dizer, eu agora estou pegando a renda dos 20% que estão em cima e dividindo pelos 20% que estão embaixo. E vocês vêem que os números são altos, mas a tendência é de queda. Claramente. Aqui na verdade eu estou comparando 20 contra 20. Isso significa que as pessoas dos 20 de cima ganham 18, 17, 19, mas já ganharam 24 vezes mais. Então, a tendência é mais uma vez é uma tendência de queda. Coincidindo com o período de crescimento do salário mínimo.

Bem, aqui esse gráfico aqui parece com o anterior, mas na verdade o que eu fiz agora foi o seguinte: Eu estou pegando todos os tipos de rendimentos. Não apenas rendimento do trabalho, e eu estou vendo o rendimento domiciliar *per capita*. Ou seja, todo o rendimento da família e divido pelo número de pessoas da família e pego os 20% que tem renda familiares *per capita* mais alta e divido pelos 20% que tem renda familiar mais baixa. Quer dizer, aqui obviamente estou incluindo transferências dos programas sociais, tem aposentaria, tem todo tipo de rendimento que a PNAD consegue captar. E claramente vocês vêem que saindo exclusivamente do mercado de trabalho e pensando na renda como um todo, toda a renda que a PNAD capta, mostra mais uma vez que à medida que o salário mínimo foi crescendo nesse período, essa relação foi caindo, o que também indica mais uma vez uma melhoria da distribuição de rendimento em geral, não exclusivamente do trabalho.

Isso aqui é a medida tradicional, quer dizer, isso é uma coisa super técnica, mas isso saiu nas primeiras páginas dos jornais. Hoje em dia isso é um assunto que mobiliza tanto. Esse é o famoso Índice de Gini, e a gente mostrando que o Índice de Gini foi caindo e o Índice de Gini pode variar entre zero e um, quanto mais alto significa pior distribuição, quanto mais baixo menor distribuição. Portanto, nesse período, mais uma vez, pegando apenas rendimento de trabalho, a gente vê uma melhoria na distribuição da renda, mas é sabido, está mais do que analisado que quando você pega os outros rendimentos captados pela PNAD o movimento é exatamente o mesmo apontando para uma melhoria da distribuição da renda nesse período.

Bem, isso aqui seria um resumo desses resultados, antes de eu passar para o que eu acho que poderia ser uma proposta de melhoria do salário mínimo, eventualmente para os próximos 10 anos, como a Senadora está preocupada, o que é que a gente pode fazer... Eu acho que para o salário mínimo tem espaço para crescer nesses próximos anos. A gente vai ver já. Mas isso aqui é um resumo dos resultados que eu apresentei aqui e mais alguns outros que eu não pude apresentar, porque não há espaço. O salário mínimo cresceu 45% nesse período. Ele é muito importante determinação dos rendimentos do trabalho, mas especialmente nas regiões mais pobres, norte e nordeste, os trabalhadores sem carteira assinada, quer dizer, os trabalhadores do setor informal, sem carteira assinada, têm o seu rendimento muito dependente do salário mínimo. Isso acontece, isso está verificado, e a gente tem os dados para isso. O serviço doméstico, obviamente, e alguns segmentos menos desenvolvidos da economia, como a agricultura, eventualmente a construção e alguns outros segmentos. O rendimento real médio do trabalho vem apresentando tendência de queda desde 97, quer dizer, quando acabam os efeitos do plano real, e apesar disso a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 625
DOC:

distribuição do rendimento do trabalho melhorou entre 95 e 2004, quer dizer, um resultado aparentemente contraditório, mas isso aconteceu e eu estou convencido que em grande parte, por conta da performance relativamente favorável do salário mínimo nesse período.

Bem, agora é o próximo aqui. Só para dar uma idéia do que é que pode acontecer. Porque o que vai acontecer nesse ano com o salário mínimo, trezentos e cinqüenta? É um aumento bastante grande para o salário mínimo. Não sei se está todo mundo... Se tem a dimensão disso. Porque você deve ter aumento de salário mínimo esse ano da ordem de... Vai depender da inflação, vai ficar próximo de 11%, talvez possa chegar a 12. Mas certamente deve estar por aqui, nessa faixa. Vai ser o ganho real do salário mínimo, neste ano. Isso significa que você em 10 anos, você conseguiria triplicar o salário mínimo. Triplicar. Você triplica o salário mínimo, se você conseguir em 10 anos manter o reajuste feito, desse ano. Que seria um resultado excepcional se a gente conseguisse chegar a isso aqui. E isso significa, por outro lado, que você precisa de seis anos, aproximadamente seis anos. Aqui, na realidade, mais que triplica. Em seis anos você dobra o salário mínimo, se tiver um crescimento real de salário mínimo. Isso aqui é crescimento real. E aqui são outras taxas. Porque o crescimento real que o salário mínimo teve nesses últimos 10 anos, foi quase 4% ao ano. Foi entre essa situação e essa. Então, vocês vêem que se ele continuar nessa faixa de 3 e 4% em média, que é a média dos últimos 10 anos, isso que seria o crescimento dele ao final dos 10 anos. Quer dizer isso que seria o crescimento ao final de 10 anos. Quer dizer, ou cresceria um terço ou dois terços 34 ou 63% e você precisaria de 24 ou 14 anos, dependendo do caso nessa faixa para dobrar o salário mínimo. O que eu acho que é muito pouco. A gente não deve ficar satisfeito com isso. Embora você tenha tido esse crescimento nesse período.

E aqui são outros números que mostram o que se poderia fazer ao longo do tempo. Porque às vezes a gente fica: "Ah, mas foi muito pouquinho, só 12%". Mas, se isso for mantido, especialmente se isto tiver dentro de uma legislação que garanta que isso possa ser mantido ao longo do tempo, você pode ter um resultado muito bom nos próximos seis anos, mesmo, ou de repente nos próximos 10 anos. [soa a campainha].

Só para não dizer que eu não estou apresentando. Eu tenho a impressão, que essa proposta deve estar um pouco na linha do que o Cláudio Dedecca está propondo. Eu acho o seguinte, salário mínimo tem que ser inicialmente corrigido anualmente pelo INPC, que é o índice mais apropriado para o salário mínimo. Essa é a base. A partir daí o que é que a gente pode? Ora, se o PIB cresce, por que é que o salário mínimo não vai crescer na mesma proporção ou mais do que isso? Se a riqueza do País está crescendo, eu acho que o mínimo que você pode me pedir é que o salário mínimo acompanhe esse crescimento do PIB. Mas isso é pouco, mas do jeito que nós estamos indo, 2%, 3%, e tal, vai levar não sei quantos anos para você aumentar o salário mínimo. Então, você tem que ser, tem que pedir mais. E aí a gente tem que definir uma taxa adicional, quer dizer, não adianta também você querer crescer muito se o PIB não cresce, porque vai ter problema de renda para as pessoas. Quer dizer, você tem que associar um pouco o crescimento ao crescimento do PIB. Mas é preciso que você defina o seguinte, o PIB vai crescer dois? Então nós queremos mais 5% além do PIB, ou mais sete, sei lá mais quantos por cento, e colocar isso numa legislação em que você possa

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 626
DOC:

durante algum tempo aplicá-la e você ter uma taxa adicional, óbvio que eu não coloco esse número. Esse número tem que ser discutido, mas além do crescimento do PIB.

O salário mínimo seria o piso, não apenas para a remuneração do trabalho, porque é uma grande discussão. Tem pessoas que defendem que salário mínimo não deve remunerar aposentaria. Eu acho que deve. A aposentaria é rendimento devido a uma contribuição do indivíduo durante o período que trabalhou. A aposentaria pode, não deve ser menor do que o salario mínimo. Mas isso é uma questão que certamente pode causar polêmica, mas eu não vejo razão por que, por exemplo, o BPC tenha que ser salário mínimo. É claro que se for salário mínimo e se aumentar, você beneficia essas pessoas. Mas isso é Assistência Social. Eu acho que a Assistência Social é uma coisa e Previdência Social é outra. E a gente deve pensar de forma diferenciada. Então você poderia eventualmente separar esse benefício mínimo do salário mínimo, desde que você protegesse o benefício.

Quer dizer, quando eu isso com os meus colegas, "Ah, mas se não for o salário mínimo, as pessoas vão se dar mal, porque daqui a pouco o benefício mínimo vai para o brejo, porque não vai ser corrigido". Ora, você precisa ter uma regra muito clara que esse benefício, por exemplo, ele deveria iniciar com o seu valor atual, não vejo, não há menor possibilidade você mudar, mas daí para frente você poderia ter uma regra que fosse mais favorável para o salário mínimo e um pouquinho menos favorável para o benefício mínimo, desde que você tivesse uma garantia de correção com a inflação e obviamente do crescimento do PIB. Se o País enriquece, é razoável que o benefício mínimo acompanha esse crescimento. Então isso aqui em termos de contribuição eu gostaria apenas de terminar dessa maneira, e eu acho que é da maior importância que haja uma legislação aprovada aqui dentro do Congresso, para o salário mínimo, para ele não ficar ao sabor da conjuntura política do momento, que em alguns momentos você acaba tendo reajustes mais favoráveis e em outros, você pode ter reajustes bastante desfavorável. Então era isso que eu ia falar. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero explicar que eu gostaria muito de ter ouvido as exposições dos Profs. Cláudio e Dedecca, Miiko Matijascic, se consigo pronunciar bem...[risos] Rosa Marques e do Prof. João Sabóia. Eu saí, Sr. Presidente... Eu me ausentei um pouco da CPI onde eu sou o titular e preciso estar lá argüindo, mas eu... Se me permita fazer uma breve indagação apenas aos Professores presentes aqui.

Neste diálogo sobre a definição do salário mínimo, eu tenho argumentado que será importante que nós estejamos acompanhando os efeitos dos programas de transferência de renda existentes, tanto no Brasil quanto em outros Países. Quanto ganha um trabalhador, hoje, nos Países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos e o Reino Unido, para citar dois? Nos Estados Unidos cinco dólares e quinze, a hora, oitocentos e poucos por mês, dez mil dólares por ano. Se a pessoa tiver mulher, duas ou mais crianças, recebe o crédito adicional por remuneração recebida, o chamado *anting cantex credi*(F), 40% a mais e sua remuneração, portanto, é em parte significativa, objeto da remuneração da sociedade norte-americana, e que tem um efeito significativo sobre a própria competitividade daquela economia. A empresa paga ao

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 627
DOC:

trabalhador dez mil dólares, a sociedade, como um todo, paga mais quatro mil para que a família esteja acima de um nível, que de outra maneira teria... Nisso, o trabalhador ganha mais, ganha maior grau de satisfação, possivelmente aumenta sua própria produtividade, e a sociedade, não apenas a empresa que paga.

Isso teria um fator significativo ao ser aumentado nos Estados Unidos como, por exemplo, se pode observar que o Bill Clinton em 92 para 93, mais do que dobrou o ITC, a taxa de desemprego era de 7,5% e foi baixando até o seu final de Governo em 2000 para 3,9%.

Efeitos houve sobre as economias que mais diretamente competem com a dos Estados Unidos, como, por exemplo, no Reino Unido. O Tony Blair, Primeiro-Ministro, instituiu ali o *Family Tex Credit*, no ano 2000. O que acontece? O trabalhador que ganha oitocentos *pounds* recebe quatrocentos a mais de *Family Tex Credit* produzindo um efeito semelhante. 50% a mais que a sociedade que paga. Portanto, nós precisamos estar conscientes disso. Nos Estados Unidos, nos dois últimos anos, se pagou mais de quarenta bilhões de dólares, a mais de 21 ou 22 milhões de trabalhadores, chefes de família, para suas famílias e com o efeito bastante significativo sobre o processo de distribuição da renda, e assim por diante. Trata-se de uma forma de Imposto de Renda Negativo parcial, apenas para os que trabalham e não alcançam determinado patamar de renda, e assim por diante.

Nos Estados Unidos mesmo, existe no local, no Estado do Alasca um outro crédito adicional, um dividendo na forma de um dividendo igual para todos. Uma forma de renda básica de cidadania. Algo que foi aprovado pelo Brasil para ser instituído gradualmente. Começando pelos mais necessitados, como é o Bolsa Família, até que se institua isso. Suponhamos que isso viesse já a correr no Brasil, na forma de uma renda básica de cidadania conforme previa a lei aprovada. Que efeitos teriam? Como é que deveríamos analisar, tanto a definição do salário mínimo e deste processo de transferência de renda. Hoje, qual é o efeito sobre o grau de remuneração e da distribuição da renda, da expansão de um programa de transferência tal como o Bolsa Família, como é que o será se... Pois a minha consideração é que mais e mais, os governos, os economistas, a sociedade, terão que pensar em duas definições importantes. Uma: Como irá evoluir o salário mínimo; segunda, como irá evoluir a renda básica de cidadania? É só esta questão que eu gostaria de deixar para os ilustres convidados e dizer que eu terei que sair, porque eu estou inscrito lá para argüir na acareação, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vamos ouvir agora o nosso Relator e depois passamos a palavra para encerramento para os nossos convidados.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De forma muito rápida, eu quero dizer da minha alegria por essa Audiência Pública de hoje. Aqui todos que falaram, o Dr. Cláudio, o Dr. João Saboia, Dr. Milko e Dra. Rosa, ou a maioria dos Professores que quiserem, todos reafirmaram a importância da valorização do salário mínimo. E como a nossa TV Senado, ela transmite isso para todo o País, vai desmistificando essa história que o inimigo, parece, desse País é o salário mínimo. São

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 628
DOC:

os aposentados, os pensionistas. Olha, aqueles que ganham esse mísero salário viram inimigos. Essa é a 13ª Audiência Pública que fizemos aqui como o nosso Barelli, que é o nosso Vice-Presidente, o nosso Deputado, e com o Deputado Jackson Barreto que é o Presidente. E essa audiência para mim ela é um coroamento. Os argumentos que eu vi aqui de todos, vão com muita tranqüilidade e deixam claro ao País: O melhor instrumento de distribuição de renda é o salário mínimo. Eu não tenho nenhuma dúvida. Por tudo que eu ouvi aqui. E que nós temos obrigação de construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Sem prejuízo, como disse muito bem aqui o Senador Suplicy, porque fez a fala dele em dois momentos, da renda da cidadania, que é um instrumento, também, que vem como complemento. Mas o salário mínimo, como aqui foi dito por todos, ele é um instrumento, ele é um fruto do trabalho. Trabalho. Não tem como querer convencer alguém que o salário mínimo tem que ser irrisório, como infelizmente foi ao longo dos anos nesse País, e que agora parece que estamos entrando numa linha de crescimento. Eu também concordo, é inegável, que o salário mínimo desse ano é um valor significativo. É um aumento real de em torno de 12%. Tantos que é um questionamento muito forte, de parte dos aposentados e pensionistas. "Bem, como fica o nosso salário? Nós vamos ganhar 3,5?" Mas é uma polêmica que nós estamos dispostos a enfrentar aqui na Comissão, discutindo com a profundidade devida a renda da Seguridade Social.

E aqui também foi aprovado para os Senhores, e por todos que aqui estiveram, a desmistificar essa história que a Seguridade é deficitária. Aqui foi desmistificado isso. A Seguridade Social não é deficitária. Agora, se pegarem, a gente repete isso, pareço até que a gente é chato. Se quiserem pegar contribuição de empregado e empregador, e apontarem somente para a Previdência, claro que vai ser deficitário. Todos os outros componentes que o constituinte colocaram lá de 86 para 88. Eles desconhecem isso. Eu faço essa síntese para mostrar da minha satisfação. Daqui para a frente, Senadora Heloisa Helena, a Comissão vai para os Estados, nós vamos estar agora em Curitiba no dia 10, no Museu Central, vamos estar em São Paulo, e o Deputado Barelli é que está coordenando o encontro em São Paulo no dia 24 na Assembléia Legislativa, no Rio Grande do Sul vai também ser na Assembléia Legislativa, depois tem aqui Salvador, Campo Grande, tem Belém, enfim tem Rio de Janeiro. Eu acho que, para concluir, eu só queria dizer que eu estou convencido de que essa Comissão, ao concluir seus trabalhos, vai apontar caminhos para a recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas como também do salário mínimo. Os aposentados e pensionistas eu quero repetir, se mobilizam e não estão aceitando receber de reajustes somente 3,5 ou 4%, como dizem que vai ser anunciado para este ano. Há um grande movimento nesse sentido.

Eu quero lembrar a luta dos 147%. Ponto. A mobilização no País vai ser muito grande se os aposentados não receberem ou tiverem, pelo menos, a sinalização de uma política de recuperação dos seus benefícios.

Quero concluir dizendo, e eu falava aqui para o Presidente que eu seria muito rápido, o aumento real de tudo que nós ouvimos até o momento, alguns falam: O aumento real acima da inflação, uma cesta básica. Outros falam: Um índice de produtividade. Outros falam: O PIB, e eu confesso que a proposta para mim mais simpática, o PIB e algo mais que tem que ser discutido. Eu chego a falar o dobro do PIB,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 629
DOC:

mas falo de forma mais genérica. Entendo que a Comissão é que vai decidir. É inflação mais o PIB e qual é o incremento real de reposição? Porque a frase que eu uso, e o Dr. Sabóia, se me permite, usou muito aqui. Se o PIB cresceu, o País ficou mais rico. Vamos olhar para os mais pobres. É o PIB e mais quanto?

SENADORA HELOÍSA HELENA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. Porque o salário-mínimo é um instrumento, inclusive, de crescimento do próprio PIB. Alguns falam: "Ah, tem que ter um percentual fixo. Será inflação e mais 10%, mais 12%?". Bom, nós vamos discutir isso aqui com o tempo. Tem também, claro, as preocupações levantadas que eu faço questão, porque agora vão para os Estados. Uns falam: "Como é que vamos buscar a questão do mercado informal?". Vamos trabalhar com essa discussão que é importante, também, para que mais pessoas estejam na formalidade. A situação das micro e pequenas empresas. Vamos discutir. Das Prefeituras... A arrecadação, que é um debate bom que a gente tem enfrentado, aqui. Sobre a folha, vamos deslocar mais sobre o faturamento, sobre o lucro e menos sobre a folha, desonerando assim, quem sabe até as pequenas e médias empresas, e aumentando o percentual sobre o faturamento de lucro, fazendo com que toda a sociedade pague os recursos para as Previdências que vai garantir essa eterna discussão que não pode aumentar o salário mínimo, porque vai ter problema na Previdência. Nós estamos convencidos que não terá o problema. Mas vamos fazer o debate.

E quero reafirmar, mais uma vez, que fiquei feliz de ver aqui, que não tem nada a ver o salário mínimo com a questão de Bolsa Família, de cidadania. Não intervém como empecilho, não é que não se completam, mas não podem criar um empecilho. Dizer que o Bolsa Família ou cidadania vai ser problema com o salário mínimo. O Senador Suplicy também apontou nessa linha. São duas políticas que se completam. Tem que ter Bolsa Família, Bolsa Escola, enfim, um instrumento que garanta mais cidadania? Tudo bem. Mas não vamos fazer disso um empecilho para alavancar, e termos uma política permanente de salário mínimo.

Era isso, Presidente Barelli. Eu quero mais é cumprimentar todos os painelistas. Saio daqui mais do que convencido. Que nós, Senadora Heloísa Helena, eu digo nós, Senador Barelli, enfim, que sempre defendemos essa tese, que o salario mínimo é fundamental para distribuir renda. Eu acho que agora não ficou só nas nossas vozes. Porque todos que vieram aqui, essa Mesa brilhante de hoje, demonstrou que nós estamos no caminho certo. Por isso parabéns a todos os Senhores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado ao Relator, Senador Paulo Paim. Esta é uma Comissão Mista do Senado e da Câmara dos Deputados. Como temos dito, agora vamos passar a palavra para os nossos convidados, para fazer comentários finais a respeito das colocações até agora feitas. Acho que podemos continuar na ordem que cada um falou. Então seria o Prof. Milko, agora.

SR. MILKO MATIJASCIC: Ok, obrigado Deputado. Enfim, eu acho que algumas questões foram levantadas aqui da maior importância. Uma preocupação, assim, muito objetiva com a questão da informalidade, uma questão muito objetiva, e muito centrada na questão da pequena e média empresa, e do que se pode fazer a curto e médio prazo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 630
DOC:

num prazo de 10 anos. E o que nós podemos fazer para auxiliar as economias locais. Eu não pretendo nem me alongar e nem achar que tenho todas as soluções, evidentemente, na manga do colete. Mas trazer algumas das reflexões que tem servido de norte para os meus trabalhos mais recentes.

Então, muito objetivamente, quer dizer, reiterar um ponto, acho que o Senador Paulo Paim colocou muito bem nesse momento, de que o que se paga, em termos de salário mínimo no País, e o aumento do salário mínimo é importante, ele tem impactos fiscais, mas reiterando o conteúdo da minha exposição. Ele não foi insuportável. Ele teve efeitos econômicos e sociais benéficos. Recentemente eu vim de uma Conferência em Atlanta nos Estados Unidos, onde o Banco Central Americano, o Federal Reserve, organizou uma Conferência sobre Reformas da Previdência. E por incrível que pareça, quer dizer, o que se imaginaria que seria uma Meca conservadora, na realidade se discute o seguinte: Primeiro, ficou muito claro que a política de Seguridade no Brasil, especialmente de aplicação de um piso de salário mínimo até aqui é uma política bem sucedida. Ela é um exemplo para a América Latina e para o mundo.

Segunda coisa, apesar das divergências e de vários fracassos que temos observado na América Latina, algumas idéias que foram discutidas nesses últimos anos se impõe. Talvez a primeira idéia, quando se fala no Banco Mundial às vezes as pessoas ficam assustadas, mas não é verdade. Eles trouxeram alguns benefícios importantes. A idéia de que nós temos Previdência em Pilares, ou camadas, aliás, a OIT defende a mesma idéia. Então, talvez pensar que em nossos Países, dada a situação, a estrutura do mercado de capitais, que não pode absolver tantos recursos capitalizados, a estrutura principalmente dos mercados de trabalho, nós talvez tenhamos que trabalhar com a idéia, emendando um pouco o que dizia o Senador Suplicy, a idéia de que você precisa ter um primeiro pilar muito assemelhado a uma renda mínima. Ou seja, uma renda básica cidadã para todos os idosos e portadores de necessidades especiais. Isso é uma idéia que vai se tornando praticamente consensual. Num certo sentido isso ajuda, porque não é necessário fazer uma contribuição via folha salarial, que hoje onera bastante, e talvez não seja um incentivo à criação. Eu acho que é uma discussão muito complicada, muito difícil. E muito boa discussão. Mas de qualquer maneira, quer dizer, se existe uma garantia para quem realmente necessita de um certo pilar, isso significa que nós possamos talvez estar alterando algumas alíquotas, diminuindo, e, ao mesmo tempo, sem desincentivar a Previdência. Porque tem que haver um mecanismo que se diga: "Olha, eu contribuí muito pouquinho". Tá, isso vai significar um ou dois centavos, a mais, na minha aposentaria. Ou eu contribuí muito. Isso vai significar um benefício muito maior ali na frente. Ou seja, atrelar isso daí. E uma outra questão que foi levantada com muita clareza. Quando nós olhamos os Países desenvolvidos, eu penso muito nos resultados dessa Conferência que foi uma Conferência de alto nível, e quando nós olhamos os Países em desenvolvimento, o que nós vemos nos Países desenvolvidos? Que desenvolveram um *Welfare State*, que não é o caso do Brasil. Esses Países, o econômico e o social, pelo menos no momento em que não vigorava o Consenso de Washington, o econômico e social estavam em fase. Ou seja, as metas de política econômica tinham metas sociais implícitas. O Pleno Emprego era um objetivo explícito. E várias questões, por exemplo, a Concessão de Crédito, a Concessão de Financiamento, eram questões que muitas vezes estavam atreladas à regularidade no pagamento de impostos e contribuições sociais.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 631
DOC:

Num País como a Alemanha ou como a Suécia, se uma pessoa vai pedir um financiamento para um carro, vai se verificar necessariamente a sua solvência, e a sua solvência antes de tudo é verificada pela regularidade de rendimento para a Seguridade social. Porque caso lhe aconteça uma coisa é a Seguridade social que vai lhe dar os benefícios necessários para a sua sobrevivência. Então é preciso pensar que nós não podemos só através de instrumentos sociais, mas que a política econômica vai ter que contemplar algumas mesas sociais.

Acho que esses seriam os direcionamentos básicos que eu colocaria, muita coisa teria que ser refinada, mas certamente desse ponto de vista seria um grande incentivo, uma mudança de matriz, para pensar em recuperação de economias locais e a retomada do desenvolvimento. Eu agradeço. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Então agora o Prof. Cláudio salvador Dedecca, do Instituto de Economia da UNICAMP.

SR. CLÁUDIO SALVADORI DEDECCA: Bom, eu diria que talvez... Se os Deputados e Senadores ficaram contentes com essa Mesa, eu acho que nós enquanto pesquisadores mais ainda, por um motivo muito simples. Eu diria que, durante muito tempo, quando nós discutimos a questao do salário mínimo, acabamos desembocando na seguinte situação. De um lado uma defesa, uma desqualificação do debate do salário mínimo. Em certas vezes, eu acredito que o Senador Suplicy não fez parte dessa posição, mas nós tivemos no Brasil, eu diria até uma instituição importante vinculada ao Governo defendendo essa posição, de que o salário mínimo não era uma questão importante, o importante seriam as políticas de transferência de renda. E do outro lado uma outra posição defendendo de que nós deveríamos atualizar prontamente o salário mínimo do dia para noite. Isso é, eu acredito que nesses últimos dois anos um grande avanço foi observado no Congresso, eu diria, e também no âmbito do Governo, no sentido de pensar que é possível construir uma estratégia que não seja nem aquela estratégia que desqualifique o salário mínimo, ao contrário, uma estratégia que verifica, eu acho que o Senador Suplicy tocou num ponto importante, o salário mínimo é um instrumento de distribuição de renda, determinado, com certas características. As políticas de transferência de renda constituem um outro mecanismo de distribuição de renda. Ambas são complementares. E mais do que isso é fundamental que nós articulemos esses dois instrumentos de distribuição de renda. Então, a impressão que tenho é o seguinte: Nós conseguimos até esse exato momento, pelo menos, limpar o terreno. Limpar o terreno em que direção? Limpar o terreno no sentido de que o salário mínimo é importante e é possível construir uma estratégia para a sua valorização. Então, como a Senadora Heloísa Helena colocou--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CLÁUDIO SALVADORI DEDECCA: Imagina, conheço bastante. Heloísa Helena colocou, nós temos a possibilidade, hoje, de construir uma estratégia para 10 anos. Bem, se essa estratégia será aquela que eu defendo ou que outras pessoas defendam, eu acho que não é a questão importante. Eu acho que o relevante é que nós conseguimos avançar e tem hoje, existe uma convergência de que é possível construir uma política de médio prazo que garanta a valorização do salário mínimo, considerando que ele é um instrumento importante para a modificação da distribuição de renda no

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 632
DOC:

Brasil. Eu acho que isso é um ganho na sociedade brasileira, que me parece que tanto o Congresso quanto o Governo, podem contribuir e muito no sentido de consolidar esse primeiro avanço. Que eu acho que a consolidação desse primeiro avanço passa pela definição de uma política, que defina claramente qual é essa estratégia para os próximos 10 anos.

Bem, em relação a isso eu gostaria de salientar, o Deputado Vicentinho levantou esse aspecto, de vincular o salário mínimo numa cesta básica. Eu não sei se essa é uma questão. Eu tenderia a reafirmar um pouco, colocar aquilo que eu coloquei também e que o Professor Sabóia colocou, que seria interessante nós... Eu acho que como uma primeira etapa, como um primeiro passo, garantir que eu tenha um reajuste automático de salário mínimo equivalente à variação dos preços, e mais, aumento da riqueza do País, isso é do PIB, que seja, e que haja um aumento adicional seja debatido, ou seja trabalhado no âmbito da Comissão, pelo seguinte: Existe uma Comissão na Inglaterra, inclusive é possível acessar o *site*, chama-se *low pay commission*, que foi instituída junto [soa a campainha] com o restabelecimento do salário mínimo na Inglaterra, e que tem o papel de informar, fazer todos esses estudos, os estudos relevantes para a orientação da política. Então, me parece que um dos papéis relevantes da Comissão tripartite, que inclusive pode não ser do Governo, pode ser da Comissão que informe o Governo e informe também o Congresso, seja elaborar os estudos que possa permitir na medida do possível, nós inclusive, melhorarmos essa política, avançarmos nessa política. Inclusive, podemos até relacionar o aumento adicional, por exemplo, a cesta básica. Que seja. Podemos chegar numa situação em que nós podemos vincular a isso. Não estou defendendo essa solução, mas eu diria que os estudos em torno desse assunto, poderia contribuir bastante para permitir, eu diria, qualificar melhor a política.

Nesse sentido, eu diria só seguinte. Eu estou trabalhando um pouco na seguinte posição. Eu estou ficando... A idade vai avançando e a gente vai ficando um pouco mais conservador. Eu acho, e isso me preocupa bastante. [risos]

Bom, mas eu diria o seguinte, mas é importante, eu acho, nessa discussão do salário mínimo, nós definirmos, matarmos um leão por vez. Com certeza, eu acho que numa primeira regulamentação em torno do tema, nós não resolveremos todas as questões envolvidas na discussão. Eu acho que, por exemplo, nós definirmos uma política que defina parâmetros mínimos e permita no tempo nós irmos qualificando essa política, é um ganho significativo.

O segundo ponto que eu queria levantar, que foi mencionado pela Deputada que não pode se manter no Plenário, diz respeito aos pontos negativos. Eu acho que esse é um outro aspecto relevante, acho, do estágio atual do debate. O reconhecimento que existem restrições. O debate anterior, eu diria, até alguns anos atrás, era de um lado se refutava a existência das restrições e do outro lado, colocava as restrições como um empecilho para a adoção de uma política para o salário mínimo. Eu acho que o debate avançou no sentido de que reconhece que existem restrições, mas ao mesmo tempo, reconhece que é possível que o País possa superá-las. Quer dizer, isso é um ganho, acho, enorme para o debate. Eu acho que, inclusive, permite qualificar melhor as diretrizes ou as estratégias para a política do salário mínimo.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 633
DOC:

Finalmente, eu acho que um último ponto que eu gostaria de tocar, que me parece que é relevante. Pelo menos olhando a experiência internacional. Eu considero que seja muito difícil que nós tenhamos, possamos construir uma política de valorização do salário mínimo eficiente sem crescimento. Infelizmente. Eu acho que a situação de empobrecimento da sociedade brasileira, nesses últimos 25 anos, e a deterioração, não só da distribuição de renda, mas da distribuição dos salários, que o Professor Sabóia apresentou, exige que para que nós possamos ter uma política de recuperação de salário mínimo mais eficiente, de valorização, o restabelecimento de um crescimento que garanta, inclusive, uma trajetória de aumento da produtividade sustentada, e que permita, na verdade, é que o problema da distribuição de renda não se coloque, não esteja focado na distribuição, na verdade, de migalhas, mas de uma riqueza crescente no País.

Eu diria o seguinte, eu vejo, por exemplo, eu tenho dois cachorros em casa [risos], um labrador que é grande e um dálmata que é pequenininho. Se eu pegar e botar pouca comida para eles, o dálmata vai empurrar o pequeno. E dado o grau de desigualdade que nós temos na distribuição de renda, eu diria o seguinte: Nós pensarmos em fazer uma política de salário mínimo, sem crescimento, eu acho muito difícil que os grandes aceitem que os pequenos comam um pouquinho mais. Isso é preciso que haja riqueza para ser distribuída.

Eu gosto de utilizar a comparação da situação nossa, em termos de PIB *per capita*, hoje, contra a nossa situação em 1980. Em 1980 a nossa renda *per capita* era algo como 30, 40% superior a renda *per capita* da Coréia e estávamos ali algo como 30% abaixo da Espanha, 30 ou 40% abaixo de Espanha. Nesse momento, a nossa renda *per capita* é próxima a 60% da renda *per capita* da Coréia, e a nossa renda *per capita* em relação à Espanha é menos da metade. Bem, eu coloco essa questão pelo seguinte: O mundo evoluiu, apesar de toda a dificuldade do capitalismo nesses últimos trinta anos. A renda *per capita* dos Países, de vários Países aumentaram e nós ficamos para trás. Não só a nossa renda ficou para trás como as necessidades sociais mudaram brutalmente nesses últimos 30 anos. Enquanto, por exemplo, eu vou pegar o debate sobre a pobreza, nós ainda continuamos debatendo o problema da pobreza na sua dimensão material, por exemplo, os debates nos Países desenvolvidos sobre a questão da pobreza diz respeito ao acesso ao bens intangíveis, aos bens não materiais. Isso é, o aumento da renda observada nesses últimos 30 anos, transformou o padrão de consumo e criou na verdade novas necessidades sociais. E quando eu olho, na verdade, a renda brasileira, eu falo o seguinte: Nós talvez não tenhamos renda nem para resolver as necessidades materiais, quanto mais para enfrentar o debate da pobreza no século 21. Nesse sentido, eu estou convencido e espero que esteja errado, inclusive. Nós precisamos discutir a política do salário mínimo, inclusive, com uma política de crescimento. Uma política que carregue esse País para uma outra trajetória em termos de evolução da renda distinta daquela que nós observamos nos últimos 20 anos. Se não fizermos isso, eu acredito que independente das dificuldades da política do salário mínimo, [soa a campainha] a política do salário mínimo se torna uma coisa difícil de ser levada à frente, mas também as políticas de transferência de renda, ficarão difíceis de serem mantidas nos próximos anos muito.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 624
DOC:

Portanto, eu realço a questão do crescimento, como uma coisa relevante para pensarmos a distribuição de renda no País hoje. Muito obrigado pela oportunidade de expressarmos a nossa opinião sobre o assunto. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WATER BARELLI (PSDB-SP): Vamos ouvir então agora o Prof. João Sabóia do Instituto de Economia Industrial da UFRJ.

SR. JOÃO SABÓIA: Bem, poucas palavras. Eu queria começar retomando a questão que o Dedecca colocou de crescimento econômico, distribuição de renda e salário mínimo, dizendo o seguinte: Quer dizer, eu não sei, talvez eu não tenha passado clareza, porque eu disse que a distribuição de renda no Brasil tem melhorado, e coisa e tal, mas antes de mais nada eu quero dizer o seguinte: Ela continua muito ruim. Os nossos indicadores de distribuição de renda são dos piores do mundo, embora estejam melhorando eles continuam sendo muito ruins. O Gini de 0,55 é altíssimo, aquelas relações que eu apresentei são todas muito elevadas. Então, primeira coisa. Segunda, dado o reconhecimento de que ela é muito ruim, o que pode ser feito para melhorá-la? Eu acho que tem várias linhas de atuação. Eu acho que renda de cidadania é muito positiva, porque se você der uma renda, o mesmo valor para todas as pessoas, esse pequeno valor para quem ganha pouco pode ter um papel muito importante em termos relativos, enquanto para quem eventualmente ganha muito, isso pode ser uma coisa muito pequena.

Então, mesmo que você consiga dar uma renda de cidadania para todos, você já melhora a distribuição de renda ao fazer isso. As várias políticas na área da Assistência Social eu também considero muito importante, quer dizer, tem muitas pessoas que criticam muito você fazer política focalizada que o negócio é política universal. Eu acho que não. Eu acho que são as duas. Eu acho que a pobreza extrema precisa ser tratada focalizadamente. Você tem que botar dinheiro na mão das pessoas e as pessoas poderem sair da situação dramática. Agora, é claro que as políticas universais são as melhores possíveis, porque é um direito de todo mundo. A pessoa não tem que dizer, "Eu sou miserável, eu ganho tão pouquinho e tenho direito a isso". Não, eu sou cidadão brasileiro e tenho direito. Quer dizer, é muito melhor. E melhor ainda, se você garante que o indivíduo que trabalhe, vai ter uma renda mínima de um salário mínimo que seja decente. Então, quer dizer, a pessoa não tem que provar nada. Eu sou brasileiro, trabalho nesse País, eu tenho direito a um salário mínimo pelo meu trabalho e ele de repente virou um bom salário mínimo.

Então, eu acho que a ordem, na minha opinião, é primeiro um salário mínimo para o mercado de trabalho. Que é onde as pessoas geram sua renda. E obviamente as várias políticas assistencialistas e sociais que você possa complementar para garantir, para proteger as pessoas que não estão no mercado, estão desempregadas, são idosos, o que seja.

Bem, eu acredito, quer dizer, eu gostaria muito de ver, daqui a algum tempo, tão rápido quanto possível, sair um projeto do Congresso definindo regras para o salário mínimo, que eu acho que seria, inclusive, quer dizer, como a gente gostaria que ele aumentasse, é claro que você vai ter que reavaliá-lo depois de algum tempo. Então, seriam regras para determinado período. Durante tanto tempo, 10 anos, vamos ter essa

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 635
DOC:

política para o salário mínimo, vamos reavaliar isso no final, e vamos depois definir novas regras, nova legislação para o salário mínimo.

Bem, se é duas vezes o PIB, ou um percentual, eu prefiro um percentual. Imagina o seguinte, o PIB tem crescido pouquinho, 2, 2,5%. Será duas vezes isso é suficiente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WATER BARELLI (PSDB-SP): Como é que você vai querer aumentar 10% se o PIB cresceu dois?

SR. JOÃO SABÓIA: Eu acho que você definir uma meta, eu quero melhorar a distribuição de renda no futuro, de preferência, claro, estou de acordo com bastante crescimento econômico, mas você tem que ter alguma salvaguarda para isso. Quer dizer, se não tiver crescimento, pelo menos você garante alguma coisa. E se o PIB for negativo? O salário mínimo vai cair? Claro que não. É óbvio que não. Eu gosto de você garantir um percentual.

Outra coisa que é importante, como a Senadora colocou, quer dizer, em vez de olhar o salário mínimo só como custo, vamos olhar o salário mínimo como um ganho. Não só para pessoa, para o País. Aumentar salário mínimo significa aumentar a arrecadação da Previdência, significa ter crescimento econômico, isso tem que olhar também para esse lado. A gente só olha para o lado do custo. Não é possível. Isso para não dizer o que já foi dito aqui, quer dizer, essa questão do *déficit* da Previdência é altamente questionável se olhar os impostos e taxas que foram criados para Seguridade que não são usados.

A outra coisa que eu ia falar é o seguinte, Dedecca, é que o crescimento do PIB é fundamental, mas olha só, nós conseguimos nos últimos 10 anos. Alguma coisa não chegou a isso, mas pouquinho menos do que 45% em 10 anos. Isso aí dá quase 4% ao ano, num período que o PIB cresceu muito pouco. Quer dizer, então mesmo no período de baixo crescimento do PIB a gente conseguiu ter crescimento de salário mínimo. Quer dizer, é claro que se o PIB crescesse mais, estamos todos de acordo, tem mais renda e é mais fácil de conseguir. Mas mesmo que você tenha dificuldade, isso não impede que o salário mínimo cresça.

E a última coisa... Eu acho que a gente deveria pensar um pouco mais... Eu vejo o salário mínimo como sendo salário. A palavra salário. É salário mínimo. Isso significa mercado de trabalho. Eu acho que quem contribui e, portanto, se aposenta, tem o direito de receber o salário mínimo. Tem que ter esse direito. Porque é um contribuinte. Agora, eu acho que a questão de usar o salário mínimo na Assistência Social, eu acho que tem que enfrentar isso. Como é que a gente pode enfrentar? "Pô, mas aí vai fazer isso e você está criando dificuldades, porque vai gastar muito, etc'". Eu acho que a gente tem que enfrentar essa questão de peito aberto, com coragem. Entendeu? Quer dizer, o salário mínimo é salário. Se a gente quer que o salário cresça, o que podemos fazer? Agora, se de repente, falando claramente, a gente tem que incentivar a formalização do mercado de trabalho, a gente tem que incentivar a contribuição, e eu acho que se você garante um salário mínimo para o BPC, eu [soa a campainha] queria discutir essa questão. Tem que ser o salário mínimo para o BPC ou tem que ser o rendimento que tenha, como disse, salvaguarda e mecanismos de proteção? Não sei, eu coloco para ser discutido. Eu gostaria que isso fosse discutido. Como falou o Dedecca, as pessoas se abrissem para olhar o lado de custo, o lado de ganho, e falasse claramente isso, a visão

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 636
DOC:

do salário mínimo enquanto um elemento de mercado de trabalho e, portanto, de aposentadoria. Seguridade é dividido de Previdência e assistência. São duas coisas separadas. E isso tem que ser enfrentado, tem que ser encarado dessa maneira. São diferentes. Mas gosto muito da renda de cidadania, porque o indivíduo tem o direito sem ter que dizer que é pobre. E ter que dizer que é pobre é se colocar numa posição difícil para você. "Não, eu tenho que mostrar, eu sou pobre, e agora tenho direito porque sou pobre". Não, eu sou... [corte na gravação – 2:45:57] [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WATER BARELLI (PSDB-SP): Bem, nós estamos encerrando um período de trabalho dessa Comissão Mista. Nós vamos agora para os Estados. Nós, nesse período, ouvimos o Movimento Sindical, ouvimos as Entidades Patronais, ouvimos os Institutos Técnicos do Governo, ouvimos os Institutos Técnicos do Movimento Sindical, ouvimos as Prefeituras e os Sindicatos dos Servidores Públicos, ouvimos o CONSEA que pensa numa política de segurança alimentar para o Brasil, e ouvimos hoje as universidades. Fazendo um resumo rápido, praticamente não tivemos aqui posições contrárias a uma política de valorização do salário mínimo. Todas as posições foram bem fundamentadas, e nós como Congresso Nacional estamos recebendo como resultado que cada uma dessas Mesas nos deu, estamos recebendo elementos muito preciosos, para que o nosso Relator e a Comissão façam um grande Relatório e proponha efetivamente essa política de valorização do salário mínimo. Vamos agora ver o outro lado. Ou o Brasil regional. Vamos, a partir da próxima Sessão, que vai ser no Paraná, vamos começar ouvir a sociedade local, logicamente, através dos seus representantes, tanto da universidade como dos empresários, como dos trabalhadores e dos aposentados, e vamos verificar a partir dos Estados, como que tudo isso que nós recolhemos pode ser enriquecido, pode ter outros pormenores, que fugiram quando se vê do ponto de vista nacional, mas verificar a partir do que é a experiência de cada Estado, o que deve ser uma política de salário mínimo para o Brasil.

Os resultados até agora são muito bons, nós todos estamos muito contentes com o que recebemos de todos os nossos convidados, e hoje nós queremos agradecer aqueles que representaram a academia, a universidade brasileira. A Rosa Maria Marques, da PUC de São Paulo, o Milko Matijascic, do Centro Salesiano de São Paulo, o João Sabóia do IEI, da UFRJ, e o Cláudio Salvadori Dedecca do Instituto de Economia da UNICAMP de São Paulo. Agradecendo a todos, declaro encerrada essa 13ª Reunião da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, convocando os Senhores membros para a próxima reunião, dia 10 de abril, segunda-feira, em Curitiba. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h59.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 637
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

"SALÁRIO MÍNIMO"

Ato Conjunto nº 3 de 2005.

Atas das Reuniões (14ª à 18ª)
e das
Audiências Externas (1ª à 5ª)

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 638
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

14ª REUNIÃO

18/04/2006

Reunião Administrativa

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 639
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 14ª Reunião

Realizada em 18/04/2006

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, às quinze horas e trinta minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência inicial do Deputado Walter Barelli, substituído, em seguida, pelo Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças do Senador Paulo Paim, da Deputada Vanessa Grazziotin e do Deputado Tarcísio Zimermann; e, ainda, do parlamentar não-membro Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 14ª reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a presente reunião tem como pauta a discussão de assuntos administrativos. O Presidente apresenta a proposta de trabalho da Audiência que será feita em São Paulo. Apos a apresentaçao o Deputado Walter Barelli passa a presidência ao Deputado Jackson Barreto, que ressalta a importância da audiência realizada em Curitiba, e projeta o mesmo êxito para audiência que se realizará em São Paulo. Em seguida fizeram o uso da palavra o Relator Senador Paulo Paim, a Deputada Vanessa Grazziotin e o Deputado Tarcísio Zimermann. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e treze minutos. E, para constar, eu, Verônica de Carvalho Maia Baraviera, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRAFICAS

REUNIÃO ADMINISTRATIVA DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA ESPECIAL DO SALÁRIO MÍNIMO. REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2006, ÀS 15 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Declaro aberta esta Reunião Administrativa da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. O objetivo especial desta Reunião é verificar a agenda da próxima visita da Comissão, que vai ser ao Estado de São Paulo. As Atas das Reuniões passadas encontram-se sobre a Mesa, coloco-as em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 640
DOC:

Sr. Relator, acho que como se trata do Estado de onde eu provenho, a idéia é eu apresentar aqui a programação que nós estamos fazendo. Com a experiência obtida no Paraná, na Reunião de Curitiba, nós estamos usando um esquema muito próximo e já testado, como esse da Reunião de Curitiba. Então, nós começaremos a nossa visita no dia 24 de abril de 2006, a próxima segunda-feira, às 11h30. A idéia é uma visita da Comissão ao Presidente da Assembléia Legislativa, porque o ato vai ser feito na Assembléia Legislativa. Às 12h00 está previsto um almoço na Assembléia para os membros da Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vosso Presidente está discorrendo sobre São Paulo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sim, como que vai ser a Reunião. Contamos com sua visita.

Como aconteceu em Curitiba, a imprensa vem logo no início, então eu estou prevendo uma coletiva à imprensa às 13h30, para a gente não avançar muito no horário da tarde quando vão começar os depoimentos. Às 14h00 nós teremos a abertura, convidado o Presidente da Assembléia para estar presente, o Presidente da Comissão, o Vice, e o nosso Relator, com a abertura. E a idéia é que - nós tivemos um bom desempenho do nosso coral de jograis, lá em Curitiba - a idéia é fazer, para que os presentes tenham idéia de como os trabalhos estão decorrendo, então é fazer a projeção das Sessões anteriores, aqui de Brasília. A lição já está tomada e aprovada, então nós apresentaríamos também aquela apresentação. Às 14h30, isso é para saber mais ou menos o tempo que a gente tem, nós temos uma Mesa que seria de Governo. Estaria presente a Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho Estadual, a Secretaria Municipal do Trabalho, a Associação Paulista dos Municípios, a Federação dos Servidores Públicos Municipais, para fazer o contraponto com a Associação Paulista dos Municípios, e um representante da Assembléia Legislativa, Parlamentar, que está sendo escolhido ainda, por isso que não tem o nome. Estou prevendo uma hora, mais ou menos. Cada um vai falar 10 minutos, mas sempre passa um pouquinho. Prevendo para às 15h30 a segunda Mesa, que seria das Entidades Patronais: a Federação da Indústria do Estado de São Paulo, a FIESP; a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, a FECOMÉRCIO; a Federação dos Transportes do Estado de São Paulo e a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. Após a apresentação da bancada patronal vem a bancada sindical.

Eu não estou repetindo as Centrais, embora existam as Centrais Estaduais, porque as Centrais já apresentaram aqui. Então, eu estou forçando que as Federações de Trabalhadores, elas apresentem. Então, como são muitas, a idéia é aquelas que têm mais gente na categoria com baixos salários.

A primeira seria a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, depois a Federação dos Trabalhadores no Comércio, também tem salários baixos, ou uma faixa grande de salários menores, a Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Imobiliário e a Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação. Então nós passamos por indústria, agricultura, comércio e serviços. Seriam os quatro setores que teriam uma representação, mas, ao mesmo tempo, eu estou convidando as outras federações; por exemplo: Federação da Indústria, dos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 041
DOC:

Metalúrgicos, da Alimentação, do Vestuário, dos Têxteis. Então, é um número muito grande. A escolha para poder falar é o que tem pelas estatísticas, uma abrangência maior de trabalhadores de salários menores. Como tem o piso, não estão no salário mínimo, mas são as que estão mais próximas do piso.

Bem, em seguida, nós teremos uma quarta Mesa com representantes de Associações de Aposentados. As duas grandes Centrais têm Sindicatos de Aposentados. Aqui nós já ouvimos as Confederações de Aposentados, lá nós vamos ouvir os Sindicatos de Aposentados. Muitas vezes eles também participaram na platéia aqui, quando a audiência foi em Brasília, mas aí é uma oportunidade dos Sindicatos dos Aposentados falar. Aí, um encerramento previsto, se tudo der certo, para 18h00, 18h30, fala o Relator, o Vice, o Presidente da Comissão e o Presidente da Assembléia, se presente, encerra oficialmente a nossa Audiência Pública.

Ela vai ser feita sugestivamente no Auditório Franco Montoro, da Assembléia Legislativa, que é o maior auditório depois do Plenário. É sugestivo, porque o Montoro sempre esteve muito ligado às questões de trabalho. Tinha o outro que é o Teotônio Vilela, que é menor, então a escolha foi pelo Plenário Franco Montoro.

Então, é o que nós estamos pensando em fazer. Já a Assembléia colocou à disposição todas as suas instalações, todos os serviços necessários, gravação, etc. E tem uma questão que é também de cunho administrativo: a TV Senado tem transmitido, ou ao vivo ou posteriormente no fim de semana, os trabalhos. A idéia é convidar a TV Senado, embora lá tenha também a TV Assembléia. Então, o nosso Presidente...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continue o relato e o novo Presidente assume.

[troca de presidência]

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, então bem-vindo à nossa Reunião. Estamos seguindo o esquema que deu certo em Curitiba. Serão quatro meses, já convidamos a maioria das entidades que vão ser expositoras e, nós estávamos verificando, é importante a TV Senado continuar conosco nesse trabalho, como teve lá em Curitiba. Lá também tem a TV Assembléia que eu pedi para que ela também transmitisse. Tecnicamente eu sei que tem convênio entre Senado e Assembléia Legislativa, para verificar como o que as coisas são feitas. Essa é uma parte que foge ao que eu estou acostumado a fazer. A idéia é quanto mais divulgação tivermos desse fato, nós gostaríamos muito. Também espero que a imprensa dê uma boa cobertura, chamando os Deputados presentes para os vários programas noturnos e matutinos das TVs lá de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu acho que com as informações do Deputado Walter Barelli, nosso Vice-Presidente da Comissão, eu acho que nós temos um roteiro de muito trabalho em São Paulo, na próxima semana. E é bom a gente lembrar aqui do sucesso que foi a Audiência Pública realizada em Curitiba, no Estado do Paraná, a primeira Reunião. É necessário que a gente reconheça não apenas o trabalho da Assessoria da Comissão, mas o trabalho da Drª. Clair, que foi fundamental na mobilização dos setores da sociedade, do setor empresarial, do setor dos trabalhadores e também a área pública que foi representada e que participou desses debates. A cobertura ampla que a imprensa dedicou ao trabalho da Comissão

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 649
DOC:

Mista foi fundamental também para o êxito da Comissão. Evidente que nós destacamos naquele encontro, também, o levantamento que foi feito pela nossa Comissão mostrando o breve relato das diversas audiências aqui realizadas e dos objetivos de forma muito clara difundidos, dos nossos trabalhos.

O que nós estamos querendo, na verdade, é que esse encontro em São Paulo seja de tanto sucesso quanto o de Curitiba, não é, Deputado Barelli? Porque, afinal de contas, se você discute setor empresarial em São Paulo, estamos aí com os representantes do setor empresarial que realmente tem a característica maior e mais forte no País. Do ponto de vista do movimento sindical, é o movimento mais amplo, mais forte, mais organizado. Eu acredito que aí também nós vamos ter uma discussão muito interessante; e também do ponto de vista da área pública.

No mais, é a gente aguardar, Deputado, Relator, Senador... Aliás, Senador Paulo Paim, o encontro da Audiência Pública da próxima semana, lá em São Paulo, o nosso Barelli já dividiu o encontro em quatro meses: muito importante, porque no encontro de Curitiba faltou a Associação dos Aposentados. Em São Paulo, nós temos aí as diversas entidades, não somente da CUT, mas da Força Sindical e de outras entidades ligadas ao movimento dos aposentados.

Então, vamos agora aguardar o desenrolar dos fatos e eu passo a palavra ao Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, de forma muito rápida, só para concluir o relato, mais da audiência de Curitiba. Eu também quero me congratular com a Deputada Clair, pela forma que organizou o evento. Nós fomos recebidos pelo Governador do Estado, onde fizemos um belo debate com o próprio Governador sobre a questão do piso salarial no Estado do Paraná. Que o piso regional existe só em dois Estados, hoje: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. E o Governador Requião está com um movimento muito forte e positivo, para que agora no mês de maio - e a Comissão reforçou essa tese - seja aprovado o piso que deve ficar, segundo a proposta lá apresentada, em quatrocentos e trinta e sete reais. Ou seja, um piso que fica entre o que será pago a partir de maio no Rio Grande do Sul - que deve ficar em torno de quatrocentos e oitenta, quatrocentos e oitenta e seis, por aí - e o Rio de Janeiro que deve ficar ali em torno de quatrocentos e cinqüenta.

Quero também destacar a participação de todos os setores da economia do Paraná. Em todas as Mesas, com muita precisão, com muita competência, fizeram a sua exposição demonstrando preocupações e ao mesmo tempo fortalecendo essa caminhada da Comissão Mista que visa estabelecer uma política permanente de recuperação do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Quero também cumprimentar toda a equipe da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado. Cumprimentar na figura aqui da Comissão, que cuida dos trabalhos, a Verônica Maia e toda a equipe, pela forma muito competente, qualificada, como prepararam todo o palco para o grande debate que lá realizamos.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu ainda comentava no início, antes de iniciarmos oficialmente a Comissão, que o papel dessa Comissão é suscitar o debate. Além das contribuições da sociedade, é buscar o apoio da sociedade organizada para a proposta, que a Comissão haverá de apresentar, espero eu, nesse segundo semestre, sobre a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 643
DOC:

política permanente de salário mínimo e também dos aposentados pensionistas, para evitarmos o episódio constrangedor desse ano, onde nós pedimos que o Governo encaminhasse um Projeto de Lei, e o Governo assim o fez, e nós tivemos que na última hora pedir que fosse uma Medida Provisória porque o Congresso não teria votado. Se tivermos uma política permanente nao teremos mais esse impasse, eu diria até, entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade. Porque todos os anos os salários seriam reajustados de forma automática até atender aquilo que manda a Constituição.

E dizer também, Presidente, que nós fizemos aqui uma adaptação no calendário e ficou, então, da seguinte forma: depois de São Paulo, nós iríamos no dia 8 de maio a Salvador; no dia 22, por solicitação do Movimento Sindical Empresarial e Aposentados e do próprio Poder Legislativo e Executivo daquele Estado, dia 22 a Audiência em Porto Alegre; sem prejuízo do dia 05/06 em Manaus, Deputada Vanessa Grazziotin; e dia 19 em Campo Grande. Eu acho que seria importante se a gente pudesse já sinalizar as outras datas que teríamos: Rio de Janeiro, Cuiabá, Aracaju e Belém.

Acho que como indicativo, aqui vou concluir minha fala, nós poderíamos, respeitando essa seqüência, que para mim está sendo muito bem colocada, de numa terça-feira uma Reunião Administrativa, a gente faz um balanço dos trabalhos, como está sendo hoje, e já projeta para a próxima terça, ou para a próxima segunda mais precisamente, a Reunião nas regiões. Se temos no dia 19/06 a audiência em Campo Grande, na outra semana seria a Reunião Administrativa. Aí nós vamos na seqüência: tendo uma no Rio de Janeiro, uma em Brasília, uma Cuiabá, Brasília, Aracaju, Brasília, Belém e Brasília, na última. Agora, também, Senadora Vanessa Grazziotin, você que está aqui como sempre presente, muito atuante, se entender aqui - e assim eu dizia na abertura - que podemos fazer algumas adaptações na agenda, devido à realidade principalmente dos Parlamentares do Estado, a gente pode fazer. Então esse é o debate que eu acho que a gente deveria encaminhar agora de como é que a gente fecha essa agenda para apontarmos, quem sabe setembro, outubro, apresentarmos um Relatório com um projeto, pelo menos indicativo, para a primeira conversa entre os partidos e suas lideranças e, conseqüentemente, apontar para a conclusão dos trabalhos. Quem sabe até a votação final depois das eleições, para que ninguém diga que esse projeto está sendo votado na véspera do processo eleitoral; quem sabe possamos votá-lo no mês de novembro. Deputada Vanessa Grazziotin pediu a palavra e eu estou passando para o Presidente.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu gostaria de, primeiro cumprimentar os coordenadores dessa Comissão, Deputado Jackson Barreto, Deputado Barelli, e não somente pela realização dessa audiência em Curitiba, que pelo que eu já ouvi, foi um sucesso, mas por toda todas as etapas do trabalho dessa Comissão que a gente vêm desenvolvendo.

Eu só gostaria, Deputado Paim, de concordar com V.Exª. em relação à programação de São Paulo. Eu não tenho nenhum comentário a fazer. Acho que o Deputado Barelli tem toda a autoridade, a competência para organizar, não tenho dúvida, uma audiência que será maior ainda do que a do Paraná; porque o Deputado é um militante da área e tem vínculos fortes, não só com os trabalhadores, mas com os segmentos empresariais. Então, não tenho dúvida nenhuma de que a audiência em São Paulo vai ser um sucesso. E o importante é isso, é levar os debates aos Estados. Nós

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 649
DOC:

temos que mostrar o quê que nós estamos fazendo aqui. E pedir, por mais que as contribuições não venham, nós temos que ir atrás das contribuições. Esse caráter democrático, participativo, que a Comissão vem dando, eu considero fundamental.

E entendo, Deputado Paim, que seria importante que nós acertássemos, já hoje, essas audiências; de tal forma que a gente chegue até o mês de... Porque o dia 19... Eu não sei se há .. Acho que entre o dia 05 e 19 há uma segunda-feira. Nós poderíamos realizar, porque senão nós não vamos conseguir fechar todas até junho. Eu acho que a gente poderia, a partir de junho, ocupar - não sei se o Presidente concorda – mas, ocupar do final de maio até junho, ocupar mais a agenda, porque é uma segunda-feira. Eu acho que segunda-feira não prejudica tanto e a gente poderia fazer um rodízio entre os Deputados e Senadores para também levar uma participação grande em cada Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de esclarecer à Deputada Vanessa Grazziotin, que é uma atuante, membro desta Comissão, que as Audiências Públicas, se realizadas semanalmente, não nos dá condições de organizar essas audiências fora de Brasília. Nós precisamos pelo menos de tempo, não somente nós, mas também a própria Assessoria da Comissão, os contatos, o local, os convites, a mobilização. Então, fica difícil semanalmente realizarmos Audiência Pública, em função do trabalho que demanda a organização de um encontro dessa natureza.

Então, eu acho que a preocupação da Deputada é válida, mas nós não temos tempo suficiente de fazer a mobilização no Estado, o trabalho dos convites. Enfim, isso demanda tempo, trabalho, e é preciso que as Audiências Públicas sejam realizadas pelo menos assim, em semanas alternadas, em função do trabalho que enseja a realização de cada audiência da nossa Comissão fora de Brasília. Essa é a questão maior.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E qual seria a proposta? Nós pararíamos em junho com a audiência de Centro-Oeste e voltaríamos em agosto? Seria isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): É complicado, mas acho que vamos ter que sentar para ver como vamos definir essas--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para colaborar com o debate, como faltariam só mais quatro regiões, em agosto e setembro a gente elimina, porque estamos fazendo duas por mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senador Paulo Paim, nós vamos ser bastante claros aqui. Este é um ano de eleições, no mês de agosto e setembro acho muito complicado. O Senhor não tem campanha este ano; eu tenho, a Deputada Vanessa tem, o Vice-Presidente tem. Primeiro, a nossa responsabilidade no Congresso Nacional e frente à Comissão; mas é preciso que a gente tenha bastante claro, que por ser um ano eleitoral, mês de agosto e setembro é praticamente mês de campanha eleitoral e vai haver sacrifício no funcionamento dessas Audiências Públicas, com a presença de todos nós.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 645
DOC:

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pegando a sua expressão, então fica a proposta da Vanessa Grazziotin. Sendo muito claro, nós não podemos jogar isso aqui para o ano que vem. Daí fica ruim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Para o ano que vem é impossível.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem segundo turno nos Estados nós vamos a novembro. Vamos fazer toda segunda-feira, não há problema nenhum; vamos fazer toda segunda-feira. Agora, se não usarmos agosto... Julho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Poderemos também sacrificar algumas dessas capitais. Poderemos também fazer uma avaliação e concluir. Se nós atingirmos o objetivo, os objetivos da Comissão por região, podemos até sacrificar duas capitais dessas aí e não vai ter dificuldades maiores. Porque o objetivo a gente vai atingir na medida que se faça as audiências nas regiões anteriormente definidas e, como complemento, mais duas capitais do País. Porque o objetivo de ouvir as regiões nós vamos atingir. Nós acrescentamos mais em decorrência da sugestão de alguns companheiros; e essa sugestão poderá ser alterada. Contando que esse trabalho de Audiências Públicas nos Estados, no primeiro semestre, esteja encerrado.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu gostaria de encaminhar favoravelmente à proposta do nosso Presidente. Eu acho o seguinte: nós já temos esse calendário até junho, se alguma outra região se considerar preparada para fazer a Audiência Pública, os Deputados da região que pertencem à Comissão podem solicitar e nós, nessas--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vanessa Grazziotin, você tem interesse ou não que vamos na sua região? Só para ajudar o debate.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Manaus já está marcado para o dia 5, não é o problema.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Porque nós não vamos nos vinte e sete Estados. Quando foi planejado, era uma capital de cada região. Da maneira como está, nós iremos duas vezes à região sul e uma vez a cada uma das outras regiões. Agora, não vamos sacrificar nenhum Estado, desde que ele manifeste interesse através dos membros da Comissão. Os Deputados que forem dessas regiões que manifestarem interesse, nas nossas regiões administrativas, a gente veria essa possibilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputado Walter Barelli, por exemplo, Manaus já está definido, porque é sede de uma região, e a Deputada Vanessa Grazziotin sugeriu Belém pela diferenciação que existe na chamada Amazônia. O que significa o Estado Amazonas em si, aquela região, e o que significa Belém, do ponto de vista da geografia da área.

Então, eu acho que aí precisamos fazer isso. Agora, não há necessidade de fazermos um debate em Cuiabá, Deputada Vanessa, e outro debate em Campo Grande. Não há necessidade.

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 646
DOC:

Então, se nós vamos optar por Cuiabá, não há necessidade de Campo Grande. Estão muito próximas e representam um pensamento só.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu sou favorável ao seu entendimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): E aí nós vamos ver isso também com outras audiências que estão aqui previamente definidas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos, mas vamos tentar fechar aqui um procedimento para finalizar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A de Salvador... Quer dizer, do ponto de vista político, é importante para mim uma audiência em Aracajú? É, mas isso é sacrifício para a Comissão. O que significa audiência em Salvador? Salvador é a sede de uma região. Então, faz a de Salvador e não se faz a de Aracajú. Eu acho que dessa forma a gente pode adequar os trabalhos da Comissão e a partir daí, então, a gente ter uma geografia bem definida e clara dos problemas do País.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A pergunta que eu faço mais uma vez, se me permitir. Eu quero só encaminhar. Eu, como não sou candidato, para mim eu iria a todos os Estados.

Então, não é a minha opinião –

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Claro, a Comissão não é de candidatos, não é de candidatura.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu só disse que não sou candidato. É legítimo que todos sejam candidatos. Eu, quem sabe daqui quatro anos, seja candidato outra vez, mas eu não sou. Eu não posso dizer que sou, se não sou. Daqui a pouco vão dizer: "Sou candidato para ajudar no debate". Não sou candidato. Por mim, eu iria a todos os Estados, até porque não sou candidato. Mas, com essa preocupação da campanha, que foi explicitada aqui por todos que falaram até o momento, que o ano eleitoral prejudica, eu entendo e concordo.

Então, vamos ver aqui. Está previsto aqui, até para que a gente posso organizar, Rio de Janeiro, Cuiabá, Aracaju e Belém. Pela proposta do Presidente, nós iríamos somente a Belém, é isso? Daí poderiam inclusive indicar a data já.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Não, ele falou que iríamos só a Cuiabá, como ele falou.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele falou que já Campo Bom... Campo Bom... Campo Grande está contemplado nós não iríamos.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu acho que podemos ir a Campo Bom, porque aí a região sul são três vezes. [risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se o Barelli quiser, eu tiro Porto Alegre. Tanto que eu fiz questão que a gente fosse a São Paulo, por ser a sua cidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusive, Senador Paulo Paim, porque lá no Rio Grande do Sul nós temos o maior salário mínimo do País.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 647
DOC:

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Graças a Deus. Eu gostaria que São Paulo também tivesse, um piso regional principalmente. Eu queria só perguntar, Presidente, se nesses quatro Estados aqui, só estou perguntando, há interesse de ir a um desses Estados ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senador Paulo Paim, há interesse de ir a todos, não há condições de ir a todos.

Então, se temos uma audiência em Cuiabá... Afinal de contas, qual é a sede da região: é Campo Grande ou Cuiabá? Se fizermos em uma não faremos na outra. Entre Cuiabá e Campo Grande tem que definir. Campo Grande então, não precisa fazer em Cuiabá. Está muito próximo. Até porque Cuiabá já foi capital das duas, dos dois Estados. Se vai ter audiência em Salvador, não precisa fazer a de Aracaju. Politicamente a mim interessava, mas essa não é a questão nem a discussão. E eu sei que a Comissão teria o maior interesse de nos prestigiar e eu agradeço. Mas a questão é a exiguidade do tempo e adequar ao ano eleitoral que nós estamos vivendo. Então eu acho que esses dois aí já ficam definidos. É só a nossa Assessoria adequar as datas. A princípio esses dois já estão fora. Eu insisto que Belém deve continuar. Por quê? Porque do ponto de vista da geografia a Deputada Vanessa Grazziotin tem toda razão de fazer a diferença entre Manaus e Belém.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu quero fazer uma alternativa. Ousar, pensar em termos do que está colocado. Eu acho que nós devemos dar uma expressão nacional ao trabalho da Comissão, porque nós temos: metade da Comissão são Senadores e metade da Comissão são Deputados. Por que no período específico, esse que eu nunca antes tinha sido Parlamentar, esse referente a agosto e setembro, por que nós não faríamos uma bancada de Senadores percorrendo os Estados? É uma sugestão. Porque a idéia... E os Deputados que quisessem se incorporar, estariam livres disso, mas desde que haja possibilidade de organizar, os Senadores fazem. Porque para nós todos, é importante que a Comissão tenha esse aspecto nacional. Não é verdade, Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza absoluta. Eu quero endossar a proposta do Barelli e já me disponho a ir a todos os Estados. É só ver a estrutura do Senado e eu me disponho a viajar todo o País, porque é um tema que me agrada. Pode ser que eu tenha dificuldades com outros Senadores pelo envolvimento nas campanhas, que é natural. Eu, como sou muito ligado aos movimentos sociais, eu endosso a posição do Barelli. Essas quatro regiões que estão aqui, eu me disponho a ir. Se assim for a decisão da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero deixar aqui bem claro que fazer uma Audiência Pública da Comissão em Aracaju no mês de agosto e setembro, para mim não é problema. Não altera em nada a campanha eleitoral do nosso Estado. Eu não quero é privilégio para mim, porque sou de Aracaju e de Sergipe, e depois não poder realizar as audiências nas outras capitais. Então eu vou definir Aracajú porque politicamente me interessa e não vou às outras porque encontro dificuldades. Então eu quero ser correto do ponto de vista de quê? Se não pode para minha cidade, não poderá também as demais.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 648
DOC:

Agora, pessoalmente, não acredito que o mês de agosto e setembro, com raríssimas exceções dos Senadores que se coloquem a disposição para viajar para realização de Audiências Públicas com campanhas eleitorais em seus Estados. Porque aquele que não for candidato, tem compromisso com o projeto político que está em tramitação no Estado da sua corrente, do seu partido, do seu bloco, enfim. Eu acredito que agosto e setembro não são meses adequados, por se tratar de um ano eleitoral, essas audiências. Mas eu fico aqui à disposição e se eu não tenho condições, eu passo o comando para os companheiros que quiserem levar a bom termo o seu trabalho da Comissão, no sentido de realizar as audiências. Eu pessoalmente acho difícil, porque eu sei que a mobilização nesse período vai ser extremamente difícil. A gente conhece esta Casa, conhece os Srs. Deputados, conhece muito bem os Srs. Senadores e sabe o que significa um trabalho desse na fase mais aguda do processo eleitoral, que é justamente os meses de agosto e de setembro.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMAN (PT-RS): Presidente, eu queria cumprimentá-lo, pedir desculpas por uma ou duas ausências nas últimas reuniões, mas efetivamente –

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O Senhor não tem porque pedir desculpas, porque V.Exª. é um Parlamentar atuante nessa Comissão.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMAN (PT-RS): Eu queria na verdade me somar às palavras de V.Exª., porque eu julgo que é extremamente importante o esforço de regionalizar e nacionalizar esse debate. Agora, é verdade isto; quer dizer, 2006 é um ano marcado por uma agenda que envolve eleições. E quem não é candidato, provavelmente estará até mais constrangido a cumprir roteiros de outras... Enfim de apoio, do que aqueles que são candidatos.

Então, eu acho se pudermos manter essas audiências programadas aqui e tentar ter uma solidariedade dentro da possibilidade de presença de Parlamentares nessas audiências, eu acho que se cumpriu bem a agenda. Se for muito necessário, eventualmente, porque os trabalhos não se encerram até as eleições, se poderá aproveitar, então, dependendo das circunstâncias, algumas semanas que ainda restarão antes do final de 2006 para realizar mais... Talvez até então já tendo um anteprojeto em mãos. Um projeto, enfim, uma proposta que eventualmente possa inclusive ser submetida a um debate já concreto, quer dizer, um Projeto de Lei, ou uma Emenda Constitucional, ou o que for resultado dessas discussões. Então, talvez se poderia, nestas cidades e capitais que não se pudesse chegar, inclusive pensar em fazer isso posteriormente às eleições, já debatendo uma proposta concreta, talvez um Projeto de Lei, alguma coisa que viesse, então, propor a institucionalização de uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também da questão dos aposentados.

Então, eu queria propor que a gente não... Vamos dizer assim, não ficasse até junho com as agendas que tem e, eventualmente, preservar para estas outras cidades um debate, inclusive, posteriormente às eleições já com uma proposta concreta, já com um projeto, quem sabe, que pudesse simbolizar os acúmulos desta Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu estou apenas propondo que o Presidente bata o martelo. Pelo que eu percebo é claro que eu sou daqueles que

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 649
DOC:

entende quando a minha posição é minoritária. Eu quis forçar um pouco a barra, mas os argumentos para mim são muito sólidos; principalmente aqui do Presidente e de todos que me antecederam, que de fato é um ano eleitoral e da dificuldade que teremos. Então eu peço a V.Exª. que bata o martelo, cumprimos a agenda até junho, sem prejuízo dessas outras quatro regiões (Rio de Janeiro, Cuiabá, Aracaju e Belém), possam vir a estar com a Comissão, mesmo depois de outubro. Foi isso que eu entendi que foi a última fala.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Perfeito. Então nós vamos encerrar os nossos trabalhos, a nossa Assessoria agora prepararia essas datas com essa discussão. E eu queria aqui fazer um registro, considero muito importante, de um Encontro, um Congresso que está sendo realizado agora neste exato momento em Aracaju, capital do nosso Estado, da Corrente Classista, com delegações de diversos países da América. A Corrente Classista é vinculada ao PCdoB, que está nesse momento realizando um congresso no Estado de Sergipe, em Aracajú, com representantes de diversos países da América Latina. Esse encontro foi aberto na noite de hoje ontem e vai acontecer até a próxima quinta-feira. Diversos trabalhadores do nosso País, uma representação de mais de quinhentas lideranças sindicais do Brasil e da America Latina reunidos em Aracaju, no Congresso da Corrente Classista. Quero nesse momento encerrar a Reunião e convocar os companheiros para a Audiência Pública do dia 24 de abril, próxima segunda-feira--

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sr. Presidente, se V.Exª. me permite, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer um convite especial aos Senhores. É que nós teremos amanhã, na Câmara dos Deputados, uma homenagem ao poeta Tiago de Mello, amazonense, Estatuto do Homem, enfim. Então, essa homenagem ela vai acontecer às 18h00, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Ele acabou de completar 80 anos e é um poeta que não apenas contribuiu para as pessoas com a sua bela poesia, mas com a sua poesia engajada, com o seu engajamento. Foi exilado durante a ditadura militar, voltou ao brasil mesmo antes da Lei da Anistia, foi preso assim que desembarcou no País. Enfim, é uma homenagem, eu convido os Senhores e faço um convite especial ao Senador Paulo Paim, que para a gente fica mais fácil sair do Plenário e ir até o Salão Nobre. Senador Paim, se puder participar, às 18h00, amanhã, no Salão Nobre da Câmara.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Amanhã? Estarei lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Estaremos lá, Deputada Vanessa. Convocando a todos para a audiência, na próxima segunda-feira, em São Paulo, encerramos os trabalhos da nossa Comissão Mista. Muito obrigado a todos e a todas.

Sessão encerrada às 16h13

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 650
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

15ª REUNIÃO

30/05/2006

Reunião Administrativa

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 651
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 15ª Reunião

Realizada em 31/05/2006

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às catorze horas e cinqüenta e nove minutos, na sala 07 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com a presença do Senador Paulo Paim, e dos Deputados Tarcísio Zimmermann, Walter Barelli, Leodegar Tiscoski, Jackson Barreto, Medeiros, Cláudio Magrão, Drª Clair, Marco Maia, Benjamin Maranhão, Marcelo Barbieri, Gervásio Silva, Carlos Alberto Leréia, João Leão, Vanessa Grazziotin e Arnaldo Faria de Sá, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 15ª reunião, propondo a dispensa da leitura ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a avaliação das viagens feitas por esta Comissão, em especial às cidades de Salvador e Porto Alegre. O Presidente concede a palavra aos seguintes parlamentares: Deputado Walter Barelli, vice-presidente da Comissão, Tarcísio Zimmermann, Vanessa Grazziotin. Após as explanações desses parlamentares, e por não haver mais nada a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e sete minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia 05 de junho deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 03, DE 2005, "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2006, ÀS 14 HORAS E 59 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Mista do Salário Mínimo, aqui, hoje com as presenças do Senador Paulo Paim, nosso Relator, do Deputado Walter Barelli.

Havendo número legal declaro aberta a Sessão.

Esclareço que esta Reunião destina-se a apreciar assuntos administrativos, levando-se em conta as Audiências Públicas que teremos que realizar, ainda, na cidade

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 652
DOC:

de Manaus e também na região Centro-Oeste, possivelmente na cidade de Cuiabá no Estado do Mato Grosso.

Eu quero, antes de passar a palavra aqui ao Vice-Presidente Walter Barelli, e ao Senador Paulo Paim, nosso Relator, falar aqui e fazer um balanço do que foi a nossa última Audiência no Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, há duas semanas. Sem dúvida alguma as duas últimas Audiências marcaram profundamente o trabalho da nossa Comissão, encarregada de apresentar sugestões, visando, não apenas a recuperação do salário mínimo, mas acima de tudo, a preocupação para que o País tenha uma política permanente de salário. A nossa Comissão adicionou a esse trabalho de discussão e de sugestões a luta dos aposentados e pensionistas, com o objetivo de fazer com que esse País rediscuta a questão do fator previdenciário e, possamos fazer uma política mais justa com relação aos aposentados e pensionistas que defendem aumentos salariais na mesma proporção que é feito hoje o aumento do salário mínimo.

Mas a Audiência Pública que foi realizada na cidade de Salvador, no Estado da Bahia foi realmente um movimento que deixou uma marca na cidade de mobilização dos movimentos sociais de participação, efetivamente, de todos os segmentos da sociedade, levando-se em conta acima de tudo a presença de representantes de empresários da área do comércio, da indústria, da construção civil e outros setores, e as representações dos trabalhadores a partir dos diversos Sindicatos filiados a CUT, a própria direção da CUT, a Força Sindical e aos diversos movimentos de aposentados e pensionistas no Estado da Bahia.

Nós tivemos o apoio da Câmara Municipal de Salvador na pessoa do Sr. Presidente e que, agradecemos imensamente o trabalho da Assessoria da nossa Comissão que foi fundamental para o sucesso daquela audiência e, a última audiência realizada em Porto Alegre, na capital do Rio Grande do Sul.

Evidente que nós sabemos - Deputado Walter Barelli e Deputado Tarcísio Zimmermann - da força do trabalho da organização do Senador Paulo Paim. Da sua vinculação muito profunda com os movimentos sociais no Rio Grande do Sul, como é também a participação do Deputado Tarcísio Zimmermann, que é um cidadão que vem justamente dos movimentos sociais do Rio Grande do Sul.

Mas nós sentimos a organização daquela Audiência Pública um sucesso, o auditório da Assembléia Legislativa lotado com diversas entidades. Não tivemos nem tempo de ouvir a todas as entidades presentes, mas ouvimos cerca de quase 20 entidades durante um debate de uma tarde inteira e, a presença massiva das diversas entidades que congregam aposentados e pensionistas que foi uma presença marcante.

Registrar que tivemos no Rio Grande do Sul o maior número de Parlamentares desta Comissão, não apenas a presença, que para nós, é muito importante, do Deputado Tarcísio Zimmermann do Rio Grande do Sul, do PT do Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, do Deputado Walter Barelli, do Senador Cristovam Buarque do PDT de Brasília, da Senadora Heloísa Helena do PSOL do Estado de Alagoas, da Deputada Luciana Genro do PSOL do Rio Grande do Sul, do Deputado Pompeo de Mattos do PDT do Rio Grande do Sul, do Deputado Marco Maia do PT do Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon. Aliás, foi uma audiência que teve o maior número de presidenciáveis naquela Audiência Pública, três presidenciáveis que, sem dúvida alguma, deu um

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 653
DOC:

destaque muito grande a Audiência da nossa Comissão Mista, o Senador Valdir Raupp e o Senador também Zambiasi, Sérgio Zambiasi do PTB do Rio Grande do Sul. Foi, realmente, uma Audiência marcante. Evidente que nós sabemos que tudo isso é a competência do nosso Relator, Senador Paulo Paim que conseguiu mobilizar toda a Comissão para estar presente no Rio Grande do Sul. Mas valeu a pena aquela Audiência Pública pela presença das entidades, dos diversos movimentos sociais e, sem dúvida alguma, foi um fato marcante na história do Rio Grande do Sul e da Assembléia. Queremos também agradecer a apoio que tivemos do Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mal foi aprovado no outro dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A presença da Audiência Pública em Curitiba no Estado do Paraná e a presença da Audiência Pública da Comissão Mista do Salário Mínimo em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Havia uma discussão muito polemizada na Assembléia com relação à mensagem do Governador tanto do Paraná, para inserir o piso regional e o aumento do piso regional do Rio Grande do Sul. A Audiência Pública da Comissão Mista do Salário, sem dúvida alguma, criou condições favoráveis para que essas votações fossem consolidadas e as propostas fossem aprovadas. É evidente que a Comissão deu a sua contribuição para que essa questão regional fosse resolvida, levando-se em conta a influência e o clima que a Audiência Pública da Comissão Mista do Salário proporcionou para a vida do Paraná e para a vida do Rio Grande do Sul.

Desta forma, vamos agora discutir a Audiência Pública em Manaus, no extremo norte do País, no Amazonas, em seguida, a Audiência em Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, não sabemos ainda se em Cuiabá ou em Campo Grande. Mas queremos, neste momento, diante do sucesso dessas Audiências e estamos, realmente agora já estamos quase no processo eleitoral, e cada um de nós temos os nossos compromissos, mas estamos levando è frente o trabalho da nossa Comissão.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Walter Barelli, Vice-Presidente da Comissão.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Sr. Relator, Senador Paulo Paim, Deputados presentes, Deputado Tarcísio Zimmermann. Eu queria me associar a este relato feito pelo nosso Presidente, principalmente, pelo sucesso que foi o nosso encontro em Porto Alegre, graças à ação do Senador Paim - que foi dois dias antes - com uma mensagem para o povo gaúcho: "Olha, se vocês quiserem falar para o Senado e falar para a Câmara tem que estar presentes na Audiência Pública". E o povo respondeu, ou seja, o povo está interessado em dialogar com o Senado, em dialogar com a Câmara. Então, esse fato da nossa Comissão ter escolhido visitar as diversas regiões do País, tem sido um sucesso e a cada reunião a gente aprende mais. Essa de Porto Alegre foi demais significativa.

Eu gostaria de continuar afirmando essa questão, quer dizer, nós precisamos estar muito próximos do povo, e o povo quer estar próximo, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados desde que as nossas Instituições Parlamentares estejam abertas para ouvir a opinião pública, e é o que acontece com esta Comissão.

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 654
DOC:

Também em Porto Alegre, uma das questões fundamentais levantadas foi a questão do reajuste dos aposentados, daqueles que ganham acima do salário mínimo e que sentem o seu salário se achatar em termos de salário mínimo. Essa está sendo uma constante nos depoimentos já aqui em Brasília, nos depoimentos feitos em Curitiba, São Paulo, Salvador, Porto Alegre. Esses depoimentos dos aposentados são impressionantes. Quer dizer, efetivamente, a Comissão vai ter que dar uma resposta a essa demanda dos nossos aposentados, porque eles percebem que o tratamento que estão recebendo, em termos de correção de seus vencimentos não é adequado, inclusive, ao seu poder aquisitivo. Eles sentem uma diminuição do seu poder aquisitivo. Até há uma proposta - não sei de que entidade - de que se passe a levantar o custo de vida do aposentado, porque é na idade adulta que os nossos encargos mudam de feição. Porque além dos gastos normais de alimentação, vestuário, habitação, transporte, recreação, na chamada terceira idade o grande problema é que as pessoas são obrigadas a consumir um item que, felizmente, não é tão grande nos índices de custo de vida calculados no Brasil, porque eles se referem a uma família muito mais jovem. Agora, à medida que pensamos que o aposentado tem esses gastos enormes com remédios, exames de laboratório, assistência médica, assistência saúde; isso mostra que há necessidade de a gente pensar seriamente na remuneração do aposentado, não só dos trabalhadores de salário mínimo. Nós julgamos que ninguém deve ganhar menos que um salário mínimo. Então, o valor mínimo da aposentadoria deve ser o salário mínimo, mas também há necessidade de se compensar os outros aposentados. Esse é um pedido que a gente ouviu em todos os Estados. O nosso Relator está anotando todos esses pedidos, e o nosso relatório vai, efetivamente, representar isso que a população está trazendo para a nossa Comissão.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Obrigado, Sr. Presidente Jackson Barreto, nobre Vice-Presidente Walter Barelli, Senador Paulo Paim e Senadores. Se eu continuar vindo com esta freqüência aqui ao Senado, eu vou pensar em ser Senador também do Rio Grande, porque tenho estado aqui, praticamente, dia sim e dia seguinte também. Então, nos debates aqui que envolvem, sobretudo, o tema da VARIG.

Mas eu queria também registrar e cumprimentar a Comissão e, sobretudo, o Senador Paulo Paim pela extraordinária Audiência Pública havida no Rio Grande do Sul.

A grande participação dos diferentes setores da sociedade foi extraordinariamente importante, assim como também foi... Eu nunca vi tantos Senadores reunidos aqui numa Comissão do Senado quanto eu vi naquela Audiência Pública do Rio Grande do Sul. Então, foi extremamente expressiva a presença de Senadores de diferentes Estados no Rio Grande do Sul e o que é, certamente, uma demonstração do prestígio do Senador Paulo Paim.

Eu queria registrar dois aspectos que eu julgo. Um é registro mais de informação e o segundo, para que nós possamos aprofundar um pouco o debate.

Em relação ao piso salário no Rio Grande do Sul. Foi aprovado, de fato, no dia seguinte a Audiência, o piso salarial, mas não no mesmo percentual de reajuste que teve o salário mínimo do Brasil.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 655
DOC:

Então, houve uma perda bastante significativa, mais uma vez no piso salarial do Rio Grande do Sul que nos preocupa na medida em que, eventualmente, desta forma ele se tornará inócuo, se ele se aproximar excessivamente do salário mínimo, ele passa a ser um instrumento inócuo do ponto de vista da melhoria da renda dos trabalhadores e dentro desta idéia de que, de fato, o Brasil é um País gigantesco que, eventualmente, ainda que nós devamos perseguir um salário mínimo nacional e unificado, mas nós podemos ter estatutos diferentes para este tema, nos diferentes Estados. Então, eu acho que precisa ficar esse registro.

E eu queria, nobres colegas da Comissão, colocar este tema dos aposentados. Por que eu quero colocar? Primeiro porque nós, de fato, temos que perseguir um esforço de elevação de salário mínimo em patamares sempre superiores à inflação, até que ele atinja um poder de compra que seja compatível com as necessidades da população. Mas me parece que os aposentados têm dois tipos de problemas, o primeiro é o fator previdenciário, de fato, que deprime o valor do seu benefício e, de fato, nós temos aqui no País nesse aspecto uma situação que é incongruente. O trabalhador que contribui para o INSS, ele contribui até o limite da idade de aposentadoria e ele ainda sofre uma aplicação de um fator previdenciário que lhe reduz um benefício que é, em geral, muito inferior ao benefício, por exemplo, auferido pelos servidores públicos que se aposentam com benefícios integrais sem ter que se submeter ao fato previdenciário. Então, eu acho que esse problema da equidade no Brasil é um problema importante que nós deveremos enfrentar. Mas depois disto, depois da aposentadoria concedida, me parece que nós precisamos avaliar se é viável nós trabalharmos com a idéia de que a paridade, salário mínimo, aposentadoria permanece viável. Porque eu tenho uma preocupação de que, um: a gente não crie uma expectativa que depois não se pode cumprir, e dois: que a gente não crie um problema que, na verdade, não é tão caracterizado.

Eu, ao menos, tenho estudado esse assunto e tenho visto que os governos asseguraram aos aposentados um ganho igual ou superior com reajuste anual, igual ou superior ao percentual da inflação, ou o Poder Judiciário tem reposto isso, inclusive, agora mesmo o Governo do Presidente Lula há pouco tempo fez um grande acordo relativo a uma dessas perdas que foi exatamente a perda, se não me engano, da implantação do Plano Real, que foi uma perda enorme que os aposentados tiveram.

Então tem havido uma correção para as aposentadorias equivalente à inflação, mas para o salário mínimo maior do que a inflação.

Eu penso que nós devemos debater esse assunto melhor com os aposentados. Porque nós não teremos possibilidade, por exemplo, me parece, não temos disponibilidade orçamentária para propor que os aposentados recebam a mesma correção do salário mínimo que nós queremos que cresça mais. Então, nós temos que encontrar uma mediação nesse debate que nos permita essas duas situações, não construir uma expectativa que depois nós não conseguiremos satisfazer e, segundo também não ampliar um problema aqui, eventualmente, não é bem posto por quê? Porque os aposentados não têm perda em relação a inflação, eles têm uma redução da quantidade de salários mínimos que recebem, mas essa redução é uma vitória da sociedade, porque significa que o salário cresceu mais do que a inflação. Então, para que a gente não constitua um problema excessivamente grave onde ele não existe.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 656
DOC:

Eu acho que fazer esse debate, eu tenho pensado muito, vamos pensar num reforço das aposentadorias de quem ganha até três salários, vamos pensar na incorporação das aposentadorias dos ganhos da renda *per capita* do País, pode ser um critério. O salário mínimo tem que subir mais, o salário mínimo em si ele vai continuar tendo que subir mais porque é muito pouco se a gente não conseguir manter uma aceleração do tipo 6, 8% ao ano, a gente não vai conseguir recuperar num prazo razoável, eu nem falo num prazo de cinco anos, num prazo de dez anos, se a gente não tiver isso, a gente não vai conseguir recuperar o valor do salário mínimo nesse País. Então, ele vai ter que continuar crescendo mais, mas vamos ter que encontrar uma mediação para o tema dos aposentados. Tanto para o tema do fator previdenciário que é um problema de falta de equidade mesmo no País entre trabalhadores, entre cidadãos que deveriam ter todos, o mesmo direito perante à lei e também frente a esse tema das correções das aposentadorias.

Então parabenizar, mais uma vez, o Senador Paulo Paim e sugerir que a gente possa aprofundar um pouco mais este debate nesta perspectiva, inclusive, da gente ajudar uma compreensão comum de todos nós mais apurada sobre a natureza dessa questão, a natureza do problema e as possibilidades de solução para esta questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero agradecer também a presença da Deputada Vanessa Grazziotin. Estamos aqui discutindo, Deputada, a respeito da Audiência Pública de Manaus e fazendo aqui um balanço daquilo que foi o sucesso da Audiência Pública em Porto Alegre ocorrido na semana antepassada.

A presença de mais de 30 entidades, o auditório da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul completamente lotado. Uma participação popular muito grande, os movimentos sociais bem mobilizados e uma presença também muito grande de Parlamentares. Foi a Audiência Pública que teve o maior número de Parlamentares presentes. O Senador Paulo Paim, o Senador Pedro Simon, o Senador Sérgio Zambiasi, o Senador Valdir Raupp, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Heloísa Helena, o Deputado Jackson Barreto, o Deputado Tarcísio Zimmermann, o Deputado Walter Barelli, o Deputado Pompeo de Mattos, a Deputada Luciana Genro e o Deputado Marco Maia, 12 Parlamentares. E nós estamos agora aqui discutindo, fazendo um balanço dessa Audiência Pública que foi um sucesso tanto em Salvador como também em Porto Alegre e as demais Audiências que foram realizadas.

Nós vamos passar aqui a palavra à Deputada Vanessa... Porque nós estamos aqui discutindo... Há um problema com a presença do Senador Paulo Paim em Manaus na próxima segunda-feira.

Eu vou passar a palavra à Deputada Vanessa.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu me dirigi ao microfone, Sr. Presidente, porque depois que a Comissão faz uma Audiência Pública em Porto Alegre com 12 Parlamentares, eu só ia reivindicar, eu sou muito tímida, eu ia reivindicar, pelo menos, a presença, além, de mim dos quatro que estão aqui presentes na Sessão de hoje, timidamente. Agora V.Exª. vem e me diz que o Senador Paim está com problema, não há condições de fazer uma Audiência Pública sem a presença do nosso Relator, Senador Paim, mesmo porque, Sr. Presidente, nós já divulgamos pela imprensa, enfim,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 657
DOC:

hoje já saiu uma matéria, eu até deixei o jornal num... Acabei não trazendo, mas nós estamos divulgando e eu espero que seja um sucesso quanto à participação das entidades, mas nós estamos nos empenhando muito, apesar de que nesse exato dia, dia 5 é a abertura do Congresso Nacional da CUT em São Paulo, é a abertura do Congresso Nacional deles. Então, em relação à representação da CUT eles tiraram alguns representantes, agora boa parte das entidades ligadas à Central Única dos Trabalhadores e os seus Presidentes estarão viajando, nós contaríamos somente com os representantes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Mas a Deputada sugere adiar a de Manaus para aguardarmos a presença do Senador Paulo Paim?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Olha, nós teremos que ver qual é o prejuízo menor. Além do Senador Paim, V.Exª. estaria confirmado? Deputado Barelli, Deputado Zimmermann? Quantos mais teríamos confirmado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, se a ausência do Senador Paulo Paim me leva a ir a Manaus. Mas eu gostaria de...

Com a palavra o nosso Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada Vanessa, você sabe o carinho e o respeito que eu tenho por toda a sua história, e eu estou, de fato, com um problema de um *check-up* que eu estou fazendo, faço sexta e depois na segunda, mas se for inevitável, eu já tinha tomado essa decisão, vou fazer aqui no INCOR aqui em Brasília, mas se for inevitável, se a Deputada já convocou e se eu tiver que ir, eu suspendo e vou. Porque eu acho que também é difícil 12 Parlamentares vão ao Rio Grande do Sul numa audiência que a gente propôs, e depois no momento que V.Exª. faz a convocação e a gente não está, eu me sinto com uma dívida muito grande com toda a nossa Mesa, enfim, com V.Exª. Se for possível trocar, trocamos, o compromisso é de ir, se não for possível, nem que eu tenha que rever, então eu adio esse *check-up* e vou. Tem que ver o que é que...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu acho que nós teríamos que ser práticos, porque há um núcleo mínimo que está participando dessas audiências.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com esse Congresso também da CUT.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Há um núcleo mínimo de Parlamentares que estão indo, e a gente teria condições de mobilizar uns dois ou três, eu acho que fazer uma audiência, uma das últimas audiências com um número inferior, mesmo que o Senador faça um esforço gigantesco, quase que sobre-humano para ir. Já o Deputado Barelli que é importante, a sua presença lá, não ir. Eu não sei, eu acho que a gente poderia, mas contanto que marcássemos hoje uma nova data. Garantir, marcar hoje porque cada dia fica mais difícil, cada semana que se passa fica mais difícil mobilizar Parlamentares para outros Estados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Na outra segunda-feira tem o problema de feriado?

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 658
DOC:

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Não, tem um jogo que cai na terça. O Deputado Barelli está dizendo... Mas ele vai fazer um esforço para uma viagem.

Porque as pessoas se assustam com Manaus. Manaus é muito mais fácil...

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): (27:43): Essa segunda eu não posso.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Essa tudo bem. O vôo é rápido, viu Deputado Barelli. A gente pode marcar a Audiência à tarde e até o início da noite. O único problema é que os Senhores se cansariam um pouco, mas eu faço isso semanalmente. Saem daqui 11h da manhã, pode até ser numa sexta, se preferirem. Saem 11h da manhã ou numa quinta, 11h da manhã faríamos a Audiência lá na Assembléia que está marcada durante à tarde, entrando na noite, a partir de 1h da manhã começa a ter vôo direto para São Paulo, São Paulo direto ou para Brasília. Então, não há problema de vôo, vôo não é o problema.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na outra segunda eu já assumi outro compromisso no Estado, dia 10 tinha a questão do Olívio e eu estarei lá, e já faço toda uma agenda que vai de quinta... Eu vou à quarta, inclusive, para lá e só volto na segunda. Eu acho que tanto o Tarcísio Zimmermann, o Deputado, como o Deputado Barelli, como o Deputado Jackson alertavam, Paim, vai apertar o calendário eleitoral.

Olha se continuar, eu acho que, de repente, é melhor eu suspender o tal do *check-up* e ir de uma vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Então vamos fazer na segunda-feira mesmo? Iríamos nos dois. O Barelli não pode. Ou então marcar para a outra segunda-feira.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na outra segunda eu não posso. Eu quero só lembrar, eu não sei se o Deputado Barelli me permite, ele também estava alertando antes e eu também já estou reconhecendo isso, quanto mais se aproximar do processo eleitoral, não adianta, todos nós vamos estar envolvidos, então temos que ver como é que faremos.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu, na verdade, iria propor aqui como sugestão, porque todos nós temos a nossa vida organizada já de sexta, sábado, domingo e segunda por um longo período. Seria possível, por exemplo, nós fazermos essa Audiência numa terça-feira em Manaus. Então, aí...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Falharíamos a Câmara sem problema nenhum e o Senado. [inaudível]

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Exato, sem problema, uma terça-feira. Aí sim que não haveria esse problema de, efetivamente, nós tolhermos as agendas que já estão constituídas, então nesse sentido. Agora, se puder manter na segunda, já que está convocada. Se, Senador, se V.Exª. puder fazer esse extraordinário esforço, eu acho que o ideal é mantê-la, porque ela já está convocada. Mas as próximas eu sugiro que nós suspendamos de pronto para uma avaliação melhor.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Porque mesmo às terças-feiras aqui, eu estou olhando o calendário, terça-feira próxima, dia 06 e na outra dia 13,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 659
DOC:

véspera do jogo que é dia 14 numa semana de feriado que é o dia... Fica pior. A não ser que nós façamos, para que o Senador Paim não perca os exames, que nós pudéssemos fazer no dia 06, adiaríamos por um dia. É bobagem, aí atrapalha tudo.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A impressão que nós temos aqui ou mantém ou ela não acontecerá mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu faço uma sugestão, o Senador Paulo Paim, o Deputado Jackson Barreto e o Deputado Tarcísio Zimmermann estão intimados a comparecer segunda-feira, de livre espontânea pressão, à Audiência Pública. Porque se transferirmos a cada momento vai ficar mais difícil ainda. Fica mais difícil. E nós precisamos prestigiar Manaus, o Estado do Amazonas, e a Deputada Vanessa Grazziotin que é membro efetiva desta Comissão, extraordinária Deputada, e que tem tido uma atuação brilhante nesta Comissão. Então, eu acho que todo esforço precisa ser feito. Eu abro mão porque segunda-feira vai ser o lançamento da candidatura do José Eduardo Dutra lá em Sergipe ao Senado Federal, na segunda-feira. Então, eu queria estar presente ao lado do meu companheiro José Eduardo que foi um brilhante Senador que o Congresso Nacional...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Mas ele vai entender a sua ausência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Claro, eu vou estar com essa falta com ele. Mas a Comissão... Primeiro é o compromisso com o Congresso Nacional.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Deputado Jackson, V.Exª. vai fazer a campanha dele durante meses e meses e lá é só agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Em Manaus é só uma vez. Daí porque primeiro a obrigação, depois a devoção, Deputada Vanessa Grazziotin.

Está confirmada a nossa presença, eu e o Senador Paulo Paim, e o Tarcísio Zimmermann. Fazer uma forcinha não, Tarcísio, é compromisso, você é um gaúcho, e o gaúcho quando dá uma palavra cumpre. Eu aprendi que gaúcho é homem de sim, sim e de não, não.

Então está definido. Mantida a Audiência Pública de Manaus.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lá no Rio Grande do Sul foram os três Senadores do Rio Grande que estiveram lá. A convocação dos Senadores, se puderem se fazer presente, do Estado, é sempre um prestígio para a Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero aproveitar a oportunidade também para agradecer a forma gentil como o Governador do Estado Germano Rigotto recebeu esta Comissão. Nos recebendo no Palácio do Piratinim, oferecendo um almoço à nossa Comissão, o que demonstra aquilo que é tradição do Rio Grande do Sul, o saber receber. A educação, o estilo de se fazer política da forma a mais ampla.

Então, nós queremos aqui reconhecer o sucesso que foi a Audiência Pública, a grande participação, o trabalho fundamental da nossa Assessoria aqui do Senado, que foi

ATN nº 003/200
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 660
DOC:

brilhante e a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na pessoa do seu Presidente e também o estilo que é uma coisa comum e prática do povo gaúcho de saber receber bem. Agradecer ao Governador Germano Rigotto.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vanessa, aonde será a Audiência Pública?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): A Audiência vai ser na Assembléia Legislativa do Estado, não é um local muito grande, mas a gente dá um número importante de pessoas, nós convocamos todas as centrais, todos os Sindicatos. O problema é que essa semana... O Presidente Lula está viajando hoje para lá, fica amanhã o dia inteiro em atividades, vai ao interior, eu vou acompanhá-lo, a Bancada vai acompanhar. E viaja logo mais, a gente está decolando rumo ao Amazonas. Vai dar início a uma importante obra de construção do gasoduto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pagando uma promessa de campanha eleitoral.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): É, uma promessa de campanha eleitoral. A gente gostaria que ele estivesse inaugurando, não deu, mas já começar a obra é uma grande coisa. Uma obra importante, vai ter outras atividades, e a Bancada estará lá, vamos reforçar o convite para a Bancada. Enfim, mas segunda-feira é o dia do deslocamento dos Deputados para cá, então é muito difícil também que os Deputados do Amazonas se deslocam para cá nas segundas-feiras á tarde, senão o próximo vôo é de madrugada e são poucos os que se dispõem a enfrentar o vôo da madrugada. Mas, enfim, eu acho que vai ser uma audiência produtiva, setores empresariais.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem vôo na madrugada de segunda? Então dá para ir segunda e votar segunda à noite?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Tem vôo. Dá para ir segunda e voltar segunda de madrugada. Três da manhã, exatamente, dá para ir sem problema nenhum. Descansa até umas 10h do dia seguinte e não perde grande coisa, é só segunda-feira, terça já estará disponível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de forma muito rápida, resolvida a questão da viagem ao Amazonas, e a importância dessa Reunião que será organizada pela Deputada Vanessa Grazziotin, eu queria também fazer uma síntese na linha que fez o Presidente, também o nosso Deputado Walter Barelli, Vice-Presidente e o Deputado Tarcísio Zimmermann, dizendo que para mim todas as Audiências foram muito importantes, todas que realizamos aqui, a audiência no Paraná foi para mim muito importante, a Audiência em São Paulo onde o nosso Vice-Presidente Barelli organizou com lideranças de todas as matizes, poderíamos dizer, todos os segmentos lá estavam representados, fizemos um grande debate, uma cobertura da imprensa também, eu acho que foi relevante porque mostra a importância dessa Comissão. E concluímos, eu diria, antes de chegar ao Rio Grande, naquela Audiência na Bahia, também muito bem organizada, com a participação de Senadores e Deputados, e que o debate se centrou

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 661
DOC:

nesses três pontos que nós estamos debatendo aqui, que é a questão de uma política permanente de recuperação do salário mínimo, uma política também permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, pode ter proposta diferente, mas todos nós entendemos que tem que haver também uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, e o fator previdenciário, esse é unanimidade.

Eu quero dar aqui um depoimento. Eu tive com profissional de carreira, está no Ministério da Previdência há muitos e muitos anos, eu diria o homem mais poderoso depois do Ministro, e ele esteve conversando comigo, Deputado Tarcísio. E ele também disse. Sabe o que é que ele me disse? Não há um País no mundo que adote o fator previdenciário, de tão grave que ele é. E ele me explicou que na época, e ele estava lá e participou da elaboração de carreira, caiu a aposentadoria por idade, alguém apresentou aquela proposta e passou. Ele considera também perversa, acha e é um homem influente, eu não quero citar o nome para não comprometê-lo desnecessariamente. É uma pessoa influente dentro de todo o arcabouço da Previdência, ele acha que é inevitável que, efetivamente, vamos ter que enfrentar esse debate e apontar caminhos, porque é aquilo que todos nós estamos dizendo, é impossível que somente os baixos salários que aqui aplica o fator previdenciário, para os altos não aplica, isso no estudo, só quem ganha menos de 6, 7 salários mínimos que você adota o fator previdenciário.

Então a nossa Comissão há de se debruçar sobre esse tema, eu acho que concluindo agora com Porto Alegre, em matéria de Audiências Públicas foi o tema onde todas as centrais bateram, os líderes dos trabalhadores foram muito incisivos nesse sentido do fator previdenciário. Houve um outro tema em Porto Alegre e nós estamos provocando uma Audiência Pública aqui no Senado, que é a história dos precatórios, preocupa muito os assalariados, a forma como está apresentada a PEC 12.

Não estou fazendo nenhuma crítica aos autores da PEC 12, mas falei muito com o Senador César Borges. Ele também entende que como está não dá! A OAB, inclusive, esteve hoje conversando conosco, todos estão preocupados da forma que está redigida a tal da PEC 12 que, simplesmente diz que receberá o que tem de direito, eu estou me referindo aos assalariados, os trabalhadores, aquele que aceitar o menor preço. Então, vira um leilão, quase que uma chantagem de miseráveis. Se você aceitar, tem 100 para receber, o que aceitar receber 20 é que vai receber. Então, vai um desesperado...

Está aqui no Senado, vai um desesperado lá e aceita por 20, e aí incentiva outro também a aceitar na mesma linha.

Então, há uma preocupação muito grande, já está preparada uma Audiência conjunta aqui no Senado para debater esse tema. Nós estamos convidando todas as partes envolvidas, desde representantes de Prefeitos, de Governadores e, naturalmente, da União também porque envolve todo mundo, porque a preocupação é enorme com a tal da PEC 12 que, eu não sei se vocês perceberam, mas eu diria que 1/3 daquele Plenário, e quando aqui o nosso ex-Ministro do Trabalho e também o grande [inaudível] que foi o Barelli, diz que... Houve uma mobilização? Houve uma mobilização, inclusive, nesse sentido, quando eu estive nos rádios eu falei. Se são tão preocupados com a PEC 12, então vão lá e digam também que estão preocupados, que é uma oportunidade.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Senador, essa PEC já passou na Câmara?

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 662
DOC:

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não foi apresentada aqui no Senado, e está aqui no Senado, está na CCJ e o Senador...

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Então vocês enterrem ela por aqui para não ir à Câmara.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é, se dependesse e nós tivéssemos força para isso.

Mas eu queria, concluindo já essa fala, dizer da importância dessa nossa Comissão, eu acho que se nós concluirmos, pelo menos, essas duas com êxito das primeiras quatro que nós já realizamos e, tenho certeza, que será. Está garantido mais duas, pelo que eu percebo, essa do Amazonas e a outra poderá ser Cuiabá ou Campo Grande.

Então essas seis Audiências Públicas, se nós conseguirmos concluir, nós avançamos bastante, e aí podemos fazer aqui um encaminhamento, enfim, partimos para a redação final, mediante aqui um grande entendimento.

Eu estou muito entusiasmado, estou satisfeito com o trabalho que a Comissão está fazendo. Eu acho que, pela primeira vez, na vida desse País nós teremos uma política permanente, que, efetivamente, consiga apontar na linha da recuperação do salário daqueles que mais precisam. Eu sintetizaria nisso.

E dizer também que eu gostaria de, se me permitissem, e o Tarcísio acompanhou de comunicar aqui o falecimento hoje, lá em Porto Alegre do Daniel Hertz que foi Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, a FENAJ, representando os jornalistas do Conselho de Comunicação Social que é um órgão vinculado ao Congresso. Ele foi mestre em comunicação, participou de toda caminhada do movimento sindical. Foi um lutador pela liberdade, pela igualdade, e pela justiça. Nós encaminhamos um voto... Exatamente, pela democracia, o Senhor conviveu com ele também.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Foi um companheiro do Partido dos Trabalhadores também.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. Nós encaminhamos hoje aqui, por unanimidade, todos os líderes de Partido, um voto de pesar aqui no Senado, que vamos remeter, naturalmente, a toda a família.

Daniel se dedicou muita à democracia, exatamente, está aqui o termo usado, nos meios de comunicação, foi decisivo na implantação da Lei de Cabo, que instituiu que a TV a cabo no Brasil destinaria a canal de TVs públicas e comunitárias. Enfim, aqui eu tenho parte do pronunciamento que farei hoje à tarde numa homenagem mais do que justa ao Daniel. Ele foi, inclusive, Coordenador Geral de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre durante um longo período.

Tarcísio, quer falar sobre o Daniel também?

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): O Daniel também integrou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Governo Olívio Dutra, ele foi Presidente da Fundação da TVE, da TVE, Fundação Cultural Piratinim, TVE do Rio Grande do Sul.

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 663
DOC:

nesses três pontos que nós estamos debatendo aqui, que é a questão de uma política permanente de recuperação do salário mínimo, uma política também permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, pode ter proposta diferente, mas todos nós entendemos que tem que haver também uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, e o fator previdenciário, esse é unanimidade.

Eu quero dar aqui um depoimento. Eu tive com profissional de carreira, está no Ministério da Previdência há muitos e muitos anos, eu diria o homem mais poderoso depois do Ministro, e ele esteve conversando comigo, Deputado Tarcísio. E ele também disse. Sabe o que é que ele me disse? Não há um País no mundo que adote o fator previdenciário, de tão grave que ele é. E ele me explicou que na época, e ele estava lá e participou da elaboração de carreira, caiu a aposentadoria por idade, alguém apresentou aquela proposta e passou. Ele considera também perversa, acha e é um homem influente, eu não quero citar o nome para não comprometê-lo desnecessariamente. É uma pessoa influente dentro de todo o arcabouço da Previdência, ele acha que é inevitável que, efetivamente, vamos ter que enfrentar esse debate e apontar caminhos, porque é aquilo que todos nós estamos dizendo, é impossível que somente os baixos salários que aqui aplica o fator previdenciário, para os altos não aplica, isso no estudo, só quem ganha menos de 6, 7 salários mínimos que você adota o fator previdenciário.

Então a nossa Comissão há de se debruçar sobre esse tema, eu acho que concluindo agora com Porto Alegre, em matéria de Audiências Públicas foi o tema onde todas as centrais bateram, os líderes dos trabalhadores foram muito incisivos nesse sentido do fator previdenciário. Houve um outro tema em Porto Alegre e nós estamos provocando uma Audiência Pública aqui no Senado, que é a história dos precatórios, preocupa muito os assalariados, a forma como está apresentada a PEC 12.

Não estou fazendo nenhuma crítica aos autores da PEC 12, mas falei muito com o Senador César Borges. Ele também entende que como está não dá! A OAB, inclusive, esteve hoje conversando conosco, todos estão preocupados da forma que está redigida a tal da PEC 12 que, simplesmente diz que receberá o que tem de direito, eu estou me referindo aos assalariados, os trabalhadores, aquele que aceitar o menor preço. Então, vira um leilão, quase que uma chantagem de miseráveis. Se você aceitar, tem 100 para receber, o que aceitar receber 20 é que vai receber. Então, vai um desesperado...

Está aqui no Senado, vai um desesperado lá e aceita por 20, e aí incentiva outro também a aceitar na mesma linha.

Então, há uma preocupação muito grande, já está preparada uma Audiência conjunta aqui no Senado para debater esse tema. Nós estamos convidando todas as partes envolvidas, desde representantes de Prefeitos, de Governadores e, naturalmente, da União também porque envolve todo mundo, porque a preocupação é enorme com a tal da PEC 12 que, eu não sei se vocês perceberam, mas eu diria que 1/3 daquele Plenário, e quando aqui o nosso ex-Ministro do Trabalho e também o grande [inaudível] que foi o Barelli, diz que... Houve uma mobilização? Houve uma mobilização, inclusive, nesse sentido, quando eu estive nos rádios eu falei. Se são tão preocupados com a PEC 12, então vão lá e digam também que estão preocupados, que é uma oportunidade.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Senador, essa PEC já passou na Câmara?

ATN nº 003/20(
CESP - SALÁRIO MINIM
FLS: 664
DOC:

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não foi apresentada aqui no Senado, e está aqui no Senado, está na CCJ e o Senador...

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Então vocês enterrem ela por aqui para não ir à Câmara.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é, se dependesse de nós tivéssemos força para isso.

Mas eu queria, concluindo já essa fala, dizer da importância dessa nossa Comissão, eu acho que se nós concluirmos, pelo menos, essas duas com êxito das primeiras quatro que nós já realizamos e, tenho certeza, que será. Está garantido mais duas, pelo que eu percebo, essa do Amazonas e a outra poderá ser Cuiabá ou Campo Grande.

Então essas seis Audiências Públicas, se nós conseguirmos concluir, nós avançamos bastante, e aí podemos fazer aqui um encaminhamento, enfim, partimos para a redação final, mediante aqui um grande entendimento.

Eu estou muito entusiasmado, estou satisfeito com o trabalho que a Comissão está fazendo. Eu acho que, pela primeira vez, na vida desse País nós teremos uma política permanente, que, efetivamente, consiga apontar na linha da recuperação do salário daqueles que mais precisam. Eu sintetizaria nisso.

E dizer também que eu gostaria de, se me permitissem, e o Tarcísio acompanhou de comunicar aqui o falecimento hoje, lá em Porto Alegre do Daniel Hertz que foi Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, a FENAJ, representando os jornalistas do Conselho de Comunicação Social que é um órgão vinculado ao Congresso. Ele foi mestre em comunicação, participou de toda caminhada do movimento sindical. Foi um lutador pela liberdade, pela igualdade, e pela justiça. Nós encaminhamos um voto... Exatamente, pela democracia, o Senhor conviveu com ele também.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Foi um companheiro do Partido dos Trabalhadores também.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. Nós encaminhamos hoje aqui, por unanimidade, todos os líderes de Partido, um voto de pesar aqui no Senado, que vamos remeter, naturalmente, a toda a família.

Daniel se dedicou muita à democracia, exatamente, está aqui o termo usado, nos meios de comunicação, foi decisivo na implantação da Lei de Cabo, que instituiu que a TV a cabo no Brasil destinaria a canal de TVs públicas e comunitárias. Enfim, aqui eu tenho parte do pronunciamento que farei hoje à tarde numa homenagem mais do que justa ao Daniel. Ele foi, inclusive, Coordenador Geral de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre durante um longo período.

Tarcísio, quer falar sobre o Daniel também?

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): O Daniel também integrou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Governo Olívio Dutra, ele foi Presidente da Fundação da TVE, da TVE, Fundação Cultural Piratinim, TVE do Rio Grande do Sul.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 065
DOC:

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que deu um grande salto de qualidade na época em que ele esteve lá na Presidência.

Sr. Presidente, com esse registro rápido, eu encerro aqui essa minha participação, que é um breve relato, mas cumprimentando também toda a nossa Assessoria, tanto da TV Senado, como a equipe que nos acompanhou da Câmara, como os Assessores, nossos Consultores aqui, que têm feito apresentações, dando um resumo em cada Estado.

Estamos caminhando bem, eu estou animado que esse nosso relatório, ele sendo, na minha avaliação, votado na Comissão pós a eleição será muito bom. Para que ninguém diga que, de uma forma ou de outra, alguns de nós tenhamos usado esse momento histórico devido às eleições, tomara que o relatório esteja até pronto antes das eleições, mas que a votação aconteça, de preferência, no mês de novembro. Eu acho que até lá o trabalho estará concluído.

Era isso, Presidente. Obrigado pelo espaço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra ao nobre Deputado Walter Barelli.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Como se trata de uma reunião administrativa, eu queria sugerir, existe aquela Comissão do Ministério do Trabalho, uma Comissão quadripartite.

Eu acho que nós deveríamos tentar nem que fosse uma reunião rápida, saber com que eles estão fazendo, porque isso a gente... Uma visita ao Ministério do Trabalho, ou uma Audiência, pelo menos, nossa. Ok? Porque é interessante ver se não teremos também aí atritos, é melhor não ter atritos para que o Brasil pacifique essa questão do salário mínimo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós achamos que a sugestão do Deputado Walter Barelli vem a atender as necessidades de que a Comissão Mista do Congresso, que estuda a política permanente e de recuperação do salário mínimo tenha conhecimento do que se trata na Comissão, até para que estejamos antenados e trabalhamos numa mesma direção.

Nós vamos deixar aqui com a nossa Assessoria da Comissão esse contato para que tenhamos uma Audiência, o Deputado Jackson Barreto, o Senador Paulo Paim e o Deputado Walter Barelli com a Comissão que está fazendo esses estudos sobre salário.

Eu quero me associar aqui às homenagens que o Senador Paulo Paim e o Deputado Tarcísio Zimmermann da Bancada do Rio Grande do Sul prestaram ao Jornalista falecido Daniel Hertz, que foi Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, faleceu em Porto Alegre. Um combatente pela causa da democracia. E quando fomos Deputados aqui no início da década de 80 o Daniel já era um lutador aqui. Naquela época tivemos aqui uma Comissão daquele grupo de Parlamentares que tinha uma atuação mais destacada no processo de redemocratização e o Daniel teve uma presença marcante ao nosso lado nos Assessorando. Hoje nós relembramos da sua imagem com muita saudade, não apenas dele que foi um grande cidadão, um grande democrata, mas do seu trabalho ao lado da Deputada falecida, Deputada Cristina Tavares do PMDB de Pernambuco. Foi Constituinte e que trabalhava muito também com o Daniel.

003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 666
DOC:

nos conhecemos nessa época. No bom combate, na trincheira dos democratas contra a Ditadura Militar. Ao Daniel, à sua família, aos seus amigos, também a nossa manifestação de solidariedade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Audiência, marcando para outra oportunidade, após a volta da Audiência Pública de Manaus na próxima segunda-feira.

Boa tarde.

Sessão encerrada às 15h47.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 667
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

16ª REUNIÃO

21/06/2006

Reunião Administrativa e Audiência Pública com a COBAP

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 668
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 16ª Reunião

Realizada em 21/06/2006

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, às catorze horas e quarenta e nove minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças do Senador Paulo Paim (relator) e dos Deputados Vicentinho, Tarcisio Zimmermann, Walter Barelli, e Vanessa Grazziotin, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 16ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião destina-se a discutir assuntos administrativos e promover uma audiência pública com a COBAP – Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas e outras entidades de aposentados. O Presidente convida para compor a mesa os seguintes representantes: Hermélio Soares Campos - Presidente em Exercício da COPAB; Robson de Souza Bittencourt - Presidente da Federação dos Aposentados de Minas Gerais; José Carlos Montes - Representante da Federação dos Aposentados da Bahia, Antonio Alves da Silva - Representante da Federação dos Aposentados de São Paulo; Alcides dos Santos Ribeiro - Presidente da Federação dos Aposentados do Mato Grosso do Sul; Osvaldo Fauerharmel - Representante da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul; José Maria de Almeida, Presidente da Coordenação Nacional de Lutas e Benedito Marcílio, presidente licenciado da COPAB. Após ouvir as explanações dos convidados, o Presidente concede a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinqüenta e oito minutos. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

16ª REUNIÃO MISTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.
REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2006 ÀS 14 HORAS E 49 MINUTOS.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 669
DOC:

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 3, de 2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o Salário Mínimo do País.

Esclareço que a pauta dessa Reunião trata-se à destinar de assuntos internos à Comissão e, também, uma Audiência Pública para que possamos ouvir a COBAP, Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, com a preocupação do reajuste que, nós entendemos, que deva ser dado a todos os aposentados e pensionistas, que foi estendido, por uma Emenda na Câmara dos Deputados, a qual, idêntica a uma que este Senador apresentou, no sentido de que os aposentados brasileiros possam receber o 16,7%.

Como o Ministro da Previdência esteve aqui no Congresso e fez uma série de ponderações sobre esse tema, essa Comissão Mista, que vai acabar definindo uma política permanente de recuperação do Salário Mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas, entendeu que, neste momento, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas deveria colocar, aqui na Comissão, o seu ponto de vista sobre esse tema. Matéria que poderá, inclusive, ser votada hoje tanto, nesse mesmo dia, na Câmara e no Senado, mediante a Medida Provisória que tratou do Salário Mínimo e a medida específica que tratou dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

As Atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a Mesa, as quais coloco em votação, propondo a dispensa da leitura e, assim, considero elas aprovadas.

Vamos montar, aqui, a nossa Mesa que, depois desse trabalho que nós faremos com a COBAP e com os convidados que estão aqui conosco, nós faremos, então, a nossa Reunião interna. Eu convido para fazer parte aqui da Mesa o Sr. Hermélio Soares Campos, Presidente em exercício da COBAP. Também convido o Sr. Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados de Minas Gerais. Convido, também, José Carlos Montes, representante da Federação dos Aposentados da Bahia, conforme entendimento já realizado e, aqui, me apresentado pela Assessoria. Convido, também, Antônio Alves da Silva, representante da Federação dos Aposentados de São Paulo. Convido, também, Alcides dos Santos Ribeiro, Presidente da Federação dos Aposentados de Mato Grosso do Sul. E ainda o Sr. Oswaldo representante da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul.

Eu... Tem espaço para todos aqui na Mesa, colocamos mais uma cadeira e dizendo que o Plenário também vai participar do debate. Nós vamos, no momento, permitir que eles façam, coloquem, o seu ponto de vista sobre esta caminhada liderada pela COBAP, dos 16,7% e quero também dizer a [interrupção no áudio] se me permitirem, como esse debate vai acontecer na Câmara e no Senado, eu tomei a liberdade de ligar para todas as Centrais Sindicais e os devidos departamentos que tratam, na sua área, a questão dos aposentados. Eu quero dizer para vocês o que eu disse da Tribuna do Senado. O que eles me disseram? Na visão deles? Eles foram, na negociação com o Governo, naquilo que foi possível e que entendem que agora está, a bola, já que estamos em Copa do Mundo, né, a bola está com o Congresso Nacional.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 670
DOC:

E, como a COBAP, desde o primeiro momento, entendeu que o seu caminho seria aqui no Congresso Nacional, por isso, o ex-Presidente Marcílio é testemunha, da posição da COBAP, desde o primeiro momento, é que nós entendemos que hoje seria importante que a COBAP, aqui, colocasse a sua posição com as respectivas Confederações, Federações.

Está com a palavra o Presidente em exercício da COBAP. O senhor tem a palavra, por 10 minutos. Nós vamos dar por 10 minutos a cada um dos companheiros que estão aqui na Mesa e, depois, vamos permitir que, também, o Plenário possa fazer uso da palavra. Só peço que os companheiros do Plenário, no momento que usarem da palavra, se identifiquem e dizendo que esta Reunião Oficial da Comissão Mista, que tem o dever de elaborar uma política permanente para recuperação do Salário Mínimo e dos benefícios dos aposentados, está sendo gravada e será retransmitida, na íntegra, para todo o País.

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, prezado companheiro Benedito Marcílio, Presidente afastado por motivo de participar das eleições a Deputado Federal. Companheiros Diretores da COBAP e companheiros e Presidentes das Federações aqui presentes.

A COBAP, suas Federações e entidades de base, vem lutando, dia após dia, em prol da melhoria da qualidade de vida do segmento, ou mais do que isso, pelo resgate de sua dignidade e do respeito que merece o cidadão aposentado e pensionista do Regime Geral de Previdência Social, que hoje sobrevive em situação de penúria, seja pela queda do seu poder de compra em face da defasagem do seu benefício, seja pela usura das instituições Financeiras que, sob o argumento de ajudá-los, por meio de empréstimos consignados em folha, vem fragilizando, ainda mais, o seu mísero salário e aumentando a sua angústia.

Não precisamos de empréstimos, precisamos, sim, de salário justo e digno. Queremos que o nosso, queremos o que é nosso, o que capitalizamos para um futuro tranqüilo. Recuperar as perdas acumuladas dos benefícios previdenciários em relação ao Salário Mínimo. Essa é a luta da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos.

Uma etapa dessa ação foi reconhecida, na Câmara dos Deputados, com a aprovação da Emenda nº 12, da Medida Provisória 288, de autoria do Deputado Ivan Ranzolin que prevê, a todos os beneficiários do Instituto Nacional de Seguro Social, um aumento de 16,67%. Nossas perdas superam a casa de 70%. E esse percentual, concedido agora, é o justo reconhecimento de 274 Legisladores da Câmara Federal ao estabelecer, para os aposentados e pensionistas, o mesmo índice que foi concedido ao Salário Mínimo, em abril do corrente ano.

Para o Governo Federal a decisão foi desastrosa. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou claro, aos líderes da base aliada, que vetará a extensão do reajuste do Salário Mínimo para os aposentados que recebem acima do Salário Mínimo. Na reunião realizada antes da decisão da Câmara o Presidente Lula avisou: "Nosso sistema fiscal não permite brincadeiras e eu não vou brincar." Foi a senha para o veto, caso o Senado venha a ratificar a decisão da Câmara.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 671
DOC:

Para o Ministro Bernardo, do Planejamento, a votação teve um ingrediente de sabotagem, foi uma irresponsabilidade, uma demagogia, porque não há a menor chance de sustentar uma coisa assim. Ele lembrou que não há previsão orçamentária para esse aumento e admitiu a possibilidade do veto do Presidente. Não vai haver alternativa. Se o Senado não colocar as coisas nos seus devidos lugares a saída vai ser vetar.

O Ministro Nelson Machado, da Previdência, disse que vai recomendar o veto. Com muita tristeza tomamos conhecimento das afirmações do Sr. Presidente da República pois, em sua campanha à Presidência, no ano de 2000, no Auditório Nereu Ramos, afirmou que iria recuperar o poder de compra dos aposentados e pensionistas concedendo-lhes a recuperação das perdas dos seus benefícios. A afirmativa de que a Previdência é deficiária e não suportaria pagar, aproximadamente os 7 bilhões de reais ora concedidos, que, no nosso entendimento, não chega aos 7 bilhões e, sim, a uns 4 bilhões e pouco. Isto sim é uma brincadeira.

Se a Previdência tem suportado o saque anual dos 20%, relativos à DRU, da Desvinculação das Receitas da União, retirados do total de suas receitas e valores, que chegaram, somente no ano de 2005, a 32 bilhões de reais, porque não pode pagar os parcos, frente a esse valor, de sete bilhões para retomar a dignidade, a cidadania e o respeito que merecem os aposentados e pensionistas? Esse é o cerne da questão. Retirar recursos da Seguridade Social que é, comprovadamente, superavitária e utilizá-los para a composição da dívida externa e outros fins diferentes aqueles a que se destinam, saúde, assistência e Previdência Social.

É injusto e inaceitável que se prossiga fazendo cortesia com o chapéu alheio. Enquanto os aposentados e pensionistas sobrevivem com seus salários cada vez mais defasados. Será que, mesmo no Governo da Esperança, continuaremos a ser tratados como cidadãos de segunda classe? Não poderemos e não vamos admitir mais essa condição. Estamos vivos e atentos e somos capazes, com a nossa organização, não só em ano eleitoral, mas a cada dia, de decidir e lutar por novos rumos a serem dados a esta Nação.

Clamamos por justiça social e, para isso, contamos com a sensibilidade e apoio dos nobres Senadores no sentido de vermos atendidas as nossas reivindicações nesta Casa Legislativa em especial. Aprovação da redação final da Medida Provisória 288-B, Projeto de Lei de conversão nº 18 de 2006, que estende o mesmo índice aplicado ao Salário Mínimo a todos os aposentados e pensionistas, independentemente do valor do benefício.

Votação urgente do PLS 296/03, de autoria do Senador Paulo Paim, que revoga o Fator Previdenciário, grande motivador da desagregação e da fragilização dos benefícios, dos benefícios perversos e inaceitáveis. Nós gostaríamos de complementar dizendo que todos os Governos passados após após 45, retiraram, dos cofres da Previdência, valores que alcançam, hoje, mais de um trilhão de reais.

Se esses valores retirados foram para o crescimento da Nação, nós concordamos que tudo tenha sido feito, com a criação da Companhia, usina, Siderúrgica Nacional, Itaipu, Ponte Rio-Niterói e tantas outras coisas mais. Tudo foi bem empregado. Mas deveria ser, imediatamente, ou posteriormente, devolvido aos cofres da Previdência a fim de se fazer um lastro natural, para essa Previdência, hoje, não ser tão vilipendiada

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 672
DOC:

com essa falácia de que ela é deficiária. Então, porque não se faz justiça através daqueles que são tão injustiçados. Muito obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados de Minas Gerais. Só para ficar registrado, pela importância desse debate, o primeiro orador inscrito foi o Sr. Hermélio Soares Campos, Presidente em exército da COBAP.

SR. ROBSON DE SOUZA BITTENCOURT: Senador Paulo Paim, Presidente dessa Comissão, demais membros da Mesa, demais participantes. É importante essa colocação que foi feita, através do Presidente em exercício da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Sr. Hermélio Soares Campos. E não só sobre a questão específica, né, do reajuste dos benefícios da Previdência Social mas, também, sobre a questão do Salário Mínimo, que é importante, onde o segmento de aposentados e pensionistas, a Confederação, suas Federações, vêm lutando, também, por um Salário Mínimo mais justo, mais digno, no Brasil. Porque entendemos que a classe social mais oprimida hoje, ela necessita, sim, de um ganho melhor, de um Salário Mínimo mais decente.

[troca de presidência]

E automaticamente, em cima dessa condição, o movimento, o segmento de aposentados e pensionistas liderado pela COBAP e suas Federações, vem buscar, também, junto aos parlamentares do Congresso Nacional, aos Ministros e à própria Presidência da República, o reconhecimento legal do direito que, hoje, os aposentados e os pensionistas têm de ter, o mesmo percentual de reajuste concedido ao Salário Mínimo.

Não apenas para aqueles que estão e que estão, até o piso do Salário Mínimo. Porque essa discriminação se todos contribuíram? Todos participaram da mesma forma para que a Previdência chegasse onde ela chegou. O direito é de todos. É igual para todos. Então, nós temos que ter muita coerência em reivindicar e mais coerência, ainda, do Governo, em reconhecer esse direito. A Previdência, ela não é deficiária. A Previdência, ela é superavitária. Isso está mais do que comprovado por entidades, por organismos que acompanham o dia-a-dia das fontes de receitas da arrecadação da Seguridade Social.

E é com essa finalidade que nós estamos, aqui, defendendo esse mesmo percentual, mais do que justo e conclamamos a que todos os parlamentares estejam embuídos e envolvidos na aprovação da Emenda do Senador Paulo Paim, 296/2003, que é fundamental, agregado, inclusive, à Emenda que já foi votada, discutida e aprovada, a Emenda 12, na Medida Provisória 288, para que possa ser encaminhado e discutido no Senado e levado para o Presidente da República.

Sabemos que, por colocações que ele já fez, que ele iria vetar, caso fosse aprovado pelo Congresso. Eu acho que nós temos que trabalhar melhor essa questão. E o movimento de aposentados e pensionistas vem trabalhando e vai continuar

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 673
DOC:

trabalhando. Estamos num ano eleitoral e isso é fundamental para essa decisão do veto ou não do Presidente da República. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado Robson de Souza Bittencourt. A Comissão Especial que estuda o Salário Mínimo, desde o primeiro momento, declarou e colocou na sua agenda que não era só o Salário Mínimo. Nós deveríamos, também, apresentar uma proposta referente ao salário dos aposentados.

Então, esse debate de hoje é muito importante, porque serve de elemento para o nosso Relator, que precisou sair um pouco, que é o Senador Paulo Paim, eu sou o Vice-Presidente da Comissão, incorporar elementos dos depoimentos dos senhores, agora, aqui, na nossa Comissão. Vamos ouvir agora, então, o nosso representante da Federação dos Aposentados da Bahia, o José Carlos Montes.

SR. JOSÉ CARLOS MONTES: Senador Paulo Paim, Deputado Walter Barelli. Estou aqui, neste momento, satisfeito e contemplado, depois de toda a explanação feita pelo companheiro nosso da COBAP, nosso Presidente Hermélio. Para não haver muita delonga, tem outros companheiros que precisam falar, eu agradeço. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado pela sua gentileza. Vamos ouvir, então, agora, da Federação dos Aposentados de São Paulo o Antônio Alves da Silva.

SR. ANTÔNIO ALVES DA SILVA: Bom. Excelentíssimo Sr. Deputado Walter Barelli, vice-Presidente da Comissão, hoje presidindo-a. Caro Senador Paulo Paim, que esteve presente com a gente até agora, demais componentes da Mesa, amigos aqui presentes. Quero destacar a presença do Zé Maria, que é Presidente Nacional do PSTU aqui com a gente. Eu queria dizer o seguinte: Que a famosa verdade do déficit da Previdência é defendida - quando eu falo famosa verdade, coloco verdade entre aspas - defendida pelo Governo, cai por terra, na palavra do hoje, o maior líder do PT, que é o ex-Ministro da Previdência, o Sr. Ricardo Berzoini.

Lá na Praia Grande nós tivemos um seminário de assuntos jurídicos, aonde o Sr. Ricardo Berzoini fez uma palestra, que disse que, na Previdência, não há déficit. E, essa semana, saiu na revista Veja, a afirmação do mesmo Deputado Ricardo Berzoini, dizendo que, realmente, na Previdência não há déficit. Então, vem a pergunta: Porque defendem, com tanta ênfase, que a Previdência é deficiária e que, por isso, não se corrigem os salários dos aposentados com justiça, para que eles tenham dignidade, nesse resto de tempo de suas vidas?

Caro Deputado Walter Barelli, caro amigo Senador Paulo Paim, estamos aqui, mais uma vez, juntos. Essa é a segunda vez que nós estamos participando aqui, juntos, nesta Casa, para, com V. Exas., discutirmos esse reajuste possível do salário dos aposentados que ganham acima do Salário Mínimo. Temos já, aqui no Senado, a Medida Provisória 288, já aprovada na Câmara, que reajusta o salário desses aposentados da mesma faixa do Salário Mínimo, 16 alguma coisa porcento. E temos, na Câmara, hoje, em votação a Medida Provisória 291. E solicitamos...

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 674
DOC:

Também, registramos a presença, agora, do Deputado Jackson Barreto, Presidente da Comissão. Desculpa, Deputado, eu não o vi chegar. Mas é com alegria que a gente tem, então, os três membros principais aqui e a eles nós recorremos, desta vez, para pedirmos que, como temos certeza, que essa Medida Provisória 288 vai ser aprovada no Senado, com o trabalho do Senador Paulo Paim, já foi aprovada na Câmara, que não permitam que o Governo do Presidente Lula cometa mais uma injustiça com os aposentados, vetando essa lei, que será, após a aprovação aqui nesta Casa.

Nós esperamos, com toda a nossa vontade, com toda a nossa força, com toda a nossa disposição de luta, mas acreditando que, principalmente aqui nesta Mesa, estão os verdadeiros líderes nossos para fazer com que o Governo não vete essa lei que vai sair daqui. Nós contamos com vocês, com o Presidente Barreto, com o amigo Barelli, com o amigo Paim, para que nós, dessa vez, realmente possamos dizer assim: "Vencemos". Mesmo sabendo que vai ser difícil. Mas temos confiança nesse grupo e temos confiança nos aposentados, na liderança do Sr. Hermélio, do Sr. Marcílio, que ora é Presidente licenciado, que nós vamos chegar lá e tenho certeza que, desta vez, as portas estão abertas. É isso que eu queria dizer. Muito obrigado a vocês.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos passar a palavra agora, Senador Paulo Paim, ao Dr. Alcides dos Santos Ribeiro, Presidente da Federação dos Aposentados do Mato Grosso do Sul.

Quero dizer, aqui, aos companheiros todos, das Federações que estão aqui, nós estávamos em outro compromisso. Daqui a pouco eu vou ter que sair, outro compromisso, porque a agenda nossa, aqui, nessa Casa é um negócio de louco. Quem tem responsabilidade do exercício do mandato tem que ter uma ação de presença em todas as horas, áreas, para as quais é convocado.

Mas eu quero deixar bem claro aqui e eu dou essa informação ao nosso Deputado Walter Barelli, vice-Presidente da Comissão e ao Senador Paulo Paim que, durante a votação da Emenda dos aposentados, na Câmara Federal, nós, fiéis ao nosso trabalho, da nossa Comissão e da nossa luta em favor dos aposentados, votamos a favor dos aposentados. Eu acho que o Governo precisa sentar numa Mesa de Negociação e buscar um entendimento, porque não dá para ficar na situação que está.

Essas informações, eu acho necessárias porque, quando me questionavam a respeito do meu voto eu disse: Incoerência não é fazer parte da base do Governo e votar com os aposentados. Incoerência é ser Presidente de uma Comissão que discute recuperação e política permanente de salário e se discute política de aposentados e pensionistas e, na hora do voto, você dar um voto contrário aos aposentados. Isso, para mim, é que é incoerência. Então, eu quero passar a palavra, nesse momento, ao Dr. Alcides dos Santos Ribeiro, Presidente da Federação dos Aposentados do Mato Grosso do Sul.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 675
DOC:

SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO: Boa tarde a todos, Deputado Presidente, Deputado Jackson...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pedir aos aposentados que, os que já falaram, das Federações dos aposentados que já falaram, que vão para o Plenário, que é importante a presença dos senhores lá no Plenário. Tá bom? Muito obrigado. Dr. Alcides, me perdoe, volto a palavra a V. Sa.

SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO: Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, apenas uma correção, ainda não sou doutor não, só Professor. Deputado Walter Barelli, nosso amigo Paulo Paim, obrigado pela oportunidade. Eu gostaria, apenas, de lembrar uma coisa que, quando a gente fala em Salário Mínimo, nós temos que ver que Salário Mínimo, provavelmente, deveria já ter sido instituído, no Brasil, desde a instituição da Lei Áurea, quando aboliu-se o trabalho escravo no nosso País. Hoje se preocupam muito com o trabalho escravo em carvoarias que, inclusive, isso é um câncer no meu Estado e trabalho escravo de crianças e jovens. E submete os trabalhadores e, principalmente, os aposentados a uma redução drástica do valor aquisitivo do seu salário.

Então, nós devemos pensar bastante nesta Comissão o que é, realmente, o que representa, o Salário Mínimo ao povo brasileiro. Nós precisamos ter um Governo que, realmente, governe para os brasileiros. Para que permita que os trabalhadores possam construir a sua família, ser, realmente, uma força de trabalho produtiva, com qualidade, para o nosso País elevando a nossa condição de Terceiro Mundo para Primeiro Mundo o mais rápido possível. Então, eu acho que, se nós não pensarmos no trabalhador e no aposentado como ser humano, como uma pessoa que, também, está morando em nosso País, contribuindo para a sua construção, nós não vamos nunca chegar num ideal do Salário Mínimo.

Nós precisamos ter um salário condizente, como diz o artigo da nossa Constituição, que nos garanta lazer, que nos garanta saúde, educação, que nos garanta uma boa vida. Não é construindo um País onde trabalhadores, que ganham a miséria de 1.200 reais ou 1.300 reais por mês, são submetidos à desconto em folha de Imposto de Renda na Fonte e cujo imposto vai alimentar salários de 20, 30, 40 mil reais dentro do serviço público, essa é uma injustiça social muito grande. Nós precisamos, realmente, fazer essa correção do Salário Mínimo do povo brasileiro. Fazer uma correção das aposentadorias que vêm sendo feitas. Aí, nós vamos acreditar que, realmente, nós temos um Governo social, nós temos um Governo comprometido somente com a sociedade brasileira. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Como último representante aqui, dos líderes da COBAP, a palavra ao Dr. Oswaldo Fauerhamel da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul. O nome é complicado.

SR. OSWALDO FAUERHARMEL: Mas é brasileiro. Deputado Jackson Barreto, Deputado Walter Barelli, Senador Paulo Paim, companheiros aposentados, líderes sindicais aqui presentes. Eu quero me congratular com esse momento, de sermos convidados a participar desta reunião pública que trata do Salário Mínimo para o futuro. Eu quero, aqui, neste momento, chamar a atenção dos Legisladores, Senadores e

AFN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 676
DOC:

Deputados, a maioria deles foram Constituintes, aprovaram uma Constituição Cidadã de 88. E eu quero citar alguns trechos, perdoem-me se alguma coisa for errado, que eu tenho de cor.

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei. Aprovado pela Constituinte. Por que? Nós temos 10 milhões de aposentados que se aposentaram com um Salário Mínimo e outros que já baixaram para o Salário Mínimo, dado essas defasagens de aumento, têm direito a um aumento que é o piso salarial do aposentado, tem direito a um aumento de 16,67% e os outros oito milhões de aposentados que ganham alguma coisa superior ao Salário Mínimo, só têm direito a receber 5% de aumento. Então... Alegando que não há previsão orçamentária e que, também, há um déficit da Previdência. Então, voltando à Constituição, Art. 194, que trata do Capítulo da Seguridade Social, diz que a Seguridade Social é formada por Saúde, Previdência e Assistência Social. No Inciso IV desse mesmo artigo, está a garantia da irredutibilidade de salário. Se é garantia de irredutibilidade de salário é cláusula pétrea. Não se pode alterar.

No Art. 195, diz como será financiada a Seguridade Social. Então, tem todos os itens lá, que é da folha de pagamento, pelo faturamento das empresas, do lucro líquido, das loterias, tudo isso está dito lá. E eles alegam que é deficiária a Previdência. Então, eu só quero, o que eu tenho em mãos, as arrecadações do ano 2004. Então vamos aqui. A Receita Previdenciária Líquida, 93 milhões de reais. Previdenciária. Aliás, essa da Seguridade, da Previdência. O gasto da Previdência, neste mesmo ano, pagamento de benefícios, deu 134 milhões. Então, aí deu um déficit, que é o que o Governo alega.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. OSWALDO FAUERHARMEL: Bilhões. Perdão. Só que, se Previdência, Saúde e Seguridade Social formam a Seguridade Social, porque que a Previdência, sozinha, só ela é deficiária? E a Previdência, como um todo, é superavitária, que foi superávitaria em 2004, em 42 bilhões de reais. Não tenho os dados precisos mas sei que, no ano de 2005, houve um superávit de 42, 52 bilhões de reais. E como que a Previdência é deficiária se ela faz parte da Seguridade Social? E a Seguridade Social é superávitaria em 52 bilhões de reais.

Então Srs. Senadores e Srs. Deputados, foi aprovado por grande parte dos senhores, que nem todos foram Constituintes, mas aqueles que foram Constituintes aprovaram a irredutibilidade de salário. Aprovaram a esse, todos esses termos que têm, que eu li, que está na Constituição. E hoje nós estamos com uma defasagem, que já atinge, superior a 60%.

Os aposentados confiam em que todos os senhores Legisladores ao votarem, ao apreciarem, o Projeto Legislativo do Senador Paulo Paim, o 58/2003, que repõe toda a perca salarial dos aposentados, que este Projeto não é nada mais, nada menos, do que os próprios senhores aprovaram, nas disposições transitórias constitucionais, Art. 58, que diz que todo o aposentado, em vigor, terá seu valor reajustado pelo Salário Mínimo, quantidade de Salário Mínimo, que tinha no momento da sua aposentadoria. Este Projeto do Senador Paulo Paim deverá entrar em votação em pouco tempo, pois nós estamos colhendo as assinaturas para que entre como Projeto de iniciativa popular.

Quando este Projeto estiver a ser votado, eu solicito a todos os senhores Legisladores, Senadores e Deputados, que olhem para os aposentados, que hoje já

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 677
DOC:

estão querendo passar para a faixa da mendicância, porque nós temos, só no aumento dessa defasagem, de 11% desse aumento de Salário Mínimo, daqueles que ganhavam acima de um Salário Mínimo, com essa defasagem, um milhão e meio de aposentados já baixaram para o Salário Mínimo. Então é isso Srs. Deputados, Srs. Senadores, o apelo que eu faço em nome dos aposentados do Brasil, que atentem para essa modalidade, que o Governo está procurando noções infringir. É o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu queria comunicar, a Câmara, hoje, certamente vota a Medida Provisória que o Governo fez de 5% sobre o Salário Mínimo, a COBAP ficou contra desde o início. E eu tenho de me retirar para tomar algumas providências em relação a isso. Por isso eu estou pedindo a licença para isso. E declaro já aqui que eu estou votando com os aposentados.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senador Paulo Paim, gostaria que V. Exa. presidisse aqui a Comissão, porque nós temos que ir lá para o Plenário. E convidar aqui, como último, o companheiro representante da Confederação Nacional de Lutas, a CONLUTAS, José Maria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A partir desse momento, só para atualizar o Plenário, conforme o combinado, aqueles que estavam na Mesa, representante da COBAP e as respectivas Federações e Confederações, eu já havia anunciado no início. Agora, eu vou abrir ao Plenário, né, dando possibilidade que o ex-Presidente da COBAP possa falar também, licenciado, mas ele está aqui como representante, também, dos aposentados e pensionistas e os outros companheiros que estão no Plenário, que também querem se posicionar sobre esse tema. Isso havia sido combinado, já, nesse momento. O primeiro inscrito é, já anunciado, José Maria e, em seguida, o Marcílio também vai poder falar sobre o tema.

SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA: Obrigado Senador Paim, Deputado Jackson Barreto, Hermélio, Presidente em exercício da COBAP e minha liderança de sempre aqui, Benedito Marcílio, você sabe, não é Paim, que esse é o meu primeiro chefe; Marcílio está me perseguindo até hoje aqui.

Mas eu falo aqui, Senador, em nome da Coordenação Nacional de Lutas. Nós nos constituímos, agora no começo de maio, como uma Central Sindical, uma Central de caráter sindical e popular, estamos encaminhando, inclusive, nesse momento, todo o papelório necessário para registro, inclusive, no Ministério do Trabalho. E, em nome da Coordenação Nacional de Lutas, eu queria dizer que nós estamos nessa batalha junto com os aposentados, porque nós entendemos, em primeiro lugar, como já foi dito por todos eles aqui, que é de direito que os companheiros recebam, mesmo, o reajuste, que recebeu o Salário Mínimo vigente no País.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 678
DOC:

Mas nós achamos que, de fato, há um debate mais profundo acerca desse tema, eu vou falar três minutos sobre isso e formalizar a apresentação, aqui, a essa Comissão, de uma proposta que nós preparamos, no esforço da CONLUTAS, da COBAP, um conjunto de entidades sindicais, vocês têm já as cópias dessa cartilha na Mesa, essa proposta de valorização do Salário Mínimo, não tenho, infelizmente, uma cópia dela para todos aqui, mas, para nós, esse debate está vinculado ao conjunto da discussão que se faz sobre orçamento do País e sobre financiamento da Seguridade Social.

Qual é o problema? Ou seja, nós temos, em primeiro lugar, essa necessidade de que, as pessoas que se aposentam depois de uma vida de trabalho, tenham respeitado, como mínimo, o direito, o poder de compra do salário com que se aposentou. E esse é um direito básico que vem sendo, não só no atual Governo, mas nos anteriores, desrespeitados no País e acho que foi muito importante essa primeira votação que houve na Câmara e que, na nossa avaliação, tem que ser mantida e assegurar o mesmo reajuste para o conjunto dos aposentados.

Mas, nesse trabalho que a gente apresenta, ela parte dessa discussão, propõe uma política de valorização do Salário Mínimo, é necessário recuperar o valor do Salário Mínimo, no sentido de atingir o cálculo que o DIEESE faz, em primeiro lugar, tratando os benefícios para quem recebe o Salário Mínimo. Em segundo lugar dos benefícios para o conjunto da sociedade. Uma elevação no Salário Mínimo beneficia o comerciante, beneficia o industrial, beneficia todo mundo, toda a sociedade ganha com isso.

Mas ela trata, também, de um outro aspecto, que é de quais as condições do País para fazer, para praticar, essa política, tanto para assegurar um reajuste igual para todos os aposentados neste momento, no 16,67%, como para promover uma política de valorização do Salário Mínimo, seja discutindo o problema do financiamento da seguridade; o companheiro que me antecedeu já tocou nessa questão, se nós tomamos a Constituição, o conceito de seguridade que foi assimilado na Constituição de 88, as fontes de recursos para financiar a Seguridade Social, estabelecidas na Constituição e nas leis votadas nesse Congresso posteriormente, não há déficit na Previdência Social, não há déficit na Seguridade Social. Há superávit.

O problema é que, hoje, o recurso é canalizado para outra coisa que não a finalidade daquele imposto, daquela contribuição, quando ela foi constituída por lei. E, por outro lado, nós queremos discutir o orçamento do País, ou seja, nós vivemos num País em que o Governo alega, reiteradas vezes, que não há recursos para melhorar o Salário Mínimo, para dar o mesmo reajuste para os aposentados, para investir na saúde, na educação, na moradia, mas nós tiramos do orçamento da República, todo ano, 180 bilhões de reais para pagar o juros da dívida, para pagar serviços da dívida. E é preciso discutir se esse dinheiro está sendo bem aplicado, sendo remetido para banqueiros e grandes empresários, ou se é necessário reorientá-lo para melhorar o Salário Mínimo, para garantir o reajuste dos aposentados, para investir na educação, na moradia, na saúde; esse debate, para nós, é fundamental.

Então, eu queria encerrar minha fala e o sentido da nossa presença aqui, da presença da CONLUTAS, é de apoiar essa luta que a COBAP tem levado, nos solidarizarmos e nos somarmos a essa batalha, em defesa do reajuste igual para todos os aposentados do 16,67 para apresentar, Paim, formalmente, essa proposta, que nós

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 679
DOC:

construímos para essa Comissão, na medida que a Comissão está discutindo uma política de valorização do Salário Mínimo. Então nós queríamos apresentar, formalmente, esse trabalho que fizemos como uma contribuição à Comissão.

E queria, por último, não queria deixar de registrar aqui, que nós achamos importante, é saudar e apoiar, em nome da CONLUTAS, esse esforço que você, com o Senador, fez aqui na Casa, dar, em relação a esse PLS, do Fator Previdenciário. Muito importante, nós que somos trabalhadores do setor privado, padecemos uma mazela grande criada pelo chamado Fator Previdenciário. São milhões de companheiros que, depois de 35 anos de trabalho, tendo começado a trabalhar com 13, 14 anos de idade, tem que trabalhar mais cinco, seis, sete anos, se quiser manter aquele valor, que ele teria direito, para se aposentar. Então, nós queremos expressar aqui o nosso apoio, vamos trabalhar no sentido de que ele seja aprovado no Senado e no Congresso Nacional. E, depois, sancionado pela Presidência da República. Obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria passar, de imediato, a palavra, aqui, à nossa Deputada Vanessa Grazziotin, que tem sido uma lutadora por essa causa, porque ela vai ter que se retirar, pelo debate que está acontecendo lá, na Câmara dos Deputados, inclusive sobre o 16,7. Dizer para o Zé Maria, rapidamente, que eu fiquei muito contente, eu chego a dizer, Zé Maria, que não entendo como que o Movimento Sindical não assume essa bandeira do Fator Previdenciário. Não consigo entender como que não assume de fazer uma campanha de rua, de propaganda na televisão, de pressão no Congresso, aquela pressão democrática, né, natural, porque é o maior crime feito, no meu entendimento, contra a classe trabalhadora. Não há um País do mundo que tem isso. Foi uma lei de 1999, nós estávamos naquela luta, votamos contra... Pois bem, o momento é esse, é esse de pressionar para derrubar o Fator Previdenciário e nós sabemos que podemos fazer isso. Só foi aprovado, o 16,7, na Câmara, porque houve uma pressão do movimento social organizado, liderado pelos aposentados e não dá para negar, principalmente, para aqueles que estão aqui presentes.

SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA: Foi uma das resoluções do Congresso nosso, Paim. Tem nos faltado perna, mas nós vamos começar um trabalho, agora, organizado pelo sindicatos, em apoio a esse PLS que você apresentou aqui.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Gostaria Senador Paulo Paim, primeiro, de comprimentar os convidados que participam da Sessão de hoje, que já estiveram conosco em outras oportunidades e, como sempre, trazendo informações importantes, subsídios importantes à essa Comissão. Eu, infelizmente, não vou poder ficar, Senador Paulo Paim, que nós também estamos com a pauta um bocado cheia mas, infelizmente, um bocado trapalhada. Já tem alguns dias que ninguém vota absolutamente nada e o próximo ponto é, exatamente, o ponto da Medida Provisória 291, que trata dos benefícios da Previdência Social e uma das Emendas que constam lá é a Emenda do Senador Paulo Paim.

A gente tem discutido com o Governo de que essa é uma votação ganha para o lado dos aposentados. Eu não tenho dúvida quanto a isso, Senador, não tenho dúvida quanto a isso. Às últimas votações já teve esse reflexo. Não teve voto contra. O que

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 680
DOC:

teve foi uma tentativa de não votar naquele momento. Agora, não houve um voto contra, sequer.

Isso é importante. Isso é muito importante que tenha acontecido, o que vai forçar uma negociação. Eu acho que essa Comissão aqui, essa não é uma Comissão qualquer, nós temos dito, é uma Comissão que a gente tem procurado envolver os movimentos sociais todos e buscar o compromisso do Governo Federal, do Poder Executivo, para que o que seja aprovado, o que ficar aprovado aqui seja cumprido.

Então é uma negociação que se abriu, do ponto de vista do Salário Mínimo e, graças ao nosso Relator, né, vocês têm sorte do Relator ser o Senador Paulo Paim. E eu digo isso com muita tranqüilidade, viu gente, talvez eu, no lugar dele, qualquer outra pessoa no lugar dele, não teria feito o esforço que ele fez para incluir na pauta também o problema dos aposentados, que nós defendemos o Salário Mínimo do DIEESE não tenho dúvida nenhuma, que nós defendemos a recuperação do salário do aposentado.

Quem que não tem um aposentado na família, ou mais próximo, ou mais longe, eu tenho meu pai. Meu pai foi aposentado, eu digo isso aonde quer que eu vá, foi aposentado com dez Salários Mínimos e hoje ganha menos do que quatro Salários Mínimos. Ou seja, quem não conhece, quem não convive com um aposentado, isso não é um problema corporativo, é um problema de reconhecimento da sociedade, problema de justiça social.

Então, eu acho que a gente caminha muito bem. E essa polêmica, vocês não fazem idéia da importância dessa polêmica, que está sendo travada na Câmara Federal. Porque, se a vitória não vier agora, porque há possibilidade do Presidente vetar, há possibilidade do Presidente vetar. Se a vitória não vier agora já é o caminho, o terreno sendo fertilizado para a próxima batalha que vai vir logo em seguida. Então eu acho que, Senador a gente deve aproveitar essa oportunidade da instalação da Comissão, aproveitar da liderança que tem V. Exa. perante os aposentados do Brasil e, da mesma forma, como o Movimento Sindical, hoje, na questão do Salário Mínimo, encontrou uma unidade ou, pelo menos, busca uma unidade e o que a gente quer é recuperar o valor que os aposentados façam o mesmo.

Eu acho que a gente não deve perder essa oportunidade que, na minha opinião, é ímpar. O próximo Governo está muito próximo, a gente vai voltar à discutir a reforma previdenciária, portanto, nós temos que providenciar uma amplíssima mobilização, amplíssima e representativa mobilização, para que a reforma seja para melhor e não para aprofundar essas mudanças que foram já iniciadas. Não é? Então eu peço desculpas, não só do nosso Senador que, hoje funciona aqui como Relator e Presidente e peço desculpa dos senhores também que eu vou ter que me retirar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, ao ex-Presidente da COBAP, o nosso querido Marcílio. Não é ex-Presidente, é Presidente licenciado da COBAP, eu diria.

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Nobre Senador Paulo Paim, Relator desta Comissão Especial, companheiro Hermélio, Presidente em exercício da nossa Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, companheiros e companheiras, dirigentes de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 681
DOC:

Federações e entidades representativas de vários Estados da nossa Federação, filiadas à nossa Confederação. Na verdade, vamos prosseguir falando o que sempre falamos, com referência ao Salário Mínimo. Nós verificamos, Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Relator, que esse Salário Mínimo, mesmo agora passando para 350 reais, que todo mundo está se vangloriando aí de aumento real, que foi dado, de 16,67, ainda é um Salário Mínimo inconstitucional.

E nós, membros da Confederação Brasileira de Aposentados, não participamos desta discussão, desse Salário Mínimo tão falado aí e que foi vitória pelas Centrais Sindicais, que eu acho que, se fosse um acordo para um Salário Mínimo com elevação pela sua constitucionalidade, era uma vitória. Está muito distante dessa proposta que nós, representantes dos aposentados e legítimos representantes dos aposentados desse País, que é a Confederação Brasileira dos Aposentados não concordamos.

E um dos outros pontos, também, de surpresa pela posição assumida pelas Centrais Sindicais, algumas Centrais, também na situação do reajuste dos benefícios dos aposentados que ganham acima do Salário Mínimo, que estão vangloriando, também, que fizeram um acordo de 5%, é um acordo vergonhoso, aonde a COBAP mantém-se a coerência das lutas e das reivindicações dos aposentados e pensionistas do Brasil. Nós não concordamos com a forma da aplicação de índice diferenciado. Se houve um reajuste acima do INPC, que é tido como aumento real no Salário Mínimo, nós também estamos com as nossas aposentadorias defasadas com referência as nossas aposentadorias de equivalências de Salário Mínimo. Hoje ultrapassando uma perda acima de 62%.

E com um agravante que a desvinculação do índice, aplicando para o Salário Mínimo um valor e, para quem ganha acima do Mínimo, outro valor pura e simplesmente o índice, nós estamos caminhando, Sr. Presidente, para a curto prazo, neste País, uma aposentadoria desse Salário Mínimo. Estivemos debatendo esse ponto várias vezes com nossas autoridades, com Ministros, com Deputados, com Senadores. E, na verdade, o que verificamos é que não há por parte deste Governo, como não houve também interesse dos Governos anteriores, em corrigir esta grande distorção e, até, uma grande injustiça que está ocorrendo com os aposentados e pensionistas nesse País.

A COBAP, a Confederação Brasileira de Aposentados, neste momento está feliz pela posição assumida pelo nosso Senador Paulo Paim. Além de lutar por esse direito que todo o aposentado brasileiro reconhece que é, de fato e de direito, estamos agora, neste ano, sentindo, realmente, que, através da decisão da Câmara Federal, começou dar uma resposta às nossas mais sentidas reivindicações. E, com certeza, virá, também aqui, para o Senado Federal, no qual nós temos o nosso guerreiro, o nosso líder dos aposentados, que é o Senador Paulo Paim, no qual nós, aposentados, estamos felizes de ter esta representação importante em defesa dos aposentados. E, também, pela iniciativa de criar essa Comissão nós também queremos deixar, aqui, o nosso sincero agradecimento, pois estamos tendo oportunidade de falar o que pensamos da classe que representamos.

Nós esperamos que o Senado Federal venha, também, aprovar esse reajustamento das aposentadorias, para quem ganha acima do mínimo, o mesmo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 6882
DOC:

percentual que foi dado ao Salário Mínimo. E, com referência as Centrais que, realmente, fizeram esse acordo, nós só temos a lamentar porque nós procuramos e buscamos e estamos aí buscando esta unidade, também de representação, para que junto pudéssemos fazer uma grande frente e deixar bem claro que nós não somos contra Governo nenhum. Nós somos muito, muito claro, a favor das nossas reivindicações.

E que as Centrais Sindicais deveriam, realmente, rever essa posição. Mas, na verdade, isso vem vindo com omissão, inclusive, de representação. Acabaram com a aposentadoria por tempo de serviço. Acabaram com a aposentadoria proporcional. Acabaram com a aposentadoria, praticamente, da especial. E foram acabando com os nossos direitos e a gente não vê movimentos dos trabalhadores para resgatar essa conquista. O Fator Previdenciário também que, está aí na nossa frente, que vai trazer problemas, e perdas e mais perdas, ainda, nas futuras aposentadorias. Não se vê nenhum movimento.

O que se vê é fazer um acordo com o Governo para um Salário Mínimo inconstitucional e fazer um acordo para receber o reajuste dos benefícios que contraria, totalmente, a reivindicação dos aposentados desse País. O que os aposentados desse País desejam? Que o mesmo percentual que for dado ao Salário Mínimo seja, também, extensivo para os que ganham acima do mínimo. Recursos também existem. Nós não podemos Sr. Senador Presidente e Relator Paulo Paim, concordar com as manchetes das mídias aqui nesse País escrita, falada, televisionada. Os argumentos do Governo dizendo que essa aprovação aí no, é questão política eleitoreira essa decisão de votar o mesmo percentual para os que ganham. Não é verdade. [soa a campainha] Vou concluir. Recurso existe. Mais de 42 bilhões de reais de superávit. O que falta é vontade política. O Governo, inclusive, que veio de um chão de fábrica, do Movimento Sindical, nem recebe os aposentados, já vai fazer quatro anos que está governando. E nós não fomos recebidos, ainda, pelo Presidente da República. Então, a nossa esperança, Sr. Senador, para concluir, está realmente no Poder Legislativo desse País. Esperamos e contamos com o apoio dos nobres Senadores para votar, também, esse índice de reajuste para este ano equivalente ao Salário Mínimo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhores e senhoras. Eu pretendo encerrar a Reunião a partir desses depoimentos que só vão enriquecer o nosso trabalho. Quero agradecer à COBAP e, também, à Confederação Nacional de Lutas, a CONLUTAS, aqui com o Zé Maria, por essa contribuição. Eu entendo que esse livro que ora recebo, um pequeno livreto, ele traz uma grande contribuição, tanto para a política do Salário Mínimo, como, também, para os benefícios dos aposentados e pensionistas e pode ter certeza que vou levar em consideração a contribuição, como, também, a carta, a terceira carta da COBAP e é bom que seja a terceira, tratando do mesmo tema e exigindo, exigindo naquela pressão democrática, que o Senado acompanhe a votação da Câmara dos Deputados, em relação ao reajuste dos aposentados.

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 683
DOC:

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Só por uma questão de justiça. Realmente esse trabalho, que estamos apresentando, aqui, ao nobre Senador, teve a iniciativa das Centrais CONLUTAS, na liderança desse jovem companheiro José Maria e que a COBAP, junto com esse conjunto representativo.--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permite, eu leio aqui, rapidamente, para ficar registrado.

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, esse documentado, que me é ora encaminhado, pela CONLUTAS, SINDFISCO, UNAFISCO Sindical, COBAP 20 anos, que é o Conselho dos Aposentados e Pensionistas, que está aqui com o Presidente atual, que é o companheiro Hermélio Soares de Campos e o ex Presidente Marcílio. SINDFISCO, SINDILEGIS, SENAFISCO, SINAIT, SINDPETRO... SINDPETRO, depois, ainda, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional e, ainda, a Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais e Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Foram, inclusive, Senador, trabalhos de Comissão de muitos dias de trabalho e horas de trabalho, para apresentar também, esta sugestão, para os nossos representantes do povo, no sentido de criarmos, inclusive, condições de conseguirmos o Salário Mínimo constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria informar a todos que, quando o Relatório estiver pronto, todos aqueles que participaram das Audiências Públicas, serão convidados para debater o Relatório antes de submeter a voto. Ou seja, os movimentos sociais vão debater, com o Relator, o Presidente e o Vice, o Relatório final.

E esse Relatório, final depois de apreciado pelos Movimentos, aí eu me sinto em condição de apresentar para os Senadores, que eu tenho certeza que votarão a redação final, que será impressa naturalmente e, naturalmente, serão citados todos aqueles que participaram da elaboração do Relatório, que conclui, então, o que seria, na nossa visão, o melhor para o País e, principalmente, para o povo brasileiro, em relação à política de Salário Mínimo permanente, com a conseqüente recuperação e como, também, dos benefícios dos aposentados e também pensionistas.

E dizer que, entre essa semana, o mais tardar a semana que vem, o Senado há de votar o reajuste de 16,7. Eu fiz um compromisso comigo mesmo. Todo dia eu uso a Tribuna do Senado, falando da importância dos Senadores votarem o 16,7. Já li duas cartas da COBAP, praticamente comentarei essa terceira, que é a exposição aqui do nosso Presidente em exercício, o Hermélio.

E, naturalmente, falarei, inclusive, dessa contribuição que ora recebo, que vai na mesma linha. Quero dizer que o Governo deveria ver com muita cuidado o veto a essa matéria, que eu estou muito confiante, claro que eu não posso prever o futuro, que o Senado vá aprovar. Eu tenho dito que, eu não só votarei, como farei a defesa no dia em que a matéria for votada e citarei, inclusive, a posição da COBAP, representando aí, digamos 22 milhões de aposentados nesse País e tomarei a liberdade, também, de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 684
DOC:

dizer para que aqueles que não estão bem informados, no Plenário, que não há um setor do Movimento Sindical que me disse que é contra o reajuste 16,7.

Isso é bom, porque mostra que não dá para alguém dizer que alguém é contra, como aqui o Marcílio colocou. Nós somos a favor da causa, da proposta. Ninguém é contra alguém. Eu prefiro ser a favor, mas a favor, naturalmente, de uma política justa para o trabalhador brasileiro e para os aposentados e, também, pensionistas.

Mas queria insistir, ainda se Vs. Sªs. me permitirem, no encerramento, da importância da luta do Fator Previdenciário. Essa luta é tão importante quanto a luta da recuperação das perdas, por exemplo, via o PL 58. Na minha avaliação e eu estou aqui no Senado há quase quatro anos, já, os dois Projetos mais importantes para a classe trabalhadora, aqui dentro, é esse da recuperação dos benefícios, dos que já estão aposentados e que está simbolizado nesse momento no 16,7 e o Fator Previdenciário. Porque o Fator Previdenciário, como disse muito bem o Zé Maria, ele vai interferir na vida de todo o trabalhador brasileiro.

Quem não é aposentado sonha um dia em se aposentar. Então nós temos que unificar essa luta dos que estão na ativa e os que estão aposentados. Ou seja, os dois Projetos deveriam ser aprovados. A simbologia do PL 58 e do PL 286, não é, que é o que trata da questão do Fator Previdenciário. Não é porque eles são de minha autoria. Eu sempre digo que essa não é a questão. Aprovem o que quiserem, desde que contemplem essa posição, que é uma posição do movimento social. Quando eu apresento um Projeto não é com um invento da minha cabeça, é porque a COBAP, os Sindicatos, enfim, comprometidos com a luta, me apresentam a idéia e eu encaminho o Projeto de Lei. Então, isso é a vitória dos movimentos sociais.

O Fator Previdenciário, eu chego a dizer o seguinte. Me diga um único País do mundo que adotou? Eu insisto com essa tese. Diga um único Fundo de Previdência Privada que adotou. Eles não adotam porque sabem que o cara não vai se associar lá se entrar o Fator Previdenciário, né? Eu chego a dizer, para dar como exemplo: "Me digam aqueles que ganham mais que seis, sete Salários Mínimos, porque a tais 10 Salários Mínimos, eu digo om que? Papo furado." Ninguém ganha, no Regime Geral da Previdência, se há uma defasagem de 70%, a maioria fica entre seis; a maioria não, quem ganha o máximo, ganha seis, sete. É daí para baixo.

Bom, agora os que ganham os altos salários. Vê se aplicam o Fator Previdenciário. Inclusive para mim, eu chego a dizer. Eu, quando sair daqui, eu estou aposentado com salário integral, que a mim não aplica o Fator Previdenciário. Por que? Porque Deputados e Senadores tiveram o cuidado que não fosse aplicado para eles. Aos Ministros, algum Ministro aplica na hora da aposentadoria? Não. Aos Ministros do Supremo que se aposentam com salário integral que vai dar, agora, 25.600. Salário integral. Não aplica. Quem ganha mais do que seis, sete não aplica. Quem ganha de seis, sete, para baixo, aplica. Aí não dá.

É o mínimo de coerência e justiça. Por isso que, se confirmarem, já que eles fizeram Recurso, para que o Fator Previdenciário fosse para o Plenário, que vai ser o Senador Romero Jucá, eu gostaria muito, que o movimento social organizado começasse a conversar com ele e ele é candidato a Governador lá no seu Estado, Romero Jucá. É bom que ele saiba que o movimento social, todo, aí eu acho que

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 685
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

17ª REUNIÃO

Iniciada em 06/09/2006
(suspensa)
e Finalizada em 04/10/2006

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 687
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 17ª Reunião

Iniciada em 06/09/2006 (suspensa) e Finalizada em 04/10/2006

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às dez horas e cinqüenta minutos, na sala 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma e ainda com as presenças dos Senadores César Borges, Romeu Tuma, Paulo Paim, Heloísa Helena, Leonel Pavan, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, Serys Slhessarenko, Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi; e dos Deputados Walter Barelli, Marco Maia, Vanessa Grazziotin e Arnaldo Faria de Sá, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 17ª reunião, propondo a dispensa da leitura ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à discussão e votação do relatório final. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim. Os seguintes parlamentares fazem uma exposição sobre o relatório: Deputado Walter Barelli, Senador Paulo Paim e Senadora Heloísa Helena. O presidente comunica a suspensão da reunião para que o relatório possa ser melhor analisado. Em seguida, passa a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Walter Barelli. Nada mais havendo a tratar, suspende a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia 04 de outubro deste ano. Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, às dez horas e vinte minutos, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, foi reaberta a décima sétima reunião da Comissão Especial Mista, criada pelo ato conjunto nº 3, de 2005 – CN, para efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do país Sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, destinada a leitura e votação do Relatório Final da Comissão. A presidência passa a palavra ao relator, Senador Paulo Paim. Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos o Senador Romeu Tuma passa a Presidência ao Senador Rodolpho Tourinho. Fizeram uso da palavra o Relator, Senador Paulo Paim, bem como o Senador Sérgio Zambiasi, Senador Rodolfo Tourinho, Deputado Marco Maia e o Deputado Arnaldo Faria de Sá. A presidência coloca em votação o Relatório da Final Comissão, que é Aprovado por unanimidade dos presentes, pelo processo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 688
DOC:

simbólico de votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. E, para constar, eu, Verônica de Carvalho Maia Baraviera, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

17ª AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTERNA DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº, 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.
REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 10 HORAS E 50 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo ato conjunto nº 3 de 2005, destinado a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País.

As Atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a Mesa, as quais coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão.

A pauta desta reunião destina-se a leitura, discussão e votação do relatório final. Vou passar a palavra ao Sr. Relator, depois eu faço algumas considerações também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É com satisfação que, Deputado Walter Barelli que preside essa Sessão, que a gente está nesse momento com aquilo que eu chamo de uma minuta do relatório que pretendemos votar somente na próxima reunião, conforme entendimento já feito com V.Exª, e também com o Presidente Jackson Barreto.

Quero deixar claro que esse relatório ainda não é a posição final desse Relator, nem do Vice-Presidente Walter Barelli e nem do Jackson Barreto. É um relatório preliminar que no momento a Assessoria reuniu todos os documentos, fruto de um trabalho de quase um ano. E nós vamos fazer todas as adequações que entendermos assim necessárias, até alterando aquilo que entendemos que deve ser alterado para que possamos então apresentar esse relatório que eu gostaria muito que fosse um relatório conjunto, não só do Relator, mas do Presidente e do vice, para que o Plenário então se posicione e emende se entender necessário e faça as devidas alterações.

Mas o princípio, nosso Deputado Barelli, ex-Ministro do Trabalho e ex-Presidente do DIEESE, um especialista também nessa área, nós estamos aqui preocupados com três eixos. Eu diria eixo nº 1, que efetivamente o salário mínimo tenha garantido pelo menos a reposição correspondente à inflação mais o dobro do PIB, no mínimo, como foi pedido pelas centrais sindicais. Por quê? Pela livre negociação as centrais, as confederações, enfim, as entidades dos trabalhadores poderão negociar com os governos um reajuste até maior do que esse. Isso seria o

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 689
DOC:

mínimo assegurado por lei. Também o relatório que isso é fruto desse longo debate, ele altera o fator previdenciário e caminha na linha de que nós precisamos construir uma política permanente de reajuste dos benefícios daqueles que estão em plena atividade, de forma tal que a fórmula de cálculo do benefício tenha como parâmetro principalmente de 94 para cá. E aí claro podemos discutir qual a melhor redação, mas sairmos do fator previdenciário. Também trabalhamos muito com a questão dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Nós queremos aqui construir uma regra que garanta a reposição das perdas acumuladas dos aposentados que já chega em torno de 70%, e termos também uma política permanente de recuperação dos benefícios. Trabalhamos muito, Deputado Barelli, com a idéia de que é fundamental que a gente desonere a folha de pagamento daqueles que mais empregam, passando parte da contribuição para o faturamento e com isso nós estaríamos melhorando, inclusive, o caixa da previdência nessa lógica de um reajuste melhor para os aposentados e também para os pensionistas.

O eixo do debate que eu entendo que vamos travar aqui na Comissão depois que tivermos com o parecer final, já que no momento eu chamaria, uma grande minuta que compila o que foi até o momento. Eu tenho certeza que o relatório pode ser melhorado, pode ser aperfeiçoado, com esse objetivo que guiou os nossos passos durante quase esse um ano de termos definitivamente uma política permanente. Eu particularmente e gostaria muito de ouvir depois a opinião do Barelli que considero um especialista nessa área, acho que nós podemos avançar, inclusive, nesse ano no que deve resultar no valor do salário mínimo a partir de 1 de abril.

Eu lembrava antes na conversa com você, Barelli, de que mesmo no ano passado a peça orçamentária, ela trazia um salário mínimo de trezentos e vinte reais e depois numa discussão grande aqui no orçamento, e também na Casa com Deputados, Senadores, o conjunto do Movimento Sindical Brasileiro também participou o Executivo, nós chegamos a trezentos e cinqüenta reais. Esse ano a peça orçamentária está com trezentos e setenta e cinco, ou seja, vinte e cinco reais a mais do que era o salário mínimo desse ano que nra está terminando

Bom, se no ano passado nós demos um reajuste de trinta reais a mais a iniciativa que veio do Governo, esse ano eu acho que vinte e cinco reais é possível. E com isso nós poderíamos estar sinalizando que vamos advogar que o Congresso Nacional parta, já no debate de orçamento, com o salário mínimo de quatrocentos reais. E aí, sim, quatrocentos reais em 1º de abril e daí para frente os próximos reajustes seriam conforme a inflação e o dobro do PIB, estaríamos com um patamar um pouco melhor naquilo que foi Advogado ao longo dos debates de que nós temos que perseguir pelo menos o salário mínimo dela, de Juscelino Kubitschek que chegou em torno de setecentos reais.

Então essa fórmula estaria apontando nesse caminho. Mas faço questão de ouvir um pouco aqui o nosso Deputado Barelli, no qual tivemos sempre uma relação, Barelli, quero registrar de público, muito boa, desde o tempo que você Assessorava o Movimento Sindical, eu falo isso com orgulho. Eu estava iniciando no Movimento Sindical e você liderava já o DIEESE, depois que o Ministro do Trabalho, tivemos com você sempre uma excelente interlocução, enfim, um diálogo durante todo aquele período e agora como Deputado Federal, você está dando uma grande contribuição no longo dos debates que realizamos nessa Comissão. E tenho certeza que o relatório final há de conjugar a sua visão, a minha visão, a visão do Jackson e também Oxalá consigamos de todos os Deputados e Senadores que compõem essa Comissão. Por enquanto era isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Quero agradecer as palavras do nosso Relator, Senador Paulo Paim, como ele falou do meu

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 690
DOC:

tempo de DIEESE, eu conheci o Paim como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e tivemos lá a preparação da primeira campanha salarial que ele fez.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você esteve lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Estive em Canoas para esse trabalho. E depois tivemos continuidade ao longo do tempo, depois ele como Parlamentar, eu Ministro do Trabalho e agora uma satisfação estarmos aqui fazendo um trabalho juntos que coincide nas grandes proposições. Por que é que a gente fala num salário mínimo que suba pelo menos duas vezes o valor do PIB? Porque precisa ter um parâmetro.

Quer dizer, com o PIB que se espera para esse ano, se repetir esse 0,5% do trimestre, é facílimo cumprir essa meta. E não é bem isso que nós estamos falando. Nós estamos pensando num crescimento do PIB que seja bem maior para que o salário mínimo volte a valores que já teve. Só no diálogo aqui o Paim falou do salário mínimo no tempo do Juscelino. Era bem maior, viu? Era mil e trezentos reais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que é bom falar com o especialista. Ele atualizou o dado aí. Eu estava falando em torno de setecentos reais, é mais do que mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Então o Brasil já pagou um salário mínimo maior. Isso falando em reais de hoje. Aqueles cruzeiros do tempo do Juscelino, agora atualizados para reais.

Bem, agora essa Comissão tem a responsabilidade. Sabe que não dá para fazer uma medida dessa de chofre, porque você precisa preparar a economia para isso. Você precisa ter disponibilidade de bens, senão o que nós vamos ter. Vai faltar feijão se todo mundo quiser comer feijão e puder comprar feijão. Então esse trabalho precisa ser feito. A indicação de duas vezes a variação do PIB mais a inflação do ano, é uma coisa para momentos difíceis de governos. Porque nós estamos pensando é o salário mínimo crescer mais rapidamente que isso como era a proposta que estava fazendo. Se o orçamento apresenta um salário mínimo de trezentos e setenta e cinco, mas nós começamos a discussão do último salário mínimo em quatrocentos reais. Aqui na própria Comissão logo de início nós falávamos em quatrocentos reais.

Então a idéia é apressar esse processo que está na missão dessa Comissão. Essa Comissão, o Congresso fez, tanto a Câmara como o Senado, exatamente para que tivéssemos uma progressão maior e uma forma que independesse de todo o ano termos grandes discussões. Não, olha, pelo menos o sentido da valorização do salário mínimo precisa ser tomado.

Agora, há os outros dois eixos que nós colocamos. Da maneira como está sendo cumprida a legislação do salário mínimo, pelo menos um terço dos aposentados ficam fora, porque dois terços já estão ganhando o salário mínimo. Esse um terço, ou vira todo mundo, se continuar da maneira como está, pessoas que ganham salário mínimo que não é o que se propõe, ou tem um mecanismo de correção dos seus benefícios da Previdência de maneira a acompanharem um ritmo de crescimento que torne possível, eles terem uma vida adequada. Nas discussões aqui mostramos que é justamente quando se aposenta que crescem outros tipos de despesas que infelizmente são caras. O pagamento de remédios, o pagamento de exames, médicos que são cada vez mais tecnificados, então, até medicina nuclear entra nessa história e alguém tem de pagar e a previdência não tem fundos para isso, o próprio aposentado, ele precisa ter, porque nem todos chegam na velhice com a mesma vitalidade que tiveram durante a vida. Nós temos casos memoráveis, mas são exceções. O organismo também fenece. Então

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 691
DOC:

é importante atentar para isso. Na Câmara, nós ficamos dois meses tentando que neste ano já, o reajuste dos aposentados fosse igual ao do salário mínimo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aprovamos no Senado a redação da Câmara também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Mas quando chegou para a votação final, o Governo preferiu deixar que caducasse a Medida Provisória que ele apresentava para que os trabalhadores não tivessem aqueles 16,75 se eu não me engano, por cento, no salário mínimo desse ano.

Bem, esse é o segundo eixo. O terceiro eixo, como essa Comissão tem responsabilidade, não podemos exigir do sistema produtivo que faça um pagamento além das suas possibilidades. Nós, há muito tempo, estamos propondo que se mude o sistema de financiamento da Previdência. A grande informalidade que isso é tratada inclusive profundamente nessa versão primeira do relatório, ela precisa acabar. E a informalidade no Brasil significa ilegalidade, são empresas que não pagam e não registra os seus trabalhadores. Ontem a Câmara deu um avanço muito grande com a votação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas que vai colocar na formalidade um cem número de pequenas e microempresas, porque já se encontrou uma verdadeira reforma tributária que vai beneficiar a micro e a pequena empresa. O Senado certamente aprovará fazendo as revisões necessárias àquilo que está recebendo da Câmara.

Agora, não basta. Tem as outras empresas que praticamente são as grandes que a maioria delas são intensivas em capital e pagam pouco a Previdência, porque também tem poucos trabalhadores. É só pensar no que é uma planta de uma indústria petrolífera ou de uma indústria petroquímica. São muito poucos trabalhadores para um investimento enorme de capital e um lucro normalmente entre os maiores das empresas brasileiras. É o caso da PETROBRÁS, mas é o caso das outras empresas do setor petroquímico. Então é preciso começar a transitar do atual sistema que tudo recai, todos os encargos recaem sobre a folha de pagamento e alguma coisa que vá sobre o valor adicionado, sobre o faturamento de cada uma dessas empresas. Eu acredito que no Brasil, nós já estamos maduros para encaminhar essa Reforma da Previdência.

Então, esta Comissão vai dar uma contribuição para que aquilo que nós vamos propor tanto para o salário mínimo, que a maioria dos trabalhadores, salário de ingresso para muitos trabalhadores no mercado de trabalho, para os aposentados, que é a questão daqueles que não estão sendo preteridos nesse processo de recuperação que ao longo do tempo vem vindo no caso do salário mínimo, e para as empresas porque nós estamos iniciando, através desse relatório, também a Reforma da Previdência. E uma reforma que não é para tirar direito, é para permitir que se pague, é para que se cumpra, sejam cumpridas as promessas numa aposentaria que cada trabalhador ao ingressar no seu emprego espera obter na velhice e que hoje não está sendo cumprida. E fazer isso de uma maneira que não significa onerar as empresas, todas elas, é num processo, dando a possibilidade de parte da contribuição sair do faturamento das empresas.

Então, estes três eixos, nosso Relator, são fundamentais e já estão nesse primeiro rascunho, como V.Exª disse do relatório e eu acredito que todos os outros nossos pares ao lerem só elogiarão aquilo que aqui está escrito.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Barelli, se me permitir, eu considero isso um aparte a sua fala, Presidente. Eu queria dizer que concordo com V.Exª, eu acho que nós aqui estamos sendo corajosos, nós estamos ousando nesse debate aqui, iniciar efetivamente algumas mudanças na nossa Lei da Previdência. Por

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 692
DOC:

quê? Quando a gente fala que é importante sair do fator previdenciário, quando a gente fala que é fundamental sair da folha de pagamento para o faturamento de forma tranqüila e equilibrada e não de uma única vez, no primeiro momento, a alteração aqui, ela sai hoje, o empresário paga em torno de 22, ele passará a pagar 15 sobre a folha, mas é mostrando que tem que haver essa passagem de forma equilibrada e tranqüila para evitar que de uma hora para outra o resultado não seja aquilo que nós gostaríamos.

Eu vou além, Deputado Barelli, eu acho que ano que vem, nós vamos ter que enfrentar aqui no congresso o que eu chamo de cinco reformas, querendo ou não. Independente de quem ganhar para o Presidente da República, eu sinto que há um clamor na sociedade. Uma que o Barelli já falou, que nós estamos iniciando aqui, que é a Reforma da Previdência numa linha ousada, eu diria até de ampliar o direito apontando inclusive fonte de financiamento e retirando o fator previdenciário.

Dois, nós teríamos que enfrentar e o Barelli conhece muito bem essa área, nós vamos ter que enfrentar a Reforma Trabalhista, eu não tenho medo de enfrentar o debate. Eu tenho certeza que essa é sua posição e é a minha. nós não vamos aceitar que venham tirar os direitos mínimos do trabalhador. Fazer um bom debate sobre a CLT, nós aceitamos fazer sem problema nenhum, equilibrado e tranqüilo. E a outra reforma que virá ano que vem, esse ano não veio, é a Reforma Sindical. Sabemos que esse ano houve, eu por exemplo não concordo com reforma sindical por Medida Provisória, não me venham com Medida Provisória, seja quem for o Presidente da República, Reforma Sindical tem que ser um debate amplo, eu acho que falo porque sou da área, e o Barelli também é da área. Acho que no longo da nossa vida, nós convivemos com o conjunto do Movimento Sindical Brasileiro, qualquer mudança na estrutura sindical tem que ser por Projeto de Lei amplamente discutidos.

Eu lhe confesso, Barelli, que nessa semana, a pedido do Movimento Sindical, eu avancei um pouco, eu entrei com um Projeto de Lei regulamentando a contribuição assistencial. Por quê? Estava havendo uma verdadeira luta campal entre o Ministério público do trabalho, os fiscais do trabalho, os empregadores, os sindicalistas em relação àquela contribuição assistencial, que é aquela que é tomada soberanamente na assembléia que acaba fazendo parte do acordo coletivo. Estava havendo alguns abusos e o Movimento Sindical reconhece de gente cobrando até 3% sobre a renda bruta do trabalhador anual. Mediante uma decisão, tomada numa Audiência Pública realizada aqui no Senado, no auditório Barone. Petrono Portela, com a presença de todas as centrais sindicais e todas as confederações, nós pegamos o limite de 1%, quer dizer até 1%. O máximo que poderá ser descontado do trabalhador para a vida da sua entidade sindical. decidindo ainda a decisão final é na assembléia dos trabalhadores, no máximo 1%. E eu tenho dito o seguinte, para os partidos tem contribuições, para todos os partidos, para os empresários há contribuição compulsória, via o Sistema S e ninguém aqui está contestando o Sistema S. Porque os trabalhadores não pode ter também uma contribuição mínima que seja para manter viva a sua caminhada, enfim, o Movimento Sindical.

Bom, se vamos ter outra discussão sobre o imposto sindicol, podemos ter. Até eu recebi do Brasil todo, quase, correspondência cumprimentando pela ousadia e via projeto de lei, um projeto para o debate.

Bom, não é 1%, é menos de 1%? Então vamos acertar que será menos que 1%, mas tem que haver uma regulamentação para evitar que os fiscais do trabalho, em vez de estar fiscalizando as empresas das condições inseguras, atos inseguros, ou até fraudando aquelas contribuições devidas ao próprio sistema tributário. Não. Estão lá fiscalizando se o sindicato está recebendo o correspondente a uma decisão da assembléia que o trabalhador estaria encaminhando para o seu sindical.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MINIMO
FLS: 693
DOC:

Então a Reforma Sindical virá, a Reforma Trabalhista virá, a Reforma Tributária tem que vir. Nós ousamos um pouco, claro, quando a gente começa já a trabalhar aí com mudanças de contribuições, quando falamos aqui da folha para o faturamento. Eu acho que nós estamos sinalizando que isso também vai ter que vir, terá que vir a reforma política, eu por exemplo, estou numa expectativa muito grande que tenhamos ano que vem uma reforma política para ver como fica, então, essa moldura e a outra reforma que eu acho que também terá que vir, além da trabalhista, da política, da sindical e da tributária, eu tinha falado no início que era a Reforma Trabalhista.

Eu acho que esses debates nós faremos ano que vem, tenho certeza que você estará aqui, Barelli, conosco para esse debate, vamos fazer de forma equilibrada e tranqüila como fizemos nessa política do salário mínimo. Que muitos achavam, Barelli, por você ser do PSDB, eu ser do PT, que nós faríamos nesse debate um confronto. Um confronto é bom no campo das idéias, mas aqui nós trabalhamos na busca do entendimento. Cada um cedendo um pouco, você cedeu, eu cedi, o Jackson Barreto cedeu, outros Deputados que pensavam diferente também deram a sua contribuição. Eu acho que é isso, eu acho que o confronto nas idéias é bom, mas todos nós em nome do bem comum, temos que ceder um pouco e foi isso que nós fizemos. E vai ser muito bom estar nesse debate com você no ano que vem para buscarmos uma saída, não só nesses cinco temas que eu citei e outros que com certeza teremos ano que vem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado, Senador Paulo Paim. Já estou vendo que mais um item importante, uma grande contribuição vem agora desse Projeto de Lei sobre a contribuição assistencial. É uma maneira importante da gente ter esse encaminhamento. A nossa candidata...

Bem, como está sendo visto nós estamos neste momento mostrando que é possível uma Comissão trabalhar apesar dos aspectos de período eleitoral. O maior exemplo está sendo dada por uma candidata a Presidência da República, aqui presente, e que faz questão de prestigiar a Comissão da qual ela faz parte e deu grandes contribuições.

Antes de fazer a continuidade de encaminhar para o encerramento, eu gostaria de convidar a Senadora Heloísa Helena também para se manifestar, já que nós estamos aqui com a primeira versão do relatório final do que a nossa Comissão discutiu nesse ano todo e tem toda a condição de apresentar até dezembro e aprovar até dezembro o relatório final que vai ser uma contribuição do Senado e da Câmara para a verdadeira política de salário mínimo do Brasil.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permite, só para introduzir a matéria como Relator para a Senadora Heloísa Helena, eu apenas falei, Senadora, dos grandes temas do relatório, eu disse que esse relatório é ainda o que eu chamo de um rascunho que todos nós, a partir de hoje, assim decidimos aqui com a orientação correta do Presidente, nós recebemos esse primeiro rascunho, levaremos e na continuação dessa reunião em outubro, nós aqui faríamos a devida votação.

Tratamos aqui, Senadora Heloísa Helena, rapidamente para situá-la no debate, da importância do salário mínimo que tenha pelo menos como reajuste a inflação e o dobro do PIB, no mínimo, isso como lógica, sem entrar nos número. E eu também já dizia para situá-la, que eu entendo que nós vamos mudar os trezentos e setenta e cinco da peça orçamentária como fizemos ano passado. Trabalhamos também como sair das contribuições da folha migrando para o faturamento de forma equilibrada, não numa única vez, trabalhamos com o fim do fator previdenciário aqui, trabalhamos com o fim do fator porque entendemos que é um crime contra os trabalhadores, enfim,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 6 94
DOC:

isso é consenso entre nós hoje e eu acho que todos os partidos hoje têm essa visão que tem que terminar com o fator previdenciário.

E no fim, essa primeira minuta, ela faz um histórico desse quase um ano de trabalho onde V.Exª, Senadora Heloísa Helena, participou de todas as reuniões, inclusive nos Estados. E entendemos nós, até bom que ele seja votado somente em outubro, para que ninguém diga que algum de nós, de forma inadequada, usou ele devido a disputa eleitoral. Uma construção coletiva, eu dizia, vou encerrar para passar para a senhora que está aqui o PSOL, está aqui o PSDB e está aqui o PT. E nós de forma muito tranqüila fizemos um debate fraternal em todo o País. E com certeza o relatório que aprovaremos até o fim do ano será uma enorme contribuição para a cidadania e a melhoria de vida, não só do assalariado brasileiro, mas também dos aposentados e pensionistas. Porque também aqui, Senadora Heloísa Helena, não fugimos do debate, nós entendemos que deve ser estendido aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual dado ao salário mínimo.

Em linhas gerais é isso, e a palavra está com o meu Presidente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Bom, primeiro eu quero parabenizar a V.Exª, Deputado Walter Barelli, Presidente dessa Comissão, ao Deputado Jackson e a V.Exª, Senador Paim. Saldar também os funcionários, os servidores que acompanharam todas as audiências, as funcionárias e os funcionários que acompanharam toda a audiência num trabalho muito precioso, especial, contribuindo de todas as formas para que as audiências públicas fossem bem sucedidas. Foram audiências públicas muito participativas, muito. Várias entidades estavam lá, entidades desde ambulantes que estão na informalidade a pequenos médios e grandes empresários, trabalhadores do setor público e trabalhadores do setor privado, movimentos sociais interessados na questão do salário mínimo.

Então, foi um debate muito importante. Eu não tenho dúvida do esforço que foi feito por V.Exª, Senador Paim, no sentido de compatibilizar todas as propostas concretas, ágeis e eficazes que eram disponibilizadas pela sociedade de uma forma geral e por todos os Parlamentares. Todos nós estaremos analisando com muito carinho e muita precisão técnica as propostas que foram feitas. Todos nós sabemos o quanto o salário mínimo é um poderoso instrumento para dinamização da economia local, para a geração de emprego e renda. É também um mecanismo que auxilia o trabalho formal, auxilia o desenvolvimento econômico. Todos nós sabemos que não existe déficit na seguridade social. A seguridade social, ela é superavitária, o próprio Tribunal de Contas da União ao longo da história recente do País e já agora esse ano, analisando as contas do atual Governo de 2005 mostrou a seguridade social superavitária em mais de cinqüenta bilhões. Por isso que todos nós entendemos que não é possível mais uma vez o próximo ano instalar desvinculação de receita da União. A desvinculação da receita de União, a chamada DRU, ela está criando problemas gravíssimos aos cofres da seguridade social, é claro que a gente sabe que retira dinheiro da segurança pública, da saneamento básico, da habitação de uma forma geral, mas a gente sabe o quanto o aumento do salário mínimo, ele acaba entrando na cantilena que eu chamo de enfadonha e mentirosa de sempre dizer que não pode aumentar o salário mínimo, que não pode conferir o mesmo percentual aos aposentados e aposentadas e pensionistas porque quebra a Previdência. O que é uma farsa técnica e uma fraude política, a seguridade social é superavitária, a não ser que alguém queira alterar a Constituição, se alguém quiser alterar a Constituição o faça, mas a gente não pode aceitar que seja colocado como verdade que de fato não é.

Aqui também que eu já vi, um debate que foi muito freqüente, o Deputado Barelli viu isso também, a questão da necessidade de contextualizar o aumento do salário mínimo em relação ao acesso universalizado aos bens públicos. Claro que se

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 695
DOC:

nós tivéssemos a educação pública gratuita de qualidade, se nós tivéssemos habitação popular, se nós tivéssemos um transporte digno e barato, com certeza o comprometimento do pequeno orçamento doméstico daqueles que vivem do salário mínimo, com certeza, o impacto poderia até ser menor se tivéssemos a saúde pública de qualidade, se tivéssemos a disponibilidade de determinados medicamentos para todos, com certeza aqueles que vivem do salário mínimo não seriam tão impactados.

E como sabemos todos nós, no salário mínimo, mais de 28% da população brasileira que vive do salário mínimo, ela já compromete mais de 30% pagando só o aluguel de casa. Nós tivemos a oportunidade de ver todo o detalhamento. Quanto é que custa um litro de leite, quanto é que custa tanto a cesta básica do consumo como a chamada cesta de bens correspondentes aos aposentados e pensionistas.

Aqui também está um debate sobre a questão de juros, sobre a alteração da política econômica para que ao aumentar os investimentos públicos, não para comprar mensaleiros, sanguessugas e outros mais, mas aumentar os gastos públicos nos setores que dinamizam a economia local, geram emprego, gera renda também pode fazer isso. Os mecanismos de compensação a determinados setores da sociedade que ficam muito preocupados com o aumento do salário mínimo, os mecanismos de compensação também poderão ser disponibilizados de um ponto de vista fiscal e tributário. Todas as vezes que a gente fala do aumento do salário mínimo, imediatamente muitas mulheres que são chefes de família, muitas donas de casa que precisam de uma trabalhadora doméstica entram em pânico, porque como é que vão pagar a sua trabalhadora doméstica se o salário dela não teve um aumento correspondente. Então os mecanismos de compensação tributária para as famílias que têm trabalhadoras domésticas, compensação fiscal e tributária para a micro e pequena empresa que poderia ser impactada com esse aumento, as compensações inclusive no Fundo de Participação dos Municípios para 52 pequenas prefeituras no Brasil, porque todos ficam dizendo o impacto nas prefeituras, já que no setor público federal e estadual não é impactante, mas os mecanismos de compensação porque são pouco mais de 50 prefeituras em 5.560 prefeituras, apenas poucas prefeituras poderiam ser impactadas com o aumento do salário mínimo, os mecanismos de compensação também existem, então eu realmente fiquei muito honrada, Deputado Walter Barelli e Senador Paim, de compartilhar com V.Exªs e com todas as Deputadas e Senadoras, Deputados e Senadores, membros dessa Comissão.

Acho que é muito importante também que nós possamos fechar esse relatório após o processo eleitoral, embora eu tenha sido testemunha de que em nenhum momento, nas audiências públicas feitas pelos Estados, em nenhum momento em todas as audiências públicas se permitiu a contaminação do debate eleitoral ao debate do salário mínimo. Foram por isso que as audiências públicas foram exitosas, muito importantes para que nós possamos apresentar as alternativas concretas, ágeis e eficazes em relação ao aumento do salário mínimo.

Portanto para agradecer a V.Exª, Deputado Walter Barelli e dizer que vou ler, tenho muita confiança nesse relatório, porque eu sei que ele reproduz todo o acúmulo que foi feito nas audiências públicas e por várias entidades da sociedade civil que trabalham ao longo das suas histórias esse assunto. Mas dizer que fiquei muito honrada de participar e com certeza, todos os membros dessa Comissão estão de parabéns, como também todas as entidades que aceitaram o convite, que estiveram lá. Muitas audiências públicas, as servidoras e os servidores da Casa que acompanham essas audiências públicas viram o quanto eram audiências longas, porque todas as entidades que queriam participar, se eram seis horas ou dez horas, se parava ou não para lanchar, mas todas as entidades participaram, ouvindo umas as outras,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 696
DOC:

apresentando propostas ou contestando de forma civilizada e conseqüente, ou apresentando o que era a unidade no debate.

Então eu realmente estou muito feliz de ter a oportunidade de analisar esse relatório final da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo e com certeza após o processo eleitoral, nós estaremos aqui para fazer o debate qualificado, programático para viabilizar esse poderosíssimo instrumento não apenas para melhoria da qualidade de vida de mulheres e homens que dependem do salário mínimo, mas para criar alternativas concretas e eficazes para outras pessoa também. Porque às vezes as pessoas que estão na informalidade, elas dizem: "Heloísa, nem o salário mínimo eu recebo, vocês fazem a legislação trabalhista, mas eu nem tenho décimo terceiro, eu não tenho férias, nem nada". Mas o que nós estamos elaborando e aqui propondo são mecanismos eficazes para melhorar a vida das pessoas que vivem do salário mínimo, e para também com essa melhoria da vida das pessoas dinamizar a economia local.

O salário mínimo, volto a repetir, o salário mínimo é um poderoso instrumento para dinamização da economia local, para a geração de emprego e renda e para o crescimento do País. E portanto crescendo o País com política de distribuição de renda e o democratização de riqueza produzida, com certeza muitos passarão a vivenciar a experiência da inclusão social. Então eu quero dar os meus parabéns a V.Exª, Deputado Walter Barelli, ao nosso Senador Paulo Paim, eu realmente estou muito honrada e agradecida de ter tido a oportunidade de participar das audiências públicas e de participar do trabalho dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ok, vou passar a palavra... Quero agradecer a Senadora Heloísa Helena e quero dizer que ela foi um membro atuante dessa nossa Comissão. Não só nas audiências aqui no Senado, mas também nas audiências públicas que nós fizemos pelo País, dando sua contribuição durante todo o período em que as audiências públicas foram feitas antes da chamada campanha eleitoral. Então, o Senador Paim tem mais uma observação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Barelli que preside essa Sessão, Senadora Heloísa Helena, nossa Senadora, se permite assim dizer e candidata também a Presidência da República, é muito importante para nós estar com... Me permite dizer, com você aqui, me permite essa intimidade com a nossa candidata a Presidente, porque V.Exª, embora candidata a Presidência da República, não faltou em nenhum reunião e nenhuma Audiência Pública, esteve sempre presente dando a sua contribuição de forma equilibrada e tranqüila e com a competência que aqui expôs nesse momento, isso é muito bom para a sociedade brasileira.

Por isso eu quero render aqui as minhas homenagens em nome de todos os membros dessa Comissão. E V.Exª foi feliz quando disse também aqui, que por aqui passaram todos os segmentos da sociedade, todos. E esse relatório que eu chamo ainda uma minuta, ele representa uma sintetize do que aconteceu aqui. E eu falava com o Deputado Barelli, espero a concordância também da Senadora, que eu nem faria a leitura do relatório, eu poderia fazer a leitura dessa minuta, porque nós faríamos o seguinte encaminhamento, nós vamos remeter essa minuta a todos os membros da Comissão, eles vão ler durante esse mês de setembro, marcaremos outra reunião que seria continuação dessa, suspenderíamos essa reunião, na primeira semana de outubro, se assim concordarem, onde todos já leram, trarão as suas contribuições e aí quem sabe além da leitura poderemos até votar se houver um grande entendimento sobre o que foi colocado no documento até o momento. É esse o encaminhamento que eu estaria fazendo, se vocês concordarem, além naturalmente de nós três que estamos aqui que recebemos nesse momento o material já impresso, eu remeteria a todos aqueles que participam da Comissão, a todos os Deputados e Senadores e na primeira semana de outubro nós continuaríamos essa reunião com a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 6 97
DOC:

leitura do relatório, e com as observações que cada Parlamentar assim entender, com alterações que poderíamos fazer, nós todos e aí vamos trabalhar para a votação. Em outubro ou em novembro se nós entendermos. Se há concordância da Mesa, esse encaminhamento eu estaria dando, somente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): A Senadora Serys gostaria de usar a palavra?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para que não fique nenhuma dúvida, Senadora Heloísa Helena, que o relatório foi produzido, foi distribuído, todos puderam dar a sua opinião, até contestar quando entender de um ou outro artigo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª. Senadora, dizer que eu atribuo a essa Comissão um dos maiores papéis. Através dos tempos, sempre foi um problema, um problema grande, difícil para a classe trabalhadora a questão do salário mínimo.

A cada momento, a cada Governo que muda começava toda a história de novo, um dava uma melhoradinha, outro piorava, o outro ficava do jeito que estava, não existia uma propositura, não existia uma política permanente, permanente sempre entre aspas, porque nada é permanente, mas que viabilizasse as pessoas visualizarem qual seria a sua situação em termos de salário mínimo, através dos tempos, muda o Governo etc. E participei pouco, não participei tanto quanto gostaria até por uma série de problemas superocupação em muitas Comissões, mas dentro dos meus limites eu estive presente por várias vezes.

E por isso mesmo agora, no sufoco total, estou lá na CCJ, estão me chamando na Comissão de Mulher para encerrar, então com toda a confusão que está aí, eu fiz questão, abri mão. Eu estava até fazendo uma outra atividade imprescindível, saí correndo quando soube que estava encerrando, eu falei eu vou lá porque eu quero estar junto, dar testemunho do quão acho relevante, importante esse trabalho aqui feito.

Como disse o Senador Paim, é algo preliminar, como eu também disse, nada está pronto na vida, nenhum de nós, nem o ser humano está pronto, imagina uma propositura. Mas é uma das mais relevantes e com certeza, homens e mulheres nesse Brasil estão sendo valorizados ao terem a dedicação de Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras, na consecução deste trabalho.

Isso demonstra que realmente há uma preocupação do Congresso Nacional com a situação da população mais despossuída desse País, tem a mais despossuída ainda que aquela que está desempregada, que está no informalismo, etc., mas aquela que tem seus salários moldados junto com a questão do salário mínimo.

Quer dizer, isso é da maior relevância, é um momento, eu diria, histórico do Congresso Nacional. Eu registraria como um momento histórico, como um acontecimento de boa vontade, de esforço e de determinação dos Parlamentares que fazem parte dessa Comissão. Que mesmo sobrecarregados, sobrecarregados todos nós, inclusive a Senadora com candidatura ao Senado, eu com candidatura ao Governo, eu levando... Aqui o único que com a vida mais mansa é o Senador Paim. [risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Graças a Deus.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Então mesmo com toda essa sobrecarga todos se dispuseram. E é importante que o povo brasileiro veja isso que o Congresso tem seus problemas, têm problemas greves, têm. Tem gente com muita conta no cartório, têm. Mas tem muita gente com muita determinação e vontade de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 698
DOC:

fazer um Brasil melhor para todos e para todas. Eu só queria fazer esse registro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ok. Muito obrigado Senadora pela sua contribuição, pela sua análise e nós já encaminhamos aqui pela Mesa que a idéia é distribuir esse relatório para todos os membros e eu vou declarar suspensa a presente reunião para voltarmos a apreciar esse relatório na primeira semana de outubro com o tempo para que todos os membros da Comissão possam trazer suas análises, suas indagações, se for o caso, em relação a esse relatório.

Então, desejando um bom dia a todos, está suspensa esta Sessão.

Sessão encerrada às 11h38.

17ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 03, DE 2005, "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS".

REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2006, INICIADA ÀS 10 HORAS E 22 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Bom dia senhores, é uma honra, prazer estar com os senhores para podermos discutir uma das coisas mais importantes da atualidade. E, graças a Deus, nós temos um Senador como o Paim que é voltado para os interesses dos trabalhadores e das minorias que tem sofrido. Tenho certeza, não vou nem pensar em raciocinar sobre a assinatura no relatório do Paim, porque eu sei a profundidade com que ele estuda esse tema salário mínimo.

Há quatro anos está conosco aqui o Paim e praticamente é constante sua referência ao salário mínimo, então, essa Comissão teve essa missão de poder elencar à possibilidade de não ter mais que se lutar as vésperas de vencer o salário mínimo, por mais dez ou por menos vinte e sim criar mecanismos pelos quais o Senador Paim sempre lutou de buscar o ideal para que seja automaticamente obrigação do executivo dar cumprimento e o trabalhador ter uma visão do que ele realmente poderá ganhar a partir do vencimento do salário mínimo.

Então, eu dou por aberta essa Sessão e passo ao Senador Paulo Paim a palavra para que possa fazer a leitura e depois, posteriormente, a discussão e votação do Relatório Final da Comissão Especial e Mista da Política de Reajuste para o Salário Mínimo do País. Parabéns, Senador com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, agradeço a V.Exª que preside essa Sessão, agradeço a todos os Deputados e Senadores que viajaram conosco pelo País. Foram dezessete audiências públicas, agradeço a todas as entidades de trabalhador, de empregadores, representantes do poder municipal, estadual e também da União que aqui estiveram, agradeço, com carinho especial, a nossa COBAP que participou diretamente dessa discussão durante todo o período, representando os

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 699
DOC:

aposentados e pensionistas e também como outros setores que aqui também atuaram nesse mesmo sentido.

Eu queria dizer ao Senador Romeu Tuma que o nosso relatório, eu tive o cuidado de remeter a todos os Senadores e Deputados dessa Comissão acerca de 20 dias atrás. Ele é um relatório, Senador, eu estava dizendo que remeti a todos os Deputados e Senadores da Comissão para que lessem com todo o cuidado. É um relatório que tem cinco pontos básicos, o primeiro deles é que ele estabelece uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e naturalmente do salário mínimo. Como é que nós fizemos isso foi unânime ao longo das discussões que devia se vincular ao PIB. Então nós fizemos que o salário mínimo, cresça todo o ano conforme a inflação mais o dobro do PIB. Algo que já aconteceu nos últimos anos e não deu impacto negativo nenhum para a economia. Pelo contrário, deu impacto positivo. Além de fixar esse reajuste de acordo com o PIB, nós também garantimos que seria o ponto nº 2 que se estenda aos aposentados e pensionistas sempre o mesmo percentual de reajuste que for concedido ao salário mínimo. Terceiro, nós trabalhamos também com uma forma de melhorar aquilo que eu chamo de superávit da previdência, então a gente está migrando das contribuições do empregador que é sobre a folha para o faturamento. Também, com outro item importantíssimo, nós trabalhamos com a visão de que temos que ter uma aposentadoria efetivamente universal, assegurando que todos os trabalhadores tenham os mesmos direitos. Veja como é hoje a aposentaria.

Os servidores públicos, e aqui quero dizer que entendo que é uma conquista dos servidores públicos, eles se aposentam com o princípio da integralidade. Eles não têm o fator previdenciário, se aposentam com 55 anos de idade a mulher e 60 o homem. Já o trabalhador da área privada, aí ele tem que passar pelo fator previdenciário que é um redutor de cerca de 40% no vencimento da mulher, nós estamos falando aqui de quem ganha até cinco, seis salários mínimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu queria pedir licença, sair um minutinho, porque o Conselho de Ética está lendo um Relatório de um dos Senadores e está me chamando como Corregedor. Então, peço desculpas, mas uma coisa que eu agradeço...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convidaria o Senador Rodolpho Tourinho só para ficar aqui na Mesa com a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Queria agradecer profundamente o Senador Paim pela preocupação com os aposentados. Nós sabemos o sofrimento e a angústia dos aposentados quando o seu salário é cortado injustamente, porque dizem que aposentado não precisa comprar roupa, sapato, não viaja, mas se a gente visse a lista de remédio que tem que tomar. E às vezes o aposentado passa a ser o sustentáculo da família, com o salário que ele recebe ele sustenta hoje os filhos desempregados. Então, Paim, que Deus te abençoe por tudo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, antes de V.Exª ir, como nós entendemos que é consenso e eu já fiz a exposição do Relatório, se V.Exª pudesse botar em votação de forma simbólica, porque eu preciso de assinatura de todos os Senadores, e todos estão correndo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Por falar nisso estou assinando sem ler. [risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se puder botar em votação de forma simbólica nesse momento.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 100
DOC:

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então vamos colocar, se não houver ninguém em contrário, eu coloco em votação e pergunto se há alguma restrição entre os presentes. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu acho que é um momento de fazer um registro. É um fato que eu considero histórico. É a iniciativa do Paulo Paim de propor essa Comissão de estudos e de trazê-la até aqui, Senador, com um relatório a ser apresentado ao Congresso e ao Governo é um fato que me parece inédito tanto em nível de Congresso, quanto em nível de Executivo. Acho que é a primeira vez que a sociedade, o Parlamento, o Congresso se reúne para trabalhar, trabalhar essa discussão. Então, razão pela qual eu queria deixar aqui esta manifestação de admiração e cumprimentar pela iniciativa e a todos que participaram desse movimento e conclui, temos base de orientação com a qual seguramente tanto o Congresso e o Executivo deverão orientar-se para os próximos passos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Tourinho pretende... Então, em votação. Quem for favorável, permaneça como se encontra. Dou por aprovada e peço a assinatura no relatório final e dando chance, posteriormente se alguém quiser discutir, trazer outras idéias ao Senador Paim, acredito que ele ficará à disposição. Então, está aprovado o relatório final da Comissão Especial que estuda um projeto para definir os cálculos do salário mínimo. [palmas] Que Deus abençoe.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Poderia passar a presidência.

PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sérgio senta aqui. Obrigado, senhores. Obrigado.

[troca de presidência]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está com o Senador Sérgio Zambiasi agora a presidência. E eu faria questão, antes de comentar um pouco mais a importância desse momento, de ouvir nesse momento o Senador Rodolpho Tourinho. Dizer para vocês que o Senador Rodolpho Tourinho, Senador Zambiasi, ele foi fundamental para esse relatório porque ele construiu uma engenharia que está contemplada no PL 58 dele e que nós a princípio também está contemplado aqui que vai ser muito importante para o avanço dos benefícios, não só do salário mínimo, mas também dos aposentados e pensionistas. E depois eu quero ouvir também o Senador Zambiasi que eu sei que alguns Senadores queriam assinar para sair, ele teria muito mais a falar porque ele foi um que ajudou muito a aprovação desse relatório para que ele pudesse também com mais tempo expor a sua posição, e eu como Relator, então faria os comentários finais. Presidindo o Senador Zambiasi nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Paulo Paim, assumo a presidência e passo imediatamente a palavra para o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Sr. Presidente, Sérgio Zambiasi, Senador Paulo Paim, senhores membros. Eu vejo com muita satisfação, Senador Paulo Paim, esse relatório ser aprovado e quero aqui registrar a luta de V.Exª por essa causa e tenho acompanhado com muita satisfação e temos sido, aliás, companheiros aí em alguns projetos que considero muito importante e consideraria, sobretudo, nessa questão do PL 58, daquele projeto que mantém o poder de compra dos aposentados e acho ele fundamental. E, ao longo dessa discussão, naquilo que tínhamos conversado, nós tínhamos buscado uma fórmula que acabou sendo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 701
DOC:

incorporada hoje aqui nessa Comissão de Salário Mínimo visando inicialmente para aquela questão, mas incorporada agora que é o reajuste anual dos benefícios pelo índice de correção previdenciária que corresponde razão entre o salário do assegurado e o salário mínimo na data de concessão do benefício. E atualização de benefícios defasados também que se daria progressivamente ao longo de cinco anos.

Eu entendo, Senador Paulo Paim, que acabamos buscando essa fórmula junto com V.Exª e quero louvar o seu trabalho, quero louvar a sua preocupação sempre em relação a essa questão entre outras questões tão importantes do ponto de vista social. De forma que eu quero, nesse momento, me associar a V.Exª nesse sucesso que V.Exª teve na aprovação desse relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. Eu quero também reconhecer aqui o trabalho do Senador Rodolpho Tourinho. Eu quero destacar aqui, muitas das ações do Senador Rodolpho Tourinho aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado, como Senador, como Líder nas mais diversas áreas, eu sou testemunha de algumas ações, inclusive de interesses, muitas vezes localizados não apenas na sua querida Bahia, mas atendendo apelos e ações muitas vezes distantes, mas entendendo o significado social de algumas ações que poderiam traduzir-se em prejuízos para determinadas regiões. E aí o fez no momento que o Rio Grande do Sul precisou muito da sua sensibilidade, colaborou bastante conosco, protegendo setores da agricultura gaúcha que estavam bastante ameaçados. Nos ajudou bastante e eu acho que é hora de fazer esse reconhecimento público também. Agora, ele traz essa contribuição decisiva aqui na nossa Comissão, nesta Comissão Mista que efetuou estudos que apresentam sugestões que afinal nos traz um documento extremamente valioso para que nós consigamos superar algumas questões seriíssimas com relação ao salário mínimo.

Quero dizer, Paulo Paim, que nessas caminhadas que a gente faz, agora no período eleitoral, é uma oportunidade que a gente tem de ouvir os anseios, de ouvir as angústias, de ouvir os apelos da cidadania. E um dos pedidos que mais se ouve nessas caminhadas é a questão do... Essa questão dos aposentados. É realmente impressionante e tem um termo, estou esquecendo agora o nome desse termo. Que aposenta com determinado número, fator, fator previdenciário. É realmente impressionante os depoimentos que a gente ouve com relação ao fator previdenciário. O sujeito contribui a vida inteira com dez salários mínimos e a primeira surpresa é no seu primeiro salário como aposentado. Porque ele não recebe dez salários mínimos. Então, a primeira surpresa desse cidadão é ao aposentar-se, porque ele não tem essa informação. Ele contribui para receber, ele contribui com dez salários mínimos, e ele imagina que ao aposentar-se, ele vai receber dez salários mínimos, e no primeiro contracheque ele já leva um chute nos peitos porque não recebe dez salários mínimos. Recebe nem nove, acho que não dá nem nove, acho. Dá uns oito e meio por aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uns dois e oitocentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois é. Aí, no ano seguinte ele se dá conta da dura realidade, porque enquanto o salário mínimo obedece um limite inflacionário, digamos, esse cidadão que ganha mais do que um salário mínimo, ele já vai ver, se reduzido, vai ver o seu salário reduzido a um reajuste estabelecido em índices muito inferiores aqueles que ele em princípio teria direito. E aqui é que vêm realmente essas angústias, porque essa pessoa se organizou e se preparou para viver os seus dias com dignidade, pagou para ter esse mínimo de dignidade determinado pelo salário da sua aposentadoria. Então, à medida que os anos vão passando, as angústias dessas pessoas vão aumentando e quero dizer o seguinte, a economia que aparentemente se faz, que a previdência faz com este fator previdenciário acaba gastando na saúde. Depressão, angústia, baixa auto-estima...

ADPF 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 402
DOC:

aonde que cidadão vai se socorrer, vai buscar socorro lá na saúde. Então é uma economia burra, mas esta é a legítima economia burra. Você economiza no salário, baixando o fator previdenciário e gasta lá na saúde. Gasta na assistente social, porque o grau de depressão destas pessoas que estão impactadas pela redução da qualidade de vida e em conseqüência a baixa auto-estima é algo realmente impressionante. Então, eu celebro realmente a conclusão desse relatório, parabenizo a todos que contribuíram aqui de forma decisiva, está chegando o Deputado Marco Maia reeleito de uma expressiva votação pela comunidade canoense, na região metropolitana de Porto Alegre, parabéns ao Marco Maia e que também tem um trabalho intenso na área sindical especialmente, portanto haverá de contribuir muito, já contribuiu e vai contribuir ainda mais para a ampliação dessa discussão. Eu queria deixar aqui traduzido, então, esse sentimento de que através deste trabalho, com certeza, o Congresso Nacional terá uma base sólida, um estudo sólido, um documento sólido para trabalhar uma mudança de comportamento e de visão com relação a este tema que realmente é muito sério. E há muitos conceitos, existem muitos especialistas que seguramente não tinham ainda informações que passaram a ter, através, Paulo Paim, deste relatório que nasce da tua brilhante iniciativa. Eu não tenho dúvida que não são os aposentados do Brasil que estão gratos e felizes, porque esses já são vítimas de uma situação. Esse trabalho, realmente, vai corrigir uma grande injustiça que está sendo cometida e que continuaria sendo cometido se não houvesse, hoje, essa base de informações que se estabelece a partir desse relatório, Paulo Paim.

Devolvo a palavra ao nosso querido Senador Paulo Paim que tem esta iniciativa tão brilhante, reconhecida pela sociedade brasileira.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Sérgio Zambiasi, gaúcho também que preside essa Sessão, que faz um depoimento aqui que fala um pouco, eu digo, das nossas histórias, de todos nós, da importância desse momento que o Congresso aprova o relatório final que todos nós escrevemos, que vai garantir efetivamente um reajuste decente para o salário mínimo e também para os aposentados e pensionistas. Eu convidaria as pessoas que não sentaram, algumas cadeiras que estão vazias, a Casa está lotada, mostrando a mobilização dos idosos do nosso país que merece uma salva de palmas porque estão aqui idosos de todo o nosso país presente, exigindo a aprovação e eu pediria, se possível, a assessoria da Casa, a assessoria pode ajudar, algumas cadeiras para colocar aqui na lateral para permitir que os nossos homens e mulheres idosos que estão aqui que possam sentar para assistir toda a audiência.

E eu faço questão de antes de passar a palavra já ao Deputado Marco Maia que nos ajudou muito, Zambiasi, o Marco Maia também é gaúcho ele trabalhou muito conosco em cima desse relatório para garantir que nesse momento, a gente possa ter um instrumento para fazer um bom debate no Plenário da Câmara e no Senado. E no Plenário da Câmara ele fará a articulação devida para avançar na aprovação final do relatório, porque aqui é na Comissão. Depois nós vamos ter que ir ainda para o Plenário do Senado e para a Câmara dos Deputados. Mas o Senador Rodolpho Tourinho quer dar uma mensagem ainda--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Paim, eu vou pedir autorização. Eu estou com uma Comissão de representantes de universidades visitando o Gabinete e passaria então a presidência ao Senador Tourinho que inclusive tem também uma manifestação a ser feita aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senador Zambiasi, obrigado por ter presidido a Sessão.

[troca de presidência]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 103
DOC:

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Rodolpho Tourinho passa a presidir nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Meu caro Senador Paulo Paim, eu queria nesse momento aqui até agradecer e citar a presença de dona Maria das Graças Santos, Presidente da Associação das Donas de Casa de Goiás e Líder do Movimento Nacional pela regularização do projeto que concede a aposentadoria de um salário mínimo para as donas de casa das famílias de baixa renda. Eu quero dizer a senhora e a todas que estão aqui que esse é um projeto muito querido meu, que eu acredito muito nele. Que não só durante a relatoria da chamada PEC paralela, Reforma da Previdência, nós conseguimos aprovar na Constituição Federal, na nossa lei maior do País, um artigo que diz claramente que as donas de casa das famílias de baixa renda terão direito a uma aposentadoria em condições especiais. Um bom português, imediatamente depois eu fiz um Projeto de Lei e esse Projeto de Lei foi aprovado aqui já no Senado com a grande ajuda do Senador Paulo Paim e de tantos companheiros nossos, de forma que esse projeto está aprovado no Senado. Nós precisamos aprová-lo na Câmara. É o que falta. E quero dizer também a senhora e a todas que estão aqui naquilo que foi colocado, naqueles percentuais que foram colocados, não diria que eles foram conversados oficialmente com o Ministério, mas houve, diria, uma verificação dessas condições se eles seriam aceitos para a gente não entrar numa luta que houvesse mais um veto presidencial.

Mas eu entendo, hoje, depois de uma longa campanha que fiz na Bahia pelo Senado e que eu acho que esse projeto precisa ser melhorado. É assim um sentimento que saio de tantas viagens, de tantos contatos que fiz ao longo desse tempo todo. Tem alguns aspectos que precisariam ser melhorados, eu tenho confiança que o Senador Paulo Paim fará isso. Tenho absoluta certeza disso, mas quero dizer a senhora, representando aqui todas as donas da casa de Goiás, mas eu queria incluir também as donas de casa da Bahia que com certeza estão aqui presentes em espírito conosco, dizer que esse é um projeto essencial, que precisa ser imediatamente aprovado na Câmara e mais que ele precisa ser melhorado, que ele vai ser melhorado, eu tenho certeza que será aprovado. De forma que acho que é um grande avanço. E ao lado dele também, nessa mesma linha, nós aprovamos a questão daqueles trabalhadores de baixa renda sem vínculo empregatício da mesma forma. E entendo, outra vez, ao longo de tantos contatos que fiz que ele atende exatamente um setor que precisa muito disso. De forma que eu quero me congratular com a senhora de estar aqui, mas também, sobretudo, com o Senador Paulo Paim. E acho que precisamos correr com isso. O único sentimento que eu tenho é que nós não podemos esperar demais pela aprovação disso na Câmara, é um sentimento. Não sei explicar porque, mas eu acho que dessa forma precisamos unir forças, nesse momento Senador Paulo Paim para que na Câmara, imediatamente aprove esse projeto. É o que gostaria aqui de dizer e de ver com muita satisfação essa presença aqui de tantas donas de casa. Eu passo a...

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só fazer uma consideração rápida, Senador Rodolpho Tourinho, antes que V.Exª, na presidência dessa Sessão histórica passe a palavra para o Deputado Federal Marco Maia dizer, Senador Rodolpho Tourinho, com muito carinho, respeito que eu tenho a V.Exª, que eu gostaria muito que V.Exª tivesse mais oito anos, dezesseis anos, vinte e quatro anos aqui no Senado da República conosco. Entendo que V.Exª fez aqui um belíssimo trabalho, inclusive nesse momento. Nesse momento da apreciação desse relatório, eu telefonei a V.Exª, V.Exª de pronto aquele que fala do fator, da reposição, aquele que fala do reajuste do salário mínimo, dos aposentados e pensionistas, estou indo de imediato para aí, sobtou

ADIN 03/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 709
DOC:

o que tinha para fazer e correu para cá para garantir o *quorum* devido e faz aqui essa bela manifestação.

Eu quero dar esse depoimento de público que o Senado da República, a partir do ano que vem não terá aqui um grande Senador, mas eu sei que V.Exª, pela sua história, pela sua caminhada continuará na vida pública para o bem da Bahia e para o bem do nosso país. Por isso, aceite aqui o nosso abraço, a nossa solidariedade, o nosso carinho pela sua vida política e por tudo que o senhor fez pelas causas que estão contempladas nesse relatório. Parabéns, Senador Rodolpho Tourinho.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Passo a... Agradeço muito as palavras do Senador Paulo Paim e passo a palavra para o Marco Maia, Deputado.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Um bom dia a todos e a todas. Uma satisfação enorme poder estar participando desta Sessão aqui da nossa Comissão, que tem o objetivo de votar o relatório do Senador Paulo Paim aí que trata sobre o tema do salário mínimo. Saldar aqui o nosso Senador Rodolpho Tourinho, saldar o meu querido Senador Paulo Paim. Aliás, Senador Paulo Paim, eu queria ao saudá-lo, fazer aqui dois agradecimentos. Primeiro, um agradecimento aos aposentados e pensionistas do meu Estado que me apoiaram muito nesta campanha eleitoral. Eu devo boa parte da minha reeleição aos aposentados e pensionistas do Rio Grande do Sul que em várias das suas associações, espalhadas pelo interior do Estado do Rio Grande do Sul, dedicaram uma parte do seu tempo para conquistar os votos que somaram ao tantos votos que eu fiz lá no Rio Grande do Sul e garantiram a minha reeleição. Faço esse agradecimento de público aqui, porque esse agradecimento também vem acompanhado de um compromisso, vem acompanhado de uma responsabilidade maior com a luta e com as causas dos nossos aposentados e pensionistas do Brasil. E vocês podem ter a certeza e a convicção, de que vocês em nenhum momento, que os aposentados do Rio Grande do Sul e em especial que me apoiaram, em nenhum momento vão se arrepender do voto dado a este Deputado Federal, então, nesta eleição. [palmas].

O segundo agradecimento. Senador Paulo Paim, eu quero fazer aqui de forma especial e de público a ti. Porque sou sabedor e acompanhei o teu voto. O Senador Paulo Paim me honrou com o seu voto nesta eleição. Aliás...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O fim do voto secreto ele acabou.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): É claro que eu pedi a permissão ao Senador para dizer isso, mas o Senador fez isso de público, nós estivemos lá juntos na Sessão eleitoral votando e o Senador lá de público disse: "Olha, Marco, quero aqui dizer que vou dar o meu voto a ti por dois motivos, não é Paim?". Primeiro pelo trabalho conjunto pela nossa história, nós que somos oriundos do mesmo sindicato dos metalúrgicos, somos oriundos da mesma cidade, da mesma trajetória política. E segundo também por sermos da mesma cidade, do mesmo Município e o Paim disse no momento: "Olha Marco, estou dando o voto pela nossa história, pelo teu compromisso, pela luta, mas também porque somos do mesmo Município e estamos aqui reforçando e reafirmando a mesma causa política lá no Congresso Nacional". Então eu queria pedir a vocês aqui, gente, uma salva de palma ao Paim em agradecimento pelo voto que ele me concedeu nesta eleição. E que é sem dúvida nenhuma, Paim o voto mais ilustre que eu recebi nessa eleição. Claro que todos os votos foram importantes, foram fundamentais, mas o seu certamente foi o que mais me engrandeceu e o que mais me enche de responsabilidade pelo trabalho que eu quero desempenhar no Congresso Nacional nesses próximos quatro anos. Mas quero aqui, Senador Paulo Paim, te falar da justeza, da convicção que me move em votar e aprovar esse teu relatório [illegible]

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 705
DOC:

relatório que foi fruto de cinco longos meses de trabalho aqui neste Congresso, que contou aqui com a participação de inúmeras pessoas e inúmeros debates. Nós recebemos aqui empresários, nós recebemos aqui o governo, nós recebemos aqui o Ministério da Previdência, o Ministério do Trabalho, nós recebemos aqui os dirigentes sindicais, nós escutamos aqui também os nossos aposentados e pensionistas nas suas mais variadas entidades, os nossos representantes da terceira e melhor idade também. Nós estivemos aqui com a presença de organizações não governamentais ligadas a área da previdência, nós escutamos aqui durante esses últimos cinco meses as mais variadas entidades da sociedade civil organizada do nosso país. E não só aqui no Congresso Nacional, nós tivemos também a responsabilidade de ir até os Estados, de ouvir o cidadão comum, de ouvir os aposentados e pensionistas lá no seu local de moradia, de poder fazer com que todos tivessem a sua voz ouvida na elaboração deste relatório e na elaboração deste projeto que vai agora a debate tanto aqui no Senado, quanto na Câmara Federal. Então ele é a síntese daquele que é o pensamento maior do povo brasileiro, dos nossos aposentados e pensionistas. E tenho uma honra agora aqui também de receber o nosso querido Deputado Arnaldo Faria de Sá também reeleito, que muito nos orgulha e que é um companheiro nosso nesta luta e nessa trajetória em defesa dos aposentados e pensionistas.

Então, meu companheiro Paulo Paim, eu queria te dizer aqui da responsabilidade, da justeza e da convicção minha em aprovar esse relatório, que não é um relatório apenas desta Comissão, que não é um relatório apenas do Senador Paulo Paim, que não é um relatório dos Deputados, os Senadores, mas que é o relatório do povo brasileiro. É um relatório que congrega o pensamento médio de todos aqueles que discutem e debatem o tema da previdência e que sabem que esse Congresso que os Deputados e Senadores desse País têm a responsabilidade de recuperar o poder de compra dos nossos aposentados e pensionistas neste País. Que tem a responsabilidade de recuperar o poder de compra do salário mínimo, que tem a responsabilidade de garantir que o salário mínimo seja um indutor do desenvolvimento econômico e social deste País.

Aliás, Senador Paulo Paim, nós temos comprovado uma teoria, aliás, nós temos desmontado uma teoria que prevaleceu nesse País há muitos anos, que o salário gerava inflação, de que o salário era o motivo de descontrole da economia, de que o salário era um fator que desequilibrava as contas públicas desse País. Ao contrário, hoje nós podemos comemorar o salário mínimo de cento e cinqüenta e seis dólares, nós podemos comemorar um salário mínimo que teve um reajuste de 26% acima da inflação e nem por isso a economia se desequilibrou. Nem por isso nós tivemos um aumento das taxas inflacionárias, nem por isso nós assistimos aqui no Brasil uma quebradeira como sempre foi preconizado nesse País. Nós estamos comprovando que aumento de salário não gera inflação, aumento de salário gera, sim, crescimento e desenvolvimento econômico pode gerar emprego, pode gerar crescimento da economia. Pode gerar sim uma distribuição de renda que propicie um crescimento maior da economia e uma qualidade melhor de vida do nosso povo. E é isto que nós estamos, não tenho dúvida disso, colocando nesse relatório, de que nós podemos aumentar o salário mínimo, que nós podemos recuperar o salário dos aposentados, que nós podemos redistribuir renda e riqueza neste país e o Brasil continuar crescer, o Brasil continuar a se desenvolver, o Brasil continuar sendo uma nação justa com o seu povo e com sua gente.

Então eu queria com essas palavras, Senador Paulo Paim, deixar aqui já o meu voto, vou... Voto aqui e aprovo e assino embaixo este teu relatório e quero te dizer que serei junto com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, lá no Congresso, lá na Câmara Federal um lutador permanente para que este relatório possa ser aprovado na íntegra lá na Câmara Federal e a gente possa garantir uma recuperação do salário mínimo e

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 706
DOC:

do salário dos nossos aposentados e pensionistas de forma permanente, contínua e sem revés para os nossos aposentados e pensionistas e para os trabalhadores e trabalhadoras desse País. Viva o Senador Paulo Paim, viva esse relatório que ora será aprovado aqui, meus companheiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Passo a palavra para o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, Senador Tourinho, Sr. Relator Senador Paulo Paim, companheiro Marco Maia, representantes dos aposentados, eu acho que nós damos um passo importante e isso repete aquela Sessão memorável do dia 21 de junho em que esteve presente o Ermélio, o Robson, o José Carlos Montes, o Sr. Antônio Alves, o Alcides dos Santos, o Oswaldo, todos trazendo dados importantes para compor esse relatório. Mas o momento político é importante para nós, importante porque vai ter segundo turno e tendo segundo turno, ambos os candidatos têm que sentar para negociar. A história do 1667 está atravessado na garganta de todos os aposentados e tem uma outra MP, a 316 que está lá na Câmara, vamos votar de novo o 1667, não que resolva o problema, mas diminuir o tamanho da diferença.

É preciso que nesse segundo turno todos estejam mobilizados, Lula e Geraldinho têm que sentar na Mesa e conversar com todos os aposentados, todos querem saber aquilo que vão fazer os dois governos. Seja um ou seja o outro, vão ter que acordar para a verdadeira realidade. O número de aposentados e pensionistas tem que ser levado em consideração. Não podemos nos esquecer que esse mês de setembro que terminou, os aposentados foram iludidos, receberam parte do 13º junto com a remuneração normal pensando que tiveram aumento de aposentadoria. Não tiveram não, agora em outubro vai voltar o pagamento normal e todo mundo vai sentir o tamanho da diferença. Essa história de empréstimo consignado foi outra enganação que fizeram com os aposentados e pensionistas. Eu estive na delegacia do idoso em São Paulo e um grande número de agressores que os idosos sofrem, é alguém da própria família que obriga o idoso fazer o maldito do empréstimo consignado. Esse governo tem culpa, como os governos passados também têm culpa. Nenhum governo é isento de culpa do que tem acontecido com o aposentado e pensionista. Ainda recentemente tentaram acabar com o Juizado Especial Previdenciário numa Medida Provisória que estava na Câmara que iria abaixar o limite das ações nos juizados especiais previdenciários, os aposentados reunidos é que não deixaram que isso acontecesse.

Esse relatório é o começo de uma luta. Mas a grande luta é agora no embate do segundo turno, os dois candidatos têm que assumir a responsabilidade com a recuperação da perda dos benefícios de aposentados e pensionistas. É lamentável que nessas primeiras cadeiras aqui que tem que estar cheia de Deputados e Senador que estão substituindo, são aqueles verdadeiros representantes do povo. Vocês das Associações dos Aposentados, parabéns e até a vitória.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, eu digo a vocês que talvez nem todos entenderam a importância desse momento. Quero registrar, primeiro, ver essa sala lotada de homens e mulheres de cabelos brancos ou

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 707
DOC:

não e que sabem que esse relatório foi construído com um esforço enorme, eu diria, não do Senador Paulo Paim, de toda essa Comissão e com certeza pelo povo brasileiro.

Esse relatório, aprovado aqui, ele não vai para nenhuma Comissão mais. Ele vai diretamente para o Plenário do Senado e para o Plenário da Câmara. Esse relatório ele contempla reivindicações histórica dos trabalhadores. É a primeira vez na vida do parlamento desse país que um relatório como esse construído por unanimidade numa Comissão Mista de onze Deputados e onze Senadores é aprovado também por unanimidade.

Senador Rodolpho Tourinho, talvez esse ano aqui no Senado, sei que no futuro você voltará, eu quero dizer que você presidiu uma Sessão que para mim é histórica. Eu estou 20 anos no Congresso Nacional, nunca fui Relator na minha avaliação de uma peça tão importante como essa. E quero dizer, meu amigo, Arnaldo Faria de Sá que essa peça não é só do Senador Paulo Paim, pelo contrário, é dos onze Deputados, onze Senadores que me ajudaram a escrever ela. Nós escrevemos juntos. Eu sempre dizia para o Arnaldo, para o Barelli, para o Jackson, para o Rodolpho Tourinho, para o Marco, para o Tarcísio: "Olha, esse não é um projeto do Relator, é um projeto da Comissão". O Relator é um instrumento, é o instrumento para assinar a redação final. Eu vou sintetizar para vocês, para vocês verem a importância desse projeto. Primeiro, nós vinculamos de forma definitiva, inclusive alterando a Constituição, tem uma aqui dentro que é Emenda Constitucional, temos Projeto de Lei, mas aprovamos também o princípio da Emenda Constitucional. Vinculamos definitivamente aquilo que lá na constituinte eles vincularam. Nós estávamos lá, nós voltamos contra e perdemos. Lá, eles diziam: "Se desvincular o salário mínimo dos benefícios da previdência com certeza o salário mínimo decola". Pois de lá para cá o salário mínimo só caiu e os aposentados só perderam. Nós estamos vinculando de novo.

Se esse relatório for aprovado na íntegra, o mesmo percentual que é dado ao salário mínimo se estende a todos os aposentados e pensionistas. [palmas] Está aqui no relatório e já está aprovado, já está aprovado. Claro, teremos duas batalhas, no Plenário da Câmara e no Senado. Mas tenho certeza pelos dois deputados aqui presentes, de partidos diferentes, ambos darão a sua contribuição lá na Câmara. Aqui no Senado, eu tenho certeza que o Senador Rodolpho Tourinho dará todo o seu apoio durante esse ano e no ano que vem pela sua influência política naturalmente. Dois, nós também asseguramos que no mínimo o salário mínimo precisa ser reajustado uma vez por ano conforme a inflação e o dobro do PIB. E ninguém nos diga que é um exagero o dobro do PIB. Se pegarmos os últimos anos e fizermos uma média, vocês vão ver que foi concedido ao salário mínimo, em média, a inflação e o dobro do PIB. Conseqüentemente, é uma demonstração clara que não é o salário mínimo que cria problemas econômicos para, por exemplo, uma prefeitura. Disseram que a prefeitura ia quebrar se desse uma política como essa.

Então, está comprovado que é possível, por tudo que foi dito, eu não vou repetir, por causa da inflação, pelo contrário gera mais empregos. Que vincular a inflação ao dobro do PIB é justo. Aqui alguém poderia perguntar do Plenário, Deputado, Senador ou mesmo as entidades que estão aqui de todo o Brasil, representados pela COBAP e pela Associação das Donas de Casa. Aqui a Presidente é a Srª Maria das Graças. Quero dizer Srª Maria das Graças que aqui nós deixamos muito claro, se ao salário mínimo é dado à inflação o dobro do PIB, no mínimo, porque as entidades podem negociar até algo mais, também aos aposentados é o mesmo princípio, é o mesmo princípio. Os aposentados receberiam pelo nosso projeto a mesma coisa. Agora alguém poderia dizer: "Não você dá benefício e da onde que vem a receita?". Aqui nós colocamos também. Nós temos saído da contribuição do empregador de forma progressiva da folha de pagamento para o faturamento. Por que

ATA 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 408
DOC:

isso? Com esse sistema do faturamento, deslocando da folha, nós estamos assegurando que quem mais lucra, vai pagar mais. Quem mais empregue e lucra menos, vai pagar menos. É um princípio justo. Com isso eu aumento o superávit que já é superavitária da própria previdência.

Quinto ponto que eu acho importantíssimo desse meu breve resumo, o fator previdenciário. O Brasil todo está assistindo esse debate, acompanhou e a TV Senado, com certeza, pela importância vai reprisar, nós estamos assegurando aqui de novo, que não pode continuar tendo, como é que diz, pesos e medidas diferentes, por que? Que alguns que ganham até seis salários mínimos têm fator previdenciário e ainda se quiserem correr do fator e ficar próximo ao que seria a sua realidade, só vão poder se aposentar com 65 anos o homem e 60 a mulher. Eu revogo essa história de fator previdenciário e essa regrinha malandra que estava ali de 60 e 65 e diz que o princípio tem que ser universal, ou seja, todos devem se aposentar de acordo com o salário de contribuição. Se eu paguei sobre cinco salários, eu paguei, eu me aposento com cinco. Se eu paguei sobre dez, me aposento com dez. Se eu paguei sobre dois, me aposento com dois. O que não pode e todos vocês vão concordar comigo e os Deputados e o Senador Rodolpho Tourinho conhece bem esse tema e aqui foi dito também pelos Senadores que aqui passaram, é eu ter pago a minha vida sobre quatro e estar ganhando dois, ou ter pago sobre dois durante a minha vida e passei a ganhar um. Isso é que não pode.

Então, nós acabamos com essa história quando nós retiramos o fator previdenciário e garantimos de novo a vinculação ao percentual. Aqui, de uma vez por todas, nós estamos mais uma vez terminando o fator previdenciário, isso é muito importante. Estou vendo aqui o Assessor do Barelli. Quero dizer que o nosso Vice-Presidente e o Presidente só não estão aqui por compromisso assumido anteriormente com suas candidaturas, mas ambos eu quero aqui pedir a vocês uma grande salva de palmas para o Barelli e para o Jackson Barreto. Foi importante a sua presença aqui porque nós aqui estamos trabalhando e dizendo que esses dois lutadores estiveram em todas as reuniões nos Estados, todas. E fizeram um grande debate para construir essa proposta.

Eu estava agora falando do fator previdenciário. Quero insistir que passaram pela *internet* que nós estávamos abandonando a luta do fator. Pelo contrário, nós já temos um projeto nesse sentido que foi aprovado em todas as comissões, houve um recurso no Plenário e agora aqui nós introduzimos de novo. Aqui significa o que, que o fator previdenciário foi aprovado em todas as Comissões com esse relatório e vai para o Plenário. Acabar com essa história de quem ganha vinte quatro, vinte e cinco por mês se aposenta com o salário integral e não tem fator previdenciário. Eu tenho o maior respeito ao Supremo Tribunal Federal, mas só dou como exemplo e sei que os Ministros entendem a minha fala. É justo como diz o Supremo Tribunal Federal, não aplique sobre ele o fator previdenciário e o trabalhador que ganha dois, três salários mínimos tenha o redutor de 40%? É justo que eu, Senador da República, Paulo Paim, que vou me aposentar tenho mais de 25 anos quase na Casa ou vou terminar com 25 anos, que eu não sofra o fator previdenciário e o senhor que está me ouvindo que ganha dois salários sofra? Não é justo. É uma questão de mínimo de solidariedade entre gerações. Por isso tudo que nós entendemos que o fator previdenciário tem que ser revogado mesmo, mesmo. Agora, se acha que ele é tão bom, estendam para aqueles que ganham vinte e cinco salários, vinte salário, para ver se eles aceitam. Vai ver se passa no Supremo, se você botar aqui fator previdenciário vai para o Supremo, vai para Senador, vai para Deputado, vai para Ministro, vai para Presidente, vai para Governador, vai para Deputado Estadual, vai para federal e vai para Vereador, daí não passa.

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 709
DOC:

Por isso que eu tenho tanta bronca do fator previdenciário. E não estou dizendo que é bom que vá para os outros. Eu quero que ninguém tenha o fator previdenciário de tão perverso que ele é. Já que os outros não têm, e aqui eu pego "nós", eu digo parlamentares, é um absurdo que vocês tenham. Vocês que ganham dois salários, um salário mínimo e meio, vem aquele tal de fator e joga lá para baixo. Na hora do reajuste é a mesma história. Então aqui nós resolvemos todas as questões. Por isso, meus amigos e minhas amigas, vocês estão de parabéns, é um momento muito importante. Os Senadores e Deputados passaram aqui, todos assinaram dizendo: "Já li o relatório". Eu não quero que ninguém diga que esse relatório não foi lido. Esse relatório, está aqui a Comissão que pode me ajudar, há mais de 25 dias atrás eu remeti a todos os Deputados e Senadores da Comissão que por conseqüência deve ter encaminhado a seus líderes. Todos leram de forma antecipada, sabiam que o relatório seria lido e discutido hoje se houvesse unanimidade, porque se não houvesse unanimidade alguém poderia ter pedido recurso, como foi unanimidade, os Senadores passaram: "Já li o relatório, concordo, está aqui a minha assinatura". Ninguém questionou, ninguém. Ninguém. De nenhum partido. Aí eu quero fazer justiça, nem da oposição e nem do governo. Se ninguém questionou, qual é a imagem que vocês podem levar?

Bom, o relatório, todos são favoráveis. Eu só espero que no debate que teremos o ano que vem e nós vamos estar com o relatório na mão com a assinatura de todos os Senadores e Deputados não vá ninguém questionar o relatório. O relatório foi aprovado. Fizemos da forma mais transparente e imaginável, discutimos muito aqui com a assessoria do Senado e da Câmara que nos ajudou. Eu quero dar aqui uma salva de palma aqui e se puder registrar o nome aqui dos dois Senadores que mais viajaram, Senadores, os dois consultores que viajaram conosco em todas as comissões. Se você pudesse aqui me lembrar o nome de cada um deles, é o Fernando Meneghini e o Mário Teodoro. Eu sabia só o primeiro nome, eu quero registrar os dois, uma grande salva de palma para os dois, nos ajudaram muito. [palmas] E também eu conheço ela por Verônica, que ela representa, claro, todo o corpo da Comissão. E ela já trabalhou comigo na vice-presidência do Senado, mas é sempre Verônica, é Verônica Maia, uma grande salva de palma para a Verônica Maia, estendendo aí então a todos os funcionários. Eu digo do Senado e da Câmara porque nós fizemos isso sempre em parceria, viajamos muito, eu poderia também com muito carinho e respeito dizer da TV Senado, Tv Câmara, Agência Senado, Agência Câmara, a Rádio Senado, a Rádio da Câmara, o Jornal do Senado, o Jornal da Câmara, se eu esqueci alguém, Verônica me ajuda. Porque numa Audiência Pública lá em Canoas eu esqueci alguns... A Sustel que viajou conosco, fez todas as gravações. As audiências públicas que realizamos em todas as regiões que nós fomos. Foram, acho que dez regiões, estão todas gravadas, as documentações estão todas aqui, a sustentação. Quero agradecer a todas as centrais sindicais, todas participaram desse debate, todas contribuíram. Senti que o Senador, Senador, viu, Arnaldo Faria de Sá quer fazer um aparte aqui.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A COBAP, a COBAP.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A COBAP, uma grande salva de palma a COBAP aqui representando as entidades, todas das centrais que está aqui presente desde o início. Já falei aqui da nossa entidade das donas de casas que está aqui presente também. Eu pediria que ela levantasse, a doutora Maria da Graça, que a Maria da Graça levantasse. Porque nós queríamos a casa lotada hoje.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senador, permita apenas um aparte, Senador. Um aparte apenas. E a nossa secretária da Frente Parlamentar em defesa da previdência pública, a Josefa que está aqui, uma salva de palmas a Srª Josefa.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 110
DOC:

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero lembrar da Bahia, estivemos na Bahia num grande evento também coordenado pelo Rodolpho, lá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Homenagem ao Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está uma disputa aqui agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Eu queria na verdade só ressaltar, Senador Paulo Paim, nesse seu rol de agradecimento, o senhor já falou, agradeceu, mas pela importância que teve o Deputado Walter Barelli e o Deputado Jackson Barreto. Só reafirmar isso, porque foram dois Deputados incansáveis que estiveram aqui presentes, foram a todas as audiências públicas e sempre ouvindo a todo mundo com muito exercício da democracia. Eu queria ressaltar esses dois Deputados que não estão aqui hoje por outros compromissos, mas que precisam ser lembrados por todos nós pelo belíssimo trabalho que realizaram a frente desta Comissão.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Permita apenas uma... Eu acho que todas as homenagens são justas, todas as homenagens merecem esse registro, mas tem uma que merece menção honrosa acima de qualquer outro membro dessa Comissão que é o Senador Paulo Paim.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria concluir a minha fala, claro que não vou ler todo o relatório, mas o relatório está à disposição de todos que quiserem levar. E dizer a vocês, meu amigo Rodolpho Tourinho, meu amigo Arnaldo Faria de Sá e meu amigo Marco Maia o que todos falaram aqui que eu acho importante. Eu acho que todas as entidades representadas aqui pela entidade das donas de casa e também da COBAP deveriam mesmo remeter esse relatório para os dois candidatos a Presidência da República no segundo turno. Eu acho que é muito bom que ambos, porque aqui vejam bem, estão aqui todos os partidos na Mesa, vamos dizer e aqui tem apoiadores de dois candidatos. Ninguém tem dúvida de quem eu e o Marco Maia apoiamos e quem o Arnaldo e o meu amigo Rodolpho Tourinho apóia. Isso não há dúvida nenhuma. Então eu gostaria muito e isso foi falado muito pelo Arnaldo, que eu me comprometo também de remeter, mas que as entidades vão receber cópia, se forem recebidos pelos dois Presidentes da República que eu acho que deverão recebê-los. Eu receberia, acho que eles devem recebê-los e que vocês encaminhassem a eles esse documento. Esse relatório é um relatório muito importante. E se puderem também entregue a eles junto o PL 58, o Relator foi o Senador Rodolpho Tourinho que fez um substitutivo que fala das perdas sofridas pelos aposentados e pensionistas.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qualquer um dos dois que forem eleitos lamentavelmente fará outra Reforma da Previdência por ordem da Comunidade Financeira Internacional.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, nessa linha de contribuição ao debate é que eu faço um apelo. E o Marco Maia naturalmente vamos entregar para o candidato que apoiamos e tenho certeza que o Rodolpho terá condições de encaminhar também, mas não é questão de nós encaminhar, a questão é de vocês encaminhar. Tem outro peso, o que nós podemos interagir, nós aqui é para fortalecer o pedido de audiência. Que eles recebam vocês. Falta praticamente um mês, é dia 29 e vocês entreguem lá esse relatório, claro junto de outras reivindicações legítimas dos aposentados e pensionistas, dos idosos, mas que entreguem esse relatório pedindo a eles que esse relatório seja sancionado na hora da aprovação, tanto na Câmara como também aqui no Senado. Eu concluo a minha parte dizendo o seguinte, seria muito

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 211
DOC:

bom pessoal, muito bom que a gente mostrasse a esse povo que está com uma esperança muito grande em novos tempos que esse relatório é um relatório para valer. Que esse relatório é um relatório para ser efetivamente aprovado. Que ele contempla aqui, pessoal, de forma direta mais de vinte e cinco milhões, mas como ele trata do fator, eu diria que ele contempla, sem medo de errar, benefício para mais de cem milhões de brasileiros, para mais de cem milhões. E por isso eu terminaria dizendo, não dêem palmas para essa Mesa, nós fizemos o nosso papel, nós aqui, Deputados e Senadores.

Vamos dar uma grande salva de palma para a militância dos aposentados e pensionistas, a militância dos aposentados e pensionistas é que fez esse relatório ser aprovado e por isso palma para vocês, nós batemos palma para vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Senador Paulo Paim, minhas amigas, meus amigos, eu quero lhe dizer da grande honra que foi para mim, Deputado Arnaldo Faria de Sá, poder ter presidido essa Sessão. Eu entendo que muitas coisas aqui foram discutidas e, com certeza, eu destacaria aqui pelo menos dois grandes avanços que precisam ser entendidos, absorvidos pelos parlamentares, mas também pelo governo. É a questão da vinculação do salário mínimo e citar aqui, enfatizar, Senador Paulo Paim, quando nós discutimos isso no passado, recentemente, de quem se aposentou com seis, oito salários mínimos e que se mantida essa política atual, ele vai ficar reduzido dentro de cinco seis anos, a um ou dois salários mínimos, eu acho que é isso que precisa ser enfatizado. Eu acho que é isso que o governo precisa entender, e eu acho que é isso que os parlamentares também precisam compreender a gravidade dessas projeções. Isso é um ponto e outro ponto que me parece extraordinário que tenha se chegado a uma conclusão aqui por unanimidade, é a questão da contribuição sobre o faturamento e não sobre a folha de salário. Esse é um grande avanço, o país precisa ter coragem de experimentar isso. O governo precisa ter muita abertura para entender que o caminho é esse. Porque, sem isso, dificilmente nós conseguiremos implementar a política nova em relação a toda essa questão de reajuste do salário mínimo.

Em relação às prefeituras que é uma preocupação minha por estar até representando uma boa parte das que são mais pobres do nordeste, é preciso o governo entender também que cada vez mais ele arrecada mais a União e cada vez mais as prefeituras recebem menos. Ao longo dos últimos 20 anos o que nós assistimos é uma redução quase à metade em termos percentuais daquilo que os Municípios recebem. Isso está errado. E dessa forma é que dificilmente eles poderão contemplar ou ser favoráveis a esse tipo de mudança. É preciso dessa mudança outra inicial que também é muito importante.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Rodolpho Tourinho, me permita um aparte antes que o senhor encerre, senão vai estar fazendo o pronunciamento de encerramento.

Está havendo um apelo do Plenário e eu tomei a liberdade da gente permitir, simbolicamente por cinco minutinhos, ao Presidente da COBAP, Benedito Marcílio pelo trabalho feito, que usasse a palavra e também a Srª Maria das Graças dos Santos que fez essa grande mobilização, principalmente das donas de casa. Que eles pudessem usar por cinco minutos a palavra, no aspecto, se me permitir, meu Senador, depois vou dar para o senhor encerrar, efetivamente num apelo para que o relatório fosse efetivamente aprovado. O Congresso trabalhasse e o Presidente depois sancionasse independente de quem for à vitória.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 712
DOC:

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, apenas regimentalmente, concordando com o Senador Paulo Paim, tem que encerrar a reunião, transformar em Comissão Geral para depois abrir a palavra. Senão podemos ter problema. Tem que encerrar a reunião, transformar em Comissão Geral e depois abrir a palavra para as pessoas. Tem que transformar em Comissão Geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Eu não vejo problema e entendo então passaria a palavra a Srª Maria das Graças Santos em nome da Associação das donas de Casa de Goiás e do Brasil, não é dona Maria das Graças.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS: Eu que quero agradecer, bom dia a todos. Nós, as donas-de-casa já se faz presente sempre aqui nesse Senado, nós já consideramos a nossa casa, tanto que nós temos vindo aqui reivindicar. Eu vejo que essas mulheres, elas vêm não reivindicar só para elas, mas também como para seus companheiros, seus pais que estão também.

Então, eu quero agradecer o convite da COBAP que é nossa parceira e queremos agradecer as nossas donas de casa e o pessoal que realmente atendeu o chamado e está aqui para essa audiência, eu acho muito importante. Nós temos que realmente discutir, nós sabemos que têm muitas aqui dentro desse Plenário, que tem como o Senador falou, mulheres que tem esposo com depressão, que contribuiu com essa previdência com cinco, seis salários, hoje ganha dois salários mínimos. Então ele se sente diminuído e entra em depressão porque não pode estar realmente, depois de aposentado, dar uma vida digna para a sua família. E eu vejo esse projeto com muita seriedade e responsabilidade dos parlamentares que temos que lutar, que nós que trabalhamos, principalmente com a classe de poder aquisitivo mais baixo, os aposentados, nós sabemos o clamor deles, o sentimento que eles têm desse desrespeito com eles depois que chega na velhice.

Então eu quero agradecer, quero fazer parte sim, nós queremos ver esse relatório e que esses novos, que estão aí, e os novos parlamentares que vão assumir em janeiro, que assuma também essa responsabilidade com o povo brasileiro, com esses aposentados e pensionista brasileiro. E também, nós como temos luta também, queremos também dentro dessa Comissão que faz parte, pedir realmente a esses Senadores que estão aí, Senador Paim, que trabalhe também na luta das donas de casa, que realmente esse regulamento seja apressado e que qualquer governo que entrar ele tenha a responsabilidade também de assumir essa regulamentação. E eu tenho certeza que a União do povo brasileiro, dos aposentados para fazer respeitar e também a união dos parlamentares, nós vamos conseguir sim. Que é a com união, é com a força que a gente consegue.

Hoje nós aprendemos que sem luta nós não temos vitória. Então todas às vezes que precisar as donas de casa, não só de Goiás, mas do Brasil, vai estar ombreado nesse projeto. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Concedo a palavra ao Sr. Benedito Marcílio, Presidente da COBAP.

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Sr. Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, Sr. Relator, nosso Senador Paulo Paim, Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá, nosso querido representante dos aposentados, guerreiro aqui no Congresso também e o Sr. Deputado Marcos Maia. A todos os senhores e senhoras aqui presentes. Como representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas Idosos, estamos participando desta solenidade com as representações integradas a nossa confederação de dirigentes, presidentes, e dirigentes das federações dos Estados, e

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 213
DOC:

representações também de entidades de base e, inclusive, as nossas queridas companheiras que estão também nas ruas, na luta para o reconhecimento de um direito indiscutível da qual a COBAP tem participado junto com essas companheiras, as donas de casas para que elas realmente também conquistem esse direito que nós entendemos que é de fato e de direito, o direito de ter a sua aposentadoria por tempo de trabalho.

Queremos manifestar também a alegria, Sr. Presidente, Sr. Relator, de ver esse relatório aprovado da forma que está sendo aprovado por unanimidade nesta Casa. Participamos ativamente na discussão desse relatório, inclusive a COBAP teve a oportunidade de fazer estudos, inclusive com outras entidades e na última reunião, inclusive, aqui nesta Casa nós apresentamos um trabalho também que eu acredito que serviu para ser contemplado alguns pontos nesse relatório. Eu já verifiquei que está sendo contemplado, sim.

Participamos das audiências públicas nos Estados, inclusive, em nosso Estado do Rio Grande do Sul e na Bahia, levando, inclusive, a nossa experiência também e as reivindicações do nosso povo, dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Queremos dizer, Sr. Relator, Senador Paulo Paim, Sr. Presidente, demais Deputados, da felicidade de ver este relatório que realmente será uma bandeira de lutas nossas do movimento que representamos de aposentados e as donas de casa e as representações, inclusive, dos trabalhadores junto às nossas autoridades, junto aos nossos Deputados e Senadores para que realmente esse relatório feito pela Comissão Mista sobre o salário mínimo seja aprovado na sua plenitude, na sua íntegra. Esse é o compromisso que deixamos aqui e que nós aprovamos esse relatório, Sr. Senador, número, gênero e grau, na sua íntegra e com o nosso profundo agradecimento ao nobre Relator, Senador Paulo Paim e os demais membros Deputados e Senadores que participaram dessa Comissão Mista tão importante, tão importante nesse momento histórico que estamos atravessando e sabemos o que vai ocorrer inclusive no ano de 2007 conforme o nosso Deputado, também Arnaldo Faria de Sá já tem dito da preocupação que nos traz também da Reforma que virá da Previdência, seja quem for eleito, isso traz preocupações, pois sabemos perfeitamente quando se fala em reforma é para retirar direitos e não para contemplar inclusive e corrigir injustiças que estão sendo cometidas com a classe de aposentados, pensionista e trabalhadores.

Então eu quero aqui, nesse momento, dizer que também estamos na luta para que realmente o veto presidencial, inclusive, que foi dado aos reajustes do mesmo percentual do salário mínimo, 1667, que nós conseguimos a aprovação e agradecemos a Câmara e o Senado por ter aprovado, nós deveremos prosseguir nossa luta junto às lideranças para que realmente isso aí venha a Mesa para ser votado, e que vote realmente derrubando esse veto presidencial, porque se faz justiça com os aposentados e pensionistas. Nosso agradecimento a todos os senhores, muito obrigado.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria rapidamente também dizer da importância dos Presidentes das Federações Estaduais, dos Estados, eu poderia dizer estão todos aqui, mas quero aqui, se me permitirem, pela relação que passaram dizer parabéns São Paulo, parabéns Minas Gerais, parabéns Goiás, parabéns Mato Grosso do Sul, parabéns Santa Catarina, parabéns Rio Grande do Sul, parabéns Rio Grande do Norte, parabéns Alagoas, parabéns Paraná, parabéns Bahia, parabéns Paraíba, parabéns Pará e aqui... Parabéns Rio Grande do Norte. Se eu esqueci alguém, mas foi simbólico esses nomes que eu li aqui porque a COBAP está organizada em todos os Estados. Então, todos os Estados do país se sintam contemplados, e aqui [illegible]

ATA Nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 714
DOC:

especial pelos Presidentes que puderam estar aqui e outros que mandaram representante. E parabéns muito forte aqui para as senhoras que deslocaram de Goiás, uma grande comitiva. Eu quero, como havíamos combinado, quem vai fazer o encerramento é o Senador Rodolpho Tourinho, Senador Rodolpho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA): Eu quero nesse momento agradecer a presença de todos, a presença das donas de casa que não vejo aqui só as donas de casa de Goiás, vejo as donas de casa desse Brasil inteiro, inteirinho. E que precisamos, efetivamente, até o final do ano, eu acho que até o final do ano, nós temos a obrigação de aprovar na Câmara dos Deputados esse projeto das donas de casa.

Eu acho que é obrigação do Congresso. [palmas] E deixo aqui o agradecimento de todos os aposentados, as donas-de-casa, e nesse momento encerramos a reunião. Mas antes quero enfatizar o grande trabalho que foi feito pelo Senador Paulo Paim. Muito obrigado, minha gente.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h32

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 715
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

"SALÁRIO MÍNIMO"

Ato Conjunto nº 3 de 2005.

18ª Reunião

08/11/2006

Emendas ao Relatório Final

Arquivada às folhas nº 131 a 142 do Volume I

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 716
DOC:

18ª ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO
(DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL)

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 18ª Reunião

Realizada em 08/11/2006

Ao oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e seis, às dez horas e vinte e sete minutos, na sala dezenove da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Walter Barelli e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Paulo Paim, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti, Heloísa Helena, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi; e dos Deputados Tarcísio Zimmermann, Betinho Rosado, Medeiros e Vittorio Medioli, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS", Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 18ª reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, submetendo-as à votação (aprovadas). Presidente informa que a pauta da presente reunião administrativa se destina à apreciação e votação de algumas alterações no Relatório Final que foi aprovado na última reunião. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, que faz algumas observações e recomendações a cerca do relatório, entre elas, a retirada da PEC, e o acréscimo de recomendações no item IV.6 do Relatório. A palavra volta para o Presidente, Deputado Walter Barelli, que sugere a alteração da data base do salário mínimo. Sugestão acatada pelo relator. O presidente coloca em votação e aprova, por votação simbólica, as seguintes alterações: a retirada da PEC que estipulava idade mínima para se aposentar no RGPS; a inclusão de recomendação para que o salário mínimo, em 2007, seja majorado no mês de março e que, a partir daí, seu reajuste seja antecipado em um mês a cada ano, até que sua data-base seja fixada permanentemente em janeiro; e a inclusão de recomendação para que seja dada atenção especial ao ensino técnico-profissionalizante, mediante a criação do FUNDEP (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador). Em seguida, passa a palavra aos Senadores Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. E, para constar, eu, Verônica de Carvalho Maia Baraviera, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

ATN nº 003/2005 - CESP "SALÁRIO MÍNIMO" Fl.(s) nº(s) 12 Secretário(a)

SENADO FEDERAL
COMISSÃO MISTA ESECIAL DO SALÁRIO MÍNIMO

18ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 03, DE 2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.
REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS.

SR.PRESIDENTE WALTER BARELLI (PSDB-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Mista criada pelo ato conjunto nº 3 de 2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País.

Esclareço que a pauta dessa reunião administrativa destina-se à apreciação e votação das recomendações que serão encaminhadas através do relatório desta Comissão.

As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a Mesa, as quais coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas.

Eu vou passar a palavra ao Senhor Relator, Senador Paulo Paim, aliás, aproveitando para elogiar o excelente relatório já feito e já discutido entre nós. Mas, como nós consideramos a perfeição uma meta, ainda temos algumas novas observações a partir de uma leitura atenta e vamos começar com as observações do próprio Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Primeiro, bom dia a todos, cumprimentar o movimento sindical aqui presente, representante, se me permitirem aqui rapidamente, das confederações, Calixto aqui representando não só também uma confederação, mas também as centrais sindicais, os nossos companheiros da COBAP, enfim, depois eu citarei o nome de cada um que estão aqui presentes, Lourenço, Xultes, cada um dos companheiros aqui presentes, quando a gente começa a citar o nome, a gente comete aquele erro de não citar o nome de todos, mas depois eu citarei o nome de todos que estão aqui presentes conosco, Josefa (F), enfim.

Primeiro dizer que essas recomendações que nós pretendemos nesse momento aqui aprovar, elas são um complemento do relatório já aprovado. E tem uma outra modificação, fruto de discussão que eu tive com o próprio Walter Barelli e também com o Jackson, que não esteve na última reunião que é quanto a essa polêmica da idade mínima. Na reunião anterior, e eu conversava com o Barelli por telefone, nós tínhamos entrado nessa polêmica, mas depois conversando com o Barelli, conversando, eu, muito inseguro, porque eu acho esse um tema de fato delicado. Conversando com o Jackson e com o conjunto do movimento sindical que me procurou ontem aqui, Barelli, eu já dizia que entre nós três navia a preocupação de fato dessa discussão de idade mínima. Então, entendeu o Relator, ouvindo o Jackson Barreto e o Barelli, e ouvindo o movimento sindical que esteve presente aqui numa reunião preliminar ontem,

ATN nº 003/2005 - CESP SALÁRIO MÍNIMO Fl.(s) nº(s) Secretário(a)

que nós resolvemos não entrar com a PEC que trata da idade mínima, deixando que o Executivo o faça. O Executivo, se entender que tem que haver discussões sobre essa área, o Executivo mandará e nós vamos apreciar, colocando a nossa posição. Sendo que, em princípio, tanto outros Senadores que eu consultei aqui da Casa também acham que a Comissão não deveria entrar na polêmica da idade mínima e que nós entraríamos somente naquela linha de terminar com o fator previdenciário que está já aprovado e que a forma de cálculo seria as 80 maiores contribuições a partir de 94. Isso foi o entendimento.

E dizer também, sempre Ministro e Deputado Barelli, o homem que eu aprendi a respeitar no longo dessa caminhada, já no tempo que ele era diretor, Presidente do DIEESE, e depois como Ministro e mais ainda como Deputado Federal, de que o movimento sindical esteve nos visitando ontem como Relator e eles deram a seguinte posição: eles acham que esse relatório, de fato é o mínimo que eles esperavam dessa Comissão. Eu vi como uma forma de elogio, porque o movimento sindical sabe que o papel deles é continuar tensionando e exigir o máximo, e que eles, na reunião que tiveram conosco, disseram que pois bem, a Comissão apresentará o seu relatório e vieram aqui inclusive, hoje para acompanhar o debate. Agora, que eles legitimamente, e eu também entendo assim e o Barelli pela sua história também entende, vão trabalhar para avançar ainda mais, porque isso aqui, nós dizemos sempre a palavra "no mínimo", para que se possa avançar mais no diálogo com o executivo, com o próprio parlamento e com a sociedade civil.

Então, as recomendações que nós estamos aqui colocando, primeiro é essa, nós votaríamos aqui, eu quero encaminhar ao Presidente, no primeiro momento, que seja retirado a PEC que trata da idade mínima, um. Depois viria as seguintes recomendações afirmativas.

Recomenda-se que seja aprovado o dispositivo da PEC 285 de 2004 que prevê a elevação de 22,5 para 23,5 sobre a arrecadação tributária com destino ao Fundo de Participação dos Municípios de forma a aumentar os recursos disponíveis para a cidade mais pobres. Em não haver óbices, ao aumento dado ao salário mínimo. É aquela discussão enorme que os Municípios fazem, e como já foi aprovado, inclusive, no Senado nós estamos querendo que a Câmara também aprove.

Recomenda-se também que seja aprovada a PEC 24 que veda o bloqueio ou o contingenciamento [inaudível] de orçamento da seguridade social.

Em resumo, a PEC 24, recomendamos a aprovação, que ela diz o seguinte, as verbas destinadas à seguridade social não poderão ser destinadas para outros fins, deverão ficar na saúde, assistência e previdência.

Recomenda-se ainda ao Executivo, recomenda-se que o Governo privilegie os investimentos e a educação propiciando uma educação política de qualidade, de forma a se obter um aumento da produtividade dos trabalhadores de baixa renda e propiciar uma redução das desigualdades existentes no Brasil.

Outra recomendação que na verdade é o Poder Executivo e o Legislativo. Recomenda-se a atenção especial com vistas à construção de uma política de capacitação de jovens brasileiros, bem como do cidadão com mais de 40 anos de idade, baseado no ensino técnico profissionalizante, de forma a garantir a empregabilidade dessas pessoas.

ATN nº 003/2005 - CESP "SALÁRIO MÍNIMO"
Fl.(s) nº(s) 4.33
Secretário(a)

Ou seja, nós aqui indiretamente estamos recomendando a aprovação do FUNDEP. O que é o FUNDEP? É um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante, que uma vez aprovado, ele geraria em torno de cinco bilhões de reais para investimento nessa área. Eu digo sempre que nós sonhamos que um dia nesse País, nós teremos pelo menos uma escola técnica em cada cidade, claro que nos grandes centros teremos muito mais, quantas forem necessárias, mas pelo menos uma escola técnica. E esse fundo, é importante registrar, do FUNDEP, seria destinado a investimento no ensino técnico profissionalizante. Quem vai ser o gestor? E vocês ajudaram na elaboração dos gestores, serão representantes das confederações centrais, serão todos contemplados, o ensino técnico, o Senador Zambiasi que esteve conosco, presidiu, inclusive, a última reunião quando foi aprovado o nosso relatório final.

Recomenda-se ainda que o salário mínimo para 2007 seja majorado para quatrocentos reais. Todos vocês sabem que a proposta orçamentária fala em trezentos e setenta e cinco, a Comissão entende que poderá chegar a pelo menos quatrocentos reais como forma de sairmos de uma base um pouco mais, não digo mais próxima daquilo que o movimento sindical gostaria, que o movimento sindical deixou muito claro que eles vão continuar eternamente, Barelli e você, meio... desculpe a expressão "pai da criança", a discutir o salário mínimo do DIEESE, nós continuaremos insistindo, essa foi a ação do movimento sindical. Estou dizendo porque eles não podem falar, porque é uma audiência oficial, só pode falar Senadores e Deputados, eles continuarão insistindo para que um dia esse País tenha o salário mínimo do DIEESE, mas entende como um avanço. Entende como um avanço toda vez que alguém apresente um patamar que represente um crescimento real para o salário mínimo.

Então, seriam essas recomendações, o Barelli, eu quero já passar a palavra para ele, porque voltará para mim de novo, que ele disse que nas recomendações, na leitura detalhada que ele fez, faltou uma que ele já tinha, inclusive, proposto, que eu gostaria que ele colocasse aqui essa recomendação e eu naturalmente vou acatá-la de pronto e depois vamos, claro, passar a palavra também ao nosso Senador Zambiasi que foi fundamental na última reunião, quando presidiu a Sessão porque o Barelli estava impossibilitado de estar presente. Hoje então, é o fechamento daquele relatório por nós encaminhado.

Passo a palavra ao nosso Presidente Barelli.

SR. PRESIDENTE WALTER BARELLI (PSDB-SP): Dirigentes sindicais, senhoras e senhores, na discussão que nós fizemos sobre o salário mínimo, uma das Sessões, se não me engano, a própria onde nós ouvimos as confederações e as centrais, se colocava a distância entre um momento em que se votava o salário mínimo e efetivação do salário mínimo. O salário mínimo, ele precisa ter recursos no orçamento. Se não tiver, o que vai acontecer? Quando ele for ser fixado surge aquela discussão e aquele óbice que nós acompanhamos durante todos esses anos. Não, efetivamente o salário mínimo não é o suficiente, mas com esse orçamento é a única coisa que pode se dar. E isso foi pretexto para que o salário mínimo não fosse reajustado em vários anos.

Então, nasceu nas nossas Audiências Públicas, a idéia de encurtar o prazo, partindo do que aconteceu no ano de 2006. Salário mínimo voltou a ser corrigido em abril, porque no último ano do Fernando Henrique tinha sido em abril, tinha voltado nesse Governo para maio que era uma idéia de homenagear o Dia do Trabalho, mas o Dia do Trabalho nós vamos homenagear com muito emprego, salário vamos buscar antes. E, por sugestão da Mesa negociadora, [illegible] em

ATN nº 003/2005 - CESPU - SALÁRIO MÍNIMO - Fl.(s) nº(s) 434 Secretário(a)

2006, o salário mínimo ser em abril. E nas nossas discussões o salário mínimo deveria progressivamente passar para ser em março, em fevereiro e depois em janeiro. Porque... E a data-base, digamos, do salário mínimo seria janeiro, porque como o orçamento começa a ser discutido agora, outubro, novembro, dezembro, é o momento em que o salário mínimo deve estar também na pauta da sociedade, não só na pauta do Congresso. Nós, com essa recomendação que o nosso Relator, Senador Paulo Paim, está colocando, de começar esse ano com quatrocentos, já estamos discutindo o que está no orçamento, que é trezentos e setenta e cinco. É decisão dessa Comissão que comece com quatrocentos. Agora, e a partir daí comece a valer a regra estabelecida no nosso relatório. Agora, é importante que isso não seja uma discussão só do Senado e da Câmara. Precisa ter aqueles interessados, então, as centrais, as confederações, todo o movimento sindical, as associações e aposentados precisam estar presentes para que haja essa repercussão tanto no Plenário da Câmara quanto no Plenário do Senado.

Então, pensando nisso, aliás, seguindo o que foi sugerido nas audiências públicas.

Então, já discutindo com o Relator, ele aceitou mais essa recomendação de que o salário mínimo, ele, no próximo ano deveria ser março, no próximo ano 2007. 2008, deveria ser fevereiro e 2009... e *ad eternum* no mês de janeiro enquanto vigorasse essa situação.

Então, é essa Emenda, Sr. Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu vou de pronto dizer que o... E ele disse ao Senador Barelli, ele não veio como Deputado, mas vai voltar como Senador. Dizer para o Deputado Barelli, aqui do lado do Senador Zambiasi, que ele foi muito feliz com essa lembrança, que efetivamente foi aqui discutida em inúmeras reuniões e tem toda uma procedência de debate até de outros anos e por justiça mesmo do governo anterior onde V.Exª., inclusive, foi Ministro, que já havia lá esse debate de que o valor do salário mínimo, a sua recomposição começasse mês a mês se aproximar da data de 1 de janeiro.

Então o Barelli foi feliz aqui, já deu a redação, sei que a Assessoria já pegou. E eu gostaria de pronto de dizer que o Relator acatou.

Então, nesse momento, antes de passar a palavra para o Senador Zambiasi, e depois nós poderemos fazer as nossas considerações finais, eu proporia que o nosso Presidente colocasse em votação o conjunto das recomendações, inclusive essa que ele colocou agora com muita qualidade e com muita eficiência, porque corresponde aos fatos, e a retirada da PEC que trata da idade mínima somente. Só tinha uma PEC e o mais complicado é que sabemos que ia aprovar a PEC.

Então, nós retiramos a PEC da idade mínima e com essas recomendações... Eu estou propondo que o Presidente coloque em votação.

SR. PRESIDENTE WALTER BARELLI (PSDB-SP): Bem, então eu vou [interrupção no áudio] da PEC sobre a idade mínima. As recomendações que foram lidas aqui ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo e aos dois Poderes em conjunto e incorporando essa que foi feita agora da antecipação progressiva do salário mínimo, para que a discussão da sociedade fosse feita ao mesmo tempo que com a discussão das Casas do Congresso que devem representar o anseio da sociedade.

Os que tiverem de acordo que permaneçam como estão. Aprovado.

ATN nº 003/2005 - CESP "SALÁRIO MÍNIMO" Fl.(s) nº(s) 135 Secretário(a)

[palmas]

Vou passar a palavra para o Senador Zambiasi com muito prazer.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Barelli, colega Paim e mais representantes das sociedades aqui presentes. Realmente, eu estou muito privilegiado, infelizmente não tive a oportunidade de fazer o acompanhamento permanente e pessoalmente, mas eu recebi cotidianamente todos os temas discutidos e acho que finalmente o Congresso também assume a sua responsabilidade nessa discussão e interfere positivamente nesse sentido e oferece sugestões democraticamente discutidas com a sociedade para a adoção via Executivo. E o privilégio de ter essas duas pessoas à testa comandando essa discussão, com o histórico e a experiência do Barelli, e o histórico de vida do Paim, que eu sempre digo que é uma referência nacional quando se trata de discutir essas questões sociais, especialmente este mantra que é o salário mínimo.

Mas eu fiz uma reflexão e talvez até um pouco da minha, digamos assim, falta de informação, estudo mais avançado nesse sentido, mas eu imagino, Barelli, Paim, que daqui a pouco mais nós tenhamos que discutir uma questão que de alguma maneira me preocupa. A questão dos salários mínimos regionais. Eu entendo que nós criamos com os salários mínimos regionais três categorias de cidadãos. Os cidadãos das regiões que não tem o salário mínimo regional, que ficam na base mais humilde, na base mais baixa dessa pirâmide. E os dos cidadãos das regiões que tem o salário mínimo regional, onde vive-se já o conflito, o Servidor da Prefeitura Municipal de Canoas, que é a nossa cidade, que ganha o salário mínimo, ele ganha um salário mínimo nacional. O filho dele que trabalha numa empresa privada ganha mais que o pai, ele ganha o regional. Eu acho que nós temos que corrigir essa situação. Quem sabe alcançando o patamar do salário mínimo regional para que não haja, digamos assim, uma injustiça na própria relação, onde o pai servidor com 30, 40 anos de serviço, ele acaba recebendo o salário mínimo e o filho, trabalhando ali na loja da esquina, ou a filha, enfim, a esposa, também ganha o salário mínimo e ambos se diferenciam. Eu acho que o mínimo tem que ser nacional, contemplando todas as regiões. E as regiões mais ricas de alguma maneira contribuindo para que as mais pobres, também possam oferecer esta ascensão social. Então nós corrigiríamos essas injustiças. Eu não sou contra a instituição do regional, eu sou a favor do nacional que contemple esses patamares e outro diferencial que também... e aí os regionais em alguns Estados também se diferenciam. No Rio, um pouco maior do que o Rio Grande do Sul, não sei, São Paulo eu acho que temos três Estados que tem salário mínimo regional, não tenho certeza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um dos maiores é o do Paraná e Rio Grande do Sul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Paraná e Rio Grande do Sul são os dois maiores salários. Daqui a pouco são razões de migrações, Barelli. De repente os povos começam a migrar porque em determinada região o salário mínimo é maior. Eu acho isso uma injustiça, especialmente com as regiões mais pobres.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permite um aparte, eu acho que é um assunto que o Senador traz, que merece aprofundar o debate. Eu confesso, Senador Zambiasi que quando foi criado o salário mínimo regional, eu tinha essa preocupação, votei contra. Depois eu percebi que, ao longo dos anos,

ATN nº 003/2005 - CESP - SALÁRIO MÍNIMO
Fl(s) nº(s) 436
Secretário(s)

a maioria dos Estados não aplicaram, só três Estados aplicaram. Os outros não aplicaram. E, bom, já que foi criado, na época, inclusive, eu trabalhei para que o Rio Grande do Sul, o Olívio Dutra era Governador, vamos trabalhar para instalar. É lei, vamos instalar e passamos a exigir um salário mínimo regional maior.

Agora, a própria Constituição já diz, o salário mínimo é unificado a nível nacional. Ninguém pode receber menos que um salário mínimo. O que eu dizia na época e concordo com V.Exª., isso vai criar uma distorção enorme, de um Estado para o outro, do dia para a noite. E, inclusive, essa questão do Município e de um funcionário da área privada. O que nós poderíamos, nesse momento, talvez aqui nós não entrarmos com esse debate, mas fazemos um debate específico num outro momento sobre a questão do chamado piso regional, o que eu dizia? Ora, vamos ter um salário mínimo de nível nacional, que seja o melhor para todos e cada categoria, na livre negociação luta para avançar além do salário mínimo, como diz o movimento sindical que está aqui presente, se o salário mínimo fosse um salário mínimo, por exemplo, vamos só dar um exemplo, de setecentos reais, bom, cada categoria que pudesse avançar para mil, mil e duzentos, mil e trezentos, ou para mil e quinhentos avançasse, mas o salário mínimo seria unificado em todo o País.

Não houve entendimento na época, por isso que talvez a gente possa fazer uma Audiência Pública num segundo momento, quem sabe até nessa própria Comissão para estabelecer um debate sobre o piso regional. Pode ser que o movimento sindical, que hoje infelizmente não pode fazer uso da palavra, até entenda diferente de nós, eu tenho a mesma preocupação que V.Exª. tem e calculo que o Barelli também tenha, claro que ele vai dar a sua opinião depois aqui nesse debate, mas nós podemos estabelecer um debate em uma Audiência Pública sobre o piso regional e ouvindo muitos dirigentes sindicais, para ver como eles estão vendo. Eu sei que lá no Rio Grande do Sul mesmo há sempre um grande debate, vão para a Assembléia, fazem uma pressão muito grande na Assembléia e o Rio Grande do Sul conseguiu avançar, mas tem essas contradições, talvez a gente conseguisse avançar, eu quero até me somar ao Senador Zambiasi, dizendo o seguinte: Ninguém no Estado poderá ganhar menos que o valor do piso mínimo assegurado, que lá são por faixas, que pelo menos ninguém que trabalha na área pública, na área privada poderia ganhar menos que o piso mínimo assegurado, via o piso regional. Foi um aparte que eu fiz, mas você está com a palavra ainda. Depois o Barelli vai falar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas eu acho que o seu aparte veio em um bom momento, até esclarecendo um posicionamento teu do passado que vem ao encontro da minha preocupação. E até a questão das faixas também eu acho que tem que ser decidido. Uma faixa, quer dizer, tu começa a classificar os cidadãos. Isso é preocupante.

SR. PRESIDENTE WALTER BARELLI (PSDB-SP): Senador, eu acho que está trazendo uma discussão importante, inclusive, para arredondar tudo aquilo que nós tratamos. Eu também, como o Paim, éramos favoráveis aos termos da Constituição. Porque eu me lembro bem do debate, o Calixto deve se lembrar, outros dirigentes aqui presentes devem se lembrar, porque nacionalmente unificado. Porque o que se discutia era fazer salários mínimos para baixo do nacional e não para cima. Porque, como é que foi feita a unificação? Quando eu comecei a trabalhar ganhava um pouquinho mais do que o salário mínimo, mas o salário mínimo de São Paulo era inferior ao do Rio de Janeiro. Eram 23 regiões, se não me engano, de salário mínimo. Então Rio pagava mais, São Paulo depois

ATM nº 003/2005 - CESP - SALÁRIO MÍNIMO
Fl.(s) nº(s) 134
Secretário(a)

as várias sub-regiões, no Estado de São Paulo tinham quatro ou cinco sub-regiões de salário mínimo, no próprio Estado. Foi assim, a lei que vinha lá do tempo do Getúlio Vargas, tinham as Comissões de Salário Mínimo, que isso dava o custo de vida naquelas regiões.

Quando começou por pressão no movimento sindical, a idéia de unificar os valores, os governos da época eram governos de exceção, ouviam diferentemente. O que eles faziam? Os salários sempre eram unificados no salário menor, imediatamente anterior. Então, o Rio passou a ganhar que nem São Paulo. Depois São Paulo passou a ganhar que nem Minas. Depois Minas passou a ganhar que nem na Bahia, depois Bahia começou a ganhar que nem o Acre e assim por diante. E foi dessa maneira que se deu o rebaixamento do salário mínimo. Se nós formos fazer um estudo do salário mínimo, eu fiz vários, o arrocho do salário mínimo maior foi no Rio de Janeiro, por causa da... Ele era o maior e ele foi achatado para se igualar ao menor. E os menores tinham um reajuste um pouquinho maior, mas é o que o fator previdenciário está fazendo. A idéia do fator previdenciário veio dessa prática de unificação do salário mínimo. Por isso que o constituinte falava nacionalmente unificado. Porque senão haverá pessoas, bem... é só pegar o bolsa-família, o bolsa-família quanto que é? No máximo cento e vinte reais para quem tenha três filhos e tem uma renda per capita de miserável. Não tem nada a ver com o salário mínimo e nem com as necessidades. Agora, as pessoas que ganham a bolsa-família se sentem altamente beneficiadas, em determinadas regiões, não é a mesma coisa em outras. Quem ganha o bolsa-família aqui em Brasília, certamente gasta totalmente ela só em condução, não é nem aumento de... nem é para alimentação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE WALTER BARELLI (PSDB-SP): E nem tem condução aqui em Brasília... [risos] Estamos sabendo das dificuldades.

Então, essa idéia de voltar a fazer os salários mínimos estaduais, ele precisaria voltar no sentido do Josué de Castro. Porque o Josué de Castro que fez os inquéritos nacionais para a determinação daquela ração(F) essencial mínima, que até hoje determina aquele salário mínimo que o DIEESE divulga, está de acordo com o custo de vida diferenciado ou não, nas várias regiões do Brasil. O salário mínimo, no termo constitucional é que dê condição de alimentação, habitação, transporte, educação, todos aqueles itens que constam do art. 7º da Constituição Brasileira.

Bem, isso pode e é diferenciado nos vários Estados do Brasil.

Então, o avanço seria discutir, Senador, a gente começar a pensar, porque senão qual a base do Rio Grande do Sul para fixar três ou quatro salários mínimos regionais? Não são só três. No Rio Grande do Sul, nós temos quatro ou cinco. Quatro faixas.

Então, por que metalúrgico vai ganhar mais que o outro? Porque salário mínimo não é remuneraçao do trabalhador na condição de uma empresa menos ou mais produtiva que a outra. É remuneração de acordo com o custo de vida naquela região onde ele vive.

Então, essa discussão é que... Eu acho que será muito rica uma grande audiência para a gente tratar desses assuntos.

Senador Cristovam.



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, bom-dia a cada um e a cada uma também presente. Eu quero pedir desculpa pelo tempo que fiquei afastado dessa Comissão pela campanha que eu levei adiante no Brasil por uma revolução nesse País, ninguém gosta mais de falar em revolução, mas eu falei através da educação, é aquela única que eu acho possível hoje que eu acho que a economia não vai permitir revolução nenhuma. Já tentamos demais, esperamos demais.

Eu quero, sobre esse assunto, dizer que quando a gente fala em salário mínimo regional, a gente esquece as conseqüências disso, que é induzir migração. As pessoas vão se mudar para os lugares de salário mínimo mais alto e aí piora a qualidade de vida de quem ganha um salário mínimo mais alto, porque vai ter mais concorrente pelo desemprego e ter mais desemprego na área. Então não é correto. O que a gente tem que ter... salário mínimo é mínimo. Agora, nas cidades onde o custo de vida é mais alto, o patrão vai ter que dar um salário maior, porque senão as pessoas não ficam lá e nem vão trabalhar. E aí entra o movimento sindical lutando para que o seu salário não fique igual ao mínimo nacional.

Quanto ao bolsa-escola, eu quero dizer que aqui, o Trajano trabalhou comigo na época no Governo do Distrito Federal, aqui nós pagávamos um salário mínimo no bolsa-escola. Mas eu não defendo que seja equivalente ao salário mínimo porque a finalidade não é remunerar um trabalho, a finalidade da bolsa-família é atrair as crianças para a escola. Em alguns lugares tem que ser equivalente ao salário mínimo, em alguns lugares vai ser menos do que o salário mínimo. A bolsa-escola de quem faz doutorado é muito mais do que um salário mínimo. Porque os nossos jovens que estudam para fazer doutorado, depois de terem estudado 20 anos e ainda continuam estudando, a bolsa deles tem que ser maior do que um salário mínimo, senão eles preferem ser engenheiro e não doutor em engenharia, e a gente precisa de doutor em engenharia.

Então a bolsa-família, se ela se vincula como era o bolsa-escola, freqüência às aulas, e não está fazendo isso, está virando um programa de fato assistencial, essa é a verdade, a gente tem que encarar isso de uma maneira muito séria.

Eu fiz uma análise agora, Barelli, do orçamento, eu procurei ver quanto se gasta no orçamento da União para consertar os erros do passado e quanto se gasta para construir o futuro. É inacreditável, a gente está gastando tudo para consertar os erros do passado. Por exemplo, a bolsa-família, sem vinculação à educação é para consertar os erros do passado que levaram a essa pobreza no Brasil. Se tivesse feito a reforma agrária há 50 anos atrás, se tivesse tido um salário mínimo decente, se tivesse feito tudo isso, hoje não precisava da bolsa-família.

A previdência rural é para consertar um erro do passado, porque no passado o trabalhador rural não dava contribuição porque não tinha nem carteira, e agora tem que consertar o passado. E eu não estou contra não, tem que consertar o passado também, como se desse um terremoto. Mas não vai resolver os problemas. A bolsa-escola, se tivesse uma escola boa, que você pode pagar uma boa bolsa-escola e exigir a freqüência, mas se a escola for ruim, não vai adiantar também. Ela seria construção do futuro.

Então eu vejo com preocupação a idéia do salário mínimo regionalizado. Se é mínimo, é mínimo. Regionalizado é a diferença acima do mínimo, que em

ATN nº 003/2005 - CESP "SALÁRIO MÍNIMO" Fl.(s) nº(s) 139 Secretário(a)

alguns lugares vai ter que pagar. E aí é a luta, como disse o Senador Paim, é a luta dos movimentos sindicais, não é o Estado garantindo isso.

Finalmente, eu quero insistir que, nas minhas participações aqui, que não foram tantas, eu lamento, eu insisti que o salário mínimo devia ser visto não só na dimensão financeira, monetária. Ele tem que ser visto também naquilo que o trabalhador tem direito a exigir além da remuneração do seu trabalho, como, por exemplo, um bom sistema de saúde pública, um bom programa de moradia, uma escola de qualidade para seus filhos. Ou seja, a remuneração total de um trabalhador não é apenas o que ele recebe no seu contracheque, é também aquilo que ele recebe além disso.

Um salário mínimo monetário tem que ser suficiente para ele comprar aquilo que ele precisa. Eu acho que aí tem até um erro na Constituição, porque põe ali no salário mínimo que é monetário, a escola. Tem que ter as condições para ele ter uma boa vida, aí fala de educação... Educação nunca vai ter através do salário mínimo. Educação boa só se for através da intervenção do Estado. Ou a escola pública é boa ou o trabalhador não vai ter uma boa escola pública, ou uma boa escola particular, a não ser os que estão lá no topo da pirâmide com muito dinheiro. Hoje uma boa escola custa quinhentos a seiscentos reais por mês. Não dá para você colocar um salário mínimo do valor atual e mais quinhentos reais de uma escola para um filho. E se tiver dois? 1000? Além disso, o salário mínimo seria a ser por filhos, que é um equívoco. Até a bolsa-escola, eu acho errado ser por filho, devia ser por família.

Então, eu gostaria de ver no relatório final, referências a essa idéia de que o salário mínimo monetário tem que ser mínimo para que ele cumpre o que ele precisa no mercado. Agora, além disso tem que ter aquilo que ele não compra no mercado, aquilo que ele recebe, como um bom sistema de saúde pública, um bom sistema de educação, um bom sistema público de educação, incentivos à moradia. A gente tem que colocar isso como reinvidicação do trabalhador. Mesmo sabendo que fica paralelo ao salário monetário, porque o monetário é pago pelo patrão, seja o setor privado ou estatal. Mas a dimensão completa do salário para que ele viva bem deve incluir os serviços públicos que ele tem direito a receber. Obviamente, não podemos usar isso, aí eu termino, como forma de baixar o salário monetário.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, eu não quero que V.Exª. termine, eu queria fazer um apartezinho a V.Exª.. Só dizer que a sua preocupação que V.Exª., inclusive, insistiu muito, persistiu, e que é bonito isso, nós procuramos contemplar no nosso relatório, aqui no item 5, a gente acaba contemplando essa sua redação. Quer dizer que a sua posição está contemplada no relatório, porque é justa, é só assinando embaixo o que V.Exª. e está aqui no relatório.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ótimo. A gente sempre combinou bem tudo isso. Nós dois não... Estamos combinados...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É com alegria, quero dizer que a sua recomendação foi acatada e está aqui no relatório.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até aqui tudo que partiu do Senador Paim, inclusive essa idéia do fundo para a educação profissional, eu acho uma excelente idéia, até quem tem um fundão para tudo, que pelo menos



se faça isso. Como também eu e ele fazemos parte do grupo que, contra a opinião de muita gente, defende as cotas para as universidades. Um assunto que me tirou muito voto, inclusive da população negra, que não percebem que isso é fundamental por algum tempo, pelo menos.

Eu queria dar só essa contribuição em relação ao regional, eu temo que o regional leve à migração interna e que a gente comece a achar que tem dois Países. O mínimo é o mínimo para o Brasil inteiro. Agora, além do mínimo, cada cidade tem que lutar pelo seu acima, papel dos sindicatos isso.

SR. PRESIDENTE WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado, Senador. O Paim já vai ler uma...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na verdade é a sua... Lembrança que tinha faltado...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só, Senador, quero pedir desculpas porque eu não posso ficar, porque eu tenho que ir para uma reunião de Bancada, tenho uma reunião da Comissão de Direitos Humanos que eu presido. Então se eu não chegar lá, ela não começa. E o Senador Paim é o Vice-Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou para lá já, eu vou para lá agora. E só quero dizer que a nossa intenção, hoje votando aqui esses detalhes que faltaram do relatório, nós temos ainda uma Sessão de encerramento dessa Comissão, com a presença também do Presidente e de toda a equipe, por isso que não termina hoje.

Então, eu vou ler aqui para ficar registrado oficialmente na voz do Relator a lembrança correta feita pelo nosso Deputado Barelli e que não estava contemplado. Ficaria da seguinte forma: Recomenda-se que o salário mínimo de 2007 seja majorado no mês de março e que a partir daí o seu reajuste seja antecipado em um mês a cada ano, até que a data-base fixada de forma permanente em janeiro. Essa recomendação visa a inclusão da discussão do reajuste do salário mínimo no debate já da Lei Orçamentária. É isso?

SR. PRESIDENTE WALTER BARELLI(PSDB-SP): Está Ok.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só tenho duas correçõeszinhas pequenas, eu só vou registrar para depois não ter problema, que isso foi discutido ontem com o movimento sindical, de redação: Recomenda que o salário mínimo em 2007 seja alterado para no mínimo quatrocentos reais. Ou seja, o mínimo, porque o movimento sindical na negociação pode ampliar mais. E também coloquei aqui na relação aqui que o Cristovam lembrou muito bem da importância do FUNDEP e vocês já colocaram aqui que é o ensino técnico profissionalizante, a redação continua a mesma, "ponto, com a aprovação do FUNDEP", que eu acho que não há dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ok. Bem, havia uma questão técnica aqui. Nós vamos declarar encerrada esta 18ª na Reunião da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, mas não os trabalhos da Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conseqüentemente, meu Presidente Barelli, o Calixto que está aqui presente, ele queria entregar um mimo ao Relator e o Relator nesse momento gostaria de receber esse mimo que eles fizeram um sinal de lá que gostaria de entregar como forma simbólica de encerrarmos, então, essa reunião.



O Presidente vai abrir como uma exceção, Calixto, para tu sentar aqui e falar alguma coisinha, se quiser falar, na hora de entregar o mimo, que eu considero não uma homenagem ao Relator e sim a toda a Comissão.

SR. PRESIDENTE WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ministro Calixto, faz o favor, senta e explica para nós. Nós sabemos que o nosso Senador Paulo Paim merece muitas homenagens, mas vamos lá.

SR. CALIXTO: Srs. Senadores, Deputados, meus companheiros das confederações das centrais. A nossa confederação, a CNTI, ela completou 60 anos de fundação exatamente no dia 25 do mês próximo passado. E criou uma comenda para homenagear algumas poucas personalidades que estão mais ligadas diretamente ao movimento sindical, sem demérito dos demais Senadores e dos Deputados, o Senador Paulo Paim foi uma das pessoas indicadas. Como ele achava-se fora de Brasília no dia da entrega, então nós aproveitamos a oportunidade para entregar, de forma solene, evidentemente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E que seja uma homenagem a toda a Comissão.

SR. CALIXTO: Exatamente. E agora com esse resultado, decorrente de uma discussão, eu diria até preliminar que nós tivemos ontem, eu tomo a liberdade, já que o Senador homenageado assim o deseja, de estendê-la exatamente à Comissão.

Então, eu gostaria que...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer muito ao Presidente da Nova Central e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, o companheiro Calixto, e ontem eles queriam me entregar esse prêmio, Barelli. Eu confesso que preferia que ele entregasse hoje, porque ontem não era uma Reunião da Comissão, porque eu entendo que esse prêmio não é um prêmio para o Senador Paulo Paim, eu acho que ele vem num momento adequado, é um prêmio para todos os membros da Comissão. Todos, porque todos trabalharam muito, foi um ano de muita, como é que direi, de muita persistência de viajar pelos Estados, de dialogar com o conjunto do movimento sindical, com todos os setores da sociedade. Por isso, Calixto, eu recebo com muita alegria, eu diria que junto com o Barelli, com o Zambiasi, toda a Comissão se sente homenageada. Eu sei que o nosso relatório não é o ideal, mas foi aquilo que nós conseguimos construir na realidade do Congresso e sei que vocês do movimento sindical vão continuar insistindo muito para que se avance ainda mais.

Então, Calixto, mais uma vez, muito obrigado e eu quero, se o Barelli me permitir, dizer muito obrigado em nome de toda a Comissão, eu recebo essa pequena homenagem porque eu sou o Relator, mas que seja em nome de toda a Comissão. Muito obrigado a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h14.

ATN nº 003/2003 - CESP "SALÁRIO MÍNIMO" FL(s) nº(s) 464 Secretário(a)

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

1ª Audiência Externa

10/04/2006

Audiência Pública em Curitiba

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 417
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 1ª Audiência Pública Externa

Realizada em 10/04/2006 – em Curitiba/PR

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e trinta e sete minutos, no Museu Oscar Niemeyer, localizado na Rua Marechal Hermes, 999 - Centro Cívico, Curitiba (PR), sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças do Senador Paulo Paim e do Deputado Walter Barelli e da Deputada Dra. Clair reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". O Presidente declara abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública Externa e informa que a pauta da presente reunião se destina à promover uma Audiência Pública com entidades do Setor Público e Privado do Estado do Paraná para colher sugestões sobre a política de salário mínimo do País. Passa então a palavra ao Deputado Walter Barelli, ao Senador Paulo Paim, e aos representantes das seguintes entidades: Delegacia Regional do Trabalho do Paraná (Geraldo Serathiuk - Delegado), Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região (Dra. Lair Carmen Guimarães – Procuradora), DIEESE (Cid Cordeiro Silva - Supervisor Técnico); FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Rodrigo Rocha Loures – Presidente), Associação Comercial do Paraná (Benedito Kubrusly – Vice-Presidente), FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Francisco Nascimento – Presidente do Conselho Fiscal), Central Única dos Trabalhadores do Paraná (Roni Anderson Barbosa - Presidente), Força Sindical do Paraná (Sérgio Butka - Presidente), Confederação Geral dos Trabalhadores do PR (Vicente da Silva – Presidente), Coordenação Federativa de Trabalhadores (Gladir Antonio Basso – Secretário Coordenador), AMP - Associação dos Municípios do Paraná (Luiz Lazaro Sorvos – Presidente), Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado do Paraná (Adir de Souza – Presidente), Nova Central Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná (Ernane Garcia Ferreira – Vice-Presidente). Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a reunião às dezessete horas e trinta e sete minutos e convoca os membros para a próxima reunião no dia dezoito de abril deste ano, às quatorze horas, em Brasília, e para a próxima audiência pública externa em São Paulo – SP, no dia vinte e quatro de abril deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 718
DOC:

1ª REUNIÃO EXTERNA - AUDIÊNCIA PÚBLICA - DA COMISSÃO MISTA CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 003, DE 2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS. REALIZADO NO DIA 10 DE ABRIL DE 2006, ÀS 14 HORAS E 37 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Boa tarde a todos e a todas. Antes de tudo nossos agradecimentos pela presença aqui de todos e de todas. Particularmente os nossos agradecimentos aqui à imprensa pelo papel importante que ela desempenha no trabalho da nossa Comissão. A nossa Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda uma política permanente de salário mínimo têm realizado ao nível do Congresso Nacional um debate muito forte, muito intenso sobre os estudos que estamos preparando para uma política permanente de salário mínimo em nosso país. Há uma preocupação sem dúvida alguma da nossa Comissão nesse debate de que possamos também, oferecendo ao país uma política permanente de salário mínimo, levarmos em conta aquilo que é fundamental que é também a recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores.

A nossa Comissão tem ouvido os diversos e os mais amplos setores da sociedade brasileira através de 12 audiências que já realizamos em Brasília e a Comissão aprovou uma rodada de audiências públicas nas 5 regiões do país, iniciando por Curitiba e a imprensa me perguntou: "por que Curitiba?". É uma homenagem ao Paraná e uma homenagem também a nossa Dra. Clair que é sem dúvida alguma uma permanente efetiva e atuante membro da nossa Comissão.

Eu sou Deputado pelo Estado de Sergipe, meu nome é Jackson Barreto. Falar do Relator não é preciso, porque é o papa dessa discussão no país, salário, pensão, aposentado, é com o Senador Paulo Paim que é o nosso Relator e essa figura que o Brasil inteiro conhece, o homem do DIEESE, que é o Deputado Walter Barelli que é o Vice-Presidente da nossa Comissão. Nós vamos ouvir hoje aqui representantes do setor público, da área privada, da área patronal e também evidentemente dos trabalhadores. Nós vamos iniciar com a área do setor público. Eu quero convidar nesse momento aqui para a Mesa, o Secretário do Trabalho do Estado do Paraná que aqui representa o Governo do Estado. O Secretário do Trabalho Dr. Nerone. Convidar também o Presidente, o representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Convidar também o Presidente da associação dos Municípios do Paraná, o Sr. Luis Lázaro Sovos e o Dr. Geraldo Serathiuk, Delegado do trabalho do Paraná. Nós vamos realizar três mesas de trabalho de debates e em seguida, vamos para área privada e depois ouviremos a CUT, Força Sindical e a CGT aqui presente. Eu passo a palavra ao Deputado Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Boa tarde a todos, queria saudar o nosso Presidente, Deputado Jackson Barreto, o nosso Relator Senador Paulo Paim, saudar a Mesa do Governo agora composta e saudar a todos os que aqui acorrem para seus depoimentos. Por que a Comissão escolheu fazer audiências regionais? As nossas... A idéia... O salário mínimo inicialmente ele foi precedido de um grande inquérito nacional feito por um famoso nordestino Josué de Castro, que estabeleceu aquilo que hoje ainda é calculado como a chamada Cesta Básica que a gente vê continuamente ser calculada aí nas várias regiões pelo DIEESE. E porque a idéia era

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 719
DOC:

para se definir um salário mínimo lá em 1940, era preciso conhecer como vivia o brasileiro, como chegar ao salário mínimo necessário. E o primeiro salário mínimo não foi baseado no menor salário que se pagava naquela época, foi praticamente muito próximo do salário médio que as diversas regiões pagavam para os assalariados num Brasil que era ainda predominantemente agrícola, estamos falando de 1940. Agora, esse salário mínimo teve uma progressão, o primeiro se fosse transformado em reais de hoje seria de 900 reais, mas ele subiu até Juscelino aonde ele chegou ao equivalente em reais de hoje a 1300 reais. Depois, sofreu uma erosão e a partir de 94 ele está num processo de recuperação do seu valor. Hoje ele é de 350, que não é um grande valor, que não é aquilo que estabelece a Constituição, mas foi uma grande negociação que as Centrais Sindicais fizeram com o Ministério do Trabalho e começou a haver então a presença, não ser um salário mínimo fixado de baixo para cima, mas os trabalhadores sendo consultados sobre isso. As audiências regionais são efetivamente para Comissão não perder de vista que o Brasil é um só, a nossa Constituição fala num salário mínimo unificado, mas nós não podemos perder de vista a questão regional.

Então, nós objetivamos aqui, lógico, pensar nacionalmente, mas queremos muito o depoimento de paranaenses, de trabalhadores, empresários, Governo desta região, as sugestões, as dificuldades que se têm para se chegar a um salário mínimo. A Comissão está buscando nesse trabalho de um ano, nós pretendemos entregar o nosso relatório no final deste ano, está pretendendo estabelecer um projeto de aumento do salário mínimo ao longo do tempo. Assim como existe hoje as Metas do Milênio, que até 2015, por exemplo, nós temos de reduzir à metade a pobreza no mundo, uma forma da gente atingir a redução da pobreza no Brasil e essa é a primeira Meta do Milênio, que são 8 metas, nós precisamos aumentar o valor e a abrangência do salário mínimo no Brasil. Mas a idéia da audiência pública é trazer uma visão do Estado do Paraná. Nós pretendemos percorrer se possível, todos os Estados. Mas inicialmente um de cada região, o Paraná está representando a região Sul, mas teremos tempo até o fim do ano de ouvir outros Estados também, ampliando para 2, 3, 4 de cada região. Então eu quero saudar mais uma vez todos os que acolheram ao nosso convite para estar aqui presente e buscar da ciência que vocês têm das condições de vida da nossa população e principalmente da população paranaense, os subsídios para uma boa proposta de recomposição ao longo do tempo do valor do salário mínimo. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra à Dra. Clair, para a sua saudação e quero informar aos Senhores e as Senhoras que em seguida o Senador Paulo Paim ele vai convocar aqui os consultores da Comissão que vão mostrar os diversos desdobramentos do trabalho da nossa Comissão, nas diversas audiências que aconteceram na cidade lá do Distrito Federal. E em seguida, então, no primeiro painel nós passaremos a palavra para o setor público. Dra. Clair.

DRA. CLAIR MARTINS: Uma boa tarde a todas e a todos. Queria inicialmente saudar o Presidente da Comissão, o Deputado Jackson Barreto, Senador Paim, o Deputado Walter Barelli. E dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui nessa audiência pública em Curitiba onde se está fazendo o primeiro debate a nível de Estado, acerca de uma política nacional de recuperação do salário mínimo, do poder de compra do salário mínimo. Queria agradecer então, a presença dos diversos segmentos da sociedade organizada que aqui estão presentes, a população e dizer que o salário mínimo nos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 720
DOC:

últimos 10 anos está numa trajetória de crescimento. E nós temos que construir uma política de recuperação permanente do salário mínimo para que os reajustes não fiquem ao sabor dos governantes. E todo o ano, nós, a Câmara e o Congresso, passe por um entrentamento de uma discussão de qual será o reajuste a ser concedido aos trabalhadores aí aposentados e pensionistas da nossa nação.

Então, o objetivo dessa audiência pública é exatamente colher subsídios dos diversos segmentos aqui da sociedade, do Paraná, de outros Estados para que nós possamos elaborar este projeto. Nós queremos que esse projeto seja elaborado ainda esse ano e daí a importância desse movimento da sociedade. Queremos não só colher subsídios, propostas em relação a esse projeto, mas também analisar os impactos que uma medida dessa natureza causa sobre a economia do Estado. Daí porque a convocação do setor empresarial, do setor governamental, do setor dos trabalhadores e aposentados aqui para essa audiência pública. Nós saudamos nesse momento o reajuste do salário mínimo de 300 para 350 reais. Nós tivemos aí um reajuste, um ganho real de 13% com esse reajuste, 13% de ganho real, 16,7% de reajuste nominal. Eu acho que foi, assim, um reajuste que vai beneficiar 40 milhões de trabalhadores da ativa, pensionistas, aposentados. E também vai beneficiar não só esses trabalhadores aposentados e pensionistas, mas no meu entender toda a sociedade. Porque se nós ampliamos o valor do salário mínimo, nós estaremos também injetando recursos na economia, só com esse reajuste de 300 para 350 nós estamos injetando 25 bilhões de reais na economia. E isso, claro, traz reflexos sobre diversos setores produtivos. Vai gerar mais empregos e conseqüentemente vai melhorar a vida dos cidadãos. Nós... Essa discussão também aqui dessa Comissão Mista aqui no Paraná ela vem em boa hora, porque aqui nós estamos discutindo também uma proposta do Governo do Estado para um estabelecimento de uma política de salário mínimo regional, de 427 reais, 437 reais.

Então, nós consideramos que o momento é importante, porque o projeto está na Assembléia e logicamente pretendemos, então, fazer essa discussão que os nossos convidados também se posicionem sobre esta proposta. Nós, em princípio somos favoráveis a esta proposta e consideramos que ela vai não só beneficiar um segmento inorganizado da sociedade, que não tem força de fazer uma pressão pelo reajuste dos salários, mas também vai servir de parâmetro, de patamar para outras negociações salariais de outras categorias. E também vai injetar recursos na sociedade, que vai contribuir para a dinamização da economia, de vários segmentos, melhorar a vida dos cidadãos, gerar mais empregos. Então, a minha saudação a todos os nossos convidados àqueles que aceitaram o convite de vir e debater esse tema tão importante e dizer que nós vamos continuar mobilizados para nós recuperarmos o poder de compra do salário mínimo. Porque entendemos que essa é a política que vai propiciar uma melhoria de renda dos nossos trabalhadores, dos nossos cidadãos e vai, de certa forma contribuir para que nós tenhamos uma política de distribuição melhor no nosso país. Então, agradeço a todos e espero que essa audiência pública seja de grande proveito não só para os Deputados, para o Congresso, para os Senadores, como também para toda a Sociedade. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator da nossa Comissão.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 791
DOC:

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Boa tarde a todos e a todas que estão aqui presente, cumprimento aqui o Presidente da Comissão, Deputado Federal Jackson Barreto, o Vice-Presidente, Deputado Federal Walter Barelli, Dra. Clair, Deputada Federal. E eu diria entre os 11 Deputados e entre os 11 Senadores, uma das Parlamentares mais atuantes lá do Congresso Nacional. E por isso também, Dra. Clair, que nós estamos aqui hoje em Curitiba. Eu queria dizer para vocês que nós todos aqui da Mesa, entendo eu, que vocês do plenário também, trabalhamos com esse tema há décadas, há décadas, eu diria. E é a primeira vez na história do Parlamento brasileiro, que é composta uma Comissão Mista de 11 Deputados e 11 Senadores, para um debate desse tema. Dizer para vocês que essa Comissão até o momento em 12 audiências públicas no Congresso Nacional já ouviu representantes dos empresários, dos trabalhadores via Centrais Sindicais e confederações, representantes das entidades, Prefeitos a nível nacional, cientistas políticos que debateram também esse tema conosco, economistas, Ministros de Estado do Governo Lula, aposentados e pensionistas com um único objetivo. Que essa polêmica não seja eterna e sem resultados positivos ao nosso povo. Eu queria lembrar para vocês. O salário mínimo é criado entre 1940 e 42. Porque tem toda uma discussão do dia que iniciou o debate e até que ele foi regulamentado. Mas vamos pegar como referência 42 para 2002. Nesse período o PIB cresceu no país mais de 500%. O salário mínimo despencou, decresceu 70%. Se nós tivéssemos naquela época vinculado ao PIB, somente ao PIB, o salário mínimo hoje com certeza ia cumprir o que manda a Constituição e estaria ultrapassando já a barreira dos 1500 reais. Como não foi possível, entendo que essa Comissão, independente de vincular ao PIB ou não, como há uma simpatia de nossa parte, tem que construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Mas quero também enfatizar, esta Comissão meus amigos e minhas amigas, ela não vai se preocupar somente com o debate de uma política de recuperação do salário mínimo, ela vai também se preocupar com uma política permanente de recuperação dos benefícios dos 24 milhões de aposentados e pensionistas. E porque que a gente fala isso? Nós não temos medo de fazer o debate. Pode ficar com muita clareza isso.

Independente de situações do Governo anterior, desse Governo ou de Governos futuros. E vou dar um exemplo, a manter a atual lógica dos últimos 10 anos, se continuarmos a dar para o salário mínimo um percentual e para o aposentado e pensionista praticamente 1/3, em pouco tempo, eu não dou mais que seis, sete anos, todos, todos os aposentados e pensionistas desse país estarão ganhando somente um salário mínimo. Quem está na ativa hoje, pensa o seguinte: "Bom, eu recebi 16%, ou 16.7. Não é problema meu, é do aposentado, se ele vai receber 3, 4, 5 ou 6". É isso que a gente tem que enfrentar o debate. E ninguém me diga que a previdência é deficitária, porque eu nem vou aprofundar o debate aqui agora, mas estamos dispostos a aprofundar o debate com quem quiser, que a previdência no Brasil é superavitária. Foram já retirados dos cofres da Seguridade Social, não é palavra do Paulo Paim ou da Mesa, conforme especialista nessa área, mais de um trilhão de reais. E o trabalhador depositou, depositou, depositou, depositou e sumiu. Se pegarmos os últimos 10 anos, dá mais de 50 bi. Eu quero ser rápido aqui na minha introdução e dizer para vocês que a gente vai desmistificar essa história, que eu digo que é um discursinho sem-vergonha de dizer que a previdência é deficitária, não é deficitária, a previdência brasileira é superavitária. E quem achar que é deficitária que sente comigo quando quiser que eu vou mostrar. Porque quando eles dizem

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 722
DOC:

que é deficitária, eles pegam simplesmente a contribuição da folha de pagamento de empregado/empregador. Porque eles não falam daquilo que nós constituintes colocamos lá em 88 e eu fui Constituinte, COFINS, CPMF, tributação sobre lucro, sobre faturamento, jogos lotéricos. Porque que não falam? Isso dá mais do que a contribuição de empregado/empregador. Se nós fizéssemos uma leizinha que dissesse só o seguinte: "O dinheiro da Seguridade Social fica na Seguridade Social" Acabou o discurso e a previdência é falimentar ou deficitária. A quem interessa esse discurso? Aos grandes bancos, porque as pessoas daí não apostam mais na Previdência Pública e começam a pensar na sua Previdência Privada. E poucos podem pagar a Previdência Privada. Então, esse é um debate rico e tem que ser um debate aberto, tranqüilo para não ficarmos sempre desconhecendo o que efetivamente acontece nesse país. Eu pedi aos consultores do Senado que me fizessem um resumo de tudo o que foi debatido até o momento lá no Congresso Nacional. Eles fizeram algumas transparências e confesso a vocês, para vocês terem muita clareza da verdade dos fatos, que nem nós vimos, não nos preocupamos em ver. Orientamos a eles que nós queríamos transparência daquilo que foi debatido de forma muito sintética e foi isso que eles fizeram. Eles vão apresentar agora essa pequena transparência, para mostrar a importância desse debate. E quero só concluir dizendo para vocês que é inadmissível na minha avaliação, que o Paraná não vote o Piso Regional. E quem vos fala aqui é alguém que votou contra o Piso Regional lá atrás. Porque eu votei contra? Eu digo: "É a outra falácia". Vão aprovar aqui o Piso Regional, os Estados não vão fixar o Piso Regional. E o discurso na época: "Olha, se fixar o Piso Regional, o salário mínimo sobe". Como foi a desvinculação no passado. Desvincularam na Constituinte e o salário mínimo despencou. Foi o que disseram para mim: "Olha, fixa o Piso Regional que o salário mínimo sobe". Fixaram o Piso Regional, só quem instalou o Piso Regional, Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul na época do Governo Olívio Dutra.

Então já é tarde, eu espero que o Paraná fixe então o Piso Regional e que sirva de exemplo aos Estados vizinhos e a gente consiga fazer que todo o país tenha também o Piso Regional. É um caminho já que existe a lei. Se existe a lei, vamos fixar sem prejuízo do salário mínimo a nível nacional. Quero só dizer para vocês, independentemente de ano eleitoral. Essa Comissão não tem feito nesse espaço um palco de debate entre situação e oposição. Isso é uma outra discussão da política no momento adequado. O que essa Comissão quer e quero aqui cumprimentar todos vocês que estão aqui e conheço muitas lideranças aqui, dos servidores públicos, dos aposentados, sindicalistas, enfim, empresários, então todos os setores aqui contemplados nesse encontro e tantos que varremos por esse país. Eu vim recentemente do encontro na Bahia e vou a tantos outros que forem necessários. E quero dizer para vocês, eu estou muito empolgado e a última frase essa, com o povo francês. Independente de quem for o Governo, se os movimentos sociais não se mobilizarem não é uma lei no Congresso que vai resolver a situação do povo brasileiro. O povo francês botou na rua 3 milhões de pessoas e não é contra o Governo, é a favor dos trabalhadores. Eu acredito muito nos movimentos sociais, acredito muito nas mobilizações, são essas mobilizações que vão fazer efetivamente que aqui no Brasil a gente tenha não só um salário mínimo decente como uma política de reajuste permanente, mas também uma política de reajuste a todos os aposentados e pensionistas. E vocês que estão aqui nessa tarde são lideranças que representam essa idéia. Por isso é muito bom, é muito bom estar aqui com vocês. Boa conferência, bom encontro para todos nós. Um abraço a todos vocês. [palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 723
DOC:

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O pessoal pede então que em nome da Relatoria, já que o trabalho é um trabalho coletivo aqui da Mesa que a gente de imediato passe a palavra para o Fernando Meneguin e o Mário Teodoro que vão apresentar para vocês o resumo do que foi os trabalhos desta Comissão em 12 audiências públicas realizada lá no Congresso Nacional. Fernando Meneguin e Mário Teodoro.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Pode passar, por favor. Bem, conforme os Senhores Parlamentares já disseram, a Comissão foi criada com o objetivo de estudar, debater e propor mecanismos de reajuste permanente para o salário mínimo. E como por decisão da própria Comissão agregou-se ainda a temática a questão dos benefícios dos aposentados e pensionistas por estar inteiramente relacionado. Por favor. Já foram realizadas várias audiências conforme os Parlamentares informaram, houve audiência com o Ministro do Trabalho do emprego, com as entidades sindicais, as entidades patronais, representantes dos aposentados e pensionistas, representantes dos Municípios e vários pesquisadores e professores relacionados ao tema. De tudo que a gente ouviu e não foi pouca coisa, muito foi debatido, nós colocamos alguns pontos principais que foram levantados nas reuniões do Congresso Nacional. Primeiramente, o Brasil é um país extremamente desigual e o salário mínimo pode e deve ser um instrumento eficaz na redução da desigualdade.

SR. MÁRIO TEODORO: A idéia é que atualmente, são os programas de transferência de renda que estão em voga e grande parte desses programas, na verdade, não acabam com a pobreza. Até de um certo sentido reforçam a pobreza na medida em que tem acesso aos programas são os pobres. Então, o grande instrumento mesmo para combate à pobreza e para a redução da desigualdade é sem dúvida o salário mínimo e a idéia da Comissão era resgatar esse instrumento de uma forma efetiva.

SR. FERNANDO MENEGUIN: O salário mínimo influencia direta ou indiretamente toda a economia mesmo nos setores informais. Sabe-se que mesmo em relação aos trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada, o salário mínimo é um referencial, inclusive para esses trabalhadores também. E por isso o salário mínimo é essa peça tão fundamental na política de valorização do trabalho.

SR. MÁRIO TEODORO: Grande parte dos estudos sobre o setor informal, mostram que o preço dos serviços é regulado pelo valor do salário mínimo. Quando sobe o salário mínimo grande parte dos serviços informais também sobe. Então, acontece que o salário mínimo tem uma espécie de efeito farol, que faz com que ele sirva não só para o assalariado em si, mas também para outros trabalhadores da área do informal que se balizam por esse valor. Daí também a importância maior ainda do que se pensa com relação à fixação do salário mínimo maior.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Por favor. Continuando. Atualmente o que a gente vê é que o salário mínimo fica a mercê da conjuntura política econômica vigente, ou seja, há anos em que a gente tem aumentos reais altos, há anos que a gente tem apenas a reposição da inflação. Isso que os trabalhos da Comissão querem resgatar, traçar uma regra permanente que de antemão a gente vai ter, vai conseguir prever qual vai ser o aumento e não vai ficar a mercê da conjuntura vigente.

SR. MÁRIO TEODORO: Quando nós vemos os dados últimos, a gente vê que houve um achatamento de salários, houve muita substituição de trabalhadores com salários mais altos por salários menores, o que fez com que a maior parte dos salários

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 724
DOC:

comece a se concentrar cada vez mais próximos do mínimo. E os salários maiores, eles diminuíram o número de pessoas com esses salários. Daí essa média de salários que cai e essa aproximação da moda salarial em torno do salário mínimo atualmente.

SR. FERNANDO MENEGUIN: E isso também aconteceu com os benefícios previdenciários. Como os benefícios da previdência que estão acima do mínimo, possuem reajuste inferior, a gente está tendo uma concentração também em relação ao Piso Nacional. Por favor. Foi provado também por diversas pesquisas que na área rural nos Estados mais pobres do país, o salário mínimo tem um efeito da dinamização da economia local, ou seja, o salário mínimo que provoca aumento de consumo, provoca o aquecimento da economia nessas localidades. Isso reforça ainda mais a necessidade de nós termos vinculado o benefício previdenciário ao Piso Nacional.

SR. MÁRIO TEODORO: Tem inclusive um estudo do IPEA do professor Guilherme Delgado, sobre a Previdência Rural no Norte e no Nordeste, que mostra a grande influência na renda daquelas pequenas comunidades da Previdência Rural. Foi uma mudança incrível que aconteceu em função justamente dessa injeção de recursos que é dado pela Previdência Rural em si.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Conforme o Senador Paulo Paim já disse, a previdência é colocada hoje como um dos grandes empecilhos ao aumento do salário mínimo. E isso é falso. Nós já estudamos, já vimos que a previdência, ela faz parte da Seguridade Social e a Seguridade Social é superavitária. Qualquer um que estude as finanças públicas vai perceber isso. Tanto é superavitária que nós temos a DRU, famosa DRU, Desvinculação das Receitas da União, que a União pega parte das receitas da Seguridade Social. Por favor. Há que se ver também que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores ela deve ocorrer por meio da valorização do salário mínimo conforme já dissemos, mas também há que haver políticas complementares, como acesso universalizado a bens públicos de qualidade, educação, saúde, transporte. Ninguém está falando que o mundo, o Brasil vai ser resolvido com uma política de salário mínimo. Ela é importante, mas deve haver políticas públicas complementares. E aí a gente frisa muito a questão da educação. Se a gente tem uma educação de qualidade, isso faz com que a produtividade dos trabalhadores aumente. Com mais produtividade eles têm mais força para brigar por aumentos de salários maiores. Por favor. Vendo esse diagnóstico, esses pontos, várias propostas foram apresentadas à Comissão e a gente vai citar algumas para iniciar o debate aqui.

SR. MÁRIO TEODORO: Estabelecer uma sistemática de aumentos, que leve em conta a evolução do PIB e da produtividade no sentido do que o Fernando Meneguin acabou de falar agora. Um aumento de produtividade leva naturalmente a uma facilidade maior de se aumentar salários, principalmente, salário mínimo.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Foi sugerido também que fossem elaboradas políticas públicas para incentivar a formalização dos trabalhadores. Isso é especialmente importante, porque quando um trabalhador é formalizado primeiro, aumenta arrecadação da previdência e segundo e mais importante o trabalhador passa a contar com a proteção social do Estado. Por favor.

SR. MÁRIO TEODORO: Criar um Fundo Federal para ajudar os Municípios que extrapolem o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal em virtude de aumento nos salários.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 125
DOC:

Grande parte dos Municípios, principalmente dos menores, tem uma folha salarial que pesa muito no seu orçamento. Então, a idéia que nós tivemos vindo inclusive de representantes dos Municípios era da criação de um fundo, um fundo que ajudasse esses Municípios a arcar com esses salários e que se não fosse um impedimento para que houvesse um aumento salarial para todo o Brasil. Deixasse de ser empecilho a partir da criação desse fundo.

SR. FERNANDO MENEGUIN: É importante também vislumbrar o salário mínimo num âmbito de uma política de rendas e de cidadania, ou seja, não um salário mínimo isolado, mas um salário mínimo sendo discutido com a política de juros, por exemplo. E ter em mente que o piso nacional, o salário mínimo ele é um aliado do fortalecimento do mercado interno. Ele não é um problema. Ele tem que ser visto, não é, conforme os Senhores Parlamentares já disseram. Tem que ser visto como solução. Aumentos no salário mínimo, vão aquecer a economia, vão propiciar mais consumo, vão propiciar mais arrecadação tributária. Então não deve ser visto como problema. O salário mínimo passa a ser uma solução. Por favor.

SR. MÁRIO TEODORO: Reajustar os benefícios previdenciários com o mesmo percentual de aumento de salário mínimo, aquilo que o Senador tinha falado. Os benefícios da previdência acima do salário mínimo, têm um reajuste que chega a quase 1/3 do valor do reajuste do salário. No limite, todos esses salários vão convergir em salários mínimos, acarretando uma perda significativa na aposentadoria de quem muito contribuiu com o sistema previdenciário no passado.

SR. FERNANDO MENEGUIN: E por fim, a idéia de se criar novas formas de financiamento com a Previdência Social. Se falou muito na possibilidade de diminuir as contribuições sobre a folha de pagamentos e aumentar as contribuições que incidem sobre o faturamento. Se um desenho tributário for feito nesse sentido, além da gente poder conseguir aumentos de arrecadação, ao desonerar a folha de pagamentos nós também estamos incentivando a formalização dos trabalhadores.

SR. MÁRIO TEODORO: Era isso. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convidar também para fazer parte da Mesa desse primeiro painel a Dra. Lair Carmem Guimarães, Procuradora Regional do Trabalho aqui da 9ª Região. Dra. Lair Carmem Guimarães. Nós vamos passar a palavra agora ao Secretário do Trabalho. Cada companheiro vai ter 10 minutos para a sua fala nos três painéis. Então com a palavra o Secretário do Trabalho.

SECRETÁRIO EMERSON NERONE: Uma boa tarde a todos. Presidente Jackson Barreto, nosso Relator Senador Paulo Paim, Vice-Presidente Walter Barelli, Deputado Walter Barelli, Deputada Clair. Bem-vindos os três primeiros ao Paraná, essa terra que recebe-os com muito bom grado. Obrigado pelo trabalho especial da Deputada Clair por ter começado essas audiências públicas pelo Estado do Paraná. Geraldo Serathiuk, nosso companheiro da DRT e o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná Luís Sovos. Aos companheiros das Centrais Sindicais, aos companheiros da Secretaria do Trabalho, aos companheiros do Governo, em especial a companheira Elza Campos que tem aqui nos acompanhado na coordenadoria de relações do trabalho, que agora parte integrante da equipe de Governo da Secretaria do Trabalho. O Paraná não só agradece a visita

ATN nº 003/2005
DESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 796
DOC:

dessa Comissão pela importância da temática do salário mínimo, da discussão nacional do salário mínimo, como tem o privilégio de tê-los aqui num momento em que a gente abre, aprofunda a discussão sobre o salário mínimo regional.

O salário mínimo regional proposto pelo Governador Requião, salário mínimo que chega ao máximo de 437 reais. Aumento de mais de 20% em relação ao salário mínimo nacional proposto para abril. A Proposta do Governador Roberto Requião, é numa análise extremamente simples, uma constatação de que os Estados paupérrimos do Nordeste ou do Norte suportando salário mínimo de 350 reais comparativamente a esses Estados, nós poderíamos supor, então, que o Paraná tem condições de suportar um salário mínimo maior do que esse. Segundo, que a história da criação do salário mínimo, lá em 1940 até 1984 sempre previu salários mínimos regionais. Ontem conversávamos com o Senador Paulo Paim, o Jorge Moraes, nosso Presidente do IPARDS. Há uma discussão tremenda sobre esse modelo adotado de 1940 até 1984. Mas o fato é que lá em 1940, na criação do salário mínimo o Brasil... Na criação houve uma subdivisão de 50 regiões no Brasil, 50 sub-regiões com 14 salários mínimos diferenciados, havia 14 valores. O menor salário da região então mais pobre para as regiões de maior poder aquisitivo naquela época eram... A diferença entre o menor e o maior salário era de 2,22, de 2,27 vezes. Se uma região recebia lá um salário mínimo menor, o salário mínimo era 100 reais, uma região como, por exemplo o centro de São Paulo chegaria de um salário mínimo a 227 reais. Essa diferença chegou a 4,7% na década de 60. A 4,7 vezes a diferença entre o maior e o menor salário nas regiões brasileiras. Essa diferença fez com que toda a movimentação nacional brigasse para que o salário mínimo fosse unificado, para que se tivesse um teto mínimo que compensasse as disputas locais e também que garantisse uma luta nacional por um salário mínimo digno. Mas em nenhum momento da história, o salário mínimo cumpriu a função prevista na Constituição de 88 e teoricamente previsto lá em 1940, que era garantir os mínimos necessários para habitação, moradia, saúde, transporte, previdência, lazer, que daí vem lá por último, Senador Paim, lazer, depois de não compensar tudo isso. Mas em nenhum momento da história o salário mínimo alcançou esses valores.

O DIEESE disse que é necessário hoje 1480, arredondando 1500 reais como o salário mínimo para garantir a uma pessoa essas, essas condicionantes básicas para o desenvolvimento a partir daí da cidadania. O Paraná, a partir da lei complementar de 2000, tendo em vista a lei complementar de 2000 que permite o salário mínimo regional, está abrindo com a população do Paraná essa discussão. E dois motivos são interessantes de serem levados em consideração nessa discussão. O primeiro é exatamente que o Paraná tenha um PIB extremamente superior a outros Estados que suportam esse salário mínimo. E que 400 mil pessoas que seriam beneficiados diretamente por esse salário mínimo regional, são exatamente os servidores, aliás, os trabalhadores de categorias menos organizadas e que, portanto, nós enquanto Estado temos de dar suporte mínimo até a organização possível dos trabalhadores dessas áreas. Fundamentalmente os trabalhadores domésticos, os trabalhadores da agricultura que historicamente têm os menores salários do país.

O segundo ponto importante é que o salário mínimo como foi apresentado é um farol. O termo usado pelo companheiro é muito propício. Estava usando como ponto de apoio, é o farol. A partir do momento em que você decreta no Estado do Paraná um salário mínimo de 437 reais, você tem como, o movimento de aproximação de todos os salários

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 727
DOC:

da economia informal, daqueles que estão fora do mercado, daqueles que fazem bicos esporádicos, você tem todo o movimento de aproximação daquele que é o farol, o salário mínimo estadual. A força do salário mínimo em termos de recomposição do salário dessas categorias menos organizadas e nao, e sem carteira assinada é tremendo nesse aspecto. Você abre uma discussão na sociedade quanto a isso e eleva o patamar das discussões. Por isso, o Paraná congratula toda a discussão nacional que se dá pelo salário mínimo, as condicionantes de recuperação histórica e dá o exemplo enquanto o Governo a partir de três iniciativas que o Governo do Estado teve nesses três últimos anos. Primeiro, a recuperação das finanças por uma gestão responsável, uma gestão dos recursos públicos que garantem hoje ao Paraná não ter nenhuma dificuldade no cumprimento da folha salarial, não ter nenhuma dificuldade em pagar todos os seus compromissos de compra absolutamente, rigorosamente em dia há mais de 2 anos não há nenhum atraso em pagamento de fornecedores e o Governo do Paraná tem um bom caixa, fruto da capacidade de gerenciamento do Governador Roberto Requião. Segundo, a garantia do salário mínimo acima de 440 reais para todo o servidor público do Estado do Paraná. Todos os servidores públicos do Estado do Paraná recebem mais do que 440 reais hoje. Por isso o Governo que deu o exemplo, traz a discussão essa questão. E terceiro, por entender que é preciso a partir do Governo, puxar a discussão e auxiliar as categorias menos organizadas nessa questão. Muito obrigado de novo um agradecimento do Governo do Estado a essa Comissão ter começado por aqui as discussões do salário mínimo nacional. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra ao nosso Dr. Luís Lázaro Sovos, da Associação dos Municípios do Paraná, AMP.

DR. LUÍS LÁZARO SOVOS: Cumprimento a todos. Eu quero cumprimentar aqui também o Presidente desta Comissão, o Deputado Jackson Barreto, o Senador Paulo Paim, que é o Relator. A Deputada Clair que também é da Comissão e o Deputado Walter Barelli que é o Vice-Presidente da Comissão. Cumprimentar aos nossos companheiros de Mesa aqui, o Dr. Geraldo Serathiuk, integrado do Ministério do Trabalho e o amigo Emerson Nerone, Secretário do Estado do Trabalho. Eu quero pedir licença aos Senhores só para fazer uma colocação do ponto de vista de prefeituras que dependem do FPM e não são poucas. No Paraná 79% das prefeituras dependem da transferência do FPM. Então, eu quero aqui humildemente colocar para os Senhores, alguma coisa que eu escrevi aqui, vou procurar ser breve devido a exigüidade de tempo, mas eu começo dizendo que os nossos estudos mostram que o reajuste do salário mínimo de 300 para 350 resultará em um empate significativo nas finanças das 399 prefeituras do Município do Estado do Paraná. Tratando especificamente das finanças, das prefeituras é de fundamental importância considerar a receita, fundo de participação dos Municípios do FPM em si, bem como sua relação com o salário mínimo e as demais contas públicas. Fazemos isto porque como já disse 79% dos Municípios paranaenses tem no FPM sua receita principal. Daí a nossa preocupação. A evolução dessa receita FPM não tem acompanhado com a mesma velocidade, o crescimento das demais despesas a médio e longo prazo. É verdade que o FPM teve um aumento de 25% nominal no período de 2004 para 2005. Mas este crescimento pede para evolução das despesas no que concerne a inflação e despesas da vida administrativa municipal. O raciocínio é simples. O aumento do FPM não compensou os reajustes dos demais preços que definem as despesas das prefeituras como os combustíveis, o salário mínimo, a energia elétrica, as tarifas de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 728
DOC:

telefone e de água. Tem esse quadro aí que vocês vão poder observar. O total do FPM é de 21, em 2004 de 21,3 bilhoes, evoluiu para 26,7 bilhões em 2005, uma variação positiva nominal de 25%. Em seguida vem a cota do Paraná e também apresentamos aí que o FPM de 2002 a 2005 teve uma evolução de 36.26% e o salário mínimo 44,44 e a inflação IGP Fundação Getúlio Vargas, 52,07.

Com o impacto financeiro do reajuste com o novo mínimo de 350, teremos aumento de despesa nas 399 prefeituras de pelo menos de 3,8 milhões mensais, ou seja, quase 50 milhões ano deixando ainda aqui de considerar as férias remuneradas. Os valores tomam como base nossa estimativa de que aproximadamente 30% dos servidores públicos municipais do Paraná recebem o atual salário mínimo, ou seja, os 300 reais. Isso equivale dizer que 75.223 servidores recebem uma massa salarial de 22,6 milhões por mês. E com o aumento do salário mínimo, essa massa salarial a ser repassada aos servidores, aumentará em 3.8 milhões/mês como eu já disse, evoluindo de 22.6 milhões para 26.4 milhões. Conforme dados do IBGE, o Paraná tem na administração municipal 250 mil 745 servidores públicos, sendo 237 mil 514 da administração direta que são secretarias, fundações e demais órgãos geridos pelos Municípios. E 13 mil 231 da administração indireta, órgãos e empresas de economia mista. Considerando a evolução do FPM. as prefeituras de todo o Brasil tiveram um crescimento das despesas em proporção maiores. Não há dúvida de que o reajuste do salário mínimo contribui para isto. Os dados comprovam que não se pode considerar o crescimento do FPM isoladamente. O fato de o fundo ter aumentado em 2005, não significa que exista uma distribuição tributária justa e nem que as prefeituras estejam conseguindo cobrir suas despesas com as receitas que recebem. Nenhum Prefeito desse Estado é contra o reajuste dos servidores que ganham um salário mínimo.

O que precisamos é buscar com equilíbrio à forma de fazer isto respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal. E isto só é possível com o aumento de receitas. Esse particular aí, me conforta já eu ter visto aqui uma proposta que socorre através de um fundo as prefeituras que extrapolarem o limite de 54% das despesas com pessoal.

Todos sabem que acabamos de adaptar nossos orçamentos municipais adequando a essa lei, essa lei que eu digo é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso trouxe-nos à dura realidade de caminharmos no fio da navalha, no que diz respeito a receitas e despesas. Não há folga nos orçamentos municipais para bancar aumento de despesas. Por isso, defendemos um estudo profundo do impacto dessa medida na arrecadação municipal. Precisamos saber quanto haverá de aumento no FPM em conseqüência do aquecimento econômico. E para a defasagem se houver, defendemos uma contrapartida financeira para que as prefeituras possam suportar o reajuste. A grande verdade é que precisamos repensar este modelo de Federação. É injusto destinar aos Municípios somente 14% da Receita Tributária Nacional. É pouco recurso para muita responsabilidade. Aos poucos, aos poucos o Governo central foi se instrumentalizando via Congresso. Não falo só desse Governo. Isso vem de longe. Para subtrair recursos dos Municípios. Está aí o exemplo das contribuições, COFINS, CPMF, contribuições sobre o lucro das empresas, etc. e etc. Construiu-se nesse país uma arrecadação tanto quanto o fundo FPM sem repassar sequer centavos aos Municípios. Se tivéssemos uma distribuição justa das contribuições, fossem elas no mínimo, igual ao FPM teríamos a arrecadação de 79% dos Municípios

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 729
DOC:

paranaenses duplicada e nao estariamos aqui preocupados em melhorar o salário mínimo para os nossos servidores, porque teríamos caixa.

Eu quero aproveitar aqui a oportunidade das presenças de nossas autoridades do Congresso Nacional para pedir com a devida vênia o empenho na mudança desse modelo concentrador. E esse projeto já está tramitando no Senado. É uma Emenda Constitucional a 50/2005 de autoria do Senador Osmar Dias, relatado com o substitutivo favorável do Senador Juvêncio da Fonseca, que destina 10% da arrecadação em contribuições para Estados e Municípios. Isto representa uma arrecadação extra para Estados e Municípios de pelo menos 10 bilhões por ano. Vale dizer. E vou citar aqui um exemplo do Município igual ao que eu administro, Município pequeno de 5 mil e 200 habitantes que recebe 200 mil reais aproximadamente por mês de FPM que poderá ter o FPM. o FPM elevado para aproximadamente 300 mil reais mês. Isso significa 1 milhão e 200 reais a mais por ano, significa quase 5 milhões em quatro anos. Porque que nós defendemos isto? Defendemos isto porque este modelo concentrador ele agride o Pacto Federativo, os princípios do Pacto Federativo. Afinal de contas, nossas riquezas tributárias não são arrecadadas nos Municípios? Não é lá que estão os nossos bancos? Não é ali que estão nossas empresas geradoras de comércio, de serviços? Elas que estão ali pagando os impostos também.

Então, nós estamos caminhando aqui no fio da navalha como eu já disse. Nós hoje, com ajuste da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós trouxemos nossos orçamentos adaptando às despesas. Fomos suprimindo, suprimindo, suprimindo, cortando, cortando e hoje o que o Prefeito está fazendo hoje? Principalmente os Prefeitos vinculados à receita do FPM. Eles destinam 25% para educação, 15% para a saúde, destinam de 6 a 8% para o legislativo e estão sob o garrote de 54% da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nós estamos administrando recursos carimbados. Estamos administrando, aqui me permita dizer, uma massa falida. Porque os sonhos de realizarmos as necessidades dos nossos, dos nossos munícipes, aquelas, aqueles sonhos básicos da construção da casa própria, da pavimentação de um bairro, da Assistência Social adequada, de uma educação eficiente, de uma saúde eficiente nós estamos com ela cambaleante, estamos com ela precariamente atendendo. Então, é essa a colocação que eu quero fazer em nome dos Prefeitos do Paraná. Meus caros Deputados e meu caro Senador para que examine a possibilidade de também ver esse lado do Pacto Federativo, da melhor distribuição desses recursos arrecadados nesse país, porque nós não queremos muito não. Nós queremos só uma parte para integrar o FPM. E aí eu tenho certeza, Dr. Paim, Senador Paim, que nós vamos estar pagando um salário mínimo decente e adequado que o Senhor quer e que nós também queremos. Um grande abraço a todos os Senhores. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao Dr. Geraldo Serathiuk delegando Regional do Trabalho.

SR. GERALDO SERATHIUK: Boa tarde a todos e a todas, aos Membros da Comissão, Senador Paim, Dr. Barreto, Barelli e Deputada Clair. Estava aqui pensando nas falas anteriores dos Membros da Comissão e via que tudo tem haver nesse processo todo da diminuição do valor aquisitivo do salário mínimo com a falta de democracia que nós tivemos durante os anos. Quer dizer, foi no período de arbítrio que se vendeu a idéia de que a atração de investimentos só viria com a diminuição do valor do salário mínimo. E foi

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 730
DOC:

no período do arbítrio que eu lembro muito bem que a Deputada Clair passou no concurso de auditora fiscal lá na DRT, que era comandada por um general que não deixou ela assumir o cargo de auditora fiscal e que hoje a gente vê que, talvez, por terem pessoas como a Deputada Clair sendo cassada, no seu papel de auditora, na DRT ou de inúmeros Deputados terem sido cassados é que nós chegamos a esse estágio que nós chegamos. Afinal, foi no arbítrio efetivamente que se construiu um modelo de Estado, como dizia o Claus Off, de que o Estado ele é um articulador da acumulação privada e lança mão de alguns benefícios sociais compensatórios para manter as pessoas, o Exército de reserva tranqüilo e calmo. E que o IPEA agora mostrou que o que está agregando renda à população não é as políticas sociais compensatórias, é o salário dos trabalhadores que faz com que a renda seja distribuída e conseqüentemente se destrói aquele modelo. Modelo que nós vimos aqui as pessoas falando que também acabou com os Fundos de Pensão sindical desse país no período da ditadura, acabou com os Fundos de Pensão dos trabalhadores das prefeituras que aqueles segmentos botaram a mão e conseqüentemente faz com que o Brasil não tenha poupança, por sinal acho que a única coisa que sobrou foi o Fundo de Garantia e o FAT que são hoje indutores das políticas de crédito, de saneamento e de habitação, porque o arbítrio botou a mão naqueles recursos das poupanças dos trabalhadores, nossos pais e avós e destruiu aquele modelo de crédito existente. Talvez a gente vai perceber que nós chegamos aonde chegamos, porque durante anos o Brasil e o Paraná fez renúncia fiscal e de crédito para setores de alta tecnologia, concentradores de renda e que fez com que nós chegássemos a isso que está aí hoje, quando esse setor cooperativado, que todo mundo diz que é uma maravilha, quando dá uma pequena gripe aviária começa a demitir trabalhadores esquecendo de todo o recurso que recebeu de crédito, do BNDES, do BRDE, do Banco do Brasil e que durante 2 ou 3 anos últimos recebeu muito recurso, teve grandes lucros e quando dá um pequeno vento, eles abandonam qualquer responsabilidade social. Não podemos esquecer que foi graças ao arbítrio que também nós criamos um sistema político Parlamentar que após a Constituição de 88, me criou nesse país 1200 Municípios. Muitos na grande maioria desnecessários. E que hoje vincula essa máquina pública excessiva às vezes nepotista, às vezes fisiológica, às vezes desnecessária à política de salário mínimo. Não sou contra a expansão... [palmas]

Não sou contra a expansão dos serviços públicos básicos a toda a população. Mas houve um excesso causado por aquele modelo que permitiu a expansão do setor público de forma fisiológica, nepotista e, conseqüentemente, fez com que nós tenhamos hoje as pessoas, depois de terem feito renúncia fiscal, fechado os Fundos de Poupança do Trabalhador, saqueado o sistema de crédito do brasileiro, INSS, aí vão vincular o salário mínimo às prefeituras e a situação do setor público sendo que criaram mais de 1200 Municípios depois de 1988 e vem apresentar essa conta, conta que continua apresentando às vezes na calada da noite, pegando renúncia fiscal, para grande canavieiros, para grandes produtores rurais e que se não é o Governo Federal às vezes ter que vetar esta distribuição de crédito e renúncia fiscal só para pequenos e médios a gente cada vez mais, essa gente quer continuar saqueando.

Enfim, nós estamos discutindo aqui uma realidade que foi criada fruto da falta de democracia pelo fato do Estado ter sido saqueado. Para vocês terem uma idéia quando o Governo Federal reabriu o micro crédito consignado, no ano retrasado foram emprestados 17 bilhões. Este ano agora que passou, 32 bilhões de reais. O microcrédito consignado

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 731
DOC:

percebeu o Governo e o Ministério do Trabalho faz parte disso, percebeu que o microcrédito consignado foi usado para o consumo. Tanto que o Governo rapidamente tomou a iniciativa e criou o chamado microcrédito produtivo. O que eram esses 32 bilhões que fomentaram o microcrédito de consumo e que tem muita gente, muito trabalhador e vocês as centrais sabem disso, estão endividados por causa disso. Por quê? Porque o salário estava baixo. O salário estava baixo e o microcrédito de 32 bilhões é o salário mínimo que precisava ter sido acrescentado e aumentado. Porque esse salário agora, o salário mínimo de 350, dizem os especialistas, vai jogar na economia do Brasil esse ano 25 bilhões. E se o microcrédito consignado jogou 32, na verdade já havia da parte dos trabalhadores um desespero, uma espera pela melhoria da sua renda. Conseqüentemente essa gente que saqueou evidentemente o Estado, os bancos públicos quebraram e que nos deixaram aqui no Paraná, Senador Paim, o banco público privatizado, o nosso Banestado vendido ao banco Itaú que deixou uma conta para pagar aqui todo o mês, comprometendo os investimentos do Paraná e que nós estamos lutando para que isso seja desvendado no Banco Central, lamentavelmente a ex-diretora do Banco Central virou que era... Ajudou a vender o Banestado, agora é consultora do Banco Itaú, aí o advogado que era da União, que era, ajudou a vender o Banestado agora é advogado do Itaú. Então, essa lógica da quarentena faz com que o Paraná está pagando um preço por essa política. Mas eu falo essa questão mais abrangente para dizer que efetivamente o INSS em 90% dos Municípios brasileiros que entram na economia de benefício é cinco vezes o fundo de participação dos Municípios. É uma alavanca de desenvolvimento na grande maioria dos Estados brasileiros, dos Municípios brasileiros, e conseqüentemente essa política tem que ser discutida de forma conjunta. Mas eu falo essa questão nacional, da importância da democracia e desse cenário para entrar um pouquinho sobre a questão do Paraná que eu acho que é o que interessa para vocês nesse momento.

Lamentavelmente aqui no Paraná nós, durante os últimos 10 anos, 8 anos do Governo anterior, nós lamentavelmente migramos um 1 milhão e meio de pessoas do campo para a cidade. Faltou apoio à agricultura familiar, se concentrou a terra nos setores de alta tecnologia, cana, soja, os aviários, os frigoríficos de matadores de porco e frango, conseqüentemente o Paraná passou por um processo de depredação ambiental forte, muito grande. Essa população de 1/5 de pessoas foi jogado de forma violenta nas periferias aqui nessa região de Curitiba, região Metropolitana, um milhão de pessoas foi jogada aqui em condições subumanas. E para onde veio e aonde está esse trabalhador da agricultura, simples, humilde que veio desqualificado para trabalhar no setor de industrial de alta tecnologia que recebeu crédito, incentivos fiscais para pagar daqui 20 anos e que está fazendo uma barbárie na economia do Paraná, porque essas montadoras elas simplesmente importam seus componentes, apenas 17% dos componentes das montadoras aqui é comprado do empresariado local e conseqüentemente importa os componentes com valor três vezes maior, conseqüentemente não agrega valor a economia do Paraná naquilo que se esperava.

E esta realidade, Senador, colocou os Municípios que receberam as montadoras aqui no Paraná, tem ao ano um Prefeito 1500 reais para gastar por ano por habitante. Os Municípios que não receberam as plantas industriais na grande maioria do Estado do Paraná o Prefeito tem 300 reais para gastar por ano por habitante. E tiveram as suas populações praticamente dobradas na sua grande maioria nas regiões metropolitanas. Conseqüentemente, a implantação desse modelo fez com que o Paraná se empobrecesse.

593/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 732
DOC:

porque além de ter jogado incentivo de crédito fiscal só para esses segmentos de alta tecnologia, tanto no campo como nas cidades, estamos pagando um preço muito alto com a Lei Kandir.

Conseqüentemente, o Paraná está perdendo com a contabilidade maquiada das montadoras que me importam recursos, componentes para cá, conseqüentemente acabam sendo pouco lucrativos. E o Paraná sofreu um processo de internacionalização absoluto. Todos os supermercados das famílias tradicionais do Paraná foram comprados por grupos internacionais, os bancos aqui também, os locais foram comprados por grupos internacionais, as Universidades Particulares, enfim, há um processo profundo de internacionalização.

E aonde nós chegamos? Nós chegamos a isso que às vezes as pessoas não imaginam que o Paraná é aqui também um Haiti, também é um Piauí aqui também. Nós temos uma realidade de renda muito ruim em várias regiões. Temos situações salariais muito baixas na grande maioria das categorias do campo, 65% é informal. Os setores efetivamente da economia do Estado, nós somos o quarto colocado em níveis de acidentes de trabalho. Isso do setor formal, nós temos 2 milhões de trabalhadores formais, em torno de um milhão e pouco informal. Somos o quarto colocado sem contar a informalidade, morrem aqui 220 trabalhadores em média, 900 ficam paralisados, incapacitados permanentemente e 30 mil acidentes. Enfim, se implantou um modelo aqui que efetivamente nos coloca numa situação extremamente difícil.

O setor público como disse o Nerone, fazendo um sacrifício muito grande para reverter essa batalha, desse crime que se foi a venda desse Banco Banestado. Para vocês terem uma idéia do que significa a entrada desse banco nesse Estado aqui, o Banco Itaú nos últimos dois anos me aposentou 60 trabalhadores por incapacidade devido ao sistema de produtividade, sistema violento que joga em cima daqueles trabalhadores do antigo banco público. O HSBC em dois anos 400 trabalhadores pediram a demissão aqui por pressão por produtividade. Então, a situação das montadoras todo mundo está vendo, o número de lesionados, de pessoas que estão aí penduradas lá no setor de reabilitação do INSS, que eu vejo todo dia nos fabricando além de ter recebido crédito, incentivos fiscais, nos deixam um déficit previdenciário extremamente alto.

É evidente que isso levou a uma concentração da terra muito alto, quando eu vejo às vezes, Deputada Clair, as pessoas dizendo que o modelo energético do Brasil e do Paraná, especialmente do álcool, deve ser um modelo para o mundo, me apavora. Eu estive semana passada no início da colheita da cana que vai começar agora. Eu vendo aqueles trabalhadores ganhando 350 reais nas condições que vão trabalhar, inúmeros trabalhadores vindo da região Nordeste, da região do Piauí, de Minas Gerais, jogados em condições subumanas, a gente sabe que não é o melhor modelo que nós temos que vender. Ele pode ser energicamente correto, agora do ponto de vista humano, da concentração da terra, da distribuição da renda não é o melhor modelo que nós temos que nos orgulhar. Ele precisa ser humanizado, precisa ter distribuição de renda e nós não podemos vivenciar. E quando nós vemos o setor empresarial que está aí sendo beneficiado com crédito do BNDES, do Banco do Brasil, do BRDE, esse setor cooperativado, que bota aqueles trabalhadores naquelas linhas de produção de frango, de suínos e que agüentam, diz meu amigo Rony, meu amigo Emani, do setor da alimentação, seis, sete meses trabalhando numa linha de produção.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 733
DOC:

Se vocês forem ver nesses frigoríficos exemplares do Paraná de grandes marcas internacionais, vocês vão ver que os trabalhadores daquela cidade já não trabalham mais naquela empresa, porque não suportam, estão sendo buscados de ônibus nas cidades e nas periferias laterais. Esta é a realidade desse modelo que está aqui implantado. E não vamos vincular esse modelo necessariamente a essa questão do setor público municipal, não podemos visualizar dessa forma mesmo porque essa estrutura pública municipal ela foi inchada às vezes desnecessariamente. Nós sabemos as estruturas de cargo e salário das Prefeituras, sabemos das estruturas que existem dentro desse sistema que às vezes é nepotista, às vezes é clientelista e não faz parte da nossa base de cálculo isto e não pode ser colocado no nosso custo para discutir uma política de renda em nosso Estado.

Então, a realidade que nós temos que discutir quando esses setores, aí vêm lamentavelmente dizer que são contra o salário mínimo regional. Quem é contra o salário mínimo regional do Paraná se a lei federal diz que os setores que tem convenções coletivas não serão atingidos por isso, quem que está apavorado? Será que é o meu amigo Vicente Silva, é o setor do comércio que você fechou agora acordo de 390 ou será o pessoal da agricultura que não estou vendo aqui da FETAET, mas que fechou o seu salário recentemente para 360, 370 reais que mantém um alto nível de informalidade. Ou o setor da indústria. Da indústria não vejo problema. O salário mais baixo do setor industrial está acima desse valor. Quem que está apavorado com esse valor simplesmente que vem dizer uma discussão dessa que não tem. São exatamente aqueles setores beneficiários. Talvez seja esses setores que estão aí bravos, que agora o Governo conseguiu que dentro do sistema vai ter acento dos trabalhadores. Eles já estão aí gritando alto. São setores, inclusive, da indústria que estão comprometidos com esse modelo que não paralisa o fabrico de componentes na indústria paranaense, para fortalecer tanto os trabalhadores como os empresários para agregar renda. Então, este modelo que foi implantado e que não agrega valor ao orçamento do Prefeito, não agrega valor ao orçamento do Governo do Estado, não permite e pelo contrário, fica tirando crédito, incentivo fiscal, fica tirando todo o mês do Paraná recurso para pagar dívida do Banco Central dessa venda dos compradores do Banco Itaú, que inclusive dizem que depositaram a grana lá nos paraísos fiscais para ex-dirigentes e ex-governantes, então como é que é isso? Isso é um caso de polícia.

Então eu acho que discutir a questão da renda, discutir a questão do salário mínimo é discutir também o crime social que se cometeu nesse Estado do Paraná. Porque vamos ser francos, uma política de desenvolvimento que joga um milhão e meio de pessoas para trabalhar em regiões no serviço terceirizado enquanto ganha os terceirizados, vigilante de condomínio, limpeza, conservação e segurança. Aqueles pobres agricultores que foram jogados aqui para ganhar salário mínimo aqui em situação de subemprego, de desumanidade, de condições de a pressão, assédio moral e empresas terceirizadas que tomaram um dia. Vocês me acabem com essa lei da terceirização que o Governo anterior, que os Governos anteriores apoiaram, porque isso é um crime que se comete com essa população migrante da Zona Rural, que foi jogado na mão de empresários que na sua grande maioria do setor terceirizado eticamente são pessoas que deveriam ser, inclusive, investigadas. Montam empresa num dia, não recolhem Fundo de Garantia, não pagam as pessoas e depois fecham a empresa e vão montar outra e continua aí servindo. Então, é este modelo que nós temos que discutir. Não adianta nós discutirmos aqui a vinculação do salário mínimo, a questão única e exclusivamente desse setor público que foi inchado. Nós temos que discutir esse componente de agregação.

PRNV nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 734
DOC:

O Paraná está perdendo muito com a Lei Kandir. O Paraná está perdendo muito com a venda do Banco Itaú. E nós estamos pagando verdadeiros crimes, o Paraná está perdendo muito com essa renúncia fiscal que foi feita a esses setores que não agregaram mão-de-obra e que só tiram a riqueza do Paraná e fazem com que a gente não funcione dessa forma. É com essa concepção discutir o salário mínimo nesse contexto do crédito, das políticas fiscais, dos Fundos de Pensão dos trabalhadores e efetivamente que eu acho que nós vamos encontrar um bom caminho e que eu só tenho que saudar a vocês que estão nesse momento da retomada mais ampla da democracia, tentando construir uma política de renda que não tenha dúvida que vai significar mais justiça social ao povo do Brasil e ao povo paranaense. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem. Depois de ouvirmos as palavras do nosso delegado do trabalho. Grandes informações. Grandes informações. Nós vamos então, convidar a essa Mesa, a voltar ao plenário e vamos convidar agora a outra Mesa que será composta da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, agradecer ao Secretário do Trabalho, ao companheiro Luis Lázaro da associação dos Municípios, ao delegado do Trabalho. E convidar a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a FIERP, Associação Comercial... A FIERP na pessoa do Dr. Rodrigo Rocha ou seu representante, da Associação Comercial do Paraná na pessoa do Dr. Cláudio Gomes Laviero ou seu representante e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná na pessoa do Dr. Adio de Meneguetti (F) ou seu representante. Nós queremos registrar aqui a presença do Vereador de Curitiba, André Passos, da Deputada Estadual [inaudível], do assessor do Governo do Estado Aziel Pereira, Dr. De Lucca(F) da Secretaria do Estado, do setor da micro e pequena empresa. E quero aqui também o assessor Parlamentar da Deputada Silva Borgete que aqui representa a Deputada [inaudível], Dr. Carlos Alberto Marques. E de diversas entidades que eu peço aqui aos companheiros que me perdoem não citar a todas, até porque várias delas vão fazer parte aqui do painel, porque é uma lista imensa, é uma lista... E eu quero aqui agradecer pela presença e registrar todos nesse debate tão importante para o nosso povo. Setor de serviços tem algum representante aqui? Se tiver estar convidado para fazer parte aqui da Mesa nesse painel. Esse painel FIERP, Associação Comercial, Federação da Agricultura e Setor de Serviços. Eu gostaria que o companheiro se identificasse.

SR. BENEDITO KUBRUSLY: Boa Tarde. Meu nome é Benedito Kubrusly. Eu sou o Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná. Peço desculpas pelo nosso Presidente Cláudio Javier que não pôde comparecer por motivos de viagem. Eu gostaria de como paranaense, agradecer a presença e essa primeira audiência que está acontecendo no meu Estado, isso é um orgulho para o Paraná. Por sinal eu sou uma pessoa muito orgulhosa do meu Estado, acho um Estado pujante que tem muita coisa, contribui muito para o nosso país.

Gostaria de agradecer, então, dar as boas-vindas ao Senador Paulo Paim, ao Deputado Barreto, ao nosso prezado Deputado, desculpe... Conheço por tanto tempo e agora esqueci o seu nome. E a nossa Deputada Dra. Clair também. Eu acho que... Nós representamos, a Associação Comercial representa um setor da nossa economia muito capilarizado. Nós representamos mais de 5 mil empresas na sua grande maioria micro e pequenas empresas comerciais do nosso Estado, da nossa cidade. Esses micros e pequenos empresários eles são, existem dados, eu tenho a impressão que eu não vou

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 735
DOC:

falar nenhuma novidade agora. O SEBRAE tem um dado muito curioso, muito interessante e muito frustrante. 50% das empresas, micro e pequenas que abrem elas fecham no primeiro ano, no seu primeiro ano de vida. Então, o micro e pequeno empresário ele é o pára-choque de qualquer situação econômica da nossa economia. Ele é o primeiro a sentir o positivo e o primeiro a sentir o negativo. A Associação Comercial, antes de mais nada, ela é uma entidade secular, uma entidade que procura não ter e não tem cores partidárias, cores políticas. Ela é uma entidade que procura... É uma entidade que procura ter uma posição, ter uma personalidade eminentemente econômica e eminentemente comercial.

E dentro dessa linha da situação comercial, nós não seguimos outra ideologia que não a ciência, a ciência econômica. E diante da economia que para nós é uma ciência exata, a situação que se coloca, as discussões que se fazem com relação ao salário mínimo, elas deveriam seguir muito mais essa lógica econômica, essa lógica matemática, do que outras posições, posições momentâneas de partidárias, enfim, ou de situação presente do nosso país. Nós gostaríamos, eu acho que todos nós aqui gostaríamos, que por decreto o salário no Brasil não fosse, não se tivesse discutindo um salário de 300 ou de 350 reais, mas que por decreto nós pudéssemos definir que esse salário passasse a ser 1500 reais, ou a 1600 reais. Só que infelizmente dentro da visão da ACP essa é uma impossibilidade, uma impossibilidade não por vontade, mas por uma situação eminentemente econômica de macroeconomia. Quer dizer, eu estava lendo aqui antes do início dos nossos trabalhos, eu estava lendo o jornalzinho da Dra. Clair. E nesse jornal eu encontrei um dado que é um dado que ela está repetindo. A dívida pública brasileira está em um trilhão de reais, bateu um trilhão de reais. Triste recorde este para nós. Um número tão bonito e ao mesmo tempo um número tão frustrante para nós. Nós sabemos em que pese à posição do Senador Paulo Paim e eu não tenho aqui condições de debater com V.Exa., peço a posição com relação ao déficit da previdência. O que nós sabemos é que um aumento de salário mínimo ele vai impactar principalmente em que pese o aumento de renda, em que pese um dado muito interessante que o Dr. Serathiuk colocou aqui para nós. Ele deu como exemplo o crédito consignado que trouxe, que injetou na nossa economia 32 bilhões. Nós sabemos que cada pessoa que pegou o crédito consignado no seu orçamento e a macroeconomia nada mais é do que uma explosão de uma microeconomia. Então, todos nós, é muito fácil entender, porque todos nós temos orçamento, temos ativo, temos passivo, todos nós temos o nosso orçamento e é dentro dele que nós vivemos. Todas as pessoas que pegaram crédito consignado bem ou mal elas andaram dentro do seu orçamento.

Quando nós pensamos em termos de salário mínimo, em termos de macroeconomia nós esquecemos da economia doméstica. Nós esquecemos que o salário mínimo nada mais é e outros indicativos da economia nada mais são do que o indicativo maior, um indicativo, um reflexo, a febre e não a doença. E qual é a doença? A doença é uma economia doente, uma economia quebrada como nós temos. Eu vi o nosso amigo representante da associação dos Municípios, dizendo que os 79% dependem dos Municípios, dependem do fundo de participação dos Municípios, nós vemos o Governo Brasileiro depender de recursos externos, nós vemos a economia interna brasileira depender de títulos que são emitidos para arrolar sua dívida, mais de 50% do PIB é dívida interna, nós vemos então que nós vivemos num país quebrado. Quando se é quebrado, não se pode ousar a gastar mais daquilo que a gente pode. Nós temos um dado aqui Senador, que nos preocupa. Eu falo, eu me sinto muito à vontade no que eu estou

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 736
DOC:

dizendo, porque eu sou um pequeno empresário e a entidade que eu estou representando é uma entidade à política.

Então, portanto eu não estou falando como um funcionário público, eu não estou falando como um político, eu falo simplesmente como um brasileiro e como um brasileiro eu tenho um dado que me diz que a cada, um aumento de 300 para 350 reais no salário mínimo vai impactar na Previdência Nacional na ordem de 10 bilhões de reais. A gente joga alguns números às vezes, às vezes é bom a gente dividir esse número. Dez bilhões de reais significam que cada, para cada um real de aumento do salário mínimo, nós estamos aumentando o déficit da previdência em 200 milhões de reais. Nós acreditamos e o que eu estou dizendo nada mais é, talvez, do que uma repetição de princípios econômicos, que vêem de séculos, de Adam Smith e antes dele, que salário nada mais é do que o reflexo do aumento do aumento de produtividade. Os dados que o Dr. Serathiuk trouxe falam da produtividade do meu Estado, Estado do Paraná. Eu não tenho dados para contradizer, muito pelo contrário, fico muito satisfeito pelos dados que ele trouxe e eu quero acreditar que é possível esse salário de 437. Mas no meu país, no meu Brasil, nós sabemos que não há produtividade capaz de absorver um aumento de 300 para 350 reais. Infelizmente não há. Essa é a posição. Eu acho uma posição bastante científica.

Eu não sei se eu consegui expressar bem as minhas, as nossas colocações. Mas nós, eu acho que as discussões muito mais do que a febre, deveríamos ser em cima da doença. Deveríamos muito mais estar discutindo dívida pública, gastos públicos, diminuição desses gastos, aumento de produtividade brasileira para daí se falar num conseqüente e natural aumento de salário mínimo. Desculpem. Eu acho que eu contradisse todas as posições que as pessoas anteriormente aqui colocaram. Mas eu acho que nós achamos, não sou eu que acho, que a economia é um grande círculo, é um bumerangue que nós jogamos e ele volta. E tudo aquilo que por decreto se faz não funciona, porque não tem base, não tem estrutura. E isso vai refletir depois em aumento de juros, aumento de déficit e, enfim, é essa mais ou menos a posição da Associação Comercial do Paraná. Queria agradecer ao convite e desejar que seja um bom evento esse que nós estamos fazendo. Obrigado. [palmas]

SR. FRANCISCO CARLOS DO NASCIMENTO: Boa tarde a todos. Meu nome é Francisco Carlos do Nascimento. Sou diretor da FAERP, Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Queria nesse momento agradecer ao convite, cumprimentar o Deputado Jackson Barreto, o nosso Senador Paulo Paim, o Deputado Baretti e a Deputada Dra. Clair. O Paraná é um importante Estado agropecuário, representando mais de 20% de toda a produção de grãos e 16% do PIB agropecuário do país. O número de trabalhadores rurais é de 1 milhão 280 mil. 24% de toda a mão-de-obra empregada no Estado. Por esse número, creio que a posição do setor produtivo paranaense merece ser apreciada pelo Senado, na discussão a respeito de uma nova Legislação Trabalhista. Em primeiro lugar, não se pode exigir que as regras trabalhistas que vigoram para os empregos urbanos sejam transplantadas para os empregos rurais. Enquanto na sua maior parte, os trabalhadores urbanos tem um regime de trabalho contínuo em recintos fechados, não dependendo das condições climáticas, com os trabalhadores rurais a situação é totalmente diferente. Com algumas exceções, o trabalho no campo não é contínuo, mas sazonal, uma vez que as fases de preparação de terra e plantio, de tratos culturais e colheita são intercaladas por períodos de ociosidade impostos pela natureza.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 737
DOC:

Além disso, as safras não abrangem todos os meses do ano, mas apenas parte deles. Mesmo quando é tempo de desenvolver aquelas tarefas o clima pode impedir, gerando novos períodos de ociosidade forçada. Desta forma, não há como impor regras urbanas de dias contínuos de trabalho, nem de horários para os trabalhadores rurais e que por isso deveriam ter um regime legal próprio. Outra questão relevante diz respeito à remuneração. Há uma diferença substancial entre os rendimentos obtidos nos campos e na cidade. O processo contínuo de indústria, comércio e serviços urbanos pode garantir faturamento constante. No campo a obtenção de renda é espaçada. Os exemplos de meu Estado, que tem duas safras anuais, a de verão e a de inverno. O plantio de verão começa em setembro/outubro, período em que o produtor rural apenas depende de recursos. O custeio da safra vai até a colheita sobre a forma de tratos culturais, como o uso de herbicida e manejo de pragas e a colheita propriamente dita, transporte e armazenagem. Somente após o final dessas operações em março/abril é que o produtor tem condições de iniciar a venda da sua produção, que nunca é feita de uma só vez, mas em lotes, conforme a situação do mercado.

Após a colheita da safra de verão de milho, soja ou outro produto é iniciada a preparação da terra para o plantio da safra de inverno de milho safrinha ou um cereal de inverno, especialmente trigo, o processo a partir daqui semelhante ao da safra de verão com períodos de ociosidade ditados pela natureza ou forçados pelas circunstâncias climáticas. Algo semelhante ocorre com a pecuária, exceção da leiteira que é diária. Para colocar o boi, o suíno ou a ave no mercado há que esperar o tempo necessário para então transformar a produção em renda. Também diferentemente dos setores urbanos que podem mudar de ramos ou fechar temporariamente o estabelecimento, o setor rural não tem como mudar rapidamente o rumo de seus negócios. Se plantou, o produtor não tem como abortar seu prejuízo total ou a sua cultura ou a sua criação de animais. É preciso fazer igualmente, uma diferenciação da rentabilidade entre as atividades urbanas e a do campo. O que existe para os produtos agropecuários é um mercado imperfeito. Todos os anos no mesmo tempo, milhares de produtores rurais ofertam o mesmo produto para o grupo reduzido de grandes compradores. Por óbvio, nesse tipo de mercado são os grandes grupos que ditam os preços. Os produtores de soja, de milho ou trigo vendem seus produtos a umas poucas grandes empresas. Os pecuaristas de corte de boi, suínos ou aves ficam sujeitos a poucos frigoríficos, fornecedores de cana-de-açúcar dependem de suas usinas e destilarias. Produtores rurais também são dependentes diretos das políticas de Governo. Basta analisar o que vem ocorrendo na atualidade. Os preços internacionais estão dentro das normalidades e, no entanto, os produtores brasileiros estão quebrados. Ocorre que os preços internacionais traduzidos para a nossa moeda estão dando prejuízos aos produtores, porque a cotação do dólar distorce os valores. Em 2004, os produtores rurais plantaram uma safra com dólar de 3,20 e colheram em 2005 a 2,60. Plantaram o trigo a 2,60 e colheram a 2,20. Plantaram a safra de verão 2005/2006 a 2,40 e estão vendendo a 2,15. Sem contar no preço do petróleo, do nosso diesel que nós usamos para plantar e para colher que só tem aumentado e não acompanha as baixas do dólar, sem contar também o pneu que só tem subido e também apesar das multinacionais dizerem que é baseado no dólar, tem abaixado o dólar e os pneus não tem abaixado. Acrescente-se a esta situação cambial, os azares climáticos. Por 3 anos a seca vem dizimando uma boa parte das safras paranaenses. Além disso, a grande maioria das propriedades rurais

ATN nº 003/2005
CCSP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 738
DOC:

do Sul e Sudeste do país de onde saem a maior parte da produção agrícola brasileira são pequenas ou médias.

No Paraná, para os Senhores terem uma idéia 85% das propriedades tem até 50 hectares. O que significa dos anos normais uma receita bruta de no máximo 380 mil reais com soja e trigo, para um custo variado de 370 mil reais. Onde estão incluídos os insumos, a mão-de-obra sobre os muitos poucos, sobra muito pouco para o nosso produtor rural. É fácil ver que uma propriedade rural no meu Estado fatura muito menos que um botequim. Não tem desta forma recursos para remunerar melhor seus empregados em tempos normais, que dirá em meio a essa profunda crise. Exigir que o produtor rural pague a seu trabalhador o mesmo que é pago ao trabalhador urbano é uma irrealidade. Basta um pequeno tremor para que haja desemprego no campo. Êxodo rural e miséria na periferia das cidades como já vimos muitas vezes nas últimas décadas. E aqui falado pelo nosso delegado. As inúmeras favelas de Curitiba, Londrina, Cascavel e outros centros econômicos do meu Estado são a prova do que estou relatando. Por tudo isso, creio que a Legislação Trabalhista precisa ser revisada e deve dar ao campo um tratamento diferenciado, compatível com a sua renda e suas peculiaridades. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer aqui os representantes pelo setor privado nesse painel, representando a Associação Comercial do Paraná e da Federação da Agricultura, agradecendo a participação de ambos e queremos convidar agora a Central Única dos Trabalhadores do Paraná, a Força Sindical do Paraná e a Confederação Geral dos Trabalhadores. Temos ainda uma outra central aqui... A Social Democracia Sindical e a Nova Central Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Mais uma cadeira. Gostaria que cada um dos companheiros se identificassem, dos cinco que foram aqui convidados. Foram cinco entidades aqui convidadas.

SR. VICENTE SILVA: Meu nome é Vicente Silva. Eu sou Presidente da CGT do Paraná e da Federação dos Trabalhadores no comércio do Estado do Paraná. Sr. Presidente Jackson Barreto, Senador Paulo Paim, Deputado Walter Barelli, Dra. Clair, nossa Deputada do Estado do Paraná, nossa saudação inicial e cumprimentar também o público presente pela expectativa, pelo interesse demonstrado com matéria de tamanha relevância para todos os trabalhadores e empresários do país. Eu gostaria de iniciar dizendo que a nossa preocupação não se limita apenas à recuperação do poder do salário mínimo, nós também estamos preocupados, Sr. Presidente, com o poder aquisitivo dos salários, porque nos últimos anos temos sentido que o poder aquisitivo do trabalhador tem sofrido bastante decréscimo, porque a inflação, embora esteja um tanto controlada, ela na verdade não repõe as perdas dos salários, porque no INPC, no índice de inflação, estão agregados fatores que nós, os trabalhadores, na verdade, não utilizam.

Portanto, o índice às vezes pode parecer um tanto baixo, mas se nós fizermos uma análise mais profunda do custo dos produtos básicos utilizados pelos trabalhadores como a Cesta Básica, o transporte, a saúde, educação, principalmente os serviços públicos, chegaríamos à conclusão de que essa inflação que nos demonstra, realmente não demonstra a realidade vivenciada pelo trabalhador brasileiro. Nós anualmente temos a nossa negociação coletiva com as categorias organizadas em sindicatos. Mas sentimos, realmente, muita dificuldade hoje com uma situação que atravessa o país, principalmente pelo desequilíbrio de forças entre a categoria econômica e a categoria profissional, em

ATN nº 003/2005
CFSP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 730
DOC:

razão, principalmente, do alto índice de desemprego que atravessa o país. Isso faz com que o nosso poder de barganha fique bem inferior ao poder do empresário. Nós poderíamos lançar mão do instituto de greve que é o que nos assegura a Constituição.

Nós não podemos esquecer que nós temos inúmeros, milhares de sindicatos que representam categorias que têm muita dificuldade de se organizar para um movimento de greve. Não é como um Transporte Coletivo, como um serviço de limpeza, como metalúrgico que tem facilidade de organizar a sua categoria no movimento de greve. Nós temos categorias como é o caso da minha, dos comerciários, dos empregados no comércio. E nós temos só aqui em Curitiba, região Metropolitana de Curitiba, região Metropolitana, em torno de 25 mil empresas, pequenas e médias empresas, portanto, uma organização de um movimento de revista torna-se muito difícil. Antigamente, a gente buscava a justiça do trabalho, nós tínhamos um instituto do dissídio coletivo, mas hoje com a Emenda Constitucional nº. 45, praticamente ficou inviável essa válvula de escape que nós tínhamos anteriormente, porque essa Emenda Constitucional estabeleceu que o dissídio coletivo somente poderá ser ajuizado mediante um comum acordo entre as partes. E é evidente que isso não funciona na prática, que empregador nenhum que não queira dar um reajuste de salário vai concordar em ajuizar um dissídio coletivo.

Agora, o que nos preocupa também, Sr. Presidente, é a questão da proposta governamental que nós acabamos de aprovar, o Presidente Lula em meados do mês de março aprovou diversos decretos alterando as normas que regulamentam o sistema A.S., substituindo a representação dos trabalhadores que eram feitas através das confederações e através das federações, pelas Centrais Sindicais. Nós não temos nada contra, porque sabemos que as centrais também representam os trabalhadores, embora ainda não estejam organizadas, não estejam legalizadas, mas todos nós estamos lutando nesse sentido para legalizar essas instituições. Embora também entendamos que as centrais sindicais têm um papel importante no Movimento Sindical, mas não o papel de representar categorias específicas.

A central tem que se organizar para representar os trabalhadores no campo político, no campo institucional e no campo geral defendendo, inclusive, o salário mínimo, é atribuição das Centrais Sindicais. Mas não de defender categoria específica, porque as centrais são entidades ecléticas e, portanto não tem como se organizar especificamente. Mas o que nos causou surpresa nesse decreto é que houve uma troca, no caso do sistema A.S. do comércio, por exemplo, a substituição das entidades regularmente em funcionamento pelas centrais, o Governo em troca deu a Federação do Comércio 3% da receita compulsória do sistema A.S. Eu fiz aqui um levantamento, aqui no Paraná, por exemplo, no ano de 2005, o SESC teve uma receita compulsória de 48 mil 542, 48 milhões 542 mil reais. O SENAC 26 milhões 889, perfazendo 75 milhões 431 mil. Isso representa... 3% disso, Senador Paim, representa 2 milhões e 300 mil por ano, o que significa três vezes, por exemplo, a receita da contribuição da minha entidade sindical.

Então, o que nós achamos que essa medida é profundamente injusta, porque ofende ao princípio social da empresa. O SESC e o SENAC são instituições de caráter eminentemente social, criadas com a finalidade de patrocinar aos comerciários o ensino profissionalizante, o aperfeiçoamento profissional, o acesso à cultura e ao lazer. Transformar as instituições em fontes de receita das entidades sindicais patronais é tremendamente injusto tanto para as empresas, contribuintes, para os trabalhadores do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 740
DOC:

comércio, quanto para os consumidores em geral. Eu digo para as empresas, porque essas empresas já contribuem com sua entidade de classe, através da contribuição sindical e da assistencial por ocasião das negociações positivas. É prejudicial, principalmente aos comerciários, porque essa verba poderia ser destinada para serviços em prol da categoria dos trabalhadores e está sendo usada em benefício da categoria econômica. E além do mais, os consumidores, porque nós sabemos que essas taxas que são recolhidas a favor dessas instituições, na verdade são taxas tributárias e isso incide no custo da mercadoria.

Então, no final quem irá realmente pagar isso serão os consumidores. Nós sabemos que empresário no nosso país não paga imposto, empresário repassa imposto, porque vem os preços embutidos da mercadoria. Portanto, isso nos choca profundamente, porque no momento que nós elegemos um Governo popular, um Governo teoricamente de esquerda, um Presidente da República um operário, um sindicalista e um Partido dos Trabalhadores e se por um lado, propõe hoje através da Reforma Sindical, a extinção da contribuição sindical e das demais verbas compulsórias. Nós vemos na Justiça do Trabalho, e no Ministério Público, hoje praticamente proibindo a cobrança de contribuição assistencial por ocasião das negociações coletivas. E por outro lado, nós vemos esse Governo reforçando os cofres dos empresários, tornando essa nossa Luta totalmente desigual. É profundamente lamentável o que está acontecendo. A respeito do piso salarial regional, a nossa categoria, na verdade, conforme disse o Dr. Geraldo Serathiuk, ele não trará praticamente impacto nenhum, porque nós já temos um piso salarial em torno de 400 reais, e também temos uma cláusula que nos assegura 15% acima do salário mínimo nacional.

Portanto, se o salário mínimo for para 350 nós teremos mais 15% que ultrapassa a casa dos 400. Então, na verdade, não trará nenhum impacto na economia do comércio, mesmo porque nós entendemos que conforme emenda complementar 103, o salário regional deverá ser aplicado somente para aquelas instituições não organizadas em sindicato, aquelas categorias não organizadas em sindicato. O salário mínimo constitucional Sr. Deputado, nós temos aqui um estudo do DIEESE onde ele estabelece que para o mês de março, o salário mínimo necessário para uma família, conforme estabelece a Constituição, que diz que o salário mínimo fixado em lei nacionalmente unificado capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestiário, higiene, transporte, Previdência Social, os reajustes periódicos preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação para qualquer fim, estariam em torno de 1489,33. A Cesta Básica em Curitiba para uma família, um casal e duas crianças, hoje seria necessário 484 reais e 33 centavos, 83 centavos. Portanto, sendo necessário 1,61 salários mínimos somente para satisfazer essa necessidade do trabalhador. Um trabalhador tem um custo de vida da Cesta Básica em torno de 161 reais e 60 centavos. Portanto, realmente, é preciso fazermos alguma coisa no sentido de restabelecermos o poder aquisitivo do salário mínimo em nosso país. E nós deixamos para reflexão que talvez um plano quadrienal de recuperação do salário mínimo no sentido de dentro de quatro anos dobrarmos o poder aquisitivo do salário mínimo, embora não seja ainda o ideal, mas já se aproxima bastante, seria se anualmente aplicar além da correção natural do salário, pelo INPC mais um aumento real de 25% por ano, dentro de quatro anos, portanto, nós teríamos conseguido dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo. Seriam essas palavras que eu gostaria de dizer a respeito e agradecer.

ATA PI nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 741
DOC:

a Comissão do Salário Mínimo por ter iniciado os seus trabalhos pelo Estado do Paraná. Muito obrigado. [palmas]

SR. RONY ANDERSON BARBOSA: Boa tarde a todos. Meu nome é Rony Anderson Barbosa. Sou Presidente da CUT aqui no Estado do Paraná. E gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão Mista, Deputado Jackson Barreto, o Relator Senador Paulo Paim, o Vice-Presidente Walter Barelli e a Dra. Clair Deputada Federal aqui pelo Paraná por trazerem essa audiência, iniciarem os trabalhos da audiência aqui no Paraná, desse tema que é tão importante e caro para os trabalhadores que é o salário mínimo. Nós também acreditamos, Senador Paulo Paim, que a mobilização é fundamental para as transformações que o Brasil precisa. E é por isso que a CUT organizou em 2004, uma marcha nacional pelo salário mínimo, organizou também em 2005, junto com outras centrais também, participaram dessas manifestações justamente para mostrar para o Congresso Nacional que os trabalhadores estão preocupados e nós nem sabemos que a maioria dos trabalhadores organizados em sindicatos, e das Centrais Sindicais poucos são atingidos pelo salário mínimo. Mas nós da CUT mesmo assim temos um dever de solidariedade de classe de fazer esse debate com a sociedade, porque achamos que é de importância, de relevante importância para o Brasil, o salário mínimo tem um poder fundamental de distribuição de renda.

Então, este é um dos instrumentos que o Brasil detém para distribuir a renda. E é por isso que a gente acredita que o salário mínimo tem que ter sim uma política permanente de valorização. E foi por causa dessas pressões e dessas manifestações, inclusive, que os Senhores criaram essa Comissão, que bem-vinda é para fazer esse debate, mas uma Comissão para debater justamente à valorização permanente do salário mínimo, que se nós observarmos no seu histórico aí desde 1940, teve altos e baixos, mas muito mais baixos do que altos. Então, a sociedade precisa se debruçar sobre esse tema e acho que veio em boa hora o debate da Comissão por uma política permanente de valorização do salário mínimo. E quero aqui de imediato diferenciar o salário mínimo nacional do qual nós estamos trabalhando nessa Comissão do Piso Regional do qual a CUT aqui no Paraná fez debate no ano passado e provocou o debate aqui no Estado, mas achamos que são duas políticas diferentes e a Central Única dos Trabalhadores não abre mão de ter um salário mínimo nacional. O Piso Regional vem apenas para complementar ou para suplementar aí a renda nos Estados em que a economia permite e nós achamos que o Paraná, sim, tem condições de ter um Piso Regional de 427, 437 e até maior, dependendo dos trabalhadores seria maior. Mas hoje nós vamos tratar especialmente aqui do salário mínimo que foi agora em primeiro de abril para 350 reais e na nossa visão tem então esse poder grandioso de distribuição de renda. Mas para que isso ocorra, para que a distribuição de renda nesse país ocorra, nós ainda conversávamos hoje de manhã numa atividade sobre a economia solidária no Paraná, estávamos falando e eu abordei isso pela manhã, que é necessário que o Brasil cresça, ou seja, que tenhamos um desenvolvimento, que o crescimento seja constante, seja sustentável e há números de 5, 6% ao ano, se possível e até mais. Mas só isso não garante a inclusão de pessoas e de trabalhadores que hoje estão fora do mercado formal de trabalho, ou de comunidades que estão à margem da sociedade, que hoje sequer recebem o salário mínimo.

Então, é preciso trabalhar nas duas pontas com programas de incentivo à formalidade e que tragam essas pessoas e essas comunidades que hoje estão fora do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 742
DOC:

mercado de trabalho para dentro dele, para que comecem a perceber e a receber o mínimo nacional, mas é preciso trabalhar também com a valorização constante desse salário mínimo para que ele cumpra o papel constitucional como bem foi abordado aqui por vários componentes dessa Mesa em diversas falações. E a CUT entende que o salário mínimo tem condições de ter uma política permanente de valorização e traz para essa Comissão inclusive uma proposta, uma das, podemos também entender que podemos debater um aumento do salário mínimo com relação ao PIB como já foi citado aqui, acho que é uma boa iniciativa, mas a CUT quer ir além.

Nós achamos que para mexer na estrutura da distribuição de renda no país é preciso que a gente tenha um fundo nacional para dar condições para que o salário mínimo possa se valorizar anualmente e ter sucessivos aumentos reais a partir de agora. Então, e para que essa política de sucessivos aumentos reais seja implementada com sucesso, precisamos pensar sim principalmente na Previdência Social. E a CUT tem uma proposta de criação de um imposto, mas é um imposto que teria uma alíquota única, teria uma única aplicação para constituir esse fundo que seria utilizado para suportar a Previdência Social nesses constantes aumentos. Esse estudo que a CUT fez foi assessorado pelo DIEESE, está aqui o companheiro Cid que representa o DIEESE aqui no Estado do Paraná. E eu acho que é um estudo bastante embasado e depois nós vamos passar cópia para a Comissão, para que a Comissão possa avaliar e apreciar. E esse estudo nosso prevê um aumento real em torno de 9% para o salário mínimo anualmente. Mas nós sabemos que para isso é preciso ter esse fundo para suportar. E esse fundo seria chamado, um fundo criado a partir do imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas. Esse imposto já tem alguns projetos no Congresso Nacional em debate e já foi instituído em outros países. França, Alemanha, Espanha, Itália e diversos outros países já tiveram um imposto sobre grandes fortunas implementados. Algumas vezes para suportar aí a dívida para ajudar ao pagamento da dívida, outros para justamente combater a pobreza nos seus países e a proposta que a Central Única dos Trabalhadores traz é para que esse imposto seja utilizado na recuperação do poder de compra do salário mínimo.

Então, essa proposta que nós trazemos, ela tem todo um estudo técnico e embasado aqui pelo DIEESE, depois nós vamos passar cópia, visa justamente que nós tenhamos aí em torno de 9% de aumento real ao ano que daria condições do salário mínimo ter recuperações constantes. Nós tivemos uma boa recuperação agora esse ano, como a Dra. Clair bem salientou aqui em torno de 13% de aumento real, mas nós sabemos que isso é muito inconstante, uma política permanente será bem-vinda para que isso seja cumprido. Então essa proposta é a principal proposta que a Central Única traz para o debate. Esse imposto pegaria na proposta original nossa, fortunas acima de 2 milhões e 400 mil reais. Teria uma alíquota média de 1,5%. Teria uma incidência única e serviria para constituir um fundo que daria algo em torno aí de 23 bilhões de reais esse fundo e esse fundo seria utilizado exclusivamente para essa questão da valorização do salário mínimo.

Então, eu acho que é uma proposta interessante para o debate lá no Congresso Nacional e que os meus pares aqui dos trabalhadores também devem apreciar nas suas entidades, para que a gente coloque para a sociedade aí que as famílias abastadas, e dentro desse estudo calcula-se que tem 300 mil famílias, que seriam atingidas por esse imposto, nós temos muitos impostos no Brasil. E é por isso que a nossa proposta é de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 143
DOC:

uma única incidência desse imposto, ou seja, ele não oneraria anualmente ou constantemente a economia brasileira, mas seria de uma única vez, seria uma única incidência e, portanto cumpriria essa função de ajudar o país nessa questão da distribuição de renda na nossa visão bastante importante aí para alavancar as perdas que os trabalhadores vêem tendo. A PEA do ano passado já apontou a parada da queda da renda do trabalhador, nesses anos, ou seja, e tudo indica que a partir de novembro para cá a gente comece a ter ganhos reais dos salários. E isso para nós trabalhadores é muito importante.

O estudo que o DIEESE também fez para os acordos coletivos dos sindicatos filiados a CUT apontou que no ano passado 90% dos sindicatos, quase 90% dos sindicatos filiados a CUT tiveram aumento real de salário. Então isso é importante, porque indica um novo ciclo na economia brasileira em que o trabalhador passa a aumentar o seu poder aquisitivo, o seu poder de renda. E dentro de todo esse balanço aí que os trabalhadores que têm condições, que têm suas entidades e que tem representações conseguem fazer a luta sindical e a luta por melhores condições de trabalho entra o salário mínimo para complementar, que normalmente as pessoas que recebem salário mínimo, as categorias são categorias menos organizadas e que, portanto estaria aí uma proposta colocada para que os Senhores possam analisar em Brasília, possam coletar mais dados e certamente poder se utilizar desse trabalho aí e nós da Central Única dos Trabalhadores, nos colocamos a disposição para qualquer momento ajudar a esclarecer ou se precisarmos mesmo aprofundar esse tema e acho que é um tema importante e que a sociedade brasileira pode sim aprofundar esse tema também do imposto sobre grandes fortunas. Está na hora do Brasil avançar para isso e certamente isso dará uma contribuição para a transformação da sociedade. E a CUT pensa não só nas questões imediatas do trabalhador de salário e condições de trabalho, mas pensa também na transformação da sociedade com uma sociedade melhor, mais justa, mais igualitária e tenho certeza que juntos nós podemos construir essa sociedade. Quero agradecer o espaço que vocês nos deram e certamente será muito frutífero esse debate aqui para nós e para vocês e poderemos fazer com a sociedade um belo debate e depois implementar uma política permanente de valorização do salário mínimo. Obrigado. [palmas]

SR. ERNANI: Sou Ernani, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores que fundada no Estado do Paraná em dezembro no passado, neste momento representando o companheiro Epitácio, nosso Presidente da Nova Central, que devido a uma outra agenda no Município de Pato Branco não pôde estar presente. Também sou Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Estado do Paraná. Saudar o Presidente da Comissão, o Deputado Jackson. Também saudar o Relator, nosso companheiro Paulo Paim, a Deputada Clair parabenizá-la por ter conseguido nesse primeiro momento ter trazido essa audiência para o Estado do Paraná, um momento assim bastante importante, Deputado, é que está sendo debatido exaustivamente também o salário, o piso regional. Saudar a imprensa aqui presente, saudar os companheiros, as companheiras dirigentes sindicais, os meus pares da Federação da alimentação, da nova central e outras também os companheiros aqui presentes da Mesa. É com muita satisfação que em nome dos trabalhadores no Estado do Paraná recebemos sim a Comissão para esse debate, para esse diálogo franco e democrático aqui no Estado do Paraná.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 744
DOC:

Eu acho e entendo importante registrar aqui os nossos parabéns na nova central ao delegado do Ministério do Trabalho, Geraldo Serathiuk que antes nos atendeu, nos antecedeu e de forma bastante rápida colocou diversos dilemas por que passam o Estado pelos desmandos de Governos anteriores, tanto na esfera estadual como na esfera nacional. Mas hoje o que nos aflige nesse instante é a política para o salário mínimo. O Senador Paulo Paim lembrou num instante quando começava, quando da instituição do salário em 1942, se nós voltarmos um pouquinho quando do início do projeto, da discussão dele para atender naquela época, naquele período os anseios, não é, Deputado? Já se levaram dois anos para aprovar a política do salário mínimo. Ainda hoje nós vemos isso na nossa história 60 anos, 65 anos depois a história continuar. É que nem algumas novelas de algumas emissoras, ficam se escrevendo capítulos, se escrevendo capítulos e não conseguem atender, deixar aí claro para que veio, para que significa o salário mínimo para atender as necessidades de um trabalhador, de uma trabalhadora, enfim, dos trabalhadores brasileiros. A expectativa, a esperança da nova Central Sindical dos trabalhadores no Estado do Paraná é que realmente nós consigamos agora implementar uma política. A nova central e os trabalhadores querem se colocar lado a lado com o Congresso Nacional para que nós consigamos instituir uma política realmente que venha atender. E venha recuperar os anseios, ou a política ou a legislação de quando foi instituído o salário mínimo que é que ele tenha realmente o significado de distribuição de renda para os trabalhadores e as trabalhadoras.

Por levantamento, por estudos do DIEESE feito recentemente final do ano passado até para subsidiar essa Comissão é possível através de um simples dado que com apenas 60 reais a mais de renda acrescido ao salário mínimo isso significa uma inclusão de mais de um milhão na economia do país. Com o círculo, com a onda que ele gera com apenas 60 reais. Se nós os trabalhadores, então, recuperarmos, deixarmos de lado essa perca e recuperarmos aí os 70% de perca a que patamar vai chegar o país? E aí eu não teria que de jeito nenhum ficar preocupado que nem está o Prefeito, o Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná. O desespero que muitas vezes eles têm de preocupação com relação ao aumento do salário mínimo, enquanto que o salário mínimo iria salvá-los. É simples, é eles fazerem essa conta que apenas com 60 anos o que significa de economia, de resultados positivos para o Município que ele administra. Então ele não teria que ficar preocupado não com o reflexo negativo e sim com o reflexo positivo. Nós temos na nossa Federação Brasileira Municípios ou Estados que só quando... São Caetano há poucos dias foi citado na imprensa nacional pelo número de aposentados que têm, o que significaria já de giro por conta do reajuste de salário mínimo, que foi apenas 50 reais. Imagine só Senhores Prefeitos que levem essa mensagem para refletirem e fazer esse levantamento, esse dado técnico se o salário mínimo realmente recuperasse esses 70% de perca ao longo desses anos.

Então não tem que ficar desesperado, preocupado. Eu entendo que uma outra preocupação dos Prefeitos, os Senhores Prefeitos teriam que acabar com os cabides, eu não vou dizer aqui que é por conta de parente, é por conta da politicagem mesmo. Se nós formos percorrer o Estado do Paraná um Estado tremendamente rico o que está acontecendo de mazelas aí em algumas prefeituras nesse Estado nosso como aí o atendimento de alguns cargos públicos sem a mínima condição. Nos reportando um pouquinho mais ainda em nossas categorias, quando o salário mínimo é referencial Senador e Deputada para que nós possamos enquanto organização de sindicatos, nos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 745
DOC:

sindicatos, nas Federações, conseguir almejar no mínimo um pouquinho mais de recuperação, que se o salário mínimo não recuperar tão logo nós todos, as outras categorias não só alimentação, comércio e assim sucessivamente vão estar ganhando, se duvidar até mesmo do que salário mínimo em razão de alguns desmandos que ocorrem no Estado do Paraná e no país afora. Não quero nem citar aqui situações que ocorrem no Nordeste não. É colocar aqui o Estado do Paraná. Os desmandos por parte de algumas classes empresariais, da classe empresarial para com os trabalhadores. Podemos até citar agora especificamente tão recentemente quando nós tratamos no Estado do Paraná a questão da febre aftosa, quando os trabalhadores foram alijados do processo de discutir a situação da febre aftosa. Só os empresários que tantos financiamentos conseguem ao longo dos anos, dos meses e dos dias. E os trabalhadores apenas puderam discutir que hora que marcariam a rescisão de contrato de trabalho nos sindicatos. E ainda para saber quando que receber, em quantas parcelas, de que forma.

Estamos na eminência de sermos invadidos pela gripe aviária. Geraldo Serathiuk ainda citou aqui agora em instantes que cogitou lá fora, no exterior, os empresários que já foram lá e pegaram quantos e quantos empréstimos em todos os níveis, já foram correndo no Ministério do Trabalho, no Ministério Público, nas instituições governamentais falar da redução de salário, falar da redução do número de trabalhadores. E como que fica a situação desses trabalhadores daqui um pouquinho? Quem é que vai atendê-los? Os empresários colocaram o lucro no bolso, as cooperativas, as indústrias mais diversas e os trabalhadores estão sendo alijados. Estivemos recentemente nos Ministérios, fomos recebidos em alguns gabinetes e está sendo marcada a audiência. É preciso também ficar atento a isso e a nossa esperança, a nossa expectativa na nova central é que dentro dessas políticas, dentro da política que foi estabelecida para o salário mínimo se coloque algumas ressalvas em relação a isso. Quais são as garantias dos trabalhadores seja ele qual categoria for, quando os empresários pegam esses empréstimos, pegam financiamentos e por coisa mínima, por situação mínima o primeiro que é prejudicado são os trabalhadores, são os Governos Municipais, Federais e Estaduais e que nós possamos fazer algo casado nesse sentido e aí sim nós estaremos num conjunto trabalhando para frear, minimizar. O número de prostitutas, os presídios, os educandários, as reformas, os drogados nas nossas avenidas, nos nossos pontilhões, nos nossos bairros, seja na cidade, no Município qual for, capital qual for, é necessário que essa nossa Comissão tenha uma atenção toda especial para essa política e nós enquanto nova central, enquanto trabalhadores da alimentação, enquanto trabalhadores do Estado do Paraná queremos colocar à disposição para a discussão e apoiar toda e qualquer iniciativa dos Senhores, para que juntos serremos fileiras e em breve, mais curto tempo possível consigamos implementar uma política de realmente renda e distribuição nesse país tão sofrido. O nosso obrigado, mais uma vez aí agradecer aos Senhores por terem vindo e iniciado esse debate pelo Estado do Paraná. [palmas]

SR. ANTÔNIO DIAS LOBATO: Boa tarde a todos. Boa tarde Deputado, Deputada, o Senador Paulo Paim e os demais amigos. Eu sou Antônio Dias Lobato, eu sou Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Estado do Paraná, que represento. Nós temos aqui o exemplo de que falamos nas Comissões Especiais do Salário Mínimo, é necessário que o Brasil deixe de tratar desiguais de formas diferentes as questões de reajustes dos valores dos aposentados. Nos últimos anos tem provocado um achatamento considerável entre o pico e a base dos rendimentos daqueles que de uma forma ou outra

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 746
DOC:

são responsáveis pela grandeza de nosso país. Somos hoje 24 milhões de aposentados das quais 2/3 ou 16 milhoes que ganha salários mínimos nestes anos conforme negociação entre o Governo e as centrais, o valor passará de 350. Trazendo embutido nesse reajuste, um ganho real aproximadamente de 11%. Seria hipocrisia negarmos este avanço para aqueles que ganham 300 reais, mas não podemos deixar de registrar que esses valores estão, também distante dos valores que a nossa Constituição prevê no Art. 7, capítulo 4, que é de 1474, 71 conforme calculo do DIEESE. Então eu quero dizer aqui ao Paulo Paim que nós do Sindicato Nacional dos Aposentados estamos prontos para pegar firme com essa Comissão, porque hoje não é justo que um aposentado que se aposenta em torno de 4, 5 salários mínimos e hoje está aí recebendo, está tendo o seu salário achatado, recebendo, talvez, até um salário mínimo.

Então eu acho que você está de parabéns. Nós estamos aqui, a gente vai apoiar essa Comissão, porque o que nós precisamos, nós aposentados a gente que mexe com a classe de aposentados, a gente sabe o que o aposentado está sofrendo na pele com essa defasagem que ele está tendo no salário mínimo, que neste ano a gente teve, esse ano agora, que foi aprovado essa semana que foi de 5%, enquanto o salário mínimo foi de 16.6%. Então, essa Comissão para os aposentados ela está vindo numa hora certa. E quero agradecer mais uma vez que você está de parabéns. E pode contar com nosso sindicato que nós vamos dar total apoio e vamos chamar os aposentados se for preciso para a gente ir e ajudar vocês a cobrar lá no Congresso a gente vai estar à disposição de vocês. Quero agradecer. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer aos companheiros que estão fazendo parte desse painel e convidar agora o último painel, os representantes aqui da Coordenação Federativa de Trabalhadores, o Gladir Antonio Basso Secretário e Coordenador e a Social Democracia Sindical, na pessoa do Adir de Souza, bem como os representantes do IPARDS e do DIEESE. Do DIEESE o Dr. Cid Cordeiro, Supervisor Técnico aqui. Muito obrigado aos Senhores da CUT, aos Senhores da CGT, o companheiro da Federação dos Aposentados e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Com esse último painel nós encerramos aqui os debates, dessa audiência pública e ao final passaremos a palavra ao nosso Relator. Vocês têm a palavra.

GLADIR ANTONIO BASSO: Boa tarde a todos e a todas as companheiras. Cumprimentar a Comissão Especial Mista do Salário Mínimo na Presidência o Deputado Jackson Barreto, ao Vice-Presidente, Deputado Walter Barelli, ao Relator Senador Paulo Paim e a Deputada Dra. Clair a satisfação em tê-los conosco no Estado do Paraná para a discussão de tema tão importante como a questão do salário mínimo em que dependendo a discussão se conduz para uma sociedade justa ou se conduz para uma sociedade cada vez mais desigual. Portanto, é um tema que merece toda a atenção do público e em nome da Coordenação Federativa dc Trabalhadores, essa coordenação representa 9 Federações de trabalhadores e 700 sindicatos de trabalhadores do Estado do Paraná. Por isso queremos trazer aqui a proposta da necessidade de uma discussão importante em relação ao salário mínimo e de outros temas, evidentemente aproveitando aqui o Senador e os Deputados da qual a Coordenação Federativa CFT Paraná se coloca à disposição. É importante salientar que dentro desse cenário nacional, dentro do processo da exclusão social os ricos do Brasil, isso são os dados, somente 5 mil clãs de famílias chegam a se

ATN nº 003/2005
CFSP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 747
DOC:

apropriar de mais de 40% de toda a riqueza nacional. Embora o país registre mais de 51 milhões de famílias. Se considerar somente a parcela da população que se concentra no déficit o mais rico, verifica-se que 75% de toda a riqueza contabilizada terminam sendo por ela absorvida. Em outras palavras, restam 25% da riqueza nacional a ser apropriada por 90% da população brasileira. Portanto, dá para se verificar a contradição que tem na distribuição de renda do país. A desigualdade social são fatores em que mostram um abandono e que há necessidade do Governo através tanto do Senado ou da Câmara dos Deputados uma discussão muito mais apropriada para a discussão de tema tão importante. E a questão fundamental é de que o processo da terceirização ou da quarteirização ou outros mais utilizados nos últimos anos tem precarizado ainda mais as relações do trabalho. As cooperativas que atuam de uma forma desastrosa na contratação de funcionários e depois somem essas empresas, não tem nenhuma responsabilidade, mudam o nome da empresa, mudam o CGC, trocam de cidades e continuam aviltando, prejudicando trabalhadores de uma forma extremamente danosa. E é nesse cenário que é importante que o salário mínimo tenha que obrigatoriamente que colocar em cheque uma discussão tão importante aos trabalhadores brasileiros. Se nós tomarmos por base no Governo anterior, só para salvar bancos o PROER colocou à disposição daqueles que ou administraram mal ou enviaram dinheiro para os paraísos fiscais ou esse dinheiro foi utilizado para privatização desastrosa dos Bancos Nacionais, mais de 20 bilhões de dólares o PROER colocou à disposição dessa gente e que até agora o Banco Central com certeza recebeu muito pouco desses valores. Então é importante se colocar com clareza essa discussão e até um dado importante. Brasileiros já pagam mais de 100 bilhões em impostos. Na verdade, mostra que somente em janeiro e fevereiro, mas tem um dado importante aqui. As Pessoas Físicas no Brasil pagaram em 2005, três vezes mais Imposto de Renda do que os banqueiros. É importante que se demonstre aqui que em valores nominais os bancos pagaram em torno de 23, aliás, 13,5 bilhões de imposto, enquanto que as Pessoas Físicas pagaram mais de 50 bilhões de Imposto de Renda nesse país. Portanto, não é só a discussão do salário mínimo isolada do contexto que evidentemente a Comissão vai tentar trabalhar a nível nacional. Mas as distorções que existem dentro do contexto a nível da fragilidade de um processo de tributação da carga tributária, a nível da fragilidade que tem alguns setores, como foi levantado aqui já a proposta das grandes fortunas, para se buscar alternativas que possam viabilizar na outra ponta a melhoria das condições de vida e de trabalho dessas pessoas que ganham um salário mínimo e milhares e milhares de pessoas ganham muito abaixo do salário mínimo e com certeza depois nosso colega Cid vai colocar o DIEESE apontando esses dados estatísticos com propriedade já que o DIEESE comemorou nessa semana 50 anos no Brasil.

Portanto, é dentro desse fato importante em que deve se registrar a busca de medidas alternativas, em que é necessário o tratamento dessas pessoas que estão excluídas do processo da convivência social para se buscar uma proposta que busque acabar com a profunda desigualdade de renda que tem no país. E a concentração é tão intensa principalmente os 10% mais ricos do país. Aí os bancos no ano de 2005, registraram os maiores lucros nos seus balanços e em contrapartida os banqueiros enxugaram nos últimos anos, demitiram 60% da categoria. Não foi substituição. Foi eliminação de postos de trabalho. Portanto, nenhuma responsabilidade social muito menos com o bancário que foi demitido, muito menos também em relação às pessoas que ficam

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 748
DOC:

nas filas quilométricas dentro dos bancos e mais ainda em relação às taxas e tarifas escorchantes cobradas dos clientes que fazem o auto-atendimento e pagam pelo serviço.

Portanto, dentro desse cenário também aproveitar o Senador Paulo Paim, nosso amigo lá em Brasília que tem sempre nos recebido através das confederações, dizer de que estamos, a CFT, a Coordenação Federativa de Trabalhadores, dando todo o suporte ao seu projeto na questão da busca da solução em relação a questões do fator previdenciário, que é o grande problema e sabemos que desde do início do ano passado, no ano retrasado, já havia representação do seu projeto no Senado. E agora mais do que nunca nós estamos dando todo o suporte a isso, porque sabemos que isso representa uma distorção e um prejuízo enorme a todos os trabalhadores brasileiros. Portanto, dentro desse cenário também...

No Brasil os opositores ao salário mínimo tem constantemente apontado os custos sobre as finanças públicas e micro e pequenas empresas como um elemento limitador do seu crescimento expressivo. No entanto esses mesmos opositores muitas vezes se calam sobre os efeitos regressivos de uma política de juros altos, sobre as finanças públicas, atividades econômicas, o emprego e a distribuição de renda. Portanto, é importante colocar ao plenário que no Brasil aproximadamente é 75% das pessoas ocupadas em 2003, ganhavam até três salários mínimos. Ora, se 75% das pessoas ocupadas ganhavam até 3 salários mínimos, é evidente que nós temos uma das piores distribuições de renda no mundo e é por isso que é necessário e fundamental a busca de soluções alternativas. Em 2004 cerca de 65% dos aposentados e pensionistas recebiam exatamente um salário mínimo. Portanto, então 65% dos aposentados e pensionistas em 2004, recebiam apenas um salário mínimo. Portanto, essa discussão e essa temática ela é importante, porque dentro desse cenário nós precisamos buscar alternativas capazes de não só colocar a nível das prefeituras e dos empresários e até chamar atenção dos próprios empresários que precisam fazer com que a massa salarial, não é só de um lado propor a inclusão dessas pessoas na sociedade, que tenham melhores condições de vida, que tenha o resgate da dignidade do ser humano, mas também é necessário que os empresários percebam que se aumentar a massa salarial do mercado, com certeza estará aumentando o consumo das empresas de uma forma geral. E com isso aumentando o consumo nós temos aumento de vendas, aumento de geração de emprego, a mudança de um modelo econômico com a geração de emprego, numa diminuição substancial entre a distância tão grande que tem entre os pobres e os ricos desse país.

Portanto a Coordenação Federativa de Trabalhadores do Estado do Paraná na representação das suas Federações traz aqui evidentemente a necessidade de fazer com que a Comissão, que com certeza nos próximos debates em todo o Brasil e através da sensibilidade que nós temos em relação aos componentes dessa Comissão e a coleta dos dados e principalmente o depoimento das pessoas de todos os segmentos da sociedade, fará com que haja a necessidade da busca constante, da criação de mecanismos para a mudança e a melhora constante gradativa do salário mínimo, de tal forma que nós possamos construir um modelo diferente da sociedade brasileira. É preciso se promover o crescimento da renda daqueles que estão em setores marginalizados, sem nenhum tipo de regulação. O Brasil tem mais de 40 milhões de brasileiros hoje na informalidade, que não tem nenhuma proteção social e, portanto, no futuro nós teremos grandes problemas. E mais do que nunca, o discurso daqueles que dizem que o impacto do salário mínimo sob a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 740
DOC:

questão da previdência têm criado o aumento substancial do seu deficit, essa proposta é mentirosa.

Como disse o Senador Paim, a Previdência Social apresentou no ano de 2005, um superávit de mais de 50 bilhões, portanto, próximo dos 55 bilhões, isso demonstra de que há capacidade. Não é o problema do salário mínimo que vai prejudicar o comportamento dos aposentados e pensionistas, mas sim a estratégia da apresentação de políticas públicas que sejam capazes de devolver o respeito e a dignidade daqueles que hoje não têm nenhuma condição de vida, e com certeza, a partir do momento em que essas pessoas estarão incluídas numa sociedade justa e fraterna, nós poderemos ter um novo modelo de desenvolvimento para o país e que a partir desse momento nós teremos uma nova história escrita por aqueles que têm um compromisso importante do ser humano, um compromisso voltado para resgatar a dignidade, para resgatar a condição de vida das famílias brasileiras, que precisam acima de tudo não apenas fazer com que a ganância e a prepotência alcancem os grandes lucros às custas da espoliação e a exploração do trabalho. Mas fazer com que haja um equilíbrio muito maior em relação ao lucro e a faixa daqueles que estão marginalizados na sociedade. A CFT deixa aqui o seu agradecimento a essa Comissão por ter escolhido o Paraná como primeiro Estado nessa discussão, mas nós garantimos aqui que estaremos em Brasília constantemente junto com a Deputada Clair, junto com o Deputado Jackson, o Deputado Barelli, o Senador Paulo Paim, em todos os temas importantes, porque as Federações e seus sindicatos filiados entendem de fundamental importância a discussão de todos esses temas, que são fundamentais para que a gente possa construir um Brasil diferente. E nós nos colocamos à disposição, estaremos em Brasília tantas quantas forem necessárias as vezes, para ajudar a construir, debater e fazer com que haja, se possível a pressão no Congresso Nacional para aprovação de medidas capazes de resgatar a dignidade do povo brasileiro. Muito obrigado.

DR. CID CORDEIRO: [Inaudível]. Quero agradecer o convite aqui da Comissão, a Deputada Clair, nossa amiga aqui do Paraná, ao Deputado Jackson, ao Senador Paim e ao Deputado Walter Barelli, o eterno coordenador técnico do DIEESE. Bom, eu gostaria de inicialmente salientar que as centrais Sindicais que manifestaram as suas posições, fico satisfeito--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Peço ao companheiro para fazer uma identificação, para a imprensa que está presente.

DR. CID CORDEIRO: A perfeito. É Cid Cordeiro, economista técnico do DIEESE. As Centrais Sindicais levantaram todas as informações, os dados que o DIEESE tem assessorado as Centrais Sindicais e apresentadas aqui também propostas importantes e interessantes para nós avançarmos na discussão do salário mínimo no Brasil. Eu quero propor aqui uma volta ao tempo. Se nós imaginássemos em julho de 1994 e pensássemos o seguinte: No Brasil não vai haver aumento real de salário mínimo. Por quê? O aumento real do salário mínimo traz impacto nas finanças públicas, o aumento do salário mínimo traz impacto na Previdência Social. E nós vivêssemos nesses 13 anos, sem o aumento real que o Movimento Sindical conquistou, que o Congresso pressionou e que foi efetivado. Nós teríamos hoje um salário mínimo de 196 reais. Esse seria o salário mínimo no Brasil se de julho de 94 a hoje nós não tivéssemos os aumentos reais que o salário mínimo teve. Bom, eu pergunto a aqueles que estão contra o aumento do salário mínimo o

ATN nº 003/2005
DESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 750
DOC:

seguinte: Com 196 reais hoje de salário mínimo no Brasil, nós teríamos um Brasil com um PIB melhor ou pior? Nós teríamos hoje um Brasil com uma concentração de renda melhor ou pior? Então nós temos que olhar a história. Nós temos que pensar que Brasil que nós queremos? Para os próximos 13 anos também. Porque para os próximos 13 anos em valores de hoje, nós poderíamos ter um Brasil com 350 reais, daqui 13 anos em valores atuais ou poderemos ter também um país com um salário mínimo em valor de 623 reais em 13 anos se repetir os 4,54% de aumento real que teve na média desses 13 anos. A opção que a gente escolher hoje vai determinar o país que nós vamos construir nesses 13 anos. Que pode ser os 4,54, pode ser os 6, pode ser os 8, pode ser os 12%, os 10%, os 9% como as centrais estão reivindicando e vai ser negociado e debatido no Congresso. Então, trata-se de uma opção de futuro que nós queremos construir para o Brasil. Com alguns números, trazer para a Mesa os vários atores e colocar os números, primeiro para chegar num consenso dos números. O que cada um está falando, se está batendo com a realidade. Eu acho que esse seria um grande primeiro passo. Bom, o impacto nas pequenas e médias empresas. Aqui no Paraná nós estamos tendo uma resistência muito grande da classe empresarial na adoção do piso regional. E sempre se levanta a questão do custo e no início eu comentei com vocês, se a gente voltasse na história do salário mínimo hoje seria de 196 reais.

Eu também gostaria de fazer aqui um outro exemplo que seria o seguinte: Se hoje nós estivéssemos discutindo a implementação do 13º salário, qual seria a reação dos empresários? Olhar o 13º como um item de custo ou olhar também e de fato é um item de custo da mão-de-obra ou também olhar o 13º como o melhor momento de vendas do comércio no Brasil? Olhar o 13º como que ele injeta a renda na economia e como faz o comércio ter o melhor desempenho em dezembro também faz a indústria ter o melhor período de produção de setembro a outubro, seja de agosto a outubro. Falta, talvez, ter uma outra dimensão dessa questão de discutir renda. É o quanto ela gera de demanda também. Não é só o cálculo de custo, é o cálculo que eu vou ter de incremento de demanda, é o que isto vai gerar de mercado interno, é o que isso vai gerar de um país melhor para todos nós. Talvez, falta essas dimensões para a gente avaliar. E na questão, então, do impacto nas pequenas e médias empresas, eu também fiz um cálculo aqui. Então, cada 10% de aumento real no salário mínimo, aqui no Paraná, não sei nas outras regiões do Brasil, mas o DIEESE tem condições de fazer esse cálculo para Brasil, para a Comissão. Então nós temos o seguinte, em média até 1,5 salários mínimos nas pequenas e médias empresas representam 25%, 30% do emprego. E vamos imaginar também, eu estou superestimando, que o impacto de custo desses 30% de trabalhadores que ganham até um salário mínimo e meio é de 30% também da folha de pagamentos. O que normalmente não é, porque são os melhores salários. Mas vamos adotar isso como parâmetro também.

Então cada 10% de aumento real do salário mínimo, vai ter impacto de custo nas pequenas e médias empresas de 0,9%. Eu acredito muito que esse custo, esse aumento de custo de 0,9% nas pequenas e médias empresas, e antes de eu continuar aqui eu queria dizer o seguinte: Eu acho que as pessoas muitas vezes confundem o seguinte. Que quando vai ter o aumento real do salário mínimo, que é de 13%, ele vai ter que dar para todos os funcionários e não é isso, tem que fazer a ponderação. Se eu tenho 100 funcionários e 30 ganham o salário mínimo, evidentemente que esses 30 que vão ter o aumento, os 35, porque vai ter, vai engolir um pouco mais algumas faixas adiante, não é

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 751
DOC:

os 100. Eu tenho que ponderar os custos aí, para não alardear muitas vezes como tem sido feito aqui no Paraná o impacto desastroso de uma política importante de distribuição de renda, que é o piso regional. Mas eu acredito que esse aumento de custo 0,9%, ele pode ser absorvido pelas empresas pelo aumento de demanda, pela melhoria de gestão, com aumento de produtividade, e também por uma luta que daí nós somos solidários a eles também, porque nos atingem, que é a redução da carga tributária, queda da taxa de juros, que vai reduzir o custo financeiro das empresas. Então, tudo isso daí são questões que nós temos que pensar o seguinte, só ressaltar que a discussão do salário mínimo também passa para a gente discutir a política econômica do país. É um pacto que nós temos que fazer de recuperar o salário mínimo e fazer compensações para que estes aumentos do salário mínimo não se transformem em inflação, que não penalize as empresas. Mas também temos que fazer também um apelo para as empresas, para que aumente a competitividade do Brasil que é a melhoria da produtividade. Então é uma coisa geral que nós temos que pensar e discutir e consensuar.

Um outro aspecto é o seguinte, que foi mencionado que as empresas fecham, 50% fecham no primeiro ano. De fato são dados do SEBRAE, se eu não me engano, mas essas empresas fecham, gente, porque nós temos baixa demanda nesse país. Uma baixa demanda por uma concentração de renda muito alto, porque esse país há 25 anos cresce a 2,5, 2%. Temos que inverter esse jogo, para essas empresas não morrerem as pessoas têm que ter dinheiro para consumirem, senão elas fecham mesmo, porque não tem para quem vender. Esse é o aspecto principal. E o segundo aspecto não é o custo do trabalho que faz essas empresas fechar, é o custo do capital de giro. E o SEBRAE aponta isso, inclusive. E o SEBRAE aponta também que você tem ainda carga tributária, como eu já mencionei, a falta de planejamento. Por quê? Se abre muito negócios aqui no Brasil, porque você não tem oportunidade de emprego. Bom, e por fim, aliás, o penúltimo impacto aqui é no emprego doméstico. Aí de fato nós temos um problema, porque as famílias não conseguem repassar custo, não tem como gerar produtividade. Aí nós temos que pensar uma fórmula. Se eu não me engano o emprego doméstico representa no orçamento familiar em torno de 8%, eu não estou com o número aqui, estou puxando de cabeça esse número, em média de 8%, em parte essas famílias vão receber esse aumento do salário mínimo, porque o aumento do salário mínimo impacta na inflação e depois recebe reajuste salarial.

Então, recebe uma parte disso realmente em forma de reajuste diminui esse impacto. Agora, o Governo tem uma boa pista aí para a gente discutir o impacto do aumento do salário mínimo no serviço doméstico, que é a dedução no Imposto de Renda. Ele está muito limitada, essa proposta agora foi só dedução dos encargos previdenciários, que vai daí hoje 42 reais, que as famílias vão poder deduzir para empregado doméstico. Eu acho que nós temos que discutir uma ampliação dessa dedução no Imposto de Renda, para você não penalizar as famílias como uma política de médio e longo prazo de aumento do salário mínimo. E por fim a questão da previdência, o impacto da previdência. A previdência também é uma grande discussão que nós temos que ter, realizar, primeiro discutir os critérios do cálculo desse déficit da previdência. E segundo discutir com a sociedade as fontes de financiamento para uma política de médio e longo prazo de recuperação de salário mínimo. Então são esses números que eu trago para reflexão da plenária e da Comissão e afirmando aqui, que para a gente romper 25 anos de um círculo vicioso, de concentração de renda de baixo crescimento, só com distribuição de renda. E a

AÇÃO nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 752
DOC:

distribuição de renda passa pela discussão prioritária do aumento real do salário mínimo no médio e longo prazo. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao nosso Senador Paulo Paim, Relator da nossa Comissão, que será a última palavra aqui desse encontro dessa audiência feliz. Uma audiência que nós consideramos que atingimos nossos objetivos e eu creio também das pessoas que estão aqui presentes, das entidades aqui representadas e que participaram da audiência e particularmente agradecendo a todos, a Dra. Clair pelo seu trabalho na organização desse evento. E dessa forma eu passo a palavra finalmente ao nosso Relator Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer a todos os Painelistas, a vocês do plenário que ficaram toda essa tarde conosco, cumprimentar a todos que puderam fazer o uso da palavra. Eu acho que todos da sua forma e com brilhantismo na sua área deram uma enorme contribuição a esta Comissão. Pode ter certeza mesmo aqueles que descordam da forma de nós vermos, da forma quase apaixonada como a gente acredita que o salário mínimo pode distribuir renda nesse país e, desculpem falar de Porto Alegre, mas eu gosto muito de uma frase do Fórum Social Mundial realizado inúmeras vezes em Porto Alegre: "A construção de um mundo novo é possível". E o salário mínimo para mim é instrumento fundamental nesse sentido. Quero dizer para vocês que eu não tenho dúvida. Nós vamos aprovar uma nova política e essa política vai garantir o reajuste anual, permanente e vai valorizar efetivamente o trabalho, ou seja, o salário mínimo como instrumento efetivo de distribuição de renda. Rapidamente eu queria dizer para vocês, podem ter certeza, mesmo aqueles que pensam que o piso regional pode não ser tão importante, aqueles que pensam que o piso da categoria X ou Y pode não ser tão importante. O salário mínimo é referência. Quando você aumenta o valor do salário mínimo você está conseguindo que as categorias no processo de negociação tenham já um índice que pode alavancar os planos de cargo e salário das empresas, como também o piso da categoria. Vou dar o exemplo do Rio Grande do Sul. Sabe qual é o debate que tem no Rio Grande do Sul do piso regional? Lá já é mais de 400 e o reajuste é esse ano.

Então esse ano, ele deve ir pelo que as centrais estão trabalhando lá, para uma proposta em torno de 480. Mas sabe qual era a referência para chegar em 480? É aplicar sob o piso regional o mesmo percentual que foi dado para o mínimo. E com certeza as categorias organizadas, na hora de discutir seu piso, também vão pegar com referência aquilo que for colocado em cima do salário mínimo. Então, tem um dado que é da CNBB que diz o seguinte: "O salário mínimo tem impacto na vida de 100 milhões de brasileiros". E eu confirmo esse dado. É bom lembrar que nesse país cerca de 40 milhões de pessoas têm renda que vai até um salário mínimo. Calcule a repercussão desse percentual sobre o conjunto da massa salarial? Ela tem um impacto enorme na economia e no meu entendimento como coloca muito bem o DIEESE, inclusive gerador de emprego. Eu quero dizer para vocês aqui do Paraná, aqui da nossa querida Curitiba, Clair, que a gente sai daqui não só com as minhas anotações de folhas e folhas, mas a TV Senado também, que além de transmitir esse debate para todo o país, ela servirá também como instrumento para nós formularmos o relatório final.

Quero também dizer, podem ter certeza. Nós haveremos de construir também uma política de recuperação dos benefícios dos 24 milhões de aposentados e pensionistas. Eu

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 753
DOC:

sei que o debate da previdência não havia tempo para aqui fazê-lo. Mas a gente vai mostrar que esta mentira que foi repetida há décadas neste país, não se tornará verdade. A previdência no Brasil é superavitária, é superavitária. Eu vou dizer isso tantas vezes, tantas vezes até que a gente consiga provar que efetivamente nós podemos ter um reajuste decente para os nossos milhões de aposentados. E quero deixar para reflexão de vocês. Lá na Comissão nós levantamos a tese de desonerarmos a folha de pagamento de forma equilibrada e progressiva inclusive das contribuições de empregado, de empregador sobre a folha. Alguém poderia dizer: "Mas então você vai diminuir os recursos da previdência?" Não. Nós diminuindo, diminuindo não é terminar. O que o se paga hoje sob a folha de parte de empregado e empregador, isso no conjunto da folha chega até 40%. E jogarmos um percentual fixo sobre o faturamento ou sobre o lucro, o conjunto da sociedade vai sustentar a previdência e conseqüentemente ela vai ser ainda mais superavitária. Não tenham dúvida quanto a isso. A tendência devido às tecnologias, robótica, a cibemética é cada vez mais diminuir o valor sob a folha. E não é correto que um banco que emprega 100 trabalhadores aqui foi colocado a demissão em massa nos bancos, um banco emprega 100 trabalhadores. Tem um lucro anual de bilhões e uma empresa que emprega mil trabalhadores, não tem a metade do lucro do banco, mas paga muito mais que os bancos pagam à previdência. O princípio tem que ser quem mais lucra, mais fatura mais paga. Quem mais emprega, quem gera mais emprego conseqüentemente não deveria pagar tanto no conjunto da sociedade, assumir essa responsabilidade que é a nossa Previdência Social.

Com esse depoimento há mais veio uma pergunta para mim do plenário, para quem tem dúvida. O que é o PL 58? O PL-58, nós já temos em Brasília cerca de 700 mil assinaturas. Vamos chegar a mais de um milhão com tranqüilidade. As centrais estão apoiando, as confederações estão apoiando, a COBAP está apoiando, visa fazer que os aposentados e pensionistas tenha a sua recomposição dos benefícios de acordo com a época da sua efetiva aposentadoria. Me perguntaram: "Como fazer para participar do abaixo-assinado?" É só dizer, fazer um cabeçalho dizendo: "Pela aprovação do PL-58, que recupera os benefícios dos aposentados e pensionistas". Façam esse cabeçalho e peguem o nome da pessoa, assina e bota os respectivos documentos de identidade. Fator previdenciário. A mesma coisa. PL 296 de 2003. O que o é o fator previdenciário? É um instrumento, eu diria quase que um maldito, veio lá de 99, que no ato da aposentadoria do Senhor e da Senhora que está agora trabalhando vai ter um redutor que trabalha com a expectativa de vida do homem de 35% e da mulher de 30%. Se revogarmos o fator previdenciário até o IPEA já está dizendo que ele é maquiavélico demais, porque não garante o princípio da aposentadoria integral, para aquele que contribuiu no longo de sua vida para ter esse direito.

Quando eu digo integral pessoal é até seis, sete salários mínimos, porque ninguém mais na previdência hoje ou no regime geral da previdência ganha mais do que seis, sete salários mínimos. Então o fator previdenciário é a mesma coisa. Pela aprovação da Câmara dos Deputados, do PL-296 que elimina o fator previdenciário. Se encaminharem essas assinaturas e quando eu digo mobilização, pessoal, eu quero ser muito rápido e dizer mobilização para mim é fundamental sempre. Eu tenho orgulho de dizer que eu sou filho do Movimento Sindical e em plena ditadura foi numa mobilização de Canoas a Porto Alegre a pé, por exemplo, com milhares de trabalhadores, são 50 quilômetros que nós conseguimos alguns avanços, frente o quadro que se apresentava na época. Então a

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 754
DOC:

mobilização ela tem que ser sempre. E a mobilização como eu digo sempre, não é contra ninguém é a favor dos trabalhadores, é a favor dos aposentados e pensionistas. Por isso que as Centrais Sindicais, as confederações, jogam um papel fundamental. Repito para vocês, nós no Congresso Nacional por mais que a gente tenha boa vontade. Nós não somos ninguém lá dentro, se não houver uma pressão da sociedade organizada para que efetivamente as propostas de interesse dos trabalhadores sejam aprovadas. A aposentadoria para a dona de casa que está lá, Dr. Clair é uma das articuladoras, só será aprovado se houver a pressão, se houver mobilização. As vezes eu chego a dizer e vou concluir com essa frase, pessoal. Nós temos que entender em qualquer Governo é assim e eu sou do Partido dos Trabalhadores, todo mundo sabe o meu compromisso com o Presidente Lula, mas é em qualquer Governo, se nós não trabalharmos, não caminharmos, não nos mobilizarmos para que os palácios em Brasília seja o da justiça, seja o do legislativo ou do Executivo, sinta, ouça, o rufar dos tambores, o caminhar das sandálias, o andar dos pés descalços, se nós não fizermos isso, se o rufar dos tambores, ou a batida mesmo do pandeiro ou do tamborim não chegar nos palácios. Sabe o que o que vai chegar no palácio? Só o toque do violino, só o som dos pianos e não é que eu não seja apaixonado também e não goste de ouvir um violino ou um piano, mas sabemos que 99 do povo brasileiro, não é chamado para o baile, quando os violinos e os pianos é que estão tocando.

Quando eu digo isso, pessoal, é que eu estou convencido que a mobilização popular pode mudar a história desse país. E ajuda, inclusive, quem está no Governo. Você acha que é bom para o Presidente Lula só ouvir o lado de lá falar? Dando a impressão que o lado de cá está todo ele contente? Não. Ajudar o Governo Lula ou outro Presidente que for, porque aqui no Senado não está se fazendo nenhuma disputa política partidária desse candidato a Presidente, quem estiver no Palácio principal tem que ouvir a voz efetiva dos trabalhadores do movimento. É isso que pode mudar a história, é isso que pode um Presidente, seja ele quer for e no caso do Lula dizer: "Olha, não é bem assim não". Os banqueiros estão dizendo isso, os empresários estão dizendo isso. Mas os milhões de trabalhadores na rua estão dizendo outra coisa e aí nós vamos para a construção do equilíbrio. É nesse sentido que eu falei no exemplo da França na abertura aqui desse trabalho. E é nesse sentido que eu posso com muito orgulho e satisfação dizer para vocês e também com humildade. Não nos deixem só dentro do Congresso Nacional. Nós precisamos de vocês. Somente com a mobilização que vocês podem fazer acontecer é que as coisas podem mudar lá naquela Casa. Um abraço a todos vocês muito carinhoso e respeitoso. Nós acreditamos mais em vocês do que a nossa luta se ela for solitária dentro do Congresso Nacional. Não nos deixem só. Nós precisamos de vocês. Um abraço e muito obrigado a todos. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos aqui por ocasião do encerramento dessa audiência pública, dizer da nossa alegria, reconhecer o sucesso que foi essa audiência aqui em Curitiba, pelo amplo leque que se estabeleceu aqui de debates, de informações e de sugestões que sem dúvida algumas contribuirão para aprimorar e aprofundar essa discussão da sua política permanente de salário mínimo. Nós entendemos que o salário mínimo é um fator de inclusão social, é fator fundamental para o desenvolvimento econômico do país. Sabemos que o nosso país é um país diferenciado e se levarmos em conta que no Sul, temos apenas 20% dos trabalhadores do Sul do país que recebem salário mínimo, enquanto do Nordeste quase

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 755
DOC:

60% da nossa região, sou nordestino, sou de Sergipe, recebem um salário mínimo, no Sul apenas 20% dos trabalhadores que recebem um salário mínimo. Acho que essa discussão foi fundamental. Foi muito importante. Eu acho que nós começamos essa segunda etapa da discussão dessa nossa Comissão com muito sucesso aqui em Curitiba. Evidente que esse sucesso pela participação de todos os Senhores. Muito obrigado a todos e a todas. À imprensa de forma especial, à Dra. Clair. Eu declaro encerrada a nossa primeira audiência pública da Comissão Mista do Salário Mínimo. Muito obrigado. [palmas]

Sessão encerrada às 17h37

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 756
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

2ª Audiência Externa

24/04/2006

Audiência Pública em São Paulo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 757
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

Ata da 2ª Audiência Pública Externa

Realizada em 24/04/2006 – em São Paulo (SP)

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, às quinze horas, no Auditório Franco Montoro, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Alvares Cabral, 201 – Ibirapuera – São Paulo SP, na Presidência do Deputado Walter Barelli e ainda com as presenças do Senador Paulo Paim e do Deputado Vicentinho, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". O Presidente declara abertos os trabalhos da 2ª Audiência Pública Externa e informa que a pauta da presente reunião se destina à promover uma Audiência Pública com entidades do Setor Público e Privado do Estado de São Paulo para colher sugestões sobre a política de salário mínimo do País. Passa então a palavra ao Deputado Vicentinho, e, em seguida, ao Senador Paulo Paim e aos consultores do Senado Federal, Srs. Fernando Meneguin e o Mário Theodoro. Após suas considerações iniciais são convidados para compor as mesas de trabalhos os seguintes representantes de entidades: Roberto Seixas – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho; Gilmar Viana Conceição – Secretaria Municipal do Trabalho de SP; Marcos Roberto Casquel Monti – Presidente da Associação Paulista de Municípios; Damásio Moraes de Sena – Presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais de SP; Paulo Francini – FIESP; Gilson de Lima Garófalo – FECOMÉRCIO; Narciso Figueroa Junior – Federaçao dos Transportes de Carga do Estado de São Paulo; Leny Pereira Santana – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Luiz Carlos Motta – Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado de São Paulo: Jairo José da Silva – Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Mobiliário do Estado de São Paulo; Roberto Santiago – Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação do Estado de SP; Sérgio Ivan Ferreira – Sindicato Nacional dos aposentados da Força Sindical; Wilson Roberto Ribeiro – Sindicato dos Trabalhadores aposentados e pensionistas da CUT; Benedito Marcílio – Confederação Brasileira dos aposentados e pensionistas; Lineu Neves Mazano – Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de SP. Após as explanações dos convidados, o Presidente passa a palavra ao relator, Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a reunião às dezoito horas e vinte minutos e convida os membros para a próxima audiência pública externa no dia oito de maio deste ano, às quatorze horas, em Salvador (BA). E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 758
DOC:

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTERNA DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº. 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS. REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2006, ÀS 15 HORAS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Declaro aberta a 2ª Audiência Pública Extema da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº. 03 de 2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajuste sobre o salário mínimo do País. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se a promover um debate sobre o assunto objeto dessa Comissão, com entidades públicas e privadas do Estado de São Paulo, visando colher sugestões sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País.

A Mesa está composta por mim, Deputado Walter Barelli, estou no exercício da Presidência da Comissão, já que o Presidente não pôde se deslocar para São Paulo, o Senador Paulo Paim é Relator dessa Comissão e o Deputado Vicentinho é membro titular da Comissão de Valorização do Salário Mínimo. Passo a palavra ao Relator da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Companheiro Walter Barelli, Presidente em exercício da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, companheiro Vicentinho de longas jornadas, inclusive, da caminhada também do movimento sindical. Eu estou muito à vontade aqui, porque tanto a Barelli como o Vicentinho foram meus companheiros quando eu iniciei no movimento sindical. Não que eu seja mais jovem que eles, mas caminhamos juntos. O Barelli, sem sombra de dúvida, cumpriu um papel fundamental na questão do DIEESE e o Vicentinho todos vocês também conhecem a sua liderança no movimento sindical.

Quero dizer para vocês da minha alegria de estar aqui em São Paulo. Em primeiro lugar, porque é um momento histórico. Eu estou no Congresso há 20 anos e nunca nós conseguimos, no longo dessas duas décadas, fazer com que fosse instalada uma Comissão Mista de Deputado e Senadores para debater, buscar sugestões e construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Já teve Comissão específica que eu fiz parte, na Câmara e mesmo no Senado, mas é a primeira mista e por isso a sua importância.

E dizer também que essa Comissão hoje, na verdade, é a 13ª reunião. O nosso Presidente Barelli coloca muito bem. É a segunda externa. Nós tivemos em torno de 10 a 11 reuniões em Brasília, onde ouvimos representantes das centrais sindicais, das confederações, muitos aqui presentes, de aposentados, de pensionistas, de empresários, de cientistas políticos, de intelectuais que analisam com profundidade essa questão da distribuição de renda.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 759
DOC:

E dizer também para vocês que a Comissão, entre nós, teve um tipo de pacto. Qual o pacto? Além do salário mínimo, nós estamos tentar construir uma política permanente, também, de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Vocês devem todos saber, e mais do que ninguém, que a defasagem dos benefícios dos aposentados e pensionistas é muito grande. Por isso que em todas as audiências públicas nós temos também ouvido os representantes dos aposentados e também dos pensionistas. E dizer mais para vocês. Nós estamos mais do que convencidos. O melhor instrumento de distribuição de renda do País é o salário mínimo. Que ele é fruto do suor do nosso trabalho, ele é fruto da nossa vida, a nossa caminhada, enfim, é a caminhada do nosso povo, de toda a nossa gente. E, é inadmissível, eu dizia antes aqui para a imprensa e vou repetir agora. O salário mínimo quando ele é criado em 1942 porque embora é 40, ele entrou em vigor mais ou menos em 42, em relação a hoje, o PIB pegando a referência 100, 1942 o PIB cresceu mais de 500%, eu diria que estaria em torno de 525, 530% e o salário mínimo teve uma defasagem, de lá para cá de 75%. Então é inadmissível. O País fica mais rico, mais forte, mais poderoso e os pobres ficam mais pobres.

Tem um outro dado que eu considero também interessante. Se vocês pegarem a maioria dos Países emergentes, o crescimento em matéria de renda *per capita* foi de 60%. O Chile é uma exceção que o chegou a 100%, e o Brasil cresceu em matéria de renda *per capita* nos últimos 25 anos algo em torno de 9%. Então, de fato... e o salário mínimo sempre despencando, não é? Nós vamos ver que o salário mínimo se tivesse tipo reajustes decentes, nós estaríamos num outro padrão de qualidade e em uma outra situação quanto a distribuição de renda.

É por isso tudo que nós estamos aqui. Vamos ouvir os Senhores e as Senhoras, vamos fazer aqui o que chamamos de um bom debate, e podem ter certeza, se depender dessa Mesa do companheiro Barelli, do Vicentinho e desse Relator e de tantos outros Deputados e Senadores que estão com esse compromisso, nós faremos uma grande parceria com a sociedade. Temos discutido com o executivo, temos discutindo com Prefeituras, com Governadores na busca de construir essa política permanente de Recuperação do salário mínimo. Oxalá, a gente consiga votar a redação do projeto que nós vamos construir, todos nós juntos não, é só do Relator eu tenho dito isso, e o debate aqui eu quero deixar muito claro para vocês, em nenhum momento foi calcado no campo de quem é da situação, quem é do campo da oposição. Nós todos estamos aqui com um único objetivo construir efetivamente uma política de recuperação do salário mínimo dos aposentados e pensionistas.

Com essa introdução, eu quero dizer da minha alegria, é muito bom, é muito gostoso está aqui na grande São Paulo fazendo esse debate. Bom evento para todos nós, na certeza que no fim deles vocês vão apontar caminhos para que essa política que era sonho, nós podemos dizer a partir dessa reunião que essa é a realidade. Muito obrigado é bom estar aqui com vocês. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Passar a palavra ao Deputado Vicentinho para uma breve saudação.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Muito boa tarde nosso Presidente e companheiro Walter Barelli, nosso Relator companheiro Paulo Paim. Aos companheiros e

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 760
DOC:

as companheiras aos mais jovens, aos mais idosos, enfim, é os que constroem a luta desse País, sobretudo em defesa do salário mínimo.

Vocês sabem que eu sou Deputado novo, primeiro mandato. Então, eu descobri algumas coisas no debate do salário mínimo que muitas vezes a gente não sabe por aí afora. Eu sempre discordei da tese de que o salário mínimo é um problema para a Previdência Social. Eu acho que a Previdência ela tem que tapar seus buracos. Tem que corrigir um monte de defasagem e outros problemas, combater a corrupção, a sonegação e etc.. A minha surpresa é que quando nós discutimos salário mínimo, vieram um mundo de Prefeitos do País pressionando para que não se pagasse salário mínimo, para que não se reajustasse o salário mínimo. E quando foi este ano, o Presidente da Associação dos Prefeitos que mil Prefeituras não vão poder pagar o salário mínimo de trezentos e cinqüenta reais, resultados das negociações do nosso Governo com as centrais sindicais.

Então, eu falei puxa vida, esse tipo de postura, eu não imaginava que poderia estar acontecendo. Não era nem por parte das empresas, mas isso me deixou um pouco preocupado. Depois é claro, a gente descobriu que tem governadorias por aí afora que nem sequer pagam o salário mínimo. Aí, eu me lembrei que quando eu era Presidente da CUT, Barelli, a gente fazia campanha em defesa do salário mínimo que deveriam ser pagos em determinados lugares.

Essa semana saiu no Jornal Nacional, pessoas recebendo cento e sessenta e cinco reais, com salário base, cento e oitenta, como é que pode. Então, esse é um lado do debate, portanto ouvir esses setores tem sido algo importante para essa Comissão.

Em segundo lugar, dizer que a luta pelo salário mínimo não pode ter empecilho na questão dos reajustes para quem está aposentado. Então, quem ganha mais do que o salário mínimo, não pode ter defasagem no seu reajuste porque a necessidade continua sendo a mesma, como também tenho parceria com o nobre Senador contra o fator previdenciário. Isso apenas para dizer para os Senhores e para as Senhoras e para os companheiros, que efetivamente a Comissão tem se debruçado para construir de maneira responsável, possível, de maneira segura, uma política que seja a melhor não só para o salário mínimo, mas aumentar salário mínimo é aumentar o poder de compra do País, é fortalecer o mercado. Porque afinal de contas quem vive do salário mínimo não vai gastar o dinheiro na Alemanha, agora na copa do mundo, nem em *Los Gatos*, nos Estados Unidos, ele consome é na própria cidade, mesmo, o que é bom para a nossa economia.

É verdade que o reajuste, nós deveríamos reconhecer que foi um dos maiores reajustes dos últimos anos. É verdade também que o resultado de uma negociação sempre tem que ser valorizada, porque a negociação, às vezes, é melhor do que uma decisão individual. Mas é verdade que falta muito para que a gente possa dar um salto de qualidade independente da data base que faça com que efetivamente, entendendo o salário mínimo como um reajuste, aliás, como um investimento, e não como um custo, a gente possa dar um salto de qualidade. Por isso quando a Comissão decidiu, é pena que outros Deputados não estão aqui presentes, a gente sabe que a Audiência Pública nos Estados, nem todo mundo pode vir, mas é muito bom ouvir dos Senhores qual é o melhor caminho, porque a responsabilidade nossa é muito grande e nós não queremos frustrar as expectativas de ninguém com a discussão de que o resultado saía através das grandes audiências que já ocorreram, muitas propostas importantes - me falaram que a FIESP vai

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 761
DOC:

estar aqui, eu espero que esteja, porque com toda a sinceridade dos grupos que participaram em Brasília, as centrais sindicais, os técnicos, o DIEESE, outros técnicos fizeram propostas concretas. Os empresários não fizeram propostas concretas ainda, e é muito importante que eles também se apresentem. Apresentem as idéias para juntos chegarmos a um entendimento.

Boa audiência e que a gente saia daqui com uma bela contribuição para essa proposta nacional. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Só para dizer como os trabalhos vão se desenvolver. Primeiro, escusas pelo atraso. Foi involuntário, Senador Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O culpado fui eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ele não, o vôo dele estava previsto para chegar às 10h15, ele chegou quase 2 horas no aeroporto. Isso fez com que nós atrasássemos.

Nós vamos ter agora apresentado pelo Senador Paulo Paim, como foram os depoimentos feitos até agora em Brasília, depois teremos quatro Mesas, uma Mesa de representantes que nós vamos chamar de Governo, outra das classes empresariais, outras dos sindicatos e outras dos aposentados. Cada participante terá 10 minutos para expor o seu pensamento. Mas, passo a palavra, então para o Paim para contar a nossa história até agora.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De forma muito rápida eu vou me socorrer aqui, como fiz em Curitiba, de dois Assessores da Comissão que é o Fernando Meneguin e o Mário Theodoro, eles usando transparência, estou certo? Eles vão dar um resumo do que foi o trabalho até o momento, e daí, para frente vamos para o debate. Nós aqui já expusemos a nossa visão da importância desse momento histórico. Está com a palavra o Fernando Meneguin, e o Mário Teodoro.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Obrigado Senador. Um rápido resumo de todos os trabalhos que foram realizados em Brasília e em Curitiba.

O objetivo, conforme os Srs. Parlamentares já disseram da Comissão é estudar, debater e propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo. E por decisão também dos Srs. Parlamentares agregou-se a temática Comissão à questão dos benefícios dos aposentados e pensionistas por ser assunto extremamente relacionado.

Foram realizadas diversas audiências, entre elas ouvimos o Ministro do Trabalho e Emprego, representantes das entidades sindicais, representantes das entidades patronais, representantes dos aposentados e pensionistas, representantes dos Municípios brasileiros e pesquisadores e professores relacionados ao tema. E já foi realizada uma audiência regional em Curitiba, agora é a segunda em São Paulo. Alguns diagnósticos básicos foram traçados. Primeiro, o Brasil é um País extremamente desigual, e o salário mínimo pode e deve ser um instrumento eficaz na redução dessa desigualdade.

SR. MÁRIO THEODORO: A idéia é que... Boa tarde. É de que basear a política social em termo de programa de transferência de renda não é talvez a melhor opção de redistribuição da renda. Na medida em que os problemas de transferência de renda

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 762
DOC:

engessam a população, direcionam sobre a população pobre e engessam essa distribuição existente. Os pobres para continuar recebendo os programas têm que sempre apresentar como pobres, e aí engessa-se uma distribuição, enquanto que no salário mínimo, enquanto que no salário mínimo isso acontece ao contrário. Porque na verdade diminuiu, a tendência é um aumento do salário mínimo, reduzir a disparidade de renda entre as camadas da população.

SR. FERNANDO MENEGUIN: A gente viu também, foi debatido está em vários estudos, que o salário mínimo influencia direta ou indiretamente toda a economia, mesmo os segmentos informais. É o que a gente chama de "Efeito Farol". A economia informal também é balizada pelo salário mínimo fixado pelo Governo e por isso ele se torna uma peça fundamental numa política de valorização do trabalho.

SR. MÁRIO THEODORO: Alguns estudos mostram que grande parte dos autônomos que prestam serviço no setor informal, balizam o seu serviço pelo valor do salário mínimo. Então, o aumento do salário mínimo normalmente acarreta aumento também nesse serviço, uma espécie de "Efeito Farol". O efeito se baliza pelo valor do salário mínimo daí a importância do salário mínimo não só pelo seu efeito direto, mas também o seu efeito indireto para o setor informal.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Bom, o que a gente vê atualmente é que o salário mínimo fica a mercê da conjuntura política econômica vigente. O Governo dependendo do ano, que esse ano é eleitoral, dependendo das finanças públicas, decide dar um aumento maior, ou menor, e esse é o objetivo da Comissão. Evitar isso. Traçar em regra permanente para que não fique essa discussão anual.

Alem disso, mostrou-se que vem acontecendo uma queda do salário médio. Os rendimentos do trabalho vêm diminuindo ao passar dos anos, havendo uma concentração dos salários próxima do mínimo. Hoje, um grande contingente de trabalhadores ganham apenas o salário mínimo. E daí igualmente o número de benefícios da Previdência também que vem sendo achatados e vão ficando próximo do valor do piso nacional. Novamente renova a importância de se estudar o salário mínimo que recomponha o seu poder de comprar.

SR. MÁRIO THEODORO: Alguns estudos, inclusive, têm identificado um fenômeno de que os trabalhadores com maiores salários têm sido substituídos sistematicamente pelos trabalhadores com menores salários, de forma que o grosso do salário, hoje, ele está se concentrando cada vez mais próximo do salário mínimo. Tem havido, na última década, um achatamento do valor da renda do trabalho em função dessa demissão dos maiores salários e admissão de trabalhadores com menores salários pelo mesmo tipo de função.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Na área rural é muito grande o efeito da dinamização na economia local decorrente do aumento do salário mínimo. Ou seja, os Municípios mais pobres, as áreas mais pobres do nordeste, o aumento no mínimo, aquece toda a economia local. Reforçando aí, a necessidade de vincular o benefício Previdenciário ao piso nacional, porque em grande parte desses Municípios mais pobres é a Previdência que faz com que a economia local seja aquecida.

SR. MÁRIO THEODORO: Inclusive, um estudo do IPEA que mostra que o impacto da Previdência Social rural nas cidades do interior do nordeste, foi uma coisa fora do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 763
DOC:

comum. A dinamização que houve a partir do pagamento desses benefícios foi uma coisa inusitada naquela cidade. Então, houve um grande aumento da renda, aumento do consumo, a partir desses benefícios pagos. A Previdência rural que tem se estendido a partir dos anos 90.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Uma das dificuldades que se coloca para aumentar o mínimo, sempre falam muito da Previdência, só que é fácil verificar nas finanças públicas. A Previdência é parte da Seguridade Social e a Seguridade Social é superavitária, tanto que a União usa desvinculação dos recursos da União – ADRU, e retira em torno de 30% das Receitas da Seguridade Social. Então, em esse argumento não procede.

Por fim, a Comissão tem em mente que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores deve ocorrer por meio da valorização do salário mínimo, mas também por meio de acesso universalizado a bens públicos de qualidade. Aí vem a educação, saúde, transporte, e a gente frisa aqui muito o papel da educação. A educação tem o poder de aumentar produtividade dos trabalhadores. Se os trabalhadores estão com melhor produtividade, eles podem lutar por melhores salários. Aí vem o efeito importante da educação.

SR. MÁRIO THEODORO: Com relação aos resumos dos trabalhos da Comissão, a gente tem algumas propostas que foram elencadas como as mais citadas no decorrer dessas onze ou doze audiências. Primeira delas, estabelecer uma sistemática de aumento que leva em conta a evolução do PIB e da produtividade no aumento do salário mínimo.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Elaborar políticas públicas, para incentivar a formalização dos trabalhadores e isso é importante, primeiro, porque você dá proteção social ao trabalhador se ele estiver vinculado, se ele for formalizado e estiver vinculado à Previdência Social, e também porque aumenta a arrecadação da Previdência Social.

SR. MÁRIO THEODORO: Em seguida, a proposta de criar um fundo federal para ajudar os Municípios que extrapolem o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, em virtude de aumento do salário mínimo.

A gente percebe que grande parte dos Municípios, principalmente os Municípios mais pobres, eles têm reclamado que o salário mínimo de fato pode ser um problema para as finanças dos Estados, tendo em vista, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

SR. FERNANDO MENEGUIN: Vislumbrar o salário mínimo no âmbito de uma política de renda de cidadania, tendo em mente que o piso nacional é um aliado no fortalecimento do mercado interno. Ou seja, parar de ver o salário mínimo como um problema, o salário mínimo é uma solução. Dependendo de você calibrar esse valor, você vai ter um efeito positivo na economia.

SR. MÁRIO THEODORO: Outra proposta é reajustar os benefícios Previdenciários com o mesmo percentual de aumento do salário mínimo. É uma reivindicação dos aposentados e foi incorporado como uma das principais propostas a serem trabalhadas pela Comissão.

SR. FERNANDO MENEGUIN: E por fim, que há novas formas de financiamento da Previdência Social. Uma proposta que vem sendo muito debatida é a diminuição das contribuições sobre as folhas de pagamento, e o aumento das que incidem sobre o faturamento, porque daí você pode transferir o ônus tributário para as empresas intensivas

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 764
DOC:

do capital, já que elas pagam hoje... porque a folha de pagamentos dela é pequena. Então, tentar fazer uma modificação nesse desenho tributário e aumentar o financiamento da Previdência Social. É isso, Sr. Presidente.

SR. MÁRIO THEODORO: Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Então vamos passar rapidamente para a primeira Mesa. Vou ler os nomes, chamando aqui, tomando assento, cada um dos representantes vai ter 10 minutos para expor o seu pensamento.

Dr. Roberto Seixas que é Secretário em exercício da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo. [palmas]. Dr. Gilmar Viana Conceição que é Secretário Municipal do Trabalho de São Paulo. [palmas] Marcos Roberto Casquel Monti que é Presidente da Associação Paulista dos Municípios. [palmas]. Damásio Morais de Senna que é da Federação dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo. [palmas].

Bem, então a idéia é cada depoente usar o espaço aproximado de 10 minutos para colocar as posições do órgão que representa. Pela ordem, o Dr. Roberto Seixas.

SR. ROBERTO SEIXAS: Do Sr. Deputado Walter Barelli, consagrado Secretário do Trabalho do Estado de São Paulo pelos relevantes serviços prestados a nosso Estado, nossa saudação. Nossa saudação ao Senador Paulo Paim, nossa saudação ao Deputado Vicentinho, Senhoras e Senhores.

Buscamos abordar resumidamente alguns aspectos que entendemos de importância e o fazemos com brevíssimo apanhado histórico da questão, conceito e a aplicabilidade do salário mínimo.

No Brasil o salário mínimo foi instituído em 1° de maio de 1940, passando a vigorar em 1° de junho do mesmo ano. Hoje, é um sexagenário, como eu. Na época o Governo Federal definiu 14 regiões geográficas, com 14 níveis diferenciados de salários mínimos, ou seja, um valor de salário mínimo para cada região. Essa definição inicial foi baseado em uma pesquisa elaborada em caráter nacional, aferidas menores remunerações, mais freqüentes praticadas em cada região. No decorrer de todo esse período, de mais de 60 anos as políticas em relação ao salário mínimo, sofreram distintas fases, sendo que essas corresponderam grosso modo, a distintas fases, também, da própria trajetória da economia brasileira. A partir de 1984, salário mínimo passou a ter um único valor em todo o território nacional. Historicamente, exceto nos anos de 2000 a 2003 e agora em 2006, que passou a vigorar a partir do mês de abril. O valor do novo salário mínimo tem sido anunciado no 1° primeiro de maio, de cada ano, data consagrada internacionalmente para comemoração do Dia Internacional do Trabalho.

O debate político e econômico brasileiro, ano após ano, passa pela discussão sobre as possibilidades e dificuldades de recuperação real do valor do salário mínimo. Nos Países mais desenvolvidos, foi um importante instrumento de dinamização de seus mercados na medida em que implantaram políticas específicas de valorização do salário mínimo, com significativa diminuição da exclusão social, através do aumento da renda real das famílias de menor poder aquisitivo. Normalmente excluída do mercado. Nesses Países, a política de salário mínimo, passa a fazer parte do conjunto das políticas sociais.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 765
DOC:

tais como, o seguro desemprego, a garantia de renda mínima e alguma proteção aos desocupados vivendo abaixo da linha da pobreza.

No entanto, é bom que seja dito que consideramos o crescimento econômico sustentável a principal arma para que a política de valorização do salário mínimo possa ter uma perspectiva de longo prazo, uma vez que está a garantia que a estrutura de produção suporte aumentos periódicos do salário mínimo, e porque não dizer das remunerações em geral. No entanto, esta não é uma condição suficiente que, a exemplo do que ocorreu no Brasil, corrobora essa nossa afirmação.

No período entre 1940 e 2006, enquanto o conjunto de bens e serviço produzidos internamente por habitantes, mais conhecido como Produto Interno Bruto, o PIB per capita cresceu cerca de cinco vezes, o salário mínimo real diminuiu consideravelmente, passando a valer aproximadamente um terço do seu valor de 1940.

A tendência dos mercados de trabalho tem sido de reduzir o peso dos salários na renda nacional. Tendo em vista esta realidade, é necessária a intervenção governamental no sentido de proteger os menos favorecidos socialmente e menos qualificados profissionalmente, adotando políticas que lhes garantam condições mínimas de sobrevivência, para si próprio e para suas família.

Assim, consideramos que o desenvolvimento sustentável no Brasil, deve levar em consideração a necessidade de incorporação de maiores contingentes de pessoas atualmente excluídas do mercado. Segundo algumas análises, considera-se quase impossível corrigir a perversa substituição de renda que hoje situa o Brasil no rol dos Países de distribuição de renda mais desigual, a não ser que se considera política de valorização do salário mínimo como instrumento mais eficaz para a superação dessa situação adversa.

Consideramos que o salário mínimo é fundamental para uma parcela considerável da nossa população, cujos rendimentos estão diretamente ou indiretamente ligados ao seu valor. Segundo os dados divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e a RAIS referente a 2003, dos 69 milhões de ocupados, nesse período, aproximadamente 32% do total ganhava até um salário mínimo. Ou seja, cerca de 22 milhões de trabalhadores.

Essa proporção quase dobra se considerarmos os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, ou seja, aproximadamente 43 milhões de trabalhadores. Cálculos realizados para o ano de 2005 indicam que o salário mínimo deve ser injetado cerca de treze e meio bilhões de reais na economia, correspondendo a uma arrecadação tributária adicional de cerca de três milhões de reais, números que eventualmente deverão se repetir em relação ao novo salário mínimo 2006.

Segundo algumas estimativas com os dados da RAIS de 2003, o percentual da folha de salários, comprometidas com Servidores Públicos, que recebem até um salário mínimo, é bastante reduzido em relação aos Servidores estaduais.

Dentre os 26 Estados e o Distrito Federal em 12 essa participação é inferior a 0,1%. Em apenas seis Estados, a participação dos Servidores na faixa de remuneração de menos de um salário mínimo, varia de 1 a 5%.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 766
DOC:

Na média nacional, o número de Servidores Públicos que recebem até um salário mínimo corresponde a 0,55% da folha total de salários dos Estados e do Distrito Federal. No Estado de São Paulo, consideramos o salário um importante instrumento de distribuição de renda e o salário mínimo o mais importante deles, uma vez que o crescimento da renda das famílias de baixo poder aquisitivo tem um impacto imediato sobre o nível da atividade econômica, através dos efeitos oriundos do aumento do consumo e conseqüentemente de seus multiplicadores em vários segmentos da atividade econômica, principalmente a partir daqueles setores que produzem bens de consumo imediato. O alimento, vestuários, os chamados bens de salário. Mas não só os efeitos de uma política de valorização do salário mínimo também se farão sentir através da redução dos gastos públicos com assistência médica como resultado da redução das doenças carenciais, como, por exemplo, a desnutrição infantil e outros males oriundos do baixo consumo de alimentos e das precárias condições de higiene.

No Estado de São Paulo, a menor remuneração dos Servidores do Estado atualmente se aproxima do valor de dois salários mínimos, com uma jornada de trabalho de 40 horas, quinhentos e dez reais, e uma jornada de trabalho de 30 horas, trezentos e oitenta e dois reais. Não consideramos esse valor ideal, uma vez que acompanhando o salário mínimo historicamente ainda está longe de ser o valor correspondente a 1940, em termos reais.

No entanto, estamos abertos a disposto a participar do debate, enfocando essa importante questão que envolve uma boa parcela da nossa população.

Para finalizar, consideramos que o enfrentamento da questão da profunda desigualdade na distribuição de renda, passa por uma visão clara de que é necessária uma política econômica centrada, na retomada do desenvolvimento econômico ou particular preocupação com o setor produtivo e com o combate das desigualdades sociais. Sem a pretensão de tecer crítica, mas a título de esclarecimento declaramo-nos surpreendidos com o posicionamento de poucos Prefeitos, que por ocasião no último reajuste salarial se manifestaram sobre a alegação de que tal medida viria a detonar os cofres públicos.

Ora, todo o reajuste que beneficia o trabalhador, principalmente o salarial, vem em forma de cascata. Todo o valor disponibilizado retorna aos cofres públicos por meio de impostos e taxas. É o consumo equilibrando a receita e despesa. Por fim não é o assalariado que aplica o seu recurso no exterior. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado Dr. Roberto Seixas. Vamos ouvir agora o Secretário Municipal de Trabalho de São Paulo Gilmar Viana Conceição.

SR. GILMAR VIANA CONCEIÇÃO: Boa tarde a todos, Deputado Walter Barelli, Presidente em exercício da Comissão... Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu ia pedir... Está no Plenário o Senador Eduardo Suplicy. Por favor.

[palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 767
DOC:

SR. GILMAR VIANA CONCEIÇÃO: Deputado Walter Barelli Presidente em exercício da Comissão, Senador Paulo Paim, Relator. Meu amigo o Deputado Vicentinho, Senador Suplicy os demais membros da Mesa, o Dr. Seixas... Vamos falar sobre a questão, a problemática do salário mínimo condicionando a problemática metropolitana, que eu acho que isso que é importante.

Estamos aqui na cidade de São Paulo e vamos qualificar essa discussão sobre o salário mínimo a partir de uma realidade municipal que é a cidade de São Paulo, uma cidade de 11 milhões de habitantes. Uma cidade que foi formada econômica e demograficamente a partir de uma base industrial. Essa base industrial construída na primeira imediato do século passado. A indústria que absorveu mão-de-obra, inclusive, desqualificada no início de sua formação, uma indústria que propiciou a expansão da massa salarial imensa, a partir do seu próprio crescimento, e que pegou situação privilegiadas nos períodos de guerras entre-guerras e também aqui num período de fechamento de mercado brasileiro, onde a indústria havia benefícios fiscais, havia benefícios de ordem tantária, enfim... Isso propiciou a expansão da indústria aqui da cidade de São Paulo e propiciou a absolvição de uma mão-de-obra, como eu disse advinda do meio rural, advinda do campo ou semiqualificada.

Pois bem, a cidade de São Paulo vem pagando um preço muito alto por essa migração. A gente sempre comenta, uma frase até mesmo de efeito, que São Paulo teve uma industrialização tardia a exemplo do que ocorreu no Brasil, São Paulo também apresenta uma desconcentração industrial precoce, e essa desconcentração começou no final da década de 70, o que possibilitou hoje ter um quadro de apenas que em torno de 15 a 16% de todo o pessoal ocupado da cidade de São Paulo está na indústria de transformação. Os outros 80% está no setor de indústria e de comércio. Isso impacta, inclusive, com relação ao ganhos, com relação a renda. Mas, uma coisa preocupante que eu acho que vale a pena assinalar, é que na última PNAD constatou-se o seguinte: Que mais de 45% da população paulistana o PEA, População Economicamente Ativa não possui o ensino fundamental. Ora, se o ensino é fundamental, esses 45... nós vamos gerar emprego para quem? Que tipo de emprego nós vamos gerar para essa massa de trabalhadores que não tem a qualificação desejada, num mercado cada vez mais restritivo e afunilado? Eu estou dizendo mais de 45% não possui ensino fundamental dentro da cidade de São Paulo.

Tem regiões aqui na cidade de São Paulo que jovens de 16 a 19 anos, quase que 60% estão fora da escola. Regiões como Parelheiros, Campo Limpo Paulista, M'Boi Mirim, Cidade Tiradentes, Guainases, Lajeado. Esses jovens estão fora da escola. Discutir salário mínimo tem que... a discussão do salário mínimo tem que vir como foi colocada aqui pelo Relator, acompanhado de uma discussão muito séria e mobilizadora, um esforço que nós não podemos perder esse sentido de urgência, um esforço pela educação nesse País. Não dá para discutir salário mínimo sem discutir educação. É uma coisa está relacionada a outra. Porque se a ONU colocou que existem desafios no milênio a problemática hoje é metropolitana. O aumento, o fenômeno do aumento da pobreza está localizado muito nas regiões metropolitanas. Região metropolitana de Sao Paulo, Rio de Janeiro e Campinas na década de 90 andaram para trás. Em detrimento do País, os números e o crescimento da pobreza nessas regiões foi positivo em detrimento do restante do País. Então, o problema é metropolitano, sim, os grandes problemas.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 768
DOC:

E outra coisa, um dado que surpreende, considera-se o extrato pobre da população aqui paulistana, algo em torno de três milhões de pessoas. É praticamente uma Recife de pobres. E todos com esse perfil de baixa qualidade, morando em locais com alta privação social, falta de equipamentos públicos, falta de políticas públicas, como foi apontada aqui pela Comissão.

Então, você tem que... Dessa massa que representa quase que 30% da população, desta massa, 60% ganham até três salários mínimos. Essa massa de três milhões, mais de 60% ganham até três salários mínimos. Essa população que anda a pé, que vai para o trabalho, mas não vai de ônibus. Aliás, o ônibus nem chega, às vezes, na casa dele, vai a pé. Desse contingente, mais ou menos 80%, não concluíram o ensino fundamental. Esse é um dado acachapante. Quer dizer, nós temos indicadores, temos aqui uma divisão, uma segregação espacial muito clara na cidade de São Paulo. Nós sabemos onde moram essas pessoas, onde moram, onde vivem... Pelo setor, se citarem, você é capaz de identificar isso muito claramente.

Agora, eu vou colocar um outro dilema aqui, Deputado, que o IPEA divulgou uma pesquisa muito esclarecedora nesse campo, dizendo que houve diminuições das desigualdades sociais, sim, e também aqui na região metropolitana, mas a diminuição ocorreu em função do mercado de trabalho e não pelos Programas de Transferência de Renda. E aí eu chamo a atenção por um problema, problema não, eu acho que uma constatação muito clara. Aumento de salário mínimo apenas por maior que seja e Programas de Transferência de Renda, não impacta na questão da desigualdade social em regiões metropolitanas, se não vier acompanhada de uma campanha massiva muita clara de melhoraria na qualidade da educação. Um ganho, dois ou três anos de escolaridade aqui na cidade de São Paulo, impacta mais na renda do que aumento de salário mínimo. Isso é importante destacar.

Então, os Programas de Transferência de Renda são importantes, a exemplo da Renda Mínima, Senador Suplicy é um dos defensores é importante, sim, mas não suficiente. E o salário mínimo tem que vir acompanhado de um grande programa de educação. A escolaridade é absolutamente e é uma coisa preocupante. O salário mínimo quando se discute Programas de Transferência de Renda e salário mínimo sempre a gente impacta com a questão do ambiente fiscal restritivo. Que os Municípios, como foi apontado aqui, são obrigados a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pois bem, Programa de Transferência de Renda não são vinculados anualmente ao aumento do salário mínimo, assim como as aposentadorias e pensões. Então, o problema de salário mínimo e região metropolitana, a nossa opinião de Secretaria Municipal do Trabalho tem que vir acompanhado de um forte programa de ganhos de escolaridades para o PEA, para a População Economicamente Ativa, senão o efeito surte muito pouco.

Eu fico imaginando a pessoa lá de Guainases. Barelli. que está mais ou menos a 40 quilômetros de distância aqui do centro, o que é que representa um salário mínimo de trezentos a trezentos e cinqüenta? Que é um ganho formidável, um ganho real extraordinário, uma conquista, mas para uma população que mora a 40 quilômetros do centro, quem vem buscar emprego aqui, que vem procurar emprego aqui, impacta muito pouco. Serve evidentemente como uma referência importante. Essas pessoas que ganham até três salários mínimos, primeiro elas têm que... Eu acho que é um trabalho que a Comissão tanto faz... Ouvi aquele resumo achei extraordinário aquele resumo. Eu acho

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 769
DOC:

que a Comissão tem também que puxar essa discussão da mobilização. Nós não podemos perder esse sentido de urgência de mobilização pela educação por ganhos de escolaridade, insisto, por essa massa de trabalhadores que estão nas franjas das metrópoles, com o crescimento demográfico de 10, 15% ao ano, com gravidez precoce, com violência aumentando com evasão escolar. Essas pessoas que talvez o salário mínimo sirva de referência tem que estar, além de ter os ganhos do salário mínimo, tem que vir acompanhado com a questão de ganhos de escolaridade em seu currículo para que melhore e acentue os ganhos através do seu emprego, através do seu trabalho. Eu acho que é isso aí. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado Secretário Gilmar Viana Conceição do Município de São Paulo vamos ouvir agora o Presidente da Associação Paulista de Municípios Marcos Roberto Casquel Monti.

SR. MARCOS ROBERTO CASQUEL MONTI: Eu quero cumprimentar o Presidente em exercício dessa Comissão Especial que debate do salário mínimo, o Deputado Barelli, o Relator da Comissão, o Senador Paulo Paim, Deputado Vicentinho membro dessa Comissão. Cumprimentar também o Senador de São Paulo o Eduardo Suplicy. Os companheiros de debate, o Secretário Roberto Seixas, Gilmar Conceição respectivamente Secretário Estadual e Secretário Municipal do Trabalho aqui do nosso Estado, o Damásio, Presidente da Federação dos Funcionários Públicos Municipais do Estado de São Paulo. Enfim, como Presidente da Associação Paulista de Municípios, eu posso dizer que no Estado de São Paulo, nos Municípios de São Paulo o aumento do salário mínimo, pelo menos esse aumento que foi o último que elevou a trezentos e cinqüenta reais o salário mínimo, não foi muito impactante. Isso porque os Municípios do Estado de São Paulo e não só do Estado de São Paulo, mas da região sul, sudeste, eles têm alguns diferenciais para com o resto do País.

Aqui no Estado de São Paulo, eu diria que a principal transferência constitucional, hoje, é o ICMS dada a força econômica do nosso Estado. O que já não ocorre em outros Estados da Federação onde a principal arrecadação é a transferência do Fundo de Participação dos Municípios. Mas eu escutando a todos aqui que me antecederam, eu julgo de suma importância, essa Comissão ser montada, essa Comissão estar debatendo esse assunto que realmente mexe com a vida do cidadão brasileiro. Eu ouvi muito bem quando o Deputado Vicentinho colocava o posicionamento, acredito que seja do Paulo Ziulkoski, que é o Presidente da Federação Nacional dos Municípios, da sua preocupação com 20% dos Municípios brasileiros, que nós temos hoje 5.562 Municípios. E em torno de mil Municípios estavam preocupados com esse aumento do salário mínimo. Mas eu tenho certeza, Deputado Vicentinho, da preocupação do Paulo Ziulkoski, quando fez essa colocação da preocupação com relação a mil Municípios que não iam conseguir cumprir com esse aumento, não é por ser contra o aumento do salário mínimo. É importante que a gente coloque isso, porque eu tenho certeza que todo gestor público, todo o Prefeito, a Câmara de Vereadores, enfim, todos os entes políticos que vivem diretamente em contato com a população não são contra o aumento do salário mínimo.

Eu acho que a preocupação colocada por alguns Municípios, e principalmente a gente sabe que esses Municípios estão na região norte, nordeste do nosso País, a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 270
DOC:

preocupação é com relação ao cumprimento das leis que nós temos hoje no nosso País. Principalmente, como foi colocado aqui com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. O Deputado também colocou sabiamente, que não são só os Municípios que atravessam esse problema, alguns Estados da Federação também não pagam o salário mínimo. Mas é difícil a gente ver um Governador ser preso, porque realmente o Prefeito, ele sempre é mais visado, sempre é mais fiscalizado e eu acho que a preocupação do Movimento Municipalista com esses Municípios é no sentido de que se o Prefeito não cumprir a risca a Lei de Responsabilidade Fiscal, se ele não aplicar direitinho 25% na educação, 15% na Saúde e manter até em 54% da arrecadação com gasto do pessoal, ele pode ser penalizado e muito penalizado, então eu acho que essa é a preocupação. Mas a tese da defesa do salário mínimo é muito importante.

Realmente, eu vi as sugestões colocadas nessas audiências públicas, analisando do pouco que vi tenho certeza que essa Comissão está realmente no caminho certo, ouvindo a todos os setores e quero também fazer parte no que me for colocado na ajuda dessa Comissão para realmente que a gente tenha a valorização do salário mínimo, porque, como foi dito aqui também, valorizando o salário mínimo nós vamos valorizar a economia dentro do nosso País, e conseqüentemente se nós valorizamos o salário mínimo a renda vai aumentar, o comércio vai vender mais e os poderes públicos estarão arrecadando mais conseqüentemente. Então, realmente parabéns a essa Comissão por estar levando a todos os Estados esse debate. E me coloco mais uma vez aqui à disposição para levantar junto essa bandeira em defesa do salário mínimo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vamos ouvir agora... Obrigado ao Presidente da APM, Marcos Roberto Casquel Monti, vamos ouvir o Presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais, Damásio Morais de Sena.

SR. DAMÁSIO MORAIS DE SENA: Quero primeiramente cumprimentar o Deputado Walter Barelli, Presidente Interino da Comissão, o Senador Paulo Paim, Deputado Federal Vicentinho, os demais debatedores da Mesa, e Senador de São Paulo Suplicy e os demais sindicalistas presentes. Uma boa tarde a todos.

Não são muitas as oportunidades que temos em discutir a situação do Servidor Público Municipal. Nós representantes dos Servidores e da federação, funcionários públicos municipais, visitamos alguns colegas nas mais de 600 cidades do Estado de São Paulo e constatamos que os salários e as condições de trabalho ainda estão muito aquém do necessário. É comum existir cidades onde o salário base ainda é menor do que um salário mínimo. Algo proibido pela Constituição Federal, mas as negociatas continuam e os legisladores municipais, aprovam benefícios, prêmios, gratificações para diminuir o problema e assim alcançar o pagamento relativo a um salário mínimo mensal. Ou seja, um salário de miséria para camuflar a real situação dos Servidores.

O servidor público é alguém que foi promovido ao seu cargo por conta de um concurso público onde disputou e obteve reconhecida a sua qualidade como profissional. Mas o que se verifica é um tratamento de respeito.

Novas leis são criadas como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o servidor já castigado pelos baixos salários é obrigado a escutar a cada negociação entre sindicatos e Prefeituras que o aumento do salário pode contrariar famigerada lei. O

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS. 771
DOC:

discurso muda quando a lei é utilizada para frear as nomeações de parentes de políticos ou apadrinhamento nas Prefeituras. A mesma Lei também é ineficiente quando os gastos dos Prefeitos ultrapassam os limites e são realizadas contratações sem licitações. O que vale para Zé não valo para José, por quê?

Ainda lembrando da Lei de Responsabilidade Fiscal é responsável deixar o servidor público e suas famílias passando necessidade? Outros elementos decisivos no baixo salário do servidor é o alto número do funcionário comissionado que existe na maioria das Prefeituras. É bom lembrar para isso que a Lei não pode dar limite.

É bom que seja ressaltado que não somos contra a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que ela seja aplicada para punir quem infringe os critérios do Governo e não para punir o trabalhador que tem o baixo salário e tem como o defensor, exclusivamente, as entidades sindicais.

O plano de recuperação do salário mínimo que é só para inglês ver, não atende a necessidade dos funcionários públicos. Ainda assim se houvesse uma maior distribuição de riqueza no nosso País, certamente funcionários públicos seriam beneficiados. Também é importante que seja repensada a distribuição dos impostos entre governos federais, estadual e municipal. E não é possível que continuemos no Estado de São Paulo fingindo que estamos felizes com a distribuição de impostos que exige muito de nós, mas não nos beneficia na mesma proporção. Mas não falamos em esmola. Não falamos e não aceitamos isso.

Por isso o problema dos funcionários públicos municipais não está restrito a esfera local. É preciso que o Governo do Estado proponha soluções e que o Governo Federal coloque o País nos eixos do crescimento econômico para podermos dividir os frutos da nossa nação entre os trabalhadores. É hora do Governo Federal, falo do Presidente Lula honrar o cargo e fazer o que deve ser feito. O Brasil tem que ser repassado a limpo. Não temos tempo a perder com as armadilhas contra a população. O povo não está em condições de aceitar um Presidente que ignora tudo o que está a sua volta. Ele não sabe de nada e ainda culpa as más companhias.

A pizzaria montada em Brasília esconde muito mais do que a absolvição, e alguns políticos escondem a roubalheira generalizada que o País está. E é nesse universo que o salário dos colegas, funcionários públicos, é desperdiçado.

Trabalhamos e criamos, construímos, arrecadamos e temos todo o conteúdo do nosso exposto desviado para pagamento da corrupção. A tarefa de apresentar as soluções não é exatamente a nossa, mas temos em mente que podemos contribuir com sugestões. Nesse caso, a limitação, ou mesmo o fim dos cargos comissionados nas Prefeituras e a criação de fundo nacional para a recuperação do salário mínimo dos Servidores. A redistribuição de impostos, com a ampliação de verba aos Municípios, aplicação da Constituição garantindo o salário base de um salário mínimo, e por fim uma investida séria contra a corrupção.

Companheiros aqui, Walter Barelli e demais integrantes da Mesa, nós Servidores Públicos temos no Estado de São Paulo, casos e mais casos, e nós nos deparamos com muitas dificuldades contra as entidades, até por conta de negociação. Os Prefeitos, por exemplo, cada Município é uma realidade. Hoje, o Estado de São Paulo está pipocando greve por tudo quanto que é lado, por conta do aumento do salário mínimo e por as...

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 772
DOC:

negociações nos Municípios que os Prefeitos alegam não poder atender por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nós representando aqui temos vários sindicalistas, Servidor Público Municipal e tem as mesmas dificuldades dos seus Municípios quanto os demais.

Então, Deputado Walter Barelli, que nunca negou nos atender, Senador Paulo Paim já tivemos em Brasília e em outros movimentos no Estado, o Vicentinho que é sindicalista de grande experiência, sabe que a realidade nos Municípios não é bem fácil assim.

Eu quero deixar o meu agradecimento ao Walter Barelli, a toda a Mesa, Senador Suplicy. E muito obrigado a todos que vieram prestigiar a nossa participação.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Quero agradecer ao Presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais, Damásio Morais de Sena e dessa maneira nós vamos desfazer essa primeira Mesa chamando agora a segunda, que são as entidades patronais. Quero chamar o Dr. Paulo Francine Diretor do Departamento de Competitividade de Economia, que representa a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): O Dr. Gilson de Lima Garófalo, Economista da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Narciso Figuerôa Júnior, Assessor Jurídico da Federação de Transportes de Carga, do Estado de São Paulo. E representante do Dr. Fábio da Salles Meirelles, Lenir Pereira Santana Diretor da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. Bem, vamos sentar. Eu queria informar que cada um dos depoentes tem 10 minutos para colocar a posição de sua entidade. Os que trouxeram elementos, documentos por escrito, por favor, deixem com o nosso Relator, Senador Paulo Paim, para engrossar os nossos trabalhos e serem levados em consideração. Essa Sessao esta sendo gravada tanto pela TV Assembléia quanto pela TV Senado e esses trabalhos vão ser exibidos várias vezes na programação das duas TVs legislativas. Então, pela ordem, Paulo Francine da Federação da Indústria do Estado de São Paulo.

SR. PAULO FRANCINE: Boa tarde vocês, boa tarde em conjunto para a Mesa, eu revejo aqui alguns companheiros de algum tempo atrás... Barelli, faz uns 20 anos, não é Barelli? Eduardo faz idem, Vicentinho que não está na Mesa agora, também. Afinal, me sinto pelo menos em termos da Mesa, em casa. Eu, na verdade nem vou gastar eventualmente os 10 minutos, Barelli, e tentando colocar a questão do salário mínimo um pouco dentro da visão da indústria, já que eu represento aqui a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

A situação para dar para vocês um pouco a idéia é mais ou menos a seguinte: A questão de 10 anos atrás, ou seja, em 94, os trabalhadores que recebiam até um e meio salário mínimo pagos pela indústria do Estado de São Paulo, representavam 2,5%, enquanto que esse percentual... Eu vou antes me referir a indústria de São Paulo. Representa então, 2,5% no ano de 94 e passaram a representar 4% no ano de 2004.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 173
DOC:

Portanto, podemos dizer que, para a indústria de São Paulo, o tema salário mínimo é pouco importante na questão do gasto da sua folha de salário. Sabemos adicionalmente que o "Efeito Onda" promovido pelo aumento do salário mínimo, ou seja, o reflexo desse aumento em outros salários vem diminuindo com o tempo. De tal maneira que se antigamente tinha-se a regra de que um trabalhador ganhava dois salários mínimos ou três salários mínimos e ao reajustar o salário mínimo o trabalhador tinha o seu salário reajustado, esse efeito foi diminuindo e isto que nós chamamos de "Efeito Onda" é quase que hoje desprezível. Ou seja, o aumento do salário mínimo não impacta, digamos assim, o ganho do trabalhador que ganha dois salários mínimos.

Então, nós tivemos no Estado de São Paulo esse percentual crescendo de 2,5% para 4% no período de 10 anos. Nós tivemos, portanto, um aumento de 10 anos desta massa salarial até 1,5 salários mínimos, de 60% no Estado de São Paulo. Mesmo tendo crescido 60% a Federação das Indústrias, quando se discute a questão do salário mínimo para efeito do que isso impacta para as empresas que ela representa, ela tem, digamos assim, uma pequena participação mesmo porque isso representa um pequeno impacto.

Então, nós temos aí uma primeira visão que eu diria que é circunscrita a questão da indústria do Estado de São Paulo. Evidentemente que essa visão é circunscrita a indústria, não leva em conta outros setores que não a indústria, e é evidente que é também circunscrito a São Paulo não levando em conta o resto do País. Se olharmos aquilo que representa o salário mínimo no resto do País, nós veremos que lá... Em 1994 se na grande média nacional, 10,5% estavam com ganhos até de 1,5 salário mínimo esse percentual subiu para 21% no correr de 10 anos.

Portanto, enquanto na indústria de São Paulo o percentual cresceu de 60%, no País ele praticamente dobrou. Se do País nós extrairmos o Estado de São Paulo, portanto, para verificar o impacto do salário mínimo na indústria do resto do País, nós temos que o percentual 10 anos atrás já de 16,5 % e decorridos 10 anos é de 30%.

Portanto, praticamente dobrou em termos percentuais o valor dos salários pagos até 1,5 salários mínimos. Quais são duas causas que estão por debaixo desses números? Ou seja, o fato de São Paulo ser pequeno e o resto do País ser grande e o fato de São Paulo ter crescido em 10 anos 60% e o resto do País ter crescido 100%?

Temos dois motivos principais para explicar isso. O primeiro motivo é que o ganho real do salário mínimo, nos últimos 10 anos, é algo em torno de 100%. Ou seja, o salário mínimo cresceu em termos reais em torno de 100% nos últimos 10 anos. Como a massa ou salário médio não cresceu na mesma proporção, isso faz com que, enquanto que o salário médio de São Paulo medido em termos de salários mínimos há 10 anos atrás era de 8,6 salários mínimos, em 2004 passou a ser 5,3 salários mínimos. Ou seja, o salário mínimo cresceu em uma proporção maior do que o salário médio, fazendo com que a remuneração média, expressa em salários mínimos, tenha diminuído, apesar de ter crescido em termos reais em 22%.

Portanto, vamos a uma segunda questão: Se para o Estado de São Paulo e para a indústria do Estado de São Paulo a questão do salário mínimo não é tão importante, em termos de custo e em termos de suas atividades, se nós olharmos para o restante do País se considerarmos que 30% dos salários pagos no restante do País estão até 1,5 salários

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 774
DOC:

mínimos, podemos dizer, sim, que ele é importante para a indústria do resto do País que não seja a aquela de São Paulo.

Então, a Federação das Indústrias tem uma visão que lhe seria mais própria de cuidar do seu gadinho, no sentido das empresas que estão localizadas no Estado de São Paulo, ter uma visão mais ampla, que é uma questão de tratar da questão da indústria, mesmo porque é difícil dizer a Indústria do Estado de São Paulo o quanto ela ou não afetada pelo restante da indústria, porque é tudo um só complexo. A indústria de São Paulo, de repente, tem o seu fornecimento de uma indústria localizada em outro Estado e quando não essa indústria de outro Estado é uma indústria relacionada com a atividade do Estado de São Paulo.

Portanto, tudo isso se entrelaça e se nós olharmos em termos nacionais, podemos dizer que sim, o salário mínimo é importante na questão da sua importância econômica para a indústria de transformação.

Eu acho que se nós estamos aqui reunidos para discutir salário mínimo, é que nós achamos que ele é importante. Portanto se nós chegarmos aqui, como eu, falando para a Federação das Indústrias, não é importante, eu pego, termino o meu discurso, saio da Mesa e vou embora.

A questão do salário mínimo é importante. É importante para a indústria e importante como uma variável do conjunto da economia do nosso País. Evidentemente, não sei se aqui é o tema, Barelli, mas o salário mínimo não é simplesmente o menor salário que ganha um trabalhador na ativa, porque o salário mínimo se repercute para outras contas nacionais que nada tem a ver com o salário que está recebendo o trabalhador na ativa.

O primeiro impacto, evidentemente, é da Previdência. Ou seja, o impacto que o salário mínimo está hoje associado, atrelado a ser também variação dos ganhos da Previdência.

E segunda questão, é que existem outros valores que são da Seguridade Social que também estão atrelados ao salário mínimo. Portanto, eu tenho mais um minuto. [risos] Eu tenho mais um minuto... Eu gastei 10 segundos só para falar que eu tenho mais um minuto. Mas, ao discutir salário mínimo, por favor, Barelli, discutam na amplitude que ele tem, e eu diria a vocês que eu tenho opinião formada, por exemplo, a respeito da vinculação do salário mínimo com aposentaria.

Porém é uma grande questão. Ela tem que ser discutida junto com a questão do salário mínimo. E finalizando já que me restam 23 segundos eu diria: Eu gostaria muito que fosse estabelecida uma regra para a variação anual do salário mínimo. Ela pode ser desta ou daquela natureza, ela pode levar em conta o crescimento do PIB, pode levar em conta o crescimento da produtividade, pode multiplicar isso por dois, pode multiplicar isso por três, pode dividir por dois, mas afinal que nós tivéssemos uma visão de mais longo prazo quanto a evolução do salário mínimo para efeito da programação das suas atividades, seja de que natureza for e para o conforto de quem o recebe.

Portanto, eu acho que a questão do salário mínimo não deveria ser uma questão anualmente decidida pelos ventos da política, pelos ventos... Afinal, dos interesses estes ou aqueles ou das dificuldades ou das facilidades. Porém, deveria ser alguma coisa, cujo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 175
DOC:

critério fosse mais fundamentado em cima de uma demanda social que é real e que existe, uma capacidade econômica que é real e que nós esperamos que ela se expanda, e que tal regulamento do pessoal da ativa ou dos trabalhadores não obrigatoriamente tenha que ser o mesmo de outros números associados ao salário mínimo.

Portanto, eu acho que a questão, por exemplo, da Previdência deveria obedecer a um outro regulamento. Por quê? Eu acho que alguém vai acabar perdendo nessa história. Ou vai acabar perdendo o trabalhador que poderia ter mais, mas não tem mais porque a Previdência não lhe permite, ou, então pode ocorrer o contrário que ele tenha, talvez seja o que ele poderia ter, porém isso gera um déficit adicional da Previdência que tem que ser coberto por recursos públicos sem eu saber se esses recursos públicos têm nessa aplicação a sua melhor resposta a demanda social. Era isso Barelli.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Agradecendo ao Paulo Francine, eu chamo agora o Economista Gilson de Lima Garófalo que traz a palavra da Federação do Comércio do Estado se São Paulo.

SR. GILSON DE LIMA GARÓFALO: Boa tarde a todos, cumprimento a Presidência da Mesa na pessoal do Deputado Walter Barelli, do Senador Paim, o Vicentinho e todos os colegas de outras entidades de classe aqui presentes nesse segundo painel.

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo, ela elaborou recentemente um estudo sobre o salário mínimo, e cópia desse trabalho já foi encaminhado ao Deputado Walter Barelli. E nós faremos também chegar à mão do Senador Paim já a versão impressa, que será disponibilizada para todos aqueles que eventualmente tenham interesse, além daqueles que já constam do *mailing list* da Federação.

Na verdade, esse trabalho, ele teve assim tônicas das mais diversas, mas ele mostra que mesmo agora com o novo salário mínimo, quer dizer, a partir desse mês de abril no valor de trezentos e cinqüenta reais, ele está muito além, isto é, está muito aquém daquilo que seria efetivamente o necessário. E realmente, quer dizer, os cálculos feitos pela entidade, mostram que em termos de dólares, valores correntes ele estaria hoje na faixa de cento e sessenta dólares. E ele já chegou a valor muito mais em anos anteriores e ainda está também abaixo daquela meta que o atual Governo havia fixado ao início do seu mandato, que era de chegar no patamar de duzentos dólares.

De qualquer forma, quer dizer, esse valor ainda está muito abaixo daqueles praticados nos Países que tem o menor patamar de salário na União Européia, o menor patamar de salário mínimo da União Européia, como é o caso de Portugal e Espanha, e também de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho, o Brasil também fica num patamar inferior o salário prevalecente na Argentina, na Colômbia, México, Paraguai, Venezuela... Venezuela, evidentemente por causa até do petróleo e até do Chile.

Quando implantado o salário mínimo em 1940, ele valia em termos de dólares de hoje, cento e setenta e três dólares, e o maior valor foi registrado em 1951, quando chegou a quase quinhentos dólares, para ser mais preciso, quatrocentos e oitenta e um dólares. E a partir de 1951, então ele entrou, ele começou assim a cair em termos de valores colocados em termos de dólares norte-americanos. E a maior queda evidentemente foi

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 476
DOC:

justamente na passagem dos anos 70 para os anos 80, e se hoje, nós considerarmos o período do ano de 2000 a 2006, já levando em conta o novo valor, ele estaria aí no patamar médio de cento e seis dólares. E a Federação do Comércio ela reconhece no seu trabalho, que esse valor do salário mínimo ele está muito aquém do atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Quer dizer, a Constituição Federal de outubro de 88, ela coloca que o salário mínimo deva atender as necessidades do núcleo familiar e não apenas do seu chefe. E evidentemente, quer dizer, existe também uma outra problemática que é o impacto que o salário mínimo provoca nos gastos previdenciários, o que já foi aqui colocado por muita maestria por outros debatedores, e também na folha de pagamento das três esferas de Governo, quer dizer, federal estadual e municipal.

Na esfera federal 2% dos funcionários recebem salário mínimo. Na esfera estadual, 17%. E na esfera municipal, um em cada dois funcionários públicos recebe o salário mínimo. Evidentemente que quando a gente fala na esfera municipal, infelizmente, quer dizer, nós tivemos uma criação de um número inusitado de Municípios a partir dessa Constituição de 88, de forma que nos dias de hoje a gente pode dizer que um em cada quatro Municípios brasileiros tem menos de 16 anos de idade. E, além disso, quer dizer, esses distritos que se emanciparam, eles vivem basicamente de repasses do Fundo de Participação dos Municípios e transferências dos governos estaduais em termos de ICMS e do IPVA.

Então, quando se coloca a questão dos Municípios não estarem aptos a arcar com o novo salário mínimo, há que se levar também em conta, esse desvio que houve na legislação possibilitando, então a criação de mais de 1.500 Municípios a partir de 88.

Além disso, uma questão que preocupa a Federação do Comércio é que falando de comércio, o ideal seria que essa elevação realmente possibilitasse uma elevação dos dispêndios a nível das doses, a nível dos vários segmentos comerciais. Mas isso não se realiza, porque infelizmente, a população de baixa renda e a de média também está extremamente endividada. Então, é bem possível que essa majoração significativa que ocorreu agora em grande parte ela seja direcionada, então, ao atendimento ou para quitação de dívidas e quem sabe para a realização de uma poupança para poder atender a uma necessidade do futuro imediato.

Agora, a proposta da Federação do Comércio, ela é bastante clara no que respeita a recuperação do salário mínimo. E ela está calcada em dois pressupostos. O primeiro deles é de que deve haver um crescimento da economia de forma sustentada, alavancando a renda e também o emprego, o que somente será possível a partir de um maior equilíbrio nas contas do setor público através da desoneração dos seus gastos hoje pressionados pelos elevados juros e déficits crônicos na esfera da Previdência.

E em segundo lugar, quer dizer, a Federação também ela propugna que a desvinculação plena entre o valor do salário mínimo e os patamares dos benefícios previdenciários que deveriam ter como objeto a garantia de uma manutenção integral do seu poder de compra ao longo do tempo, e não indexados a um valor de referência como hoje ele se transformou.

Certamente essa desoneração alcançada com tais cenários, iria permitir a ampliação imediata dos Programas Sociais de Transferência de Renda, para as camadas

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 277
DOC:

mais pobres ou menos favorecidas. E evidentemente, quer dizer, a Federação também ela é adepta que a política de salário mínimo deve necessariamente passar por um caminho mais amplo envolvendo, inclusive, aspectos de distribuição da renda prevalecente no Brasil de hoje. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Agradecendo o Dr. Gilson de Lima Garófalo vamos ouvir agora... que falou pela Federação do Comércio de São Paulo, vamos ouvir a Federação dos Transportes de Carga do Estado se São Paulo, através do Assessor Jurídico Narciso Figuerôa Júnior.

SR. NARCISO FIGUERÔA JÚNIOR: Boa tarde a todos, Deputado Barelli, Presidente da Mesa, quero cumprimentar V Exª., Senador Paulo Paim, Senador Suplicy, Deputado Vicentinho e meus colegas aqui debatedores, representantes da FIESP, FECOMERCIO e da FAESP.

A Federação das Empresas de Transportes de Carga de São Paulo integra o sistema CNT, Confederação Nacional dos Transportes, e representa um setor ligado a prestação de serviço, e o impacto sobre o salário mínimo sobre a nossa atividade, diferentemente do que foi há pouco relatado pela FIESP, tem um impacto grande no setor, tendo em vista a não só a remuneração praticada, mas o tipo de atividade desenvolvida.

Queremos parabenizar o Congresso Nacional pela iniciativa da criaçao da Comissão Mista, porque também entendemos que a questão do salário mínimo deva ser melhor estudada e planejada para se evitar esses transtornos causados com a discussão todo o ano de quanto deve ser o reajuste, qual o impacto e tudo mais. De maneira que fizemos um estudo, através da Confederação Nacional dos Transportes, que foi encaminhado ao Deputado Barelli, com relação aos impactos fiscais desse aumento específico agora concedido, e queremos deixar muito claro que o setor de transporte não é contrario ao reajuste do salário mínimo. Entendemos que ele deva realmente recomposto, mas dentro de uma perspectiva de mudança também dos parâmetros que têm sido utilizados e de sorte a evitar a repercussão desses aumentos em outros gastos públicos. E nesse sentido, gostaríamos de colocar que esse aumento de trezentos e cinqüenta reais, que representa 16,7%, que de fato é um dos aumentos maiores dos últimos anos, pelo menos dados da CNT que nós temos aqui, demonstra que o último aumento substancial foi em abril de 2001 em 11,27.

Agora, o que nós nos preocupamos nesse momento não é tanto com relação ao valor de trezentos e cinqüenta reais e o impacto na economia, e sim, como foi dito agora há pouco pelo meu colega da FIESP e FECOMÉRCIO, nós nos preocupamos muito mais com a repercussão do aumento do salário mínimo nos gastos públicos. Porque gasto público acarreta evidentemente alguma recomposição do orçamento através da carga tributária, e isso, sim, é que nos preocupa. Tendo em vista o modelo atualmente utilizado.

Então, o próprio INSS divulga o seguinte levantamento sobre esse aumento de trezentos e cinqüenta reais. Então, a cada um real de aumento no salário mínimo, o impacto é de cento e oitenta e nove milhões, no período de doze meses. Logo o aumento de cinqüenta reais representará um aumento de mais de sete bilhões até dezembro de 2006, e elevando o atual déficit da Previdência de quarenta e seis bilhões para mais de cinqüenta e três bilhões.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 478
DOC:

Considerando o modelo da Previdência Social, hoje, inclusive, o Estadão publica o estudo feito pela FIPE, de que 60% dos menores benefícios na Previdência Social equivalem ao mesmo valor de 10%, tendo em vista a disparidade entre aposentadorias dos Servidores e na iniciativa privada. Isso, sim, nos preocupa.

Com relação aos impactos fiscais, eu vou apenas fazer um resumo aqui para não tomar o tempo dos Senhores, são as considerações fiscais feitas pela Confederação Nacional dos Transportes. E o que nos preocupa é que nos últimos anos, a política fiscal no Brasil tem se caracterizado pelo crescimento dos gastos públicos em relação ao PIB. Apenas no Governo central, entre 97 de 2004, tomando os últimos sete anos, subiu de 15,25 para 17,36, o crescimento dos gastos públicos em relação a PIB.

A maior parte desse movimento explica-se pelo aumento das despesas com benefícios previdenciários. E na contrapartida, a arrecadação líquida aumentou 0,23% do PIB. O déficit previdenciário, não o déficit da seguridade, cresceu nesse período 0,32% do PIB para 1.81.

Então, para compensar esse volume, esse aumento, o volume de recurso da sociedade no mesmo período, dados do Ministério da Fazenda, apenas no âmbito federal foi 19,65 para 25,4% do PIB. E o aumento das despesas do setor público e da carga tributaria sobre a economia geram a redução do potencial de crescimento, é exatamente nessa linha a nossa preocupação. A vinculação entre o piso previdenciário e o salário mínimo é um parâmetro fundamental para a evolução das contas previdenciárias em relação ao PIB. Ao lado do número de pessoas beneficiárias e o próprio crescimento.

Os reajustes do salário mínimo também afetam gastos, além dos gastos previdenciários nos Estados e Municípios, as despesas do Fundo de Amparo do Trabalhador com abono e seguro desemprego. De maneira que nós tiramos a primeira conclusão dessa análise nas considerações fiscais, é que é preciso urgentemente estancar o crescimento dos gastos públicos em relação ao PIB.

Com relação ao setor produtivo, juntos, os serviços e o comércio, empregam mais de quatro milhões de trabalhadores com rendimento inferior a 1,5 salário mínimo. De maneira que os reajustes do salário mínimo causam impacto relativamente maior do que nos demais segmento. As microempresas são mais suscetíveis a alterações do salário mínimo do que seu pares de pequeno, médio e grande porte. Aumentos nas folhas de pagamento acima se ganhos da produtividade de mão-de-obra é uma necessidade, mas na atual conjuntura pode também viabilizar alguns empreendimentos. A mão-de-obra menos qualificada, dados da RAIS do Ministério do Trabalho de 2003, é a mais vulnerável a dispensa, no caso de elevação dos gastos.

As regiões com menores rendimentos, estão concentradas no nordeste, no interior dos Estados e não nas capitais. De maneira que eu concluo aqui a nossa participação, Sr. Presidente, colocando as seguintes ponderações.

A sistemática de atualização, revisão do valor do salário mínimo, não pode ser vista apenas pelo âmbito de uma política de renda e de uma política compensatória, deve-se levar em consideração um conjunto amplo de fatores que inclua, não só a capacidade fiscal do governo, como também, a capacidade financeira das empresas de pagá-lo. Deve-se, portanto, considerar a evolução da produtividade das empresas e qualquer solução deve ainda ter presente a grande heterogeneidade dos impactos do salário mínimo [illegible]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 7709
DOC:

setor de atividade, por região do País, por porte da empresa, e as características dos respectivos trabalhadores. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Agradecendo ao Dr. Narciso Figuerôa Júnior da FETCESP. Passo agora a palavra ao representante da Federação da Agricultura do Estado se São Paulo, Lenir Pereira Santana.

SR. LENIR PEREIRA SANTANA: Prezados Senhores, nós aqui estamos representando o Presidente da Federação da Agricultura de São Paulo, o Dr. Fábio Sá de Meirelles, nome de quem nós saudamos os Deputados Barelli e Vicentinho, os Senadores Paulo Paim e o Eduardo Suplicy, aos companheiros de Mesa e a todos os Senhores. Eu peço permissão para fazer uma análise introdutiva a respeito do relacionamento trabalhista no meio rural.

A nossa Federação, a FAESP, ela sempre tem orientado os seus 240 sindicais rurais ao cumprimento da legislação trabalhista. Tanto é que nós temos três Comissões de negociação do setor da cana, do setor da citricultura e da lavoura branca, o nome dado às demais atividades. E essas Comissões de negociação, anualmente, debatem a questão salarial com os representantes dos trabalhadores rurais. E a Federação da Agricultura cerca de 30 anos, assinou a primeira convenção coletiva que talvez tenha sido a primeira na América do Sul e assim vem fazendo anualmente.

Permita-me, neste momento, apresentar, eu acho oportuno uma crítica construtiva à questão da legislação trabalhista aplicável ao meio rural. A atividade rural da atividade da agropecuária deve ter uma legislação específica aplicável ao meio. Nós sabemos que o meio rural, o meio de produção sofre influências da natureza, ela não pode ser tratada como coisas exatas e nós vimos que pela Lei 5.889, houve um aceno de adequação da legislação trabalhista no meio rural, mas na realidade manteve a uniformidade da legislação do meio urbano e rural. E a Constituição em vigor recepcionou esse entendimento.

Então nós concluímos, quer dizer, nessa parte, a necessidade de uma adequação da legislação trabalhista ao meio rural. E como justificativa disso eu citar alguns fatos. Por exemplo, no pequeno e médio produtor rural que tem o caseiro e que às vezes, tem chuvas de manga que demora às vezes uma, duas três horas. Então há a necessidade de se pensar na dilatação do período de descanso.

Como ocorre no Vale do Paraíba onde prevalece a pecuária de leite e que há um número grande de pequenos produtores rurais, que tem um "retireiro", um caseiro que tira o leite e como chega na época das férias tem uma casa do caseiro, como ele será substituído? E o animal, conhece o caseiro, conhece o empregado, o retireiro pelo cheiro. Esse é outro problema. Temos também, no meio rural, outros fatores específicos do meio rural. Agora, o que nós temos a dizer é o seguinte: Em todas as convenções coletivas ao longo da história, sempre o salário normativo, que é o piso salarial, ele foi sempre foi acima, um pouco mais acima do salário mínimo.

Eu queria dizer o seguinte, justificando isso que eu estou dizendo, além de ser em número o salário mínimo, o piso salarial tem sido acima do salário mínimo, acontece no meio rural certas utilidades que são fornecidas como a casa de moradia, o leite, a

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 780
DOC:

possibilidade de horta, a possibilidade de criação de aves, etc. Então, nós sabemos que no Brasil a agropecuária representa algo importante. O agronegócio representa 40% das exportações do Brasil, representa 30% do PIB, representa 37% dos empregos. Nós temos que... há uma necessidade, portanto, de que não sejam criados empecilhos para que haja a continuidade da produção. E toda a vez que se fala em salário mínimo, o ponto de vista da agricultura é o seguinte: Nós não somos contra o reajuste de salário mínimo o que acontece é que precisa ser visto, como já foi dito, com um aspecto global e seja para a agricultura. O que necessitamos é de uma política agrícola permanente e que permita continuidade da produção e que não permita o que está acontecendo no momento com a soja, com o gado de corte, com o milho. E conversando com o Presidente do Sindical Rural de Itararé, ele me disse ontem, que lá são pequenos produtores rurais e plantam milho, plantam feijão e ele nos afirmou que o prejuízo de cada produtor é de mil reais por alqueire.

Então, é o seguinte, concluindo, nós queremos dizer em nome da agricultura, que há necessidade de uma política agrícola a longo tempo, duradoura, um seguro agrícola, que permita garantia de preços mínimos, que permita armazenamento da produção no caso de exceder a média de produção e juros adequados. Era o que eu tinha a dizer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Quero agradecer os membros dessa segunda Mesa, Paulo Francine da FIESP, Gilson Garófalo, que saiu para dar uma entrevista da FECOMERCIO, Narciso Figueroa Júnior da FETCESP e Fábio de Salles Meirelles da Federação da Agricultura do Estado se São Paulo.

Quero dar um aviso. Ao lado ali da Mesa onde tem a água tem a lista de presença. Isso vai para os Anais do Congresso Nacional, porque essa é uma Audiência Pública do Congresso Nacional, da Comissão Mista do Senado e da Câmara dos Deputados. Quem não assinou, por favor, assinem.

Chamar agora a terceira Mesa dos dirigentes sindicais. Quero chamar o Vice-Presidente Luiz Carlos Motta, da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado de São Paulo, o Secretário-Geral Jairo José da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Industria da Construção Imobiliário do Estado se São Paulo e o Presidente Roberto Santiago da Federação dos Trabalhadores e Serviços de Aseio e Conservação do Estado se São Paulo.

Antes dos depoimentos, eu gostaria de dizer que essa Sessão está sendo feita não por acaso no auditório Franco Montoro, porque essa Assembléia tem outros auditórios, todos eles relevantes, Senador Teotônio Vilela. Mas, o Governador, Deputado e Senador, Franco Montoro, sempre teve uma ligação muito estreita com os trabalhadores e esse é um assunto que certamente ele estaria presente com as suas formulações, com as suas idéias. Então, também é uma homenagem ao grande brasileiro, grande paulista André Franco Montoro.

Bem, aos presentes da Mesa, bem-vindos, cada um tem 10 minutos para colocar a posição das suas Federações. Eu quero chamar a atenção, porque as centrais sindicais não foram convidadas para esse depoimento, porque todas as centrais sindicais já deram o seu depoimento em Brasília. Então, é interesse nosso de ampliar o máximo o nosso acervo de depoimentos. Eu sei que os dirigentes das Federações aqui representadas têm

ADIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 781
DOC:

suas filiações, mas a idéia era trazer agora a expressão de três Federações que são de grande contingente de trabalhadores na faixa do salário mínimo. Então, passar a palavra para o...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Eu queria saber qual foi o critério da Comissão, porque na primeira Mesa participou uma Federação dos Servidores Públicos? E há presente aqui uma Federação Estadual que não está participando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Bem a consulta é que o problema do salário mínimo não foi colocado como problema para os Estaduais e sim para os Municipais, os Municípios que não conseguem pagar o salário mínimo. Mas no final nós teremos a maior satisfação de ouvir os representantes dos Estados também. [palmas]. E as Federações dos Trabalhadores, também não são todas, foram escolhidas as que têm na sua base um percentual expressivo de trabalhadores de salários baixos. Não o salário mínimo, porque todos têm piso salarial, maior que o salário mínimo.

Então, primeiramente os comerciários, através do seu Vice-Presidente Luis Carlos Motta.

SR. LUIS CARLOS MOTTA: Primeiramente, cumprimentar o Deputado Walter Barelli, Presidente dessa Comissão Especial de Emprego. Cumprimentar o Senador Paulo Paim, Relator da Comissão Especial do Salário Mínimo, o companheiro Vicentinho e também cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy. Como também os meus companheiros aqui trabalhadores, representando as entidades de trabalhadores.

A diretoria da Federação dos Empregados no Comércio do Estado se São Paulo, entidade que eu represento, e aqui representa 64 sindicatos filiados e um milhão e duzentos mil trabalhadores no comércio do Estado de São Paulo.

Primeiramente, agradecemos o convite formulado pela Comissão Especial do Salário Mínimo, aqui composta pelo Walter Barelli, pelo Senador Paulo Paim e pelo companheiro Vicentinho, para emitir a sua opinião a respeito do salário mínimo e reconhece a importância dessa iniciativa que visa, entre outros, a melhoria da remuneração básica do trabalhador no Brasil. Para a diretoria da FECESP liderada pelo Presidente Paulo Lucânia, é motivo de orgulho participar dessa Audiência Pública da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo e explicar com base em estudos desenvolvidos, pela assessoria técnica da FECESP, porque defende a adoção de uma política de valorização permanente do salário mínimo.

Ano a ano a matéria tem sido alvo de calorosos debates no Congresso Nacional Não foi diferente neste ano de 2006, quando num histórico acordo entre as centrais sindicais e o Governo, o salário mínimo obteve 16,67% de reajuste, o maior dos últimos 40 anos, e antecipou o pagamento de trezentos e cinqüenta reais de 1º de maio para 1º de abril.

Neste acordo, a Força Sindical, juntamente com outras cinco centrais sindicais, sustentaram junto ao Governo Federal da necessidade real da valorização do salário mínimo pago ao trabalhador brasileiro. Em 24 de janeiro de 2006, foi assinado entre as centrais sindicais, dentre elas, aqui a Federação está filiado a Força Sindical e seis

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 782
DOC:

Ministros de Estado, um protocolo de intenções que tem com estrutura básica três itens de fundamental importância.

Primeiro: Envio ao Congresso Nacional de proposta de reajuste do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006 para trezentos e cinqüenta reais;

Segundo: Envio ao Congresso Nacional de proposta para reajuste das tabelas de imposto de renda, incidentes sobre os rendimentos das pessoas físicas;

E, terceiro: A retomada já em fevereiro de 2006 das atividades da Comissão Quadripartite, trabalhadores, empresários, poderes legislativo e executivo federal, para o fortalecimento do salário mínimo.

A título de exposição sinteticamente a FECESP apresenta três aspectos importantes para alcançarmos êxito. Ou seja, retomar o poder de compra do salário mínimo. São eles:

Primeiro: A questão constitucional de legal;

Segundo: Necessidade imperiosa de vontade política para resolver o problema;

Terceiro: A importância do salário mínimo na renda nacional.

Primeiro item, questão constitucional e legal. O salário mínimo, por definição constitucional, é a menor remuneração a ser paga no Brasil. Assim, nenhuma prestação de natureza permanente que seja salário, benefício previdenciário ou assistencial da Administração Pública nos três níveis de Governo, ou no setor privado, nas áreas urbana e rural, poderá ser inferior ao salário mínimo.

A Constituição Federal, art. 7º, inciso IV, determina expressamente que o salário mínimo deverá ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social. Cabe a Lei simplesmente declarar o valor suficiente para atender ao comando constitucional.

Desde a Constituição de 1988, infelizmente nenhum Governo se preocupou em definir uma política de recuperação permanente do salário mínimo com aumentos reais, capazes de ao longo de 5 a 10 anos, se aproximar de um valor que efetivamente cumprisse o que determina a Constituição Federal.

A questão é política e não fiscal. Todos os obstáculos apresentados podem ser superados com vontade política. A resolução do problema depende de decisões de Governo.

Segundo item: Vontade política necessária. Sempre que se discute a adoção de uma política permanente de recuperação do salário mínimo, três alegações são apresentadas para impedir essa iniciativa. Primeiro, o impacto sobre as finanças das Prefeituras; segundo, o impacto sobre o orçamento da Previdência; e terceiro, o impacto sobre as micro e pequenas empresas.

Primeiro item: Impacto sobre as Prefeituras. Alegação de que as Prefeituras não suportariam o aumento do salário mínimo porque quebrariam ou extrapolariam a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso precisa ser melhor analisado. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite que a União gaste até 55% com pessoal, e os Estados e Municípios até

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 783
DOC:

60% da receita líquida corrente. Se os Municípios que pagam salário mínimo estão gastando mais de 60% de sua receita líquida com pessoal, ou há excesso de pessoal ou o Município não tinha condições de ter sido emancipado. Nessa hipótese, assim como foi criada a cláusula de barreiras para funcionamento parlamentar dos partidos está sendo proposta a criação da figura da Federação de Partidos para permitir alianças mais permanentes, o Congresso Nacional poderia aprovar uma Emenda a Constituição para dificultar a criação de novos Municípios, além de estimular a fusão de pequenos Municípios ou propor mecanismos para forçar a Constituição de consórcios entre Municípios de menor porte, como forma de maximizar os recursos e prestar serviço de qualidade à população.

Segunda questão: A questão da Previdência. O chamado rombo da Previdência faz parte de uma campanha para a sua privatização e também para evitar aumentos do salário mínimo. A Previdência Social como todos sabem, é um direito fundamental do trabalhador, art. 7° da Constituição Federal. Tem custeio misto por meio de contribuições diretas, trabalho e capital. Trabalhadores e empregadores sobre a folha de pagamento e transferência do orçamento dos entes estatais, art. 195, inciso I, da Constituição Federal.

A alegação de que a Previdência é deficitária não procede. Em primeiro lugar, porque essa informação se baseia apenas na contribuição sobre a folha de pagamento, esquecendo-se que compete ao orçamento da Seguridade Complementar, eventuais insuficiências com a receita sobre a folha.

Em segundo, porque a Previdência, além dos benefícios de natureza estritamente previdenciário, paga outros de natureza assistencial, que deveriam ser custeados ou ter os recursos repassados pela Seguridade Social.

Em terceiro, porque a seguridade é superavitária em mais de quarenta bilhões. Na verdade a ampliação dos recursos da seguridade não passa de um truque barato dos governos, desde a promulgação da nova Constituição Federal. Os constituintes, numa reação a dependência financeira que os governos municipais e estaduais tinham em relação ao federal, principalmente durante o regime autoritário, repassavam recurso sem fixar as devidas obrigações. A concentração de recursos na União que arrecadava e distribuía de acordo com a conveniência, provocou aquela reação dos constituintes. A constituinte ao estabelecer competência comum dos entes federativos na prestação de serviço, como educação, habitação e saúde, na prática desobrigada dos Estados e Municípios que prestarem esse serviço, transferindo-se essa responsabilidade para a União.

O Governo Federal, então passou a criar tributos com o nome de contribuição e não de imposto, como forma de evitar o repasse de recurso para Estados e Municípios. As contribuições, como se sabe, não são compartilhadas com os Estados e Municípios. Supostamente, são destinados a áreas sociais ou retornam sob formação de prestação de serviço. Portanto, tem apelo social para a sua implementação. Tem vigência no mesmo ano de sua instituição, e, o mais importante, não destinam como os impostos, parcela para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

O assunto, como se vê, é complexo. Precisa ser analisado antes de assumir o discurso dos governos e principalmente do poder econômico que tem interesse na privatização da Previdência e não deseja o aumento do salário mínimo.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 784
DOC:

Terceiro, as micro e pequenas empresas, em geral, não são os pequenos empresários que reclamam do aumento do salário mínimo. mas os grandes empresários que têm o salário mínimo como referência para o reajuste de seus empregados. Se o salário mínimo tem um aumento real elevado, é natural que os trabalhadores que ganham mais utilize o aumento do salário mínimo como referência. Os grandes empresários reclamam em nome dos micros e pequenos, mas as suas intenções são outras. Estão preocupados em evitar pressão dos demais trabalhadores organizados em sindicatos, com reivindicações baseadas no aumento do salário mínimo.

As reivindicações dos micros e pequenos empresários são de outra ordem. Eles buscam incansavelmente a desburocratização, o crédito barato, a eqüidade com os grandes empresários, quando da busca do crédito junto ao BNDES, a redução da carga tributária incidente sobre a produção e o consumo. E não poderia ser diferente até porque eles, em sua maioria, produzem e vendem para quem vive de salário mínimo e quanto maior for essa remuneração, maior a possibilidade de expansão de seus negócios.

O Presidente do Banco Central recentemente declarou que estranhava o comportamento dos grandes empresários, que sempre reclamavam das altas taxas de juros, mas nunca pagavam juros muito altos. Quem paga juros estratosféricos, na verdade, são os micros e pequenos empresários e a população em geral. Esses não conseguem manter privilégio de manter contratos junto ao BNDES ou de manter ótimos negócios junto aos banqueiros.

Importância do salário mínimo na renda nacional. A participação do salário mínimo na renda nacional tem caído vertiginosamente no Brasil. Apenas para dar um dado, de acordo com o Plano de Ação Econômica do Governo, elaborado no Governo Castelo Branco pelo então Ministro do Planejamento Roberto Campos, a participação do salário na renda nacional girava em torno de 63%, equivalente a dos Países desenvolvidos. Hoje não chega a 40%. A renda nacional em qualquer País do mundo é constituída por cinco itens: Renda do exterior, aluguéis, lucros, juros e salário. É uma espécie de pizza ou gráfico com cinco pedaços. Vamos analisar cada um, e saber porquê o salário mínimo ao longo do tempo, tem sido reduzido sua participação na renda nacional.

A renda do exterior: São pagamento de *royaltys* e patentes, que governos, empresas e pessoas fazem pelo uso da propriedade intelectual, pelo uso do conhecimento e como vivemos na sociedade de pouco conhecimento, esse segmento cada vez aumenta mais a sua participação na renda nacional.

Aluguéis: Quem mais paga aluguel no Brasil e no mundo são as grandes incorporadoras, as grandes construtoras que sempre conseguem uma regra, uma lei, um mecanismo que atualize o valor dos alugueis de modo a manter a mesma participação na renda nacional.

Lucros: O empresário automatiza, demite, contrata pessoal com salário menor, importa, enfim, faz o que tiver ao seu alcance para ampliar seus lucros, e naturalmente, aumentar a participação desse item na renda nacional.

Juros: Quem financia campanha, elege governos e Parlamentos, enfim, quem manda no mundo é o mercado financeiro. Seguramente, é o segmento que mais tem aumentado a sua participação na renda nacional.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 785
DOC:

Salário: Ora, se analisarmos quatro dos cinco componentes da renda nacional, e descobrimos que três aumenta a sua participação na renda e um mantém a sua participação. Logo alguém perdeu para que os três pudessem crescer. E quem perdeu foi o salário.

Dos cinco segmentos, o assalariado é a parte mais fraca econômica, social e politicamente nessa relação. Houve, então, uma grande transferência de renda dos assalariados para o mercado financeiro para os lucros e também para o pagamento de patentes. Apenas três atores interferem na distribuição funcional da renda. Decisão de Governo, decisões de mercado e fenômeno naturais. Outro aspecto merece uma análise. O Brasil priorizou o aumento da produtividade em detrimento do aumento da produção, e ambos são importantes para o desenvolvimento. Como dizia Celso Furtado: "O aumento da produtividade e não da produção, tem sido responsabilidade em grande medida pelo aumento do desemprego e também pela redução do salário, da renda nacional". Concluindo, a adoção de uma política permanente de recuperação do salário mínimo é o imperativo do Brasil e depende de vontade política. Os argumentos contrários não passam de manobra protelatória daqueles que lucram com a exploração dos trabalhadores. A Comissão Mista Especial está no caminho certo. A solução que se apresenta mais razoável até agora é que garante o aumento do mínimo vinculado ao crescimento do PIB. A proposta de assegurar, além da inflação, um percentual de duas vezes o crescimento do PIB como aumento real. Seria uma excelente alternativa.

Por fim, lembramos que ainda existe uma alternativa estadual de definição de piso salarial superior ao salário mínimo, como se prática no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Lembramos que a Assembléia Legislativa do Paraná analisa projeto encaminhando pelo movimento sindical que estabelece o piso salarial local em quatrocentos e trinta e sete reis.

Essa eu acho que é a nossa participação e a nossa contribuição que sirva para a Comissão, e dizer Paim que nós estamos na sua teoria, um sonho que se sonha sozinho é apenas um sonho. Mas, um sonho que se sonha em conjunto, eu acho que se torna realidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado Dr. Luiz Carlos Motta. Eu vou consultar a Mesa. Um depoimento da quarta Mesa que é o Benedito Marcílio, que é ex-Deputado, ex-dirigente sindical, agora é Presidente da Confederação dos Aposentados, ele tem um avião às 6 horas, então ele pediu para antecipar e a Mesa está de acordo. Por favor. Benedito Marcílio.

SR. BENEDITO MARCILIO: Sr. Presidente, Senador Paulo Paim no exercício da Presidência da Mesa--

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. Está com a palavra o nosso companheiro Marcílio, ex-Deputado Federal e Presidente da COBAP.

SR. BENEDITO MARCILIO: Deputado Vicentinho de Paula, o nosso querido amigo sindicalista, Senador Suplicy, demais representantes da Mesa, nossas autoridades, Senhores e Senhoras. Representando a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, entidade confederativa com 19 Federações nos Estados e mais de

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 786
DOC:

1.200 associações de bases filiadas. Quero deixar claro também nesse nosso depoimento, saudando inclusive, cumprimentando a formação dessa Comissão Especial Mista, de iniciativa, com certeza do nosso querido Senador e sempre Senador Paulo Paim, que tem tido um trabalho extraordinário na luta social em defesa dos interesses dos aposentados, pensionistas e idosos desse País. A Confederação Brasileira de Aposentados não assinou acordo de salário mínimo, pois entendemos que o salário mínimo hoje no País e que está vigorando em abril, ele ainda é um salário mínimo inconstitucional. Bem como também não assinamos o acordo, pretendidos inclusive pelo Governo, acordo reajuste dos benefícios acima do teto do salário mínimo, pois entendemos que a desvinculação dos entes que é aplicado ao salário mínimo para ser colocado, e também aplicado para quem ganha acima do teto do salário mínimo, está levando, inclusive, o movimento de aposentados e pensionistas desse País a um grande desespero. Todos nós aposentamos pelas equivalências do valor do salário mínimo. E hoje verificamos uma perda acima de 60%. Nós defendemos, inclusive, a posição que é o pensamento dos milhões de aposentados e pensionistas desse País. E cada um de nós, cidadão desse País, temos um aposentado em nossa casa, e podem consultar, e a resposta é essa. Eu aposentei com oito salários mínimos e estou recebendo 4! E assim sucessivamente.

E a COBAP coerente com esses princípios, que ela defende o interesse dos aposentados, não poderia nesse momento trair os objetivos e as aspirações dos aposentados e pensionistas desse País.

O salário mínimo que atenda a necessidade básica de uma família é o que diz na nossa Constituição de 88, para ser aplicada quantas vezes forem necessários, para a manutenção do seu poder de compra com a moradia, habitação, alimentação, saúde, educação, transporte, lazer e Previdência Social. E eu faço esse desafio, inclusive, ao nosso Governo, aos nossos Deputados, aos nossos Senadores, se realmente trezentos e cinqüenta reais é o suficiente para manter a manutenção de uma família. E na verdade isso vem ocorrendo de Governo para Governo e até o momento este Governo da esperança, que era esperança, principalmente dos trabalhadores desse País, de saldar essa dívida maldita que segundo vem de outros governantes para a nossa grande decepção. Nem sequer o índice de INPC nos três anos do Governo Lula foi cumprido integralmente.

Além da defasagem e das perdas, não cumpriu nem sequer a Lei. Verificamos esse ano que era uma esperança a mais ainda nesse quarto ano de Governo, e nós participamos de quatro reuniões, de discussões do reajuste das aposentadorias com o Ministro do Trabalho e com o Ministro da Previdência, e a resposta que veio é que se nós deveríamos fazer um acordo com o índice de INPC. Dissemos que o INPC não tem acordo. E na verdade o que sentimos, Sr. Presidente, Senhores Deputados, é a falta de vontade política para sanar essa grande injustiça que está ocorrendo com os mais de 23 milhões de aposentados e pensionistas desse País.

Hoje, com essa desvinculação do salário mínimo, do percentual do salário mínimo para quem ganha acima do teto, os oito milhões que ganham hoje ainda acima do teto do salário mínimo. Que restam ainda 16 milhões recebem até um salário mínimo, verificamos que estamos caminhando para que a curto prazo, se não houver inclusive uma decisão clara e, inclusive, com coragem do próprio Congresso Nacional, dentro do curto prazo nós deveremos ter somente aposentados de salário mínimo. Porque a política hoje adotada

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 787
DOC:

está levando a isso. E para os futuros aposentados, nós já enfrentamos também mecanismos criados, inclusive, pelos governantes para que as aposentadorias futuras através da criação do fator previdenciário, que é uma vergonha nacional, também ser contemplada como Lei, e inconstitucional também, da qual o nosso Senador já tem inclusive um projeto, já passou inclusive pela Casa do Senado para a revogação desse artigo do fator previdenciário, que vai levar todos os trabalhadores desse País a aposentaria de salário mínimo. A aposentaria vitalícia. Verificamos também a necessidade de realmente existir a independência dos poderes que diz que os poderes são independentes. O Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, mas na prática verificamos, Sr. Senador Presidente, o julgamento que tivemos inclusive aonde nós tínhamos esperanças de corrigir essas perdas de mais de 60% que era o IGPDI que estava ali contemplado como critério de reajustamento das nossas aposentadorias, e tivemos um julgamento mais político do que jurídico. E disseram que não era o IGPDI que era o órgão de organização dos reajustes, de índice de reajuste, mas, sim, o INPC.

O Congresso Nacional... Louvamos inclusive a atitude do Senador Paulo Paim, do Deputado Barelli e demais, de criar essa Comissão por estar dando a oportunidade da gente falar o que a gente sente. Verificamos que esse Congresso Nacional o País está sendo governado por medidas provisórias, inclusive a do salário mínimo está lá uma Medida Provisória para ser votada. E também a dos reajustamentos inclusive, acima do salário mínimo. Está lá para ser votado no Congresso Nacional.

Então, o Congresso Nacional, se tiver prerrogativas de poderes, esperamos que tenha realmente, Senador Presidente, nós poderemos corrigir essas grandes distorções, essas grandes injustiças que está ocorrendo hoje com os 24, quase 24 milhões aposentados, pensionistas e idosos. Esperamos, temos esperança, sim, no nosso Congresso Nacional. E a COBAP, inclusive, está trabalhando nesse sentido como representação legítima dos aposentados desse País.

Nesse sentido, junto a Deputados e Senadores de todos os Estados, no sentido de que realmente, quando for votada a Medida Provisória do salário mínimo, procure realmente votar para que o salário mínimo urgentemente seja o salário mínimo constitucional. Quando votarem a Medida Provisória que reajusta os benefícios acima do salário mínimo, procurem fazer justiça a milhões de aposentados nesse País que deram tudo de si, trabalhando mais de 30 anos de serviço e hoje vivemos num grande desespero, pois não dá o suficiente para se manter e ainda há sobre seus ombros, pela política econômica aplicadas hoje a interesse do neoliberalismo, acompanham o desenvolvimento econômico. Mais de 60% da família dos aposentados vivem com a renda dos aposentados.

Então, Sr. Presidente, Deputado Barelli, nós deixamos aqui a nossa palavra e esperamos que o Congresso Nacional e falo como ex-congressista também, tenham responsabilidade, sim, de representar as aspirações do povo brasileiro e esperamos que seja feito justiça para os aposentados e pensionistas desse País, que concamam e tem esperanças de que o Congresso Nacional não vai se curvar de forma alguma às pressões que existem hoje através do governo, da área econômica, que parece que eles são donos do mundo. Porque o que eles falam é o que aplicam. É o que está ocorrendo hoje.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 488
DOC:

Dizem que vai falir a Previdência, vai falir os Municípios, mas na verdade no ano de 2005, a Seguridade Social teve um superávit de 52 bilhões de reais. E desafiamos, inclusive, os tecnocratas do Governo para vir discutir conosco. Se nós estamos falando a verdade ou estamos blefando. Porque nós temos certeza através da ANFIP que é um órgão inclusive, que está unido com a COBAP que realmente existe um superávit de 52 bilhões, e o que falta é vontade política. E nós esperamos que o Congresso Nacional corrija essa grande injustiça. Muito obrigado Sr. Presidente. Deputado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): O Benedito Marcílio continua com o mesmo vigor de sempre. Quero, então, agora, na continuidade da terceira Mesa, vamos ouvir Jairo José da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Imobiliário.

SR. JAIRO JOSÉ DA SILVA: Boa tarde Senhoras e Senhores. Boa tarde Barelli, cumprimentando V.Exª. estendo aos demais, autoridades e membros companheiros da Mesa.

Semana passada o Presidente José Sebastião dos Santos da Federação da Construçao Civil do Imobiliário do Estado de São Paulo, que representa oitocentos mil trabalhadores, me indicou para vir representá-lo nesse debate e eu fiquei preocupado em vir discutir o quê com os Senhores. Porque a gente vê tanto debate no Senado, na Câmara em todos os níveis de discussão, no meio sindical, e como é difícil chegar a um valor. Mas eu saí perguntando a algumas pessoas da comunidade Mogiguaçu, Jacutinga, Minas gerais, que eu fiquei no final de semana, perguntando se ela tivesse a oportunidade de falar do Governo o que ela pensa a respeito do salário mínimo, o que ela falaria. Aí, uma dona de casa falou assim, percebendo que isso poderia ser encaminhado para o governo falou assim: "Pelo amor de Deus, não fala para aumentar senão eu demito a minha empregada". Aí, o ferroviário também aposentado falou assim: "Olha, se você tiver oportunidade de mandar um projeto para o Governo, fala que há 10 anos nós estamos sem aumento de salário". E um microempresário disse o seguinte: "Ah, é só baixar a carga tributária que não tem problema de elevar o salário mínimo".

Hoje, também nós ouvimos aqui um elenco de propostas onde cada um na sua representação, entende uma forma de recuperação ou de elevação do valor do salário mínimo nos patamares que se deseja.

Eu tinha um professor que dizia que quando a riqueza de poucos afronta a miséria de muitos, a insegurança é de todos. Então, nós estamos vivemos uma realidade hoje no Brasil, onde essa situação é muito palpável, mas pensando como trabalhar a questão do salário mínimo a gente gostaria de dar algumas sugestões, propostas que a gente já discutiu na nossa Federação e é lógico, não depende só de estabelecer um valor do salário mínimo para resolver um problema. A concentração de renda no Brasil é cada vez mais gritante. A gente sabe estatisticamente que cada dia, menos gente tem mais e mais gente tem menos.

Então a distribuição da riqueza é uma política que tem que ser construída além do salário mínimo para que se estabeleça cidadania a população, justiça social a população. Então, é pensar no salário mínimo nacional todo mundo sabe da definição da Constituição, todo muito já discutiu. Eu acho que é chover no molhado ficar falando o que é o que é o que

ATA nº 008/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 789
DOC:

não é. Mas a gente gostaria de encaminhar como proposta, nós trabalhadores, através do DIEESE, comandado pelo Senhor há muitos anos, temos um valor com base naquelas necessidades de uma família. Eu acho que o patronato deveria também dizer qual o valor que ele entende para alguém viver dentro daquela condição. Pega um Economista desse, se coloca no lugar de uma família com quatro pessoas, um casal e dois filhos, vá viver no lugar dele, defina um valor que ele entende como mínimo, indispensável para que alguém tenha cidadania nesse País. Eu acho que já é o primeiro passo, estabelecer um valor comum, o Governo também fazer o mesmo.

Nós não temos como pensar em salário mínimo regional, porque eu acho que o Juiz de São Paulo ganha o mesmo valor do Juiz do Amapá, do Acre, não sei se é diferente, acho que não é. Acho que um Fiscal Federal aqui de São Paulo tem o mesmo salário do Fiscal do Acre, de Rondônia, do Pará do Rio Grande do Sul. Então, não dá para você dizer... Muitas pessoas falam: "O salário mínimo no interior é mais barato do que na capital". Mentira, nós estamos aqui em São Paulo representando trabalhadores de Presidente Prudente, todo o mês vem lojas de Presidente Prudente comprar na rua aqui de São Paulo, comprar roupa e bugiganga para vender no interior, para tirar o seu lucro. Aqui em São Paulo tem muita coisa que é mais barata do que no interior, muita coisa. Nós tivemos no ano passado realizando o Congresso Nacional da Indústria da Construção em Recife. O custo de vida lá, não é muito mais barato do que aqui, não. Às vezes, o empresário falando: "Baixada Santista é mais barato, eu estou lá, colônia de férias, administrando a colônia de férias dos trabalhadores, e não é mais barato para a gente comprar carne, comprar alimentação para a gente, não".

Então, às vezes, a vida aqui... Na semana passada eu estive em Araçatuba, cidade de Penápolis, perto de Araçatuba, discutindo o setor cerâmico, então a empresário falava para mim, a Advogada patronal. "Não, porque aqui o trabalhador não usa transporte, aqui ele usa bicicleta e moto. Não precisa de transporte". Pois é, a empresa deixou de gastar no transporte e repassou para o empregado o custo da bicicleta, o custo da gasolina, o custo do pedal, do pneu, da manutenção, de tudo, e ainda deu uma carga tributária maior, ainda. Então, não dá para a gente pensar num salário regional, tem que pensar num salário nacional, mesmo.

A questão cultural, de formação, eu fico meio atônito quando eu vejo certas coisas. Nós conhecemos muita gente que nunca pegou num lápis, nunca foi a escola e é um artista. É um compositor, é um poeta, é um músico, faz pintura, sabe? Nós temos muita gente na construção civil, vocês não têm idéia da riqueza de pessoas que não sabem ler, mas são repentistas, toca instrumento, faz cultura, faz desenho que a gente não consegue. Eu conheço pessoas que tem pouco estudo, mas tem uma capacidade de pensar, de entender o mundo da arte da beleza estética que é uma coisa impressionante. Quantos de nós aqui nós conhecemos, de negociantes que não tem o primário, mas que negociam muito melhor do que economistas renomados no Brasil?

Então eu não posso pensar um salário mínimo pensando dessa forma, que todos nós temos o direito à educação, e isso é uma obrigação do Governo nos propiciar essa possibilidade. Mas nós não podemos discriminar essas questões, todo mundo tem o seu valor. É a oportunidade... Se nós tivéssemos todo mundo formado, eu não sei o que seria aqueles mais aptos estariam tendo emprego. Natural. Mas também teria muita gente com faculdade que não estaria empregado. Aliás, tem um filho meu fazendo entrevista aqui em

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 790
DOC:

São Paulo que está desempregado. Formado em Comércio Exterior e não consegue emprego. Então, eu acho que a gente tem que pensar o Brasil dessa forma: Um salário mínimo ético, um salário mínimo moral, um salário mínimo justo, que garanta cidadania a toda a população brasileira.

Quantos de nós sabemos hoje que pais de família aposentados, avós que estão custando a educação do filho porque o filho está de desempregado, o neto está desempregado, e o pai aposentado, o avô leva o filho na escola porque o pai muitas vez não dá, a mãe não dá. Então a gente vê essa realidade no Brasil hoje. Quanta gente está ajudando a custear a vida de um neto ou do filho, porque o pai não dá conta mais, porque o valor, o poder aquisitivo caiu muito. Então, desde o Plano Real para cá, nós não temos política salarial, e as empresas não dão porque elas são boazinhas, não. Dão quando briga e quando não tem mais jeito. A realidade está aí.

A elevação do poder aquisitivo apresentado nas pesquisas recentemente, me deu uma preocupação. A classe média, ela perdeu muito poder aquisitivo e aí eu não sei se essa classe média se juntou ao pobre e aí elevou o poder aquisitivo ou se realmente nós conseguimos avançar um pouco. Então, eu tenho essa preocupação comigo, da questão de poder aquisitivo.

Então a proposta que nós gostaríamos de encaminhar, e depois eu vou fazer, Paim, uma minuta e encaminhar para o Senhor, é exatamente a apuração do salário mínimo tripartite. Quer dizer, cada segmento apresenta a sua com base no preceito constitucional. E depois se estabelece um prazo de dez anos, cinco anos, quinze anos para que chegue a esse nível de salário mínimo. Os problemas fiscais, etc. e etc. vão ser resolvidos dentro do congresso do Senado que é a Casa para resolver isso aí. Então, essa é a mensagem a gente gostaria em nome da construção civil trazer para os Senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vamos ouvir, então agora o representante dos Trabalhadores e Serviço de Aseio e Conservação, o Presidente da Federação, Roberto Santiago.

SR. ROBERTO SANTIAGO: Saldar o nosso companheiro Barelli Presidente da Mesa, companheiro Paim, aos companheiros das Federações dos Trabalhadores, companheiro Suplicy, companheiro Vicentinho que está voltando para cá. Olha, dizer se deve ou não aumentar o salário mínimo, isso se faz desnecessária a pergunta, não é Chico? Agora eu também acho que simplesmente dizer que tem que aumentar o salário mínimo, sem buscar as alternativas, fica meio irresponsável.

Ao longo do tempo, e está aqui o nosso amigo Hélio de Melo, que viveu isso, o tempo dos institutos que eram individuais Senador, que eram lá o IAPTEC, o IAPC, o IAPI que construíam inclusive casas para os trabalhadores das suas categorias. E lá para traz se resolveu criar o tal do INPS e se juntou no mesmo bolo e esse NPS, ajudou a financiar, inclusive, a Ponte Rio-Niterói.

Muito bem. O Estado causou essa situação de problemas com a Previdência para pagar os aposentados. Como o Estado tem uma parcela de culpa, o Estado tem que ser responsabilizado para que esses pagamentos sejam feitos, para que essas aposentadorias sejam dignas. Como é que nós vamos construir isso? Eu vou falar pontualmente, Senador Paim, do nosso setor, porque tem vários representantes aqui que vão falar do setor deles, mas eu vou falar especificamente de um setor que afeta o

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 791
DOC:

conjunto da economia nacional. E essa discussão, eu estava até perguntando do Meneguelli agora há pouco para o Vicentinho, nosso companheiro que está lá no conselho do SESI. E tivemos essa discussão lá atrás com o Vicentinho, não é uma discussão, é uma parceria de luta no sentido de estar levantando esse problema, porque é um tripé esse troço. O que é que é um tripé? Salário médio nacional miserável, contribuição miserável. Resultado: aposentaria miserável. Não é isso? Aí, ficam-se buscando os bodes expiatórios da historia que fica sendo o salário mínimo. Mas porque é que ao longo do tempo essa miserabilidade do salário mínimo e da contribuição previdenciária acabou acontecendo? E eu estou fazendo a discussão dessa com os companheiros do Governo, já conversei com o Marinho, estamos acertando com o Bargas, temos um conjunto de companheiros que estão engajados nessa luta. É uma terceirização, Paim. Nós brigamos lá no ABC quando o Vicentinho era o Presidente do sindicato, que a Volkswagen, por exemplo, tinha a oportunidade, não me recordo agora se eram catorze mil ou treze mil trabalhadores que eram funcionários da Volkswagen e ela resolveu terceirizar até a cabine de pintura. Hoje a Volkswagen está com 6 mil trabalhadores, Vicentinho, é por aí? Pouquinho... sete mil, oito mil aqui no ABC . E terceirizados tem quatro mil, e terceirizados tem quatro mil. O processo de terceirização no Brasil, apesar do discurso não é um processo aonde as empresas deixam de se preocupar com as atividades meio e só se preocupam com a atividade fim, para poder melhorar sua produção.

O processo de terceirização no Brasil é um processo de precarização, é um processo aonde as empresas buscam outras empresas, no sentido de reduzir custo. Então, você pega no comércio, por exemplo, vários setores do comércio. Você pega um salário médio, não vou insistir no metalúrgico, porque o companheiro Vicentinho está aqui ao meu lado, somos companheiros de luta, você pega um trabalhador metalúrgico que deve ter uma média salarial hoje de mil e quinhentos, mil e oitocentos não é isso Vicentinho? Não é esse o piso Vicentinho, por aí? Aí você terceiriza por quatrocentos, quatrocentos e vinte, quatrocentos e cinqüenta e aquele sujeito que faria esse tipo de atividade dentro dessa empresa que estaria ganhando mil e quinhentos reais e estaria contribuindo para a Previdência com muito mais... não vai para rua, não. Ele se sujeita a ser terceirizado e para ganhar lá os quatrocentos e cinqüenta, quinhentos reais. Então, esse é o problema. E eu tenho discutido, repito com o Governo porque nós precisamos criar mecanismos para acabar com esse absurdo. E se você traz receita para os cofres da Previdência...? Que se faz necessário. Os Economistas, infelizmente o nosso tempo é curto aqui porque eu gostaria de estabelecer um debate com vários companheiros que passaram por essa Mesa aqui hoje, porque o que se cita é aí o déficit de 12% do PIB, os quarenta e nove bilhões, os cinqüenta bilhões de déficit. O Marcílio já tem um dado que é de cinquenta de superávit. Enfim, isso é um outro problema. Ficar se balizando por isso... É evidente que é real e aqui ninguém é irresponsável de não estar tendo clareza e consciência do que é que significa isso. Mas claro se pega um PIB do País que não cresce, você pega um PIB que cresceu 1,5, 2%. Cada ponto de crescimento no PIB ele derruba do déficit da Previdência em mais de 30%, a cada ponto de recebimento no PIB. Então, não se pode ficar utilizando até porque eu sou brasileiro com esperança e luto, vou continuar lutando para que esse País cresça e todos nós aqui, eu tenho a mais absoluta certeza disso. E daqui a pouco esse número no PIB não vai significar muita coisa. É um número alto, mas o País tem um PIB alto.

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 1921
DOC:

Então nós não podemos ficar nos iludindo e nos emprenhando pelas orelhas de que a questão da relação do déficit da Previdência com o PIB é um grande problema, não é. O problema de Previdência, sonegação, é baixa contribuição, é terceirização. Eu acho que isso, companheiro Paim, nós podemos estar... Inclusive, eu estou aqui solicitando também a tua ajuda nesse processo do Vicentinho, a do Suplicy, nesse processo para que nós, o mais rápido possível, sentemos com o Marin(F), já tem lá um esboço desse projeto, nesse sentido para que a gente possa melhorar as contribuições para a Previdência Social e conseqüentemente acabar com esse problema que é a terceirização, que inclusive... até o Chico Cabral aqui agora, porque os hotéis estão terceirizando tudo lá dentro também.

Eu costumo dizer o seguinte, daqui a pouco vão terceirizar o pastor, vão terceirizar o padre, vão terceirizar o Deputado. É, porque isso virou uma febre no País e é uma febre da precarização. Nós temos que ficar atentos a isso porque isso vai ajudar a melhorar e vai ajudar a alavancar os salários do Brasil.

Eu quero dar um dado aqui porque o nosso companheiro da FIES, passou rapidamente e acha que não repercute isso, quando você reajusta o salário mínimo isso não repercute no conjunto da sociedade, isso é efetivamente que só conhece como é esse círculo pelos jornais. Quem conhece efetivamente no dia a dia e anda, sabe como é que isso acontece. Porque um salário mínimo como foi agora, foi uma luta nossa, foi uma compreensão do Governo, sim, claro que foi. Não tenha dúvida disso não. Se o salário mínimo foi para trezentos e cinqüenta, o sujeito que ajudar a consertar o fio, não sei aonde, ou pintar uma parede, não sei aonde, ele não cobra mais cinqüenta mirréis, ele vai cobrar oitenta, ele vai cobrar setenta. Isso tem influência no conjunto, sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma. Uma estupidez é quem não tem. Que é pontual, que é uma coisa que só tem aqueles que estão de carteira assinada. Isso não. De jeito nenhum. Isso afeta o conjunto da economia e tem outras saídas também, eu sei que vou parar já Barelli, calma não precisa escrever não.

Tem outras saídas também para a questão dos Municípios, é o que eu digo. Nós precisaremos aqui ter um tempo maior para fazer esse debate. E aqueles que se posicionam contra para a gente fazer o debate e demonstrar que existe a saída e que isso é possível. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ok. Quero agradecer, então aos bravos representantes das federações do comércio, da construção civil e do serviço de e conservação, Luiz Carlos Motta, Jairo José da Silva e Roberto Santiago pelo depoimento. Se tiverem material escrito para o nosso Relator é muito importante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): ... e do Sindicato dos Trabalhadores Aposentados de Pencionistas da CUT, que é o Wilson Roberto Ribeiro, Presidente. Por favor,... Não, Sérgio primeiro, 10 minutos.

[palmas]

ATN nº 003/2005
DIESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 793
DOC:

SR. SÉRGIO IVAN FERREIRA: Boa tarde, é um prazer muito grande está aqui nessa Casa ao lado das autoridades, dos colegas e companheiros que estão aí imbuídos no mesmo espírito, ou seja, a polêmica situação do salário mínimo.

Tudo que era para ser dito já foi dito aqui e eu muito pouco tenho a dizer, mas endosso as palavras do colega da Confederação Nacional dos Aposentados e fico aqui meio fora, meio peixe fora d'água, porque o meu assunto é funcionalismo público. O funcionalismo público, ele funciona estatutariamente, não é CLT. Então, nossos salários divergem os nossos rumos são outros.

Então, eu peço desculpas por não estar devidamente capacitado para dizer algo para vocês. Mas de qualquer forma eu nome do Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, e em meu nome, nós estamos colocando o sindicato a disposição de todos vocês. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Wilson Roberto Ribeiro, Presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores e Aposentados e Pensionistas da CUT.

SR. WILSON ROBERTO RIBEIRO: Boa tarde o Presidente Walter Barelli o meu professor, o companheiro, se eu posso chamar, o Senador Paulo Paim, o Vicentinho que é o meu colega de muitos anos, amigo, companheiro, irmão, metalúrgico também como eu e trabalhador também da Mercedes e inspetor de qualidade. O companheiro e amigo Senador Eduardo Suplicy e demais companheiro José Senno, que é o Secretário Geral do SINTAP e o José de Almeida que é o nosso Diretor de Saúde do SINTAP. E os demais companheiros, amigos e amigas, e colegas e praticamente todos os companheiros e companheiras aqui presente.

Eu quero dizer a você que nós da CUT assinamos o acordo com o Governo. Nós tivemos a cara e a coragem de assinar o acordo com o Governo do aumento dos aposentados. Porque não era só a questão do aumento dos aposentados. Nós sabemos, e tinha a certeza, que o aumento que vinha para nós de 5% era pouco. Mas o que estava em jogo era a questão da formação de uma Comissão Quadripartite aonde começa se discutir a questão dos aposentados. Aonde se rediscute a questão do transporte, que o aposentado até agora, através de uma liminar, não se pode andar no transporte interestadual.

A antecipação da primeira parcela do 13°. A discussão de uma cota nas casas populares para o Governo. Essa Comissão vai começar a discutir, debater com o Governo. Naturalmente que a nossa perca, dos aposentados, ela é grande, mas a gente precisava iniciar alguma coisa e quem negocia, sabe que muitas vezes você pede 20 para vir 10, você pede 10 para vir 5. A negociação se dá no momento na mesa, aquilo que dá para se negociar. O que não dá para negociar é balela.

Então nós achamos, sim, discutimos, debatemos, vários dias... O último dia que nós discutimos foi sete horas de discussão e ainda ficou para o dia seguinte, porque nós não chegamos a conclusão de que nós sentíamos firmeza do Governo. Nós queríamos fazer a discussão e se sentir seguro. E essa Comissão, independente do próximo Governo que virá, ela continua. Era isso que nós queríamos, a segurança. E nunca no Brasil se discutiu

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 794
DOC:

aposentado como se discute agora. Porque nós nunca vimos uma rodada, uma Mesa de negociação entre aposentado e Governo.

Eu estou há nove anos aposentado. Fui trabalhador rural, trabalhei em Gata(F), e me aposento na Mercedes-Benz como Inspetor de Qualidade. Tive que estudar naturalmente. E hoje representando o Sindicato Nacional a gente discutiu e debateu o que é que era melhor para os aposentados. Isso não é traição. Isso é discutir com o pé no chão. E saber o que está se fazendo.

E nesse momento a curto prazo o que tinha para nós era isso. Porque se nós não fizéssemos esse acordo, nosso aumento seria se 3,5%. E não de 5%, não teria 1,5 de aumento real. A outra questão que nós fizemos uma pauta para o Governo Federal que nós queríamos o recadastramento do INSS, da Previdência. Por quê? Muitas pessoas que se falavam no cálculo que tinha vinte e três milhões, vinte e quatro, nós não concordamos com isso. O Governo paga muito mais para quem não é aposentado. Para quem nunca trabalhou e o Governo vem e paga a aposentaria. E sai da onde? Sai do nosso bolso.

Então, são coisas a que gente discutiu e debateu que há muitos anos não vem debatendo. Nós fizemos um cálculo com o DIEESE apresentamos essa pauta para o Governo. A gente vai estar mandando quarta-feira, lá para o Senador Paulo Paim, o Presidente Walter Barelli o que foi discutido, o que nós discutimos com o DIEESE, e qual é o cálculo e o que nós precisamos. Naturalmente que esse aumento não impede, aqueles companheiros que tinha ajuda, que estão passando necessidade, que muitas vezes o quarteirão inteiro vem e faz a vaquinha para comprar alimentação e remédio para ele, ele continua, porque esse aumento não vai melhorar a condição de vida dele. Mas a gente discutiu com o Governo a farmácia popular. Noventa itens de remédios contínuo com preço de 90% de desconto. É caro ainda para quem não tem dinheiro, é caro ainda para o salário mínimo. Gente era o que nós podíamos negociar no momento.

Então, chamar algumas pessoas de traidora, eu não concordo com isso. Eu acho que não. Negociação é negociação. Agora, se você sai da Mesa, não quer discutir, então é outra coisa. Você saiu da Mesa, deixa quem discutiu, discutiu. Não é traição. É trabalhar com o pé no chão e vê o que se dá para se fazer. O que é que se dá para a gente discutir e construir a médio prazo? O que dá para a gente discutir a longo prazo? É isso que nós queremos, é isso que a gente quer debater e discutir com o Governo. A porta se abriu, nós conseguimos estar lá dentro e lá dentro a gente vai discutir daqui para frente o que a gente pode melhorar nas condições de vida dos aposentados.

O salário mínimo nós achamos que ainda é pouco. Porque pela conta do DIEESE, hoje nós estaríamos ganhando mil e quatrocentos reais. E a gente discutiu com o Governo a nossa perca de 60% de aumento. Eu acho que nenhum empresário até hoje pagou 60% ou 100% de aumento. Eu acho que não. E a gente pedir para o Governo fazer isso também é chover no molhado. Então, a gente tem que estar com o pé no chão para saber aquilo que a gente quer.

Eu tenho dois filhos desempregados, como vários aposentados têm filhos desempregados dentro de em casa. Nós somos o orçamento familiar, nós somos a complementação do salário familiar e nós somos a renda de muita cidade no País. Nós não temos lugar nenhum que tem um desconto para os aposentados. Nós conquistamos em São Bernardo do Campo e Diadema o transporte gratuito para os aposentados.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 795
DOC:

independente de idade. Nós conquistamos há dois meses atrás em Mogiguaçu o transporte coletivo gratuito para os aposentados independente de idade. Com seis anos de sindicato nacional.

Fomos discutir com os Prefeitos, pedimos uma reunião com o Governador, não fomos recebidos até agora, porque a gente quer discutir não só no Estado de São Paulo, mas nós queremos discutir a capital, o que a dá para se fazer com os aposentados, e nós não fomos recebidos.

Nas outras regiões sim, discutimos e debatemos. E em Diadema nós até avançamos um pouco mais, por quê? Em Diadema, se dá 20 vales para uma família que ganha seiscentos reais. Então, nós avançamos um pouquinho. Essa família tem condições de ter 20, porque os 20 vales, os filhos, os netos saem para procurar emprego, e procurando emprego eles têm o vale para poder andar na gratuidade do ônibus.

Então, uma pequena coisa, uma pequena parcela de ajuda, isso não se chama peleguismo. Isso se chama é visão política e ter responsabilidade de discutir aquilo que dá para avançar, e o que não dá para avançar a gente briga e a gente vai para a mobilização como a gente tem feito. E outra coisa as centrais sindicais, pela primeira vez vem junto conosco para discutir a questão dos aposentados. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Quero agradecer, então a presença dos representantes dos aposentados, o Sérgio Ivan Ferreira e o Wilson Roberto Ribeiro. Houve uma interpelação sobre a questão dos Servidores Públicos do Estado. Está encaminhado aqui o nome do Lineu Neves Mazano para dar um pequeno depoimento a respeito do assunto. O nosso Deputado Vicentinho, infelizmente, não pode permanecer mais, mas está deixando um abraço a todos.

[palmas]

SR. LINEU NEVES MAZANO: Eu quero aqui fazer um comentário bem rápido agradecendo a compreensão do Presidente, nosso companheiro Deputado Walter Barelli, Senador Paulo Paim, Senador Suplicy, nosso Senador de São Paulo e aos demais aqui da Mesa. Na verdade, é preciso colocar e os membros aqui da Mesa que representa o Congresso Nacional tem essa consciência que nós temos dado uma contribuição muito grande para esse debate via nossa confederação. Confederação dos Servidores Públicos do Brasil que inclusive representou propostas e eu tenho participado em reuniões da Comissão no Senado.

Agora, é claro que a questão do salário mínimo, ela entra numa discussão, nós teríamos vários pontos. Mas falando na questão dos Servidores Públicos, o índice de Servidores que mais recebe mínimo são os Servidores municipais. Mas nós temos, inclusive, no Governo Federal servidor que ganha salário mínimo também, é índice menor, mas tem. Temos no Estado, nos Estados. E no caso de São Paulo, é preciso colocar também o seguinte, foi até colocado aqui pelo representante da Secretaria do Trabalho que o Governo de São Paulo tem um piso de cinqüenta e dez reais. Isso é verdade, o Governo coloca como piso salarial cinqüenta e dez reais. Só que um trabalhador braçal do Estado se São Paulo, um homem que faz capina ou que faz um outro serviço aqui na área braçal, operário, ele tem o salário base de quarenta e quatro reais e quarenta e sete

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 796
DOC:

centavos, isso desde 1 ºde julho de 95. Tem que ser dito isso. Aí depois ele tem sete, oito, até dez onze gratificações que várias delas não incorpora quando ele se aposenta. E é preciso se dizer, inclusive, que o Supremo Tribunal Federal a menos de dois anos, ele mudou as suas decisões, porque nós ganhávamos as ações tendo que o salário mínimo, o base, fosse o mínimo que está garantido isso na Constituição, e o Supremo mudou a sua posição tratando como total das remunerações. Então o Governo ainda goza desse benefício que esse Supremo Tribunal Federal conduzido politicamente não pelos direitos legais garantidos, decidiu já há mais ou menos um ano e meio.

Então, isso é uma questão que eu queria estar colocando aqui, Deputado Walter Barelli, Presidente da Comissão, que são muitos os problemas que vem na questão do salário mínimo. É claro que para recuperar salário mínimo, nós temos que pensar inclusive numa série de coisas que venha acompanhado para tenhamos uma vida mais digna, para que realmente o cidadão possa viver dignamente.

Mas eu aproveito aqui para colocar e relembrar, justificar a ausência do Presidente da nossa Confederação, que houve um problema vindo para cá, é que a nossa Confederação tem contribuído, portanto, tem um jornal aí que mostra esse nosso trabalho, e também dizer o seguinte, pela nova Central Sindical dos Trabalhadores, na nova Central Sindical dos Trabalhadores de São Paulo, da qual eu faço parte da Diretoria Executiva, temos, mais ou menos aqui presente. Nós também temos debatido e solicitamos numa audiência com o Governo do Estado para apresentarmos uma proposta que o Governo do Estado faça com alguns outros governos da região sudeste, criando o salário regional.

Teve alguém aqui nessa Mesa que disse que era contra. Eu já ouvi. Por isso que talvez um debate mais acirrado para a gente debater as propostas, e eu acredito que a junção dessas discussões aqui ela produz para essa Comissão que está de parabéns é histórico isso na nossa história, do Congresso Nacional, vamos dizer assim, produzir isso aqui em todas essas falas um grande enriquecimento de propostas. Mas nós defendemos o salário mínimo regional. Porque o Governo do Rio de Janeiro e vários outros, Rio Grande do Sul, Paraná e outros, têm salário mínimo regional, e está se cumprindo. São Paulo tem condição de dar o salário mínimo regional muito mais do que trezentos e cinqüenta reais, é vergonhoso falar disso, trezentos e cinqüenta reais. Há condição para isso. É só eu estar colocando.

Então, também colocar isso que a nova Central Sindical Estadual de São Paulo, nós já estamos apresentando isso, reivindicamos ao Governo de São Paulo e na nacional também para que seja discutido isso, para que de acordo com a capacidade de cada região do País, possa realmente estar maneirando aí as condições dos trabalhadores.

Eu agradeço bastante a oportunidade e observando uma coisa, foi falado aqui pelo Roberto Santiago na questão da terceirização na indústria. O problema é sério de terceirização no serviço público. Porque aí Senadores aqui presentes e vocês que têm demonstrado, como também o Deputado presente, a luta pelas questões sociais, e mais ampla desse País. Nós precisamos lutar por uma moralização da Administração Pública. E isso não começa para discutir a atividade do servidor público de carreira, não. Isso começa para discutir os cargos de confiança e os serviços terceirizados. Porque é com essa terceirização que se coloca o pai, a mãe, a madrasta, o irmão, o cunhado que se coloca inclusive numa política de transferir serviço público, também, para estagiários de São

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 797
DOC:

Paulo. 10% da força do serviço público estadual, já estão na mão de estagiários. Fazendo atividade de servidor de carreira. Respondendo, eu estou falando porque posso provar, e aí quem que vai lá, quem são os estagiários escolhidos? Aqueles que têm proximidade desta ou daquela forma.

Então independente de quem quer que seja, seja no federal, no estadual ou nos Municípios, nós precisamos lutar por uma moralização da Administração Pública, porque para recuperar salário mínimo também passa por essa questão. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vamos desfazer, então, essa quarta Mesa. Nós tivemos a presença aqui constante do Senador Eduardo Suplicy, pergunto se ele quer fazer uso da palavra, rapidamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado Deputado Walter Barelli, Presidente dessa Comissão Especial sobre Salário Mínimo, meu caro Senador Paulo Paim, Relator desta Comissão que visa ouvir todos os segmentos da sociedade brasileira para se estabelecer uma política relativa ao salário mínimo. Eu quero mais uma vez cumprimentar essa Comissão pelo procedimento adotado de tanto ali no Congresso Nacional, quanto nos mais diversos Estados da Federação estar se empenhando para ouvir os trabalhadores, os empresários, os aposentados para saber como é que nós podemos definir o salário mínimo e de uma maneira a levar em consideração. Sejam os preceitos constitucionais, a possibilidade de estar se garantindo maior renda, e possibilidade de emprego a todos os brasileiros, inclusive os aposentados.

E nesse sentido, que já em minhas participações anteriores, eu tenho chamado a atenção de que mais e mais, nós precisamos estar considerando tanto o valor do salário mínimo, quanto a valor das transferências de renda. E, sobretudo, porque no Brasil o Congresso Nacional pioneiramente aprovou em 2003, sancionado pelo Presidente da República, a Lei 10.835 que instituiu a renda básica de cidadania. O direito de toda e qualquer pessoa não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica de estarmos todos, indistintamente partilhando da riqueza da nação, recebendo uma renda que será, na medida do possível, suficiente para atender às necessidades vitais de cada pessoa. Mas, como até mesmo dos que detém mais recurso dos que não necessitam, sim, só que esse obviamente irão colaborar proporcionalmente mais para que eles próprios e todos os demais venham a receber. De tal maneira que estaremos eliminando os entraves burocráticos em se ter que saber quando cada um ganha para fins de receber a renda básica de cidadania, eliminando quaisquer aspectos de estigma, de sentimento de vergonha eventual de uma pessoa precisar dizer "Eu só recebo tanto, por isso eu mereço tal complemento de renda".

E do ponto de vista da dignidade, liberdade do ser humano será melhor para cada um saber que esse é um direito inalienável da pessoa como um ser humano. Os estudos relativos a esse tema demonstram que se trata de uma medida, inclusive, compatível com a questão da competitividade da economicidade, da racionalidade, da economia, e na medida em que em outros Países, hoje, nós temos inúmeras formas de transferência de renda; é preciso que nós brasileiros estejamos conscientes destas formas e como que a renda básica de cidadania se constituiu até na mais eficiente maneira de, sem prejudicar a

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 798
DOC:

competitividade da economia, nós estaremos ao mesmo tempo garantindo maior eqüidade, maior justiça e maior progresso para todos em nosso País.

Eu quero aí, portanto, cumprimentá-los mais uma vez meus caros Walter Barelli e Paulo Paim por estarem trazendo a discussão esse tema e ouvindo os mais diversos segmentos, e inclusive aqui em São Paulo, como em outros Estados onde estiveram. Meus parabéns a Comissão, parabéns a todos que estão participando. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado Senador, para as consideração finais, passo a palavra ao Relator da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De forma muito rápida, eu quero mais é agradecer a vocês. Nós estamos aqui há praticamente 4 horas debatendo um tema tão importante como esse. Quero agradecer também ao Presidente da Assembléia o Rodrigo Maia que não está aqui, mas que nos recebeu hoje quando chegamos a São Paulo, aqui na Casa, e vem mostrando todo o interesse dessa Assembléia por um tema tão rico no seu conteúdo como a questão do salário mínimo e a política dos aposentados e pensionistas. O que eu queria dizer para vocês no encerramento é só o seguinte.

O que eu queria dizer para vocês no encerramento é só o seguinte: É preciso que a gente entenda, eu que vim também de um movimento sindical, que, sem pressão e sem mobilização, não se consegue os objetivos. Vocês não pensem que essa conversa conosco aqui ou mesmo uma audiência lá no Senado resolve. O que resolve é mobilização e pressão. A história diz isso. Eu não estou aqui inventando a roda.

Na Audiência Pública de Curitiba, eu estava com um pouco de ciúme do povo francês por eles terem colocado na rua três milhões de pessoas, exigindo que não houvesse alteração na política do primeiro emprego. E quando eu faço isso, eu queria que vocês entendessem que não é contra esse ou aquele Governo. Eu entendo que a pressão, ela é legítima e faz com que os governantes ouçam, vejam e encaminhem as reivindicações da população.

Eu tenho mais de 600 projetos apresentados no Congresso Nacional. E falo isso, Barelli, até porque em 20 anos lá dentro, tem que ter mesmo, mas se alguns deles eu aprovei, e foram poucos, foi porque houve pressão popular no momento adequado. Por isso que eu tenho, em cima dessa Comissão Mista, eu sou meio apaixonado por essa Comissão, eu venha namorando ela há muitos anos, mas eu tenho também as minhas preocupações.

O Barelli já confirmou que vai a Rio Grande do Sul, vai a Campo Grande, vai a Salvador. Qual é a nossa intenção além de ouvir vocês? É trazer esse tema para o debate. Se a gente fala que um País como o Chile, a renda per capita em 25 anos aumentou 100%, e poderíamos citar que no mínimo quase uma centena de Países que aumentou 60% e o Brasil aumento 9% em 25 anos, alguma coisa está errada. E nós precisamos fazer essa reflexão entre nós. E a questão dos aposentados, também o meu companheiro da CUT aqui falou, é isso mesmo. Como é que a gente faia? É preciso pressionar e negociar, mas não dá para deixar de pressionar.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 709
DOC:

Quem é sindicalista sabe, quando a gente senta na Mesa, sem força na retaguarda, o que é que o empresário diz? "Ah, meu amigo, procura o teu time senão vamos para a justiça". Agora, nem para a justiça a gente pode ir, porque aprovaram lá um artigo que diz que só quando o empresário concordar é que vai para a justiça. Porque é que eu digo isso? É fundamental a questão dos aposentados, a questão do fator previdenciário... Alguém pense que vai passar na Câmara só porque nós aprovamos no Senado, não é bem assim. O PL 58 que todos nós somos a favor, que tem que haver uma discussão, vai aprovar só porque o Relator deu o parecer favorável? Não é bem assim. A história mostra, e por isso nós estamos aqui. Não pense vocês que eu não gostaria de estar lá no meu Rio Grande fazendo campanha, lá, porque eu tenho compromisso também, mas eu estou aqui e vamos viajar para inúmeras capitais. Eu Barelli, o Jackson e aqueles que puderam e que fazem parte da Comissão, para tentar fazer essa população meio que acorda. E eu falo isso com muita tranqüilidade para vocês. Vejam bem, o Barelli é do PSDB, eu sou do PT e vocês virão aqui um discurso do Barelli contra ou a favor do Governo. Contra ou a favor de algo que nós pactuamos? Não. O que nós queremos é construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo.

Quem pegar jornais de hoje, meus amigos aposentados, quando eu li na matéria do jornal de hoje, "A aposentaria tem que ser o seguro social de um salário mínimo", inclusive dos Servidores Públicos que estão aqui. Vocês viram panelinha! O resto quem quiser que vá para a Previdência Privada. Eu digo "o resto", porque eles nos tratam assim, como o resto que vá para a Previdência Complementar Privada.

Quem pode pagar uma Previdência Complementar Privada? Então, se esse debate a gente não aprofundar com a devida mobilização, além do assunto aqui discutido, cada um colocando as suas exposições, nós vamos ter sérios problemas no futuro independentemente de quem estiver no Governo.

Eu sempre digo o seguinte, e vou repetir essa frase para vocês e vou terminar. Como eu disse em Curitiba, Barelli me permita, que eu repita aqui. O Governo se ele não ouvir o rufar do tambor, a batida do pandeiro, o toque do violão que são instrumentos que o nosso povo conhece, e só chegar em Brasília o toque do violino ou o toque do piano, é isso que ele vai ouvir. Aí vêm os grandes produtores rurais demonstrando as suas preocupações, mas são renegociadas as dívidas, e aí vêm as Prefeituras que foram negociadas agora para pagar em 20 anos. Isso é no passado e no presente. Poderíamos lembrar também dos banqueiros... foi cinqüenta bilhões também negociado, eu não estou entrando no mérito, Barelli, desse ou daquele governo, eu quero dizer que quem não chora, não mama e quem não acelera, não chega lá.

Com isso meus amigos eu ainda torço para que o barulho das sandálias, do chinelo de dedo ou de pé descalço, ou de botina na fábrica ou do sapato furado dos empregados, se ouçam nosso Palácio em Brasília. E quando eu digo nosso Palácio, é o Judiciário, é o Congresso Nacional e é também o Executivo. É essa a esperança. Pode ser utopia, pode ser sonho, mas a pressão popular pode fazer acontecer. Muito obrigado a vocês. Uma alegria enorme estar aqui em São Paulo e voltarei outras vezes. Muito obrigado.

[palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 780
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Esse aplauso, Paim, mostra que São Paulo receberá sempre com palmas, porque está empolgado nessa campanha importante de recuperação dos valores da renda da população brasileira.

Efetivamente, hoje foi lançado, parece que nos jornais, uma proposta de acabar com as aposentadorias. Vai ser a renda do idoso. E vai ser um salário mínimo.

Então, é uma situação efetivamente que merece ser discutida, repudiada, porque quando os nossos antepassados, para se defender das agruras do capitalismo, criaram já no fim do século 18 a idéia da Previdência, porque eles se precisavam prever o futuro. E foi a solidariedade dos trabalhadores que tornou possível que fossem criadas inicialmente, associações de socorro mútuo, aqui no Brasil das várias colônias, italiana, espanhola e portuguesa, nos outros Países os primeiros sindicatos - aqui depois essas associações muitas delas se transformando em sindicato - porque o trabalhador sabia que quando ele não tem direito esse regime vai jogá-los no desemprego, se tiver doente vai jogá-los na rua, porque não vai ter hospital, e se envelhecerem vão se tornar pedintes. Então, toda a gênese da política previdenciária vem da solidariedade entre trabalhadores. E felizmente aqui no Brasil não se entendeu muito isso, e os militares no Governo autoritário, acabaram com institutos que eram mantidos pelos próprios trabalhadores que deveriam ser aperfeiçoados, mas não extintos. Que deveriam ser dirigidos de forma tripartite e aí nós não teríamos essa sana de viver sempre em reformas da Previdência.

Todo mundo que tem, e muitos aqui têm cabelos brancos, todo muito que tem cabelos brancos já passou por várias Reformas da Previdência, já contribuiu de formas as mais diferentes, e agora tudo isso que foi feito não basta. Se propõe outra forma de Previdência como está no jornal de hoje.

Agora, nós temos uma luta importante, foi uma luta que foi construída ao longo do tempo por poucas pessoas. O salário mínimo caiu para o patamar que está hoje porque hoje ele é insuficiente, embora nos últimos anos, desde Itamar Franco, ele tenha tido sempre algum percentual de aumento real, o último foi um percentual maior, mas tem de verificar em todo o período desse último Governo, que então aí teve um ano em que o reajuste foi pequenissimo do salário mínimo.

Então, o salário mínimo que durante muito tempo não tinha quem levava essa pauta para Brasília. E nós sabemos de muitos que fizeram isso através dos seus mandatos e que hoje, como falou o nosso Relator Senador Paulo Paim, hoje já existe um consenso, pelo menos no Senado e na Câmara, de que, "Olha, o salário mínimo precisa ter uma regra que retire do limbo de este ou aquele Presidente determinar qual deve ser o seu reajuste".

Nós queremos que o salário mínimo não seja antecipado só para abril. Nós queremos que no próximo ano ele seja antecipado para março. No ano que vem que ele seja antecipado para fevereiro. E depois, finalmente, seja antecipado para janeiro. Porque nós queremos campanha do salário mínimo, sim. Justamente no momento em que é feito o Orçamento da República, porque se não for pensado no salário mínimo quando se faz o orçamento, então aí a discussão normalmente é novembro e dezembro, depois vão dizer: "É impossível pagar um salário mínimo maior, porque não foi previsto o reajuste necessário".

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 781
DOC:

Então, a Comissão caminha celeremente para essa idéia. Antecipar. A cada ano, o salário mínimo será recebido no último valor por onze meses ou doze considerando o 13º. Mas esse ano ele recua de maio para abril, no ano que vem de abril para março e depois de março para fevereiro e finalmente chega em janeiro. Porque aí nós teremos a data-base do salário mínimo que será importante para uma luta conjunta, os sindicatos não poderão mais esquecer, porque durante muito tempo trabalhando dentro do movimento sindical, eu sei que a questão do salário mínimo não foi a principal preocupação dos sindicatos, não poderão esquecer, porque serão convocados para essa campanha.

E a Comissão, ela vai ainda seguir para os Estados e pretende, até novembro ou o mais tardar até a primeira quinzena de dezembro, apresentar o relatório que o Paulo Paim, em nome da Comissão, está preparando e em nome de todos os depoentes está preparando para que desse relatório, dessa proposta até de uma nova legislação, nós tenhamos, então uma nova fase no que se refere a política da menor remuneração no Brasil e uma política de renda de redistribuição de renda no território nacional.

As pessoas que querem participar, oferecendo sugestões para a Comissão, eu vou dar agora um e-mail que receberá sugestões das pessoas: VMAIA@SENADO.GOV.BR.

Com isso, agradecendo também, ao Presidente da Assembléia Legislativa, a cessão desse auditório Franco Montoro. Agradecendo a presença do Senador Suplicy, que está saindo correndo para outro compromisso. Declaro encerrada essa 2ª Audiência Pública Externa da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo.

[palmas]

Sessão encerrada às 18h20.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 782
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

3ª Audiência Externa

08/05/2006

Audiência Pública em Salvador

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 783
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 3ª Audiência Pública Externa

Realizada em 08/05/2006 – em Salvador (BA)

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e cinqüenta e dois minutos, no Plenário da Câmara Municipal, na Praça Tomé de Souza, em Salvador – BA, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças do Senador Paulo Paim, da Senadora Heloísa Helena, do Deputado Walter Barelli, do Deputado Daniel Almeida, do Deputado Colbert Martins, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". O Presidente declara abertos os trabalhos da 3ª Audiência Pública Externa e informa que a pauta da presente reunião se destina à promover uma Audiência Pública com entidades do Setor Público e Privado do Estado da Bahia para colher sugestões sobre a política de salário mínimo do País. Passa então a palavra ao Relator Senador Paulo Paim e ao Presidente da Câmara Municipal de Salvador, Vereador Valdenor Cardoso. Após suas considerações iniciais são convidados para compor as mesas de trabalhos os seguintes representantes de entidades: Carlos Fernando Amaral – Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia (FECOMÉRCIO-BA); Domingos Leonelli – Secretário Municipal de Emprego e Renda de Salvador; Everaldo Augusto – Presidente da CUT/BA; Victor Fernando Ollero Ventin – Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Gilson Costa de Oliveira – Presidente da Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia (ASAPREV-BA) / Casa do Aposentado / Conselho Deliberativo da COBAP; Selma Magnavita – Representante da Associação dos Movimentos de Donas-de-Casa e Consumidores da Bahia; Vicente Mário Visco Mattos – Presidente do Sindicato da Indústria de Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA); Florisvaldo Bispo dos Santos – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e da Madeira do Estado da Bahia (SINTRACON-BA); João Prazeres Santana – Presidente do Sindicato de Vendedores Ambulantes e dos Feirantes da Cidade de Salvador; Emanuel Souza de Jesus – Representante do Sindicato dos Bancários do Estado da Bahia; Ranieri Muricy – Supervisor Técnico do DIEESE/BA; Marinalva Nunes –Diretora da Federação dos Trabalhadores Públicos da Bahia; Sílvio Silva – Representante do Coletivo de Entidades Negras da Bahia. Após as explanações dos convidados, o Presidente passa a palavra ao relator, Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a reunião às dezoito horas e trinta e oito minutos e convoca os membros para a próxima audiência pública externa no dia vinte e dois de maio deste ano, às quatorze horas, em Porto Alegre (RS). E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 784
DOC:_____

Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTERNA DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL DO SALÁRIO MÍNIMO, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº03/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO A APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS. REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2006, ÀS 14 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Declaro aberta a 3ª Audiência Pública Externa da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 03/2005, destinada a efetuar estudos visando a apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se a promover um debate sobre o assunto objeto desta Comissão com entidades públicas e privadas do Estado da Bahia, visando a colher sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País. Nós queremos, nesta oportunidade, como Presidente desta Comissão Mista do Congresso Nacional, e vizinho da Bahia, sou Deputado Federal pelo Estado do Sergipe, agradecer o empenho do Presidente da Câmara Municipal de Salvador, aqui presente, o Vereador Valdenor Cardoso, com a sua Assessoria, que deu uma prova de apreço ao Congresso Nacional, o seu cerimonial, todos os seus Servidores, a instalação e funcionamento desta Audiência Pública.

Sr. Presidente, sem o apoio de V.Exª. esta Audiência Pública, sem dúvida alguma, não teria os resultados, que imaginamos positivo, para o trabalho que realizamos nesse momento em todo o País. Agradecer às entidades aqui, presentes e representadas, da área pública, do setor empresarial e do setor dos trabalhadores e agradecer o apoio a esta Comissão de toda a imprensa da Bahia aqui presente. Queremos, neste momento, passar a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Salvador, Vereador Valdenor Cardoso.

SR. VALDENOR CARDOSO: Eu não vou frustrar a expectativa do debate, porque todos estão aqui para debater a questão do salário mínimo, mas gostaria de saudar a Mesa em nome do seu Presidente, Deputado Jackson, e pedir a licença aos demais para saudar o Vereador Daniel Almeida, porque, além de Deputado Federal, foi um Vereador desta Casa, [palmas] Sindicalista, e que muito tem debatido sobre a questão da melhoria da relação capital e trabalho.

Gostaria de dizer que é um motivo de orgulho que essa Casa receba tão nobres representantes do Congresso Nacional. E isso, me permita a falta de modéstia, é fruto do trabalho democrático desta Casa. Durante essa gestão, discutimos todas as questões que nos foi colocada. Não houve tabu nem houve censura a nenhuma discussão e, eu acredito, devido a essa atuação, não minha, mas de todos os Vereadores com assento nesta Casa. Com a presença de todos os partidos que aqui estão, foi possível transformar esta Casa em uma Casa verdadeiramente democrática. Eu gostaria apenas de citar o nome dos Vereadores de Salvador que aqui estão. E gostaria que tivesse a lista para que constasse neste debate a presença dos Vereadores. Vereador Tadeu Fernandes, Vereadora Ariana Carla, Vereador Cristóvão Ferreira, Décio Santana, Gilberto José, Ismard

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 785
DOC:

de Araújo, João Bacelar, João Carlos Fernandes, Vereador Lau, Vereadora Maria Aladilce, Vereadora Maria Del Carmen, Vereadora Lídia Santana, Vereador Palhinha, Vereador Reginaldo Oliveira, Vereador Ruy Costa, Vereador Sérgio Barradas Carneiro, Vereador Silvoney Sales, Vereador Téo Senna e o Vereador Sidelvan Nóbrega.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Comissão, eu apenas, no sentido de contribuir também com o debate, eu gostaria de dizer que Salvador é uma cidade que atravessa uma dificuldade muito grande do ponto de vista do desemprego. Por isso, eu acredito, se é importante discutir a questão do salário mínimo porque gera uma distribuição maior da renda, é necessário que possamos juntar a essa discussão a possibilidade da República encontrar meios e formas para que possa gerar cada vez mais emprego e renda para o nosso povo. Porque, só desta forma nós teremos o exercício completo da democracia. Ninguém pode ser cidadão se não tem emprego e se não tem renda. Por isso, saúdo a todos os nossos visitantes e todos aqueles que aqui vieram, entidades, sindicatos, grupos de pressão, e agradeço e tenho certeza que essa tarde será uma tarde que ficará registrada definitivamente nos anais desta Casa. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos aqui fazer um registro, que nos honra muito a presença nessa Audiência Pública dos Deputados da Bahia, Deputado Daniel Almeida, representante do PCdoB na Câmara Federal, que tem sido valoroso companheiro e um grande representante da Bahia, bem como o nobre Deputado Colbert Martins, de Feira de Santana, a quem também homenageamos [palmas].

Quero também fazer um registro especial ao cidadão que foi contemporâneo nosso no Congresso Nacional, na Câmara Federal, e hoje é Secretário Municipal de Emprego e Renda, o companheiro Domingos Leonelli, também aqui presente. [palmas]

A Audiência Pública, nós vamos iniciá-la, antes eu vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim, mas eu quero convidar para compor aqui a Mesa, para o início dessa Audiência Pública, o representante do setor público, o Domingos Leonelli, Secretário Municipal de Emprego e Renda, e o Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia, representando o setor empresarial, os dois primeiros que vão dirigir a palavra aqui nessa Audiência. E eu gostaria de saber aqui da Mesa...

A nossa Comissão foi instalada no final do ano passado, no mês de dezembro, Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda uma política permanente de salário mínimo para o País. Essa Comissão foi nomeada pelo Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, evidentemente que com a participação do Presidente da Câmara Federal, Deputado Aldo Rebelo. Já realizamos cerca de doze Audiências em Brasília e discutimos também a necessidade de fazermos discussões a nível regional. Já estivemos em São Paulo, em Curitiba, hoje em Salvador, na Bahia, e teremos mais duas Audiências regionais, no Norte do País, em Manaus, e na região Centro-Oeste, em Goiânia, buscando subsídios, sugestões, debatendo com todos os setores da sociedade aquilo que possa oferecer ao País, ao final do nosso trabalho, uma política permanente de salário mínimo que possa dar ao País uma política justa de recuperação do poder aquisitivo do trabalhador. E eu passo, nesse momento, a palavra ao nosso Relator da Comissão, o grande companheiro, Senador Paulo Paim.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 786
DOC:

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, queria dizer da minha alegria de voltar aqui na nossa querida Bahia, nesta Audiência Pública, presidida pelo nosso Deputado Jackson Barreto, e eu estou aqui como Relator com um único objetivo, ouvir a todos, a Mesa foi toda apresentada pelo nosso Presidente, a Senadora Heloísa Helena faz parte dessa Comissão Especial do Salário Mínimo.

O objetivo desta Comissão, eu queria que ficasse muito claro para vocês. Ela não é uma Comissão que tem como objetivo somente construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo. O objetivo desta Comissão é também construir uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e também pensionistas. [palmas] Porque todos vocês estão acompanhando e sabem da posição que nós representamos. Se continuar a lógica dos últimos 10 anos, de os vencimentos dos aposentados e pensionistas não acompanharem o percentual dado ao mínimo, sem sombra de dúvida, em pouco tempo todos os aposentados e pensionistas do nosso País estarão recebendo somente um salário mínimo. E nós não queremos isso. Então, não tenham dúvida, eu posso dizer que eu falo nesse momento em nome da Comissão Mista. O nosso Relatório, além de apresentar com muita firmeza a recuperação do salário mínimo, também vai contemplar a situação dos 22 milhões de aposentados e pensionistas.

Digo mais, no debate que temos feito pelo País, tem um outro tema que nós estamos discutindo, que é a questão do fator previdenciário. Todos vocês sabem o que é o fator previdenciário. Infelizmente é uma lei que reduz, conforme os dados mais atualizados que eu tenho, Senadora Heloísa Helena, no caso da mulher, a redução pode chegar a 41,5% daquilo que ela teria de direito se não fosse aplicado o tal do fator previdenciário, que é um redutor dos benefícios, e o homem pode chegar a 37% de prejuízo. Por isso que nós queremos construir uma alternativa e por isso que o Senado, por unanimidade, já aprovou, nas Comissões que têm poder terminativo, embora houve recurso ao Plenário, o debate vai se dar no Plenário, mas tenho certeza que o Plenário também vai votar pelo fim do fator previdenciário, porque entendo eu que é mais do que justo. E por que é que eu insisto com esse tema? Só vou dar dois exemplos para vocês. Perguntem para mim Senador, sobre a minha aposentaria, se aplica o fator previdenciário? Não aplica, porque ela é muito perversa. Pergunte a qualquer Deputado Federal se aplica sobre a aposentaria deles. Não aplica. Pergunte aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que se aposentam com 24 mil reais, se aplica sobre eles o fator previdenciário. Não se aplica. Sabe para quem que aplica? Só para quem ganha, no máximo, até seis, sete salários mínimos. Daí para baixo aplica. Não é que eu quero que aplique para todo o trabalhador. É tão perverso que eu não quero que aplique a ninguém. E muito menos para aqueles que ganham o mínimo, que é exatamente aqueles que estão no regime geral da Previdência. Então, esse debate também nós estamos fazendo em todo o País.

Achamos que tem que ter uma grande mobilização. Sem mobilização, não tem salário mínimo decente, não tem benefício de aposentados decente e não tem o fim do fator previdenciário. Eu digo sempre, e aqui vou concluir essa minha primeira fala, que é bom que se entenda que esse movimento não é contra ninguém, aqui não tem debate de situação ou de oposição, o debate aqui é a favor dos trabalhadores, dos aposentados, dos Servidores públicos, enfim, dos assalariados brasileiros, que são tão penalizados com a forma que, infelizmente, é aplicado hoje, por exemplo, o fator previdenciário.

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 787
DOC:

Como disse aqui o Presidente, realizamos em torno aí de 14 reuniões. Audiências Públicas, vamos realizar quantas forem necessárias para que efetivamente a gente possa um dia dizer que esse País tem uma política decente, tanto para o trabalhador como também para os aposentados e pensionistas.

Um bom debate a todos nós, parabéns a todos vocês que estão agora nesse recinto, e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, não estão aqui, mas acompanham, eu tenho certeza, pela imprensa a importância dessas Audiências Públicas.

Em seguida, dois companheiros nossos vão trabalhar aqui com transparência para mostrar o que a gente fez até o momento. Mas ser que o Presidente da nossa Comissão vai dar oportunidade para que aqueles que estão na Mesa façam uma saudação a todos vocês. É com esse espírito de solidariedade e de grandeza política, e numa visão de futuro num mundo melhor para todos que a gente participa aqui da abertura desse evento. Um abraço a todos vocês. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Então, antes de passar a palavra para os companheiros Deputados Colbert Martins e Daniel Almeida, eu quero explicar aqui aos companheiros da CUT, na pessoa do Presidente, aqui presente, Everaldo Augusto, dos companheiros da Associação de Aposentados, dos Servidores públicos que, quando os dois companheiros que estão na Mesa terminarem a sua parte na Audiência, eles descem e são convidados mais dois em seguida, e assim, sucessivamente, até ouvirmos todos os setores que estão aqui já previamente acertado para a participação nessa Audiência Pública. Era apenas uma informação para orientar como o trabalho vai se processar durante a nossa Audiência Pública. Quero passar a palavra agora ao Deputado Daniel Almeida, do PCdoB aqui da Bahia. [palmas]

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Sr. Presidente Jackson Barreto, saudar V.Exª., que tem desempenhado um extraordinário trabalho à frente desta Comissão, Senador Paulo Paim, que dispensa comentários, em função da sua trajetória, sempre vinculada às lutas populares em defesa dos trabalhadores, Senadora Heloísa Helena, que é também aqui do Nordeste, brava companheira de lutas [palmas], nobre colega Colbert Martins, companheiro que representa Feira de Santana e a Bahia no Congresso Nacional, meu companheiro Valdenor Cardoso, Presidente desta Casa e que eu tenho a honra de conhecer a tanto tempo, chegamos aqui juntos, em 89, e a gente tem sempre muita saudade, e eu me sinto, com muito orgulho, participante daquela trajetória que pôde apresentar tantas idéias e sugestões a esta cidade, meus companheiros Domingos Leonelli, Amaral. Dizer da satisfação, nobre Presidente, de estarmos realizando esta Audiência Pública, que trata de um tema absolutamente relevante para o nosso País, e da feliz iniciativa que teve o Congresso Nacional de constituir uma Comissão especial para colher as sugestões várias que tramitam no Congresso Nacional, mas principalmente, colher sugestões da sociedade, em cada canto deste País, de um País tão diverso, tão desigual, mas também tão criativo, tão cheio de oportunidades quando nós abrimos espaços para os diversos segmentos participarem do processo de construção legislativa, de construção política.

Dizer, Sr. Presidente, que é absolutamente necessário nós termos uma política perene, permanente de valorização do salário mínimo. O salário mínimo, na sua trajetória, já experimentou momentos de elevação, quedas seguidas, estagnação, congelamentos,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 788
DOC:

estamos agora experimentando uma fase de ascensão, graças à pressão do próprio movimento social, e nós temos que valorizar o papel das Centrais Sindicais, dos trabalhadores, que têm buscado negociar um salário mínimo mais elevado nesta conjuntura, nos últimos dois anos nós verificamos isso, graças ao espaço institucional que o Governo tem propiciado para esse debate, mas, mais importante do que esses picos é termos uma política definitiva e permanente. Esse é o principal desafio. Porque todos nós reconhecemos que o salário mínimo é importante, fundamental e insubstituível instrumento de distribuição de renda e que propicia a superação das igualdades sociais, tão marcantes entre nós. O salário mínimo, ele dinamiza a economia, ele produz um ambiente favorável ao crescimento econômico, distribuição de renda, e todos podem ganhar com a política permanente de valorização do salário mínimo.

Portanto, parabéns a V.Exª., Presidente Jackson Barreto, parabéns a todos que estão se apresentando para dar uma contribuição na construção dessa proposição tão necessária para a sociedade brasileira. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o nobre Deputado Colbert Martins.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes nesta Mesa, eu cumprimento a todos em nome da Senadora Heloísa Helena, cumprimentar o Presidente da Câmara, Valdenor Cardoso, a todos os Srs. Vereadores e Vereadoras e todos aqueles que comparecem para esta Audiência Pública.

Sr. Presidente, além da importância do fato do salário mínimo, da importância do que é a Nação que tem e, principalmente, boa parte do interior da Bahia, a garantia da sua sobrevivência com base no salário mínimo, dizer que hoje a Previdência começa a pagar os seus aposentados. As filas na minha cidade estão enormes. Em todos os Bancos, loterias, enormes filas acontecem hoje porque boa parte do sertão da Bahia, do interior da Bahia sobrevive do que os aposentados--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Alagoas também.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Alagoas também. Dos aposentados e aposentadas deste País. E a grande maioria sobrevive com um salário mínimo. São as garantias e a segurança da maioria das famílias.

E eu gostaria dizer que o PPS tem se preocupado com uma política que nós possamos ter, não apenas no debate, como agora, no qual, quero alertar, nós não temos salário mínimo aprovado no Brasil. A Medida Provisória 288 não foi votada até agora, está obstruindo a pauta e, se não for votada, e existem interesses em que ela não seja, nós não vamos manter salário de trezentos e cinqüenta não, volta para trezentos também. E ela termina no dia 30 de julho, a vigência dessa Medida Provisória. Quero dizer então que esse é um fato, além da importância do debate agora, é um fato que está, neste momento, ainda por se definir.

E para concluir, Sr. Presidente, dizer que eu conversava com o meu amigo, Vereador Capitão Tadeu ainda há pouco, de que nem o salário mínimo é respeitado pelos Governos. Aqui na Bahia, o Governo da Bahia, por exemplo, neste momento agora, paga de soldo a um soldado da Polícia Militar, trezentos e vinte e sete reais. [palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 7809
DOC:

Neste momento, o Governo da Bahia está pagando a Policiais Civis de nível três com mais de 10 anos o salário base de menos de trezentos e cinqüenta reais. Lá em minha cidade, e hoje eu estive na Universidade que eu dou aula e sou Professor, funcionários administrativos estão com o salário base de menos de trezentos e cinqüenta reais. Além de termos que discutir o salário mínimo, temos que discutir as formas de cumprimento do salário mínimo por todos os setores, mas, especialmente, pelo setor público, e discutir também, Sr. Presidente, para concluir, que salário tem que ser salário, não tem que ter penduricalho. Aqui bota salário de um lado e um monte de coisa do lado que, na hora da aposentadoria, essas coisas desaparecem e as pessoas, às vezes, têm que se aposentar de forma indigna.

Então, eu agradeço a presença de todos aqui, e vou participar com todo o interesse de votar na melhor proposta para os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Muito obrigado, boa tarde. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra à Senadora Heloísa Helena. [palmas]

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Bom, eu quero saudar, abraçar carinhosamente a todas as entidades aqui representadas, agradecer a delicadeza, a generosidade do Presidente da Casa, das Vereadoras e Vereadores, abraçar os funcionários e as funcionárias também da Casa, abraçar os Deputados que estão conosco nessa Comissão, o Deputado Colbert, o Deputado Daniel, o nosso Presidente, o Jackson Barreto, o Deputado Jackson Barreto, e o nosso Relator, Senador Paim, além do Secretário Domingos Leonelli, que nós estaremos atentamente trabalhando o tema tão importante que ele estará a fazer.

Primeiro, dizer que, como o Senador Paim muito bem deixou claro, essas Audiências Públicas elas estão sendo feitas em todo o Brasil, infelizmente não em todas as cidades e capitais, mas no sentido de buscar subsídios, elementos técnicos, políticos, econômicos, financeiros, orçamentários, sociais e contábeis, para fazer uma melhor proposta.

Essa Comissão ela não se apresenta como a dona da verdade absoluta, humildemente ela tenta buscar subsídios para a elaboração da proposta, para o trabalho que ficará especialmente sob a responsabilidade do Senador Paim e dos membros da Comissão. Nós sabemos exatamente o quanto uma política nacional do salário mínimo é uma estratégia fundamental da redistribuição de renda, da melhoria da vida objetiva dos trabalhadores, e ela tem um impacto em todos os setores. Porque ela tem um impacto não trabalhador assalariado, no aposentado, no pensionista, tem também no desempregado e no trabalhador que está trabalhando na informalidade.

É por isso que a consideração feita pelo Presidente da Casa, o Vereador Valdenor, em relação à questão do desemprego, é muito especial, porque a gente está trabalhando a questão do salário mínimo inclusive como eixo estratégico de redistribuição de renda e de melhoria das condições objetivas de todos os trabalhadores. É por isso que a gente está discutindo uma nova política econômica, a gente está discutindo uma reforma tributária que impeça essa brutal e avassaladora transferência de renda do pobre, do assalariado, ou do setor produtivo para o capital financeiro. A gente está discutindo as políticas sociais porque, certamente, se tivesse a saúde de qualidade, o transporte de qualidade, os

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS. 790
DOC:

créditos para a moradia, o impacto não seria tão grande na vida do trabalhador com um salário mínimo como é hoje.

Então, é muito importante esse momento, nós esperamos o máximo de pessoas que possam contribuir, falando da sua vivência, da sua experiência concreta. Ninguém precisa ter domínio de termos sofisticados tecnicamente, porque às vezes também a terminologia sofisticada é para ludibriar as pessoas, para enganar as pessoas, então todas as vivências, pessoais ou coletivas, que puderem ser disponibilizadas para essa Comissão será essencial para que a gente possa apresentar ao País uma política a curto, a médio e a longo prazo do salário mínimo e que envolve as condições objetivas das trabalhadoras e dos trabalhadores de uma forma em geral. Então, muito obrigada pela presença de todas e todos. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convidar a Assessoria do Senado Federal para expor o trabalho que está sendo realizado por esta Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (ASSESSORIA DO SENADO FEDERAL): Bem, nós vamos apresentar aqui um breve resumo dos trabalhos da Comissão, de forma a mostrar como os trabalhos aconteceram e o debate, como vem ocorrendo.

O objetivo da Comissão é estudar, debater e propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo e ainda, conforme os Srs. parlamentares já disseram, a agregação automática da Comissão à questão dos benefícios dos aposentados e pensionistas, por ser questão muito relacionada.

Foram realizadas diversas Audiências, entre elas, com o Ministro do Trabalho e Emprego, as entidades sindicais, as entidades patronais, representantes dos aposentados e pensionistas, representantes dos Municípios, Pesquisadores e Professores relacionados ao tema, e já foram realizadas duas Audiências regionais, a primeira em Curitiba e a segunda em São Paulo.

De tudo que já foi ouvido, a gente colocou alguns pontos, os principais diagnósticos da situação.

O Brasil é um País extremamente desigual e o salário mínimo pode e deve ser um instrumento eficaz na redução da desigualdade e na melhoria da distribuição de renda. A idéia é de que os programas de transferência de renda, que são o marco do Governo Federal atual, não conseguem ser um instrumento de redistribuição de renda efetivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós pedimos silêncio aos companheiros. Pedimos aos companheiros, que têm todo o direito democrático de permanecer na Audiência, vai ter um momento em que os companheiros vão falar. Agora, gostaríamos que os companheiros respeitassem o direito também dos outros poderem falar. Está certo? Vocês terão o seu momento de falar. Queremos que a Assembléia seja mais democrática, e vocês buscarão no meio de vocês um representante para, no decorrer da Audiência, também poder falar. Mas, gostaríamos de assegurar o direito de realizarmos a nossa Audiência Pública com a participação democrática de todos estes que estão aqui presentes. [palmas] A Assessoria pode continuar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (ASSESSORIA DO SENADO FEDERAL): Obrigado. Então, a idéia é de que o eixo fundamental de um programa de redistribuição da

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 791
DOC:

renda esteja colocada em cima de um aumento real do salário mínimo. Essa é a primeira idéia.

Bem, o salário mínimo, há vários estudos mostrando isso, influencia direta e indiretamente toda a economia, e mesmo os segmentos informais. Isso quer dizer o quê? Mesmo os trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada, mesmo para essas pessoas o salário mínimo é uma referência muito importante. E por isso é uma peça fundamental em uma política de valorização do trabalho. Alguns estudos de órgãos como o IPEA mostram que o aumento do salário mínimo tem servido como uma espécie de farol para o aumento dos preços de serviços do setor informal. Se assim é, mais potente ainda é esse aumento. Na verdade, nós não só com o salário em si, mas também com o setor informal, na medida em que haja um aumento melhora a distribuição da renda também entre os trabalhadores informais.

Atualmente, o salário mínimo fica à mercê da conjuntura da política econômica vigente. Isso quer dizer o quê? De repente, os tecnocratas dizem que em tal ano as finanças não estão favoráveis para que se dê um aumento razoável para o salário mínimo, e isso é que o trabalho da Comissão procura evitar, que a gente tenha uma regra permanente e que, de antemão, todos saberão, toda a sociedade brasileira saberá qual será o aumento e de uma forma que o salário mínimo possa ser valorizado.

Viu-se também que vem acontecendo uma queda do salário médio, havendo uma concentração dos salários próxima do mínimo. Todos os salários da sociedade brasileira estão ficando achatados. E aí inclusive também os benefícios da Previdência Social, que estão cada vez mais se aproximando do piso nacional. Até porque, o aumento dado aos benefícios da Previdência são inferiores ao aumento do salário mínimo. Nos últimos anos o que se percebeu foi uma prática de demissão de trabalhadores com salários maiores pelas empresas, por grande parte das empresas, e substituição por salários menores, o que fez com que o salário, em média, tenha um valor cada vez menor no Brasil hoje. Houve um achatamento do salário médio brasileiro, em função desse tipo de prática.

Bem, na área rural, conforme já foi até dito pelos Srs. parlamentares, o efeito da dinamização na economia local, principalmente nos Estados mais pobres, decorrente do aumento do salário mínimo, é muito grande. Você vê que na semana em que os aposentados recebem o salário mínimo, recebem seu benefício previdenciário, toda a economia local fica aquecida, e isso reforça a vinculação vinculação do benefício previdenciário ao piso nacional.

Outro estudo do IPEA mostra que a capacidade da Previdência Rural em gerar renda nessas cidades menores é muito grande. Houve um incremento muito grande da renda a partir da adoção da Previdência Rural, principalmente para as cidades do interior do Nordeste. Isso aí foi comprovado por estudos do IPEA, inclusive.

Um dos empecilhos que se fala freqüentemente para não se darem aumentos maiores ao mínimo é a Previdência Social. Se comenta muito que a Previdência vai quebrar. No entanto, não se pode esquecer que a Previdência é parte da Seguridade Social e a Seguridade Social é superavitária. Tanto que o Governo Federal retira recursos da Seguridade Social por meio da DRU, Desvinculação das Receitas da União.

A melhoria das condições de vida dos trabalhadores deve ocorrer por meio de uma valorização do salário mínimo, mas também por meio de acesso universalizado a bens

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 792
DOC:

públicos de qualidade. E daí a gente fala principalmente educação, saúde e transporte. É importante citar aqui a educação, porque educação eleva a produtividade do trabalhador. Quanto maior a produtividade do trabalhador mais ele vai ter motivos para requerer melhores salários.

O resumo dos trabalhos, as propostas apresentadas na Audiência, a primeira delas, gostaríamos de elencar, seria estabelecer uma sistemática de aumentos que leve em conta a evolução do PIB e da produtividade.

Outra proposta, foi muito discutida, é elaborar políticas públicas para incentivar a formalização dos trabalhadores. E aí entram dois fatores. Primeiro, se o trabalhador é formalizado, ele tem acesso a todo o sistema de proteção social e, além do mais, quanto mais trabalhadores formalizados, mais a Previdência terá recursos.

A proposta seguinte, criar um fundo federal para ajudar os Municípios que extrapolem o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal em virtude de aumento do salário mínimo. Isso é uma das grandes queixas dos Municípios menores, é que em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, as finanças estão engessadas não podendo haver um aumento maior do salário mínimo. Então essa é a perspectiva que foi inclusive trazida por representantes dos Municípios, de que se crie um fundo para ajudar esses Municípios a cumprir tanto com a Lei de Responsabilidade Fiscal como conceder aumentos salariais para os seus funcionários.

Vislumbrar o salário mínimo no âmbito de uma política de rendas e de cidadania, tendo em mente que o piso nacional é um aliado no fortalecimento do mercado interno. Ou seja, parar de ver o salário mínimo como um problema. O salário mínimo é uma solução. Ele aquece a economia, ele dinamiza toda a economia. Lógico que se for oferecido dentro de determinados patamares.

Reajustar os benefícios previdenciários com o mesmo percentual de aumento do salário mínimo, como foi dito aqui pelo Senador Paim, isso foi uma reivindicação que foi muito colocada nas reuniões que foram feitas em Brasília, e depois também, de que os pensionistas e aposentados têm o mesmo direito de reajusto, afinal de contas eles sofrem uma inflação como todos os trabalhadores. Então, a idéia é de que esse reajuste seja o mesmo. Só para complementar isso, lembrando que o aumento do salário mínimo esse ano foi de 16,67% e o aumento dado aos benefícios previdenciários foi de 5%, conforme a Medida Provisória 291.

Foram apresentadas também propostas de criar novas formas de financiamento da Previdência Social, como a diminuição das contribuições sobre a folha de pagamentos e o aumento das que incidem sobre o faturamento. Por que isso? Há várias empresas que são intensivas em capital e possuem poucos trabalhadores. Como a folha de pagamento é o principal eixo de contribuição da Previdência, as empresas intensivas em capital contribuem relativamente menos do que as empresas que têm mais trabalhadores. Então, pensar num novo desenho de mecanismo tributário para alterar essa proposição. Era isso. Obrigado. Obrigado, Presidente. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vamos iniciar agora o debate da nossa Audiência Pública, passando a palavra, em primeiro lugar, ao Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia, Carlos Fernando Amaral. [palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 793
DOC:

SR. CARLOS FERNANDO AMARAL: Ilmº. Sr. Deputado Jackson Barreto, Presidente da Comissão Especial do Salário Mínimo e desta reunião, Ilmºs. Senadores Heloísa Helena e Paulo Paim, Ilmºs. Deputados Federais Daniel Almeida e Colbert Martins, Sr. Secretário Domingos Leonelli, Sr. Presidente da Câmara dos Vereadores Valdemar Cardoso, através de quem eu saúdo os demais Vereadores aqui presentes, autoridades presentes ou representadas, Srs. Presidentes de órgãos de classe, representantes dos empregados e dos empregadores.

Em primeiro lugar, eu quero dizer da alegria de estar participando desta reunião, convocado que fomos, e aqui estamos em nome da entidade que presidimos, a Federação do Comércio do Estado da Bahia.

Embora fosse incluído nas Constituições de 1934 e 1937, o salário mínimo só se tornou lei no Brasil efetivamente em 1938, e começou a ser pago em 2 de julho de 1940.

O problema do salário mínimo é por demais complexo. Primeiramente, o salário mínimo deveria contemplar um justo valor, porém, vários obstáculos se apresentam. O primeiro deles é o salário mínimo unificado no Brasil. É preciso lembrar sempre que o Brasil é a "belíndia" de que tanto tem se falado. Se de um lado há um Centro-Sul convivendo com o progresso do Rio, de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, lamentavelmente, existe outro Brasil, no Norte e Nordeste, onde a pobreza predomina. E aí nós poderíamos dar como exemplo vários desses Estados do Norte e Nordeste, como Piauí, Sergipe, Maranhão, Paraíba, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá etc.

Acho que ninguém ignora que o percentual de trabalhadores da região Centro-Sul que recebem o salário mínimo é menos da metade daqueles das regiões Norte e Nordeste. No eixo Centro-Sul, até os empregados domésticos, em sua grande maioria, recebem salário superior ao mínimo.

Num País com dimensão continental e com as desigualdades regionais como o nosso, sem qualquer sombra de dúvida, o salário mínimo unificado nacionalmente é um problema que deve ser estudado com seriedade e profundidade, até buscando alteração constitucional, se tal necessidade for assim entendida.

Enquanto a CLT, em seu Art. 76, estabelece "Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País" - grifamos esta frase - "as suas necessidades normais de alimentação, vestuário, higiene e transporte", a Constituição Federal de 88 estabelece, em seu Art. 7º "São direitos dos trabalhadores: Inciso IV: "Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social, com reajustes periódicos, que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação para qualquer fim". Sublinhamos também a expressão "nacionalmente unificado" para mostrar a contradição entre a legislação constitucional que é a Lei Maior e a legislação ordinária.

Como se vê, o dispositivo constitucional impõe um salário nacionalmente unificado, fato que exige o seu cumprimento, por se tratar da Lei Maior, condição que só pode ser modificada com reforma constitucional objetivando a sua modificação.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 741
DOC:

Por outro lado, os aposentados e pensionistas da Previdência Social, com cerca de 90% percebendo salário mínimo, são outro grande problema, em face do crescente e continuado déficit do sistema previdenciário público.

Finalmente, há o grave problema de a maioria dos Municípios brasileiros serem extremamente pobres e inclusive incapazes de pagar o salário mínimo aos seus Servidores, fato que lamentavelmente se verifica na prática, e isto eu testemunhei, quando fui Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Verifiquei, com freqüência, que do grande contingente com que as Prefeituras abarrotam os Tribunais do Trabalho, uma parcela muito expressiva trata de reclamações envolvendo pagamento de salário inferior ao mínimo. Assim, se constata a procedência da minha afirmação inicial, de que o problema do salário mínimo é por demais complexo, pois envolve questões econômicas, políticas e, sobretudo, sociais.

Uma das sugestões que eu apresento é a da constituição de uma grande Comissão nacional, composta dos Ministros do Trabalho, da Previdência Social, da Fazenda e do Planejamento, bem como de representantes das classes produtoras e trabalhadoras, além de um representante da União dos Prefeitos, para, com a antecedência necessária, examinarem todas as condições indispensáveis para a fixação de um salário mínimo compatível com a realidade nacional. Essa é a nossa sugestão. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Queremos passar a palavra ao Secretário Municipal de Emprego e Renda, Domingos Leonelli.

SR. DOMINGOS LEONELLI: Presidente Jackson Barreto, companheiro, colega Deputado, que muito me orgulho da amizade e do companheirismo, por vários mandatos, uma trajetória de coerência e uma liderança das mais expressivas da nossa região, como ex-Prefeito de Aracaju, e grande líder nordestino, velho carteiro que o transformou num representante do nosso povo, e que muito nos orgulha. Senadora Heloísa Helena, que honra o Brasil, que representa uma voz de resistência, dignidade, e de representação autêntica da coragem e da coerência fundamental da mulher brasileira, que aqui na Bahia nos espelhamos em Maria Quitéria, que é a grande heroína da nossa independência, e que temos muita satisfação de tê-la conosco.

Companheiro Colbert Martins e companheiro Daniel Almeida, nossos Deputados Federais, que também representam a Bahia neste mundo do trabalho, na luta pelas melhores condições para os trabalhadores baianos. Presidente Valdenor Cardoso, que tem dado a esta Casa, a esta Câmara de Vereadores, uma dignidade crescente, uma presença cada dia mais marcante na cidade de Salvador, V.Exª. e todos os seus pares, que têm transformado a Câmara de Vereadores num centro de debates fundamental.

Dr. Carlos Amaral, representante da Federação do Comércio, que é um aliado, objetivo, dos trabalhadores que representa um dos setores importantes que dependem do salário, dependem do valor do trabalho, para que também possa se valorizar, ele compreende isso bem. Eu quero saudar a todos em nome do Prefeito João Henrique, cuja administração tenho a honra de integrar, a presença de todos os senhores na cidade de Salvador. Srs. Vereadores, Srs. Deputados, companheiros sindicalistas, amigos e amigas aqui presentes.

Num País onde as rendas do trabalho significam menos do que 30% do que é sua renda total contra mais de 60% em outros Países capitalistas da Europa, num País em que

ADIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 795
DOC:

os serviços públicos, de saúde e de educação, deixam obviamente muito a desejar, estão longe de serem completos, num País que se vê diante da necessidade de competir globalmente e que tem uma força, um mercado cada dia mais reduzido no seu aspecto fundamental, as rendas do trabalho, nos últimos 10 anos, caíram ao invés de subir, as rendas referentes ao trabalho foram reduzidas, enquanto que as rendas ligadas principalmente ao capital financeiro, a transferência para o capital financeiro é crescente, a questão do salário mínimo é essencial. Numa cidade, Sra. Deputados e Senadores, como a nossa, que tem a segunda menor renda *per capita* do Brasil, temos uma renda *per capita* nesta cidade de Salvador de quatro mil e seiscentos e poucos reais. Menor apenas que a de Teresina, que é de quatro mil e quinhentos e oitenta. A questão do salário mínimo, para nós, é essencial. Mais de 70% da força do trabalho em Salvador ganha até dois salários mínimos. Apenas 30% ganham entre três e mais salários mínimos.

Então, nós somos uma cidade de muito trabalho, Sr. Presidente, e muito pouco salário. Somos a cidade que até pouco tempo, pelas duas pesquisas existentes, era a "capital nacional do desemprego". Agora, pela pesquisa do IBGE, nós conseguimos superar, e é um motivo de comemoração da cidade como um todo, onde a Prefeitura teve uma pequena contribuição, mas evidentemente teve, de reduzir o desemprego, pelo IBGE, onde nós saímos de 16% para 13,7% do desemprego aberto, em dois meses seguidos. E estamos trabalhando muito para que possamos repetir o feito pelo terceiro mês, e estamos trabalhando ainda mais para que, pela pesquisa do DIEESE, que inclui o desemprego oculto, nós possamos também deixar de ser a "capital nacional do desemprego". Mas isso é apenas um título, isso é apenas um motivo e uma motivação para o nosso esforço. Uma região metropolitana que tem mais de quatrocentos e trinta e dois mil desempregados, uma cidade que tem mais de trezentos mil desempregados, Sr. Presidente, a questão do salário mínimo é tão importante para os que ganham salário mínimo como para os que não ganham nem um salário.

Porque o salário mínimo é a referência, como bem ficou demonstrado, para o conjunto das rendas do trabalho. É a referência fundamental. O salário mínimo corresponde um pouco a um dado, um dos poucos elementos de universalização da renda.

Me recordo bem, quando o Presidente Fernando Henrique tomou posse, e o Ministro Serra assumiu o Ministério do Planejamento, e identificou na aposentaria rural, que naquela época era Funrural, um dos problemas, um dos ralos da Previdência, e imaginou que poderia fazer alguma correção nessa área. Fui ao Ministro Serra, com outros Deputados da Bahia e do Nordeste, e demonstramos a ele que era uma das poucas formas de distribuição de renda, uma das poucas formas de animação da economia nordestina. As feiras e os de supermercados e as lojas de todo o interior do Nordeste se moviam com aquela coisa mínima, que era a aposentaria rural, e que continua sendo, que passou a ser um fator de dignidade dos velhos, que antes eram considerados apenas uma boca a mais na família, e depois disso que foi o Funrural, que era uma coisa transformadora, uma das poucas coisas revolucionárias que o País conseguiu realizar em termos de distribuição, é que transformou os velhos em fonte de renda e de dignidade para a sua família.

Então, para nós, Senador Paim, meu querido companheiro, com quem tive a honra de escrever, juntamente com Mário Lima e tantos outros companheiros, o Capítulo VII da

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 796
DOC:

nossa Constituição, com artigos que até hoje não conseguimos ter regulamentados, como o que estabelecia a criminalização da retenção dolosa do salário, que um pouco invertia a lógica do capital. Porque, quando um trabalhador é flagrado roubando uma máquina do patrão ele perde sua liberdade imediatamente, além das penas pecuniárias, mas quando um patrão se apropria do salário, transforma isso em capital e especula, ele vai para a Justiça do Trabalho, e depois de quatro, cinco anos, se o patrão for condenado é condenado a restituir apenas aquilo que havia roubado do trabalhador. Então, era uma medida de isonomia entre o trabalho e o capital. Isonomia impossível. No regime que nós vivemos. Mas, pelo menos, de aproximação.

E hoje, o Senador Paim tem toda razão, aqui não está oposição e Governo, tivemos avanços no salário mínimo, sim. A cesta básica hoje representa apenas 46% do atual salário mínimo. E isso é uma grande vitória, é um grande avanço, é um motivo de comemoração do atual Governo, porque era 84% alguns anos atrás. Mas, nós sabemos, tanto quanto a Prefeitura de Salvador sabe, Srs. Deputados e Srs. Senadores, que um avanço pequeno na questão do desemprego é ainda muito pouco, porque não tem significação na massa de desempregados.

Esse avanço em relação à cesta básica é importante, mas é apenas a sinalização de que nós precisamos nos juntar mais, nos juntar mais para exigir a retomada dos investimentos públicos deste País, fugir dessa "paranóia" do superávit primário crescente, que reduz o investimento público para aumentar cada dia mais o pagamento da dívida com os setores do capital financeiro. Nós precisamos nos juntar, oposição e Governo, para reduzir de forma muito mais rápida e consistente a taxa de juros, para que possamos retomar os investimentos privados, para que os empresários, que trabalham e produzem, não sejam sacrificados, como são hoje, de uma forma desestimulante. Não há a possibilidade de emprego e de renda, não há a possibilidade de elevação do salário real, do salário médio real, para quem o salário mínimo é apenas uma referência e que é esse salário médio que interessa ao conjunto, se não houver aumento dos investimentos privados, e ninguém pode investir com essa taxa de juros que nós temos hoje, é preciso, Deputado, companheiro Jackson, e companheiros Daniel e Colbert, é absolutamente necessária uma Reforma Tributária capaz de parar esse sangramento da economia real para a economia fictícia do capital financeiro.

E é preciso, quero dizer aqui, como homem de esquerda, que toda a minha vida trabalhou e, tenho a honra de dizer, que nunca traí em um só momento, até quando votei a reforma da Previdência Social, votei como necessária e provei. Na época, doeu no coração a injustiça que sofri. Hoje, o Governo do Presidente Lula, desde o Presidente Lula, da CUT, e de todos os partidos que consideravam uma traição votar a favor da Reforma da Previdência, necessária, reconhecem que era necessária mesmo, tanto é que a realizaram de forma até mais radical do que eu votei, porque eu votei contra descontar os aposentados, descontar previdência dos aposentados, e dessa vez até isso passou. Mas é preciso que a esquerda no Congresso Nacional, que a esquerda sindical encare a questão da reforma trabalhista como uma necessidade não para precarizar direitos dos trabalhadores, mas para assegurar um mínimo de equilíbrio. Porque não é possível que um emprego num botequim, que um emprego numa pequena empresa, nas micro e pequenas empresas, que são quem mais empregam no País, tenha a mesma carga

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 797
DOC:

tributária, a mesma carga social, os mesmos encargos que uma grande empresa tem. É necessário rever isso, para aumentar o volume de emprego e o volume da renda.

Agradeço muito a todos e saúdo, mais uma vez, a presença desta Comissão, de grande importância para o Brasil e para a cidade de Salvador. Muito obrigado a todos. [palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permite, Presidente, quase que quebrar o protocolo, normalmente, como Relator, eu ouço todos, e falo no encerramento. Devido a uma situação no Rio Grande do Sul, eu tive que sair por cinco minutos, quero pedir desculpa aqui ao Presidente Carlos Fernando Amaral, que falou, mas a Senadora Heloísa Helena anotou a sua fala, e a sua contribuição está aqui. E, Domingos Leonelli, se me permitir, eu vou, em um segundo, se me permitir, ou vinte segundos, contar um fato. Nós fomos Deputados Federais Constituintes juntos, recebemos uma Comissão do Congresso para ir à África do Sul. Nelson Mandela no cárcere. Diziam: "Negro que chegar à África do Sul ficará preso". Eu quero dizer que eu fui, a Benedita foi, o Edmilson foi, o Caó foi, todos Deputados, e foram dois parlamentares que não eram negros, mas que têm compromissos com essa causa, Domingos Leonelli foi um desses, estivemos lá com a Winnie Mandela, forçamos a visita ao Nelson Mandela, não foi possível, mas deixamos lá consignado a nossa posição pelo fim do *apartheid* e exigindo a libertação de Nelson Mandela. Por isso, palmas ao nosso Leonelli, porque ele merece. Só isso, Presidente. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agora agradecer tanto ao Presidente da Federação do Comércio, como ao Secretário Leonelli, V.Sªs. agora retornam ao Plenário, e convidamos aqui para compor a Mesa o Sr. Presidente da CUT, Central Única dos Trabalhadores da Bahia, Everaldo Augusto, [palmas] e o Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, em exercício, Dr. Victor Ventin. Passo a palavra ao Sr. Presidente da CUT, Everaldo Augusto.

SR. EVERALDO AUGUSTO: Em primeiro lugar, boa tarde a todos os companheiros e companheiras, em particular os companheiros aposentados, que estão aqui seguindo à orientação e à solicitação das suas entidades, ávidos aqui para ouvir o que se discute no Congresso Nacional acerca do salário mínimo. E nós, outros, estamos aqui também na maior expectativa para ouvir o que é que os aposentados têm a dizer aqui para nós. Já estou vendo ali o companheiro Gilson Costa, que está aqui e deve ter alguma coisa interessante para dizer para os Deputados, para os Senadores aqui sobre uma tese, que ele tem levantado e que a CUT endossa, do salário mínimo constitucional. Mas eu não vou dizer o que é que é isso, vou deixar para que o próprio autor da tese venha aqui falar sobre o assunto, com certeza, ele deve estar na lista de convidados. Queria saudar aqui o Presidente, Deputado Jackson Barreto, saudando toda a Mesa.

Para nós, é sempre um motivo de muita satisfação, muita alegria, participar de eventos dessa natureza, porque são os nossos problemas que estão sendo debatidos, e nós, mais do que ninguém, temos interesse na busca de soluções para esses problemas, e nós estamos confiantes que essa Comissão, com toda a larga experiência que tem, toda a trajetória política de cada um dos seus integrantes vai construir propostas que permitam, através do salário mínimo, a gente enfrentar as desigualdades, que é uma das marcas características da sociedade brasileira. Queria saudar, por fim, também, uma espécie de ícone da luta sindical neste País, da luta dos trabalhadores, que é o Senador Paulo Paim.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 798
DOC:

A gente queria até propor ao senhor mudar de domicílio, vir aqui para a Bahia para nos ajudar para que a Bahia não tenha... [palmas] O próprio Governo do Estado pagando menor do que o mínimo. Vamos dar essa força aí para a gente aqui.

O Senador Paulo Paim, junto com o Deputado Inácio Arruda, é autor de uma proposta, estratégica, para nós trabalhadores, que é justamente a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução do salário. É uma das propostas mais avançadas que têm surgido para debate no Congresso Nacional. E na sua justificativa, o Senador Paulo Paim, na época, Deputado, junto com o Deputado Inácio Arruda do PCdoB, argumentam que, com essa medida, nos primeiros dois anos de implementação de uma medida dessa natureza seriam gerados cerca de três milhões de novos empregos no Brasil.

E a bola agora está conosco, nós temos então que construir um grande movimento de rua, por parte dos trabalhadores, dos aposentados e da sociedade como um todo, para que a gente crie uma correlação de força favorável na sociedade brasileira, e aí será capaz, portanto, do Congresso Nacional votar uma medida dessa que, com certeza, será uma das medidas mais efetivas do ponto de vista da geração de emprego no nosso País, já que nós estamos convencidos, e todos aqueles que fazem uma análise séria sobre o trabalho estão convencidos de que somente a retomada do crescimento econômico, a retomada do crescimento da economia, já não é suficiente para gerar os empregos necessários.

Muitas mudanças estão acontecendo, mudanças científicas, mudanças tecnológicas, que estão sendo incorporadas ao processo produtivo na área de serviço, na área da produção, que faz com que hoje as empresas possam voltar a produzir com toda a sua capacidade, sem que isso gere necessariamente novos postos de trabalho. Por conta da modernização das plantas industriais, da modernização, vamos dizer assim, das políticas gerenciais das empresas, hoje uma boa parte delas trabalha com 60% da sua capacidade, às vezes até menos, 50% da sua capacidade ociosa, que, portanto, pode retomar o crescimento para responder demanda de mercado sem que isso gere o emprego necessário, e o caminho é, portanto, da redução da jornada de trabalho, não somente no Brasil, mas como também em outras partes do mundo, e onde a jornada de trabalho foi diminuída, foram resultados vitoriosos, não só para os trabalhadores, para a sociedade como um todo.

Então, quando nós temos aqui um dos autores de uma lei dessa natureza é motivo de congraçamento entre nós do movimento sindical. Eu esqueci de dizer que, na proposta do Senador Paulo Paim e do Deputado Inácio Arruda, a redução vigoraria por dois anos e, após isso, seria reduzida para 35 horas semanais. É uma proposta, portanto, avançadíssima para esse contexto que nós estamos vivendo. Agora, sabemos que a redução da jornada de trabalho não será obra da vontade do Presidente da República, ou mesmo dos Deputados, ou mesmo dos autores de tal projeto, ela será resultado de um processo de mobilização da sociedade brasileira, e isso nós vamos discutir em outro recinto, nos congressos da CUT, nas assembléias dos sindicatos, mas eu não poderia deixar aqui de fazer este registro.

E outro registro, que já foi feito aqui também inclusive pelo Presidente da Comissão, é sobre o papel que têm jogado aqui também alguns membros dessa Comissão, entre eles

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 799
DOC:

o Deputado Daniel Almeida, que tem jogado um grande papel do ponto de vista de sintonizar o movimento sindical com os grandes debates nacionais acerca das questões relativas ao nível do trabalho, e tem honrado, portanto, esse mandato, ele que também foi Presidente da CUT na Bahia, da CUT metropolitana, Presidente do Sindicato dos Têxteis.

No pouco tempo que me resta, eu vou então tentar aqui trazer algumas considerações acerca dessa questão do salário mínimo. Quando uma Comissão começa a trabalhar, e não só pelos seus integrantes, como também por essa metodologia, nós ficamos na expectativa de que algo positivo vai sair dessas Comissões. E não é fácil, meus companheiros e companheiras aqui da Bahia, Comissões do Congresso Nacional realizarem Audiência Pública aqui no nosso Estado. Tentamos isso no processo de discussão da Reforma da Previdência, não foi possível, e esses debates nacionais também não foi possível. Acho que, portanto, nós temos uma oportunidade de ouro, e queremos agradecer ao Presidente Jackson Barreto, e aos demais membros da Comissão por terem vindo aqui na Bahia fazer um debate dessa natureza. Com certeza, outros Estados estão sendo preteridos, no momento em que escolhem aqui a Bahia para vir fazer esse debate, e queremos, portanto, aproveitar bastante essa oportunidade, inclusive não vamos nem nos delongar no nosso tempo para ouvir outros oradores.

Mas gostaria de lembrar coisas que são óbvias, mas que precisam ser ditas em algumas oportunidades. Porque se construiu um discurso no Brasil em torno de uma idéia equivocada, errada também e, de certo ponto de vista histórico, atrasada, de que a mão-de-obra no Brasil é extremamente cara. Inventaram até um *slogan* do "custo Brasil", com base no argumento de que os encargos sociais e os direitos trabalhistas estariam encarecendo os produtos, dificultando a competitividade das empresas brasileiras num mercado globalizado e que, portanto, o caminho seria modernizar as relações de trabalho no sentido de diminuir esse custo, e o sinônimo dessa modernização seria a retirada de direitos, a precarização das relações de trabalho, ou mesmo a desregulamentação do amparo social e do amparo trabalhista, que foi possível construir em nosso País.

E nós do movimento sindical sempre dizemos que esse discurso não corresponde à verdade. São vários e vários dados que temos para mostrar que esse discurso não corresponde à verdade. O DIEESE está aqui, tem muitos e muitos dados, estudos, pesquisas científicas inclusive para justificar essa nossa afirmativa. Porque a mão-de-obra no Brasil, segundo os dados da OIT, dados do próprio DIEESE, dados de outros institutos, até do próprio Congresso Nacional demonstram que a mão-de-obra no Brasil é uma das mais baratas no mundo. Segundo dados do próprio DIEESE, a mão-de-obra no Brasil é seis vezes mais barata do que a mão-de-obra nos Estados Unidos. Na Europa, em média, é de cinco vezes mais barata do que os Países da Europa. E até em Países que têm o nível desenvolvimento idêntico ao nosso, como a Coréia, os tigres asiáticos, a mão-de-obra no Brasil é mais barata, chega a ser três vezes mais barata do que em Países como a Coréia. E isso tem avançado no último período, aprofundado. E isso tem aprofundado nos último período justamente coincidindo com o período de aplicação das chamadas políticas neoliberais, um certo modelo econômico de construção de outro tipo de Estado, baseado na precarização das relações de trabalho, nas reformas regressivas e na desregulamentação do mercado de trabalho, o que tem feito com que o custo/hora da mão-de-obra no Brasil tenha decaido. Recentemente, a Folha de São Paulo publicou um estudo dessa natureza, que caiu pela metade, era em torno de quase que três dólares por

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS. 800
DOC:

hora e, em média, caiu para pouco mais de um dólar, um dólar e vinte e quatro centavos, salvo engano, um dólar e vinte e quatro centavos o custo/hora, isso resultado, portanto, dessa política.

Mas, na outra ponta cresce também a concentração de renda. E aí nós temos muitos e muitos exemplos para demonstrar que esse País virou o "paraíso" de quem tem altas rendas, altos patrimônios, e aqui também não vou me delongar sobre isso.

Então, de uma ponta, é arrocho salarial, pobreza imensa e, de outra ponta, está uma concentração de renda. E acho que é de qualquer brasileiro, inclusive aqueles que exercem qualquer tipo de função pública ou que têm algum tipo de responsabilidade social, deve ter como meta principal o trabalho e a batalha para reduzir as desigualdades causadas por essa distância entre ricos e pobres.

É um dos mecanismos principais que nós temos para distribuir renda é o salário. E entre eles o salário mínimo, devido ao alcance que tem o salário mínimo no nosso País. São quase 50 milhões de brasileiros que vivem do salário mínimo. Não só os aposentados que, em números exatos em torno de treze milhões, pouco mais do que isso, mas também trabalhadores rurais, os programas sociais, que têm base também no salário mínimo, os pensionistas, e os próprios trabalhadores com contrato de trabalho. Então, são cerca de 40, 50 milhões de brasileiros que vivem, portanto, do salário mínimo. É necessário que tenha uma política voltada para valorizar esse tipo de salário.

E qual o é o sentido, qual é a tendência da valorização do salário mínimo, e que a CUT reivindica, e os trabalhadores reivindicam? O sentido que nós reivindicamos, os aposentados têm uma outra abordagem sobre esse assunto, e vão falar aqui sobre isso, eu acho, e acho que é bom até que falem, mas a nossa abordagem é o seguinte, é que nós queremos que o salário mínimo no País ele compre as mesmas coisas hoje que ele comprava em 1940, quando ele foi instituído por Getúlio Vargas. E o DIEESE tem uma conta chamada salário mínimo necessário, para suprir essas necessidades, e que não seria, nunca, nem os trezentos reais, nos trezentos e vinte do Governo do Estado, a Professora Marinalva é a Presidente da FETRAB, e também não seria trezentos e cinqüenta. É mais do que isso. Se o salário mínimo tivesse o seu valor reajustado de 1940 até hoje, estaria valendo em torno aí de mil e quinhentos reais, o *budget* do DIEESE ali pode confirmar. Em torno de mil e quinhentos reais, seria o salário mínimo necessário hoje. E é trezentos e cinqüenta, por quê? Porque ele foi perdendo valor nesse período, através de sucessivos mecanismos.

E é inclusive por conta disso que existe concentração de renda tão brutal na sociedade brasileira. Porque, na economia, se um lado perde, o outro lado vai ganhar, se alguém perde o outro ganha. E foi justamente esse processo de acumulação de renda. Para reverter esse quadro, a CUT tem construído várias propostas, mas tem construído uma proposta que inclusive já foi apresentada nessa Comissão, salvo engano, na instalação da Comissão no Congresso Nacional.

E eu gostaria de finalizar aqui só fazendo um relato rápido sobre essa proposta. Seria da constituição de uma política de valorização permanente do salário mínimo no Brasil. Esse seria o nosso tema principal da abordagem do salário mínimo. Porque sabemos que não dá, de uma hora para outra, para fazer com que o salário saia de trezentos e cinqüenta reais para mil e quinhentos. A economia não suportaria. As relações

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 801
DOC:

sociais, as relações econômicas não dariam conta de uma medida dessa natureza. Então, é preciso ter uma política para que, ao longo do tempo, o salário mínimo volte a ter o mesmo valor que tinha antes.

E é por conta disso que a CUT então elaborou uma proposta, jogando a responsabilidade não somente no Estado, e nos Governos, quem eventualmente esteja dirigindo o Estado, mas também jogando essa responsabilidade para a sociedade brasileira. A CUT propõe a constituição de um fundo para valorização do salário mínimo. Esse fundo ele seria constituído através de uma taxação das grandes fortunas do Brasil. Não seria, portanto, um imposto cobrado mensalmente de determinadas pessoas, seria uma taxação, ocorreria uma vez essa taxação, em torno de 1,5% sobre as grandes fortunas do Brasil, considerando que as grandes fortunas seriam todas aquelas físicas ou jurídicas, vamos dizer assim, cujo patrimônio líquido ultrapassasse 2,4 milhões de reais. Aí sofreria uma taxação de 1,5%. E esse fundo então ele seria constituído com um total de 29 bilhões de reais. E esse fundo então seria administrado, nós temos a forma, uma comissão "quadripartite", órgãos do próprio Governo, para poder garantir aumento real do salário mínimo acima da reposição da inflação, que seria obrigatória, porque já, de certa forma, é há algum tempo. E isso aí daria, portanto, um aumento real no salário mínimo em torno de 8,9% ao ano, e em torno aí de 17 anos o salário mínimo voltaria a ter o seu valor original. Conversando isso com o Coordenador Técnico do DIEESE, ele dizendo: "Olha, se 20 anos atrás o Brasil tivesse adotado uma política dessa natureza, hoje o assunto salário mínimo seria abordado de uma outra forma, porque ele já teria recuperado o seu poder de compra original". Então, seria uma taxação que não atingiria o conjunto da sociedade brasileira, mas um certo percentual, que ganhou muito, não se sabe como, e não nos importa discutir, enquanto a gente perdia muito também. Então, seria em torno de 300 mil brasileiros que estariam sendo taxados. De um total de quase 200 milhões de brasileiros, apenas 300 mil sofreriam uma taxação de 1,5%, uma única vez, que seria responsável para conceder um reajuste real de 8,9% ao salário mínimo e, ao longo de 17 anos, ele, portanto, recuperaria o seu valor original. É uma proposta que já foi apresentada à Comissão, aqui na Bahia já apresentamos em outros fóruns, mas que nós achamos importante, fundamental trazer esse debate aqui para esse ambiente da Comissão, e que a Comissão reabra esses debates acerca dessas propostas da CUT.

Então, eu agradeço, em nome da CUT e dos sindicatos aqui, essa oportunidade, um abraço, vamos à luta, à vitória, rumo a um salário mínimo digno. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero aqui fazer um apelo aos companheiros, porque estou aqui compondo as diversas Mesas dessa Audiência Pública, no sentido de que a gente possa ter mais ou menos um controle de tempo de cada um, para que, de forma democrática, a gente possa dar tempo igual para todos. Por falha nossa aqui da Presidência da Mesa, nós não estabelecemos tempo no início da Sessão. E é preciso estabelecermos tempo, para que nós, de forma democrática, possamos ouvir a todos.

Até aqui o debate está andando muito bem, mas é preciso que a gente tenha uma norma. E essa norma, em todas as Audiências Públicas, cada orador tem um tempo de 10 minutos para oferecer as suas propostas. E eu gostaria de fazer um apelo aqui a todos os companheiros no sentido de que a gente levasse em consideração esse tempo para que a gente possa ouvir todas as entidades que estão aqui relacionadas. Eu passo a palavra ao

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 802
DOC:

Sr. Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, o Presidente em exercício, Dr. Victor Ventin.

SR. VICTOR FERNANDO OLLERO VENTIN: Levando em consideração o apelo do Presidente da Mesa, eu pedirei então para saudar a todos apenas citando e, por gentileza, também citando a Senadora Heloísa Helena, em atenção ao público feminino. Minhas Senhoras e meus senhores, meus companheiros, tanto de entidades empresariais como do lado de entidades dos trabalhadores.

Efetivamente, seguir e falar depois de tão qualificados oradores, me deixa preocupado, porque me levaram já 90% do discurso. Mas, procurarei colocar o que a Federação das Indústrias do Estado da Bahia tem a dizer sobre o problema. Certamente nos preocupa o problema, mas devo dizer que os 37 sindicatos que compõem a nossa federação já pagam acima do piso salarial mínimo. Ou seja, para elas não é um problema dramático nesse momento, e já saiu há bastante tempo, digamos assim, dos três piores problemas que ela sempre enfrenta. Por quê? Porque as indústrias sempre entenderam que o salário, se por uma mão é custo, por outra mão é um retorno, porque dá poder aquisitivo à população, e permite melhorar efetivamente a dignidade do trabalhador, a saúde e a sua disposição de comprar bens e de se bem alimentar.

Por outro lado, sabemos que outros segmentos têm dificuldades e, sobretudo, também as nossas pequenas indústrias, e algum outro sindicato, onde a proximidade da maioria dos salários, desse piso salarial mínimo, certamente sofreria uma pesada influência dele. Então, sabemos que a influência é necessária, mas uma preocupação da entidade é que essa aceleração dos demais salários não seja pleno. Porque senão a economia não teria velocidade para acompanhar.

Queremos saudar também, porque coincidimos com a colocação de Domingos Leonelli, da brutal recuperação do poder de compra do nosso salário. Mas, vamos lembrar também que, em abril de 95, o salário mínimo sequer comprava uma cesta básica, em maio de 2002, já conseguia comprar duas cestas básicas, e agora, em abril de 2006, compra 2,6 cestas básicas, o que, de fato, deixa a indústria muito feliz, porque sabe também que, junto com os Governos de Fernando Henrique e de Lula, ela colaborou para que esta relação, que é o que importa ao trabalhador, junto com o comércio e com a agricultura, a indústria colaborou de maneira decisiva.

Por isto, vou lembrar aos senhores que, em janeiro de 2003, a cesta básica já custava o que custa hoje. E o salário mínimo subiu 75%, ou seja, nós conseguimos transformar em aumento real de poder aquisitivo e de valorização e dignidade do trabalhador o esforço que esses Governos tiveram. Mas, sem essa possibilidade, sem essa força da agricultura, do comércio e da indústria, quem sabe esses 75 de aumento do salário mínimo seriam comidos como da época do processo inflacionário por outros 75% de aumento de preços.

Por isso, nos atrevemos a reivindicar dos senhores e a lhes dizer que os dois principais problemas que a indústria sente para poder apoiar na velocidade máxima de recuperação do salários são a carga fiscal excessiva, de 40%, é ao que estão submetidas as empresas que pagam. E eu quero dizer com isso que se 40 é a média, e sabemos que há uma economia informal elevada, os segmentos mais organizados da economia estão pagando acima dos 40. Isso é brutal. Isso nos tira até poder de recuperar com mais

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 803
DOC:

velocidade a nossa massa salarial. Porque a indústria acha de massa salarial, volto a repetir, não é um custo, mas é muito mais investimento. Porque ela retorna com os benefícios que ela proveu à sociedade.

A outra atitude que nos deixa muito preocupados é o aumento das despesas correntes, principalmente da União. Até para não parecer que o meu discurso é dirigido contra ninguém, vou dizer que tanto Lula quanto Fernando Henrique foram igualmente danosos a uma boa gestão dos recursos públicos. De cento e trinta e três trilhões no ano de 95, nós chegamos no ano de 2005 a quinhentos e dezoito trilhões de despesas correntes da União. Ou seja, se elas fossem corrigidas pelo INPC do IBGE elas chegariam agora em 2005 a trezentos e treze. Ou seja, me desculpem os senhores, mas eu quero aproveitar a presença dos senhores. A máquina pública está jogando fora o que vai de trezentos e treze a quinhentos e dezoito. E eu digo jogando fora, me desculpem, se há um pouquinho de exagero nisso, porque nós não vemos que a sociedade tenha recebido essa melhoria. As estradas estão esburacadas, e aí se perde a produtividade que poderia ser incorporada aos salários, a saúde está cheia de filas, e aí se perde também produtividade e bem-estar da população brasileira. Nós efetivamente... A Segurança Pública, não preciso falar. Então, os senhores sabem muito bem. Por isso, peço ajuda dos senhores, em nome da indústria e em nome do cidadão brasileiro, porque nesse momento talvez seja mais até um desabafo de um cidadão brasileiro do que de um representante momentâneo de uma federação, porque, na federação eu estou e cidadão brasileiro eu sou. Então, é uma provocação aos senhores que cuidem dos recursos públicos como se fossem seus, para que eles possam chegar adequadamente ao consumidor e não tenhamos que daqui a cinco anos voltar a uma Audiência Pública para discutir que a velocidade em que implementamos a recuperação da renda dos menos favorecidos continua sendo um problema brasileiro.

A taxa de transferência, o segundo grande problema da indústria, e da economia brasileira, a taxa de juros. E aí, de novo, para que não pareça que eu quero criticar "A" ou "B", Fernando Henrique e Lula fizeram a mesma coisa. A taxa de juros, infelizmente, transfere das atividades produtivas e dos que trabalham e dos que suam por este País, sejam os trabalhadores, seja a agricultura que, aliás, não está presente, mas a Associação Comercial espero que a represente, o comércio, a indústria, todos nós. Na verdade, é um desabafo de cidadão brasileiro.

Presidente, quando o meu tempo terminar o senhor pode cortar, porque eu quero ser disciplinado, mas se eu passar, me desculpe.

Veja bem, nós não podemos continuar tendo tantas perdas ao longo do caminho para essa brutal carga fiscal. Nós estamos com carga fiscal equivalente a Países como Noruega, Suécia e Finlândia, onde o cidadão tem tudo. Onde o cidadão tem saúde pública plena, tem comunicações de primeiro nível, tem metrô, tem trem. Nós aqui sequer temos portos para escoar essa produção.

Quer dizer, não adianta o cidadão brasileiro, dentro de pouco, trabalhar, porque nós não teremos sequer como transformar isso em renda. E esse será um gargalo para a indústria. Quer dizer, a indústria hoje, honestamente, o salário mínimo é talvez em quarto nível, ela está preocupadíssima com a falta de investimento e a taxa de juros, porque eu sei que até num grande sindicato nosso, que irá falar a seguir, que é o da construção civil,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 804
DOC:

onde talvez seja um dos que o impacto do salário mínimo tenha uma importância maior, mas, maior para ele é a taxa de juros, que está inviabilizando a vida das empresas, que têm que vender um bem a longo prazo, e é onde o Banco é o grande beneficiário e o Banco é o grande arrecadador do trabalho do Brasil. O Banco tem que ganhar. Mas, não tanto. Ele não pode ser tão alavancado pela política de juros elevados, como foi no Governo Fernando Henrique e como está sendo no Governo atual.

Bom, outra coisa, agora vou começar a coisas melhores, mas, que interferem. No trabalho informal é evidente que o encargo, eu compreendo o companheiro da CUT, nós não podemos fazer disso o "cavalo de batalha" principal, mas, para quem está na economia informal o encargo é danoso. O cidadão, às vezes, não tem nem capacidade para, sendo da economia informal, sequer pagar a contribuição mínima ao INSS. Ele, às vezes, deixa a família dele sem a proteção adequada do INSS, sem a saúde precária que o INSS gera, porque esses encargos sociais pesam demais. Eles precisam ser olhados pelos senhores também. E os senhores têm poder para isso, e a Nação brasileira merece de todos nós essa atenção. Nós precisamos trazer essa economia informal para trabalhadores com carteira assinada, porque eles ajudarão a que esses encargos diminuam. Porque, de uma forma muito direta, nós temos um número enorme de trabalhadores que não estão contribuindo com nada, mas que, de certa forma, são um peso, porque eles têm que ser atendidos, de uma maneira ou de outra. E quando eles contribuírem, esse percentual poderia cair com velocidade para de novo, digo eu, transmitir todo esse esforço à recuperação do salário mínimo. Efetivamente, o grande perdedor de uma recuperação rápida do salário mínimo é o INSS. Em parte, porque quase todas as suas aposentadorias estão dentro do nível do salário mínimo, ou seja, 90% delas estão em salário mínimo. Mas o Governo, se usar bem essa brutal arrecadação que tem, terá que dar recursos para que o INSS possa alavancar essas pensões.

Nós também entendemos que as Prefeituras, principalmente as pequenas e médias, precisam de algum tipo de ajuda para que esse problema para elas não seja um problema de morte ou de incapacidade gerencial ou administrativa de pagar os salários. Mas em parte também temos que lembrar que quanto pior administrada uma Prefeitura, quanto maior o nível de empreguismo, ela fica impedida de transmitir aos que de fato trabalham um salário digno. Então, também aí a gestão do recurso público precisa ser melhorado.

Nós temos também na pequena indústria e, sobretudo, na agricultura, algumas limitações a uma velocidade excessiva na recuperação do poder de compra. Mas eu tenho certeza que todos esses outros provocarão tal facilidade que esse será menor. Ou seja, se se consertarem as estradas, se, de fato, o dinheiro for usado adequadamente, se tivermos portos para escoar o potencial brasileiro, essa imensa fronteira agrícola que temos será explorada com velocidade muito superior e sobrará renda para transmitir ao salário mínimo.

Nós estamos vendo carretas a todo momento paradas ou atoladas. A produtividade da agricultura está indo embora por aí. Não ainda o esforço do trabalhador, o esforço do empresário em plantar e em colher, se não conseguimos escoar a produção. A produção chega cara ao consumidor e chega a não chegar ao importador estrangeiro.

Eu vou voltar agora ao pior dos problemas, que é, de fato, a carga fiscal. Vou dar um pequeno exemplo apenas. Durante o Governo Fernando Henrique se isentou os

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 805
DOC:

exportadores de pagar o 0,65 do PIS, e as exportações melhoraram. E durante o Governo Lula se isentou os exportadores de pagar 3% do COFINS, e as exportações melhoraram. Ou seja, a economia deu uma resposta clara a esses dois pequenos sacrifícios. E as exportações estão nos indicando que esse é o caminho certo.

Infelizmente, voltando, nem o Presidente Fernando Henrique, que fez essa benesse com o exportador, deixando de aumentar a carga fiscal, porque, por outro lado, jogou sobre todo o consumo interno esse mesmo PIS, aumentando a alíquota, e chegou a aumentar de maneira efetiva e real em 37% a arrecadação. Ou seja, deixamos de tributar o rico de Manhattan, nas exportações, e passamos a tributar o brasileiro da favela. E me desculpem, o Governo Lula fez exatamente a mesma coisa. Porque também tirou os 3% do COFINS e também enfiou sob a goela da indústria, do comércio, da agricultura e de todos os que trabalham uma alíquota estrondosa, que também dobrou o real. E isso é carga fiscal, porque, se falamos só carga fiscal às vezes o público [soa a campainha] não entende, fica sofisticado e público não entende. É isso. Se aumentou do brasileiro, do cidadão brasileiro, do consumo interno e se retirou da exportação, e o que se retirou para a exportação foi corretamente aplicado. Por isso mesmo ela reagiu tão bem, e está reagindo tão bem. Mas, a parte daqui, o bem, nós aplaudimos. Mas, a parte não tão boa nós estamos aqui para criticar. Me desculpem, eu já vi que o senhor apitou, eu teria um pouquinho mais a dizer, mas eu acho que o andamento da Sessão e o direito de todos democraticamente se expressarem vale mais do que uma participação maior minha. Muito obrigado aos senhores pela paciência. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer ao Presidente da Federação das Indústrias e ao Presidente da CUT, pedimos a V.Sªs. que retornem ao Plenário, e nós convidamos aqui para Mesa agora a Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social, Casa do Aposentado do Conselho Deliberativo da COBAP, Presidente Gilson Costa de Oliveira. [palmas]

Nós queremos dizer a todos os presentes e às pessoas que estão nos vendo através da transmissão da televisão local, da TV Senado, da NET, de que esta Comissão, como bem colocou o Senador Paulo Paim, tem um compromisso muito claro com a luta dos aposentados e dos pensionistas. A Comissão Mista do Congresso Nacional, na busca da política permanente de um salário mínimo que, na verdade, possa recuperar o poder aquisitivo do trabalhador, tem trabalhado não apenas nessa direção, mas tem ampliado o seu espaço de discussão política envolvendo o setor que nós acreditamos ser não apenas injustiçado, mas fonte de preocupação de todos nós que estamos à frente dessa Comissão, que são os aposentados e pensionistas do nosso País. Queremos também, para compor essa Mesa, esse quadro, convidar a Associação do Movimento das Donas de Casa e Consumidores da Bahia. Selma Magnavita. [palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): [risos] Aprendi com o Paulo Paim. Tem a palavra o Presidente Gilson Costa, da ASAPREV da Bahia.

SR. GILSON COSTA DE OLIVEIRA: Srs. membros dessa Mesa de trabalho, o Deputado Jackson Barreto, o Senador Paulo Paim, nosso amigo particular, defensor intransigente dos aposentados, Senadora Heloísa Helena, Deputado Colbert, meu amigo, Colbert Martins, demais componentes da Mesa.

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 806
DOC:

Eu tinha feito aqui um levantamento da história do salário mínimo, desde o seu início, onde mostrava que ele já foi muito melhor do que hoje. E naquela época foi quando começou o desenvolvimento do País. Do ano de 64 em diante, no Regime Militar, foi quando o salário mínimo mais caiu, por causa da pressão sobre os trabalhadores, com sindicatos invadidos, sem poder ter força de luta para reconquistar o seu poder de compra no salário mínimo. Já se falou muitas vezes de um salário mínimo de cem dólares. Ora, já se viu que cem dólares não é parâmetro. Porque hoje com trezentos e cinqüenta reais, seriam cento e sessenta e seis dólares.

Então, no meu entendimento, não é essa a política a ser adotada. O que nós queremos é que se respeite a Constituição. [palmas]

A Constituição diz que é necessário para sobrevivência de uma família com um salário mínimo que dê para ele morar, vestuário, transporte, alimentação, e para pagar a Previdência Social. Eu pergunto: Trezentos e cinqüenta reais dá para tudo isso? Então, é preciso que essa pergunta seja feita a cada um daqueles que têm poder de mudar esse estado de coisa. É preciso notar que salário mínimo, ora, ele é um fator de desenvolvimento econômico. Onde o salário é grande as pessoas vão à loja comprar, compram mais pão, compra sapato, a loja de sapato fabrica mais, é obrigada a botar operário para trabalhar. Porque o salário mínimo é aquele que mais transita pelo País. 70% dos Municípios brasileiros hoje vivem do salário mínimo que a Previdência Social paga. Se não fosse isso, muitos Municípios já teriam abandonado tudo tá e já teriam vindo para as cidades, porque não teriam como sobreviver.

Então, o que nós achamos é que deve-se estudar uma política de constitucionalidade do salário mínimo. Que seja, não importa como vai se chegar a isso, como sugeriu o companheiro Everaldo, da CUT, sugerir e se começar a formar uma maneira de se chegar a esse salário mínimo, como fonte de desenvolvimento do País. Isso é que é importante.

O salário mínimo hoje de trezentos e cinqüenta reais, que recebeu 16% e uma fração de reajuste, ele não foi o mesmo para os demais aposentados, que tiveram apenas 5% de reajuste. 5% de reajuste faz com que todos aqueles que pagaram vários salários mínimos quando estavam trabalhando, agora amarguem uma perda de 77%. Porque, a cada momento que se paga diferentes taxas do salário mínimo, quando se paga um percentual de 16 e outro de 5, isso faz com que as pessoas que trabalharam, pagaram compulsoriamente, para receber no momento de se aposentar, elas comecem a perder. E, um dia, será uma Previdência de salário mínimo. Então, é preciso que se reflita em cima disso.

Então, no lugar da gente estar discutindo se é melhor ou se é pior, vamos concentrar nossa luta numa justiça social. Porque o que está nisso tudo é falta de um entendimento e de justiça social. [palmas] E não pode um indivíduo passar 30 anos pagando a Previdência, toda vez que aumenta o teto, ele aumenta também. Agora é diferente, toda vez que aumenta o teto, ele diminui. É uma contradição. É apenas uma questão de sensibilidade. Se a Previdência paga essas aposentadorias e pensões, o industrial vai ganhar, o comerciante vai ganhar, porque vai vender mais. Porque ele está pagando. Não é só a gente olhar a parte daquele que está achando que está pagando muito encargo, e o encargo previdenciário é alto. É alto, mas ele proporciona retorno à sua

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 807
DOC:

indústria, retorno ao seu comércio, retorno a uma sociedade, porque tem a condição de viver.

Olhe bem, hoje as pessoas querem estudar e não podem. Porque não podem pagar escola, porque o salário é pouco. Eu já assisti ao indivíduo fazer vestibular e não cursar porque não pode pagar. Primeiro, porque não existe uma política de capacitação para todo o povo brasileiro. Porque um País de pessoas que tenham cultura, que tenham conhecimentos, esse povo só pode evoluir. No momento que a gente prende o salário nós estamos contribuindo para que isso nunca aconteça. Eu digo isso, dar salário mínimo a um pai de família é dizer: "Seu filho tem que ser operário, tem que ser analfabeto [palmas] e tem que viver submisso à vontade do grande capital. Por isso, eu faço um apelo aqui. O salário mínimo, inicialmente, deve-se tomar como parâmetro o INPC e o PIB. O PIB precisa entrar nessa composição do salário. Faz parte de toda a sociedade.

Então, essas são as minhas sugestões, vendo que o trabalhador não pode ser condenado a que toda a sua família viva de um salário mínimo, porque não pode ter condição de se instruir para mudar o destino da sua família.

Então, é necessário, sobretudo, um salário mínimo constitucional voltado, sobretudo, para a causa social. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): É emocionante a gente ouvir as palavras de um cidadão como esse, que nos inspira e nos estimula na luta. Eu passo a palavra à Drª. Selma Magnavita, da Associação do Movimento das Donas de Casa e Consumidoras da Bahia.

SRA. SELMA MAGNAVITA: Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite que me foi feito pela Comissão especial em nome do Deputado Jackson Barreto, e que isso me honrou de poder dizer aqui, sem nenhuma pretensão de ser uma técnica ou uma pessoa conhecedora das finanças e das abordagens sobre o salário mínimo. Eu gostaria de pedir permissão de cumprimentar a Mesa em nome da Senadora Heloísa Helena, porque muito me honra estar aqui ao seu lado. [palmas] Também ao nosso amigo Daniel Almeida, porque muitas vezes, nesta Casa, travamos discussões sobre Direito do Consumidor.

Eu preparei assim a minha fala com muita preocupação. Porque achei que era até, da minha parte, uma ousadia de estar aqui me posicionando. Mas eu disse "Não, em nome dos consumidores e em nome das donas de casa da Bahia, e não somente da Bahia, mas como Vice-Presidente da Confederação Nacional das Donas de Casa e Consumidores, me enchi de coragem e pensei: Como vou colocar essa minha posição diante de um problema tão sério que é o salário mínimo?" Procurei algumas orientações, busquei a história do salário mínimo, mas não vou aqui repetir, porque sei que muitos já falaram sobre as tendências e o grande elenco das oscilações, das permanências e dos valores desse salário mínimo desde a sua criação, que foi em 1940.

Portanto, eu vou deixar esta parte, porque sabemos que o salário mínimo teve o seu valor, foi constituído com diferenças regionais, com vários valores, mas a nossa colocação aqui é sobre a nossa atualidade. Enquanto isso, os Governos espalham programas que nada mais são do que flechas venenosas na dignidade humana e nos cofres da Nação. A continuação de uma política de situação minguada, precária, incapaz de assegurar meios para uma qualidade de vida digna de subsistência para uma expressiva parcela da

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 808
DOC:

população é uma tragédia, no ponto de vista econômico e social. Principalmente para a população nordestina.

A retomada dessa história requer intenção tangível, com objetivos mensuráveis e concretos. É difícil, e requer acordo que defina outro modo de repartir a renda e a riqueza, estimulando um processo de crescimento econômico e desenvolvimento social sustentável em novas bases. É preciso que se deixe processo de experiências originárias da nossa origem colonial.

Hoje, se perguntássemos quem vive com o salário mínimo, segundo dados da última pesquisa nacional por mostra de domicílios, em 2003, 22 milhões de trabalhadores que ganham até um salário mínimo, o que corresponde a 31,9% dos 69 milhões de ocupados. Inserem-se nesta categoria o trabalhador doméstico e os trabalhadores autônomos que ganham o salário mínimo que, por sua vez, pela informalidade contratual, é considerado de alto índice de empregabilidade, esses trabalhadores, sem nenhuma qualificação de mão-de-obra, e por isso lhe é atribuída uma legislação específica, e a ocorrência de maior risco de desligamento involuntário ou rotativo.

Portanto, nosso entendimento é de adotar uma política de valorização do salário mínimo como parte de um desenvolvimento econômico e social capaz de combater as desigualdades estruturais, mediante um projeto nacional justo, concreto, protegido social e coletivamente, para um mercado de consumo interno renovado, pelo aumento de renda de trabalho e um crescimento sustentado na economia para combater a miséria.

Este entendimento se embasa em paradigmas que o aumento do salário mínimo nas proporções de perdas elevará a condição de regimento do trabalho, estabelecerá relação entre salários, alterará a renda do trabalho e do capital, aumentará a arrecadação pública, que é tanto mencionada e que, por isso, não se pode aumentar o salário mínimo, porque os seus empregados, a sua demanda iria prejudicar e levar ao caos de uma Prefeitura, diminuirá o gasto decorrente de situação do desemprego ou da precariedade do emprego e da saúde, sem falar na educação. Por essas proporções, será preciso a recuperação da perda total, e não de um terço do valor real gerado desde 1940.

Para tal, deve-se considerar paradigmas centrados na diminuição das taxas de juros, dos tributos nos vários serviços essenciais como energia, comunicação, indústria de alimentos, medicamentos, nas contribuições sociais de quem emprega e de quem é empregado.

Ora, todo provedor, ou fornecedor, de bens está diante de 60 impostos que são repassados para o consumidor, sem distinção de categoria salarial. O ocupado, enquanto consumidor, que recebe um salário mínimo, mesmo tendo ajuda assistencialista do Governo, não está resistindo, haja vista a superlotação das cadeias e presídios. Para isso tudo, basta observar o salário mínimo destinado para quatro pessoas de trezentos e cinqüenta reais. Renda total familiar: Trezentos e cinqüenta reais. Renda total familiar, com desconto: Trezentos e vinte e três, vírgula, vinte e dois centavos.

E eu fui buscar uma relação do orçamento de uma família assalariada, desse nível de renda. Como despesas, nós temos de pensar no aluguel, nós temos a água, nós temos a luz, telefone, alimentação, incluindo material de higiene, nós temos o gás, transporte, farmácia, lazer, outros e outros. Ora, aluguel de cento e cinquenta reais, a água, vamos dizer que com a baixa renda se cobre o mínimo, dez reais, luz, também o mínimo, sete

ADIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 809
DOC:

reais, telefone, 39,46%, que é o mínimo, por causa da taxa da assinatura, gás, trinta e dois reais, se gastar um botijão por mês, transporte, cento e dois reais para as três pessoas, três membros da família desses quatro componentes, farmácia, trinta reais, lazer, vinte reais, outros, trinta reais, algumas incidências. Aí nós verificamos, buscando a "ração", vamos dizer assim, básica, quinhentos e quarenta reais vírgula quarenta e seis centavos. E a renda, trezentos e vinte e três vírgula vinte e dois, com as despesas de quinhentos e quarenta vírgula quarenta e seis, nós temos como saldo, desse renda mais despesa, duzentos e setenta e nove vírgula vinte e quatro reais negativos.

Como nós podemos então considerar um salário com justiça? Esses seres humanos que formam uma comunidade familiar de quatro pessoas sao diferentes de nós, ou dos senhores, nossos representantes, que recebem proventos originários dos cofres públicos? Eles não têm, e nós temos, alimentação de boa qualidade e de melhor cardápio. Eles não têm, e nós temos, moradia com saneamento etc etc. Isto, para não dizer que há 500 anos que se fala em igualdade entre as pessoas nesse Brasil.

E às vistas dessa busca de informações sobre salário mínimo, nota-se quem inspira a idéia da justiça social. E, por isso, parabenizo esta Comissão.

E finalmente, gostaria de encerrar a minha fala salientando o princípio de igualdade, fundado na lição de Rui Barbosa, que é preciso considerar, abre aspas, "desigualdade social", fecha aspas, e em garantia da verdadeira, abre aspas, "verdadeira lei da igualdade", fecha aspas. E assevera o ilustre baiano, afinal, "a regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade". Fecha aspas. [palmas]

E só para refletir, a miséria e a pobreza são inexoráveis. Muito obrigada. Era isso que eu queria trazer de contribuição. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós agradecemos a palavra da Dª. Selma Magnavita, da Associação do Movimento das Donas de Casa e Consumidores da Bahia, bem como, da Federação dos Aposentados. Agradecemos sua presença, peço a V.Sª. que retorne ao Plenário, e convidamos agora aqui para a Mesa o Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, Dr. Vicente Mário Visco Matos, e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e da Madeira do Estado da Bahia, companheiro Florisvaldo Bispo dos Santos. Tem a palavra o Dr. Vicente Mário Visco Mattos.

SR. VICENTE MÁRIO VISCO MATTOS: Na pessoa do Presidente da Comissão, Deputado Jackson Barreto, eu saúdo a Mesa e saúdo todos os presentes, representantes aqui de classes trabalhadoras, de classes patronais, a todos, enfim.

Quero iniciar essa c breve apresentação, congratulando-me com a iniciativa da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, formada por representantes do Senado e da Câmara Federal, e colocando em discussão com a sociedade tão importante tema para a população brasileira. Inicio comentando, de forma resumida, a evolução histórica do salário mínimo do Brasil, instituído no final da década de 30 do século passado, passando a vigorar o primeiro salário mínimo do País em 1º de maio de 1940.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 810
DOC:

De 1940 a 1984, o salário mínimo teve sua aplicação dividida em regiões e sub-regiões do País, iniciando com 14 valores distintos, alcançando 38 diferentes valores em 1963, e sendo unificado somente em 1984, quando já era expresso em três valores no País, desde 1982.

Ao longo dos anos, o valor do salário mínimo teve tratamentos diferenciados, ora perdendo o seu valor real, ora recuperando o seu valor de compra, ora expresso em valores diversos por regiões, ora por valor único em todo o País.

De 1940 a 1951 o seu valor só foi reajustado apenas em 1943, sofrendo até 1951 uma queda de 65% do seu valor real.

De 1951 a 1962, o salário mínimo sofreu ajustes que garantiram a manutenção e até elevação do seu poder de compra, alcançando em 1954 o seu maior valor no período. A partir de 1962, com a aceleração da inflação, o salário mínimo voltou a perder poder de compra. Diversas políticas de reajustes foram dotadas entre 1962 e 1974, sem observar critérios uniformes, resultando num período não muito feliz para o assalariado.

De 1975 a 1982, os reajustes elevaram gradualmente o seu poder de compra, com ganhos reais de até 30%.

A partir de 1983 e até 1990, as diversas políticas salariais, associadas aos planos econômicos de estabilização e, principalmente, com o crescimento da inflação, levaram a significativas perdas para o salário mínimo, caindo o seu valor real em cerca de 24%.

A partir de 1990, apesar da inflação, o poder de compra do salário mínimo apresentou crescimento real de 10,6% até 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

Com a estabilização após o Plano Real, o salário mínimo obteve ganhos reais ainda maiores, totalizando 28,3% de 1994 a 1999.

De 2000 a 2006, permanece um período de ganho real para o salário mínimo. Hoje, o valor do salário mínimo corresponde a cerca de 2,6 vezes o valor da cesta-básica da cidade de Salvador, maior relação verificada, a partir de levantamento feito desde janeiro de 1995.

Da observação da variabilidade desses dados expostos, pode-se entender então que, por razões históricas, políticas e institucionais, a definição do valor monetário do salário mínimo é motivo de tensões, insatisfações e incertezas.

Na discussão do piso salarial, é sempre subdimensionada a importância, em termos de distribuição de renda. Todavia, as implicações do salário mínimo não se atêm apenas a tal aspecto, alcançando também as finanças públicas e a competitividade das empresas e segmentos. Portanto, a discussão sobre o tema deve ser referenciada tanto aos aspectos distributivos quanto às questões de ordem macro e microeconômica. Na questão macroeconômica, o principal aspecto da discussão é a estabilidade e o equilíbrio das contas públicas.

Não se pode pôr em risco os ganhos alcançados nos últimos anos, como a baixa inflação e o aumento da previsibilidade da economia. A existência de um horizonte de longo prazo é questão fundamental para as decisões de investimento, fator básico para o crescimento sustentado da economia. A estabilidade é a maior garantia da preservação do poder de compra dos salários. Reajustes nominais, seguidos de inflação elevada não se

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 814
DOC:

traduzem em aumento do salário real. A experiência brasileira do passado é prova dos estragos que a inflação fez sobre o poder de compra dos salários. A melhoria do poder de compra dos salários se materializa através do crescimento econômico em condições de baixa inflação. Nessas circunstâncias, a reação do mercado de trabalho se faz sentir no aumento gradual e sustentado do emprego e dos salários. Conceder aumento nominal de salários, independentemente das condições de produtividade, levam a situações de melhorias momentâneas e enganosas.

Outro aspecto importante deve ser considerado, e se refere à distribuição regional, que é muito heterogêneo. Em muitos Estados, geralmente os menos desenvolvidos, a proteção dos trabalhadores com remuneração menor que dois salários mínimos chega a ser bem mais da metade. O mesmo ocorre em termos setoriais, com alguns segmentos tendo uma maior proporção de trabalhadores com o nível salarial mais próximo ao mínimo do que outros.

Apesar dessas considerações, não se pode negar que o atual nível do salário mínimo é reduzido para as necessidades básicas do trabalhador brasileiro. Essa situação não é simples reflexo de decisões arbitrárias, mas fruto de anos de estagnação econômica, regulação inadequada, descontrole inflacionário e desequilíbrio financeiro do setor público, que impediram um aumento talvez mais substancial do piso salarial do País.

São muitas limitações existentes para a fixação de um salário mínimo em nível mais elevado. É imprescindível uma discussão mais ampla, de modo a definir uma política em relação ao salário mínimo que contemple as dimensões fiscal, produtiva, distributiva e regional. São necessários, assim, políticas públicas que gerem crescimento sustentado. Garantir o poder de compra do salário em longo prazo é a melhor maneira de preservá-lo.

As discussões sobre a elevação do salário mínimo costumam girar em torno da capacidade fiscal do Governo de arcar ou não com o aumento. De modo geral, relega-se para segundo plano a capacidade de pagamento das empresas. É fato que a influência do aumento do salário mínimo será maior nos segmentos que mantêm níveis de mão-de-obra remunerados por este valor. No caso do segmento da construção civil, que aqui represento, setor que utiliza uma mão-de-obra intensiva, geralmente os seus colaboradores são remunerados com salários acima do valor do salário mínimo. Porém, muitos destes têm sua remuneração próxima do piso salarial legal. Assim, o custo salarial para as empresas do setor da construção civil tem impacto direto a partir da alteração do valor do salário mínimo.

O aumento real do salário mínimo tem o potencial de ampliar o rendimento dos trabalhadores e estimular a demanda interna. Mas, é também verdade, que é um aumento de custo para as empresas. Dependendo do nível de reajuste, porte do empregador, região do País e segmento econômico, pode-se reduzir a utilização da mão-de-obra formal e levar ao aumento do desemprego e à expansão da informalidade. O mercado informal, que gera contratações sem carteira assinada e sem respeitar as leis trabalhistas vigentes já alcança cerca de 60% dos trabalhadores do País, causando danos ao sistema previdenciário, aos trabalhadores e à sociedade em geral.

Para evitar o cenário de desemprego e informalidade, é importante que o reajuste do salário mínimo baseie-se em critérios que levem em conta a atividade econômica. Reajustes maiores podem ser concedidos, desde haja, em contrapartida, aumento de

ATN nº 005/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 8120
DOC:

produtividade e da mão-de-obra. Sem ganhos de produtividade é difícil sustentar o aumento real na remuneraçao dos trabalhadores. Uma proposta de reajuste excessivo do salário mínimo, descasada do aumento da produtividade pode, enfim, agravar as desigualdades sociais, na medida em que existe um risco real de aumento da informalidade e do desemprego.

O Brasil precisa enfrentar o problema da informalidade. [soa a campainha]. E isto depende de mudanças amplas nas leis trabalhistas e previdenciária. Não podemos ter uma remuneração mais digna do trabalhador, enquanto persistir o montante de encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre os salários. O empregador paga muito, e os empregados ganham pouco. O Brasil é o campeão também de encargos sociais e de ações trabalhistas. É imperioso que se agende uma discussão ampla para uma reforma trabalhista no País. O Brasil continua com um quadro legal extremamente rígido. Muitos desses encargos decorrem de imposições legais, inegociáveis, e de recolhimento compulsório, de natureza tributária e não salarial.

O crescimento econômico só consegue gerar boas oportunidades de trabalho onde há flexibilidade para contratar, descontratar e remunerar. Discussões sobre todo esse tema são complementadas pelo estudo de vários outros aspectos, como a aplicação do salário mínimo, na diversidade de setores de atividade econômica, na diversidade de características de trabalhadores dos diversos setores industriais, nas empresas, em seus diferentes portes, para trabalhadores de diferentes graus de instrução, de diferentes faixas etárias, nas diversas regiões do País, considerando as várias Unidades da Federação, com suas peculiaridades econômicas e regionais, para trabalhadores da capital e interior dos Estados, dentre outros.

Outro aspecto fundamental e muito discutido [soa a campainha]. Eu vou pedir mais quatro minutos, eu estou concluindo. Outro aspecto fundamental, e muito discutido--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Um minuto a V.Sª.

SR. VICENTE MÁRIO VISCO MATOS: --É o impacto do aumento do salário mínimo para a Previdência Social. Os custos de pessoal e encargos do setor público nos três níveis, federal, estadual e, principalmente, municipal, e aumento de despesas do FAT, com o seguro desemprego, por exemplo, fortemente influenciado pelo salário mínimo.

Enfim, quando nos dispomos a discutir critérios para o aumento do salário mínimo, concluímos que vários aspectos são entrelaçados. Discutir salário mínimo passa, sim, pela discussão de políticas públicas que garantam o crescimento do País, diminuição de gastos públicos, redução de carga tributária, reforma previdenciária, diminuição do desemprego, combate à informalidade, melhor distribuição de renda, estabilidade da economia, redução da taxa de juros, manutenção de níveis de inflação baixa. Discutir critérios de reajuste do salário mínimo significa discutir desenvolvimento. Os aumentos do salário mínimo têm que estar acoplados a parâmetros de crescimento.

Apoiamos, então, a idéia, enfim, proposta. Me parece que até já expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, que propõe que a variação do PIB per capita balize o reajuste real do salário mínimo.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 813
DOC:

Assim, o reajuste sugerido pelo segmento da construção resultaria na combinação da correção monetária com base na inflação medida pelo INPC e ganho real a partir da variação do PIB *per capita*. Poderíamos ainda estudar um ganho real, a partir da redução do gasto público. Este pode ser um desafio. E ainda mais uma sugestão, a desoneração de encargos sociais como alavancador de aumento real para o salário mínimo.

Necessário se faz afirmar que qualquer ganho real diferenciado para o salário mínimo não deve se refletir nos demais níveis salariais, sob pena de comprometermos a tão almejada melhor distribuição de renda. Não podemos mais aceitar, numa sociedade de competitividade global, o tamanho do gasto público que temos, a carga tributária que nos é imposta, a burocracia que emperra o desenvolvimento e o crescimento medíocre de um País de tanta potencialidade.

O fortalecimento do poder da compra do salário mínimo no Brasil é meritório e desejado. Políticas sustentáveis devem conciliar o aumento do salário mínimo com estabilidade de preço e estabilidade de gastos públicos com aprovação do PIB. Se o objetivo é melhorar a distribuição de renda e as condições de vida das camadas mais pobres da população, é fundamental que os reajustes sejam compatíveis com a capacidade de pagamento das entidades públicas e privadas, sob pena de aumentar ainda mais a ferida da informalidade.

A melhor saída para o fortalecimento do salário mínimo é a aceleração do crescimento econômico, o que requer esforços coordenados e persistentes em várias áreas, principalmente institucional e regulatório, educação e saúde, infra-estrutura e inovação.

Finalizando, afirmamos a nossa sugestão de que o aumento do salário mínimo seja acoplado ao crescimento, o que permitirá a melhoria da distribuição de renda, o combate à informalidade e, por certo, aumentará a base contributiva para a Previdência, a viabilização da Previdência. O crescimento acontecerá com a prática da taxa de juros civilizada e a redução dessa escorchante carga tributária. Procedendo dessa forma, estaremos agindo de modo responsável.

Esta é a nossa opinião, eu peço desculpas à Mesa, um pouco por ter passado, mas eu exibi a encomenda de 15 minutos e não de 10 [risos], então me ative a falar um pouco mais. Muito obrigado pela atenção de todos. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Obrigado a V.Sª, e pediria a V.Sª. que repasse, não somente V.Sª., mas os demais que têm documentos em mãos, as pessoas que falaram aqui, gostaríamos de que esses documentos fossem repassados para a nossa Assessoria aqui da Comissão, porque nós vamos nos debruçar, temos as gravações de todas as falas, mas os documentos, muitas vezes, têm informações valiosas, necessárias ao trabalho da Comissão.

Passamos a palavra ao companheiro Florisvaldo Bispo dos Santos, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Madeira do Estado da Bahia. [palmas]

SR. FLORISVALDO BISPO DOS SANTOS: Eu quero agradecer aqui à Comissão Mista, que nos convidou a participar dessa Sessão, e que eu estou honrado por estar aqui presente, vendo que essa Comissão sai do Planalto para vir para o interior do País discutir uma questão que é crucial no nosso País, que é a questão do salário mínimo. Salário

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 814
DOC:

mínimo, este que a gente vê falar aqui, e que ouvia dizer que era impossível o crescimento desse salário mínimo, exatamente porque quebraria a Previdência, e a gente está vendo aqui se falar que não é nada disso, que não quebra a Previdência, muito pelo contrário, as pessoas ganhando mais, contribuirão mais, e contribuindo mais a Previdência e a Seguridade Social terá mais dinheiro para que implante mais planos de saúde, que tenha mais hospitais, clínicas e convênios para tratar o povo brasileiro.

O que a gente vê na sociedade, é que a gente tem uma sociedade com um vício escravagista e que paga mal. Sempre paga mal, no intuito de obter mais lucro, mais que produtividade, porque, as pessoas ganhando mal é necessário que trabalhem mais, para ganhar um pouco mais, para suprir as suas necessidades. E com isso, a gente vê as pessoas mais doentes, as pessoas com mais doenças ocupacionais ocupando as filas do INSS, ocupando as filas das clínicas e dos hospitais, dando muito mais prejuízo à Previdência. Se, por acaso, elas ganhassem mais e pudessem por si só já pagar a sua receita, comprar o seu remédio e, com isso, a gente vê que a exploração cada vez mais cresce e cada vez mais a Previdência fica deficitária, por não ter condições de suprir as necessidades do povo brasileiro.

E aí a gente vê essas falácias que é por causa dos juros, por causa disso, por causa daquilo, e quando a gente vê essa Comissão discutindo aqui, vê que não é nada disso. Que é apenas mesmo um País viciado em explorar a sociedade. [palmas]

Com isso, companheiro, não vou me alongar porque as pessoas aqui já falaram muito e tenho certeza que se não fosse um esforço grande das Centrais Sindicais, que fez longas caminhadas até Brasília, procurando a Comissão Mista e também procurando o Governo Federal para discutir a questão do salário mínimo, tenho certeza que esse salário mínimo seria ridículo como foi num tempo passado muito bem próximo ai. E, com isso, eu quero dizer que a valorização do salário mínimo agora deu um impulso à sociedade, deu um impulso ao povo, e que continue assim, porque não sendo assim, o povo vai continuar sempre miserável nesse País.

Eu queria dizer também aqui, senhores da Comissão, que as categorias que têm salários próximos ao salário mínimo têm sofrido também, porque têm apenas conseguido repor as inflações. E que vocês busquem um mecanismo para que pote proteja esse pessoal que ganha, no mínimo, até três salários mínimos, porque nós no sindicato não estamos tendo condições de buscar uma valorização maior, e o resultado é o achatamento dos salários e que, daqui a pouco, todo mundo vai estar ganhando um salário mínimo. Só isso, eu dei meu tempo para outro. [palmas]

SR. JOÃO PRAZERES: Na pessoa do Deputado Jackson Barreto, e também do Senador Paim, e a Senadora Heloísa Helena, esta grande mulher brasileira que sempre está a favor deste povo tão sofrido, e também toda a Mesa, e os companheiros de sindicatos, associações, o Sr. Gilson ali, um grande batalhador pela causa da Previdência e dos aposentados.

Companheiros e companheiras, a gente viu a história do salário mínimo, inúmeras pessoas falaram, não vou repetir, eu vou mais à prática. Porque nós somos do comércio informal. Vemos aqui que a informalidade também hoje ela é sofrida. Quando se fala em grandes cargas tributárias, altos juros, impostos, isso tudo vai refletir na ponta, no comércio informal.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 815
DOC:

O que a gente vê aqui ao longo da Avenida Sete, ao longo da Avenida Joana Angélica, Baixa do Sapateiro, Comércio, Iguatemi, (?) Joaquim e hoje 54 feiras móveis em Salvador, vejam, são pessoas na informalidade, e que eu digo que é um grande trabalhador, um grande lutador, que gera emprego e renda, porque teve a idéia e a coragem de, num dia desse de chuva, ir para lá, na sua banquinha ali disputando aquele centavo. Ele vai levar o sustentáculo para a sua família.

Aí vocês perguntam: "Esse povo paga a Previdência Social?" Eu ouvi aqui bem. Realmente, é difícil, porque ele começa a pagar e não termina. Hoje, a alíquota de 20% para uma pessoa que trabalha em uma banquinha, em uma barraquinha, pagar por mês 60 reais, e agora mais ainda com o aumento do salário, fica difícil. E quando ele começa a pagar, ele paga um mês, dois, três, quatro, depois ele não dá continuidade.

Vendo toda essa problemática da questão informal, que a gente sabe que vai gerar problema da Previdência Social, porque lá na ponta a Previdência vai aposentar essa pessoa, casos que a lei dá direito e ele se aposenta.

Nós encaminhamos para a Previdência Social, ao Sr. Ministro, ao Presidente Lula também, documentos pedindo a redução de 10%. 10% significa que ele poderia, com muito esforço, pagar seus trinta reais por mês. Com muito esforço, e olhe lá. Mas é uma grande caminhada. Nos respondeu as cartas para ficarmos acompanhando. E estamos acompanhando, passo a passo, ver como fazer, como resolver essa questão da Previdência Social junto ao comércio informal.

O Sr. Gilson colocou muito bem aí, cidades do interior, hoje, quem sustenta é a Previdência Social. Eu estive nesta semana em Amargosa, conversando com alguns companheiros, e vou também assim naqueles botecos e nas vendas, e um rapaz: "Como é que está aí, vocês estão sobrevivendo?"; "Nós estamos, porque o nosso dinheiro, hoje, quem sustenta a nossa vendinha é a Previdência Social. É o aposentado".

E isso aí, gente, nos preocupa muito, porque nós estamos numa cidade que bate recorde de desemprego. Salvador continua com desemprego. Quando não tem emprego, o senhor tem que ir para as feiras livres, para as praias. Carnaval, esse ano cadastramos, juntamente com a Prefeitura, conseguimos cadastrar três mil e setecentos ambulantes, o que conseguimos, limitado. Mas no Carnaval é um potencial de ambulantes que vai a mais de 20 mil. O que conseguimos trabalhar em circuitos, Bairro Ondina e aqui no Centro, três mil e setecentos, fora nos grandes bairros que têm seu Carnaval próprio, e também aqueles que entram, vem em caravanas da região metropolitana, do interior, que é difícil controlar. Então, a gente vê que a situação não é fácil.

A gente sabe, quando o salário mínimo aumenta, essa coisa pequenininha, a gente vê que na feira algumas empresazinhas, porque quem emprega muito é microempresa, a pequena empresa. O cidadão fala para a gente "Prazeres, eu acho que vou fechar minha casa"; Por quê?"; "Os encargos são por demais". Quem tinha cinco empregados hoje, tem dois, tem três. Quem tinha dois, não tem mais nenhum, trabalha com a família. A gente vê a mulher e o filho lá trabalhando, porque não tem condições de pagar, devido aos encargos. Porque tem um exemplo lá, quando nós chegamos de Água de Meninos, na Feira de São Joaquim, naquela grande feira que vocês ouvem falar, que foi incendiada, na época da ditadura, aquela pressão toda, tocaram fogo na feira... e aí jogaram a gente para São Joaquim. E lá um companheiro ele recolhia dez salários mínimos, Sr. Gilson. Dez

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 816
DOC:

salários mínimos. Hoje, ele me chama e diz que não recebe três salários. Alguém pergunta: "Vale a pena pagar dez salários? Cinco? Seis?"; "Pague o que você puder. Não deixe de pagar. Porque a Previdência é o melhor seguro do mundo. Sem ele é pior. Então, pague a Previdência".

E hoje tem essas demandas, "se eu pago dois salários, se eu pago três, se eu pago quatro". Porque, quando ele vai se aposentar, perdeu tudo.

Então, essa é a grande questão. E como leigo, até nessa questão de conhecimento desse trabalho todo que vêm desenvolvendo os Srs. Senadores, que é um trabalho importante, eu digo até que "a montanha não vai a Maomé, então Maomé vai à montanha". Quando os senhores saem de lá de Brasília, entram nesses rincões desse grande Brasil, vêm até aqui à nossa cidade, vão nos interiores, realizando essas políticas públicas, é para ajudar. Estão preocupados com a gente. Muito obrigado. Muito obrigado aos senhores, porque realmente estão fazendo um trabalho extraordinário. Aí, Sr. Gilson, a gente vê que vai haver um aumento nessa questão. Porque é uma discussão a qual nós estamos também discutindo, estamos levando as nossas idéias. A nossa opinião realmente é que seja uma política constante, sem interrupção, olhando todas essas questões sociais indignas que já se colocaram aqui.

Então, realmente se não houver essa preocupação com a sociedade, com os menos favorecidos, sinceramente é difícil a gente ter esse salário mínimo digno para o homem brasileiro, para o trabalhador brasileiro. Porque a gente viu aqui, pela Associação das Donas da Casa, a matemática que ela fez ali, eu estava pensando, o assalariado é o maior matemático do mundo, com trezentos e cinqüenta reais para sobreviver. Porque, quando anuncia o salário, pode ver que as coisas aumentam. Muita gente se aproveita. Tiram proveito e aumentam mesmo. Daí é que a gente cobra até do Procon, não sei se está aqui presente, é o órgão fiscalizador, olhar isso até antes, gente, porque quando se fala no aumento do salário, tem os gananciosos, do grande shopping à padaria lá da ponta, da periferia. Pode ver que a gente vê que vai ocorrer aumentos.

Então, eu creio, dentro desse trabalho que os senhores estão fazendo, ouvindo a base, ouvindo o povo, ouvindo também a indústria, o comércio, eu gostei muito aqui quando o representante da indústria e comércio falou realmente que o salário é indigno e que merece pairar uma grande reflexão dentro desse trabalho, realmente a gente vê também que eles estão preocupados também com a situação desse salário, porque se não tiver salário digno, não tem comércio, não tem indústria, não tem camaval, não tem nada. Vai ficar sempre naquela coisa de favor. De favor.

Então, eu quero agradecer a oportunidade por ter convidado o nosso Sindicato, estamos sempre à disposição dessas discussões e também estar parabenizando os senhores por essa coisa tão boa, essa dádiva de vir até aqui à nossa cidade, a esta Casa, para discutirmos a questão do salário mínimo. Meu muito obrigado, um bom trabalho para os senhores. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Sr. Representante do Sindicato dos Bancários do Estado da Bahia, Emanoel Souza de Jesus.

SR. EMANOEL SOUZA DE JESUS: Boa tarde a todos, gostaria de saudar a Mesa em nome do Presidente da Comissão, Sr. Jackson Barreto, e saudar as companheiras e

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 897
DOC:

companheiros do Plenário, uma saudação especial ao Sr. Gilson, um dos grandes guerreiros da luta não só dos aposentados, mas da luta dos bancários.

Bom, como o tempo é curto, atendendo ao apelo e sendo disciplinado, eu vou solicitar à Comissão, e depois poderia encaminhar, de que se registrasse junto a esta Audiência, a Secretaria registrasse dois documentos, que eu penso que são de grande importância. Um primeiro documento foi editado pelo DIEESE, agora recentemente durante a comemoração do primeiro de maio. E o documento se diz "Valorização do salário mínimo imperativo da ética econômica e social". Penso que é uma peça importantíssima para esse debate. E estamos apresentando também, o Departamento Sócio-Econômico do Sindicato dos Bancários da Bahia, sob a responsabilidade do companheiro Euclides Fagundes e Hélder Peres, tendo como representante técnico Adriano Jonas de Almeida, um Economista, o documento "Salário mínimo e renda, o retrato geral de pessoas ocupadas com rendimento do trabalho". São dois aportes que nós entendemos ser interessante para os debates dessa Comissão.

E eu gostaria de utilizar, então, o tempo para entrar em algumas polêmicas. Todas as intervenções aqui estão muito positivas, todos reconhecemos a necessidade da recuperação do salário mínimo, mas o remédio que está sendo oferecido tem diferenças, e é preciso que essas diferenças venham a público. Nós gostaríamos de nos colocarmos contrário à tese do salário mínimo regionalizado. Essa me parece que é uma tese que beira à discussão que tende a desvincular o salário mínimo da aposentaria. Ora, nós não podemos aumentar o salário mínimo em vários lugares do País porque a economia é mais fraca. Ora, nós não podemos aumentar o salário mínimo porque aumentando isso aumentará a aposentaria e implode a Previdência.

Essas teses são falsas ou, no mínimo, são injustas ou, no mínimo, não permitem que esse processo de valorização do salário mínimo que a Comissão bem está trazendo à discussão, venha a reduzir as diferenças regionais. Porque nós vivemos no País que é desigual socialmente, mas um País que é desigual regionalmente. Então, a tese do salário mínimo regional, essa não interessa. Por que é que o trabalhador do Nordeste, do Norte ou do interior dessas regiões devem ter o seu trabalho menos valorizado do que o trabalho do operário de São Paulo? Porque o salário mínimo aqui ser menor do que o salário mínimo lá de São Paulo? Não é essa a tese. A desigualdade regional desse País precisa ser enfrentada, e a discussão do salário mínimo é um dos instrumentos para enfrentarmos não apenas as desigualdades sociais, mas as desigualdades regionais.

A segunda tese, e nós temos conquistado neste último Governo, alguma recuperação do salário mínimo. Em 2005 tivemos um reajuste acima da inflação da ordem de 8%. Agora em 2006, da ordem de 13%. E aí as representações patronais dizem: "Não, mas o salário mínimo só pode ser reajustado com base em parâmetros econômicos, com base na produtividade, com base no aumento do PIB *per capita*". Há um fundamento. Pensa-se que se não se fizer dessa forma se implode a economia. Mas eu gostaria de fazer aqui a seguinte pergunta: E o aumento de produtividade dos últimos 50 anos, que não foi repassado para o salário mínimo? E o aumento do PIB *per capita* nos últimos 50, 60 anos, que não foi repassado para o salário mínimo? Então, esses parâmetros nos servem para tratarmos daqui para adiante. Mas é preciso juntar a esses parâmetros uma recuperação grande desse passivo que foi criado durante esses muitos anos muito. Nesse sentido, a tese defendida aqui pelo Presidente da CUT me parece um dos caminhos, mas

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 818
DOC:

outros caminhos também precisam ser buscados. Temos que buscar alternativas inclusive de políticas públicas, para que esse passivo que o povo brasileiro tem o direito, que o trabalhador brasileiro tem o direito de recuperar, seja feito.

Então, nós não podemos pensar apenas na recuperação do salário mínimo acompanhando a evolução do PIB *per capita* ou acompanhando a produtividade do trabalho. Porque isso significaria nós fazermos uma fotografia do momento, e todos que aqui falaram reconhecem que hoje há uma grande injustiça social neste País, nós estaríamos fazendo uma fotografia desse momento e congelando a situação capital/trabalho no País, exatamente nesse momento, que todos reconhecemos que é injusto.

Então, ao lado da recuperação utilizando mecanismos econômicos, é preciso que se tenha uma discussão política da necessidade de distribuição de renda nesse País. Esta é o centro da discussão, quando se trata de salário mínimo.

E aí eu penso que todas as reivindicações que foram apresentadas aqui pelo setor empresarial, a queda na taxa de juros, a questão de uma Reforma Tributária, mas uma Reforma Tributária justa, uma Reforma Tributária onde quem tem menos pague menos, e quem tem mais pague mais. A questão do Estado brasileiro é um problema a ser enfrentado sim, precisamos fazer a discussão da Reforma Política e o Estado brasileiro é muito caro. E o Estado não se diz respeito a esse ou aquele Governo. O Estado é o Governo Federal, são as Prefeituras, são os Governos Estaduais, é o Poder Judiciário, é o Poder Legislativo. É muito caro. É uma estrutura muito cara, precisamos discutir esses aspectos. Mas, nós não podemos trazer isso como argumento para não se fazer a recuperação. Porque dizem, e disseram lá na Constituinte de 89, o Senador Paim, o Deputado Haroldo Lima, um dos grandes guerreiros aqui do nosso Estado que esteve presente na discussão, naquele momento, para implantação da aposentana rural, de que iria quebrar a Previdência. Como quebrar a Previdência, se o aposentado, que contribuiu sobre cinco, seis salários mínimos hoje não recebe pouco mais do que um ou está no piso de um? São os aposentados que vão quebrar a Previdência nesse País? Isso é um absurdo. O que quebra a Previdência nesse País é a sonegação, o que quebra a Previdência neste País são os rombos, são os grandes que não pagam a Previdência nesse País. [palmas]

Porque, como falou aqui o companheiro representante da economia informal, todos procuram correr lá no INSS e pagar nem que seja sobre um salário mínimo. O trabalhador paga. Quem não paga, quem sonega, são as grandes empresas.

Então, antes de discutirmos Reforma da Previdência, porque já discutimos muito, é preciso discutir mecanismos que cobrem aos grandes devedores da Previdência desse País. Porque aí, sim, nós teremos uma Previdência equilibrada. E não podemos também tratar Previdência apenas pelo cálculo frio, econômico. A Previdência precisa ser tratada como instrumento de justiça social, como instrumento de transferência de renda, como instrumentos para vir a coibir, ou pelo menos minimizar, o massacre que a população brasileira viveu desde o primeiro ano em que esse País foi fundado. Nós somos descendentes de negros que vieram aqui escravizados, e que quando saíram das senzalas não tiveram sequer um pedaço de terra ou mesmo o direito de serem operários. É preciso resgatar essa situação.

ATN nº 003/2005
CCSP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 219
DOC:

A reforma que se diz também da Previdência tem que ser no sentido de ampliar direitos. Nós não queremos discutir redução de direitos, nós queremos discutir, sim, é a ampliação de direitos. Porque esse Estado, ao contrário do que grassou durante toda a década de 90, as teses dos grandes Economistas neoliberais, o Estado não precisa ser diminuído, o Estado precisa avançar e ser, como agora vi com bastante alegria, defendido pelos próprios empresários aqui, o Estado como instrumento de desenvolvimento econômico, investindo na infra-estrutura, investindo na educação, investindo na saúde. Penso que é essa mesmo a tese que nós temos que defender, contrário ao modelo neoliberal que foi implantado neste País durante a década de 90 e que, infelizmente, ainda não conseguimos avançar.

Penso que esse Governo que aí está, alguns avanços devemos reconhecer. Um grande avanço é estarmos aqui discutindo, um grande avanço é o trabalho de Comissão, um grande avanço são pequenos aspectos da recuperação do salário mínimo. Mas nós temos que avançar, e avançar muito. Porque a dívida social desse País é imensa, e a população, a cada dia que passa, está a exigir, seja de que forma for. Ou organizada através dos sindicatos, [soa a campainha] através dos movimentos sociais ou através da exclusão da violência nas grandes cidades deste País.

É preciso levarmos a sério, e parabenizo a Comissão pelo trabalho de estar fazendo esta Audiência Pública, de estar se esforçando para construir uma proposta alternativa. E pediria que essa divergência, que esses aspectos, que essas teses fossem bem vistas pela Comissão. Porque, se nós queremos um salário mínimo para combater a desigualdade social, ele também tem que combater a desigualdade regional. E se nós queremos o salário mínimo que venha a ser justo e que venha a ser digno, nós não podemos pensar só daqui para a frente, nós temos que pagar um passivo que foi construído durante dezenas e dezenas de anos neste País. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer aqui a presença dos nossos companheiros do Sindicato de Vendedores Ambulantes e dos Feirantes da cidade de Salvador, companheiro João Prazeres [palmas] e o companheiro Emanoel Souza de Jesus, do Sindicato dos Bancários da Bahia. [palmas]

Convidamos agora o companheiro Ranieri Muricy, Supervisor do DIEESE, e a Presidente da Federação dos Trabalhadores Públicos da Bahia, Srª. Marinalva Nunes. Tem a palavra o companheiro Supervisor do DIEESE, Ranieri Muricy.

SR. RANIERI MURICY: Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer, em nome da Direção Nacional do DIEESE, a participação nessa Audiência Pública, parabenizar a coragem com que essa Comissão tem tratado esse tema, parabenizar o Sr. Presidente e, ao mesmo tempo, saudar a Mesa, na figura da companheira Heloísa Helena, e a todas as presentes e todos os presentes.

Bom, muito já se falou aqui sobre o salário mínimo, é com felicidade que nós vemos os dados do DIEESE subsidiando tanto os empresários quanto o Governo, quanto os trabalhadores. Isso mostra a credibilidade de uma instituição que tem 50 anos fazendo ciência com classe. Ciência de um lado, ciência para os trabalhadores. E a discussão do salário mínimo tem que ser subsidiada com ciência, porque, em última instância, deu para ver aqui que é uma discussão política.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 890
DOC:

Não dá para esperar, somente, que o salário mínimo seja reajustado meramente pelo avanço da produtividade. Seria ótimo se já fosse dessa forma. Enquanto o PIB *per capita* no Brasil de 1940 cresceu cinco vezes, o salário mínimo caiu duas vezes e meia. Isso é bom. Agora, achar que o crescimento econômico, por si só, vai distribuir renda, nós precisamos nos lembrar de um período recentemente vivido pelo Brasil, o milagre econômico, e que os grandes salários tiveram seus ganhos acima da produtividade. E o salário mínimo, arrochado pela ditadura militar.

O Professor Vicente destilou aqui uma série de dados importantes, e periodizou bem os momentos em que o salário mínimo teve avanço e recuo. No último período, de 94 para cá, se o salário mínimo fosse reajustado somente pela inflação, hoje estaria valendo cento e noventa e sete reais. Em abril de 2006, ele valeria cento e noventa e sete reais. Está claro que essa não pode ser a política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, porque impacta em mais de 40 milhões de brasileiros, incluídos aí 16 milhões de beneficiários da Previdência Social, incluídos aí 24 milhões de trabalhadores, incluídos aí trabalhadores domésticos, e o Sr. Gilson, com muita propriedade chamou a atenção que esse padrão de reprodução de um contingente tão grande de famílias brasileiras pelo salário mínimo não vai gerar uma sociedade capaz de sustentar a economia 20 anos para frente, porque não vai gerar trabalhadores, massa crítica qualificada para suportar os avanços que esse País vai viver.

Nesse sentido, é importante ver uma Audiência Pública dessa, em que a sociedade é chamada para se posicionar sobre qual deve ser o salário mínimo moral, para que aqueles que produzem a riqueza nesse País possam viver com dignidade. [palmas] Qual o salário mínimo que aquele que constrói a riqueza nesse País precisa perceber, para ter acesso a escola, a saúde, a educação, a lazer, inclusive contribuir com a Previdência Social. Não é uma discussão fácil.

E nao é fácil, porque encontra-se simplesmente na raiz da formação do capitalismo. De um lado está o trabalho e de outro está o capital. E se um puder pagar menos, não vai pagar mais. Ou a sociedade se mobiliza e compra essa briga entendendo que há uma simetria muito grande entre capital e trabalho, nós não vamos conseguir andar para frente. O papel da Comissão no sentido de buscar um equilíbrio nessa relação envolvendo empresários, governos e trabalhadores é um dos mais louváveis possíveis. Buscar um equilíbrio e, ao mesmo tempo, reconhecer que há uma simetria que não é favorável aos trabalhadores. E manter um padrão de reprodução, como sinalizou o Sr. Gilson aqui, não é bom para ninguém. Todo mundo fica indignado com o desemprego, todo mundo fica indignado com a violência e todo mundo fica indignidade com as drogas e outros tantos problemas que o Brasil vive. E é bom que fique, é importante se indignar com essas coisas, mas tem que se indignar com um salário mínimo que não é capaz de sequer fazer com que a família do trabalhador possa ter, no seu dia-a-dia, aquilo que manda o Art. 7º da Constituição Federal. Como falou o Sr. Gilson, o salário mínimo constitucional.

Só para dar uma idéia, o salário mínimo atual, de trezentos e cinqüenta, representa pouco mais de um quarto do que o trabalhador e sua família, com quatro pessoas, necessita para ter uma vida com dignidade, para que possa reproduzir a sua família como aqueles que detêm o capital também reproduzem a sua. Porque, senão, nós vamos estar criando a sociedade e reproduzindo a sociedade sempre com mandantes e alguém para obedecer.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 821
DOC:

O Sr. Gilson foi muito claro, a discussão do salário mínimo ela é fundamental para que o País possa pensar uma política de longo prazo, de crescimento e desenvolvimento com distribuição de renda. Essa discussão passa, necessariamente, por um salário mínimo que tenha, no longo prazo, desenhado hoje para o longo prazo, numa política de recuperação do seu poder de compra, e que ao mesmo tempo preserve a Previdência Social, que ao mesmo tempo preserve alguns Municípios, que nesse momento não podem pagar, mas que, sobretudo, preserve a possibilidade da família brasileira poder se reproduzir num patamar de igualdade, e que o filho dos trabalhadores da construção civil, e que os filhos dos trabalhadores petroquímicos e que o filho dos trabalhadores metalúrgicos possam estudar, possam trabalhar e possam se alimentar como se alimenta o filho dos empresários desse setor.

Então, para terminar, eu queria dizer que, em relação ao piso salarial, é muito interessante. A discussão do salário mínimo ela não afeta só 40 milhões de brasileiros. 80% dos acordos e convenções coletivas de trabalho, assinados em 2005, têm o salário mínimo como referência dos seus pisos salariais. Ou seja, 86% dos pisos salariais não ultrapassam um salário mínimo e meio. Então, o salário mínimo está impactando, além de quem recebe um salário mínimo, está impactando os trabalhadores da construção civil, como disse o Florisvaldo aqui, está impactando os trabalhadores metalúrgicos, porque, à medida em que o salário mínimo tenha um aumento, esses trabalhadores é óbvio que sentem a pressão do seu salário, encostando em um salário mínimo, que não satisfaz às suas necessidades de reprodução, inclusive da sua força de trabalho, porque, se ele não reproduzir bem, o patrão não o admite no dia seguinte, esses trabalhadores saem à luta para tentar "correr atrás do rabo", ou seja, jogar o piso dele acima do salário mínimo, e mantendo uma proporção histórica, porque, quando você olha as convenções coletivas, os pisos é 1.4, é 1.3, ou seja, se discute muito e não rompe isso.

Ora, o Brasil, e já foi dito aqui, é o País de maior desigualdade do mundo. Mas é fácil resolver isso. Tira-se os 5% mais ricos, que o Brasil é o País de melhor igualdade. Aí se compara com a Índia, se compara com a China. Agora, quando bota os 5% mais ricos, aí danou-se, a cauda da proa faz isso.

E para terminar, dizer que, um dado do Professor Márcio Pochmann, no Brasil sempre se estudou os pobres. O Professor Márcio Pochmann estudou os ricos. Lançou, no ano retrasado, um livro chamado "Atlas da riqueza do Brasil", e mostra que 47% do PIB brasileiro, ou seja, algo em torno de 1.9 trilhão de reais está na mão de apenas 5% de famílias brasileiras, aquelas responsáveis pela desigualdade de renda no País. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Antes de passar a palavra à nossa companheira Marinalva Nunes, nós gostaríamos de agradecer a honra da presença aqui neste ato do Sr. Ronaldo Pacheco, da Coordenação Estadual do Movimento da Esquerda Socialista, do companheiro Sílvio Silva, que ainda vai falar, da Coordenação de Comunicação e Marketing Coletivo de entidades negras, do Sr. Jaelson Dourado, representando o Sindicato dos Empregados do Comércio de Salvador, da Srª. Rosa de Souza, representante da União Brasileira de Mulheres, do Sr. Evilásio Santos, representando o Sindicato dos Empregados de Supermercados e Atacadistas, do Sr. Everaldo Ferreira Souza, Diretor de Imprensa do Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana e Empresas de Asseio e Conservação do Município de Salvador, SINTRAL, do Sr.

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
Fls: 822
DOC:

Rivailton Pinto, Presidente do PTC-BA, do Sr. Ronaldo Mendes, da Associação dos Mutuários da URBIS e Moradores da Comunidade de Cajazeiras, da Srª. Maria da Penha Pereira, Coordenadora do Fórum Permanente de Defesa do Consumidor, do Sr. Valdemar Gabriel, Presidente Social da ASTAPE Bahia, Associação dos Trabalhadores da nossa gloriosa PETROBRAS, do Sr. Jaime Oliveira, do Sindicato dos Representantes Comerciais, do Sr. Milton Veloso, do Sindicato dos Representantes do Estado da Bahia, do Sr. Alberto Alves, da Associação dos Trabalhadores nas Praias, da Srª. Belanízia Ribeiro, Associação dos Servidores, Aposentados e Pensionistas da Previdência Federal na Bahia, do Sr. Gustavo Figueiredo Messias, Diretor Estadual do PSOL, do Sr. Ronaldo Santos, Diretor Municipal do PSOL, do Sr. Edmilson Pinho, Vice-Presidente da Associação Comercial da Bahia, do Sr. Antônio Onofre, Diretor de Mobilização do SINPOJUD, do Sr. Paulo Barbosa de Brito, Presidente da Associação da Missão Educacional, do Sr. Luiz Lopes da Guia, Presidente da Federação e Associação de Aposentados e Pensionistas e Idosos da Bahia, do Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, do Sr. Rui Oliveira, da APLB-Sindicato, do Srª. Lusmá Freire, Diretor Social do sindicato APLB e do Sr. Jackson Carvalho de Sampaio, Coordenador do Movimento da Esquerda Socialista. MES. Passo a palavra à nossa companheira Marinalva Nunes, Federação dos Trabalhadores Públicos da Bahia. [palmas]

SRA. MARINALVA NUNES: Obrigada, Senhoras e senhores e companheiros. Quero, como tantos outros, também exaltar a realização dessa Audiência Pública, parabenizando a todos os componentes da Mesa, em especial ao Presidente da Sessão, Deputado Jackson Barreto, e o Relator dessa Comissão, Senador Paulo Paim, e membro dessa Comissão também, a companheira Senadora Heloísa Helena. Quero também registrar o nosso apreço ao companheiro Vereador Valdenor Cardoso, companheiro Ranieri, grande amigo do DIEESE, Gilsão, amigo Gilson Costa, grande companheiro, figura extraordinária na luta dos trabalhadores como um todo e, em especial, os aposentados.

Senhoras e senhores, companheiros e companheiras, eu quero me congratular, secundar todas as teses aqui levantadas, tanto pelo companheiro Emanoel, do Sindicato dos Bancários, quanto do companheiro Ranieri, do DIEESE, Everaldo Augusto, Presidente da CUT-Bahia, e quero dizer para os companheiros que gostaria era de usar meu tempo para tratar de uma questão extraordinária, interessante.

Talvez vá passar aqui hilária e contraditória, que é a discussão do salário mínimo e dos trabalhadores públicos. Não só os trabalhadores públicos estaduais, municipais, ou dos trabalhadores federais, mas eu quero particularizar essa situação mais aqui na Bahia. Eu não poderia deixar de aproveitar esta grande oportunidade para dizer que a Bahia é um dos maiores Estados do Nordeste, e que aqui o Governo faz uma larga propaganda da pujança da economia desse Estado. Nós até dizemos que isso é muito fruto do labor dos baianos e, em especial, dos funcionários públicos, aqueles, por exemplo, que trabalham na arrecadação, no FISCO, aqueles que se dedicam a prestar assistências básicas à população pobre, que são os Professores, os trabalhadores da saúde, os trabalhadores da Segurança Pública.

Portanto, eu gostaria de usar meu tempo para denunciar a situação em que se encontram os trabalhadores públicos da Bahia. O Governo da Bahia consegue ser mais

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 823
DOC:

realista do que a Lei de Responsabilidade Fiscal. E aqui arrochar ainda muito mais os trabalhadores do que permitido por essa chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, o Governo da Bahia tem dedicado aos seus trabalhadores públicos apenas 48% do salário que valia em 1994 a sustentar suas famílias e, portanto, os trabalhadores do Estado da Bahia são os mais arrochados de todos os Estados brasileiros, e a Bahia é, segundo o seu próprio Governador e seus Secretários diretamente ligados à questão da economia e do planejamento, de que esta é a sexta economia de Estados brasileiros.

Mas senhores, pasmem, o Governo acaba, por exemplo, de conceder um reajuste de 8% a cerca de, cerca não, nós somos exatamente 240 mil Servidores públicos estaduais. E dessa forma, 70% com 8% que, na mensagem, chamamos "mensagem da vergonha", o Governo do Estado impõe a 70% do funcionalismo público da Bahia um salário abaixo, portanto, do salário mínimo.

Senadora Heloísa Helena, categorias como Professor nível um e Professor nível dois, isso já foi dito aqui inclusive pelo Deputado Colbert Martins, é quem vem inclusive utilizando espaço na imprensa para denunciar essa situação, estão com salários de trezentos e vinte e quatro reais e trezentos e trinta e três. E veja que o nível dois já o companheiro Professor que tem formação superior. Aqui na Bahia, um auxiliar de serviço de saúde tem o piso salarial, tem o salário de trezentos e vinte e quatro reais, o Soldado da PM, de trezentos e vinte e quatro reais, o Sargento da PM, trezentos e quarenta e dois reais, Policial Civil classe um e classe dois, aí Agente e Escrivão, trezentos e quarenta e dois reais, Agente Penitenciário classe um, trezentos e trinta e um reais e Agente Penitenciário classe dois, mais gabaritado, mais formado, trezentos e trinta e sete reais.

Bom, essa é a realidade de 70% do conjunto dos trabalhadores públicos da Bahia. Mas ficam as lideranças desse Governo no Congresso Nacional a fazer uma política demagógica de cobrar do Governo nacional um mínimo superior a trezentos e cinqüenta. Defenderam, portanto, um mínimo de quatrocentos e vinte reais. E pratica aqui na Bahia, para 70% dos seus Servidores, um salário abaixo do salário mínimo. [palmas]

Quero dizer que não restou outra alternativa à Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia, a entidade que representa 14 categorias por ramo de atividade, senão denunciar todos os parlamentares da Assembléia Legislativa em um cartaz "Nunca mais vote neles", denunciando todos os parlamentares que votaram com o Governador nessa matéria na Assembléia Legislativa, como entregar um documento à Comissão, ao Senador Paulo Paim, que está tratando, portanto, dessa situação. O documento é pequeno, é o seguinte:

"Ao Senador Paulo Paim, Mui-Digníssimo Relator da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo do Congresso Nacional. Sr. Senador, a Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia vem denunciando o profundo arrocho salarial a que o Governador Paulo Souto submete o funcionalismo estadual. Apesar de alardear, em ampla campanha publicitária, a elevação do PIB baiano, duas vezes superior ao PIB nacional, os Servidores em estado caótico, justamente por causa da falta de sensibilidade do Governo, que instituiu o piso salarial para a maioria dos Servidores da Bahia abaixo, portanto, do mínimo nacional, vide a lei anexa que estou encaminhando ao senhor. O conhecimento da Comissão em relação à situação em que o Estado se encontra é fundamental, inclusive

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 824
DOC:

porque é necessário a cobrança de explicações ao Governador, por conta da contradição existente entre a farta propaganda de crescimento e pujança da economia baiana, juntamente com a posição defendida por seus parlamentares em Brasília por salário mínimo de quatrocentos e vinte, em contraste com o que faz com os serviços públicos e com os Servidores da Bahia. Portanto, solicitamos de V.Exª. a devida divulgação do fato no âmbito das Comissões referentes e no Plenário do Congresso Nacional e com as outras medidas cabíveis."

Muito obrigada. [palmas]

Mas, companheiros e companheiras, há também uma coisa que é preciso denunciar. Os Executivos, tanto os estaduais quanto os municipais vêm fazendo uma manobra perversa de que estão lendo pela outra ótica, companheiro Gilson, companheiro Everaldo, essa discussão, companheiro Ranieri, sobre a questão do que é salário mínimo e do que é remuneração. Ao instituir política com base em gratificações e abono, o Governo faz a soma das gratificações e substitui a compreensão do salário mínimo por remuneração. Sendo assim, a manobra de pagar salário aqui na Bahia abaixo do salário mínimo, salário abaixo do mínimo, dizendo que está cumprindo a legislação porque paga remuneração, os trabalhadores públicos repudiam tal manobra e tal atitude.

Imaginem aí, companheiros da construção civil e demais trabalhadores, quando os demais patrões e os que estão aqui representando as classes patronais vierem também a fazer essa leitura da legislação com base, portanto, nessa maldade, perversidade, malvadeza do Governo do Estado da Bahia.

Aqui na Bahia, o Governo disse que foi buscar experiências em outros Estados. Cita aqui, portanto, no Diário Oficial da Bahia, Estados onde ele foi buscar essa inspiração. Mas o Governador deveria buscar inspiração no próprio Estado. Aqui tem, por exemplo, Paulo Afonso, uma cidade que proporcionalmente ao que arrecada naquele Município e o que é a arrecadação das receitas públicas da Bahia, lá o Prefeito paga o piso salarial, o salário mínimo de um Professor em Paulo Afonso é quatrocentos e cinqüenta reais e o salário mínimo do Professor na Bahia, criando problema inclusive no próprio Município entre a diferenciação de salário de um Professor da rede estadual e um Professor da rede municipal. O do Município ganha lá quatrocentos e cinqüenta, e o do Estado ganha lá trezentos e vinte e quatro.

A mesma coisa, na pequena cidade onde eu nasci, estive lá ontem em reunião com os companheiros Professores. Naquela cidade, o Prefeito Ataliba, grande companheiro, funcionário público, o Professor Ataliba paga um salário de quatrocentos e seis reais ao Professor primário, Professor com formação de nível médio. Enquanto aqui no Estado da Bahia, lá em Maragogipe tem Professor estadual, com nível médio, ensinando Química, Física, Matemática, Biologia, ensinando e diminuindo a qualidade do ensino e expondo nossos companheiros ao ridículo de fazer educação sem formação e percebendo, portanto, abaixo do salário mínimo. Isso é exploração, isso é malvadeza. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos fazer aqui o registro da presença aqui, desde o início dessa Audiência Pública, do Dr. Lise Weckerle, da Associação Comercial da Bahia. [palmas] Nós queremos agradecer a presença dos dois companheiros e da companheira Marinalva aqui, da Federação dos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 825
DOC:

Trabalhadores Públicos da Bahia, e queremos convidar o último companheiro que vai usar a palavra, que é o companheiro Sílvio Silva, do Coletivo de Entidades Negras da Bahia.

SR. SÍLVIO SILVA: Pessoal, boa noite. Não é possível vir aqui apreciar uma Comissão nacional, preocupada em indicar soluções para a resolução dos problemas sociais deste País, sobretudo, quando se toca a questão do salário mínimo. Há de ser observado o seguinte. Indicações para a Comissão. Presidente Paim, é necessário que esta Comissão, naturalmente ela já ouve, mas que ela busque, de uma forma mais direta, o entendimento e ouvir as indicações das instituições sociais, a nível direto. Eu estou colocando isso pela seguinte forma. Esta plenária, como toda Casa política, ela tem um tempo para poder acontecer, e todo o trabalho ele tem sido feito em cima das organizações de trabalhadores, por se tratar de salário mínimo. O que eu quero dizer, na verdade, é o seguinte, que o movimento social, o movimento negro, o movimento cultural, pode, e muito, contribuir com idéias para poder ajudar essa Comissão a ter mais sucesso do que já tem. Essa é a observação.

Bem, o DIEESE ele trabalha diuturnamente para poder indicar políticas que resolvam a situação do povo brasileiro. E o País, os órgãos públicos, eles dizem o seguinte, que não há capacidade de melhoria imediata para cobrir o patamar indicado pelo DIEESE. Ora, nós também colocamos o seguinte. A gente sabe que o DIEESE tem uma comissão que pesquisa e que indica soluções para que o Governo possa ministrar políticas sociais, e que comece a cobrir a defasagem do salário mínimo. Mas, o que importa hoje, as pessoas falaram aqui nesse instante, que o salário mínimo, hoje, dá cerca de duas cestas básicas. Mas vamos analisar aí. Cesta básica, baseado em quê? A gente sabe que a cesta básica que o Governo acata é uma cesta básica hoje que não entende às expectativas de uma família com mais de três pessoas. Não atende, de jeito nenhum.

Então, é o seguinte. Esta Comissão, para nós do Movimento Social, do Movimento Negro, é de suma importância que esta Comissão apure de mais perto as indicações de instituições como o DIEESE, que visa a defender a capacidade de compra do salário mínimo brasileiro, e que a gente sabe que é o mínimo que o Governo pode fazer para tentar recuperar a credibilidade do povo brasileiro.

O Movimento Negro Organizado, e o Coletivo de Entidades Negras, Seção Bahia, participa ativamente de plenárias como essas, para poder fazer indicações as quais a população, o povo, precisa. Visando a isso, nós viemos aqui pedir também que esta Comissão considere o recorte racial nas políticas implementadas a nível nacional. Porque, senão, não adianta fazer política, dizendo que é para os mais pobres, sem visar à inclusão do negro.

Então, caros amigos, é importante que nós tenhamos a consciência de que nós temos que indicar as soluções, inclusive o CEN se coloca à disposição para poder indicar soluções nas áreas do movimento negro, que gera renda, que paga seus impostos, e que tem o direito de participar e de ser observado enquanto negro, e a Comissão, na obrigação de observar e incluir o recorte racial.

Por isso, o Coletivo de Entidades Negras, nós vamos, ao longo desses três meses, nós vamos fazer algumas discussões dentro do CEN e, possivelmente, nós faremos as indicações para esta Comissão, as indicações que são mais importantes para o movimento negro, não só de Salvador, da Bahia, mas o movimento negro nacional.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 826
DOC:

Eu quero aqui agradecer, primeiramente, ao Dr. Paulo Paim, o qual nós não nos conhecemos pessoalmente, mas na marcha do dia 16 de novembro, a Marcha da Consciência Negra, o Coletivo de Entidades Negras marchou daqui a Brasília para poder buscar soluções afirmativas para a sociedade brasileira. Faço esse registro, porque é momento. Nós fomos muito bem recebidos e assessorados pela Assessoria de V.Exª., e esse é o momento também de agradecer. É claro que, politicamente, o Presidente Lula recebeu o CEN, representado pelo nosso Coordenador-Geral, Marcos Rezende, o qual fez algumas indicações as quais estavam previstas em nossas discussões, e o País já começou a sinalizar as políticas públicas visando ao recorte racial. Por isso, Dr. Paim, nós indicamos que a Comissão possa observar este recorte, e a gente agradece a vocês, até mesmo porque nós estamos antecipando o agradecimento, porque não se pode fazer política de avanço social, porque o salário mínimo é política de avanço social, sem ouvir diretamente os mais interessados, que é naturalmente o movimento negro e o movimento social. Um abraço e muito obrigado a todos vocês. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer a presença também entre nós do Edmilson Pinho, Vice-Presidente da Associação Comercial da Bahia, que desde o início dessa Audiência Pública está aqui nos prestigiando. Dr. Edmilson, nossos agradecimentos, e as nossas desculpas pelo não registro do momento que devia ter sido feito.

Para as considerações finais, eu quero passar a palavra nesse momento ao nosso querido Presidente da Câmara Municipal de Salvador, Vereador Valdenor Cardoso, [palmas] antecipando os nossos agradecimentos, o reconhecimento desta Comissão ao grande trabalho da Câmara Municipal de Salvador, através de sua Presidência, dos Srs. Vereadores, dos Srs. Servidores e, de forma especial, ao seu cerimonial. Com a palavra, o Vereador Valdenor Cardoso.

SR. VALDENOR CARDOSO: É uma pena, ou talvez não seja uma pena, mas seja um reconhecimento que a tarde tenha sido tão rápida, o debate foi tão interessante, que tudo passou com a rapidez que não houve um cansaço natural daqueles debates que são realizados muitas vezes com diversos oradores. Agradecer à Senadora Heloísa Helena, Senador Paim, Deputado Jackson Barreto, todos aqui presentes, e aos demais que aqui estiveram, mas que tiveram que sair mais cedo.

E eu não vou entrar no mérito da discussão, mas simplesmente dizer que a nossa Casa se sentiu muito orgulhosa de poder abrigar um debate, de qualidade, tão importante e que, com certeza, vai contribuir para que a discussão do salário mínimo possa ser levada em todo o País, mas que o debate que aqui foi realizado terá, com certeza, um peso significativo nas deliberações que vão ser tomadas. Muito obrigado a todos que aqui tiveram, quer sejam entidades de trabalhadores, de empresários, pessoas que aqui vieram, e dizer que a nossa Casa ela é sempre de portas abertas para o debate, para a possibilidade de que haja uma verdadeira democracia plural, onde que todos possam emitir as suas opiniões, quaisquer que sejam elas.

Muito obrigado à Comissão do Senado, e eu gostaria de fazer um apelo que outras matérias sejam trazidas a essa Casa, para que nós da Bahia possamos debater e contribuir com o Senado Federal, na medida do possível. Os baianos gostam do debate,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 827
DOC:

os baianos gostam da democracia, e um abraço a todos vocês e sejam bem-vindos e voltem em breve. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Obrigado ao Sr. Presidente. Eu quero passar a palavra agora para a nossa querida Senadora Heloísa Helena, aliás, eu digo sempre, viu, Paulo Paim, que aquela frase revolucionária do Che Guevara ela foi a frase que eu qualifico como a mais identificada com a história de Heloísa Helena, "Aí que endurecer, sem perder a ternura". Heloísa Helena, com as suas considerações finais.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Agradecer a deficadeza do nosso Presidente, do Relator e do Presidente da Casa.

Eu quero, especialmente, agradecer essa tarde. Eu acho que cada uma das experiências que aqui foram colocadas, ou do mundo do trabalho, ou do mundo empresarial, ou do mais simples, que está lá na informalidade, num ambulante, da dona de casa, do trabalhador do setor público, do setor privado, todas as pessoas, de forma mais ou menos sofisticada, aqui disponibilizam aquilo que é da sua razão de existir, da sua luta.

Então, é sempre muito bom quando a gente vê aqui que está desde o Sr. Gilson a outro que nos cobra a questão racial e que eu cobrei dele a questão de gênero, que ele esqueceu de dizer, porque entre o homem negro e a mulher negra, a mulher negra é mais explorada até do que o homem negro. E o bom é que a gente consiga, como fruto dessa Comissão, ir além da reclamação e criar a possibilidade concreta de compatibilizar a democratização da riqueza, da terra e do espaço urbano, das críticas sociais, da informação e da cultura.

Eu acho que esse é um momento muito especial, por quê? Primeiro, porque nós não temos o direito de ficar mais um século a nos lamentar dos quinhentos anos. Porque a gente fala muito isso: "Não, não pode fazer nada, porque são quinhentos anos de exploração". Aí se a gente também não faz nada, daqui a um século, as futuras gerações vão estar dizendo: "Ah, mas são seiscentos anos de exploração". Por isso que é muito importante que todas essas experiências que aqui foram colocadas, primeiro que houve um consenso de que a política nacional do salário mínimo ela é uma estratégia fundamental de redistribuição de renda. Isso é consenso. Do mesmo jeito que é consenso que uma política séria do salário mínimo ela possibilita a elevação da qualidade de vida dos trabalhadores. Qualquer pessoa de bom senso, independente de convicções ideológicas, concepções programáticas ou filiação partidária sabe que essa política do salário mínimo, uma política de renda, ela não é por si só a panacéia a resolver todo os males. Não é. Porque não adianta, se nós elevarmos o salário mínimo para um determinado montante e não estejamos garantindo aquilo que muitas pessoas aqui falaram, se a gente não garante a melhoria nos tributos, a redução da carga tributária, não adianta nada. é a mesma coisa que fazer uma política de superávit com um aumento na taxa de juros, não aumenta absolutamente nada.

Então, é muito importante que a gente possa, inclusive o DIEESE, vários setores deixaram claro isso, quando a gente fala da necessidade de inverter essa lógica tributária, é porque, a partir do momento que você impede uma brutal e avassaladora transferência de renda do pobre da favela, do assalariado da classe média, do setor produtivo para o

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 828
DOC:

capital financeiro, é impossível você fazer uma política de distribuição de riqueza e de inclusão social sem mudar isso.

É por isso que é essencial viabilizar uma alta tributação do capital financeiro, da remessa de lucros ao exterior, das grandes fortunas, isentar a carga tributária da chamada cesta de consumo da população, de uma forma em geral, não tem nenhuma lógica que o mais simples cidadão da mais pobre cidade da Bahia ou de Alagoas ou do Rio Grande do Sul ele pague uma carga tributária proporcionalmente maior do que o maior banqueiro do País, ou o menor comerciante pague uma carga tributária maior do que o maior banqueiro do País, ou o mais simples funcionário daqui, quando ele paga um cheque, se ele tiver o talão de cheque, ele paga a CPMF e quem investe na Bolsa de Valores não paga.

Então, isentar a tributação da cesta de consumos, como bem falou a representante das donas de casa, é essencial. Porque, quando você isenta de tributação a cesta de consumo industrializado, isso é essencial para aumentar a capacidade de consumo. Quando você faz investimentos públicos nos setores que dinamizam a economia local, geram emprego, geram renda, significa também a geração de mais postos de trabalho. Por isso que é essencial quando a gente diz isso, em toda a Comissão a gente fala da necessidade de investimentos públicos.

Quando a gente está investindo em saneamento básico, porque todos vocês sabem, não tem justificativa que o Brasil tenha pago de juros no ano passado dez vezes mais do que investiu em toda a educação. A educação infantil, creche e pré-escola, quando todos nós sabemos que é justamente nessa fasezinha de zero a três anos que todas as conexões neurológicas são feitas e que potencializam a inteligência. O aumento do córtex cerebral se dá justamente nessa fase de zero a dez anos. Então nós estamos comprometendo os cientistas do futuro, a produção de conhecimento do futuro. Em um ano de juros da dívida, 10 vezes mais do que todo o investimento, Marinalva, da educação. Todo. Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos e ciência e tecnologia. Oito vezes mais do que todo o investimento na área de saúde, 72 vezes mais do que todo o investimento na área de segurança pública, e setecentas e sessenta vezes mais do que o investimento em saneamento básico, além de oitocentas e doze vezes mais do que a habitação popular.

Então, se não tem investimentos em infra-estrutura, se não tem consumo do cimento, da canalização daquilo que potencializa novos postos de trabalho na indústria e que, portanto, no comércio e na vida cotidiana das pessoas, é impossível a gente viabilizar a inclusão social.

Então, é importante deixar claro que todo o debate dessa Comissão ele está, entende e é consenso, como nós vencemos aqui, é consenso de que uma política nacional do salário mínimo ela é essencial, estratégica, fundamental para a redistribuição de renda, para o aumento da qualidade de vida das pessoas, mas nós temos que vincular isso a outras questões, que vai do transporte, da saúde, da educação, da Reforma Tributária, todos esses elementos que estão vinculados diretamente à melhoria das condições objetivas de vida dos trabalhadores e dos futuros trabalhadores, que são hoje os que estão na informalidade, como o Florisvaldo muito bem aqui apresentou, ou aqueles que estão desempregados.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 829
DOC:

Agora, nós não podemos aceitar, e aí a única questão que eu digo sempre é que é inaceitável, é uma cantilena enfadonha e mentirosa, de que alternativas não há. Primeiro, o que é sempre importante deixar claro que a Seguridade Social não tem déficit. A Seguridade Social é superavitária. É mentira. [palmas] É uma farsa técnica e uma fraude política. Não é. A Seguridade Social é superavitária, e mesmo quando os Governos, o Governo passado fazia e o atual Governo faz, quando se permite, por lei, saquear 25% do orçamento de toda a área social, da saúde, da educação, da Segurança Pública, mas especialmente da Seguridade Social. Da Previdência, da Assistência Social e da Saúde se saqueia, através de um nome bonito, porque a sofisticação, sempre se usa essa verborragia neoliberal, usam os termos sofisticados para ludibriar o povo, desvinculação de receita da União, que nada mais é do que autorizar o Governo a saquear 30% do orçamento social para compor o superávit, para encher a pança dos banqueiros e esvaziar o prato, o emprego e a dignidade da grande maioria do povo brasileiro.

Em relação aos outros setores, onde é que impacta o salário mínimo? Impacta em 1.2% das Prefeituras brasileiras. Apenas 1.2% das Prefeituras brasileiras, o aumento do salário mínimo impacta em 20% da sua folha. Porque à grande maioria das Prefeituras brasileiras não tem mais impacto. Pode gerar um impacto em função de que, se o salário mínimo sendo piso, vai pressionar as outras categorias para aumentar. Mas apenas 1.2% das 5.562 Prefeituras brasileiras tem um impacto do salário mínimo. Se nós aumentássemos o Fundo de Participação dos Municípios em 0,002% nós cobraríamos todo o impacto do aumento do salário mínimo, que é maior no Nordeste. Porque, embora seja maior no Nordeste, todos nós sabemos, o Colbert lembrou isso, o Fundo de Participação dos Municípios, o recebimento das Prefeituras tem impacto menor na dinâmica da economia local, no comércio, na indústria, na economia local do que o recebimento do salário mínimo dos aposentados. Quando os aposentados e as aposentadas recebem, dinamizam mais a economia local do que mesmo o repasse do fundo de participação. Dos aposentados e pensionistas.

Então, é importante deixar claro que há mecanismo. Onde é que impacta? Impacta em algumas poucas Prefeituras, impacta na micro, pequena e média empresa, do campo ou da cidade, e no orçamento das famílias que pagam trabalhadores domésticos. Existem mecanismos de compensar isso? Existem. Existem mecanismos fiscais, tributários, que compensem isso, porque, o que é que pode ser feito? Ora, porque é que impacta tanto numa família de classe média? Porque hoje, basta ver o que o Ranieri disse aqui do salário mínimo, hoje quem ganha um salário mínimo pela Constituição já paga 15% de tributo. A carga tributária gigantesca que isso significa.

Então, havendo uma compensação fiscal, tributária, com certeza nós podemos aumentar o salário mínimo, mesmo tendo a clara compreensão que ele tem que ser articulado com outras coisas, porque se você vai aumentando o salário mínimo e você não possibilita as outras políticas que vai do transporte, do medicamento, do acesso à escola, ao lazer e a outras questões agora, não faz. Agora, nós não podemos aceitar também é dizer assim: "Não, não pode aumentar o salário mínimo, porque senão isso pode significar um aumento da inflação", porque é outra mentira. Até porque, a inflação no Brasil é uma inflação de custo, não é uma inflação de demanda. E essa inflação de custo ela está muito mais vinculada a essa maldita taxa de juros que joga 840 bilhões do orçamento nacional do que mesmo em relação à demanda que sequer existe.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 830
DOC:

Então, eu estou muito feliz de ter participado dessa solenidade, estou levando todas as contribuições que foram feitas, por todos os setores, é sempre muito importante quando a gente ouve todos os setores, para que a gente possa chegar a uma alternativa concreta, ágil e eficaz que possibilite que esse poderoso instrumento para a redistribuição de renda ele possa ser implementado de fato na vida da grande maioria das brasileiras e dos brasileiros. Portanto, estou muito feliz, agradeço de coração todas as contribuições que foram dadas, cada um do seu jeito, cada um com a sua especificidade, mas contribuições muito importantes, muito qualificadas, para que a gente possa tanto o Relator, o Presidente, todos nós que somos membros dessa Comissão possamos apresentar uma alternativa concreta para o Brasil. Muito obrigada. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos fazer aqui um registro da presença do Sindicato dos Representantes Comerciais do Estado, Sr. Milton Veloso, [palmas] pedimos a ele desculpas, porque ele estava aqui na relação, foi convidado, e eu espero a sua compreensão e fazemos aqui a nossa homenagem ao Sindicato dos Representantes Comerciais do Estado da Bahia, na pessoa do Sr. Milton Veloso, aqui presente. Eu passo a palavra, para as suas considerações finais, ao nosso querido Relator da Comissão Mista, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, eu quero dizer da minha alegria. Nós estamos aqui há em torno de cinco horas debatendo esse tema que envolve o interesse, tenho certeza, de cerca de 100 milhões de brasileiros. Eu quero iniciar cumprimentando, mas com muito carinho mesmo e muito respeito, aquele que, conforme a equipe do Senado e da Câmara, que aqui estiveram durante esse fim de semana preparando esse evento, e eu vou dar o testemunho que eles me deram. Que ele trabalhou como ninguém para fazer o sucesso desse evento. Eu não o conhecia pessoalmente. Conhecia de nome. Meus cumprimentos ao Vereador Valdenor Cardoso, Presidente desta Casa. [palmas]

Essa Audiência teve sucesso principalmente pelo esforço que nós estamos sabendo que V.Exª. fez. Isto é muito bom. É ver que a gente constrói o processo democrático num momento como esse tão turbulento da vida nacional, e nos encontramos aqui, sem nenhuma preocupação de um debate, até que poderíamos fazer, apaixonado da política partidária, que é legítimo, do que vai acontecer daqui a quatro, cinco meses, que são as eleições no País. Mas não fizemos isso. Todos nós aqui fizemos um debate qualificado, do mais alto nível, preocupado que estamos, meu amigo Gilson, o qual tive recentemente aqui numa grande homenagem que a Bahia lhe fez. Se eu pudesse dizer palmas no Plenário, palmas para o Gilson, [palmas] que representa a história de gerações na luta pelo salário mínimo e o benefício dos aposentados e pensionistas.

Vocês sabem que a Senadora Heloísa Helena não está mais no meu partido, mas se eu pudesse aqui dizer "Não é palmas para as mulheres, palmas para uma guerreira, para uma lutadora, que não dobra a espinha, nunca, para ninguém, porque está em primeiro lugar os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras". [palmas]

A Heloísa sabe o carinho que eu tenho pela sua caminhada, pela sua história, e quero aqui dizer, Senadora Heloísa Helena, talvez vocês não saibam, Rio Grande do Sul, momentos mais difíceis da minha caminhada, da minha vida política, eu estava sempre em quinto lugar para o Senado. Senadora Heloísa Helena, naquela época, foi convidada a ir

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 831
DOC:

ao Rio Grande. E quando lá esteve disse: "Paim, eu vim aqui para apoiar todos. Mas não abro mão de fazer uma declaração da sua candidatura ao Senado. Com certeza você será o primeiro negro que o Rio Grande do Sul vai eleger Senador". E ela fez essa declaração, e pode saber, Senadora, que me ajudou muito naquele momento tão difícil.

Quero cumprimentar aqui com muito carinho o nosso Deputado Federal Jackson Barreto. O Jackson tem viajado pelo País todo com a gente, e de forma muito tranqüila, presidindo essa Comissão em que eu tenho o orgulho de ser o Relator.

Jackson, eu tenho certeza que o trabalho que toda a Comissão há de construir, pensando em todos, com corte racial, com corte de gênero, com a visão que nós temos de aposentados e pensionistas, dos assalariados brasileiros, dos pequenos, micro e médios, e também dos grandes empresários desse País, nós vamos ouvir a todos, da área pública e da área privada, aos desempregados e aos empregados, e o Relatório que nós vamos construir não é o Relatório do Senador Paulo Paim, é o Relatório de toda a Comissão, Presidida por quem? Por Jackson Barreto. [palmas]

Por isso, eu tenho certeza que eu poderei um dia dizer que eu tive muito orgulho de andar por esse País ao lado dessas figuras. No caso aqui na Mesa, Heloísa Helena, Jackson Barreto, e não vou deixar de lembrar aqui, também não é do meu partido, é do PSDB, o companheiro Barelli, que não está aqui por outros motivos. Estaria aqui com a gente, está em outro evento em São Paulo, mas que, com certeza, dará sua contribuição para a redação final. Até o meu amigo do DIEESE, não sei se ainda está aqui, sabe o quanto que foi importante o Barelli na caminhada do nosso DIEESE.

Dizer, meu amigo do Sindicato dos Bancários, que creio que ele estava aqui há pouquinho tempo atrás, Sindicato dos Bancários, aqui a Comissão tem muito claro o que você falou de que nós temos que olhar para trás. Por isso que houve uma discordância sempre nossa, dessa Mesa, quando o debate no Congresso ficava o PIB e somente a questão do PIB *per capita*. Nós entendemos, a não ser que venha uma outra proposta que aponte num caminho melhor, que nós podemos vincular ao PIB, sim, e só lembrar que, desde que o salário mínimo foi criado, o PIB cresceu em torno de 540%, e se pegarmos da época de Juscelino para cá, o salário mínimo caiu em torno de 70%. Se isso é verdade, é mais do que justo que a política permanente busque, tudo bem, vincular ao PIB, mas não somente ao PIB, que seja ao dobro do PIB. Porque se o País enriqueceu, vamos pensar nos mais pobres. [palmas] Aí sim, é olhar para trás, como você lembrava, e apontar para o futuro. Eu vou concluir.

Eu me sinto contemplado, estão aqui as anotações, as notas taquigráficas que a nossa Comissão está levando para Brasília, dizer que a gente sai muito feliz aqui da nossa querida Bahia. Voltaremos aqui quantas vezes for necessário. Podem ter certeza que as contribuições que vieram de todos, tanto do empresariado como dos trabalhadores e dos outros setores da sociedade, a gente vai considerar muito na hora do Relatório final.

Quero só terminar dizendo para vocês o seguinte, por mais que a gente faça aqui, todos, um belo pronunciamento, sei que a Mesa vai concordar comigo que é preciso a gente entender que Brasília funciona sob pressão. Quem faz pressão, leva. Por isso, nós não podemos permitir que os movimentos sociais, tão falado, cantado por nós todos em verso e prosa, fiquem paralisados. Não é uma questão de Governo, pessoal.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 832
DOC:

Vejam o exemplo da França. Na França, 13 milhões de pessoas foram à rua, por quê? Não aceitavam mudanças na política de primeiro emprego. O Governo teve que recuar, o Congresso recuou e valeu a vontade, como a gente fala sempre, valeu a batida do tambor das ruas. Por isso, não nos deixem só. Estejam mobilizados, atuantes, façam repercutir em Brasília a mobilização que vocês podem fazer aqui na Bahia e os outros Estados também podem fazer. É somente assim que a gente vai poder chegar um dia a dizer que o nosso Relatório que garantiu inclusive a política de recuperação dos aposentados e pensionistas, o nosso Relatório, que disse que a recuperação tem que ser conforme o dobro do PIB, o nosso Relatório que, com certeza, vai dar o corte racial e de gênero tão aqui falado das nossas preocupaçoes. É muito bonito, mas só será realidade se houver a pressão, muita pressão, muita mobilização.

Com certeza, se isso acontecer, nós conseguiremos mudar o curso da história desse País. Qualquer governante lá em Brasília vai saber que, nas ruas, é diferente. Porque vocês sabem, quem mais mobiliza é que leva. E atualmente, quem está mais se mobilizando é o grande capital, não são os trabalhadores, não são os aposentados. Mas eu sou daquele que aposta muito nessa mobilização, que ela voltará a acontecer. E por isso, parabéns a todos vocês, parabéns à nossa querida Bahia, que lembra muito, queiramos ou nao, a mãe Pátria África. Muito obrigado, um abraçao a todos vocês. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Meus senhores e minhas senhoras, nós queremos, ao concluir o trabalho dessa Audiência Pública aqui em Salvador, capital do querido Estado da Bahia, agradecer a participação de toda a imprensa, de todas as entidades aqui presentes e representadas de trabalhadores, de empresários, de segmentos da sociedade civil.

Eu posso afirmar, como Presidente desta Comissão, que essa foi a Audiência Pública mais representativa e mais democrática, do ponto de vista da sua representação. Como sempre, a Bahia sai na frente. E como sempre, a Bahia dá lições para o nosso País. Declaro--

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): E o nosso Presidente, que está aniversariando. Aniversariou ontem, e está mais lindo e novo. [risos] Salva de palmas para o aniversariante. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado. Muito obrigado. Declaro encerrada a 3ª Audiência Extema da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, convocando a todos para o 22 de maio, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Está encerrada a Sessão. Muito obrigado e boa noite.

Sessão encerrada às 18h38.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 833
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

4ª Audiência Externa

22/05/2006

Audiência Pública em Porto Alegre

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 834
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 4ª Audiência Pública Externa

Realizada em 22/05/2006 – em Porto Alegre/RS

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e trinta minutos, no Auditório Dante Barone, na Assembléia Legislativa do Estado do RS, localizado na Praça Marechal Deodoro – Porto Alegre RS, sob a Presidência do Deputado Jacques Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Waldir Raupp, Heloísa Helena, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, e dos Deputados Walter Barelli, Tarcisio Zimmermann, Marco Maia, Luciana Genro, Pompeo de Mattos, reúne-se a COMISSÃO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS". O Presidente declara abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública Externa e informa que a pauta da presente reunião se destina à promover uma Audiência Pública com entidades do Setor Público e Privado do Estado do Rio Grande do Sul para colher sugestões sobre a política de salário mínimo do País. Convida para compor a Mesa o Deputado Estadual Fernando Záchia, Presidente da Assembléia do RS. Passa então a palavra aos parlamentares presentes e, em seguida, ao Relator, Senador Paulo Paim. Após suas considerações iniciais são convidados para compor as mesas de trabalhos os seguintes representantes de entidades: Celso Woyciechoewki, da CUT; Luiz Carlos Barbosa, da Força Sindical; Mauro Luíz Silva de Sousa, do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Pedro Jacob, da Delegacia Regional do Trabalho; Carlos Schmitd, Professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Neiva Lazzaroto, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul; Elisete Hintz, da Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura; Iol Alves Medeiros, da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul; Vera Soares, do Fórum Estadual de Articulação das Entidades Negras; Maria Horácia Ribeiro, da União das Associações de Moradores de Porto Alegre; Cacique Acuabe, do Povo Charrua do Rio Grande do Sul; Ary Otávio Canabarro dos Santos, do Sindicato dos Servidores Públicos Federais; Aracy Maria da Silva Ledo, da Federação Estadual das APAEs; Israel Dutra, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Adriano Pires, da Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de São Leopoldo; Wilson de Oliveira Miranda, da Associação dos Surdos do Rio Grande do Sul; Paulo de Tarso da Silveira, do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul; Valdir Bohn Gass, da Federação Gaúcha das Associações de Moradores do Rio Grande do Sul; Débora Vargas de Lima, do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais Sindipericias. Após as explanações dos convidados, o Presidente passa a palavra ao relator, Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a reunião às dezoito horas e cinqüenta e cinco minutos e convoca os membros para a próxima audiência pública externa no dia 05 de junho deste ano, às 14h, em Manaus (AM). E, para constar, eu

ATN nº 06/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 895
DOC:

Verônica de Carvalho Maia Baraviera, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTERNA DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL DO SALÁRIO MÍNIMO REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2006 ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Boa tarde a todos e a todas. Sejam bem vindos. Abertura: Poesia do Senador Paulo Paim. Convidados: Xará e Eliane.

O Projeto: "Cantando as Diferenças" que está acontecendo em Gravataí tem neste momento os seguintes parceiros: Centro de Integração Paulo Paim, CIPP; Instituto de Pesquisa em Acessibilidade, IPESA/ULBRA; Rádio Vale Feliz, programação Elo Nativo, 96.3 FM; Companhia de Mineração Limitada, COPELIME(F), Sindicato dos Técnicos Industriais do Estado do Rio Grande do Sul, SINTEC; FADERS Federação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência PPD e de Altas Habilidades PPAH do Rio Grande do Sul; UNESCO. MED. MEDEX(F).

Apoio Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Assembléia Legislativa, Comissão de Direitos Humanos, Câmara Municipal de Gravataí, Comissão de Direitos Humanos.

Poesia: "Coincidência ou não, seu nome é Maria. Maria também é o nome da mãe da Jesus. Jesus aquele que foi o maior revolucionário de todos os tempos. Sabe, minha doce Maria, você não é somente Maria, mas é também do Carmo, que nos lembra carma que é igual ao destino de um povo. Sim, Maria do Carmo, você tem a luz de zumbi, zumbi dos palmares, ídolo da raça negra. Engraçado, todos morreram, somente você está viva, viva para contar a história da opressão e da escravidão. É como se fosse um presente divino. Você, você é a pessoa mais velha do mundo, 127 anos de vida. O mundo, o mundo deveria estender tapetes de flores à sua passagem. Os homens, os homens deveriam ficar de pé enquanto que os tambores e os clarins anunciariam. Aqui, aqui vai passar a maior de todas. Seu nome é Maria, ex-escrava, negra e mulher. Seu nome também é Jerônimo, Jerônimo o grande líder índio da resistência contra o genocídio cometido pelos norte-americanos. Maria do Carmo Jerônimo, não é somente a Assembléia Legislativa que hoje te homenageia, o País inteiro está aos teus pés para pedir perdão em vida pela agressão aos direitos humanos contra você e nossos irmãos negros. Perdão, perdão peço pelos que de forma indiscriminada discriminaram velhos, crianças e minorias. Perdão, perdão peço por aqueles que ainda até hoje não entenderam a luta pelo salário mínimo. Perdão pelos que desconhecem essa luta por ignorância ou avareza. Sim, eles não sabem que cerca de 50 milhões de brasileiros aposentados, pensionistas e assalariados dependem deste salário. Perdoa, Senhor, os que gastam o salário mínimo em apenas alguns minutos. Mas não admitem que o novo, que o povo receba um salário mínimo digno, depois de um mês inteiro de trabalho. Perdão, Pai, os preconceituosos, os que discriminam os brasileiros por classe social. Por fim, Senhor, os mentirosos que vencem eleições defendendo o aumento do salário mínimo. Estamos hoje aqui para pedir perdão porque no Congresso Nacional

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 836
DOC:

essas pessoas são até mesmo capazes de votarem contra essa proposta. Oh, Grande Pai, Oxalá, Orumilaia e todos os outros ajudai-nos, portanto, a sensibilizar os nossos Governantes e empresários a caminhar para que um dia este País pague o salário mínimo constitucional, como reza a Constituinte Federal. Axé, povo brasileiro."

Obrigado.

[palmas]

Música. "O que é valores, senhores? Será ouro seu tesouro, afinal? O que é valores, senhores? Será ouro seu tesouro, afinal? Ou será que o ser humano, sem engano, é muito mais que um vil metal? Ou será que o ser humano, sem engano, é muito mais que um vil metal? Para que toda esta riqueza acumulada, tanto vinho e tanto pão numa só Mesa? Para que toda esta imponência aburguesada se exaltando como os olhos da pobreza? Para que toda esta corrida atrás do ouro? Para que toda esta ganância atrás do homem? Se as crianças, pelas ruas, com seus velhos e mulheres passam frio e passam fome. O que é valores, senhores? Será ouro o seu tesouro, afinal? O que é valores, senhores? Será o ouro o seu tesouro, afinal? Ou será que o ser humano, sem engano, é muito mais que um vil metal? Ou será que o ser humano, sem engano, é muito mais que um vil metal? De que vale tanta intriga nessa vida, tanto ódio, desamor e tanta guerra? Se o homem se consome pela lida e Deus semeou amor por esta terra. Para que toda essa corrida atrás do ouro? Para que toda esta ganância atrás do homem? Se as crianças, pelas ruas, com seus velhos e mulheres passam frio e passam fome. Passam frio e passam fome. Passam frio e passam fome."

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Boa tarde aos senhores e às senhoras.

Declaro aberta a 4ª Audiência Pública externa da Comissão Mista criada para ensinar a efetuar estudos visando apresentar...

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Heloísa Helena Senadora para a Mesa.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Luciana Genro para a Mesa.

Se tiver algum Deputado Federal aqui no plenário, nós estamos convidando aqui para compor a Mesa. Qualquer companheiro, Deputado Federal da Bancada do Rio Grande do Sul que nos honra muito.

A Comissão é destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País. Esclareço que a Pauta desta Reunião destina-se a promover um debate sobre o assunto objeto desta Comissão que pela quarta vez se reúne em todo País.

Esta é a 4ª Audiência Pública e estamos aqui em Porto Alegre, na tarde de hoje para discutir com entidades públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul visando

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 827
DOC:

colher sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País e discutir também como objetivo o foco desta Comissão a questão dos aposentados e pensionistas. Esta Comissão tem esse duplo compromisso de discutir e oferecer propostas ao nosso País através de Projeto de Lei que encaminharemos ao Congresso, ao final dos debates e das audiências que estamos realizando em todo o País e no Congresso Nacional.

Eu quero aqui fazer um registro, antes de passar a palavra.

Eu quero convidar para compor a Mesa, são os dois primeiros debatedores: Celso Woyciechowski, Presidente da CUT, representante da CUT e Cláudio Janta da Força Sindical. Os depois compõem aqui a Mesa, os dois falam, depois retornam ao plenário e vamos chamando as outras entidades. Registrando aqui a presença da nossa querida Senadora Heloísa Helena do PSOL, a presença do Senador Cristovam Buarque do PDT de Brasília, a presença do Senador Valdir Raupp do PMDB de Rondônia, a presença no Senador Sérgio Zambiasi do Rio Grande do Sul, a presença deste Senador que é a cara da dignidade deste País, Senador Pedro Simon que nos honra aqui com a sua presença; dos Deputados Federais membros desta Comissão que tem dado uma grande contribuição aos nossos trabalhos. Deputado Tarcísio Zimmermann aqui do Rio Grande do Sul e o Deputado Marco Maia. Também registrando aqui a presença do Deputado Walter Barelli do PSDB de São Paulo, grande companheiro e do Deputado Pompeo de Mattos do PDT do Rio Grande do Sul. Também da Deputada Luciana Genro, Deputada do PSOL do Rio Grande. Não esqueci o Paim não, o Paim é *o concur*(F). E para nossa alegria esta Comissão tem como relator um homem que tem a história da luta pela dignidade do salário mínimo, este homem que encara a luta em favor dos aposentados e pensionistas em todo o País, que é o Senador Paulo Paim Relator da nossa Comissão.

[palmas]

Composta a Mesa, com a palavra o Sr. Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

SR. CELSO WOYCIECHOWSKI: Boa tarde a todos e a todas. Uma saudação muito especial ao Deputado Jackson Barreto, Presidente da Comissão Mista do Salário Mínimo. E uma saudação muito especial, e em seu nome eu saúdo aos demais componentes da Mesa, saudação especial, Senador Paulo Paim, nosso grande Senador do Estado e Relator desta Comissão Mista do Salário Mínimo.

Para a Central Única dos Trabalhadores esta discussão é uma discussão extremamente responsável, e eu acredito que aqui no nosso Estado, este público que prestigia este debate do salário mínimo nacional, tem como privilégio de ter aqui o Senador Paim, que em toda a sua história enquanto sindicalista, e enquanto Parlamentar sempre se empenhou nesta luta pela valorização, por uma política de recuperação do salário mínimo nacional.

Se nós analisarmos dados da economia, número de trabalhadores e trabalhadoras, servidores e servidoras de quem recebe seus vencimentos pela Previdência, nós vamos ver que grande parte da nação brasileira recebe, no máximo, até dois salários mínimos. Esse número aproxima-se de 11 milhões de pessoas que recebem até dois salários mínimos, e até um salário mínimo são 22 milhões de pessoas. Portanto, uma política de recuperação do salário mínimo nacional é mais do que justa e para nós tem que ter uma característica de uma política pública de distribuição de renda, porque o salário mínimo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 838
DOC:

tem como sua função, além da manutenção das famílias, além da dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras nós temos que ter a compreensão de que é uma política pública de distribuição de renda, e por isso que é tão importante esta Audiência com que nós estamos trabalhando e construindo aqui e, por isso esta saudação especial à Comissão Mista da Câmara e do Senado que discute o salário mínimo.

Se nós pegarmos por conceito, já em 1936 na criação do salário mínimo ele tinha no seu conceito que teria que ser capaz de suprir as necessidades de alimentação, vestuário, habitação e higiene transporte. Ao longo da nossa história na Constituição já de 1943 esse conceito melhora um pouco, repete-se não Constituição de 46, mas se profunda esse conceito na Constituição de 88 onde diz com muita clareza que o salário mínimo deve suprir, e aí a grande diferença que além de suprir o cidadão e a cidadã enquanto pessoa tem que ser capaz de suprir uma família de quatro pessoas, e tem no seu conceito o acréscimo da moradia, da educação, do lazer e da saúde, além da higiene transporte, e passa também pela discussão da Previdência Social.

Então, esse conceito que ao longo da história do nosso País vem travando e trabalhando o salário mínimo é de extrema importância, e por isso essa importância que se dá aqui no nosso Estado e no País inteiro por esta discussão do salário mínimo nacional.

Hoje se compararmos uma equivalência no salário mínimo com uma cesta básica, nós vamos perceber o quanto foi decrescendo o poder aquisitivo em relação à cesta básica com uma leve recuperação nos últimos anos. Nós da Central Única dos Trabalhadores temos proposta e muito clara para a recuperação do salário mínimo ao longo dos anos. Porque achamos que não é num passe de mágica que vai se recuperar o poder aquisitivo do salário mínimo e se pactuar conforme o seu conceito da Constituição de 88.

Elaboramos uma proposta muito responsável para que em 20 anos nós possamos recuperar o valor real do salário mínimo, em 20 anos, com uma fiscalização e com uma análise em três e dez anos, onde crendo um critério, inflação mais PIB e mais um aumento real do salário mínimo de ano a ano para que nós possamos chegar daqui a 20 anos num valor real do salário mínimo capaz de ser pactuado conforme o conceito da Constituição de 88.

Precisamos, portanto, companheiros e companheiras definir um conceito de salário mínimo necessário a partir de uma pesquisa de orçamento familiar específica para os trabalhadores e trabalhadoras que ganham próximo ao salário mínimo, ou seja, aqui nós estamos falando em 22 milhões de pessoas.

Precisamos fixar o prazo em que esse salário mínimo possa ser alcançado, e aqui estamos trabalhando e exemplificando na possibilidade de trabalharmos em 20 anos com metas intermediárias de dez e três anos.

Precisamos acordar que a política de recuperação do mínimo deve levar em conta anualmente a inflação e um percentual a mais do que a simples produtividade média da economia. Isso para que se haja uma efetiva redistribuição de renda em favor dos mais pobres.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 830
DOC:

Precisamos definir uma política de desoneração tributária e de redução de preços dos itens de maior peso no orçamento de uma família que recebe próximo a um salário mínimo.

Precisamos de incentivos às políticas públicas com uma participação de lucros e resultados para os que recebem até dois salários mínimos, por exemplo, por meio de incentivos fiscais aos empregadores.

Precisamos elaborar uma pesquisa de custo de vida específica para os aposentados com vistas a verificar quais os gastos efetivos dos aposentados, e com isso aplicar políticas específicas de redução de preços de itens essenciais aos aposentados, como é o caso dos remédios, por exemplo.

Precisamos fortalecer o aporte do fundo de participação nos municípios para estabelecer ajuda específica àqueles que tiverem determinado percentual de uma folha de pagamento destinado ao pagamento dos que recebem até um salário mínimo. E aqui nos Estado nós temos inúmeros exemplos de Prefeituras que não pagam, que o valor base dos seus servidores é muito aquém de um salário mínimo, precisando de um complemento para que as pessoas recebam até um salário mínimo.

Devemos também discutir fontes de financiamento para essa política de valorização do salário mínimo e estamos propondo, Senhores Senadores e Deputados a criação, a constituição de um imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas, quer seja cobrado uma única vez, e que gere um fundo financeiro que será exclusivamente canalizado para uma política de valorização do salário mínimo. Acreditamos que esses itens, Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, Senhores Deputados traz alguns elementos com que ajudem esta discussão do salário mínimo nacional.

Para concluir aqui, nós estamos numa pauta específica aqui no Estado do Rio Grande do Sul a qual todos os trabalhadores, todos os segmentos de trabalhadores e trabalhadoras estão discutindo que é o piso salarial regional.

Queremos também que a pauta da valorização do piso salarial regional aqui no nosso Estado seja trabalhada da mesma forma, ou com mais intensidade do que o valor do salário mínimo nacional. E amanhã, companheiros e companheiras, provavelmente, seja votado na nossa Assembléia Legislativa o valor e o valor do reajuste do nosso piso salarial regional.

Então, todos nós, a sociedade gaúcha está convocada também a estar dialogando com esta pauta que é extremamente importante para o desenvolvimento do Estado, o desenvolvimento do País e para a geração e distribuição de renda.

Muito obrigado por este espaço. E os trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado estarão acompanhando atentamente esta Comissão Mista e se orgulhando desta Comissão Mista do Salário Mínimo que possamos e acreditamos que trará muitos frutos para o desenvolvimento do nosso País e distribuição de renda.

Muito obrigado.

(palmas)

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 840
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós convidamos o Deputado Fernando Záchia Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul para compor a Mesa.

[palmas]

Tem a palavra o Sr. Luís Carlos Barbosa, representante da Força Sindical.

SR. LUÍS CARLOS BARBOSA: Boa tarde a todos os companheiros, a todas as companheiras, ao Deputado Jackson Barreto, Presidente da Comissão Mista, ao Vice-Presidente Deputado Walter Barelli, ao Relator Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, Senador Sérgio Zambiasi, demais Deputados Federais, Senadora Heloísa Helena, Presidente da Assembléia, Deputado Záchia.

A grande discussão de que tem sido travado ao longo dos anos, Senador Paim, quando V.Exª. discutia que o salário mínimo, na época, uma luta histórica, de que o salário mínimo deveria chegar aos 100 dólares, mas 100 dólares dentro de uma realidade, dentro de um contexto e que hoje nós queremos discutir numa nova realidade, um novo contexto que essa tem sido a sua proposição.

Mas aqui, eu acho que é importante que a Comissão Mista defina de uma vez por todas, não só uma política para o salário mínimo, mas também uma política para o aposentado. Porque, na verdade, o aposentado contribuiu, trabalhou

[palmas]

E é sempre considerado de que ele causa déficit na Previdência Privada. E aqui como se alguém esquecesse que essas companheiras e esses companheiros que durante décadas construíram este País, ajudaram a construir e que agora por ser aposentado querem ser um produto descartável ou como moeda de troca de campanhas eleitorais. Nós não podemos permitir isso.

[palmas]

Nós temos que valorizar, nos valorizar e exigir, e eu acho que a palavra certa é exigir, como cidadãos que merecem o nosso respeito. E eu tenho certeza, a Força Sindical tem certeza de que a Comissão Mista do Salário Mínimo vai apresentar uma proposta ao Governo para que não seja de que esse representante que estiver no poder decida se vai aumentar mais 1% para o aposentado, se não vai aumentar.

Mas eu quero ficar bem com os trabalhadores da iniciativa privada, eu dou mais um pouquinho. E os servidores públicos onde ficam? E os servidores dos municípios, dos Estados, onde vão ficar? Essa política tem que ser uma política que atenda ao conjunto da sociedade, e por isso nós vemos a importância desta Comissão Mista para que seja resgatada a história deste País. Para que seja resgatada a história de Getúlio Vargas quando criou esse salário mínimo.

Com muita honra que este País merece esta referência. E aqui nós temos uma questão importante, nós temos uma questão de que nós temos que ver, e eu acho que a música no início, ela colocava uma coisa importantíssima.

Depois da segunda música, também nos trouxe um outro dado, nós temos que ter distribuição de renda. Nós não podemos ver o trabalhador apenas pelo salário mínimo.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 841
DOC:

Não que o salário mínimo não tenha crescido no atual Governo, vamos resgatar aqui. Tem crescido para os trabalhadores da iniciativa privada? Tem. Mas não tem crescido para o aposentado. E eu falo porque eu tenho aposentado na minha casa. O meus pai é aposentado, ganhava três salários mínimos por mês quando se aposentou e hoje ganha um apenas. Onde é que foi o resto que ele contribui? Para onde que foi?

[palmas]

Eu vejo ser colocado aqui, e eu acho que tem sido debatido, já foi criado a CPMF para recuperar a saúde, e a saúde, me desculpe os senhores e as senhoras, está uma porcaria para o cidadão, para o pobre, para o trabalhador.

O COFINS, quanto o Governo arrecadou no ano passado no COFINS? Alguém sabe responder? Para onde que foi o dinheiro do COFINS? Será que não foi para pagar a dívida pública interna: Será que não foi para pagar o Fundo Monetário Internacional? E o cidadão, o trabalhador, o aposentado?

Então, eu acho que aqui nós temos que discutir que tipo de política que nós queremos. Eu acho que a política aqui do salário mínimo, nós teríamos que ter uma política pré-determinada, nós teríamos que ter aquilo que todos saberiam que o Administrador do Município, que o Administrador do Estado, que o Administrador da República, que os empresários soubessem que no mês de maio de cada ano o salário mínimo terá o reajuste pelo PIB mais um valor agregado pelo crescimento, mas temos que determinar regras pré-fixadas que estabeleçam de que forma vai ser, e isso, Senador Paim, não apenas para os trabalhadores da iniciativa privada, mas também para os servidores públicos e também para os aposentados. Porque mais do que nunca nós temos nesse País hoje mais de 15 milhões de aposentados. E eu, como brasileiro, sinto vergonha de dizer que o Município, que o Prefeito, um Governo, o Governador pague abaixo de um salário mínimo para o seu servidor. E nós temos dezenas de casos neste País e não vemos a Lei da Responsabilidade. Ah, a Lei da Responsabilidade... Não posso, eu tenho que dar emprego. Não. Nós temos que cobrar especificamente quando o Celso coloca que em mais de uma dezena de Municípios, nós temos que denunciar os municípios. Nós temos que saber onde estão esses Municípios, por que é que eles agem e vão cobrar uma providência do Ministério Público, que eles têm que atuar na defesa do trabalhador.

Esse servidor que não estiver ganhando é papel do Ministério Público fazer e exigir o cumprimento da Constituição que nenhum trabalhador poderá ganhar menos um salário mínimo.

A Força Sindical não vai entrar aqui, companheiros e companheiras, na discussão. Se nós fomos ver hoje, o salário mínimo ideal, nós teríamos que ganhar quase 1 mil e 800 reais. Só que hoje nós não vamos vender ilusões, não vamos conseguir, mas eu acho que a Comissão Mista e a isto a Força Sindical quer parabenizar, ela tem um papel importante e fundamental de criar a partir de agora uma expectativa de como vai se dar daqui para frente. E eu já me vejo amanhã um aposentado. Que eu só quero, Senador Paim, para eu poder me aposentar que acabe com esse mau famigerado fator previdenciário. Eu só não me aposento porque tem esse fator.

[palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 892
DOC:

E aqui, Celsinho, eu não vou culpar só o FHC que instituiu o fator, eu vou dizer que o Governo atual que fez a Reforma manteve o mesmo fator previdenciário. Não teve a coragem de meter a mão, de resolver o problema. E aqui nós temos que jogar claro, um criou, mas o outro se omitiu, não quis, e eu acho que esta Comissão vai ter o papel importantíssimo para mostrar ao Governo o grande crime que está fazendo com o trabalhador, porque hoje se ele for se aposentar ele vai perder 40%, outro 50, dependendo cada um, mas o importante que nós temos aqui. E eu acho que o Rio Grande do Sul hoje deu uma demonstração de participação do que essa sociedade quer e porque estão aqui. Aqui tem muito aposentado, tem muito trabalhador que tem esperança de ver a sua cidadania resgatada.

Por isso que a Força Sindical parabeniza e gostaríamos depois de ouvir os senhores Parlamentares colocarem as sua posições, o seu problema e aquilo que nós queremos. Parabéns e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós solicitamos aos representantes da CUT, da Força Sindical que retornem ao plenário e vamos nessa primeira Mesa aqui, antes de passar a palavra ao Presidente da Assembléia, o Deputado Fernando Záchia, vamos convidar o representante do Ministério Público Estadual, Dr. Mauro Luís Silva de Souza, o Dr. Pedro Jacob da Delegacia do Ministério do Trabalho e o Professor de Economia, Dr. Carlos Schimidt da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os três para compor a Mesa e passo a palavra para o Deputado Fernando Záchia.

DEPUTADO FERNANDO ZÁCHIA (PMDB-RS): Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, Deputado Federal Jackson Barreto, Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Federal Walter Barelli, Exmo. Sr. Relator da Comissão, Senador Paulo Paim; Exmas. Srªs. e Srs. Senadores, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi, Heloísa Helena, Cristovam Buarque, Valdir Raupp; Exmos. Srs. Deputados Federais Tarcísio Zimmermann, Marco Maia, Pompeo de Mattos e Luciana Genro; Exmos. Senhores Parlamentares desta Casa, Deputado Estilac Xavier e Nelson Trad, Presidente da CUT, e Deputado Raul Pont, Presidente da CUT, Celso Woyciechowski, Representante da Força Sindical Luís Carlos Barbosa, Senhoras e Senhores presentes nesta Audiência Pública.

Esta Casa recebe uma qualificada representação Parlamentar para a Audiência Pública sobre o salário mínimo. Incorporada as práticas das relações do trabalho, é o salário mínimo uma conquista da classe trabalhadora, tornando-se uma quase moeda. Ela altera diversos indicadores econômicos e sociais da maior importância.

Os objetivos que os faz peregrinar pelo Brasil, colher depoimentos e impressões da sociedade de especialistas e lideranças, enobrece a tarefa de se aprofundar numa matéria que se tornou uma instituição e um símbolo da política brasileira.

Estamos seriamente preocupados com a imensa camada populacional que representa a economia informal deste País, aonde os benefícios não chegam, a Legislação desconhece, e as políticas públicas são omissas.

A ausência de um sistema estatístico confiável não nos permite afirmar seguramente quantos são, qual sua renda, quais as suas perspectivas e como incluí-los na

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 843
DOC:

formalidade. Mas as estimativas existentes os colocam na casa dos 40% da população economicamente ativa.

Tivemos uma urbanização rápida e caótica em todo o Brasil. É evidente que não podemos vestir um santo e despir um outro, mas de qualquer forma o Brasil que vemos não é o Brasil que temos. Espero, sinceramente, todo êxito em vossa nobre tarefa, e se possível coloquem a interrogações que têm e todos temos, porque negá-la para a inclusão normal e permanente dessa imensa parcela que ou não quer, ou não pode, ou não se deixam incluir na força de trabalho, nas leis e na contribuição imensa que podem dar ao País.

Sejam todos, Srs. Parlamentares, muito bem vindo a esta Casa e que tenhamos uma grande e proveitosa Audiência Pública.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, eu quero ser muito rápido. Só dizer para vocês que talvez alguns estão a se perguntar e a Mesa? Esta Mesa composta, principalmente, de Senadores e Deputados tomou a seguinte decisão: Nós vimos aqui para ouvir vocês, que não é aquele ato tradicional que monta a Mesa, a Mesa fala e depois vocês falam para muitos poucos aqui na Mesa.

Então, por unanimidade nós, primeiro vamos ouvir todos voces e depois a Mesa é que vai falar. Vamos à nossa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Dr. Mauro Luiz Silva de Souza, representando o Ministério Público Estadual.

SR. MAURO LUIZ SILVA DE SOUZA: Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, relator desta Comissão, Sr. Presidente da Comissão, demais Deputados e Senadores que compõe esta Mesa.

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, ao mesmo passo que os demais Ministérios Públicos dos Estados de todo o País, buscando cumprir a sua missão constitucional que foi instituída pelo Art. 129 incisos II da Constituição. ou seja, de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados nesta Constituição tem buscado por meio de suas administrações atuais e administrações mais recentes também, uma integração cada vez mais próxima, não só as comunidades, mas aos gestores de políticas públicas e de políticas sociais de inclusão e notadamente das políticas de redução das desigualdades sociais e de inclusão de todos quantos possam ser retirados da mais absoluto pobreza em que se encontram.

E é nesse sentido que o Ministério Público gostaria de saudar a iniciativa desta Comissão que traz a Porto Alegre esta Audiência Pública para que a população, para que a comunidade organizada e os cidadãos, cada um por si e por todos possam fazer uso do seu mais sagrado direito de cidadania que é o direito de participação, que é o direito de fiscalização da execução das políticas públicas. É nesse sentido que junto aos gestores municipais, por exemplo, o Ministério Público tem sido pródigo na exigência do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 844
DOC:

cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda há pouco se falava, por exemplo, do problema da falta de cumprimento de um salário mínimo aos trabalhadores das Prefeituras. Mas nós temos que ter também nessa visão que é trazida a respeito da impossibilidade de se aumentar o salário mínimo, justamente o que isso poderia comprometer as folhas de pagamento dos Municípios, as folhas de pagamento dos Estados. E o que e vê no nosso Estado, por exemplo, é que muito Municípios deveriam sim, fazer o melhor uso dos cargos, o melhor uso das folhas de pagamento que são postas à sua disposição, ou seja, muitos desses Municípios, quiçá, pudessem ter sido constituídos se fôssemos cumprir a lei a rigor. E muitos desses Municípios também estão aquém daquela regularidade dos cargos, isso o Ministério Público tem buscado.

O Ministério Público também tem buscado fazer com que os orçamentos sejam executados naquelas políticas de vinculação constitucional obrigatória como saúde e educação, à medida que, vamos dizer, cobrança de melhores condições de trabalho não estariam afetas ao Ministério Público Estadual, mas neste passo o Ministério Público Estadual tem buscado sim, fazer com que aquelas verbas específicas de aplicação obrigatória em saúde e educação sejam, efetivamente, observadas pelo Município e, recentemente, até mesmo pelo Estado do Rio Grande do Sul, se vem buscando fazer com que isso se observe não só de uma forma negociada, mas mal fadada à negociação, o Ministério Público tem feito uso dos instrumentos constitucionais que são postos à sua disposição como instrumentos de trabalho com, por exemplo, a ação civil pública que naqueles casos em que não se obtém através de uma composição o cumprimento de determinada garantia constitucionalmente assegurada se vai ao Judiciário buscar essas garantias.

E o que se tem visto notadamente, nós do Ministério Público, que nós nos dedicamos à atenção dos direitos humanos e do cumprimento dessas garantias constitucionais. Talvez o principal que esteja a nos faltar sejam políticas efetivas de educação, pois só através da educação nós poderemos fazer com que o cidadão seja autônomo, com que o cidadão participe, com que o cidadão possa cobrar os seus direitos daqueles que, efetivamente, tem responsabilidade por assegurá-los. É nesse passo que se vê, por exemplo, os males que têm sido causados nos desvios de verba por quê? Por falta nossa, vamos dizer, de uma fiscalização mais efetiva do cidadão com o que é feito com as verbas que são postas à distribuição do erário.

Então, é nesse sentido que o Ministério Público parabeniza esta Comissão por trazer a Porto Alegre, por trazer à sociedade esta discussão e, principalmente, congrega aqui a todos para que tenhamos políticas efetivas de educação, porque apenas através da educação nós construiremos um ser humano ético e um cidadão autônomo capaz de gerar a suas próprias... De cumprir e de satisfazer as suas próprias necessidades no meio social.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Dr. Pedro Jacob da Delegacia do Ministério do Trabalho do Rio Grande do Sul.

SR. PEDRO JACOB: Inicialmente boa tarde, Presidente desta Comissão, Barelli, meu ex-Ministro do Trabalho que não está presente aqui no momento na Mesa, Senador,

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 845
DOC:

Paulo Paim, esta bandeira do salário mínimo, quando se fala hoje e já de algum tempo em salário mínimo, se fala, certamente, nas palavras e no trabalho que o Senador vem desenvolvendo sobre salário mínimo e, certamente, muito se falará, futuramente, sobre o salário mínimo, se falará nas posições e da defesa de um salário mínimo decente, digno e justo, para toda a população.

A definição do salário mínimo, a história do salário mínimo é conhecida de todos nós, por demais desta Mesa e estas pessoas todas aqui reconhecem e lutam por um salário mínimo, de fato, digno e justo, é uma história conhecida de todos nós.

Mas é interessante avaliar e saudar aqui também esta Comissão que em meados de maio se encontra aqui fazendo uma discussão com a sociedade, saindo do Parlamento e vindo discutir com a nossa sociedade. O que é que de fato representa? O é que é o salário mínimo? E qual é o salário mínimo que queremos? E aonde é que vamos chegar? Isto é importante, uma vez que o salário mínimo sempre fica muitas vezes, a sua discussão em nível de gabinetes e a sociedade tem que opinar, a sociedade tem que ir para a rua, e nós entendemos isso como extremamente salutar. Também entendemos a maturidade das Centrais Sindicais neste momento, e estava aqui a CUT e a Força Sindical, que de um bom tempo vem discutindo o salário mínimo com o Ministério do Trabalho, com o Ministro Marinho.

E este salário mínimo, certamente, na fala do Ministro Marinho não é aquele salário mínimo que todos nós queremos, este é o maior possível. O melhor salário mínimo é aquele que nós todos falávamos e gostaríamos que fosse aquele salário mínimo que definido pelo DIEESE. Mas as questões da economia e outras questões levam a ter este salário mínimo de 350 como um salário mínimo possível, ele vai atender hoje 40 milhões de pessoas em todo o País que, de fato, recebem o salário mínimo e aí nós temos aposentados, pensionistas, funcionários públicos empregados de Prefeituras. E este salário mínimo, de fato, hoje... Em 1996, por exemplo, para dar um dado ele, comparando ele com a cesta básica, ele adquiria apenas 1,3 cesta básica. Hoje nós estamos em 2,20 cestas básicas, isso dobrou. E o salário mínimo que queremos? De fato, não é. Quantos não recebem salário mínimo nesse País? Quantos estão ainda excluídos? E ainda quero estar numa Mesa futuramente discutindo aqui a possibilidade de inclusão desses 24 milhões de trabalhadores que não chegam, sequer, a receber um salário mínimo neste País.

E para isso nós precisamos também de políticas de inclusão, nós precisamos de comissões de trabalho, nós precisamos que a sociedade organizada de uma forma, consiga fazer com que se tenha políticas públicas, de fato, que isso possa incluir esses cidadãos que estão, de fato, excluídos de qualquer processo, de qualquer discussão. E o Ministério do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul têm alguns projetos sociais que são interessantes que tratam de pessoas que estão absolutamente excluídas do mundo do trabalho. E aí nós temos os nossos projetos, primeiro emprego. A Comissão Sindical Consultiva que trata isso internamente, que são trabalhadores organizados dentro do Estado do Rio Grande do Sul que trazem para dentro do Ministério do Trabalho, para dentro da Delegacia as suas reivindicações. Nós temos aí o consórcio social da juventude que trabalha com a juventude numa atuação de risco, trazendo eles para o mundo do trabalho. É importante salientar também que nós temos aqui no Estado um salário mínimo diferenciado e isso já vem desde a gestão do Governo Olívio Dutra,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 846
DOC:

onde nós temos agora neste momento, estamos em fase de discussão para que o salário mínimo no Estado, pelas condições econômicas aqui nós possamos bancar o salário mínimo maior do que aquele bancado em nível nacional. E esse salário mínimo também discutido pelas Centrais Sindicais com o Governo do Estado, ele, na verdade, trabalha com justamente aquelas pessoas, com aqueles grupos sociais que não estão organizados, que não têm o seu Sindicato, que não têm a sua central sindical. E aí empregados domésticos, entre outros. É importante Então, essa discussão do salário mínimo no Estado do Rio Grande do Sul para saber onde é que vamos chegar. Eu acho que é isso, Sr. Presidente, Senador Paim.

Muito obrigado pela atenção e gostaria de agradecer pela presença.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Encerrada a primeira Mesa, o Professor Carlos Schmidt da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SR. CARLOS SCHMIDT: Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, Senhores e Senhoras me permito saudação particular a minha amiga e companheira Senadora Heloisa Helena.

O nosso foco, nós tivemos trabalhando sobre esse tema durante o ano passado, início deste ano, enquanto pesquisador universitário, o nosso foco é a relação do salário mínimo e a questão do desenvolvimento. O texto que nós produzimos, depois se os senhores quiserem podem acessar talvez através da própria Comissão, o salário mínimo, sua interferência analógica e econômica e no marco civilizatório. O problema quando a gente discute o salário mínimo, é que se tem, muitas vezes, uma visão reducionista do que são os impactos do salário mínimo sobre o conjunto da economia. E aí eu gostaria de colocar que há uma grande discussão na Academia sobre paradigma científico de um lado, principalmente, na área econômica, eu vou exemplificar na área econômica, mas também nas outras áreas, num lado aqueles que optam pelo reducionismo, e no caso da economia, a economia neoclássica e no outro lado aqueles que buscam uma explicação sistêmica dentro da complexidade. O próprio movimento operário, se a gente for ver na sua história foi construindo uma referência científica que, infelizmente, ultimamente tem sido abandonada, no que se refere a economia vem na linha do Schmidt(F) Ricardo e depois Marx que vê a economia não como um conjunto de agentes atomizados, todos iguais, que nós sabemos que não somos, que isso é um mito.

Mas numa sociedade onde existem classes sociais, a nossa perspectiva, como eu dizia antes, é o enfoque sistêmico e aí o nosso estudo aponta para questão do salário mínimo relacionado com o conjunto da economia.

Nós fizemos uma simulação baseada numa proposta do atual Presidente da República quando ainda candidato que era de dobrar o salário mínimo. Na época muitos de nós trabalhávamos dentro da Academia e fora dela, na perspectiva de dar sustentação teórica e empírica para esse tipo de proposta, ou seja, crescimento com distribuição de renda.

Então, nós dizíamos que a perspectiva era dobrar o salário mínimo. A diferença do que foi colocado em falas anteriores. O aumento homeopático do salário mínimo, ele não tem impacto direto sobre o conjunto da economia. E dobrar o salário mínimo, realmente

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 847
DOC:

seria uma outra situação por quê? Porque para dobrar o salário mínimo a política econômica a ser aplicada tinha que ser diferente da política econômica neoliberal, aquela que em particular capitaneada pelo Banco Central que coloca a questão, digamos, do respeito aos mercados e o agrado aos mercados como centro da sua atuação. Uma outra política econômica seria necessária para dobrar o salário mínimo, porque realmente para que isso acontecesse, para que o salário mínimo acontecesse os custos decorrentes na Previdência exigiria uma outra política econômica. E aí a gente aponta alguns elementos de outra política econômica que poderiam compensar o gasto excedente correspondente ao salário mínimo.

Em primeiro lugar, antes mesmo de uma outra política econômica, essa seria necessária principalmente para enfrentar os impactos iniciais de um novo salário mínimo. A gente recorre a teoria econômica, em particular, Keynes num conceito que se chama efeito multiplicador e eu acho que é fácil de compreender. Aumentar o salário mínimo implicaria, dobrar o salário mínimo, melhor dizendo, implicaria numa injeção de recursos na economia que provocariam um efeito secundário, ou seja, ao aumentar o salário mínimo, aumenta a demanda, ao aumentar a demanda existem contratações, ao existir contratações aumenta novamente a renda, e dinamiza a economia, e ao dinamizar a economia se aumenta a arrecadação e através desse mecanismo pelo próprio aumento da arrecadação, o efeito dinâmico do aumento do salário mínimo implicaria que os gastos decorrentes do aumento do salário mínimo, principalmente, na esfera da Previdência fossem compensados pelo crescimento econômico e aumento da arrecadação. E é nesse sentido que a gente estabelece a relação entre o aumento do salário mínimo e desenvolvimento, é pelos seus efeitos dinâmicos. Na medida em que aumenta o salário mínimo, além de aumentar a renda dos mais pobres, aumenta o emprego, a economia cresce e o conjunto de benefícios para a maioria da população é grande.

Evidentemente, alguns setores têm que perder. No Brasil a gente tem feito um discurso em geral demagógico de dizer que a gente pode distribuir renda sem que haja transferência de renda de uns setores para os outros. E aí é nesse sentido que a gente retoma esse paradigma, que é o paradigma da economia política que vê a sociedade dividida em classe. Obviamente, para aumentar o salário mínimo nós temos que reduzir as despesas financeiras do Governo, em particular, e do setor privado em geral. E é necessária uma política agressiva de redução da taxa de juros e não essa política homeopática que é praticada atualmente. Uma redução agressiva da taxa de juros pode provocar economia necessária para enfrentar os impactos iniciais do aumento do salário mínimo, dobrar o salário mínimo significa despesa adicionais em relação ao salário mínimo anterior, da ordem de 35 bilhões de reais, esse é um valor médio porque tem setores dos trabalhadores que recebem além do salário mínimo e que teriam reajuste salarial, inclusive, setores dos aposentados.

Esse salário mínimo que nós calculamos em 570 reais, que implica recuperar a inflação e dobrar o valor em relação a 2002 ele pode, provocando esse impacto nas contas públicas ser compensado pela redução da taxa de juros. Como esse trabalho foi feito no período anterior a essas últimas reduções, que a redução real da taxa de juros foi muito pequena, acompanha, mais ou menos, a inflação. A gente fez o cálculo da redução na época 19,5% em outubro de 2005 para 11% que ainda ficaria igual a segunda maior taxa de juros do mundo, implicaria numa economia de 80 bilhões de reais nos juros pagos pela

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 848
DOC:

dívida pública, enquanto que as despesa seria da ordem de 35 bilhões. Óbvio que essa economia poderia servir, entre outras coisas, para aliviar as dificuldades dos Municípios na medida em que se pudesse também incluir no fundo de participação dos Municípios percentual das receitas, das contribuições sociais.

Em suma, se se rompe com automativos de mercado, se se pensa uma economia com outro paradigma diferente dessa que nós vivemos, também é necessário pensar em um conjunto de mecanismos que hoje foram abandonados, por exemplo, controle da conta de capitais, controle de preço por que não? A Argentina tem feito ultimamente controle de preço, a inflação é maior que a nossa 12,5%, no entanto, a Argentina cresce a uma taxa de 8% ao ano. Em relação à própria solvabilidade, digamos, da dívida pública o indicador que, inclusive, é observado pelo mercado é a relação entre dívida e produto interno. Ora, essa política econômica que está aí, ela só se preocupa em gerar Superávit primário para manter essa relação estável, ou seja, pagar parte dos juros da dívida pública.

Ela não pensa em reduzir a taxa de juros para reduzir o montante e também não pensa em aumentar o produto interno.

Dessa forma diminuindo o numerador e aumentando o denominador.

Estão me dizendo que eu tenho o tempo esgotado. Em suma, eu acho que a questão do salário mínimo não é um problema só de quem está nesse patamar, é um problema do conjunto da nação. Porque aumentar o salário mínimo em percentuais significativos significa que nós podemos passar para outros patamares civilizatórios. Não ficar exposto a essa verdadeira guerra civil, a essa barbárie. Nós sabemos que o crime organizado em São Paulo conseguiu uma base, o crime organizado conseguiu uma base para fazer o que fez, porque existe muita gente desesperada, que não tem emprego, e nós precisamos pensar não só no salário mínimo, mas um salário mínimo que ajude a alavancar o desenvolvimento econômico.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos, nós vamos fazer...

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos compor aqui a segunda Mesa com a Professora Simone Goldschmidt do Sindicato dos Professores, Carlos Rivaci Sperotto da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Sra. Elisete Hintz da Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura, Sr. Ary Otávio Canabarro dos Santos, Sindicato dos Servidores Públicos Federais e Iol Alves Medeiros, Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul.

Nesse momento eu quero passar a palavra ao nosso querido Senador do Rio Grande, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Jackson Barreto, colegas da Mesa, cidadãos e cidadãs. É com muito respeito à manifestação do Senhor que acabou de manifestar uma angústia que não é dele, esta é uma angústia de todos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 849
DOC:

nós, uma angústia desse auditório, com certeza. Eu não tenho dúvida nenhuma que cada cidadão, cada cidadã que se deslocou até aqui, ele reverberou, ele registrou o que vai ao coração de cada um, e por isso nós vamos levar sim, esta cobrança, é nossa responsabilidade, aliás, Paim, quero cumprimentar a iniciativa desta Comissão porque é a primeira, talvez, na história do Parlamento, que o Parlamento sai de Brasília, vai pelas regiões do Brasil, ouve, inclusive, esta manifestação que eu não vejo como protesto, vejo como um alerta para nós, uma chamada de atenção a nós sobre a nossa responsabilidade na discussão desse tema que é tão importante.

E no meu ponto de vista nós deveríamos muitos mais ouvir do que falar, ouvir muito e falar pouco, anotar e levar as propostas para serem discutidas lá. Só um minuto a mais, portanto, para eu poder ouvir mais e não falar muito. Eu acho que uma das maiores injustiças neste País com relação ao salário e um fator que está sendo intensamente discutido através de uma PEC(F) que o Paim apresentou e tem assinatura de todos nós Senadores lá do Senado Federal em Brasília, que é um tema que a gente só intimiza com ele, entra dentro dele a partir dessas discussões chamado fator previdenciário.

Talvez esta seja a maior injustiça que já se praticou com os trabalhadores em todos os tempos desde a instalação do patamar mínimo de 10 salários mínimos de contribuição, mas que, na realidade, quando o cidadão cumpre seu tempo de trabalho e vai para a aposentadoria, ele já vai para casa com 8 salários mínimos e meio. E aí acontece o que aconteceu com o pai do Barbosa. O fator previdenciário que vai reduzindo e acontece o que o Barbosa citou aqui, o pai dele aposentou com três e hoje está com um, e só não recebe menos de um porque esse é o mínimo, Barbosa, não pode ter menos que um.

Então, são essas questões que a gente discute, que a gente decide, lições que nós vamos anotando e, seguramente a partir dessas sugestões a Comissão da qual eu não sou membro titular, estou aqui através do convite generoso que a Comissão fez a mim, é que eu recolho esses dados e vejo aqui muitas preocupações. A Federação dos Aposentados pedindo exatamente esta correção, Paim; exatamente isso, reajustes iguais para aposentados e para a ativa. A UGEIRM(F) apresentando um documento importante aqui, apresentando um documento extremamente importante, nos chamando atenção porque eu, Paim, junto contigo fui relator da lei que beneficia diretores, supervisores e orientadores da educação.

A relatoria foi minha, nós, em 30 dias conseguimos superar todas as burocracias para fazer com que esta injustiça histórica com educadores de todo o Brasil fosse superada e tivemos que ainda vencer um embate no plenário, Paim, porque a área econômica depois do projeto aprovado na Comissão tentou no último minuto impedir que este projeto da Deputada Neyde Aparecida, mas que teve uma colaboração grande do Mendes Ribeiro que também apresentou na mesma direção o projeto fosse aprovado. Pois bem, pela mobilização do Paim, da Heloísa Helena, Simon, Raupp, eu, enfim a Ideli, conseguimos vencer aquele momento de cobrança, aprovamos em plenário, o Presidente Lula sancionou e um milhão de educadores em todo o Brasil estão hoje incluídos como beneficiários desta lei. E agora vejo aqui que tem uma lei na mesma direção que atende uma das grandes preocupações da polícia brasileira.

O Senador Romeu Tuma agora está na Câmara, e não há mais como alegar, realmente, a inconstitucionalidade para o vício de origem, Jackson, porque assim como o

ATN nº 003/2005
CFSP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 850
DOC:

Governo admitiu, aceitou esta correção nesta injustiça histórica dos professores haverá também de aceitar, de tramitar e ser aprovado lá na Câmara o que o Senado já aprovou que é este Projeto 275 de 2001 do Romeu Tuma que também encaminha uma solução para estas expectativas da polícia que precisa, realmente ser acolhida para que nós tenhamos uma polícia melhor remunerada, melhor atendida, em conseqüência poder desenvolver com mais tranqüilidade o seu trabalho.

Não quero me estender. Muito obrigado. E levo daqui, com certeza, todas estas riquíssimas referências.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra... Em seguida o senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO. Eu me aposentei, por exemplo, no meu caso descontava 15 salários mínimos por mês, era muito dinheiro, era dinheiro bastante, e na hora, como diz o caboco do Rio Grande do Sul, no fritar dos ovos, ficou com 10 salários. Sabe quanto é que estou hoje? Estou com seis salários. Estou quebrado, estou com dificuldades, e o que é que o Governo faz? O Governo está nos roubando. Isso é um crime.

[palmas]

Porque eu sou um homem do campo, e como homem do campo, homem da colônia, se comprar uma colônia de terra, se pagava tantos contos de reis, agora dali a dois, três anos o dono da terra chega e diz: "Seu fulano, eu quero a metade da colônia de terra." "Mas eu lhe paguei, eu tenho a escritura pública. Como é o caso das aposentadorias de um documento federal. Agora como é que o Senhor quer tirar a minha terra?" "Não, mas eu quero e está acabado." E o Governo está nos matando de fome e de miséria porque falta dinheiro para o remédio, falta o remédio para muitas coisas e nós não estamos recebendo.

[palmas]

Então, pedimos justiça, principalmente, a Senadora Helena, o meu querido Simon que muito nos ajudou no Hospital da Cidade de Passo Fundo. E o companheiro Paim, esse ilustre Rio-Grandense que sempre está trabalhando, continue e que Deus te ilumine. A você, meu querido Paim, Simon, enfim, a todos vocês, vamos trabalhar para que os aposentados tenham aquilo que é deles. Porque nós, na verdade, não queremos aumento, Senador Paim, nós queremos sim, aquilo que está no documento, tantos salários mínimos, que nos pague isso, aumento não. [palmas]

Não exigimos aumento. Aumento que o Governo fique com ele, mas pague o que está escrito no papel. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu tenho aqui uma informação aos nossos companheiros. Eu quero aqui avisar aos companheiros. Logo depois que foi anunciado o aumento do salário mínimo da ordem de 16% que, na verdade, trouxe um aumento de 13% no atual salário mínimo. Eu, na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que discute a política de salário mínimo, a política

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 853
DOC:

permanente de recuperação do salário, na companhia do Senador Paulo Paim, que tem uma história de credibilidade com os aposentados deste País e da companhia do Deputado Walter Barelli que é um homem que tem uma história ligada à luta dos trabalhadores, um homem do DIEESE. Nós três mantivemos uma audiência com o Ministro do Planejamento, o Deputado Paulo Bernardo, e nós fomos reivindicar de que o aumento dos aposentados deveria ser na mesma base do aumento do salário mínimo, nós tivemos uma discussão no Ministério do Planejamento.

Eu queria dar essa informação aqui aos companheiros porque nem sempre vocês tomam conhecimento por intermédio da imprensa. Mas eu acho que nós começamos essa luta e essa Comissão foi designada Comissão Mista do Salário para discutir a recuperação, discutir a política permanente de recuperação do salário e nós introduzimos nesta Comissão a discussão dos aposentados e pensionistas, para levantar neste País esta discussão porque sabemos da nossa responsabilidade.

Essas informações eu acho importante para que os Senhores tomem conhecimento de que nós estamos trabalhando com esse mesmo objetivo dos Senhores, nos identificamos nessa luta.

Eu passo a palavra ao companheiro Iol Alves Medeiros, Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul.

SR. IOL ALVES MEDEIROS: Muito cordial. Boa tarde a todos. Queremos saudar o Deputado Jackson Barreto, Presidente da Comissão, o Senador Paim, nosso Relator. Saudamos aos demais Senadores da Mesa, os Deputados, todos os presentes, meus Senhores e minhas Senhoras.

Aproveitando a oportunidade que estamos aqui para discutir o reajuste do salário mínimo, eu como Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionista do Rio Grande do Sul, representando um milhão e 900 mil aposentados e pensionistas pela Previdência Social no Rio Grande do Sul, gostaria de fazer duas colocações, primeiro: é que o salário mínimo dos aposentados não pode ser diferente do trabalhador da ativa, porque isso representa um enorme prejuízo para os aposentados que hoje já sobrevivem com uma grande dificuldade.

Conheço o problema porque viajo por todo o Estado do Rio Grande do Sul. A segunda colocação que eu quero fazer, meus companheiros, trata-se do índice de reajuste do salário mínimo que tem que ser igual para todos os aposentados e pensionistas brasileiros.

Vejam vocês, meus companheiros, e minhas companheiras a injustiça que se constitui, a retirada dos direitos adquiridos honestamente ao longo de uma vida inteira de trabalho e de contribuições. Nós aposentados não podemos mais, além da injustiça, e de nós aposentados não pedimos nada mais... Vou repetir, pessoal. Nós aposentados não pedimos mais nada de justiça e cumprimento das leis que eram vigentes quando mantinha e quando nós nos aposentamos. Mudar a lei, pessoal, arbitrariamente prejudicando toda a sociedade trabalhadora que havia feito um convênio com a Previdência Social e que vê esse rasgado e jogado no lixo sem nenhum respeito se constitui numa enorme injustiça.

Companheiros, temos de buscar apoio dos legisladores já que a nossa experiência nos diz que os governantes, sejam de que partido for, estão interessados em outros

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 852
DOC:

valores, que não os da classe trabalhadora. Companheiros, que culpa temos nós que sempre cumprimos com as nossas obrigações junto à Previdência Social, que sempre pagamos corretamente o que nos era devido.

Se os governantes têm usado os recursos arrecadados para outros fins tais como a construção de Brasília e outras obras faraônicas, esse, além disso, não cobre o devedor da Previdência Social entre os quais se inclui o próprio Governo, que é o maior devedor da Previdência.

Nós cumprimos a nossa parte e temos o direito de exigir que o Governo também cumpra a sua. Isso não se constitui em pedir favores, mas em exigir justiça. O reajuste de 5% dados aos aposentados e pensionistas este ano representa uma diferença de 11,67% em relação ao salário mínimo, ou seja, 1/3 do reajuste dado ao salário mínimo, isso quer dizer que o aumento real não chegou a 1%. Repito: O aumento real dado aos aposentados e pensionistas este ano não chegou a 1%, pessoal.

O que faz com que mais de 1 milhão de aposentados e pensionistas baixem apenas para um salário mínimo. Vejam que injustiça, meus Senhores.

As medidas anunciadas pelo Governo são políticas eleitoreiras, pois em nada recupera os prejuízos em nossos benefícios.

Na verdade, estas medidas já estão previstas na Lei nº 10.741 de 2003 do Estatuto do Idoso, falta apenas cumpri-las.

Desde 1991 com a edição da Lei 8.213 a desvinculação do salário mínimo da Previdência Social, nós segurados da Previdência estamos acumulando perdas em nossos benefícios que já chegam a mais de 60%. Quero dizer que o que eu ganho hoje, eu estou ganhando 40% do que eu deveria ganhar. Caminhamos todos para a próxima década ganhamos apenas um salário mínimo. Pergunto a todos: Eu me aposentei com 10 salários mínimos, eu cito aqui o meu caso, trabalhei 38 anos em uma empresa, 38 anos, me aposentei, recebi uma carta assinada por uma autoridade dizendo que Senhor está se aposentando com 10 salários mínimos. Eu hoje estou com cinco e pouco, trabalhei 38 anos e contribui tranqüilamente para o meus País na esperança que um dia eu aposentado ganharia aquele número de salário mínimo que consta da carta. Hoje eu ganho cinco salários mínimos e pouco e caminho para cada ano que passa vendo o meu benefício achatado. Quer dizer, que dentro de pouco tempo, pessoal, estaremos com um salário mínimo. Isto é um calote que o Governo esta nos dando.

Então, eu considero isso uma grande injustiça. Como que o trabalhador brasileiro trabalha a sua vida inteira na esperança de na sua velhice ele ter a sua aposentadoria tranqüila. Recebe uma carta de uma autoridade dizendo que o Senhor vai se aposentar com 10 salários mínimos. Ele pagou aquilo conscientemente, e o Governo não respeita os seus direitos e vai lhe largar em um salário mínimo, e nós não temos para quem apelar. Isto esta certo?

[palmas]

Eu perguntei o ano passado para um Ministro no STJ o que nós poderíamos fazer. Eu não vou citar o nome desse Ministro. E ele me disse: "Os Senhores estão fora da lei. Nao tem lei que os proteja." Isto é uma reflexão para todos os presentes.

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 853
DOC:

Por aqui eu encerro.

Muito obrigado pela oportunidade que me deram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Obrigado. Ouviremos agora a Senhora Elisete Hintz da FETAG, Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura.

SRA. ELISETE HINTZ: Em nome da FETAG, quero cumprimentar o Presidente da Comissão Deputado Barelli, Senador Paulo Paim e a Deputada Luciana Genro para qual eu estendo o cumprimento aos demais Deputados e Senadores presentes.

Este debate, Senhoras e Senhores não é só importante como também é urgente. Assim como urgente são as medidas que possibilitem com que aquelas pessoas que vivem hoje com um salário mínimo vivam com mais dignidade. Isso é o caso daqueles trabalhadores rurais.

Nós da Federação defendemos os trabalhadores rurais, agricultoras, agricultores que trabalham em regime de economia familiar e também mais de duzentos mil assalariados e assalariadas rurais neste Estado.

Dados de janeiro, Senhores Deputados e Senadores, são 566 mil, 370 agricultoras e agricultores que vivem de um salário mínimo. Sim, porque na área rural o benefício é de um salário mínimo, mesmo que os agricultores contribuam com 2.1% de toda produção, isso no total, totalize muito mais. Mas no final, com 60 anos o homem e 55 a mulher eles se aposentam com um salário mínimo. E o que faz com que eles sobrevivam hoje no campo é que eles continuam produzindo, porque se eles tivessem que viver do salário mínimo certamente não haveria condições.

Que tipo de problema nós estamos enfrentando? E antes de 88, eu quero dizer a vocês que nós, certamente, nem estaríamos nesta Mesa para auxiliá-los neste debate por quê? Porque o trabalhador e a trabalhadora rural, aliás, o trabalhador, só o homem recebia meio salário mínimo, como se meio homem fosse para sustentar toda a sua família, quando chegasse a sua velhice ele não pudesse mais produzir.

Foi com a nossa Constituição cidadã que possibilitou que homens e mulheres pudessem chegar e receber um benefício de um salário mínimo que seja, mas, pelo menos, não é meio salário mínimo. Porém apesar de ter trazido um grande desenvolvimento para a área rural, que nós verificamos hoje é que esse salário se torna insuficiente. Nós estamos enfrentando um êxodo rural, o campo hoje não vive só de idosos, porque os idosos também estão deixando o campo, Senadores e Deputados.

Nós temos numa redução no poder de compra, nós temos na área rural pessoas doentes que precisamos de remédio, precisam de moradia, assim como na área urbana, e as dificuldades que se enfrentam na área urbana vivendo com um salário mínimo, se enfrenta também na área rural.

Também quantos aos assalariados, o reajuste dos aposentados que contribuem para a Previdência com mais de um salário, e aqui eu estou falando dos capatazes que recebem, no máximo, até dois salários, quando chegam aos 60 anos e eles se aposentam com dois salários, é o problema do companheiro, do nosso amigo aposentado que falou há pouco, acabam se reduzindo com o passar do tempo com um salário. O fator

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 854
DOC:

previdenciário também assola os nossos assalariados rurais. Então, eu quero dizer que assim como os urbanos, os rurais enfrentam o mesmo problema e por isso que nós estamos hoje junto com vocês nesse rito.

Um salário mínimo digno, além de trazer melhores condições de vida para os trabalhadores rurais e aposentados vai diminuir também a criminalidade, e vai evitar o êxodo rural. Por isso como uma proposta a FETAG traz de que é importante, necessário e urgente a recuperação e o aumento gradativo do salário mínimo, e eu não diria em 20 anos, meu companheiro Celso, eu diria que 20 anos é muito tempo.

Acredito que com Políticas Públicas de crescimento econômico em um País rico em recursos naturais como é o nosso, valorizando e fazendo crescer a agricultura, fazendo a reforma agrária é perfeitamente possível. Precisamos é dar um basta na exploração crescente de que nosso País é submetido.

Precisamos garantir a nossa verdadeira autonomia econômica.

Garantir a correção dos aposentados que se aposentam com mais de um salário mínimo vinculados a mesma reposição do salário mínimo, pois este é um problema que entra Governo, sai Governo ele persiste. Precisamos acabar de vez com o fator previdenciário. E assim, Senador Paim, para não nos alongar, eu queria dizer que para que o Senhor não precise mais rasgar a Constituição da qual nós nos orgulhamos muito, nós precisamos fazer garantir o Art. 6º, Inciso IV que diz que o cidadão precisa de um salário mínimo fixado em lei capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e as de sua família com moradia, alimentação, saúde, vestuário, lazer, higiene transporte.

Se nós pudéssemos garantir moradia, alimentação e saúde nos primeiros anos já estaria de bom tamanho porque com um salário mínimo nem isso é possível.

E finalizando eu quero fazer um apelo agora aos nossos Deputados Estaduais, os que estão presentes, e os que estão de alguma forma nos ouvindo.

Em nome dos duzentos mil assalariados e assalariadas rurais do Estado do Rio Grande do Sul, gostaria de pedir que amanhã na votação do piso regional os nossos Deputados e as nossas Deputadas, especialmente, aqueles daqueles partidos que historicamente trabalham em defesa dos direitos dos trabalhadores, sejam coerentes e votem em favor dos trabalhadores.

A FETAG agradece a sua participação e se coloca à disposição na luta em favor da valorização do salário mínimo nacional.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ouviremos agora a senhora Neiva Lazzarotto do CPERs, Sindicato dos Professores.

SRA. NEIVA LAZZAROTTO: Quero saudar a iniciativa dos Srs. Senadores dessa Audiência Pública, agradecer essa oportunidade e saudar em nome de todos os que compõem a Mesa que estão aqui para ouvir o clamor dos trabalhadores gaúchos em nome dela a todos os demais a brava Senadora Heloisa Helena.

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 855
DOC:

Eu represento o Sindicato dos Professores e Funcionários da Escolas Estaduais. São 96 mil associados, 40% deles aposentados. E eu faço questão aqui de fazer uma saudação à maioria desse Plenário que se compõe de aposentados que merecem o nosso reconhecimento, a nossa valorização porque foram construtores da riqueza deste Estado e deste País e estão aqui expressando através das manifestações, ou das entidades, ou espontâneas a sua indignação como são tratados os trabalhadores, em especial, na questão da remuneração e do salário mínimo, o nosso reconhecimento.

Quero também expressar aqui além das questões da minha categoria que eu vou deixar para o final, talvez por não terem a oportunidade de todas as entidades, algumas demandas e clamores de outras categorias de trabalhadores que estão aqui de servidores públicos, por exemplo, policiais civis já entregaram aos Senadores um documento reivindicando a aposentadoria especial da mulher policial civil e dos policiais civis pela discriminação que vem sofrendo. Também estão aqui muitos outros servidores públicos com direitos ameaçados como tantos trabalhadores. Quem me antecedeu falava da luta pela manutenção de alguns direitos.

Nós viemos em constante ameaça dos nossos direitos, foi assim a reforma da Previdência, primeira que atingiu os trabalhadores da iniciativa privada, depois a que nos atingiu e agora nós não estamos dormindo não, porque nós estamos diante de ameaças de mais forte de direito porque o capital, os empresários para copularem mais e mais querem retirar vários dos nossos direitos como são: A licença maternidade, alterar a Lei do 13º, das férias, de fundo de garantia, por isso precisamos estar alerta e é com que os Senadores estejam aqui nos ouvindo. Esse é um ano eleitoral muito propício para que nós levantemos a nossa voz, as nossas organizações, apresentemos a nossa pauta porque nós precisamos é que seja reconhecido quem, de fato, sustenta este País, quem gera riqueza, quem presta o serviço público da segurança que tem sido um gravíssimo problema em nosso País, da saúde, das filas imensas que encontramos da educação e os demais.

Então, é preciso que a voz dos trabalhadores seja ouvida, por isso é importante essa audiência.

Estão aqui servidores públicos federais que para defenderem a dignidade porque prestam o serviço público seja na área da saúde, na universidade pública. Esta aqui a companheira Berna da Universidade Federal, realizaram três greves nesse Governo para defender a dignidade dos servidores e o salário. Está aqui o Presidente do Sindicato, o SINDICERTO(F) dos servidores federais, que várias categorias estão em greve, do Ibama e de outros onde vários trabalhadores da sua categoria, sequer, o seu básico é igual ao salário mínimo.

E por falar nisso, eu quero expressar aos Srs. Senadores, aos Deputados aqui presentes a realidade da nossa categoria, os trabalhadores em educação. O nosso salário básico, Srs. Senadores é inferior ao m nimo. Um professor que inicia, um funcionário de escola tem hoje um básico que não passa de 273 reais, é um salário tão indigno quanto é pago aos aposentados, quanto é pago aos trabalhadores.

E nós temos merendeiras, um caso chocante para que vocês vejam como tem o clamor do povo, que não pode tirar licença saúde porque está com problema de coluna há

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 856
DOC:

muitos anos, porque se tirar licença saúde vai perder os 70 reais de vale-refeição que recebe.

O caso dos professores, hoje há uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília onde cerca de 40% dos educadores gaúchos, nós que somos um Estado de melhor qualidade de vida, mais desenvolvido 40% dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul sofrem da tal de síndrome de Burnout, da exaustão, da depressão do cansaço, porque estamos sendo sugados, exauridos e explorados, muito mal pagos e a cada vez os Governos vão tirando o direito.

Então, é esse clamor que eu trago aqui. Nós, como servidores públicos que garantimos a educação, a segurança, a saúde do povo, que produz riqueza como vocês que estão aqui produziram e os milhares e os milhões que estão lá, seja no mundo rural, ou no mundo urbano estão sustentando esse Rio Grande País.

Não somos responsáveis pelas crises que estão acontecendo. Aqui no Estado há um debate sobre a crise do Estado. Não somos nós os responsáveis e sim, quem se beneficia do dinheiro que o povo gaúcho produz e é solapado através de incentivos fiscais, há empresas bilionárias como, por exemplo, uma GERDAU da vida que tem mais de 40 unidades espalhadas pela América-Latina enquanto os seus trabalhadores estão aqui explorados. Isso nós não podemos aceitar. E trazemos aos Srs. Senadores o clamor dos servidores públicos. A lei não pode estar acima da vida. A lei não permite que o salário do servidor seja vinculado ao salário mínimo, mas nós precisamos como garantia mínima que nenhum servidor público desse País, seja dos Municípios, do Estado, da União tenha um salário básico abaixo do salário mínimo.

Essa luta, companheiros do Sindcaixa, nós do CPERs Sindicato e outros Sindicatos estaremos levantando e fazendo chegar até vocês que estão lá no Parlamento em nível Federal seja no Senado, na Câmara e aqui no Estado.

Por fim um tema que também foi tratado aqui e que eu acho que é um clamor. Porque aqui não só aposentados, não estamos aqui só dirigentes sindicais, há estudantes aqui juntos, Senadores. Uma menina de um grêmio estudantil, outros estudantes universitários. Os jovens hoje estão sendo vítimas da violência, os jovens hoje estão sofrendo por que não há emprego e perspectiva para a juventude nem, sequer um salário mínimo que nós estamos recebendo. É preciso um olhar urgente dos Governantes, dos Parlamentares, a juventude brasileira não pode ser relegada à violência, à exclusão porque a cada dia nós assistimos lucro do ITAÚ, lucro do BRADESCO, lucro do BANCO DO BRASIL, enquanto o povo passa fome, vive na miséria e acaba tendo que para sobreviver, viver do narcotráfico, a violência nas cidades é responsabilidade dos Governos, é preciso soluções estruturais e é isso que nós esperamos dos políticos brasileiros e gaúchos.

Obrigada pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, encerrada a nossa segunda Mesa.

Nós agradecemos a presença dos companheiros e convidamos para compor a terceira Mesa o Fórum Estadual de Articulação das Entidades Negras e o Conselho

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 857
DOC:

Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Vera Soares. A União das Associações de Moradores de Porto Alegre, Maria Horácia Ribeiro. A União Nacional dos Estudantes, Rafael Simões, Vice-Presidente do Rio Grande do Sul. Aquab e Sérgio Senaquê(F), Cacique Geraldo do Povo Charrua do Rio Grande.

Essa é a terceira Mesa. E neste momento eu passo a palavra ao Deputado Marco Maia que é nosso membro titular da Comissão Mista do Salário.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Muito obrigado, Deputado Jackson Barreto, nosso ilustre Coordenador desta Comissão.

E ao saudá-lo, saudar as todos os Deputados Federais presentes nesta Audiência Pública. Saudar o nosso Senador Paulo Paim que tem construído a sua luta e a sua história aqui neste Estado e no País da defesa do salário mínimo, na defesa dos nossos aposentados, na defesa das lutas do povo brasileiro. E ao saudá-lo, Senador Paulo Paim, saudar os demais Senadores presentes aqui a esta Audiência Pública.

Eu queria, de forma muito singela aqui, dizer que nós estamos tratando aqui nesta oportunidade, na verdade, de dois temas. O primeiro deles o tema dos reajustes que são necessários ao salário mínimo brasileiro, e que nós precisamos buscar incessantemente, nós não podemos, de forma alguma, abrir mão da recuperação do valor histórico do salário mínimo brasileiro. E a segunda questão que nós aqui estamos trabalhando e que temos que debater a exaustão é de que o reajuste concedido ao salário mínimo do Brasil, ele precisa ser repassado a todos de forma igualitária, inclusive, aos nossos aposentados.

Este, os dois temas nós precisamos nos debruçar sobre ele. Este é o papel desta Comissão Mista entre o Senado e Congresso Nacional. E eu queria tratar aqui as duas questões com vocês nessas poucas palavras. A primeira delas o tema dos aposentados, já quero conclamar aqui aos Srs. Deputados e Senadores. Eu apresentei, Deputado Jackson Barreto, a MP 288 que tramita lá no Congresso Nacional nesse momento uma Emenda que repassa o reajuste concedido ao salário mínimo em 2005, ao salário dos aposentados de forma a recuperar a dignidade dos aposentados brasileiros. E quero aqui pedir o apoio da todos vocês, Deputados e Senadores para que a gente possa fazer na semana que vem ou na outra semana quando for votado lá no Congresso Nacional a Medida Provisória 288 que a gente faça aprovar esta Emenda na Medida Provisória para garantir essa recuperação aos salários dos nossos aposentados.

E eu queria, ao defender o reajuste do salário mínimo, e nós estamos discutindo vários temas em relação a isso, se é duas vezes o PIB, se é uma vez o PIB, se é três vezes o PIB, se é quatro vezes o PIB, se nós vamos reajustar o salário mínimo de acordo com a necessidade para recuperar o seu poder de compra. Mas eu queria nesta questão trazer aqui ao debate neste Plenário um tema que é imediato a todos nós, que está na ordem do dia aqui no Estado do Rio Grande do Sul, porque é verdade que nós temos que garantir o reajuste do salário dos aposentados igual ao salário mínimo, mas é verdade que aqui no Rio Grande do Sul também, nós precisamos garantir que o salário mínimo regional, aquele conquistado a duras penas pelos trabalhadores deste Estado não seja de forma alguma dilacerado, como vem acontecendo nos últimos anos aqui no Estado do Rio Grande do Sul. E aí eu pediria que a minha Assessoria trouxesse aqui, eu sei que muitos usam o Power Point para fazer os seus discursos, outros têm belas palavras, e eu queria demonstrar na prática o que significa os 50 reais que o Lula deu de reajuste ao salário

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 858
DOC:

mínimo, que é pouco, mas os 50 reais que o Lula deu de reajuste para o salário mínimo, e os 25 reais que estão sendo propostos agora pelo Governador Germano Rigotto para o salário, para o piso regional aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Para que vocês vejam na prática a diferença, para que vocês enxerguem também o que significa este reajuste que foi concedido ao salário mínimo e para que a gente possa entender e ter demonstrado a realidade que vive o nosso povo trabalhador, o nosso povo lutador deste País.

E quero concluir aqui dizendo, meu companheiro Senador Paulo Paim, de que esta votação do salário mínimo regional vai acontecer, Srs. Deputados e Senadores no dia de amanhã aqui nesta Casa, portanto, o reajuste que está sendo proposto aqui para a Assembléia Legislativa é um reajuste de 6,7% para o piso regional aqui do Estado do Rio Grande do Sul, o que representa uma diferença de 9,1% em relação ao reajuste que foi ao salário mínimo nacional. Então, nós precisamos com isto, também dar esta visão de que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[palmas]

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Eu estou falando daquilo que o povo pode comprar com o reajuste que está sendo concedido ao seu salário.

Então, eu queria, com esta representação aqui, depois Senhoras e Senhores, eu vou atravessar aqui o palácio, esta avenida aqui na frente, Deputado Jackson Barreto, e vou fazer a entrega destas duas cestas para que a gente possa comparar e ajudar os trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul para que amanhã nós possamos ter um reajuste aqui do salário mínimo regional igual ao reajuste concedido ao salário mínimo nacional.

E concluo aqui, Deputado Jackson Barreto...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Companheiros da Força Sindical, vamos assegurar o direito de todos falarem de forma democrática. Aqui se assegura o direito de forma democrática para todos. Aqui é uma assembléia de democratas.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Eu queria, Deputado Jackson Barreto, dizer que a minha luta enquanto dirigente sindical, quero deixar aqui todos à vontade, ela é contra o Lula, quando o Lula não reajusta o salário dos aposentados no mesmo índice que deveria ter reajustado e que reajustou o salário mínimo, como é a minha luta para que se reajuste o salário mínimo regional nos mesmos patamares que foi reajustado o salário mínimo nacional, porque os trabalhadores aposentados do campo ou da cidade, como os trabalhadores urbanos do campo e da cidade são iguais e a nossa luta é para defender estes trabalhadores. É este o nosso compromisso, é esse o compromisso dos Deputados e Senadores deste País, e é por isso que eu luto e quero convidar a todos a juntarem força junto conosco nesta luta e nesta batalha para reajustar o salário dos aposentados e para garantir um mínimo que seja igual para todos os trabalhadores deste país.

Muito obrigado, gente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Queremos passar a palavra à Deputada Luciana Genro. Em seguida vamos passar a palavra aos companheiros da terceira Mesa. Deputada Luciana Genro.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 8509
DOC:

DEPUTADA LUCIANA GENRO (PSOL-RS): Boa tarde a todos companheiros, companheiras, trabalhadores, aposentados, pensionistas. Quero saudar todos os membros da Mesa, em especial, a minha querida Senadora Heloísa Helena.

Eu vejo que vocês aqui hoje presentes, e acho que esse sentimento que eu sinto aqui dentro é o mesmo que toma conta da população em geral, é que estamos todos cansados das bravatas e das promessas em véspera de eleição.

[palmas]

Este é o grande drama da política nacional. Os políticos prometem e se comprometem durante as campanhas e depois ganham as eleições, chegam ao poder e esquecem tudo que disseram, e pior, ainda dizem que o que eles mesmos disseram não passava de uma bravata, e é exatamente isso que acontece neste debate do salário mínimo. Porque a realidade é que nós precisamos sim, de uma política de um longo prazo para a recomposição do salário mínimo. Mas tem um problema fundamental que é anterior a uma política de longo prazo, é que nós temos um Governo que assumiu um compromissos de dobrar o poder de compra do salário mínimo em quatro anos, e nós do PSOL temos exigido e vamos continuar exigindo o cumprimento deste compromisso de campanha do Presidente Lula.

E para que este compromisso fosse cumprido, hoje o valor do salário mínimo deveria ser não de 350 reais, mas de 570 reais. E nós temos a convicção de que este valor é sim, possível, e o impacto que ele tem nas contas públicas do País é cinco vezes menos do que o Brasil paga para encher o bucho dos banqueiros internacionais, com o pagamento dos juros da dívida. Pagamento de juros esses que beneficiam exclusivamente os bancos e 20 mil famílias nesse País. Aqui no Rio Grande do Sul são duas mil famílias detentoras dos títulos da dívida pública que se locupletam com mais de 150 bilhões de reais todos os anos, enquanto que para aumentar o salário mínimo para 570 bastariam 35 bilhões de reais ao ano.

Além disso, companheiros e companheiras, este mesmo Governo que hoje comanda a nossa Nação tinha denunciado quando o Governo anterior o Sr. Fernando Henrique Cardoso fez uma injustiça brutal com os aposentados, que vocês que estão aqui conhecem muito bem, o fator previdenciário que faz com que o trabalhador se aposente ganhando muito menos do que ele ganhava antes e a desvinculação do salário mínimo para o reajuste das aposentadorias acima de um salário. E o Governo atual o que é que faz? Ao invés de rever esta política, não só manteve como ainda teve a ousadia de propor a sua ampliação com a desvinculação total do salário mínimo com as aposentadorias, como se isso fosse a saída para melhorar o valor do salário mínimo, deixar os aposentados na miséria, ainda maior do que já estão. Felizmente não conseguiu porque os aposentados deste País não são inativos, são muito ativos e estão aqui, estão na rua e nós precisamos ampliar ainda mais esta mobilização, porque só vai ser possível rever esta legislação e o Senador Paulo Paim está lá no Senado brigando para isso, mas tendo que brigar com o seu próprio Governo e com o seu próprio Partido que não apóia a proposta do Paim, de acabar com o fator previdenciário.

Então, nós queremos aqui fazer um convite a todos os Partidos, as todos os Parlamentares que se dizem representantes dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas. Vamos nos unir para exigir o cumprimento deste compromisso de campanha.

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 860
DOC:

o valor do salário mínimo teria que ser 570 reais. Vamos nos unir para exigir o fim do fator previdenciário, o fim da desvinculação do reajuste do salário mínimo com as aposentadorias, e um tratamento digno para os aposentados e trabalhadores deste País. Chega de dar dinheiro para os banqueiros, chega de sangrar o nosso País, é preciso unir o povo brasileiro, os trabalhadores, os aposentados e os pensionistas numa grande mobilização nacional para que nós possamos dar uma resposta que, certamente, tem que vir também nas urnas em outubro porque, com certeza, aqueles que fizeram as bravatas não vão ter mais moral de continuar se dizendo defensores dos interesses dos trabalhadores. Nós vamos exigir em outubro, e vamos exigir em mobilizações, em atos, em eventos como este através da pressão e da mobilização do nosso povo.

Parabéns a todos vocês que estão aqui hoje e vamos continuar na rua exigindo, reivindicando e denunciando aqueles que só fazem bravatas em vésperas de eleição.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero passar a palavra para a companheira Vera Soares do Fórum Estadual de Articulação das Entidades Negras e Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

SRA. VERA SOARES: Em nome dos meus ancestrais que eu quero cumprimentar à Mesa presente, Senador Paim e todos mais.

E em nome da nossa caminhada e da nossa luta eu quero cumprimentar esse Plenário cheio de energia, cheio de esperança e cheio de reivindicação.

Eu venho trazendo depois de tantas falas, de ouvir, trazendo uma reflexão de onde eu falo que é o Movimento Negro organizado representando a sociedade civil e dizendo que em momentos como esses que nos alimentam a esperança de estarmos tentando, mais uma vez, buscar o novo. O novo para que se possa saber, a Mesa, como vamos implementar todas essas políticas que novamente eu ouço a reivindicação, as políticas afirmativas para trazer um pouco de igualdade social, para trazer a tão falada inclusão social.

Que bom que esse momento existe para nós ouvirmos dos nossos Parlamentares qual é a forma e qual é o comprometimento das implementações dessas políticas na educação, na saúde, na melhor distribuição de renda, na discussão do respeito à questão racial que é onde tem também o aposentado, tem o trabalhador, tem a pensionista, tem a juventude que é o aposentado de amanhã.

Eu sou pensionista e sofro na minha pele tudo isso que já foi falado aqui. Mas quero saber, Mesa, como é que vamos discutir juntamente com os movimentos sociais, que tem contribuído com as políticas, que tem deixado gavetas e gavetas, metros e metros de políticas, de propostas, de proposições para que essas políticas sejam implementadas.

Então, eu quero dizer que este momento que estamos aqui, que deixamos nossos afazeres para vir aqui, mais uma vez, contribuir e que bom, que primeiro fomos ouvidos para que possamos levar para os nossos, para onde nós viemos trazer a fala a resposta, o comprometimento e, mais uma vez, a esperança. É em nome dos ancestrais, dos meus mais velhos que eu quero acreditar que não estamos aqui para buscar tudo isso que já foi dito e poderá quem não precisa, que nós viemos aqui saber aonde que está a inclusão do povo negro, onde que está o respeito a um povo que eu vejo falar, todas as falas que eu...

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 861
DOC:

ouvi, eu não tive a felicidade de se ouvir pronunciado, que são também o trabalhador informal que são os religiosos de matriz africana, que trabalham uma vida inteira anos, 30, 40, 50 e é um trabalho não considerado profissional, apesar do Estado dizer que é laico, mas em cada lugar tem um crucifixo, mas é a identidade de um povo que hoje soma quase 60% da população.

O povo negro que tem como a sua identidade o culto ao Orixá.

Então, eu quero trazer a sensibilização à Mesa, ao nosso Senador Paulo Paim, a todos os Deputados, a todos os Senadores presentes que levem essa reflexão e que se sensibilizem chamando esse Movimento Social que é o movimento religioso, o movimento negro, o movimento das desempregadas, o movimento social excluído que está marginalizado a reboque dos processos e a reboque dos benefícios, para discutir como se faz uma legislação, como se implementa algumas que já estão postas, como o Estatuto da Igualdade Racial, que para nós negros seria como o nosso segmento, a nossa nova reestruturação.

Como se implementa? Então, gente, eu quero dizer que me sinto contemplada em estar podendo não fazendo uma cobrança, mas trazendo a memória, trazendo a lembrança desses povos que é o povo negro, que dentro da comunidade negra, quando nós falamos da miséria, do desemprego, da desqualificação, da desqualidade de vida, nós não podemos esquecer que na sua grande maioria é meu povo que está lá, é o povo negro que está à margem do processo, é o povo negro que não é incluído nas grandes empresas, é o povo negro que está nos serviços subalternos. Então, eu quero também, nesse momento, nessa Audiência Pública deixar escrito que esse processo tem que passar a ser pensado, tem que passar a ser respeitado e também frisando, mais uma vez, que aquele batuqueiro chamado comumente, mas aquele representante da matriz africana, que o nome já diz a matriz que trouxe tanta contribuição para esse País, também tem que ser reivindicado.

Ele trabalha 50, 60, 70 anos ouvindo pessoas, porque dentro do terreiro se passa a educação, se faz a geração de renda, se trabalha a saúde, se trabalha tantas políticas, e merece ser respeitado.

Quero agradecer pelo momento e parabenizar este plenário vibrante e é assim que nós vamos conseguir implementar essas políticas que já estão prontas, que eles têm que nos dizer como é que se faz para se implementar.

Um Axé a todos e meu agô(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra à Sra. Maria Horácia Ribeiro da União das Associações de Moradores de Porto Alegre.

SRA. MARIA HORÁCIA RIBEIRO: Obrigada. Eu queria na pessoa do nosso Senador Paim e do Senador Pedro Simon cumprimentar os Parlamentares do Senado e na pessoa do nosso Presidente da Comissão, os Parlamentares da Câmara Federal.

Agradecer essa oportunidade também, porque o grande diferencial está nesta Plenária.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 862
DOC:

A história tem nos mostrado que toda vez que nós somos oprimidos, ou que estamos numa situação de menos favorecidos, salta em nós um sentimento de solidariedade, de união e nós conseguimos em torno de algo dar as mãos e ter grandes conquistas.

A União das Associações de Moradores de Porto Alegre tem basicamente na sua essência as comunidades menos favorecidas de Porto Alegre, as suas demandas fazem com que elas se aproximem, se unam e busquem condições de vida melhor.

Nós queremos, Srs. Parlamentares trazer de contribuição nesta Audiência Pública, não inventarmos a roda, mas simplesmente que seja aplicada a lei, simplesmente que o salário mínimo resgate a dignidade, que seja, minimamente, para atender as necessidades dos nossos trabalhadores e dos nossos aposentados, que ele venha, realmente, a ajudar na distribuição de renda que é a nossa chaga maior, onde poucos ganham muito e muitos ganham pouco. Que exista, realmente, uma política de valorização aos pequenos e aos médios empresários que possam garantir postos de trabalho, aqueles trabalhadores que não têm uma qualificação maior. Mas o que nós queremos mesmo, Senadores, é que esta Audiência Pública sirva a toda população como motivação para irmos às ruas reivindicar e buscar aquilo que é direito que nós temos. Esta é a nossa maior contribuição, mostrar aos Senhores que unidos nós teremos vitória, e a vitória é aquilo que for o melhor para o povo, aquilo que o povo, realmente, clama.

Era só isso. Muito obrigado e parabéns pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ouvindo todo o segmento da sociedade do Rio Grande do Sul, nós vamos passar a palavra ao povo Charrua, à Aquab e Sérgio Senaquê(F).

SRA. AQUAB: Eu sou a Cacica do povo Charrua do Rio Grande do Sul. E quero agradecer muito ao Paim que o mês retrasado eu estava com o Paim em Brasília.

E quero agradecer também todos os Senadores que se encontram na Mesa aqui, agradecendo pelo motivo de me ceder o espaço.

O que eu quero dizer para o povo, para a lei que valorize mais o trabalho do povo indígena que é muito discriminado, o artesanato do povo indígena. E que nós, povo Charrua, trabalhamos com couro e com plantas de cura e plantas quando... Não vou falar resto. De quando a pessoa está com dores musculares eu sei o ensinamento que o meu pai e a minha mãe me passou.

O que eu quero também falar é que eu gostaria que o povo branco desse valor para o artesanato do povo indígena, que pagasse mais do que eles acham que vale.

Outra coisa, nós temos em grande situação na nossa comunidade de povo Charrua, Sepé, Polidor do CT ter corrido com muitas pessoas daqui. Gostaria que fosse até lá e ver como se encontra o povo Charrua em situação de risco, com pátio caindo, casa caindo. Nossas crianças, eu vou falar palavra de branco, nossas crianças caindo para o barranco.

E uma coisa eu tenho para falar, o Governo Rigotto, eu dei uma pasta no ano passado, tenho o filme, tenho tudo registrado tanto em jornal como filmes, que ele disse que ia à comunidade Charrua e estou esperando sentada, porque de pé cansa e ele não foi até agora.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 863
DOC:

[palmas]

E está aí feliz da vida achando que os Charruas vão votar nele, caso contrário nós vamos votar é naquele que der reconhecimento para o povo Charrua e ajudar o povo Charrua.

[palmas]

Eu vou passar para o Senaquê(F) Sérgio, e da minha parte eu estou dando um [pronunciamento em língua estrangeira].

SR. SÉRGIO SENAQUÊ(F): Meu nome é Sérgio Senaquê(F), sou da comunidade [inaudível] do Rio Grande do Sul. Sou parte de um [inaudível] de círculo de pesquisas indígenas.

Hoje o trabalhador indígena dentro do Rio Grande do Sul não é valorizado, não é remunerado como tem que ser. O branco roubou nossas terras, como falou o nosso companheiro que se falava em conto de réis.

Nós indígenas ajudamos a construir o Estado do Rio Grande do Sul e a nação brasileira, quando os primeiros navegantes chegaram aqui ao Brasil, às Américas.

Se o [inaudível] de obra indígena como mão de obra escrava.

Hoje, depois de 500 anos, 560 anos se disse que o índio no tem valor.

Hoje, os aposentados de todos os gêneros não têm valor, se paga uma miséria, se paga menos do que tem que ser.

Eu digo, Senador Paim e Senadores que nós indígenas, em um abrigo indígena que [inaudível] em Brasília, apresentamos projetos sociais, apresentamos aquilo que nós pensamos. Muitos de vocês que estão aqui presentes, brancos, indígenas, negros, alguns que têm descendência dizemos que o trabalhador merece ser pago, merece ter os direitos representados.

A comunidade Polidor do CT está em uma luta há 40 anos.

O Germano Rigotto prometeu para o nosso povo depois de 170 anos que vai reconhecer. Hoje vimos que é mentiroso, este falou tanto para o índio como para o trabalhador dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vou passar a palavra agora a esse grande Senador do povo do Rio Grande do Sul, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Meus amigos, eu ficaria até o fim, com muito prazer, mas marque uma reunião com a Executiva do meu Partido e tenho que sair.

E saí profundamente magoado, que eu gostaria de assistir, principalmente, o pronunciamento do Professor Cristovam e da brava Senadora Heloísa Helena. São dois candidatos à Presidência da República, o Cristovam pelo glorioso PDT, nosso grande PDT

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 864
DOC:

do companheiro Brizola, a Heloísa representando o que há de esperança, de expectativa nesse Brasil, o nosso sol, o nosso sol que haverá de brilhar.

[palmas]

O triste numa eleição é que não se tem oportunidades iguais. Eu queria ver esses candidatos que estão aí com o mesmo tempo na televisão dela e dele, e aí ia ver o que vai acontecer, ia ver como ia mudar. Agora dão para o Lula 15 minutos, dão para o Candidato do PSDB mais 15, dão dois para ela e dois para ele, assim na dá. Ela 30 segundos.

Mas eu digo para vocês que no Congresso Nacional, na verdade, meu companheiro... Lá está o meu Senador Valdir Raupp, gaúcho que representa Rondônia no Senado Federal.

[palmas]

Nós estamos aqui para dizer, pode haver, [inaudível] mas não há Senador no Senado mais competente, mais extraordinário que o Senador Cristovam e não há mulher mais espetacular na vida desse País que a Senadora Heloísa.

[palmas]

O Paim é fora do sério, eu tenho dito que o Senado se divide antes e depois do Paim.

[palmas]

Antes do Paim nós estávamos lá cuidando do geral, um projetinho aqui, outro projetinho ali. O Paim chegou no Senado e mudou o Senado. O problema do negro, o problema do índio, o problema do velho, o problema da criança, o problema da violência, o problema do aposentado, o problema do salário mínimo, o problema das injustiças sociais; há um campeão e esse campeão é o Paim.

[palmas]

Não vamos esquecer a figura daquele rapaz que parece tão velho, está tão cansado, mas nem é tão velho e nem é tão cansado. O Paim... [Interrupção no áudio] A gente sempre fala que a aquela Comissão o Presidente manda um Projeto de Lei do Salário Mínimo e se reúne em questão de 10 dias, 15 dias, um mês tem que resolver. Agora não, agora nós estamos nos preparando para o ano que vem. O salário mínimo e o aposentado vamos discutir a proposta para o ano que vem, depois das eleições. Depois das eleições. Até porque prometer antes das eleições nós estamos acostumados, nada mais fácil.

Mas o homem com a responsabilidade do Paim, dizer que vai fazer é porque vai fazer. Porque quando o Governo, que nós pedimos para esse Governo, a primeira proposta que o Governo Lula deve entrar é a proposta da política, a reforma política, a reforma dos partidos políticos, e reforma eleitoral. Ele entrou com a Reforma da Previdência. Ninguém estava pedindo, ninguém estava pedindo. E na Reforma da Previdência ele dá um tiro no pé do trabalhador. Quando a proposta chegou no Senado o Paim reuniu um grupo, e não interessa se botasse para fora, se não botasse para fora porque essa aqui é a coisa mais fantástica, saiu do Partido porque cumpriu o programa do Partido, eu nunca tive visto isso na minha vida. Na minha vida eu não conheci nada igual.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 865
DOC:

O Paim, me desculpem, foi mais esperto. O Paim foi mais competente, me desculpem. O Paim pegou e pegou a matéria que não dava para aprovar, fez uma Emenda Paralela e nós conseguimos, para votar, compromisso do Lula de votar a Emenda Paralela. Demorou, levou um ano, mas lá pelas tantas, a dor não dá uma vez só, veio uma outra dor [inaudível] e a Emenda foi aprovada, graças ao meu amigo Paim.

[palmas]

O que eu quero dizer que é nos sabemos o que queremos, ninguém está aqui pedindo milagre. Ninguém está aqui pedindo algo de excepcional, nós queremos ser uma sociedade simples, singela; uma sociedade composta de pessoas que se respeitem, filhos de Deus, que nos colocou na terra para todos trabalharmos, termos as mãos calejadas para construir a riqueza e distribuí-la entre todos que trabalham.

Eu não digo distribuir irmãmente, eu não estou aqui fazendo a proposta de que devemos trabalhar e todos devem ter um salário igual para todos. Que os outros tenham um salário lá enorme, que ganhem milhões, eu não estou preocupado, mas o mínimo tem que ser o necessário para a família viver com dignidade, com honra e com decência a família, o trabalhador e o aposentado; essa é a realidade, está na nossa Constituição, mas não precisava nem estar na nossa Constituição, está na nossa consciência que o salário mínimo é o necessário para que o trabalhador viva com dignidade. Esta Comissão está buscando isso. Esta Comissão está buscando isso. Isso vai ser votada no ano que vem. Os Senhores podem ver nesse quadro que está aí, o triste quadro do Congresso Nacional e vocês, com as mãos de vocês vão escolher e vão selecionar, os que votam no ano que vem votar essa matéria.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao ilustre Senador Cristovam Buarque que é o homem que se preocupa com a educação em nosso País. Senador Cristovam Buarque do PDT de Brasília.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Boa tarde a cada um e a cada uma de vocês.

Eu quero começar cumprimentando ao Deputado Jackson Barreto e ao Senador Paulo Paim pelo fato de terem feito algo inédito, assim como o Barelli, também faz parte, o trio virato que dirige a nossa Comissão terem feito algo inédito, tirado dos calabouços do Congresso o assunto do salário mínimo e trazido para discutir com vocês. Eu aqui escutando cada um que fez o seu depoimento, eu fiquei pensando como seria diferente, seriam diferentes as decisões no Congresso se vocês fossem lá dizer isso no Plenário para que os Deputados e os Senadores ouvissem o que o povo está sentido, e não ficarmos votando de acordo com as conversas e negociações que fazemos, às vezes, nem nós próprios participando, apenas os líderes discutindo lá com o Poder Executivo.

Eu vim aqui para escutar, e levo daqui as lições, as reivindicações que ouvi. Mas eu queria dizer alguma coisa. Eu quero dizer que nossa Comissão que está fazendo esse grande feito de sair do prédio do Congresso para o [inaudível], precisa dar alguns passos

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 866
DOC:

adiante na concepção do salário mínimo. Converso muito isso com a Heloísa e com o Paim. Toda vez que vem os aumentos de salários de 30 reais, 50 reais, 60 reais. Nós não podemos limitar o conceito de salário mínimo ao valor monetário que aparece no contracheque; não podemos deixar de levar em contas dois fatos e depois colocarei outros dois. Um é de que nunca o salário mínimo será suficiente para garantir a cesta de bens de serviços essenciais que permitam a emancipação do povo. Essa emancipação só virá através do valor monetário do salário do trabalhador, mas também da oferta gratuita dos bens e serviços públicos que o Estado tem que assegurar ao trabalhador. O neoliberalismo perverteu a cabeça até de todos nós que ficamos presos dos valores monetários. Estamos relegando o lado público que compõe a cesta do trabalhador.

Até o artigo da Constituição quando a gente lê, ele diz: "O valor suficiente para comprar isso, isso e isso, educação e saúde", educação e saúde não tem salário mínimo que compre com qualidade, isso tem que ser assegurado gratuitamente pelo Estado brasileiro. O Estado do tamanho que for preciso para dar educação, para dar saúde ao nosso trabalhador, porque é isso que vai permitir ao lado do salário monetário a nossa emancipação.

Eu vi aqui quando o Deputado Marco Maia trouxe as duas cestas, os sacos, e a verdade é que é uma diferença de tamanho. Mas, Deputado, não há nenhuma diferença no que se refere à capacidade de qualquer uma delas realizar a emancipação do povo brasileiro. Porque a emancipação do povo brasileiro não vem de cestas de bens e serviços. Vem da garantia de oportunidades iguais a todos os brasileiros e as oportunidades iguais depende da comida, depende do transporte, depende do vestuário, mas depende, sobretudo, da educação e da saúde.

Então, eu quero ver na nossa política, Heloísa Helena, a gente incorporar com clareza que além de um valor que tem que ser reajustado sim, acima do PIB per capita, do crescimento do PIB per capita que tem que querer chegar ao que disse a Luciana, aos 570 reais em algum prazo, mas que além disso a gente ponha a necessidade de aumentar os investimentos públicos nos serviços essenciais.

Que a gente leve para a lei de salário mínimo, a política de longo prazo um choque social nesse País. Segundo fato é de que a gente precisa lembrar que os trabalhadores, de acordo com a Constituição, têm direito a essa renda, mas no nosso País, nós temos milhões de brasileiros que nem salário mínimo têm. E a nossa política de longo prazo para o salário mínimo tem que dar uma resposta de como incorporar através de empregos, e eu não vejo outra saída, a não ser emprego público para produzir o que o povo brasileiro precisa, como água, esgoto, como recuperar o rio São Francisco pagando árvores, como construir escolas através de um grande programa de emprego público, garantir o salário mínimo para quem nem salário mínimo tem.

A nossa política tem que ter coragem de pedir um programa de geração de emprego nesse País independente do que os empresários quiserem fazer.

A outra coisa diz respeito àqueles que não são trabalhador e nem são desempregados, os nossos aposentados, e é claro que não dá para dizer que existe uma política para trabalhador e empregado e uma política para trabalhador aposentado, a política tem que ser a mesma. Se a gente garante um reajuste acima do PIB. Se a gente garante um choque social para garantir os bens de serviços públicos. Se a gente garante

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 867
DOC:

um programa de emprego social para os que não ganham nem salário mínimo. Se a gente garante que os aposentados terão reajuste iguais aos do salário mínimo, só ficam faltando duas coisas que eu queria chamar a atenção, é que se a gente faz tudo isso com inflação, a gente está enganando o povo. A gente está dando um reajuste hoje e roubando no final do mês. É preciso que tudo isso seja feito com a responsabilidade que implica em não mentir ao povo dizendo que a gente paga 100, mas só vale 80 no final do mês. É preciso, por isso, que todo o nosso programa tenha compromisso com a estabilidade monetária.

E a última coisa é o crescimento econômico, tudo isso vai ser conversa apenas se a gente não for capaz de recuperar a dinâmica na economia brasileira, só que, e eu ouvi mais de um falar nisso e estou de acordo, a política de geração de emprego para quem não tem emprego, uma política, um choque social para garantir os serviços essenciais, o próprio aumento de salário, e a Heloísa sempre fala isso, isso traz sim, dinâmica econômica, isso traz crescimento porque aumenta a renda, como foi dito por um dos que falaram primeiro.

Eu quero parar aqui, porque eu vim mais para ouvir e saio contente com o que eu ouvi, mas saio contente, sobretudo, Paim, porque eu estou vendo como o povo gaúcho, politizado que todos sabemos como ele é, veio aqui em peso dizer, não queremos mais apenas a esmola, que se aumenta a cada ano um pouquinho na hora de aumentar o salário mínimo nas caladas da noite votando no Congresso. Vocês mostraram que nós queremos uma discussão transparente ouvindo o povo e não só quantos reais a mais.

Mas uma revolução para a emancipação do povo brasileiro, que não vem de cesta, vem de uma política pública para garantir ao nosso povo tudo aquilo que ele tem direito.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero passar a palavra ao Sindicato dos Servidores Públicos e em seguida vai falar o Deputado Tarcísio Zimmermann. Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Ary Otávio Canabarro.

[palmas]

SR. ARY OTÁVIO CANABARRO: Gostaria de cumprimentar a Direção da Comissão Mista de Orçamento, Deputados, Senadores, Deputada Federal Luciana, Senadora Heloísa, demais Deputados, Parlamentares, componentes desta Mesa.

Agradecer o convite ao Sindicato dos Servidores Federais e parabenizar nesse arremate de que esse debate, realmente, ele se faz necessário e é extremamente importante que isso seja feito, e está sendo feito em todos os Estados do País, e aqui no Rio Grande do Sul, principalmente, porque temos no Senador Paulo Paim uma figura que carrega isto como bandeira desde que eu o conheço, e isso faz muito tempo, Senador, lá em São Pedro do Sul quando nós nos encontramos pela primeira vez, nós já falávamos um pouco sobre isso. E hoje quando eu estou com a incumbência de trabalhar na direção do Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, me é dada a incumbência de falar aqui coisas que já foram ditas.

Então, eu vou me permitir a não repetir o nosso debate na nossa Direção, na nossa base, com exceção de pequenas coisas que aí talvez não fossem ditas ainda, e eu quero repassar a V.Exª. o texto completo para que possa servir de subsídio nas suas anotações posteriores.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 668
DOC:

Porque os servidores públicos federais a princípio não tem uma ligação direta com o salário mínimo, mas têm uma ligação, porque quero reafirmar, muitos servidores públicos, não só dos Municípios e nos Estados, como nós servidores federais recebemos complementação de salário mínimo. Têm servidores do chamado plano de classificação de cargos que tem como vencimento básico 79 reais, coisa na casa dos 70, 80 reais no início de carreira. Temos servidores públicos de nível superior, com cargo de nível superior na casa dos 300 reais. Então, toda e qualquer política que venha corrigir o salário mínimo, aí sim nesse caso afeta diretamente o vencimento do servidor público porque, naturalmente, vai aumentar sua renda, já que ele recebe complementação.

Entendemos, e isso também já foi dito, até pelo Presidente da CUT que foi o primeiro que se manifestou no início do debate de que essa política de reajuste do salário mínimo, de recuperação do poder de compra do trabalhador, o poder aquisitivo de nossa população tem que ser feito de uma forma gradual, tranqüila para não alimentar uma cadeia que talvez fosse perigosa nesse momento, e por isso precisa termos o cuidado de fazer isso com toda tranqüilidade e esta Comissão, com certeza, está fazendo e saberá fazer isso.

Confiamos no trabalho dos brilhantes Parlamentares que fazem parte desta Comissão com a certeza de que eles vão apresentar uma proposta no final de todos esses debates, uma proposta que será irrecusável no Congresso Nacional, porque as cabeças pensantes que estão trabalhando nisso e aquelas que passaram por aqui representando entidades, e foram diversas entidades, diversas culturas que passaram por aqui, e que contribuíram, com certeza, está sendo avaliada e será aproveitada de forma profunda pela Comissão, e a proposta final será irrecusável no Congresso Nacional.

Estou entregando ao Senador o texto completo com as nossas observações porque nesse arremate não gostaria de ser cansativo a todos, já que estamos todos desde o início da tarde trabalhando, e para não repetir o que já foi dito, eu quero, finalmente, agradecer a participação de todos, parabenizar esta Plenária, como disse o Senador, politicamente tem o entendimento de que precisa ter realmente essa participação, e parabenizar a Comissão pelo trabalho que vem sendo realizado.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos pedir aos companheiros aqui da Mesa que retornem ao Plenário, e nós vamos convidar aqui para a Mesa a Sra. Araci Maria da Silva Ledo da Federação Estadual das APAES, o Sr. Israel Dutra da Universidade do Rio Grande do Sul e o Sr. Adriano Pires da Coordenadoria da Juventude de São Leopoldo. Antes passando a palavra ao Deputado Tarcísio Zimmermann do Rio Grande do Sul e membro efetivo da nossa Comissão.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Obrigado Presidente. Quero cumprimentar aqui os nossos Senadores, Senadora, nossos Deputados e Deputada, cumprimentar a Força Sindical, a CUT, todas as entidades que desfilaram aqui e já fizeram este rico painel de contribuições neste debate.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 869
DOC:

E queria cumprimentar, de modo especial, esta corajosa platéia que resiste aqui a um debate de mais de duas horas e meia e que mantém ainda a vibração, a força em torno deste tema tão importante.

Eu queria em primeiro lugar me solidarizar aqui com os trabalhadores gaúchos. Em 2001 quando eu era Secretário de Trabalho, Cidadania e Assistente Social, fiz um amplo debate que envolveu Centrais Sindicais, Federações, Sindicatos e também as entidades de empregadores na definição do piso salarial no nosso Estado do Rio Grande do Sul. E chegamos a um Projeto de Lei que foi aprovado por unanimidade pelos Deputados dessa Casa, que eram na sua absoluta maioria oposição ao Governo Olívio Dutra. E hoje eu, realmente, lamento que o Governo do Estado encaminhe para esta Casa um Projeto de Lei de reajuste do piso salarial sem ter feito rigorosamente nenhum diálogo com empregadores e com trabalhadores. O debate, a discussão, as Mesas de negociação são importantes porque elas vão constituindo uma idéia que seja sustentável em termos de um valor possível para um piso salarial, da mesma forma como é importante este debate aqui.

Que também constitui uma idéia do que seja um valor possível para o salário mínimo nacional. Porque não é, vocês todos sabem, a gente sempre gostaria de ganhar mais, nenhum ser humano é satisfeito com o que ganha, nem os Deputados que ganham 12.800, e os Senadores que ganham 12.800 são satisfeitos com o que ganham.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Desculpa, eu lhe respeito, mas por favor. O que eu queria dizer é que nenhum de nós é satisfeito com o que ganha, a gente sempre quer ganhar mais, mas a política é o terreno do possível, a política é o terreno daquilo que é possível. Felizmente nós já avançamos no Brasil e aqui na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, para fazer com que os Deputados e Senadores, e os Deputados Estaduais não tenham mais o Fundo de Aposentadoria Parlamentar. Hoje todos nós pagamos INSS, isso é bom porque aí a gente vai se aposentar igual a todos vocês, isso é bom porque aí a gente vai se aposentar igual a todos vocês.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Peço aos companheiros, nossa Assembléia é uma Assembléia democrática. Companheiros, eu asseguro a palavra ao orador, por favor.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Todos nós contribuímos com a Previdência Social, nós não temos mais um fundo público de aposentadoria Parlamentar, portanto, nós pagamos INSS, os Deputados Estaduais, Federais e Senadores, alguns mais antigos ainda têm o PEPA(F), ainda tem este fundo, mas é porque, enfim, os novos não ganham mais isto e é bom que seja assim, porque assim nós somos como todos os trabalhadores brasileiros, contribuintes da Previdência Social.

O que eu queria dizer é que este debate é importante, porque vejam bem. Nós tivemos no Governo Lula um reajuste de 25% em termos reais ganho acima da inflação do salário mínimo do nosso País. Eu quero dizer a vocês que é pouco, mas não é tão pouco assim quanto a gente imagina que seja. Porque vocês todos, todos nós já militamos...

[vaias]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 870
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Companheiros, vamos assegurar a palavra do orador. Companheiros, preciso de respeito ao orador. O Plenário é soberano a uma Audiência Pública, companheiros.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Muitos dos Senhores e das Senhoras foram dirigentes sindicais e sabem o quanto era difícil numa campanha salarial conquistar um reajuste acima da inflação. Eu tenho aqui, eu vou me invocar aqui de um boletim da Força Sindical que vocês devem ter recebido que diz assim: Rodoviários de Porto Alegre conquistam aumento real e garante emprego dos cobradores. Qual foi o reajuste conquista na campanha salarial? 6%. Qual foi o aumento real? 1%. Imagina se fosse os 13% do salário mínimo este ano? Então, é importante a gente reconhecer, quando a gente ganha, porque isto deve ser a base das conquistas futuras e a nossa política. E eu quero dizer, Senador Paim, nós devemos continuar trabalhando para que nós tenhamos aumento do salário mínimo acima da inflação, acima do PIB, como foi no ano passado e este ano, acima para a gente poder recompor o poder de compra do salário mínimo. Nós devemos lutar, e eu quero falar com muita tranqüilidade para vocês, porque aqui muitos são aposentados. Nós devemos lutar.

Vejam, todos os aposentados desde 88 têm um reajuste no seu ganho, no mínimo, equivalente à inflação, isso é uma conquista constitucional. Então, não é desde 88. Vamos dizer que não seja.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Companheiros, vamos assegurar a palavra ao orador. Por favor, companheiros.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu ouvi durante duas horas e meia e eu acho que é importante que a gente possa conversar, dialogar, os representantes dos senhores falaram aqui e eu ouvi todos eles. O que eu quero dizer, Senhores, Senhoras, o que eu quero dizer é que, no mínimo, Então, pode não ser desde 88, talvez eu esteja enganado. Mas nos últimos quatro anos todos os aposentados ganharam, no mínimo, o equivalente à inflação. Não é verdade?

[vaias]

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Na é verdade isto?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Companheiros, por favor, companheiros.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Se isso não for verdadeiro, se isso não for aceito como uma verdade, Senhores e Senhoras é muito difícil a gente debater, porque a gente vai debater em bases que não são verdadeiras.

Eu estou tentando falar com os Senhores e as Senhoras em bases de verdade, em bases de verdade. Se os Senhores não aceitam que isto seja uma verdade, nós não temos o que conversar, não temos o que conversar e aí, realmente, a política deixa de ser o terreno da razão.

Eu quero dizer a vocês que o meu compromisso...

[tumulto]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 871
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Companheiros, por favor. O orador tem um minuto para concluir o seu pronunciamento e eu peço ao Plenário respeito ao orador, por favor.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Que o meu compromisso continuará sendo a luta por um salário mínimo maior que a inflação, reajuste maior que a inflação. E que para os aposentados que ganham mais que um salário mínimo, nós tenhamos, no mínimo, a incorporação do crescimento do país. É isso que eu creio que seja possível, a gente falar de forma responsável. Mas do que isto, se nós falarmos, nós não estaremos falando a verdade.

Este é o meu compromisso, e é em torno dele que eu trabalho como Deputado Federal. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero neste momento passar a palavra à Aracy Maria da Silva Ledo da Federação Estadual das APAES.

Um momento companheiros, vai falar uma companheira aqui. Temos que ouvir a todos de forma democrática, ou Então, não somos democratas.

SRA. ARACY MARIA DA SILVA LEDO: Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo Deputado Jackson Barreto. Exmo. Sr. Vice-Presidente e Deputado Walter Barelli. Exmo. Sr. Relator Senador Paulo Paim. Exmas. Autoridades já nominadas. Exmo. Srs. Representantes de demais instituições, Senhoras e Senhores. Como representante da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul, acho de suma importância esta manifestação à medida que nós paramos para fazer algumas reflexões, nestas reflexões eu gostaria de fazer a colocação a respeito da visão do Movimento Apaeano, que é um Movimento de Pais, Amigos, e Pessoas Portadoras de Deficiência de Excelência no País na defesa dos direitos e prestação de serviço.

Temos como missão promover e articular as ações de defesa dos direitos de prevenção, de orientação, prestação de serviços, apoio à família direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Temos alguns dados a apresentar. Total de alunos no Estado do Rio Grande do Sul atendidos nas APAES: 17 mil, 854 alunos. Temos um número alto de professores cedidos, número de professores contratados, número de técnicos, número de funcionários e atingimos um total de 454 Municípios, sendo que nós temos 217 APAES no Estado e no Brasil, duas mil APAES, atingindo um total de 150 mil portadores, pessoas com deficiência.

Então, Senhores Deputados e Autoridades que se fazem aqui presentes, nos chamam atenção o momento que nós estamos vivendo, é um momento de um paradigma novo, é um momento da acessibilidade, é um momento da inclusão social. Então, nesta tarde de reflexão não poderíamos deixar de fora o portador de necessidades, as pessoas com deficiências. [palmas] E me refiro a isto, não só ao portador que a Federação das APAES trabalha que é o mental, mas a todos os portadores, a todas as pessoas com deficiência em todas as áreas. Porque eles devem ser respeitados sendo o nosso maior

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 872
DOC:

objetivo é a busca da sua cidadania. E se nós buscamos a cidadania da pessoa com deficiência, nós buscamos um salário digno, um salário mínimo compatível, nós buscamos a aposentadoria especial para esta pessoa especial, e isso nós pedimos encarecidamente uma atenção das autoridades, aposentadoria especial à pessoa com deficiência.

E também a Lei de Benefício Continuado que seja respeitado um salário mínimo per capita, porque não é possível que tenhamos nas famílias com portadores de deficiência três, quatro filhos portadores e menos de um salário mínimo para subsistência e manutenção de saúde, educação e subsistência alimentar.

Então, eu vou entregar esta moção de apoio, pedindo encarecidamente uma atenção no momento deste novo paradigma, é a inclusão, é o respeito ao cidadão, é o direito que o cidadão, não estamos pedindo por favor, nós não estamos pedindo esmola; nós estamos pedindo atenção ao cidadão. E nessa reflexão eu conclamo a todas as autoridades presentes, que nessa avaliação se coloquem do outro lado, porque à medida que nós não temos nenhum portador, vamos nos colocar no lugar dele, que ele precisa se locomover, ele precisa sair de casa, ele precisa se alimentar, ele precisa de alimentação e, muitas vezes, esta pessoa com esta deficiência não chega ao tempo da aposentadoria porque a sua vida é reduzida em função da dificuldade, da manutenção da sua saúde. E nós precisamos garantir o direito a este cidadão que é a pessoa portadora de necessidade.

Então, um agradecimento especial por esta oportunidade, mas eu também peço uma atenção especial para este ponto que nós trazemos.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra ao ilustre Senador, pelo Estado de Rondônia, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente desta Comissão do Salário Mínimo, Deputado Jackson, nobre Relator, meu grande amigo e grande Senador, também pelo Rio Grande do Sul, mas Senador do Brasil Paulo Paim, já se retiraram também os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, três grandes Senadores, o Rio Grande do Sul está muito bem representado no Senado Federal. Assim como os Deputados, também, o Deputado Zimmermann, o Deputado Marco Maia, também cumprimento o Deputado Barelli, Vice-Presidente desta Comissão. A Senadora, nossa amiga lá das Alagoas a Heloísa Helena, combativa, guerreira, lutadora, a Deputada Luciana Genro, enfim, às demais autoridades da Mesa, minhas Senhoras e meus Senhores.

Em rápidas palavras apenas para agradecer a acolhida do Rio Grande, eu que já morei aqui, já trabalhei em Porto Alegre, minha mãe mora há mais de 30 anos em Capoão da Canoa, tenho cinco irmãos em Capoão da Canoa, uma irmã aqui em Gravataí, na grande Porto Alegre, mais uma irmã lá em Torres, alguns irmãos em Santa Catarina, outros lá em Rondônia. Família grande, só 14. As famílias de antigamente eram assim, fui criado na roça, não tenho vergonha de dizer que trabalhei até a idade de 18 anos na roça, no Estado de Santa Catarina, aonde eu nasci, e hoje morando há mais de 30 anos em Rondônia. Lá que eu fui Vereador, Prefeito por dois mandatos, Governador do Estado e

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 873
DOC:

agora no Senado Federal. É a luta dos migrantes, por falta de melhores condições de vida nos seus Estados acabam migrando para outros Estados. E o Rio Grande do Sul tem acolhido, assim como São Paulo acolheu os nordestinos, o Rio Grande do Sul, no passado, acolheu também catarinense, paranaense, e porque não dizer também nordestino, que eu conheci aqui em Porto Alegre, cearense, paraibano, pessoas do nordeste morando aqui em Porto Alegre já há 30, 40 anos.

Então, o Rio Grande sempre foi um Estado acolhedor, um Estado de um povo hospitaleiro. Eu hoje moro em Rondônia, mas gosto muito do Rio Grande. Todos os finais de ano eu venho a Capoão da Canoa, venho a Gramado, venho a Canela, venho aqui a Porto Alegre, também porque tenho uma irmã que mora aqui.

Mas eu quero aqui encerrar a minha fala dizendo que coube a mim uma missão muito importante para o orçamento do ano que vem, o orçamento de 2007, eu sou o Relator Geral do orçamento da União para o ano que vem.

Então, toda esta discussão que nós estamos travando aqui e que vão ser travadas ainda até o final do ano vai servir como base para que a gente possa trabalhar na Relatoria do Orçamento Geral da União de 2007. É claro que nós não vamos conseguir, talvez dar o salário de 570, de 700, como muitos sonham a salário mínimo, mas eu acredito que para o Brasil ter um salário mínimo digno é necessário sim, o crescimento econômico. Eu acho que o Professor da Universidade que falou anteriormente não foi compreendido, sem o crescimento econômico... O Brasil dos países emergentes foi o que menos cresceu nos últimos anos, nós precisaríamos estar crescendo hoje a uma taxa de 6, 7% ao ano do PIB, no mínimo, para que nós pudéssemos dar um salário mais digno a nossa população.

Então, tem que conciliar o crescimento econômico com a geração de renda, a geração de emprego do povo brasileiro para que o Congresso possa dar também um salário de melhor qualidade.

Mas até lá nós temos que lutar e vocês estão certo, lutando pensionistas, aposentados, aqueles que ganham o salário mínimo, aqueles que não têm nem o salário mínimo, tem que lutar sim, assim como o Paulo Paim tem lutado lá no Senado, é o homem que mais defende o salário mínimo, é o homem que mais defende o trabalhador. E nós estamos lá ao seu lado, Paim, ao seu lado, ao lado do Pedro Simon, do Sérgio Zambiasi, da nossa Deputada Luciana Genro, da Senadora Heloísa Helena e dos demais Parlamentares para, dentro do possível, sem comprometer os Estados e Municípios, que nós temos ainda muitas desigualdades regionais. O Rio Grande, o Rio de Janeiro, o Paraná agora já têm os seus salários mínimos regionais, os demais Estados ainda não têm. Eu acho que todos os Estados deveriam ter. E o Brasil deveria sim, ou deverá no futuro ter um salário mais digno para o nosso povo brasileiro.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo nesse momento a palavra a esta Senadora do Nordeste, é a Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Primeiro eu quero saudar a todas e todos, dizer que é sempre uma alegria muito grande e especial de estar aqui com as

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 874
DOC:

mulheres e homens de bem e de paz do nosso querido Rio Grande, que como eu, humildemente, querendo continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar e quero continuar ajudando a fazer desse nosso Brasil maravilhoso, uma pátria soberana, ética, igualitária e fraterna. Quero saudar com alegria a todos os Parlamentares da Mesa, pedir licença para todos para, de uma forma especial, saudar a minha querida companheira, minha irmã de tantas caminhadas, a Deputada Luciana Genro. E além de todos os Senadores e Deputados que por aqui passaram, está aqui Valdir Raupp, veio aqui meu querido companheiro, quase pai o Senador Pedro Simon, o Senador Cristovam, mas de uma forma muito especial eu quero saudar aos que conduzem esta Comissão. O presidente, o nosso Deputado Jackson e o Vice, o Deputado Barelli que tem feito um esforço muito grande por esta Comissão, e de uma forma muito especial ao Relator dos trabalhos desta Comissão, que eu tenho tido a oportunidade de em diversos momentos compartilhar com ele angústias e propostas que é o Senador Paulo Paim.

Então, eu quero dizer que, humildemente, nós do PSOL estamos trabalhando nesse debate também. Claro que esta Comissão tem tido desafios, primeiro de que ninguém se apresenta como dono da verdade absoluta, isso é fato. Agora é evidente que eu posso estar falando algumas coisas que alguém tem todo o direito de discordar com veemência, do mesmo jeito que um outro Parlamentar ou um outro representante de entidade tem, também o direito de apresentar a sua proposta, só que ninguém tem o direito, a ninguém é dado o direito de dizer assim: "Porque você está apresentando uma proposta que eu discordo, você está apresentando a mentira e eu a verdade." Eu não aceito isso.

Nós temos trabalhado muito em relação a uma proposta de curto, de médio e longo prazo em relação ao salário mínimo. E eu aprendi uma coisa lá em casa, de que é muito importante quando a gente se põe no lugar do outro para ver se é possível viver com aquilo que a gente estabelece para o outro. E aí a gente faz conta, por exemplo, se eu, na minha casa, estabelecesse como regra três refeições ao dia, ou seja, de manhã, eu, meu dois filhos e a pessoa que trabalha comigo, se nós estabelecêssemos todos os dias, só comer um cafezinho, um copinho desse de café, de manhã com um peãozinho francês daquele pequenininho que é 30 centavos, um cafezinho desse é 80 centavos. Veja: Se nós estabelecêssemos lá em casa, de manhã é café da manhã, é um copinho desse de café e um pãozinho francês pequeno. Meio dia, refeição, não é almoço é um copinho desse de café e um peãozinho francês, à noite não é jantar, é um copinho desse de café e um peãozinho francês. Isso para que quatro pessoas tivessem essa refeição três vezes ao dia significaria que o salário mínimo tinha que ser 406 reais. Então, isso é fato, é conta objetiva. Por exemplo, quais são as despesas, em média, de uma família com quatro pessoas? O aluguel, em média, é 150 reais, a taxa mínima de água é 10 reais, de luz é 7 reais; eu estou falando do básico, do básico, do básico, do básico. A luz é 7... Do básico, do básico, do básico, mandando todo mundo fechar a luz, não pode fazer nada. O telefone, o básico do básico é 39, a alimentação... Veja, veja o que eu estou colocando para alimentação. Não estou nem falando do cafezinho e do pãozinho três vezes ao dia para quatro pessoas. Eu estou partindo do pressuposto que a pessoa pode viver com a ração de 150 reais por mês para alimentar quatro pessoas numa casa. O gás é 32, transporte é 102, farmácia é 30; não estou falando de quem tem pressão alta, eu estou falando, partindo do pressuposto da ilusão que fossem apenas 30 reais ao mês para farmácia, vamos botar 20 reais de lazer, isso já daria 540 reais e 46 centavos.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 875
DOC:

Então, quando a gente fala de uma proposta conseqüente de salário mínimo, a gente tem que falar, e nós do PSOL, sabe o Senador Paim, os Deputados que nós não estamos nem defendendo aquilo que a Constituição manda, que é como a Constituição manda iria para 1.350 reais. Então, para acabar com essa cantilena enfadonha e mentirosa. Porque vocês sabem que quem defende a verborragia da patifaria neoliberal, essa farsa técnica, essa fraude política, tudo que a gente fala, imediatamente, alguém diz." Mas não é possível fazer, isso é conversa, não é possível." Então, nós estamos tratando aqui do que é possível fazer hoje. A gente defende coisas a médio e em longo prazo, a gente defende que o Estado Brasileiro adote todas as suas crianças e jovens antes que o narcotráfico e a marginalidade o faça. A gente defende uma política justa de saúde, de educação, de segurança pública.

Mas como nós estamos aqui tratando daquilo que significa um eixo estratégico de desenvolvimento, um mecanismo essencial para dinamizaçao da economia local, e quando nós falamos do aumento do salário mínimo, nós estamos pensando também nas 24 milhões de pessoas que não têm o salário mínimo. Porque quando aumenta o salário mínimo, significa automaticamente dinamização da economia local, geração de emprego e renda, mais pessoas consumindo, quanto mais pessoas consomem a indústria tem que produzir mais, para a indústria produzir mais, ela tem que gerar mais postos de trabalho, portanto, quando a gente fala do aumento do salário mínimo, é porque é importante para a dinamização da economia local para a geração de emprego e renda.

Aí alguém pode dizer assim: "Esse salário mínimo de 540 ou a proposta que nós apresentamos de 570 reais é possível pagar?" Aí a gente responde: é. Primeiro porque vocês sabem que nós não incorporamos essa cantilena enfadonha e mentirosa de que quebra a Previdência, porque isso é mentira, não quebra. A Seguridade Social, eu sei que tem gente que é aprendiz de Goebbels. O Goebbels era o publicitário de estimação de Hitler que dizia que mentira repetida muitas vezes vira verdade. Mas vocês sabem que não quebra a Previdência, é mentira.

[palmas]

Então, vamos deixar a mentira de lado que é que quebra a Previdência, não quebra a Previdência. A Seguridade Social é superavitária, é por isso que eles nunca quiseram fazer uma auditoria da Previdência, é por isso que eles nunca quiseram identificar quem são os grandes devedores da Previdência, porque tem os amigos do Palácio do Planalto e no Congresso Nacional.

[palmas]

Então, a Seguridade Social é superavitária. Portanto, ela comporta esse aumento do salário mínimo.

Do mesmo jeito que a Seguridade Social, e aí é importante dizer as coisas assim, porque têm coisas que são de responsabilidade nossa do Parlamento, não é verdade? E tem coisas que é da responsabilidade unilateral do Presidente da República, se é Fernando Henrique, Sarney, Lula ou quem quer que seja, mas tem que deixar claro, como a gente diz no interior, dar nome aos bois, porque às vezes a gente fala numa coisa muito generalizada como se fosse um disco voador que sai por aí falando. Então, é importante deixar claro que o cumprimento do Art. 194 da Constituição Federal, que fala da

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 876
DOC:

irredutibilidade do salário do benefício, isso é uma decisão unilateral do Presidente da República, e ele pode fazer e deve fazer.

[palmas]

Nós da Comissão, nós temos que pressionar que faça, mas isso tem que dizer, porque quando a gente não diz de quem é a responsabilidade, aí fica supostamente, como se fosse de todo mundo. Eu, pelo menos, eu não vou entrar dentro do Palácio do Planalto com uma tabica de cipó fogo,que é uma tabica que tem lá no interior de Alagoas, que quando bate sai a bolha. Eu não vou entrar com a tabica de cipó fogo para botar o Presidente a pulso para pagar. Agora, que é obrigação dele é, ele garantir o mesmo percentual para o aposentado e para o pensionista que ele está dando a quem supostamente está na ativa.

Eu estou dizendo isso para limpar logo o meio de campo e deixar isso claro. Do mesmo jeito que foi importante que quem representa aqui os deficientes, ou os moradores da rua, todos aqueles que são beneficiados com a Lei Orgânica da Assistência Social que é aquele benefício de prestação continuada, é muito importante também a reivindicação que eles aqui fizeram por quê? Porque também tem muita gente que propõe dizer assim: Do mesmo jeito que já fazia hoje com os aposentados e pensionistas que é dar um percentual diferenciado, tem gente também que defende que esse percentual diferenciado seja para o benefício de prestação continuada. Muita gente, inclusive, que estavam nas Comissões conosco, claro que de pronto o Senador Paim, o Deputado Jackson e o Deputado Barelli, vários outros Parlamentares, de pronto, contestavam, mas tem gente também que define isso, ou seja, para aqueles que estão na Lei Orgânica da Assistência Social, que o benefício seja diferenciado e nós não vamos aceitar isso.

Então, quem poderia, de fato, quem nós teríamos que pensar, de fato, como mecanismo de compensação para o aumento do salário mínimo? Ou seja, já limpamos o meio de campo dizendo que a Seguridade Social é superavitária, portanto, não quebra, é farsa técnica e fraude política dizer que quebra. Portanto, os aposentados e os pensionistas podem ter o mesmo reajuste da ativa, o benefício da prestação continuada também.

Quem poderia, de alguma forma, ser comprometido com o aumento do salário mínimo maior e quais os mecanismos concretos e eficazes que nós disponibilizaríamos para compensar a perda? Tem três setores, é verdade. Se a gente defende um aumento do salário mínimo, tem alguns setores que, de alguma forma, podem ter algum problema. E o que é que nós vamos fazer para evitar que o aumento do salário mínimo quebre esses setores ou esse discurso mentiroso e enfadonho.

Só são três setores, não tem nada a ver com Seguridade Social e com Previdência. Só são três setores. 1% das Prefeituras brasileiras que são pequeninhas, prefeituras, vocês sabem, que nós temos 5.560 e tantas Prefeituras no Brasil. Apenas 50 Prefeituras, ou seja, 1% das Prefeituras brasileiras poderiam ter um impacto na sua folha de salário em relação ao aumento do salário mínimo. Isso tem como resolver? Tem. São apenas 50 Prefeituras brasileiras. Se nós elevássemos o salário mínimo para 570 reais, o aumento que isso significaria seria num ano todo para essas 50 Prefeituras do Norte e Nordeste, seriam apenas 3 milhões, o que por mês é menos do que os dólares que foram encontrados nas peças íntimas do vestuário masculino daquele rapaz.

ATN nº 003/2005
CESP SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 877
DOC:

[palmas]

Então, é possível compensar isso.

Para vocês terem uma idéia, se aumentar o Fundo de Participação dos Municípios em 0,0002% já possibilitaria o aumento do salário mínimo para todas as Prefeituras brasileiras.

Qual é um outro setor que também pode ser impactado com um aumento, como esse montante que a Luciana e eu propusemos? A micro e pequena empresa do campo ou da cidade.

Então, como é que nós compensamos isso? Tanto a micro e pequena empresa do campo e da cidade, como a dona de casa, e o dono de casa que tem uma trabalhadora doméstica, porque às vezes a gente luta para o aumento do nosso salário, mas quando diz assim: "Ah, Heloísa, mas não pode aumentar muito, porque senão eu não tenho como pagar a moça que trabalha na minha casa." Então, como nós queremos que haja o aumento para ela, qual a compensação que a gente tem que fazer? É a compensação tributária por quê? O que é que existe hoje? Hoje existe uma brutal e avassaladora transferência de renda do pobre favelado, da classe média assalariada e do setor produtivo para o capital financeiro. O que é que a gente tem que fazer? Quando a gente diz assim... Porque tudo isso está interligado, é por isso que a gente, quando a gente fica apresentando uma proposta, a gente não mostra só o pau que mata a cobra não, mostra a cobra morta também, para não fazer demagogia.

Então, o que é que pode ser feito? É a reforma tributária. Porque na reforma tributária, vocês sabem hoje, quando a gente diz assim, como é que aumenta o salário mínimo? Claro que pode aumentar o salário mínimo, se você isentar de tributos a cesta de consumo da população pobre.

Vocês sabem, a dona de casa mais febrezinha, do bairro mais pobre do Rio Grande do Sul, ou de Alagoas, ou da Amazonas, quando ela vai à bodeguinha da esquina comprar um pacotinho de macarrão, ela deixa lá 27% de imposto. No litrinho de água sanitária ela deixa 32% de imposto. Então, quando a gente isenta de tributo a cesta de consumo da Agricultura ou industrializado, ao baixar o preço nós estamos aumentando a possibilidade de consumo, e aumentando a possibilidade de consumo a indústria tem que produzir mais, gerar mais emprego, inclusive, para dar conta dos 24 milhões de pessoas que não têm salário, é por isso que a gente tem que fazer isso, e fazer a compensação tributária para que a dona de casa não fique tão desesperada com o aumento do salário mínimo, para que ela não tenha que pagar a trabalhadora doméstica a mais, ela tem que ter a compensação no tributo, porque vocês sabem hoje a injustiça, quem ganha 1.600 reais deixa lá 15% de imposto de renda que, aliás, só no Brasil.

Porque no Brasil é assim, o mais simples funcionário dessa Assembléia Legislativa, se ele tiver um talão de cheque ele paga CPMF, quem investe na Bolsa de Valores não paga. O mais simples favelado, o mais simples pobre do Rio Grande do Sul ou de qualquer uma cidadezinha do Nordeste paga de tributo mais do que o maior banqueiro do Brasil, é por isso que desse jeito é fácil ser rico, roubando dinheiro do povo é muito fácil.

[palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 878
DOC:

Então, por isso só para deixar absolutamente claro. Porque às vezes assim, quando a gente acredita muito numa coisa aí diz assim: Não a única proposta correta é essa proposta que foi apresentada pelo Presidente da República, aí não é justo, a gente até respeita que alguém acredite tanto nessa proposta, mas não pode dizer que todas os outras propostas, elas não são verdadeiras, é por isso que eu até me estendi mais, Presidente Jackson e o nosso Senador Paim, justamente para deixar absolutamente claro que é possível agora, claro que existe a necessidade de mudar a política economia, fazer controle de capitais, alongar o perfil da dívida pública, porque se a gente diminuir o comprometimento da receita líquida real de Estados e Municípios, inclusive, aqui do Rio Grande do Sul, ao diminuir o comprometimento da receita líquida real para pagar os juros e serviços da dívida, financiar essa agiotagem, com certeza, o Estado do Rio Grande do Sul terá mais dinheiro disponível para pagar os trabalhadores da educação, para investir em saneamento, em saúde, em educação, em segurança pública, naquilo que dinamiza a economia local, gerando emprego e gerando renda, é por isso que eu fiz questão de detalhar mais para deixar absolutamente claro que é possível, hoje, em curto prazo, agora tanto cumprir o que manda a Constituição Brasileira no Art. 94, e é uma decisão única e exclusiva do Presidente da República, tem que ter pressão da sociedade, pressão nossa do Congresso Nacional. Segundo não quebra a Previdência Pública, a Seguridade Social é superavitária, mesmo quando todos os meses eles saqueiam, roubam 25% com a desvinculação de receita da União, que é um nome muito bonito, desvinculação de receita da União, tem até um apelido DRU, que é para autorizar o Governo a roubar, saquear 20% dos aposentados, dos pensionistas, da saúde, da educação para jogar no Superávit, encher a pança dos banqueiros e esvaziar o prato, o emprego e a dignidade da grande maioria dos brasileiros.

Então, só para deixar claro, é possível aumentar agora, tem disponibilidade financeira, contábil, orçamentária, está dentro de todos os limites de responsabilidade fiscal, social, administrativa, só a gente deixar esses detalhes bem clarinhos porque, muitas vezes, para dar sustentação a farsa técnica e à fraude política da tal da responsabilidade fiscal, da tal da estabilidade econômica, as pessoas mentem muito e, às vezes, alguns desavisados, até de bom coração, passam a acreditar.

Portanto, deixar claro, é possível hoje aumentar o salário mínimo, é possível hoje garantir a unificação como manda o Art. 94 da Constituição, é possível hoje garantir a compensação tributária e fiscal para pequenas Prefeituras, para micro e pequena empresa no campo e da cidade e para as famílias que têm trabalhadores domésticos assalariados.

Portanto, era a pequena contribuição que eu queria fazer, mas para deixar claro que eu não sou parte de nenhuma cantilena qualquer para estar aqui apresentando propostas inconseqüentes, não é. Proposta inconseqüente que quebra o País é a proposta de jogar mais da metade da riqueza nacional para encher a pança dos banqueiros enquanto esvazia o prato, o emprego e a dignidade dos brasileiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero nesse momento passar...

Ainda temos uma quinta Mesa que vai começar com o Sr. Wilson de Oliveira Miranda da Sociedade Surdos. Mas antes vou passar a palavra para a juventude. O

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 879
DOC:

Diretório dos Estudantes da URGS, tem a palavra cinco minutos e a Juventude São Leopoldo também, cinco minutos.

ISRAEL DUTRA: Boa noite a todos os presentes. Fica difícil falar após essa brilhante exposição da Senadora Heloísa Helena, mostrando a todos e, sobretudo, aos jovens que junto com a companheira Luciana Genro existe sim, motivos pelo que lutar, ao renunciar em conta da reforma da Previdência, ao poder, ao banquete farto, à dança da Deputada Ângela Guadagnin e se juntar aqui, eu acho que ela merece um salva de palmas.

[palmas]

E eu gostaria aqui de dizer também, enquanto jovem, e falar sobre três pontos, quando se fala em salário mínimo, um momento bastante delicado que vive a nação, e uma crise de valores, uma crise social gigantesca, sobre respeito, futuro e sobre questão também da esperança.

Esse Senhor aqui, que está na terceira fileira perdir a respeito a um dos Parlamentares que estavam falando, e eu me sensibilizo porque aqui os aposentados são aqueles que com seu suor, com seu trabalho, construíram esta Mesa, esse microfone e colocam o nosso País para frente, que são eles que estão sendo desrespeitados hoje por este Governo.

Estão sendo desrespeitados através da reforma da Previdência, estão sendo desrespeitados quando o Parlamento está envolvido em inúmeros escândalos, é uma vergonha, é a máfia das ambulâncias, são as sanguessugas, é a máfia da gasolina, é o mensalão que foi admitido e dez foram absolvidos; é uma vergonha. E eu como jovem quero falar do futuro. Porque discutir o salário mínimo onde não se tem nem o pouco para o jovem, para o adulto, para o aposentado, para o senhor, para uma senhora, enquanto os bancos estão batendo o lucro recorde, enquanto o ITAÚ esta ganhando mais do que todos aqui nesta sala. Como que a gente pode chegar a um futuro? Para onde vai o jovem que não tem emprego? Não tem salário? Não tem universidade? Ele vai se juntar, infelizmente, à legião do crime, a legião do tráfico, a legião dos que estão sem futuro, junto com os que aqui trabalharam para construir um País e fizeram da sua vida o alicerce da construção deste debate, deste auditório e deste País.

E para terminar, portanto, é um alerta que eu faço, aos que já estão acumulando e nos ensinando no seu aprendizado, no seu labor, aos que estão batalhando a míngua por um futuro, que se a sociedade brasileira não tiver esperança em inverter e virar do avesso e transformar indignação sábia, que eu vi nos olhos deste senhor quando, muitas vezes, os Parlamentar vêm aqui e dizem, engravatados que eles têm o direito à palavra e à autoridade. Mas eu pergunto: Por que não renunciam ao salário, aos Parlamentares e às pensões milionárias? Como fez agora um Presidente aqui no nosso País vizinho que renunciou a 57% do seu salário. E aí eu termino, que se nós não entendermos o recado da sociedade que está espremida na juventude indo para o tráfico, indo para a marginalidade, que nós queremos sim, o futuro. Não entendermos o recados daqueles que trabalharam honestamente a vida inteira, e agora têm direito a muito pouco.

E aí eu concluo, se nós não mudarmos este País, se nós não construirmos uma outra democracia e uma valorização de todos, nós estamos caminhando para um processo sério.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 880
DOC:

Portanto, eu acho que nós temos que transformar a nossa indignação em ação, reconstruir a esperança com a mão de quem tem a sabedoria de construir este País até aqui e com a luta daqueles que querem o futuro.

Vamos às urnas e vamos votar com consciência, sabedoria e com a nossa indignação, porque aqui está a maioria do povo.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passando a palavra ao Adriano da Juventude de São Leopoldo, eu quero convocar aqui para a Mesa a última Mesa, o Sr. Wilson de Oliveira Miranda, Diretor Regional da Sociedade dos Surdos, e da Federação dos Surdos o Sr. Clênio Fagundes Nunes, do Sindicato dos Portuários e também Diretor da Federação Nacional dos Portuários, Dr. Paulo de Tarso da Silveira que representa o Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, e aqui também está a presença da sua Presidente, a Sra. Júlia de Oliveira Camargo, e também convocar Débora Vargas de Lima, Sindperícias e o Sr. Valdir Bohn Gass, Federação Gaúcha de Associações de Moradores do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Sr. Adriano, cinco minutos, cada um.

SR. ADRIANO: Boa noite a todos e a todas. Quero saudar aqui a Comissão do Senado e da Câmara que discute o salário mínimo, e também um especial à maioria deste Plenário que é composto por aposentados que trabalharam e construíram este País.

Eu acho que falar do tema juventude, e acho que fico muito orgulhoso de ver que os aposentados do Rio Grande do Sul estão aqui e dando exemplo para muito jovens que possam passar esse recado de que quando os direitos da população são discutidos, são ameaçados; estão aqui há horas sentados e aqui debatendo esse assunto que é tão importante para o País.

E falar da juventude, eu acho que é importante antes de tocar no salário mínimo é a importância de discutir emprego, trabalho, e tantas outras Políticas Públicas que no nosso País temos apenas um marco regulatório que discute até aos 18 anos que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os Deputados e Senadores sabem que está em debate o Plano Nacional da Juventude. O Senador Paim que fez um debate aqui junto conosco, que está discutindo e que está na Câmara e, portanto, precisa reconhecer de que a juventude é um sujeito de direitos, que a juventude não é apenas um problema. Entristeço-me quando o pessoal fala aqui muito de que o jovem está exposto ao narcotráfico, nós temos que dizer que o jovem tem direito como a população tem direitos e, portanto, vê de uma visão de que precisa ter Políticas Públicas. E falando de salário mínimo, precisa ter acesso ao trabalho, ao primeiro emprego, porque dizem para o jovem quando está na fila: "Você tem que ter experiência, você tem que ter qualificação". Mas e aí, se não tem oportunidades, se não tem escolas técnicas, se não tem cursos de qualificação profissional, se há baixas escolarização, se o sistema de ensino hoje no nosso País que molda os jovens apenas, e não transformam como cidadãos e, ao mesmo tempo, não discute outras Políticas Públicas. Então, eu acho que esse é um debate importante e falar em salário mínimo para a juventude é ter oportunidade, ter qualificação e ter espaço para fazer essas reivindicações.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 881
DOC:

E por último, para não falar muito, eu acho que falar neste debate do salário mínimo é importante de que o jovem também junto com a população possa ter acesso a esses direitos e que o Plano Nacional da Juventude possa ser transformado em lei, e que o Estado Brasileiro possa construir Políticas Públicas de Estado e não apenas políticas de Governos. Que se entra um Governo, como aconteceu aqui no Estado do Rio Grande do Sul, nós tínhamos 20 mil jovens do primeiro emprego, chegou o Governo que está aí acabou com os recursos para o primeiro emprego.

Nós temos que ter políticas de Estados que façam com que entra Governo e sai Governo e possa ter esperança para a juventude.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra como muita alegria ao Sr. Wilson de Oliveira Miranda, Diretor Regional da Sociedade dos Surdos e Federação dos Surdos.

SR. WILSON DE OLIVEIRA MIRANDA (com intérprete): Boa tarde a todos.

Cumprimento à Mesa. Obrigado por estar aqui neste momento, obrigado pelo convite.

Eu sou surdo, sou Diretor Regional da FENEIS, sou representante líder surdo da Comunidades Surda.

Nós estamos preocupados com a nossa vida, com a nossa comunidade e nós estamos preocupados com o nosso trabalho, com o surdo no mercado de trabalho, porque as empresas não aceitam os surdos neste mercado, porque a nossa comunicação é em libras, Então, às vezes nós não conseguimos nos comunicar, Então, as pessoas nas empresas acreditam que não vão conseguir se comunicar com esse funcionário surdo, quando, na verdade, isso não existe, o importante é a nossa comunicação em libras, só isso.

Também eu vejo que algumas empresas que têm já funcionários surdos tem intérpretes, tem algumas pessoas que sabem a libras, que sabem se comunicar e eles trabalham normalmente.

Outros surdos que já trabalharam durante algum tempo, que já estão aposentados, têm problema na sua saúde, não consegue com este salário de aposentadoria, não conseguem sustentar Então, pagar remédios para a sua saúde, não conseguem pagar as coisas para a sua família.

Então, eu queria que vocês pensassem um pouco nisso. Obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Tem mais tempo. Eu até que gostaria de ouvir mais.

Eu passo a palavra ao companheiro Clênyo Fagundes Nunes, Sindicato dos Portuários.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 882
DOC:

SR. CLÊNYO FAGUNDES NUNES: Boa noite, companheiras e companheiros. Queria cumprimentar o Presidente, cumprimentar toda a Mesa.

O motivo pelo qual me traz aqui hoje nesta tarde para discutir a questão do salário mínimo, não é só a questão do salário mínimo, eu acho que o salário mínimo tem que rever a questão do fator previdenciário, tem que ter o aumento do inativo igual ao ativo. Mas o que eu quero discutir hoje é uma questão que aflige vários trabalhadores, principalmente, aos aposentados que é a questão do não pagamento dos precatórios.

[palmas]

Companheiro Senador Paulo Paim, a gente sabe que os precatórios da União e boa parte dos precatórios dos Municípios estão em dia, o grande mal são os precatórios dos Estados, pois bem, que no Estado do Rio Grande do Sul, e eu quero deixar bem claro, quem quiser pode ir ali na frente do Palácio do Piratini, nós acampamos ali, provavelmente, o Prefeito de Porto Alegre vai ter que nos cobrar IPTU, porque nós não vamos sair dali até que o Governo do Estado tome uma providência referente aos precatórios.

O Estado do Rio Grande do Sul, Senadora Heloísa Helena, nós construímos com a luta do Sinapers, da FECERGS, da CUT, do Sindicato dos Portuários, de várias entidades, [inaudível] construímos uma luta que tem mais de 10 anos, faz oito anos que o Sindicato dos Portuários não recebe um precatório. Estão atrasados desde 98. Nós recebemos sim, quero retificar, recebemos do Governo Brito, do Governo Olívio e este Governo deveria ter pagado e não pagou nenhum precatório, nos deixando atrasados desde 98.

Nós construímos essa [inaudível], já fechamos estrada, fizemos cinco Audiências Públicas, o Governo não foi em nenhuma, e aí conseguimos construir uma Comissão para ser discutido as alternativas, havia visto que no dia 2 de agosto nós tivemos, e pode comprovar ali na praça, ali tem as fotos, uma audiência com o Sr. Governador do Estado, fomos cobrar os precatórios que neste Estado é 2,9 bilhões, de caráter alimentar é 2,13 bilhões. Nós fomos cobrar do Governador, ele disse que não tinha como pagar, quebrava o Estado. Nós pedimos a ele que construísse uma Comissão para apontar uma alternativa de pagamento dos precatórios, disse que não podia fazer isso também. Como nós estávamos ali com vários Deputados, Estilac Xavier, Adilson Troca, Miriam Marroni, vários Deputados a alternativa foi criar via Assembléia Legislativa e foi criado, 120 dias teve a comissão, 12 reuniões, os Três Poderes, Judiciário, Legislativo e Executivo, todas as entidades participaram, apontaram 18 propostas, 18 formas de pagar os precatórios que, na grande maioria, os trabalhadores que têm para receber os precatórios tem mais da 60 anos, está morrendo e levando para o caixão o calote oficial do Governo do Estado. Quando chegou na hora de aprovar para a nossa decepção e a dona Júlia estava aqui, teve uma companheira do Sinapers que passou mal até. Nós não acreditávamos que não fosse aprovado.

Estava lá Fernando Záchia, Líder do Governo, estava presente toda a base do Governo. O que aconteceu? Maria Helena Sartori Deputada Líder do Governo voltou contra, Elmar Schneider da Base do Governo votou contra, Iradir Pietroski se retirou da sala para não votar, Sperotto votou contra. E aí dos votos que nós precisávamos ficou faltando dois, o relatório não foi aprovado na Comissão de Orçamento e Planejamento.

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 883
DOC:

Resultado disso, o Governo Germano Rigotto uniu 50 mil contra ele e nós viemos parar nessa praça.

Sei que os Senadores e os Deputados muito pouco podem fazer por essa questão. Porque o Supremo, infelizmente, já disse que não cabe intervenção, a justiça conosco é implacável, com os Governadores pode desmoralizar a justiça que não acontece nada. E aqui está a alternativa para resolver o problema dos precatórios, nós não chegamos cobrando os 130 milhões de uma vez só, nós construímos uma alternativa para que este Governo nos pagasse, e nessas reuniões veio à tona aquilo que o Governo dizia, para desmentir o que o Governo dizia, que o Estado não tem dinheiro. O Estado tem para receber e não cobra, 14 bilhões e deve 3 milhões de precatórios. O Estado tem no caixa único e aí os Senadores e os Deputados podem nos ajudar, da Lei 10.482, 848 milhões, que é dos depósitos judiciais que tem para pagar só precatório de caráter alimentar. No Estado do Rio Grande do Sul levaram para o caixa único e não pagaram, deram calote nos trabalhadores.

[palmas]

Então, companheiros, companheiras, Senadores e Deputados, eu sei que o tempo é curto, os companheiros, também querem se fazer presente, e eu quero deixar registrado este protesto nosso, dizer que esse Governo que aí está não pagou nem o precatório dos trabalhadores e ouvi vários companheiros se manifestando aqui, e não sei porque motivo, o Germano Rigotto estava passando de lombo liso, porque matou o sindicalista lá no Vale do Sapateiro e o meu Sindicato é filiado à CUT, e sempre que nós pudermos nós vamos trazer isso à tona. Foi o Governo que matou o sindicalista, deu calote nos trabalhadores, e deu isenção fiscal a várias empresas. Nós vamos à luta até receber os precatórios, só tem duas formas de parar, ou nos paga, ou no mata, Então, vai ter que nos pagar.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero aqui fazer um apelo aos companheiros do Plenário, nós temos recebido aqui muitos apelos no sentido de que o Senador Paulo Paim possa usar a palavra logo, acontece que o Senador Paulo Paim é o Relator da nossa Comissão. Faltam apenas três oradores, em seguida o Paulo Paim vai falar.

Então, eu peço a compreensão de todos os Senhores. Nós gostaríamos que o Senador Paulo Paim usasse a palavra logo no início deste debate, desta Audiência Pública, acontece que o Senador Paulo Paim não quis se colocar numa posição diferente dos seus companheiros de Congresso Nacional e de Comissão. De sorte que eu peço a compreensão de todos no sentido de que possamos ouvi-lo. Faltam apenas três oradores para encerrar esta Audiência Pública, em seguida vai falar o Senador Paulo Paim que é o Relator da nossa Comissão. E o Deputado Walter Barelli que é o nosso Vice-Presidente.

Eu passo a palavra ao Dr. Paulo de Tarso da Silveira, representante do Sindicato dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul.

SR. PAULO DE TARSO DA SILVEIRA: Exmo. Senador Paulo Paim, Exma. Senadora Heloísa Helena, demais Deputados membros desta Mesa. É uma grande honra para o Sinapers poder se fazer presente nesta tarde, porque assim como o nosso colega

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 884
DOC:

sindicalista há pouco observou, uma das maiores lutas dos aposentados e pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul é a luta pelo pagamento dos precatórios. Porque se é certo que o salário mínimo é ínfimo, se é certo que o salário mínimo é um salário de fome, poderia se minimizar em muito esse sacrifício e essa dor, se houvesse, pelo menos, por parte do Estado um tratamento idêntico ao que ele faz quando vai à busca dos seus créditos, ele é implacável.

Pois bem, agradecemos e muito a nossa presença aqui, porque nos permite rogar aos Srs. Senadores que paralisem um projeto que tramita no Senado Federal, o PEC nº 12 que é o maior calote institucionalizado neste País. E o que é que é o PEC nº 12? O Projeto de Emenda Constitucional nº 12 elaborado pelo ex-Ministro Nelson Jobim para resolver o problema dos credores? Não. Para resolver o problema dos devedores que são os Estados, resolveu fazer com que os Estados da Federação assumam o papel hoje só relegado às empresas atravessadoras de compras de precatórios, e essa é uma imoralidade que nós aqui do Estado do Rio Grande do Sul rogamos aos Srs. Senadores que não deixem sacramentar

O projeto do Ministro Jobim encabeçado pelo Senador Renan Calheiros e que a passos largos começa a tramitar no Senado Federal, institui o leilão dos precatórios, cujo comprador único vai ser o Poder Público, ou seja, se hoje as empresas atravessadoras compram, quem quer assumir este papel é o Estado, o Estado que é devedor, o Estado que não paga. E isso, Senadores, me faz chegar a seguinte reflexão, pior do que o estado da força que vivemos 25 anos é o estado do faz de conta, é o estado da aparência este País vive, é o estado em que aparenta-se uma democracia que se alicerça acima de tudo no respeito ao Poder Judiciário, mas, na verdade, o que se tem é um grande faz de conta, um faz de conta institucionalizado na PEC 12 onde, na verdade, o que se quer fazer é o leilão das centenas judiciais. Vai receber quem der maior desconto ao Poder Público. Está no projeto, encabeçado pelo ex-Presidente do Supremo. Quem der o maior desconto. Isso vai nos levar a seguinte situação maravilhosa. Dona Maria que teve um filho morto por um Policial Militar, vai ficar nove anos percorrendo os corredores do Judiciário e consegue receber uma indenização pela morte do filho. Agora, depois dos nove anos e de mais nove aguardando o pagamento dos precatórios o que é que acontece se modificarem a Constituição Federal a partir do Senado Federal? Dona Maria vai concorrer com uma empresa de grande porte que teve uma discussão tributária. Uma discussão simples, singela, a ação correu rapidinho, um ano e meio e estava transitado em julgado. O que é que acontece? Vai dona Maria com seus nove, dez anos de ação judicial e aguardo do precatório e ao lado dela quem? O empresário com o seu crédito. A quem dói mais o desconto? Eu acho que a resposta é por demais óbvia, é à dona Maria, porque ela precisa daquele valor para o sustento, porque não tem mais auxílio do filho que foi morto pela polícia. Agora, quem ganha é o empresário, porque para ele dar um desconto de 90% numa ação que dura um ano e meio não vai fazer grande falta, mas para a dona Maria dar um desconto expressivo vai fazer imensa falta. Agora se dona Maria ousar não dar o desconto ao Poder Público o que é que a PEC 12 diz?

Que dona Maria vai ter, mesmo tendo Poder Judiciário transitado em julgada a sua sentença fixando o índice, fixando o juros de 1%, o que é que a PEC diz? Diz que dona Maria vai ter modificado o seu índice, que foi garantido pelo Judiciário. Dona Maria vai ter cortado pela metade os juros, porque ela ousou não dar um desconto ao Poder Público.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 885
DOC:

Assim se ela ficar na fila, ela vai sofrer retaliações porque não quis dar desconto ao pagamento. Agora, o que tem de pior ainda para a dona Maria? O que tem de pior à dona Maria é que se ela, eventualmente, tiver algum débito para com o Estado, sabe o que é que o Estado faz? Está aqui. Antes de colocar na conta de dona Maria o precatório no qual ela foi forçada a dar 90%, encerro, dona Maria ainda antes de receber terá que sofrer o desconto do que deve ao Estado, ou seja, o mesmo Estado que não permite que se compense valores que dona Maria deve a ela, é o mesmo Estado que vai recolher na boca do caixa o valor que primeiro ela deve a ele, Estado.

Em função disso, Sr. Senador Paulo Paim, é que o Sindicato dos Servidores, Aposentados e Pensionistas roga que, na verdade, o Senado Federal dê um basta a isso.

E gostaria de anunciar em público que a partir de quarta-feira o Sinapers, a partir do Estado do Rio Grande do Sul estará criando a União Nacional de Credores de Precatório.

[palmas]

A partir desse estado longinquo, porque se o resto da nação não acordou, Então, nós aposentados e pensionistas iremos acordar, por isso congregamos a todas as entidades do país que nos escutam, a que se unam ao Sindicato para que possamos dar um basta a esta imoralidade que se quer sacramentar.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Sr. Valdir Bohn Gass da Federação Gaúcha de Associações de Moradores.

SR. VALDIR BOHN GASS: Eu vou ser muito breve aqui.

Saudar o Jackson, o Paim e toda a Mesa aqui e, fundamentalmente, os companheiros da luta que estão aqui resistindo bravamente.

Mas dizer o seguinte, que o que eu anotei aqui que era parte da minha fala, de alguma forma, já foi apresentado aqui, mas colocar claramente que tudo isso aí, para nós termos um salário mínimo digno, para nós resolvermos várias outras questões levantadas aqui implica um novo projeto de nação, nós precisamos de outro projeto de País. E aí, gente, aí é nossa luta, não tem outra saída. E aí nós não podemos esperar do Planalto do Piratini, vai ser nossa luta, e temos que lutar para lá no Planalto, no Piratini, no Congresso, nas Assembléias Legislativas ter o maior número possível de parceiros e aliados para essa luta. Mas essa luta, gente, é fundamentalmente nossa luta.

E aí eu queria colocar, companheiros da Comissão Mista do Salário Mínimo, primeiro parabenizar pela iniciativa, eu acho que estava mais do que na hora fazer, de fato, este debate com tanta [inaudível] e com a profundidade que ele merece.

E em segundo lugar dizer que a Federação Gaúcha de Associação de Moradores, onde têm muitos companheiros comunitários que são aposentados, com o seu pequeno salário ainda dão uma parte dele e, fundamentalmente, do seu tempo para ajudar a construir coisas importantes lá na vila para atender famílias, jovens, crianças que Políticas Públicas substantivas deveriam estar atendendo.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 886
DOC:

Então, a Federação Gaúcha de Associação de Moradores se coloca solidária nesta luta, quer contribuir com este debate e acha que é importante, realmente, junto com a Comissão nós fazermos uma mobilização nacional sim, para poder, digamos assim, derrotar aqueles que, de fato, não querem a melhoria de vida do povo brasileiro. Então, eu acho que é importante, e não estou nem falando da eleição, eu acho que a eleição é uma parte importante desse processo, mas a nossa luta tem que ser permanente e aí.

Eu aí eu concluo, Jackson, Coordenador dos trabalhos aqui. Muitas vezes a gente acha que votando em alguém nós fizemos a nossa parte. Votar em alguém é importante, muito importante, mas nós não podemos abrir mão da nossa participação durante os quatro anos, todos os dias do ano nessa luta e sim, eleger nas eleições parceiros comprometidos também com esta luta para a gente continuar mudando este Brasil.

Era isso que eu queria dizer e obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra para a nossa última companheira que é a Débora Vargas de Lima, Sindicato de Perícias. E em seguida falará o Senador Paulo Paim.

SRA. DÉBORA VARGAS: Boa tarde. Eu fui nomeada aqui como sendo representante do Sindpericias, mas na realidade, nesta oportunidade eu represento aqui o servidor público estadual de dezenas de entidades gaúchas que congregam milhares de servidores públicos estaduais que estão vinculados a um trabalho insalubre e com risco de vida.

Eu gostaria de, em nome dos colegas, parabenizar esta Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, na pessoa do seu Presidente, Deputado Jackson Barreto, Vice-Presidente Walter Barelli, o Relator Senador Paulo Paim, nosso muito querido Senador.

Inicialmente, pela iniciativa de realizar essas Audiências Públicas externas dando-nos a oportunidade de nos manifestarmos livremente, especialmente, numa época em que todos nós sabemos, o Congresso Nacional se encontra sob um balanço de bastante dificuldade que coloca os nossos Parlamentares frente a uma população com justa indignação, mas que, seguramente, torna a sua tarefa num ato público como este mais difícil.

Agradecemos, especialmente, aos Senadores e Deputados que permanecem até este momento nesta Mesa. Temos, portanto, a esperança de que tais encontros encontrem eco no Congresso Nacional, na busca de uma sociedade mais justa, que é o que todos nós desejamos.

Agradecemos, também em especial ao Senador Paim por esta oportunidade de manifestação neste encontro aqui que trata, especialmente, do salário mínimo, mas que também abriu um espaço para que se discuta a aposentadoria, que o é que nos traz aqui.

Nós representamos, como eu mencionei há pouco, servidores públicos estaduais gaúchos, mas nos unimos neste momento a servidores de todo o País, seja municipal, estadual ou servidor federal, que ficamos desamparado desde 1998 com a mudança de Constituição. Ficamos desamparados do que nos beneficiava com muita justiça, que é um

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 887
DOC:

tratamento diferenciado na aposentadoria daquele que trabalha com risco e com a insalubridade.

Tivemos esperanças a partir da promulgação da PEC paralela de que nossas atividades sejam regulamentadas, e é o que aqui viemos fazer, buscar o apoio dos Srs. Senadores e Deputados para a regulamentação da atividade insalubre e de risco, e um especial apoio a um Projeto de Lei que se encontra no Senado Federal desde 2003 que, inclusive, já encontrou respaldo no Relator da Comissão que é o Senador Rodolpho Tourinho da Comissão de Constituição Cidadania e Justiça do Senado, onde se encontra atualmente, e que se encontra aqui representada pelo Senador Paim, pelo Senador Zambiasi, Senador Simon, nossos três Senadores gaúchos que compõem esta Comissão.

Cuidamos, evidentemente, para que esta solicitação seja formalizada junto à Comissão através de ofícios encaminhados aos gabinetes dos Senadores.

Buscamos aqui, Então, que esta injustiça que foi a retirada de um direito adquirido seja sanada através não só da boa ação dos representantes nossos dentro desta Comissão, mas também para que as nossas vozes sejam ouvidas dentro dessas Comissões pelos nossos representantes dentro do Congresso Nacional os Senadores aqui mencionados.

Parabéns, mais uma vez, pela iniciativa e obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito bem. Eu passo a palavra agora com muito prazer a este Senador que tem sido para todos nós o grande mestre da luta em favor do salário mínimo, da recuperação do salário mínimo e o grande lutador em favor dos aposentados e pensionistas do nosso País, o Senador Paulo Paim que o Brasil inteiro respeita.

Eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim e peço a V.Exª. que não fale apenas no seu nome, mas no nome do seu companheiro, Presidente desta Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente Jackson Barreto, eu queria, antes mesmo de me dirigir à Mesa, dizer para vocês que a gente conversou com alguns companheiros e eles estão aqui no Plenário ainda, se nós deveríamos ou não fazer aqui no Dante esta Audiência Pública, porque numa segunda-feira à tarde, onde estava anunciado para esta semana frio e chuva, mas teve um companheiro meu que disse: "Paim, vai ter um sol enorme nessa segunda-feira à tarde para iluminar o nosso caminho, e o Dante de Oliveira vai estar lotado." Eu confesso a vocês que esse desafio que a gente faz de vez em quando e vocês fizeram, de lotar este plenário numa segunda-feira à tarde é algo muito, muito bonito. Fazer com que vocês ficassem até esta hora aqui, o Plenário ainda com um número considerável de companheiros e companheiras faz com que eu diga a vocês, eu tenho muito orgulho de caminhar ao lado de vocês.

Muito obrigado pela presença de vocês aqui.

[palmas]

E dizer também a cada um de vocês, quando eu convidei o Senador Valdir Raupp, ele não é da Comissão, mas ele disse, eu vou lá no Rio Grande para dar um testemunho do trabalho e o compromisso desta Comissão Mista. Quando eu convidei a Senadora

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 888
DOC:

Heloísa Helena, candidata à Presidente, como o Senador Cristovam, ambos disseram, com uma dificuldade enorme, mas tenha certeza, Paim, e aqui eu estou me referindo à Senadora Heloísa Helena: Eu vou ao Rio Grande dar o meu depoimento da importância não só do salário mínimo, como uma política atualizada e permanente, não só para ano que vem, mas que nós tenhamos daqui para frente uma política, como disse o meu Presidente Jackson, que a gente possa todo ano prever qual será o reajuste do salário mínimo.

E também eles me disseram junto com o Barelli, e os aposentados, nós queremos sim, e já é compromisso da Comissão, doa a quem doer. O relatório vai sair, o reajuste para os aposentados igual ao reajuste que for dado para o salário mínimo.

Quero dizer também, que eu reuni com os companheiros dos precatórios e podem ter certeza, nós não assinamos essa audiência da PEC, a Senadora Heloísa Helena não assinou, eu não assinei, tenho certeza que outros Senadores também não assinaram. Então, não é bem assim que essa tal de PEC dos precatórios vai ser aprovada no grito, no grito não, se depender de nós ela cai e vai para a lata do lixo. [palmas] Não terá o nosso apoio a PEC do chamado precatório.

Queria também dizer para vocês que é uma alegria ver aqui dois Deputados, ainda na Mesa, até este momento, a Luciana Genro e o Marco Maia, é normal que hajam divergências, mas ambos estão aqui desde o início colocando o seu ponto de vista, dialogando conosco, por isso que eu tenho muita esperança que também na Câmara dos Deputados a gente vá aprovar esse relatório. Quando a gente fala e aí, como aqui foi colocado com muita transparência, nós sabemos que a campanha eleitoral começa, nós sabemos que julho já vem o recesso. Nós sabemos que nosso relatório poderá não ser aprovado este ano. Mas a gente tem que dizer que a gente quer votar neste ano para Deputado Estadual, Federal, Governador, Senador, e Presidente da República para naqueles homens e naquelas mulheres que tenham compromisso, não só com o reajuste permanente do salário mínimo, mas também com o reajuste permanente, com o mesmo índice a todos os aposentados e pensionistas. É assim que a gente quer votar, e é assim que eu tenho certeza que a gente há de votar.

Aqui foi dito, e eu não vou repetir de novo, eu não tenho nenhuma dúvida, se a partir somente de hoje todos os recursos destinados à Seguridade Social ficassem na Seguridade Social ela continua superavitária. Se os recursos não forem desviados dá para pagar sim, o salário decente para a nossa gente, dá sim, para pagar um salário decente para os aposentados e pensionistas, dá sim, para anularmos aquela lei. Está aqui, meus companheiros, pessoas com deficiência que diz que ele só pode ganhar um salário mínimo quando a renda per capita família não ultrapassar a 1/4 do salário mínimo, claro que dá sim. Como nós fizemos no Estatuto do Idoso fazer que as pessoas com deficiência caminhem na linha da renda per capita não ser 1/4, mas ser um salário mínimo e tendo assim esse direito.

Olha como foi boa esta Audiência, e eu quero encerrar. Vendo aqui companheiros falando dos precatórios, vendo aqui os companheiros falando daquele que para mim, queiram ou não, alguns, não existe em nenhum País do mundo, se alguém me disser que tem um País no mundo que adota o tal fator previdenciário, eu mudo o discurso. Não tem um. Fundo de pensão privado, não aplica, os altos salários de Ministros do Supremo que

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 8809
DOC:

ganham 24 mil, de Senador, de Deputado, de Prefeito, de Governador, de Vereador e de Presidente da República, a ninguém aplica o fator previdenciário, só aplica sem quem? Aos trabalhadores do regime geral da Previdência que estão hoje na média de seis salários mínimos. Por isso, nós temos o dever de fazer o máximo de mobilização e dizer, nós vamos enterrar o tal de fator previdenciário.

[palmas]

E nós sabemos que isso é um compromisso de todos nós.

Eu poderia aqui falar do PL 58, poderia falar da PEC 13,poderia falar um pouco mais de enterrar a PEC 12, mas eu quero só dizer para vocês que para esta Comissão Mista foi muito bom, e nós entramos aqui e vimos este Plenário totalmente lotado. E dizia aqui os companheiros que lá fora ficou gente que não conseguiu entrar. Isto mostra a população e a mobilização que a gauchada faz em cima desse eixo de discussão mostrando que nós sabemos muito bem o que queremos.

Com certeza, eu posso falar, aqui o Barelli claro que vai falar em nome de toda a Comissão, nós saímos daqui muito mais fortalecido, e digo mais, algumas rádios aqui do Rio Grande transmitiu ao vivo toda esta Audiência. Para não fazer injustiça, eu não vou dizer quantas, mas, se não me engano, duas ou três transmitiram ao vivo esta Audiências. A nossa TV Senado, a TV Câmara vai transmitir, porque transmite toda as Audiências Públicas para todo o País, provavelmente, no próximo sábado. É um grande momento, é importantíssimo que vocês lembrem, somente a mobilização é que faz as coisas acontecerem, e aqui vocês mostraram que entendem disso, é a mobilização em cima de um Executivo, é a mobilização em cima do Congresso, é a mobilização em cima do Judiciário.

Eu tenho repetido muito onde eu passo ultimamente, que eu fiquei com um pouquinho bastante, da para dizer assim, do povo francês, e eu que não tenho nada com a França, pelo contrário, meus antepassados vieram da África. Foi bom aqui, falando nisso, ver os índios falando, ver os negros falando, ver os representantes das associações de bairros falando, mas o ciúme que eu dizia, quando eu olho seguidamente na televisão, até pouco tempo atrás e via dois, três milhões de pessoas na França em grandes passeatas, não contra ninguém, mas a favor dos seus direitos exigindo, por exemplo, que o Congresso Francês e o Governo Francês via o seu Executivo não alterasse a lei do primeiro emprego.

Eu entendo que é por aí. Se a gente se mobilizar, pressionar, mostrar que a gente está muito vivo. Como foi bom hoje na FETAPERGS, está aqui o meu companheiro Iol, mas estão aqui os representantes. Estive lá, a FETAPERGS lotada e vi aqui nas primeiras cadeiras os nossos companheiros de cabelos brancos, como eu já estou ficando, firme e levantando o braço, e protestando e falando e colocando da importância que, efetivamente, as propostas dos trabalhadores, as Centrais aqui representadas, as Confederações, todos, apontando qual é o caminho, para onde nós vamos.

Por isso, meus amigos e minhas amigas, independente do que for o resultado do ano que vem, nós todos sabemos que virá reforma da Previdência, reforma trabalhista e aí virá também a reforma sindical. Nós temos que mostrar a todos que nós estamos vivos, que nós ouvimos, que nós enxergamos e que nós votamos, e queremos votar em quem, efetivamente, tenha compromisso com este debate. Nós estamos aqui há, no mínimo,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 890
DOC:

cinco horas, me pediram aqui se eu não queria sair, porque eu tinha um programa de TV ao vivo aqui na frente. Eu respondi com todo carinho, me desculpe, mas eu não posso sair, eu tenho é que falar para o nosso povo, para a nossa gente, para esta Mesa da importância deste ato, é a primeira vez, como foi dito, na história do País que a gente monta uma Comissão Mista de 11 Deputados e 11 Senadores para discutir política permanente de recuperação do salário mínimo, dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas, e nesse eixo a gente há de liquidar esse famigerado fator previdenciário que reduz o benefício em 41.5 da mulher e do homem até 35%.

Enfim, meus amigos e minhas amigas, alegria enorme, eu saio daqui muito mais motivado a continuar viajando por este País em nome de vocês.

Termino dizendo, com todo respeito aos meus convidados dos outros Estados, eu tenho um orgulho enorme de ser brasileiro, mas quero dizer que eu tenho orgulho muito, muito grande de estar ao lado de vocês aqui no solo gaúcho na terra de [inaudível] brigando por aquilo que nós acreditamos.

Viva o Rio Grande! Viva o Brasil! Viva a Comissão Mista! Que aqui, com certeza, representa todos vocês.

Um abraço carinhoso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero passar a palavra ao nosso companheiro Walter Barelli, último orador. Mas quero fazer aqui também uma homenagem a uma pessoa que chegou aqui agora e que sou testemunha da sua luta pela democracia no nosso País ex-Deputado Aldo Pinto. Aldo Pinto, meus respeitos e a minha admiração permanente a você, companheiro.

Um abraço.

Deputado Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI: Sr. Presidente, antes de encerrar, só para fazer um resumo daquilo que nós estamos vendo.

Durante muito tempo eu vim aqui a Porto Alegre e Caxias e São Leopoldo e Novo Hamburgo para falar para um movimento sindical e sempre a questão do salário mínimo era uma questão importante. O DIEESE levanta mensalmente aquela ração essencial mínima, aquela cesta básica e mostra aquilo que deve ser o salário mínimo. O salário mínimo brasileiro tem o sentido de salário vital. Aquilo que o trabalhador necessita para se sustentar e sustentar também a sua família.

Nós vemos que isso está longe, mas que nós podemos construir um caminho para chegar lá, a chegar um salário mínimo que é digno. O salário mínimo definido por Getúlio Vargas seria em reais de hoje 900 reais, e no Governo Juscelino Kubitschek o Brasil pagou salário mínimo de 1.300 reais, ou seja, é possível, já foi possível no passado, é possível que o salário mínimo venha a ser aquilo que foi chamado aqui por alguns oradores, um salário digno.

A outra questão importante, é a questão daqueles nossos heróis do trabalho, os aposentados que vêem o seu salário ser corroído, a sua aposentadoria ser corroída.

ATN nº 003/2006
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 891
DOC:

Contribuir por muito mais e o que vêem é que cada vez em termos de poder aquisitivo equivalente estão recebendo menos.

Quando foi falado aqui que o vencimento do aposentado é corrigido pelo custo de vida, não é corrigido pelo que custa a vida de um aposentado. Quando a gente envelhece o nosso custo de vida é muito maior. A gente vai ter de tomar os nossos remédios, vai ter um gasto de saúde, de hospitais que o trabalhador jovem não tem, inclusive, porque se ele ficasse doente ele perderia o emprego muitas vezes. Então, é preciso atentar para essa questão. Quando a gente vai se aposentando e entrando nos anos, na nossa idade, o nosso custo de vida é muito maior, por isso precisamos de mantido o nosso poder aquisitivo. É isso que esta Comissao está recolhendo. E é isso que o nosso Relator declarou que vai ser o resultado desta Comissão. Esta Comissão vai, efetivamente, fazer um projeto que recupere o salário mínimo ao longo do tempo e vai fazer justiça aos aposentados. É esse o nosso compromisso, e isso nós faremos.

Muito obrigado a todos. Bela reunião que o Rio Grande do Sul fez em homenagem a nossa Comissão Mista Senado e Câmara.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A dona Júlia Camargo que vai fazer uma apresentação aqui do tricô do precatório.

Eu aproveito para agradecer a participação de todos, sei que o sucesso deste encontro, desta Audiência se deve também ao prestígio, ao trabalho do Senador Paulo Paim e de todos companheiros desta Comissão, agradecendo a todos que colaboraram e a nossa Assessoria eficiente do Congresso Nacional do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

Dona Júlia, com a Senhora aí agora o tricô do precatório.

SRA. JÚLIA CAMARGO: Como já foi falado que o precatório não é pago desde o ano de 99, nós criamos esse movimento silencioso, pacífico. Mas nós tricotamos na praça, tricotamos dentro da Assembléia Legislativa e até com muita dignidade. Esse tricô marca o tempo e a nossa paciência que o Governo não paga precatório. Então, nós vamos tricotar até que o Governador resolva a pagar o precatório. Nós já estamos com 90 metros, como estão vendo aí, 90 metros de tricô pronto, que está já mais de um milhão de pontos. Mas vamos continuar sim, tricotando. Porque o Governador diz, não tem dinheiro para pagar precatório. Falta não é dinheiro, é vontade de pagar. Pagar dívida não dá ibope, Então, por isso é que o Governador não paga. Mas nós vamos continuar. E como o Dr. Paulo de Tarso falou, que é o nosso Assessor Jurídico, nós vamos lançar na quarta-feira a campanha a União de Precatorista de todo o Brasil, é uma união de todos os Estados que têm precatórios para receber.

Muito obrigada.

Sessão encerrada às 18h55

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 892
DOC:

Comissão Especial "SALÁRIO MÍNIMO"

5ª AUDIÊNCIA EXTERNA

05/06/2006

Audiência Pública em Manaus

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 893
DOC:

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005 – CN, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Ata da 5ª Audiência Pública Externa

Realizada em 05/06/2006 – em Manaus (AM)

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, localizado na Palácio Rio Branco, Avenida 7 de Setembro, 244 – Centro – Manaus AM, sob a Presidência do Deputado Jackson Barreto e ainda com as presenças dos Senadores Jefferson Peres e Heloísa Helena, e da Deputada Federal Vanessa Grazziotin, e do Deputado Estadual, Sinésio Campos, reúne-se a COMISSAO MISTA ESPECIAL "DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS" O Presidente declara abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública Externa, nomeia a Senadora Heloísa Helena como relatora *ad hoc* e informa que a pauta da presente reunião se destina à promover uma Audiência Pública com entidades do Setor Público e Privado do Estado do Amazonas para colher sugestões sobre a política de salário mínimo do País. Passa então a palavra aos parlamentares presentes e, em seguida, à Relatora, Senadora Heloísa Helena. Após suas considerações iniciais são convidados para compor as mesas de trabalhos os seguintes representantes de entidades: o Dr. Jefferson Praia Bezerra, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. o Sr. Edilom Queiroz. do Sindicato dos Metalúrgicos; o Dr. Maurício Loureiro, do Centro da Indústria do Estado do Amazonas; o Dr. Miguel Arcanjo representando os aposentados da Previdência Social; à Drª. Gláucia Reis, Delegada Regional do Trabalho no Estado do Amazonas; o Professor Jacó Paiva, da ANDES; o Dr. Ronaldo Motta, representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; o Dr. Nelson Takamoto, Gerente Administrativo da AMAZONPREV; o Sr. Waldemir Santana, Presidente da CUT; o Sr. Rafael Assayag, do Clube dos Diretores Lojistas de Manaus; a Drª. Socorro Corrêa, Gerente de Políticas Públicas do SEBRAE. Após as explanações dos convidados, o Presidente passa a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin, ao Deputado Sinésio Campos e, em seguida, à relatora *ad hoc*, Senadora Heloísa Helena. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos e convoca os membros para a próxima reunião da comissão que deverá ocorrer no dia vinte e um de junho, no Congresso Nacional. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 894
DOC:_____

5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTERNA DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL DO SALÁRIO MÍNIMO.
REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Declaro aberta a 5ª Audiência Pública Externa da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 03 de 2005 destinada a efetuar estudos para uma política permanente de salário mínimo e de recuperação do salário dos trabalhadores.

A nossa Comissão convida a companheira Vanessa Grazziotin, Deputada do Estado do Amazonas, a nossa querida Senadora Heloísa Helena, que aqui como membro da Comissão hoje vai exercer o papel também de relatora substituindo o Senador Paulo Paim, e o nosso querido Senador Jefferson Peres que é um grande representante do Estado do Amazonas no Senado Federal.

Esclareço que a pauta desta Reunião destina-se a promover um debate sobre o assunto com entidades públicas, com entidades privadas também, com representantes dos setores dos trabalhadores, das diversas entidades para ouvirmos aqui o pensamento dos diversos segmentos da sociedade do Estado do Amazonas, a respeito dessa proposta da política de recuperação do salário mínimo e a definição de uma política permanente para o salário mínimo em nosso País.

Eu quero neste momento passar a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin da Bancada do PCdoB da Câmara Federal representando o Estado do Amazonas, membro titular da nossa Comissão e que tem sido, sem dúvida alguma, uma grande presença permanente debatedora a respeito dessa questão que é fundamental para a vida dos trabalhadores em nosso País.

Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, Deputado Presidente da Comissão Especial que debate o salário mínimo, Deputado Jackson Barreto. Cumprimento os nossos queridos, a Senadora Heloísa Helena que saiu das Alagoas, às 3h da manhã para chegar somente agora na cidade de Manaus. Senador Jefferson Peres muito obrigada pela presença. O Senador, também deixou de viajar agora, como de costume faz, no vôo das 14h, certamente para ir de madrugada. E quero também, com a permissão do Deputado Jackson Barreto que é o Presidente da Comissão Mista que trata do salário mínimo, agradecer a presença de todas as senhoras e de todos os senhores.

Nós temos aqui, Deputado Jackson Barreto, uma participação significativa e extremamente representativa dos setores produtivos e de trabalhadores do Estado do Amazonas. Eu não vou citar os nomes, aqui nós temos a representação, Presidência da Central Única de Trabalhadores, Secretários Municipais, representantes das entidades patronais, enfim, ligadas ao comércio. Nós temos uma representação significativa daqueles que estão diretamente envolvidos no debate das questões salariais, particularmente, do salário mínimo em nosso País.

E quero dizer que é um prazer, a Comissão deliberou a realização de, além, das Audiências Públicas várias que estamos realizando em Brasília, geralmente no Senado.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 895
DOC:

Federal, deliberamos a realização de Audiências Públicas nas regiões, pelo menos, uma Audiência Pública em cada região do País.

Assim já aconteceram audiências em Salvador na Bahia, representando a região nordeste, no sul do País, em São Paulo e aqui no norte nós estamos fazendo esse debate em Manaus.

E esse debate é para ouvir não apenas a opinião dos setores e segmentos envolvidos, a opinião dos trabalhadores, a opinião das entidades que representam os setores produtivos, a opinião daqueles que atuam no setor público, sejam nos sistemas e nos órgãos de Previdência ou ligados diretamente ao trabalho.

Mas estamos aqui também para ouvir sugestões, porque o objetivo maior desta Comissão Especial é estabelecer um mecanismo permanente não apenas de reajustamento, mas de recuperação do valor real do salário mínimo em nosso País. Este é o grande objetivo e este é o grande desafio. E para quem pensa que esse seria mais um delírio dos Parlamentares Brasileiros, a gente quer dizer que a gente tem o compromisso do Governo, o Ministro do Trabalho esteve debatendo, foi um dos primeiros debatedores da matéria, temos o compromisso de que esse também é o desejo do Governo Federal, ou seja, então o que nós queremos proporcionar é a possibilidade do Plenário do Senado, do Plenário da Câmara dos Deputados até o final deste ano de 2006 apreciarem ou terem à disposição um Projeto de Lei que estabelece mecanismos que garantam a valorização do salário mínimo. Porque nós temos o seguinte entendimento, que o salário mínimo não é apenas um fator dentro das despesas públicas, longe disso, o salário mínimo ele deve ser visto como um fator de valorização do trabalho, mas principalmente um elemento fundamental na busca de uma política de desenvolvimento nacional. Porque não adianta pensar em aumento de volume de produção, sem se pensar em aumento do poder aquisitivo da população brasileira, principalmente daquelas camadas mais empobrecidas do nosso País. Que nós temos assistido movimentos interessantes no Brasil hoje. O salário mínimo, a maioria dos trabalhadores, o Brasil tem crescido não ao ritmo que nós queremos, mas tem aumentado as suas vagas de trabalho no mercado formal, entretanto, as vagas aumentadas geralmente são de salários inferiores, ou seja, tem aumentado a cada dia o número de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que são contratados formalmente, mas que recebem o piso salarial. O piso salarial, o salário mínimo, no nosso caso é visto em todo o País somente como um piso, mas no caso do Brasil, especificamente, o salário mínimo tem se transformado na remuneração da maior parte dos trabalhadores brasileiros. Então, o que nós pretendemos fazer é garantir mecanismos e apresentar à sociedade brasileira mecanismo de existência efetiva de uma política que garanta a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, tendo a convicção plena que a partir daí nós estaremos ajudando ao processo de desenvolvimento nacional.

Então, é por isso que nós teremos aqui conosco, Deputados e Senadores, teremos conosco representantes do Sistema de Previdência Social, representantes da Prefeitura de Manaus, do Sistema de Previdência Social tanto da Prefeitura dessa cidade, capital do Amazonas, como do Estado do Amazonas, Secretários de Trabalho, enfim, Sindicalistas. Vejo aqui o Presidente da Central Única de Trabalhadores para debater esse assunto.

Então, eu quero concluir essa minha fala, agradecendo a presença não só dos Parlamentares que estão fazendo um grande sacrifício, eu não tenho dúvida, para estar

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 896
DOC:

aqui nesse momento. Mas agradecer, sobretudo, a presença de cada um das senhoras e dos senhores que fará desta Audiência Pública, sem dúvida nenhuma, uma Audiência Pública importante. Eu não tenho dúvida, Deputado Jackson, nós temos uma realidade muito específica aqui, porém podemos ajudar muito, nós temos um parque industrial instalado aqui que é o Parque de Produção Eletroeletrônicos maior do nosso continente e temos questões específicas, por exemplo, o piso salarial do distrito industrial dos operários, há muito tempo não é o salário mínimo. Não sei exatamente quanto, qual o valor agora, mas sei que ultrapassam os 600 reais. Esse é o piso do nosso parque fabril dos operários que trabalham na Zona Franca de Manaus. Enfim, então nós podemos dar alguns exemplos e contribuir com uma série de propostas que, sem dúvida nenhuma, virão de todos os representantes que aqui estão.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Antes de passar a palavra ao nosso Senador Jefferson Peres.

Já realizamos cerca de quatro Audiências Públicas em: Porto Alegre, no Estado da Bahia, em Salvador, em São Paulo, estamos aqui em Manaus. E nós queremos convidar para compor essa primeira rodada quatro representantes do setor público, setor dos trabalhadores, setor patronal e setor de aposentados.

Nessa primeira rodada vamos convidar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Dr. Jefferson Praia Bezerra, para compor aqui a nossa Mesa, o Sindicato dos Metalúrgicos, o companheiro Edilom Queiroz, Vice-Presidente. O Presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas, Dr. Maurício Loureiro. E da Mesa dos Aposentados, Dr. Miguel Arcanjo.

Antes de passarmos a palavra aos primeiros debatedores, nós vamos colocar a palavra à disposição do Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Boa tarde a todos. Deputado Jackson Barreto, minha querida colega Heloísa Helena, Deputada Vanessa Grazziotin, Secretário Jefferson Praia, Sr. Maurício Loureiro, representantes sindicais, minhas senhoras e meus senhores eu vou ser breve, mas eu não poderia deixar de fazer uma intervenção neste encontro, convidado que fui pelos meus colegas de Senado, Paulo Paim que, infelizmente, não pôde vir, pela Heloisa Helena.

E começo por cumprimentar a eles, todos os membros da Comissão pela iniciativa de criar esta Comissão rigorosamente dentro do papel do Congresso que é de colaborar na formulação de políticas públicas ouvindo toda a sociedade. É o que eles estão fazendo, se deslocando de Brasília, esta já é a quinta reunião fora de Brasília, me parece, e para depois e/ou transformar em um Projeto de Lei ou encaminharem ao Executivo. Porque é preciso colocar um ponto final no Brasil, na novela do salário mínimo. Cada Governo tem uma orientação diferente, a cada ano é aquela disputa dentro do Congresso e fora a respeito de qual é o valor do novo salário mínimo a ser fixado, isso precisa acabar, é preciso ter paramento, é preciso ter vinculação do salário mínimo, alguma coisa para que ele comece a recuperar o seu poder de compra perdido ao longo dos anos, e isso ter continuidade, é preciso que haja continuidade, independentemente de quem ou de qual partido esteja no Governo.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 897
DOC:

Eu peço permissão para me delongar por uns 10 minutos para eu colocar a minha visão desse problema. Até pediria à Comissão que avaliasse a minha sugestão de ir além um pouco do salário mínimo, apenas. Eu acho que nós temos um dever, todos nós neste País, de fazer um esforço muito grande para erradicar ou, pelo menos, reduzir consideravelmente num prazo historicamente curto a [interrupção no áudio] e as desigualdades sociais no País. Isso não é discurso de candidato, porque eu nem sou candidato. Estou falando no factível, no possível, é por isso que eu estou muito empenhado, não vou falar sobre isso, estou muito empenhado em tentar o quase impossível que é um pacto entre os partidos, exatamente para chegarmos a um consenso de meia dúzia de políticas públicas que teriam continuidade ao longo do tempo. Porque eu acho, minha cara Heloísa, principalmente, a você eu me dirijo porque eu sei do seu compromisso, como da Vanessa também e do Deputado Jackson, seu compromisso com as causas sociais.

Eu vou até deixar com vocês um documento que me parece perfeitamente possível, não é nada utópico, eliminar a miséria nesse País, tendo como horizonte o ano de 2020, em 14 anos.

Eu acho que para isso nós precisamos de três instrumentos, um econômico e dois de políticas sociais. O instrumento econômico se refere ao crescimento da economia. Nós temos de fazer um esforço imensurável para que o País retome um crescimento regular de, pelo menos, 5% ao ano. Eu não estou pensando nos 9% da China, nos 7% da Índia, Heloísa, 5% ao ano, o Brasil já cresceu mais do 7%. E não podemos continuar também com esse crescimento espasmódico, cresce num ano e não cresce no outro, em ziguezague. Precisamos ter regularidade. Se nós, em 14 anos, a partir de 2007 tivermos um crescimento regular de 5% ao ano, nós teremos dado um grande passo nessa direção, por que Heloísa? Não é porque o crescimento seja condição suficiente, mas podemos ter um crescimento econômico com crescente concentração da renda, tem que ser crescimento contínuo com condição necessária, mas não suficiente e, ao mesmo tempo, distribuição de renda.

Mas por que é que o crescimento econômico regular é necessário? Por várias razões, em primeiro lugar, um crescimento econômico de 5% vai gerar aproximadamente dois milhões de empregos novos por ano, mais ou menos, isso não é matemática, mas depende, evidentemente, dos setores que estão crescendo, uns mais, outros menos empregadores, mas na média eu lhes diria que 5% de crescimento do PIB ao ano vai gerar aproximadamente dois milhões de empregos novos por ano, dois milhões de empregos novos por ano, um milhão, aproximadamente, é para absorver os que chegam no mercado de trabalho, os novos. E um milhão seria para ir reduzindo o chamado estoque de desempregados, hoje que é muito grande, é 10%, mais ou menos, da população economicamente ativa. Vejam então que nós teríamos um milhão absorvendo os novos e um milhão de redução anual dos hoje desempregados, ou seja, em 14 anos nós teríamos 14 milhões a menos de desempregados.

Por outro lado, isso geraria, por outro lado isso ocasiona um aumento correspondente também da receita pública tanto da Receita da União como dos Estados e Municípios e do INSS. Isso ajudaria e muito, um crescimento econômico regular de 5% ao ano ajudaria muito a reduzir o déficit público gerando recursos, portanto, para as políticas sociais.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 898
DOC:

Então, o primeiro instrumento seria esse esforço para manter um crescimento regular elevado da nossa economia, isso é fundamental. E acho que temos tudo para conseguir. O Brasil tem todas as condições hoje com redução da taxa de juros que me parece que não vai ser interrompida, com alguma mexida, talvez no sistema tributário a partir de 2007, nada impedirá o Brasil de crescer 5% ao ano. Essa pré-condição, portanto, nós estamos na eminência de conseguir, temos tudo para conseguir.

Quais seriam os outros dois instrumentos, Heloísa? Um o que esta Comissão está debatendo exatamente, um importantíssimo instrumento de redução da miséria e das desigualdades, exatamente a elevação real e continuada do salário mínimo. Eu creio que ele deveria ser vinculado e, certamente, vocês já ouviram muito dessas sugestões, eu não estou dizendo novidade, mas deve ser vinculada ao crescimento da renda per capita.

Se nós crescemos, Senadora Heloísa Helena, 5% ao ano, o crescimento da população hoje está em torno de 1.3%, nós estamos marchando para 1%, ou seja, o crescimento da economia de 5%, o crescimento da população de 1% dá um crescimento da renda *per capita* anual de 4%. Se nós somarmos, estamos nos aproximando de uma inflação de 3% ao ano, ou seja, o salário mínimo vinculado ao aumento da renda *per capita* e mais o da inflação nós teríamos um aumento de salário mínimo de 7% ao ano, o que daria menos 3% de inflação, um crescimento real de 4% ao ano. Um aumento do salário mínimo real, eu não estou falando de aumento dominal, de 4% ao ano, nos permitiria chegar, um cálculo aritmético em 2020, Senadora Heloísa Helena, com, mais ou menos, 400 dólares de salário mínimo no País, o que é em valor atual, cerca de 900 reais, valor hoje, ou seja, teríamos quase triplicado o salário mínimo, Deputado Jackson Barreto, num horizonte até 2020 ou um pouco mais do que isso.

Por outro lado, como eu disse, esse aumento do PIB vai gerar dos recursos ao Poder Público para fazer face a esse aumento de salário mínimo real. Porque, é claro, que nenhum Presidente, seja quem for, Lula, José da Silva, Senadora Heloísa Helena, Deputada Vanessa, eu próprio, ninguém hoje faria uma elevação brusca do salário mínimo que seria pura irresponsabilidade, porque quebraria de vez a Previdência Social e a arrebentaria com muitos municípios. Essa recuperação há de ser, não pode ser de outra maneira, tem que ser gradual, mas tem que ser regular, não pode ficar ao sabor de improvisações, tem que haver uma projeção para o futuro com a certeza de que isso será feito. Daí o trabalho, realmente, louvável desta Comissão Parlamentar, se chegar a esse bom resultado, e se for acolhido pelo Governo.

E o terceiro, já vou terminar, Deputado. O terceiro instrumento e esse também social seria inclusão dos que estão hoje na informalidade. Nunca nos esqueçamos de que o aumento do salário mínimo beneficia quase exclusivamente os já incluídos, bem ou mal já incluídos, porque tem emprego formal com carteira assinada. É precisava haver uma política também para a inclusão daqueles que vivem na informalidade e esses são os verdadeiros excluídos. É claro que um aumento, um crescimento econômico que gere dois milhões de emprego por ano vai abater muito os que estão na informalidade, e que chegariam ao mercado de trabalho formal.

Eu creio que um passo importante nesse sentido, e gostaria que a Comissão, inclusive, ouvisse o Dr. José Pastori que é uma das grandes autoridades de Previdência Social hoje no País e aí vocês já estariam alargando o campo para além do salário

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 899
DOC:

mínimo, para o problema dos não incluídos. O Dr. José Pastori, ele entende que se poderia, Senadora Heloísa, dar um passo importante na inclusão ou na meia inclusão dele, se os informais tivessem um regime especial na Previdência, e que eles dessem uma contribuição muito menor e que não usufruísse de todos os benefícios, mas de alguns já seria um passo importante para eles ficarem com a rede de proteção previdenciária e não como hoje, inteiramente, a descoberto, são realmente uns marginais no País.

Eu creio que com esses três instrumentos seriam suficientes é, claro, que uma série de outras políticas podem ser adotadas, uma coisa não exclui a outra, mas esses três instrumentos: a tomada de crescimento econômico, política de aumento real de salário mínimo e tentativa de inclusão no sistema previdenciário dos informais nós, em 14 anos, sem dúvida, teríamos feito esse País muito melhor do que é hoje.

Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convocar a Assessoria da nossa Comissão no Senado Federal para que possa mostrar aos senhores aqui os trabalhos que temos realizado na discussão da questão da política de recuperação dessa proposta de política permanente de salário para o País.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, fazer um breve resumo dos trabalhos da Comissão que foram realizados até então em Brasília e em algumas capitais do País que a Comissão já viajou.

O objetivo da Comissão qual é? Estudar, debater e propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo, e ainda por decisão dos Parlamentares integrantes da Comissão se agregou à temática dos benefícios dos aposentados e pensionistas por ser uma questão extremamente relacionada.

Foram realizadas várias Audiências, entre elas, como os Sr. Parlamentares já disseram com o Ministro do Trabalho e Emprego, com várias entidades sindicais, entidades patronais, representantes dos aposentados e pensionistas, representantes dos Municípios, pesquisadores e professores relacionados ao tema e ainda já fomos a Porto Alegre, Curitiba, São Paulo e Salvador, Manaus é a quinta capital.

De tudo que foi discutido, a gente colocou aí um dos principais diagnósticos traçados, primeiro: é o que já foi até falado na Mesa. O Brasil é um País extremamente desigual e o salário mínimo pode e deve ser um instrumento eficaz na redução da desigualdade. Outra coisa, o salário mínimo influencia direta ou indiretamente toda a economia, é o que a gente chama de efeito farol, por mais que você tenha um setor informal extremamente grande no Brasil, esse setor informal também é influenciado pela fixação do salário mínimo. E por isso o salário mínimo é uma peça tão fundamental na política de valorização do trabalho.

Atualmente o salário mínimo fica à mercê da conjuntura política econômica vigente, e esse é um dos objetivos da Comissão, tratar uma regra de forma a evitar que a política seja alterada por conjunturas, sociais conjunturas momentâneas, você vai ter uma regra clara que vai ser seguida todos os anos.

Outra coisa que a gente notou nas várias reuniões realizadas. Vem acontecendo uma queda do salário médio, havendo uma concentração dos salários próxima do mínimo, toda a renda do trabalhador hoje foi caindo. Então, hoje um percentual muito maior da

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 900
DOC:

classe trabalhadora ganha um salário mínimo, e daí a importância de se valorizar esse salário. E, além disso, também se tem que o número de benefício da Previdência com valor igual ao mínimo vem caindo. Os benefícios que são maiores que o mínimo tem aumentos menores. A última MP 191 dá aumento aos benefícios previdenciários em torno de 5%, o salário mínimo teve 16,6%, então você tem um achatamento dos benefícios previdenciários. Tudo isso ressalta a importância de se elevar o salário mínimo.

Na área rural o efeito da dinamização na economia local decorrente do aumento do salário mínimo é muito grande, principalmente nas regiões mais pobres do País, aqui na região norte e na região nordeste. Todo mês quando sai o salário mínimo você vê a diferença no aquecimento da economia local, e isso reforça também a importância da vinculação do benefício previdenciário ao piso nacional, porque muita gente vem discutindo na área federal que tem que se desassociar o benefício previdenciário do salário mínimo, e a gente vê que isso seria um problema sério, porque várias das regiões pobres do País dependem desses benefícios previdenciários, se você separa isso você vai estar gerando outros problemas.

A questão da Seguridade Social. Um dos obstáculos que se coloca ao aumento do mínimo, se diz muito do déficit da Previdência, no entanto isso aí é uma falácia, toda vez que você estuda finanças públicas você vê que a Seguridade Social do qual a Previdência faz parte é superavitária, a Previdência, dependendo da forma como se contabiliza pode haver déficit, mas a Seguridade Social é superavitária, tanto que a área federal desvincula recursos da Seguridade por meio da DRU, Desvinculação de Receitas da União.

A melhoria das condições de vida dos trabalhadores deve ocorrer por meio de uma valorização do salário mínimo, mas também por meio de acesso universalizado a bens públicos de qualidade como educação, saúde e transporte. E aqui a gente ressalta muito a questão da educação que vem sendo muito debatida. Se a população tem mais educação a produtividade dela se eleva, com maior produtividade os trabalhadores têm mais respaldo para brigar por melhores salários.

Traçado esse diagnóstico foram feitas várias propostas no âmbito da Comissão e depois o Senador Paulo Paim, como Relator, vai condensar tudo isso. As propostas apresentadas foram as seguintes: estabelecer uma sistemática de aumentos que leve em conta a evolução do PIB e da produtividade; elaborar políticas públicas para incentivar a formalização dos trabalhadores, conforme o Senador Jefferson Peres já falou; criar um fundo federal para ajudar os municípios que extrapolem o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal em virtude de aumentos do salário mínimo. Essa proposta foi aventada porque vários municípios reclamam que não têm como pagar valores mais altos do salário mínimo. Então, sugeriu isso, ainda tem que ver a maneira de fazer isso. Mas foi uma proposta apresentada. Vislumbrar o salário mínimo no âmbito de uma política da renda de cidadania, tendo em mente que o piso nacional é um aliado no fortalecimento do mercado interno, o salário mínimo não pode ser visto como um problema, e sim como uma solução. Se você dá aumento de salário mínimo, você está aquecendo toda a economia, você está dando mais renda para a população, isso vai gerar mais consumo, mais arrecadação tributária e, você entra num círculo virtuoso da economia.

Reajustar os benefícios previdenciários com o mesmo percentual de aumento do salário mínimo, porque eu já falei, a Comissão repudia separar o benefício previdenciário

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 903
DOC:

do salário mínimo, muito pelo contrário, o que propõe é que o benefício previdenciário tenha o mesmo aumento dado ao salário mínimo. E criar novas formas de financiamento da Previdência Social, como a diminuição das contribuições sobre a folha de pagamento e o aumento das que incidem sobre o faturamento, por que isso? Existem várias empresas que são intensivas em capital, mas que possuem pouca mão-de-obra. Essas empresas pagam pouco para a Previdência, relativamente pouco para a Previdência porque justamente a folha de pagamento deles é pequena. Então, se propõe um novo mecanismo tributário, um novo desenho tributário para incentivar que essas empresas intensivas em capital contribuam mais para a Seguridade Social.

É isso, obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado à nossa Assessoria.

Antes de passar a palavra aos companheiros que estão aqui na Mesa, eu quero neste momento justificar a ausência do Senador Paulo Paim que é o nosso Relator da Comissão, e um homem que tem uma vida marcada pela luta em defesa dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas.

A nossa querida Senadora Heloísa Helena que é membro atuante de nossa Comissão vai exercer também aqui hoje a pedido do Senador Paulo Paim o papel de relatora nessa Audiência Pública de hoje.

Eu passo a palavra a essa guerreira das Alagoas, Senadora Heloísa Helena.

SRª. RELATORA SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Eu quero saudar a todas e todos, autoridades, representantes de entidades; saudar o nosso Presidente da Comissão, Deputado Jackson Barreto, como bem explicou o Senador Paim que está atuando de uma forma de muita sensibilidade, competência, andando conosco no Brasil todo, teve um problema grave de coluna, portanto, não teve a oportunidade de estar aqui conosco, saudar a Deputada Vanessa que organizou esta Comissão e abraçar de forma muito carinhosa o meu querido Senador Jefferson Peres que, além de meu amigo, é uma pessoa por quem tenho muita consideração, muita admiração. E sei do esforço que ele fez também, porque ia viajar e fez um esforço para estar conosco dando a sua contribuição.

O papel desta Comissão Mista é humildemente ouvir todos os setores da sociedade, do mundo do trabalho, dos chamados setor produtivo, da informalidade, dos aposentados e pensionistas, todas as pessoas que, de alguma forma, estão vivenciando o debate sobre esse mecanismo extremamente importante, poderoso para a distribuição de renda no País, para a distribuição de riqueza, para a dinamização da economia local, geração de emprego e renda que é o salário mínimo.

E a gente tem algumas perguntas que acabam ficando para que todas as pessoas possam dar a sua contribuição ao participar do debate. É possível transformar em realidade objetiva o que está na Constituição do País? O que está na Constituição no seu Capítulo 2º dos Direitos Sociais, no seu Art. 7º, Inciso IV que fala do salário mínimo para possibilitar as mínimas condições de vida, de moradia, de vestuário, de saúde, de educação e de alimentação para quatro pessoas? O que, de fato, segundo os dados do IBGE significaria um salário mínimo hoje de 1.536 reais e 96 centavos? É possível viabilizar isso? É possível viabilizar um mecanismo para impedir que a receita tributária

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 902
DOC:

que tem como finalidade assegurar a Seguridade Social, portanto, à saúde, à assistência social e à Previdência Pública que é superavitária. Quem teve a oportunidade de identificar o Assessor do Senado falou, quem teve a oportunidade de identificar e de analisar o relatório do Tribunal de Contas da União que saiu sexta-feira do Ministro Campelo e aprovado por unanimidade no Tribunal de Contas da União viu claramente que a Seguridade Social é superavitária, portanto, não existe déficit na Seguridade Social, o que nós temos que ter é a coragem necessária de alterar uma legislação que foi criada, chamada Desvinculação de Receita da União que possibilita que o Governo saqueie oficialmente 25% da Seguridade Social para jogar no superávit, encher a pança dos banqueiros e esvaziar qualquer possibilidade de aumento do salário mínimo, dos benefícios de prestação continuada, daquilo que é da Lei Orgânica da Assistência Social e da saúde, de uma forma em geral.

Nós temos condição de fazer uma reforma tributária que impeça essa brutal e avassaladora transferência de renda do pobre favelado, da classe média assalariada e do setor produtivo para o capital financeiro? É possível até para diminuir, Senador Jefferson Peres, o impacto do pagamento das contas de qualquer família com o salário mínimo, se nós desonerássemos isentássemos de tributos a chamada cesta de consumo do produto agrícola ou industrializado nós tínhamos a possibilidade concreta de diminuir o impacto no salário mínimo dessas despesas tão simples que qualquer pessoa tem que ter, que é pagar água, luz, comprar um vidro de água sanitária, um pacote de macarrão, um sabonete ou um açúcar. A mais simples favelada esteja em Maceió, no Rio Grande do Sul ou em Manaus, esteja onde estiver no País, ela paga uma carga tributária proporcionalmente maior do que o maior banqueiro do País, do que o maior investidor no capital financeiro. Ela, quando vai comprar um pacotinho de açúcar ela deixa lá 40,5% de imposto, 35.2% num pacotinho de macarrão, 36.52% no café, 37.18% na margarina, 29. 83% na conta de água. Mesmo que ela estabeleça, que nós estabeleçamos que ela pague apenas 10 reais de água por mês, sete reais de luz por mês, que lá já está embutido 45.81% de tributo, mesmo que a gente coloque uma família, Senador Jefferson, pagando apenas de telefone 39 reais e 46 centavos. Se nós estabelecermos que a alimentação dessa família incluindo pão, será de 150 reais ao mês, o salário mínimo já teria que ir para 540 reais e 46 centavos. É possível fazer isso?

Quais os setores que são impactados de forma maior? Como nós podemos fazer uma compensação tributária e fiscal para determinados setores que são impactados? Claro, uma família de classe média baixa que paga uma trabalhadora doméstica, se ela tem uma carga tributária de 15% ganhando 1.500 reais, ela não vai conseguir pagar um salário mínimo de 540 reais. Mas se nós dermos uma compensação tributária a essa família ou estabelecermos a carga tributária alongando o perfil da tributação e não apenas a partir de 1.500 reais, o que é uma aberração, em nenhum lugar do mundo se tributa o trabalho, o rendimento do trabalho no setor assalariado, desse jeito que é feito no Brasil, do mesmo jeito em relação ao setor produtivo que pela desoneração do setor produtivo possa gerar novos postos de trabalho, dinamizar a economia local, gerar emprego, gerar renda. Quais a compensação fiscal que é possível ser dada para as pequenas Prefeituras do norte e nordeste que são apenas 52 Prefeituras em todo o Brasil. O Brasil tem 5.560 Prefeituras, apenas 52 Prefeituras seriam impactadas com esse aumento do salário mínimo. Qual a compensação fiscal que pode ser dada? Aumentar o fundo de participação

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 903
DOC:

em 0,00002% cobre todo esse montante. O que é que pode ser feito para a micro e pequena empresa? Os pequenos três setores que, de alguma forma, são impactados.

Então, eu espero que neste debate nós possamos dar conta de vários elementos que, de uma forma, competente e importante a que foram apresentados pelo Senador Jefferson e a contribuição de cada um do setor, do setor relacionado ao mundo do trabalho, ao setor produtivo, a informalidade, a dona de casa; todas as pessoas que aqui estão tem uma contribuição muito importante, não é Presidente Jackson, muito especial. Cada setor do aposentado, do pensionista, do camelô na informalidade, do Ministério do Trabalho, do setor empresarial, do movimento sindical, do movimento popular; todas as pessoas têm uma contribuição muito importante para disponibilizar para esta Comissão, porque é uma forma de ver como as coisas estão acontecendo, qual a vivência que cada setor está tendo para que através desse diagnóstico nós possamos planejar as ações a curto, a médio e a longo prazo para que esse, volto a repetir, importante, poderoso instrumento para distribuição de renda no País ele possa, de fato, ser aprimorado.

Então, são as considerações iniciais, Presidente, que eu faço e assumo a delegação dada por V.Exª. e pelo nosso querido Senador Paim para assumir a Relatoria no dia de hoje.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Agradecendo a presença de todos os senhores pelo prestígio dessa Audiência Pública, as entidades aqui também representadas, eu quero passar a palavra ao primeiro expositor, Dr. Jefferson Praia Bezerra. Casa expositor vai ter 10 minutos para a sua apresentação. Primeiro o Dr. Jefferson Praia Bezerra, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

SR. JEFFERSON PRAIA BEZERRA: Boa tarde a todos, Deputado Jackson Barreto, meu prezado amigo, Senador Jefferson Peres, Senadora Heloísa Helena, Deputada Vanessa, que tenho muita honra estar aqui fazendo parte desta Mesa com outros ilustres companheiros aqui presentes, empresários, trabalhadores e demais trabalhadores aqui presentes.

Neste momento em que discutimos, ouvimos nos é passado, Deputado Jackson, a responsabilidade, ele me colocou a responsabilidade, Senadora Heloísa Helena de fazer uma rápida exposição sobre o tema, quando eu falava para a Deputada Vanessa que o Senador Jefferson Peres e V.Exª. Heloísa Helena colocavam pontos importantíssimos que deveríamos seguir nessa questão do salário mínimo, que temos como pano de fundo a realidade atual que todos percebem, a realidade onde você constata o desemprego no nosso País, a elevadíssima concentração de renda, o percentual das pessoas que ganham salário mínimo muito pequeno, e um fator que não devemos deixar de levar em consideração que é a elevada informalidade já tocada, também pelo Senador Jefferson Peres e a Senadora Heloísa Helena.

A minha contribuição, fora o que foi colocado pelo Senador, que coloca uma data referência para nós tomarmos um caminho do ponto de vista de chegarmos ao crescimento, termos uma política de crescimento de elevação contínua e real do salário mínimo, coloca o ano de 2020 e destaca a questão do crescimento econômico com distribuição de renda, com valorização, realmente, do trabalho que esse é um ponto importante. V.Exª. também traz a sua contribuição quando se reporta à questão da reforma

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 904
DOC:

tributária e dá um enfoque quanto aos alimentos básicos que poderíamos ter, a redução dos tributos que incidem sobre esses alimentos e consequentemente teríamos aí um benefício muito bom, principalmente, para as famílias que hoje mal sobrevivem nosso País. E a contribuição que eu faço de forma muito objetiva que também é do conhecimento dos senhores, mas dentro do contexto que foi colocado, eu coloco que precisamos novamente, já que já tivemos outras oportunidades na nossa história, precisamos ter uma grande conversa com todos os setores da sociedade, como V.Exªs. estão fazendo, mas precisamos ter um grande entendimento nacional. Na verdade, deveríamos, trabalhadores, Governos e empresários sentarem para perceber, para traçar o Brasil que queremos, e vamos pegar o ano referência que colocou, muito bem, o Senador Jefferson Peres, 2020. Que Brasil queremos daqui a 14 anos? Esse Brasil tem que ser discutido, como está sendo feito, mas tem que ser discutido de forma, de uma forma tal em que os trabalhadores, o Governo e os empresários coloquem as suas posições e possamos, realmente, firmar um acordo que seria, eu me recuso a falar no termo de pacto nacional, mas que seria alguma coisa dessa natureza, onde pudéssemos após essa discussão ter, realmente um caminho que os governantes, como colocou muito bem, o Senador Jefferson Peres fizessem as suas políticas no sentido de cumprir o estabelecido.

Eu acredito que todos que estamos aqui, nós não estamos aqui somente para avaliarmos, para fazermos diagnósticos e colocarmos as nossas posições, mas há no fundo, no coração de cada um, que todos conhecemos quase todos aqui, principalmente, os grandes Parlamentares que temos nesta tarde e que conduz esse processo no Congresso Nacional como a Deputada Vanessa, o Senador Jefferson Peres, o senhor, Deputado Jackson Barreto, e outros companheiros que lutam por uma realidade melhor do nosso País. Eu acredito que a minha contribuição é buscarmos esse entendimento, ou seja, qual é a percepção do ponto de vista dos trabalhadores? Quais são os seus problemas enfrentados? Nós sabemos. Mas como trabalhar no sentido do trabalhador ter um salário mínimo melhor e de forma sustentada que ele passe a ser crescente do ponto de vista real, e como incorporar, como falou muito bem o Senador Jefferson Peres aqueles que estão na informalidade. Porque nós sabemos que hoje o Brasil é um País informal, 50% da sua economia e um pouco mais está na informalidade, nós temos hoje uma outra questão por trás de tudo isso aí, que é essa gravíssima questão da informalidade. Agora se a economia caminha para a informalidade tem um câncer nesse problema aí. E aí eu coloco a posição, vem o Governo como aquele que deverá participar e, é claro, desse processo de entendimento nacional. Nós temos que ver que estado queremos. Quando falamos na reforma tributária, muito bem tocada pela Senadora Heloísa Helena, vamos ouvir os empresários. Os empresários reclamam das taxas elevadas, ou melhor, da tributação elevada que nós temos no Brasil, e aí você tem o Governo, de um modo geral, eu falo Governos Federal, Estadual e Municipal que fazem de tudo para preservar ou para manter as suas receitas e por essa razão não avançamos, do ponto de vista, de termos aí uma reforma tributária.

Portanto, para concluir, eu acredito que nós já temos alguns pontos importantíssimos que foram colocados, como a data limite que o Senador coloca de 2020, a questão do crescimento contínuo e real do salário mínimo, e estabelecermos esta política como um crescimento, colocado por ele, de 5% ao ano, no mínimo, para incorporar, para termos mais trabalhadores no processo produtivo e de crescimento do

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 905
DOC:

nosso País. E a Senadora Heloísa Helena que coloca essa questão muito bem colocada, de termos a desoneração dos produtos básicos que chegam às mesas dos trabalhadores.

Eu contribuo, então colocando essa questão do grande entendimento nacional e de firmarmos realmente um pacto, essa é a palavra, infelizmente pactos nós já tivemos no passado e não foram cumpridos, portanto, que estamos nos deparando aos problemas atuais, mas o pacto tem que haver, o compromisso de Governos, empresários e trabalhadores. O Brasil que queremos até 2020, esse Brasil deveremos fazer tais e tais e tais ações e, com certeza, nós chegaremos.

No mais eu termino a minha falação parabenizando a Comissão pelo excelente trabalho que estão fazendo, e estamos todos esperançosos que com essas discussões, com esse processo que V.Exªs. estão fazendo em todos os Estados, tenho certeza, que será de grande valia para a nossa sociedade.

Nós acreditamos muito num Brasil que terá uma realidade diferente da realidade que nos deparamos na atualidade.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Os nossos agradecimentos.

Nós passamos a palavra ao companheiro Edilom Queiroz do Sindicato dos Metalúrgicos.

SR. EDILOM QUEIROZ: Primeiro eu quero saudar à Mesa em nome do Senador Arcanjo e em nome da Senadora Heloísa Helena, a todos aqui presentes homens e mulher.

Primeiro eu gostaria de começar a minha intervenção, considerando até um documento que eu tive hoje pela parte já entre a tarde, que eu posso considerar já de meio dia em diante e estive dando uma lida já nessa discussão que tem sido feita a respeito da valorização do salário mínimo, já dentro dessa questão nacional que está sendo discutida, e que aqui, pelo que eu ouvi, já é o quarto debate que está acontecendo.

E o que é interessante, quando a gente fala de salário mínimo, até parece que essa coisa a gente tem que fazer um debate nacional, que a gente tem que estar preocupado em discutí-lo porque se precisa encontrar caminhos para aquilo que foi feito aos vinte anos, vamos falar assim, atrás, que foi, na verdade, a destruição do salário mínimo.

Mas mostra e aí a discussão vem apontando isso, primeiro esses gastos familiares que é uma coisa interessante, pois o próprio IBGE já nessa discussão nacional a respeito do salário mínimo, da valorização do salário mínimo mostra que a família urbana brasileira ela trabalha com uma média de 1.900 reais de gasto familiar. Olha só que interessante, nós estamos falando de salário mínimo que hoje já está em 350 reais, mas para se ter uma família hoje com um gasto no seu orçamento, teria que ser de 1.900 reais. E ainda se coloca isso uma média, porque para ele ter um gasto levantado pelo IBGE seria de 1.768 e também mostra a área rural com 860 que seria um gasto médio para sobreviver, uma vez que estaria fora dessa área urbana à margem da capital. E aí a gente vai mais longe, e aí me mostra aqui uma coisa interessante, quando a gente fala, do que é realmente o gasto que uma família tem, e aqui o próprio documento aponta aqui um estudo aonde você tem

AIN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 906
DOC:

só na questão dos itens que é alimentação, habitação e transporte nas famílias de baixa renda, vamos dizer, que vivam abaixo do salário mínimo ou com o mínimo, gastam só nisso daí 74,39%, o que significa que vai viver com os outros 25.51, vai viver com 25% para sobreviver.

E aí termino buscando outros caminhos, que a gente sabe que não é só isso. O brasileiro, na verdade, ele é um milagroso, porque consegue fazer não apenas, dar vida, mas uma esperança sempre de continuar sobrevivendo.

E vamos mais ainda longe, porque quando a gente começa a ter essa preocupação de discutir o salário mínimo e mostrar os impactos daquilo que poderia estar acontecendo, eu quero dizer, Senadora Heloísa Helena, Senador Arcanjo, Senador Jefferson Peres, nosso conterrâneo aqui no Amazonas.

O que é mais interessante que isso nos possibilitou fazer uma discussão no seio dos trabalhadores, porque com o aumento do salário mínimo, as pequenas empresas, a micro e pequena empresa, vamos falar aqui de pequenas empresas, tiveram obrigatoriamente que aumentar os salários, porque elas não queriam brigas com os Sindicatos. Algumas, bem pequenas, ainda resistem, mas aumentaram os salários, porque nós tínhamos na nossa categoria empresas ganhando menos de 350 mais, e isso se chamava, e nós estávamos já fazendo esse debate, que já não era mais a questão da terceirização, mas era a quarteirização. E por que é que chegamos à quarteirização que, na verdade, é a palavra de ordem que nós estamos criando dentro do metalúrgico para fazer esse debate sobre essa discussão da valorização do salário mínimo porque coloca, sem dúvida nenhuma, a valorização da renda do operariado. É exatamente porque, companheiros, e é preciso entender isso. Com a destruição do salário mínimo, fazendo com que ele tivesse ficado na situação que se encontrava anteriormente, as grandes multinacionais terceirizaram, tiraram algumas atividades fim de dentro da empresa e passaram para outras pequenas empresas, e passaram a se criar muitas outras pequenas empresas. E isso foi a grande terceirização que nós vivemos no Parque Industrial.

Agora, o que é mais interessante, depois da terceirização, começou a criar a quarteirização, porque aquela própria empresa pequena que pegou o serviço fim de dentro da empresa passou a dar para uma quarta, e a quarta, nada mais é, que são gerentes que saíram das empresas montando galpão e precarizando o trabalho. Porque aí, na maioria delas, são sonegadores da Previdência, na maioria delas são sonegadores de todos os impostos e, principalmente, de salários, porque passam a pagar salários bem mais abaixo do que o próprio salário mínimo que era. E isso cria um grande trabalho para nós, principalmente, no setor metalúrgico, na direção do nosso Sindicato. Mas o mais importante aí é que mostra que isso não criou em nenhum momento uma situação de impacto para as empresas, porque nenhuma reclamou disso, ao contrário, elas questionaram a forma como iriam trabalhar o aumento, até porque, brevemente, nós estaremos com a data-base do dissídio coletivo que é agosto agora. Mas assim mesmo algumas empresas se prontificaram de imediato, alinharam, inclusive, saíram porque estavam em 340, 345 a 330 a 350, passaram para 400 e 410 e o companheiro Waldemir se encontra aqui nesse plenário, é Presidente da CUT, é Presidente do Sindicato, ele, com certeza, poderá fazer um retrato bem melhor ainda, porque nós conseguimos, recentemente, antes mesmo de fazer um acordo já da data-base de 1º de agosto, fazer com que várias empresas nossas passassem a pagar um salário de 400 reais, isso sem o

ADIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 907
DOC:

reajuste da data-base, sem ser antecipação, foi ganho real feito. Então, mostra para nós que as gorduras eram preciso queimar sim, e é claro, para nós a questão do aumento do salário mínimo não só cria má valorização do trabalho, mas como possibilita a recuperação dessas atividades que antes eram feitas dentro das grandes indústrias, e isso é uma demonstração clara do que nós estamos vivendo, e mesmo assim aqueles ainda que têm a chamada terceirização com as empresas pequenas têm demonstrado que é possível sobreviver e que isso não criaria um impacto para eles fecharem as atividades deles. Isso é o que nós estamos vivendo aqui.

E eu quero ainda mais dizer o seguinte, que para nós não tenho a mínima dúvida, e aí até lendo o Frederico Melo nessa discussão que fizeram já em nível nacional retrata muito bem isso. Que nós temos, essa dimensão ela é civilizatória. No momento que você começa a ter a valorização do salário e que você começa a ter as famílias, principalmente, seja ela doméstica, ou onde ela estiver trabalhando e ganhando essa renda, ela passa a melhorar a condição de vida dela, ela passa a ter mais dignidade de vida. E por isso, mais do que nunca eu acho que o Senado hoje está de parabéns em fazer essa discussão, para depois não dizer que foi uma coisa apenas do Parlamento, mas ouviu, veio às Casas, não foi em cada Estado, mas já foi importante a cada região. E o mais importante ainda é poder ouvir os trabalhadores, porque eu acho que esse é o espaço democrático, isso é a possibilidade de que a gente possa não só ter aqui nessa Casa o Parlamento hoje que nos representa, principalmente do Senado, mas a possibilidade de fazer o debate e de a gente contribuir e de contribuir de forma deixando claramente como é que essa coisa está acontecendo nas grandes categorias.

E aqui nós não somos qualquer coisa, ainda que estejamos aqui no Amazonas, um lugar de grandes áreas verdes, mas está concentrado no Parque Industrial hoje, que antes tivemos aqui uma grande queda de trabalhadores que foram demitidos em função das políticas que ocorreram no passado. Nós chegamos a ficar com o Parque Industrial, e eu estou falando do Parque como está, não apenas na concentração ali da Zona Franca naquele complexo industrial. Ficamos com menos de 44 mil trabalhadores e nos metalúrgicos com menos de 35 mil, e hoje nós estamos, só no metalúrgico com mais de 74 mil e no Parque Industrial já chegando nos cem mil e isso trabalhadores direto, isso não é qualquer coisa, e o salário mínimo em nenhum momento ocasionou qualquer problema de queda, de produção, ou de queda de contrato porque uma empresa seja ela a mais pequena que for, ou até a própria quarteirização não pudesse pagar. Por isso é importante para nós, sem dúvida nenhuma, a valorização do salário mínimo, e eu acho que essa política, mais do que nunca, ela tem que existir de recuperação e de um acompanhamento para que a gente possa, cada vez mais, ter condições de discutir melhor ainda, principalmente as campanhas salariais.

E por último eu queria ainda dizer aqui o seguinte, que o que é mais interessante é que 60% desse dinheiro das pequenas famílias que ganham, 60% do que eles ganham, eles gastam com pessoal. Que é o custo mais direto. Mas eu quero apenas dizer o seguinte, e até ouvindo aqui, até lendo um pouco já da discussão que foi feita sobre o salário mínimo, é que acabou o discurso dessa situação de que quebra a Previdência. Está claro, o que quebrou a Previdência foi o desvio de dinheiro, o que pode quebrar a Previdência é se não houver uma fiscalização das grandes empresas, e não é das pequenas não, porque a gente sabe que quem melhor paga, e se não fosse assim as

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 908
DOC:

indústrias, principalmente, os legistas não vendiam tanto a prazo para a pobreza, porque sabe que ele é o verdadeiro pagador.

E eu termino, que o meu tempo está esgotado aqui dizendo isso, se o pequeno é o que paga, é o que contribui, é o que realmente faz, por que é que o grande não pode fazer? Então, está claramente hoje para nós, comprovadamente, que esse discurso vai embora, ele acaba por aí, e os grandes empresários sabem muito bem que as taxas de juros não é um problema para eles, eles têm o discurso, e o discurso, inclusive, na defesa dos pequenos, mas mesmo assim eles sabem que os pequenos hoje sofrem isso, mas os grandes não porque os juros deles, está aqui claramente, são beneficiados com juros bem pequenininho através do BNDS.

[palmas]

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vamos passar a palavra agora ao Dr. Maurício Loureiro do Centro da Indústria do Estado do Amazonas.

SR. MAURÍCIO LOUREIRO: Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar e saudar à Mesa em nome do Deputado Jackson Barreto que é o Presidente desta Comissão Mista Especial de Salário Mínimo.

A visão que o Centro da Indústria tem em representação, a parte empresarial que nós representamos tem algumas reflexões com que já foi colocada aqui pelo Senador Jefferson Peres e pela Senadora Heloísa Helena e por outros que já se pronunciaram aqui.

Mas eu acho que a grande discussão dessa questão do salário mínimo não passa, uma maior parte da sua discussão, pela questão empresarial. Eu acredito que nós tenhamos que analisar o País como um todo, como foi dito aqui, esta Comissão passou até o momento por quarto Estados, e pelos Estados que passou me parece que foram Estados que não têm grandes problemas com relação a participação econômica na vida brasileira. Eu acredito que é bom ouvir um universo maior, nós temos 27 Estados da Federação, nós estamos no quarto Estado, ou seja, ainda falta um bom número, e um bom número de Estados que não tem a mesma posição econômica que tem esses outros quarto que esta Comissão passou até agora.

Mas eu gostaria de dizer aos senhores e às senhoras o seguinte, o problema no Brasil, muitas vezes, é nós não sermos convencional, ou seja, nós olhamos sempre o convencional. O que diz as letras, ou o que dizem as letras das leis e nós, às vezes repetimos leis de outros Países, copiamos leis tentando melhorar as que já existem, e não praticamos o não convencionalismo. Eu vou dar um exemplo aqui de uma questão que a mim aflige há muitos anos desde que essa lei foi editada em 2000. Existe uma lei que para mim é uma das melhores no que diz respeito à distribuição de renda no País, se chama Lei 10.101 ou de 2000, ou lei de participação de lucros e resultados. O grande problema é que há uma ganância muito grande do Poder Público, seja ele Federal, Estadual ou Municipal quando se fala em distribuir renda no País. Os primeiros a querer meter a mão no bolso do trabalhador é o Poder Público, lamentavelmente, e eu vou dar um exemplo claro disso aqui, vou provar para vocês e provo matematicamente para quem quiser. A Lei 10.101 diz que as empresas privadas, e aí começa, a meu ver, um grande erro, por isso

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 909
DOC:

que eu falo de não convencionalidade, diz que depois de apurados os lucros, pode distribuir resultados ou lucro financeiro, resultado é resultado econômico, e lucro é aquilo que é positivo no final da apuração dos seus balanços. Bom, não obstante a isso, quando nós vamos pagar os nós pagamos aos nossos colaboradores essa participação de lucro resultado, vem a Receita Federal do Brasil e tributa o trabalhador, o empregado que recebeu aquela participação de lucro resultado que já é tributado no balanço da empresa. Então, há, na minha opinião, uma bitributação de uma coisa que veio, foi criada num avanço social muito grande, a meu ver, pelo Congresso Brasileiro no ano de 2000, ratificado pelo Congresso Brasileiro no ano de 2000 que é essa Lei 10.101 que distribui lucros e resultados. E eu pergunto: "por que não se pensar o Estado brasileiro onde também o funcionário público tivesse direito à participação de lucro e resultado?" Acredito eu, não sou especialista em determinadas matérias, mas acredito eu, por experiência que nós temos no pólo industrial de Manaus e eu, em especial, na minha empresa de que um funcionário público que tivesse participação no resultado das suas atividades operacionais, talvez tentasse zelar muito mais por aquela repartição pública que ele também faz parte, e que ele está colaborando no resultado dela para a sociedade como um tudo. Eu estou chamando isso de não convencional, porque essa lei não se aplica ao funcionalismo público brasileiro, e ela poderia se aplicar, ou seja, o que eu quero dizer aos senhores e senhoras é, nós devemos rever os conceitos que existem hoje no País para a modernidade, e não só naquilo que diz respeito à iniciativa privada. Eu acho que o funcionalismo público, os aposentados, e aí eu vou dar um exemplo com relação a isso. Vocês imaginem, foi dito aqui pelo cidadão, que a Previdência Social é positiva, é verdade, e se falou aqui algumas coisas, isso vem desde, quem não sabe, na época que construíram a Ponte Rio-Niterói, foi tirado dinheiro da Previdência para construir a Ponte, e vem de lá, ou um pouco antes tudo isso que está acontecendo na Previdência Social hoje. E então, acredito eu, que essa questão do debate do salário mínimo no Brasil ela é muito importante, porque nós temos que mexer, e é isso que está sendo feito aqui hoje com a sociedade no sentido positivo, e os Parlamentares que lá estiverem à época dessa discussão têm que ter a consciência de que nós temos que fazer algo melhor e maior por esse País envolvendo, inclusive, a meu ver, o funcionalismo público brasileiro por que isso? Por que eu digo isso? senhores e senhoras Deputados e Senadores que aqui estão, eu sempre digo o seguinte, os senhores têm mandato de quatro anos, funcionário público brasileiro é o Estado brasileiro na sua essência, nós temos que pensar nesse aspecto. Nós estamos passando por uma situação no País hoje de greves seqüenciais, nós vemos desde janeiro com greve: INSS, ANVISA, Ministério da Agricultura, etc, etc, Receita Federal do Brasil, e me dei conta outro dia, falando sobre esse assunto de greve no País, e todas essas greves são reivindicações de aumentos salariais e não são, a meu ver, injustas, são justas porque foi dito aqui por várias pessoas que o salário mínimo deveria estar hoje, nós temos uns três números diferentes, mas a Senadora Heloísa Helena falou em 1.530 e alguma coisa, segundo o IBGE. Então, as reivindicações que se fazem em torno de aumento de renda elas são todas justas e aumentar o salário mínimo também é uma questão de justiça. Agora, o que nós precisamos entender e perceber, a meu ver, pelo menos, é aí eu vou repetir, é que os Sr. Parlamentares, Senadores, Deputados, Vereadores, Deputados Estaduais têm mandato de quatro anos e o funcionalismo público brasileiro são o Estado brasileiro, principalmente, aqueles que são concursados. Então, nós precisamos pensar num Estado mais moderno, num não convencional que eu estou citando aqui para vocês e, lamentavelmente, nós não temos feito exatamente isso. Obrigado.

MOS 2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 910
DOC:

temos cuidado de alguns interesses que não são interesses da maioria e daqueles que estão no dia-a-dia ajudando a construir esse País.

Uma outra coisa que me preocupa muito, Senadora Heloísa Helena, é de que a senhora falou que há 52 Municípios que estariam fora, ou seja, que estariam fora dessa representatividade e que 5.508 não teriam grandes problemas, se eu entendi bem o que a senhora colocou. Eu fico assustado pelo seguinte, eu ouvia na rádio em Manaus hoje que os professores municipais em Parintins estão em greve e aí entrevistaram a representante do sindicato da categoria laboral, e ela disse que eles estavam em greve porque ganhavam 215 reais. Como é que nós vamos construir um País quando um professor ganha 215 reais, minha gente? Eles são funcionários públicos, concursados. Eu estou falando do Estado Brasileiro, educação.

O Senador colocou uma questão de pacto até 2014, nós estávamos fazendo umas contas aqui, nós precisamos crescer muito mais do que 5% ao ano para chegar num salário mínimo de 1.536 em 2014, porque se nós pegarmos 1.536 reais que foi o salário mínimo que a Senadora Heloísa citou, nós temos que aumentar 339,1% salário mínimo até 2014 com base em 350 que é hoje. Ou seja, eu quero dizer aos senhores o seguinte, é importante toda essa discussão, mas é muito mais importante nós começarmos a discutir outras coisas que existem prioridade momentânea, o salário mínimo é importante, aumentar a renda é importante, a desigualdade social neste País é muito grande? É. Mas me preocupa e aí eu vou reafirmar o que eu disse há pouco, será que são 52 Prefeituras mesmo? Eu acho que são mais, no meu entendimento. E eu me preocupo, porque um professor não pode ganhar 215 reais. Se nós queremos mudar alguma coisa neste País, eu tenho dito isso, vou continuar repetindo, e aí o Senador Jefferson colocou a questão que foi debate nos finais de semana passada em Manaus, nós temos que corrigir o País, mas não é aumentando o salário só, é oferecendo educação de qualidade a todo cidadão brasileiro, porque se nós não oferecermos educação de qualidade a todos os cidadãos brasileiros nós seremos governados, no futuro, por pessoas medíocres e não adianta um País rico, se as pessoas são medíocres, nós não vamos evoluir como cidadãos e como Nação. Acho importante essa discussão, mais uma vez, acredito eu que a questão do salário mínimo para o pólo industrial de Manaus, para os empresários brasileiros, se assim puder falar, não é a questão fundamental, nós já pagamos mais...

Agora nós queremos distribuir melhor a renda, por favor, Srs. Senadores e Sª. Deputada Federal que aqui estão, revejam a Lei 10.101 e vocês vão verificar que a partir dessa revisão a Receita Federal, a ganância do Poder Público que avança sobre aquilo que se distribui de renda, se vocês modificarem essa Lei muita coisa no Brasil vai começar a mudar, porque o hoje o trabalhador, eu tenho essa experiência na minha empresa, o trabalhador ganha 10 salários a mais com a participação de lucro e resultado e chega para nós e diz assim: "o que é que adiantou tudo isso se a Receita Federal levou tudo isso aqui da gente?" E a Receita Federal está em greve no Brasil hoje, dando prejuízo para a Nação, e é isso que nós temos que discutir no Brasil, porque esse pessoal, eles são o Estado brasileiro. Vocês só têm quarto anos de mandato e têm que se reeleger e eles não.

Muito obrigado.

[palmas]

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 911
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A Senadora Heloísa Helena vai fazer uma colocação.

SRª. RELATORA SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Não, é só para não ficar, se repetir algo que não corresponde à minha fala. O que eu falei não é que não existam mais Prefeituras no Brasil que os trabalhadores ganham menos que um salário mínimo, o que eu falei é para superar essa cantilena enfadonha e mentirosa de que não se pode aumentar o salário mínimo para o percentual, inclusive, que é para 540 reais porque quebra as Prefeituras, não quebra, apenas 1.2% das Prefeituras brasileiras do norte e nordeste elas teriam com o aumento do salário mínimo nesse percentual, elas teriam um impacto entre 16 e 19% na sua folha de salário, e como nós compensaríamos já que são apenas 52 Prefeituras no Brasil que teriam um impacto grande na sua folha de salário com o aumento do salário mínimo, e que significaria ao ano para aumentar essas 52 Prefeituras através de um incentivo fiscal pelo Fundo de Participação dos Municípios significaria apenas três milhões e 50 mil ao ano, o que por mês daria, inclusive, menos do que se encontrou em dólar nas peças íntimas do vestuário masculino naquele escândalo.

Então, só foi nesse sentido que é para dizer, não é que não existam, mas é nesse sentido.

Esse aumento que nós estamos, inclusive, propondo ele pode ser efetivado, pode se haver uma compensação fiscal aos 52 municípios brasileiros que teriam impacto entre 16 e 19% porque nos demais municípios, o impacto é tão pequeno que poderia ser absorvido, inclusive, com o ridículo montante que existe hoje do Fundo de Participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Antes de passar a palavra ao Dr. Miguel Arcanjo, representante dos aposentados da Previdência Social. Eu quero registrar, para a nossa alegria, a presença aqui entre nós da Deputada Estadual, Vera Edwards; da Vereadora aqui de Manaus Lúcia Antony; do Vereador de Manaus José Ricardo; do Secretário Municipal de Esporte, Antônio Carlos e do Deputado Estadual Sinésio Campos.

Eu passo a palavra ao Dr. Miguel Arcanjo representando os aposentados da Previdência Social.

SR. MIGUEL ARCANJO: Eu gostaria de parabenizar a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo por essa iniciativa de ir aos Estados ouvir na fonte a parte mais interessada que é o trabalhador brasileiro e também os demais segmentos que envolvem o aumento do salário mínimo.

Durante o debate aqui dos que me antecederam a gente já observou alguma discussão a respeito do déficit da Previdência, e eu como partícipe da Previdência, sou um técnico, então nós vamos nos ater exclusivamente a esse tema, já que nós participamos da Associação dos Auditores fiscais da Previdência Social e temos um estudo que trata exatamente sobre isso: Anais da Seguridade Social. Todos os anos a nossa Associação pública esse livrinho onde analisa as contas da Seguridade Social em nível Brasil. E aqui eu vou fazer um breve comentário a respeito do ano de 2005 e 2006.

O debate sobre o aumento do salário mínimo envolve diretamente a Previdência Social. Um dos maiores programas do orçamento federal. Em 2006 estão previstos mais de 162 bilhões para os benefícios previdenciários, mas esse não é o maior gasto, o

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MINIMO
FLS: 912
DOC:

Governo Federal prevê gastar quase 180 bilhões com pagamento de juros. Embora nunca confessado, aqueles que defendem mais uma reforma da Previdência visando cortar direitos não se preocupam exatamente com a dimensão das despesas, mas com o fato de esses encargos estarem dirigidos aos trabalhadores.

Cabe analisar os gastos com a dívida pública e com a Previdência Social por duas vertentes, primeira, sob a ótica da distribuição da renda, a Previdência Social distribui benefícios previdenciários à quase 21 milhões de segurados, aposentados e pensionistas e ainda oferecem um seguro social protetor da renda para outros 33 milhões de segurados em atividade. Ao distribuir benefícios médios de 496 reais que foi a média de 2005 a Previdência Social garante renda e sobrevivência a milhões de famílias e dinamiza a maior parte da economia e do consumo em milhares de municípios. A Previdência Social é o maior programa de redistribuição de renda do País, por sua vez a dívida pública é um importante instrumento de concentração de riqueza nacional. Segundo o Economista Márcio Pochmann, Professor da UNICAMP a apropriação dos encargos da dívida se encontra em cerca de 20 mil clãs familiares detentores da maior parte do capital aplicado a juros em títulos públicos. Isso representa rendimento anual médio em torno de seis milhões por família em 2005.

A segunda vertente observa e analisa os procedimentos utilizados para calcular as despesas e o chamado déficit previdenciário. Quando o Governo calcula as despesas com juros para lançá-las no orçamento da União classifica enquanto juros apenas a parcela dos encargos que supera o índice de inflação, atualmente IGPM, o restante é classificado como refinanciamento da dívida computado e embutido nas despesas da rolagem da dívida.

Essa metodologia diminui o valor que aparece no orçamento associado a pagamento de juros e ainda assim mesmo maquiado correspondeu a 89,8 bilhões no ano de 2005. Já a metodologia utilizada para a Previdência Social tem efeito oposto, foi desenvolvida para aumentar aquilo que denominam déficit previdenciário. Difundir o discurso sobre o déficit previdenciário é fundamental para legitimar as reformas que pretendem suprimir direitos e ampliar os requisitos para a aquisição de benefícios. Para os defensores dos interesses do capital financeiro é sempre necessário reafirmar que o Estado gasta muito, não com a dívida, é claro, mas com serviços públicos, com servidores ativos e aposentados e com os direitos garantidores da cidadania.

Essa linha discursiva sobre a Previdência Social omite que a Constituição Federal ao definir o orçamento da Seguridade Social estabelece uma pluralidade de fontes para arcar com o conjunto dos gastos em saúde, previdência e assistência social. Essa pluralidade está baseada em contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e rendimentos do trabalho, mas também na tributação do lucro, do faturamento das empresas e de fatos, outros como a movimentação financeira.

Ao idealizar essa pluralidade de fontes, o constituinte afastou a especificação, a Previdência não deveria ser sustentada exclusivamente pelas contribuições sobre a folha de salário ou sobre os rendimentos do trabalho. Somente a pluralidade de fontes é capaz de avaliando a capacidade contributiva melhor distribuiu os encargos sociais para garantir os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. No entanto há interesses explícitos de localizar na Previdência Social a raiz dos problemas econômicos do País.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 913
DOC:

Além do 'déficit', entre aspas, ser calculado exclusivamente a partir das contribuições oriundas da folha de salários esquecendo-se das demais, o total das despesas como benefícios é sempre apresentado como fardo suportado pelos cofres públicos. Nos diversos Países em que há um orçamento diferenciado para a Previdência Social somente é considerado encargo do Tesouro o montante de recursos fiscais alocados suficiente para complementar a pagamento de benefícios àquela parcela que deixou de ser coberta pelas contribuições próprias, ou seja, apenas o déficit do sistema é considerado para o encargo do tesouro.

No Brasil onde sequer há um orçamento específico para a Previdência Social, o orçamento abrange toda a Seguridade Social, afirmam que toda e qualquer despesa previdenciária representa problema para as contas públicas, insistentemente alardeiam que a Previdência Social custa mais de 7% do PIB, o discurso do déficit previdenciário, além, de inaceitável é internamente inconsistente, toma por base, exclusivamente, as contribuições previdenciárias desconsiderando o texto constitucional e a pluralidade de fontes do orçamento da Seguridade Social. Ao apresentar as despesas da Previdência Social propositadamente não reconhece que 74% delas são entendidas pelo financiamento próprio e direto das contribuições dos trabalhadores e empresas sabidamente vinculadas.

Ao observar os dados do orçamento de 2006 o discurso do déficit previdenciário prontamente aponta para as despesas com pagamento dos benefícios previdenciários que devido ao seu reajuste consumirão 162,8 bilhões, isto é, 7,72% do PIB. Desconsiderada todas as demais questões, inclusive, as sociais essas despesas podem até parecer grande, porém, o discurso oculta que as receitas previdenciárias chegarão a 123,7 bilhões, ou seja, 5,8 % do PIB. A diferença é apenas 1,85% do PIB. O aspecto relevante é que essa diferença não será coberta com recursos da educação, da segurança ou dos investimentos em infra-estrutura, serão utilizados os recursos da própria Seguridade Social, contribuições social que são arrecadadas da sociedade para esse fim.

A dívida pública federal, segundo projeções, custará em 2006 179,5 bilhões, ou seja, 8,5% do PIB, somente em juros, despesa com juros reais já descontada a inflação.

São essas despesas e a automática exigência do crescente superávit que consomem recursos da educação, da saúde, da infra-estrutura e de todos os serviços públicos. Será exigido que o orçamento da União fiscal, seguridade e de investimentos das estatais produzam 66,4 bilhões em superávit primário, nada menos do que 3,15% do PIB. Trata-se de uma fabulosa quantia para garantir pagamentos ao grande capital, sem mencionar que os altos juros praticados no País inibem os investimentos do setor produtivo enquanto contemplam a ociosidade financeira. Para garantir os interesses do capital financeiro e ao mesmo tempo convencer a sociedade a abrir mão do pouco que ainda usufrui, é alimentado o discurso de que o serviço público prestado ao povo se acha fora da realidade, que os gastos são excessivos e isso prejudica o crescimento econômico e o desenvolvimento de todos. Nada é dito sobre os gastos financeiros que são tomados enquanto fato natural como se não resultassem de decisão política e não pudessem ser afastados. Se a Nação brasileira anseia por desenvolvimento social, crescimento econômico e cidadania mais do que nunca precisa resgatar a Seguridade Social, nos termos gravados e na Constituição Federal conjunto de ações para assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 914
DOC:

Simultaneamente será preciso fazer crescer um mercado interno com valorização do trabalho e melhor distribuição de renda, criar mais e melhores empregos e restabelecer o papel do Estado para garantidor dos direitos sociais.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer a presença dos quatro companheiros que iniciaram este debate, e a nossa experiência nos convida a que retornem ao Plenário. E nós vamos agora convidar mais quatro outros companheiros. Agradecemos a presença dos quatro aqui na Mesa, V.Sªs. retornem e muito obrigado pela participação.

E queremos convidar agora a Drª. Gláucia Reis da Delegacia Regional do Trabalho, o Professor Jacó Paiva da Associação Nacional dos Docentes, Instituição do Ensino Superior Sessão Norte, o representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Dr. Ronaldo Motta e o representante do AMAZONPREV, Dr. Nelson Takamoto, Gerente Administrativo.

Passamos a palavra à Drª. Gláucia Reis, Delegada Regional do Trabalho no Estado do Amazonas.

SRª. GLÁUCIA REIS: Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a nossa Deputada Federal Vanessa Grazziotin, em nome de quem eu cumprimento os demais membros da Mesa e os demais membros do plenário em nome do Waldemir Santana, Presidente da consulta.

Bem, eu não gostaria de fazer um discurso, propriamente dito a respeito do tema, mas eu gostaria de pinçar alguns pontos para reflexão a respeito da questão do salário mínimo.

Em primeiro lugar sobre a importância da taxa de crescimento do País sem o que é impossível que se possa fazer crescer de uma maneira sustentável o poder de compra do trabalhador. Esse crescimento da taxa do País se refletiria no aumento do emprego formal e numa recuperação gradual do poder de compra dos trabalhadores com a melhoria da distribuição de renda no País. Outro ponto que eu acho que ninguém tocou é a questão da relação do salário mínimo original, quando ele foi criado há muitos anos, eu acredito que não tem ninguém que nasceu naquela época aqui, no plenário, mas àquela época o salário mínimo foi criado para atender as necessidades pessoais de um trabalhador, de uma pessoa adulta. E a nossa Constituição Federal, Carta Magna de 1988, ela ampliou esta capacidade, digamos assim, do salário mínimo que passa a ter que ter competência para sustentar as necessidades da família desse trabalhador.

Então, a partir daí a gente tem que verificar que algumas políticas públicas precisam ser adotadas, para que o salário mínimo que foi criado com o objetivo possa ter esse objetivo tão ampliado.

A segunda questão é o aumento da cobertura do salário mínimo, porque o aumento puro e simples do valor do salário sem o aumento da sua cobertura ele tem um impacto muito pequeno na vida dos trabalhadores do País. Se nós fizermos um levantamento da cobertura do salário mínimo da década de 60 para cá, nós vamos perceber que o número

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 915
DOC:

de pessoas que recebem com base no salário mínimo aumentou muito. Na década de 60 nós tínhamos 30% dos trabalhadores recebendo com referência no salário mínimo. Na década de 50 esse percentual aumentou para 50%. E este ano o percentual de trabalhadores que recebem com referência no salário mínimo é 86%. Por que eu estou dizendo isso? Para nós termos uma idéia do quanto o aumento do salário mínimo, digamos assim, reflete na vida das pessoas no nosso País hoje, muito mais do que refletia na década de 60, na década de 70, daí a importância dessa recuperação do poder de compra.

Outra coisa é quando nós falamos... Eu falei inicialmente que o salário mínimo foi criado inicialmente para atender as necessidades de um trabalhador, e hoje ele deve atender a necessidade da família desse trabalhador. E no atual Governo a despeito de ainda haver muita coisa a se fazer no que diz respeito à recuperação do poder de compra do trabalhador. Nós precisamos lembrar que no começo do Governo com um salário mínimo se adquiria 1.3 de cesta básica, hoje com um salário mínimo de 350 reais se adquire 2.2 de cesta básica. Não é nenhuma maravilha, mas é uma grande recuperação num curto espaço de tempo.

Outra coisa é a questão, digamos, da referência ao dólar. No início do Governo nós tínhamos um salário mínimo que valia 56 dólares, hoje nós temos um salário mínimo que vale em torno de 155 dólares. Quer dizer, em termos de valores relativos e de poder de compra houve um aumento razoável. Mas nada disso é, digamos assim, o ideal, nós estamos muito longe do que seria o ideal para que o nosso trabalhador pudesse ter o que é realmente necessário para uma vida digna. Mas não consigo enxergar uma grande possibilidade de aumento do salário mínimo, ou do poder de compra dos trabalhadores sem que haja a desoneração da folha de pagamento. Quando eu digo isso, eu estou falando em redução de carga tributária sobre a folha de pagamento das empresas. Somente isso, no meu ponto de vista, aliada a outras políticas públicas poderia gerar crescimento da formalidade no nosso País. Hoje se coloca muita expectativa na questão do aumento da formalidade na fiscalização do trabalho. Os Auditores Fiscais do Trabalho não fazem milagre. Nós não criamos emprego, nos fiscalizamos a formalidade. E a formalidade se percebe que está muito difícil com a carga tributária que incide sobre a folha de pagamento das empresas, especialmente das empresas menores.

E além do que eu gostaria de chamar atenção tão mais somente para a necessidade de outras políticas públicas, como já foi colocada aqui, a questão do transporte, a saúde, especialmente, o acesso ao planejamento familiar sem o que não existe política pública que garanta boas condições de vida para o nosso País, educação, e aqui chamando atenção para a questão das creches para as mulheres trabalhadoras. Aqui no nosso Estado a situação da falta de creches é uma coisa gravíssima. Nós temos verificado um aumento de violência, e eu mesmo sendo mulher eu reconheço a relação entre o momento que a mulher sai para trabalhar e o aumento da violência, porque não ficou ninguém em casa fazendo o papel que esta mulher fazia, que era de educar os filhos, de passar noções de ética e de moral, e o Poder Público tem responsabilidade com relação a isso, e as creches e as escolas com jornadas ampliadas precisam também ser implementadas no nosso País com muita urgência e com muita responsabilidade.

Eram essas as palavras que eu tinha para falar a respeito do assunto e muito obrigada.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 916
DOC:

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra ao Professor Jacó Paiva da ANDES.

SR. JACÓ PAIVA: Exmª. companheira Senadora Heloísa Helena, Deputado Jackson Barreto, Deputada Vanessa Grazziotin e demais membros da Mesa, colegas de outras entidades e plenário, uma boa tarde.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ANDES aqui por mim representado na condição de 1º Vice-Presidente Regional Norte 1, numa diretoria recém-eleita no nosso último pleito. Assumi no dia 29 de junho agora, em Juiz de Fora no próximo evento nacional. Venho aqui, na verdade, manifestar todo o seu apoio a essa luta em defesa do estabelecimento de um salário mínimo digno para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Fazemos isso porque entendemos que ou este País toma essa decisão política, que já devia ter tomado há muitas décadas, ou a dramática situação social de violência da prostituição infantil e juvenil do narcotráfico tende a se generalizar cada vez mais nas crianças das camadas populares e mesmo hoje, até na classe média a gente verifica essa situação dramática se transformando numa realidade triste para o nosso País, para os nossos Estados e nossas cidades.

Eu faço parte de uma categoria dos professores das Universidades Federais que todo ano, praticamente, tem que fazer uma greve para sensibilizar o Governo de que pagar dignamente um professor é uma questão de necessidade e de futuro deste País. Vocês têm acompanhado o nosso movimento, e a gente sabe, como alguns, já de forma muito elucidativa colocaram que a ausência de um salário mínimo digno no nosso País, de um salário decente aos funcionários públicos das áreas estratégicas, da área social, sobretudo é fruto de uma opção política, é fruto de uma política econômica, é fruto das decisões de quem pode mudar a face deste País. Então, desse ponto de vista esse momento aqui é muito importante, extremamente pedagógico porque há que se abrir um diálogo amplo na sociedade brasileira, se nós quisermos, de fato, mudar os ventos sombrios que este País está atravessando.

Um outro detalhe, ainda falando dos professores, eu vou falar da universidade, mas a situação dos professores de ensino fundamental e médio é mais dramática ainda. Os nossos salários hoje, por exemplo, a imensa maioria do que compõe ele são penduricalhos, não é composição de salário, são gratificações que, a qualquer momento, podem, inclusive, ser retiradas e quando da aposentadoria, muitas delas também, hoje um professor aposentado já não ganha mais o salário integral de um professor que está na ativa. E tudo isso vai corroendo a dignidade, a qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros.

A instituição onde eu trabalho está vivendo um clima extremamente perverso, forçando os professores a achar um terceiro turno de trabalho, e depois que se aposentam têm que continuar trabalhando para poder manter o mínimo padrão de vida, isso é a classe média que a gente está falando, e lá a situação está muito precária. O ethos que está regendo a vida no cotidiano da universidade está sendo muito danoso para as relações pedagógicas, para as relações acadêmicas. Estamos vivendo, às vezes, um clima de fratricídio dentro das nossas instituições. Faço idéia os trabalhadores que vivem do salário mínimo e, de repente, a gente fica assustado quando a gente vê algumas situações em

ATN nº 003/2005
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 917
DOC:

outros Países se comove, quando tem um terremoto aqui e acolá, uma guerra, e a gente está produzindo no nosso País situações muito próxima do que a gente, outro dia, assistiu em São Paulo, que se pode generalizar, porque exatamente aquilo é a outra face da miséria que está submetida a imensa maioria de povo brasileiro.

Então, nós entendemos que a única possibilidade efetiva da gente pensar no futuro deste País é reverter para ontem todas essas situações que engendram no cotidiano da maioria do povo brasileiro, o desespero e o apelo, às vezes, à violência, a todo esse tipo de situação que a gente não quer que aconteça com os filhos da gente, com os irmãos, com os sobrinhos, mas que muitas das pessoas que a gente conhece no dia-a-dia está passando por esta situação, e às vezes está chegando dentro da Casa.

Então, Srs. Parlamentares, companheiros de outras entidades, parece que a gente está numa encruzilhada e nós todos temos que saber muito bem qual o caminho que vamos escolher para este País, porque tem certas situações que não dá espera mais, e a questão do salário mínimo, eu acho que é uma delas entre tantas outras que a gente pode aqui colocar.

E o que é muito grave nesse momento que os trabalhadores enfrentam toda a sanha do capitalismo e, infelizmente, no contexto em que as instituições, os sindicatos que deveriam estar articulando a classe trabalhadora para um enfrentamento, muitas vezes, estão exercendo um papel de colaboração com todo esse processo de uma reforma trabalhista, de uma reforma sindical que vem colocar muito mais a classe trabalhadora numa atuação de fragilidade perante aos interesses do grande capital.

As ameaças que se colocam no plano internacional em todos os campos continuam numa perspectiva hegemônica nesse País, e todos nós aqui temos uma co-responsabilidade como sindicalistas, como Parlamentares, como cidadãos, cidadãs de reverter esta situação. Eu penso que não dá mais para a gente querer, às vezes, tapar o sol com a peneira e ficar tentando inventar soluções miraculosas, muitos que estão aqui sabe perfeitamente qual a origem da nossa miséria, dos nossos problemas. Então, falta, no meu entendimento, nós tomarmos as opções que, de fato, revertam as condições estruturais que geram essa situação no nosso País com nossos Estados e nossas cidades.

Os que me antecederam eu acho que ressaltaram muitos aspectos que eu não vou aqui entrar, até porque cheguei agora aqui e fui chamado para representar o nosso Sindicato, não pude fazer uma preparação mais profunda do tema, mas queria dizer isso, que os professores das universidades brasileiras se colocam nesse momento ao lado de todo e qualquer movimento que, de fato, queira trazer dignidade para a imensa maioria do nosso povo, para homens e mulheres que constroem a riqueza desse País e que cada dia mais são submetidos à miséria, à pobreza e à indignidade.

Fica aqui então o nosso protesto, infelizmente, a continuidade de uma política que vem deteriorando a vida do povo brasileiro, mas aqui o grito conclamando a todos nós para que retomemos a esperança, para que ela, de fato, possa vencer o medo que a gente tem assistido no dia-a-dia da nossa cidade.

Muito obrigado.

(palmas)

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 918
DOC:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao Dr. Ronaldo Motta, representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

SR. RONALDO MOTTA: Boa tarde a todos. Cumprimentar aqui a Mesa em nome da Senadora Heloísa Helena que é uma batalhadora nacional, agradecer à Comissão pelo convite formulado à Federação da Indústria, parabenizar a Deputada Vanessa Grazziotin pela iniciativa.

Para não ficar repetitivo, que o Maurício Loureiro que é Presidente do Centro da Indústria já falou o posicionamento do pólo industrial de Manaus. Eu queria só poder registrar aqui para os senhores e para as senhoras de que boa parte do nosso tempo nas reuniões na Federação da Indústria, a gente tem dedicado essa questão de debater a carga tributária nacional.

Então, eu acredito que a única forma de se resolver essa questão do salário mínimo passa por uma grande reforma do Estado Brasileiro. O Estado Brasileiro precisa ser reformado, nós temos várias reformas a caminho e que não saíram do papel. Tem a reforma política, tem a reforma tributária que vai diretamente a respeito do assunto e tem a reforma administrativa, é preciso que o Governo Brasileiro se modernize e somente dessa forma é que nós vamos conseguir alcançar o tão esperado equilíbrio de todas as nossas ações.

A Drª. Gláucia, representando a Delegacia do Trabalho, própria deu seu testemunho da alta carga tributária em cima da folha de pagamento. Isso aí é um inibidor, certamente, de se ter um salário mínimo melhor no País. Então, a ganância em arrecadar tributos é o inibidor de se ter um salário mínimo mais digno.

A reforma tributária é necessária e urgente que aconteça. O que tem se visto hoje é o crescente aumento das contribuições, essas contribuições são criadas com a finalidade, e elas, facilmente, são desviadas, não são aplicadas naquilo que foi criada, e por isso cada vez mais o Estado necessita aumentar a carga tributária dos cidadãos. E a folha de pagamento não fica atrás. O Maurício Loureiro estava falando aqui com relação à participação nos resultados, é uma realidade, não se dispensa nada neste País.

Então, eu acredito que já que está se fazendo uma reflexão nacional é possível sim, melhorar o salário mínimo, mas precisa corrigir essas distorções urgentes, senão nós vamos chegar a lugar nenhum.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Dr. Nelson Takamoto, Gerente Administrativo da AMAZONPREV.

SR. NELSON TAKAMOTO: Boa tarde a todos. Com relação a salário mínimo que já ouvimos todos os palestrantes falar, mas eu entendo que um dos grandes vilões, se bem que já foi colocado pelo Assessor da Comissão de que é uma falácia essa idéia de que o salário mínimo cria o déficit previdenciário. E foi colocado também pelo Miguel do INSS que realmente não existe esse déficit previdenciário.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 919
DOC:

Quando se fala em vinculação do efeito do salário mínimo em relação à Previdência, ao longo dos anos, na realidade, isso não ocorreu, porque eu poderia citar, inclusive, o meu caso pessoal, que há dez anos representava 70% do limite de salário de contribuição do INSS, hoje dez anos depois representa tão-somente 40.6%. Então, não há esse efeito de que qualquer elevação no salário mínimo venha afetar o déficit previdenciário.

Então, com relação ao Estado, nós não temos esse problema do impacto do salário mínimo, porque nós temos aqui, até por uma questão constitucional, ninguém ganha menos de um salário mínimo, hoje no valor de 350 reais.

Dentro do nosso contingente de 18.400 aposentados e pensionistas, nós temos aqui, nós fizemos uma estratificação para verificar que grande parte dos que ganham de um a três salários mínimos, ou seja, de 350 a 1.050 tem um salário médio, uma remuneração média de 943 reais. E aqueles que têm na faixa de 3 a 6 salários mínimos representa uma remuneração média de 1.748. E os demais que têm, vamos dizer, uma faixa de remuneração acima de 6 representa, mais ou menos, 15% do contingente.

Em relação aos pensionistas, que nós temos um contingente total de pensionistas de 5.400 beneficiários, quem ganha na faixa de um a três salários mínimos representa 63% que tem uma remuneração média de 614 reais. Desses que têm remuneração nessa faixa de um a três salários mínimos, nós temos para quem ganha salário mínimo, ou seja, 350 reais, os aposentados representam 660 pessoas, e os pensionistas 52 por quê isso? Exatamente são aqueles aposentados que se aposentam com tempo proporcional. Quando a pessoa, na proporcionalidade, no cálculo dos benefícios representa um valor abaixo, automaticamente elevamos isso para 350. Então, significa dizer que 350 ninguém no Estado, entre aposentados e pensionistas ganham abaixo disso.

Com relação a representação disso significa dizer o seguinte que somente 4% do contingente total de aposentados e pensionistas recebem salário de 350. Então, se admitirmos eventual elevação no salário mínimo, o impacto financeiro para os cofres do Estado, isso tem um significado mínimo. Imaginamos alguma coisa em torno de 100 reais, se falou aí em 450 de salário mínimo, nós teríamos isso, alguma coisa em torno de, mais ou menos, 45 mil reais por mês de efeito. portanto. não tem nenhum impacto em termos financeiros aos cofres do Tesouro Estadual no contingente dos aposentados e pensionistas.

Então, eu acho que o que se fala de tudo isso que está se debatendo em nível nacional pela Comissão, eu acho que o salário mínimo, não podemos não só, vamos dizer, atrelar o problema da Previdência, o efeito na Previdência, tanto quanto, a Drª. Gláucia falou a respeito da vinculação ou o cálculo em relação ao dólar por uma razão simples, porque a taxa de dólar hoje, nós estamos falando de alguma coisa em torno de 2.300, então se a gente falar em 100 dólares, nós estamos falando num salário de 236, e os 350 representaria acima disso. Mas se nós falarmos em uma taxa de dólar de 3 reais que existia há algum tempo, você vê que não há essa correlação em termos do salário mínimo em relação ao dólar por quê? Porque o gasto que o trabalhador brasileiro faz aqui não é em termos de dólar, é em termos de real. Então, eu acho que nós temos que desvincular esse cálculo que se faz que, na realidade, é uma falácia de economês, quando se fala do dólar em relação ao salário mínimo, e também esse aumento do salário mínimo vinculado

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 920
DOC:

à Previdência em que se fala que tem quebradeira na Previdência. Já foi mostrado aqui que a parte Previdência Social é superavitária, inclusive, em termos do Estado, nós estamos hoje trabalhando um déficit, isso aí realmente, por quê? Porque o Estado paga somente em relação a benefício previdenciário, aposentadoria e pensões. Ou seja, a área da saúde está totalmente desvinculada do benefício previdenciário até por uma questão de imposição legal.

Então, nós estamos falando que se em 2002 nós vínhamos com déficit nesse mesmo cálculo de tudo que se arrecadada tanto da contribuição dos servidores, como da parte patronal, nós vínhamos com déficit em torno de 200 milhões anuais, e isso nós conseguimos em 2005 já estabelecer uma queda desse déficit em torno de 90 milhões. De como foi feito isso? Não é nenhuma mágica. Todos vocês aqui no Estado conhecem a sistemática que a AMAZONPREV utilizava baseada na lei, alíquota de contribuições em que em maio de 2005 o Governador estabeleceu o limite máximo de 11% da contribuição do servidor. Mas, por outro lado, ele, o Governador, quer dizer, o Governo do Estado, o Tesouro Estadual contribui com o dobro, ou seja, nós temos uma contribuição total de 33%, isso representa em nível da Previdência uma arrecadação média, mensal de 24 milhões e uma despesa de pagamento de folha de aposentados e pensionistas, alguma coisa em torno de 35 milhões, gerando um déficit mensal em torno de 8 a 9 milhões que dá exatamente em termos anuais, alguma coisa em torno de 90 milhões.

Então, eu acho que em nível de Estado, a gente falando sobre contingente de aposentados e pensionistas não há que se preocupar, qualquer coisa que se fale em termos de aumento, porque qualquer reflexo financeiro é um valor mínimo. Então, eu acho que em nível de servidores públicos eu diria aos membros da Comissão que não há nenhum tipo de preocupação em nível de efeito do salário mínimo em relação a benefício previdenciário, ou seja, aposentadorias e pensões, porque nós estamos equacionando de uma forma de uma administração esse déficit que a tendência é cada vez, a cada ano isso ir reduzindo.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, agradecer a participação aqui dos quatro companheiros que estão aqui na Mesa. Nós convidamos a retomar aqui ao plenário. E antes de convidar os próximos debatedores, nós vamos aqui registrar a presença do Sindicato dos Empregados no Setor Hoteleiro, na pessoa do Antônio Carvalho. Companheiros do Sindicato dos Trabalhadores aqui. Sindicato do Porto, trabalhador do Porto, Francisco Souza. Dos trabalhadores ruralistas, Antônio Feitosa. Dos trabalhadores rurais, Artur Alves. Do Sindicato dos Urbanitários Roberto Vale. Do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal, companheira Elenice e Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado do Amazonas, companheira Doquia e Madalena, do representante da FETAGRI Wilson Paixão, do Presidente do PCB companheiro Navarro, do Aluízio(F) Nogueira, Presidente da DUA(F).

Nós queremos agora convidar para compor a Mesa o companheiro, Presidente da CUT, Waldemir Santana, o Dr. Rafael Assayag, Clube dos Diretores Lojistas de Manaus, e da Drª. Socorro Corrêa, Gerente de Políticas Públicas do SEBRAE.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 921
DOC:

Presidente da CUT, Clube dos Diretores Lojistas de Manaus e o SEBRAE. E Leandro Praia em nome do Presidente, Leandro Praia, Diretor Jurídico dos CDLs.

Com a palavra o Presidente da CUT, companheiro Waldemir Santana.

SR. WALDEMIR SANTANA: Boa tarde, companheiros da plenária; boa tarde, Senadora Heloísa Helena; Deputada Vanessa; Deputado Jackson Barreto.

Essa questão do salário mínimo, para nós é uma discussão que não vem só a questão do reajuste do salário mínimo, tem várias coisas que podem ser resolvidas.

A gente que representa a CUT, 450 mil trabalhadores no Estado do Amazonas e o nosso último Congresso da CUT aconteceu no mês passado, nós aprovamos um salário mínimo regional de 500 reais, que já foi entregue ao Governador do Estado e a Prefeitura de Manaus, que é possível, porque o nosso Estado é a quarta economia do País.

Se você verificar, o ano passado, o setor industrial faturou 19 bilhões de dólares, e nos últimos 10 anos o poder de compra do trabalhador vem caindo, não só aqui no Amazonas, mas em nível do Brasil devido a guerra fiscal, que as empresas saem de um Estado e vai para outro, onde todos os Estados estão praticamente falidos e ainda dando incentivos fiscais para as empresas.

Com isso onde o Estado, está saindo do Estado de São Paulo, por exemplo, para outra empresa Goiás. Eu me lembro de uma empresa que fazia extrato de tomate, os companheiros ganhavam em São Paulo 800 reais e foram para Goiás ganhar 400 reais, além, de ganhar incentivos fiscais ainda reduz salário, e os Governos Estaduais e Federais não fazem nada, não tem uma política nesse sentido.

A outra questão que a gente queria colocar também, nós somos totalmente a favor que o BNDS garanta com juros baixos que traga as máquinas para melhorar o nosso Parque Industrial no País. Mas, além, do juros ser barato, na hora que você coloca uma máquina no lugar dos companheiros desemprega também. Qual é a contrapartida que as empresas vão dar para colocar uma máquina nesse sentido? Então, essas empresas incentivadas têm que reduzir a jornada de trabalho e a questão salarial também. Eu coloquei essa semana, que eu disse para os empresários, o Pedro Maurício até foi, que era uma vergonha uma empresa do [inaudível] industrial pagar salário mínimo, 350 reais ela sendo incentivada pelo Governo Estadual, Governo Federal e Governo Municipal, porque a folha de pagamento das empresas no Brasil, como um todo, principalmente, aqui em Manaus não chega a 1% de gasto do seu faturamento. Como a própria Senadora Heloísa falou, sobre aqueles cinco municípios, [inaudível] teve que ver não o faturamento, que ela leva ao Município para definir salário, o Município como que vai ser feito? Porque essa idéia, essa utopia de fazer um salário mínimo para o Brasil todo não vai conseguir, porque tem cada Estado que é uma coisa diferente. Como aconteceu em três Estados do nosso País que é a questão do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e agora recentemente do Paraná que fizeram um salário mínimo regional, depende muito do faturamento. Foi colocado pelo companheiro Maurício sobre o PLR e é verdadeiro. Verdadeiro é que o nosso Sindicato, no ano passado, que, eu sou o Presidente do Sindicato também, nós conseguimos fechar a PLR com 68 empresas que gerou 78 milhões de distribuição de lucro e resultado para esses companheiros.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 922
DOC:

Agora é interessante, se o companheiro ganhou 800 reais, 900 reais, que ele está isento do imposto de renda no seu final, se ele conseguir um PLR de dois mil reais ele vai pagar imposto. Está errado o procedimento. Aí como é que vai fazer então? E o empresário não paga imposto sobre o PLR.

Então, temos que reformular essa lei que foi criada, só prejudica o trabalhador.

Então, é essa situação que nós temos que ver. Outra questão também que eu vejo que esqueceram de verificar, se nós a jornada de trabalho para 40 horas semanais, os trabalhadores do Brasil, como um todo, vai aumentar em 10%, no mínimo, o seu poder de compra. Esquecemos de colocar isso, também envolve no salário mínimo, vai aumentar o salário mínimo indiretamente.

A outra coisa que eu já falei várias vezes em vários lugares, todos nós trabalhadores no Brasil, principalmente, que chama mensalista trabalha sete dias de graça para os empresários. Por que sete dias de graça? Porque o 31 os empresários não pagam, Senadora, só pagam 30 dias. Em 88 para cá é 220 horas, e só paga 220, quando você trabalha um mês de 31 é 220 hora e 20 minutos, só que essas sete horas e vinte minutos ninguém paga, fica de graça. Aí o cara diz: "E o mês de fevereiro?" "Não tem problema, abate o mês de fevereiro que é de 28, e tu me deve cinco dias ainda." E nós somos sabedores que as empresas no Brasil, como um todo, para pagar a folha de pagamento só basta trabalhar um dia, para pagar a folha de pagamento dos trabalhadores. Eu falo no geral, tanto no comércio como na indústria. Eu não estou falando dos companheiros que trabalham no sentido de passar uma roupa, não é nada disso, quem trabalha de carteira assinada, na informalidade. Então, são várias coisas que a gente coloca, que a gente verifica que não é só a questão de só aumentar o salário mínimo, têm várias coisas que se pode fazer para aumentar a renda dos trabalhadores, inclusive, como eu já coloquei aqui agora.

Outra questão que a gente queria colocar, é a situação do faturamento que foi colocado aqui.

Eu acho que o caminho seria o faturamento ou então o levantamento *per capita* quanto que cada Estado fatura, e definir um valor de quanto vai ser o salário mínimo por Estado ou então por Município para poder definir, como foi colocado pela Senadora Heloísa Helena que cinco Municípios era impossível dar 540 reais devido a situação não repassar, mas se o Estado repassar daria para pagar. Porque foi colocado aqui também que quando o trabalhador recebe, a maioria paga imposto do arroz, do papel higiênico, vai voltar para o próprio Município, essa história de dizer que não dá, não existe. Os trabalhadores que recebem aqui vão gastar aqui, porque uma pessoa que ganha 500 reais, 600 reais não vai dar para viajar para Fortaleza todo final de semana, não, como alguns podem viajar, graças a Deus podem viajar, mas outros vão gastar aqui comprando carne, comprando cheiro verde, como gera aqui, vai gastar aqui. O que falta é fiscalizar e essas pessoas, como no *shopping* de Manaus que não dão nota fiscal não vai recolher nada mesmo, mas tem que fiscalizar, no geral, é que eu falo.

Então, são algumas coisas que a gente queria colocar e nós vamos, a partir do momento que o Congresso da CUT que vai ser esse final de semana, nós vamos movimentar aqui o Estado, que o Estado pague, no mínimo, 500 reais para os trabalhadores do Estado do Amazonas. A gente já conversou com o Governo, o Governo

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 923
DOC:

topa discutir e vamos ver se a gente avança. E eu espero que a nossa proposta da nossa central que faça em todos os Estados um salário mínimo regionalizado conforme a riqueza que os trabalhadores produzem, quem produz a riqueza nos Estados somos nós trabalhadores. Então, dá para a gente definir essas questões aí.

E a outra coisa que eu coloco de mais agravante é o seguinte, que nosso País, nós estamos importando mão-de-obra, companheiros, porque em nível de qualificação de ensino médio, ensino superior não tem aqui. Eu digo isso porque hoje para ter uma recepcionista aqui, Deputado, tem que ter, pelo menos, dois conhecimentos em línguas, em inglês em espanhol. Estão trazendo de fora, da Argentina, de onde tem menos essa questão.

Então, eu sempre digo que nós perdemos... O companheiro José está aqui, eu queria até falar para ele, eu digo que nós temos que modificar, eu fui essa semana como Presidente da CUT, que teve uma greve dos companheiros da Unafisco e nós apoiamos na CUT, a greve, na sua totalidade, mas nós fomos bem mais inteligentes para fazer essa greve, porque já estava prejudicando os nossos companheiros trabalhadores, demitindo pessoas que ganhavam 400 reais. Nós temos que fazer igual a greve que nós vamos fazer no setor de transporte, que nós íamos deixar todos os companheiros entrar pela frente, não pagava e dava prejuízo para o patrão. Nós temos ver como é que a gente vai fazer.

Aquela greve dos petroleiros, nós ensinamos muitas coisas ao Movimento Sindical como fazer greve, porque eu vejo que as greves das universidades, na minha avaliação, nós perdemos 15 anos e já tinham vários companheiros que era para estar formado criando inteligência aqui no nosso País, nós perdemos. Nós temos que ver como a gente vai fazer e discutir os movimentos sindicais de como a gente vai fazer essas novas greves para a gente avançar.

E eu vejo que hoje em nível nacional que os Governos anteriores acabaram com as escolas técnicas no País, e tem vários companheiros que tem o segundo grau completo, mas não têm uma qualificação, e nós temos que qualificar esses companheiros, esses jovens de 16, 17 anos e qualificar em nível superior numa universidade pública que seja gratuita para todo mundo, onde vá qualificar esse pessoal, porque nós precisamos de engenheiros, precisamos de médicos, essas coisas mais para isso aí, não está importando mão-de-obra de outros Países.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o representante do Clube dos Diretores Lojistas de Manaus.

SR. RAFAEL ASSAYAG: Muito boa tarde, Deputado Jackson Barreto, Deputada Vanessa Grazziotin, Senadora Heloísa Helena, demais membros da Mesa, senhores presentes.

É com grande honra que a CDL Manaus, a Câmara de Dirigentes Lojista de Manaus vem a esse Encontro colaborar com a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, entendendo ser de suma importância esse tipo de atitude. Nós acreditamos como entidade que aqui representam 3 mil e 600 empresários lojistas dentro do Estado do Amazonas, ser

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 924
DOC:

assim que, efetivamente, se conseguirá fazer políticas públicas e conseguir trazer soluções que, de fato, venham contribuir para o País como um todo.

Nós entendemos que esse tipo de iniciativa onde se encontram o Poder Público, a iniciativa privada, seja ela através dos empregadores ou dos empregados é com essa união e essa troca de informações que nós iremos contribuir de uma forma positiva para o País.

Com relação, especificamente, ao tema do salário mínimo, nós gostaríamos aqui de fazer quatro, fizemos pontuações de quatro itens para colaborar na reflexão e nos estudos que já estão caminhando pelo quarto Estado da Federação hoje.

Primeiramente, com relação, antes de falarmos de aumento de salário, nós entendemos que há necessidade de se cobrar sim, do Poder Público mais comprometimento, mais seriedade e mais transparência na gestão da coisa pública. Não adianta aqui aumentarmos impostos, aumentarmos salários mínimos se não tivermos um trabalho com mais seriedade, transparência e comprometimento do Poder Público como um todo, afinal de contas, é o Poder Público quem gera, efetivamente, essa receita toda que advém do recolhimento dos tributos.

Nós falamos, alguns colegas que me antecederam, falaram de reformas tributárias, da própria reforma tributária em si.

Nós também, no comércio, entendemos que há necessidade urgente de uma reforma tributária, e essa reforma tributária ela também é atrelada sempre a essa questão da responsabilidade do Poder Público, na gestão da coisa pública. Porque não somente o comércio como a indústria, não nos negamos a recolher tributos, desde que, efetivamente, esses tributos retornem para a população através de escolas, de saúde, educação, segurança; o que, infelizmente, hoje em dia nós não estamos vendo com tanta facilidade e como deveria ser. A exemplo nós temos Países na Europa e na América do Norte onde se tem uma carga tributária até mesmo superior à nossa, mas também existe uma contra prestação por parte do Estado, como um todo, de grande valia onde se compensam valores que, efetivamente, se recolhem.

Segundo ponto que nós gostaríamos de abordar vem dizer, especificamente, ao salário mínimo, um maior salário mínimo. Nós entendemos que sim, um maior salário mínimo é algo extremamente positivo, desde que esteja baseado em estudos sérios e com muita responsabilidade por parte de quem, efetivamente, esteja à frente desses trabalhos. Porque nós entendemos, especificamente, com relação ao salário mínimo que o aumento do salário mínimo é o melhor caminho para a melhoria de distribuição de renda no País. E entendemos ainda que o trabalhador, e aqui temos grandes líderes dentro do nosso Estado, o trabalhador não necessita de esmola nem de empresário, muito menos do Poder Público. O trabalhador necessita de trabalho e de salário justo para que com recebimento de um salário justo possa, efetivamente, fazer o seu planejamento familiar.

O terceiro ponto que eu gostaria de abordar diz respeito a dois empecilhos que se coloca sempre que se leva à baila o assunto do salário mínimo. Primeiro diz respeito à questão do INSS, que não vou me alongar muito aqui, haja vista, que as pessoas que já falaram aqui antes de mim, acredito que até exauriram a matéria e falaram com muita propriedade. Mas gostaria de falar também a respeito das pequenas Prefeituras, que um dos problemas, dos pontos que dizem que, efetivamente, vai à contramão do salário

ATN nº 003/2006
DESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 925
DOC:

mínimo é, efetivamente, a questão de como suportar um aumento de salário mínimo pelas pequenas Prefeituras. Nós entendemos que o problema das pequenas Prefeituras não tem que ser visto depois de criados e sem antes de criados. Alguns Estados, por motivos eleitoreiros, passaram a criar vários municípios onde, efetivamente, não se tem sustentação econômico financeira para criação no Município. Então, o problema, na verdade, da Prefeitura pequena, o salário mínimo já seria conseqüência, a criação do Município que deve ser melhor analisado, e por que não dá um passo atrás para dar, posteriormente, dois à frente reestudando a questão desses municípios pequenos que, aparentemente, ou, pelo menos, nas alegações que eles apresentam não suportariam esse aumento de salário mínimo.

E por fim, eu gostaria de deixar um outro ponto para servir de reflexão no sentido de criar um indexador para o salário mínimo. Nós entendemos que seja algo positivo, algo positivo por dois motivos: primeiramente porque ele tira de uma determinação presidencial o aumento em si do salário mínimo, é algo positivo, é algo mais justo, porque ele deixa de ser uma medida que, muitas vezes, se utiliza, eu não digo nem por meios políticos, mas politiqueiros para angariar votos. Veja que sempre que você tem perto de pleitos, você começa... Não que esta Comissão, ou esteja, eu acho que este trabalho é de suma importância, mas a experiência que nós temos no Brasil é que quase que na sua totalidade o aumento de salário mínimo foi utilizado como uma maneira meramente eleitoreira.

E o segundo ponto que nós entendemos positivo, é porque nós empresários hoje já temos uma política dessa. Nós somos favoráveis ao aumento do salário mínimo, porque nós hoje damos o exemplo sim, quando sentamos anualmente para discutir as convenções coletivas de trabalho e nelas discutimos sim, um dos pontos do salário, os pisos salariais. Eu acho que o empresariado, como um todo, ele é sim muito favorável ao aumento do salário mínimo desde que seja amplamente discutido, como está sendo aqui e que, de fato, possam ser ouvidas as vozes tanto dos trabalhadores como dos empregadores para que possamos construir um País melhor e mais justo, com melhor distribuição de renda.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Tem a palavra a Drª. Socorro Corrêa, representante aqui do SEBRAE, Gerente de Políticas Públicas.

SRª. SOCORRO CORRÊA: Boa tarde a todos. O SEBRAE se sente satisfeito pelo convite, em nome da Senadora Heloísa Helena eu saúdo todos os membros da Mesa.

Falar em reajuste de salário mínimo, significa para gente entender elevação do poder aquisitivo do trabalhador, do poder real de compra. O poder real de compra significa incluir pessoas no mercado econômico, significa lhe dar poder de comprar seu alimento, sua roupa, pagar sua conta de água, de luz, telefone; tudo como já foi dito. Significa também uma inclusão social, porque essa pessoa no momento em que ela se alimenta bem, ela reduz a probabilidade de adoecer e etc.

Nós queremos aqui sugerir, porque o tema é política de reajuste, dizer que a sugestão do SEBRAE é atrelar o reajuste ao crescimento do produto interno do País. A gente deixar de atrelar o crescimento do salário a uma falsa ilusão ligada à inflação, porque a gente torce, o trabalhador torce para que a inflação dê alta e ele ter um

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 926
DOC:

percentual elevado no seu salário mínimo, quando isso, na realidade, é uma ilusão. A prática é torcer para que o País cresça economicamente e que isso gere um reajuste real.

Do ponto de vista do SEBRAE que defende as micros e pequenas empresas, nós temos uma proposta que seja analisar o salário mínimo do ponto de vista de quem paga. O salário mínimo ele não pode ser o mesmo pago por uma grande indústria, se aquele que é pago, por exemplo, por um trabalhador que contrata uma empregada doméstica. Nós temos que analisar a questão da capacidade de pagamento. Foi dito aqui, acredito que pela Delegacia Regional do Trabalho, que 86% dos trabalhadores recebem salário mínimo. Uma outra estatística do SEBRAE diz que 66% dos empregos são gerados por micro e pequena empresa. Então, se a gente fizer uma analogia, a gente vai ver que as micros e pequenas empresas elas justificam, talvez, esse pagamento do salário mínimo, e na prática o que acontece? Quem paga, uma micro e pequena empresa, que paga um salário hoje de 350 reais, ela está pagando quase, ou mais do que 600 ou 700 reais. Então, a capacidade dela de contratar funcionários hoje está limitada. A capacidade dela crescer é limitada. Então, a nossa proposta seria analisar o salário mínimo do ponto de vista do quem paga, levando em consideração o próprio trabalhador que contrata funcionário para sua casa, e a micro e pequena empresa que precisa crescer, mas não consegue contratar mais funcionário por conta da carga tributária.

Outro ponto seria desonerar a cesta básica e os serviços públicos, isso que já foi dito aqui, porque a gente está analisando o salário mínimo bruto. Mas quanto é o salário mínimo líquido e real para o trabalhador? Hoje o trabalhador, 1/3, no mínimo, do seu salário ele recolhe com impostos e pagamento de impostos diretos e indiretos, então, na realidade, quando se ganha 350 reais, ele não está ganhando 350 reais do ponto de vista do poder econômico, ele ganha, no mínimo, 2/3, quer dizer, no máximo 2/3 desse valor. Então, a nossa sugestão é que tenha uma política de aumento de salário, mas que tenha uma política que reduz os impostos dos alimentos, do vestuário, da conta de água, da conta de luz, da conta de telefone, dos remédios para que ele tenha uma capacidade de pagamento mais real. Nós estamos vivendo recordes da carga tributária que beira 40% do PIB. Então, fica muito difícil para a micro e pequena empresa manter empregos formais dentro das suas condições de pagamento e pior do que isso, de aumentar sua capacidade de contratação. Então, esse é o posicionamento do SEBRAE.

Nós acreditamos que o salário mínimo é uma condição de valorização do trabalhador que contribui com a sua força de trabalho seja mental, seja físico para construir este País. E ele precisa ter uma garantia, e o salário mínimo tem que ser essa garantia de que ele vai ser valorizado e que ele não vai ser escravizado e explorado, mas que a gente observe também tudo o que está por traz de tudo isso que é a questão do pagamento real e do recebimento real do salário mínimo. Que se observe a questão basicamente dos impostos que estão embutidos dentro da cesta básica, dos encargos e as contribuições que a micro e a pequena empresa têm pagado e que está muito superior à sua capacidade de pagamento e sua sustentabilidade no mercado.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero fazer aqui uma leitura de uma mensagem do Senador Arthur Virgílio à Comissão.

ATN nº 003/2005
DESP - SALARIO MINIMO
FLS: 927
DOC:

"Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Jackson Barreto, Senadora Heloísa Helena, Senador Jefferson Peres. Comunicar que me foi impossível permanecer em Manaus por toda tarde desta segunda-feira. Desejo a todos um feliz debate de modo a conseqüências justas e responsáveis se produzirem para o povo brasileiro. Um fraternal abraço. Senador Arthur Virgílio Neto, Líder do PSDB no Senado Federal."

As pessoas estão perguntando de que forma poderão contribuir com a nossa Comissão no envio de documentos, mensagens e sugestões. Nós temos aqui o e-mail da nossa Comissão: vmaia@senado.gov.br. Que poderá ser usado a todos. Vou repetir: vmaia@senado.gov.br.

A nossa Comissão quer agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Deputado Belarmino Lins, a todos os servidores aqui desta Casa, a imprensa toda que se fez presente aqui por ocasião dessa Audiência Pública, a contribuição de todos para o sucesso deste evento.

Depois de ouvirmos a exposição dos diversos debatedores, eu quero passar a palavra para as suas considerações finais. Agradecendo aqui a presença dos últimos debatedores, companheiros do CDL, do SEBRAE e o Presidente da CUT.

E passamos a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin para suas considerações finais.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu gostaria, nobre Presidente, não vou fazer nenhuma intervenção a respeito das propostas que eu acredito que nós tivemos um conjunto de exposições extremamente ricos.

Mas eu gostaria de, rapidamente, resgatar alguns aspectos. Nós estamos aqui imbuídos, todos nós os membros da Comissão Mista do Salário Mínimo em apresentar, em propor ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado uma proposta factível. Nós sabemos, e a Senadora Heloísa Helena sabe que o salário mínimo suficiente para o sustento de uma pessoa, de uma família está muito além dos 350 reais que é hoje. Mas, por outro lado, nós sabemos também que, imediatamente, que a curto ou curtíssimo prazo não há como estabelecer, por exemplo, Deputado Jackson Barreto, o valor do salário mínimo previsto pelo DIEESE como aquele que seja o suficiente para fazer frente a todas as necessidades dos trabalhadores e de suas famílias.

Entretanto, nós entendemos que é preciso, mas que também é possível que passos mais largos sejam dados, no sentido de que possamos acelerar a recuperação do valor do salário mínimo no País. O País não tem crescido aos índices e aos patamares que nós desejamos, entretanto, o crescimento da Nação Brasileira nos últimos anos foi bem superior ao crescimento do poder aquisitivo da população.

Em 1994 em torno de 25% dos trabalhadores brasileiros, 1/4 dos trabalhadores brasileiros viviam com uma média que variava entre um e dois salários mínimos, no ano de 1994. Dez anos depois, 2004, a média dos trabalhadores brasileiros que sobreviviam e que recebiam como remuneração valores entre um e dois salários mínimos pulou para quase 45%, o que significa dizer: a renda do trabalhador vem caindo. Somado a esse dado, o fato de que também o poder aquisitivo do salário mínimo caiu nesses últimos anos, o que o cenário que nós temos à frente não é um cenário bom para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras, tanto que o salário de 350 reais, o reajuste

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 928
DOC:

dado, e que elevou o salário para 350 reais foi o maior reajuste dos últimos vinte anos, não há o que se discutir, o poder de compra maior dos últimos vinte anos, isso mostra, é uma demonstração de quão baixo está o patamar da remuneração recebida pelos trabalhadores brasileiros.

Por isso que nas primeiras explanações que foram feitas aqui, nós colocamos de forma clara, sabemos, não há qualquer divergência ou polêmica entre os membros da Comissão sobre a necessidade de ampliar o poder aquisitivo através da ampliação e do estabelecimento de uma política, Professor Aluízio, de recuperação do valor do salário mínimo.

Mas nós também estamos nos preocupando em mostrar ao Governo qual o caminho para que isso seja viabilizado na prática, foi dito aqui, temos a sugestão e, possivelmente, vamos sugerir a criação de um fundo para as pequenas Prefeituras, um fundo para que as pequenas Prefeituras possam ter condições de fazer frente ao pagamento.

Imposto sobre grandes fortunas, isso não é uma discussão nova, não é esta Comissão que está introduzindo este debate, não é esta Comissão que está colocando sobre a Mesa este debate, mas nós estamos resgatando num momento importante, porque nós estamos falando que melhorar, recuperar o valor de compra do salário é distribuir renda e é a política mais eficaz de distribuição de renda no País. Então, por que não fazer isso tirando de quem tem muito e distribuindo a quem tem pouco e ganha pouco, e só tem aquilo como meio de sobrevivência. Então, vamos discutir isso também.

Então, eu gostaria, Deputado Jackson Barreto, de dizer que esse é um debate que não acaba aqui agora. O Deputado acabou de ler um e-mail, seria importante, infelizmente, não vai ser possível abrir o debate aqui, mas nós estamos debatendo de forma aprofundada. Recebemos várias sugestões, inclusive, do representante dos Sindicatos em Hotelaria do Estado do Amazonas, e que nos passou algumas sugestões, passou à Mesa e essas sugestões possam ser também encaminhadas à Comissão. Entretanto, o que esta Comissão fará é apenas disponibilizar para o Parlamento Brasileiro uma sugestão, uma proposta. Agora daí para a proposta ser aprovada é necessário um grande processo de mobilização. mobilização dos trabalhadores brasileiros e mobilização dos setores empresariais, que eu não tenho dúvida nenhuma, conversávamos eu e o Deputado Jackson Barreto, a resistência maior não vem nem do setor produtivo, em relação a um salário mínimo maior, a resistência não parte nem dos setores produtivos deste País, pelo contrário, acabamos de ouvir o CDLM, ouvimos a Federação das Indústrias, o Centro das Indústrias que pagam, que foi dito aqui, disseram aqui que pagam um salário quase o dobro do valor do salário mínimo estabelecido no País. Então, de onde vem a resistência? Do setor público, exatamente do setor público. Então, é preciso que haja uma mobilização.

No entanto, eu quero aqui fazer justiça e resgatar, Senadora Heloísa Helena, nós ouvimos do representante da Previdência do Estado do Amazonas, do Governo do Estado do Amazonas dizer que não é problema. Então, isso é bom, isso destoa um pouco daquilo que nós temos ouvido de outros representantes de setores da Previdência Pública Brasileira, ou seja, porque é muito fácil colocar todos o ônus sobre a Previdência. E se há quase que esse consenso entre o empresariado e trabalhadores da necessidade de se

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 929
DOC:

ampliar o poder aquisitivo, é porque nós sabemos que esse é o caminho mais eficaz rumo ao desenvolvimento.

Ouvimos falar aqui de que o PIB precisa chegar 5%. O PIB precisa chegar a mais do que 5%. Há muitos Países que crescem num patamar de 9, 10, 12%. A China cresce isso, a Índia está chegando a esses patamares, por que o nosso País não chega a isso também? Por que não chegarmos a isso? Entretanto, precisamos mudar os alicerces da política. A Senadora Heloísa Helena costuma bater na mesma tecla e está correta ela. Nós temos que mudar a lógica dessa política que favorece o sistema financeiro, é essa a lógica que nós temos que mudar. Estabelecer uma lógica que favoreça ao desenvolvimento, ao conjunto dos trabalhadores e não ao capital especulativo que, infelizmente, é quem continua ganhando em nosso País.

Então, é essa lógica que nós temos que mudar.

Então, eu quero, nessas minhas palavras finais, agradecer pela participação de todos, mais uma vez, em especial quero aqui, sem demérito de qualquer uma entidade, qualquer outro representante, mas agradecer aos representantes da Central Única dos Trabalhadores. Os companheiros que pertencem a CUT estavam com seus bilhetes, as suas passagens marcadas, já deveriam estar voando nesse momento para participar logo mais da abertura do Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, e se dispuseram a ficar para participar, em São Paulo, o Congresso Nacional que acontece em São Paulo e ficaram, fizeram um sacrifício para poder participar desta Audiência Pública. Muito obrigada, companheiro Waldemir, obrigada a todos, à Senadora Heloísa Helena, ao Senador Jefferson Peres que teve que sair, ao Deputado Jackson Barreto que também deixou atividade importantes em seu Estado, Deputado Sinésio Campos que aqui está. Tivemos conosco também a Vereadora Lúcia Antony, o Vereador José Ricardo e a Deputada Vera Edwards, muito obrigada pela presença das senhoras e dos senhores.

E espero, Sinésio, que aqui a Assembléia debata isso também. E quem sabe a Assembléia enquanto puder não façam debate, você poderia organizar esse debate e mandar para a Comissão algumas sugestões em nome da Assembléia Legislativa.

Então, aqui temos o companheiro Wilson Paixão, que já foi comunicado a presença, que representa os trabalhadores rurais. Muito obrigada, enfim, pela presença de todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A nossa Senadora Heloísa Helena hoje aqui exercendo o papel de relatora da nossa Comissão, representando o Senador Paulo Paim. E eu passo a palavra à Senadora para as suas considerações finais como relatora da nossa Audiência Pública.

SRª. RELATORA SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Bom, primeiro igualmente o que fez o Presidente, a saudar e abraçar a todas as funcionárias e funcionários da Casa, agradecer a generosidade democrática da Assembléia Legislativa, Sinésio e todos os Parlamentares, a organização da Deputada Vanessa. Abraçar e agradecer a todas as autoridades, a todos os representantes e as representantes de vários setores da sociedade que, de fato, muito, muito mesmo contribuíram com esse debate, com as alternativas, proposições concretas, ágeis, e eficazes que serão disponibilizadas pelo Relator, o Senador Paulo Paim após a conclusão dos trabalhos.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 930
DOC:

Eu tenho dito várias vezes que o bom desta Comissão é porque ela tanto tem Parlamentar da oposição como Parlamentar da base do Governo. Entretanto, os Parlamentares da oposição que estão participando desta Comissão, ou continuam cobrando do atual Governo o que cobravam do Governo passado, ou não têm tido uma posição inconseqüente de cobrar do atual Governo o que não cobrou, o que não fez quando era Governo passado. E nem tem também, apesar dos Parlamentares da base de sustentação, também não têm Parlamentares que se comportam como se fosse da base de bajulação do atual Governo, e que não cobram do atual Governo o que cobravam com ferocidade quando no Governo passado. Então, isso ajuda muito os trabalhos, e aí não tem discurso, tem alternativas concretas, ágeis e eficazes. O próprio Senador Paulo Paim, é importante até fazer o registro, o próprio Senador Paulo Paim, que ao longo da história comprou o debate da vinculação do salário mínimo aos 100 dólares, hoje, por uma questão de honestidade intelectual não faz mais, porque é desonesto intelectualmente tratar do salário mínimo, relacionar o salário mínimo ao dólar, especialmente, numa situação extremamente dramática, que nós encontramos hoje de crise cambial, porque com essa política de juros tem uma atração tão grande, desvairada, voraz de dólares, de capital especulativo que, evidente, o dólar vai lá para baixo. E nem, também, o Senador Paulo Paim, de uma forma responsável, mesmo sendo da base do Governo ele não tem a ousadia de comparar o salário mínimo com a cesta básica. Porque falar de compra de cesta básica, de uma cesta básica 560 calorias, nem aquelas manequins bem lindas, magrelinhas, nenhum de nós aqui, comemos uma cesta básica de apenas 560 calorias, é um escândalo falar de duas cestas básicas de 560 calorias, coisa que ninguém come.

O que é importante de todas as contribuições que aqui foram feitas, até porque ninguém desta Comissão, nenhum convidado, nenhum Deputado, nenhuma Deputada, nenhum Senador, nenhuma Senadora, ninguém desta Comissão, mesmo quem cobrava do Governo passado que implantasse o mínimo do DIEESE, o mínimo da Constituição, mas ninguém aqui implantasse um mínimo do DIEESE, um mínimo da Constituição, mas ninguém aqui apresenta proposta do mínimo do DIEESE, do mínimo da Constituição para implementar agora, ninguém. Agora, tem uma coisa muito concreta que nós estamos discutindo, e é por isso que a gente fala do aumento do fundo de participação dos Municípios, da compensação fiscal e tributária para o setor produtivo e para determinados setores da sociedade, as despesas básicas de uma família, as despesas básicas do básico, nós levantamos isso e várias pessoas, qualquer simples dona de casa sabe disso.

Se uma pessoa paga de aluguel 150 reais, de água 10 reais; eu estou falando só das taxas básicas, básicas, não pode lavar roupa demais, não pode perder água, ou seja, água 10 reais, e aqui já está incidido de tributos 29.83%. Pague de luz 7 reais, apenas 7 reais quando já está embutido de tributo 45.81%, para você vê o quanto isentar a carga tributária da cesta básica de consumo das populações pobres, e daquilo que toda pessoa faz, água e luz, todo mundo faz. Então, mesmo uma família que paga de água apenas 10 reais, de luz apenas 7 reais, se tiver um telefone, tiver pagando a tarifa mínima de 39 reais e 46 centavos que já está deixando embutido de imposto 46. 65%. Se tiver como alimentação incluindo pão, 150 reais, e não é uma coisa qualquer, porque a cesta básica ela, inclusive, é diferenciada de um Estado para outro, ela é diferenciada, de um Estado para outro tem diferenças, por exemplo, em Brasília a ração mínima, eu estou falando de ração mínima, daquela que aquelas manequins bem magrelinha usa. Haçao mínima, se for para Brasília, 168 reais. Se for para a região norte pegando o que é a relação de Manaus é

AIN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 931
DOC:

de 154 reais. Se for na região nordeste, a minha região, mesmo entre João Pessoa que é 140 reais e Natal que é 138 reais, e Salvador que é 139 reais, São Paulo é 182 reais, Belo Horizonte é 170 reais, Rio de Janeiro é 175 reais. Então, mesmo que eu parta do pressuposto e baixa tudo que vai ter a ração mínima para quatro pessoas. Eu não vou nem falar do cafezinho, porque eu até devia falar, um cafezinho e um pão. Se uma família com quatro pessoas se predispuser, a gente tem que se colocar no lugar, porque é muito fácil a gente dizer que uma coisa está boa, quando não somos nós que estamos nos submetendo a ela. Se uma família de quatro pessoas resolvesse fazer três refeições diárias, café da manhã, um cafezinho daquele copinho pequenininho, menor do que essa xicarazinha, e aquele pãozinho pequenininho. Almoço, chama todo mundo para o almoço. O que é o almoço? Um cafezinho daquele copinho branquinho pequenininho e um pãozinho daquele pequenininho. Jantar, vamos todo mundo para o jantar. O que vai ser o jantar? Para os meninhinhos um cafezinho, para o pai e a mãe um cafezinho e um pãozinho. Isso já daria 420 reais. Basta fazer a conta de quanto custa o cafezinho e quanto custa o pãozinho, aquele francesinho pequenininho.

Por que é importante que a gente discuta isso? Porque muitos aqui, inclusive, disseram, eu acho que o Waldemir também tratou isso e os representantes das indústrias aqui trataram isso também. Quando aumenta o salário mínimo, significa aumentar o poder de consumo. Se as pessoas consomem mais, significa que a indústria vai ter que produzir mais e significa que o comércio não vai desempregar. Ora, se as pessoas consomem pouco, a indústria não precisa produzir muita coisa, porque não tem quem consuma, o comércio vai demitir, porque se não tem a quem comprar para que ter tantos trabalhadores no balcão do comércio, comerciários. Então, é muito importante, quando a gente diz que o aumento do salário mínimo é uma ferramenta essencial, importante para distribuição de renda e para a dinamização da economia local, não é um discurso qualquer. Farsa técnica e fraude política é dizer que quebra a Seguridade Social, porque a Seguridade Social é superavitária. Um representante da Unafisco aqui já disse, o Dr. Mário representante aqui já disse também, ela é superavitária. Basta ver, não é nenhum instrumento de nenhum partido, basta ver o relatório que foi feito pelo Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas da União que apresentou um relatório analisando as contas de Governo mostrou claramente o quanto se dizia, e é por isso que esta Comissão também defende que aquilo que é receita tributária para fins de financiamento da Seguridade Social, ele não seja desviado por superávit, é inaceitável. A contribuição social sobre o lucro líquido ela tem um fim. O fim é o financiamento da Seguridade Social, e financiar Seguridade Social. Previdência, assistência social e saúde é financiar para pobre, porque é quem não tem seguro saúde, quem não tem amigo no hospital para ir até lá ao hospital. É, realmente, quem precisa da Seguridade Social, é por isso que nós não podemos aceitar que através da desvinculação de receita da União se autorize o Governo a saquear oficialmente 20% dos recursos da Seguridade Social para jogar no superávit, encher a pança dos banqueiros, enquanto esvazia o prato, o emprego e a dignidade da grande maioria dos brasileiros.

É essencial, e todos que aqui falaram, falaram da reforma tributária, do Jacó da ANDES a qualquer um outro setor falou isso, a reforma tributária é importante por quê? Porque nós temos que interromper essa brutal e avassaladora transferência de renda do pobre favelado, da classe média assalariada e do setor produtivo para o capital financeiro. É inaceitável que o mais simples dono de uma bodegazinha aqui em Manaus, o mais simples comerciante de Manaus, ele pague proporcionalmente uma carga tributária maior

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 932
DOC:

do que um banqueiro. É inaceitável que a mais simples cidadã, moradora, dona de casa, esteja na periferia de Manaus, esteja em Alagoas ou no Rio Grande do Sul, ela pague proporcionalmente uma carga tributária maior do que o maior banqueiro do Brasil.

Então, é essencial que haja a taxação do capital especulativo, a taxação das grandes fortunas, como aqui lembrou a Deputada Vanessa, a taxação da remessa de lucros para o exterior. É inaceitável a Medida Provisória que o Governo editou agora em fevereiro que isenta de imposto de renda e CPMF os investidores internacionais.

Você já imaginou isso? A mais simples funcionária daqui, se tiver um talãozinho cheque, quando ela paga ou repassa o cheque ela paga CPMF, e os investidores internacionais ou nacionais que estão lavando dinheiro, mandando dinheiro para o exterior, para voltar como se fosse investidores internacionais não paga CPMF, não paga imposto de renda. A mais simples funcionária que ganha 1.500 reais, ela precisa ser compensada do ponto de vista tributário para que nós não usemos a desculpa das pequenas Prefeituras, das micros e pequenas empresas e das famílias de classe média para não aumentar o salário mínimo, que nós tenhamos a compensação tributária para que a família que paga a empregada doméstica, a trabalhadora doméstica ela não pague o imposto de renda a partir dos 15% quando ganha 1.500 reais, isso que é inaceitável, do mesmo jeito o setor produtivo e do mesmo jeito as pequenas e médias Prefeituras do País.

É muito importante também os investimentos em políticas sociais, como nós deixamos aqui claro. Várias pessoas falaram da necessidade de investimento em creche, em planejamento familiar, em políticas sociais de uma forma em geral, mas nós precisamos cobrar a eficácia disso. Quem analisou a execução orçamentária do ano passado viu, que em três áreas que estão essenciais, olhem só, saúde, educação e segurança pública; de todo orçamento público, de 1 trilhão, 670 bilhões, apenas 5% foi usado para financiar educação, saúde e segurança pública; toda a área de educação, educação infantil que é creche e pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante, ensino superior, ciência e tecnologia; isso é um escândalo. Na área de saúde do mesmo jeito, na área de segurança pública também. Porque nós precisamos cobrar antes do mar de sangue. Nós não podemos aceitar que de todo o orçamento público se invista 0.2% na área de segurança pública, 0.2% de todo o orçamento na área de segurança pública. Aí depois que não dá políticas sociais para adotar os filhos da pobreza, as meninas e meninos, antes que eles sejam tragados, arrastados para a marginalidade, para o narcotráfico, para a prostituição, como último refúgio. Antes que a menininha vá vender o corpo por 1,99; antes que o menininho de seis anos de idade vire olheiro do narcotráfico; "falcão", estica, olheiro do narcotráfico.

A gente não pode aceitar de só faz a disputa em relação às políticas sociais, na hora que tem um problema grande, ou um mar de sangue em São Paulo, ou um vídeo do "falcão" que sensibiliza todos nós e depois nós esquecemos da realidade objetiva.

E isso tem uma vinculação direta com a mudança da política econômica, com a reestruturação de parques produtivos, de exonerar o setor produtivo, a classe média assalariada, a pobreza, todas essas coisas são essenciais que sejam feitas.

Como é que a gente pode falar em educação se um livro tem 23% de imposto. Se um lapisinho como esse, é o lápis mais comum, que eu, professora do interior gosto desse lápis. Um lapisinho desse que é o mais comum, a mais simples dona de casa quando for

ATN nº 003/2005
CESP - SALARIO MÍNIMO
FLS: 933
DOC:

na vendinha da esquina comprar um lapisinho desse para o filho dela, ela deixa lá 36% de imposto. Se for comprar uma caneta da mais simples que é a BIC, ela está deixando lá 48.69% de imposto.

Então, a redução da carga tributária não é uma falácia, farsa técnica e fraude política é dizer que não pode ser feito, que não pode ser alterado.

É por isso, Deputado Jackson, que eu fiquei muito feliz com todas as contribuições que aqui foram feitas, contribuições extremamente importantes, contribuições concretas, ágeis e eficazes. Aqui ninguém está propondo nenhuma viagem interplanetária, aqui ninguém está propondo algo que não possa ser feito. Agora, aqui também nós não aceitamos a cantilena enfadonha e mentirosa de justificar quinhentos anos de opressão para não fazer nada, porque senão as outras gerações daqui a cem anos vão dizer: "são seiscentos anos de opressão e ninguém faz nada." Depois setecentos anos de opressão e ninguém faz nada.

Então, eu quero parabenizar a todas e todos que contribuíram com este debate. Agradecer, mais uma vez, a todas as colaborações que foram feitas. Entregaremos tanto à Deputada Vanessa, ao nosso Presidente, o Deputado Jackson, o nosso Senador Jefferson Peres, que esteve aqui também, ao Senador Arthur Virgílio que já solicitou também que as colaborações fossem até ele, o Senador Gilberto Mestrinho também que me telefonou dizendo que gostaria de ter acesso a todas as contribuições que aqui foram tratadas, no sentido de que a gente possa apresentar alternativas concretas a curto, a médio e a longo prazo, para que a gente possa ter a recuperação do salário mínimo como um instrumento da garantia de dignidade das pessoas, mas como um instrumento eficaz para combater a informalidade e para dinamizar a economia local, gerando emprego, gerando renda.

Então, eu quero agradecer, de coração, a todas e todos que muito colaboraram com este debate, e estarei ainda hoje conversando com o Senador Paim, que já ligou preocupado, para que a gente possa passar as informações.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer a colaboração que recebemos de forma eficaz aqui no Estado do Amazonas, nesta 5ª Audiência Pública da nossa Comissão Mista do Congresso Nacional, Comissão formada por dez Deputados e dez Senadores, Senadores e Senadoras.

E que, sem dúvida alguma, até o final deste ano nós teremos todas essas propostas estudadas, analisadas e a entrega ao Congresso Nacional que é através de um Projeto de Lei, sem dúvida alguma, vai dando ao País as condições de termos uma política permanente de salário mínimo, levando-se em conta a nossa preocupação maior que é a recuperação do salário dos trabalhadores, e paralelo a esse trabalho de política permanente de salário mínimo, de recuperação do salário dos trabalhadores tão aviltado desde a época da ditadura militar, nós queremos também abrir a discussão com relação à questão dos aposentados e pensionistas que hoje têm os seus salários achatados em função dessa figura discricionária que se chama o fator previdenciário.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 934
DOC:

Acho que esta discussão... Eu gostaria de deixar bem claro aqui que todas as contribuições, nós iremos aqui analisar, levar conosco essa grande contribuição que recebemos hoje de Manaus.

Agradecer de forma objetiva à Deputada Vanessa Grazziotin que tem sido uma companheira muito efetiva, muito permanente desta Comissão lá em Brasília, e que foi a Coordenadora deste encontro aqui em Manaus, os nossos agradecimentos, os nossos reconhecimentos. E a Senadora Heloísa Helena que tem prestado um grande trabalho a esta Comissão que, sem dúvida alguma, é o seu compromisso, é o compromisso nosso, da Comissão, a luta dos trabalhadores do nosso País.

O Deputado Sinésio pediu a palavra.

DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS (PT-AM): Eu gostaria de parabenizar o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e os Senadores de, na verdade, propor uma agenda positiva onde alguns Parlamentares do Congresso Nacional são notícias e que chegam aqui no nosso Estado de forma vergonhosa envolvidos em escândalos, dos sanguessugas. E aí temos concretamente o que povo brasileiro, 180 milhões de brasileiros gostariam de um Congresso ágil que tivesse uma agenda que desse alternativas de melhoria da condição de vida do povo.

E aqui, como Secretário e membro da Mesa Diretora dos trabalhos, temos a clareza que a discussão do salário mínimo não será somente foco de uma Audiência Pública promovida pelos senhores da Comissão Mista. Estaremos envidando todos os esforços entre todos os Deputados que aqui fazem parte desse Parlamento, a discussão diuturna, e somos já, de antemão, parceira desta Comissão Mista.

Tenho a certeza que existem homens e mulheres de bem no Congresso Nacional, que muitas vezes foram mesclados e, principalmente, num processo político eleitoral que se avizinha é muito fácil misturar o joio e o trigo, misturar todas as pessoas, cidadãos e cidadãs de bem que construíram durante toda a sua vida o parlar, o fazer, o executar e, acima de tudo, a manifestação na defesa da causa pública.

Eu entendo que a discussão do salário mínimo é uma agenda do momento e que não devemos deixar somente ser chuva de verão, nuvem passageira, mas que seja o debate diuturno e permanente.

Então, coloco aqui em nome, Presidente Jackson, que V.Exª. está presidindo esta Sessão junto com a Deputada Vanessa e a nossa Senadora Heloísa Helena, e os nossos membros de entidades sindicais, das entidades patronais que aqui se fizeram presente, dizer que esta Casa vai continuar fazendo o debate e todos os parceiros que aqui estão tenham a certeza que nós não queremos surgir com uma proposta ufanista que não condiz com a realidade nacional, mas essa realidade que hoje se encontra o salário mínimo, entendemos que não é a melhor saída para a classe trabalhadora.

São essas as nossas considerações. Em nome do Parlamento estamos nos colocando e parabenizando esta agenda positiva do Congresso Nacional.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado, Deputado Sinésio, que falou em nome desta Casa. E eu quero, nesse momento,

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 935
DOC:

agradecer a presença de todos os senhores e todas as senhoras, declarando encerrada a 5ª Audiência Pública da Comissão Mista Especial que discute a política permanente do salário no nosso País.

Muito obrigado.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 17h45.

ATN nº 003/2005
CESP - SALÁRIO MÍNIMO
FLS: 936
DOC:



EDIÇÃO DE HOJE: 704 PÁGINAS